



Memorias de Litteratura Portugueza [1792-1814]: os homens e as Letras na Academia Real das Ciências de Lisboa

Autor(es): Dias, Eurico José Gomes

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45737>

DOI: DOI:<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1117-4>

Accessed : 9-Nov-2020 15:03:26

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

A portrait of a man with dark hair, wearing round black-rimmed glasses and a dark coat with a white collar. The background is dark and textured.

MEMORIAS DE LITTERATURA PORTUGUEZA [1792-1814]

OS HOMENS E AS LETRAS NA
ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EURICO JOSÉ
GOMES DIAS

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS





I N V E S T I G A Ç Ã O



Coordenação editorial

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Infografia da Capa

Carlos Costa

Infografia

PMP

Revisão

António Félix Rodrigues

Execução gráfica

www.artipol.net

ISBN

978-989-26-1116-7

ISBN DIGITAL

978-989-26-1117-4

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1117-4>

Depósito legal

431922/17

Obra publicada com o apoio de:



© Outubro 2017, Imprensa da Universidade de Coimbra.

MEMORIAS DE LITTERATURA PORTUGUEZA [1792-1814]

OS HOMENS E AS LETRAS NA
ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EURICO JOSÉ
GOMES DIAS

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SUMÁRIO

Menção de Abertura.....	7
Figura do Frontispício.....	7
Dedicatória.....	9
Siglas e Abreviaturas.....	10
Prefácio	13
 Parte Introdutória	 19
I – António Caetano do Amaral [1747-1819]	47
II – António das Neves Pereira [?-1818]	91
III – António de Araújo de Azevedo [1754-1817]	105
IV – António Pereira de Figueiredo [1725-1797]	121
V – António Ribeiro dos Santos [1745-1818]	131
VI – Constantino Botelho de Lacerda Lobo [1753-1820?/1822?]	351
VII – Francisco Dias Gomes [1745-1795].....	377
VIII – Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio [1741-1812?/1814?]	407
IX – João de Sousa [c. 1735-1812].....	419
X – João Pedro Ribeiro [1758-1839]	439
XI – Joaquim de Fóios [1733-1811]	495
XII – Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão [1767-1845] ...	499

XIII – Joaquim Forjaz Pereira Coutinho [1712-1798].....	541
XIV – Joaquim José Ferreira Gordo [1758-1838]	547
XV – José Anastácio de Figueiredo Ribeiro [1766-1805]	559
XVI – José António de Sá [?-1819].....	611
XVII – José Diogo Mascarenhas Neto [1752-1826]	625
XVIII – José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos [1721-1793]	633
XIX – José Veríssimo Álvares da Silva [1744-1811].....	643
XX – Pedro José de Figueiredo [1762-1826].....	673
XXI – Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de Magalhães [1773-1821]	681
XXII – Tomás António de Vila Nova Portugal [1755-1839]	711
XXIII – Vicente José Ferreira Cardoso da Costa [1765-1834]	753
XXIV – Anónimo[s].....	769
Parte Final.....	787
Bibliografia Geral.....	793

Menção de Abertura

“O Homem de Letras, Senhores, que por singularidade,
ou capricho pueril desdenha entrar em Sociedades Litterarias,
antolhaseme ser huma especie de Celibatario,
despegado do Mundo: que não tendo para quem ajunte,
ou a quem deva sustentar, não augmenta seus cabedaes;
ou os despende sem regra nem medida,
endividandose muitas vezes, e perdendo o seu credito.”

SILVA, José Bonifácio de Andrada e – «Discurso contendo a Historia da Academia Real das Sciencias, desde 25 de Junho de 1814 até 24 de Junho de 1815», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo IV, Parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1816, p. XXVIII.

Figura do Frontispício

António Ribeiro dos Santos, por autor desconhecido,
óleo s/tela, [1790?]. Galeria dos Directores,
Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

Dedicatória

Dedico esta fadiga académica aos meus Pais, ao Henrique e à Susana,
sem esquecer as pessoas que me guiaram.

Siglas e Abreviaturas

art. cit. – artigo citado;
cap. – capítulo;
cartul. – cartulário;
cf. – confrontar;
cod. – código;
cx. – caixa;
doc. – documento;
et al. – e alguns;
f.^o – fólio;
f.^{os} – fólhos;
fl. – fascículo;
fs. – fólhos;
ft. – folhetim;
fts. – folhetins;
ibid. – ibidem;
id. – idem;
liv. – livro;
ls. – linhas;
m. – maço;
ms. – manuscrito;
n.^o – número;
n.^{os} – números;
n. – nota;
ob. cit. – obra citada;
p. – página;
pp. – páginas;
ref.^a – referência ou referenciado;
s. d. – sem data identificada;
s. l. – sem local de edição identificado;
s. n. – sem nome de editor identificado;
segs. – seguintes;
tít. – título;
t. – tomo;
v. – ver;
vol. – volume;
vols. – volumes.



Alegoria à criação da Academia Real das Ciências,
em que a Luz da Razão ilumina D. Maria I.
Jornal Encyclopedico, Officina de António Rodrigues Galhardo,
Lisboa, 1779.

MEMORIAS
DE
LITTERATURA
PORTUGUEZA,
PUBLICADAS
PELA
ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
DE LISBOA.

Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.

T O M O I.



L I S B O A
NA OFFICINA DA MESMA ACADEMIA.

ANNO M. DCC. XCH.

*Com licença da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame,
e Censura dos Livros.*

PREFÁCIO

A fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779 é facto de enorme relevância no contexto cultural português.

Já D. Francisco de Lemos, Reitor da Universidade de Coimbra, lamentava não haver uma Congregação Geral das Ciências para o adiantamento, progresso e perfeição das Ciências Naturais tal como existiam noutros países da Europa.

Aliás nessa Europa do Iluminismo o papel das Academias tornara-se fundamental dado que nelas se congregavam os homens capazes de estudar e dar parecer sobre problemas de âmbito científico e técnico que preocupavam os governos dos países que as possuíam.

Esta é uma preocupação constante e subjacente aos fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa.

É assim que o 2.º Duque de Lafões, tio da soberana D. Maria I, o Visconde de Barbacena e o Abade Correia da Serra lançam as bases da novel Academia procurando apoios vários, não se esquecendo de Domingos Vandelli e de João António Dalla Bella, dois dos vários professores contratados por Pombal para leccionarem no Colégio dos Nobres e que posteriormente se passaram para a Universidade de Coimbra.

Teodoro de Almeida no seu magistral discurso, na sessão solene da abertura da Academia de 4 de Julho de 1780, apresenta um programa de trabalhos futuros.

Diz ele «... aqui huns descobrem manuscritos (...) ali outros os traduzem, com gosto, outros os publicação com elegancia. Lá estarão

aqueles observando os mineraes, as aguas as plantas, nhũa palavra, a Natureza, quando da outra parte estão outros tentando experiencias, fazendo observaçoens, imaginando projectos: aqui se formão novos instrumentos e maquinas, ali se reformão, e aperfeiçoão as já conhecidas; acolá se verão outros trabalhando com incansável applicação das Mathematicas e no calculo, outros fazendo as doutrinas mais espinhozas, e difíceis, semeando na mocidade o gosto, a critica, o desejo de estudar e Saber».

Ao ler esta intervenção do oratoriano Padre Teodoro de Almeida bem se compreende a escolha do lema da Academia: “Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.” Recordemos que nos Estatutos da Academia lidos na primeira reunião académica de 16 de Janeiro de 1780, pelo Secretário Visconde de Barbacena, se realçava que esta fora criada “à imitação de todas as nações cultas, para adiantamento da instrução nacional, perfeição das ciências e das artes (ou seja das técnicas) e aumento da indústria popular”.

Ao terminar o século da sua fundação, cerca de vinte anos após a sua criação, a Academia promovera já um importante núcleo de publicações que merece recordar, embora não querendo ser exaustivo.

Assim publicou, distribuídos por várias séries, *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, *Memórias de Mathemática e Physica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1.^a classe – *Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturais* e 2.^a classe – *Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Artes* e ainda as obras famosas *Memórias de Litteratura Portugueza* em 8 tomos e *Memórias Económicas* em 5 tomos.

Salienta-se que nestas *Memórias* há estudos de Domingos Vandelli, de João de Loureiro, de José Bonifácio de Andrade e Silva, Vicente de Seabra, de J. A. Dalla Bella, de Monteiro da Rocha, de Francisco Garção Stokler, etc., etc.

Recorde-se ainda que a preocupação da Academia em usar a Ciência para o desenvolvimento sócio-económico do país, vem do

seu início já que em 1779 giza um grande plano para promover o melhoramento e progresso da agricultura portuguesa e mais tarde cria a Instituição Vacínica.

Foi igualmente importante a política de formação de jovens que permitiu melhor abordagem, compreensão e mesmo solução dos problemas sócio-económicos do país.

A Academia cria no seu seio departamentos devidamente apetrechados para a observação e experimentação laboratoriais como o Observatório Matemático, os Gabinetes de História Natural e de Physica e o Laboratório de Chimica.

A partir de 1781 a Academia põe publicamente questões para serem tratadas por quem desejasse, com prémios em dinheiro.

É particularmente importante o papel de Frei José Mayne no domínio da História Natural.

Frei Mayne lega os bens que herda de seu irmão à Academia o que proporciona a manutenção económica do Museu e do Gabinete de História Natural. Esse Museu devidamente estudado e recuperado pelos últimos dois seus directores (Rómulo de Carvalho e Telles Antunes) é hoje peça importante do espólio cultural da Academia e propiciadora de trabalhos de investigação nos domínios da História das Ciências, Etnografia e Arqueologia.

Deve referir-se a preocupação da Academia na formação de jovens investigadores que seleccionava e a quem proporcionava bolsas de estudo no estrangeiro.

Um dos casos mais paradigmáticos envolveu três “pensionários” que se tornaram famosos pelas suas actividades.

No dizer de Latino Coelho, os fundadores da Academia “em vez de convidar ao magistério a estrangeiro - professores, que não seriam nunca os de maior saber e auctoridade, era mais congruente enviar às célebres escolas europeias alguns talentos fervorosos de observar e aprender”.

É assim que três “pensionários” José Bonifácio de Andrade e Silva, Manuel Ferreira de Araújo Câmara e Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira frequentaram estudos em França, Alemanha, Suécia, Noruega, Itália, etc., onde se demoraram cerca de uma década, regressando a Portugal para desempenharem importantes cargos científicos e técnicos. Os dois primeiros, de origem brasileira, uma vez no Brasil ocupam lugares de topo no seu país.

Verifica-se que o papel desempenhado pela Academia nos primórdios da sua existência ia para além de um mero areópago de literatos, historiadores e homens de ciências (matemáticos, físicos e naturalistas); geria e usava laboratórios destas ciências e tinha actividade escolar, dando lições públicas com demonstrações experimentais que eram anunciadas na *Gazeta de Lisboa*.

Referimos já entre obras de realce as *Memórias Económicas* em 5 tomos e as *Memórias de Litteratura Portuguesa*, em 8 volumes.

Aquelas *Memórias Económicas* tiveram recentemente estudos de análise dos Profs. Jacinto Nunes e José Luís Cardoso.

As *Memórias de Litteratura Portuguesa* merecem agora estudo e análise adequada do Prof. Eurico Gomes Dias.

De acordo com o *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Innocencio Francisco da Silva de 1862, tomo VI, pp. 200-203, esta obra de que dá “o índice ou resenha das (memórias) compreendidas nos oito volumes (...), forma de per si um dos mais importantes e valiosos subsídios para os estudos do philologo português”.

De facto ao ler-se aquela “resenha” tem-se noção da amplitude e diversidade do conteúdo das Memórias Litterárias e como é importante a tarefa a que se propõe o Prof. Eurico Gomes Dias ao estudar o seu impacto no panorama intelectual nacional da época.

Estas Memórias, em número de 56, tratam de assuntos tão díspares como “a poesia bucólica dos poetas portugueses (1.^a Memória do Tomo I)” ou “origens dos nossos juizes de fora (3.^a Memória do Tomo I)”, e ainda “sobre a antiguidade das Caldas de Vizela (2.^a

Memória do Tomo III)” até “códices, manuscritos do Real Mosteiro de Alcobaça (5.^a Memória do Tomo V)”, etc., etc.

Este enorme acervo de Memórias foi produzido por vinte e quatro autores sendo um deles anónimo.

Como refere o Prof. Gomes Dias no seu Intróito “em todas as Memórias, reconhecem-se manifestamente as preocupações estatais, académicas e de entidades particulares sobre a projecção dos estudos científicos, económicos e históricos no quotidiano social português”.

A época de produção das *Memórias de Litteratura Portuguesa* ocupa o lapso de tempo de vinte e dois anos, de 1792 a 1814. Significa isto que são produzidas neste período charneira em que se assiste ao ocaso do Antigo Regime e ao dealbar do Liberalismo preparado pelas Invasões Francesas. É um período histórico de movimentações sócio-políticas importantes que vindo da placidez do reinado de D. Maria I se projecta pelos tempos turbulentos da saída da corte para o Brasil, do seu regresso e do novo mundo que se adivinha e consolida.

Propõe-se o autor do estudo agora oferecido ao público revistar todos os trabalhos historiográficos inseridas nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*, comentá-los, averiguar como e por que nasceram e, inclusivamente, a que público-alvo se dirigiram fundamentalmente.

É uma tarefa não só importante mas ainda fundamental para que se compreendam as ideias, as motivações, os propósitos de um conjunto amplo de intelectuais e cientistas que dominaram e conduziram os destinos da Academia no primeiro quarto de século da sua existência.

Decorridos dois séculos sobre a publicação das *Memórias de Litteratura Portuguesa* já possuímos o recuo epistemológico adequado para a análise serena do conjunto tão díspar de estudos e sua interligação interna (em enquadramento gisado pela Academia) ou simples justaposição e do seu correlacionamento estreito ou discreto

com a matriz sócio-político-económica em que foram produzidos. Recorde-se que a obra que agora se publica trata das “Memórias de Litteratura Portugueza (1792-1814): os Homens e as Letras na Academia Real das Ciências”.

É um estudo bem-vindo, retomando produção de período áureo da Academia que merece ser melhor conhecido e apreciado.

Luís Aires-Barros

Presidente da Academia das Ciências de Lisboa

PARTE INTRODUTÓRIA

*Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*¹

“Se não for útil o que fizemos, a glória será vã”

1. Intróito

A presente obra tem por base os estudos efectuados para pós-doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto [FLUP]. Sendo um projecto previamente financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, inexplicavelmente, a prossecução desse apoio não foi respeitada na sua plenitude, o que levou a uma mudança metodológica no esboço inicial, o qual se intitulava “*Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias* [1797-1857]: ciências de incidência histórica e construção historiográfica”². Adiante estes impedimentos e outras incongruências, ainda por esclarecer, todo o trabalho seria forçosamente readaptado a novas abordagens, manifestamente mais circunscritas, mas nem por isso menos laboriosas ou de profundíssima perscrutação científica.

¹ “At mehercule narrabit, quod quis voluerit, / Oliva nobis propter fructum est gratior. / Tunc sic Deorum genitor atque hominum sator: / O nata, merito sapiens dicere omnibus: / Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria. / Nihil agere, quod non prosit, fabella admonet.” *Phædri Augusti Liberti Fabularum Æsopiarum...*, Livro I, Imprensa de Joaquin Ibarra, Madrid, 1775, p. 90.

² À época continha a seguinte referência: SFRH/BPD/36558/2007.

Os primórdios da Academia Real das Ciências de Lisboa constituem um campo de estudo insuficientemente examinado³, tendência manifesta na impossibilidade de uma análise exaustiva a todas as *Memorias*, nomeadamente as compreendidas até 1857, como originalmente pretendíamos. Consequentemente, a nossa avaliação circunscreveu-se unicamente sobre os trabalhos reunidos nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, imitando os preceitos da série homónima⁴ publicada pela Academia Francesa, uma das primeiras colectâneas científicas da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Deste modo, as *Memorias de Litteratura Portugueza* compreendem oito volumes em formato «in-quarto», todos impressos exclusivamente na *Officina Typographica*⁵ da Academia. Esta compilação conheceu seis momentos principais, correspondentes a períodos editoriais distintos:

- Vols. I-III, 1792;
- Vols. IV-V, 1793;

³ “As tradições mais vivas da historia portuguesa, as que lhe imprimem mais caracteristico cunho, não são decerto tradições intellectuaes, mas sim empresas de acção, descobertas marítimas e conquistas coloniaes; porém, é força reconhecer que da actividade scientifica e litteraria de Portugal, daquella parte que não é de criação do genio pessoal, são depositarias duas instituições principaes que a todos os portugueses devem merecer particular veneração: a Universidade de Coimbra, sete vezes secular, repetidamente illustre por seus professores e discipulos, e a Academia das Sciencias de Lisboa, que como vice-presidentes, secretarios e socios teve nomes dos mais distinctos de Portugal.” FIGUEIREDO, Fidelino de – «O que é a Academia das Sciencias de Lisboa (1779-1915)», separata da *Revista de História*, vol. IV, n.º 16, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos/Typographia da Empresa Litteraria, Porto, 1915, p. 304. Aqui deixo um público agradecimento ao Nuno Bessa Moreira, doutor em História [FLUP], pela cedência bibliográfica.

⁴ Entre várias *Memorias* consideradas como referências, salientamos as colectâneas *Histoire de l'Academie Royale des Inscriptions et Belles Lettres avec les Mémoires de Littérature...*, vols. I-L, Imprimerie Royale, Paris, 1717-1809 ou, numa outra linha, SALENGRE, Albert-Henri de – *Memoires de Littérature*, vols. I-II, Chez Henri du Sauzet, Haia, 1715-1717, depois seguida em *Continuation des Memoires de Littérature et d'Histoire*, vols. I-XI, Chez Simart, Paris, 1726-1731.

⁵ MACHADO, M. Rosa Pacheco – *A Academia Real das Sciencias de Lisboa e a sua Tipografia (1780-1910)*, dissertação de mestrado em Ciências Documentais, UAL [versão policopiada], Lisboa, 2007.

- Vol. VI, 1796;
- Vol. VII, 1806;
- Vol. VIII, Parte Primeira, 1812;
- Vol. VIII, Parte Segunda, 1814.

Um novo prisma de estudo obrigou-nos, necessariamente, a avançar com um título geral rectificado, de acordo com as novas modificações: “*Memorias de Litteratura Portuguesa* da Academia Real das Ciências de Lisboa [1792-1814]: ciências de incidência histórica e construção historiográfica”, o qual expomos à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Este labor académico pretendeu, fundamentalmente, compreender a proximidade entre a investigação científica da Academia Real das Ciências e a dinâmica da escrita historiográfica portuguesa entre as décadas de 1790 e 1810⁶. Este período, ainda que relativamente estrito, consagrou a cientificidade progressiva da aplicação historiográfica, preparando o caminho para as grandes inovações do Romantismo⁷. Foram tratadas as problemáticas e expressões da historiografia dessa época turbulenta que se confunde com o reinado de D. Maria I⁸ e assiste ao termo do Antigo Regime⁹, às Invasões

⁶ AYRES [de Magalhães SEPÚLVEDA], Cristóvão de – *Para a História da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1904)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1905; IDEM – «Para a História da Academia das Ciências de Lisboa», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. XII, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927.

⁷ Entre outras referências, REIS, Carlos, e PIRES, Maria da Natividade – *História Crítica da Literatura Portuguesa. O Romantismo*, vol. V, Editorial Verbo, Lisboa, 1993.

⁸ MATOS, Sérgio Campos – *Historiografia e Memória Nacional do Portugal do século XIX (1846-1898)*, Edições Colibri, Lisboa, 1998, pp. 473-474.

⁹ FERRÃO, António – «A Academia das Ciências de Lisboa e o movimento filosófico científico e económico da segunda metade do século XVIII: a fundação dêsse instituto e a primeira fase da sua existência», separata do *Boletim da Classe de Letras*, n.º 15, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923.

Francesas¹⁰ e se prepara a Revolução Liberal de 1820, na qual esta agremiação científica deteve um papel hegemónico¹¹.

A disposição metodológica genérica deste trabalho está delineada num esquema alfabético, expressa pelo primeiro nome dos 24 autores que colaboraram nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, abrangendo um total de 55 ensaios científicos, únicos e seriados, versando matérias distintas¹². Correspondentes aos capítulos no corpo deste volume, enumeram-se as observações historiográficas dos seguintes participantes:

- I. António Caetano do Amaral [4 *Memorias*];
- II. António das Neves Pereira [3 *Memorias*];
- III. António de Araújo de Azevedo [1 *Memoria*];
- IV. António Pereira de Figueiredo [2 *Memorias*];
- V. António Ribeiro dos Santos [14 *Memorias*];
- VI. Constantino Botelho de Lacerda Lobo [1 *Memoria*];
- VII. Francisco Dias Gomes [1 *Memoria*];
- VIII. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio [1 *Memoria*];
- IX. João de Sousa [1 *Memoria*];
- X. João Pedro Ribeiro [4 *Memorias*];
- XI. Joaquim de Fóios [1 *Memoria*];

¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Palas, Lisboa, 1988, pp. 36-37.

¹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica (Século XVIII)*, vol. III, Editorial Verbo, Lisboa, 1974, pp. 296-297; *Historiografia Portuguesa dos Séculos XIV a XVIII. Exposição Bibliográfica – Guia*, BNL, Lisboa, 1976, pp. 21 e 23.

¹² “Segundo o primitivo plano adoptado pela Academia, quando se determinou a publicar as suas *Memorias* em quatro classes separadas, isto é, de Sciencias naturaes e exactas, – economia e industria, – agricultura – e litteratura portugueza – consideraram-se pertencentes a esta ultima classe os escriptos que tivessem por assumpto «a lingua, e a historia portugueza consideradas em todos os possiveis aspectos e relações.» Isto mesmo se declara na advertencia preliminar do secretario, collocada á frente do volume I das sobreditas *Memorias*.” Cf. «*Memorias de Litteratura Portugueza*», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VI, pp. 200-203.

- XII. Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão [3 *Memorias*];
- XIII. Joaquim Forjaz Pereira Coutinho [1 *Memoria*];
- XIV. Joaquim José Ferreira Gordo [1 *Memoria*];
- XV. José Anastácio de Figueiredo Ribeiro [6 *Memorias*];
- XVI. José António de Sá [1 *Memoria*];
- XVII. José Diogo Mascarenhas Neto [1 *Memoria*];
- XVIII. José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos [1 *Memoria*];
- XIX. José Veríssimo Álvares da Silva [2 *Memorias*];
- XX. Pedro José de Figueiredo [1 *Memoria*];
- XXI. Sebastião Francisco de Mendo Trigosso Homem de Magalhães [2 *Memorias*];
- XXII. Tomás António de Vila Nova Portugal [2 *Memorias*];
- XXIII. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa [1 *Memoria*];
- XXIV. Anónimo(s) [1 *Memoria*].

Como se poderá averiguar ao longo deste labor, desenvolvemos múltiplas inquirições para todas as *Memorias*, embora essa problematização incidisse basicamente nas concepções gerais de «História». Tivemos em consideração determinados condicionalismos metodológicos no estudo das *Memorias de Litteratura Portuguesa*, bem como as relações de proximidade/afastamento com o discurso científico e historiográfico consentâneo à época¹³. Em todas as *Memorias*

¹³ “Nas *Memórias de Litteratura Portuguesa*, editadas pela Academia em sete volumes^[sic], encontra-se pouco ou absolutamente nada sobre a história da literatura. Uma história da poesia bucólica nestas memórias, mais tarde de novo impressa nas *Memórias* maiores da Academia, é extraordinariamente pobre e fraca. As *Memórias de Litteratura Portuguesa* são ricas em ensaios sobre História de Portugal, escritos em parte com muita aplicação e rigor. Muitos documentos antigos são aí reproduzidos, muito da antiga e nova constituição do país é aí explicado. Para um historiador são indispensáveis. Além destes, recentemente, só há trabalhos insignificantes sobre a História de Portugal, não havendo um único em que se observe uma bela exposição.” LINK, Heinrich Friedrich – «Primeiro Apêndice. Sobre a Literatura e a Língua Portuguesa», in *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, tradução, introdução e notas de Fernando Clara, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2005, p. 289.

reconhecem-se manifestamente as preocupações estatais, académicas e de entidades particulares sobre a projecção dos estudos científicos, económicos e históricos no quotidiano social português¹⁴.

Ocupando um lugar cimeiro na promoção e vulgarização científica no nosso país, a Academia Real das Ciências de Lisboa permanece, com as devidas homenagens, o vértice da excelência académica nacional. Desde os seus primórdios e por exigência estatutária¹⁵, desenvolveu inúmeros trabalhos científicos, posteriormente editados em várias colectâneas ‘periódicas’, genericamente conhecidos por *Memorias*¹⁶. Não deixaram de ser notórios, desde logo, os debates ideológicos e políticos no seio da Academia Real das Ciências de Lisboa, atendendo à influência da Revolução Francesa e o findar do *Ancien Régime*¹⁷, assim como a fuga da Família Real para o Brasil – e iniciando-se, desde então, o impulso do movimento académico brasileiro¹⁸ – e as desordens das

¹⁴ “A vida da Academia nunca foi tão fácil quanto se possa imaginar. Ora louvada, ora atacada; marcada pelo entusiasmo, a dedicação e o labor de muitos dos sócios, mas também pelo desinteresse de outros; apregoada como instituição nacional de alto nível, mas sofrendo também da desatenção da Coroa, de Ministérios e Secretarias de Estado, que se serviam dela quando lhes convinha; vista de longe e como misteriosa pela sociedade em geral, que não compreendia a sua utilidade; não escapou aos avatares políticos e religiosos que se tornariam mais intensos na primeira metade do século XIX.” AMARAL, Ilídio do – «Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa», in *Memórias da Academia das Ciências. Classe de Letras*, ACL [s. d.], Lisboa, p. 17.

¹⁵ Para os primeiros tempos desta agremiação científica, vejamos o *Plano de Estatutos em que convierão os Primeiros Socios da Academia das Sciencias de Lisboa*, Typographia da Academia, Lisboa, 1780.

¹⁶ Entre as quais se contam, entre outras, as *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. I (desde 1780 até 1788), Typographia da Academia, Lisboa, 1797; *Memorias de Mathematica e Phisica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. I-III, Typographia da Academia, Lisboa, 1799-1812.

¹⁷ MONTEIRO, Nuno Freitas – *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2003.

¹⁸ LIMA, Péricles Pedrosa – *Homens de ciência da Coroa. Os intelectuais do Brasil na Academia Real das Ciências de Lisboa (1779/1822)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2009.

Invasões Francesas¹⁹, bem como ao dealbar das ideias liberais e constitucionais que se avizinhavam²⁰.

A correlação entre os avanços da historiografia científica nacional e a exteriorização do movimento académico iluminista e pré-romântico²¹ foram, por sublimidade, testemunhados nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*. Ainda que nos faltem informações concretas sobre o público-alvo atingido e outras estimativas sobre o número e o nível de instrução dos leitores, as classes sociais a que pertenciam e outras particularidades²², o certo é que o impacto desta colectânea de *Memorias* foi determinante no panorama cultural nacional.

2. Breves olhares sobre as origens da Academia Real das Ciências de Lisboa

Para entendermos as abordagens inovadoras que as *Memorias de Litteratura Portuguesa* acarretaram no panorama cultural português é imprescindível, ainda que de um modo assaz superficial, focar um pouco da história da Academia Real das Ciências de Lisboa, nomeadamente quanto ao primeiro estágio da sua existência²³, nomeadamente entre a sua fundação [24 de Dezembro de 1779] até

¹⁹ ARAÚJO, Ana Cristina – «As Invasões Francesas e a afirmação das ideias liberais», in *História de Portugal*, direcção de José MATTOSO, vol. V, Editorial Estampa, Lisboa, 1993, pp. 17-43.

²⁰ BARATA, Paulo – *Os Livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003, p. 48.

²¹ Sobre as ciências auxiliares da historiografia nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*, cf. FIGUEIREDO, Fidelino de – *Literatura Portuguesa: desenvolvimento histórico das origens à actualidade*, 3.^a edição, «Biblioteca Brasileira de Filologia», n.º 8, Livraria Académica, Rio de Janeiro, 1955, pp. 238-239.

²² COSTA, Melba Ferreira da – *Índices das Memórias da Literatura Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa: 1792-1814*, ACL, Lisboa, 1991.

²³ IRIA, Alberto – «A fundação da Academia das Ciências de Lisboa», separata de *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. II, ACL, Lisboa, 1986, pp. 1283-1299.

às vésperas da Revolução Liberal de 1820. Obviamente, este tema foi já abordado em vários ensaios de investigação, embora este contexto careça de alguma actualidade e profundidade em certos pormenores. Consequentemente, e por opção metodológica, interessou-nos contextualizar a pertinência das *Memórias de Litteratura Portuguesa* [1792-1814] nos primeiros tempos desta agremiação científica e quais os objectivos gerais dessa iniciativa.

Remontando aos inícios do século XVII, foram criadas inúmeras academias científicas por toda a Europa, as quais conheceram uma profusão incrível ao longo de todo o século XVIII²⁴. Em comum, detinham a ambição de romper com o conhecimento escolástico e promover a difusão dos novos conhecimentos científicos e técnicos, consolidando o *Século das Luzes* e permitindo o triunfo da Razão²⁵, como é sabido. Podem mencionar-se, entre muitas outras agremiações idênticas, a Accademia Nazionale del Lincei²⁶ [Roma, 1603], a Accademia del Cimento²⁷ [Florença, 1657], a Royal Society ou The Royal Society of London for the Improvement of Natural Knowledge²⁸ [1660] ou a Académie des Sciences de Paris²⁹

²⁴ FORJAZ, António Pereira – «As Academias: História e renovação», separata das *Memórias da Academia das Ciências. Classe de Ciências*, vol. IIII, ACL, Lisboa, 1960, pp. 1820.

²⁵ Salientamos alguns títulos: *O Homem do Iluminismo*, direcção de Michel Vovelle, tradução de Maria Georgina Segurado, Editorial Presença, Lisboa, 1997; *O Iluminismo Luso-Brasileiro*, Academia das Ciências de Lisboa/Academia Brasileira de Letras, INCM, Lisboa, 2007; STARK, Rodney – *A Vitória da Razão*, tradução de Mariana de Castro, Tribuna da História, Lisboa, 2007.

²⁶ CARUTTI, Domenico – *Breve storia della Accademia dei Lincei*, Real Accademia Salviucci, Roma, 1883.

²⁷ *The Accademia del Cimento and its european context*, edição de Marco Beretta, et al., Science History Publications, Massachusetts, 2009.

²⁸ SPRAT, Thomas – *The History of the Royal Society of London, for the improving of Natural Knowledge*, J. Martyn, Londres, 1667; ou, com a maior utilidade, ver *Membros Portugueses da Royal Society*, coordenação e textos introdutórios de Carlos Fiolhais, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 2011.

²⁹ BERTRAND, Joseph – *L'Académie des Sciences et les Académiciens de 1666 a 1793*, J. Hetzel Libraire Éditeur, Paris, 1869.

[1666], bem como a Academia das Ciências de Berlim³⁰ [Königlich-Preußische Akademie der Wissenschaften, 1700], todas provendo modelos e estabelecendo intercâmbios cruciais para a congénere portuguesa³¹.

A Academia Real das Ciências de Lisboa propôs-se, desde o seu início, a diligenciar a Ciência e o Ensino para o maior progresso e prosperidade do nosso país, adoptando uma divisa que expressa paradigmaticamente o seu espírito: *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria* [“Se não for útil o que fizemos, a glória será vã”]³². Pretendendo a ruptura com os moldes tradicionais do Conhecimento, estas academias privilegiavam o intercâmbio entre os homens de Saber e diligenciavam o progresso das Ciências através da publicação de reflexões, memórias, actas e periódicos científicos, entre outros formatos editoriais³³. Sob o seu patrocínio, sem omitir a coadjuvação de outros mecenas, implementaram a fundação e a sustentabilidade de bibliotecas³⁴, de laboratórios e observatórios³⁵, assim como a instituição de prémios³⁶ para os trabalhos académicos, sem esquecer o

³⁰ *Die Königlich Preussische Akademie der Wissenschaften zu Berlin im Kaiserreich*, edição de Jürgen Kocka, Rainer Hohlfeld, *et al.*, Akademie Verlag, Berlim, 1999.

³¹ PEIXOTO, José Pinto – «A revolução cultural e científica dos séculos XVII e XVIII e a génese das Academias», in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. II, pp. 1353-1377.

³² *Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779*, ACL, Lisboa, 1999.

³³ TORGAL, Luís Reis – «Um novo espírito científico – a Academia Real das Ciências», in *História da História em Portugal (séculos XIX-XX). A História através da História*, vol. I, Temas & Debates, Lisboa, 1998, pp. 31-35.

³⁴ BETTENCOURT, João Leão Cardozo de – *A Biblioteca da Academia Real das Sciencias de Lisboa: noticia summaria*, Typographia da Academia, Lisboa, 1909; GONÇALVES, João da Silva – *A biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, ACL [versão policopiada], Lisboa, 1987.

³⁵ CARVALHO, Rómulo de – *A Astronomia em Portugal no século XVIII*, «Biblioteca Breve», Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1985, pp. 91-101.

³⁶ “[...] Nas sessões publicas lia o secretario o relatorio do estado da sociedade, dos seus progressos desde a ultima sessão, e das noticias academicas que em geral podessem interessar aos assistentes. Publicavase depois o programma para as memorias de concurso, e o juízo que a academia já tinha feito sobre as que concorreram ao programma antecedente. Não havia dias determinados para as sessões publicas,

apoio logístico e financeiro a numerosos projectos de investigação e a numerosas digressões científicas em território nacional e ultramarino³⁷.

Apesar da sua condição periférica e fortemente controlado pelo aparelho inquisitorial³⁸, mas acompanhando esta propensão europeia e norte-americana, foram criadas algumas academias em Portugal, frequentemente direccionadas para o cultivo das Letras³⁹, embora as preocupações científicas fossem assumidas gradualmente como princípio capital. Estas academias, agregando um número restrito de membros, tinham como principal objectivo o culto das Letras, da História e das Ciências, ou ainda, entre as sociedades de curta duração, a celebração de determinados acontecimentos⁴⁰. Apontem-se, como arquétipos mais conhecidos, a *Academia dos Generosos*⁴¹

dependendo estas de varias circunstancias politicas e economicas. Em todas as 4.^{as} feiras se reunia assemblea semipublica, ou litteraria, bem como nas 5.^{as}, assembleias particulares de *effectivos*, ou de *conselho*, aonde se tratavam dos negocios litterarios e economicos da sociedade. O premio concedido pela academia ao individuo que satisfazia ás indicações do programma, consistia ordinariamente n'uma medalha de ouro no valor de 50\$000 réis; porem distribuia outros, para objectos de menor monta, que constavam d'uma medalha de prata, do mesmo tamanho e cunho de ouro." M.J.M.T. [?] – «Academias Portuguezas. 2.^a Academia Real das Sciencias», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. IV, ft. 186, 21 de Novembro de 1840, pp. 375-376.

³⁷ *A Infância da Academia (1788-1794). Visita aos Arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, publicada e largamente prefaciada por António Baião, Academia das Ciências, Lisboa, 1934.

³⁸ FRANCO, José Eduardo, e ASSUNÇÃO, Paulo de – *As Metamorfoses de um Polvo. Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Séc. XVIII)*. Estudo introdutório e edição integral dos Regimentos da Inquisição Portuguesa, «Gabinete Inquisitorial», Prefácio, Lisboa, 2004.

³⁹ AYRES [de Magalhães SEPÚLVEDA], Cristóvão de – «Para a História da Academia das Ciências de Lisboa», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. XII, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927.

⁴⁰ REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – *História da Literatura Portuguesa desde as origens à actualidade*, 6.^a edição, Atlântida Livraria, Coimbra, 1930, pp. 415-428.

⁴¹ MATIAS, Elze Vonk – «A Academia dos Generosos: uma academia ou uma sequência de academias?», separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 4, BN, Lisboa, 1982, pp. 223-241.

[1647-1667] e a Academia Real da História Portuguesa⁴² [1720], cada qual provendo o seu contributo ao Conhecimento.⁴³

Considerada como uma sucessora, *de facto*, da Academia Real da História Portuguesa, a recente Academia Real das Ciências de Lisboa será instituída a 24 de Dezembro de 1779, após a aprovação régia dos seus primeiros estatutos sob a chancela de D. Maria⁴⁴. Depois da reunião preliminar realizada a 16 de Janeiro de 1780 e onde será eleito D. João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva⁴⁵ [1719-1806], 2.º duque de Lafões, como presidente, a primeira sessão pública da Academia efectuar-se-á a 4 de Julho de 1780 com uma «Oração de Abertura»⁴⁶ a cargo de Teodoro de Almeida⁴⁷ [1722-1804].

⁴² SILVA, Manuel Teles da – *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*, vol. I, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1727 [edição facsímile da Academia Portuguesa da História, 2010]; MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*, Edições Minerva, Coimbra, 2003; IDEM – «Sociabilidade, cultura e urbanismo», in *D. Maria I, a Piedosa [1734-1816]*, «Rainhas e Infantas de Portugal», Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2011, pp. 82-84.

⁴³ COSTA, Luís Xavier da – *Quadro Historico das Instituições Académicas Portuguesas*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1932; FERREIRA, João Palma – *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1982.

⁴⁴ LAMEIRAS, António Simão – *Do Informalismo ao Formalismo na Ciência Setecentista em Portugal. Do Conde da Ericeira à Academia Real das Ciências de Lisboa*, dissertação de mestrado em História e Filosofia das Ciências, FCTUNL [versão policopiada] Lisboa, 2000.

⁴⁵ LEAL, José da Silva Mendes – *Elogio historico do do socio effectivo da Academia Real das Sciencias, e seu primeiro Presidente D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões*, Typographia da Academia, Lisboa, 1859; CARVALHO, Rómulo de – *D. João Carlos de Bragança, 2.º Duque de Lafões, fundador da Academia das Ciências de Lisboa*, ACL, Lisboa, 1987; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, e COSTA, Fernando Dorés – *D. João Carlos de Bragança, 2.º duque de Lafões – uma vida singular no Século das Luzes*, Edições INAPA, Lisboa, 2006.

⁴⁶ «Estes estabelecimentos não são como os edificios de pedras, que somente esperão do tempo o decoro da antiguidade contrapezado com a ruína e decadencia dos annos; pelo contrario são como as tenras plantas que necessitam essencialmente de tempo para dele receberem augmento, vigor, formozura e fertilidade.» Alocução de Teodoro de Almeida na oração proferida na abertura de actividades da Academia, em 4 de Julho de 1780.

⁴⁷ BORRALHO, M.^a Luísa Malato – «Teodoro de Almeida. Entre as histórias da História e da Literatura», in *Estudos em homenagem a João Francisco*

Os primeiros tempos da Academia Real das Ciências de Lisboa confundem-se, sobremaneira, com a fixação do projecto académico iniciado pelo 2.º duque de Lafões, coadjuvado por José Francisco Correia da Serra⁴⁸ [1750-1823], mais conhecido por abade Correia da Serra, implementando-se neste período os estatutos e objectivos fulcrais da Academia. No âmago dos sócios fundadores da instituição são de destacar os nomes de Luís António Furtado do Rio de Mendonça e Faro⁴⁹ [1754-1830], 6.º visconde de Barbacena, e de Domenico Vandelli⁵⁰ [1735-1816], professor italiano contratado para a Universidade de Coimbra, embora nenhum deles tenha contribuído directamente para as *Memórias de Litteratura Portuguesa*, à excepção deste brilhante «proémio» do abade Correia da Serra. Aqui se reúnem os objectivos gerais da colectânea que então se iniciava, assim como as definições possíveis para o conceito de «Litteratura Portuguesa»:

No tempo em que a Academia Real das Sciencias se formou, e ficou para assumpto dos trabalhos de huma das suas tres Classes, a Litteratura Portuguesa, varios fôraõ no Publico os juizos, e mui vagas as idéas sobre o que por este nome devia entender-se. Ainda entre as pessoas instruidas, as inclinações a particulares

Marques, vol. II, FLUP, Porto, 2001, pp. 213-227; SILVA, José Alberto – *A apropriação da Filosofia Natural em Teodoro de Almeida (1722-1804)*, Centro Universitário de História das Ciências e da Tecnologia, Lisboa, 2009.

⁴⁸ SERRA, José Correia da – *Investigações Botânicas*, introdução e coordenação editorial de Ana Carneiro, Ana Simões e Maria Paula Diogo, «História e Filosofia da Ciência», n.º 3, Porto Editora, Porto, 2003; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula, e CARNEIRO, Ana – *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*, «História e Filosofia da Ciência», n.º 10, Porto Editora, Porto, 2006.

⁴⁹ FORJAZ, António Pereira – «O conde de Barbacena, primeiro secretário-geral da Academia», separata do *Boletim da Academia das Ciências*, n.º 31, ACL, Lisboa, 1959.

⁵⁰ VANDELLI, Domingos – *Memórias de História Natural*, introdução e coordenação editorial de José Luís Cardoso, «História e Filosofia da Ciência», n.º 2, Porto Editora, Porto, 2002; *Gabinete Transnatural de Domingos Vandelli*, edição e desenhos de Paulo Bernaschina e Pedro Formosinho, fotografia de António Moreira Pinto, Artez, Coimbra, 2008.

assumptos, reguláraõ os juizos, e modificáraõ as idéas, que cada hum formou. Huns julgáraõ, que o estudo da Linguagem, que por mais pura era havida; outros por fim varios outros objectos constituaõ, o que a Academia designava por Litteratura Portugueza. Os juizos precipitados de gente sabia, a mesma sciencia os rectifica; mas a experiencia de muitos annos tem mostrado, que he necessario dar á Mocidade, que tantas esperanças vai dando, huma definiçaõ, do que por Litteratura Portugueza se entende, e de quaes sejaõ os limites naturaes deste genero de saber, que a Academia julgou assaz vasto, e importante para occupar inteiramente huma das suas Classes, assaz analogo nos seus varios ramos para constituir huma só sciencia, e assaz separado das outras para merecer hum nome proprio.

De todos os ramos de erudiçaõ, que fôrmaõ a Litteratura, nenhum pôde ser proprio, e particular a hum povo, senaõ a lingua que falla, e a historia do que lhe aconteeo. Huma e outra lhe pertencem exclusivamente, e ambas entre si se soccorrem. Nem será fácil conhecer a formaçaõ, e analogia da sua lingua, sem conhecer as revoluções que lhe deraõ origem, e a guiáraõ, por assim dizer, na derrota que seguiu desde seus principios até ao estado em que se acha; nem tambem as suas antiguidades podem ser cabalmente investigadas, sem hum perfeito conhecimento da sua linguagem, nas varias épocas da sua existencia. São por conseguinte *a Lingua, e a Historia Portugueza, consideradas em todos os possiveis aspectos, e relações*, os dous objectos que constituem, o que a Academia quis entender por Litteratura Portugueza; objectos não só entre si análogos, mas tambem diversos, e separados de toda a outra erudiçaõ, que, ou compete a póvos estranhos, ou pela generalidade dos seus assumptos, pertence a todo o genero humano sem respeito particular a naçaõ alguma.

O muito, que matérias taõ nossas interessar-nos, o proveito, que da sua perfeiçaõ se nos segue, e o desejo de fomentar o amor

da Patria, que se a todas as nações he util, he na nossa pequenez necessario, são as causas, que movêraõ a Academia a colligir as Memorias sobre este assumpto, em hum corpo separado, a que este volume dá principio⁵¹.

Um novo diploma régio, datado de 13 de Maio de 1783, legitimava e nobilitava a utilidade pública da Academia, passando a designar-se futuramente como «Academia Real das Ciências de Lisboa»⁵². Como beneficiária da protecção da Coroa, usufruía de vários privilégios, entre os quais, a concessão de livre acesso dos académicos aos arquivos do Reino⁵³, a isenção de censura às obras académicas⁵⁴ e a permissão de livre circulação para os livros impressos pela Academia em qualquer parte do território nacional e dos domínios ultramari-

⁵¹ SERRA, José Correia da – «Prologo», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, Officina da Academia das Sciencias, Lisboa, 1792. Com grande interesse sobre a união dos conceitos de «literatura» + «história»: CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da – *A construção do discurso da História Literária na Literatura Portuguesa do século XIX*, «Poliedro», n.º 12, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, 2002; ou *História(s) da Literatura. Actas do 1.º Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas*, coordenação de M.ª da Penha Campos Fernandes, Universidade do Minho/Almedina, Braga/Lisboa, 2005.

⁵² “Tendo tratado até aqui dos Estatutos que a Academia tem feito para seu particular governo, não se deve reputar alheio do assumpto fazer huma breve menção das muitas graças e privilegios que Sua Magestade Fidelissima, que Deos guarde, e S. Alteza Real o Príncipe Regente tem concedido a esta Sociedade; ou já digão respeito á consideração politica de que ella gosa no Estado, ou ao seu governo tanto economico, como literario: e em quanto á primeira parte, a primeira e maior prerrogativa da Academia he estar immediatamente debaixo da Regia Protecção, usando do Titulo de Real. *Aviso de 13 de Maio de 1783.*” Cf. «Dos Privilegios concedidos pelos Senhores Reis destes Reinos á Academia das Sciencias, e aos seus Socios», in *Collecção Systematica das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa...*, Typographia da Academia, Lisboa, 1822, tít. XXIII, p. 68.

⁵³ RIBEIRO, Fernanda – «O Ensino de Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário Arquivista», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, pp. 49-50.

⁵⁴ BASTOS, José Timóteo da Silva – *História da censura intelectual em Portugal. Ensaio sobre a compressão do pensamento português*, 2.ª edição, «Testemunhos Portugueses», Moraes, Lisboa, 1983, pp. 153-154.

nos⁵⁵. Posteriormente, a qualificação de “Real” viria a desaparecer com a implantação da República após 1910, uma terminologia que se mantém até aos nossos dias⁵⁶.

A Academia Real das Ciências de Lisboa pretendia, muito particularmente, inverter o grande atraso estrutural português, incentivando o desenvolvimento técnico-científico e disseminar os mais recentes avanços da Ciência⁵⁷. Dentro do espírito utilitário tão característico do Iluminismo, era necessário fazer vingar o progresso social através da aplicabilidade dos conhecimentos mais avançados⁵⁸. Paralelamente a estas inquietações, foi objectivo primordial contribuir para o aperfeiçoamento e a expansão da educação, mormente ao nível primário e secundário, querelas antigas que que ainda afligem o nosso panorama educativo⁵⁹. Estes propósitos estão explicitados no artigo 1.º do *Plano de Estatutos da Academia* [1780], onde se declara que “[...] esta Academia consagra gloria e felicidade publica, para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes e aumento da industria popular⁶⁰.”

Tendo primeiramente o 2.º duque de Lafões como presidente, o 6.º visconde de Barbacena como secretário e o abade Correia da Serra como vice-secretário, a Academia Real das Ciências de Lisboa ficou

⁵⁵ MARTINS, M.^a Teresa Esteves Payan – *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/FCT, Lisboa, 2005, pp. 75-80.

⁵⁶ FORJAZ, António Pereira – «A presidência efectiva da Academia na era brigantina: 1779-1810-1910», separata do *Boletim da Academia das Ciências*, n.º 31, ACL, Lisboa, 1959.

⁵⁷ CARVALHO, Camila Antunes – *A Academia das Ciências de Lisboa*, dissertação de mestrado em Matemática, Universidade do Minho [versão policopiada], Braga, 1988.

⁵⁸ JANEIRA, Ana Luísa – «Modalizações do saber no século XVIII. Distribuições epistémicas nos espaços portugueses antes da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779)», in *Anastácio da Cunha (1744-1787): o matemático e o poeta. Actas do Colóquio Internacional (Outubro 1987)*, INCM, Lisboa, 1990, pp. 213-238.

⁵⁹ CARVALHO, Rómulo de – *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*, ACL, Lisboa, 1981.

⁶⁰ *Plano de Estatutos, em que convierão os primeiros Socios da Academia das Sciencias de Lisboa...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1780.

organizada em três áreas diferenciadas, as quais foram designadas por «classes». Cada classe detinha oito sócios efectivos, existindo ainda as categorias de «sócios honorários», «sócios estrangeiros», «sócios correspondentes» e «sócios supranumerários», como se verá adiante.

Neste período inicial, a primeira Classe, a das «Ciências de Observação», incluíam Domenico Vandelli⁶¹ como director, além de José Correia da Serra, João Faustino⁶² [?-1819], Bartolomeu da Costa⁶³ [1731-1801], Vicente Ferrer da Rocha⁶⁴ [1737-1814], o 6.º visconde de Barbacena, António José Pereira⁶⁵ [1725-1797] e António Soares Barbosa⁶⁶ [1734-1801].

A segunda Classe, designada por «Ciências de Cálculo», contava com a direcção de João de Almeida Portugal⁶⁷ [1726-1802], 2.º marquês de Alorna, António Rolim de Moura Tavares⁶⁸ [1709-1782], 1.º conde de Azambuja, Teodoro de Almeida, José Joaquim de Barros e Vasconcelos⁶⁹ [1721-1793], José Monteiro da

⁶¹ MENDES, António Rosa – «O naturalista Domingos Vandelli: novos elementos para a sua biografia», separata de *Biblos*, n.º 5 [s. n.], Lisboa, 1986, pp. 99-105.

⁶² «João Faustino», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. X, pp. 240-241.

⁶³ MELO, José Brandão Pereira – *O Tenente-General Bartolomeu da Costa: artebeiro ilustre e engenheiro-fundidor da estátua equestre*, CML, Lisboa, 1939.

⁶⁴ ROCHA, Vicente Ferrer da [2.º bispo de Castelo Branco] – *Pastoral pela qual institui no Bispado, Conferencias de Teologia Moral e Sagrados Ritos e ordena aos Parocos e a todos os Presbiteros que as frequentem...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1793.

⁶⁵ *Catalogo das obras impressas e manuscritas de António Pereira de Figueiredo...*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1800.

⁶⁶ BARBOSA, António Soares – *Discurso sobre o bom, e verdadeiro gosto na Filosofia...*, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1766.

⁶⁷ PORTUGAL, João de Almeida – *As prisões da Junqueira durante o ministério do Marquês de Pombal escritas ali mesmo pelo Marquês de Alorna, uma das suas vítimas*, publicadas conforme os originais por José de Sousa Amado, Frenesi, Lisboa, 2005 [facsimile da edição da Typographia de G. M. Martins, Lisboa, 1857].

⁶⁸ MOURA, Carlos Francisco – *D. António Rolim de Moura, primeiro conde de Azambuja. Biografia*, «Documentos Ibéricos», n.º 1, UFMT Imprensa Universitária, Cuiabá, 1982.

⁶⁹ STOCKLER, Francisco de Borja Garção – *Elogio de José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos*, com notas de António de Portugal de Faria, Typographia de Raphael Giusti, Leorne, 1897.

Rocha⁷⁰ [1734-1819] e Giovanni Antonio Dalla Bella⁷¹ [c. 1730-
-c. 1823].

Por fim, a terceira Classe, a qual foi denominada de «Belas Letras», era composta pelo 2.º duque de Lafões, Miguel Lúcio de Portugal e Castro⁷² [1722-1785], Joaquim de Fóios⁷³ [1733-1811], Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses⁷⁴, 7.º conde de Tarouca [1754-1818], Pedro José da Fonseca⁷⁵ [1737-1816], Domingos de Assis Mascarenhas⁷⁶, conhecido por Principal Mascarenhas [1755-1791], Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro⁷⁷ [1712-1785] e António Pereira de Figueiredo⁷⁸ [1725-1797].

Em paralelo à actividade de investigação científica, solicitava-se à Academia que contribuísse para o aperfeiçoamento do ensino das Ciências, pelo que foram criadas Aulas em diversas áreas científicas,

⁷⁰ FIGUEIREDO, Fernando Bandeira de – *José Monteiro da Rocha e a actividade científica da 'Faculdade de Mathematica' e do 'Real Observatório da Universidade de Coimbra' (1772-1820)*, tese de doutoramento em Matemática Aplicada, FCTUC [versão policopiada], Coimbra, 2011.

⁷¹ CARVALHO, Rómulo de – *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra desde a sua fundação (1772) até ao jubileu do professor italiano Giovanni Antonio Dalla Bella*, Universidade de Coimbra, 1978.

⁷² CASTRO, Miguel Lúcio de Portugal e – *Oração aos annos delrey nosso senhor, recitada na sua Real presença em 6 de Junho de 1767...*, Officina Patriarcal, Lisboa, 1767.

⁷³ FÓIOS, Joaquim de – *Oitavas ao terremoto, e mais calamidades que padeceo, a cidade de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755...*, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1756.

⁷⁴ «Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, p. 279; vol. IX, p. 219.

⁷⁵ BORGES, Ana Margarida – *Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica*, tese de doutoramento em Linguística, Universidade de Aveiro [versão policopiada], Aveiro, 2011.

⁷⁶ *Elegia na sempre memoravel morte do ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. Domingos de Assis Mascarenhas, Principal da Santa Igreja Patriarcal...*, Officina de Francisco Luís Ameno, Lisboa, 1794.

⁷⁷ «Gonçalo Xavier de Alcáçova [Carneiro]», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, pp. 160-161; vol. IX, p. 428.

⁷⁸ CASTRO, Zília Osório de – *O Regalismo em Portugal: António Pereira de Figueiredo*, Centro de História da Cultura/UNL, Lisboa, 1987.

com o apoio do Observatório Astronómico⁷⁹, do Gabinete de História Natural⁸⁰, do Gabinete de Física⁸¹ e do Laboratório de Química⁸², entre outros organismos nacionais e estrangeiros. Para além destes expedientes próprios, a Academia passou a deter o espólio, a partir de 1792, do Museu de História Natural oferecido pelo sócio José Mayne⁸³ [1723-1792], cujo legado continua na Academia das Ciências, através do Museu Maynense⁸⁴, integrado no Museu da Academia.

Entre as actividades diligenciadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, destaca-se a instituição de prémios para os melhores trabalhos científicos em resposta a grandes questões apresentadas a concurso, assim como a publicação de memórias⁸⁵ seleccionadas entre os contributos dos sócios académicos. Tal como na congénere francesa, os sócios eram estimulados a cooperar nas sessões, recebendo um *jeton* de prata, prática usual que orçamentos restritos malograram⁸⁶.

Atendendo à especificidade académica e das vastas informações a divulgar, desde cedo surgiu a necessidade de diferenciar as refe-

⁷⁹ RIBEIRO, José Silvestre – *O Real Observatorio Astronomia de Lisboa: noticia historica e descriptiva*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1871.

⁸⁰ *Gabinete de História Natural: revivências*, organização do Museu Zoológico/Museu de História Natural, FCTUC, Coimbra, 2000.

⁸¹ MARTINS, Décio Ruivo – *O Gabinete de Física Experimental da Universidade de Coimbra*, trabalho para prestação de aptidão pedagógica e capacidade científica, FCTUC [versão policopiada], Coimbra, 1991.

⁸² *Demonstrar ou manipular? O Laboratório de Química Mineral da Escola Politécnica de Lisboa na sua época (1884-1894)*, por Ana Luísa Janeira, et al., Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa [CICTSUL]/ Livraria Escolar Editora, Lisboa, 1996.

⁸³ MAYNE, José – *Dissertação sobre a Alma racional, onde se mostram os solidos fundamentos da sua immortalidade, e se refutam os erros dos materialistas antigos, e modernos...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1778.

⁸⁴ CARVALHO, Rómulo de – *O material etnográfico do Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa*, ACL, Lisboa, 2000.

⁸⁵ FERREIRA, João Palma – *Subsídios para uma Bibliografia do Memorialismo Português*, «Série Bibliográfica», Biblioteca Nacional, Lisboa, 1981.

⁸⁶ LAMAS, Artur – «Medalhas da Academia Real das Sciencias de Lisboa», separata de *O Archeologo Portuguez*, n.º 14, A. Lamas, Lisboa, 1909.

ridas *Memorias* em outras tantas colecções especiais, respeitando os diferentes ramos do Conhecimento. Ao longo de duas centúrias foram publicados centenas de volumes de *Memorias*, dedicadas a vastas áreas científicas, das quais salientamos as *Memorias de Agricultura*⁸⁷ [1788-1791], as *Memorias Economicas*⁸⁸ [1789-1815], a *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*⁸⁹ [1797-1856], e mais recentemente, as *Memórias da Academia. Classe de Ciências*⁹⁰ [1936], entre outras colectâneas. A par das *Memórias*, publicaram-se outros periódicos de renome nas esferas instruídas, tais como as *Ephemerides Nauticas*⁹¹ [1788-1824], os *Annaes das Sciencias e Lettras da Academia Real das Sciencias*⁹² [1857] e o *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturais*⁹³ [1866-1927], não deixando de referir a importância da publicação de fontes e crónicas históricas inéditas⁹⁴.

⁸⁷ «Memorias de Agricultura», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VI, p. 191.

⁸⁸ *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*, introdução e direcção de José Luís Cardoso, prefácio de M. Jacinto Nunes, vols. IV, «Obras Clássicas do Pensamento Económico Português», n.º 1, Banco de Portugal, Lisboa, 1990-1991.

⁸⁹ Cf. «Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, pp.193-194.

⁹⁰ FIOLHAIS, Carlos, e MARTINS, Décio – *Breve História da Ciência em Portugal*, Imprensa da Universidade de Coimbra/Gradiva, Coimbra/Lisboa, 2010, p. 51.

⁹¹ «Ephemerides Nauticas», in *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, pp. 97-97v.

⁹² *Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*, coordenação e organização de Gina Guedes Rafael e Manuela Santos, prefácio de José Tengarrinha, vol. I, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2001, pp. 55-56.

⁹³ NUNES, M.^a de Fátima – «Leituras de História da Ciência no *Jornal de Sciencias Mathematicas, Fisicas e Naturais* (1917-1921). Subsídios para a arqueologia da cultura científica em Portugal», in *Revista de História das Ideias*, vol. XX, Instituto de História e Teoria das Ideias/FLUC, Coimbra, 1999, pp. 353-368.

⁹⁴ Entre várias colectâneas, destacamos a importância da *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa... Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, por Cristóvão Rodrigues Acenheiro, 2.^a edição, t. V, Imprensa Nacional, Lisboa, 1936 [1.^a edição: 1824]; CORREIA, Gaspar – *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de suas Vidas (D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V,*

Ao longo do século XIX, a Academia Real das Ciências de Lisboa seria frequentemente instada a conceder pareceres quanto às grandes questões nacionais, contando-se a reorganização do ensino público⁹⁵, o sistema geral de pesos e medidas⁹⁶, o cadastro topográfico nacional⁹⁷, os estatutos das sociedades agrícolas⁹⁸, as doenças da vinha⁹⁹, entre outros assuntos teórico-práticos¹⁰⁰. São de destacar, inclusive, os apoios concedidos ao início das observações meteorológicas¹⁰¹, o desenvolvimento dos estudos geológicos¹⁰², o combate às epidemias da varíola¹⁰³ através da

D. João II), leitura, introdução, notas e índices por José Pereira da Costa, Academia das Ciências, Lisboa, 1996, sem esquecer os *Portugaliae Monumenta Historica*, vols. I-XVII, 1856-1873.

⁹⁵ COSTA, António Amorim da – «O Espírito Científico das 'Utopias' em Portugal», in *Ciência e Mito*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2010, pp. 53-54.

⁹⁶ GIRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Memória sobre os pesos e medidas de Portugal: sua origem, antiguidade, denominação e mudanças que tem sofrido até nossos dias, bem como a reforma que devem ter*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1833.

⁹⁷ FARIA, Miguel Figueira de – *A imagem útil: José Joaquim Freire (1760-1847), desenhador topográfico e de História Natural: arte, ciência e razão de estado no final do Antigo Regime*, UAL, Lisboa, 2001.

⁹⁸ BROTERO, Felix de Avelar – «Reflexões sobre a Agricultura de Portugal, sobre o seu antigo e presente estado, e se por meio de Escolas ruraes praticas, ou por outros, ella pode melhorar-se, e tornar-se florente», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. IV, parte I, Typographia da Academia, Lisboa, 1815, pp. 80-84.

⁹⁹ LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Memoria sobre a Cultura das Vinhas em Portugal», in *Memorias Economicas...*, vol. II, Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1790, pp. 16-134.

¹⁰⁰ CARDOSO, José Luís – *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1989.

¹⁰¹ PEIXOTO, José Pinto, e FERREIRA, José Gomes – «As Ciências Geofísicas em Portugal», in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. I, pp. 243-286.

¹⁰² *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geologicos de Portugal*, vols. I-II, Typografia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1883-1892; SIMÕES, Jorge de Macedo de Oliveira – *Os serviços geológicos em Portugal*, Oficina do Museu Comercial, Lisboa, 1922.

¹⁰³ Na linha, obviamente, de JENNER, Edouard – *Indagação sobre as causas e efeitos das bexigas de vaca, moléstia descoberta em alguns dos condados ocidentais da Inglaterra, particularmente na comarca de Gloucester, e conhecida pelo nome de vacina...*, 2.^a edição, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1803.

Instituição Vacínica¹⁰⁴ [1812-1815] por sugestão do sócio académico Bernardino António Gomes¹⁰⁵ [1768-1823], que levou a efeito a implementação do sistema de vacinação, levando a uma revolução no campo da saúde pública¹⁰⁶ em Portugal.

Durante os mais de duzentos anos de existência, a Academia Real das Ciências de Lisboa esteve sujeita a inúmeras dificuldades na concretização dos seus projectos de investigação e ensino¹⁰⁷. Em primeiro lugar, as mudanças constantes nas suas instalações, localizadas inicialmente no Palácio das Necessidades¹⁰⁸; depois, a partir de 1791, na Rua do Poço dos Negros¹⁰⁹; em seguida, para o

¹⁰⁴ *Collecção de opusculos sobre a vaccina feitos pelos socios da Academia Real das Sciencias que compoem a Instituição Vaccínica*, n.ºs 1-13, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1812-1814.

¹⁰⁵ *Noticias da vida e trabalhos cientificos do médico Bernardino António Gomes*, Typographia da Academia das Sciencias, Lisboa, 1857.

¹⁰⁶ “No início do século XIX, notabilizou-se na medicina portuguesa Bernardino António Gomes, que concluiu os seus estudos em 1793 em Coimbra. Em 1797 foi nomeado médico da Armada Real e, em 1802, foi encarregado de debelar uma epidemia de febre tifóide a bordo de uma esquadra portuguesa que se encontrava no estreito de Gibraltar. Situação idêntica se verificou oito anos depois, com nova epidemia. Foi eleito, em 1812, membro efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa e, em 1817, nomeado médico da Câmara Real. O seu nome está associado à criação naquela Academia da *Instituição Vacínica*, dedicada à vacinação anti-variólica. Em 1817, foi médico da princesa Leopoldina da Áustria, noiva do futuro imperador do Brasil D. Pedro I, quando ela se deslocou ao Rio de Janeiro.” FIOLEIRAS, Carlos, e MARTINS, Décio – *Breve História da Ciência em Portugal*, p. 79.

¹⁰⁷ GOUVEIA, António Jorge Andrade de – «Comemoração do II Centenário da Fundação da Academia das Ciências de Lisboa: 24.XII.1979», separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, n.º 22, ACL, Lisboa, 1978-1979, pp. 333-345.

¹⁰⁸ “A Academia das Ciências desde a sua fundação em 1779, até 1833 teve uma existência errante, quasi nómade: esteve instalada em diversos locais. Assim, começou ela por ter a sua sede no Palácio das Necessidades em compartimentos, cedidos por ordem da rainha D. Maria I, sua fundadora, pois lá diz a 8 de Fevereiro de 1780 o abade Correia da Serra a Domingos Vandelli, que, havendo o duque de Lafões falado à rainha acerca da instalação da Academia, a soberana «mandou dar o apartamento do Palácio das Necessidades aonde tinha estado a Junta dos três Estados».” FERRÃO, António – «A exposição biblio-iconográfica na Academia das Ciências», in *III Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1931, pp. 104-105.

¹⁰⁹ O célebre *Almanach de Lisboa*, também conhecido por *Almanach da Academia*, foi primeiramente impresso na Typographia da Academia, sita à rua do Poço dos

Palácio do Monteiro-Mór¹¹⁰, à Calçada do Combro, em 1795; depois no Palácio dos Sobrais¹¹¹, no Largo do Calhariz, onde ficou de 1800 até 1823. Seguidamente, para o Colégio dos Monges Beneditinos da Estrela¹¹², para, em 1832, transitar para o Palácio dos Lumiares¹¹³, no Passeio Público, aos Restauradores. Em 1833, mudava-se para o Mosteiro de S. Vicente de Fora¹¹⁴, mas, entretanto, estabelecer-se-ia no Convento de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco¹¹⁵, perto da actual Rua d'O Século, onde ficou em definitivo. Estas deslocações ocasionaram vastas consequências negativas, entre as quais a perda e deterioração de equipamentos científicos e de numeroso espólio livresco, entre outros prejuízos irreparáveis¹¹⁶.

Para além do problema das instalações, a conjuntura política e económica do país também condicionou a missão da Academia Real

Negros, como o noticia a *Gazeta de Lisboa*, 2.º suplemento, n.º XLVIII, 6 Dezembro 1794. Compreendendo um extenso conjunto de 29 volumes anuais, impressos num pequeníssimo formato de «in-doze», exceptuando os três últimos volumes que foram impressos em formato «in-oito». Todos esses volumes compreendem entre 350 e 550 páginas, tendo sido publicados nos seguintes anos: 1782-1783; 1786-1800; 1802-1803; 1805; 1807-1810; 1812; 1814; 1817; 1820; 1823, com a responsabilidade editorial de João Baptista Reycend. Cf. DIAS, Eurico Gomes – *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração de 1640 e a Revolução Liberal de 1820*, p. 173.

¹¹⁰ SARAIVA, José Hermano – «Academia das Ciências de Lisboa», in *Dicionário da História de Lisboa*, direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena [s. n.], Lisboa, 1994, pp. 5-7.

¹¹¹ CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga*, 2.ª edição, vol. III, Antiga Casa Bertrand/José Bastos, Lisboa, 1903, p. 383.

¹¹² TORGAL, Luís Reis, e VARGUES, Isabel Nobre – *A Revolução de 1820 e a instrução pública*, «Diálogos com a História», n.º 1, Paisagem, Porto, 1984, p. 231.

¹¹³ ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*, 2.ª edição, vol. V, Vega, Lisboa, 1992, p. 46.

¹¹⁴ MANIQUE, Luís de Pina – *São Vicente de Fora. As invasões e a guerra civil na vida do Mosteiro*, «Ex-Libris de D. Fernando de Almeida», Astoria, Lisboa, 1947.

¹¹⁵ Por exemplo, cf. *Academia celebrada pelos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Convento de N. Senhora de Jesus de Lisboa no dia da solemne inauguração da estatua equestre de El Rey Dom José Primeiro...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1775.

¹¹⁶ CARVALHO, Rómulo de – *O material didáctico dos séculos XVIII e XIX do Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa*, ACL, Lisboa, 1993.

das Ciências de Lisboa. Destacam-se as Invasões Francesas de 1807 a 1811, a instauração do regime liberal e a consequente guerra civil de 1832-1834, que impediram uma acção continuada e financeiramente sustentada de todas as actividades, como se verifica explicitamente na cadência editorial¹¹⁷ das *Memorias de Litteratura Portugueza*.

De facto, a Academia Real das Ciências de Lisboa mantinha-se com os proveitos¹¹⁸ concedidos pelo 2.º duque de Lafões até 1785, mas desta data até meados de 1797 contava com subsídios provenientes da lotaria nacional¹¹⁹. A partir de 1799, a Coroa instituiu uma verba anual que se manteve ao longo de todo o século XIX, embora essa dotação não fosse paga frequentemente¹²⁰. Após a instauração da República, surgiram

¹¹⁷ “Grande louvor por certo merecerá a Academia, subministrando aos Doutos tantos e tão novos socorros e materiaes a bem da Historia Portugueza, que ainda precisa muito de noticias exactas e importantes. Com estas poderemos ter hum dia quem com Critica apurada, arte, e bom gosto nos dê hum corpo de Historia pragmatica e philosophica; que, he preciso confessar, ainda nos falta. Cumpre esperar que virá tempo, em que tenhamos os nossos Gibbons, e os nossos Humes.” SILVA, José Bonifácio de Andrada e – «Discurso contendo a Historia da Academia Real das Sciencias, desde 25 de Junho de 1814 até 24 de Junho de 1815», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. IV, parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1816, pp. XV-XVI.

¹¹⁸ FERRÃO, António – «O segundo Duque de Lafões e o Marquês de Pombal: subsídios para a biografia do fundador da Academia das Ciências», separata do *Boletim da Classe de Letras*, n.º 19, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1935.

¹¹⁹ “Eram portanto, essencialmente, desde o seu início, Lotarias de beneficência, ou de assistência, como modernamente se diz, e pelas applicações dadas a muitas das várias extracções, que nos subsequentes anos se fizeram até ao primeiro quartel do século XIX, mais se evidencia e afirma esta indiscutível asserção. Vieram logo por exemplo, partilhar dos lucros a Casa Pia do Castelo (1794), que por algum tempo fez extracções alternadas com as da Misericórdia; as Recolhidas do Rego, e mais tarde (1838) o recém-creado Asilo de Mendicidade. Em anos seguidos, de 1811 a 1815, effectuavam-se as lotarias destinadas ao fim, igualmente beneficente, do resgate dos cristãos cativos dos mouros em Argel. Tudo isto prova bem claramente, que logo de seu princípio a Lotaria que a Academia das Sciências, em 1815 promovia, para com ela ocorrer às despesas dos serviços médicos de assistência, da vacinação, que o mesmo instituto scientifico, por deligências suas introduzira no nosso país.” RIBEIRO, Victor – «As lotarias da Misericórdia e a Academia das Sciencias», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. VII, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1914, pp. 5-6.

¹²⁰ Veja-se, ainda, FERRÃO, António – «Os Estudos Históricos na Academia das Ciências», separata de *III Jubileu da Academia das Sciências de Lisboa*, 1931.

graves problemas, onde se evidenciou a extinção da tipografia¹²¹, onde eram impressas as *Memórias* e outros textos científicos, precipitando a rápida decadência da Instituição, fortemente atacada pelos governos da I República.

Desde sempre a Academia das Ciências de Lisboa tem almejado um papel ímpar nos domínios das Ciências Exactas constituem, portanto, um espelho da História das Ciências e das Letras, bem como um testemunho único da evolução científica e cultural portuguesa¹²². Após os excessos do autoritarismo pombalino e superando a pressão do monopólio oriundo da Universidade de Coimbra, especialmente após as reformas de 1772¹²³, a Academia Real das Ciências de Lisboa assumiu-se como uma alternativa científica aos ensinamentos e métodos exclusivamente universitários. Ensinaram-se Física, Química e Ciências Naturais. Muitos foram os sócios notáveis acolhidos no

¹²¹ Entre outras referências de M.^a Rosa Pacheco Machado, consultar *Breve noticia da Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa* [s. n.], Coimbra, 1888.

¹²² “A legitimidade da sua intervenção fundava-se, afinal, na capacidade que demonstrassem para diagnosticar os problemas económicos e sociais do reino e para recomendar as medidas adequadas à sua resolução. O reformismo da Academia formula-se sempre no estrito respeito pelo quadro político existente que, de resto, foi capaz de lhe dar guarida. A sua apertada dependência das iniciativas oficiais nunca lhe permitiu transmutar-se em propostas políticas alternativas. Na verdade, talvez se possa dizer que esta estreita vinculação não lhe permitiu gerar sociabilidades autónomas. É, aliás, consabida a incipiência do liberalismo político antes das invasões francesas em Portugal, num ambiente cultural onde o liberalismo económico encontrava uma certa receptividade nos meios oficiais. De qualquer modo, no domínio intelectual, a Academia das Ciências teve um lugar indiscutível. [...] A leitura das composições dos associados, a discussão sobre os problemas literários ou filosófico-políticos propostos foram «um dos poucos estímulos de actualização cultural consentidos, entre nós, no século XVIII».” Cf. LOUSADA, M.^a Alexandre – «Novas formas: vida privada, sociabilidades culturais e emergência do espaço público», in *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, coordenação de Nuno Gonçalves Monteiro, direcção de José Mattoso, vol. II, Temas & Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2011, p. 441. Veja-se, ainda, CUNHA, Norberto Ferreira da – *Elites e Académicos na Cultura Portuguesa de Setecentos*, INCM, Lisboa, 2001, pp. 53-54.

¹²³ Com a maior actualidade, v. CARVALHO, Flávio Rey – *Um Iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra (1772)*, Annablume, São Paulo, 2008.

seu seio, onde se evidenciaria Alexandre Herculano¹²⁴, entre outros intelectuais e homens de Saber, mas esse já é um outro tempo.

3. O impacto historiográfico das *Memorias de Litteratura Portugueza*

De entre os intelectuais portugueses que colaboraram nas *Memorias de Litteratura Portugueza* destacamos os contributos de Joaquim de Fóios sobre a poesia portuguesa; de António Caetano do Amaral acerca da proto-história de Portugal, assim como a história da legislação e dos costumes nacionais; de José Anastácio de Figueiredo Ribeiro sobre as manifestações do Direito romano e medieval no território nacional, sem deixar de focar os estudos paleográficos e diplomáticos; de Joaquim Forjaz Pereira Coutinho sobre a história da literatura portuguesa; de Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão sobre numismática; do eminente João Pedro Ribeiro sobre as fontes das Ordenações Filipinas e outras matérias jurídicas; da escrita polígrafa de António Ribeiro dos Santos percorrendo sobre a literatura hebraica de origem portuguesa, a história da tipografia, da matemática, da poesia e da cartografia; de Joaquim José Ferreira Gordo quanto às fontes da história política e literária; de António Pereira de Figueiredo sobre a filosofia e a história da literatura portuguesa; de António das Neves Pereira sobre filologia portuguesa; de José Veríssimo Álvares da Silva, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa e José António de Sá sobre a história da legislação nacional; de António de Araújo de Azevedo sobre a história da literatura portuguesa; de Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de

¹²⁴ Entre outros títulos, salientamos os trabalhos compilados em *A Historiografia Portuguesa anterior a Herculano. Actas do Colóquio*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1987.

Magalhães relativamente aos Descobrimentos e a Martim Behaim; e de Constantino Botelho de Lacerda Lobo sobre os estudos de história económica; entre outras individualidades que apresentaram subsídios importantíssimos para a renovação da historiografia¹²⁵.

Em sucedâneo, revisitaremos alguns desses trabalhos historiográficos, marcos cruciais de uma classe erudita que despontou nos finais do *Século das Luzes* e abriu caminhos até à actualidade¹²⁶. Será esta a razão de ser deste esforço intelectual, em que as afinidades das ciências de incidência histórica e a construção historiográfica se constituem como um objectivo primordial. Pretendemos, portanto, analisar todos os ensaios publicados nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* e comentar os escritos históricos dessa miscelânea extensa. Como e por que nasceu esta publicação? Por que persistiu relativamente pouco tempo e quais as causas do seu encerramento? Qual a tiragem das suas edições e a sua expansão? A que público-alvo se dirigiu fundamentalmente? Qual o papel da leitura e o interesse dos diversos públicos pelos estudos históricos desta publicação? Em suma, qual o papel das *Memorias de Litteratura Portuguesa* ao serviço da História?

A divulgação científica das correntes historiográficas europeias no panorama científico português assumiu uma importância decisiva no desenrolar da própria «escrita» da História¹²⁷ entre os fins do século XVIII e os inícios do século XIX. Através de uma troca colossal de

¹²⁵ RAMOS, Luís Oliveira – «Concepções sobre a História (segunda metade do século XVIII)», in *Revista de História*, n.º 12, FLUP, Porto, 1993, pp. 253-254.

¹²⁶ AMARAL, Ilídio do – *As Academias de Ciências na contextura da globalização* [s. n.], Lisboa, 2003.

¹²⁷ FERRÃO, António – «Os estudos de Erudição em Portugal nos fins do Século XVIII», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. XVIII, «Estudos Pombalinos. Série I», n.º 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928; IDEM – «Os estudos de história diplomática em Portugal e as publicações da Academia das Ciências sobre tal especialidade, o corpo diplomático português e o quadro elementar das relações políticas...», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. XVIII, «Estudos Pombalinos. Série I», n.º 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928.

informações e o surgimento de novos estudos, a ciência histórica transitou de uma esfera restrita para um conjunto mais amplo da sociedade. Influuiu, implicitamente, na cultura e na mentalidade sociais, o que permitiu uma maior abertura à permutação das novas propensões históricas¹²⁸.

Além do papel das *Memorias de Agricultura* e das *Memorias Economicas*, as *Memorias de Litteratura Portuguesa* apresentam mais de cinquenta trabalhos inéditos no âmbito geral da História de Portugal, de acordo com os mais variados prismas. Neste trabalho procura-se, notadamente, discernir quais as funções da Academia Real das Ciências na génese dos saberes¹²⁹ e a sua propagação por meio da imprensa, possibilitando novas formas para a construção da História, *per si*.

Ao invés da nossa reflexão global ter-se orientado para uma pesquisa mais pormenorizada de um autor, tema ou momento histórico, este trabalho tomou progressivamente um revestimento polígrafo e quase enciclopédico, tal a vastidão de rubricas em debate. Quase todos os autores forneceram informações diversificadas sobre uma multiplicidade de conteúdos, o que levou a que essas temáticas fossem algo díspares e sem relação aparente entre si, embora seja notória uma certa cadência e concordância temática.

Aqui poder-se-ão observar as relações mútuas entre as tendências historiográficas dominantes e os interesses dos investigadores nas

¹²⁸ CHARTIER, Roger – *A História Cultural entre práticas e representações*, tradução de Maria Manuel Galhardo, 2.^a edição, Difel, Lisboa, 2002.

¹²⁹ “A ciência teórica e especulativa não pode dissociar-se de um objectivo de Humanismo, pois o Homem é o centro do Universo e todo o conhecimento verdadeiramente científico não pode deixar de partir do Homem para servir o *Humano*, mesmo através de todas as pesquisas que visam o estudo rigoroso do macrocosmo, da sua natureza, da sua matéria, da sua vida e das suas leis.” MARTINS, José Vitorino de Pina – «A Academia das Ciências de Lisboa. Um pouco da sua história e da sua actividade até ao nosso tempo», in *Colóquio/Ciências. Revista de Cultura Científica*, n.º 19, FCG, Lisboa, 1997, p. 90.

suas agregações com os poderes públicos, religiosos e intelectuais¹³⁰. Também é manifesta a relação com outros periódicos nacionais e estrangeiros, tendo por pano de fundo os laços entre a imprensa lisboeta, a imprensa da província e a imprensa ultramarina de expressão portuguesa¹³¹. Gradualmente, a própria Academia Real das Ciências de Lisboa assumirá um papel regulador no discurso historiográfico oficial, ainda que tenham sido tarefas abruptamente interrompidas pelos acontecimentos do século¹³².

Consequentemente, ao conterem as melhores sínteses historiográficas coevas, inclusivamente a nível europeu¹³³, as *Memorias de Litteratura Portuguesa* devem ser consideradas como veículos difusores da História de primeira craveira, revestidas ainda com elevado interesse e proveito acrescido para os estudos históricos.

¹³⁰ MOTA, Isabel Ferreira da – «Sociabilidade e Comunicação na República das Letras – um Estado sem Fronteiras?», separata da *Revista de História das Ideias*, vol. XXVI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005,

¹³¹ NUNES, Maria de Fátima – *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «Sciencia Agrícola» em Portugal*, «Coleção Thesis», Estar Editora, Lisboa, 2001; TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a edição, revista e aumentada, Editorial Caminho, Lisboa, 1989.

¹³² RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, vol. II, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1872, pp. 37-61.

¹³³ CARNEIRO, Ana; DIOGO, M.^a Paula, e SIMÕES, Ana – «Imagens do Portugal setecentista. Textos de estrangeiros e de viajantes», in *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 22, Celta, Lisboa, 2000, pp. 73-92.

ANTÓNIO CAETANO DO AMARAL
[1747-1819]

Um dos principais expoentes historicistas das *Memorias de Litteratura Portugueza* foi, incontestavelmente, António Caetano do Amaral¹ [1747-1819], bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra. Entre vários cargos que ocupou, seria sucessivamente deputado do Santo Ofício, cônego da Sé de Évora e tornar-se-ia conhecido como um dos últimos inquisidores do Tribunal do Santo Ofício, além de pertencer aos primeiros e mais prestigiados membros da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Ao longo desta colectânea, António Caetano do Amaral elaborou uma explanação histórica dedicada ao “espaço lusitano” desde os primórdios da presença humana até à ocupação romana da Península Ibérica, tendo o cuidado de repudiar todas as lendas que enublavam a realidade histórica sobre tais temas. Como se poderá desta *Memoria* acerca dos povos e costumes peninsulares, é visível o conhecimento profundo da História Antiga, apenas usando das fontes

¹ MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de – «Elogio historico do academico Antonio Caetano do Amaral», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. VIII, parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1823; «António Caetano do Amaral», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. I, pp. 99-100; vol. VIII, pp. 106-107; «António Caetano do Amaral», in *Portugal. Diccionario historico...*, vol. I, pp. 412-414; «António Caetano do Amaral», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, pp. 266-267.

históricas mais fidedignas. É bem notória a preocupação do Autor com a discussão científica dessas realidades históricas, marcadas pela procura incessante da veracidade factual em alocuções repletas de erudição, fazendo destas *Memorias* um repositório fecundo de informações necessárias para o conhecimento das épocas primitivas de Portugal.

Os trabalhos preparados por D. António Caetano do Amaral apresentam subsídios de valor incalculável para todos os historiadores que se dedicam àqueles meandros, manifestando um profundo conhecimento bibliográfico² das fontes gregas, latinas e hebraicas remotas à Antiguidade Clássica, entre outros pressupostos documentais em evidência. Em detrimento das falsificações e das imposturas da História, optou por um certo afastamento dos imperativos do providencialismo divino no evoluir histórico, embora não o renegue. Além das referências à História Sagrada, o Autor problematizou os conhecimentos historiográficos em voga³ sobre os primeiros povos ibéricos, as suas relações de conflitualidade/complementaridade entre si, as potências comerciais do Mediterrâneo, bem como o seu protagonismo no xadrez geopolítico entre Roma e Cartago:

Huma historia sincera envergonha-se da gloria vã, que se busca em antiguidades mentirosas: desgosta-se desses sonhos agradáveis, pasto de huma esteril recreação; e se saborêa só com a verdade pura. Tal he a sorte deste escrito, dirigido a fazer presentes aos Portuguezes os verdadeiros costumes, e Leis de seus

² Tanto esta *Memoria*, como as «Partes» seguintes, foram largamente documentadas e possuem inúmeras nótulas de rodapé, estando ainda coadjuvadas por comentários paralelos ao texto principal, o qual, por vezes, apresenta uma descrição narrativa notoriamente desequilibrada perante essa profusão bibliográfica.

³ Apontamos a preferência do Autor quanto à obra *Antiguidades da Lusitânia*, de André de Resende.

Maiores: rejeita tudo quanto a impostura, ou a credulidade moderna lhe conta dos Seculos, que a Providencia quiz esconder-lhe: e se contenta com as escassas memorias, que póde colher dos raros monumentos antigos que lhe restaõ. Não tenta entrar pellas espessas trevas dos primeiros 36 Seculos do mundo, em que não acha quem o encaminhe. Pois que os Hebreos unicos guias seguros, que introduzem em muitos outros paizes, nem hum só passo daõ para este que habitamos; e apenas daõ motivo a conjecturar, que das Colonias sahidas do Oriente para povoar a Terra algumas se estendêraõ até a esta extremidade; mas nem donde, nem quando viessem o pode colher a historia⁴.

Como observaremos, estas *Memorias* compreendem uma resenha histórica reveladora de um vasto sentido crítico e, com alguma cautela o afirmamos, possuindo já um sentido antropológico apurado, em virtude da interpretação dos relatos dedicados aos usos e costumes daqueles povos. Contudo, denuncia algum desdém e falta de imparcialidade *etnográfica*, apontando alguns réprobos aos costumes religiosos pagãos, mas não deixa de registar a maior cientificidade possível, exigência fundamental do exercício historiográfico.

*

Na análise a uma das partições originais da “série” *História da Legislação e Costumes de Portugal*, de António Caetano do Amaral⁵,

⁴ AMARAL, António Caetano do – «Memorias sobre a fôrma, e costumes dos Povos que habitaraõ o terreno Lusitano, desde os primeiros tempos conhecidos, até ao estabelecimento da Monarquia Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, p. 14.

⁵ Ainda sobre D. António Caetano do Amaral, vejam-se FIGANIÈRE, Jorge César de – *Bibliographia Historica Portugueza...*, vol. I, Typographia do Panorama, Lisboa, 1850, p. 297; LACERDA, João António de Lemos Pereira de [visconde de Juromenha] – *Obras de Luíz de Camões, precedidas de um ensaio biographico...*, vol. I, Imprensa

a dinamização civilizacional romana no espaço correspondente ao actual território de Portugal foi amplamente revisitada desde as suas origens até ao início da medievalidade.

A colonização romana foi uma componente fundamental nas estratégias de administração territorial desde o estabelecimento de Roma enquanto potentado. Tal acepção cresceria de tónica ao tempo da República, nomeadamente em virtude da competição comercial com Cartago, o que desembocará no choque titânico que envolveu as três Guerras Púnicas [264-241 a. C.; 218-202 a. C.; 149-146 a. C.]. Como sucedeu por todos os pontos do Império, também a Península Ibérica, particularmente nas regiões meridionais⁶, seria palco dessas lutas pela posse e conservação de matérias-primas e dos seus entrepostos manufactureiros e comerciais. Face ao impacto da dominação romana, a região que compreendia a Lusitânia também haveria de vergar aos imperativos colonialistas, tornando-se gradualmente em mais uma das imensas províncias do lago mediterrânico.

O desenvolvimento de uma colonização permanente por todo o Império foi, indubitavelmente, uma solução vantajosa para resolver o crescimento demográfico⁷ desmesurado da urbe romana e, mais tarde, da própria Península Itálica. A colonização romana, de natureza profundamente militar, projectaria simultaneamente a cultura e o estilo de vida de Roma, influenciando as línguas, a religião e em toda a vida social e política de todas as suas conquistas. Contrariamente às colónias romanas, as colónias latinas eram independentes e contribuíam para a protecção exterior da Itália.

Nacional, Lisboa, 1860, p. 385; *Antologia da Historiografia Portuguesa. I – das origens a Herculano*, pp. 219-222.

⁶ Entre outros estudos, v. GUERRA, Amílcar – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Edições Colibri, Lisboa, 1995.

⁷ SOUSA, João Silva de – «Antecedentes de Portugal», in *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, coordenação de Teresa Ferreira Rodrigues, CEPESE/Edições Afrontamento, Porto, 2009, pp. 50-56.

No decurso da República⁸, a maioria das colónias foram fundadas com o propósito de distribuir terras aos veteranos do exército e às populações carenciadas, como foi o caso da Lusitânia.

A grande diferença entre o Império romano e dos que o precederam reside no facto do seu expansionismo ter sido progressivo e lento mas, contudo, mais seguro. O Império romano não foi obra de uma única dinastia, mas sim de um longo processo garantido por numerosas gerações de dirigentes políticos e militares. Uma outra característica peculiar do Império reside no facto de Roma não submeter os povos apenas pela força que ia conquistando ao longo da sua expansão. O seu domínio processou-se através da implementação de novas realidades administrativas, as quais tentaram adaptar-se às formas de exercício dos poderes locais.

Em termos gerais, o processo da «romanização» pode ser definido como a criação de uma nova ordem territorial, a qual incluía novas realidades político-administrativas associadas a um processo de complexificação social. A eficácia no desempenho do poder e a circulação das directivas emanadas pelos órgãos do Estado foram assegurados pela manutenção de um sistema de comunicações eficaz. A colonização seria, com toda a certeza, uma parte estrutural da coesão e estabilidade do Império, constituindo-se como um símbolo permanente da civilização romana. Seria visível ao longo de toda a sua existência até depois da própria medievalidade, com consequências estruturais que se dilatarão no espaço e no tempo, servindo de inspiração e modelo basilar a todas as construções europeias posteriores:

Daõ as *Colonias* huma prova da Politica Romana, que sabia tirar sempre dos seus inventos, por mais que com o tempo mudassem

⁸ Permanece um estudo clássico de MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira – *História da República Romana*, vols. I-II, Guimarães Editores, Lisboa, 1987.

de natureza, meios para o crescimento da Republica. Na infancia deste Imperio nada acháraõ os seus Fundadores mais proprio para lhe assegurar a liberdade, e estender os dominios, que mandar como os sobejos dos Cidadãos, que fossem reproduzir a sua Cidade pelo terreno, que hiaõ conquistando⁹. Com esta providencia ao mesmo passo que alimpavaõ a Cidade da mais vil escoria, e tiravaõ o fomento às sedições¹⁰, hiaõ refrear ao longe os Povos novamente sujeitos, ou reprimir os que o não estavaõ ainda, ou premiar com estabelecimento pacifico os Soldados veteranos¹¹; e em todo o caso propagavaõ a geração Romana. Ora estes como pedaços, que se despegavaõ da Cidade, forçosamente haviaõ de levar consigo alguma parte dos direitos só por si servíraõ depois aos Romanos para com hum doação de nome adquirirem Colonias novas¹².

Portanto, a profusão dos municípios romanos seria uma das características mais visíveis da evolução burocrática da administração territorial imperial¹³. Diferenciando-se das prerrogativas das conquistas e das colónias romanas, surgirão, progressivamente, os primeiros municípios dotados com valências, deveres e obrigações,

⁹ FIGUEIREDO, Fidelino de – «As conquistas de Roma», in *Revista de História*, vol. V, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Lisboa, 1916, pp. 97-102.

¹⁰ Sobre as revoltas militares deste período, v. AYRES [de Magalhães SEPÚLVEDA], Christovão de – *Historia Organica e Política do Exercito Portuguez*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, pp. 293-394; GARCIA Y BELLIDO, Antonio – «Del caracter militar activo de las colonias romanas de la Lusitânia y regiones immeditas», separata de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XVII [s. n.], Porto, 1959, pp. 299-304.

¹¹ Sobre o papel das legiões romanas no contexto religioso, v. HUFFSTOT, M.^a da Luz Velloso da Costa – *As Origens do Cristianismo na Lusitânia*, «Colecção Teses», Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2008, pp. 100-108.

¹² AMARAL, António Caetano do – «Memoria para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o Estado Civil da Lusitania no tempo em que esteve sujeita aos Romanos», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 320-321.

¹³ BRITO, Raquel Soeiro de – «Os agentes da romanização», in *História de Portugal. Antes de Portugal*, coordenação e direcção de José Mattoso, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992, pp. 243-257.

à semelhança da cidade de Roma¹⁴. Como resultado do sucesso nas iniciativas da colonização, a própria aspiração de um determinado território à qualidade de «município» significava, com toda a legitimidade, uma aproximação, em sentido estrito, aos centros de decisão, dispostos em sentido centrífugo.

Futuramente, o culminar deste longo processo burocrático-administrativo será a conquista plena da cidadania romana pelos indivíduos das classes livres do Império, mas aí estaremos perante um outro contexto histórico. Seja como for, o estabelecimento de municípios em território nacional, primeiramente em Lisboa e depois em localidades como Évora, Mértola ou Alcácer do Sal, denota a crescente importância social e política no extremo ocidental do Império, pelo que a manutenção dos municípios permitiram a sobrevivência do próprio Império. As solidez dessas diligências estarão na base do municipalismo medieval, propugnados na defesa de regalias conquistadas pelas populações locais desde a romanização.

Tais conquistas, que se preservaram após o definhar de Roma, foram amplamente reivindicadas nos tempos medievais, como se depreende na concessão de forais na edificação territorial da nossa identidade nacional, ainda que fragmentária na sua composição¹⁵. Interessou à investigação de António Caetano do Amaral explicar, evocando o auxílio das fontes latinas, entre imensa documentação histórica, as hipóteses que explicassem a génese da organização territorial portuguesa, com profundas raízes no impulso municipalista romano:

¹⁴ “Município. Cidade municipal. No tempo dos antigos Romanos chamavam-se Municipios as Cidades, que logravão as izenções dos Cidadãos Romanos, como *v. g.* as Cidades do Lacio, que erão as da Provincia, em que Roma está fundada. E à imitação destas, tambem se chamavão Municipios as Cidades de Castella, Portugal, &c. que logravão os ditos privilegios.” BLUTEAU, Raphael – «Município», in *Vocabulario Portuguez e Latino...*, vol. V, Officina de Pascoal da Silva, Lisboa, 1716, p. 639.

¹⁵ Consulte-se, com grande proveito, a *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, coordenação de Nuno Gonçalves Monteiro, direcção de César Oliveira, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996; REIS, António Matos – *História dos Municípios [1050-1383]*, Livros Horizonte, Lisboa, 2007.

Attendendo os Romanos a todos os meios de engrossar o seu Imperio, não só lhe ajuntão terras, para as quaes mandaõ Colonias; fazem aggregar a si Provações inteiras, humas por força, outras por alliança¹⁶. Para segurarem humas, e convidarem outras lançaõ mão dos decantados privilegios; fazem a varios Povos participantes das honras, e direitos dos Cidades¹⁷: donde veio a esses Povos o nome de *municipes*¹⁸: vindo assim em certo sentido os Municipios a ser o avêso das Colonias; por quanto estas sahiaõ da Cidade de Roma, e os Municipios recebiaõ em si a Cidade. [...]

Este o fôro dos mais privilegiados Municipios¹⁹, o qual na Lusitania se concedeo só a Lisboa²⁰, isto he, o dos Municipios chamados *Romanos*; pois que o espirito de miudeza destes Legisladores se não contentou com humas só casta de Municipios, assim como fizêra nas Colonias: inventou tambem Municipios Latinos²¹, que houveraõ porfiadas guerras;] mas que depois ficou servindo de titulo de honra para grangear a sugeição de outros Povos: Na nossa Lusitania foi dado a Evora²², a Mertola²³,

¹⁶ CONNOLLY, Peter – *O Exército Romano*, tradução de Álvaro Carlos, Ática, Lisboa, 1978.

¹⁷ MERÊA, Paulo – «Reflexão acerca da Lusitânia», separata de *Portucale*, vol. XIII [s. n.], Porto, 1941.

¹⁸ ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*, 4.^a edição, «Fórum da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, pp. 151-152.

¹⁹ NOGUEIRA, J. Félix – «O Municipio em Portugal», in *O Municipio no Seculo XIX*, Typographia do Progresso, Lisboa, 1856, § II, pp. 15-22.

²⁰ SALVADO, Salete – «Lisboa romana», in *Dicionário da História de Lisboa*, pp. 503-509.

²¹ VALDEAVELLANO, Luis García de – «Municipios latinos y romanos», in *Historia de España*, vol. I, 4.^a edição, Revista de Occidente, Madrid, 1968, pp. 185-197.

²² SOUSA, Ivo Carneiro de – *André de Resende e a História da Antiguidade da Cidade de Évora*, «Conferências & Debates», Casa do Livro, Estarreja, 1993, com informações sobre a ocupação romana de Évora.

²³ *Memoria das Antiguidades de Mértola*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1880, pp. 65-70.

e a Alcacer do Sal²⁴. Era a condição destes Latinos, segundo as preocupações, em que a arte dos Romanos fizera entrar as outras Gentes, assaz inferior á dos Cidadaõs: sim tinhaõ o livre uso das suas proprias Leis, mas não gozavaõ daquelles direitos que vimos se communicavaõ aos moradores dos Municipios, e Colonias Romanas²⁵.

Estabelecido o domínio militar em toda a Península Ibérica, a própria Lusitânia, espartilhada em novas convenções administrativas, torna-se numa dócil província romana. As populações autóctones são subjugadas rapidamente²⁶ e, salvo episódios esporádicos de algumas sedições, a quase generalidade do território irá conhecer séculos de acalmia política e paz, só perturbadas com o fim do período imperial. Até esse momento, todo o processo da romanização impor-se-á em todos os patamares da sociedade peninsular. A militarização das províncias foi esmagadora, levando a impetuosidade guerreira lusitana, entre outros focos tribais contra o poderio romano a entrarem quase instantaneamente no domínio lendário²⁷. Os povos lusitanos, entre as numerosas gentes peninsulares, constituíam agora a massa anónima que trabalha servilmente nos terrenos de cultivo das ricas *villæ*, as quais abastecem de todos os géneros as urbes romanizadas.

²⁴ FARIA, João Carlos Lázaro – *Alcácer do Sal ao tempo dos Romanos*, Edições Colibri, Lisboa, 2002.

²⁵ AMARAL, António Caetano do – «Memoria para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o Estado Civil da Lusitania no tempo em que esteve sujeita aos Romanos», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 331-336.

²⁶ ENCARNAÇÃO, José da – «Indigenismo e romanização na Lusitânia», separata de *Biblos*, vol. LXII [s. n.], Coimbra, 1988, pp. 451-464.

²⁷ STANLEY JR., Farland Hart – *Roman Lusitania: aspects of provincial romanization*, tese de doutoramento em Filosofia [versão policopiada], Universidade de Missouri-Columbia, 1984.

As novas gerações hispanas serão fruto das ligações entre os romanos e os primitivos habitantes originadas num lento, mas profundo processo de miscigenação e completa aculturação. Apesar de todos estes avanços, a orientação política do Império imporá pesados tributos às províncias, não sem esquecer o papel crucial da escravatura nos processos económicos e produtivos. Esta sedentarização impele ao afastamento das “virtudes militares” que caracterizavam ambas as sociedades, tornando-as vulneráveis às pressões exteriores que se abaterão sobre o Império:

O que não póde deixar de reflectir na fortuna dos Lusitanos he a boa ou má indole dos Emperadores: com os liberaes, e beneficos, como com Augusto²⁸, Vespasiano²⁹, Trajano³⁰, e Constantino³¹ são affortunados; dos outros são vexados, ou ao menos desconhecidos. O que tambem não póde deixar de se distinguir he hirem os Lusitanos pouco a pouco tornando-se Romanos³²; costumes, gosto, usos, genio, tudo se vai amoldando aos dos Conquistadores. Mas em que tempo se lhes apresenta este modelo? que carácter

²⁸ Cf. *As Vidas dos Doze Césares. Júlio César, Octávio César Augusto*, por Suetónio, vol. I, tradução de Angelina Pires, Edições Sílabo, Lisboa, 2005; *As Vidas dos Doze Césares. Tibério, Calígula, Cláudio*, por Suetónio, vol. II, tradução de Adriaan de Man, Edições Sílabo, Lisboa, 2006; *As Vidas dos Doze Césares. Nero, Galba, Otão, Vitélio, Vespasiano, Tito, Domiciano*, vol. III, tradução de Adriaan de Man, Edições Sílabo, Lisboa, 2007.

²⁹ Veja-se *A Historia do mui nobre Vespasiano*, futuramente examinada nestas *Memorias de Litteratura Portugueza* por António Ribeiro dos Santos, aludida no capítulo correspondente.

³⁰ AZEVEDO, Torquato Peixoto de – «Das memorias que ha na comarca d’entre Douro e Minho, do imperador Trajano, e de como assolou as cidades de Lamego, e Acitania», in *Memorias Resuscitadas da Antiga Guimarães [1692]*, Typographia da Revista, Porto, 1845, pp. 71-74.

³¹ Numa perspectiva mais polémica, v. FO, Jacopo; TOMAT, Sergio, e MALUCELLI, Laura – «Constantino e a Igreja imperial», in *O Livro Negro do Cristianismo. Dois mil anos de crimes em nome de Deus*, Editorial Magnólia, Famalicão, 2009, pp. 35-44.

³² FRANCISCO MARTIN, Julian de – *Conquista y romanizacion de Lusitania*, «Acta Salmanticensia. Estudios Historicos y Geograficos», vol. LVIII, Universidad de Salamanca, 1989.

póde resultar da mistura de guerreiros incultos com Romanos degenerados? Passão os Lusitanos sem meio de conquistar a servir³³; de força haõ de tratar os subalternos como tratavaõ os vencidos: as virtudes militares naõ lhes servem para a paz³⁴; a braveza da guerra, he na paz desabrimento³⁵; [...]

E ainda as pessoas dadas á cultura das terras, oprimidas cada vez mais com os tributos, que o Imperio augmenta á proporçaõ do seu enfraquecimento, e do seu luxo, abandonaõ essas terras muitas vezes³⁶. Os vencedores, a cujos costumes tem que ageitar os seus, já tem perdido o antigo vigor, e polidez; saõ molles sem doçura³⁷, grosseiros sem sinceridade, já naõ saõ os honrados Romanos, que faziaõ da gloria da Patria o seu maior interesse; saõ uns servos fracos³⁸, a quem a dependencia inteira de hum só homem tem convertido em baixos adulaadores³⁹.

³³ PORTUGAL, João da Cunha Neves e Carvalho – «Memoria sobre os ultimos tempos da dominação romana em Hespanha, e n'uma parte do território que hoje é Portugal», in *Memorias da Academia. Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Letras*, Nova Série, t. I, Parte Segunda, Typographia da Academia, Lisboa, 1855, pp. 1-22.

³⁴ SANTOS YANGUAS, Narciso – «Los lusitanos en los ejércitos romanos de la Republica», separata de *Bracara Augusta*, vol. XXXIV [s. n.], Braga, 1980.

³⁵ «De Augusto, pois, até aos Godos nada encontrei de especial a respeito da Lusitânia na tão deplorada decadência dos escritores antigos, a não ser que se aquietou sob o domínio romano e que se mostrou obediente às suas leis e que Otão, mais tarde imperador, foi, por ordem de Nero, governador da Lusitânia [...]» RESENDE, André de – *As Antiguidades da Lusitânia*, introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes, 2.^a edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009, p. 169.

³⁶ SALINAS DE FRIAS, Manuel, *et al.*, *El proceso historico de la Lusitania Oriental en epoca prerromana y romana*, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 1993.

³⁷ *Los ultimos romanos en Lusitania*, edição de A. Velazquez, E. Cerrillo e P. Mateos, Museo Nacional de Arte Romana, Madrid, 1995.

³⁸ Na linha de MONTESQUIEU – *Considerações sobre as causas da grandeza e decadência dos Romanos...*, texto integral, seleccionado, traduzido, apresentado e anotado por Ruy Belo, Assírio & Alvim, Lisboa, 2002.

³⁹ AMARAL, António Caetano do – «Memoria para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o Estado Civil da Lusitania no tempo em que esteve sujeita aos Romanos», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 347-349.

Nestes primeiros séculos marcados pela cristianização peninsular registaram-se inúmeras heresias, com especial incidência para o Priscilianismo, de tendência gnóstica e maniqueísta, que suscitou veementes oposições, nomeadamente nos concílios de Toledo e de Braga, entre outros sínodos locais. Contra estas heresias e relaxamentos disciplinares, surgiram reacções imbuídas de um teor teológico e doutrinal, evidenciando a elevada literacia das comunidades cristãs e dos seus líderes. Neste sentido, convém recordar as obras literárias assinadas por bispos e letrados como Potâmio de Lisboa [?-c. 360?], Ósio de Córdova [c. 257-359], Paulo Orósio de Braga [c. 385-c. 420], Gregório de Elvira [?-c. 392], entre muitos outros. Santo Agostinho de Hippona [354-430] estava bem informado das dissensões que os ensinamentos de Prisciliano de Ávila [c. 340-385] causaram por todo o território peninsular, em especial na Galiza.

Em meados do século IV, a Igreja hispânica encontrava-se bem estruturada, dividindo-se em cinco províncias eclesiásticas: a *Lusitânia* [sede em Mérida], a *Bética* [Sevilha], a *Galaécia* [Braga, a diocese portuguesa mais antiga, datada do século III], a *Cartaginense* [Cartagena] e a *Tarraconense* [Tarragona]. O bispo de cada uma destas capitais civis designava-se de “metropolita”, eclesiasticamente superior aos bispos da sua província, dado que em cada *civitas* residia um bispo.

O actual território português compreendia a parte ocidental da Lusitânia, entre o Douro e o Guadiana; a Galécia, a região entre o Douro, o Minho e o sul da actual Galiza; por fim, a parte a leste do Guadiana pertencia à Bética. As metrópoles mais importantes no ocidente peninsular eram, à época, Braga e Mérida. Será de referir que, apesar de existirem comunidades estruturadas em dioceses, o paganismo subsistiu demoradamente em largos certos sectores da população ou mitigado nas crenças populares cristãs, repletas de idolatrias e cultos gentílicos, principalmente nos meios rurais, ao invés das cidades, visivelmente mais cristianizadas:

Bebem os Lusitanos este espirito: não ha genero de obsequio que não fação para merecer as graças do tyranno, que os domina: até nos actos de Religião se introduz a lizonja vil: accrescentaõ á antiga idolatria⁴⁰ ainda mais irracional: davaõ d'antes culto a Divindades ao menos suppostas; agora o daõ a homens, com quem estaõ vivendo, e de que nem a imaginação póde formar Deozes⁴¹. Assim he que começando a dilatar-se a prégação do Evangelho, vem essa grande luz amanhecer tambem a estes habitadores da sombria região da morte; e lá se vaõ levantando do meio das trevas do Gentilismo adoradores do Deos verdadeiro, que provaõ logo a sua fé em crueis perseguições⁴², e que regando com o seu sangue este terreno o fazem fertil de Santos. Mas ainda nesta pequena seara não deixa o homem inimigo de sobresemear a má zizania: não só se introduzem entre este fraco rebanho muitos Judeos acoissados de outras partes⁴³; mas dos mesmos Fieis huns fraqueaõ á perseguição; outros se deixaõ enganar de mestres de perversidade, que d'entre elles mesmos se levantaõ⁴⁴. Lavraõ infelizmente por este Paiz os extravagantes, e impuros erros dos Priscilianistas⁴⁵, e se vê com lastima, que muitos dos que

⁴⁰ VASCONCELOS, José Leite de – *Religiões da Lusitânia*, vols. I-III, «Temas Portugueses», INCM, 1981.

⁴¹ REPAS, Fernanda Cristina de Jesus – *Religião na Beira Interior ao tempo dos romanos: subsídios para o seu estudo*, dissertação de mestrado em Arqueologia Romana, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 2001.

⁴² BONANÇA, João – *Historia da Luzitania e da Iberia desde os tempos primitivos ao estabelecimento definitivo do dominio romano...*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891. Mais recentemente, v. COELHO, António Borges – *História de Portugal. Onde viemos*, vol. I, Editorial Caminho, Lisboa, 2010, pp. 94-102.

⁴³ Revejam-se os trabalhos compilados em *Sociedad y cultura en Lusitania romana. IV Mesa Redonda Internacional*, coordenação de J. G. Gorges e T. Nogales Basarrate, «Estudios Portugueses», n.º 13, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 2000.

⁴⁴ GRANT, Michael – *Roma. A Queda do Império*, tradução de Maria José Figueiredo, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 159.

⁴⁵ PEREIRA, Margarida Barahona Esteves – *Prisciliano e as tensões religiosas do século IV*, «Colecção Teses», Universidade Lusíada, Lisboa, 2002.

haviaõ surgido do pego da idolatria, se vem perder nos escolhos da heresia⁴⁶.

Esta he a triste scena, que a Lusitania nos appresenta pelo espaço de quatro seculos, em que faz parte do Imperio Romano⁴⁷: sem forças, nem virtudes de guerra, que lhes dem gloria, ou augmento de poder externo: sem systema de governo nem legislação propria, que lhes dê character certo, e particular: mas huma como materia inerte, a que o capricho de hum Povo ambicioso, e despotico dá ora outra fórma, sem se lhe infundir jámais, espirito, que a anime⁴⁸.

Conforme os esforços romanos iam dominando as regiões peninsulares, impunham as suas estruturas sociais e as suas leis, acabando por influenciar profundamente toda a Península Ibérica. É a toda esta acção e influência da civilização de Roma que se denomina, portanto, de *romanização*⁴⁹. A sua acção global fez-se sentir em todos os sectores: de uma economia rudimentar passou-se a uma economia agrícola com o bom aproveitamento dos solos e novas culturas, como o trigo, oliveira, leguminosas e a vinha. A língua latina impôs-se como a língua oficial, funcionando como factor de coesão comunicacional entre os vários povos.

⁴⁶ BRANCO, Maria João – «St. Martin of Braga, the Sueves and Gallaecia», in *The Visigoths. Studies in Culture and Society*, edição de Alberto Ferreiro, Brill, Leiden-Boston-Koln, 1998, pp. 63-98; SANTO, Moisés Espírito – *Origens do Cristianismo Português*, precedido de *A Deusa Síria*, de Luciano, 3.^a edição, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões [UNL], Lisboa, 2001.

⁴⁷ FERNANDEZ UBIÑA, José – *El Imperio Romano Bajo la anarquia militar*, Akal, Madrid, 1990.

⁴⁸ AMARAL, António Caetano do – «Memoria para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o Estado Civil da Lusitania no tempo em que esteve sujeita aos Romanos», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 349-353.

⁴⁹ Para explanações gerais, consultar *História de Portugal. Portugal na Pré-História (II). O mundo luso-romano (I)*, autoria de Ana Margarida ARRUDA, José Carlos CAETANO, Manuel CALADO, *et al.*, coordenação de Victor Gonçalves, direcção de João Medina, vols. I-II, Ediclube, Amadora, 2004.

As povoações, até aí predominantemente instaladas em territórios com uma orografia mais acentuada, transladam-se gradualmente para áreas de planície ou vale, mais propícias ao progresso agrícola e comercial, erigindo casas de tijolo cobertas com telha. Fruto da plena expansão do processo de romanização, surgem as cidades de Braga [*Bracara Augusta*], de Beja [*Pax Iulia*], de Conímbriga e Chaves [*Aquæ Flaviæ*], entre outras. A indústria desenvolveu-se, particularmente, na olaria, nas minas, na tecelagem e nas pedreiras, fomentando o comércio, as feiras e os mercados. Tudo era animado com a circulação da moeda e apoiado numa extensa rede viária [as famosas “vias romanas”, compostas por intrincada e resistente calçada de pedra, do qual subsistem vestígios] que ligava os principais centros de todo o Império.

A influência romana fez-se sentir, inclusive, na religião e nas manifestações artísticas mais profundamente a sul, nas zonas primeiramente conquistadas. Os principais agentes deste processo foram os grandes contingentes militares aqui estacionados, bem como a imigração para a Península, nomeadamente após a concessão da cidadania romana. Uma das principais realizações romanas em solo hispânico seria a implantação de um novo modelo de sociedade, em que os centros urbanos se assumiam como pólos do governo regional, estratificados e submetidos a um poder mais amplo.

Este cenário não era, de todo, inédito em algumas regiões da Península Ibérica, mas a sua extensão à totalidade do território peninsular foi uma criação romana, concepções que António Caetano do Amaral problematizou. O grande esforço civilizacional desenvolvido para conseguir dominar numerosos povos habituados à liberdade seria, sem dúvida, a grande interrogação que o Autor conferiu a esta reflexão historiográfica.

*

Propondo-se a continuar as Memórias sobre os modelos de governação e as antigas composições legislativas dos povos no espaço da antiga Lusitânia, António Caetano do Amaral deteve-se sobre as monarquias bárbaras e mais detalhadamente sobre o domínio visigótico. Muito além das primeiras populações que ocuparam esta área geográfica e chegado ao término do poderio imperial romano, surgiria uma nova matriz político-jurídica de raiz germânica. Contudo, a influência jurídica de Roma perdurará largamente, mesmo após a ocupação muçulmana da Península Ibérica desde os inícios do século VIII.

No âmbito desta ‘terceira’ *Memória*, António Caetano do Amaral esboçou um retrato panorâmico, amplamente suportado em notas bibliográficas e fontes históricas latinas e visigodas – talvez a grande novidade desta *Memória* –, acerca da legislação visigótica no espaço lusitano. Também se pode vislumbrar o intenso debate em torno dos conhecimentos disponíveis para aquela época, os usos e costumes colocados em prática na governação deste território, sempre sujeito à brutalidade e à violência comuns desses tempos, mas onde despontava já o ímpeto legislativo do povo germânico⁵⁰.

Como o Autor nos elucida, os visigodos constituem um dos ramos dos povos godos, os quais se dividem em duas grandes partições, ou seja, os ostrogodos [ou do leste] e os visigodos [ou do oeste], provavelmente oriundos de ilha de Gotland ou da península escandinava. Emigraram para a bacia do Vístula nos inícios da era cristã e deslocaram-se gradualmente para sul. Acabaram por se misturar com as populações indo-europeias, instalando-se os visigodos a ocidente e os ostrogodos a oriente da Europa. Até ao século III são conhecidas várias incursões destes povos nos territórios mais longínquos do Império, nomeadamente por toda a Ásia Menor.

⁵⁰ Entre outras referências, cf. *Nova História de Portugal. Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, Editorial Presença, Lisboa, 1993.

No século IV, os ostrogodos foram vítimas das invasões dos hunos e os visigodos, para se precaverem contra este novo inimigo, pediram auxílio e protecção ao imperador de Constantinopla, obtendo consentimento para se instalarem na Mécia. Os visigodos acabaram por ser cristianizados, num processo em que o bispo Ulfila [c. 310-383] teve um papel preeminente, que traduziu as Sagradas Escrituras para a língua gótica. Durante o século V, continuando a sua expansão para ocidente, os visigodos chegaram à Trácia, à Macedónia, à Dalmácia, à Itália, à Narbonense e à Aquitânia. Apresentando-se em nome do imperador do Ocidente, Honório, com o propósito de estabelecer a ordem na Península Ibérica, na altura tomada por vândalos, suevos e alanos até que o poderio visigótico anexou o reino suevo.

Os visigodos professavam o Arianismo, mas para promover a fusão generalizada a nível religioso, Recaredo abjurou solenemente da religião ariana em 587, tornando o catolicismo a religião oficial dos seus domínios. Em 624 dominavam toda a Península Ibérica, pelo que a hegemonia visigótica perdurou até as invasões muçulmanas iniciadas em 711. O reino visigodo não chegou a atingir a estabilidade política pretendida, pois, na verdade, as lutas políticas internas revelaram-se um entrave brutal ao desenvolvimento do comércio e da indústria, mesmo que a agricultura fosse motivo de preocupação, bem como a criação de gado. O rei visigodo era também o chefe máximo dos exércitos, divididos em *tiufados*, comandados por *duques*, *condes* e *gardingos*. No que diz respeito ao Direito, a realza esforçou-se para que se concretizasse a unificação do Direito romano com o visigótico. Assim, em 654 concretiza-se a promulgação de um código uno, o *Liber Iudiciorum*, contendo doze livros de leis inspiradas no Direito romano, aplicáveis aos godos e às populações hispano-romanas.

António Caetano do Amaral expôs detalhadamente o enfraquecimento do Império Romano do Ocidente, em particular na

Lusitânia, focando os confrontos ferozes entre as populações bárbaras, onde se destacavam os alanos, os suevos e os vândalos, posteriormente subjugados pelos visigodos. Destaca que a queda da Lusitânia, assim como do conjunto peninsular, só se podem explicar pela quebra da coesão imperial romana⁵¹, apontando o dedo à sua ‘irreligião’, talvez a causa fulcral das vitórias bárbaras. Por conseguinte, com as invasões germânicas, as mudanças nos governos locais, as dissensões entre as turbas invasoras quanto às leis e costumes a colocar em prática e onde só predominavam as leis da guerra ou a arbitrariedade dos vencedores lançaram a Lusitânia no ferro e fogo:

Naõ era possivel que o estado, em que se achava a Lusitania no quarto seculo de sogeição aos Romanos, durasse muito; porque não era possivel que o destes tambem durasse. Quem entaõ lançasse os olhos para aquelle desmesurado Corpo do Imperio de Roma, esvaído já do espirito guerreiro, e politico, que o animára, facilmente preveria, que lhe estava imminente a corrupção, e destruição total.⁵²

⁵¹ Na perspectiva francesa, v. MONTESQUIEU – *Considerações sobre as causas da grandeza e decadência dos Romanos*; e, na linha anglo-saxónica, cf. GIBBON, Edward – *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, vols. I-XII, A. Strahan, Londres, 1776-1788.

⁵² Sobre os alanos: “Parte alia prope Amazonum sedes Alani sunt Orienti acclines, diffusi per populosas gentes et amplas, Asiaticos vergentes in tractus, quas dilatari adusque Gangem accepi fluvium, intersecantem terras Indorum, mareque inundantem australe. Ibi partiti per vtramque mundi plagam Alani (quorum gentes varias nunc recensere non refert) licet dirempti spatiis longis, per pagos, vt Nomades, vagantur imensos: æui tamen progressu ad vnum concessere vocabulum, et summatim omnes Alani cognominantur mores et media et esferatam viuendi, sed iam immaturam. Nec enim vlla sunt illisce tuguria, aut versandi vomeris cura, sed carne et copia vicitant lactis, plaustis supersidentes, quæ operimentis curuatis corticum per solitudines conferunt sine fine distantes. Cumque ad gramínea venerint, in orbiculatam figuram locais sarracis ferino ritu vescuntur: absumptisque pabulis, velut carpentis ciuitates impositas vehunt, maresque supra cum feminis coeunt, et nascuntur in his et educantur infantes: et habitacula sunt hæc illis perpetua.” *Ammiani Marcellini Rerum Gestarum Libri qui Recensione Valesio-Gronoviana...*, Livro XXXI, Libreria Weidm., Leipzig, 1773, p. 508. Sobre os suevos: “Causa transeundi fuit quod ab Suevis complures annos exagitati bello premebantur et agri cultura prohibebentur. Suevorum gens

Parece com effeito que os vapores, que este cadaver já exhala, atrahem e chamaõ desta, e daquela parte esfaimadas harpiás: das Regioens do Norte sahem enxames de homens, a quem a falta de industria, e de commercio faz a cada passo mudar de habitação: cahem sobre a terra do Dominio Romano; vão cobrindo, e assollando as diversas Provincias; chegaõ finalmente a esta⁵³, investem com os Lusitanos n'outro tempo bravos, e indomaveis, agora já affeitos ao serviço mais que á guerra⁵⁴.

est longe maxima et bellicosissima Germanorum omnium. Hi centum pagos habere dicuntur, ex quibus quotannis singula milia armatorum bellandi causa ex finibus educunt. [...] Sed privati ac separati agri apud eos nihil est, neque longius anno remanere uno in loco incolendi causa licet. Neque multum frumento, sed maximam partem lacte atque pecore vivunt multumque sunt in venationibus; [...] Mercatoribus est ad eos aditus magis eo, ut quæ bello ceperint, quibus vendant, habeant, quam quo ullam rem ad se importari desiderent.” *Caius Julii Caesaris Commentarii De Bello Gallico*, Livro IV, Blanchard and Lea, Filadélfia, 1853, §§ 1-2, pp. 92-93. Sobre os vândalos: “Intra uero & extra Histrū meo usque tempore nūc habitant. Ex his igitur Visigothi hinc mouentes primū quidem in societate cum Arcadio uenerunt, tempore uero procedente minime in fide perseuerantes duce Alarico insidas alteri Imperatori parauerunt, e Thracia enim mouentes omne Europam bello infestauere. Alaricus deinde Roma discessurus Attalum quendam nobili ortū genere Romanorū Imperatore cōstituit, diademate, purpura, que & alris exornans insignibus, hoc animo ut Honorio eriperet, huic uero tribueret Occidentis imperiū. His itaque gestis Attalus & Alaricus cū exercitu Rauennā inuadūt. Erat aut Attalus ipse nec per se satis regere aptus, nec bene cōsulentī credere uisus, insup in Aphricā præfectos sine exercitu minime pbante Alarico misit. Britānia interim à Rom. descuiit, Cōstantinoupla sibi regem constituit, uirum quidem haud obscurum. Is statim armatus cū exercitu satis magno in Hispaniam atque Galliam ruit.” *Procopii Cæsariensis De Rebus Gothorum, Persarum ac Vandalorum...*, Livro III, Officina Ioannis Hervagii, Basileia, 1531, pp. 308-309.

⁵³ “Os Alanos, e os Vândalos, e os Suevos entraram nas Espanhas no ano 447 da era [de César]. Uns historiadores apontam como data o dia 4 das calendas [28 de Setembro], outros, o dia 3 dos Idos de Outubro [13 de Outubro]. Calhou numa terça-feira, no oitavo consulado de Honório e no terceiro de Teodósio, filho de Arcádio.” *Crónica de Idácio. Descrição da invasão e conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V)*, versões e anotações de José Cardoso, 2.^a edição, revista e aumentada, Livraria Minho, Braga, 1995, p. 12.

⁵⁴ Neste sentido, ver os nossos comentários à «Memoria para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o Estado Civil da Lusitania no tempo em que esteve sujeita aos Romanos», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792. Aqui se descreveu, segundo a opinião do Autor, a fraqueza e o abatimento que a servidão romana houvera reduzido a índole e resistência lusitana.

Correm a huma parte Alanos, a outra Vandalos, a outra Suevos⁵⁵, e trazem com a guerra todas as outras pragas dessoladoras da especie humana, a fome, a peste, a fereza de animaes carnivoros⁵⁶;

⁵⁵ “E depois, com as passagens escancaradas, precipitam sobre as províncias das Hispânicas todas as populações que vagueavam pelas Gálias, juntando-se eles próprios a elas. Aí, durante algum tempo, lançam-se em enormes e sangrentas correrias para o saque. Após pesadas destruições de bens e de homens, das quais eles próprios ainda hoje se arrependem, fixam-se nos territórios, depois de os tirar à sorte e os distribuir; são esses territórios que eles conservam na sua posse até aos nossos dias.” ORÓSIO, Paulo – *História Apologética (O Livro VII das Histórias contra os Pagãos e outros excertos)*, introdução e tradução de Paulo Farmhouse Alberto, introdução e notas de Rodrigo Furtado, «Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. Literatura Medieval», n.º 69, Edições Colibri, Lisboa, 2000, p. 197.

⁵⁶ “Enquanto por toda a Espanha os Bárbaros se entregam a bacanais e, (por outro lado), a epidemia da peste não faz menores destruições, as riquezas e os víveres armazenados nas cidades são esbulhados pelo tirânico colector de impostos. E as hordas das milícias encarregam-se de tudo malbaratar. Grassa uma fome medonha a tal ponto que, sob o acicate da fome, carne humana é devorada por humana gente. E até as mesmas mães tomam por pascigo os corpos daquelas que elas próprias geraram, matando-as e cozendo-os em seguida. Os animais selvagens e ferozes, acostumados aos cadáveres do que morriam pelo ferro, pela fome e pela peste, matam os homens, ainda os mais fortes, e, alimentados pela sua carne, por toda a parte se entregam ao extermínio do género humano. E dest’arte, pelas quatro pragas, a saber: ferro, fome, peste e feras, seviciados por toda a parte no mundo inteiro, se cumprem os avisos anunciados pelo Senhor através dos seus profetas.” Cf. *Crónica de Idácio. Descrição da invasão e conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V)*, p. 13. “Ita quidam sancti episcopi de Hispania profugerunt, prius plebibus partim fuga lapsis, partim peremptis, partim obsidione consumptis, partim captivitate dispersis: sed multo plures, illic manentibus propter quos manerent, sub eorumdem periculorum densitate manserunt. Et si aliqui deseruerunt plebes suas, hoc est quod dicimus fieri non v debere: neque enim tales docti auctoritate divina, sed humano vel errore decepti, vel timore sunt victi.” *Sancti Aurelii Augusti Hipponensis Episcopi Opera Omnia...*, vol. II, Congregação de São Mauro/Gaume Fratres Bibliopolas, Paris, 1836, Epistolarum Classis III, Epistola CCXXVIII, § 6, cols. 1262-1263; *Las Historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*, estudo, edição crítica e tradução de Cristobal Rodríguez Alonso, «Fuentes y Estudios de Historia Leonesa», n.º 13, Centro de Estudios e Investigacion “San Isidoro”, Leon, 1975; ORÓSIO, Paulo – *História Apologética (O Livro VII das Histórias contra os Pagãos e outros excertos)*, cap. XXVIII, segundo a nota inicial.

justo castigo da irreligião, e corrupção de costumes⁵⁷ que inundava este paiz⁵⁸.

Ainda não se conhece convenientemente a história e a cultura visigótica peninsular, embora tenham perdurado vários relatos e fontes coevas bastante elucidativos, nomeadamente ao nível jurídico, como evidenciou António Caetano do Amaral nesta *Memoria*⁵⁹. Debruça-se demoradamente sobre as hipotéticas origens dos povos

⁵⁷ “E dest’arte, pelas quatro pragas, a saber: ferro, fome, peste e feras, seviciados por toda a parte no mundo inteiro, se cumprem os avisos anunciados pelo Senhor através dos seus profestas.” *Crónica de Idácio. Descrição da invasão e conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V)*, p. 13. “Quid? Hispanias nonne veleadem vel majora forsitan vitia perdidierunt? quas quidem caelestis ira etiamsi aliis quibuslibet barbaris tradidisset, digna flagitiorum tormenta toleraverunt puritatis inimici. Sed accessit hoc ad manifestandum illic impudicitiae damnationem ut Vvandalis potissimum, id est, pudicis barbaris traderentur. Dupliciter in illa Hispanorum captivitate ostendere Deus voluit quantum & odisset carnis libidinem & diligere castitatem, cum & Vvandalos ob solam maximè pudicitiam superponeret, & Hispanos ob solam vel maximè impudicitiam subjugaret. Quid enim? Numquid non erant in omni orbe terrarum barbari fortiores, quibus Hispaniae traderunt? Multi absque dubio, immo, ni fallor, omnes. Sed ideo ille infirmissimis hostibus cuncta tradidit, ut ostenderet scilicet non vires valere, sed causam, neque nos tunc ignavissimorum quondam hostium fortitudine obrui, sed sola vitiorum nostrorum impuritate superari.” *Sanctorum Presbyterorum Salviani Massiliensis et Vincentii Lirinensis Opera...*, edição de Stephanus Baluzius, 3.^a edição, livro VII, Chez François Muguet, Paris, 1684, pp. 157-158. António Caetano do Amaral refere ainda o impacto dos ensinamentos de Prisciliano entre os visigodos, reforçando a opinião adversa de São Salviano [séc. V] sobre os costumes bárbaros. Cf. PRISCILIANO, *Tratados*, tradução de Ricardo Ventura, revisão de Joaquim Melo, «Pensamento Português», INCM, Lisboa, 2005.

⁵⁸ AMARAL, António Caetano do – «Memoria para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal, sobre o Estado Civil da Lusitania, desde a entrada dos Povos do Norte até á dos Arabes», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1796, pp. 127-129.

⁵⁹ O Autor aponta as principais referências disponíveis para esta época histórica, salientando Paulo Orósio, Idácio de Chaves, Procópio de Cesareia, S. Salviano de Marselha, S. Isidoro de Sevilha, Hermes Sozomenus [ou Sozomeno], os quais só considera historiograficamente fiáveis: “On the decline of the power of Constantine, the Vandals, Suevi, and Alans took forcible possession of the rich and fertile region of the Pyrenees. They easily dispossessed the soldiers whom Constans had left to guard the frontier, and effected an entrance into Spain.” Cf. SOZOMEN, *The Greek Ecclesiastical Historians of the first six centuries of the Christian Era. A History of the Church*, Livro IX, Samuel Bagster & Sons, Londres, 1846, cap. XII, p. 437. Compare-se com as edições latina e grega: *Autores Historiae Ecclesiasticae...*, por Sozomeno..., Froben, Basileia, 1528.

visigodos e as suas raízes indo-europeias, entre as suas principais famílias étnicas. Como qualquer outro povo ou potentado que pretende manter as suas conquistas, obviamente que os visigodos procuraram sustentar a paz social, conter as rebeliões e promover a concórdia entre vencidos e vencedores através de um extenso processo de aculturação, embora defendendo a supremacia germânica ao invés dos usos e costumes lusitano-romanos.

Sem esquecer o contexto lusitano e peninsular, o Autor evocava a importância do rei visigodo Eurico⁶⁰ [c. 440-484], o grande opo-nente dos suevos, conseguindo ocupar a Lusitânia e a Tarraconense. Após diversas batalhas na Gália, Eurico passou a controlar um vasto território entre os Pirenéus e o Loire, o Atlântico e o Ródano, bem como a zona a sul da Provença até aos Alpes. O reinado de Eurico coincidiu com a queda do Império Romano do Ocidente, quando o último imperador, Rómulo Augústulo, foi destronado em 476 pelo rei ostrogodo Odoacro [c. 434-493]⁶¹. Em virtude dos tratados de federação com Roma, os visigodos foram admitidos a viver no seio do Império, mais concretamente no sul das Gálias. Eurico declarou o seu reino independente de Roma, superando militarmente os saxões e os francos, o que permitiu que o reino visigodo fosse o mais influente e poderoso da sua época.

Demonstrando enorme capacidade política, ordenou o registo metódico dos antigos costumes e práticas jurídicas visigodos no

⁶⁰ Sobre o reinado de Eurico, v. ORLANDIS, José – *Historia del Reino Visigodo Español*, Ediciones RIALP, Madrid, 2003, pp. 154-155.

⁶¹ “Alumnis igitur, et gemmis diues, et purpuris, rectoribus pariter, et dotibus imperiorum fertilis: sic opulenta es principibus ornandis, ut beata pariendis. Iure itaque te iam pridem aurea Roma caput gentium concupiuit, et licet te sibimet eadem romulea virtutes primum victrix spoponderit, denuo tamen gothorum florentissima gens, post multiplices in orbe victorias certatim rapuit, et amauit, fruiturque hactenus inter regias, et opes largas, imperii felicitate secura.” «Elogivm in Lavdem Hispaniæ», in *S. Isidori Hispaliensis Episcopi Opera Omnia. Historia de Regibus Gothorum, Wandalorum et Suevorum*, Antonio Fulgonio, Roma, 1803, p. 108.

*Código de Eurico*⁶² [*Codex Euricianus*]. Elaborado entre 476 e 480, provavelmente em Tolosa, através deste código reafirmaram-se os costumes da nação visigoda e uma nítida estratificação das sociedades godas e galo-romanas. Apesar da sua inovação, não obstante, é considerado algo confuso e um retrocesso aos costumes góticos prévios às transformações do Direito romano.

Este esforço de compilação foi obra de juristas com formação romana e elaborado para dirimir as controvérsias entre visigodos, hispanos e galo-romanos. Neste código encontram-se referidos pela primeira vez os *bucelários* [homens livres, semelhantes aos clientes romanos, adjuntos a uma família poderosa que os patrocinava ou sustentava, a troco de serviços militares]. De óbvia origem consuetudinária, o Direito visigótico foi o mais intelectualizado ramo do Direito germânico, imbuído de forte influência do Direito romano:

Chega em fim a ser o unico senhor do Terreno Lusitano esse
Pôvo, de que tantos louvores se tem escrito⁶³, em troco de tantos

⁶² Sobre Ataúlfo, Segerico e Vália, ORÓSIO, Paulo – *História Apologética (O Livro VII das Histórias contra os Pagãos e outros excertos)*, pp. 203-207. Sobre Turismundo e Teoderico: “Sæpenumero postulauisti, vt quia Theoderici regis Gothorum commendat populis fama ciuilitatem, literis tibi formæ suæ quantitas, vitæ qualitas significaretur. Pareo libens, in quantum epistolaris pagina finit, laudans in te tam delicatæ sollicitudinis ingenuitatem.” «Sidonius Agricolæ suo salutem», in *Gaius Sollius Sidonius Apollinaris Opera*, livro I, Officina Nivelliana, Paris, 1614, livro I, epístola II, p. 2. Sobre Eurico: “Hujus tempore et Evarix [Eurico] rex Gotthorum, excedens Hispanum limitem, gravem in Galliis super Christianos intulit persecutionem. Truncabat passim perversitate suæ non consentientes, clericos carceribus subigebat; sacerdotes vero, alios dabat exsilio, alios gladio trucidabat. Nam et ipsos sacrorum templorum aditus spinis jusserat obserari, scilicet ut raritas ingrediendi oblivonem faceret fidei. Maxime tunc Novempopulanæ, geminæque Germaniæ urbes, ab hac tempestade depopulatæ sunt. Exstat hodieque, et pro hac causa, ad Basilium episcopum nobilis Sidonii ipsius epistola, quæ hæc ita loquitur. Sed persecutor non post multum tempus, ultione divina percussus, interiit.” *Sancti Georgii Florentii Episcopi Turonensis Historiæ Ecclesiasticæ Francorum...*, vol. I, livro II, L’Imprimerie de Crapelet, Paris, 1836, 1836, § XXV, p. 200.

⁶³ Entre os louvores aos visigodos por S. Isidoro de Sevilha: “A domestica antiquitate ac magnitudine antequam ad res externas me transferam, iterum ad certamen me vocat intrepidus ille omnium quæ ipsi collibita sunt asseverator, & sub antiquæ Germaniæ titulo novator maximus, ut qui Gotthos, Vandalos,

estragos que trouxe aos domínios Romanos: este Povo, do qual até o nome querem que proviesse da hospitalidade, e bondade, em que sobressahia⁶⁴, ou da sua fortaleza, e despejo⁶⁵: mas de quem tão inútil nos he agora esquadrihar a origem⁶⁶, como copiar elogios, dos quaes ainda a pequena parte que contém verdade, se quadra a alguma porção desse numeroso Povo, que em tantos se dividio, não ajusta talvez aos que pretendemos conhecer como nossos ascendentes⁶⁷.

Não temos pois que fazer conta com os antigos Godos, de que quasi não ficou rasto á posteridade: não temos para que seguir a sua varia fortuna, e hir atraz de cada hum dos ramos, que se

Langobardos, contra manifestum consensum indigenarum externorumque, contra validiora etiam rerum quam hominum testimonia [...]. Hæc somnia (neque enim video quo illo justiore vocabulo appellem) ut diffem partite procedam, initiumque à Gotthis multas ob causas nobilissimis faciam.” GRÓCIO, Hugo – «Prolegomena», in *Historia Gotthorum, Vandalorum, et Langobardorum...*, vol. I, Ludovicum Elzevirium, Amesterdão, 1655, p. 13; VASCUÑANA Y MONTTOYA, Alonso Villadiego – «Ley VIII. Que muerto el Rey ninguno deue tiranizar el Regno, y agloso sea Rey que fuere elegido legitimamente conforme a esta ley», in *Gothorum Regvm Hispaniæ, olim Liber Iudicvm: hodie Fvero Ivzgo Nvncvpatvs...*, vol. I, Officina de Pedro Madrigal, Madrid, 1600, pp. 24-25.

⁶⁴ “[...] non obscura origo nominis, ita enim dicti sunt ab advenis ob summam in hospites lenitatem quæ laus in ipsis eximia fuit etiam ant Christianismi tempora, quod à Bremensi, Saxone, Crantzio, consensu traditur. Boni Germanis sunt goten aut guten [...]” GRÓCIO, Hugo – «Prolegomena», in *Historia Gotthorum, Vandalorum, et Langobardorum...*, vol. I, p. 14. Sublinhado nosso.

⁶⁵ VASCUÑANA Y MONTTOYA, Alonso Villadiego – «Ley XIII. Persuade a los Principes a la misericordia de los culpados que se quisieren emendar», in *Gothorum Regvm Hispaniæ, olim Liber Iudicvm: hodie Fvero Ivzgo Nvncvpatvs...*, vol. I, p. 51.

⁶⁶ As origens dos povos visigodos continuam ainda envoltas em penumbra: “Gothorum antiquissimam esse gentem certum est: quorum originem quidam de Magog, filio Iaphet, suspicantur educi a similitudine vltimæ syllabæ, et magis de Ezechiele propheta id colligentes. Retro autem eruditio eos magis *Getas*, quam *Gog*, et *Magog* appellare consuevit. Gens fortissima etiam Iudæam terram vastatura describitur.” «Elogium in Lavdem Hispaniæ», in *S. Isidori Hispalensis Episcopi Opera Omnia. Historia de Regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum*, p. 109. Ver ainda *Procopii Cæsariensis De Rebus Gothorum, Persarum ac Vandalorum...*, livro I, cap. II; livro IV, cap. V; *Sanctorum Presbyterorum Salviani Massiliensis et Vincentii Liriniensis Opera...*, edição de Stephanus Balazius, 3.^a edição, livro VII, entre outras indicações.

⁶⁷ PIEL, Joseph M. – *O património visigodo da língua portuguesa*, Instituto Alemão da Universidade, Coimbra, 1942.

espalhárao por distinctissimas regioens⁶⁸, e tomárao os costumes que os climas, as communicações, as necessidades, e outros diferentes adjuntos lhes fôrao formando⁶⁹: esperemos que se nos avizinhe esta porção, que não só ha de instruir com seus costumes nos dos habitantes da Lusitania, mas confundida com estes ha de fazer resultar hum novo Povo⁷⁰.

Eis que elles entrao no Imperio do Occidente; apostados a não sahir mais: he preciso que comecemos já a encarar hum pouco nelles⁷¹. Estes mesmos se dividem ainda; huns vão fazer assento na Italia; e dos costumes desses mais algumas testemunhas⁷² escrevêrao: outros entrao pelas Gallias, e dahi passam á Espanha, e

⁶⁸ “Rhætiae propr unius majore latitudine, sane circa excessum ejus subactæ. Nam Germania multis postea annis, nec tota, percognita est. Si conjectare permittitur, haud multum oræ deerit Græcorum opinione, & longitudini ab Agrippa proditæ. Germanorum genera quinque: Vindilli: quorum pars Burgundiones, Varini, Carini, Guttone. Alterum genus, Ingævones: quorum pars Cimbri, Teutoni, ac Chaucorum gentes.” *Caii Plinii Secundi Naturalis Historiæ...*, livro IV, François Muguet, Paris, 1675, § XXVIII, pp. 477-478. CL\VER, Philipp – «De Gothonibus, qui & Gotones, & Gutones, & Guttones, Gythones, Gothi, & Gotthi. idem de Gepidis», in *Germaniæ Antiquæ...*, livro III, Officina Elzeviriana, Brittenburg, 1631, cap. XXXIV, pp. 625-637.

⁶⁹ António Caetano do Amaral defendeu que a procura por climas mais amenos, melhores pastagens e acesso sem embargo às rotas comerciais impeliram as populações germânicas para o centro e o sul da Europa.

⁷⁰ RESENDE, André de – «De Gothis», in *Antiguidades da Lusitânia*, Livro III, «Portvgaliæ Monvmenta Latina», Imprensa da Universidade, Coimbra, 2009, pp. 273-278.

⁷¹ Com informações actualizadas: *The Visigoths from the Migration Period to the Seventh Century. An Ethnographic Perspective*, edição e introdução de Peter Heather, The Boydell Press, Londres, 1999.

⁷² “Hinc factum ut toto illo bello quod in Italia gestum est ab Iustinianeis ducibus nulla unquam civitas à Gotthis sponte sua defecerit, atque in Africa regnantibus Wandalis nullæ fuerint seditiones, quæ statim exortæ sunt postquam ad Romanos Africa rediit: imo notat in arcana historia Procopius, in Friscam Siciliam Italiam plenissimas hominum terras, dum sub Wandalis Gothisque fuere, cum Romano Imperio tetram vastitatem inductam: planeque si quis cultissimi clementissimi imperii formam conspiciere voluerit, ei ego legendas censeam Regum Ostrogothorum epistolas, quas Cassiodorus collectas edidit: [...]” GRÓCIO, Hugo – «Prolegomena», in *Historia Gotthorum, Vandalorum, et Langobardorum...*, vol. I, pp. 33-34.

começaõ a debater-se com os Póvos, que occupaõ a Lusitania, até della se fazerem senhores⁷³. [...]

Mas se a guerra os faz ferozes, tambem os faz sobrios, e continentes⁷⁴: Se os não deixa prender dos laços civís, não os desprende inteiramente dos naturaes de humanidade, e de honra, que muitas vezes praticaõ com os vencidos⁷⁵, nem lhes arranca do coração os sentimentos de justiça, de que a Historia conserva varias próvas; nem os da gratidão, a qual chega a triunfar da sua rude independencia até ao ponto de buscarem instruir-se da Religião dos seus Bemfeitores, e Amigos para melhor se unirem com elles⁷⁶; e á proporção que a Religião lhes entra nos ânímos, posto que com a desgraça de lhes entrar logo inficionada de erros⁷⁷, lhes faz mostrar no meio mesmo do furor da guerra respeito, e accatamento ás cousas Santas⁷⁸.

⁷³ Com grande actualidade: *Suevos – Schwaben. Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585)*, organização de Erwin Koller e Hugo Laitenberger, Universidade do Minho/Gunter Narr Verlag, Tübingen, 1998.

⁷⁴ “Nulla enim improbitatem scio quæ illic non redundaverit, cum utique etiam paganæ ac feræ gentes, et si habeant specialiter mala propria, non sint tamen in his omnia execratione digna. Gothorum gens perfida, sed pudica est; Alanorum impudica, sed minus perfida; Franci mendaces, sed hospitales; Saxones crudelitate esferi, sed castitate mirandi. Omnes denique gentes habent sicut peculiaris mala, ita etiam quædam bona.” *Œuvres de Salvien*, nova tradução por J. F. Grégoire e François-Zénon Collombet, vol. II, Bohaire, Paris, 1833, pp. 57-58.

⁷⁵ “Vnde & hucusque Romani, qui in regno Gothorum consistunt, adeo amplectuntur, ut melius sit illis cum Gothis pauperes vivere, quam inter Romanos potentes esse, & graue iugum tributis portare.” *S. Isidori Hispaliensis Episcopi Opera Omnia. Historia de Regibus Gothorum, Wandalorum et Svevorum*, Era 447.

⁷⁶ “Era CDXV. anno XIII. imperii Valentis, gothi in Istrum aduersus semetipsos in Athanarico, et Frigiderno diuisi sunt, alternis sese cædibus depopulantes. Sed Athanaricus Frigidernum Valentis imperatoris suffragio superat. Huius rei gratia legatos cum muneribus ad eundem imperatorem mittit, et doctores propter suscipiendam christianæ fidei regulam poscit.” *S. Isidori Hispaliensis Episcopi Opera Omnia. Historia de Regibus Gothorum, Wandalorum et Svevorum*, p. 110.

⁷⁷ TILLEMONT, Lenain de – «Les Ariens. Les Gots se laissent entraîner dans l’Arianisme par Ulphilas», in *A l’Histoire Ecclesiastique des Six Premiers Siecles...*, 2.^a edição, vol. VI, Chez Charles Robustel, Paris, 1704, art.º CXXXIII, pp. 607-610.

⁷⁸ AMARAL, António Caetano do – «Memoria para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal, sobre o Estado Civil da Lusitania, desde a entrada dos Povos do Norte até á dos Arabes», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, pp. 138-152.

As monarquias visigóticas eram comumente electivas, sendo o rei escolhido pelos nobres, o que provocava disputas graves entre as famílias mais poderosas, enfraquecendo a sustentabilidade da monarquia. Apesar de dominarem política e administrativamente todo o território peninsular, os visigodos nunca lograram uma colonização efectiva, visto serem numericamente inferiores à restante população subjugada. No plano arquitectónico, subsistem ainda várias igrejas, reutilizando as estruturas romanas, usando o baixo-relevo como principal técnica decorativa. Entre os principais monumentos visigóticos em Portugal conta-se a catedral da Egitânia [Idanha-a-Velha], a igreja de S. Pedro de Balsemão [Lamego] e a capela de S. Frutuoso de Montélios⁷⁹ [Braga], entre outros resquícios.

*

A quarta e última *Memoria* divulgada por António Caetano do Amaral nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* apresenta, como habitual na sua alocução historiográfica, um registo profundamente documentado e extremamente sucinto⁸⁰. É por demais notória a fundamentação bibliográfica das suas notas adicionais ao texto da *Memoria*, à qual dedicou particular atenção, ao invés de desenvolver um argumento menos estéril. Não obstante estas considerações, esta *Memoria* permanece um estudo de referência⁸¹ para um período

⁷⁹ BRITO, M.^a Mónica – «As fases do restauro da capela de S. Frutuoso de Montélios. A fragilidade da reintegração nacionalista face à evolução historiográfica», separata da *Revista Museu*, 4.^a série, n.º 10 [s. n.] [s. l.], 2001, pp. 223-277.

⁸⁰ OLIVEIRA, Beatriz Sousa – *O conceito de história em António Caetano do Amaral* (século XVIII), tese de licenciatura em História, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1968; RAMOS, Luís Oliveira – «António Caetano do Amaral e a História Portuguesa», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXX, [s. n.], Coimbra, 1983.

⁸¹ TORRES, Amadeu – «António Caetano do Amaral, como autor das “Memórias” e tradutor das obras latinas de S. Martinho e S. Frutuoso», in *Euphrosyne. Revista de Filologia Clássica*, n.º 21, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Clássicos, Lisboa, 1993, pp. 319-328.

pouco conhecido na História da Península Ibérica, nomeadamente quanto ao espaço geográfico nacional entre a ocupação muçulmana e os primeiros alicerces da portugalidade⁸².

Profusamente influenciado e direccionado pela *España Sagrada*⁸³, iniciada por Fr. Enrique Floréz⁸⁴ [1702-1773], o Autor dissertou sobre o estado civil e político do território lusitano aquando da invasão muçulmana após 711, as enormes dificuldades em encontrar testemunhos coevos e a grande raridade e parcialidade dos registos

⁸² “Amaral fala de épocas porque subdivide a história a elaborar em vários períodos que a sua alta mente de historiador congeminou, tal qual exigia a estrutura e a ordenação do plano a cumprir, plano que daria a conhecer o «*sistema da legislação e de toda a direcção doméstica da monarquia*». O princípio e o fim de cada época baliza-o pelas situações de crise, que «*não sucedem a cada passo*», resultantes de «*grandes revoluções*», as quais envolvem consigo novas necessidades e requerem «*mudança de remedio civil*». A história de Portugal seria precedida duma elucidativa introdução, com quatro fases, ou seja, uma memória sobre aquilo a que chama a Lusitânia pré-romana, outra acerca do domínio romano, outra a respeito do período bárbaro e, finalmente, outra sobre a época árabe e a reconquista até ao conde D. Henrique. As três épocas, com início em D. Henrique, reduz Amaral a história portuguesa propriamente dita. Por sua vez, as revoluções transformadoras produzem-se, em seu entender, no interregno e após a morte de D. Sebastião. O último período abrange a época filipina e estende-se até ao tempo de António Caetano, ou seja, até ao reinado de D. Maria I, então em curso.” RAMOS, Luís Oliveira – «Concepções sobre a História (segunda metade do século XVIII)», in *Revista de História*, n.º 12, FLUP, Porto, 1993, pp. 253-254.

⁸³ Concebida primeiramente por Fr. Enrique Flórez, a *España Sagrada*, *Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España*... permanece uma obra ímpar da História Eclesiástica peninsular. O primeiro volume foi editado em 1747 e Fr. Enrique Flórez preparou os 28 volumes seguintes, coadjuvado por Francisco Méndez [1725-1803]. Após a publicação dos cinco primeiros volumes, Fernando VI de Espanha concedeu-lhe a protecção régia [1750]. À morte do seu mentor em 1773, a Ordem Agustiniana encarregou Manuel Risco [1735-1801] da edição dos dois volumes [XXVIII-XXIX] preparados por Fr. Enrique Flórez, prosseguindo-se a obra até o volume XLII. Posteriormente, seria Antolín Merino [1745-1830] e José de la Canal a editarem os volumes XLIII e XLIV, este último até ao volume XLVII. Finalmente, Pedro Sainz de Baranda, Vicente la Fuente, Carlos Ramón Fort, Eduardo Jusué e Ángel Custodio publicaram os últimos volumes da *España Sagrada* até ao volume LVI. Em 2000, a Editorial Revista Agustiniana publicou uma nova edição completa da *España Sagrada*, com revisão de Rafael Lazcano.

⁸⁴ MÉNDEZ, Francisco – *Noticias de la vida y escritos Del Rmo. P. Mro. Fr. Henrique Florez... con una relacion individual de los viages que hizo à las provincias y ciudades mas principales de España*, Imprenta de Pedro Marín, Madrid, 1780 [existe uma edição facsimilada, Pamplona, 2001]; FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Javier Campos y – *Enrique Flórez. La pasión por el estudio*, Revista Agustiniana, Madrid, 1996.

disponíveis. Neste sentido, facultou um relato sucinto das principais leis e instituições visigóticas na Hispânia, marcadas pela rápida decadência e a corrupção generalizada, recordando o estado caótico deste território após a ocupação muçulmana, como refere na «Primeira Parte» desta *Memoria*:

Deixámos no fim da Epoca antecedente da nossa Historia, e do Seculo VII. a Lusitania verdadeiramente Goda, regida pelas Leis do Codigo Visigotico⁸⁵, amoldada ao character, que lhe resultára da mistura de Barbaros do Norte com habitantes de huma Colonia Romana; com a escassa cultura de Sciencias, e Artes, que permittia o tempo, e a sua propria situação; perdido o esforço, e disciplina militar com o diuturno ocio⁸⁶; e ameaçada de alguma maior desgraça pelos vicios dos seus ultimos Reis⁸⁷.

Chegou esta com effeito. A poucos annos andados do Seculo VIII.⁸⁸, entra da parte do meio-dia huma como torrente assoladora de Mouros, que em hum instante cobre este terreno⁸⁹, e affoga o governo, e costumes do Povo Lusitano-Gothico⁹⁰; e impedindo

⁸⁵ MERÊA, Paulo – «Temas histórico-jurídicos sobre a organização judicial visigótica e postvisigótica», separata do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, n.º 20, Coimbra Editora, 1940.

⁸⁶ GARCIA MORENO, Luis – *El fin del reino visigodo de Toledo: decadencia y catástrofe: una contribución a su critica*, Universidad Autonoma, Madrid, 1975.

⁸⁷ Cf. *Monachi Silenis Chronicon*, publicado in FLOREZ, Fr. Enrique – *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia...*, vol. XVII, Oficina de Antonio Marin, Madrid, 1763, pp. 277-278.

⁸⁸ O Autor problematiza esta questão cronológica situando-a entre os anos 711 e 714, de acordo com a óptica de ARGOTE, D. Jerónimo Contador de – «Discurso XIV. Do anno em que succedeo a batalha de Guadalete, e se perdeu Hespanha», in *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga...*, vol. III, Regia Officina Sylviana e da Academia Real, Lisboa, 1744, pp. 222-245. Cf. LEWIS, Bernard – *Os Árabes na História*, tradução de M.^a do Rosário Quintela, 2.^a edição, «Nova História», Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

⁸⁹ COELHO, António Borges – *Portugal na Espanha Árabe*, 3.^a edição, revista, «Coleção Universitária», Editorial Caminho, Lisboa, 2008.

⁹⁰ «Hujus temporibus, in ra DCCXLIX. anno imperii ejus quarto, Arabum XCII. Ulit V. dum per supranominatos missos Hispania vastaretur, et nimium non solum

ao mesmo tempo a Literatura, tolhe os meios de se transmittir á posteridade o que passa, nos primeiros tempos, dentro do terreno conquistado⁹¹. De Escriptores Hespanhões coevos á invasão apenas nos resta hum abreviado Chronicon devido a A. Lusitano⁹²; e se mette o intervallo de mais de hum seculo até que appareção outros Escriptores⁹³. Mas neste intervallo alguns monumentos nos

hostili, veriam etiam intestino furore confligeretur, Muza et ipse ut miserrimam adiens gentem per Gaditanum fretum columnas Herculis pertendentes, et quasi fumi indicio portus aditus demonstrantes, vel claves in manu transitum Hispaniæ præsagantes, vel reserantes, jam olim malè direptam, et omninò impiè adgressam perditans penetrat; atque Toletum urbem Regiam usque inrumpendo, adjacentes regiones pace fraudifica male diverberans, nonnullos seniores nobiles viros qui utcumque remanserant per Oppam filium Egicæ Regis à Toletum fugam arripientes, gladio patibuli jugulat, et per ejus occasionem cunctos ense detruncat.” Cf. «Isidoro Pacense», in *Coleccion de Obras Arábicas de Historia y Geografía... Ajbar Machmuâ (coleccion de tradiciones). Crónica Anónima del Siglo XI, dada á luz por primera vez*, tradução e notas de D. Emilio Lafuente y Alcántara, vol. I, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, Madrid, 1867, pp. 147-148. Numa outra referência: “Cum olim Hispania omni liberali doctrina ubertim floreret, ac in ea studio literatum, fontem sapientiæ sitientes, passim operam darent; inundata Barbarorum fortitudine, studium cum doctrina funditus evanuit. Hac itaque necessitudine ingruente, & scriptores defuere, & Hispanorum gesta silentio præterierunt. Sed si tam sagaciter animadvertis, profecto memoriæ occurrit, quod *universæ viæ Domini misericordia, & veritas sunt.*” *Monachi Silenis Chronicon*, p. 270.

⁹¹ Vejam-se as indicações expressas em *Nova História de Portugal. Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*, vol. II, Editorial Presença, Lisboa, 1993.

⁹² “Per idem tempus in Æra DCCLIII. anno imperij exus IX. Arabum XCVII. Abdallaziz omnem Hispaniam per tres annos sub censuario jugo pacificans, cum Hispali divitiis & honorum fascibus cum Regina Hispaniæ in conjugio copulata, filias e Regum ac Principum pellicatas, & imprudenter distractas æstualet, seditione suorum facta, orationi instans, consilio Ajub e occiditur: atque eo Hispaniam renitente, mense impleto, Alahor in Regno Hesperia per principalia jussa succedit, cui de morte Abdallaziz ita edicatur, ut quasi consilio Egilonis Regina conjugis quondam Ruderici Regis, quam sibi sociaberat, jugum Arabicum à sua cervice conaretur avertere, & Regnum invasum Hiberiæ sibimet retemptare.” FLOREZ, Fr. Henrique – «Del Chronicon del Pacense», in *España Sagrada. Teatro Geographico-Historico de la Iglesia de España...*, vol. VIII, Oficina de Antonio Marin, Madrid, 1752, Tratado XXVII, Apêndice II, pp. 294-295.

⁹³ «Speraindeo Abbas – Contra hæreticos quosdam negantes in Deo trinitatem personarum in unitate substantiæ, atque divinitatem in Christo», in *Leonis IV, Benedicti III, Pontificum Romanorum, Ss. Eulogii, Prudentii, Toletani et Trecensis Antistitum, Angelomi Luxoviensis, Opera omnia... Præmittuntur Abytonis, Basileensis Episcopi, Audradi, Senonensis Chorepiscopi, Aldrici, Cenomanensis Episcopi scripta quæ supersunt universa...*, edição de Jacques Paul Migne, «Patrologiæ Coursus Completus. Series Latina», n.º 115, Garnier, Paris, 1881, cols. 959-966.

dão já os Archivos de Asturias, Leão, e Galliza⁹⁴. Dos Authores Arabes não temos Historia coeva⁹⁵; não se podendo ter por tal o adulterado Rasis⁹⁶: e nos modernos, que existem⁹⁷, e que só

⁹⁴ Neste ponto, o Autor remete o Leitor para os apêndices da *España Sagrada*, onde estão transcritas as informações para todos estes assuntos.

⁹⁵ SOVERAL, Carlos Eduardo – *A Historiografia Medieval: séculos IV a XII*, «Meridiano Universitário», n.º 1, Livraria Tavares Martins, Porto, 1963, p. 30; SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *Investigaciones sobre historiografía hispana medieval: siglos VIII al XII*, Instituto de Historia de España, Buenos Aires, 1967.

⁹⁶ “Rasis, ou Rases, Escritor Arabe, ou nascido em Hespanha, ou fóra della, porque com certeza só consta da sua origem, não da sua patria, escreveo a Historia de Hespanha, ou no seculo decimo, ou no antecedente, como depois advertiremos. Foy muy estimada, e seguida a sua relação dos nossos Hespanhoes, do Arcebispo D. Rodrigo Ximenes, Morales, e outros. Imprimio-se no anno... porém atéqui não vi a dita impressão.” ARGOTE, D. Jerónimo Contador de – «Discurso VI. De Abugiafar, Rasis, e outros Escritores Arabes antigos», in *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga...*, vol. III, livro V, cap. I, p. 123. “Este fue Historiador del Miramolin *Dalbarab*, para cuya instruccion, y de cuyo mandato escribiò el Moro Rasis la Historia, y Descripcion de España, que en su nombre anda manuscrita en los Gabinetes de los Eruditos, pues hasta ahora no ha visto la luz publica. Como escribiò para Principe Africano, y èl aunque Español era Moro, usò del idioma Arabigo para formar su Historia.” FLOREZ, Fr. Henrique – «De la Division de Constantino», in *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España...*, vol. IV, tratado III, cap. II, pp. 119 e ss.; “Itaque ex testimonio de Rasi supra allato facilè apparet eum in rebus Hispanicis Scriptorem fuisse versatissimum & accuratissimum; adeoque Historiam illam quæ sub Rasis nomine Hispanè reddita circumfertur, illo prorsus indignam habendam, ac meram esse inepti nescio cujus Excerptoris farraginem tum ex Latinis, tum ex Arabicis commentariis male constatam & falsis conspersam, celeberrimi Auctoris nomine editam, quò magis, lenocinante, ut fieri solet, titulo, in vulgus probaretur.” «De Rasis Historia», in *Bibliotheca Arabico-Hispana Escorialensis...*, compilado por Miguel Casiri, vol. II, Antonio Perez de Soto, Madrid, 1770, pp. 329-332. Cf. *Crónica del Moro Rasis. Versión del Ajbar Muluk al-Andalus de Ahmad ibn Muhammad ibn Musa al-Rasi*, edição literária de Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés, colaboração de Margarita Estarellas, Mercedes García Arenal y Paloma Montero, «Fuentes cronísticas de la historia de España», n.º 3, Gredos, Madrid, 1975; LAVAJO, Joaquim Chorão – «A Crónica do Mouro Rasis e a historiografia portuguesa medieval», separata de *Estudos Orientais*, vol. II, Instituto Oriental, Lisboa, 1991, pp. 127-154.

⁹⁷ “Codex litteris Cuphicus descriptus die 13. Schabani, anno Egræ 990. principio carens, & foliis 197. constans: in quo Historia virorum genere & dignitate illustrium qui apud Hispanos Poeseos laude claruerunt, lectissimis eorundem insertis carminibus, hocce titulo insignita, *Vestis Serica*: auctore *Abu Bakero Alcodaeo Ebn Alabar Valentino*, qui anno Egræ 658. supremum diem obiit. Quædam ex hoc Codice excerpta ad Hispaniæ Historiam maximè spectantia ordine chronologico hîc representabimus iisdem, quibus ab Auctore expressa sunt, ferè verbis.” Cf. *Bibliotheca Arabico-Hispana Escorialensis...*, compilado por Miguel Casiri, vol. II, p. 30. Sublinhado nosso, com alusão a SOUSA, Fr. João de Sousa – *Vestigios da Lingoa Arabica em Portugal, ou*

fallão em feitos de guerra, nada se acha dos males, que os Mouros causavam aos Christãos, nem dos costumes, e Legislação destes⁹⁸. Pelo mesmo tempo, em que apparecem Escriptores na Hespanha, he que tambem começã a se descobrir nos Archivos das nossas Provincias algumas Escripturas⁹⁹. Estes monumentos nos abrem, e alumião o caminho por entre esse tenebroso cahos¹⁰⁰, e nos descobrem muitas verdades, que entrem no lugar das conjecturas, com que os Historiadores modernos, mas anteriores a estas descobertas, enchão os seus Annaes.

Lancemos pois os olhos por este vasto Paiz. Não vemos por alguns annos senão tropas de Mouros destruindo terras, e avassalando povos¹⁰¹; e destes huns gemendo debaixo do jugo, outros fugindo, e acolhendo-se ás asperezas das Asturias, e Galliza¹⁰²: mas eis que de repente vêmos dalli surgir esses bravos Godos como fêras acoçadas, que ao passo que procurão sacudir os

Lexicon Etymologico das palavras, e nomes portuguezes, que tem origem arabica..., aumentado e anotado por Fr. José de Santo António Moura, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1830 [edição fac-símile, Livraria Alcala, Lisboa, 2004].

⁹⁸ RAMÍREZ DEL RIO, José – *La Orientalización de Al-Andalus. Los días de los árabes en la Península Ibérica*, «Historia y Geografía», n.º 83, Universidade de Sevilha, 2002, pp. 191-195.

⁹⁹ “Documentos do século IX e princípios do século X, testemunham a cultura da vinha no território de Portucale. O mais antigo data de 30 de Abril de 870 e pertenceu ao cartório de Pendorada. Trata-se de uma carta de doação de um casal que compreendia soutos (floresta de castanheiros), pomares, vinhas e uma leira, onde se alude a cubas.” CARDOSO, António Barros, e SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto do Vinho*, Livraria Civilização Editora, Porto, 2007, p. 42. Cf. «Donatio bonorum ecclesiae de Sozello facta...», in *Portvgaliæ Monumenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimvm ivssv Academiæ Scientiarvm Olisiponsis edita. Diplomata et Chartæ*, vol. I, fasc.º I, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1868, doc. VI, pp. 4-5.

¹⁰⁰ Sublinhado nosso.

¹⁰¹ *Idade Média. Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*, direcção de Umberto Eco, tradução de Bonifácio Alves, vol. I, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2011, p. 184.

¹⁰² *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coordenação de Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Câmara Municipal de Palmela/FLUP, Palmela/Porto, 2005.

pezado jugo Sarraceno, cuidão em conservar os proprios costumes, e Religião¹⁰³.

Dois objectos bem differentes se nos offerecem então a hum tempo, que não devemos já perder de vista, se queremos conhecer o estado Civil deste terreno na presente Epoca, e como os materiaes, de que se veio a formar o soberbo edificio da Monarchia Portuguesa¹⁰⁴. De huma parte; qual seja a sorte dos que vivem como captivos nas terras occupadas dos Mouros; que porção conservão de liberdade Civil e Religiosa; que mutuo influxo ha de costumes e maneiras entre os vencedores, e os vencidos. De outra parte; como guardão tenazmente as Leis, e costumes Visigoticos, e que inflexões e mudanças lhes vão dando os que se fizerão fortes nas Provincias Septemtrionaes¹⁰⁵; como vão plantando esses costumes, e essa Legislação nas Povoações, que vão recobrando, e multiplicando, á medida, que expulsão os intrusos Africanos¹⁰⁶.

¹⁰³ Confirmam-se os trabalhos compilados em *Islão e Arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos* [s. n.], Évora, 1986.

¹⁰⁴ KENNEDY, Hugh – *Os muçulmanos na Península Ibérica: história política do al-Andaluz*, tradução de M.^a Georgina Segurado, «Fórum da História», n.º 32, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1999.

¹⁰⁵ «A lei reprime os actos ostensivos que se podem considerar injuriosos para a crença dos vencedores, e entre elles comprehende os toques de sino para chamar á oração, e a apresentação da cruz em publico. Prohibe tambem aos tributarios a pratica de certos actos que os póde confundir com os verdadeiros crentes, e por isso mesmo impõe-lhes a obrigação de trazerem um vestuário especial que os distinga dos mussulmanos, prescrevendo-lhes, além d'isso, outros preceitos que declara humilhantes, porque, diz a lei, essa humilhação póde determinal-os a abraçarem o islamismo; assim cada tributario pagará a capitulação por si proprio e não por um emissario. O que nos mostram estes extractos? Que o christão vencido póde viver em paz, guardando as suas crenças e as suas leis, uma vez que solva o tributo ao vencedor, e não attente contra a ordem publica affrontando acintosamente a religião dos dominadores. O fervor intolerante e sanguinario na conversão do vencido, professando diversa crença, não transparece na lei mussulmana.» BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885, p. 76.

¹⁰⁶ AMARAL, António Caetano do – «Memoria IV. Para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o estado do Terreno, que hoje occupa Portugal, desde

Prosseguindo os seus comentários, António Caetano do Amaral facultou uma panorâmica das instituições hispânicas em terras dominadas pelo poderio muçulmano, onde as difíceis relações entre os novos senhores e os povos dominados, em virtude do abismo causado pelas diferenças religiosas não adivinhavam uma assimilação rápida. Recorda as principais atribulações impostas aos cristãos, as primeiras pelejas dos contingentes de refugiados asturianos, o início da Reconquista Cristã e a luta pela recuperação territorial. A própria oposição ao invasor muçulmano faz-se pela expressão cristã, motivo que leva o Autor a enunciar os mais célebres preladados deste período, muitos deles mártires¹⁰⁷ e santos sacrificados pela sua fé, os quais serviriam de exemplos morais à resistência e apelo ao combate.

Pouco tempo após as primeiras vagas invasoras muçulmanas, começaram as dissensões internas entre os vários pólos de poder, levando ao corte de relações com Damasco e o princípio do primeiro califado omíada de Córdova. Simultaneamente, foram enumeradas as primeiras conquistas dos reis ástures. A unidade da Igreja peninsular será ainda fortemente abalada pela ignorância, as questões disciplinares e as interrogações heresiarcas, onde o predomínio dos ritos moçárabes marcava imensamente todas as rotinas religiosas.

Salienta-se a importância legislativa e política dos primeiros concílios peninsulares, sem deixar de relatar as grandes perseguições aos cristãos nos domínios muçulmanos, as apostasias e a sobrevivência dos núcleos cristãos, assistindo-se ao crescimento de pequenos eremitérios, de igrejas e mosteiros, num verdadeiro clima de tolerância, ainda que sujeito aos tributos e arbítrio do invasor:

a invasão dos Arabes até á Fundação da Monarchia Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. 60-66.

¹⁰⁷ O Autor enunciou os principais mártires desta época. *Idem*, pp. 83-85.

Dada esta succinta noção da successão, forças, e dominios dos Reis desta Epoca, entremos já na indole de seu governo, objecto principal desta Memoria. Não tinham estes Successores dos Reis Visigodos outras idéas de governo, e legislação, que as que haviam recebido de seus maiores¹⁰⁸. Assim vemos, que a fôrma do governo continúa a ser de Monarchico hereditario; e com as mesmas modificações, que no tempo Visigotico¹⁰⁹.

Continuação, quero dizer, a se congregar, para a determinação dos negocios graves, Congressos de Prelados, e dos Magnates, convocados, e ordinariamente presididos pelo Rei. Poucas vezes permittio o estado das cousas, que se celebrassem os que merecem propriamente o nome de Concilios; mas vêm-se frequentemente Juntas, que produzião o mesmo effeito¹¹⁰. Nesta se começava pelo conhecimento e determinação das cousas Ecclesiasticas¹¹¹; seguião-se as que pertenciam ao Rei, e depois as do Povo e particulares: excepto quando erão congregadas determinadamente para a coroação e enthronização¹¹² do novo Rei; que ordinariamente se

¹⁰⁸ ORLANDIS, José – *Historia del Reino Visigodo Español*, pp. 135-165.

¹⁰⁹ VELOZO, Francisco José – «O direito sucessório na monarquia suévico-lusitana», in *Scientia Juridica* [s. n.], Braga, 1951, pp. 198-208.

¹¹⁰ Possui o maior interesse: *Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos*, edição preparada por José Vives, colaboração de Tomás Marín Martínez e Gonzalo Martínez Díez, «España Cristiana. Textos», n.º 1, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Enrique Flórez, Madrid, 1963.

¹¹¹ «Concilium Legionense. Era M.LVIII. (anno Christi 1020.) celebratum sub Alfonso V. Legionis Rege», in *Extracto de las Leyes del Fuero Viejo de Castilla, con el primitivo fuero de Leon, Asturias y Galicia...*, compilado por D. Juan de la Reguera Valdelomár, Imprenta de la Viuda e Hijo de Marin, Madrid, 1798, pp. 135-150.

¹¹² «Ceterum Garsias Rex postquam ultimam præsentis Vitæ clausit horam, ad Ordonium Christi belligerum successio Regni Divino nutu pervenit. Omnes siquidem Hispaniæ Magnates, Episcopi, Abbates, Comites, Primores, facto solemniter generali Conventu eum acclamando sibi constituit: impositoque ei diademate à duodecim Pontificibus in solium Regni Legionis perunctus est.» *Monachi Silensis Chronicon*, p. 295.

fazia com a maior solemnidade, intervindo mesmo a cerimonia da Unção; ou para algum outro assumpto especial¹¹³. [...]

De seus Maiores havião os Reis das Asturias herdado com a Religião o respeito aos Ministros della; e o communicarem parte da sua authoridade a estes homens, que ao seu respeito do character união mais instrucção que os Seculares¹¹⁴: mas as circunstancias actuaes concorrêrão para augmentar aquella authoridade tanto mais, quanto era maior a facilidade, que os Reis tinham de recorrer aos seus conselhos¹¹⁵: achava-se a Corte, e suas vizinhanças povoada de Bispos em desterro das suas Sés, occupadas pelos Mouros; e a cuja subsistencia os Soberanos liberalmente provião¹¹⁶.

Neste epítome histórico consagrado ao domínio islâmico da Península Ibérica não foram esquecidos os profundos impactos das movimentações militares de Almançor [c. 938-1002] por volta do ano 1000, notoriamente elucidativas da decadência muçulmana. O califado do Córdova assistia ao seu apogeu civilizacional, em que o culto das Letras e da Ciência floresciam no seu seio, causando

¹¹³ A unção real visigoda foi instituída para sacralizar a realeza católica. Não é fácil definir o momento exacto em que os reis começaram a ser ungidos, embora a influência isidoriana fosse marcante. Cf. ORLANDIS, José – *Historia del Reino Visigodo Español*, pp. 89-90. Sobre esta questão, BLOCH, Marc – *Les Rois Thaumaturges. Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre*, prefácio de Jacques le Goff, «Bibliothèque des Histoires», Gallimard, Paris, 1983.

¹¹⁴ VILADEMOROS, Joseph Manuel Trelles – *Historia chronologica y genealogica del primitivo origen de la nobleza de España, su antigüedad, clases y diferencias, con sucesiones continuadas de las principales familias del Reyno, y con la ilustracion del principado de Asturias...*, vols. I-IV, Officina de Domingo Fernandez de Arrojo, Madrid, 1760.

¹¹⁵ CASTRO VALDÉS, César, e RÍOS GONZÁLEZ, Sergio – *Asturias Medieval*, Trea, Gijón, 1997.

¹¹⁶ AMARAL, António Caetano do – «Memoria IV. Para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o estado do Terreno, que hoje occupa Portugal, desde a invasão dos Arabes até á Fundação da Monarchia Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 134-140.

o espanto de toda a Europa cristã. António Caetano do Amaral recorrerá, então, às inúmeras transcrições das fontes árabes, demonstrando uma verdadeira cientificidade e imparcialidade no uso destas informações históricas.

Iniciada a «Segunda Parte» desta Memória, o Autor problematizará os primeiros tempos da Reconquista Cristã após a revolta de Pelágio, o primeiro rei das Astúrias. A partir do núcleo asturiano, dispôs uma listagem de todos os monarcas¹¹⁷ e as suas principais acções militares e políticas, conducentes à formação dos reinos de Navarra, Aragão e do condado da Catalunha. No reinado de Afonso III, o centro político do território cristão situar-se-á em torno do núcleo de Leão, como relembra. A uma série de incursões de pilhagem a sul do Douro e do Tejo pelos séculos IX e X, respondeu o califado de Córdoba com ataques devastadores, fixando-se as fronteiras no Douro em finais do século X.

Nestes primeiros séculos, as acções militares cristãs foram principalmente defensivas, consistindo essencialmente em razias e acções de pilhagem. Só a partir do século XI surgiram as grandes expedições de conquista organizadas pelas Coroas, num momento em que os reinos cristãos possuíam poder e dimensão adequados. Assim, a Reconquista não será, como se sabe, um movimento contínuo planeado, mas uma guerra extremamente morosa, repleta de avanços e recuos, com métodos incongruentes e objectivos transitórios.

Nem sempre cristãos e muçulmanos foram inimigos declarados, tendo-se verificado alianças e intercâmbios entre os seguidores das duas religiões. Entre o século XI e o XIV, porém, a progressão cristã tornou-se irreversível. Assim, a Reconquista tornou-se a chave que permite a configuração dos reinos de Portugal, Leão e Castela, e Aragão. Além de ter sido uma guerra permanente organizada pelos soberanos, pelos concelhos ou ainda por bandos armados actuando

¹¹⁷ *Idem*, pp. 105-134.

isoladamente, a Reconquista permitirá o povoamento sistemático do território e a organização económica num contexto de expansão imparável:

Mas quaes erão as Leis, por que se decidião assim estas causas em Juizo contencioso, como os graves negocios nas grandes Juntas? Erão as Leis Visigoticas¹¹⁸, e os Canones Sagrados, segundo a Collecção delles, que se usava nas Hespanhas. Hum, e outro Codigo he a cada passo allegado assim nas Juntas, ou Concilios, e nas Escripturas de contractos como nos processos e decisão de litígios; onde muitas vezes se citão especificamente Leis do Codigo Visigotico, titulo, e livro; e que quando não tenham os numeros expressos, bem são designadas pela materia; seguindo-as não só no que formava o assumpto das contestações, mas ainda na mesma ordem, e formalidades do processo¹¹⁹; [...].

Escriptores antigos ha, que asseverão que a observancia das Leis Visigoticas acabára nas Hespanhas, substituida pela do Direito Romano¹²⁰, antes do anno 1088.¹²¹ e até precisamente no

¹¹⁸ *Textos de Direito Visigótico. Disposições e glosas que figuram nalguns códices da «Lex Visigothorum», que não foram insertas no texto da edição de 1902. Fontes várias de direito visigótico: fórmulas visigóticas*, «Colecção de Textos de Direito Peninsular e Português», n.º 2, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1920.

¹¹⁹ MERÊA, Paulo – *Estudios de Direito Privado Visigótico*, Instituto Nacional de Estudios Juridicos, Madrid, 1945.

¹²⁰ “As tradições do código theodosiano, das quaes a lei romana dos visigodos foi na Peninsula o echo durante mais de um seculo, e que depois se mantiveram na lei commun a godos e hispano-romanos, ligam-se immediatamente á introdução do direito de Justiniano. [...] Sabemos que desde o seculo VII começam a apparecer citações de direito justiniano em epistolas e rescriptos pontificios; e do uso d'este direito, que é vulgar nas colecções dos canones redigidas no seculo XI, acha-se já tambem prova indubitavel n'uma compilação do seculo IX.” BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. I, p. 111.

¹²¹ “In hoc tempore apud Hispanos Lex Toletana obliterata est, & Lex Romana recepta. Et prædictus equidem Didacus multo tempore nobilitate & generositate in hac præsentí vita floruit: sed adeo curis exterioribus implicitus extit, quod ecclesiastici habitus normæ internam intentionem, ut debuit, non submisit.” FLOREZ, Fr. Enri-

de 1078¹²². He porém certo, que se não aboliu logo em toda a parte a authoridade do Codigo Visigotico; pois continúa a se vêr allegado em monumentos do resto da nossa Europa¹²³.

No ultimo seculo della se acrescentarão áquelle Codigo, que fazia a baze da Legislação, algumas Leis, ou Fóros accommodados ao estado, e circunstancias presentes¹²⁴. Os primeiros fôrão estabelecidos pelo Rei D. Affonso V. no Concilio de Leão do anno 1020¹²⁵, para se observarem (como o mesmo Rei declara) na Cidade de Leão, e seu termo; e por isso os Juizes de Leão se chamavão Juizes do Livro, e do Foro: a sua observancia se foi depois estendendo ás Asturias, e Galliza; e passados 30. annos foi novamente intimada no Concilio de Coynça¹²⁶; e continuou pelos seculos seguintes¹²⁷.

que – «Fragmentos de la *Historia Compostelana* (inedita)...», in *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia...*, vol. III, Oficina de Antonio Marin, Madrid, 1754, Apêndice X, p. 425.

¹²² “[...] entró efectivamente en Castilla el Rito del Oficio Romano en el mismo año 1078. como expressa el Chronicon Burguense en la clausula despues de la alegada: *Era MCXVI. (año 1078.) intravit Romana lex in Hispania.*” FLOREZ, Fr. Enrique – «Obispos de Oca diversos de Valpuesta», in *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia...*, vol. XXVI, Oficina de Pedro Marin, Madrid, 1771, Tratado LXIV, p. 156.

¹²³ CAETANO, Marcello – «Domínio Germânico», in *História do Direito Português (sécs. XII-XVI) seguida de Subsídios para a História das Fontes do Direito em Portugal no séc. XVI*, textos introdutórios e notas de Nuno Espinosa Gomes da Silva, 4.^a edição, Editorial Verbo, Lisboa, 2000, pp. 87-109.

¹²⁴ SOARES, Fernando Gautier Luso – *Ensaio para a história da formação do direito medieval português (o elemento romano)*, Prefácio, Lisboa, 2009.

¹²⁵ «Concilium Legionense. Era MLVIII. Kal. Augusti (Anno Christi 1020). Decreta Alfonsi Regis et Geloyre Regina (*El Fuero de Leon*)», in *Coleccion de Cortes de los Reynos de Leon y de Castilla, dadas a luz por la Real Academia de la Historia*, vol. I, Imprenta de D. Marcelino Calero y Portocarrero, Madrid, 1836, pp. 1-28.

¹²⁶ «Cortes de Coynza (hoy Valencia de D. Juan) celebradas en el año de 1050 por Fernando 1.º llamado el Magno», in *Coleccion de Cortes de los Reynos de Leon y de Castilla, dadas a luz por la Real Academia de la Historia*, vol. I, Imprenta de D. Marcelino Calero y Portocarrero, Madrid, 1836, pp. 29-44.

¹²⁷ AMARAL, António Caetano do – «Memoria IV. Para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o estado do Terreno, que hoje occupa Portugal, desde a invasão dos Arabes até á Fundação da Monarchia Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 155-164.

Como o Autor sobressai, a verdadeira Reconquista sistemática iniciou-se com as campanhas de Fernando, o *Magno*, no século XI, entre as quais resultaram a conquista definitiva de Coimbra. Iniciaram-se, então, várias expedições de envergadura para ocupar as cidades do território andaluz, tendo as ordens militares desempenhado um papel decisivo no avanço militar a partir do século XII. No reinado de Afonso VI de Leão e Castela, com o auxílio de contingentes francos, a fronteira chegou até ao Tejo, datando desta época uma ideologia imperial hispânica que reclamou a hegemonia sobre toda a Península. Entretanto, o repovoamento entre o Douro e o Tejo permitira a formação de um núcleo autónómico em Portugal, que se tornaria um reino independente [1179].

Mas a tradição institucional visigótica não estava esquecida nas práticas consuetudinárias, do mesmo modo que o impacto legislativo romano irá marcar a construção dos novos Estados, por força da Igreja, como António Caetano do Amaral elucida. Além destes assuntos, referiu-se ao estado calamitoso das Letras nestes séculos e a lenta recuperação cultural, baseada numa análise paleográfica da documentação medieval disponível, assente no predomínio do latim e a ascensão da língua portuguesa:

Os mesmos impedimentos que havia para o Comercio e Artes, o erão ainda mais para a Litteratura; para esta não só tolhião os meios, mas tornavão os homens inhabeis para a receber¹²⁸. Apenas de pessoas da Familia Real nos consta que tivessem alguma¹²⁹;

¹²⁸ FOSSIER, Robert – «O Conhecimento», in *Gente da Idade Média*, tradução de Manuel Ruas, Editorial Teorema, Lisboa, 2010, pp. 363-429.

¹²⁹ Para a realidade portuguesa: “A tutela masculina da educação dos fidalgos adolescentes justificava-se pelo lugar que nela desempenhava o adestramento físico e militar. Envolvendo a aprendizagem da equitação, da caça e do manejo das armas, ela remetia, logicamente, para a presença formativa de varões adultos não só bem experimentados nas artes da cavalaria, montaria, cetraria e guerra feudal, como superiormente representativos dos valores ético-morais que orientavam a prática nobiliárquica de todas essas actividades. Durante os séculos XII e XIII, a

sendo os exercicios ordinarios, ainda dos moços mais distinctos, a caça, o manejo das armas, o ensino dos cavallos¹³⁰. A Litteratura, que houve nas Provincias meridionais occupadas dos Arabes¹³¹, e de que fallámos na I. Parte desta Memoria, não pôde penetrar a este nosso terreno: não ha delle hum só Escripor: os monumentos, que nos restão nas escripturas de doações, ou outros contractos, mesmo de Ecclesiasticos, bem attestão a sua barba-ridade: querendo conservar o costume de as escrever em Latim, e perdendo cada vez mais o conhecimento deste, substituião a muitas palavras latinas as do idioma patrio¹³²; e como este carecia de diversos casos nos nomes, escreviam os mesmos latinos sem a terminação que a construcção requeria; e o mesmo praticavão nos tempos, e pessoas dos verbos; formando assim huma algaravia¹³³ cada vez mais inintelligivel.

aprendizagem juvenil da condição fidalga implicava, frequentemente, o abandono da casa paterna, por vezes logo após o desmame. Separados da mãe e das irmãs, os filhos dos nobres passavam, então, a participar no mundo viril das cavalgadas, caçadas, armas e jogos de destreza guerreira, ao mesmo tempo que se incorporavam nos quotidianos próprios das famílias nobres onde passavam a viver, contribuindo deste modo para o reforço dos laços de dependência feudal que os uniam às suas linhagens de origem.” OLIVEIRA, Ana Rodrigues – «O Meio Nobiliárquico», in *A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa*, Editorial Teorema, Lisboa, 2007, pp. 150-151.

¹³⁰ Referindo-se a Bermudo I: “Is ab ipsis puerilibus annis jussione Patris literatum studiis traditus, ubi adoluit, potius cæleste, quam terrenum sibi Regnum affectavit.” *Monachi Silensis Chronicon*, p. 288. E quanto aos filhos de Fernando Magno: “Rex verò Fernandus filios suos & filias ita censuit instruere, ut primo liberalius, quibus, & ipse studium dederat, erudirentur. Dein ubi ætas patiebatur more Hispanorum equos cursare, armis & venationibus filios exercere fecit. Sed & filias, ne per ocium torperent, ad omnem muliebrem honestatem erudire jussit.” *Idem*, p. 316.

¹³¹ Consultar os estudos compilados em *Cultura Islâmica e Cultura Árabe. Estudos em honra de David Lopes*, Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, Lisboa, 1969. Salientamos MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Poesía Árabe y Poesía Europea, con otros estudios de Literatura Medieval*, 6.ª edição, «Austral Ensayos y Filosofía», n.º 30, Espasa-Calpe, Madrid, 1973.

¹³² MERÊA, Paulo – «Para um glossário do nosso latim medieval», in *Estudos de História do Direito. I. Direito Português*, «Estudos Gerais. Série Universitária», INCM, Lisboa, 2007, pp. 487-499 [1.ª edição: 1940].

¹³³ “Cousa do Ocidente, a que os Árabes chamam *algarbía*. E porque a antiga *Turdetania* ficava ao Ocidente, lhe chamaram *Algarb* que nós, corruptamente, dizemos Algarve. E como os Sarracenos introduziram, neste país e nos mais de Espanha,

Até concorreu para a ignorancia das primeiras letras a mudança de caracteres, que na declinação desta Epoca se introduzio na Hespanha, substituindo-se ao caracter gothico¹³⁴, ou toletano¹³⁵, o chamado francez¹³⁶, por se usar geralmente em toda a França¹³⁷: se bem que dentro desta Epoca só se começam a vêr entre nós monumentos de hum caracter mixto, a que por isso se chamava semigothico; e só depois do estabelecimento da Monarchia apparece o puro francez¹³⁸.

Em dado momento, cujas razões estão ainda por apurar, António Caetano do Amaral cessa a sua colaboração nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*, embora tivesse reunido a documentação e os textos necessários para publicar a sua *Memoria* V¹³⁹. Apesar

a sua língua, que os Espanhóis bem pouco, e quase nada, percebiam, ficou-se chamando *algaravia* não só a linguagem dos Árabes mas também outra qualquer confusa, embaraçada e quase imperceptível.” Cf. «Algaravia», in *Elucidário...*, vol. I, pp. 368-369. Sublinhado nosso.

¹³⁴ JESU-CHRISTO, Andrés Merino de – *Escuela de leer letras aus sivas antiguas y modernas desde la entrada de los Godas en España hasta nuestros tempos*, F. Assensio y Mejorada, Madrid, 1780; SANTOS, M.^a José Azevedo – *Da Visigótica à Carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/JNICT, Lisboa, 1994.

¹³⁵ “Statuerunt etiam, ut de cætero omnes scriptores omissa littera Toletana, quam Gulfilas Episcopus adinvenit, Gallicis litteris uterentur.” «Concilio celebrado en Leon en el año de 1090», in *Colección de Cánones y de todos los Concilios de la Iglesia de España y de America (en latin y castellano)*, notas e ilustrações de D. Juan Tejada y Ramiro, vol. III, Imprenta de D. Pedro Montero, Madrid, 1859, p. 223.

¹³⁶ Citado primeiramente por RISCO, Fr. Manuel – «Concilio celebrado en Leon en el año de MXC», in *España Sagrada. Memorias de la Santa Iglesia esenta de Leon...*, vol. XXXV, Officina de Pedro Marin, Madrid, 1786, tratado LXXI, p. 350.

¹³⁷ MABILLON, Jean – *De Re Diplomatica*, vol. I, livro V, Typographia Vincentii Ursini, 1789, tab. XLV.

¹³⁸ AMARAL, António Caetano do – «Memoria IV. Para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o estado do Terreno, que hoje occupa Portugal, desde a invasão dos Arabes até á Fundação da Monarchia Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 211-213.

¹³⁹ “Em Novembro de 1805 leu Amaral na Academia a sua Memória IV, com a qual dava por terminada a primeira parte do seu grande projecto de uma história civil da nação portuguesa. Estava aberto pois, o caminho para se lançar ao estudo

das suas diligências, esses apontamentos permaneceram inéditos até 1945, os quais versam sobre a realidade política e jurídica da primeira dinastia:

Eis-aqui o estado, em que se acha este Terreno, ao tempo, em que nelle se vai plantar a Monarchia Portugueza. Occupado ainda em parte dos Sarracenos, que obrigavão a estar os Naturaes sempre em armas¹⁴⁰, e faltarem á Agricultura, e policia da parte já conquistada; e a que ao mesmo tempo se lhes nutrisse a ignorancia, e o descuido das artes, e do commercio, e se tornassem de hum character grosseiro, e duro. Costumados a ter hum Rei, e ainda á subordinação de Senhores territoriaes: os quaes gozavam, sem ciume dos Monarcas, de huma grande porção de poder; e não tendo idéa de Monarchia senão com estas modificações, se não fazião rebeldes com privilegios, que lisonjeando-lhes a vaidade os não tirava da linha de vassallos. Mui dados á devoção, que a pezar de consistir mais em doações pias, e culto externo, que na sanctidade dos costumes, sempre fomentava a veneração, e respeito á Religião, que tão bons effeitos produz mesmo a bem do Estado¹⁴¹; e que enriquecendo Mosteiros, se não favorecia a observancia monastica, ao menos promovia o aumento da cultura, e povoação nas terras que fazião o patrimonio daqueles, e em consequencia a povoação nacional¹⁴².

da Monarquia Portuguesa e das suas instituições políticas e jurídicas. Ele próprio confessou que chegara «ao suspirado termo». Cf. AMARAL, António Caetano do – *Memória V. Para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, edição preparada e organizada por M. Lopes de Almeida e César Pegado, «Biblioteca Histórica-Miscelânea», Livraria Civilização Editora, Porto, 1945, p. XXXVI.

¹⁴⁰ PEREIRA, Armando de Sousa – «Cristãos e Muçulmanos no Ocidente Peninsular Medieval. As Representações de um Confronto», 1993.

¹⁴¹ KRUS, Luís – *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*, «Estudos», Instituto de Estudos Medievais/FCSH-UNL, Lisboa, 2011.

¹⁴² AMARAL, António Caetano do – «Memoria IV. Para a Historia da Legislação, e Costumes de Portugal. Sobre o estado do Terreno, que hoje occupa Portugal, desde

Repletas de erudição e fruto de laboriosas investigações, esta série de *Memorias* constitui um abundante repositório de informações necessárias para a organização e conhecimento da História portuguesa para épocas primordiais¹⁴³. Neste sentido, os trabalhos de António Caetano do Amaral devem ser considerados de relevância percursora, pois abriram o caminho para futuras explorações em que as muitas carências documentais desafiaram os limites possíveis da História¹⁴⁴.

a invasão dos Arabes até á Fundação da Monarchia Portugueza», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, pp. 225-226.

¹⁴³ Chamamos a atenção para o «Appendix da Memoria Antecedente. Chronologia dos Governadores, e Reis Mouros das Hespanhas desde a Invasão até ao principio do Governo do Conde D. Henrique, confrontada com a dos Reis das Asturias, e Leão na mesma Epoca», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, pp. 227-236. Perfeito exemplo de História Comparada, esta adenda académica, a duas colunas, possui informações fidedignas e uma cronologia adequada.

¹⁴⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Gama Barros, Historiador das Instituições Administrativas (No I Centenário do início da publicação da *História da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*)», in *Revista da Faculdade de Letras. História*, vol. II, FLUP, Porto, 1985, p. 237.

- II -

ANTÓNIO DAS NEVES PEREIRA
[?-1818]

Na prossecução dos estudos dedicados à problemática histórica da linguística portuguesa promovidos pela Academia Real das Ciências de Lisboa, surge-nos uma primeira *Memoria*¹ da autoria de António das Neves Pereira² [Porto, ?-Lisboa, 1818]. Este extenso trabalho versou sobre as múltiplas terminologias em uso [ou não] na nossa língua – em virtude da sua dimensão, seria editado em duas partes³ nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* [vols. IV-V, 1793], como se poderá observar. É um dos trabalhos mais meritórios nestes campos, paralelo aos labores de Francisco

¹ Esta *Memoria* tentou responder ao problema enunciado no «Programa», de 17 de Janeiro de 1791: «Qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do Seculo XV. e XVI.; e deixáráo esquecer os que depois a seguirão até ao presente.»

² Cf. «António das Neves Pereira», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. I, pp. 212-213; vol. VIII, pp. 260-261; António das Neves Pereira», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, p. 120.

³ «Ensaio sobre a Filologia Portuguesa por meio do Exame e Comparação da locução e estilo dos nossos mais insignes Poetas, que florecêrao no Seculo XVI. Primeira Parte», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 1-151; «Continuação do Ensaio Critico, sobre qual seja o uso prudente das palavras, de que se servirão os nossos bons Escritores do Seculo XV, e XVI; e deixáráo esquecer os que depois se seguirão até ao presente», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 152-252.

Dias Gomes⁴ e considerado até como um complemento às suas reflexões.

De António das Neves Pereira sabe-se que era presbítero secular e depois exerceu as funções de sacerdote, além de professor de Retórica e Poética em Penafiel, onde estreitou uma profunda amizade com o padre Teodoro de Almeida⁵, seu mentor, que o encaminhou para a Congregação do Oratório [Lisboa]. Além de ter sido nomeado como sócio académico da Academia Real das Ciências de Lisboa, poucas são as informações úteis sobre a sua biobibliografia⁶.

O valor desta reflexão de António das Neves Pereira incide na importância concedida aos géneros linguísticos e à génese das línguas em todas as sociedades. Segundo o seu juízo, não seria possível a construção e a coesão social, mesmo nas suas formas mais primitivas, sem um mecanismo gestual, fonético e linguístico entendível entre os elementos de um determinado grupo humano. Essa é uma base fundamental das sociedades e, simultaneamente, um motivo de dispersão e diferenciação entre si em virtude da ‘impossibilidade de Babel’⁷.

⁴ Consulte-se a nossa análise a GOMES, Francisco Dias – «Analyse, e Combinações filosoficas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões, segundo o espirito do Programma da Academia Real das Sciencias, publicado em 17 de Janeiro de 1790», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. IV, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793.

⁵ Sobre as relações literárias entre António das Neves Pereira e Teodoro de Almeida, v. BORRALHO, M.^a Luísa Malato – «Teodoro de Almeida. Entre as histórias da História e da Literatura», in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, coordenação de Amélia Polónia, et al., FLUP, Porto, 2001, pp. 213-227; SANTOS, Zulmira – «O Terramoto de 1755 como apologia da religião cristã: *Lisboa Destruída. Poema* (1803), de Teodoro de Almeida», in *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, n.º 20, FLUP, Porto, 2003, pp. 249-260; IDEM – «Vícios, virtudes e paixões: da novela como <catecismo> no século XVIII», in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 3, FLUP, Porto, 2006, pp. 187-199.

⁶ Patente em *Mechanica das Palavras em ordem á Harmonia do Discurso Eloquentie, tanto em Prosa, como em Verso...*, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1787, por exemplo.

⁷ DERRIDA, Jacques – *Torres de Babel*, tradução de Junia Barreto, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

O Autor, como reconhece reiteradamente, é um leitor dos autores clássicos, mas é também um homem do seu tempo, manifestando uma propensão pelos autores iluministas e o movimento das Luzes, destacando-se, entre outros, Marco Fábio Quintiliano⁸ [35-95 d. C.] ou Étienne Bonnot de Condillac⁹ [1715-1780]. Aquele autor romano forneceu, deste modo, as linhas-mestras de todo um pensamento analítico, ao sugerir uma série de princípios gerais impreterivelmente comuns e conexos a todas as línguas: a analogia, ou a razão; a etimologia; a antiguidade; a autoridade; e, finalmente, o uso. É de notar que os postulados filosóficos em torno da evolução da língua são constantes, devendo considerar-se este trabalho como uma simbiose entre o pensamento clássico e a filosofia iluminista, de acordo com uma perspectiva tendencialmente nacional.

Abordando primeiramente as questões linguísticas decorrentes do conceito de «analogia» e as suas funções nas gramáticas das línguas¹⁰, António das Neves Pereira, compreendia perfeitamente que, da óptica morfossintáctica, o latim era, ao contrário das línguas românicas, uma língua sintética, na qual as diferentes categorias semânticas e sintáticas se exprimiam preferencialmente pela flexão nominal e verbal. Um outro factor de mudança, que veio actuar nas categorias nominais e verbais portuguesas desde a Idade Média, seria a analogia, um tipo de mudança universal [comum a todas as línguas do mundo] que não tem motivação fonética nem fonológica, mas uma motivação gramatical. Fruto da analogia, muitos substantivos, adjectivos, pronomes e verbos portugueses são actualmente mais

⁸ *Instituições Oratorias de M. Fabio Quintiliano*, escolhidas, traduzidas e ilustradas com notas críticas de Jerónimo Soares Barbosa, vols. I-II, Imprensa Real da Universidade, Coimbra, 1788-1790.

⁹ CARRILHO, Manuel Maria – «O empirismo analítico de Condillac», separata de *Cultura, História e Filosofia*, Centro de História da Cultura, Lisboa, 1983, pp. 319-328.

¹⁰ MENENDEZ, Fernanda Miranda – «Para uma abordagem do conceito de Língua em António das Neves Pereira», in *XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, Universidade do Minho, Braga, 1996, pp. 483-494.

equilibrados na sua estrutura flexional do que o foram anteriormente, sendo de mais simples apreensão:

Como todos os homens, que povoão este orbe¹¹, posto que separados pela distancia das regiões, são com tudo membros da sociedade universal; assim tambem, ainda que pareçaõ divididos pela diferença dos idiomas¹², são com tudo unidos, quanto á livre comunicação dos seus pensamentos: e por isso assim como se acha muita semelhança nos principios fysicos, e moraes da humanidade, assim se acha tambem muita nos principios metafysicos dos mesmos idiomas em que se communicão¹³.

Ha por tanto huma Analogia *geral*, que he a conformidade dos usos de todas as Lingoas, e correspondencia dos elementos

¹¹ “Qualquer homem acostumado a pensar reconhecerá facilmente que a vida dos salvagens tem mais de brutal que de racional; que seus prazeres são grosseiros, e breves, e sua miséria he habitual, e horrivel. Verá que ainda quando tivesse oportunidade para adquirir facilmente o seu sustento, a sua vida he precaria, e continuamente está exposto aos rigores das estações, á furia das feras, e á crueldade de seus inimigos. São pois dignos do mais alto desprezo os systemas daquelles sophistas, que dominados de huma orgulhosa melancolia não cessão de ponderar a felicidade dos salvagens, que vagaõ por montes, e selvas, preferindo a sua perigosa independencia ás infinitas commodidades que nos procura a sociedade: systemas absurdos, e extravagantes, que colocando a salvagem n’uma classe superior ao homem em sociedade, se dirigem a anniquilar todos os principios de razaõ, de justiça, e humanidade.” LAPORTE, Joseph de – «Carta CCXCVIII», in *O Viajante Universal, ou Noticia do Mundo Antigo e Moderno...*, vol. XXIV, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1803, p. 27.

¹² “Ha duas especies de afinidade entre os idiomas do globo, consistindo a primeira nesses laços communs de parentesco, revelado por um grande numero de vocabulos, que em linguas de povos mui affastados uns dos outros, teem conservado o mesmo significado e o mesmo som; e a segunda, verifica-se nos idiomas dos povos, cujas relações, communicações e tratos mutuos são attestados pela historia, encontrando-se por isso nelles não só palavras com o mesmo significado e som, mas até em alguns casos uma certa coincidencia de construcção grammatical.” RIBEIRO, José Silvestre – «A Litteratura», in *Revista Universal Lisbonense*, 2.^a série, vol. III, n.º 8, Typographia da RUL, Lisboa, 31 de Outubro de 1850, p. 90.

¹³ “A Grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras. A Grammatica Universal ensina os methodos, e principios de falar communs a todas as linguas.” SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Lingua Portugueza...*, vol. I, Typographia Lacerdina, Lisboa, 1813, p. XXIII.

da proposição: mas ha tambem huma Analogia *particular*, que distingue, e caracteriza particularmente cada idioma¹⁴.

Porque muitas vezes as idéas, que se exprimem n'uma lingoa por huma certa fôrma de sinaes, n'outra lingoa se exprimem por sinaes de mui diferente caracter¹⁵. Ponhamos exemplo: na Lingoa os preteritos da voz activa dos verbos são simples, *amavi*, *amaveram*, nas quaes fôrmas exprimem já a simples época da acção, já complexamente as relações annexas á acção: na Lingoa Portuguesa pelo contrario ha preteritos simples *amei*, *amára*, e ha demais os compostos, *tenho amado*, *tinha amado*, que não são precisamente synonymos dos antecedentes, como erradamente entendêraõ, ou suppozeraõ os Mestres da nossa Lingoa¹⁶, que accommodáraõ á analogia Latina sem observarem as suas propriedades¹⁷.

A problemática da evolução na gramática latina e a sua influência estrutural nas construções gramáticas da língua portuguesa é crucial no pensamento de António das Neves Pereira, conquanto pudesse evocar a grandeza da nossa língua¹⁸. Por conseguinte, foram nume-

¹⁴ NOGUEIRA, Rodrigo de Sá – *Subsídios para o estudo das consequências da analogia em Português*, Livraria Clássica, Lisboa, 1936.

¹⁵ SILVA, Antonino da Conceição Almeida e – *O sistema verbal do Português arcaico: o papel da analogia na regularização dos paradigmas verbais do Português arcaico da segunda fase*, dissertação de mestrado em Linguística Portuguesa, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1998.

¹⁶ Sobre este exemplo em concreto, v. COELHO, Francisco Adolfo – *Theoria da Conjugação em Latim e Portuguez. Estudo de Grammatica Comparativa*, Typographia Universal, Lisboa, 1870, pp. 111-113.

¹⁷ PEREIRA, António Neves – «Ensaio Critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escretores do Seculo XV. e XVI.; e deixáráõ esquecer os que depois a seguirão até ao presente. Primeira Parte», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 340-341.

¹⁸ GONÇALVES, M.^a Filomena Candeias – «La doctrina lingüística de António das Neves Pereira: purismo, vernaculidad y perfección en el siglo XVIII», in *SEHL 2001 – Estudios de Historiografía Lingüística* [Actas del III Congreso de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística, Vigo, 7-10 Fevereiro 2001], vol. I, Helmut

rosas as exemplificações comprovativas da conjugação de palavras e expressões análogas entre si e pelo uso comum das mesmas, não esquecendo os casos erróneos na nossa língua. É lógico que ao Autor importava, sobremaneira, apontar os erros e as incongruências linguísticas nos autores portugueses, os quais nem sempre souberam utilizar devidamente as palavras e expressões mais aconselhadas, mesmo atendendo ao que seria comum na sua própria época e remontando, inclusivamente, à Idade Média¹⁹.

Movendo duras críticas ao marasmo e falta de novidade nos estudos gramaticais portugueses coevos, António das Neves Pereira não concordava, definitivamente, com a forçosa ‘colagem’ das estruturas gramaticais portuguesas aos moldes clássicos latinos. De acordo com as suas apreciações, desde os séculos XV-XVI que a língua portuguesa estava em franca decadência, muito por culpa do mau uso e aplicabilidade das palavras e expressões pelos nossos escritores mais consagrados. Aliás, o panorama dos estudos linguísticos portugueses aparentava alhear-se dos estudos gramaticais iluministas, o que ainda acentuaria o retrocesso evolutivo do nosso idioma:

Mas a causa radical da miseravel confusão, e erros nas regras da Lingoa, que inculcão foi, que crendo ser a Lingoa Portuguesa filha da Latina, e mui semelhante a ella, assentáraõ com sigio, que não havia nella outra Analogia senão a mesma Latina accommodada ás vozes Portuguezas, seja como for; e as noções de Grammatica geral a todas as Lingoas he commummente o

Buske Verlag, Hamburgo, 2002, pp. 549-558; BARROS, Anabela Leal – «António das Neves Pereira, fonte de Tavares de Macedo», in *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996), edição de Ivo Castro, vol. II, Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, 1997, pp. 393-402.

¹⁹ SILVA, Rosa Virgínia Mattos e – *Estruturas Trecentistas. Para uma Gramática do Português Arcaico*, INCM, Lisboa, 1989.

que faz o mais grosso da Obra²⁰; de maneira que os titulos de *Grammatica Portugueza*, e *Regras da Lingoa Portugueza* nada, ou quasi nada tem do que prometem. O ultimo que escreveo nesta materia, lisonjeando-se de alguma novidade, que o distingue dos outros, caprixa de dar humas regras que são fundadas nas verdadeiras causas da Lingoa Portugueza, e nas doutrinas dos Grammaticos mais celebres, que com as luzes da Filosofia examináão a natureza, e propriedades das palavras: e nesta persuasão mette-se a corrigir alguns erros dos seus antecessores; e outros ajuntou-os aos seus²¹; porque as suas regras, que chama fundadas nas causas da Lingoa Portugueza, não são tal cousa, antes são fundadas nas Filosofias dos que tractáão das causas da Lingoa Latina, que accommoda como póde á Lingoa Portugueza: e assim vem a cahir a cada passo no mesmo torpeço²², em que os outros cahirão²³.

²⁰ “Eu não digo, que aportuguezemos todas as palavras latinas, que não são necessarias; persuado, que naquellas, que cada dia vão passando para a nossa lingua com a mesma significação, não desprezemos a Orthografia latina.” FEIJÓ, João de Moraes Madureira – *Orthographia ou Arte de Escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*..., Officina de Luís Seco Ferreira, Coimbra, 1739, p. 9.

²¹ LOBATO, António José dos Reis – «Introducção», in *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, Impressão Régia, Lisboa, 1788, p. XXIII.

²² “António José dos Reis Lobato insere-se claramente na problematização verneyana, citando até grande parte dos modelos racionalizantes naquela apontados. Contudo, a primeira gramática, intitulada de *filosófica*, ainda aguardaria, posta de fora a de João de Sousa Pinto de Magalhães (1780) que, de acordo com Inocêncio no *Dicionário Bibliográfico Português*, nunca veio a lume, uns treze anos sobre a de Lobato e pertence a Bernardo de Lima e Melo Bacelar. Este surto de gramatolismo iluminista, cuja divulgação ou expansão ficou comprovada entre nós em Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), com *As duas Línguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, comparada com a Latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1807) e *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou princípios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem* (Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1822).” TORRES, Amadeu – «Verney e as correntes coeva e posterior do filosofismo gramatical», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, coordenação de Graça Maria Rio-Torto, et al., «Homenagens», FLUP, Porto, 2005, p. 77.

²³ PEREIRA, António Neves – «Ensaio Critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do Seculo XV. e XVI.;

Seguindo a tradição abonada por Quintiliano²⁴, o Autor consagrou enorme atenção ao “pedantismo etimológico”, como o próprio o afirmava, denunciando os abusos profundos das indagações etimológicas na língua portuguesa, os quais contribuíram para a sua ruína. Discorreu demoradamente sobre o conceito geral e particular de «etimologia»²⁵, entre considerações sobre tipologias etimológicas e a sua utilidade. Nesse intuito, indicou uma vasta listagem de palavras e expressões contendo a sua significação etimológica, referindo múltiplos abusos. Inevitavelmente, a etimologia portuguesa distanciou-se da etimologia latina, até porque a própria evolução da nossa língua introduziria outros elementos ao longo da sua História, afastando-se progressivamente da matriz latina:

Esta parte da erudição, que podemos chamar a Filosofia das Lingoas²⁶, não he em si desprezível, como muitos crem. O palacio das Musas he de mui grande beleza, vista a sua perspectiva; os seus fundamentos ficaõ escondidos, e constaõ de materiaes mais grosseiros, mas sem estes não podia subsistir o edificio.

I. Algumas vezes se usa necessariamente da Etymologia, quando se deve explicar com interpretação a materia significada pelos vocabulos: he equivalente a huma definição, e muitas vezes serve de prova, tanto nas dissertações filosoficas, como nos discursos

e deixáráo esquecer os que depois a seguiraõ até ao presente. Primeira Parte», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, p. 350.

²⁴ “Hæc habet aliquando usum necessarium, quoties interpretatione, res, de qua quæritur. Eget [...] Ideoque in definitionibus assignatur Etymologiæ locus.” Cf. *Institutio Oratoria*, tradução inglesa H. E. Butler, livro I, Harvard University Press, Harvard [s. d.], cap. I, pp. 29-30.

²⁵ GONÇALVES, M.^a Filomena Candeias – *As ideias ortográficas em Portugal: da etimologia à reforma [1734-1911]*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/FCT, Lisboa, 2003.

²⁶ HARTLEY, David – «Proposition LXXXII. Expliquer la nature des mots figuratifs, des frases & de leur analogie, par la théorie precedente», in *Explication physique des sens, des idées, et des mouvemens, tant volontaires qu'involontaires*, tradução do inglês para francês por A. Jurain, vol. II, Chez Delaistre-Godet, Reims, 1755, pp. 44-56.

da Oratoria. Como se alguém dicesse: Porque chamais ao velho caduco, senão porque está para cair.

Assim se explicaõ muitas coisas vulgares, como: Lobesomem, ou Lubishomem, he homem convertido em lobo, *Lupus ex homine*. Musaranho he hum bicho feio como rato, e venenoso como aranha.

Da Etymologia fez o P. Vieira²⁷ huma elegante figura, quando diz: „Não fallo do temor, que faz timidos, senão do temor, que faz timoratos; não do temor, que faz temerosos os homens, senão do temor que faz tementes a Deus.,

II. A Etymologia encerra huma vasta erudição²⁸, porque 1.º por ella conhecemos as fontes do nosso idioma, e podemos comparar os vocabulos de diversas origens, Latinos, de que a nossa Lingoa tem maior abundancia, Espanhoes, Arabicos, Francezes, &.

2.º Por ella alcançamos noticia historica de varios paizes, lugares, costumes, discutida a significação historica dos vocabulos, isto he, a alegoria, ou allusaõ, que elles envolvem, e se faz tanto mais recondita, quanto mais frequente, e ordinario he o seu uso, de fórma que os doutos, conhecida a Etymologia, entendem a razão do que dizem pela associaçaõ das idéias, e os idiotas pronunciando os vocabulos só por mero habito, e sem ligarem as idéias accessorias, nem se entendem bem fallando, nem entendem os outros distinctamente²⁹.

Movido pela indagação das principais causas da decadência da língua portuguesa, António das Neves Pereira mencionava a ausência

²⁷ VIEIRA, P.º António – *Sermões. Sermão de São Roque*, vol. IX, J.M.C. Seabra & T.Q. Antunes, Lisboa, 1856, p. 190.

²⁸ “Continet autem in se multam eruditionem.” Cf. *Institutio Oratoria*, *ibidem*.

²⁹ PEREIRA, António Neves – «Ensaio Critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do Seculo XV. e XVI.; e deixáráõ esquecer os que depois a seguirão até ao presente. Primeira Parte», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. IV, 1793, pp. 370-371.

de colectâneas gerais ou obras enciclopédicas entre os autores romanos. Discorre frequentemente sobre o fim catastrófico do Império e o advento da medievalidade, nomeadamente quanto ao findar de uma língua comum a toda a Europa, mas que, progressivamente, se tornará apanágio apenas por uma elite clerical e instruída. Por sua vez, este longo processo esteve na origem de quase todas as línguas vernáculas europeias, onde se inclui o Português, no cômputo das línguas ibéricas.

Alude demoradamente sobre o que denomina de “mal-entendido plebeísmo das dicções” e a “vileza”, verdadeira ou falsa, de múltiplos termos, dividindo-os entre “familiares” e “plebeus” ainda em uso. Também aponta, com alguma curiosidade, as palavras que se tornaram “burlescas pela malícia do vulgo e pedantearia dos semidoutos”, manifestando uma preocupação em evitar expressões baixas e vis.

Para o Autor, outra importante causa que induziu fortemente à decadência da língua portuguesa teria sido, sem qualquer dúvida, a integração incorrecta e plasmada de vocábulos latinos na nossa língua, levando a um “latinismo português”. Embora admitisse que a língua portuguesa derive forçosamente do latim, esta era uma nova língua distinta daquele molde clássico, a qual muitos autores insistiram em copiar e aplicar analogias erróneas, a julgar pelos copiosos exemplos ao longo da História da nossa Literatura.

Defendia-se, afirmando as vantagens da nossa língua englobar maior abundância de vocábulos do que o latim, bem como de termos portugueses próprios e determinados, que na língua latina não correspondem senão a termos vagos ou suplementos. Indica ainda uma multiplicidade de vocábulos que falsamente se creem nativos e outros termos estranhos ao latim.

Olhando para as tendências linguísticas contemporâneas, António Pereira das Neves constatou, com grande desagrado, a inclinação da língua portuguesa para uma submissão à língua francesa. Sofrendo de um “terrível mal” denominado de “francezia”, considerava a in-

trodução de francesismos na língua portuguesa como altamente pernicioso, levando ao declínio do nosso idioma. Apesar dessas críticas, o Autor não deixou de expor as origens históricas e os foros de antiguidade de muitas palavras e expressões francesas incorporadas na língua portuguesa.

A atracção literária pelo idioma francófono não era novidade nos finais do século XVIII, até porque, em boa verdade, esse foi o “século francês”, por excelência. No entanto, essa influência, segundo António das Neves Pereira poderia remontar às vésperas da nossa nacionalidade, muito por força do impacto dos contingentes franceses na Península Ibérica e a influência de Cluny, como se sabe. Portanto, todo esse intercâmbio de gentes oriundas de aquém e além Pirenéus iria, obviamente, repercutir-se em trocas linguísticas recíprocas. Adiante, denunciava alguns dos exageros das palavras e “idiotismos” franceses que se introduziram furtivamente na língua portuguesa, sem deixar de tentar indagar a sua origem e o progresso vocabular destes galicismos³⁰.

Em complemento à primeira parte desta *Memoria*, António das Neves Pereira deu seguimento à sua observação sobre o correcto uso de palavras e expressões usadas pelos autores portugueses entre os séculos XV e XVI, mas caídos em desuso. As próprias concepções de “barbárie” e das “trevas”, típicas abordagens historiográficas tardo-setecentistas quanto à Idade Média, são perfeitamente advogadas neste trabalho, onde as referências clássicas são persistentes e apenas os escritos trovadorescos de D. Dinis adivinham os tempos renascentistas, em que um Francisco Sá de Miranda ou um António Ferreira, entre outros escritores, inauguram a língua portuguesa na sua plenitude funcional:

³⁰ GONÇALVES, M.^a Filomena Candeias – «Da <francezia> ou o problema das palavras afrancesadas no século XVIII: as ideias de António das Neves Pereira», in *Estudios Portugueses. Revista de Filología Portuguesa*, n.º 5, Caja Duero, Salamanca, 2005, pp. 45-62.

A Historia tem entre as composições de prosa hum lugar proximo á Poesia³¹, e por isso não he de admirar, que nesta parte, como no demais que pertence á locução se permita ao Historiador³² mais, que a nenhum outro Escritor prosaico: pois que a Historia he hum especie de espectáculo, e na sua antiga origem foi sempre assumpto de Poesia, e ainda tem seus privilegios, de que se não podem aproveitar os Oradores, por isso nada lhe he tão necessario em lingoagem, como a gravidade, e variedade de expressão. [...]; e ainda Tacito³³ escrevendo n'um tempo em que os engenhos refinados apenas consentião coisa, que cheirasse a antiguidade, disse com muito juizo: *Intelligentem humani divinique juris mentem duint*: onde *duint* cahe bem na pessoa de Tiberio³⁴, que era apaixonado pela lingoagem antiga. Assim, *endereço as* (qualidades do homem) *ao fim da sua criação*, que em discurso escolastico mostra velhice desprezível, n'um corpo de Historia respeita-se como antiguidade veneranda³⁵.

³¹ “O valor de tais tradições poéticas é inestimável, não tanto pelas notícias que transmitem (e que por vezes conhecemos por fontes documentais), mas sobretudo pelo retrato que nos dão das pessoas, dos costumes, da *psique* e do tempo. Ao passo que os documentos de arquivo nos oferecem a vida registada por notários, estes relatos poéticos, quando bem conservados, reflectem uma época captada pela sensibilidade dos contemporâneos. Podem por vezes os factos não estarem exactamente relatados, mas o espírito que os inspirou é posto à nossa vista.” SARAIVA, António José – «História e Poesia», in *A Épica Medieval Portuguesa*, 2.^a edição, «Biblioteca Breve. Série Literatura», n.º 29, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1991, p. 13.

³² “Historia quoque orationem quodam uberi jucundoque succo potest; verum et ipsa sic est legenda, ut sciamus plerasque ejus virtutes oratori esse vitandas: est enim próxima poetis, et quodammodo carmen solutum; [...] ideoque et verbis remotioribus, et liberioribus figuris narrandi tædium evitat.” *M. Fabii Quintiliani Oratoriæ Institutionis*, tradução de C. V. Ouizille, vol. V, livro X, C. L. F. Panckoucke, Paris, 1832, p. 18.

³³ “Proinde socios, cives, et Deos ipsos precor: hos, ut mihi ad finem usque vitæ, quietam et intelligentem humani divinique juris mentem duint; illos, ut, quandoque concessero, cum laude et bonis recordationibus, facta atque famam nominis mei prosequantur.” *Cornelii Taciti Opera*, de acordo com o texto de Gabriel Brotier, com notas e edição de Abraham John Valpy, vol. I, livro IV [s. n.], Londres, 1834, p. 205.

³⁴ *Idem, ibidem*.

³⁵ PEREIRA, António das Neves – «Continuação do Ensaio Critico, sobre qual seja o uso prudente das palavras, de que se servirão os nossos bons Escritores do

A parte final destas *Memorias* compreende demoradas ilações destinadas às indiferenças e descuidos linguísticos para com os autores portugueses, esquecimento que potenciou similarmente a ruína da nossa língua. Seguem-se um conjunto de máximas e regras linguísticas, anexas a um corolário e outras proposições, registando as diferenças entre as palavras antiquadas e as expressões reprovadas pelo uso e autoridade dos nossos autores³⁶.

Adiante, publicou-se uma nova lista de palavras e artigos, compreendendo as palavras antigas de “bom uso”, as palavras correctas e expressões que importava recuperar para o uso quotidiano.

As questões cronológicas e as divisões temporais da História da Língua e Literatura Portuguesa foram também abordadas por António das Neves Pereira, contando-se entre os primeiros autores que sugeriram várias divisões analíticas nesse sentido. Em termos estritamente historiográficos, denota-se que a percepção de uma época como a Idade Média foi algo menosprezada, provavelmente porque a rudeza da nossa língua, quando comparada com o latim, era de uma constituição incongruente. Convém não esquecer igualmente as influências visigóticas ou germânicas, francófonas e muçulmanas na construção da nossa língua, a que o Autor alude com sabedoria exemplificativa.

Não encontramos aqui explanações de índole estritamente historiográfica, embora o raciocínio histórico-linguístico do nosso idioma

Século XV, e XVI; e deixarão esquecer os que depois se seguirão até ao presente», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 236-237.

³⁶ “O estudo dos textos literários como repositório lexical (sobretudo os textos em prosa, mas também em alguns versificados) foi intensificado na segunda metade do século XVIII, com especial incidência no final do século, por força da acção estimulante da Academia Real das Ciências (erigida em 1779). Uma plêiade de eruditos (merecem menção, entre outros: Francisco José Freire, António Pereira de Figueiredo, António Dias Gomes e António das Neves Pereira) promoveu a releitura dos grandes autores do passado, com destaque para as obras de João de Barros e do P. António Vieira.” Cf. VERDELHO, Telmo – «O Dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna», in *História da Língua e História da Gramática. Actas do Encontro*, Universidade do Minho. Braga, 2003, pp. 473-490.

seja abordado com bastante inteligência. O que é a “língua”, a marca identitária de um povo e o registo conciso de uma cultura? Para António das Neves Pereira, a História e a Poesia, assim como a própria Literatura, são irmãs... Foi, distintamente, um ensaio pautado pela novidade, embora não se tenha furtado a opiniões controversas.

- III -

ANTÓNIO DE ARAÚJO DE AZEVEDO
[1754-1817]

Provavelmente um dos estudos mais patrióticos compilado nas *Memorias de Litteratura Portugueza* seja da autoria do sócio e académico António de Araújo de Azevedo¹ [Ponte de Lima, 1754-Rio de Janeiro, 1817], notório por ter sido o primeiro e único conde da Barca². Trata-se de uma breve *Memoria*³ em defesa da língua portuguesa e uma crítica acérrima dirigida a Jean-François de La Harpe⁴

¹ Cf. «António de Araújo de Azevedo», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. I, pp. 88-90; vol. VIII, p. 80; «António d'Araújo de Azevedo, 1.º conde da Barca», in *Portugal. Diccionario historico...*, vol. II, pp. 112-114; «Condes da Barca», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. III, pp. 210-211; «António de Araújo de Azevedo», in *Diccionario de História de Portugal*, vol. I, 264.

² BARREIROS, José Baptista – «Cartas inéditas para o Conde da Barca», separata da *Revista de Guimarães*, n.º 69 [s. n.], Guimarães, 1959; IDEM – *Ensaio de biografia do Conde da Barca*, Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Braga, 196?; IDEM – «Correspondência inédita entre o Conde da Barca e José Egídio Álvares de Almeida, secretário particular de El-Rei Dom João VI», separata da *Revista Militar*, vol. XIII, Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Braga, 1962; *Lettres de Diogo Ratton a António de Araújo de Azevedo, Comte da Barca (1812-1817)*, edição de Nuno Daupias de Alcochete, «Memórias e Documentos para a Historia Luso-Francesa», n.º 12, FCG/CCP, Lisboa/Paris, 1973.

³ *Memoria em defeza de Camoens conta Monsei[gn]eur de La Harpe...* de Antº de Azo de Azdo, manuscrito, c. 1780-1817.

⁴ Entre uma multiplicidade de referências, v. TODD, Christopher – *Voltaire's Disciple: Jean-François de La Harpe*, Modern Humanities Research Association, Londres, 1972.

[1739-1803], escritor francês e autor de uma controversa tradução de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões [c. 1524/5-1580].

António de Araújo de Azevedo iniciou os primeiros estudos de Humanidades no Porto e transitou depois para Coimbra, não chegando a concluir a licenciatura em Filosofia na Universidade. De regresso ao Porto, dedicou-se demoradamente às ciências exactas e aos estudos históricos. Seria o responsável pela fundação da Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público⁵ [1779], estabelecida em Ponte de Lima e, tornando-se bem relacionado nas altas esferas da sociedade portuguesa, estabeleceu contactos com D. João Carlos de Bragança⁶, 2.º duque de Lafões, tendo-o encaminhado para a carreira diplomática⁷, entre outras incumbências. Consequentemente, ascenderia aos cargos de ministro e embaixador extraordinário junto a Haia [1787], negociando, nesse mesmo ano, um tratado de paz entre Portugal e França⁸, todavia não ratificado por múltiplas razões.

Tendo percorrido a Alemanha em 1799, dedicou-se ao estudo das ciências e da literatura alemã⁹ após ser nomeado para S. Petersburgo e depois como ministro plenipotenciário junto à República Francesa

⁵ Podem consultar-se os «Estatutos da Sociedade Economica dos Bons Compatriotas, Amigos do bem Público...», in *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações. Legislação de 1775 a 1790*, redigida por António Delgado da Silva, vol. III, Typografia Maignrense, Lisboa, 1828, pp. 248-254.

⁶ Entre outras informações, v. CARVALHO, Rómulo de – *D. João Carlos de Bragança, 2.º Duque de Lafões, fundador da Academia das Ciências de Lisboa*, ACL, Lisboa, 1987.

⁷ PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa – *Diplomacia, política e economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*, dissertação de mestrado em História, FCSH/UNL [versão policopiada], Lisboa, 1987.

⁸ BARREIROS, José Baptista – «O tratado de paz de 10 de Agosto de 1797 e a prisão de António de Araújo de Azevedo no Templo», separata de *Independência*, ano 18 [s. n.], Braga, 1958.

⁹ LEITE, António Pedro de Sousa – «O conde da Barca e o seu papel em alguns aspectos das relações culturais de Portugal com a Inglaterra e a Alemanha», separata de *Armas e Troféus*, série II, n.º 3 [s. n.], Braga, 1962.

[1795, 1797 e 1801]. Será indigitado ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra [1804] e ministro do Reino [1806], contando-se entre os conselheiros que mais fomentou a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil¹⁰, desencadeando um profundo ódio popular contra a sua pessoa.

Quanto a esta *Memoria*¹¹ em particular, e procurando defender o alto mérito de Luís de Camões entre os vultos epopeicos, o Autor menciona as particularidades literárias de *Os Lusíadas*, sem deixar de apontar a profunda admiração que a Europa sempre consagrou ao nosso Poeta maior. Salientava, para a primeira metade do século XVIII, a reverência incontornável de Montesquieu. Num outro ponto, aludia ao acréscimo das edições e traduções daquela obra nas principais línguas europeias, que muito concorreu para o prestígio das nossas Letras além-fronteiras. Enquanto poema narrativo de grande dimensão, *Os Lusíadas* são protagonizados por um herói individual [Vasco da Gama] e por heróis colectivos [o povo português], evocando-se as qualidades excepcionais reveladas nos grandes acontecimentos da História de Portugal, com especial acuidade nos Descobrimentos¹², como recordava.

Consequentemente, António de Araújo de Azevedo sugeria que a versão francesa *La Lusíade* [1.^a edição: 1776] não conseguira atingir o âmago e o espírito daquela obra, pois, na sua perspectiva, tratava-se de um esforço de tradução imponderado. Era igualmente falho pela excessiva paráfrase, dado o próprio Jean-François de La Harpe

¹⁰ MALAFAIA, Eurico de Ataíde – «António de Araújo de Azevedo – Conde da Barca: personalidade exemplar de coragem e dignidade», in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. I, FLUP, Porto, 2006, pp. 279-294; FILHO, Enéas Martins – *Publicações do Arquivo Nacional. O Conselho de Estado Português e a transmigração da Família Real em 1807*, n.º 62, Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1968, pp. 32-40.

¹¹ *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, vol. IX, A. Bobée, 1820, Paris, pp. 131-132.

¹² FONSECA, Luís Adão da – *Vasco da Gama. O Homem, a Viagem, a Época*, Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, Lisboa, 1998.

confessar não conhecer devidamente a língua portuguesa. Essa tradução ostenta uma sucessão de erros, de truncaturas e omissões incompreensíveis, embora fosse uma versão com um êxito editorial assinalável. Por todas estas incongruências, o Autor desta *Memoria* entendeu, em abono da verdade, apresentar uma análise literária em defesa de *Os Lusíadas* à Academia Real das Ciências de Lisboa, criticando, de algum modo, a [suposta] hegemonia cultural francófona, às vésperas da Primeira Invasão francesa. Considerando que a primeira edição de *La Lusíade* distava de 1776, exactamente 30 anos antes, esta *Memoria* deverá entender-se como uma contestação literária à iminente intervenção napoleónica:

A Epopeia¹³ he sem duvida huma das producções mais difficeis, e admiraveis do espirito humano; entre os poucos engenhos, que por ellas se immortalizárão tem mui distincto lugar o nosso illustre Camões¹⁴.

Imaginação ardente e febril, mas guiada sempre pelas regras da crítica, e do bom gosto; estilo simples, brilhante, correcto, elegante, harmoniôso, algumas vezes atrevido, e outras original; sublimidade nas idéas, luxo e rapidez nas descrições, economia, e escolha feliz de imagens, vida e sensibilidade nos panéis: taes são os caracteres que na minha opinião distinguem superiormente o Poeta Portuguez¹⁵.

¹³ PEREIRA, Emanuel de Oliveira – *Raízes arcaicas da epopeia portuguesa*, «Biblioteca Breve. Série Literatura», n.º 119, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1990; CARVALHO, Teresa Duarte – *Epopeia e Antiepopéia: de Virgílio a Manuel Alegre*, dissertação de mestrado em Poética e Hermenêutica, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 2006.

¹⁴ SENA, Jorge de – «Camões: novas observações acerca da sua epopeia e do seu pensamento», separata de *Ocidente* [s. n.], Lisboa, Novembro 1972; LINS, Álvaro – *Ensaio sobre Camões e a epopeia como romance histórico...*, Brasília Editora, Porto, 1972.

¹⁵ MATOS, M.^a Vitalina Leal de – *Introdução à Poesia de Luís de Camões*, 3.^a edição, «Biblioteca Breve. Literatura», n.º 50, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1992; CAMPOS, J. A. Segurado e – «O estilo corrente de Camões (*LUS.*, I, 4), separata

Montesquieu, que sabia sentir e julgar, disse que a *Lusiada* faz lembrar o quer que seja das bellezas da *Odysséa*, e da magnificencia da *Eneida*¹⁶. Mas ainda que o nosso Poeta tenha sido elogiado por homens como Montesquieu, nem por isso se segue, que as nações estrangeiras, isto he, que a maior parte dos sábios estrangeiros conheção as bellezas do seu Poëma, o que procede de se estudar pouco a nossa Lingua, e da falta de boas traducções¹⁷. A de Castera¹⁸ não merece ser commemorada, nem refutada; a de Fanshow¹⁹ em Inglez encerra menos extravagancias sem ter maior valor; a de Mickle²⁰ na mesma lingua he huma obra estimavel. O Traductor²¹ he algumas vezes feliz, mas em muitas passagens

de *Humanitas*, n.º 45 [s. n.], Coimbra, 1993, pp. 307-312; FRAGA, M.^a do Céu – *Os géneros maiores na poesia lírica de Camões*, «Acta Universitatis Conimbricensis» [s. n.], Coimbra, 2003; LANGROUPA, Helena – *A viagem na poesia de Camões*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/FCT, Lisboa, 2006.

¹⁶ «Les Portugais navigant sur l'Océan Atlantique, découvrirent la pointe la plus méridionale de l'Afrique; ils virent une vaste Mer; elle les porta aux Indes Orientales. Leurs périls sur cette Mer, & la découverte de Mozambique, de Melinde & de Calicut, ont été chantés par le Camoëns, dont le Poëme fait sentir quelque chose des charmes de l'*Odyssée* & de la magnificence de L'*Enéide*.” MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat de – «Découverte de deux Nouveaux Mondes: Etat de l'Europe à cet égard», in *De L'Esprit Des Loix*..., vol. II, Chez Barrillot & Fils, Genebra, 1749, p. 44.

¹⁷ CABRAL, Alfredo do Vale – *Bibliographia Camoneana. Resenha chronologica das edições das obras de Luiz de Camões e das suas traduções impressas...*, revisão de Joaquim de Araújo, Typographia Occidental, Porto, 1884.

¹⁸ *La Lusiade du Camoens: Poeme heroique sur la découverte des Indes Orientales*, tradução de Duperron de Castera, vols. I-III, Chez Briasson, Paris, 1768; *Inês de Castro: episode des Lusiades*..., traduzido por Joseph de M. Benoliel e Duperron de Castera, estudo de Luciano Cordeiro e Lazare Eliezer Wogue, Sociedade de Geografia, Lisboa, 1892.

¹⁹ *The Lusiad, or, Portugals Historicall Poem, written in Portingall Language by Luis de Camoens*, tradução de Richard Fanshaw, Humphrey Moseley, Londres, 1655.

²⁰ *The Lusiad [or] the discovery of India. An epic poem...*, tradução de William Julius Mickle, 1.^a edição, Jackson and Lister, Oxford, 1776. Com grande interesse: *Uma carta de William Julius Mickle: offerta da sua traducção dos “Lusiadas” ao Marquez de Pombal*, publicação e prefácio de Sousa Viterbo, Typographia de José da Silva Mendonça, Porto, 1893.

²¹ ARAÚJO, Joaquim de – *As traduções italianas dos “Lusiadas”*, Tipographia de Raffaello Giusti, Livorno, 1897; GOMES, M.^a Fernanda Mota – *Subsidios para o estudo das traduções italianas de Os Lusíadas até ao século XVIII*, tese de licenciatura em Filologia Românica, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1953; SERRÃO, Eduardo da

se affastou demasiadamente do texto com locução parafrastica, que diminúe o fogo da Poesia; além disso tem frequentemente dureza na versificação, o que he raro em Camões. Alguns pedaços da *Lusiada* traduzidos em Alemão, e publicados em hum Jornal por Bertuch²²; as traducções do Episodio de Ignez de Castro por M. de Florian²³, e por hum Official Francez²⁴, que traduzio tambem o Episodio do Cabo da Boa-Esperança, não pôdem ser classificadas entre as traducções, que únem a elegancia á exactidão. Logo fallarei largamente da de M. de la Harpe.

He para admirar as extravagancias, que muitos Escriptores estrangeiros²⁵ publicárão a respeito do nosso illustre Poeta. Seja-me licito citar hum exemplo recente. O General Dumourier na segunda edição do seu Estado presente de Portugal a fol. 204

Cunha – «As edições quinhentistas de *Os Lusíadas* e as primeiras traduções», separata da *Revista Correios e Telecomunicações*, n.º 26 [s. n.], Coimbra, 1973; ROSSI, Giuseppe Carlo – «As traduções italianas de *Os Lusíadas*», separata das *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, Lisboa, 1973; WEST, S. George – «A projecção de “Os Lusíadas” através das traduções inglesas», separata de *Bracara Augusta*, n.ºs 25-26 [s. n.], Braga, 1973; RAMOS, Emanuel Paulo – «Os textos camonianos datados de 1572 e as traduções castelhanas de 1580 d'*Os Lusíadas*», separata de *Humanitas*, n.ºs 35-36, Instituto de Estudos Clássicos/FLUC, Coimbra, 1984, pp. 149-169; ANASTÁCIO, Vanda – «Leituras potencialmente perigosas: as traduções castelhanas de *Os Lusíadas* no tempo da União Ibérica», separata de *Portugal e Espanha, Encontros e Desencontros*, Peter Lang [s. l.], 2005, pp. 93-105.

²² BERTUCH, Friederich Justin – *Magazin der Spanischen und Portugiesischen Litteratur...*, vol. II, Hoffmannischen Buchhandlung, Weimar, 1780.

²³ *Episode d'Ignez de Castro, traduit de La Luside de Camoens...*, tradução de Jean Pierre Claris de Florian, Renouard, Paris, 1794, pp. 90-101.

²⁴ Refere-se, sem dúvida, a um episódio retratado de forma bilingue por PERRODIL, Victor de – «Découverte du Cap de Bonne-Espérance», in *Études Épiques et Dramatiques, ou nouvelle traduction en vers des chants les plus célèbres des poèmes d'Homère, de Virgile, du Camoens et du Tasse...*, B. Cormon et Blanc Libraires, Paris, 1835, pp. 141-211. Desconhe-se a data da primeira edição. Cf. JUROMENHA, visconde de – *Obras de Luiz de Camões, precedidas de um ensaio biographico, no qual se relatam alguns factos não conhecidos da sua vida augmentadas com algumas composições ineditas do Poeta*, vol. V, Imprensa Nacional, Lisboa, 1864, p. 330.

²⁵ Para o conhecimento das antigas traduções de *Os Lusíadas*: «Luiz de Camões», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. V, especialmente pp. 267-277.

assevéra²⁶, que Camões intitulára o seu Poêma Lusíada, porque se chamava Luiz: depois desta asserção que, se pôde esperar do seu conhecimento, e juízo sobre Camões? Com tudo este General he author, esteve em Portugal, e escreveu sobre Portugal²⁷.

Os Autores, que eu muito respeito, do Diccionario da Lingua Portugueza, publicado por esta Real Academia, citão o elogio de M. de la Harpe a Camões na Ode sobre a Navegação²⁸; mas creio, que deixariam de o incluir na lista dos admiradores deste Poeta se tivessem dado atenção á critica injusta, com que M. de la Harpe o atacou²⁹. Confesso que esta foi a razão, que me incitou a escrever a presente Memoria, que submetto ás luzes superiores desta sábia Corporação³⁰.

Defendendo uma linha crítica contra a tradução *La Lusíade*, António de Araújo de Azevedo concluiu que Jean-François de La Harpe desconhecia, em toda a amplitude, que o poema épico de

²⁶ “Il y a un nombre considérable de poëtes Portuguais, dont quelques-uns sont assez bons; le meilleur de tous et le plus connu dans les pays étrangers est le Camoëns. Son poëme, qu’il a intitulé assez mal à propos as Lusíadas, parce qu’il se nommait Lois, est versifié avec feu et facilité; son sujet, qui est la conquête des Indes par Vasco da Gama, est traité avec une imitation servile et plagiaire de l’*Odyssée*, de l’*Enéide* et de tous les poëmes anciens; au reste ce reproche est dû à tous les poëmes épiques de toutes les nations.” DUMOURIEZ, Charles-François du Périer – «Université de Coimbre, Collège des Nobles, Littérature, Auteurs, Historiens, Poëtes, Arts. Caractère national et Gouvernement», in *État Présent du Royaume de Portugal...*, 2.^a edição, revista e aumentada, livro IV, Chez P. Chateaneuf, Hamburgo, 1797, p. 204 [1.^a edição: 1766].

²⁷ Consulte-se a tradução actualizada de DUMOURIEZ, Charles-François du Périer – *O reino de Portugal em 1766*, introdução de António Ventura, tradução de Margarida Reffóios, Caleidoscópio, Lisboa, 2007.

²⁸ *Diccionario da Lingoa Portugueza...*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793.

²⁹ Também pode ser consultado em LA HARPE, Jean-François de – «Ode sobre a Navegação», in *Jornal de Coimbra*, vol. XII, parte II, n.º LXIII, Impressão Régia, Lisboa, pp. 88-89.

³⁰ AZEVEDO, António de Araújo de – «Memoria em defeza de Camões contra Monsieur de la Harpe», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. 5-6.

Luís de Camões publicado em 1572, o qual, narrando a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, encerra um breviário profundíssimo da História de Portugal. Embora editado num Renascimento tardio, *Os Lusíadas* assumiam-se como uma epopeia clássica, inteiramente fiel às convenções impostas pelo género, possuindo como modelos estéticos a *Eneida*, de Virgílio [70-19 a. C.], e a *Odisseia* e a *Iliada*, de Homero³¹ [c. 900 a. C.], entre diversas inspirações e autores clássicos.

Para o seu enredo, Camões criou uma fábula mitológica onde os deuses, como se fossem homens, entram em conflito devido à viagem de Vasco da Gama. Gera-se uma verdadeira trama, no fim da qual os homens são eles próprios deificados. Ao mesmo tempo, são recordadas as glórias e as desgraças de Portugal com um talento admirável, baseada na narrativa do próprio Vasco da Gama, completando-se uma verdadeira sinopse da História pátria.

Na verdade, esta obra magna, de estilo erudito, com numerosos recursos a latinismos, a perífrases mitológicas e alusões à História antiga reflecte um conhecimento profundo das culturas clássicas, à qual não foi alheia a educação humanista de Camões. Esses acontecimentos foram narrados com enorme veracidade e associados a uma grande beleza literária, fazendo de *Os Lusíadas* uma obra com cariz universal, daí a postura defensiva de António de Araújo de Azevedo.

Referindo-se ao episódio de Tétis³², uma das Nereidas, divindade marinha filha de Nereu e Dóris, o próprio tradutor afirma não compreender as motivações alegóricas que Camões utilizou. De acordo com as lendas, o próprio Adamastor, como veremos adiante, apaixonou-se pela nereida Tétis, mas esta recusou o seu amor. Nestes

³¹ *Odisseia*, de Homero, tradução de Frederico Lourenço, 8.^a edição, Livros Cotovia, Lisboa, 2010.

³² *Os Lusíadas*, canto IX, estrofes 87-95.

Cantos foi ainda relatada a vontade da deusa Vénus em premiar os heróis lusitanos com um merecido descanso e prazeres numa ilha paradisíaca, a Ilha dos Amores. Aí, os marinheiros portugueses podiam encontrar todas as delícias da Natureza e as sedutoras Nereidas, divindades das águas e irmãs de Tétis, com quem podiam entregar-se a jogos amorosos. Durante um banquete oferecido aos portugueses, a ninfa Sirena entoa as profecias sobre a nação lusa e as suas glórias prometidas no Oriente.

Em seguida, Tétis, a principal das ninfas, conduz Vasco da Gama ao topo de um monte “alto e divino” e mostra-lhe, de acordo com a cosmografia geocêntrica de Ptolomeu, a “máquina do mundo”, uma fábrica de cristal e ouro puro, à qual apenas os deuses acediam. A moral pagã opõe-se notoriamente à moral cristã, do mesmo modo que os novos ventos de mudança do Renascimento, de inspiração greco-romana, opõem-se às limitações do pensamento escolástico, algo que o tradutor não conseguiu alcançar:

O Poeta finge que Baccho³³, inimigo dos Portuguezes, preparára esta traição; Venus que os protege, desce ao mar, convóca as Nereidas que obedientes á sua voz, e conduzidas pela Deôsa, oppõe os seus peitos ás prôas dos navios, fazendo-os retroceder, apezar do vento que os impellia para o porto³⁴, e eis-aqui outra ficção, em que Camões emprega as imagens mais graciosas e encantadoras, que pôde fornecer a Poesia³⁵.

³³ GOMES, Francisco – «Baco e o “Desconcerto do Mundo” em “Os Lusíadas”», separata das *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, 1973.

³⁴ *Episódio da Ilha de Venus extrahido dos Lusíadas de Camões*, prefácio de José Pereira Caldas, versão francesa de Antoine de Cournand, Typographia Lealdade da Sociedade Democrática Recreativa, Braga, 1880.

³⁵ Numa outra perspectiva do Poeta, ver *Contradança. Cartas e Poemas de Camões*, ideia e selecção de poemas por Gil de Carvalho, organização de Manuel Fonseca, Guerra & Paz, Lisboa, 2011.

Com o descobrimento das Indias, Vasco da Gama conquistou para a sua Patria o Imperio do Oceano, e quando o Poeta descreve a volta daquella famosa viagem, nos dá por meio de outra ficção huma próva mais da fecundidade da sua imaginação³⁶.

Huma Ilha se eleva no seio das aguas á voz de Venus³⁷. Nella reina Thétys servida pelas Nynfas do mar; as aguas, as flores, os frutos, os ares, tudo o que se póde conceber mais amavel, mais risonho, mais deleitoso se acha reunido pela Deôsa³⁸. Os novos Argonautas em premio do seu participão da immortalidade. O Imperio dos mares lhes he segurado. Gama despósa Thétys, e os seus companheiros são unidos com as filhas de Nerêo³⁹.

M. de la Harpe em huma nota sobre esta ultima ficção allegorica pergunta: o que he huma allegoria, cujo sentido ninguem adivinha, e cuja intenção não se póde nem mesmo suspeitar⁴⁰. Se M. de la Harpe tivesse reflectido hum instante sobre a Oitava 143. da 10.º Canto, a qual elle mesmo traduz deste modo. ‘Os Portuguezes levão comsigo as Nynfas que lhes promettêrão de os não deixar jámais.’⁴¹ [...]

Devo fazer a este injusto crítico outras criminações, que espero provar serem bem fundadas. Geralmente fallando os que ignorão a lingua Portugueza, não conhecem de Camões senão o pathetico Episodio de Ignez de Castro, e a magestosa ficção do Gigante Adamastor⁴². Ambos estes pedaços, como já disse, forão

³⁶ BISMUT, Roger – «Uma versão francesa até hoje ignorada de *Os Lusíadas*», in *Colóquio: Letras*, n.ºs 65-67, FCG, Lisboa, 1982, pp. 62-64.

³⁷ *Os Lusíadas*, canto IX, estrofes 87-95.

³⁸ *Idem, ibidem*.

³⁹ *Os Lusíadas*, canto IX, estrofe 60.

⁴⁰ LA HARPE, Jean-François de – *La Lusiade de Louis Camoëns; poëme héroïque, en dix chants...*, vol. II, Chez Nyon, Paris, 1776.

⁴¹ *Idem*.

⁴² De acordo com os autores e tradutores supracitados, *La mort d'Ines de Castro et Adamastor morceaux tirés et traduits de la Luziada de Camoens pour servir d'es-*

mal vertidos por diferentes traductores, mas por nenhum tão infiel, e friamente como Mr. de la Harpe⁴³.

Uma das críticas mais veementes de António de Araújo de Azevedo para com Jean-François de La Harpe verificar-se-ia nos comentários ao afamado episódio do Adamastor⁴⁴ em *La Lusíade*. O tradutor continua a não compreender a importância estilística daquele gigante mitológico, um dos filhos da Terra e que se rebelaram contra a supremacia de Zeus, ou Júpiter, sendo vencidos e cada um sofrendo o seu castigo eterno. A partir destas linhas, podemos avistar o simbolismo do Adamastor. Em primeiro lugar, é uma alegoria das forças cósmicas que o Homem terá de vencer para alcançar a meta desejada; em segundo lugar, a sua destruição representa o domínio total dos mares pelos portugueses; em terceiro lugar, revelam-se os verdadeiros heróis.

Finalmente, o seu drama amoroso comprova que o amor possessivo só pode levar à ruína dos homens, o que levou António de Araújo de Azevedo a contrariar veemente Jean-François de La Harpe, quando este declarava que o autor de *Os Lusíadas*: “Camões pas l’imagination pour inventer, mais il a l’imagination qui peint.” Neste sentido, o ofício do tradutor fica assinalado pela incompreensão de tudo aquilo a que se propôs traduzir, resultando num falhanço completo:

O estilo das primeiras oitavas de Adamastor he estrepidoso e horrivel; o da Oitava que se segue á interrogação he cheio de

sai a une traduction françoise en vers et complete de ce fameux poëme portugais..., Sulpice Gaubier de Barrault, Impressão Régia, Lisboa, 1772.

⁴³ AZEVEDO, António de Araújo de – «Memoria em defeza de Camões contra Monsieur de la Harpe», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 9-11.

⁴⁴ SANTOS, Custódio Lopes dos – «A denominação “Adamastor” em “Os Lusíadas”», separata das *Actas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1984.

vogaes sonóras, que dão pompa á dicção, e dispõe para a sombria majestade das ultimas palavras do monstro⁴⁵.

“Eu sou aquelle occulto e grande Cabo,
A quem chamais vós-outros tormentorio;
Que nunca a Ptolomeu, Pomponio, Strabo,
Plinio, e quantos passárão, fui notório: etc.”⁴⁶

M. de la Harpe não vio senão a apparição; mas a interrogação de Gama, o espantoso e grande brado, a fecundidade do Poeta, a riqueza do seu estilo, mas todas estas bellezas da primeira ordem, forão para elle totalmente baldadas⁴⁷.

Adamastor desaparece: então diz Gama, na versão de M. de la Harpe, avistámos o Promontorio, que o Gigante nos annuncíara⁴⁸. Com esta traducção destroe M. de la Harpe o verdadeiro sentido da ficção. Elle suppoz que o Gigante e o Promontorio erão entes diversos⁴⁹; mas como he possivel que não visse, que o Promontorio, e o Gigante erão a mesma cousa? Adamastor mesmo lho disse claramente:

“Eu sou aquelle occulto, e grande Cabo, etc.”

M. de la Harpe nos declara⁵⁰, que imitou este lugar da *Lusiada* na Ode sobre a Navegação, [...]. Pois que desta vez se trata de

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ *Os Lusíadas*, canto V, estrofe 50.

⁴⁷ LA HARPE, Jean-François de – *La Lusiade de Louis Camoëns ...*, vol. I, pp. 277-281.

⁴⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁹ *Idem*, n. 23, pp. 314-317.

⁵⁰ Foi premiado pela Academia Francesa nesse mesmo ano: LA HARPE, Jean-François de – *Ode sur la Navigation, couronnée à l'Académie Française en 1773* [s. n.], Paris, 1773.

huma imitação, não arguirei a infidelidade da falla de Adamastor, mas serei obrigado a fazer alguns reparos⁵¹ sobre a estrofe seguinte, em que o Author suppõe que o Gigante acaba de falar:

“Il dit, et se courbant sur les eaux écumantes,
Il se plonge soudain dans ces roches bruyantes,
Où le flot va se perdre, et mugit renfermé,
L'air parut d'embraser,
Et le roc se dissoudre,
Et les traits de la foudre
Eclaterent trois fois sur l'écueil enflammé.”⁵²

Esta estrofe será muito boa, mas confesso que a não compreendo, e perguntaria ao seu Author como mergulha o Gigante de repente em hum lugar depois de se haver curvado sobre outro? O que he mergulhar nas rochas? Porque razão estas, que não podem ser senão o Promontorio, parecem dissolver-se? E porque razão o raio fuzilou trez vezes sobre o escolho, que parecia dissolvido, e por fim estava inflammado? Em quanto tudo isto senão aclara,

⁵¹ “A tradução de La Harpe deste episódio não chega a ter um terço do comprimento da minha. Eu achei, porém, por razões já dadas, que não devia encurtar o texto, embora o estilo fique prejudicado em muitos passos por esta interpretação literal. Comparando a tradução de La Harpe com a obra original, parece que estamos a ler somente o conteúdo da canção, mais uns poucos fragmentos preservados por uma memória infiel. Mas o estilo é bom.” RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal (1798-1802)*, revisão de Graça Pais Ferreira e Mónica de Aragão e Pina, vol. II, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2002, p. 119.

⁵² “Un fantôme épouvantable. L'apparition de ce fantôme est regardée, avec raison, comme une fiction sublime et vraiment épique. Peut-être peut-on reprocher au poète de faire parler ce génie Adamastor un peu trop long-temps, et de finir ce morceau, qui s'annonçait avec grandeur, par la fable peu intéressante de l'amour du géant pour la déesse Téthys. Cet endroit de la *Lusiade* a été imité depuis peu dans d'ode de la navigation, couronnée à l'académie française en 1773. [...]” «Notes du Cinquième Chant», in *Œuvres de La Harpe*, de l'Académie Française, accompagnées d'une notice sur sa vie et sur ses ouvrages, vol. VII, Chez Verdière, Paris, 1820, n. 18, pp. 169-170.

deve-se convir, de que Camões póde ter sido o pretexto, mas de que certamente não foi o modello desta estofe.

Deixo sem refutação muitas outras censuras de M. de la Harpe, porque basta, segundo me parece, o que tenho dito para provar a sua injustiça, a sua ligeireza, e a falta de conhecimentos do nosso Poeta⁵³.

Camões não foi izento de defeitos, assim como o não forão os outros Poetas Epicos⁵⁴; mas se os limites desta Memoria mo permittissem, creio que poderia ainda provar contra M. de la Harpe, e outros criticos, o seu talento superior⁵⁵; [...] e tantos outros lugares da Lusiada, onde se acha erudição, bom gosto, harmonia de estilo, sublimidade de dicção, de ideias e de situações, e onde a cada passo se reconhece o engenho fertil e creador⁵⁶.

Além desta *Memoria* em particular, António de Araújo de Azevedo nada mais contribuiu para as *Memorias de Litteratura Portugueza*. No ano seguinte [1807], assistiria a Família Real para o Rio de Janeiro fazendo-se acompanhar da sua extensa livraria pessoal⁵⁷, posteriormente confiada à Biblioteca Nacional⁵⁸ sita na mesma ci-

⁵³ BRANCO, Manuel – *Portugal e os Estrangeiros...*, vol. II, A. M. Pereira, Lisboa, 1879, pp. 508-509.

⁵⁴ BOWRA, C. M. – *Virgílio, Tasso, Camões e Milton. Ensaio sobre a Epopeia*, tradução de António Álvaro Dória, Livraria Civilização, Porto, 1950.

⁵⁵ Talvez uma crítica exageradamente pesada de António de Araújo de Azevedo contra Jean-François de La Harpe, um admirador de Luís de Camões.

⁵⁶ AZEVEDO, António de Araújo de – «Memoria em defeza de Camões contra Monsieur de la Harpe», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, pp. 14-16.

⁵⁷ *Bibliotheca araujiana ou catalogue des livres de la bibliothêque de son Excellence, Monsieur le Commandeur d'Araujo d'Azevedo, Envoyé Extra-ordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Son Altesse Roiale le Prince Régent de Portugal près de la Cour de Russie... placée à la maison du bois, près de la Haye en Septembre 1802 et confiée á...*, manuscrito.

⁵⁸ TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo – «Elogio histórico do Conde da Barca, proferido em 24 de Junho de 1819», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. VIII, parte II, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1823, pp. XV e ss.

dade, assim como uma tipografia apetrechada [que aqui se institui, transformando-se na Imprensa Régia, a 13 de Maio de 1808], a sua riquíssima colecção mineralógica e um conjunto de instrumentos científicos que permitiram instalar um laboratório de Química na sua residência. Também aí desenvolveu um jardim com mais de 1500 espécies botânicas indígenas e exóticas, conhecido por *Hortus Araujensis*⁵⁹.

A partir de 1814, decide retornar às lides políticas, sendo nomeado conselheiro de Estado e presidente do Tribunal da Junta do Comércio, seguindo-se as funções de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, após a morte de D. João de Melo e Castro⁶⁰ [1756-1814], 5.º conde das Galveias. Teve de ocupar todas as pastas do governo com a morte de D. Fernando José de Portugal e Castro⁶¹ [1752-1817], 2.º marquês de Aguiar. Será agraciado, por decreto régio de 27 de Dezembro de 1815, com o título de conde da Barca⁶². Além da Academia Real das Ciências de Lisboa, foi o fundador da Sociedade de Animação à Indústria e Mecânica [1808] e da Real Academia de Belas Artes [1816] no Rio de Janeiro, entre diferentes associações científicas e literárias. Embora não tivesse sido um escritor prolífico, além de alguma obra com carácter poético-trágico, assinou artigos de índole política em alguns periódicos da época⁶³.

⁵⁹ Sobre este catálogo, não existe nenhum registo da sua publicação oficial.

⁶⁰ SCHEDEL, Madalena Franco – *Guerra na Europa e interesses de Portugal: as colónias e o comércio ultramarino, a acção política e diplomática de D. João de Melo e Castro, conde das Galveias (1792-1814)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2011.

⁶¹ VALIM, Patrícia – «Presteza no Real Serviço: D. Fernando José de Portugal e Castro e a administração da Capitania da Bahia no final do século XVIII», in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, Julho de 2011, pp. 1-11.

⁶² MARCOS, João – *O Conde da Barca na política europeia do pré-Liberalismo*, Civilização, Porto, 1993.

⁶³ Entre outras, foi autor das seguintes obras: *Osmia*, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1788; *Ode a Dryden para o dia de Santa Cecília*, Hamburgo?, 1799; *Regulamento para os hospitaes militares de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, tanto em tempo de paz, como em tempo de guerra...*, Impressão Régia, Lisboa, 1805.

A sua actuação política contribuiu para a elevação do Brasil à categoria de reino, com a qual esperava sossegar os sentimentos independentistas autóctones⁶⁴. Mais tarde, seria opositor ao regresso do Brasil a Portugal, ao contrário das pretensões estratégicas da Inglaterra. António de Araújo de Azevedo foi, de facto, uma figura notável na vida portuguesa no final do século XVIII e nas primeiras duas décadas do século XIX, exercendo uma actividade diplomática e governamental conciliatória⁶⁵, nem sempre compreendida ou isenta de polémica.

Concluindo, esta breve *Memoria* permanece uma referência nos estudos camonianos, reveladora do vasto conhecimento de António de Araújo de Azevedo sobre as diversas versões espanholas, inglesas, francesas e alemãs de *Os Lusíadas*, ainda que seja uma análise literária aparentemente fora de contexto.

⁶⁴ QUEIRÓS, Francisco de – *O Conde da Barca e o Brasil*, Coimbra Editora, Coimbra, 1944.

⁶⁵ ARAÚJO, Artur da Cunha – *Perfil do Conde da Barca*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1940; MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde – *António de Araújo de Azevedo, conde da Barca: diplomata e estadista (1787-1817). Subsídios documentais sobre a época e a personalidade*, «Estudos e Manuscritos», n.º 5, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, Braga, 2004.

- IV -

ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO
[1725-1797]

No âmbito das problemáticas da Literatura ao longo do século XVIII, destacou-se o padre António Pereira de Figueiredo¹ [Mação, 1725-Lisboa, 1797], membro da Congregação do Oratório e figura consagrada do Iluminismo em Portugal², conhecido por ter sido estreito colaborador do marquês de Pombal³. Iniciou a sua formação em Letras no Colégio Ducal de Vila Viçosa, onde estudou Latinidades e Música. Transitou para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e daí para a Casa do Espírito Santo da Congregação do Oratório [1744], matriculando-se em Filosofia e Teologia. Nessa congregação, que representava uma parte importante da renovação do espírito filosófico em Portugal, foi nomeado lente de Latim, Retórica e Teologia. Também seria deputado da Real Mesa Censória e sócio fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa. É considerado um dos

¹ Cf. «António Pereira de Figueiredo», in *Diccionário Bibliográfico Portuguez*, vol. I, pp. 223-230; vol. VIII, pp. 276-280; vol. XX, p. 259; «António Pereira de Figueiredo», in *Portugal. Diccionario historico...*, vol. V, pp. 631-633; «António Pereira de Figueiredo», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, pp. 214-216.

² CASTRO, Zília Osório de – «O Regalismo em Portugal», separata de *Cultura – História e Filosofia*, vol. VI, Centro de História da Cultura, FCSH-UNL, Lisboa, 1987, pp. 357-411.

³ CANAVEIRA, Manuel – «A legitimação histórica da monarquia absoluta na obra do Padre António Pereira de Figueiredo», separata da *Revista da FCSH*, n.º 5, FCSH-UNL, Lisboa, 1991-1992.

maiores latinistas europeus no século XVIII, sendo célebres os seus discursos teológicos, assaz reveladores da sua alta sapiência⁴.

Acérrimo admirador do cronista João de Barros [c. 1496-1570], como se depreende das suas contribuições nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, António Pereira de Figueiredo ofertara este trabalho à Academia Real das Ciências a 3 de Janeiro de 1781. Este opúsculo destinava-se a auxiliar os responsáveis pela redacção do *Diccionario de Lingoa Portugueza* [vol. I, 1793], embora os editores das *Memorias* tenham optado por incluir também este glossário sobre João de Barros nesta edição. Trata-se de um ensaio, em jeito de opúsculo lexical, sobre as *Décadas*, de João de Barros⁵, pensado enquanto apoio de leitura daquela obra-prima da Literatura e da História portuguesa.

Também estão registados numerosos verbos e expressões latinas neste elucidário, todos identificados pelo Autor no texto original de João de Barros⁶. Trata-se, igualmente, de uma crítica literária contra vários historiadores, latinistas, gramáticos e homens do Saber, sem apontar quais fossem, os quais denegriam o valor histórico-literário da *eloquência* de João de Barros, aqui refutados através de uma

⁴ SILVA, Domingos Maria da – *A Ecclesiologia do Padre António Pereira de Figueiredo* [s. n.], Lisboa, 1983.

⁵ BARROS, João de – *Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Primeira Década*, INCM, Lisboa, 1988 [fac-símile da 4.ª edição revista e prefaciada por António Baião conforme a edição *princeps*, «*Scriptores Rerum Lusitanarum*» (Série A), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932]; *Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Segunda Década*, INCM, Lisboa, 1988 [fac-símile da 4.ª edição, conforme a edição *princeps*, iniciada por António Baião e continuada por Luís F. Lindley Cintra, «*Scriptores Rerum Lusitanarum*» (Série A), INCM, Lisboa, 1974]; *Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Terceira Década*, nota prévia de Isabel Vilares Cepeda, INCM, Lisboa, 1988 [fac-símile da 1.ª edição, conforme a edição *princeps*, Officina de João Barreira, Lisboa, 1563].

⁶ BOXER, Charles Ralph – *João de Barros, humanista português e historiador da Ásia*, edição portuguesa organizada por Teotónio R. de Sousa, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático [CEPESA], Porto, 2002.

análise gramatical extensa. Organizado alfabeticamente⁷, disposto em blocos por letras, este trabalho inclui palavras, arcaísmos e expressões típicas oriundos dos textos das *Décadas*, grande parte delas desaparecidas do quotidiano linguístico português em finais do século XVIII:

Arcaísmos em voz Grega chamaõ os Grammaticos áquellas palavras, e frases, que algum tempo fôraõ correntes na lingua de qualquer paiz, vieraõ depois a antiquar-se, ou a pôr-se em desuzo: e isto as mais das vezes sem outra razaõ, que o quere-rem-no assim os homens eruditos, cujo consenso nesta materia tem força de ley. Como *Joaõ de Barros* pois escreveo as suas Decadas ha mais de duzentos e vinte annos, ninguem se admirará que neste meio tempo se fossem antiquando pouco, e pouco muitos vocabulos, e modos de escrever, que sendo correntes no meio do Seculo decimo sexto, e ainda cincoenta, e oitenta annos depois em tempo dos dous famosos Chronistas *Fr. Bernardo de Brito*, e *Fr. Luiz de Sousa*: há hoje pelo uso contrario se achaõ abrogados de modo, que sem incorrer no vicio da affectação, ninguem os renovaria entre nós. Não por que nunca seja ja licito usar de palavras antiquadas: [...] mas porque por via de regra todos devemos usar das palavras, como dos trajos, ou moeda⁸.

Neste pequeno trabalho, particionado de uma outra *Memoria*, António Pereira de Figueiredo comentou os recursos estilísticos usados por João de Barros, designadamente no uso frequente das

⁷ RIBEIRO, José Silvestre – *Primeiros Traços d'uma Resenba da Litteratura Portugueza*, t. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1855, pp. 308-309.

⁸ FIGUEIREDO, António Pereira de – «Espirito da Lingua Portugueza, extrahido das Décadas do insigne Escritor Joaõ de Barros», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 130-131.

metáforas, como neste extracto. Figura de estilo que, etimologicamente, significava *transposição* e consiste na passagem de um significado a outro, na permuta do sentido inicial de uma palavra para um significado diferente, assente numa relação de transferência de propriedades semânticas, profusamente usada por João de Barros. A metáfora atribui um sentido abstracto construído a partir de uma relação de semelhança com o significado real, movido para outro domínio conceptual:

Quando a lição deste Escritor não trouxesse comsigo outras conveniencias, bastava a frequencia, e felicidade com que elle das cousas mais caseiras, tira bellissimas e valentissimas translações, para a mesma lição se reputar não só utilissima, mas ainda necessaria a todos os Candidatos da Eloquencia Portugueza. Já Horacio observou, que as *metáforas* que mais fazem brilhar a oração, são aquellas em que o Escritor a hum nome de uso domestico dá, por meio da translação, hum novo tom ou significado: [...].

E neste genero foi Barros tão feliz e singular, como se verá dos seguintes exemplos; os quaes ainda que em parte vão notados por mim separadamente por todo o corpo deste Diccionario, aqui juntos farão reduzir mais a fertilidade do engenho do nosso Escritor. E deixado o rigor da ordem alfabetica, apontarei as metáforas de Barros segundo as achei notadas nos meus Cadernos, sem tambem me cansar com a citação dos lugares.

Pinha de gente. Gente apinhada. Soldados apinhados. Apinhoar-se.

Enxame de mouros. Enxame de settas. Cardume de negros. Cardume de frechas. Hum golpe de mouros. Hum garfo de gente.

Lugar juncado de corpos. Ruas juncadas de corpos.

Arvoredo parrado⁹.

⁹ *Idem*, pp. 198-199.

Este ensaio das *Memorias de Litteratura Portugueza* é, portanto, uma parte de uma explanação mais extensa¹⁰ da lavra de um pensador polémico, que cunhou vincadamente o pensamento religioso português oitocentista¹¹, sendo, acima de tudo, um profundo amante das Artes e das Letras. O padre António Pereira de Figueiredo, “uma das mais fortes inteligências que Portugal tem gerado”, no dizer de Alexandre Herculano, impôs-se como um dos vultos da Cultura portuguesa pela sua enorme erudição e fecundidade produtiva. Além de latinista de renome europeu, foi historiador, canonista e teólogo, servindo apaixonadamente a política pombalina.

Combateu activamente a Companhia de Jesus e denunciou os abusos da Cúria Romana, destacando-se na discussão dos problemas teológicos do seu tempo, no que desagradou a muitos poderes estabelecidos e que, por isso, tentaram ostracizá-lo. Trabalhou pela implantação de uma Igreja nacional, à imagem da Igreja Anglicana, mas nunca defendeu um cisma ou a separação com a Igreja Romana. A sua tradução da *Vulgata* latina, em 23 volumes, é um monumento literário que lustra a cultura portuguesa.

*

Considerada como um apêndice, ou até a parte introdutória de uma futura *Memoria*¹², segue-se outra “dissertação” de António Pereira de Figueiredo¹³ dedicada ao historiador quinhentista João

¹⁰ FIGUEIREDO, António Pereira de – «Joaão de Barros. Exemplar da mais Solida Eloquencia Portugueza. Dissertação academica», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. IV, Lisboa, 1793, pp. 5-25.

¹¹ SANTOS, Cândido dos – *Padre António Pereira de Figueiredo. Erudição e polémica na segunda metade do século XVIII*, Roma Editora, Lisboa, 2005.

¹² FIGUEIREDO, António Pereira de – «Espirito da Lingua Portugueza, extrahido das Décadas do insigne Escritor Joaõ de Barros», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, 1792, pp. 111-226.

¹³ De entre numerosa bibliografia, é fundamental: *Catalogo das Obras Impressas, e Manuscritas de Antonio Pereira de Figueiredo da Congregação do Oratorio...*, Officina de Simão Thadeo Ferreira, Lisboa, 1800.

de Barros e à sua oratória literária. Apresentada publicamente à Academia Real das Ciências a 3 de Janeiro de 1781, segundo as indicações do Autor, esta reflexão seria publicada no seio das *Memorias de Litteratura Portugueza*, para júbilo dos estudiosos destas áreas literárias.

Para António Pereira de Figueiredo, a figura e a obra de João de Barros deveriam encimar a glória das Letras lusas, colocando-se num patamar superior até ao próprio Luís de Camões ou ao padre António Vieira, entre outros nomes máximos na nossa Literatura. O que justificava tal protecção de João de Barros era, fundamentalmente, o primor e a excelência do discurso altíloquo nas *Décadas*, segundo os mais estritos cânones clássicos¹⁴. A arte de *bem escrever*, ou a própria arte da eloquência, teriam o seu espelho mais luzidio em João de Barros, cronista que o Autor tentava reabilitar urgentemente do esquecimento:

Fallar bem huma Lingua, Senhores, (que isso he o que a Rhetorica nos ensina, e o em que consiste a Eloquencia Nacional) he dizer o que se tem para dizer, explicando-se cada hum pelos termos mais análogos, e mais naturaes da mesma Lingua; ou estes sejaõ dos que chamaõ proprios, ou sejaõ dos que chamaõ translativos ou metaforicos.

Além disto requer-se huma tal perspicuidade, e huma tal fluidez de estylo; que aquella remova toda a hesitação na intelligencia do que se diz; esta todo o embaraço da leitura.

Ora começando pelos termos, ou vocabulos proprios da Lingua Portugueza, quem melhor do que Barros os empregou escrevendo, e escrevendo em tantas materias? Tende por certo, Senhores, que

¹⁴ SANTOS, Cândido dos – «António Pereira de Figueiredo, Pombal e a ‘Aufklärung’», in *Revista de História das Ideias*, vol. IV, t. I, Instituto de História e Teoria das Ideias, Coimbra, 1982, pp. 167-205.

toda aquella naturalidade, fermosura, e desfastio de dizer¹⁵, que ainda hoje tanto admiramos e tanto invejamos, os que lemos por hum Lucena, por hum Sousa, por hum Vieira; toda essa a appren-dêraõ, e tiráraõ elles de Barros¹⁶.

Em concordância com as suas ideias, António Pereira de Figueiredo elogiava as práticas da *boa escrita* entre os autores nacionais, mas alertava para a tentação de muitos escritores pelo uso supérfluo de expressões estrangeiras, nomeadamente dos galicismos, apenas por força de uma moda passageira ou de quererem demonstrar uma aparente modernidade. Não é que fosse avesso às novidades literárias e estilísticas, antes pelo contrário, mas era bem notório que preferia “a fala à portugueza” do que “a fala à *la mode*”, obedecendo aos cânones francófonos:

Se bem reparardes, Senhores, nos exemplos que vos tenho apontado, achareis sem dúvida, que o que caracteriza o estylo de Barros, he aquella nobre desafectação, com que elle evitando perpetuamente certos termos grosseiros, e corruptos do baixo vulgo, se explica sempre pelos termos populares. Porque vós bem sabeis, que em toda a República huma cousa he o Povo, outra a infima plebe. [...]

¹⁵ “A. Pereira de Figueiredo, partindo do postulado de ter cada língua a sua «eloquência», busca em João de Barros o modelo de «toda aquela naturalidade, fermosura [sic] e desfastio de dizer» que se admiram em Fr. Luís de Sousa ou no P.^e António Vieira; e o seu trabalho resume-se a encontrar exemplos, no historiador quinhentista, de «termos naturais da língua, variados e apropriados ao que queria exprimir, tanto no domínio das *palavras próprias*, como no das transláticas ou metafóricas».” MONTEIRO, Ofélia Caldas Paiva – *D. Frei Alexandre da Sagrada Família. A sua espiritualidade e a sua poética*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1974, p. 195; IDEM – *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e criação*, vol. I, Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1971, p. 58.

¹⁶ FIGUEIREDO, António Pereira de – «João de Barros. Exemplar da mais Solida Eloquencia Portuguesa. Dissertação academica», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, pp. 5-6.

Aqui pois está todo o segredo desta parte da Eloquencia: aqui o principal louvor do nosso Barros¹⁷. Nas cousas proprias de cada Arte, como na Nautica, e na Milicia, explicar-se pelos termos tech-nicos ou facultativos de cada huma: nas cousas do uso familiar, e quotidiano, explicar-se pelos termos, que o Corpo da Nação tem adoptado para isso. Todo o estylo que transgredir estes limites, forçosamente ha de parecer hum estylo exotico, alheio e improprio da Lingua, inchado, affectado, affeminado, indigno daquella macha Eloquencia, a que todos devemos anhelar¹⁸.

Julguem os nossos Criticos o que quizerem de mim: eu nenhuma dúvida nem receio terei de dizer *passante*, em lugar de *mais*: porque os nossos Classicos mais primos me ensinaõ, que assim he que se falla em Portuguez¹⁹.

Segundo António Pereira de Figueiredo, uma das maiores virtudes de João de Barros foi o emprego sublime de termos e expressões populares, em conjunto com uma multiplicidade de termos militares, náuticos e nativos, dando-lhe uma opulência e magnificência descritiva sem paralelo nas nossas Letras. Ou seja, de entre as palavras usadas pelo povo e aplicando um uso correcto das metáforas, assim como uma multiplicidade de outras ferramentas estilísticas [como o caso das hipérboles e elipses], conseguiu reproduzir fielmente os mais incríveis cenários e descrições históricas, designadamente dos retratos vivíssimos do esforço ultramarino português por todo o Oriente. O excelente teor da eloquência de João de Barros é coroado,

¹⁷ FIGUEIREDO, António Pereira – *Elementos da Invençam Retorica, ou Principios da Eloquencia...*, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1759.

¹⁸ LIMA, Ebion de – «Os Oratorianos e a Polémica da Gramática Latina no Século XVIII», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI [s. n.], Coimbra, 1981, pp. 58-65.

¹⁹ FIGUEIREDO, António Pereira de – «João de Barros. Exemplar da mais Solida Eloquencia Portugueza. Dissertação academica», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. IV, 1793, pp. 8-9.

acima de tudo, pelo seu primor simplista e popular. O uso expressivo das palavras, dando-lhes os mais diferentes sentidos e significações, compostas com as mais subtis referências literário-históricas, transformou-o, no dizer do Autor, num escritor simplesmente incomparável:

[...] Porque na verdade, se na Classe das palavras proprias he Barros hum Escritor incomparavel; na outra das palavras metafóricas, he elle hum Escritor original.

Por consenso de todos os Rhetoricos²⁰, he a metáfora a alma da oração. Mas Horacio advertio, que a metáfora de especial valentia e viveza, he quando o Escritor a huma palavra do uso familiar e domestico, lhe dá por meio da translação hum novo tom, ou hum novo significados, que a faz parecer outra. [...]

Neste genero porém duvido eu, que se ache entre nós, e ainda dos estranhos algum outro Escritor, que seja ou mais fecundo, ou mais feliz do que João de Barros. São nelle as metáforas tão bellas, como frequentes. Por isso os que depois vieraõ, cuidáraõ muito em as fazer suas por meio da imitação²¹.

Além desta *Memoria* ter sido destinada à leitura pública, foi, fundamentalmente, um retrato intimista e algo polémico²². António Pereira de Figueiredo, no seu tom inconfundível, interroga e in-

²⁰ “A philological treatise in the form of a dictionary, by Antonio Pereira^[sic] do Figueiredo, on the genius of the Portuguese language, according to the Decades of Barros, though not immediately connected with poetry and rhetoric, is nevertheless worthy of honorable notice, since it is calculated to direct Portuguese writers to the study of Barros, and the spirit of their mother tongue. Another treatise by the same writer, has for its object to recommend Barros as a model for Portuguese eloquence.” BOUTERWEK, Frederick – *History of Spanish and Portuguese Literature*, traduzido alemão para o inglês por Thomasia Ross, vol. II, Boosey and Sons, Londres, 1823, p. 400.

²¹ FIGUEIREDO, António Pereira de – «João de Barros. Exemplar da mais Solida Eloquencia Portuguesa. Dissertação academica», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, p. 11.

²² FIGUEIREDO, Fidelino de – *A Critica Litteraria como sciencia*, 3.^a edição, «Bibliotheca de Estudos Historicos Nacionaes», vol. III, Livraria

terage com o seu público ou, melhor dizendo, com os seus pares académicos. Trata-se de uma defesa perspicaz de João de Barros, como se fosse uma lição universitária, embora fosse conhecida a superioridade académica do público que o escutou. É, na verdade, uma apologia literária a João de Barros, mas também um clamor contra o inexorável esquecimento desse cronista, de modo a reocupar o lugar de sublimidade na Literatura e na História de Portugal:

Barros he o nosso *Cataõ Censorio*: *Vieira*, o nosso *Cicero*²³. O Seculo do Senhor Rei D. Joaõ III. foi para a Lingua Portuguesa, o que para a Latina foi a Epoca da segunda Guerra Punica. O Seculo do Senhor Rei D. Joaõ IV. foi para a nossa Lingua, o que para a dos Romanos foi o Imperio de Augusto. Hajamo-nos pois com a nossa Lingua, como os Romanos se houvêraõ com a sua²⁴.

Esta *Memoria* de António Pereira de Figueiredo insere-se, obviamente, no espírito e nos objectivos defendidos pelos editores das *Memorias de Litteratura Portuguesa*, de modo a fomentar os estudos defensórios da língua portuguesa. É lógico que a figura de João de Barros, bem como toda a sua obra historiográfica e literária eram sobejamente conhecidas, mas, em boa verdade, foram apenas um móbil para servirem de exemplificação quanto ao elevado valor dos nossos autores.

Clássica Editora de A. M. Teixeira, Lisboa, p. 274; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, pp. 242-244.

²³ SÁ, Joaquim José da Costa e – *Dissertação sobre os exercícios da eloquencia ou pura latinidade, e verdadeira imitação de Cicero...*, Officina de Simao Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1791; CABRAL, Luís Gonzaga – *Vieira-Pregador. Estudo Filosófico de Eloquencia Sagrada, segundo a vida e as obras do grande orador portuguez...*, vols. I-II, José Fructuoso da Fonseca, Porto, 1901.

²⁴ FIGUEIREDO, António Pereira de – «Joaõ de Barros. Exemplar da mais Solida Eloquencia Portuguesa. Dissertação academica», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, pp. 22-23.

ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS
[1745-1818]

Um dos académicos de número mais conhecidos nos primeiros tempos da Academia Real das Ciências de Lisboa foi, indubitavelmente, António Ribeiro dos Santos¹, natural de Massarelos, no Porto

¹ É vasta a biobibliografia dedicada a António Ribeiro dos Santos, da qual seleccionamos: CAVROÉ, Pedro Alexandre – «António Ribeiro dos Santos», in *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana*, vol. II, Impressão Régia, Lisboa, 1817, p. 223; «António Ribeiro dos Santos», in *Gazeta de Lisboa*, n.º 36, Impressão Régia, Lisboa, 11 Fevereiro 1818; TORRES, Miguel Joaquim Marques – «Biographia. Antonio Ribeiro dos Santos», in *O Panorama*, 2.ª série, vol. III, ft.º 141, 7 Setembro 1844, pp. 285-286; ft.º 142, 14 Setembro 1844, pp. 300-301; ft.º 143, 28 Setembro 1844, pp. 309-310; BRANCO, José Canais de Castelo – «António Ribeiro dos Santos», in *Estudos biográficos ou notícia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes à Bibliotheca Nacional de Lisboa*, F. A. da Silva, Lisboa, 1854, pp. 258-259; SILVA, Inocêncio Francisco da – «António Ribeiro dos Santos», in *Archivo Pittoresco*, vol. IX, ft.º 4, Typographia de Castro & Irmão, Lisboa, 1866, pp. 28-29; «António Ribeiro dos Santos», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. I, pp. 247-256; vol. VIII, pp. 294-296; vol. XXII, p. 349; «António Ribeiro dos Santos», in *Portugal. Diccionario Historico...*, vol. VI, pp. 291-292; «António Ribeiro dos Santos», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV, pp. 620-623; TORRES, Ruy d'Abreu – «António Ribeiro dos Santos», in *Diccionario de História de Portugal*, vol. V, pp. 480-481; OLIVEIRA, M.ª Aurora de – «António Ribeiro dos Santos», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. XVI, col. 1346; CUNHA, Xavier – «António Ribeiro dos Santos», separata do *Boletim da Sociedade de Bibliófilos "Barbosa Machado"*, Imprensa de Libânio da Silva, Lisboa, 1913; BRAZÃO, Joaquina Augusta – *António Ribeiro dos Santos*, tese de licenciatura em Filologia Românica, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1943; DIAS, Luís Fernando de Carvalho – «Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos», separata da *Revista Portuguesa de História*, n.º 14, Instituto de Estudos Históricos, Coimbra, 1975, pp. 415-519; IDEM – «Inéditos de António Ribeiro dos Santos», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade*, n.º 83 [s. n.], Coimbra, 1976; PEREIRA, José

[1745], e falecido em Lisboa [1818]. Segundo Inocêncio Francisco da Silva, foi um dos autores portugueses mais produtivos do século XVIII. Antes de mais delongas, chamamos a atenção para o capítulo sobre este Autor ser desmesuradamente maior do que os demais capítulos reservados aos outros colaboradores das *Memorias de Litteratura Portugueza*, pois rubricou 14 *Memorias*, igualmente trabalhos com uma dimensão assinalável.

Com apenas 11 anos, um tio materno chama-o para o Rio de Janeiro, iniciando os seus estudos no Seminário de Nossa Senhora da Lapa, aí cursando Filologia e Humanidades, sob o magistério jesuíta. Em 1764, regressou a Portugal e matriculou-se na Universidade de Coimbra, tendo concluído, com louvor, a licenciatura de Direito Canónico. Alcançaria o grau de Doutor [1771] e, de seguida, nomeado opositor às cadeiras daquela Faculdade. Estabelecida a reforma pombalina dos estudos universitários em 1772, era promovido a uma das becas na Ordem de Santiago no Real Colégio das Ordens Militares, por carta patente de D. José I, assim como governador das mesmas Ordens nesse ano.

Em 1777, seguiu-se a escolha para Bibliotecário da Universidade de Coimbra, cargo recentemente criado. Por decreto de 31 de Agosto de 1779, foi despachado lente substituto da Faculdade de Cânones e, em 1782, ordenado lente efectivo na cadeira de «Direito Natural». Em 1788, seria chamado à Corte, *para negocio do real serviço* e nomeado deputado da Junta da Revisão e Censura. Por decreto de 10 de Novembro de 1789, foi despachado como juiz desembargador da Casa da Suplicação. Por outro decreto de 19 de Janeiro de 1790, promovido ao lugar de lente proprietário da primeira cadeira de

Esteves – *O pensamento político em Portugal no século XVIII*. António Ribeiro dos Santos, INCM, Lisboa, 1983; MOTA, Luís Carlos Martins de – «A ‘Minuta para o regimento da Biblioteca da Universidade de Coimbra’ de António Ribeiro dos Santos: algumas notas para o seu enquadramento histórico-cultural», in *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Actas do Congresso “História da Universidade”, vol. II, Comissão Organizadora do C. H. U., Coimbra, 1991, pp. 197-228.

«Sintética das Decretais» e comissário-geral dos Estudos na repartição da Corte e província da Estremadura.

Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, recebeu a ordem sacra de sub-diácono [1790], antes de ser nomeado cônego para a Sé de Viseu. Ainda nesse mesmo ano, ocupou o lugar de juiz desembargador de Agravos da Casa da Suplicação e, em 1793, na conezia doutoral da Sé de Viseu. Foi ainda nomeado deputado do Santo Ofício, censor régio e cronista da Casa de Bragança, ostentado um currículo invejável.

Tendo sido criada a Biblioteca Pública de Lisboa em 1796, foi o primeiro bibliotecário-mor², nomeado por decreto régio a 4 de Março desse ano. Deputado da Junta da Casa de Bragança, em 1800, foi trasladado da conezia doutoral de Viseu para a respectiva conezia na Sé de Faro. De seguida, foi nomeado deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos; em 1802, deputado da Junta para a organização do Código Penal Militar, sendo promovido a deputado da Mesa da Consciência e Ordens por decreto de 13 de Maio. Em 1804, foi transferido da conezia doutoral de Faro para a Sé metropolitana de Évora, sempre com precedência de concurso na Universidade. Em 1805 recebeu o diploma de sócio da Academia Celta de Paris e, em 1809, era nomeado deputado da Junta da Bula da Cruzada. De toda esta listagem, ainda que diminuta, se pode deduzir a biografia multifacetada e elevadamente profícua de António Ribeiro dos Santos.

Numa época marcada por um forte sentimento anti-judaico, estas polémicas *Memorias* apresentavam-se com um carácter extremamente inovador e ainda não isentas de perigos³, nomeadamente para o seu Autor, com ligações ao aparelho do Santo Ofício. Em boa verdade, António Ribeiro dos Santos, intelectual de primeira craveira, tomou a

² DOMINGOS, Manuela – *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*, «Estudos», n.º 1, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1996, pp. 43-45.

³ Sobre estas *Memorias*, ver *Testemunhos do Judaísmo em Portugal*, direcção científica de M.ª Helena Carvalho dos Santos, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1999, pp. 93-95.

iniciativa de reabilitar a memória cultural e literária do povo hebraico, defendendo que nunca renegou a pátria e a *portugalidade*, apesar de todas as perseguições e vexames, fazendo recordar a mesma linha intelectual do Padre António Vieira⁴ nos meados do século XVII.

Pretendeu, de algum modo, revogar as [supostas] “culpas” da elite intelectual judaica ibérica, mormente a elite judaica nacional, a qual se encontrava na dianteira do pensamento teológico europeu e que a Inquisição quase eliminou, embora não refira explicitamente tal organismo eclesiástico. Admirador confesso da cultura judaica, António Ribeiro dos Santos evidenciou o domínio quase total dos judeus portugueses na Literatura Sagrada, o seu contributo monumental nos campos da Filosofia, da Botânica, da Medicina, da Astronomia e da Cosmografia, tal como na Gramática ou na Literatura, entre outros saberes:

O Povo Judaico, que em todos os tempos se consagrou com muito ardor á lição, e meditação dos Livros Santos⁵, e dedicou sempre ao estudo das letras huma grande parte de seus individuos, não se pôde haver por ignorante e barbaro, como muitos tem julgado. Quando não houvesse esta razaõ, e muitas outras abonadas provas de grande applicação, e saber dos Hebreos, bastariaõ as muitas obras, que elles tem escrito em diversos tempos, e em diversas materias, maiormente de Litteratura Sagrada, para entendermos, que elles sempre conserváraõ entre si hum rico deposito de muita erudição, e doutrina⁶.

⁴ Entre outra bibliografia, v. VIEIRA, P.^e António – *Em Defesa dos Judeus*, organização, introdução e notas de António Carlos Carvalho, Contexto Editora, Lisboa, 2001.

⁵ Para todas estas questões: ATTIAS, Jean-Christophe, e BENBASSA, Esther – *Dicionário Temático Larousse. Civilização Judaica*, tradução de Gemeniano Cascais Franco, Larousse/Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

⁶ No campo da doutrina, sugerimos SANTOS, José dos – *Bibliografia da Literatura Clássica Luso-Brasílica... seguida de uma resenha bibliográfica da literatura luso-judaica...*, Livraria Lusitana, Lisboa, 1916.

Entre todos porém, os que mais se extremáram foraõ por certo os Judeos Espanhoes, e Portuguezes, mui dados em tempos antigos a todo o genero de letras humanas e divinas⁷. E por fallar dos Judeos Portuguezes, que são os unicos, [...] em mui grande obrigação lhes estamos pelo muito, que concorrêrão para o estabelecimento dos estudos em Portugal⁸; porque em verdade lhes devemos em muita parte os primeiros conhecimentos da Filosofia, da Botanica, da Medicina, da Astronomia, e da Cosmografia; os primeiros rudimentos da Grammatica da Lingua Santa, e quasi todos os estudos da Litteratura Sagrada, que entre nós houve antes do Seculo XVI., e o que muito contribuiu para se espalharem, e adiantarem os nossos conhecimentos, a introduccão, ou polimento da Typografia Portugueza, maiormente Hebraica⁹, com que naquelles tempos começámos de competir com as mais adiantadas nações de Italia, e de Alemanha¹⁰.

Nas suas indagações sobre a presença da comunidade judaica em Portugal, o Autor focaria que, sob o domínio muçulmano, os judeus gozaram certamente de uma paz relativa. Detentores de uma actividade comercial, científica e literária notáveis, deve-se-lhes, assim como aos ocupantes muçulmanos, a preservação e a divulgação da litera-

⁷ TAVARES, M.^a José Pimenta Ferro – *A berança judaica em Portugal*, Correios de Portugal, Lisboa, 2004.

⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto – «Subsídios para um estudo da influência da língua hebraica no idioma português», separata de *Biblos*, n.º 68 [s. n.], Coimbra, 1992, pp. 109-128.

⁹ Adiante focaremos as questões ligadas à tipografia portuguesa desenvolvidas pelo Autor: «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1814, pp. 1-76; «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XVI», vol. VIII, Parte Primeira, pp. 77-147.

¹⁰ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes, desde os primeiros tempos da Monarquia até os fins do Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 236-237.

tura clássica e da filosofia aristotélica na Europa, como patente na “Academia dos Rabbanim” lisboeta, que António Ribeiro dos Santos menciona. Após a Reconquista, os serviços judaicos continuaram a ser apreciados pelos monarcas da Península, que os protegiam, mas embora sujeitos ao seu arbítrio.

Há notícia da presença judaica no actual território português desde o século VI d. C., visível em inscrições funerárias encontradas no Algarve. Na Idade Média, os judeus eram numerosos em Portugal e, aquando da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques [1147], a cidade possuía uma comunidade significativa. Os judeus agrupavam-se em “comunhas” administradas por um *arrabi*, relacionando-se com o poder régio, do qual dependiam quase totalmente, por intermédio de um *arrabi-mor*. A justiça era aplicada de acordo com a lei hebraica, mas respondiam perante juizes cristãos, caso se tratasse de matéria criminal. Durante a primeira dinastia usufruíram de alguma tranquilidade, se bem que lhes fosse interdito o exercício de cargos públicos. D. Pedro I ordenou a vedação dos seus bairros – as *judiarias* –, ao contacto com os bairros cristãos, em que as mais significativas do país se encontravam em Lisboa, Porto, Lamego, Guarda, Évora e Santarém. Por outro lado, os judeus eram sujeitos a tributos pesados e a várias imposições, tais como o pagamento dos dízimos à Igreja.

Devido às circunstâncias precárias do seu quotidiano, sujeitos a perseguições por motivos raciais, religiosos e económicos, os judeus dedicavam-se a actividades que não dependessem da propriedade imobiliária. Na sua esmagadora maioria, eram mercadores, usurários, médicos, astrónomos/astrologos e exerciam os ofícios de ourives ou alfaiate, entre outros. Aos judeus e ao seu sistema bancário recorriam os vários corpos da nação e membros de todas as classes, provindo daí o seu peso decisivo na economia nacional, suscitando ódios e invejas generalizadas em todo o tecido social, como o próprio Gil Vicente recordava.

A integração dos judeus continuava a ser uma questão problemática, registando-se uma existência contínua de incidentes entre judeus e cristãos. Em 1480 era introduzida a Inquisição em Espanha [instaurada entre nós em 1536] e, em 1492, ordenada a expulsão dos judeus de Espanha pelos Reis Católicos¹¹. Os indivíduos que recusaram a conversão conseguiram, em parte, emigrar, tendo Portugal recebido cerca de 60 000 pessoas, enquanto outros grupos deslocaram-se para o norte de África ou o norte da Europa. Quatro anos mais tarde, D. Manuel I ordenou novamente a sua expulsão, com excepção dos que aceitassem converter-se, dificultando a saída dos convertidos, medida que procurava salvaguardar os meios financeiros necessários ao reino. Destas conversões, muitas delas forçadas, surgiria a figura do «cristão-novo», em contraste com o «cristão-velho».

Aqui teve origem o fenómeno do *criptojudaísmo*: se alguns, de facto, se tornaram cristãos, outros mantiveram as práticas judaicas em segredo. Estes são os chamados «marranos» ou *criptojudeus*. O seu judaísmo, reduzido a um culto familiar, secreto, sem rabinos, sinagogas, livros ou escolas assumiria contornos muito particulares. Transmitidos oralmente de geração em geração, alguns preceitos mosaicos perderam-se e outros seriam notoriamente alterados. Será preciso aguardar pelo governo pombalino para que seja decretado o fim da diferença jurídica entre «cristãos-velhos» e «cristãos-novos» [1774], se bem que o Tribunal do Santo Ofício só será extinto [1821] após a Revolução Liberal:

Da Escola dos *Rabbanim*¹² fôraõ discipulos em particular os
nossos Judeos Portuguezes nos primeiros tempos da Monarquia;

¹¹ LEROY, Béatrice – *A Espanha dos Torquemada. Católicos, Judeus e Convertidos no Século XV*, tradução de Catarina Horta Salgueiro, «Inquérito História», n.º 4, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1998.

¹² COSTA, Isaac da – *Israel and the Gentiles. Contributions to the History of the Jews from the earliest times to the present day...*, James Nisbet and Co., Londres, 1850,

nella hiaõ aprender a Sciencia Biblica, Talmudica, e Rabbinica¹³, em que fizeraõ maravilhosos progressos, propagando muito estes estudos pelas suas Judarias, e Synagogas, que já desde tempos antigos haviaõ levantado por diversas partes deste Reino.

Foi muito nomeada a Academia, que elles tinhaõ em Lisboa, que parece haver estado á principio no Bairro da Pedreira entre a Igreja do Carmo, e a da Trindade, e mudar-se depois para o Bairro da Conceição¹⁴. A ella concorria hum grande número de Judeos Nacionaes, e Estrangeiros; e della sahíraõ os maiores Mestres dos Judeos, que tivemos em tempos passados, e as mais eruditas e elegantes obras, que entaõ se escrevêraõ de Litteratura Sagrada.

A tolerancia, que os Judeos acháraõ em nossos Principes¹⁵, e o particular favor, e accolhimento, que lhes fizeraõ os Senhores Reis D. Affonso II. D. Sancho II. D. Diniz, D. Pedro I. D. João I. D. Affonso V., e ainda o Senhor Rei D. João II. nos primeiros annos de seu governo, folgado tempo lhes deu para poderem trabalhar com repouso de espirito no estabelecimento de suas Escolas, e na cultura dos estudos de sua Lei.

A Academia de Lisboa recebeo grande augmento com a vinda de innumeraveis Judeos de Espanha a estes Reinos em diversos tempos, maiormente nos dous Reinados dos Senhores Reis D. João I., e D. João II. por occasiaõ das persiguições, que tiveraõ em Aragoã, e Castella, e pela expulsão, e desterro de 1492, que

pp. 256-257; CRASTO, António Serrão de – *Os Ratos da Inquisição* seguido de *A Francisco de Mezas*, prefácio de Camilo Castelo Branco, Frenesi, Lisboa, 2004, p. 13.

¹³ *Antologia da Historiografia Portuguesa. I – das origens a Herculano*, organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques, 2.ª edição, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1974, p. 218.

¹⁴ FERREIRA, João Palma – *Literatura Portuguesa. História e Crítica*, vol. I, INCM, Lisboa, 1985, p. 32.

¹⁵ MUCZNIK, Esther – «Anti-Semitismo. Uma velha questão, sempre actual», in *Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal*, coordenação de António Marujo e José Eduardo Franco, Temas & Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2009, pp. 50-59.

depois fulmináráo contra elles os Reis Fernando, e Isabel¹⁶. Póde-se dizer, que desde esta ultima época até o anno de 1497. se achava refugiada, e domiciliaria entre nós a Litteratura Talmudica, e Rabbinica de quasi toda a Espanha¹⁷, isto he, a maior parte, não só dos Mestres mais sabios da Nação, mas tambem dos Codigos públicos assim Mss., como impressos da Synagoga, e de muitos outros particulares do uso domestico dos Judeos de toda a Espanha¹⁸.

António Ribeiro dos Santos dedicaria parte substancial do seu esforço de investigação aos manuscritos religiosos e às traduções bíblicas. É visível o maior apreço pela tradição judaica, embora não deixasse de a criticar em pormenores teológicos que considerava como “anti-cristãos” e outras deficiências epistemológicas. É bem conhecida a intervenção de uma elite intelectual judaica na preservação de manuscritos e nos comentários bíblicos na Península Ibérica. Tal acepção seria um motor de propulsão para o Saber ao longo de toda a Idade Média, fornecendo cooperações enormes para a fundamentação das línguas vernáculas peninsulares. Detentora de inúmeros manuscritos, a comunidade judaica era uma transmissora indispensável do conhecimento clássico, quer fosse na vertente grega, latina e árabe, sem nunca descurar o cultivo das Letras hebraicas. Este era um predicado fundamental para o pensamento religioso cristão, pese o forte anti-semitismo [sempre] presente ao longo de inúmeras gerações.

¹⁶ CARVALHO, António – *Os Judeus do Desterro de Portugal*, Quetzal Editores, Lisboa, 1999.

¹⁷ PAULO, Amílcar – *A Dispersão dos Sephardim, judeus hispano-portugueses*, Nova Crítica, Porto, 1978.

¹⁸ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memória da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes, desde os primeiros tempos da Monarquia até os fins do Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 252-253.

Será a comunidade judaica igualmente responsável pela introdução da imprensa em território nacional, por via das relações com as comunidades castelhanas, por sua vez ligadas às sociedades além-Pirenéus, assunto que estudaremos adiante. Aliando o conhecimento religioso com a inovação técnica, não descurando o trabalho dos comentadores e copistas judaicos, era expectável que os primeiros incunábulo tenham sido de essência religiosa e fundamentados no riquíssimo acervo da comunidade judaica:

Naõ só havia entre os Judeos muitos, e mui apurados Mss. Biblicos dos textos Originaes, mas taõ-bem trasladações¹⁹, que delles se haviaõ feito em Linguagem vulgar de Espanha; porque depois que os seus sabios haviaõ dado licença para que os Livros Sagrados se escrevessem em Grego, por ser a Lingua mais perfeita, e usada, que entaõ havia; a mesma licença se julgou depois applicavel á lingua Espanhola muito cursada naquelles tempos; e era já costume, ou antes obrigação terem os Judeos hum exemplar da Biblia²⁰ na Lingua vulgar do paiz, em que habitavaõ.

Assim entre os Judeos Portuguezes, e Espanhoes corriaõ algumas Traducções para uso da Synagogas, e instrucção particular de cada hum: entre as quaes mui nomeadas eraõ em tempos antigos as Trasladações Espanholas de R. Kimchi²¹, e de R. Abraham Aben Hefra²².

¹⁹ Entre outras referências, v. DíEZ MACHO, Alejandro – *Manuscritos hebreos y arameos de la Biblia. Contribución al estudio de las diversas tradiciones del texto del Antiguo Testamento*, Institutum Patristicum Augustinianum, Roma, 1971; TAVARES, A. Augusto – «Manuscritos hebraicos na Torre do Tombo», separata de *Disdalakia*, n.º 11 [s. n.], Coimbra, 1982, pp. 379-393.

²⁰ *Bíblia de Cervera*, texto copiado por Samuel Ben Abraham Ibn Nathan e iluminado por Josef Asarfati, manuscrito microfilmado, c. 1299-1300.

²¹ «Rabbi David Kimchi», in *A New and General Biographical Dictionary...*, vol. VI, Londres, 1795, p. 420.

²² *Idem, ibidem*.

A caso corriaõ ellas taõbem entre os Christaõs, que isto daria occasiaõ á Constituiçaõ Pragmatica²³, por que D. Jayme Rei de Aragaõ prohibio em 1233. as traducçõs da Biblia em Espanhol²⁴, mandando-o assim publicar no Concilio de Çaragoça que se ajuntou no mesmo anno.

D'estas antigas Traducçõs talvez se tirou a trasladaçaõ do Pentateuco²⁵ que se imprimio em Veneza em 1497. em Constantinopla em 1457, e 1552. a qual foi anterior à ediçaõ da Biblia Espanhola de Ferrara²⁶; esta mesma Biblia Ferraresca foi trabalhada sobre aquellas antigas versões²⁷ [...].

Entre as personalidades mais proeminentes da comunidade judaica renascentista refira-se o rabi Isaac Abravanel [1437-1508], oriundo de uma família com raízes antiquíssimas na Península Ibérica. O seu pai, Yehuda, era tesoureiro-mor e um dos favoritos de D. Afonso V. Ao comentar os autores judaicos que versaram sobre matérias religiosas, António Ribeiro dos Santos dedicou um olhar especial ao maior expoente judaico português no século XV – Isaac Abravanel²⁸.

No reinado de D. João II, abandonou o reino por motivos políticos, seguindo em direcção a Espanha, onde permaneceu entre 1484

²³ *Biblia romanceada. Biblioteca Nacional de Madrid, Ms. 10.288*, estudio, edición y notas de Francisco Pueyo Mena, Hispanic Seminary of Medieval Studies, Nova Iorque, 1996, p. XI.

²⁴ GOMES, António Dias – *Tradução Poliglota da Bíblia*, Análises, Lisboa, 1958.

²⁵ *Hebraicus Pentatbeuchus Latinus Plané...*, Officina Iustiniana, Veneza, 1551.

²⁶ *Biblia de Ferrara*, prefácio de Iacob Hassan, tradução de Abraão Usque, Sociedad Estatal Quinto Centenario, Madrid, 1992 [fac-simile da edição de 1533].

²⁷ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes, desde os primeiros tempos da Monarquia até os fins do Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 268-270.

²⁸ Chamamos a atenção para as variantes linguísticas de «Abravanel»: Abarbanel, Abarbinel, Abrabaniel, etc. «Isaac Abravanel», in *The Jewish Encyclopedia*, edited by Isidore Singer, vol. I, Ktav Publishing House, Nova Iorque, 1901, pp. 126-128; CARVALHO, Joaquim de – «Uma epístola de Isaac Abarbanel», separata da *Revista de Estudos Hebraicos*, n.º 1 [s. n.], Lisboa, 1928.

e 1493 ao serviço da Coroa. Dirigindo-se depois para Nápoles, serviu a família reinante até 1495. Depois de Apúlia, instalou-se, finalmente, por Veneza em 1503, onde morreu em 1508. Foi o pai do conhecido filósofo Leão Hebreu [Judah Abravanel, 1465-1535]. Conceituado estadista, desempenhou um papel decisivo nas relações diplomáticas portuguesas, sendo uma das figuras mais importantes do judaísmo quinhentista. É considerado o último representante de uma linhagem de líderes e heróis judeus da *Idade de Ouro* em Espanha.

Profecto douto do Cristianismo, com incidência no pensamento de São Tomás de Aquino [1225-1274], Isaac Abravanel privilegiava o sentido literal na interpretação bíblica, embora admita também a exegese alegórica. Na controvérsia sobre a importância da Razão e da Fé no conhecimento, deu preferência a esta última postura. A Razão é necessária, mas pode enganar-se, devendo submeter-se à Fé e à palavra revelada na Bíblia. Desta perspectiva, aceita e defenderá uma interpretação messiânica da História, que culmina na vitória do povo de Israel, *eleito* por Deus. A História e o tempo só existem na ligação ao *eterno*, a Deus. Abravanel opôs-se ao averroísmo, negando a eternidade do mundo. Considerava a criação do mundo um perfeito mistério a que a Razão não pode aceder, pelo que só a graça divina pode conceder tal entendimento, sempre por via da Revelação:

R. Isaac Abarbanel. Este foi o que deu mais claro nome, e honra á Litteratura Talmudica, e Rabbinica do Seculo XV.²⁹, e he ainda hoje hum Mestre, de que muito se preza a Synagoga. Por este titulo, e mui particularmente por suas muitas, e mui doughtas obras assás merece, que d'elle fallemos aqui mais largamente do que os outros.

²⁹ STRACK, Herman, e STEMBERG, Gunter – *Introducción a la Literatura Talmúdica y Midrásica*, edição espanhola preparada por Miguel Pérez Fernandez [s. n.], Valencia, 1988.

Foi Abarbanel natural de Lisboa aonde nasceu em 1437., e era descendente, seguindo diziaão os Judeos, da alta geração de Jessé de Bethleém, e da Real Casa de David pela nobilissima, e antiquissima familia dos Abarbaneis. Foi seu Pai Judas Abarbanel³⁰, e seu avô Samuel Abarbanel³¹. Teve huma vida alternada de iguaes honras, e desgraças. A principio viveo em grande bonança, e luzio muito na Côrte do Senhor Rei D. Affonso V.; este Principe estimou-o muito por seus talentos políticos, e o fez seu Conselheiro³²; e tamanha era a confiança, que nelle tinha, que não havia negocio grave, maiormente de guerra³³, em que o não ouvisse; pelo que o empregou muitas vezes em cargos de importancia, e o enobreceo com muitas honras. Não teve tão boa estrella com o Senhor Rei D. João II. seu filho, e successor; porque posto que a principio fosse delle muito estimado, decahio em fim de sua graça pelas tramas dos Cortezãos seus inimigos, e foi privado de seus Cargos, começando de correr grandes tormentos. Pelo que se vio necessitado a fugir para Castella de idade de 45. annos³⁴.

Em Castella foi recebido, e prezado de todos os Hebreos; teve grande trato, e communicação no tocante aos Estudos da Lei com o Rab. Isaac Aboab³⁵, e contrahio mui estreita amizade com Abraão Senior, que o tomou por companheiro na massa das

³⁰ «Judas Abravanel», in *Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Mercadores e Gente de Trato*, direcção científica de A. A. Marques de Almeida, Campo da Comunicação, Lisboa, 2009, p. 44.

³¹ TAVARES, M.^a José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I, FCSH-UNL, Lisboa, 1982, pp. 223, 456.

³² AMÍLCAR, Paulo – «Don Isaac Abravanel: Almoxarife e Rabi-Mor de Portugal», separata de *Amigos de Bragança* [s. n.], Bragança, 1972.

³³ GOMES, Saul António – *D. Afonso V, «Reis de Portugal»*, vol. XII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006, p. 140.

³⁴ *Isaac Abravanel: Six Lectures*, Paul Goodman, et al., University Press, Cambridge, 1937.

³⁵ GROSS, David – *The Jewish People's Almanac*, Doubleday, Nova Iorque, 1981, p. 124.

Rendas Reaes, de quem era Almoxarife. Desta maneira começou elle a figurar tanto na Côrte de Fernando, e Isabel, como havia figurado na de Portugal. Por fim a cabo de 10. annos foi forçado a sahir-se de Espanha pelo Edicto de 1492³⁶, publicado contra os Judeos, e se passou com sua mulher, e filhos para Napoles. Alli achou grandioso acolhimento na Côrte de Fernando I., e de Affonso II. seu filho, que muitas honras lhe fizeraõ, e o houveraõ em muita estima, como grande homem, que era; porém quando Carlos VIII. Rei de França tomou Napoles, foi elle obrigado a passar-se a Missena em Sicilia seguindo a fortuna de Affonso despojado da Corôa; depois se transportou para Corsega; e dalli a pouco tempo voltou á Italia³⁷, e fixou seu domicilio em Monopoli na Provincia de Bari na Apulha. Foi depois para Corfú, e por fim veio habitar em Veneza para ajustar as differenças que havia entre a Republica, e a Corôa de Portugal sobre a navegação das especiarias, de que havia ficado encarregado; o que compoz com grande acceitação de ambas as Côrtes. Alli morreo em 1508. de 71. annos de idade, e foi levado para Padua, e sepultado com luzida pompa³⁸.

Os Judeos daõ-lhe o titulo de *homem illustre, de erudito, de Sabio*, e de *Theologo incomparavel*; e o fazem igual em sabedoria ao famoso Maimonides³⁹, e na opiniaõ de muitos ainda maior do que elle. E na verdade foi este homem dotado de hum espirito claro, e penetrante, de huma imaginaçaõ viva, e fecunda, de hum

³⁶ DAVID, Raphael – *The Alhambra Decree*, Carmi House Press, North California, 1988, p. 163.

³⁷ DI LEONI, Aron – *Nuove Notizie sugli Abravanel*, La Giuntina, Firenze, 1997.

³⁸ Talvez a melhor obra sobre esta individualidade: NETANYAHU, Benzion – *Don Isaac Abravanel. Statesman & Philosopher*, 5.th edition, The Jewish Publication Society of America, Philadelphia, 1998, pp. 85-87.

³⁹ REINES, Alvin Jay – *Maimonides and Abrabanel on Prophecy*, Hebrew Union College Press, Cincinnati, 1970; KELLNER, Menachem Marc – *Dogma in medieval Jewish thought from Maimonides to Abravanel*, Oxford University Press, Oxford, 1986, pp. 183-184.

discernimento profundo, e apurado, de huma locução brilhante, e facil⁴⁰; era naturalmente trabalhador, e dado a mui altos estudos de toda a Theologia, e erudição Sagrada⁴¹ com hum ardor infatigavel de grandes vigílias; [...].

O defeito mais capital, que se lhe nota, he o intranhavel odio, que mostra ter ao Christianismo, aproveitando toda a occasião de o accommetter, e desacreditar, como se vê nos *Commentarios aos Profetas Posteriores*, e no *Commentario a Daniel*⁴², que todos são obras anti-christãos⁴³; o que elle fez parte movido de hum falso zelo de sua propria Religião; parte estimulado das perseguições, que elle, e seus irmãos haviaõ soffrido dos Christãos. Com tudo assim mesmo deu a nosso favor dous grandes testemunhos, de que muito nos podemos servir contra os mesmos Judeos; o primeiro he o juizo, que elle fez da *Tholedoth Jescu* reprovando esta obra infame, que se havia escrito contra Jesu Christo; o segundo foi a opiniaõ, que seguio, de que Deos não havia retardado por peccados do povo a Epoca promettida da vinda do Messias; doutrina, que se oppoem directamente á que hoje leva o commum dos Judeos⁴⁴.

Homem de vasta cultura e receptivo à modernidade prometida pelas Luzes, António Ribeiro dos Santos dedicou-se aos estudos

⁴⁰ *Isaac Abravanel*, textes choisis, traduits de l'hebreu, annotés et précédés d'une présentation par Jean-Christophe Attias, Cerf, Paris, 1992.

⁴¹ LAWEE, Eric – «Isaac Abarbanel: from Medieval to Renaissance Jewish Biblical Scholarship», in *Hebrew Bible/Old Testament. The History of its Interpretation*, edited by Magne Saebo, Vandenhoeck & Ruprecht, Gottingen, 2008, pp. 190-215.

⁴² SIRAT, Colette – *A History of Jewish Philosophy in the Middle Ages*, Cambridge University Press/Editions de La Maison des Sciences de L'Homme, Paris, 1990, pp. 393-398.

⁴³ BORODOWSKI, Alfredo Fabio – *Isaac Abravanel on miracles, creation, prophecy, and Evil: the tension between medieval Jewish Philosophy and biblical commentary*, Peter Lang Publishing, Nova Iorque, 2003, pp. 181, 213.

⁴⁴ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memória da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes, desde os primeiros tempos da Monarquia até os fins do Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 287-292.

linguísticos, mas foi na historiografia que mais se salientou. Legou-nos inúmeros estudos sobre a literatura sacra hebraica, as origens e os avanços da poesia, a história das matemáticas ou a evolução da tipografia em Portugal. É vastíssimo o rol de obras impressas e manuscritas da sua lavra, em grande parte ainda inéditas, revelando um conhecimento bibliográfico profundíssimo, manifesto na profusão de notas e adendas dos seus contributos nas *Memorias de Litteratura Portugueza*.

Terminada a primeira parte da *Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes*, escutemos António Ribeiro dos Santos nas suas indagações repartidas nas várias partes [ou *Memorias*], cada uma compreendendo um século. A intelectualidade judaica, tal como o Autor defendeu, foi um elemento fundamental na evolução cultural portuguesa desde a Idade Média até à transposição para a Idade Moderna. Urgia, em finais do século XVIII, reabilitar este segmento ostracizado da sociedade portuguesa, ainda para mais em fase de renovação do espírito científico motivado pela criação da Academia Real das Ciências de Lisboa. Daí se depreende a evocação e defesa do pensamento judaico, muito além da Literatura Sagrada, porventura uma exigência elementar para o avanço e projecção do meio científico na Europa, no norte da América e no Brasil.

*

No prosseguimento dos trabalhos de investigação [e reabilitação] dos intelectuais judeus portugueses, mais concretamente na *Memoria* dedicada aos estudos da Literatura Sagrada no século XVI, António Ribeiro dos Santos denunciou veemente um dos períodos mais conturbados da Diáspora ibérica. A conjuntura vivida em Espanha, pelo menos a partir dos meados do século XIV, prenunciava o destino fatal para os judeus portugueses. Com o início da actividade inquisitória [1478], o terror e a perseguição atingiram fortemente a

comunidade judaica de Espanha. Temendo pela sua sorte, vários milhares de pessoas converteram-se apressadamente, enquanto outras buscaram refúgio em Portugal e noutras paragens.

Com a ascensão de D. Manuel I ao trono português [1495], os judeus castelhanos seriam libertados. Todavia, o contrato de casamento com D. Isabel, filha dos Reis Católicos, incluía uma cláusula exigindo a expulsão dos hereges, mouros e judeus do território português. O monarca tentou que a princesa reconsiderasse, já que necessitava dos capitais e conhecimentos técnicos dos judeus para o desenvolvimento de Portugal, mas seria tudo em vão. Em 5 de Dezembro de 1496, D. Manuel I assinou o decreto de expulsão dos hereges, concedendo-lhes um prazo até 31 de Outubro de 1497 para deixar Portugal. Aos judeus, permitiu que optassem pela conversão ou desterro, na esperança que muitos se baptizassem, ainda que apenas *pro forma*.

Os judeus, no entanto, não se deixaram convencer e na sua maioria resolveram abandonar o país. D. Manuel ordena, por conseguinte, o encerramento de todos os portos para impedir a fuga, à excepção do porto de Lisboa. Foi ali que se concentraram cerca de 20 000 judeus, que aguardavam transporte para abandonar o país. Em Abril de 1497, manda sequestrar as crianças judias menores de 14 anos, para serem criadas por famílias cristãs, gerando enorme violência. Em Outubro de 1497, os que ainda assim resistiram à conversão foram arrastados até à pia baptismal pela população, incitada por clérigos fanáticos e com a complacência das autoridades.

Para os judeus portugueses, o *pogrom* de Lisboa [Abril 1506] foi o culminar da violência e da intolerância. Iniciava-se uma nova diáspora judaica, tendo alguns grupos rumado para o norte da Europa, onde fundaram comunidades nos Países Baixos e na Alemanha. Outros grupos dirigiram-se para o sul da França e a Inglaterra. Alguns judeus preferiram o Médio Oriente, tendo sido relativamente bem recebidos pelos turcos otomanos. Segundo o Autor, estes

acontecimento alteraram verdadeiramente a sociedade multicultural existente em Portugal: a expulsão dos judeus e o consequente desaparecimento das judiarias e dos seus habitantes, acarretou repercussões sérias na vida intelectual nacional:

Este Seculo não foi muito favoravel [século XVI] á seus estudos; as tristes desventuras, que haviaõ já começado nos fins do Seculo XV. contra os Judeos⁴⁵, desde que Abarbanel se retirou de Portugal para Castella⁴⁶, e maiormente desde o edicto⁴⁷ do Senhor Rei D. Manoel de 1497. continuaraõ no Seculo XVI. de maneira, que muitos dos mesmos, que cá tinhaõ ficado, se viraõ obrigados a sahir de sua Patria, e a vagar desterrados, e foragidos por muitas, e mui diversas partes do mundo⁴⁸; o que lhes não deixou repouso, e quietação necessaria para trabalharem nos estudos de Litteratura Sagrada, como podéraõ em tempos assocegados, e de mais ventura. Com tudo no meio das lidas, e afflicções de seu desterro nunca deixáraõ de os cultivar com muito ardor⁴⁹, [...].

No arranque da actividade tipográfica, mais de metade dos incunábulos impressos em Portugal seriam compostos em caracteres hebraicos. A protipografia judaica⁵⁰ não foi um mero episódio de

⁴⁵ BALLESTEROS, Carmen, e RUAH, Mery – «A expulsão dos judeus portugueses. Erro ou equívoco?», in *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*, Edições Colibri, Lisboa, 2004, pp. 21-39.

⁴⁶ *Isaac Abravanel: Letters*, edition, translation and introduction by Cedric Cohen Skalli, Walter de Gruyter, Berlin, 2007.

⁴⁷ «Que os Judeus e Mouros forros se saiam destes Reynos, e nom morem, nem estem nelles», in *Ordenações Manuelinas*, livro II, tit. XLI, pp. 212-214.

⁴⁸ PAULO, Amílcar – *A Dispersão dos Sephardim: judeus hispano-portugueses*, «Biblioteca Nova Crítica», n.º 10, Editora Nova Crítica, Lisboa, 1978.

⁴⁹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, p. 354.

⁵⁰ HEITLINGER, Paulo – *Tipografia. Origens, formas e uso das letras*, Dinalivro, Lisboa, 2006.

importância técnica secundária, foi uma contribuição essencial para o avanço do país, pelo menos, até à expulsão dos judeus, tal como António Ribeiro dos Santos evocava. A cultura judaica da Diáspora dedicava aos códices manuscritos a mesma qualidade estética dos *scriptores* medievais cristãos. Existia, portanto, uma base caligráfica magnífica para a protipografia hebraica, o que pode explicar a qualidade gráfica dos outros impressores judeus. Em Faro, Lisboa e Leiria foram impressos incunábulo hebraicos, embora na capital existissem, muito antes das oficinas tipográficas, um *scriptorium* hebraico com uma admirável produção de manuscritos.

Após a expulsão e fatalmente diminuída, a actividade tipográfica judaica portuguesa haveria de vingar noutros pontos da Europa, salientando-se a produção impressora de Ferrara, talvez a mais importante de todas, não omitindo as *officinas* de Sabbioneta, Nápoles, Tessalónica, Constantinopla, entre vários locais na Ásia Menor. Aí haveriam de ser desenvolvidas novas traduções e estudos hermenêutico-religiosos, maioritariamente dedicados às edições bíblicas, fomentados pela difusão tipográfica europeia.

A imprensa foi indispensável para a difusão da cultura e dos valores do Humanismo, mas raramente foi lembrado o seu papel como instrumento de comunicação ao serviço das Coroas europeias e da administração doméstica dos Estados. A Igreja recorreu à tipografia desde a primeira hora, mas a “máquina do Estado” demorou algum tempo a perceber as enormes vantagens da sua aplicabilidade e funcionalidade burocráticas. António Ribeiro dos Santos fundamentou as grandes mudanças do século XV baseado na passagem do texto manuscrito para o suporte impresso, o que permitiria os principais movimentos que marcaram a civilização: o Renascimento, a Reforma/Contra-Reforma e o surgimento da ciência moderna, onde as comunidades judaicas possuíam enorme relevância:

Erigiraõ-se neste seculo Typografias Hebraicas de grande nome, ou levantadas por nossos Judeos Portuguezes⁵¹, ou enriquecidas, e affamadas pela impressaõ de seus livros. Naõ as houve porẽm entre nós; o desterro, a que elles fõraõ condemnados pelo Senhor Rei D. Manoel, e a prohibiçaõ que este Principe fez para que os que cá ficassem se naõ servissem de livro algum Hebraico⁵², [...] forçou os Imprimidores Judeos a levarem para fõra de Portugal as suas Typografias Hebraicas. Nem ainda os mesmos, que cá restáraõ, se animáraõ a trabalhar ao menos na impressaõ de livros Gregos, Latinos, ou Portuguezes; por que o Alvará de 20 de Fevereiro de 1508⁵³; por que o mesmo Senhor havia dado á Jacob Cromberger⁵⁴, e a todos os outros Imprimidores de livros as mesmas graças, privilegios, liberdades, e honras, que haviaõ os Cavalleiros de sua Casa, com condiçaõ, que elles fossem Christãos Velhos sem parte de Judeo⁵⁵, os fez esmorecer de todo, vendo, que naõ podiaõ sustentar a concurrencia destes, e d'outros muitos Imprimidores, que entaõ se estabelecêraõ em Portugal á sombra destes favores, e franquezas⁵⁶.

Assim aquelle Principe, que muito cuidava em promover, e propagar entre nós os livros impressos, ou de *fôrma*⁵⁷, como

⁵¹ ANSELMO, Artur – *Origens da Imprensa em Portugal*, INCM, Lisboa, 1981.

⁵² LIPINER, Elias – *Os baptizados em pé. Estudos acerca da origem e da luta dos cristãos-novos em Portugal*, «Documenta Historica», Vega, Lisboa, 1998, pp. 166-171.

⁵³ Pode consultar-se integralmente a carta de privilégio de D. Manuel I, de 20 de Fevereiro de 1508, pela qual se promove a arte tipográfica em Portugal e nos seus domínios. Cf. *Synopse Chronologica...*, por José Anastácio de FIGUEIREDO, t. I, 1790, pp. 164-166.

⁵⁴ *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. I, p. 365.

⁵⁵ *Documentos para a Historia da Typographia Portuguesa nos seculos XVI e XVII*, por Venâncio DESLANDES, Imprensa Nacional, Lisboa, 1888, p. 12; TAVARES, M.^a José Pimenta Ferro – *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, «Biblioteca de Estudos Universitários», n.º 86, Editorial Presença, Lisboa, 1987, pp. 119-120.

⁵⁶ MARQUILHAS, Rita – «Tipografia», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp. 624-627.

⁵⁷ «Fôrma», in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. IX, pp. 3940-3942.

então lhe chamavaõ, (até determinar, que não pagassem siza, nem dizima os que viessem de fóra do Reino⁵⁸) cortava aos mesmo tempo por estas resoluções de seu gabinete muitos dos progressos da Litteratura Sagrada, dando hum golpe mortal nas Typografias Hebraicas, e privando a Nação do conhecimento, e instrucção de muitos livros uteis dos Hebreos, que por ellas se podiaõ propagar⁵⁹.

Assim que só fóra do Reino he que devemos procurar neste seculo as Typografias Hebraicas dos Judeos Portuguezes⁶⁰, que muitas erigirão elles em diversas partes de grande concurrencia, e nome.

Foi huma dellas a de Ferrara⁶¹ em Italia. Para esta Cidade se haviaõ trespassado com suas familias muitos Judeos Portuguezes, e entre elles o famoso Duarte Pinhel⁶², e os trez insignes varões Salomão Usque Paí⁶³, e seus filhos Abrahaõ⁶⁴, e Samuel Usque⁶⁵.

Abrahaõ Usque alli erigio huma Typografia mui abastada de caracteres não só Hebraicos, mas tambem Latino-Gothicos; e a fez huma das mais ricas, e preciosas officinas de toda a Italia⁶⁶,

⁵⁸ Cf. *Synopse Chronologica...*, pp. 164-166.

⁵⁹ ROCHA, João L. de Moraes – *O Essencial sobre a Imprensa em Portugal*, «Coleção Essencial», n.º 45, INCM, Lisboa, 1998.

⁶⁰ ANSELMO, Artur – *História da Edição em Portugal*, vol. I, Lello & Irmão, Porto, 1991, p. 135.

⁶¹ Sobre a população judaica portuguesa em Ferrara, v. CARVALHO, António – *Os Judeus do Desterro de Portugal*, pp. 58-60. Deixo aqui os meus agradecimentos ao Autor pelas suas palavras de apreço. ZORATTINI, Pier Cesare Ioly – «Ferrara», in *Dicionário do Judaísmo Português*, p. 263; REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – *Os Judeus em Portugal*, vol. II, França Amado, Lisboa, 1928, p. 349.

⁶² «Duarte Pinhel», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, p. 213.

⁶³ Ou Salomão Ibn Usque. Cf. TOMÁS, Aníbal Fernandes – *Boletim de Bibliographia Portuguesa*, vol. I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1879, p. 204

⁶⁴ GOMES, Josué Pinharanda – *História da Filosofia Portuguesa. A Filosofia Hebraico-Portuguesa*, Lello, Porto, 1981, p. 162.

⁶⁵ USQUE, Samuel – *Consolação às Tribulações de Israel*, introdução e comentários de Yosef Hayim Yerushalmi e José Vitorino de Pina Martins, FCG, Lisboa, 1989 [fac-simile da edição de Ferrara, 1553].

⁶⁶ MUCZNIK, Lúcia Liba – «A Imprensa de Ferrara», in *Dicionário do Judaísmo Português*, p. 237.

donde sahíraõ muitos livros Hebraicos, Espanhoes, e Portuguezes
naquelle seculo⁶⁷.

Destacamos dois estudiosos judeus que sobressaíram no século XVI, entre os vários estudos biográficos desenvolvido por António Ribeiro dos Santos: Abraão Zacuto e Elias Montalto, nomes cimeiros desse século.

Abraham bar Samuel Abraham Zacut, conhecido em Portugal por Abraão Zacuto, terá nascido em Salamanca em meados do século XV, onde terá ensinado Astrologia e Astronomia, pois, como sabemos, as duas disciplinas confundiam-se. Não existem certezas sobre o facto de ter estudado e leccionado na Universidade de Salamanca. Teve que se refugiar em Lisboa na sequência do decreto de expulsão dos Reis Católicos, mas existem notícias de que estaria em Portugal em Junho de 1493, ao serviço de D. João II. Cá permaneceu apenas seis anos, uma vez que em 1496 D. Manuel I decretava a expulsão do país de todos os judeus. Refugiou-se em Tunes, no norte de África, tendo viajado depois para a Turquia, vindo a falecer em Damasco posteriormente a 1522. Abraão Zacuto era um astrólogo e astrónomo de engenho reconhecido antes de fugir para Portugal. O crescimento da ciência náutica muito lhe deve, tendo elaborado as primeiras tabelas ou tábuas quadrienais do Sol para a navegação no seu *Almanach Perpetuum*.

Redigido em hebraico sob o título *Hajibur Hagadol*, o *Almanach Perpetuum Celestium Motuum*⁶⁸ é constituído por várias tábuas

⁶⁷ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792, pp. 359-360.

⁶⁸ ZACUTO, Abraão – *Almanach Perpetuum*, introdução de Luís de Albuquerque, «Descoberta do Mundo», INCM, Lisboa, 1986; *Os sucessores de Zacuto. O almanaque na Biblioteca Nacional do século XV ao XXI*, coordenação de Rosa Maria Galvão, BN, Lisboa, 2002; CRESPO, Victor – «Abraão Zacuto e a Ciência Náutica dos Descobrimentos Portugueses», in *Oceanos*, n.º 29, CNCDP, Lisboa, Janeiro-Março de 1997, pp. 119-128.

astronómicas com diversos tipos e objectivos, antecedidas de esclarecimentos sobre o seu uso. Terá sido escrito entre 1473 e 1478, data que é referida pelo autor na sua introdução. Reeditado em Leiria em 1496, foi traduzido do hebreu para o latim e do latim para o castelhano pelo mestre José Vizinho [?-?], médico da corte de D. João II, também astrónomo e um discípulo do autor.

Para além desta obra, sem dúvida a mais marcante, publicou uma crónica intitulada *Livro das Genealogias*, referenciado por António Ribeiro dos Santos, a qual inclui dados autobiográficos, tratados e juízos astrológicos, assim como o *Tratado de las Ynfluencias del Cielo*, estando-lhe anexo *De los eclipses del Sol y de la Luna*, entre outros opúsculos menores. Exilado de Portugal, nunca esqueceria a *pátria temporária* que, apesar de todas as honrarias, o escorraçara:

R. Abrahaõ filho de Schemuel Zacuth⁶⁹, ou Zacuto, Varaõ mui versado na Historia da Naçaõ, e sabio Professor de Astronomia; os Espanhoes o daõ constantemente por Castelhana⁷⁰, mas diversificaõ em assignar-lhe o lugar do nascimento. [...] o que consta com certeza, he que elle foi Professor de Astronomia em Salamanca⁷¹, em Çaragoça, e em Carthagená, e que depois se passou para Lisboa, talvez por 1492. por occasiaõ do desterro dos Judeos de Espanha, ou ainda antes disto, como suspeitamos, e que aqui foi nomeado Astronomo, e Chronista do Senhor Rei D. Manoel⁷²; pela qual razaõ houvemos, que era justo fazer aqui memoria delle.

⁶⁹ «Schemuel Zacuth», in *Bibliotheca Historica. Scriptores de Historia. Hebræorum Sive Iudæorum*, vol. I, Parte Primeira, Heredes Weidmanni und Reichium, Leipzig, 1782, p. 241.

⁷⁰ ALBUQUERQUE, Luís de – «Abraão Zacuto», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, pp. 356-357; IDEM – «Abraão Zacuto», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 1091-1092.

⁷¹ CANTERA BURGOS, Francisco – *El Judío Salmantino Abraham Zacut*, Bermejo, Madrid, 1931.

⁷² BASTO, A. C. de Barros – *Don Abraham Zacuto, rabi, astrónomo, historiógrafo*, Instituto Teológico Israelita, Porto, 1946.

Em Lisboa escreveu elle a sua famosa obra das *Linhagens* com o titulo seguinte:

*Sepher Juchasin*⁷³, ou *Livro das Linhagens*, ou *familias. Constantinopla anno 5326. (de C. 1566) illustrada com notas por R. Samuel Schullans*⁷⁴.

Este livro he por certo huma obra muito erudita, e sabia. Nelle refere a successão, e serie da doutrina desde Moysés até a sua idade, isto he, até o anno 1500., em que trata dos Reis de Israel, e das mais Nações; das Academias dos Judeos de Sorá⁷⁵, e da Pombeditá⁷⁶; dos diversos acontecimentos do Povo Judaico; das tres feitas durante o segundo Templo; dos Escritores Talmudistas mais famosos, e de outras cousas mais. Nesta obra seguio muito os vestigios de R. Abrahaão ben Dior⁷⁷ no livro da *Hakkabala*; ou *Tradição*⁷⁸; [...]

Matok Lannephesc, isto he, *Doçura da alma*⁷⁹. Veneza na officina de João de Gara anno 5367. (de C. 1607.) em 8.º

⁷³ *Collecção dos Principaes Auctores da Historia Portugueza...*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, p. XLII; *The Old and New Testament connected in the History of the Jews and Neighbouring Nations...*, por Humphrey PRIDEAUX, vol. II, Harper & Brothers, Nova Iorque, 1845, p. 9.

⁷⁴ Não conseguimos indagar nenhuma informação sobre este erudito judaico.

⁷⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes, desde os primeiros tempos da Monarquia até os fins do Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, p. 238.

⁷⁶ *Idem, ibidem*.

⁷⁷ ROSE, Hugh James – «Abraham ben Dior», in *A New General Biographical Dictionary...*, vol. I [s. n.], Londres, p. 57.

⁷⁸ Mais tarde, servirá de inspiração a LÉVI, Éliphas – *Os Mistérios da Cabala ou a harmonia oculta dos dois Testamentos*, prefácio de Christiane Buisset, tradução de J. C. Petrucci Bernardo e Cunha, Edições AlfaÓmega, Lisboa, 1979.

⁷⁹ GOMES, Josué Pinharanda – *História da Filosofia Portuguesa. A Filosofia Árabe-Portuguesa*, «Filosofia & Ensaaios», Guimarães Editores, Lisboa, 1991, p. 111.

He hum livro Theologico Moral, que constra de trez partes: na primeira trata, segundo a doutrina dos Cabbalistas, de varios dogmas arcanos sobre o diverso estado da alma; sobre o Jardim de Edem, ou Paraíso; e sobre o Inferno; na segunda do seculo presente, e futuro: na terceira da resurreição, e do número das pessoas, que haõ de resuscitar. Esta obra lhe attribue Plantavicio⁸⁰ [...].⁸¹

Entre as abundantes personagens judaicas que se patentearam na Literatura Sagrada ao longo do século XVI, mas também noutros campos do Saber, surgiu Elias Montalto [1567-1616], ou Montalvo⁸², assim referido por António Ribeiro dos Santos nesta *Memoria*. Também conhecido por outros nomes, como registado na sua avultada correspondência e outras edições, figurando como Filipe Montalvo, Filipe Rodrigues, Filoteu Elias Montalto ou Elia Luna Montalto, por exemplo.

Nascido em Castelo Branco, era filho de António Aires e Catarina Aires, neto materno de Filipe Rodrigues, irmão de Amato Lusitano, sendo sobrinho-neto deste. A família era judaica e o lado paterno usava os nomes de Luna Montalto. Baptizado em Outubro de 1567, carregaria sempre o estigma de “cristão-novo”. Versou Filosofia e Medicina em Salamanca e, ao contrário de outros que seguiram o caminho do desterro, mas não abraçaram a religião dos seus antepassados, Elias Montalto instruiu-se na doutrina judaica e tornou-se um crente fervoroso.

⁸⁰ Um dos autores da *Bibliotheca Rabbinica*. Cf. *Bibliografia Geral Portuguesa*, vol. I [Século XV], introdução de José Maria de Queiroz Velloso, Academia das Ciências de Lisboa/Imprensa Nacional, Lisboa, 1961, p. 19.

⁸¹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792, pp. 384-387.

⁸² «Elias Montalto», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pp. 75-76. O texto de António Ribeiro dos Santos foi quase literalmente transcrito das palavras de Diogo Barbosa Machado.

Encontra-se em 1606 por Paris, provavelmente chegado da Flandres, sendo chamado para tratar a aia e *irmã-de-leite* da rainha Maria de Médicis [1575-1642], que bem tentou conservar Elias Montalto na Corte. Mas Henrique IV [1553-1610] não o tolerou, pois os cristãos-novos eram permitidos em França, mas não os judeus praticantes. Regressando a Itália, publica *Optica intra Philosophiæ & Medicinæ*⁸³ em Veneza, ainda com o nome de Filipe Montalto. Na 2.^a edição, em 1613, figura já como Filoteu Elias Montalto, indicando as suas crenças judaicas, com a protecção do grão-duque Fernando I da Toscana [1549-1609], tio de Maria de Médicis. Mais tarde, fixou-se em Veneza, onde assumiu e defendeu abertamente a fé judaica. Revelou terem-lhe sido oferecidas cátedras de Medicina em Bolonha, Messina, Pisa e Pádua. Se, de facto, lhe fizeram tais ofertas, nenhuma aceitou. As universidades estavam vinculadas aos poderes estabelecidos e à religião católica, sendo virtualmente irrealizável contarem com um judeu praticante como lente.

Nos finais de 1615, a Corte francesa partiu para Bordéus, a fim de celebrar o casamento de Luís XIII de França [1601-1643] com Ana de Áustria [1601-1666], filha de Filipe III de Espanha [1578-1621]. Elias Montalto acompanha a rainha regente, mas morre no regresso derivado ao terrível frio desse Inverno, em Tours. Por ordem expressa de Maria de Médicis, o seu féretro será embalsamado e conduzido para Amesterdão, sendo enterrado no cemitério de Oudekerk⁸⁴, propriedade da comunidade judaica local:

⁸³ *Philippi Montalto Lusitani Medicinæ Doctoris Optica intra Philosophiæ, & Medicinæ, de visu, de visus organo, et objecto theoriam accurate complectens...*, Cosmum Juntam, Florença, 1606.

⁸⁴ Neste cemitério estão sepultadas inúmeras personalidades judaicas de renome. Cf. MARGOLIS, Max Leopold, e MARX, Alexander – *A History of the Jewish People*, The Jewish Publication Society of America, Nova Iorque, 1945, p. 488.

Elias Montalto; ou Montalvo, ou antes Montalvão, chamado Filippe, e Filotheo Eliano⁸⁵, nomes, que tomou para recatar o Judaísmo em Portugal, e n'outras partes, por onde andou; era natural de Castello-Branco, e irmão de Amato Lusitano⁸⁶; foi Cathedratice de Medicina nas Universidades de Pisa, e de Lovanha⁸⁷; passou depois a França por ordem da Rainha Maria de Medicis, de quem foi Fysico mór, e por sua intervenção obteve d'ElRei o livre exercicio de sua religião naquelle Reino, e veio a ser seu Conselheiro⁸⁸. Morreo em 1611. e seu corpo foi embalsamado, e por ordem da Rainha levado a Amsterdaõ⁸⁹ por seus dous filhos Moysés Montalto⁹⁰, e Saul Levi Mortera⁹¹, para alli ser sepultado. Escreveo em Portuguez huma obra, a que se poz este titulo:

⁸⁵ ESAGUY, Augusto Isaac de – *Comentos à vida e obra de Elias Montalto*, Editora Império, Lisboa, 1951; RICOU, Eduardo – «Elias Montalto: sua vida e obra», separata do *Jornal do Médico*, n.º 125 [s. n.], Porto, 1988; «Filotheo Eliau (Elijah) Montalto», in *The Jewish Encyclopedia*, vol. VIII, pp. 662-663.

⁸⁶ DIAS, José Lopes – «Laços familiares de Amato Lusitano e Filipe Montalto (novas investigações)», separata de *Imprensa Médica*, n.º 25 [s. n.], Lisboa, 1961.

⁸⁷ SALOMON, Herman Prins – «Une lettre jusqu'ici inédit du Docteur Felipe Rodrigues Montalto (Castelo Branco, 1567-Tours, 1616)», separata do *Colloque – Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France*, Centro Cultural de Paris/FCG, Paris, 1983, pp. 151-169; RASTEIRO, Alfredo – «Amato, Montalto e a Arte dos olhos nos sécs. XVI e XVII», in *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao século XX. Cadernos de Cultura*, direcção de António Lourenço Marques, n.º 8 [s. n.], Castelo Branco, Novembro de 1994, pp. 6-10.

⁸⁸ *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos/FCG, Lisboa, 1994, p. 130.

⁸⁹ ROTH, Cecil – «Quatre lettres d'Elie de Montalto: contribution à l'histoire des Marranes», in *Revue des Etudes Juives*, n.º 87, Société des Etudes Juives, Paris, 1929, pp. 137-165.

⁹⁰ BODIAN, Miriam – *Hebrews of the Portuguese Nation. Conversos and community in early modern Amsterdam*, University of Michigan, 1997, p. 143.

⁹¹ SALOMON, Herman Prins – «Saul Levi Mortera», in *Dicionário do Judaísmo Português*, pp. 372-374.

*Livro feito pelo illustre Elias Montalto de G. M. em que mostra a verdade de diversos Textos, e casos que allegaõ as Gentilidades para confirmar suas Seitas*⁹².

Com a saída de uma parte substancial da comunidade judaica de Portugal, a cultura portuguesa ressentiu-se pesadamente e demoraria a recompor-se, pressuposto que António Ribeiro dos Santos sublinha repetidamente nas suas reflexões. O elemento judaico, que sempre pertencera à identidade nacional foi, por razões diversas, extirpado da convivência cultural e científica portuguesa. Urgia reabilitar a comunidade hebraica e conhecer a sua história e, acima de tudo, compreender o contributo desse grupo social que, mesmo espoliado de tudo pela sua pátria, nunca deixaria de a amar e auxiliar além-fronteiras.

*

Na senda da produção judaica de origem portuguesa, nomeadamente para os títulos editados no século XVII, António Ribeiro dos Santos destacou, com veemência, a importância da diáspora sefardita para o norte da Europa. Interlocutores privilegiados nas relações internacionais, não obstante serem perseguidos e expulsos da sua terra, os judeus portugueses fariam renascer o seu esplendor teológico-literário, elevando-o aos píncaros da sublimidade.

Muito por força da expansão da actividade tipográfica, a qual muito interessou ao Autor, a comunidade judaica portuguesa radicada em Inglaterra, nos Países Baixos e por toda a Alemanha expressava vincadamente o seu protagonismo económico e diplomático. Acima

⁹² SANTOS, António Ribeiro dos – «Memória da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 388-389.

de tudo, a sua intervenção era assinalada nas altas esferas culturais europeias, visível no intercâmbio destas comunidades com os meios cristãos, fossem de confissão protestante ou, inclusivamente, de natureza católica:

Neste seculo amanheceo aos Judeos Portuguezes outro tempo mais sereno do que o passado, porque a cabo de muitos infortunios, e trabalhos, que corrêraõ, vieraõ a achar asylo na Haya, em Hamburgo⁹³, em Amsterdão⁹⁴, em Londres, e n'outras regiões da Europa⁹⁵. Nestas cidades estrangeiras, por onde se haviaõ reparado, com hum novo respiramento de fortuna conseguíraõ maior repouso, e liberdade de espirito, do que tinhaõ tido em sua patria, para poderem cultivar folgadamente os seus Estudos, e compôr as muitas obras de Litteratura Sagrada, de que temos de fallar nestas Memorias. São algumas dellas de taõ alto preço, que ainda quando não sobejassem as passadas dos seculos XV, e XVI para lhes assegurar o credito de Varões doutos, eraõ estas bastantes a engradecellos⁹⁶, e a pôllos a nivél das nações mais cultas⁹⁷.

Dos inúmeros autores judaicos que se notabilizaram na Europa seiscentista, António Ribeiro dos Santos refere a vida e obra de

⁹³ CASSUTO, Alfonso – «Elementos para a História dos Judeus Portugueses de Hamburgo», in *Hehaber*, n.º 9 [s. n.], Hamburgo, 1992.

⁹⁴ MENDES, David Franco, e REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – *Os Judeus Portugueses de Amesterdão*, edição fac-símile das edições de 1911 e 1975, estudo introdutório de Manuel Cadafaz de Matos e Herman Prints Salomon, Edições Távola Redonda, Lisboa, 1990.

⁹⁵ WAGNER, Max Leopold – «Os judeus hispano-portugueses e a sua língua no Oriente, na Holanda e na Alemanha», separata do *Arquivo de História e Bibliografia*, n.º 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924.

⁹⁶ Para uma visão alargada da produção literária judaica, v. SANTOS, José dos – *Bibliografia da Literatura Classica Luso-Brasilica....*, Livraria Lusitana, Lisboa, 1916.

⁹⁷ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVII», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, p. 227.

Mosse ben Gidhon, igualmente conhecido por Gideam Abudiente ou Moisés Abudiente [Lisboa, c. 1610-Hamburgo, 1688]. Provavelmente um dos pensadores hebraicos mais notáveis na comunidade sefardita de Hamburgo no século XVII, Moisés Abudiente concluiu os estudos rabínicos em Amesterdão, tendo vivido noutros pontos da Alemanha até se radicar em Hamburgo.

Escritor prolífico e um rabino dotado com qualidades oratórias invejáveis, ficaria conhecido internacionalmente pela publicação da *Grammatica Hebraica* [Hamburgo, 1633], onde abordava a problemática da escrita literária em várias línguas, aprofundando considerações sobre traduções e retroversões da língua hebraica. Bastante versado em questões escatológicas e outras vertentes teológicas, uma outra obra da sua lavra – *Fín de los Dias*, publicada em Glückstadt e Hamburgo [1666] –, lançaria um conflito inflamado no seio da comunidade hebraica e do clero luterano holandês, sendo banida a sua aquisição e leitura, num claro exercício censuratório movido por aquela comunidade:

Propagou-se muito neste seculo a Filologia Sagrada, e em particular o Estudo da Lingua Santa; os nossos Judeos Portuguezes, que se trespassáraõ para Hamburgo, Amsterdaõ, e outras partes do mundo⁹⁸, tratáraõ com muito ardor, e disvello esta parte da Litteratura Sagrada, estabelecendo escolas da lingua Hebraica, e escrevendo sobre a sua Grammatica, e vocabulario muitas⁹⁹, e mui doudas obras, que os acreditáraõ grandemente¹⁰⁰. Bem merecem ter lugar neste Capitulo os Escriitores seguintes:

⁹⁸ Cf. *Os Judeus Portuguezes entre os Descobrimentos e a Diáspora*, atrás citado.

⁹⁹ Citamos novamente GOMES, Josué Pinharanda – *A Filosofia Hebraico-Portuguesa*.

¹⁰⁰ António Ribeiro dos Santos faz notar que em todo o século XVII, o único autor que lançou alguma luz sobre este assunto seria PAIVA, Fr. Sebastião de – *Historia Parænetica dos Dovtores Antigos*, Officina de Henrique Valente de Oliveira, Lisboa, 1657, pp. 8-9.

Moseh ben Gidhon, ou Gideam Abudiente¹⁰¹; foi natural de Lisboa, e vizinho de Hamburgo, e hum dos excellentes Filologos daquelle seculo¹⁰². Compoz em Portuguez:

Grammatica Hebraica Parte primeira, onde se mostrão todas as regras necessarias assim para a intelligencia da lingua, como para compôr, e escrever nella em proza, e verso com elegancia, e medida, que convem. Hamburgo 393. (de C. 1633.) em 8.º

Esta Grammatica he obra de muito estudo, e reflexão. He dividida em quatro tratados; no 1.º se trata da lição, ou maneira de ler, e da razão e especies do verbo; no 2.º da conjugação dos verbos e de seus diversos generos, ou differenças; no 3.º dos Nomes, e Adverbios; no 4.º da maneira de formar o estylo, e escrever em proza, e verso. Na Prefação promettia o seu Author hum Diccionario Hebraico¹⁰³.

Sobressaindo o vasto inventário de pensadores hebraicos em todo o século XVII, António Ribeiro do Santos ressaltaria o papel de Menasseh ben Israel, nascido como cristão-novo na ilha da Madeira [1604] e baptizado como Manuel Dias Soeiro. Seu pai, Gaspar Rodrigues Nunes, afligido pela Inquisição, fugiu com a família

¹⁰¹ «Moseh Ben Gidhom, ou Gideam Abudiente», in *Manual Bibliographico Portuguez de Livros Raros, Classicos e Curiosos*, p. 633; «Moseh Ben Gidhom, ou Gideam Abudiente», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VI, pp. 263-264; «Gideon Abudiente», in *The Universal Jewish Encyclopedia*, vol. I, Isaac Landman, Nova Iorque, 1939, p. 60; STUEMUND-HALÉVY, Michael – «Moisés Abudiente», in *Diccionario do Judaísmo Português*, pp. 27-28.

¹⁰² MALEAKHI, Zvi – «Moshe Gideon Abudiente et son œuvre littéraire», in *Die Sefarden in Hamburg. Zur Geschichte einer Minderheit*, Buske, Hamburgo, 1994, pp. 307-316.

¹⁰³ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVII», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. III, 1792, pp. 228-229.

para a Holanda por volta de 1613-1614, onde tomou o nome de Joseph ben Israel e apelidou os filhos de Ephraim e Menasseh. Mais tarde, Menasseh ben Israel demonstrou fortes progressos na sua educação e uma enorme aptidão para as línguas antigas. Em 1622, surge mencionado como um pregador eloquente e no ano seguinte casaria com Raquel Abarbanel, oriunda de uma família judaica bem conhecida.

Em 1626, fundou a primeira tipografia com caracteres hebraicos em Amesterdão, onde imprimiria os livros que redigiu em hebraico, latim, castelhano e português [ou uma mistura destas duas línguas, uma marca típica do seu timbre literário]. A partir de 1646, os seus filhos assumiram a responsabilidade editorial e financeira da sua tipografia, primeiro Ephraim [falecido em 1648] e posteriormente Samuel [falecido em 1652], conhecido por Semuel ben Israel Soeiro ou Samuel Abarbanel Soeiro. Este publicará um *Catalogo dos libros que Semuel ben Israel vende, estampados todos na sua typographia...* [1652], tornando-se um índice utilíssimo para o conhecimento das obras impressas à época:

Naõ cessáráo nossos Judeos Portuguezes de promover neste seculo as officinas Typograficas com grande utilidade dos estudos Sagrados¹⁰⁴, maiormente em Amsterdaõ¹⁰⁵.

Huma das mais nomeadas foi a que estabeleceo á sua custa na Synagoga dos Judeos Portuguezes¹⁰⁶ desta Cidade o Rabbi Menassés ben Israel, depois que se retirou de Lisboa sua patria.

¹⁰⁴ KAPLAN, Yosef, *et al.* – *Menasseh ben Israel and his World*, E. J. Brill, Leiden, 1989.

¹⁰⁵ KISTEMAKER, Renée, e LEVIE, Tirtsah – *Portugueses em Amesterdão*, tradução de Fátima Neiva Correia e Robert van Answaarden, De Bataafsche Leeuw, Amesterdão, 1988.

¹⁰⁶ *Sinagogas Portuguesas. Mostra bibliográfica*, introduções de Lúcia e Esther Mucznik, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2004, pp. 16-17; SALOMON, Herman Prints – *Esnoga: a Sinagoga Portuguesa de Amesterdão* [s. n.], Braga, 2006.

Foi a sua officina a primeira Typografia Hebraica, que appareceo em Amsterdaõ¹⁰⁷. He o que se collige de suas mesmas palavras na conta, que elle dá de suas obras no Prologo da segunda Parte do seu *Conciliador*¹⁰⁸: „*Occupado fuera destoe en mi Typographia Hebrea, que yo introduxe en estas partes.*„ Della sahíraõ muitos livros, que ainda hoje honraõ sobremaneira a memoria de Menassés, como fôraõ tres *Biblias*, tres *Humassim*, ou Pentateucos Hebraicos, hum Espanhol com notas marginaes, e outros muitos livros de coisas Sagradas¹⁰⁹; [...]

Herdou esta officina seu filho Samuel Abarbanel Soeiro, ou Samuel ben Israel Soeiro¹¹⁰, como elle mesmo se intitula na edição do *Machsor*¹¹¹; nella imprimio varias obras posthumas de seu pai; como fôraõ, entre outras o mesmo *Machsor*, que elle havia reformado em 1660. e o livro *Spiraculum vitae*¹¹², ou da *immortalidade da alma* em Amsterdaõ an. 412 (de C. 1652.) em 4.º em letras quadradas.

¹⁰⁷ MATOS, Manuel Cadafaz de, e SALOMON, Herman Prints – «Menasseh ben Israel e as primícias da tipografia judaico-portuguesa em Amesterdão no século XVII», in *Os Judeus Portugueses de Amesterdão*, pp. XI-XIX.

¹⁰⁸ ISRAEL, Menasseh ben – *Conciliator; siue de convenientia locorum S. Scripturae, quae pugnare inter se videntur...*, vol. I-II, Amesterdão, 1632-1651.

¹⁰⁹ «Menasseh ben Israel», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pp. 457-459; «Menasseh ben Israel», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VI, pp. 211-213; vol. XVII, pp. 32-33.

¹¹⁰ Sobre Samuel Abarbanel Soeiro, v. FUKS, Lajb, e FUKS-MANSFELD, R. G. – *Hebrew typography in the Northern Netherlands (1585-1815): historical evaluation and descriptive bibliography*, Parte 2, E. J. Brill, Leiden, 1984, pp. 110-111.

¹¹¹ Sobre esta edição do *Machor*, v. PALAU Y DULCET, Antonio – *Manual del Librero Hispano-Americano...*, vol. V, Libreria Anticuaria, Barcelona, 1923, p. 146.

¹¹² FELLER, François-Xavier – «Menasseh ben Israel», in *Biographie Universelle des Hommes...*, vol. VI, J. B. Pélagaud Imprimeur, Paris, 1867, p. 19.

José outro filho de Menasses¹¹³ também teve huma officina Typografica em Amsterdaõ, como se vê de varios livros impressos com seu nome¹¹⁴.

Menasseh ben Israel correspondeu-se com as personalidades mais ilustres da época, nomeadamente com Gerhard Vossius [Gerrit Janszoon Vos, 1577-1649], Hugo Grócio [Huig de Groot, 1583-1645] ou Rembrandt Harmenszoon van Rijn [1606-1669], que dele pintou um retrato, entre outras individualidades, das quais destacamos a correspondência com o Padre António Vieira, por exemplo.

Em 1651, Menasseh ben Israel endereçou uma missiva a Oliver Cromwell [1599-1658], Lorde Protector de Inglaterra, solicitando autorização para que os judeus pudessem estabelecer-se em terras inglesas¹¹⁵. Desde 1290 até 1655 nenhum judeu pudera instalar-se nos domínios britânicos, mas Menasseh ben Israel acalentava a esperança que os judeus perseguidos por toda a Europa aí pudessem encontrar um santuário. Em 1655, obtém um acolhimento algo favorável por parte do severo Cromwell. Foi-lhe comunicado que não existiriam obstáculos à recepção dos judeus, mas que não teriam um estatuto diferenciado no seio da sociedade britânica. De seguida, alguns judeus portugueses e espanhóis estabeleceram-se progressivamente em Inglaterra, erguendo uma sinagoga em King's Street e um hospital em Mile End [1656].

¹¹³ Sobre Joseph Soeiro, ver FUKS, Lajb, e FUKS-MANSFELD, R. G. – *Hebrew typography in the Northern Netherlands (1585-1815): historical evaluation and descriptive bibliography*, parte 2, pp. 110-111.

¹¹⁴ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Século XVII», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. III, 1792, pp. 235-236.

¹¹⁵ BLUNT, John Elijah – *A History of the Establishment and Residence of the Jews in England: with an Enquiry into their civil disabilities*, Saunders and Benning, Londres, 1830, pp. 69-72; ROTH, Cecil – *História dos Marranos. Os judeus secretos da Península Ibérica*, apresentação de Herman P. Salomon, tradução de José Saraiva, Livraria Civilização Editora, Porto, 2001, pp. 169-179.

A partir da Restauração com Charles II Stuart [1630-1685], o número de judeus em Inglaterra subiu exponencialmente, atraídos pelo ambiente de abertura após uma fase de puritanismo extremo. Menasseh ben Israel deixará Londres no Outono de 1657 e, atingido pela doença, veio a falecer em Midleburg [20 de Novembro de 1657], estando sepultado no cemitério de Beit Haym, em Ouderkerk:

Este seculo produzio hum grande numero de Judeos ou Portuguezes, ou originarios de Portugal, que escrevêraõ, sobre diversos assumptos de Litteratura Sagrada com muito credito dos seus, e alguns com bem merecidos elogios dos Christaõs. Daremos aqui por ordem alfabetica, como fizemos nas Memorias antecedentes, o Catalogo dos principaes, de que podemos haver noticia. [...]

R. Menassés ou Menasseh ben Israel¹¹⁶; nasceo em Lisboa em 1604., e foi filho de José ben Israel tambem natural de Lisboa, e de sua mulher Rachel Soeira¹¹⁷ illustre Judia Portuguesa. Fugindo seu pai do carcere, em que estava, foi com elle, e com sua mãe para Amsterdaõ. Alli casou com huma Judia chamada tambem Rachel¹¹⁸, como sua mãe, da illustre familia dos Abarbaneis, de quem teve trez filhos José, Samuel, e Graça. De Amsterdaõ passou a Inglaterra com o titulo de Agente a pedir a Cromwel algumas cousas em utilidade da Naçaõ. Depois passou a Middelburgo¹¹⁹, aonde morreo em 1659. de idade de 53. annos.

¹¹⁶ COPPENHAGEN, J. H. – *Menasseh ben Israel (1604-1657): a bibliography*, Misgav Yerushalayim, Jerusalém, 1990.

¹¹⁷ PAQUOT, Jean Noël – «Menasseh ben Israel», in *Mémoires pour servir à l'histoire littéraire des Dix-Sept Provinces des Pays-Bas...*, vol. I, Imprimerie Academique, Lovaina, 1763, pp. 396-406.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*.

¹¹⁹ MARTINS, Jorge – *Portugal e os Judeus. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina*, vol. I, prefácio de António Carlos de Carvalho, «Documenta Historica», Nova Vega, Lisboa, 2006, pp. 148-149.

Para este Rabbi vem curto todo o louvor, que lhe dermos; foi elle o melhor Discipulo, que apresentou o insigne Isaac Uziel¹²⁰ Mestre da Synagoga de Amsterdaõ, que muito o doutrinou nos estudos Biblicos. Era dotado de hum grande engenho, e penetração; tinha hum juizo profundo, e apurado, e nenhum dos seus lhe levava ventagem no conhecimento das Linguas Hebraica, Arabiga, Grega, Latina, Castelhana, e Portugueza¹²¹, pelas quaes havia adquirido hum largo cabedal de erudição, e doutrina. Com razão foi tido pelo Judeo mais douto, e sabio do seu seculo¹²². Era ao mesmo tempo hum homem sem paixões, e muito chèo da firmeza em suas obras, mas desgraçadamente sem opulencia, que por isso se via obrigado a gastar sempre quatro horas no dia na sua officina Typografica para se sustentar de seus lucros¹²³.

Começou a ser Prégador da Synagoga de idade de 18 annos¹²⁴; o P. Antonio Vieira, que muitas vezes o ouviu prégar, costumava gabar os seus Sermoes de vastissima erudição, e doutrina¹²⁵. Foi Membro da Academia dos Judeos Portuguezes de Amsterdaõ, e

¹²⁰ Sobre a influência de Isaac Uziel no pensamento de Menasseh ben Israel: FALBEL, Nachman – «Menasseh ben Israel e o Brasil», in *Judeus no Brasil. Estudos e Notas*, Humanitas/EDUSP, São Paulo, 2008, pp. 121-133. É de referir que as notas de António Ribeiro dos Santos foram de enorme utilidade para este trabalho académico.

¹²¹ ATTIAS, Jean-Christophe, e BENBASSA, Esther – «Menasseh ben Israel», in *Dicionário Temático Larousse. Civilização Judaica*, p. 184.

¹²² “Sem ponto de comparação, que seria grotesca, com o grande Espinosa, génio que é do património universal, Manassés Ben-Israel é, dentro do judaísmo ortodoxo, o vulto proeminente pelo intelecto na colónia portuguesa.” AZEVEDO, J. Lúcio de – *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 3.^a edição, Clássica Editora, Lisboa, 1989, pp. 393-395.

¹²³ WOLF, Johann Christoph – «Menasseh ben Israel», in *Bibliotheca Hebraica...*, vol. IV, Hamburgo, 1733, p. 901, de veras citado.

¹²⁴ *Um discurso de Menasseh ben Israel recitado em Amsterdão em 1642*, edição de Moses Bensabat Amzlak, Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa, 1933.

¹²⁵ SARAIVA, António José – «Saraiva, António Vieira, Menasseh ben Israel e o Quinto Império», in *História e Utopia: estudos sobre Vieira*, ICALP, Lisboa, 1992; LUND, Christopher – «Lund, António Vieira e Menasseh ben Israel: uma aproximação de dois hermeneutas», in *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Actas: Congresso Internacional*, Universidade Católica Portuguesa e Província Portuguesa da Companhia de Jesus, Lisboa, 1997.

finalmente nella *Habam*, ou *Mestre*, e *Expositor* do Talmud, cargo, em que succedeo a seu Mestre Uziel, o qual desempenhou com assombro de todos os Judeos, lendo, e explicando o Talmud cada dia por espaço de 8 horas.

Teve muito trato com os Christãos¹²⁶, maiormente com Vossio¹²⁷, e Barleo, que o estimavaõ como grande homem, que era; Grocio¹²⁸ recorria a elle na maior parte das suas dúvidas sobre a intelligencia das Santas Escrituras, e confessava dever muito às suas luzes. [...] Em todas as suas conversações, e controversias era docil, modesto, e singelo. Disputava sempre com moderação, e respondia com agudeza mas com candura; em pontos de Religião parecia muitas vezes não hir longe da verdade, pelo menos estava alhêo de muitas superstições Judaicas, dos sonhos Cabbalisticos, e daquella maneira obstinada, e contumeliosa, com que muitos Judeos se tem havido na impugnação do Christianismo¹²⁹. [...] Podemos em verdade reputallo por hum dos Theologos mais entendidos, e mais exactos, que tem apparecido na Synagoga depois de muitos seculos. As suas principaes obras, posto que pouco vulgares, e conhecidas, podem passar pelo corpo mais completo de Theologia, e controversia Judaica¹³⁰.

¹²⁶ WILKE, Carsten – *História dos Judeus Portuguezes*, tradução de Jorge Fernandes Campos da Costa, «Lugares da História», Edições 70, Lisboa, 2009, pp. 139 [com gravura], 141, 144, 150.

¹²⁷ *Lettres de Menasseh ben Israel a Isaac Vossius (1651-1655)*, tradução e notas de Cardozo de Bethencourt, Librairie Durlacher/Imp. Cerf, Paris/Versalhes, 1904.

¹²⁸ “Which contemporary Works does Grotius name in his notes? He twice refers to Menasseh ben Israel’s well know work the *Conciliator*, but all the evidence suggests that he made much more intensive use of it than he admits. In a note to the third book he mentions Menasseh as a great scholar in Jewish literature.” HEERING, Jan-Paul – *Hugo Grotius as apologist for the Christian Religion: a study of his work De veritate religionis christianæ (1640)*, Brill, Leiden, 2004, pp. 187-191.

¹²⁹ Entre muitos elogios ao seu pensamento, v. SLOTKI, Judah Jacob – *Menasseh ben Israel: his life and times*, Jewish Religious Educational Publications, Nova Iorque, 1900.

¹³⁰ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Século XVII», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, 1792, pp. 252, 334-336.

António Ribeiro dos Santos desenvolveu um estudo compilatório de enorme interesse e fundamentação científica, tendo usado uma partição cronológica para delimitar o pensamento judaico desde tempos primordiais. Através desse critério classificatório, esse movimento histórico foi ordenado por séculos. Aqui, os itens fundamentais nortearam-se pelo estudo da *língua santa*, ou hebraica, entre nós, assim como da adesão da comunidade judaica ao movimento tipográfico, tanto ao nível nacional como ibérico, como na Europa e em territórios ultramarinos. Também não foi esquecido um registo das edições, transladações e traduções bíblicas de judeus portugueses, sem deixar de mencionar as alocuções a todos os autores judaicos que se debateram nas contendas teológicas do seu século.

*

Ao findar este trabalho extremamente revolucionário acerca da produção literária judaica de origem portuguesa, no que concerne aos autores e títulos editados no século XVIII, António Ribeiro dos Santos apontou a relevância cultural sefardita na Europa iluminista, sem olvidar o peso da esfera religiosa. Actores incontornáveis nas relações entre Portugal e a Europa, ainda que acoitados em solo pátrio, os judeus portugueses fariam ressurgir o seu fulgor cultural, social e político, como visibilidade no plano teológico e literário, atingindo um nível de perfeição extraordinário.

Em virtude dos progressos do mundo tipográfico, uma preocupação científica do Autor, a sociedade judaica portuguesa estabelecida em Inglaterra, nos Países Baixos e na Alemanha revelava-se determinante no campo económico, político e diplomático. Como sinal distintivo da sua notoriedade social, a sua ingerência cultural era fortemente considerada nos círculos académicos e universitários europeus, onde a permuta destes elementos com os centros protestantes ou católicos assumiam novas proporções. O Autor refere na

última parte desta *Memoria*, ainda que de modo bastante sucinto, os autores, as edições e as mais recentes versões dos Livros Sagrados publicados com chancela judaica:

Passamos a falar das obras de Litteratura Sagrada, que tem apresentado os Judeos Portuguezes neste Seculo¹³¹. São poucas na verdade, as que entraõ nesta Memoria. Mas são, as que só podemos ver, e conferir, ou as de que podemos ter noticia. A relação, que aqui damos, assim mesmo apoucada, e diminuta, não deixará de servir de alguma cousa aos amadores destes estudos. [...]

Os Judeos Portuguezes de Londres, de Amsterdão, e da Haia¹³² insistindo nesta practica, e exemplo de seus maiores appresentá-raõ neste Seculo algumas boas edições dos Livros Sagrados assim no Texto original, como em suas Transladações, fazendo com ellas grandiosos serviços á mesma Religião Christãa¹³³, e dando novo esplendor, e ornamento aos Estudos da Litteratura Sagrada¹³⁴.

Talvez o maior elogio que António Ribeiro dos Santos consagrou aos escritores hebraicos que versaram a Literatura Sagrada no século XVIII tenha sido a Jacob de Castro Sarmiento¹³⁵ [Bragança,

¹³¹ *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, vol. IX, 1820, p. 130; *Boletim da Sociedade de Bibliophilos "Barbosa Machado"*, vol. II, Lisboa, 1959, p. 81.

¹³² MARTINS, Jorge – *Breve História dos Judeus em Portugal*, «Sefarad», Nova Vega, Lisboa, 2009.

¹³³ É de referir a proposta de ecumenismo religioso, no sentido de reatar o diálogo entre as duas confissões.

¹³⁴ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no presente Seculo», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, p. 306.

¹³⁵ «Jacob de Castro Sarmiento», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pp. 469-471; vol. IV, p. 160; «Jacob de Castro Sarmiento», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, pp. 247-249; vol. X, pp. 111-113; vol. XI, p. 273; «Jacob de Castro Sarmiento», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVII, pp. 748-749; ARIEIRO, José – «Jacob de Castro Sarmiento», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. XVI, cols. 1497-1498; CARVALHO, Rómulo de – «Jacob de Castro Sarmiento», in *Dicionário da História de Portugal*, vol. V, pp. 497-498.

1691?-Londres, 1762], médico português de origem judaica. Estudou na Universidade de Évora e de Coimbra, onde se licenciou em Medicina, mas fugindo à intolerância religiosa, fixou-se em Londres [1721], onde foi um dos principais rabis da comunidade londrina.

Respeitável membro do Colégio Real dos Médicos de Londres e sócio da Royal Society, ingressou o corpo docente na Universidade de Aberdeen, na Escócia. Na capital britânica, entre altas personalidades, privou com os médicos Isaac de Sequeira Samuda¹³⁶ [1696-1731?/1743?] e António Nunes Ribeiro Sanches¹³⁷ [1699-1783] e com os enviados portugueses em missão diplomática, entre os quais Marco António de Azevedo Coutinho¹³⁸ [1688-1750] e Sebastião José de Carvalho e Melo [1699-1782], futuro marquês de Pombal. Apesar de importunado na pátria, manteve sempre relações estreitas com Portugal, exercendo forte influência sobre a cultura e a ciência ao divulgar as ideias do Iluminismo emergente.

Será nesse enquadramento que devemos contextualizar a sua proposta de criação de um jardim botânico à Academia Real de História, em que o horto londrino forneceria um exemplar de cada uma das suas espécies. Teve, portanto, uma intermediação activa na aquisição de material científico e a vulgarização, na nossa língua, em termos acessíveis, das grandes descobertas científicas de Isaac Newton¹³⁹, o expoente máximo da Ciência e da Filosofia do seu tempo. O valor da sua obra reside no esforço de divulgação das

¹³⁶ ESAGUY, Augusto Isaac – «A Short note ou Isaac de Sequeira Samuda», in *Bulletin of the History of Medicine*, vol. IV, n.º 9 [s. n.] [s. l.], 1936, pp. 783-788.

¹³⁷ MENDES, António Manuel Rosa – *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal: intelectuais e poder no absolutismo esclarecido*, «Patrimonia Historica», CMC, Cascais, 1998.

¹³⁸ *Instruções inéditas de D. Luís da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho*, revistas por Pedro de Azevedo, prefaciadas por António Baião, Academia das Ciências de Lisboa/Imprensa da Universidade, Lisboa/Coimbra, 1929-1930.

¹³⁹ *Theorica verdadeira das mares, conforme à Philosophia do incomparavel cavalheiro Isaac Newton...* [s. n.], Londres, 1737.

concepções newtonianas¹⁴⁰, revelando uma devoção cívica comum aos intelectuais do século XVIII. Noutro plano, as suas descobertas no âmbito dos cuidados médicos, nomeadamente a preparação da famosa «água-de-Inglaterra»¹⁴¹, de qualidades terapêuticas e com grande procura, assim como as suas recomendações cirúrgicas, sem obstar a reflexão teológica:

R. Jacob de Castro Sarmento, antes Henrique; nasceo em Bragança em 1691. Estudou Artes em Evora, e Medicina em Coimbra; passou depois á [de] Londres em 1721. aonde estudou de novo Filosofia Experimental, Medicina, Mechanica, Chymica, e Anatomia. Em 1725 foi admitido ao Collegio Real dos Medicos¹⁴². Em 1730 foi nomeado Socio da Sociedade Real de Inglaterra; e em 1736 foi feito Doutor do Gremio da Universidade de Aberden em Escocia¹⁴³. Era havido por insigne Medico, e grande nome alcançou por suas obras de Filosofia, e Medicina¹⁴⁴. Pelo que pertence á Classe de Litteratura Sagrada, compoz ele os livros seguintes:

¹⁴⁰ CARVALHO, Joaquim de – «Jacob de Castro Sarmento et l'introduction des conceptions de Newton en Portugal», in *III^e Congrès International d'Histoire des Sciences. Actes* [s. n.], Lisboa, 1935, pp. 95-98.

¹⁴¹ DIAS, José Pedro Sousa – *A água de Inglaterra no Portugal das Luzes. Contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII*, trabalho apresentado para provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, FFUL, Lisboa [texto policopiado], Lisboa, 1986; SOUSA DIAS, José Pedro – «Jacob de Castro Sarmento e a conversão à ciência moderna», in *Primeiro Encontro de História das Ciências Naturais e da Saúde...*, Shaker Verlag/Instituto Rocha Cabral, Lisboa, 2005, pp. 55-80; IDEM – *Droguistas, boticários e segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/FCT, Lisboa, 2007.

¹⁴² ESAGUY, Augusto Isaac – «História da Medicina: uma carta de Manuel Teles da Silva, marquês do Alegrete, secretário-geral da Real Academia Portuguesa, a Jacob de Castro Sarmento, médico e sócio do Real Colégio de Londres [1691-1762]», separata de *Imprensa Médica* [s. n.], Lisboa, 1952.

¹⁴³ MORENO-CARVALHO, Francisco – «Jacob de Castro Sarmento», in *Dicionário do Judaísmo Português*, pp. 494-495; ANDRADE, António Júlio de, e GUIMARÃES, M.^a Fernanda – *Jacob de Castro Sarmento*, «Sefarad», Editorial Nova Vega, Lisboa, 2010.

¹⁴⁴ Cf. SÃO LUÍS, D. Fr. Francisco de – «Memoria da vida e escriptos de Jacob de Castro Sarmento», in *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense*, n.º 1 [s. n.],

*Exemplar de Penitencia dividido em tres
Discursos Predicaveis para o dia Santo de
Kipur dedicado ao Grande, e Omnipotente
Deos de Israel. Londres 5484. (de C. 1724.)*

*Extraordinaria Providencia, que el Grande
Dios de Israel usò con su escogido Pueblo
en tiempo de su mayor affliction por médio
de Mior Mordchay, y Ester contra los protervos
intentos del tyranno Aman. Compendiosamente
deducida de la Sagrada Escritura
en el seguinte Romance. Londres 5484. (de C. 1724.)*

He o livro de Esther reduzido a verso Castelhana.

*Sermaõ funebre ás deploraveis memomorias
do mui Reverendo, e Doutissimo Habam
Asalem Morenu A. R. o Doutor David Netto
insigne Theologo, eminente Prégador,
e Cabeça da Congregação de Sabar
Hassamaym. Londres 5488. (de C. 1728.) 8.^o145*

A finalizar esta *Memoria*, António Ribeiro dos Santos ainda dispôs alfabeticamente outros autores e obras judaicas que marcavam o século XVIII. Desse longo rol, salientamos um obscuro tradutor

Porto, 19 Abril 1836, pp. 5-24; *Notícia reproduzida na Gazeta Medica do Porto*, n.^{os} 190-194, Typographia da *Revista*, Porto, 1849-1850; MAXIMIANO, Lemos – *Jacob de Castro Sarmento*, Typographia da *Encyclopedia Portuguesa Illustrada*, Porto, 1910; ESAGUY, Augusto de – «Jacob ou Henrique de Castro Sarmento (resumo)», in *Congresso do Mundo Português*, vol. XIII, Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, 1940, pp. 177-210.

¹⁴⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no presente Seculo», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, 1793, pp. 329-330.

de origem portuguesa, ou hispânica, notório pelas suas edições do *Pentateuco* do hebraico para inglês. Embora coevo ao Autor, seria um reconhecido professor de hebraico em Londres. É lógico que não importava fornecer dados biográficos extensos dos múltiplos autores judaicos, embora tal tenha acontecido. Este trabalho foi, especificamente, um registo biobibliográfico sucinto de autores e obras, ainda que muitos permaneçam na mais completa obscuridade. Em sucedâneo, entendemos apresentar um autor pouco conhecido, mas que, apesar de tudo, era um representante de uma tradição literária:

Isaac Delgado Professor da Lingua Hebraica em Londres. Ja fallamos no Cap. I. da sua Traducção Ingleza do Pentateuco¹⁴⁶. Aqui só pertence dizer, que ele deo maior realce a esta sua traducção pelas muitas observações, e comentários com que a ilustrou, porque havendo-se arredado em muitos lugares da Traducção Ingleza¹⁴⁷, de que até então se usava corrigindo-a em muitas passagens, em que o Texto Original se não achava exactamente traduzido, acompanhou a obra com varias Notas, Observações, e Illustrações criticas, como já dissemos, para apoiar as suas correcções, e interpretações com exemplos tirados da Escritura Sagrada, aonde se achavaõ frases, ou palavras semelhantes ás do texto, que traduzia. Além disto ajuntou huma especie de Commentario sobre aquellas passagens, que não ficavaõ suficientemente intelligiveis por huma simples traducção¹⁴⁸.

*

¹⁴⁶ Consultar os nossos comentários sobre estas temáticas.

¹⁴⁷ DELGADO, Isaac – *A New English Translation of the Pentateuch...*, W. Richardson, Londres, 1789.

¹⁴⁸ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no presente Seculo», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, 1793, p. 337.

Utilizando uma abordagem nitidamente polémica, mas sem deixar de ser uma *Memoria*¹⁴⁹ extraordinariamente acessível quanto às traduções e edições bíblicas “menos vulgares”¹⁵⁰, António Ribeiro dos Santos tentou reabilitar a memória de João Ferreira A. de Almeida [Torre de Tavares, 1628-Batávia, 1691], não obstante o opróbrio lançado sobre o nosso tradutor bíblico mais aclamado. Em jeito de balanço, o Autor exibiu um resumo cronológico e bibliográfico das traduções bíblicas por autores nacionais, ou de estrangeiros radicados no nosso país, até aos inícios do século XIX, a necessitarem de revisões bibliófilas urgentes.

Excluiu propositadamente os seus trabalhos de tradução bíblica¹⁵¹, por si extremamente inovadores, pois não era esse o seu intento. Este breviário conserva-se uma ferramenta imprescindível, dado que os estudos desta natureza eram escassos e incipientes. Tendo em conta as inumeráveis dificuldades bibliográficas enunciadas, esta *Memoria* ambicionou ser um “ponto de partida” para comentários mais elucidativos, sem deixar de prover informações úteis, como era seu apanágio.

Em boa verdade, o primeiro propósito de António Ribeiro dos Santos seria visitar as obras e o pioneirismo de João Ferreira

¹⁴⁹ NASCIMENTO, Aires A. – «Bíblia: traduções em português», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp. 88-92.

¹⁵⁰ Chamamos a atenção para o título e o conteúdo desta *Memoria*, onde o Autor retirou propositadamente as edições e traduções bíblicas, assim como o seu próprio trabalho, sem deixar de elogiar as obras do tradutor bíblico António Pereira de Figueiredo, já tratado por nós: FIGUEIREDO, António Pereira de – «Espírito da Língua Portuguesa, extrahido das Décadas do insigne Escritor João de Barros», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. III, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 111-226; IDEM – «João de Barros. Exemplar da mais Solida Eloquencia Portuguesa. Dissertação academica», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, pp. 5-25. V. SANTOS, Cândido dos – «A tradução da *Vulgata*», in *Padre António Pereira de Figueiredo. Erudição e Polémica na segunda metade do século XVIII*, pp. 189-206.

¹⁵¹ *O Evangelho de Jesus Christo segundo S. Matheus e S. Marcos, traduzido e illustrado em largos comentarios...*, vols. I-III [manuscritos]. Cf. «António Ribeiro dos Santos», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. I, pp. 247-256.

A. de Almeida no campo das traduções bíblicas, a sua coragem e erudição, denunciando a ostracização a que estava votado, inclusive pelo Santo Ofício. Embora o nosso aparelho inquisitorial estivesse visceralmente debilitado, o Autor não descurou uma defesa apaixonada daquele tradutor perante os poderes instituídos, ainda que fosse uma iniciativa algo arriscada.

António Ribeiro dos Santos pretendeu desculpar João Ferreira A. de Almeida por ter abraçado a fé protestante holandesa, tendo em conta que então se vivia uma guerra declarada entre Portugal e as Províncias Unidas¹⁵², o que motivou a sua perseguição e o repúdio das autoridades católicas. Era tempo de sanar estes velhos ódios, o que, obstante as suas intenções, não conseguiria levar a bom cabo. Apesar de considerar João Ferreira A. de Almeida um verdadeiro missionário da Palavra de Deus e um alto nome da Língua Portuguesa, António Ribeiro dos Santos não deixava de acusar a sua apostasia como um acto criminoso, motivando algumas incongruências patentes nesta *Memória*:

Propomo-nos apontar em breve algumas Traducções, e Edições menos vulgares dos Livros das Santas Escrituras, que se tem feito em Lingua Portuguesa, ou no Reino, ou fóra d'elle, ou seja por nossos Nacionaes, ou por estranhos, de que podémos alcançar noticia¹⁵³; e mais particularmente a daremos das Obras do Portuguez João Ferreira de Almeida, ainda pouco conhecidas, e

¹⁵² Neste sentido, v. *Nova História de Portugal. Da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII, Editorial Presença, Lisboa, 2001, p. 475, n. 47; RATELBAND, Klaas – *Os holandeses no Brasil e na Costa Africana. Angola, Kongo e S. Tomé (1600-1650)*, revisão crítica, prefácio, apontamento biográfico e notas de Carlos Pacheco, «Documenta Historica», Vega, Lisboa, 2003.

¹⁵³ Com grande interesse, v. BORGONOVO, Gianantonio – «Bíblia», in *Christos. Enciclopédia do Cristianismo*, prefácio de D. José da Cruz Policarpo, tradução de Miriam Godinho, Henrique Barrilaro Ruas, *et al.*, Editorial Verbo, Lisboa, 2004, pp. 119-132.

tratadas entre nós¹⁵⁴. Estes apontamentos assim curtos, e imperfeitos, como aqui vão lançados, não deixarão de concorrer para instrução daquelles, que muito a desejão ter nestas materias; por quanto não sabêmos de livro nosso, que recolhesse huma noticia ordenada d'estas cousas, por que se podesse ilustrar este artigo da nossa Historia Sagrada, e Litteraria. Algumas d'ellas tem sido desconhecidas de nossos Historiadores, e Bibliografos; de outras só se achão noticias muito escassas; e assim mesmo confusas, e dispersas por varios livros, ou já raros, ou ainda mui pouco correntes em nosso Reino¹⁵⁵.

Remontando aos tempos medievais, António Ribeiro dos Santos relembra as pouquíssimas traduções bíblicas realizadas, ou veiculadas, em Portugal entre os séculos XIII-XVI. Imperava, esmagador, o latim, pelo que as línguas vernáculas, como era o caso do português, não estavam ainda devidamente formadas para proporcionarem uma tradução correcta e fidedigna das Sagradas Escrituras¹⁵⁶. Apesar das enormes dificuldades, a actividade dos tradutores das obras greco-romanas, hebraicas, árabes e outros idiomas conhecerão progressivamente um grandíssimo fôlego e promoção, apesar de muitos desses trabalhos não terem sobrevivido até aos inícios do século XIX.

¹⁵⁴ MOREIRA, Eduardo – *Edição comemorativa do tricentenário de João Ferreira de Almeida, o “defensor da verdade”*, Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, Lisboa, 1928.

¹⁵⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre algumas Traducções, e Edições Biblicas menos vulgares; em Lingua Portugueza, especialmente sobre as Obras de João Ferreira de Almeida», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, p. 17.

¹⁵⁶ MARTINS, Mário – *A Bíblia na Literatura Medieval Portuguesa*, «Biblioteca Breve. Literatura», n.º 35, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1979.

Foi mencionado o papel renovador de D. Dinis¹⁵⁷ nas Letras, as influências de seu avô Afonso X de Castela, o *Sábio*¹⁵⁸, os quais impulsionaram as traduções e os comentários aos textos sagrados e profanos, com algumas traduções do *Gênesis*, como se refere. As primeiras tentativas de tradução dos textos sagrados deram-se nos séculos XII-XIII, ainda que numa linguagem mesclada do galego, do português e do castelhano, entre outros falares.

Nos finais do século XIV, António Ribeiro dos Santos recorda a conhecida devoção de D. João I, expressa no cultivo do códice religioso, assim como as suas preocupações com as tarefas de tradução, onde deixou o seu cunho pessoal, como no *Livro de Salmos*¹⁵⁹. Ordenou ainda várias tradições dos *Evangelhos*, dos *Actos dos Apóstolos* e das *Epístolas de S. Paulo*, com base na *Vulgata*. Mais tarde, foram preparadas traduções de trechos bíblicos¹⁶⁰, com especial relevo para os *Evangelhos*, traduzidos pela infanta D. Filipa [1437-1493], neta de D. João I e senhora de Odivelas, com base numa versão francesa, o que atesta o seu nível intelectual.

Logo após, António Ribeiro dos Santos defendeu que os trabalhos de tradução bíblica foram poucos nos séculos XVI-XVII, talvez porque os esforços da Expansão, a missão ultramarina, a perda da soberania a partir de 1580 e as lutas pela independência desde 1640 não gerariam a propensão dos autores nacionais por estas áreas de Saber. Sem mencionar declaradamente os movimentos da

¹⁵⁷ GONÇALVES, Elsa – «D. Dinis», in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. II, cols. 148-155.

¹⁵⁸ PIZZORUSSO, Valeria Bertolucci – «Afonso X», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp. 36-41.

¹⁵⁹ CASTRO, J. Mendes de – «A Bíblia no *Leal Conselheiro*», separata de *Didaskalia*, n.º 1, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1971, pp. 251-262.

¹⁶⁰ *Bíblia medieval portuguesa: histórias d'abreviado Testamento Velho, segundo o Meestre das Historias Scolasticas*, texto apurado por Serafim da Silva Neto, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1958; BELCHIOR, M.^a de Lurdes – «Bíblia. Influência na Literatura Portuguesa», in *Dicionário de Literatura*, vol. I, pp. 99-101.

Reforma e da Contra-Reforma em Portugal, insinua tenuemente que as proibições tridentinas¹⁶¹ teriam afastado o interesse pelas traduções bíblicas, à excepção do insigne João Ferreira A. de Almeida e outros nomes já esquecidos, como veremos:

Os primeiros annos da Monarchia Portugueza não nos offercem obras d'este genero¹⁶²; a rudeza dos tempos, a estreiteza dos estudos da quella idade, e a pratica geral de escrever quasi tudo na barbaria do Latim, que então cursava, não deixavão nascer ideias de trespassar a Portuguez as obras escritas em outra Lingua¹⁶³. Com tudo tanto que as letras se espertarão entre nós, e a linguagem começou de se polir, e enriquecer, cuidarão logo nossos maiores de tirar em Portuguez algumas obras dos antigos¹⁶⁴, e entre ellas os livros das Sagradas Escrituras, demovidos de hum Santo fervor, e zelo de facilitar, e propagar por este meio

¹⁶¹ É de leitura imprescindível, para todo este contexto histórico, a *História Religiosa de Portugal. Humanismos e Reformas*, por António Camões GOUVEIA, Francisco BETHENCOURT, João Francisco MARQUES, et al., coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. II, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

¹⁶² “A função cultural da tradução foi também um ganho feito pela Idade Média. A fidelidade ao original exprimia-se por *ueritas*, a autonomia do sistema linguístico ateve-se acaso à relação com a *latinitas*, a correspondência de efeitos assentou porventura na *elegantia* ou a garantia de inteligibilidade não dispensou a intervenção da *ordinatio* textual. As próprias limitações chamam a atenção para a complexidade de um processo que tem as suas raízes no tempo medieval.” NASCIMENTO, Aires A. – «Traduzir, verbo de fronteira nos contornos da Idade Média», in *O Género do Texto Medieval*, coordenação de Cristina Ribeiro e Margarida Madureira, Edições Cosmos, Lisboa, 1997, p. 138.

¹⁶³ Entre outras referências, v. ANDRADE, António Manuel, e CONCEIÇÃO, Manuel Célio – «Das origens e formação da língua portuguesa aos primeiros textos escritos», in *História da Literatura Portuguesa. Das origens ao Cancioneiro Geral*, vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, 2001, pp. 47-65.

¹⁶⁴ Com grande interesse, consultem-se os trabalhos compilados em *Da “Decifração” em Textos Medievais. IV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, coordenação de Ana Paiva Morais, Teresa Araújo e Rosário Santana Paixão, Edições Colibri, Lisboa, 2003.

a leitura, e conhecimento das verdades da Lei para edificação dos Fieis, e acrescentamento da Christandade¹⁶⁵. [...]

Descendo mais para baixo, achamos, que o Senhor Rei D. João I. por huma particular devoção de seu espirito mandou trasladar por grandes Letrados em a Lingua Portuguesa¹⁶⁶ os Evangelhos¹⁶⁷, os Actos dos Apostolos¹⁶⁸, e as Epistolas de S. Paulo¹⁶⁹, e traduzio por si mesmo as Horas de Nossa Senhora, e por conseguinte os Psalmos, que nellas costumavão vir¹⁷⁰.

¹⁶⁵ “A lingua portugueza, começava apenas a deixar as formas rudes da infancia, e a dar os primeiros passos para polir-se e aperfeiçoar-se, e então vemos os seus primeiros cultores dar-se á lição dos escriptos latinos, e pouco depois á dos gregos, estudar suas phrazes, imital-as. [...] Foram principalmente as traducções de auctores latinos os primeiros, e mais proveitosos ensaios, em que os estudiosos se empenhavam, que mais contribuíram para o augmento, e perfeição da lingua portugueza. Estas nobres tentativas começaram logo no primeiro periodo e na infancia da lingua, quando entrava a raiar a aurora e as primeiras luzes da nossa litteratura; pois sabemos, que o nosso sabio rei D. Diniz, singular protector e primeiro fundador das letras em Portugal, mandou verter em linguagem a historia do Mouro Rasis, chronista de Almansor rei de Cordova; [...]” FALCÃO, Agostinho de Mendonça – «Traducções e imitações, meios d'enriquecer e aperfeiçoar uma Lingua», in *O Instituto, Jornal Scientifico e Litterario*, vol. II, n.º 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1 de Abril de 1853, pp. 10-11.

¹⁶⁶ “Este gramde e muy homrrado Senhor, mais excelente dos Rex que e Portugal reinarão, foy sempre bem fiell catholico, em guisa que aquello que no principe maes resprandeçe, a saber, direita fee, era em elle compridamente, semdo muito devoto da priçiosa Virgem em que avia symgular e estremada devação. Elle tornou em seu louvor as suas devotas oras em linguoaje, apropiamdo as palavras dellas a Virgem Maria e o seu bemto Filho, de guisa que muitos tomaraõ devação de as rezar, que amtes delas não aviã renembrança. Ele fez gramdes letrados tirar em linguoaje os avamjelhos e autos dos Apostolos e epistolas de Saõ Paulo e outros espirituaes livros dos Samtos, por tall que aqueles que os ouvissem ffosẽ maees devotos açerqua da lley de Deus.” LOPES, Fernão – «Prólogo», in *Crónica de D. João I*, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, vol. II, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Porto, 1990, p. 2.

¹⁶⁷ RAMOS, Manuel Francisco – «Os textos de edificação religiosa e moral. Traduções religiosas», in *História da Literatura Portuguesa. Das origens ao Cancioneiro Geral*, vol. I, pp. 284-285.

¹⁶⁸ COELHO, M.^a Helena da Cruz – *D. João I, «Reis de Portugal»*, vol. X, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, pp. 256-257.

¹⁶⁹ LOPES, Fernão – «Prólogo», in *Crónica de D. João I*, introdução de Humberto Baquero Moreno, prefácio de António Sérgio, vol. I, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Porto, 1990, p. 2.

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*.

Ignoramos se estas traducções existem ainda hoje em alguma parte.

Não deixaremos de lembrar aqui duas Obras, que posto não forão puras Traducções, podem ter algum lugar, e cabimento n'esta relação. Huma dellas foi a *Traducção Historiada do Antigo Testamento em Portuguez* de Author Anonymo, que segundo nos dizem, mostrava n'ella ser homem douto, e intelligente da Lingua Hebraica, donde era trazida a sua interpretação, a qual Obra ficou tambem MS. e existia entre nós há poucos tempos¹⁷¹. Attesta de a haver visto o Ex. e R.^{mo} D. Fr. Manoel do Cenaculo Bispo de Beja no seu livro: *Cuidados Litterarios do Prelado de Beja*, e accrescenta, que estava depositada em mãos de a estimar; porém que ignorava hoje o seu estado¹⁷²; consta-nos por outras noticias, que possuia este Codigo D. Manoel de Vasconcellos Pereira¹⁷³, Inquisidor que foi de Lisboa, e depois Bispo de Miranda, e de Lamego, e que fôra o mesmo que tivera o nosso illustre Poeta e Filosofo Francisco de Sá de Miranda¹⁷⁴, para cuja lição havia pe-

¹⁷¹ SÃO BOAVENTURA, Fr. Fortunato de – «Historias d'abreviado Testamento Velho, segundo o Meestre das Historias Scolasticas, e segundo outros, que as abreviaram, e com dezeres d'alguus Doctores e Sabedores», in *Colecção de Inéditos Portugueses dos Séculos XIV e XV*, vol. II, reprodução fac-similada da edição existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, com um estudo introdutório por José Marques, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1988, pp. IX-X.

¹⁷² BOAS, D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas – *Cuidados Literarios do Prelado de Béja em graça do seu Bispado*, Officina de Simão Tadeu Ferreira, Lisboa, 1791, p. 64.

¹⁷³ D. Manuel de Vasconcelos Pereira [1731-1786], 24.º bispo de Miranda, foi graduado em Cânones pela Universidade de Coimbra e deputado do Santo Ofício em Évora. Cf. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, nova edição dirigida por Damião Peres, vol. IV, Portucalense Editora, 1971, pp. 192, 239-249.

¹⁷⁴ Consultem-se os nossos comentários em DIAS [GOMES], Francisco – «Analyse, e Combinações filosoficas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões, segundo o espirito do Programma da Academia Real das Sciencias, publicado em 17 de Janeiro de 1790», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. IV, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 26-305.

dido licença, que lhe foi concedida por Fr. Francisco Foreiro¹⁷⁵; e se achava incorporada na primeira folha da mesma Traducção¹⁷⁶.

A segunda Traducção foi tambem dos Livros Sagrados do Testamento Velho feita em resumo pelas mesmas palavras das Santas Escrituras, com o titulo de *Historias da Biblia*¹⁷⁷: obra que tambem existia MS. em nossos dias, de que attesta o mesmo Ex. e R.Bispo de Beija^[sic] no livro acima citado, dizendo, que n'outro tempo a lêra em hum volume de folha¹⁷⁸. Forão ambas estas obras trabalhadas no Seculo XV.

E pelo que pertence ao Novo Testamento, reinando ainda o Senhor Rei D. João I. se estamparão em Portuguez as Actas^[sic] dos Apostolos, as Epistolas Canonicas, e o Apocalypse; mas tambem em resumo; ainda que por palavras do mesmo Texto Sagrado. Da Senhora Infanta D. Filippa¹⁷⁹, Filha do Senhor Infante D. Pedro, e Neta do Senhor Rei D. João I. consta, que passára á nossa Lingua

¹⁷⁵ CARREIRA, José Nunes – *Filologia e crítica de Isaías no comentário de Francisco Foreiro: 1522?-1581* [s. n.], Coimbra, 1974, p. 19.

¹⁷⁶ BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*, vol. I, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1892, p. 267.

¹⁷⁷ SÃO BOAVENTURA, Fr. Fortunato de – «Historias d'abreviado Testamento Velho, segundo o Meestre das Historias Scolasticas, e segundo outros, que as abreviaram, e com dezeres d'alguus Doctores e Sabedores», in *Colecção de Inéditos Portugueses dos Séculos XIV e XV*, vol. II, pp. IX-X.

¹⁷⁸ “Está assentada entre os sabios a necessidade de ser traduzida a Escripura Santa nas lingoas vulgares com as cautélas e providencias opportunas. Muito discretamente tem obrado a Igreja em acudir aos abusos. Em nossa lingoa do que eu tenho encontrado, achei que dos Psalmos Penitenciaes, e de outros avulsos, e dos Officios de Nossa Senhora e Paixão de Christo segundo os Evangelistas, se tem feito versões literaes e parafrasticas; e algumas em verso desde o seculo decimo quinto. Deste mesmo seculo são as *Estoreas da Biblia* que consistem no resumo do velho Testamento pelas mesmas palavras da Escripura Sagrada: Noutro tempo lêmos esta obra em hum volume de folha.” BOAS, D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas – *Cuidados Literarios do Prelado de Béja em graça do seu Bispado*, p. 426.

¹⁷⁹ VICENTE, M.^a da Graça – *D. Filipa, a senhora de Odivelas [1437-1493]*, «Rainhas e Infantas de Portugal», Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2011, pp. 80-82.

as *Epistolas*, e *Evangelhos do anno*¹⁸⁰, posto que tirados da Lingua Franceza, cujo original da propria letra se conservava no Convento de Odivellas, adornado com estampas por sua mão¹⁸¹. Tambem consta que o M. Fr. Julião dos Eremitas de Santo Agostinho fizera trasladação Portugueza das mesmas Epistolas, e Evangelhos¹⁸².

Do Seculo XVI. e XVII. não podemos esperar Obras d'este genero trabalhadas entre nós¹⁸³. Mas se nossos Maiores não continuarão com o mesmo ardor en^[sic] tão santo exercicio, culpa não foi d'elles, que muito cuidarão de propagar o Evangelho; dilatar a Fé de Jesu Christo; mas dos tempos em que viverão, em que geralmente lhe era defeso traduzir, e ter em Linguagem os Sagrados Livros¹⁸⁴. Pelo que vêmo-nos obrigados n'este periodo a hir buscar fóra de nossos Reinos o que poderamos ter de

¹⁸⁰ CUNHA, Arlindo Ribeiro da – *A língua e a literatura portuguesa: história e crítica* [edição de Autor], Braga, 1963, p. 141.

¹⁸¹ CARDOSO, Jorge, e SOUSA, António Caetano de – «Fevereiro XI», in *Agiolégio Lusitano*, edição literária de Maria de Lurdes Correia Fernandes, vol. I, «Fontes e Monumenta», Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2002 [fac-simile da edição da Officina Craesbeekiana, Lisboa, 1652-1744], pp. 404-405; «D. Filipa de Lencastre», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pp. 65-67.

¹⁸² SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. II, pp. 45-47.

¹⁸³ Sobre traduções bíblicas em Portugal nos séculos XVI-XVII, consultar FERREIRA, G. L. dos Santos – *A Bíblia em Portugal: apontamentos para uma monographia, 1495-1850*, Typographia de Ferreira de Medeiros, Lisboa, 1906; DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de sentimento religioso em Portugal: séculos XVI a XVIII*, vol. II, Instituto de Estudos Filosóficos, Coimbra, 1960, pp. 505-508.

¹⁸⁴ Clara alusão a António Pereira Marramaque, autor próximo de Francisco de Sá de Miranda, o qual defendeu que a Bíblia deveria ser vertida para a língua portuguesa, sendo as suas obras proibidas. Cf. «António Pereira Marramaque», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, p. 347; BRAGA, Teófilo – *Historia da Litteratura Portugueza. Os Quinhentistas. Vida de Sá de Miranda e a sua Eschola*, Imprensa Portugueza, Porto, 1871, pp. 98-99; RÉVAH, I. S. – «Des ouvrages d'António Pereira Marramaque dénoncés à l'Inquisition en 1564», separata de *Bulletin des Études Portugaises*, n.º 30, Institut Français au Portugal, Lisboa, 1969, pp. 65-80; MIGUEL, António Dias – «António Pereira Marramaque, senhor de Basto: subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 15, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1980, pp. 135-221.

nossa Casa¹⁸⁵; e a suprir nossa falta com a memoria de algumas Traducções, e Edições menos vulgares que apparecêrão em Lingua Portugueza entre os estranhos¹⁸⁶.

Ao relatar as traduções e as edições conhecidas para o *Velho Testamento* até aos finais do século XVIII, António Ribeiro dos Santos menciona repetidamente o carácter precursor de João Ferreira A. de Almeida, o que motivou algumas ponderações sobre a sua biografia, ainda inexacta em certas particularidades. Tornou-se uma personalidade incontornável do protestantismo¹⁸⁷ nacional, sendo conhecido por ter traduzido a Bíblia para a língua portuguesa, embora sem esquecer, obviamente, outros idiomas.

Não se conhece o nome completo de João Ferreira A. de Almeida¹⁸⁸, mas sabe-se que terá nascido em Torre de Tavares, próximo de Mangualde, filho de pais católicos. Todavia, é algo discutível saber se seriam “cristãos-velhos” ou “cristãos-novos”, pois dominava a língua hebraica, por exemplo. Ficou órfão cedo e pouco se sabe sobre a sua adolescência, mas teria recebido uma educação reservada ao sacerdócio. Não se sabe ainda o que teria motivado João Ferreira A. de Almeida a emigrar para a Holanda, mas, ao que tudo indica, dever-se-ia aos receios da Inquisição, avolumando as suspeitas acerca das suas raízes judaicas.

¹⁸⁵ Aqui denota-se uma crítica de António Ribeiro dos Santos à empresa dos Descobrimentos, mas também ao enclausuramento cultural vivido desde a introdução da Reforma em Portugal. Como se sabe, desde a tradução da Bíblia por Martinho Lutero, este era um tema sensível. RODRIGUES, Manuel Augusto – «Lutero e a Bíblia», separata de *Humanitas*, n.ºs 39-40, FLUC, Coimbra, 1989, pp. 187-196.

¹⁸⁶ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre algumas Traducções, e Edições Biblicas menos vulgares; em Lingua Portugueza, especialmente sobre as Obras de João Ferreira de Almeida», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, pp. 18-23.

¹⁸⁷ MARQUES, João Francisco – «Antiprotestantismo. A oposição crítica ao protestantismo pelo catolicismo em Portugal», in *Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal*, pp. 204-263.

¹⁸⁸ António Ribeiro dos Santos confidencia não saber a que sigla corresponde o “A”: “Alves” ou “Anes”?

Viajou para Amesterdão e, aos 14 anos, embarcou para Batávia [hoje, Jacarta], à época o centro administrativo da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Em Malaca, conquistada recentemente ao domínio português [1641], renunciou categoricamente ao catolicismo e abraçou o calvinismo, influenciado por um libelo anti-católico espanhol intitulado *Diferença da Christandade...*¹⁸⁹, o qual traduziria para português e onde se demonstravam as discordâncias entre a duas crenças.

Em 1644, ainda com 16 anos e revelando espantosa precocidade intelectual, João Ferreira A. de Almeida traduziu os *Actos dos Apóstolos* do castelhano para português, os quais circulavam manuscritos e eram distribuídos pelas comunidades portuguesas. No decurso do seu trabalho missionário, João Ferreira A. de Almeida tinha por hábito visitar os doentes e os proscritos em Malaca e Batávia, percorrendo diariamente os hospitais, asilos e prisões, providenciando apoio espiritual. Entre 1656 e 1663, pregou afincadamente na ilha de Ceilão [Colombo, Porto de Gale, etc.] e nas costas indostânicas [Coromandel, Malabar], difundindo a Palavra de Deus em português¹⁹⁰. Congregado à Igreja Reformada Holandesa como “visitador de doentes” e depois como “pastor suplente”, tornou-se membro do Presbitério de Malaca, após ser escolhido para capelão e diácono daquela congregação.

João Ferreira A. de Almeida notabilizou-se, portanto, como o primeiro tradutor da Bíblia segundo os cânones originais gregos, latinos e hebraicos, levando quase ao término a primeira tradução para língua portuguesa. Apenas o *Novo Testamento* seria publicado

¹⁸⁹ MATOS, Manuel Cadafaz de – *Uma edição de Batávia em português no último quartel do século XVII, versão do P. João Ferreira de Almeida* [edição fac-símile de *Diferença da Christandade*, Batávia, 1684], Centro de Estudos de História do Livro e da Edição/Távola Redonda, Lisboa, 2002.

¹⁹⁰ LOPES, David – *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*, revisão, prefácio e anotações de Luís de Matos, 2.^a edição, Portucalense, Porto, 1969, pp. 161-212.

em vida do autor [1681], embora seja uma edição repleta de transcrições erróneas. Fruto da incompetência dos revisores e editores, como denunciaria numa “Advertência” publicada em Batávia, a qual contém um índice com milhares de erros [1683]. Porém, é de referir que só concluiria parcialmente a tradução do *Antigo Testamento*¹⁹¹, tendo sido completado por outros coadjutores.

Após algumas edições parciais¹⁹², ainda referidas por António Ribeiro dos Santos, estas traduções completas foram organizadas com o auxílio da versão holandesa iniciada após o Sínodo de Drodeck [1618] e da versão castelhana de Cipriano de Valera [1602], entre outras ferramentas. Com a saúde gravemente prejudicada pelas viagens e outras tribulações, não conseguiu acabar a obra à qual havia dedicado a sua vida:

A primeira Traducção regular, e que se possa chamar tal dos Livros Sagrados do Testamento Velho em Portuguez, de que poderemos haver noticia, foi a que no Seculo XVII. trabalhou o erudito Portuguez João Ferreira A. de Almeida¹⁹³. Digamos alguma cousa d'elle, e de suas Obras, visto que tao escassas tem sido as noticias que d'este Author, e de seus escritos se tem dado entre os nossos¹⁹⁴.

¹⁹¹ Só levaria a sua tradução até *Ezequiel*, 48:21, da qual transcrevemos: “O resto será destinado ao príncipe. Os seus domínios ficarão situados a oriente e a ocidente da área reservada ao Senhor e da área destinada à cidade. Terá doze quilómetros e meio do lado das outras partes, estender-se-á a oriente em direcção da fronteira oriental e a ocidente, em direcção ao Mar Mediterrâneo, deixando no meio a parte reservada para o santuário e o templo.” *A Bíblia*, Difusora Bíblica [Franciscanos Capuchinhos], Lisboa, 1993, p. 964.

¹⁹² Entre os quais, os *Livros Historicos do Velho Testamento* [1738] e o *Livro dos Psalmos* [1740].

¹⁹³ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha – «João F. d'Almeida e a sua traducção portugueza da Bíblia», in *O Chronista de Tissuary: periodico mensal*, vol. I, n.º 3, Nova Goa, Março de 1866, pp. 75-84; AZEVEDO, Pedro de – «O Calvinista Português Ferreira de Almeida», in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias*, vol. XII (1917-1918), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1920, pp. 766-773.

¹⁹⁴ Cf. «João Ferreira A. de Almeida», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pp. 657-658; «João Ferreira A. de Almeida», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III,

Foi João Ferreira A. de Almeida natural de Lisboa¹⁹⁵, e Escritor do Seculo XVII. passando de Portugal para Hollanda mudou de Religião, e abraçou o partido dos Reformados, e se fez Sacerdote e Ministro Prégador do Evangelho em Amsterdam, aonde assistio por muitos annos¹⁹⁶. Passou depois á Costa de Coromandel¹⁹⁷, paiz do Reino de Narzinga¹⁹⁸, e residio muitos tempos com os Hollandezes de Tutecurim, ou Tutucurim¹⁹⁹, sobre o Estreito

pp. 368-372; vol. X, p. 250; «João Ferreira A. de Almeida», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. I, pp. 51-52; FALCÃO, José – «João Ferreira A. de Almeida», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. I, cols. 1379-1381; TEIXEIRA, Manuel – «João Ferreira de Almeida, tradutor da Bíblia em português», separata do *Boletim do Instituto Luís de Camões*, n.º 9 [s. n.], Macau, 1975; *Deus, o Homem e a Bíblia. João Ferreira de Almeida (1628-1691)*, Sociedade Bíblica de Portugal, Lisboa, 1992.

¹⁹⁵ Ao que tudo indica, João Ferreira A. de Almeida seria natural de Torre de Tavares, concelho de Mangualde e filho de pais católicos. Deste modo, a afirmação de António Ribeiro dos Santos aparenta estar errônea, embora Inocêncio Francisco da Silva persista no erro. Seria cristão-novo, daí conhecer o hebraico?

¹⁹⁶ João Ferreira A. de Almeida publicou uma obra intitulada *Artigos, ou Pontos de Diferença entre a Igreja Reformada, e a Romana* [s. n.], Amesterdão, 1673. Conhecendo algum sucesso, começou a ser conhecido como “Defensor da Verdade”. Publicaria uma obra análoga e primeiramente redigida em castelhano e depois em português: *Diferença da Christandade em que claramente se manifesta a grande desconformidade entre a verdadeira, e antiga doutrina de Deos, e a falsa doutrina dos Homens*, Batávia, 1668; Oficina da Real Missão da Dinamarca, Trangambar, 1726; MOREIRA, Eduardo – *Edição comemorativa do tricentenário de João Ferreira de Almeida, o “defensor da verdade”*, 1928.

¹⁹⁷ Coromandel situa-se na costa sudoeste da Índia, confundível com a costa nordeste da ilha de Ceilão, ou Sri Lanka. SUBRAHMANYAM, Sanjay – «The South Coromandel portuguese in the late 17th century: a study of the Porto Novo-Nagapattinam Complex», in *IV Seminário Internacional de Historia Indo-Portuguesa* [s. n.], Lisboa, 1985.

¹⁹⁸ Sobre o reino de Narzinga, também conhecido por Narsinga, Bisnagar ou Bisnaga, entre outras designações portuguesas para o reino de Vijayanagara, ver *Suma Oriental of Tome Pires. An account of the East, from the Red Sea to China, written in Malacca and India in 1512-1515 and The Book of Francisco Rodrigues, pilot-major of the Armada that discovered Banda and the Moluccas*, vol. I, tradução e comentários de Armando Cortesão, Asian Educational Services, Nova Deli, 2005, pp. 63-65.

¹⁹⁹ Refere-se à cidade portuária de Thoothukudi, também conhecida por Tuticorin, no estado indiano de Tamil Nadu, também conhecida por Costa da Pescaria, é um centro piscatório e captura de pérolas, foi capturada pelos portugueses em 1548 e os holandeses em 1658, sendo cedida aos ingleses em 1825. Cf. RODRIGUES,

da Pescaria²⁰⁰. Compoz varias Obras por que mereceo grandes louvores entre os estranhos, e ainda hoje os recebe pela illustre memoria, que d'elle fazem muitos Letrados da sua Communhão.

Huma das principaes foi esta da Traducção Portugueza do Testamento Velho. Elle a fez do Texto Original Hebraico, usando ao mesmo tempo da Versão Holandeza de 1618²⁰¹, que passava então, e passa ainda agora por muito exacta e fiel; e da trasladação Castelhana de Cypriano de Valéra²⁰² de 1602, não chegou porém a arrematar a obra, porque a morte o atalhou quando estava com ella nos ultimos Capítulos de Ezequiel²⁰³.

Publicou-se esta Traducção no meio do Seculo XVIII. com este titulo:

Vítor – «Pérolas», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 888-889.

²⁰⁰ GUERREIRO, Fernão – *Relação anual das coisas que fizeram os padres da companhia de Jesus nas suas Missões do Japão, China, Cataio, Tidore, Ternate, Ambóino, Malaca, Pegu, Bengala, Bisnagá, Maduré, Costa da Pescaria, Manar, Ceilão, Travancor, Malabar, Sodomala, Goa, Salcete, Labor, Diu, Etiopia a alta ou Preste João, Monomotapa, Angola, Guiné, Serra Leoa, Cabo Verde e Brasil nos anos de 1600 a 1609 e do processo da conversão e cristandade daquelas partes, tirada das cartas que os missionários de lá escreveram*, nova edição dirigida e prefaciada por Artur Viegas, vols. I-III, «Scriptores Rerum Lusitanarum», Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930-1942.

²⁰¹ No Sínodo de Dort [também conhecido como Sínodo de Dordrecht], convocado pela Igreja Reformada Holandesa entre 1618 e 1619, tentou resolver a controvérsia marcada pela ascensão do Arminianismo. O Sínodo também iniciou a primeira tradução oficial da Bíblia [o *Statenvertaling*, ou seja, à letra, a *Tradução dos Estados*], a partir dos originais hebraicos, do aramaico e do grego para a língua holandesa, ordenada pelo governo da República e publicado em 1637. Os seus principais tradutores foram Johann Bogermann, Willem Baudartius e Gerson Bucerus para o Antigo Testamento; e Jakobus Rolandus, Herman Faukelius e Petrus Cornelisz para o Novo Testamento e os Livros apócrifos. Cf. *Bíblia, dat is: De gantsche H. Schrifture, vervattende alle de canonijcke Boecken des Ouden en des Nieuwen Testaments...* (*Statenvertaling*), Paulus Aertsz van Ravensteyn, Leiden, 1637.

²⁰² *La Biblia: que es, los sacros libros del Vieio y Nuevo testamento... segunda edicion revista y conferida con los textos hebreos y griegos...*, por Cypriano de VALERA, vol. I-III, Casa de Lorenço Iacobi, Amesterdão, 1602.

²⁰³ Após a morte de João Ferreira A. de Almeida, a tradução do *Antigo Testamento* foi concluída por Jacobus op den Akker, pastor holandês em Batávia [1694].

Do
Velho Testamento
O Primeiro Tomo
Que contem
Os SS. Livros
De
Moyses, Josua, Juizes, e Ruth
Samuel, Reys, Chronicas
ESRA, NEHEMIAS, E ESTHER.
TRADUZIDOS EM PORTUGUEZ
POR
JOAÕ FERREIRA A. DE ALMEIDA
MINISTRO PREGADOR DO SANTO EVANGELHO
NA CIDADE DE BATAVIA
COM TODAS AS LICENÇAS NECESSARIAS
NA OFFICINA DO SEMINARIO
POR M. MULDER IMPRESSOR NELLA.
ANNO DE 1748²⁰⁴.

[...]

Em muita estimação se teve esta traducção de Almeida, pela felicidade, e exacção com que elle se houve em trasladar, e pontualmente seguir o Texto original, e pela propriedade, e fartura de Linguagem com que expressou o sentido das Santas Escrituras²⁰⁵.

²⁰⁴ Existe um exemplar disponível na BN, com anotações manuscritas de António Ribeiro dos Santos.

²⁰⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre algumas Traducções, e Edições Biblicas menos vulgares; em Lingua Portugueza, especialmente sobre as Obras de João Ferreira de Almeida», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, pp. 23-27.

Refira-se ainda que entre 1658 e 1661, João Ferreira A. de Almeida estabeleceu-se em Colombo e seria admoestado pelo governo holandês, o qual tentou, sem sucesso, impedi-lo de pregar em português. Seguirá para o sul da Índia, onde ministrou durante algum tempo, mas também aí seria perseguido. As tribos da região negaram-se a ser baptizadas ou ter os seus casamentos abençoados por si, dado a Inquisição portuguesa ter ordenado que a sua efígie fosse queimada publicamente em Goa. Ao que parece, nunca se atreveu a pregar nos territórios portugueses na Índia, sob pena de morte.

Em 1676, após vários anos a aprofundar o grego e o hebraico, assim como o flamengo, João Ferreira A. de Almeida concluiu a tradução do *Novo Testamento* para a língua portuguesa, lutando arduamente pela sua publicação, passível da anuência do governo de Batávia e da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Em 1680, quatro anos depois do início da revisão, desiludido com a morosidade do processo, envia o seu manuscrito para ser impresso na Holanda, a suas expensas. O seu grande desejo seria que a Palavra de Deus fosse escutada e apreendida pelos povos falantes de língua portuguesa, oprimidos pelo jugo holandês. Depois de alguns meses, quando estaria prestes a desistir dos seus intentos, recebeu notícias animadoras provenientes da Holanda, informando que o texto estava a ser impresso.

Publicada a primeira edição do *Novo Testamento* [1681], no ano seguinte os primeiros exemplares chegaram finalmente a Batávia. Quando começou a ser manuseada foram assinalados numerosos erros de tradução, pelo que todos os exemplares ainda não editados seriam destruídos por ordem da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Ao mesmo tempo, consentiram a que João Ferreira A. de Almeida principiasse, o mais rapidamente possível, uma nova e cuidadosa revisão do texto. Apesar das ordens recebidas, nem todos os exemplares foram destruídos e muitas correcções foram feitas à mão para que cada comunidade pudesse usar esses exemplares. O

trabalho de revisão e correcção do *Novo Testamento* demorou dez longos anos e somente após a morte do nosso tradutor, essa segunda versão foi impressa e distribuída em Batávia:

Apontamos até aqui as Traducções, e Edições dos Livros do Testamento Velho, apontemos agora as do Testamento Novo. E pelo que toca a todos os Livros em geral, no Seculo passado se fez huma versão Portugueza, que he a unica, de que sabemos daquelles Tempos²⁰⁶. [...]

Seguiu na sua composiçã[o] as mesmas regras, que havia proposto aquelle Pseudo-Synodo²⁰⁷ a seus interpretes; por quanto 1.º encostou-se religiosamente ao Texto Original, de que não despregou os olhos; 2.º entendendo que em huma obra tão Sagrada, como esta, devia sacrificar-se a elegancia, e harmonia da locução á fedilidade, e exacção dos pensamentos, assentou em rastrear o Texto palavra por palavra, trasladando os mesmos termos, e expressões, e seguindo o mesmo genio, e idiotismo da Lingua Original, quanto lho permittia a clareza, e propriedade de nossa Lingua 3.º para supprir algumas ellipses, e completar em alguns lugares o sentido do Texto, tratou de lhe accrescentar as menos palavras que foi possivel, distinguindo-as com a differença dos caracteres Italicos, e demarcando-as com a linha do parenthesis, para que assim facilmente se extremassem das palavras do puro Texto; 4.º substituiu algumas vezes os termos e frases da sua Traducção synonymos, e expressões marginaes, que mais servissem a declarar, e determinar o sentido do Texto; 5.º acrescentou tambem na margem os lugares parallelos da Escritura: 6.º a cada

²⁰⁶ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. II, pp. 439-440.

²⁰⁷ António Ribeiro dos Santos refere-se ao Sínodo de Dort [1618-1619], conforme nota *supra*.

hum dos Capitulos poz a somma das materias, ou artigos que nelles se tratavam. [...]

A sua Linguagem, sobre ser muito propria, e simples qual convinha a tal obra, he mui abastada de termos, e mui rica de expressões, encerrando em si hum bom tesouro do Vocabulario da Lingua Portugueza; quanto porém á Grammatica, algumas frases e maneiras ha, que não tem todos o sabor de nossa Lingua; parte porque Almeida se cingio muito estreitamente á trasladação Litteral do Texto Grego, e á Traducção Hollandeza, parte por se haver acostumado á Lingua estranha do paiz em que vivia²⁰⁸.

Fizerão-se desta Traducção cinco Edições²⁰⁹, quanto podémos até agora saber, de que aqui daremos noticia por sua ordem.

A primeira sahio com este titulo entre portadas:

Novo Testamento,
Isto he,
Todos os Sacrosantos Livros
E Escritos Evangelicos e Apostolicos
Do
Novo Concerto de nosso Fiel
Senhor, Salvador, e Redemtor
Jesu Christo,
Agora traduzidos em Portuguez
Pelo Padre
João Ferreira A. de Almeida

²⁰⁸ RAMOS, José Augusto – «Bíblia (edições)», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal. A-C*, vol. I, pp. 211-214; IDEM – «Tricentenário da morte do primeiro tradutor da Bíblia para português», in *Cadmo. Revista de História Antiga*, n.º 1, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1991, pp. 168-170.

²⁰⁹ António Ribeiro dos Santos refere as cinco edições do *Novo Testamento* traduzidas por João Ferreira A. de Almeida: Amesterdão, 1681; Batávia, 1693; Amesterdão, 1712; Batávia, 1760, 1773. Não deixa de tecer considerações acerca das características de cada edição, as suas peculiaridades e diferenças entre si, para maior utilidade do estudioso.

Ministro Pregador
Do
Santo Evangelho
Com todas as licenças necessarias
EM AMSTERDAN
POR VIUVA DE J. V. SOMEREN
ANNO 1681²¹⁰.
[...]

Tem esta primeira Edição muitos erros e faltas, por que assistio á impressão hum corrector pouco versado na Lingua Portugueza, do que depois se queixou Almeida em huma advertencia, que publicou em Batavia no 1.º de Janeiro de 1683, dando com ella hum indice de mais de mil erros, que cumpria corrigir, e assim mesmo não deu todos os que nella havia²¹¹. Existe na Real Bibliotheca Publica da Corte hum excellente exemplar desta Edição em 4.º, que, como já dissemos, examinámos para este extracto²¹².

João Ferreira A. de Almeida teve o mérito de proteger irredutivelmente as comunidades evangélicas portuguesas nos lugares que os holandeses iam ocupando. Além do português ser o idioma comumente usado nas congregações presbiterianas, era o mais falado em muitas partes da Índia e do sudeste da Ásia. Numa época em que as exigências de traduções bíblicas completas, académica e teologi-

²¹⁰ Existe um exemplar disponível no acervo da BPN.

²¹¹ ALVES, Herculano – *A Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida*, tesis doctoral, Universidad Pontificia de Salamanca [versão policopiada], Salamanca, 2005; IDEM – *A Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida*, Sociedade Bíblica de Portugal, Lisboa, 2006; IDEM – *História da Bíblia em Portugal: a Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida*, prefácio de José Manuel Sanchez Caro, Difusora Bíblica Franciscanos Capuchinhos, Fátima, 2007:

²¹² SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre algumas Traducções, e Edições Biblicas menos vulgares; em Lingua Portugueza, especialmente sobre as Obras de João Ferreira de Almeida», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 43-50.

camente aceites, se tornavam necessidades incontornáveis para um público leitor crescente, o exemplo de João Ferreira A. de Almeida inspiravam o caminho a seguir, atendendo às exigências ao rigor linguístico e a verdade histórica por aquele erudito:

He bem de lamentar, que tendo havido entre os estranhos cinco Edições da Traducção do Testamento Novo de Almeida (á fóra as dos Livros do Velho Testamento²¹³) não tenhamos nós huma, que nos seja propria, e Nacional²¹⁴. Por certo que esta obra o não desmerecia, não só por ser producção de hum Escritor Portuguez, mas por ser huma excellente versão, e já Livro de muita raridade²¹⁵. Acrescentamos ainda, que não havendo entre nós nenhuma outra do Texto Grego, a de Almeida serviria de muito, ou para se vêr por ella o em que concordão, e o em que diferem os dous Textos authenticos, ou para se entenderem mais claramente os lugares escuros da Vulgata, ou para se apanhar melhor o genuino sentido do Texto Original, aonde elle se não acha expressado na Traducção Latina com toda a sua força, e propriedade²¹⁶.

A differença de Religião para que Almeida apostatou, não deve servir de obstaculo; cumpre distinguir o homem, e os seus

²¹³ O Autor apontou, sobretudo, a importância das 2 traduções do *Velho Testamento* iniciadas por João Ferreira A. de Almeida, ambas oriundas de Batávia [vol. I, 1748; vol. II, 1753]. Problematicizou sobre várias questões editoriais, as revisões, os impressores, os promotores, a sua distribuição, etc.

²¹⁴ Não deixar de referir a importância desta questão, bem visível no pensamento de António Pereira de Figueiredo e do próprio António Ribeiro dos Santos, como aludimos.

²¹⁵ Ainda pesavam as proibições sobre esta obra nas esferas católicas. Apenas uma elite restrita, onde se incluía António Ribeiro dos Santos, tinha um acesso directo a estas obras.

²¹⁶ As exigências literárias de João Ferreira A. de Almeida assentavam na utilização impreterível das fontes gregas, latinas e hebraicas das Sagradas Escrituras, assim como no estudo comparado de outras traduções para o castelhano e o flamengo, sem esquecer as versões inglesas e dinamarquesas, de modo a chegar às versões portuguesas para o malaio, o malabar e outras línguas autóctones do Oriente.

erros, e separar o bem que fez, do mal que obrou. Deste temos a sua apostasia, que o fez criminoso²¹⁷; amemos porém as suas obras no que ellas são uteis, e dignas de estimação; e pois elle com esta fez grandes serviços á Christandade, não há, porque não possamos usar della, ainda que seja de hum home de diversa Comunhão²¹⁸, [...].

Evidenciou-se a faceta missionária e a componente ultramarina das pregações de João Ferreira A. de Almeida, revelando aspectos quase desconhecidos do intercâmbio entre as metrópoles e as suas colónias, neste caso entre as Províncias Ultramarinas e as possessões adjacentes a Batávia, sem deixar de expor o contexto indiano. Eram os avanços de uma verdadeira “República das Letras” a uma escala continental cujos frutos ainda subsistem, como na América Latina e no Brasil, por exemplo. Durante o século XIX, a *British and Foreign Bible Society* e a *American Bible Society* distribuíram milhares destas traduções em Portugal e nas principais cidades do Brasil, tornando-se um dos textos mais populares das Escrituras, especialmente usada pelos círculos evangélicos lusófonos²¹⁹.

Para a historiografia bíblica, esta *Memoria* é um exemplo evidente do verdadeiro ecumenismo, apesar das facções religiosas em diferendo, como é notório no pensamento de António Ribeiro dos Santos. Eram os sinais de mudança e, obviamente, a figura daquele

²¹⁷ Crítica virulenta de António Ribeiro dos Santos contra João Ferreira A. de Almeida. Ainda que lhe tivesse a maior das admirações, acaba por apelidá-lo de “criminoso”....

²¹⁸ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre algumas Traducções, e Edições Biblicas menos vulgares; em Lingua Portugueza, especialmente sobre as Obras de João Ferreira de Almeida», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, p. 57.

²¹⁹ *Bíblia Ilustrada*, tradução de João Ferreira Annes de Almeida, apresentação e fixação do texto por José Tolentino Mendonça, ilustrações de Ilda David, fotografias de José Costa Alves, revisão de Luís Abel Ferreira, vols. I-VIII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006-2008.

tradutor era um verdadeiro símbolo de abnegação, o qual merecia, com toda a razão, ser melhor recordado pela Cultura portuguesa.

*

Perante as numerosas matérias históricas que António Ribeiro dos Santos tratou nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, ressalta o seu interesse pela biografia e os escritos de D. Francisco de Melo²²⁰ [Lisboa, 1485?/1490?-Évora, 1536], uma das personagens mais eruditas do Humanismo português, embora o seu legado tivessem caído no esquecimento, incumbência a que o Autor se impôs recordar²²¹.

Dos poucos dados biográficos conhecidos, sabe-se que D. Francisco de Melo era filho de D. Manuel de Melo [?-?], alcaide-mor de Olivença, reposteiro-mor de D. João II e capitão de Tânger, e de sua mulher D.^a Brites da Silva [?-?], pertencendo à alta nobreza. Tendo manifestado uma inteligência extraordinária desde tenra idade, D. Manuel I autorizou que estudasse na Universidade de Paris²²², subsidiando-o com uma bolsa de estudos entre 1514 e 1520, a expensas da feitoria portuguesa da Flandres²²³.

²²⁰ «D. Francisco de Melo», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pp. 197-198; «D. Francisco de Melo», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, pp. 8-10; vol. IX, p. 343; «D. Francisco de Melo», in *Portugal. Dicionario Historico...*, vol. IV, p. 971; «D. Francisco de Melo», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, p. 800; RAMALHO, Américo da Costa – «D. Francisco de Melo», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. XIII, cols. 254-255; SANTOS, Luís Miguel Ferreira – *D. Francisco de Melo: biografia e escritos*, dissertação de mestrado em Matemática para o Ensino, FCTUC [versão policopiada], Coimbra, 2007.

²²¹ Sobre esta *Memoria*: RIBEIRO, José Silvestre – *Primeiros Traços d'uma Resenha da Litteratura Portugueza*, vol. I, pp. 74-75; *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. III, p. 85; BATAILLON, Marcel – «Erasmus et la Cour de Portugal», in *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1952, pp. 62-63.

²²² MATOS, Luís de – *Les Portugais en France au XVI^e Siècle*. Études et Documents, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1952.

²²³ A sua moradia importava uma quantia de 38.160 réis anuais. TERRA, José da Silva – «Nouveaux Documents sur les Portugais à l'Université de Paris (XVI^e siècle)»,

Tendo assistido às aulas de Matemática e Filosofia leccionadas por Pierre Brissot [?-?], formou-se nestas duas Faculdades, recebendo os graus de mestre em Artes e licenciado em Teologia. Tomando as ordens de presbítero, regressaria a Portugal, sendo extremamente bem acolhido por D. João III²²⁴, que o convida para o seu Conselho e para mestre de Matemática dos infantes, nomeando-o ainda capelão do Paço Real. Movendo-se entre Lisboa e Évora, aqui foi preceptor do infante D. Henrique, futuro cardeal-rei, hospedando o sábio flamengo Nicolau Clenardo²²⁵ [1495-1542], lente da Universidade e mestre do mesmo infante.

Além de matemático²²⁶, possuía grande reputação pela sua eloquência²²⁷, fosse em português ou em latim, tendo sido encarregado por D. João III pelas orações de abertura²²⁸ nas Cortes de Torres Novas [1525] e nas Cortes de Évora [1535]. Contudo, seria como físico e cosmógrafo que mais se assinalaria, como patentes nas reuniões de Badajoz acerca das questões das Molucas²²⁹ [1524].

in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V, FCG, Paris, 1972, p. 205. Nesta *Memoria* encontra-se uma transcrição desses 'recibos'.

²²⁴ BUESCU, Ana Isabel – *D. João III*, «Reis de Portugal», vol. XV, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006, pp. 167-168.

²²⁵ CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Clenardo e a sociedade portuguesa do seu tempo*, 3.^a edição actualizada, Coimbra Editora, Coimbra, 1949.

²²⁶ GUIMARÃES, Rodolfo – *Les Mathématiques au Portugal* [s. n.], Coimbra, 1909, p. 373.

²²⁷ Cf. *Sermam histórico, e panegyrico do Doutor Angelico S. Thomas de Aquino. Recitou-o no Convento da Ordem dos Pregadores da Cidade do Porto, aos 7. de Março de 1725, Fr. Francisco de Mello...*, in *Catálogo da Colecção de Miscelâneas (vols. CLXXVI a CCLXXX)*, direcção de M. Lopes de Almeida, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1969, § 3853, p. 158.

²²⁸ Saiu impressa pela primeira vez em «Fala que fez Frâncisco de Melo nas Cortes del Rey dom João o terceyro na villa de Torres nouas a XIX de Setembro. Anno de M. D. XXV. dia de São Miguel na ygreja de sam Pedro», in *O Portugal Velho*, n.º 156, Typographia de J. F. de Sampaio, Lisboa, 6 Agosto 1839, pp. 3301-3308.

²²⁹ VITERBO, Sousa – *Trabalhos Nauticos*, vol. I, p. 210; ALBUQUERQUE, Luís de – «O Tratado de Tordesilhas e as dificuldades técnicas da sua aplicação rigorosa», in *Estudos de História*, vol. II, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1974, pp. 123, 241-242.

Gil Vicente, numa das suas comédias, cita-o como um dos sábios do seu tempo. Com efeito, entre gracejos, afirmava que possuía “ciência avondo”²³⁰ e frequentara no colégio de Montaigne as lições de Gaspar Lax²³¹ [1487-1560], que aliás lhe fez o mais rasgado elogio. Não deixou, porém, nenhuma obra impressa acerca destas ciências, mas apenas alguns manuscritos com comentários em latim sobre o *Tratado de Óptica* e a *Perspectiva* atribuídos a Euclides [?-?] e a *Hidrostatica* e *De incidentibus in humidis* [Dos Flutuantes], de Arquimedes [?-?], entre outros clássicos.

D. Francisco de Melo, enquanto pensador humanista, foi um intelectual de primeira marca. Denota-se, no seu pensamento, uma pura valorização do espírito humano e uma atitude permanentemente inquiridora, a par de um imenso interesse pelas obras artísticas, científicas e literárias da Antiguidade Clássica, patente no seu gosto por Euclides, Arquimedes ou Cícero, como se advoga:

D. Francisco de Mello, Fidalgo de linhagem, foi filho de D. Manoel de Mello²³², Alcaide mór de Olivença, Reposteiro mór do Senhor Rei D. João II., e terceiro Governador de Tangere, Irmão de D. Rodrigo de Mello, Conde de Olivença²³³, e de sua mulher D. Brites da Silva²³⁴: [...] Nasceu em Lisboa em 1490.

²³⁰ *Compilação de todas as obras de Gil Vicente*, edição literária de M.^a Leonor Carvalhão BUESCU, INCM, Lisboa, 1984, vol. I, p. 145; vol. II, p. 647.

²³¹ COXITO, Amândio A. – *Lógica, Semântica e Conhecimento na Escolástica Peninsular Pré-Renascimentista*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1981, pp. 15-16.

²³² *Chancelaria de D. João II*, Livro XXII, f.^o 101.

²³³ D. Rodrigo Afonso de Melo, ou Rui de Melo, 1.^o e único conde de Olivença, 4.^o senhor de Ferreira de Aves e 3.^o senhor de Arega [c. 1430-1487] foi 1.^o capitão e governador de Tânger, desde a sua conquista [28 de Agosto de 1471] a 1484. Cf. *Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até á sua ruína...*, tradução de R. P. Buonaventura Diaz, Imprenta Ferreiriana, Lisboa Occidental, 1732.

²³⁴ DIAS, Pedro – *Fydias peregrino. Nicolau Chanterene e a escultura europeia do Renascimento*, Instituto de História da Arte/CENEL Electricidade do Centro, Coimbra, 1996, pp. 147-148.

Havia elle recebido da natureza todas as partes necessarias de engenho, e de bom siso para bem tratar as Sciencias; e a educação com que delle cuidárão tanto seus pais, como seus mestres, augmentou, e aperfeiçoou sobremaneira o talento natural com que nascêra.

O Senhor Rei D. Manoel, liberal Protector das Letras²³⁵, prementindo nelle tão boas disposições, e principios com que muito poderia servir ao Estado; ordenou-lhe, que fosse adiantar os seus conhecimentos litterarios na Universidade de Pariz, e lhe mandou assistir, e continuar com as suas moradias²³⁶ e algumas de custo²³⁷.

Alli se deo com todo o ardor aos estudos de Filosofia, e sobre tudo das Mathematicas, aprendendo estas duas Sciencias²³⁸ com Pedro Brisou²³⁹, grande Filosofo, e Mathematico daquelle tempo, e professor de Artes, e Medicina em Pariz. Tomou na Universidade o grão de Mestre em Artes²⁴⁰: depois voltou seus cuidados aos estudos de Santa Theologia, em que tambem recebeo as honras de Licenciado²⁴¹.

²³⁵ REBELO, Luís de Sousa – «Humanismo», in *Dicionário de Literatura*, vol. II, pp. 431-442.

²³⁶ AN/TT, *Corpo Chronologico*, Parte I, maço XIV, doc. LXVI; maço XXI, doc. XLIII.

²³⁷ AN/TT, *Corpo Chronologico*, Parte I, maço XXIV, doc. XLII.

²³⁸ SARAIVA, António José – *História da Cultura em Portugal*, vol. II, Jornal do Fôro, Lisboa, 1953, p. 497; BUESCU, M.^a Leonor Carvalhão – *Aspectos da herança clássica na cultura portuguesa*, «Biblioteca Breve. Série Literatura», n.º 33, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1979, pp. 18-19.

²³⁹ Refere-se ao sábio francês Pierre Brissot [1478-1522]: «A corrente theorica disciplinada por um renascimento da obra de Hippocrates foi suscitada pelo medico francez Pierre Brissot, que se refugiou em Portugal e aqui discutiu com o Physicomór ácerca da sangria da pleuriz.» BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção publica portugueza*, vol. II [1555-1700], Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1895, p. 769.

²⁴⁰ AN/TT, *Corpo Chronologico*, Parte I, maço XIV, doc. LXVI. Cf. BRANDÃO, Mário – *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, vol. I, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1948, pp. 114-115.

²⁴¹ BRAGA, Teófilo – *História da Literatura Portuguesa (Recapitulação)*. *Renascença*, 3.^a edição, vol. II, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 2005, pp. 415-416.

Acabados felismente seus estudos, restituiu-se a Portugal, aonde mereceu as honrosas contemplações do Senhor Rei D. Manoel, que o fez do seu Conselho²⁴², e o nomeou Mestre de seus filhos os Infantes para os instruir nas Sciencias exactas²⁴³.

Foi grande cortesão, e encarregado de muitos negocios politicos, e muito amado dos Principes, e não menos dos Sábios, que sobremaneira o veneravão, havendo-o por hum novo astro da Litteratura Nacional²⁴⁴. [...]. O que mais o distinguio o ennobreceu naquelles tempos foi o trato das Mathematicas²⁴⁵, que então começarão de se espertar em outros Reinos, e que os nossos Portuguezes já muito amavão, e promovião desde os formosos dias do claro Infante D. Henrique²⁴⁶.

Entre ellas as partes que tocavam á Astronomia, á Cosmographia, á Mechanica, e á Optica, e Perspectiva, forão as que mais cultivou, e porque grangeou hum grande nome entre os nossos²⁴⁷ [...].

²⁴² AN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro XVII, f.º 9.

²⁴³ *Portugal. Breviário da Pátria para os Portugueses ausentes*, Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, 1946, p. 284.

²⁴⁴ CARVALHO, Joaquim de – *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*, vol. I, Universidade de Coimbra, 1947, pp. 14, 34; REBELO, Luís de Sousa – *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1982, p. 93.

²⁴⁵ OLIVEIRA, J. Tiago de – *O essencial sobre a História das Matemáticas em Portugal*, «Coleção Essencial», n.º 41, INCM, Lisboa, 1989.

²⁴⁶ «Como o nobre appetite de huma gloria solida se conspirava com o seu genio, deu-se a muitas sciencias com tanta applicação, como se por ellas quisesse merecer fortuna; mas as Mathematicas foraõ as que lhe deverão mais severo estudo. Lia, meditava, conversava com os sabios, e estes foraõ seus principaes exercicios pelo longo espaço de dezoito annos, até que seu grande Pay foy triunfar por suas virtudes em mais alto Imperio. Mas na força destas estudiosas applicações vio-se obrigado a chamar Ceuta pelo seu valor.» FREIRE, Francisco José – *Vida do Infante D. Henrique...*, Livro II, Officina de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1758, p. 104.

²⁴⁷ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Vida, e Escritos de D. Francisco de Mello», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. 237-241.

As adendas científicas de D. Francisco de Melo a diversas obras gregas e latinas que conseguiram sobreviver até aos nossos dias são extremamente escassas, pesem embora as referências acerca de tais registos. Obviamente que os temas ligados à Matemática e a Cosmografia centrariam a atenção daquele humanista²⁴⁸, mas os moldes eloquentes de um Cícero deveriam constar dos seus interesses. Devido aos seus compromissos religiosos e diplomáticos, possuiria uma excelente rede de contactos de estudo, o que lhe permitiu aceder às redescobertas das obras clássicas publicadas por toda a Europa:

Não nos deixou, ou não chegou a nós obra alguma delle sobre cousas da Cosmographia²⁴⁹, mas de seus altos estudos nas Sciencias Exactas dous illustres testemunhos nos ficarão em dous rarissimos Tratados MSS. de outro assumpto, de que há hum precioso exemplar em fol. na Real Bibliotheca de Lisboa, que para ella veio entre outros muitos de alto preço da magnifica doação, que fez áquella Casa o mui pio, e mui douto Bispo de Beja o Ex.^{mo} e R.^{mo} D. Fr. Manoel do Cenaculo Villasboas²⁵⁰.

Hum destes Tratados que foi a primeira producção de seu engenho contém o Commentario Latino que elle compoz sobre a Theoria da Optica, e Perspectiva attribuida a Euclides, o unico tratado importante nesta materia, que nos deixou a antiguidade²⁵¹. Então começavão lentamente a renascer estes estudos, e a

²⁴⁸ BATAILLON, Marcel – *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1952.

²⁴⁹ ALBUQUERQUE, Luís de – «O Tratado de Tordesilhas e as dificuldades técnicas da sua aplicação rigorosa», in *Estudos de História*, vol. II, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1974, pp. 123, 241-242.

²⁵⁰ *Idem*, p. 123.

²⁵¹ In *Euclidis Megarensis Philosophi atque Mathematici præstantissimi Perspectiva Commentaria*, manuscrito, 1521; Cf. CLAGETT, Marshall – *Archimedes in the Middle Ages. The Fate of the Medieval Archimedes*, vol. III, American Philosophical Society, Filadélfia, 1978, p. 1075.

plantar-se hum novo ramo da Optica, qual era a Perspectiva, arte que deveo a sua restauração á Pintura, e ás Decorações Theatraes, que se principiárão a promover naquelle Seculo²⁵².

Esta Sciencia devendo ser apoiada nos principios fundamentaes da Optica, e tratada em tudo o mais segundo as regras da Geometria pura, demandava hum bom Fysico, e hum bom Geometra; e D. Francisco de Mello era hum Filosofo, e Mathematico muito habil para tomar sobre seus hombros esta empreza²⁵³. Os muitos negocios politicos, de que então foi encarregado, não lhe derão lugar para entrar em obra mais extensa, e apurada, mas o que elle disto escreveo naquelles tempos, ainda antes dos tres grandes Geometras Daniel Barbaro²⁵⁴, Pedro de Borgo²⁵⁵, e Alberto Durer²⁵⁶, que forão os que melhor comprehendêrão as regras da Perspectiva naquelle Seculo; ainda hoje merece que se leia, e passe com louvor á mais remota posteridade. [...]

Esta Prefação²⁵⁷ he escrita com muita elegancia, e sabedoria: nella falla da maravilhosa construcção do corpo humano, e em particular da fabrica dos olhos, e das couzas que pertencem á

²⁵² ALBUQUERQUE, Luís de – «Fragmentos de Euclides numa versão portuguesa do século XVI», separata de *Revista Ciências do Homem*, Universidade de Lourenço Marques, 1968.

²⁵³ GOMES, Cristina Ribeiro – *História da teoria das paralelas: de Euclides à geometria não-euclidiana*, dissertação de mestrado em Matemática, FCUP [versão policopiada], Porto, 2004.

²⁵⁴ Daniel Barbaro [1513-1570], autor de *M. Vitruuii Pollionis De Architectura Libri Decem, cum commentariis Danielis Barbari, Electi Patriarchæ Aquileiensis: multis Aedificiorum, Horologiorum, et Machinarum descriptionibus, & figuris, unâ cum indicibus copiosis, auctis & illustratis...*, Franciscum Franciscum Senensem, & Ioan[nem] Crugher Germanum, Veneza, 1567.

²⁵⁵ Refere-se, certamente, a Piero della Francesca [c. 1415/1420-1492].

²⁵⁶ Albrecht Dürer [1471-1528], autor de *Clariss[immi] Pictoris et Geometræ Alberti Dureri, De varietate figurarum et flexuris partium ac gestib[us] imaginum, libri duo, qui priorib[us] de symmetria quondam editis, nunc primum in latinum comuersi accesserunt...*, Hieronymum Formschneyder, Nuremberga, 1534.

²⁵⁷ *In Euclidis Megarensis Philosophi atque Mathematici praestantissimi Perspectiva Commentaria* [1521].

sciencia da visão, que forma a Optica, e a Perspectiva: diz que nesta parte da Mathematica escrevêrão entre os Gregos muitos, mas poucos entre os Latinos antigos, e modernos; por que excepto Vitello²⁵⁸, ou Vitellion, celebre Mathematico do Seculo XIII. que compoz prolixamente dez Livros sobre a Optica, a não achara cousa digna de aproveitar entre elles²⁵⁹.

Nesta *Memoria* encontra-se uma descrição minuciosa de um precioso códice manuscrito contendo vários tratados matemáticos de D. Francisco de Melo redigidos em latim. O padre José Caetano de Almeida²⁶⁰ [?-?], bibliotecário de D. João V, afirmou possuir um volume manuscrito, no qual se encontravam coligidas as orações que D. Francisco de Melo fizera nas diferentes Cortes, uma tradução de Cícero com um prólogo e algumas proposições ordenadas pelo cardeal D. Afonso²⁶¹ [?-?] para o sínodo de Évora. Este volume foi consumido, como muitos outros, no incêndio que se seguiu ao terramoto de 1 de Novembro de 1755, restando unicamente o índice do que nele se continha:

Além deste Tratado compoz elle hum Commentario ao Livro da incidencia dos corpos sobre os liquidos, de Archimedes²⁶²:

²⁵⁸ Aqui se alude a Vitellion, sábio francês, também conhecido por outros nomes: Erazmus Ciolek Witelo, Witelon, Vitellio, Vitello Thuringopolonis ou Erazm Ciolek [c. 1230/35-c. 1275], dedicado à Óptica e aos comentários do matemático árabe Alhazen [965-1039]. Cf. *Vitellonis Mathematici Doctissimi... id est de natura, ratione, & projectione radiorum uisus, luminum, colorum at[que] formarum, quam uulgo Perspectiuam vocant...*, Ioannum Petreium, Nuremberga, 1535; *Opticæ Thesaurus Albazeni Arabis libri septem, nunc primum editi. Eiusdem liber de crepusculis Et nubium ascensionibus. Item Vitellonis Thuringopoloni Libri X. Omnes instaurati, figuris illustrati & aucti, adiectis etiam in Albazenum commentarijs...*, Officina Episcopiana, Basileia, 1572.

²⁵⁹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Vida, e Escritos de D. Francisco de Mello», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, pp. 241-244.

²⁶⁰ «D. Francisco de Mello», in *Portugal. Diccionário histórico...*, vol. IV, p. 971.

²⁶¹ *Idem, ibidem*.

²⁶² DÍAZ Y DÍAZ, Manuel – *Hislampa. Hispanorum index scriptorum latinorum medii posteriorisque...*, «Mare Liberum», INCM, Lisboa, 1993, p. 276.

este famoso Mathematico da Grecia, que espalhou na Mechanica a mesma luz, que derramou na Geometria, a quem devemos os verdadeiros principios da Statica, e da Hydrostatica²⁶³, havia escrito dois Livros intitutados, hum *Isorropica*, ou de *Æqui ponderantibus*, outro dos Corpos que se lanção nos fluidos²⁶⁴; nos quaes se achão, segundo a alguns parece, os fundamentos da engenhosa solução, que lhe occorrêra no banho²⁶⁵ ao problema, que lhe havia proposto o Rei Hieron de Syracusa, e que o fizera sahir pelas ruas da Cidade em grandissimo transporte, e alvoroço. Pelo menos he certo, que nestas Obras assentou elle o principio fecundo do descobrimento de muitas verdades hydrostaticas²⁶⁶, que são hoje conhecidas, e resolveo questões difficeis sobre a

²⁶³ “Arquimedes distinguiu-se nas ciências da geometria, estática e hidrostática e igualmente na óptica. Não há certeza acerca da autoria de muitos dos engenhos que lhe são atribuídos, nem mesmo do famoso ‘parafuso de Arquimedes’ ou de um planetário visto e descrito por Cícero. Muitos historiadores pensam até que a fama de Arquimedes como engenheiro é um mito – dizem eles que Arquimedes, grande admirador de Platão, considerava, acompanhando os outros filósofos gregos, ‘a arte dos engenhos’ como uma arte menor, que não deveria ocupar um verdadeiro filósofo. Escreveu um *Tratado sobre os Conóides e os Esferóides*, bem como um tratado de *Catóptrica*; porém, não é facto assente que Arquimedes tenha chegado a conhecer as propriedades específicas dos espelhos ‘conóides’ e ‘esferóides’. Certamente conhecia os fenómenos gerais da reflexão e da refração, que há muito tinham sido descritos por Aristófanis e Aristóteles, e talvez tivesse conhecido algumas das suas aplicações práticas. Arquimedes, juntamente com Newton e Gauss, é considerado um dos grandes génios matemáticos de todos os tempos. Se a sua obra não tivesse sido ensombrada pela de Aristóteles, Euclides e Platão, é provável que o progresso conducente à matemática moderna tivesse sido muito mais rápido. Só a partir da primeira publicação das suas obras completas, impressas em Basileia no ano de 1544, é que Arquimedes começou a exercer influência na evolução da matemática.” BERNARDO, Luís Miguel – *Histórias da Luz e das Cores*, vol. I, «Série do Saber», n.º 1, Editora da Universidade do Porto, 2005, p. 92. Em conformidade, ver *Archimedis Syracusani Philosophi ac geometræ excellentissimi Opera, quæ quidem extant, omnia, multis iam seculis desiderata...*, Officina de Ioannes Heruagius, Basileia, 1544.

²⁶⁴ BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, vol. I [1289 a 1555], pp. 323-324.

²⁶⁵ ORTOLI, Sven, e WITKOWSKI, Nicolas – *A banheira de Arquimedes. Pequena mitologia da Ciencia*, tradução de Isabel Mafra, «Sinais Literatura», ASA, Porto, 1997.

²⁶⁶ MOÇO, Júlia Rosália – *Perspectiva corpuscular do princípio de Arquimedes e tópicos afins*, dissertação de mestrado em Ensino da Física e da Química, FQUC [versão policopiada], Coimbra, 1994.

situação, e estabilidade de certos corpos lançados nos fluidos, dando na maior parte de suas soluções novos motivos de admirar a profundidade do seu engenho²⁶⁷.

Estes dois Tratados erão por isso dignos de hum illustre Commentador; e D. Francisco de Mello tinha todos os estudos, e talento neccessario para o ser; porém não lhe permittirão as suas occupações cortezãas abalançar-se ambos²⁶⁸; [...]

Foi D. Francisco de Mello nomeado pelo Senhor Rei D. João III. primeiro Bispo de Goa²⁶⁹ quando em 1534 se erigio a primeira Cathedral naquella Christandade do Oriente: da qual Dignidade atalhado da morte não chegou a tomar posse: finou-se em Evora em 1536, e jaz sepultado na Igreja do Convento de S. João Baptista daquella Cidade, na Capella de Christo da parte do Evangelho²⁷⁰ [...].

Personalidade interventiva na vida pública portuguesa²⁷¹, ascendeu a reitor da Universidade²⁷² [1259-1533], ainda em Lisboa. Foi o

²⁶⁷ MATEUS, Isabel Maria – *O Tratado “Das Espirais” de Arquimedes*, dissertação de mestrado em Matemática, FCUP [versão policopiada], Porto, 2001.

²⁶⁸ Na BNP existem trabalhos matemáticos da sua autoria. Sobre este códice em latim, v. STOCKLER, Francisco de Borja Garção – *Ensaio Historico sobre a origem e progressos das Mathematicas em Portugal*, Officina de P.N. Rougeron, Paris, 1819, pp. 125-128.

²⁶⁹ CARDOSO, Jorge, e SOUSA, António Caetano de – «Commentario ao XXVIII. de Feuereiro», in *Agiolôgio Lusitano*, vol. I, p. 549; vol. II, p. 174; PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2006, pp. 306, 309.

²⁷⁰ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Vida, e Escritos de D. Francisco de Mello», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, pp. 246-248.

²⁷¹ RESENDE, André de – *Oração de Sapiência (Oratio pro nostris)*, tradução de Miguel Pinto de Meneses, introdução e notas de A. Moreira de Sá, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1956, pp. 151-157; *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*, por Claude de BRONSEVAL, vols. I-II, *avant-propos* de Marcel Bataillon, introdução, tradução e notas de Maur Cocheril, Centro Cultural Português, FCG, Paris, 1970.

²⁷² FERREIRA, Francisco Leitão – *Noticias Chronologicas da Universidade...*, vol. I, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1729; *Chartularium*

primeiro bispo eleito de Goa [1533], mas não chegou a conhecer a diocese, pois morreu pouco antes de embarcar para a Índia, aos 51 anos. Esta *Memoria*, elaborada segundo as coordenadas de Diogo Barbosa Machado [1682-1772], permanece um estudo imprescindível para a biografia de D. Francisco de Melo.

*

Para um melhor conhecimento sobre os estudos matemáticos em Portugal, esta *Memoria* conserva-se um padrão comum para a percepção da vida e obra de Pedro Nunes²⁷³, sendo, muito possivelmente, o esboço biográfico mais alicerçado em toda a primeira metade do século XIX²⁷⁴. O presente breviário biobibliográfico de Pedro Nunes surgiu no prosseguimento das prospecções matemáticas de António Ribeiro dos Santos, sem deixar de utilizar os estudos judaicos, como se pode depreender das suas colaborações nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* e desenvolvidas ao longo da nossa reflexão.

Universitatis Portugalensis (1288-1537), documentos coligidos e publicados por Artur Moreira de Sá, vol. XIV (1526-1537), FCT, Lisboa, 1999, pp. LI, LXXXI, 210.

²⁷³ A bibliografia directamente relacionada com a vida e as obras de Pedro Nunes é monumental. Deste modo, a selecta afiançada nestes comentários tentou não enaltecer determinados estudos em detrimento de outros trabalhos. Cf. *Exposição bibliográfica comemorativa do IV centenário da morte de Pedro Nunes Junho 1978*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1978; CUNHA, M.^a de Fátima Vila Pouca e – «Subsídios para a bibliografia de autores portugueses referente a Pedro Nunes», separata do *Boletim da Universidade de Coimbra*, n.º 34, 3.^a Parte [s. n.], Coimbra, 1980; GONÇALVES, Carlos Correia – *Pedro Nunes: um português proeminente do século XVI e a documentação por ele produzida*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias [versão policopiada], Lisboa, 2003; *International Conference Petri Nonii Salaciensis Opera. Proceedings*, coordenação de Luís Trabucho de Campos, Henrique Leitão e João Filipe Queirós, Departamento de Matemática/FCUL, Lisboa, 2003.

²⁷⁴ MARTINS, J. A. Sampaio – «Pedro Nunes, ímpar na Hispânia Quinhentista», in *Gazeta de Matemática*, n.º 143, Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, Julho 2002, pp. 22-39.

António Ribeiro dos Santos não expôs, pelo menos com certeza efectiva, a data de nascimento de Pedro Nunes [c. 1502-c. 1578], embora não duvidasse que tenha nascido em Alcácer do Sal e a sua ascendência judaica²⁷⁵. Ignora-se quase por completo quais os seus laços familiares ou até os seus pais ou avós, mantendo-se ainda este desconhecimento²⁷⁶. Não se sabe onde terá feito os primeiros estudos, mas todos os seus biógrafos concordam que terá sido o maior geómetra ibérico e, incontestavelmente, um dos maiores matemáticos europeus do século XVI²⁷⁷.

De acordo com o Autor desta *Memoria*, Pedro Nunes frequentara os cursos de Humanidades, Filosofia e Medicina na Universidade em Lisboa, muito antes da sua nova trasladação para Coimbra, aí atingido o grau de doutor²⁷⁸. Transitando para a Universidade de Salamanca, de modo a aprofundar os seus estudos em Matemáticas, será chamado por D. João III para leccionar Artes na Universidade entre 1530 e 1532. Ao ser transferida a Universidade para Coimbra, será o responsável pela nova cadeira de Matemática desde 1544 até à sua jubilação em 1562²⁷⁹.

Por alvará de 1529, D. João III nomeou-o cosmógrafo²⁸⁰ com a pensão de 20\$000 réis anuais, cargo confirmado em 1541 com a

²⁷⁵ LEITÃO, Henrique – «Para uma biografia de Pedro Nunes: o surgimento de um matemático, 1502-1542», in *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 3, FLUL, Lisboa, 2003, p. 48.

²⁷⁶ PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Pedro Nunes. Em busca das suas origens*, Edições Colibri, Lisboa, 2009.

²⁷⁷ STOCKLER, Francisco de Borja Garção – *Ensaio Historico sobre a Origem e Progressos das Mathematicas em Portugal*, pp. 29-50.

²⁷⁸ TEIXEIRA, Francisco Gomes – «Elogio histórico de Pedro Nunes», in *Panegíricos e Conferências*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925, pp. 1-83.

²⁷⁹ CARVALHO, Joaquim de – «A actividade científica da Universidade de Coimbra na Renascença», in *Obra Completa de Joaquim de Carvalho. Filosofia e História da Filosofia*, vol. II, FCG, Lisboa, 1982, pp. 329-340.

²⁸⁰ ALBUQUERQUE, Luís de – «Cosmografia e cosmógrafos portugueses», in *Dicionário da História de Portugal*, vol. II, pp. 205-206.

renda duplicada. Em 1547 passou a cosmógrafo-mor²⁸¹ do Reino, auferindo um vencimento de 50\$000 réis. Na sua qualidade de cosmógrafo, resolveu problemas técnicos de náutica, a pedido da Coroa entre 1562 e 1572. Parece ter sido a partir daí que se ocupou de uma «aula de esfera»²⁸² versando a Astronomia e Cosmografia aos pilotos, navegadores e cartógrafos. Acompanhou a educação dos príncipes em Évora, aos quais ensinara as Matemáticas, tendo singrado nesses campos o infante D. Luís [1506-1555] e a D. Henrique [1512-1580], tal como D. João de Castro [1500-1548], entre outros.

Um dos objectivos do Autor era focar a superioridade de Pedro Nunes nas Matemáticas, as quais conheceram um forte incremento em virtude das imposições técnicas dos Descobrimentos²⁸³, forçando a sua saída da letargia medieval, embora os autores clássicos greco-latinos e árabes ainda mantivessem a sua autoridade:

Pedro Nunes he o Mathematico de maior nome que teve Portugal, e toda a Hespanha no Seculo XVI: foi natural de Alcacer do Sal²⁸⁴; estudou as Linguas, e tomou lições de Filosofia, e de Medicina na Universidade de Lisboa, aonde recebeo o gráo de

²⁸¹ CARNEMOLLA, Stefania Elena – «Pedro Nunes, matematico e cosmografo portoghese del XVI secolo, e la sua difesa do tratado da rumação do globo para a arte de navegar», separata de *Nuncius Annali di Storia della Scienza*, n.º 18, f.º 1, Leo S. Olschki, Firenze, 2003.

²⁸² ALBUQUERQUE, Luís de – *A “Aula de Esfera” do Colégio de Santo Antão no século XVII*, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1972; LEITÃO, Henrique – *A ciência na “Aula da esfera” no Colégio de Santo Antão (1590-1759)*, coordenação de Natália Correia Guedes, Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de São Francisco Xavier, Lisboa, 2007.

²⁸³ CORTESÃO, Armando – *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, Seara Nova, Lisboa, 1935, pp. 76-77; LEITÃO, Henrique – «Maritime discoveries and the discovery of science. Pedro Nunes and early modern science», separata de *Más allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica*, Universitat de Valencia, 2007, pp. 89-104.

²⁸⁴ Nas suas próprias palavras, Pedro Nunes denomina-se *Salaciensis*...

Doutor n'esta ultima Faculdade²⁸⁵. Passou depois á Salamanca, por ventura a conversar os Sábios que alli havia²⁸⁶; e a accrescentar ainda com mais doutrina o grande cabedal de seus estudos; e já póde ser que lá fosse ter, ou adiantar os de Mathematica, que n'ella se tratavam naquelles tempos com muito ardor²⁸⁷. He certo que dalli foi elle chamado para o Reino pelo Senhor Rei D. João III. para vir honrar-nos com seu illustre magisterio²⁸⁸.

Leo primeiro na Universidade de Lisboa hum curso de Artes²⁸⁹ nos annos de 1530, 1531, e 1532; e trasladada a Universidade para Coimbra, passou a reger a nova Cadeira de Mathematica²⁹⁰, de que teve Provisão de 16 de Outubro de 1544; e leo com muita reputação, e credito de seu nome até ao anno de 1562, em que foi jubilado por Carta de 4 de Fevereiro d'aquelle anno²⁹¹.

Sahirão alguns bons Discipulos de sua escôla, entre os quaes se distinguio muito Fr. Nicoláo Coelho do Amaral²⁹², Religioso da Ordem da Trindade, e primeiro Reitor do seu Collegio de

²⁸⁵ FONSECA, Fernando Taveira da – «Pedro Nunes na Universidade I. Lisboa», in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, organização de F. Ribeiro da Silva, M. Antonieta Cruz, J. Martins Ribeiro e H. Osswald, vol. I, FLUP, Porto, 2004, pp. 539-544.

²⁸⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Portugueses no Estudo de Salamanca, 1250-1550* [s. n.], Coimbra, 1962, pp. 197-198.

²⁸⁷ MARQUES, Armando de Jesus – *Portugal e a Universidade de Salamanca. Participação dos escolares lusos no governo do Estudo (1503-1512)*, «Vária. Temas científicos, literários e históricos», n.º 30, Universidade de Salamanca, 1980.

²⁸⁸ *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, autoria de André Ferrand de ALMEIDA, Francisco BETHENCOURT, Leonor Freire COSTA, *et al.*, coordenação de Joaquim Romero Magalhães, direcção de José Mattoso, vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p. 347.

²⁸⁹ FONSECA, Fernando Taveira da – «Pedro Nunes na Universidade I. Lisboa», pp. 540-541.

²⁹⁰ QUEIRÓ, João Filipe – «A Matemática (1537-1771)», in *História da Universidade em Portugal*, vol. I, t. II [1537-1771], Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra Lisboa, 1997, pp. 767-779.

²⁹¹ BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrucção Publica Portuguesa*, vol. II (1555 a 1700), p. 814.

²⁹² «Fr. Nicolau Coelho do Amaral», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, p. 490; «Fr. Nicolau Coelho do Amaral», in *Portugal. Diccionario historico...*, vol. I, p. 424.

Coimbra²⁹³, que escreveo de Chronologia²⁹⁴, e foi Substituto da Cadeira de Mathematica em sua ausencia²⁹⁵; e Manoel de Figueiredo²⁹⁶ Cosmografo mór, que foi d'estes Reinos, immediato antecessor de D. Manoel de Menezes²⁹⁷.

²⁹³ OLIVEIRA, Fr. Nicolau de – *Livro das Grandezas de Lisboa*, prefácio de Francisco Santana, com fac-símile da edição original de 1620 e texto actualizado por Maria Helena Bastos, «Conhecer Lisboa», Vega, Lisboa, 1991, tratado II, p. 15; CARDOSO, Jorge, e SOUSA, António Caetano de – *Agiológio Lusitano*, vol. III, pp. 192-193.

²⁹⁴ “[...] Alccassar salis vocatur. Vrbs nostro tempore clara, quæ talem tantumque nobis alumnum dederit, hoc est, Petrum Nonium nobilis atque Regium Mathematicum, Cui, quum in Mathematicis dem operam, mihi, aliique in hac ingeniosa palestra conluctatoribus, non possum non gratulari.” AMARAL, Fr. Nicolau Coelho do – *Cronologia, seu ratio Temporum...*, Officina de João de Barreira, Coimbra, 1554, p. 85. Ver ainda, da sua autoria, *Monostichon de Primis Hispanorum regib. lib. primus*, Officina de João de Barreira, Coimbra, 1554.

²⁹⁵ “Ausente Pedro Nunes, diversos substitutos foram providos: depois de Pero de Sousa, foi o bacharel Álvaro Nunes (por provisão de 15 de Outubro de 1558) obrigado a ler a substituição de Matemática ao mesmo tempo que regia, por um ano somente uma cadeira de Medicina; no ano seguinte ela é entregue a Fr. Nicolau Coelho do Amaral, em cujas ausências leu Pero da Cunha. Em um e outro destes casos se procedeu de acordo com o que ficara determinado, ou seja, ouvindo o proprietário da cadeira, Pedro Nunes, e seguindo a sua indicação. Quando, porém foram promulgados os *Estatutos* de 1559, julgaram-se as autoridades universitárias desvinculadas de tal obrigação. Tendo-se ausentado Fr. Nicolau Coelho, com licença do Reitor, debateu-se, em Conselho de 27 de Maio de 1560, se se devia esperar por ele - que escrevera ‘que avia de vir logo’ - ‘e se se avia de pedir parecer do doutor pero nunez’, tendo-se deliberado nem esperar nem pedir parecer, com base nas determinações dos ‘Estatutos novos que declarão o que em semelhantes sustituições se deve fazer’, e considerar vaga a substituição.” FONSECA, Fernando Taveira da – «Pedro Nunes na Universidade II. Coimbra», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV [s. n.], Lisboa, 2001-2002, p. 314.

²⁹⁶ FIGUEIREDO, Manuel de – *Hydrographia, exame de pilotos, no qual se contem as regras que todo piloto deve guardar em suas navegações, assi no sol, variação da agulha, como no cartear, com algumas regras da navegação de Leste, Oeste, com mais o aureo numero, epactas, marès, & altura da estrella pollar: com os Roteiros de Portugal pera o Brasil, Rio da Prata, Guiné, Sam Thomé, Angolla, & Indias de Portugal, & Castella...*, Officina de Vicente Álvares, Lisboa, 1614. Cf. «Manuel de Figueiredo», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pp. 267-268.

²⁹⁷ MELO, D. Francisco Manuel de – «Navfragio da Armada Portvgveza em França. Anno 1627. Epanaphora Tragica Segvnda», in *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, introdução e apêndice documental por Joel Serrão, INCM, Lisboa, 1977, pp. 153-272. Cf. «D. Manuel de Meneses», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, p. 310-312; «D. Manuel de Meneses», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, pp. 60-61; «D. Manuel de Meneses», in *Portugal. Diccionario historico...*, vol. IV, pp. 1054-1055.

Foi Mestre do Infante D. Luis²⁹⁸, a quem muito servio; sendo tambem moço de sua Camara desde 1538. accrescentando depois em 1545 de Moço da Camara a Escudeiro; em 1551 de Escudeiro a Cavalleiro com as competentes moradias: e foi tambem Mestre do Senhor D. Henrique²⁹⁹, Cardeal, e depois Rei; e ensinando ao primeiro dos Infantes a Filosofia, e Arithmetica, a Geometria, a Acustica, e a Astronomia; ao segundo além da Arithmetica e Geometria, o Tratado da Esphera, as Theoricas dos Planetas, parte da grande composição dos Astros de Ptolomeu, a Mechanica de Aristoteles, e toda a Cosmographia.

O illustre Governador, e Vice-Rei da India D. João de Castro³⁰⁰ cursou junto com os Infantes a sua escola, e d'ella recebeo o muito que soube n'estas Sciencias; e o Senhor Rei D. Sebastião³⁰¹ o houve tambem como seu Mestre, ouvindo de boamente os seus discursos, e instrucções.

²⁹⁸ “Aprendeu as sciencias mais proprias com o insigne Portuguez, e professor de todas Pedro Nunes (cujo nome ninguem pronunciou sem epitheto honroso) e fez tal progresso nellas pela vivez do engenho, pela grandeza da comprehensão, e pela applicação do estudo, que não deixou mais acreditado o Mestre pela honra do magisterio, que pelo fruto da disciplina.” PORTUGAL, D. José Miguel João de – *Vida do Infante D. Luiz*, Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa, 1735, p. 5; ALMEIDA, Alfredo Betâmio – «Infante D. Luís (1506-1555)», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, pp. 71-72; VALENTIM, Carlos Baptista – *O Infante D. Luís (1506-1555) e a investigação do mar no Renascimento: dados para uma biografia “completa”*, Academia de Marinha, Lisboa, 2006.

²⁹⁹ CARVALHO, Joaquim de – «Pedro Nunes, mestre do cardeal Infante D. Henrique», separata de *A Cidade de Évora* [s. n.], Lisboa, 1951.

³⁰⁰ “Aprendeo as Mathematicas com Pedro Nunes, o mayor homem, que desta profissão conheceo Portugal; fazendo-se tão singular nesta Sciencia, como se a houvera de ensinar. Nesta escola acompanhou o Infante D. Luiz, a quem se fez familiar, ou pela qualidade, ou pelo engenho; porém como D. João amava as letras por obediencia, e as armas por destino, despresou, como pequena, a gloria das escolas, achando para seguir a guerra, em si inclinação, em seus avós exemplo.” ANDRADA, Jacinto Freire de – *Vida de D. João de Castro, Quarto Viso-Rey da India*, nova edição emendada, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1798, pp. 2-3.

³⁰¹ Esta questão permanece envolta em brumas. Cf. PEREIRA, M.^a Teresa Lopes – *Pedro Nunes. Em busca das suas origens*, pp. 63-65.

Foi Cosmografo mór d'estes Reinos³⁰², cargo em que o pôz o seu merecimento, havendo esta mercê do Senhor Rei D. João III. de quem era bem aceito, e de quem costumava receber muita honra, e distinção. Teve a principio curto mantimento neste Officio; mas foi-lhe depois accrescentado em consideração do bem, que elle tinha servido, com mais largas mercês, tanto pelo mesmo Principe como por seu Successor o Senhor Rei D. Sebastião seu Neto.

Este em 1572 o mandou vir de sua casa para residir na Corte, aonde muito folgava de o ter, e aproveitar seu grande prestimo³⁰³.

Foi casado com Izabel Tavares³⁰⁴, de quem houve filhos³⁰⁵. Não sabemos ao certo o tempo de sua morte, nem aonde jaz sepultado³⁰⁶, perdendo-se a memoria do jazigo de seu corpo, que nunca nos devera esquecer, assim como se achava já perdida a lembrança do de Archimedes³⁰⁷ nos tempos do Orador Romano³⁰⁸.

³⁰² MOTA, A. Teixeira da – «Os Regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do Ensino Náutico em Portugal», separata de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, vol. XIII, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1969.

³⁰³ GONÇALVES, J. Vicente – «Passos de Pedro Nunes ao serviço do rei», separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, vol. XXVI, ACL, Lisboa, 1985, pp. 21-51.

³⁰⁴ BAIÃO, António – *O matemático Pedro Nunes e sua família á luz de documentos inéditos*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915.

³⁰⁵ GUIMARÃES, Rodolfo – «Vida e descendência de Pedro Nunes», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. IX, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915.

³⁰⁶ Pedro Nunes morreu a 11 de Agosto de 1578, mas desconhece-se o local onde se encontra sepultado, se em Coimbra ou na sua propriedade de Ardazubre, nas cercanias coimbrãs.

³⁰⁷ «Será que Cícero traz à memória a figura do célebre geómetra grego com o intuito de falar da sua obra e do valor da cultura grega, que tanto apreciava? Não. O seu objectivo claro é ilustrar o orgulho que sentiu um simples romano de Arpino por ter dado a conhecer a Siracusa – a mais importante cidade da Sicília, e em tempos a mais culta – o paradeiro do túmulo do seu mais genial cidadão, Arquimedes. É que há gestos que passam se a escrita os não passar à memória. E também o de Cícero ficaria na sombra, se ele mesmo o não narrasse...” PEREIRA, Virgínia Soares – «Cícero e a descoberta do túmulo de Arquimedes», in *Boletim de Estudos Clássicos*, n.º 44, Instituto de Estudos Clássicos/FLUC, Coimbra, Dezembro 2005, pp. 81-82.

³⁰⁸ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Vida e Escritos de Pedro Nunes», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. 250-255.

Adiante as questões puramente biográficas e o desconhecimento do sepulcro de Pedro Nunes, encontra-se nesta *Memoria* uma síntese das suas obras e opúsculos, na qual sobressai o famoso *Tratado da Esfera* [1537], sem esquecer as traduções e anotações críticas a várias obras da Antiguidade e da Idade Média.

Em primeiro lugar, a menção incontornável ao *Tratado da Esfera*³⁰⁹ [1537], tradução anotada para *De Sphaera*³¹⁰, de John of Holywood³¹¹ [c. 1190-1256], mais conhecido por João de Sacrobosco, acompanhado da versão portuguesa sobre a *Teórica do Sol e da Lua*, de Georg von Peurbach³¹² [1423-1461], ou Jorge Purbáquio, e do Livro I da *Geografia* de Cláudio Ptolomeu³¹³ [c. 90-168 d. C.], bem como dois pequenos tratados originais: o *Tratado de Certas Dúvidas da Navegação*³¹⁴ [onde responde às questões que Martim Afonso de Sousa³¹⁵ (Vila Viçosa, c. 1490/1500-Lisboa, 1571) lhe colocara sobre as navegações a sul do Equador] e o *Tratado em Defesa da Carta*

³⁰⁹ *Pedro Nunes (1502-1578). Novas terras, novos mares eo que mays he: novo ceo e novas estrelas*, comissariado científico de Henrique de Sousa Leitão, coordenação técnica de Lúcia de Azevedo Martins, «Bibliografias», BNL, Lisboa, 2002, p. 16. Refira-se ainda o *Astronomici Introductori de Sphaera Epitome*, um resumo do *Tratado da Esfera*, pequeno opúsculo não datado, que se supõe redigido posteriormente a 1537.

³¹⁰ ALBUQUERQUE, Luís de – “Sobre um manuscrito quatrocentista do ‘Tratado da esfera’ de Sacrobosco”, separata da *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, n.º 28, FCUC, Coimbra, 1959.

³¹¹ THORNDYKE, Lynn – *The Sphere of Sacrobosco and its Commentators*, Chicago University Press, Chicago, 1949.

³¹² FOX, William – «George von Peurbach», in *The Catholic Encyclopedia*, 1913.

³¹³ DUARTE, Joana – *De Ptolomeu a Gutenberg: a divulgação científica em Portugal*, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2000.

³¹⁴ *Tratado que o doutor Pero Nunez fez em deffensan da Carta de Marear. Tratado que ho doutor Pero Nunez fez sobre certas duvidas da navegação*, J. B. Obernetter, Munique, 1915.

³¹⁵ ALBUQUERQUE, Luís de – «Pedro Nunes e os homens do mar do seu tempo», in *Oceanos. Pedro Nunes*, n.º 49, CNCDP, Lisboa, 2002, pp. 143-147; PELÚCIA, Alexandra – *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem. Trajectórias de uma elite no império de D. João III e D. Sebastião*, «Teses», n.º 6, Centro de História de Além-Mar, Lisboa, 2009.

de *Marear*³¹⁶, no qual introduz o conceito das “loxodromias”³¹⁷, utilizado por Gerard Mercator [1512-1594] para conceber a projecção cartográfica que ostenta o seu nome³¹⁸.

No decurso desta *Memoria*, António Ribeiro dos Santos aponta outras obras de Pedro Nunes, como foi o caso *De Arte atque Nauigandi Libri Duo*³¹⁹ [1573] ou *In Problema Mechanicum Aristotelis de Motu Nauigj ex Remis*³²⁰ [1573], por exemplo. Seguem-se *In Theoricis Planetarum*³²¹ [1573] e *De Erratis Orontii Finei*³²² [1546, reeditado em 1572] ou *De Crepusculis*³²³ [1542, reeditado em 1571], talvez a sua obra mais original, ao contrário do *Tratado da Esfera*, publicada

³¹⁶ QUEIRÓ, João Filipe – «Pedro Nunes e as linhas de rumo», in *Gazeta de Matemática*, n.º 143, Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, Julho 2002, pp. 42-47.

³¹⁷ “Quando um navio singra em rumo constante, diz-se que segue uma linha loxodrómica, que intersecta os meridianos sempre segundo o mesmo ângulo. Na carta de navegar em uso no século XVI, a linha loxodrómica não era, segundo Pedro Nunes (que se refere ao caso concreto do rumo de nordeste), nem um «círculo, nem linha direita» (isto é, recta), mas sim uma linha curva que o cosmógrafo representou numa figura inserida no seu *Tratado em Defensão da Carta de Marear*, publicado no corpo do *Tratado da Esfera*, de 1537.” Cf. ALBUQUERQUE, Luís de – «Linha loxodrómica», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 626-627.

³¹⁸ CASACA, João – *Pedro Nunes e a Carta de Mercator*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2004.

³¹⁹ *Petri Nonii Salaciensis De Arte Atque Ratione Nauigandi Libri Duo. Eiusdem in theoricis Planetarum Georgij Purbachij annotationes, & in Problema mechanicum Aristotelis de motu nauigij ex remis annotatio vna. Eiusdem De erratis Orontij Finoei Liber vnus. Eiusdem de Crepusculis lib. I. Cum libello Allacen de causis Crepusculorum*, António de Maris, Coimbra, 1573.

³²⁰ LEITÃO, Henrique – *O Comentário de Pedro Nunes à Navegação a Remos*. In *Problema Mechanicum Aristotelis de Motu Nauigj ex Remis*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2002.

³²¹ Ver n. 310.

³²² Onde contesta a solução encontrada pelo matemático francês Oronce Finé [1494-1555] para resolver três problemas clássicos da Geometria [duplicação do cubo, quadratura do círculo e trissecção de um ângulo]. Cf. *Orontii Finei Delphinatis... In sex priores libros geometricorum elementorum Euclidis Megarensis demonstrationes. Quibus ipsius Euclidis textus græcus, suis locis insetus est: vnâ cum interpretatione latina Bartholomæi Zamberti Veneti, ad fidem geometrica[m] per eundem Orontium recognita*, Simon Colina, Paris, 1536.

³²³ VILAR, Carlos – *De crepusculis de Pedro Nunes*, Centro de Matemática/Universidade do Minho, Braga, 2006.

em latim, o que lhe concedeu maior prestígio a nível internacional. Seguem-se o *Annotatio de Climatibus*³²⁴ [1556] ou o *Libro de Algebra en Arithmetica y Geometría*³²⁵ [Antuérpia, 1567], editado em castelhano, ainda que Pedro Nunes afirmasse tê-lo escrito em português 30 anos antes, no qual avalia os algebristas do seu tempo.

As suas obras, algumas actualmente perdidas, rapidamente conheceram repercussão significativa na Europa, sendo reconhecido como génio ainda em vida³²⁶. A sua notoriedade, porém, não esmoreceu após a morte. Por exemplo, John Dee³²⁷ [1527-1608?/1609?], astrólogo e cosmógrafo de Isabel I de Inglaterra [1533-1603], alude a “Petrus Nonius Salaciensis” numa das suas cartas a Gerard Mercator, chamando-lhe “uiro [...] eruditissimo grauissimoque” (*homem eruditíssimo e ilustríssimo*) – de resto, John Dee revelou uma profunda amizade pelo sábio português, tendo manifestado o desejo de legar os seus escritos e pertences a Pedro Nunes. De igual forma, sabe-se que Pedro Nunes manteve correspondência epistolar com outros humanistas da época, como recorda o Autor:

³²⁴ *Sphaera Ioannis de Sacro Bosco emendata Eliæ Vineti Santonis Scholia in eandem Sphaeram ab ipso auctore restituta. Adiunximus huic libro Compendium in Sphaeram per Pierium Valerianum Bellunensem. Et Petri Nonii Salaciensis Demonstrationem eorum...* Gulielmum Cavellat, Paris, 1556, pp. 97-103.

³²⁵ ESCOBAR, F. Martin – “Sobre el ‘Libro de Algebra en Arithmetica y Geometria’, de Pedro Núñez”, in *Revista Matemática Hispano-Americana*, n.º 10 [s. n.], Madrid, 1932, pp. 269-295. Entre os inéditos e não abordados por António Ribeiro dos Santos, surgiria a *Defensão do Tratado de Rumação do Globo para a Arte de Navegar*, inédito até ao século XX, descoberto por Joaquim de Carvalho na Biblioteca Nazionale di Firenze e dado à estampa em 1952. Alude ainda a outras obras escritas por Pedro Nunes (*Tratado sobre os Triângulos Esféricos*, *Anotação à Mecânica de Aristóteles*, *De Ortu et Occasu Signorum*, *De Astrolabio Opus Demonstratiuum*, *De Planisphaerio Geometrico*, *De Proportionibus in Quintum Euclidis*, *De Globo Delineando ad Nauigandi Artem*), as quais estão dadas como perdidas. É provável que tivesse efectuado uma tradução comentada do *De Architectura*, de Vitruvius.

³²⁶ *Petri Nonii Salaciensis Opera*. Reprodução fac-similada da edição da Officina de Henric Petrina, Basileia, 1566. Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade, Coimbra, 2002.

³²⁷ KUGLER, Martin – *Astronomy in Elizabethan England, 1558 to 1585: John Dee, Thomas Digges, and Giordano Bruno*, Université Paul Valéry, Montpellier, 1982.

Querendo Pedro Nunes facilitar os principios, que deve ter qualquer pessoa que deseja saber alguma cousa em Cosmografia³²⁸, compoz huma Obra deste assumpto, com que podesse aproveitar a muitos: sahio com este titulo:

Tratado da Sphera³²⁹ com a Theorica do Sol, e da Lua = Ebo primeiro Livro da Geographia de Claudio Ptolomeu Alexandrino. Tirados novamente de Latim em Lingoagem pello Doutor Pero Nunes Cosmographo DelRei Dom João ho terceiro deste nome nosso Senhor. E accrescentados de muitas annotações, e figuras per que mais facilmente se podem entender. Lisboa por Germão Galharde 1537 I. vol. fol.

Este Tratado da Esphera foi dedicado a seu Discipulo o Infante D. Luis, e he partido em quatro Capitulos: no 1.º falla da composição da Esphera, que cousa seja Esphera, e o seu centro; que cousa seja o eixo da Esphera, e o Pólo do Mundo; quantas são as Espheras, e que figura tem o Mundo: no 2.º dos Circulos de que se compõe a Esphera material: no 3.º de como nascem, e se põe os Signos; da diversidade dos dias e noites, que há em diferentes

³²⁸ COSTA, Abel Fontoura – *Pedro Nunes (1502-1578)*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1969, pp. 28-30.

³²⁹ *Tratado da sphera com a Theorica do Sol e da Lua. E ho primeiro liuro da Geographia de Claudio Ptolomeo Alexãdrino. Tirados nouamente de Latim em lingoagem pello Doutor Pero Nunez Cosmographo delRey dô Ioão ho terceyro deste nome nosso Senhor. E acrecetados de muitas annotações e figuras per que mays facilmente se podem entender. Item dous tratados q o mesmo Doutor fez sobre a carta de marear. Em os quaes se decrarão todas as principaes duuidas da nauegação. Cõ as tauoas do mouimento do sol: e sua declinação. E o Regimeto da altura assi ao meyo dia: como nos outros tempos*, Germão Galharde, Lisboa, 1537.

lugares, e da divisão dos Climats: e no 4.º dos Circulos, e movimentos dos Planetas, e como se causão os Crises.

Acaba o Tratado da Esphera com hum Discurso, ou Annotação ás derradeiras palavras do Capitulo dos Climats³³⁰, o qual começa = *O que este Author nesta parte diz da largura dos Climats* = etc. Nelle trata de demonstrar, como a largura dos Climats vai diminuindo, crescendo a quantidade dos dias, e igualmente de meia em meia hora, o que fez de maneira, que entendeo ser escusada toda a mais Geometria de linhas curvas, e as proposições de Gebre³³¹, de que tanto se havia vangloriado, e todos os Livros de Monte Regio³³² seu imitador.

Depois do Tratado da Esphera, e Annotação vem o outro que ha por titulo:

³³⁰ “É uma tradução para português do famoso tratado de João Sacrobosco – obra do século XIII que viria a ser difundida e sucessivamente reeditada até ao século XVIII – a que Pedro Nunes acresceu anotações e comentários. Um destes comentários, o mais extenso, «Anotações sobre as derradeiras palavras do Capítulo dos Climats» seria traduzido para o latim por Elias Vineto, contemporâneo de Pedro Nunes – que com ele conviveu em 1547 na Universidade de Coimbra – sob o título «Petri Nonii Salaciensis annotatio in extrema verba capitis de climatibus. Elias Vineto interprete» e integrada em numerosas edições da obra de Sacrobosco, o mais das vezes sob o título «Sphera emendata», publicadas entre 1566 e 1619.” DELERUE, Raul Esmeriz – «Pedro Nunes. Contributo para uma síntese referenciada da sua bibliografia», in *Pedro Nunes (1502-1578). Novas terras, novos mares eo que mays he: novo ceo e novas estrellas*, p. 33; GUIMARÃES, Rodolfo – *Sur la vie et l’œuvre de Pedro Nunes*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915, pp. 20-21.

³³¹ As obras de Gebre usadas por Pedro Nunes são da autoria de Jabir ibn Afflah: *Gebri Filii Affla Hispalensis. De Astronomia Libri IX*, incluído no *Instrumento primi nobilis*, de Pedro Apiano, Nuremberga, 1534.

³³² Regiomontano é o nome latino do famoso matemático, astrónomo e cosmógrafo alemão Johann Müller [1436-1476], autor de *De triangulis omnimodis libri V*, Schöner, Nuremberga, 1533; *Tabulae directionum projectionumque...*, Johannes Angelus, Augsburg, 1490.

*Theorica do Sol, e da Lua*³³³, tirada de
Latim em Lingoagem per ho Doctor
Pero Nunes.

He o primeiro Livro de Ptolomeu³³⁴, em que se contém o fundamento de toda a sua Geographia, o qual Pedro Nunes poz em lingoagem por inteiro, e começa sem titulo geral, nem nome de Ptolomeo; entrando logo no Capitulo, que diz:

Da diferença, que ha antre a
*Geographia, e a Corographia*³³⁵

Acaba no Capitulo XXIV: seguem-se depois com titulo separado:

Anotações neste primeiro
*Livro de Ptolomeo*³³⁶.

³³³ Sobre a *Theorica do sol e da lua* [de Purbachio]: “Trata-se de uma tradução e síntese da obra *Theoricæ Novæ Planetarum* do astrónomo Georg Von Peurbach, professor na Universidade de Viena, onde teve como discípulo o célebre Regiomontanus ou Montereio que viria por sua vez, segundo A. Von Humboldt, a ser mestre do controverso Martim Behaim que no reinado de D. João II integraria a sua designada «Junta dos Matemáticos». A obra traduzida por Pedro Nunes respeita à caracterização dos movimentos do Sol e da Lua de acordo com as teorias Ptolomaicas de que Peurbach foi tradutor, do idioma original.” DELERUE, Raul Esmeriz – *op. cit.*, p. 33.

³³⁴ Sobre o *Livro Primeiro da Geografia*, de Ptolomeu: “É uma tradução dos XXIV capítulos do Primeiro Livro de *Geografia* de Ptolomeu. Vem cotada com o número 20 na lista bibliográfica de Nordenskiöld que em seu *Fac-Simile Atlas* refere as 56 edições que este autor reconhece como idóneas desta obra de Ptolomeu. Pudemos verificar que o texto da tradução de Pedro Nunes é perfeitamente coincidente com o das edições correntes da época, nomeadamente a da tradução de Ruscelli para italiano, edição de Veneza, datada de 1561, de que um dos exemplares faz parte do acervo da Biblioteca Nacional. À sua tradução faz seguir Pedro Nunes sob o título «Anotações neste Primeiro Livro de Ptolomeu» uma crítica, segundo diz «às demonstrações matemáticas» usadas por Ptolomeu na obra em causa. [...] As notações em causa são na realidade tanto do domínio cosmográfico, como do matemático, aplicado à cosmografia.” DELERUE, Raul Esmeriz – *op. cit.*, p. 34. Cf. *La Geografia*, di Claudio Tolomeo Alessandrino, nuovamente tradotta di Grego in Italiano da Girolano Ruscelli, Vincenzo Valgrisi, Veneza, 1561.

³³⁵ *Tratado da sphaera com a Theorica do Sol e da Lua...*, f.^{os} 20 e ss.

³³⁶ *Idem*, f.^{os} 102 v.^o-104 v.^o

Nellas aponta algumas faltas, que Ptolomeo havia cometido quanto ás demonstrações Mathematicas³³⁷; por quanto lendo este seu Livro attentamente, achára, que os discursos que nelle fizera erão tão fracos, e as razões de que usava de tão pouca força, que qualquer pessoa que por elle lesse, poderia entender, quão pouca noticia se tinha em seu tempo do sitio do Orbe³³⁸. Donde deixando o que pertencia á Historia, que lhe não tocava, limitou-se a notar sómente algumas cousas ácerca do que elle fazia por demonstrações Mathematicas³³⁹.

Além de todo o potencial revelado por Pedro Nunes nas Matemáticas, na Cosmografia e na Geografia, ainda profundamente conexas com o Saber clássico, António Ribeiro dos Santos chamou a atenção para o facto de Pedro Nunes ter escrito na sua língua natal, embora não tivesse abandonado o latim e conhecesse o grego. Era o prenúncio de que o Conhecimento não deveria ser restrito a uma elite, mas disponível para quem fosse interessado em aprender, re-

³³⁷ “[...] A imperfeição, a ignorância e todo o fabuloso, todo o fantástico, toda a distorção que persiste e se difunde ainda com enorme repercussão e favor na restante cartografia que não se consegue emancipar do fabulário antigo porque, efectivamente, desconhece as forjas e instrumentos do novo saber carreado e introduzido pelas Descobertas. Sinal claro de que o Mundo culto da Renascença se não consegue emancipar de todo esse fabulário tradicional que de modo contumaz o ignora, como se retira das sucessivas reedições de Ptolomeu até fins de Século. É essa cartografia e um Ptolomeu que ‘escreveu confusamente’, a par de outros que lhe copiam o jeito – que predominam nos meios cultos da Europa, e onde, dificilmente, vão aparecendo as novidades trazidas pela Cartografia portuguesa. O ‘espaço ptolemaico’ - que era físico, mas também mental, permaneceria inalterado por tempos muito demorados. [...] Sobre todas essas representações cartográficas antigas diz, em síntese, e judiciosamente, Pedro Nunes: ‘*mentiras escritas com letras douras!*’” OLIVEIRA, Aurélio de – «Os espaços da Modernidade», in *Nos Rumos da Modernidade*, «Coleção Gâmica», vol. IV, FLUP, Porto, 1999, pp. 55-56.

³³⁸ M. T. [?] – «Pedro Nunes», in *O Panorama*, 2.^a série, vol. V, n.º 213, 29 Maio 1841, pp. 174-176; VENTURA, Manuel Sousa – *Vida e Obra de Pedro Nunes*, «Biblioteca Breve. Pensamento e Ciência», n.º 99, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1985, pp. 118-119.

³³⁹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Vida e Escritos de Pedro Nunes», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 255-257.

velando uma abertura de espírito humanista e favorável ao acesso de outros segmentos sociais à erudição, mas que não dominavam o conhecimento latino e de outras línguas.

Interessava a divulgação do Saber e a aplicabilidade de todo esse manancial técnico, bem como a crítica incisiva dos saberes arcaicos ante o carácter experimentalista dos novos conhecimentos. A difusão dos seus conhecimentos em língua portuguesa, assim como a defesa intransigente dessa opção científica, fê-lo um maior vulto da Cultura portuguesa:

[...] Estes dois Tratados, e o primeiro da Esphera, e da Theorica do Sol, e da Lua compoz elle em nossa vulgar linguagem, ao contrario do que então, e muito depois se praticou, affectando-se escrever das Sciencias em huma lingua morta, e conhecida de poucos: no que elle por certo fez grandioso serviço á Litteratura Portugueza³⁴⁰, exemplo digno de se ter seguido pelos que depois vierão.

N'isto mostrou elle seu juízo, porque considerou, como elle mesmo diz, que a sciencia não tinha propria linguagem; e que por qualquer que fosse, se podia dar a entender: confessando não saber donde viera tamanho receio de trasladar na linguagem vulgar outra qualquer obra de Sciencia, senão que os Letrados quizerão encarecer isto por lhes parecer que desta sorte accrescentavão mais em mais commum e universal, tanto era mais excellente, havendo de escrever do Tratado da Esphera, e da Theorica do Sol e da Lua, e do primeiro livro da Geographia de Ptolomeo; que erão os principios que devia ter qualquer pessoa que em Cosmographia desejasse saber alguma cousa, julgou que cumpria pôr tudo em

³⁴⁰ Embora Pedro Nunes não tenha abdicado de escrever em latim, a língua científica por excelência. Cf. REBELO, Luís de Sousa – *A tradição clássica na Literatura Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1982, p. 93.

linguagem Portuguesa por não carecerem disto os Nacionaes que não soubessem o Latim³⁴¹. [...]

Tal foi Pedro Nunes, e taes suas Obras³⁴², com que muito se ennobreceo a si, e a Portugal, homem de genio creador, nascido para as Sciencias exactas, e sublimes; illustre Mathematico, em hum tempo em que as Mathematicas principiavão a sahir das trevas³⁴³, em que jazêrão tantos Seculos; grande Cosmographo, em huma idade em que a navegação quasi guiada mais por praxes, e rumos, que por principios, começava vagarosamente a sujeitar-se

³⁴¹ “Diz ho bem aventurado doutor sancto Agustinho no quinto liuro q escreueo da trindade muito escrarecido & muito excelente Principe: que os côceptos & pella mesma razam a Sciencia nam te propria lingoagem. Porque sciencia nam he outra cousa senão hum conhecimeto habituado no entendimento: o qual se acquirio per demonstração: e demonstração he aquelle discurso que nos faz saber & poys a voz não serue demais que de explicarmos nossos conceptos per ella manifestamente se segue que a sciencia não tem lingoagem: e que per qualquer que seja se pode dar a entender. E portanto se alqua ora dizemos isto sam termos de sciencia: ou não sabemos ou não obramos[?] o que falamos. A sciencia não trata das cousas que sam somente ymaginarias falsas ou ymposiueiys: mas das certas e verdadeiras: as quaes todas tem nome em qualquer lingoagem por muito barbara q seja. Q eu certo he q os primeiros scriptores em qualqr sciencia não forã buscar nomes fora de sua lingoage materna pera os porem as cousas de q tratauão. E poys de hua lingoagem em outra se pode tirar qualqr scriptura que não seja de sciencia sem se estranhar: nam sey entender dõde veotam amboreceo de treladar na linguagem vulgar outra qualquer obra de sciencia: se não que os letrados quiseram encarecer isto por lhes parecer que desta sorte acrecentauão mais em sua autoridade. E porque ho bem quão mais comu e vniversal: tanto he mays excelente. Vendo eu que ho tratado da spha: e Theorica do Sol e da Lua: com ho primeiro liuro da Geographia de Ptolomeu: sam aquelles principios que deue ter qualquer pessoa que em Cosmographia deseja saber alqua cousa. Por nam carecerem disso os que nam sabem latim ho tirey em nosso lingoagem. Acrescentilhe alguas anotações para que mays facilmente se podessem entender.” «Dedicatória ao Infante D. Luís», in *Tratado da spha...*

³⁴² *Obras de Pedro Nunes*, orientação científica de Henrique Leitão, tradução de A. Guimarães Pinto, vol. I-VI, Academia das Ciências de Lisboa, 2002-2010: 1.º volume: *Tratado da Sphaera. Astronomici introductorii de spæra epitome*; 2.º volume: *De crepusculis*; 3.º volume: *De erratis orontii finæ regii mathematicarvm lvtetiæ professoris*; 4.º volume: *De arte atque ratione navigandin* = *Sobre a arte e a ciência de navegar*; 5.º volume: *In theoricis planetarum: Georgii purbachii annotationes...*; 6.º volume: *Libro de algebra en arithmetica y geometria*.

³⁴³ GUIMARÃES, Rodolfo – «Les Mathématiques en Portugal», in *O Instituto*, n.ºs 6-7, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1900, pp. 422-430, 492-494; OLIVEIRA, J. Tiago de – *O essencial sobre a História das Matemáticas em Portugal*, pp. 12-16. Sublinhado nosso.

ao imperio das Mathematicas, e á theorica das regras³⁴⁴; e tão dado aos estudos da verdadeira Astronomia³⁴⁵, como mostrou em muitas partes de suas Obras, quão alheio daquela vã judiciaria, que ainda muito se inculcava no seu tempo: e o que sobre tudo o recommenda, homem que sendo tão profundo, e sabio, era maior ainda por sua modestia, que por seu talento³⁴⁶.

Quanto às contribuições científicas de Pedro Nunes, merecem realce os seus estudos sobre a loxodromia, conceito descoberto por si e que está na base do sistema de projecção gráfica de Gerard

³⁴⁴ “O primeiro golpe no Sistema de Ptolomeu foi dado, como dissemos, por Copérnico no seu tratado *De revolutionibus orbium celestium*, onde fez renascer o Sistema heliocêntrico do Mundo adoptado outrora por alguns astrónomos da Escola de Pitágoras e por Aristarco de Samos, dando-lhe uma forma matemática semelhante à do Sistema ptolemaico. Aquela obra foi publicada no tempo de Pedro Nunes e é interessante notar a atitude que diante dela tomou o nosso geómetra. Este refere-se no seu tratado *De arte atque ratione navigandi* à obra do grande astrónomo polaco, mas não se pronuncia sobre a verdade ou falsidade do novo Sistema, deixando, diz ele, esta questão aos filósofos. Sob o ponto de vista matemático, isto é, como método geométrico para determinar o movimento dos Planetas e prever os fenómenos, exprime o desejo de que se construam Tábuas apropriadas à nova doutrina, a fim de se verificar se o Sistema heliocêntrico pode determinar as posições dos astros com mais exactidão e simplicidade do que o Sistema geocêntrico. O valor do Sistema heliocêntrico sob o ponto de vista físico fê-lo sobressair mais tarde Galileu. No século XVI era clássica a Física de Aristóteles, que dominava a Mecânica dos astros, Física que caiu no século XVII e só então, com os estudos do grande matemático Toscano, passaram as doutrinas de Copérnico do campo de meras hipóteses geométricas para o campo das verdades demonstradas. Pedro Nunes não foi pois hostil à inovação copernicana. Ser-lhe-ia porém favorável? Não o sabemos. Se o seu pensamento foi mais longe no favor ao novo Sistema, à sua palavra foi vedado transmiti-lo. O nosso matemático tinha diante de si a Inquisição, que não lhe permitiria contrariar a passagem do Velho Testamento, naqueles tempos literalmente interpretada, que se refere à passagem do Sol à voz de Josué. Copérnico, vendo o melindre das suas doutrinas sob este ponto de vista, tinha-as apresentado como simples teoria matemática e Nunes seguiu-lhe o exemplo.” TEIXEIRA, Francisco Gomes – *História das Matemáticas em Portugal*, «Biblioteca de Altos Estudos», Academia das Ciências de Lisboa, 1934, pp. 49-50.

³⁴⁵ ALBUQUERQUE, Luís de – «Sobre as prioridades de Pedro Nunes», in *Estudos de História*, vol. II, «Acta Universitatis Conimbricensis», Universidade de Coimbra, 1974, pp. 107-111.

³⁴⁶ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memória da Vida e Escritos de Pedro Nunes», in *Memórias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 262, 279-280.

Mercator, como se disse. António Ribeiro dos Santos, apesar de tudo, não refere o outro contributo importante de Pedro Nunes, ou seja, a concepção do «nónio»³⁴⁷. Fruto de um moroso trabalho de investigação e revisão bibliográfica, António Ribeiro dos Santos apontou todos os autores nacionais e estrangeiros que analisaram os ensinamentos de Pedro Nunes, assim como consultou a documentação patente nas chancelarias de D. João III e de D. Sebastião, além das moradias da Casa Real encerradas na Torre do Tombo e outros espólios.

Perante uma enormidade de menções literárias e científicas³⁴⁸ dedicadas a este alto nome da Cultura portuguesa, foram contestadas e rectificadas as ilações de determinados autores acerca de aspectos biográficos e científicos de Pedro Nunes até então. Como tal, esta revisitação crítica muito enriqueceria o conteúdo rigoroso desta *Memoria*, ainda utilizada com proveito.

*

Dotado de um extenso título, como era frequente, este *Ensayo*, ou *Memoria*, é uma continuação do magistral esforço de António Ribeiro dos Santos na enumeração dos estudos judaicos em Portugal. Dar-nos-ia conta dos seus projectos para uma futura «Bibliotheca Lusitana Anti-Rabbinica»³⁴⁹, onde os estudiosos pudessem enxergar

³⁴⁷ CARVALHO, Rómulo de – «Posição histórica da invenção do nóio de Pedro Nunes», separata de *Palestra*, n.º 9 [s. n.], Lisboa, 1960.

³⁴⁸ SILVA, Luciano Pereira da – «As obras de Pedro Nunes: sua cronologia bibliográfica», separata do *Arquivo de História e Bibliografia*, n.º 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923, pp. 181-190; VENTURA, Augusta Gersão – *Pedro Nunes: vida e obra* [s. n.], Lisboa, 1941; COSTA, A. Fontoura da – *Pedro Nunes (1502-1578)*, «Figuras e feitos de além-mar», n.º 1, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1969.

³⁴⁹ «O Author julgou, ao que parece, um dever de consciencia, depois de tanto se haver occupado da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes, apresentar o catalogo dos escriptores, assim portuguezes, como dos domiciliados em Portugal, que composêrão obras, manuscriptas ou impressas contra o Judaismo.» RIBEIRO, José Silvestre – *Primeiros Traços d'uma Resenba da Litteratura Portuguesa*, vol. I, p. 73.

outras visões acerca dos autores nacionais e estrangeiros radicados no nosso país que combateram as ideias judaicas.

Estamos perante um repositório com mais de 30 autores e as suas principais obras, entre os quais o matemático Diogo de Sá³⁵⁰ [?-1549] ou ao cronista João de Barros³⁵¹ [c. 1496-1570], entre outros menos conhecidos, dispostos alfabeticamente pelos primeiros nomes. Interessou coligir informações detalhadas das inúmeras edições, manuscritas e impressas, de autores quase esquecidos ou de difícil perscrutação, daí o grande interesse desta colectânea, registando a existência de obras desaparecidas ou inéditas.

Apesar de constituir um *Ensayo* considerável³⁵², este exercício de catalogação seria, no seu entender, um mero ponto de partida para uma investigação mais grandiosa, à semelhança de outras obras monumentais europeias. Apesar de tudo, continua a ser um trabalho com mérito e consultado com interesse, não obstante a defesa do dogma católico contra o intelecto teológico hebraico:

Havendo referido nas Memorias³⁵³, que escrevemos da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes as Obras, que os

³⁵⁰ GOMES, Ana Cristina Costa – *Diogo de Sá no Renascimento português: estudo e edição crítica da “Inquisição e Segredos da Fé” (c. 1562)*, tese de doutoramento em História Moderna, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2008.

³⁵¹ *Diálogo evangélico sobre os artigos da fé contra Talmud dos judeus. Manuscrito inédito de João de Barros*, introdução e notas de I. S. Réval, Livraria Studium Editora, Lisboa, 1950.

³⁵² Sobre estas *Memorias*: PARNES, Livia – «António Ribeiro dos Santos», in *Dicionário do Judaísmo Português*, pp. 491-492.

³⁵³ Consultem-se os nossos comentários: SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes, desde os primeiros tempos da Monarquia até os fins do Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 236-312; «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, pp. 354-414; «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVII», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. III, 1792, pp. 227-373; «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no presente Seculo», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, pp. 306-338.

Rabbinos havião composto, maiormente sobre cousas tocantes á sua Lei, julgamos util propôr nesta Memoria por ordem alfabetica o Catalogo dos Escriitores Anti-Rabbinicos assim Portuguezes, como domiciliados em Portugal, que compozerão Obras MSS. ou impressas pertencentes á refutação do Judaismo³⁵⁴. Não são elles muitos, mas são os que bastão, ou para poder desarmar-se por seus escritos a incredulidade dos Hebreos com muita honra, e gloria do SENHOR, ou para se mostrar ao menos, que nossos maiores se não descuidarão da salvação do seu proximo, com muito credito do nome Christão, e Portuguez³⁵⁵.

De todos os que podêmos vêr ficamos entendendo, que os que mais servem para convencer os Hebreos dos seus erros, são cinco³⁵⁶ a saber: o primeiro Arcebispo de Goa D. Gaspar de Leão³⁵⁷, com a sua Carta Pastoral, e trasladação que fez dos dois Tratados do Mestre Jeronymo de Santa Fé³⁵⁸; o Judeo converso João Baptista de Este³⁵⁹ no Dialogo entre Discipulo, e Mestre

³⁵⁴ Nesta *Memoria* em particular estão referenciados cerca de 30 autores nacionais e estrangeiros radicados em Portugal, com a indicação da sua principal obra antijudaica, sem esquecer alguns autores e obras anónimas.

³⁵⁵ Os escritos de António Ribeiro dos Santos tentavam demonstrar uma certa isenção em matérias religiosas, mas não abdicou das suas ideias profundamente católicas, ainda que reformistas.

³⁵⁶ Embora tenhamos dedicado a nossa atenção a outros autores e seleccionado apenas dois deste rol.

³⁵⁷ Com informações úteis, ver LEÃO, D. Gaspar de – *Desengano de Perdidos*, reprodução do único exemplar conhecido com introdução por Eugénio Asensio, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Coimbra, 1958.

³⁵⁸ *Tratado que fez mestre Hieronimo, medico do papa Benedicto. 13. cõtra os judeus: e que proua o Messias da ley ser vindo. Carta do primeiro Arcebispo de Goà ao pouo de Israel seguidor ainda da ley de Moises, & do talmud, por engano & malicia dos seus Rabis*, Officina de João de Endem, Goa, 1565.

³⁵⁹ Sobre a vida e obra de Abraham Bendanan Serfatim, depois João Baptista d'Este, ver primeiramente SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 340-368. De seguida, complementa-se com «João Baptista d'Este», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, pp. 303-304; G. C. D. [?] – «ESTE, João Baptista d'», in *Diccionario do Judaísmo Português*, p. 225. Com vastas informações actuais: TAVIM, José Alberto da Silva – «Diásporas para o Reino e Império. Judeus conversos e sua

Catechizante³⁶⁰; o Arcediago de Santa Christina Fernão Ximenes de Aragão³⁶¹, na Obra da Doutrina Catholica³⁶²; o Theologo Francisco Fernandes Prata³⁶³ com a sua Traducção da Carta do R. Samuel a R. Isaac³⁶⁴; e o Traductor Anonymo da Synagoga desenganada de Pinamonte³⁶⁵.

As Obras destes cinco homens tem primeiramente o merecimento de serem escritas em nossa vulgar linguagem, ou nella trasladas de seus proprios Originaes, para poderem ser lidas,

mobilidade: aproximações a um tema», in *Temas Setecentistas*, organização de Andréa Doré e António Santos, Fundação Araucária, Curitiba, 2009, pp. 369-388.

³⁶⁰ *Dialogo entre discipulo, e mestre cathechizante...*, traduzido mui fielmente da Escritura, & Rabinos por Ioam Baptista d'Este, Officina de Giraldo da Vinha, Lisboa, 1621; 2.^a edição, Officina de João da Costa, Lisboa, 1674; *Consolaçam christãa, e luz para o povo hebreo sobre psalmos do Real Propheta David que prophetizou dos mysterios altissimus, que avia de obrar o sancto Rey Messias na rede[m]pção do genero humano: cofm] hum discurso muy deuoto sobre o Psalmo Beati immaculati / declarados no sentido literal, por João Baptista d'Este Hebreo de nação converso á nossa sancta fê Catholica...*, Officina de Pedro Crasbeeck, Lisboa, 1616.

³⁶¹ Cf. «Fernão Ximenes de Aragão», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pp. 64-65; vol. IV, p. 121; «Fernão Ximenes de Aragão», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, pp. 291-292; vol. IX, p. 222.

³⁶² Algumas obras mencionadas pelo Autor: *Doutrina catholica para instrucção e confirmação dos fieis a extincção das seitas supersticiosas, e em particular do judaismo...*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1625. A segunda edição desta obra, mais volumosa: *Extincção do Judaismo, e mais seitas supersticiosas, e exaltação da só verdadeira Religião Christãa dada por Deos aos homens para por ella serem salvos*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1628. A terceira e última edição, com novas adendas: *Triumpho da Religião Catholica contra a pertinacia do Judaismo, ou Compendio da verdadeira Fé*, Officina dos Herdeiros de António Pedroso Galvão, Lisboa, 1752.

³⁶³ Sobre a vida e obra de Francisco Fernandes Prata, v. SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 317-324. Cf. «Francisco Fernandes Prata», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, p. 145; «Francisco Fernandes Prata», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, p. 375; vol. IX, p. 288.

³⁶⁴ *Carta, que hum Rabbino chamado Samuel escreueo a outro Rabbino chamado Isaac consultando-o sobre o ter alcançado pelas Prophecias do Testamento velho, que o Messias tinha vindo... a ley Judaica era acabada, e os Judeos estavaõ em odio, e dezemparados de Deos. Destroese totalmente por esta carta a Ley Judaica, & confirmase a Fé Catholica...*, Officina de Manuel da Silva, Lisboa, 1651.

³⁶⁵ Veja-se uma edição recente: PINAMONTI, Juan Pedro de – *Synagoga Desenganada (1733)*, introdução e notas de Claudio Adolfo Malboan, Kessinger Publishing, Massachusetts, 2010.

e entendidas mais facilmente de todos. Depois disto nellas se recorre, ou aos principios sólidos da razão, deduzidos da confrontação, e combinação das Santas Escrituras com os factos da Historia Judaica, e Christãa, ou ás proprias e particulares fontes, e lugares da Theologia Judaica³⁶⁶.

Destacamos, primeiramente, a figura polémica de D. Gaspar de Leão³⁶⁷, cujo nome completo era D. Gaspar Jorge de Leão Pereira [Lagos, ?-Goa, 1576]. Ainda hoje se discute se era natural de Évora, onde foi cônego e esmoler da Sé local, coadjuvando o cardeal-infante D. Henrique. Contudo, tudo indicia ter nascido em Lagos, tal como o Autor defende, mas será conhecido por ter sido o primeiro arcebispo de Goa, Primaz do Oriente, após a criação do arcebispado [1557] pelo papa Pio IV [1499-1565].

Nos domínios portugueses da Índia, D. Gaspar de Leão esforçou-se para combater a heresia e a idolatria em defesa do postulado cristão. Em virtude da vinda de judeus portugueses e espanhóis, entre outras nacionalidades, o combate ao judaísmo revelava-se uma nova missão espiritual que urgia combater, nomeadamente, nos planos intelectuais. António Ribeiro dos Santos abordou os escritos de D. Gaspar de Leão, reunindo todos os seus argumentos contra os teólogos judaicos, especialmente em *Ad convincendum perfidiam judæorum*, em paralelo como *De judaicis erroribus ex Talmuth* [*Prova da perfídia dos judeus e Erros dos judeus tirados do Talmude*], seguindo-se os vários princípios e métodos seguidos

³⁶⁶ SANTOS, António Ribeiro dos – «Ensayo. De huma Bibliotheca Lusitana Anti-Rabbinica, ou Memorial dos Escretores Portuguezes que escrevêrão de Controversia Anti-judaica», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. 308-309.

³⁶⁷ Cf. «D. Gaspar de Leão», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pp. 356-358; «D. Gaspar de Leão», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, pp. 129-130; vol. IX, p. 415; «D. Gaspar de Leão», in *Portugal. Diccionario historico...*, vol. IV, p. 100; BUESCU, M.^a Leonor Carvalho – «Leão (D. Gaspar de)», in *Biblos*, vol. II, cols. 1385-1386.

na tradução desses tratados. São referidas as obras do judeu converso e depois Fr. Jerónimo de Santa Fé [1400?-1430], e respectivos comentadores, focando o estado da controvérsia entre cristãos e judeus a respeito da vinda do Messias e da sua divindade, entre outras questões teológicas.

Assim se justificariam os esforços investidos nas edições de obras sagradas, com recurso à introdução de prelos em Goa³⁶⁸, bem como a promoção de traduções, até do seu próprio punho. D. Gaspar de Leão não repudiava violentamente os correligionários judaicos, preferindo, fundamentalmente, apelar à sua conversão pela evidência teológicas, a qual encarava como a mais pia das obras.

Desde 1560, D. Gaspar de Leão dirigiu os destinos espirituais daquelas possessões, fazendo reunir o primeiro sínodo³⁶⁹ do Oriente em Goa [1567], onde assistiram os responsáveis religiosos católicos sob a alçada portuguesa. Renunciaria a esta dignidade em 1567, retirando-se para o convento dos Franciscanos, mandado edificar por si, nas cercanias de Goa. Sucede-lhe Fr. Jorge Temudo³⁷⁰ [?-1571] e, por morte deste, D. Gaspar de Leão tornará a dirigir a arquidiocese até 1576. Foi o fundador do Colégio de São Paulo³⁷¹ em Goa, tendo desenvolvido os maiores esforços para estabelecer oficinas tipográficas para suprir as carências e, por esta via, poderem imprimir-se as obras indispensáveis à evangelização daquelas partes:

³⁶⁸ GRACIAS, José António Ismael – *A Imprensa em Goa nos Séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos Histórico-Bibliográficos*, Imprensa Nacional, Nova-Goa, 1880.

³⁶⁹ *Constituciones do arcebispado de Goa. Approuadas pello primeiro cõcilio prouincial*, Officina de João de Endem, Goa, 1568. V. REGO, A. da Silva – «A liberdade religiosa e o I Concílio Provincial de Goa (1567)», separata de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, t. X, ACL, Lisboa, 1967, pp. 41-55.

³⁷⁰ Foi o primeiro bispo de Cochim [1557-1568] e o segundo arcebispo de Goa [1568-1571]. Cf. «Frei Jorge Temudo», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXI, p. 229.

³⁷¹ FIGUEIREDO, João Manuel Pacheco de – «Goa dourada: séculos XVI e XVII: colégio de S. Paulo: Universidade de Goa, 1556», separata de *O Médico*, Tipografia Rangel, Bastorá, Dezembro 1967.

D. Gaspar de Leão natural de Lagos no Reino do Algarve; foi Varão muito douto em Santa Theologia, Capellão do Senhor Rei D. Henrique que em quanto Cardeal Infante³⁷², Prior da Igreja de Setubal, Conego de Evora, e depois primeiro Arcebispo de Goa³⁷³; e pois elle he hum dos cinco principaes Escritores de que fallámos no Prologo, daremos delle, e de sua Obra mais larga memoria. Havendo cuidado muito este Apostolico Prelado da sanctificação dos Christãos, e conversão dos Mouros e Gentios na India³⁷⁴; voltou seu zelo universal para os Judeos, de cuja cegueira por extremo se compadecia³⁷⁵. Innumeraveis havia naquellas partes huns que para lá se haviam transportado de muitos tempos atraz³⁷⁶; outros que tinham passado em tempos mais modernos de Hespanha, e Portugal³⁷⁷, e outros que lá entravão de diversas terras da Persia, e da Turquia³⁷⁸, os quaes todos com seu trato, e conversação erão não pequeno estorvo á promulgação, e propagação do Evangelho. Quis pois o Santo Arcebispo arredar todos os obstaculos que se podião oppôr á Fé de JESUS CHRISTO, e tratou para isso de vêr meios de converter os Judeos³⁷⁹.

³⁷² SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Os Portugueses no Estudo de Salamanca*, p. 310.

³⁷³ PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, pp. 316, 344.

³⁷⁴ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. III, p. 37.

³⁷⁵ VENTURA, Ricardo – «Estratégias de conversão ao tempo de D. Gaspar de Leão, primeiro arcebispo de Goa – Reconstituição histórica de uma controvérsia», in *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos Séculos XVI e XVII (Espiritualidade e Cultura)*. *Actas do Colóquio Internacional – Maio de 2004*, vol. II, Instituto de Cultura Portuguesa/FLUP, Porto, 2005, pp. 505-517.

³⁷⁶ TAVIM, José da Silva – «Outras gentes em outras rotas: judeus cristãos-novos de Cochim entre Santa Cruz de Cochim e Mattancherry, entre o Império Português e o Médio Oriente», separata de *A Carreira da Índia e as rotas dos estreitos* [s. n.], Angra do Heroísmo, 1998, pp. 309-342.

³⁷⁷ Rever WILKE, Carsten – *História dos Judeus Portugueses*, 2009.

³⁷⁸ TAVARES, M.^a José Ferro – «Judeus, cristãos-novos e o Oriente», separata de *Estudos Orientais*, n.º 3, FSCH-UNL, Lisboa, 1992, pp. 49-63.

³⁷⁹ D'ARIENZO, Valdo – «La Missione di un mistico: Dom Gaspar de Leão primo Arcivescovo di Goa», separata de *Studi e Ricerche sull'Oriente Cristiano*, fasc.^{os} 1-2 [s. n.], Roma, 1987, pp. 19-36, 113-135.

Mas considerando, que pelas pregações, e disputas se não conseguia sempre o desejado effeito da Catechese³⁸⁰; e demais que os Judeos andavão dispersos, e nem se lhes podia prégar a todos, nem entrar com todos em disputa; assentou comsigo, que a melhor via era apresentar-lhes obra, que lhes chegasse ás mãos em toda a parte, e podessem facilmente lêr³⁸¹; mas obra em que elles fossem atacados dentro de suas mesmas trincheiras³⁸², e confutados pelas authoridades não só das Santas Escrituras, mas muito principalmente dos seus mesmos Rabbis; julgando que esta nova fôrma, e methodo de peleja, que já noutros tempos se havia praticado na Europa, era o unico meios de os convencer efficasmente³⁸³.

³⁸⁰ “Vinte anos mais tarde, em 1565, vem à luz em Goa a tradução portuguesa de duas obras latinas de Jerônimo de Santa Fé, *Ad convincendum perfidiam judaeorum* e *De judaicis erroribus ex Talmud* (‘Prova da perfídia dos judeus’ e ‘Erros dos judeus tirados do Talmude’), feita por Dom Gaspar de Leão, arcebispo de Goa, e acompanhada de uma carta apostólica escrita pelo próprio. Dois anos mais tarde o livro de Francisco Machado é publicado em Coimbra, só que em latim e expurgado de qualquer crítica em relação à política real. Segundo Frank Talmage, toda essa primeira produção antijudaica portuguesa não visava especificamente os judaizantes de Portugal, voltando-se sobretudo aos povos de outras línguas e culturas no contexto da expansão portuguesa: a tradução de Gaspar de Leão, por exemplo, dirigir-se-ia aos judeus da Índia (tendo igualmente como fim a utilização do idioma português como instrumento de imposição de soberania), e a obra de João de Barros também estaria ligada ao contexto asiático.” FEITLER, Bruno – «O Catolicismo como ideal. Produção literária antijudaica no mundo português da Idade Moderna», in *História Online*, n.º 72, CEBRAP, São Paulo, Julho 2005, p. 140. Veja-se MACHADO, Francisco – *Veritatis repertorium, per fratrem Frânciscu Securim Doctor parisiensem omnium minimum editu in hebræos, quos vulgus nouos vocitat christianos...*, Officina de João Barreto, Coimbra, 1567; TALMAGE, Frank – «To sabbatize in peace: Jews and New Christians in sixteenth-century Portuguese polemics», in *Harvard Theological Review*, vol. LXXIV, n.º 3 [s. n.], Harvard, 1981, pp. 265-285.

³⁸¹ FARIA, Patrícia Souza de – «Reforma e profecia: a acção do arcebispo de Goa e místico D. Gaspar de Leão», in *História Online*, vol. XXVIII, n.º 1, CEBRAP, São Paulo, 2009, pp. 145-167.

³⁸² COSTA, Dalila Pereira da – *Místicos portugueses do século XVI*, Lello & Irmão, Porto, 1986, pp. 60-68.

³⁸³ COSTA, João Paulo Oliveira e – «A diáspora missionária», in *História Religiosa de Portugal. Humanismos e Reformas*, vol. II, pp. 255-313.

Assim para melhor os convencer escolheu os dous Tratados, que contra elles havia composto em Latim Mestre Jeronymo de Santa Fé³⁸⁴, Hespanhol, Judeo converso, Medico do Antipapa Bento XIII.³⁸⁵ hum sobre a *vinda do Messias*, e outro *contra os erros do Talmud*, os quaes levavão vantajem a quantos outros até então se havião escrito³⁸⁶. A só escolha que delles fez foi já huma prova muito abonada de sua grande intelligencia, e sabedoria³⁸⁷. Trasladou pois estas duas obras em linguagem, e as acompanhou com huma *Carta Pastoral* que escreveo ao *Povo de Israel*. [...]

E pelo que toca aos dois Tratados he de saber, que o M. Jeronymo de Santa Fé, natural da Cidade de Lorca no Reino de Murcia, Judeo converso, e hum dos mais sabios Escritores do Seculo XV., havia composto em Latim dois excellentes Livros contra os Judeos, a rogos de Bento XIII; hum em que provava *ser*

³⁸⁴ “Jerónimo de Santa Fe, antes Yehošúa ha-Lorquí (Yehošúa ben Yosef ibn Vives al-Lorquí), nació hacia mediados del siglo XIV. Se discute sí el apellido ha-Lorquí debe referirse a Llorca como al lugar de nacimiento de Yehošúa ha-Lorquí o si indica solamente que este último era oriundo de esa ciudad. En la segunda hipótesis podría pensarse en Alcañiz (Teruel) como probable lugar natal de Yehošúa ha-Lorquí. En todo caso, allí vivió este personaje, ejerciendo la profesión de médico con gran prestigio, como lo demuestra una obra de medicina sobre la virtud curativa de las plantas (conservada en dos manuscritos), que Yehošúa ha-Lorquí escribió en Alcañiz el año 1408.” REINHARDT, Klaus, e SANTIAGO-OTERO, Horacio – «Jerónimo de Santa Fé (s. XIV-XV)», in *Biblioteca Bíblica Ibérica Medieval*, Centro de Estudos Historicos, Imprenta Kadmos, Salamanca, 1986, p. 181.

³⁸⁵ O antipapa Bento XIII, nascido Pedro Martínez de Luna [1328-1423], é conhecido como *Papa Luna*. Antipapa de origem aragonesa, foi eleito pelos cardeais de Avinhão para suceder ao antipapa Clemente VII [1394] durante o Grande Cisma do Ocidente. Cf. MAXWELL-STUART, Peter – *Crônicas dos Papas. O registo dos papados desde S. Pedro até ao presente*, tradução de José António Capoulas de Avó, Thames & Hudson/Editorial Verbo, Londres/Lisboa, 2004, pp. 139-143.

³⁸⁶ Tanto o *Tractatus Contra Perfidiam Judæorum* como o tratado *De Judæis Erroribus ex Talmuth* foram coligidos e publicados com o título genérico de *Hebræomastix*... [Zurique, 1552; Frankfort-on-the-Main, 1602; Hamburgo, s. d.; Lyon e Colónia, 1618].

³⁸⁷ FEITLER, Bruno – «Circulação de obras antijudaicas e anti-semitas no Brasil colonial», in *O Anti-Semitismo nas Américas*, organização de M.^a Luiza Tucci Carneiro, Edusp, São Paulo, 2007, pp. 69-70.

vindo o Messias da Lei; outro em que mostrava como o Talmud era falso³⁸⁸. [...]

Estes pois forão os dois Tratados, que traduzio em Portuguez o Arcebispo D. Gaspar. A sua traducção he mui fielmente feita, *não mudando*, como elle diz, *hum cabelo da substancia*, e ainda guardando as frases e maneiras de fallar do original, e do mesmo Hebraico, e Rabbínismo, que se acha nelle³⁸⁹.

Acompanhou esta traducção de huma *Carta Pastoral*: he ella obra inteiramente sua, na qual mostra muita doutrina, e muita força de raciocínio: e posto que he menos hum discurso didactico, ou de controversia, que huma simples exhortação aos Judeos³⁹⁰, e por isso não guarda toda a ordem, nem sofre bem a precisão de huma analyse³⁹¹;

Dos vários autores e obras seleccionados por António Ribeiro dos Santos, apontamos Fr. Nicolau Dias³⁹², um teólogo quinhentista do

³⁸⁸ ORFALI, Moisés – «The Portuguese Edition (1565) of Hieronymus de Sancta Fide's *Contra Iudaeos*», in *Sonderdruck aus Contra Iudaeos, Ancient and Medieval Polemics between Christians and Jews*, coordenação de Ora Limor e Guy Stroumsa, J. C. B. Mohr [Paul Siebeck], Tübingen [s. d.], pp. 239-256.

³⁸⁹ «O cabedal que pus neste liuro foy trasladado de hua linguagem em outra, não mudando hum cabelo da substancia, & ainda guardei as frases, & maneira de falar. O motiuo que tiue foy o mesmo zello do Autor, & compaixão de vossos enganos, & tambe a obrigação de Prelado, como disse no principio. E dado que estais deramados por esta Turquia fora da jurdiça, todauia não fora da obrigação, de trazer as ouelhas perdidas da casa de Israel, ao curral da ygreja Catholica.» Cf. *Carta do primeiro Arcebispo de Goà ao pouo de Israel seguidor ainda da ley de Moises, & do talmud, por engano & malicia dos seus Rabis*, Officina de João de Endem, Goa, 1565.

³⁹⁰ VENTURA, Ricardo – «Arte e discurso da oração na obra de D. Gaspar de Leão, primeiro arcebispo de Goa», in *Via Spiritus*, n.º 15, FLUP, Porto, 2007, pp. 21-30.

³⁹¹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Ensayo. De huma Bibliotheca Lusitana Anti-Rabbínica, ou Memorial dos Escriitores Portuguezes que escrevêrão de Controversia Anti-judaica», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, pp. 326-336.

³⁹² Algumas das várias edições de obras de Fr. Nicolau Dias: *Livro do Rosayro de Nossa Senhora...*, Casa de Francisco Correa, Lisboa, 1573; *Rosayro da gloriosa Virgem Nossa Senhora...*, Officina de Antonio Alvarez, Lisboa, 1603; *Rosairo da gloriosa Virgem Nossa Senhora...*, Officina de Pedro Craesbeek, Lisboa, 1616; *Tratado da Payxam de Nosso Senhor Iesu Christo no qual se tratão todos os passos dos quatro Euangelistas, com muitas considerações deuotas...*, Officina de Antonio Ribeiro, Lisboa, 1580; *Vida*

qual pouco se conhece, inclusivamente a sua natalidade, a data e o local da sua morte. Pregador distinto além-fronteiras³⁹³, tal como o Autor referencia detalhadamente, existe notícia do seu ingresso na Ordem de São Domingos [1541]. Além de mestre em Teologia, foi prior do convento de S. Domingos em Lisboa, tendo ascendido a definidor da sua Província. No decurso de uma peregrinação à Terra Santa, participaria no capítulo geral da sua Ordem em Roma [1571]. Concebeu algumas obras de carácter antijudaico, das quais sobressai o *Tratado del Juízo Final*, redigido em castelhano, o qual conheceu algumas edições nos finais do século XVI.

Após a perda da independência portuguesa em 1580, Fr. Nicolau Dias assumiu declaradamente a causa nacionalista de D. António, prior do Crato, pregando a causa de Portugal do alto do púlpito. Em consequência das suas prédicas pela liberdade e a soberania portuguesa, seria perseguido e cumpriria pena em Salamanca. Certos autores, tal como António Ribeiro dos Santos, afirmam que Fr. Nicolau Dias teria falecido na prisão, enquanto outras vozes defendem que teria falecido em Lisboa³⁹⁴ [1596], após ser libertado do cárcere:

Frei Nicoláo Dias³⁹⁵, Dominicano, natural de Lisboa, insigne Mestre de Theologia, e hum dos famosos Pregadores do seu tempo;

da Serenissima Princeza Dona Joanna, filha delRey Dom Afonso o quinto de Portugal. A qual viveo e morreo muito sanctamente no mosteiro de Jesu de Aveiro da Ordem dos Prégadores, e no habito da mesma Ordem..., Officina de Antonio Alvares, Lisboa, 1594 [3.^a edição: Lisboa, 1674]; *Livro do Rosário de Nossa Senhora...*, nota prévia de Raul de Almeida Rolo, edição facsimilada do original, BNL, Lisboa, 1982; *Vida da Serenissima Princesa Dona Joana filha d'El-Rei Dom Afonso o quinto de Portugal*, introdução de João Gonçalves Gaspar, Diocese de Aveiro, 1987 [facsimile da edição de 1585].

³⁹³ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, p. 371, n. 1.

³⁹⁴ CARDOSO, Jorge – «Fevereiro VI», in *Agiolégio Lusitano*, vol. I, pp. 361-362.

³⁹⁵ ANDRADA, Miguel Leitão de – «Dialogo V & Dialogo VI», in *Miscellanea*, introdução de Manuel Duarte, edição fac-simile da 2.^a edição publicada pela Imprensa Nacional em 1867, INCM, Lisboa, 1993, pp. 89, 117; «Frei Nicolau Dias», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pp. 491-492; «Frei Nicolau Dias», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VI, pp. 271-272; vol. XVII, p. 87; ROLO, Raul – «Dias (Frei Nicolau)», in *Biblos*, vol. II, col. 130.

foi Prior do Convento de Lisboa, e assistente como Definidor da sua Província no Capitulo geral, celebrado em Roma em 1571³⁹⁶; foi muito aceito ao Papa S. Pio V, de quem obteve grandes privilegios, e graças para a Província de Portugal³⁹⁷. Por seguir as partes do Senhor D. Antonio, Prior do Crato³⁹⁸, foi prezo, e recluso em hum carcere em Salamanca; morreo em 1596. Compoz:

Tratado del Juizo Final. Salamanca

1588. 4.^o³⁹⁹

He dedicado ao Arcebispo de Evora D. Theotonio de Bragança⁴⁰⁰; entre outras cousas trata solidamente da vinda do Messias contra os Judeos⁴⁰¹.

³⁹⁶ ALMEIDA, Fr. António José de – «As Estampas das edições quinhentistas do *Livro do Rosayro de Nossa Senhora* de Fr. Nicolau Dias O. P.», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, pp. 281-298.

³⁹⁷ “Frei Nicolau Dias, que conheceu o Papa Pio V, em 1571, exaltava a Virgem e a devoção do Rosário como intercessora de todos e de todas as necessidades. O dominicano dizia que, assim como Deus escolheu Maria para, mediante ela, vir ao mundo vestido da carne, queria que, mediante ela, os homens fossem a Ele vestidos de virtudes. Mediante a Senhora, o Filho de Deus descera à terra e os homens subiam ao céu. A Virgem como escada era intercessora dos pecadores e canal de graças. As repetidas edições do *Livro do Rosário* de frei Nicolau Dias, no século XVI, sendo oito delas entre 1573 e 1583, fizeram parte da campanha de divulgação da devoção ao rosário em Portugal.” SOUZA, Juliana de Almeida – “Virgem Imperial: Nossa Senhora e império marítimo português”, in *The Luso-Brazilian Review. “Recapricorning” the Atlantic*, edição de Peter M. Beattie, vol. XLV, n.º 1, University of Wisconsin Press, Madison, 2008, p. 44.

³⁹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Reinado de D. António, Prior do Crato*, vol. I, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1956, p. 218.

³⁹⁹ DIAS, Fr. Nicolau – *Tratado del Juyzio Final, en el qual se ballaran muchas cosas muy provechosas y curiosas*, Diego Fernandez de Cordova y Oviedo, Valladolid, 1588 [Salamanca, 1588; Officina de Luiz Sanchez, Madrid, 1595; Valhadolid, 1599; Julio Cesar Valentino Carpenati, Veneza, 1597].

⁴⁰⁰ HESPANHOL, M.^a Antónia Barreiras Sequeira – *Dom Theotónio de Bragança: o primeiro arcebispo de Évora no domínio filipino (1578-1602)*, vols. I-III, dissertação de mestrado em História Moderna, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1993.

⁴⁰¹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Ensayo. De huma Bibliotheca Lusitana Anti-Rabbinica, ou Memorial dos Escretores Portuguezes que escrevêrão de Controversia Anti-judaica», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 370-371.

Algumas obras antijudaicas cativaram António Ribeiro dos Santos, tal como nos revelou neste *Ensayo*, entre as quais a tradução portuguesa da *Synagoga Desenganada* [Lisboa, 1720], da autoria do jesuíta italiano Giovanni Pietro Pinamonti⁴⁰² [1632-1703]. Trata-se de um tratado de conversão direccionado aos judeus, redigido originalmente em italiano e traduzido anonimamente no Brasil, sob o patrocínio do 5.º arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide⁴⁰³ [1643-1722], destinando-se tanto aos circuitos nacionais como brasileiros. António Ribeiro dos Santos não augura a identidade do tradutor, mas inclui, obviamente, esta obra entre os trabalhos antijudaicos nos inícios do século XVIII.

Embora se tratasse, evidentemente, de uma obra teológica tardia no contexto italiano, pois tinha sido primeiramente editada em Bolonha [1694] e onde os judeus, apesar do seu estatuto inferior, podiam praticar livremente a sua religião. A *Synagoga Desenganada*⁴⁰⁴

⁴⁰² Salientamos, entre outros títulos, o *Methodo para venerar o Sagrado Coração de Maria SS. por todos os dias da semana...*, escreveu em idioma italiano o V. Padre Pedro João Pinamonti da Companhia de Jesus, traduzido em portuguez..., Officina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa, 1755; *Exercícios espirituais de S. Inácio*, por João Pedro Pinamonti e tradução de Pedro Miguel de Amaral, Real Colegio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra, 1726.

⁴⁰³ Redigiu o único código legislativo da Igreja no período colonial brasileiro. Iniciou a vida religiosa na Companhia de Jesus [Évora] e foi prior na Igreja de Santa Marinha [Lisboa]. Juiz desembargador da Relação Eclesiástica, foi nomeado arcebispo da Bahia por D. Pedro II [1701]. Formado em Cânones na Universidade de Coimbra, elaborou, entre outras obras eclesiásticas, as *Constituições primeyras do Arcebispado da Bahia feytas, & ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, & do Conselho de Sua Magestade, propostas, e aceytas em o sinodo Diocesano que o dito Senhor celebrou em 12. de Junho do anno de 1707...*, Officina de Pascoal da Silva, Lisboa Occidental, 1719.

⁴⁰⁴ PINAMONTI, Giovanni Pietro – *Synagoga dezenganada, obra do Padre Joaõ Pedro Pinamonti da Companhia de JESU, Traduzida da Lingua Italiana em a Portugueza, por hum Religiozo da mesma Companhia, offerta aos Senhores Inquizidores do Reyno, e Conquistas de Portugal, E impressa por mandado do Illustrissimo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, Arcebispo da Bahia, do Conselho de Sua Magestade, &c.* Officina da Musica, Lisboa Occidental, 1720.

teria uma importância fundamental no Brasil no século XVIII, onde os receios da apostasia judaica eram uma realidade inquietante.

Em termos genéricos, na *Synagoga Desenganada*, Giovanni Pietro Pinamonti afirmava o primado e a existência de uma só religião [ou seita], porque, no seu entender, a Divindade não se pode contradizer a si própria, sem assinalar, porém, uma menção explícita ao catolicismo. Enumeram-se as razões que obstaríam a que os judeus não aceitem que a única verdadeira religião seja a cristã e, por conseguinte, o que deveriam fazer para admitir a verdadeira fé. Giovanni Pietro Pinamonti procurou conduzir o crente judeu para o cristianismo de modo construtivo, persuasivo até, evidenciando a verdadeira sucessão entre o judaísmo e o cristianismo. A conservação de várias bulas, como António Ribeiro dos Santos sintomatiza para a versão portuguesa, demonstra claramente o papel evangelizador que os responsáveis pela tradução atribuíam não só aos eclesiásticos, mas também aos laicos, poderosos ou não. Esta política de evangelização era uma novidade, quando considerando a agressividade de obras similares editadas até então.

Neste sentido, a *Synagoga Desenganada* distancia-se dos discursos antijudaicos portugueses pela sua mensagem persuasiva. Apesar das pretensas intenções pedagógicas em relação ao “público judaizante”, estas obras acabavam normalmente num amontoado de insultos e calúnias, afastando as possíveis conversões. Giovanni Pietro Pinamonti utilizou textos antijudaicos do período patrístico e tardo-medieval usados por autores ibéricos, onde evidenciou, como aludimos, a Fr. Jerónimo de Santa Fé. Evitou, sobremaneira, insultar os judeus, atribuindo a culpa do ódio dos judeus e cristãos somente aos rabinos, embora não denunciasses, obviamente, os enganos inquisitoriais. Embora a *Synagoga Desenganada* correspondesse a um panorama italiano tardo-seiscentista, foi adaptada à realidade ibérica e, metamorfoseando-se, foi aplicável na polémica «anti-rabínica» brasileira:

O Jesuita Anonymo Traductor da *Synagoga Desenganada* do Padre João Pedro Pinamonte, era Estrangeiro, mas domiciliario entre os nossos no Brazil, como se vê do Prologo da sua Traducção⁴⁰⁵; com ella fez este Padre hum grande serviço á Christandade⁴⁰⁶; e porque esta Obra he hum das melhores que tem sahido, util será fallarmos aqui della com mais larguesa.

O Jesuita João Pedro Pinamonte, Missionario Apostolico por muitos annos em varias partes da Italia, varão muito erudito, e douto⁴⁰⁷, e de hum grande perfeição de espirito, movido de hum ardente, e fervoroso zelo pela salvação dos Judeos, escreveu em Italiano hum Obra, que intitalou: Na introducção expõe elle o motivo de a escrever, mostrando como era necessario haver uma Fé verdadeira, unica, e facil de se conhecer entre todas as outras do mundo⁴⁰⁸; [...]

⁴⁰⁵ Inocêncio Francisco da Silva subscreveu a opinião em como o tradutor da *Synagoga Desenganada* teria sido Sebastião Monteiro da Vide [1642-1722], assim como o financiador da publicação. Cf. «Synagoga Desenganada», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VII, p. 294.

⁴⁰⁶ PINAMONTI, Giovanni Pietro – *La Sinagoga disinganata, overo via facile à mostrare a qualunque Ebrèò la falsità della sua setta. E la verità della Legge Cristiana. Opera non meno utile à gli Adoratori di Cristo, che à suoi Nemici...*, Dom. Ant. Ercole, Roma, 1694.

⁴⁰⁷ Outra versão: *Opere del Padre Gio. Pietro Pinamonti della Compagnia di Gesu, con un breve ragguaglio della sua vita...*, Paolo Monti, Parma, 1706.

⁴⁰⁸ “Es tambien consecuencia clara, que esta verdadera Religion, no puede ser mas que una: porque el ser diversas las Sectas, consiste, ò en proponer diversos Articulos, que creer, ò en proponer diversos, y distintos Preceptos, que observar; y sin esto, no fueram diversas. Con que contradiciendo una Secta, y Religion à otra, y refutando la una como sacrilegos los documentos, que la otra enseña como santos, ni la verdad puede hallarse en ambas, ni Dios puede ser Autor de ambas, porque Dios no puede contradecirse à si mismo. De suerte, que si Dios quisiera ser venerado, y servido con Ritos de dos Sectas opuestas, como una de las dos que se contradicen, ha de ser precisamente falsa; esto fuera querer la primera Verdad, Dios, ser honrado, y servido con la mentira, y que se le agradasse con lo que le disgusta, y que Dios aprobasse lo que abomina. Luego assi como ay un solo Dios, assi ha de aver una sola Fè, una sola Ley, una sola Religion, que esta comprehende la Fè, y la Ley, y pretender multiplicar esta unica Religion, parece mayor locura, que el negar toda suerte de Religion.” *Synagoga Desengañada: obra del P. Juan Pedro de Pinamonti, de la Compañia de Jesus. Traducida del Toscano em Portugues...*, y aora traducido

Bem se vê do que fica dito, que o methodo de Pinamonte, [...] he o da razão, pela qual combina entre si os factos da Historia Judaica, e Christãa, e os principios de huma e outra Religião; e tira deles as consequencias, que fazem o favor do Christianismo. Neste methodo he elle admiravel pela força, e solidez de juizo, com que discorre, e aperta os adversarios. Não podêmos porém negar, que alguns de seus argumentos são muito vagos, e geraes, e applicaveis a diversas Religiões, os quaes por isso não concluem com a mesma energia que os outros⁴⁰⁹. [...]

Tal brado deo esta Obra em toda a Italia, que estremecêrão as Synagogas. Jehuda Briel, doutissimo Rabbino de Mantua⁴¹⁰, julgou ser necessario responder-lhe para segurar os esteios da sua fé; o que elle fez em huma Apologia, que escreveo a favor do Hebraismo, a qual não chegou a imprimir-se: [...]

Esta Obra pois he a que o Traductor Anonymo⁴¹¹ trasladou com muita fidelidade, e exacção da Lingoa Toscana em a Portugueza, não só para conversão dos Judeos, mas tambem por accodir com ella ao proveito dos Christãos, e confirmar cada vez mais na sua crença; elle a offereceo aos Inquisidores do Reino, e Conquistas de Portugal, para que de sua parte, e com a sua autoridade⁴¹², quizessem cooperar com o ardentissimo zelo do

del Toscano, y Portuguès, en nuestro Idioma Castellano por el Padre Claudio Adolfo Malboan..., Imprenta de Antonio Sana, Madrid, 1733, pp. 12-13. Sublinhado nosso.

⁴⁰⁹ FEITLER, Bruno – «A Sinagoga Desenganada: um tratado antijudaico no Brasil do começo do século XVIII», in *Revista de História*, n.º 148, USP, São Paulo, 2003, pp. 103-124.

⁴¹⁰ Sobre esta polémica, v. SIMONSOHN, Shlomo – *History of the Jews in the Duchy of Mantua*, Kiryath Sepher, Nova Iorque, 1977, pp. 83-84.

⁴¹¹ Seria João António Andreoni o anónimo tradutor? LEITE, António Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. VIII, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, p. 45.

⁴¹² Como patente no frontispício da primeira edição portuguesa [1720].

Santo Padre Clemente XI.⁴¹³, o qual na sua Bulla de 11 de Março de 1703⁴¹⁴ encomendava muito encarecidamente a todos os Reis a conversão dos Hebreos por todos aquelles meios, de que devia usar a caridade Christã⁴¹⁵.

Este *Ensayo* estava em concordância com a visão do Autor sobre as temáticas judaicas nacionais, pese, embora, a sua manifesta parcialidade em defesa da fé católica romana. De acordo com a sua óptica, todos estes autores possuíam, *a priori*, o mérito de tentarem irradiar o *erro judaico*, sempre em nome da fé de Cristo e de Portugal. Neste intuito, existiu uma preocupação em reunir obras de cariz antijudaico exclusivamente redigidas em português, inclusivamente as traduções em outras línguas, dispensando assumidamente todas as obras redigidas ou editadas em latim, hebraico ou grego, em prol das Letras portuguesas. Assim sendo, em certa medida, António Ribeiro dos Santos contribuiria para o auxílio ao combate às ideias hebraicas nas áreas de influência portuguesa, com especial pertinência para os domínios brasileiros e no Oriente.

*

Findo o conturbado período da ocupação francesa e com a Guerra Peninsular longe de terminar, António Ribeiro dos Santos apressar-

⁴¹³ O papa Clemente XI [1649-1721], cujo nome era Giovanni Francesco Albani, reinou entre 1700 e 1721. COELHO, Luís – *Sermao nas exequias... do Padre Clemente XI...*, Officina de João Antunes Pedroso, Lisboa, 1722

⁴¹⁴ Refere-se à bula expedida por Clemente XI e intitulada *Propagandæ per Universum Terrarum Orbem Christinæ Fidei*, de 11 de Março de 1703, transcrita na íntegra em *Etruria Sacra. Triplici Monumentorum Codice Canonico, Liturgico, Diplomatico...*, com comentários de Antonio Martinio, vol. I, Typographia de Caetano Cambalasio, Florença, 1782, pp. 722-727.

⁴¹⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – «Ensayo. De huma Bibliotheca Lusitana Anti-Rabbinica, ou Memorial dos Escritores Portuguezes que escrevêrão de Controversia Anti-judaica», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 374-377.

-se-ia a retomar a publicação regular⁴¹⁶ das *Memorias de Litteratura Portugueza*. Assim, toda a primeira parte do volume correspondente a 1812 foi integralmente preenchida por trabalhos académicos da sua autoria, não havendo participação de outros membros da Academia Real das Ciências de Lisboa. Ficando interrompida a sua publicação em 1806, às vésperas das Invasões Francesas, só após esta perturbada pausa se tentaria prosseguir o curso normal da edição das *Memorias*.

Começa por apresentar um estudo dedicado às origens e implementação da tipografia em Portugal entre os séculos XV e XVI, embora dilatasse a sua análise até aos séculos XVII e XVIII chegando, inclusive, aos inícios do século XIX – em sentido restrito, ambas as *Memorias* [tendo em conta a especificidade para ao século XVI] podem considerar-se um único *opus*, embora, por motivos metodológicos, particionado em duas grandes partes, como se pode constatar.

Trata-se de um trabalho historiográfico com a maior relevância e um marco incontornável⁴¹⁷, onde o Autor atesta que [quase] não existiram estudos sobre a tipografia, ou da “imprensa” propriamente dita, até então, salvo algumas obras, as quais, infelizmente, se perderam. Apesar de basear-se em numerosas reflexões estrangeiras consagradas à tipografia, não deixou de inserir notas documentais retiradas dos nossos arquivos. Importava colmatar estas lacunas, dado o Autor possuir uma percepção clara da importância da tipografia para o avanço do Conhecimento⁴¹⁸.

⁴¹⁶ Devido às enormes carências de papel na tipografia da Academia Real das Ciências, algumas partes do volume VIII das *Memorias de Litteratura Portugueza*, englobando os anos de 1812 e 1814, foram impressos em papel selado, de tom cinza azulado. Estas resmas estão timbradas com o selo real, a uma taxa de 10 réis, contendo os dizeres: «Causa Pública». Foram remetidas pela Impressão Régia, ao que tudo indica.

⁴¹⁷ A título de exemplo, esta *Memoria* é profundamente referenciada por HEITLINGER, Paulo – *Tipografia. Origens, formas e uso das letras* [2006], entre outros estudos actuais.

⁴¹⁸ McMURTRIE, Douglas – *O Livro. Impressão e Fabrico*, tradução de M.^a Luísa Saavedra Machado, prefácio e notas de Jorge Peixoto, 3.^a edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.

No tom intimista que lhe é reconhecido, confessava o seu desânimo por todos estes hiatos e a falta de interesse dos historiadores portugueses por estas temáticas históricas. Também possuía a convicção que este ensaio historiográfico era apenas uma ténue incursão nestes domínios, os quais poderiam desvendar segredos extremamente proficientes para a História de Portugal e da Europa. A tipografia, essa arte mecânica com um nascimento tão obscuro impeliu ao avanço da Ciência e abriu o caminho à supremacia civilizacional europeia. Portugal não foi alheio a este movimento desde os primeiros fôlegos da tipografia, impulsionado pelos intercâmbios comerciais, religiosos e diplomáticos por toda a Europa, sem esquecer uma época em que os Descobrimentos tiveram um papel catalisador:

Quasi todas as Nações Européas tem a Historia, ou Annaes da sua Typografia⁴¹⁹: Escritores eruditos, e zelosos, que se cançãrão em averiguar as antiguidades da sua patria julgãrão justamente, que as que tocavão á sua Typografia não desmerecião huma parte de suas indagações, e trabalhos; e escrevêrão sobre isto doutas obras⁴²⁰. Portugal porém, sendo tão rico de bons engenhos, e constando muitos, e mui illustres escritores de seus feitos, que levantarão com a penna a fama de nossa terra; não teve hum até agora, quanto nós podêmos saber, que chegasse a publicar as noticias, e progressos das origens de sua Typografia, e a

⁴¹⁹ De entre numerosos catálogos, vejamos-se: *Catalogus amplissimus latino-italicus librorum in Remondiniana typographia impressorum ac eorum...*, Joseph Remondini & Filios, Veneza, 1762; *Catalogus librorum latinorum qui venales prostant apud Jacobum Antonium Raby, Regiæ Typographiæ bibliopolam...*, Typographia Regia, Turim, 1765; CABALLERO, Raymundo – *De Prima typographiæ hispanicæ ætate specimen...*, Antonio Fulgoni, Roma, 1793.

⁴²⁰ MENDÉZ, Fr. Francisco – *Typographia Espanõla o historia de la introduccion, propagacion y progresos del arte de la imprenta en España. A la que antecede una noticia general sobre la imprenta de la Europa, y de la China...*, Imprenta de la Viuva de D. Joachin Ibarra, Madrid, 1796.

esclarecer esta parte assaz escura, e difficullosa da sua Historia Litteraria⁴²¹. [...]

Poucos annos depois de seu nascimento entrou a Typografia em Portugal. Huma Nação, como a nossa, que pelo meio do Seculo XV. avultava já muito em trato de Litteratura Sagrada, e Civil⁴²², como se sabe de suas antigas escolas, e de varias composições, que trabalhou naquelles tempos; não podia deixar de acolher logo com boa sombra, e gazalhado huma tal Arte, que tanto servia de encurtar os trabalhos de escritura manual, e de propagar com maior facilidade, e energia os conhecimentos de todas as Artes e Sciencias⁴²³. Ella vio com maravilha levantarem-se naquelle mesmo Seculo em tres illustres Cidades os primeiros prélos Typograficos, que sobre maneira nos honrarão, e ennobrecêrão naquella idade⁴²⁴.

He com tudo mui difficil de apurar entre nós os principios desta Arte, e assentar ao certo o anno em que ella entrou em Portugal⁴²⁵,

⁴²¹ Em nota suplementar, António Ribeiro dos Santos recorda o carácter precursor de Gregório de Freitas, escrivão da Correição de Setúbal, o qual teria redigido os *Annaes Typographicos do Reino de Portugal, supplemento aos de Maitaire no que respeita a Portugal: Escriptos em 1750*, cujos manuscritos se perderam. Cf. «Gregório de Freitas», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, p. 413; vol. IV, p. 154; «Gregório de Freitas», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, p. 163. Foram evocados, igualmente, os intentos de D. António Caetano de Sousa e de Fr. Manuel de Figueiredo, cujos manuscritos se extraviaram.

⁴²² Entre os estudos do Autor, salientamos: «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes, desde os primeiros tempos da Monarquia até os fins do Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 236-312; «Memoria da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, pp. 354-414; «Memorias Historicas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliarios em Portugal, ou nas Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 148-229.

⁴²³ PACHECO, José – *A Divina Arte Negra e o Livro Português (Séculos XV e XVI)*, Vega, Lisboa, 1988.

⁴²⁴ GONÇALVES, Carlos – *A História da Imprensa em Portugal. A questão da localização da primeira tipografia: Rodrigo Álvares, o primeiro impressor português*, Universidade Lusófona, Lisboa, 2004.

⁴²⁵ LA ROCHELLE, Jean-François Née de – *Recherches historiques et critiques sur l'établissement de l'art typographique en Espagne et en Portugal: extraites des récréations historiques et bibliographiques*, Chez Merlin Père et Fils, Paris, 1830.

descuido de nossos Chronistas passados, ou antes condição dos tempos, em que viverão, nos quaes sómente os rompimentos de batalhas, e feitos d'armas, e conquistas deslumbrarão os olhos da Nação, e attrahião a penna dos Escritores, que não os estabeleceram pacíficos⁴²⁶, e menos apparatusos das Artes Liberaes, ou Mechanicas⁴²⁷, das quaes como se forão materias menos importantes, ou não escrevêrão, ou só tocárão levemente: donde vêm, que de seus principios se nos escondeu esta parte de nossa Historia, perdendo-se entre as trevas do tempo, quasi toda a lembrança da sua fundação, e progressos⁴²⁸: pelo que hoje não podêmos caminhar senão pela vereda de meras conjecturas, deduzidas de alguns factos dispersos, e fugitivos, para rastreamos a verdadeira origem, e primeiros progressos das Artes, e das Sciencias entre nós⁴²⁹.

Após realçar os enormes constrangimentos na investigação destes assuntos, o Autor problematiza a entrada da tipografia em Portugal após a sua 'invenção' por Johann Gutenberg⁴³⁰ [c. 1398-c. 1468]. Recorda igualmente a antiguidade das primeiras oficinas tipográficas, ainda que só tenham existido a partir da década de 1470, sem deixar de mencionar algumas tradições históricas. Existem poucos

⁴²⁶ CARVALHO, Joaquim Barradas de – «A mentalidade, o tempo e os grupos sociais: um exemplo português da época das Descobertas: Gomes Eanes de Zurara e Valentim Fernandes», separata da *Revista de História*, n.º 15 [s. n.], Lisboa, 1953, pp. 37-68.

⁴²⁷ É de interesse rever estes assuntos no periódico *Typographia Portugueza*, n.ºs 1-12, Typographia Alliança, Porto, 1887-1888; CANHÃO, Manuel – *Os caracteres de imprensa e a sua evolução histórica, artística e económica em Portugal*, Tipografia do Anuário Comercial, Lisboa, 1941.

⁴²⁸ PEIXOTO, Jorge – «História do Livro Impresso», separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, A. X-XII, n.ºs 37-48 [s. n.], Coimbra, 1967.

⁴²⁹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1812, pp. 1-3.

⁴³⁰ Entre bibliografia quase infinda, v. POLLARD, Michael – *Johann Gutenberg. A história da invenção da imprensa que conduziu à explosão do conhecimento*, tradução de Isabel Joyce, Editora Replicação, Lisboa, 2002.

dados fidedignos sobre a vida de Johann Gutenberg, mas sabe-se que era natural de Mogúncia [Mainz] e que trabalhou em Estrasburgo, onde foi polidor de joias, entre outros ofícios. Ter-se-á envolvido em complicações jurídicas motivadas por dívidas, falsificações e fraudes, segundo se consta. Contudo, os seus conhecimentos de ourivesaria, os quais aplicaria no fabrico de matrizes, punções tipográficas e outras ferramentas, permitiram-lhe constituir um *know-how* essencial para desenvolver as artes tipográficas.

É-lhe atribuída a invenção de um método de impressão com tipos móveis, tendo como base estrutural a denominada “prensa de braços”⁴³¹, a qual permitia inúmeras cópias de um mesmo livro para um público leitor cada vez mais dilatado. As primeiras tentativas de Johann Gutenberg iniciar-se-iam por volta de 1436, mas associado a Johann Fust⁴³² [c. 1400/10-1466] e a Pierre Schoeffer⁴³³ [1425-1503], conseguiram imprimir uma versão da *Bíblia*, denominada das *42 linhas*⁴³⁴, o primeiro livro impresso.

⁴³¹ Sobre a evolução das ‘prensas de braços’ até ao advento do vapor na tipografia portuguesa, ver «Prensa Hydraulica», in *O Panorama*, 1.ª série, vol. IV, n.º 140, 4 Janeiro 1840, pp. 5-6.

⁴³² Igualmente oriundo de Mainz, foi o financiador e sócio de Johann Gutenberg. Personagem obscura, a sua vida inspirou a faceta literária de *Fausto*, como patente em *The Tragical History of the Life and Death of Doctor Faustus* [1604], de Christopher Marlowe [1564-1593], e em *Faust, eine Tragödie* [1808], de Johann Wolfgang von Goethe [1749-1832]. Emprestou 800 *guilders* [c. 1450] a Johann Gutenberg para aperfeiçoar o processo de impressão com tipos móveis, exigindo-lhe posteriormente uma dívida de 2.026 *guilders*, cujo pagamento forçado levou Gutenberg à penúria [1455] e a entregar-lhe todo o seu equipamento tipográfico. Com o francês Pierre Schoeffer, fundaria a *Fust & Schoeffer* e publicaram vários livros, incluindo a famosa *Bíblia* [1452-55]. Consta que obteve bons lucros com a comercialização da *Bíblia*, enquanto Gutenberg morreria na miséria. Cf. BORY, Jean-François – *Le Cabigi de MM. Fust & Gutenberg*, CIPM Spectres Familiers, Marselha, 1992.

⁴³³ HERCULANO, Alexandre – «Origens da Typographia», in *O Panorama*, 1.ª série, vol. I, ft.º 4, 27 de Maio de 1837, pp. 29-32.

⁴³⁴ António Ribeiro dos Santos adquiriu um exemplar da *Bíblia das 42 linhas* para a Real Biblioteca Pública da Corte [1805]. Veja-se *Do Terreiro do Paço ao Campo Grande. 200 Anos da Biblioteca Nacional. Exposição*, BNL, Lisboa, 1996, p. 34; DAVIES, Martin – *The Gutenberg Bible*, The British Library, Londres, 1996.

Esta nova técnica permitia reduzir o custo de fabrico do livro e elevar a reprodução do mesmo em múltiplos exemplares, eliminando gradualmente a cópia manuscrita, executada por uma ou mais pessoas, processo caro e moroso. Além disso, esta nova técnica dava resposta à procura de livros entre os meios burgueses, intelectuais e religiosos, tornando-se o âmagô e o símbolo de toda uma época. A nova *ars typographica*⁴³⁵ propagou-se com uma velocidade espantosa desde as nações germânicas e atingia praticamente toda a Europa na viragem do século XV para o século XVI. Contam-se mais de duas centenas de oficinas tipográficas, as quais imprimiram entre 35 mil e 40 mil incunábulo em vários idiomas, com grande incidência para o latim, a língua intelectual por excelência.

Mainz e Veneza estavam na dianteira, seguidas por Roma, Paris, Basileia e Colónia, seguindo-se as cidades universitárias e as praças comerciais, tais como Lyon, Frankfurt e Antuérpia. A Europa “tipográfica” começava a deslocar-se igualmente de Itália para o sul da Europa, assumindo-se como elemento difusor do Humanismo e do Renascimento oriundos das cidades italianas⁴³⁶. Esta invenção, como o Autor o entendeu, permitiu conservar a escrita e as imagens, possibilitando a sua apreensão a todos os indivíduos letrados e abrindo uma nova era na Comunicação. Obviamente, a tipografia é considerada como um dos veículos essenciais na disseminação dos ideais renascentistas:

⁴³⁵ STILLWELL, Margaret – *The Beginning of the World of Books, 1450 to 1470. A chronological survey of the texts chosen for printing during the first twenty years of the printing art, with a synopsis of the Gutenberg documents*, Bibliographical Society of America, Nova Iorque, 1972.

⁴³⁶ MARTINS, José Vitorino de Pina – “Para a História da Cultura Portuguesa do Renascimento. A iconografia do livro impresso em Portugal no tempo de Dürer”, separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 5, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1972, pp. 80-89.

[...] Esta Arte nasceu occultamente, os seus primeiros esboços forão clandestinos, e secretos⁴³⁷; pois que seus inventores os recatário por alguns tempos, para fazerem passar por mss. os primeiros Codigos⁴³⁸, que imprimirão, estampando-os então com caracteres semelhantes aos da escritura natural, para adquirirem com esta traça grandes sommas de cabedal. A desavença, e demanda que houve entre Fausto⁴³⁹, e Guttemberg⁴⁴⁰, foi a que deu occasião a descobrir-se este segredo; daqui veio não se saber depois com certeza, nem o lugar aonde começarão as tentativas desta Arte, nem as primeiras Obras, que se imprimirão⁴⁴¹. Assim que quatorze Cidades entrário depois em debate sobre o nascimento da Typografia, sendo huma dellas Basiléa⁴⁴², e os Historiadores, e Bibliografos, que mais tratário das origens, e progressos desta Arte, até agora se não tem acordado entre si sobre o logar, que a vio nascer⁴⁴³.

⁴³⁷ Sobre as marcas satânicas dos impressores portugueses, ver PINTO, Américo Cortez – «Os segredos da imprensa e as artes demoníacas», in *Da Famosa Arte de Imprimição. Da imprensa em Portugal às cruzadas d'Além-Mar*, Editora Ulisseia, Lisboa, 1948, pp. 425-444.

⁴³⁸ Por curiosidade, ver *Grande Livro dos Segredos dos Códigos. Um guia ilustrado de sinais, símbolos, cifras e linguagens secretas*, edição de Paul Lunde, tradução de Luís Santos, et al., Círculo de Leitores, Lisboa, 2009, pp. 214-215. Com grande interesse, v. EISENSTEIN, Elizabeth – *Divine Art, Infernal Machine. The reception of printing in the West from first impressions to the sense of an ending*, University of Pennsylvania Press, Filadélfia, 2011.

⁴³⁹ SANTOS, Raúl Esteves dos – *A Arte Negra. Dos primitivos processos da escrita à invenção da tipografia*, Editorial Império, Lisboa, 1941, pp. 167-175.

⁴⁴⁰ MAN, John – *The Gutenberg Revolution. The story of a genius and an invention that changed the World*, Review, Londres, 2002.

⁴⁴¹ EISENSTEIN, Elizabeth – *La Révolution de L'Imprimé a l'aube de l'Europe Moderne*, tradução francesa de Marc Duchamp, La Decouverte, Paris, 1991.

⁴⁴² JOHNSON, A. F. – *The first century of printing at Basle*, Benn, Londres, 1926.

⁴⁴³ “E vimos em nossos dias / ha letra de forma achatada, / com que a cada passada / crescem tantas liurarias, / e a Sciencia he augmentada. / tem Alemanha louuor, / por della ser o auctor / daquella cousa tam digna; / outros affirmam na China / o primeiro inuentador.” RESENDE, Garcia de – *Chronica dos valerosos, e insignes feitos del Rey Dom Ioam II... Miscellania e variedade de Historias*, Real Officina da Universidade, Coimbra, 1798, p. 362.

Póde ser pois, que a noticia, que corria abonada com maiores creditos [...] dêsse a invenção desta Arte a Basiléa⁴⁴⁴; com effeito a não ser assim, como era praticavel, que elle se enganasse nesta parte, e attribuisse este invento a Basiléa, se a voz geral o dêsse então a Moguncia? Ou como he crível, que se fosse supposta esta edição, a datassem com huma nota, que por si mesma descobria logo a sua supposição, e falsidade?⁴⁴⁵

Após a introdução da tipografia, António Ribeiro dos Santos sugeriu a existência de três grandes categorias em que se dividia originalmente: a “tipografia portuguesa” [ou em “linguagem” portuguesa], a “tipografia hebraica” [oriunda das comunidades judaicas e usando caracteres hebraicos] e a “tipografia latina” [uso do latim como idioma], as quais coexistiram aparentemente sem atritos ou competição comercial aguerrida. Ainda aludirá brevemente à “tipografia grega” [uso dos caracteres gregos], a qual não terá surgido neste período.

Por conseguinte, reitera que a tipografia hebraica terá sido pioneira⁴⁴⁶ em Portugal, beneficiada pelos contactos das comunidades judaicas com o norte e o centro da Europa, paralelamente aos intercâmbios italianos, como António Ribeiro dos Santos relembra. A tipografia hebraica portuguesa terá tido, então, as suas raízes em Itália, por via dos impressores de origem germânica estabelecidos em Nápoles, Soncino e outras localidades italianas. Cerca de metade dos incunábulo impressos em Portugal seriam compostos em

⁴⁴⁴ HECKETHORN, Charles-William – *The Printers of Basle in the XVth and XVIth centuries, their biographies, printed books and devises*, Nabu Press, Charleston, 2012 [1.^a edição: Londres, 1897].

⁴⁴⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 12-13.

⁴⁴⁶ AMZALAK, Moses Bensabat – *A Tipografia Hebraica em Portugal no Século XV*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922.

caracteres hebraicos e o mais antigo livro impresso que perdurou, o *Pentateuco*⁴⁴⁷ [1487], proveio dos prelos de Samuel Gacon⁴⁴⁸, impressor judeu e proprietário da primeira oficina tipográfica portuguesa que se conhece [Faro].

O Autor propõe a existência de outros incunábulos impressos antes de 1487, mas cujo desaparecimento tornou impossível, até à actualidade, tal confirmação. Se as *Obras de D. Pedro*, a *Imitação de Cristo* e a *Cartilha*, de D. Diogo Ortiz⁴⁴⁹ seriam anteriores ao *Pentateuco*, António Ribeiro dos Santos demonstrava uma perfeita receptividade a novas descobertas e, subsequentemente, a existirem outros centros impressórios.

Entre 1487 e 1496-1497 desenvolveram-se as proto-oficinas hebraicas de Faro, Lisboa, Braga e Leiria⁴⁵⁰, correspondendo às comunidades hebraicas mais populosas na segunda metade do século XV. Considera-se o seu período de funcionamento coincidente com a penetração da arte impressória em Portugal [c. 1487], prolongando-se até à expulsão dos judeus por D. Manuel I, cujo édito, embora publicado em 5 de Dezembro de 1496, só viria a aplicar-se após Outubro de 1497. Consequentemente, o colapso da tipografia hebraica esteve intimamente ligado ao destino fatídico daquelas comunidades, sendo que essas obras impressas teriam como primeira utilidade acompanhar os crentes na Diáspora.

⁴⁴⁷ *Pentateuco*, estudos introdutórios por Manuel Augusto Rodrigues e Manuel Cadafaz de Matos, Governo Civil, Faro, 1991 [facsimile do livro impresso mais antigo em Portugal, uma reedição do exemplar depositado na British Library, Londres].

⁴⁴⁸ Sobre Samuel Gacon, também conhecido por Samuel Porteiro, v. HELLER, Marvin – *Priting the Talmud. A history of the earliest printed editions of the Talmud*, Im Hasefer, Nova Iorque, 1992, pp. 31-35.

⁴⁴⁹ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 8-11.

⁴⁵⁰ ZACUTO, Abraão – *Almanach Perpetuum*, introdução de Luís de Albuquerque, «Descoberta do Mundo», INCM, Lisboa, 1986. Em complemento, consultar *Os sucessores de Zacuto. O almanaque na Biblioteca Nacional do século XV ao XXI*, coordenação de Rosa Maria Galvão, BNL, Lisboa, 2002.

As necessidades dos estudos religiosos determinaram a finalidade espiritual das obras impressas nestas primeiras oficinas, na sua maioria destinadas à difusão da *Torah*⁴⁵¹, dos preceitos do *Talmud* e do pensamento teológico-místico junto de uma comunidade dilatada, principalmente após as proscricções de Espanha. Todavia, importa recordar que nas oficinas de Leiria e, provavelmente, de Lisboa, imprimiram-se livros em caracteres latinos [ou góticos], como o testemunham alguns espécimes sobreviventes. A tipografia hebraica caracterizava-se por empregar punções próprias concebidas na Península Ibérica, as quais eram cambiadas entre impressores cujo estilo é conhecido por *sefar-dita*⁴⁵², diferenciado de toda a produção europeia:

No Seculo XV. houve tres classes de Typografia em Portugal, a saber a Typografia Portugueza, a Hebraica, e a Latina⁴⁵³.

E pelo que toca á Portugueza, isto he, á impressão de Livros em linguagem⁴⁵⁴, parece que esta foi entre nós anterior ás outras duas⁴⁵⁵, e que começou de se estabelecer poucos annos depois do nascimento da Typografia na Hollanda⁴⁵⁶, ou na Alemanha⁴⁵⁷

⁴⁵¹ DIAS, João José Alves – «Nova forma de transmissão do <verbo> – a imprensa», in *Nova História de Portugal. Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V, pp. 489-504.

⁴⁵² AMZALAK, Moses Bensabat – *A Tipografia Hebraica em Portugal no Século XV*, por exemplo.

⁴⁵³ *Os Incunábulos das Bibliotecas Portuguesas. Catálogo*, vol. I, «Bibliotecas», Secretaria de Estado da Cultura/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Inventário do Património Cultural Móvel, Lisboa, 1995; *Os Incunábulos das Bibliotecas Portuguesas. Índices*, vol. II, «Bibliotecas», Secretaria de Estado da Cultura/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Inventário do Património Cultural Móvel, Lisboa, 1995.

⁴⁵⁴ HORCH, Rosemarie Erika – «O primeiro livro impresso em língua portuguesa», in *Prelo. Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, n.º 10, INCM, Lisboa, 1986, pp. 9-18.

⁴⁵⁵ LIMA, Durval Pires de – *Os primeiros livros e livreiros de Lisboa*, CML, Lisboa, 1943.

⁴⁵⁶ *Typographia Batava*, compilação de Paul Valkema Blouw e A. C. Schuytlot, vols. I-II, De Graaf Publishers, Nieuwkoop, 1998.

⁴⁵⁷ FEBVRE, Lucien, e MARTIN, Henri-Jean – *O Aparecimento do Livro*, tradução de Henrique Tavares e Castro, revisão científica de Artur Anselmo, Fundação

[...]. He certo com tudo, que os Impressores Estrangeiros forão os que vierão assentar os nossos prélos, e ensinar-nos esta Arte; mas por ventura quizerão dar as primeiras amostras della na estampa de Livros Portuguezes, que logo podessem correr mais facilmente pelas mãos de todos⁴⁵⁸. Esta Typografia porém não fez grandes avanços naquelle seculo, ou porque della não curarão muito os impressores estrangeiros, ou porque os estudos dos nossos se voltarão para os Livros Latinos, que se estimavão estão mais que os Portuguezes⁴⁵⁹.

Seguiu-se a esta a Typografia Hebraica; ella nos veio transplatada de Italia, e por mãos dos Hebreos, que erão os unicos naquelles tempos, que a estabelecção, e propagavão por toda a parte⁴⁶⁰; por quanto os Judeos, maiormente os Alemães da Cidade de Spira⁴⁶¹, que havião passado á Italia, tinham levantado os

Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000; LABARRE, Albert – *História do Livro*, tradução de Alberto Júlio Silva, Livros Horizonte, Lisboa, 2005.

⁴⁵⁸ ANSELMO, Artur – «Os primeiros impressores que trabalharam em Portugal», in *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.^a série, vol. II, n.º 2, BNL, Lisboa, 1987, pp. 7-14.

⁴⁵⁹ HAEBLER, Konrad – *Tipografía ibérica del siglo XV*, K. W. Hiersemann, Leipzig, 1902.

⁴⁶⁰ “Em Portugal, as primeiras obras impressas, de que há segura notícia, foram em língua hebraica e os impressores hebreus. Anteriormente a todas, o *Pentateuco*, de 1487, saído do prelo de Samuel Gacon, em Faro. Só em 1494 em diante nos aparecem as produções tipográficas de oficinas alemãs: primeiro o *Breviário Bracarense*, por João Gherlinc, em Braga; depois, a contar de 1495, as impressões de Valentim Fernandes de Morávia e Nicolau de Saxónia. Mas não basta isso para a certeza histórica de que tenham sido realmente os Hebreus os que introduziram no País a arte da tipografia. Em 1474 já esta existia em Espanha, trazida por alemães, que andavam de terra em terra, propagando ou exercendo a sua arte. Não existe razão visível para excluir a hipótese de que, entre esse ano e o de 1487, algum de tais homens houvesse passado a Portugal, imprimisse livros latinos ou portugueses, e estes se tenham perdido. Quando menos, permanece o caso da prioridade sujeita a dúvida.” AZEVEDO, João Lúcio de – *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, pp. 36-37.

⁴⁶¹ Denominação hebraica referente à cidade de Speyer, no sul da Alemanha. Cf. HAVERKAMP, Alfred; TRANSIER, Werner, e WENER, Markus – *The Jews of Europe in the Middle Ages*, Historisches Museum der Pfalz Hatje Cantz, Speyer, 2004, pp. 276-277.

seus primeiros prêlos nas Cidades de Socino⁴⁶², de Piobe⁴⁶³, de Pesaro⁴⁶⁴, de Bolonha⁴⁶⁵, e de Ferrara⁴⁶⁶, e destes viêrão alguns a Portugal, para onde muitos os attrahia e convidava a grande quantidade, que cá tinhamos de Judeos estrangeiros, e nacionaes, e a esperança do grosso lucro, que lhes promettia o muito fervor, com que então se tratavão os estudos da Litteratura Sagrada nas Synagogas deste Reino⁴⁶⁷.

Suspeitamos, que os Judeos Portuguezes da Academia de Lisboa, e os da Communa de Leiria, que muitos figuravão naquelle seculo, querendo aproveitar-se de hum invento, que com tanta facilidade podia multiplicar os Livros de sua Lei, forão os que com mais ardor, e deligencia chamárão a si de algumas partes de Italia⁴⁶⁸ a estes primeiros Impressores, para virem exercer entre elles esta Arte; e com effeito não sabemos, que se levantasse Typografia Hebraica senão nas duas Cidade de Lisboa⁴⁶⁹, e Leiria⁴⁷⁰. [...]

⁴⁶² TAMANI, Giuliano – *Tipografia hebraica a Soncino, 1483-1490*, Edizione dei Soncino, 1988.

⁴⁶³ BASSI, Stelio, e BARZON, Antonio – *La Tipografia Ebraica di Piove di Sacco*, Tipografia Antoniana, Pádua, 1959.

⁴⁶⁴ AMATI, Giacinto – «Tipografia Italiana», in *Manuale di Bibliografia del Secolo XV: ossia, notizia di tutti i libri rari e preziosi...*, Tipografia e Libreria Pirota e C.^a, Milão, 1854, art.º III, pp. 267-268.

⁴⁶⁵ BUSI, Giulio – «La tipografia hebraica a Bologna», in *La cultura ebraica a Bologna tra Medioevo e Rinascimento*, edição de Mauro Perani, Editrice La Giuntina, Firenze, 2002, pp. 71-81.

⁴⁶⁶ ROSSI, Giovanni Bernardo de – *De Typographia Hebraeo-Ferrariensi commentarius historicus quo ferrariensis judaeorum editiones hebraicae, hispanicae, lusitanae recensentur et illustrantur...*, Regio Typographeo, Parma, 1780.

⁴⁶⁷ *Testemunhos do Judaísmo em Portugal*, pp. 53-56.

⁴⁶⁸ COSENZA, Mario Emilio – *Biographical and bibliographical dictionary of the italian printers and of foreign printers in Italy from the introduction of the art of printing into Italy to 1800*, G. K. Hall & Co., Boston, 1968.

⁴⁶⁹ WILKE, Carsten – «La création littéraire et artistique», in *Histoire des Juifs Portugais*, Editions Chandeigne-Librairie Portugaise, Paris, 2007, pp. 57-65.

⁴⁷⁰ TAVARES, M.^a José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, pp. 374-375.

Esta Typografia começou de luzir com grande esplendor e apuramento; e pelas brilhantes edições que logo apresentou de seus prélos, bem fundadas esperanças nos dava de apostar perfeições e gentilezas com todas as Officinas nas Nações estranhas⁴⁷¹. Entrou porém em nossos Reinos com má estrea, e foi sua existencia de curta duração; porque a vio acabar o mesmo Seculo, que a vira nascer⁴⁷². O odio com que olhavam os Hebreos; a desconfiança em que estavam de todos os seus Livros Hebraicos, suppondo ser desvario tudo o que nelles se escrevêra; e o temor de que por meio da impressão se propagassem as doutrinas do Talmud, de que tanto mal se havia dito⁴⁷³; excitarão os clamores de alguns Christãos, que com mais piedade, que sabedoria desaprovárão indistinctamente todas as Obras de Hebraismo, e trabalharão por arrancar em seu mesmo nascimento este ramo de Litteratura Sagrada, de que podiamos ter colhido grandes fructos⁴⁷⁴. Por fim o Decreto de 1496 que desterrou de Portugal os Hebreos⁴⁷⁵, e o outro de 1497, por que se prohibio aos que cá ficárão a titulo de conversos todos os Livros em Hebreo⁴⁷⁶; desanimou inteiramente a Litteratura Hebraica, tornou inuteis os seus prélos, e fez sahir de Portugal para estranhas terras huma Typografia tao util e

⁴⁷¹ DIAS, João José Alves – «Incunábulo hebraico em Portugal», in *Dicionário do Judaísmo Português*, pp. 278-281.

⁴⁷² Sobre a tipografia hebraica, v. PINTO, Américo Cortez – *Da Famosa Arte de Imprimição. Da imprensa em Portugal às cruzadas d'Além-Mar*, pp. 174-186.

⁴⁷³ DIAS, Geraldo Coelho – «A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal», in *Revista de História*, n.º 8, FLUP, Porto, 1988, pp. 159-168.

⁴⁷⁴ LIPINER, Elias – «O carvalho do pranto. Destino dos livros e manuscritos hebraicos no reino de Portugal», in *Os baptizados em pé. Estudos acerca da origem e da luta dos cristãos-novos em Portugal*, pp. 145-180.

⁴⁷⁵ SOYER, François – *A perseguição dos judeus e muçulmanos de Portugal: D. Manuel I e o fim da tolerância religiosa (1496-7)*, «Lugar da História», Edições 70, Lisboa, 2012.

⁴⁷⁶ «Que os Judeus e Mouros forros se saiam destes Reynos, e nom morem, nem estem nelles», in *Ordenações Manuelinas*, livro II, tit. XLI, pp. 212-214.

vantajosa, que então nos honrou por suas illustres producções, e que ainda hoje nos podia muito ennobrecer com as suas obras⁴⁷⁷.

A Typografia Latina entrou igualmente em Portugal naquella Seculo; ella se propagou ainda mais, que a Typografia Hebraica, pois se estabeleceu nas tres Cidades de Lisboa, Leiria, e Braga⁴⁷⁸; nem podia deixar de ser vulgar, e de mais uso por serem os estudos da Latinidade, os que mais tratavão os Ecclesiasticos naquelles tempos, e os em que quasi se assommava naquella idade toda a erudição e Litteratura dos homens sabios⁴⁷⁹.

António Ribeiro dos Santos patenteou alguns resumos biográficos dos primeiros impressores nacionais e estrangeiros residentes em Portugal, assim como uma abordagem panorâmica das suas actividades nos séculos XV e XVI. Começa por enumerar os impressores judaicos, destacando os nomes de Rabban Eliezer [?-?], Rab Tzorba [?-?], Zacheo [?-?] e outras individualidades praticamente desconhecidas⁴⁸⁰. Em seguida, concedeu maior atenção aos impressores cristãos, começando pelos de nacionalidade germânica⁴⁸¹, onde relembrou Nicolau de Saxónia [?-?] e João Gherlinc [?-?], mas destacando Valentim Fernandes, natural da Morávia [?-c. 1518].

Da sua vivência em Portugal, é conhecido por ter sido o representante da comunidade alemã, a sua profícua actividade

⁴⁷⁷ MATOS, Manuel Cadafaz de, e PRINTS, Salomon Herman – «Menasseh ben Israel e as primícias da tipografia judaico-portuguesa em Amesterdão», in MENDES, David Franco, e REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – *Os Judeus Portugueses de Amesterdão*, introdução, pp. XI-XIX.

⁴⁷⁸ ANSELMO, Artur – «O impressor Johann Gherlinc e o *Breviarium Bracharense* de 1494», separata de *Fórum*, n.ºs 15-16, Biblioteca Pública, Braga, Janeiro-Julho 1994, pp. 13-20.

⁴⁷⁹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 16-19.

⁴⁸⁰ *Idem*, pp. 23-24.

⁴⁸¹ *Idem*, pp. 25-27.

como impressor e, por último, como relator das novidades dos Descobrimentos portugueses para a Alemanha e o norte da Europa⁴⁸². Nomeado tabelião dos negociantes alemães por D. Manuel I, tornou-se uma personalidade íntima da Coroa, com acesso a informações restritas sobre a Expansão, assim como às grandes figuras do reino, como a rainha D. Leonor de Lencastre [1458-1525], sua patrona.

Enquanto impressor, o contributo de Valentim Fernandes para o desenvolvimento da actividade tipográfica⁴⁸³ portuguesa foi crucial, sendo directamente responsável pela impressão de 8 dos 28 livros publicados antes de 1500 – na primeira década do século XVI conhecem-se cerca de 17 livros, mas pelo menos 9 incunábulos foram publicados por si. A sua oficina era considerada uma das mais importantes em Portugal, detentora de material tipográfico importado, principalmente, de Sevilha.

A primeira obra que imprimiu em Portugal, em consórcio com Nicolau da Saxónia, seria o célebre *Vita Christi*⁴⁸⁴, de Ludolfo da Saxónia [c. 1295-1377], como indicaremos adiante. A sua actividade como impressor não se limitava, contudo, à cópia e impressão de manuscritos. Notório homem de Saber, efectuou a tradução de diversos textos para a nossa língua antes de os conduzir à estampa: os trabalhos poéticos de D. Pedro de Meneses [1486-?], 3.º marquês de Vila Real, e do seu mestre, o humanista siciliano Cataldo Sículo Parísio [1455-1517], o qual viveu também em Portugal, onde foi preceptor de infantes e membros da alta nobreza.

⁴⁸² CARVALHO, Joaquim Barradas de – «Valentim Fernandes», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 548-549; PINTASSILGO, Joaquim – «Fernandes, Valentim», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 411.

⁴⁸³ MENDES, M.^a Valentina – «Nasce o livro impresso», in *Tesouros da Biblioteca Nacional*, direcção científica de Martim de Albuquerque, INAPA, Lisboa, 1992.

⁴⁸⁴ *No Quinto Centenário da Vita Christi. Os primeiros impressores alemães em Portugal*, coordenação de João José Alves Dias, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa, 1995.

Entre outras obras que imprimiu, destacam-se alguns capítulos que incorporou ao *Livro de Marco Paulo*, o *Livro de Nicolao Veneto*, a *Carta de Jerónimo de Santo Estevam* e o *Repertório dos Tempos*, entre outros incunábulos⁴⁸⁵. Movido pelas notícias das novas terras descobertas, especialmente por Portugal e Espanha, Valentim Fernandes é considerado um perfeito *divulgador* dos “novos mundos”:

§. I.

Impressores Alemães em Portugal

Valentim Fernandes Mourão.

Devemos pôr nos fins deste Seculo, a Valentim Fernandes Mourão, Morão, ou Morano, tambem Alemão⁴⁸⁶, e Escudeiro da Casa da Rainha D. Leonor⁴⁸⁷, terceira mulher do Senhor Rei D. Manoel, pois que apparece com sua Officina Typografica⁴⁸⁸ em Lisboa no principio do anno de 1500, tempo em que escrevia a D.

⁴⁸⁵ Entre outras obras impressas, destacamos ROQUE, Mário da Costa – *As Pestes Medievais Europeias e o «Regimento Proueytoso contra ha Pestenença»*, Lisboa, Valentim Fernandes [1495-1496]. *Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*, «Fontes Documentais Portuguesas», vol. XII, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1979; *Ordenações Manuelinas. Quinto Livro*, introdução de João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos, UNL, Lisboa, 2002 [reprodução fac-símile da edição de Valentim Fernandes, 1512-1513].

⁴⁸⁶ HENDRICH, Yvonne – *Valentim Fernandes: ein deutscher Buchdrucker in Portugal um die Wende vom 15. zum 16. Jahrhundert und sein Umkreis*, Peter Lang, Frankfurt-am-Main, 2007.

⁴⁸⁷ SABUGOSA, Conde da – *A rainha D. Leonor, 1458-1525*, Portugália, Lisboa, 1921, pp. 301-302; SOUSA, Ivo Carneiro de – *A rainha D. Leonor (1458-1525): poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/FCT, Lisboa, 2002.

⁴⁸⁸ ANSELMO, Artur – «L'activité typographique de Valentim Fernandes au Portugal (1495-1518)», separata de *Colloque – L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1984, pp. 781-818; IDEM – «Valentim Fernandes ou mediação na alteridade», in *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.^a série, vol. II, n.º 2, BNL, Lisboa, 1987, pp. 43-49.

Pedro de Menezes, terceiro Marquez de Villa Real⁴⁸⁹, pedindo-lhe suas Obras para as imprimir⁴⁹⁰, que elle respondeo por sua Carta de 21 de Fevereiro do mesmo anno, que tem por titulo *Epistola ad Valentinum Ferdinandum Moranum Typographum data 21 de Februariis anno à partu Virginis 1500*⁴⁹¹, o que bem mostra ter-se já estabelecido a sua Typografia no fim do Seculo XV.

Imprimio os Livros de Marco Polo Veneziano⁴⁹², e com elles o de Nicoláo tambem Veneziano⁴⁹³, e a Carta de hum Genovez mercador⁴⁹⁴, que elle trasladou em Lingoagem, e dedicou ao Senhor Rei D. Manoel, em Lisboa em 1502 I. vol. fol. Gothico; obra rarissima de que ha hum exemplar na Real Bibliotheca pública da Côrte⁴⁹⁵.

⁴⁸⁹ D. Pedro de Meneses [1486-?], 3.º marquês de Vila Real, 2.º conde de Alcoutim e 3.º conde de Valença, um dos governadores de Ceuta. Cf. «Vila Real (Condes, Marqueses e Duques de)», in *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, p. 526.

⁴⁹⁰ Está anexa à *Epistole et Orationes quedam Cataldi Siculi*, Valentim Fernandes, Lisboa, 1500 [organizadas por D. Pedro de Meneses]. Cf. «D. Pedro de Menezes», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pp. 599-601.

⁴⁹¹ «Mea, quæ petis, imprimenda inculta nimis sunt adhuc, & rudia, nec tanto digna nomine, sed meorum loco pauca quædam mitto, quæ Cataldo præceptore superioribus annis impetravi.» MENESES, D. Pedro de – *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa. Oratio habita... in Scholis Ulyxbona*, tradução de Miguel Pinto de Meneses, introdução de A. Moreira de Sá, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1964, pp. 2-3.

⁴⁹² Cf. *Marco Paulo*, introdução e índices de Francisco Maria Esteves Pereira, BNL, Lisboa, 1922; GARVÃO, M.^a Helena – *O livro Marco Paulo impresso por Valentim Fernandes: genealogia textual, leitura tipográfica e aspectos discursivos*, tese de doutoramento em Estudos Literários (Literatura Portuguesa), FLUL [versão polycopiada], Lisboa, 2009.

⁴⁹³ *Le Voyage aux Indes, de Nicolò de'Conti (1414-1439)*, apresentação de Geneviève Bouchon e Anne-Laure Amilhat-Szary, tradução francesa de Diane Ménard, Editions Chandeigne-Librairie Portugaise, Paris, 2004.

⁴⁹⁴ *Viaggi in Persia, India e Giava, di Nicolò de'Conti, Girolamo Adorno e Girolamo de Santo Stefano*, edição crítica de Mario Longhena, «Viaggi e scoperte di navigatori ed esploratori italiani», n.º 6, Edizioni «Alpes», Roma, 1929.

⁴⁹⁵ [O *Livro de*] *Marco paulo. Ho liuro de Nycolao veneto. O trallado da carta de buu genoues das ditas terras, Valentim Fernandes, Lisboa, 1502 [Trellado de bua carta que Jeronimo de santo Esteuam escreueo de Tripoli]*.

Teve parceria com João Pedro de Bonhomini de Cremona⁴⁹⁶, e imprimio com elle entre outros Livros o Catecismo pequeno da Doutrina, e Instrucção, que os Christãos hão de crer, e obrar para conseguir a bem-aventurança eterna⁴⁹⁷, feito por D. Diogo Ortiz, Bispo de Ceuta. Lisboa 1504 I. vol. fol. Gothico 2.^a Edição. Imprimio tambem as Orações, e Epistolas de Cataldo Aquila Siculo⁴⁹⁸ com as Obras do Marquez de Villa Real⁴⁹⁹ em Lisboa, de que ha hum exemplar no Collegio da Graça da Universidade de Coimbra, que se acha truncado⁵⁰⁰.

Além de referida a importância dos impressores italianos⁵⁰¹, confessa a sua ignorância acerca da nacionalidade de outros impressores⁵⁰². Foram ainda enunciadas todas as edições hebraicas publicadas no século XV e do conhecimento tácito, ou não, de

⁴⁹⁶ ANSELMO, António – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, BNL, Lisboa, 1926, pp. 145-150; CIONI, Alfredo – “Bonomini, Giovanni Pietro”, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. XI, Istituto della Enciclopedia Italiana, Roma, 1969, pp. 333-334; CANAVEIRA, Rui – “Bonomini, Giovanni Pietro”, in *Dicionário dos tipógrafos famosos*, 4.^a edição, Ágora, Lisboa, 2001, p. 18.

⁴⁹⁷ ORTIZ DE VILLEGAS, D. Diego – *Cathecismo pequeno da doutrina e instrução que os xpaãos ham de creer e obrar pera conseguir a benaventurança eterna...*, Valentim Fernandes e Pedro Bonhomini de Cremona, Lisboa 1504. Complemente-se com *O cathecismo pequeno de D. Diogo Ortiz*, edição crítica e introdução de Elsa Maria Branco da Silva, “Obras Clássicas da Literatura Portuguesa”, n.º 115, Colibri, Lisboa, 2001.

⁴⁹⁸ *Omnia Cataldi Aquillae Siculi, quae extant opera per Antonium de Castro denuo correctae, ac nunc primum in lucem editae*, 1509 [não se conhece qualquer exemplar]; *Epistole et Orationes quedam Cataldi Siculi*, 1500 [organizadas por D. Pedro de Meneses]; *Poemata*, 1501-1502; *Epistole et Orationes quedam Cataldi Siculi*, II parte, 1513 [ou 1514?]; *Visiones*, 1513 [ou 1514].

⁴⁹⁹ SILVA, José Fernandes da – “Breve comentário sobre um capítulo da ‘Crónica de D. Manuel’ de Damião de Góis e uma carta do Conde de Alcoutim”, separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 17, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982, pp. 403-410.

⁵⁰⁰ SANTOS, António Ribeiro dos – “Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XV”, in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 26-27.

⁵⁰¹ *Idem*, p. 27

⁵⁰² *Idem*, pp. 28-29.

António Ribeiro dos Santos – dispostas por ordem cronológica, com local e data de edição confirmadas⁵⁰³, esse rol inicia-se com o *Pentateuco* [Lisboa, 1489] e termina com *Isaías e Jeremias* [1497]. Sucedida por uma listagem das edições hebraicas sem alusão à proveniência e duvidosa datação, sugere a existência de *Sepher Orach Chaiim* [1485], entre outras edições obscuras⁵⁰⁴. Reporta seguidamente as edições dos livros latinos ainda no século XV, principiando com o *Breviarum Eborense*⁵⁰⁵ [1490] e o *Breviarum Bracharense*⁵⁰⁶ [1494], enaltecendo o *Almanach de Zacuto* [1496] nas indagações sobre obras menos conhecidas⁵⁰⁷.

O comentário às edições portuguesas no século XV mereceu um cuidado especial, nomeadamente com certezas acerca do ano e local de edição, como no caso de *Vita Christi*, do citado Ludolfo de Saxónia. Impresso em Lisboa [1495] por ordem da rainha D. Leonor, a tradução para o português deveu-se, muito provavelmente, a D. Duarte, que primeiramente a supervisionou. O *Vita Christi* será considerado o primeiro livro impresso em língua portuguesa até à descoberta do *Sacramental*⁵⁰⁸ [1488] e do *Tratado de Confissom*⁵⁰⁹ [1489].

Segue-se uma exposição dedicada à *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma*, terminada em 20 de Abril de 1496. É provável que o projecto editorial da *História de Vespasiano* fosse uma

⁵⁰³ *Idem*, pp. 29-36.

⁵⁰⁴ *Idem*, pp. 36-43.

⁵⁰⁵ Sobre a existência do *Breviarum Eborense*, v. OLIVEIRA, P.^e Miguel de – “Livros Litúrgicos de Évora”, separata de *Lvsitania Sacra*, vol. VI, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1963, pp. 268-269.

⁵⁰⁶ *Breviário Bracarense de 1494, reprodução em fac-símile do exemplar da Biblioteca Nacional*, introdução de de Pedro Romano Rocha, INCM, Lisboa, 1987.

⁵⁰⁷ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 36-43.

⁵⁰⁸ SÁNCHEZ DE VERCIAL, Clemente – *Sacramental...*, introdução e notas de José Barbosa Machado, “Scriptorium”, Pena Perfeita, Famalicão, 2005 [edição fac-símile da impressão de Chaves, 1488].

⁵⁰⁹ *Tratado de Confissom (Chaves, 8 de Agosto de 1489)*, fac-símile, leitura diplomática e estudo bibliográfico por José Vitorino de Pina Martins, “Portugaliæ Monumenta Typographica”, INCM, Lisboa, 1973.

espécie de continuação do *Vita Christi*. Na *História de Vespasiano* relata-se que o imperador Vespasiano [9-79 d. C.] tinha lepra e que, caso se convertesse ao cristianismo, seria curado. Como agradecimento pela cura milagrosa e em jeito de vingança, o imperador decide destruir Jerusalém e castigar os judeus pela morte de Jesus Cristo. A cidade seria arrasada, os seus habitantes mortos e os poucos que restaram foram dispersos pelo Império. No final, Vespasiano baptiza-se e arrasta consigo todo o povo de Roma, para gáudio do papa São Clemente [35-97 d. C]. O célebre Pôncio Pilatos, o governador de Jerusalém que condenou Cristo e houvera deixado de pagar o tributo ao imperador, foi condenado. Acabará por morrer aprisionado numa casa que se afunda milagrosamente num rio. Destacam-se as curiosas xilogravuras dessa edição, as quais abrilhantam o conteúdo:

*Livro de Vita Christi Lisboa 1495 por
Valentino de Moravia⁵¹⁰ e Nicoláo
de Saxonia.⁵¹¹ 4. Tom. fol. Ms.*

Demos particular informação desta obra por ser não só rara, mas huma das mais famosas, que produzio a Typografia Portuguesa naquella idade⁵¹². Foi este Livro escrito originalmente em Latim pelo Mestre Rudolfo de Saxonia⁵¹³, Prior do Mosteiro de Argentina, da Ordem da Cartuxa, com o titulo de *Meditações da Vida de Christo*, e foi traduzida em Linguagem por Fr. Bernardo de

⁵¹⁰ STEPÁNEK, Pavel – *Valentim Fernandes de Morávia*, L. Marek, Brno, 2006.

⁵¹¹ “Nicolau de Saxónia”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVII, p. 842.

⁵¹² ANSELMO, Artur – *Origens da Imprensa em Portugal*, pp. 146-206; IDEM – *História da Edição em Portugal*, vol. I, Lello & Irmão, Porto, 1991, pp. 147-148.

⁵¹³ Também conhecido por Ludolfo da Saxónia [c. 1295-1377]. Cf. NASCIMENTO, Aires A. – “A tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia: obra de príncipes em <serviço de Nosso Senhor e proveito comum>”, in *Didaskalia*, vol. XXIX, n.ºs 1-2, Faculdade de Teologia/UCP, Lisboa, 1999, pp. 563-587.

Alcobaça douto, e pio Monge Cisterciense, Abbade do Mosteiro de S. Paulo em 1445⁵¹⁴. Elle entrou neste Santo trabalho por mandado do Abbade de Alcobaça D. Estevão de Aguiar⁵¹⁵, e á instancia da Senhora Infanta D. Isabel⁵¹⁶, Duqueza de Coimbra, e Senhora de Montemór, que muito desejava vêr esta obra trasladáda de Latim a Portuguez, havendo por ella a mesma affeição, que teve Fernando, e Isabel⁵¹⁷, para a mandarem traduzir em Castelhana por Fr. Ambrosio Montesino⁵¹⁸. Contém a vida de Christo segundo a ordem da Historia Evangelica, em que se expõe, e illustra o Sagrado Texto, com a explicação doutrinal nos lugares, que della necessitão, tirada dos Santos Doutores; rematando cada Capitulo com hum devota Oração, ou jaculatoria⁵¹⁹. Passados cincoenta annos imprimio-se esta traducção em quatro grandes tomos de folha⁵²⁰. [...]

⁵¹⁴ SÃO BOAVENTURA, Fr. Fortunato de – “Juízo sobre a antiguidade da Traducção dos Actos dos Apostolos”, in *Colecção de Inéditos Portuguezes dos Séculos XIV e XV*, vol. I, pp. 17-19; “Fr. Bernardo de Alcobaça”, in *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, pp. 520-521; “Fr. Bernardo de Alcobaça”, in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. I, pp. 366-371; vol. VIII, p. 390.

⁵¹⁵ MARTINS, Mário – *Estudos de Cultura Medieval*, vol. I, Editorial Verbo, Lisboa, 1969, p. 24; MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, vol. I, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1980, pp. 34, 54.

⁵¹⁶ NASCIMENTO, Aires A. – “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável”, in *Euphrosyne*, vol. XXIX, Centro de Estudos Clássicos/FLUL, Lisboa, 2001, pp. 125-142.

⁵¹⁷ NUNES, José Joaquim – “Um problema literário: quem foi o tradutor da *Vita Christi*”, in *Biblos*, vol. V, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1929, pp. 472-481; MARTINS, Mário – “A versão portuguesa da *Vita Christi* e os seus problemas”, in *Estudos de Literatura Medieval*, Livraria Cruz, Braga, 1956, pp. 105-110; IDEM – “Ludolfo de Saxónia e a *Vita Christi*”, in *Brotéria*, vol. LXX [s. n.], Lisboa, 1960, pp. 675-682.

⁵¹⁸ LUCA DE TENA, Manuel de Parada y – *Fray Ambrosio Montesino. Poeta renacentista y predicador de los Reyes Católicos*, Imprenta Aguirre, Madrid, 2002.

⁵¹⁹ NASCIMENTO, Aires A. – “*Vita Christi*”, in *Biblos*, vol. V, cols. 908-912; LORENZO, Pilar – “*Vita Christi*”, in *Diccionario da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp. 684-686.

⁵²⁰ “*De Vita Christi*”, in *Bibliografia Geral Portuguesa*, vol. I [Século XV], § 16, pp. 96-138.

Estoria do muy nobre Vespasiano emperador de roma 1496. I. vol. 4.^o⁵²¹

He em Caracter meio Gothico, mas elegante, e em papel muito encorpado, e forte⁵²². Esta obra foi producção dos prélos de Lisboa, e sahio da Officina de Valentino de Moravia⁵²³. Consta de vinte e nove Capitulos, e nelles se tratão varios feitos do Emperador Vespasiano⁵²⁴, e de seu filho Tito, e de outros a respeito da Religião Christã, do cerco de Jerusalem, e da morte de Archelão, e de Pilatos⁵²⁵; e traz em todos os Capitulos estampas allusivas a estes feitos⁵²⁶. [...]

⁵²¹ *Historia do mui nobre Vespasiano Imperador de Roma conforme a edição de 1496*, publicada por Francisco Maria Esteves PEREIRA, Typographia da Livraria Férin, Lisboa, 1905; *História do mui nobre Vespasiano Imperador de Roma*, nota prévia de Artur Anselmo, BNL, Lisboa, 1981 [fac-simile da edição de 1496]; *Estoria do muy nobre Vespasiano emperador de Roma (Lisbon, 1496)*, edição crítica de David Hook, Penny Newman, et al., “Exeter Hispanic Text”, University of Exeter, 1983; *História do mui nobre Vespasiano imperador de Roma (Lisboa, 1496)*, 2.^a edição revista e aumentada de José Barbosa Machado, Edições Vercial, Lisboa, 2007.

⁵²² “O gótico 119, mais fino, foi o tipo utilizado em exclusivo, na obra, sendo todo do mesmo desenho, o que mostra o cuidado dispensado por Valentim Fernandes à impressão. Quanto às capitulares, continuou a divulgação do conjunto mais pequeno da *Vita Christi*, e atendendo ao formato da obra. Contudo, utilizou-se ainda uma das capitulares lombardas, o «T», do mesmo conjunto utilizado no *Missal votivo*.” Cf. “Tipobibliografia da Oficina de Nicolau da Saxónia-Valentim Fernandes”, in *No Quinto Centenário da Vita Christi...*, p. 61.

⁵²³ “História de Vespasiano, Imperador de Roma”, in *Bibliografia Geral Portuguesa*, vol. I [Século XV], § 21, pp. 184-207; ANSELMO, Artur – *Origens da Imprensa em Portugal*, pp. 297-304.

⁵²⁴ BRAGA, Teófilo – “Influencia erudita (cyclo greco-romano)”, in *Historia da Litteratura Portuguesa*, pp. 176-179.

⁵²⁵ ALMEIDA, Ana Cristina – “História do mui nobre Vespasiano”, in *Biblos*, vol. II, cols. 1052-1054; CASTO, Ivo – “História do mui nobre Vespasiano”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp. 311-312; MACHADO, José Barbosa – “Marcadores temporais e espaciais na *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma* (Lisboa, 1496)”, in *Bibliografische Information der Deutschen Nationalbibliothek*, vol. I, Walter de Gruyter, Berlim, 2010, pp. 21 e ss.

⁵²⁶ “Talvez o mais curioso monumento da arte typographica em Portugal nos fins do seculo 15.º Das estampas e caracteres deste livro (que parece ser impresso com os mesmos typos da *Vita-Christi*) damos um fac-simile, e por elle se verá a que ponto subiu logo em nosso paiz não só a typographia, mas até a gravura em

Existe hum exemplar desta rarissima edição, que he unico, quanto sabemos, na Real Bibliotheca da Côrte⁵²⁷, o qual foi da Livraria dos Clerigos Regulares da Divina Providencia⁵²⁸; de hum nota ms., que vem no fim, consta, que elle fora de Paulo Heytor de Sousa⁵²⁹, que o possuia em Agosto de 1563. Está mutilado porque lhe falta o rosto, os primeiros dois Capítulos, e parte do terceiro. Em nenhum Bibliografo⁵³⁰, nem em outro algum Escritor encontramos memoria desta obra⁵³¹.

O Autor refere as edições portuguesas omissas quanto à sua data de edição, nomeadamente o *Bom Regimento*... [Valentim Fernandes],

madeira, hoje restaurada na Europa por beneficio dos jornaes populares. A Historia de Vespasiano consta de vinte e nove capitulos, nos quaes se tractam varios feitos daquelle imperador e de seu filho Tito, e outros que dizem respeito ao christianismo, e á morte d'Archeláu e de Pilatos: as estampas que são allusivas ao texto acham-se ao principio de cada capitulo; mas, talvez para poupar despeza, repetidas as mesmas de espaço a espaço. Fecha a obra por uma subscrição em que se diz ser impressa por Valentim de Moravia, em Lisboa, no anno de 1496. O unico exemplar conhecido que della resta é o que existe na Bibliotheca Publica de Lisboa." HERCULANO, Alexandre – "Origens da Typographia-Typographia Portugueza", in *O Panorama*, 1.^a série, vol. I, n.º 21, Lisboa, 23 Setembro 1837, p. 164.

⁵²⁷ *Exposição Tesouros da Biblioteca Nacional. Catálogo*, BNL, Lisboa, 1969, p. 21; *Incunábulo na Biblioteca Nacional. Tipografia Portuguesa e Estrangeira. Exposição Comemorativa do V Centenário do Livro Impresso em Portugal (1487-1987)*, introdução de José V. de Pina Martins, BNL, Lisboa, 1988, p. 26; *Catálogo de Incunábulo*, introdução de M.^a Valentina Sul Mendes, BNL, Lisboa, 1988, pp. 181-182.

⁵²⁸ A expensas de D. Tomás Caetano de Bem [1718-1797], clérigo teatino, o qual registou a seguinte anotação na folha de guarda deste exemplar: "Este liuro he Único". Cf. "Tomás Caetano de Bem", in *Diccionario Bibliográphico Portuguez*, vol. VII, pp. 337-340.

⁵²⁹ "Este liuro he de paulo hector de sousa m^{or} no / Reguo que lhe foi dado E por ser uerdade / asinou aqui oje 15 dias dagosto de 1563 / Paulo hector de sousa." Cf. *Estoria do muy nobre Vespasiano emperador de roma...*, Valentim Fernandes, Lisboa, 1496. Cf. "Historia de muy Nobre Vespesiano, Emperador de Roma...", in *Diccionario Bibliográphico Portuguez*, vol. III, pp. 195-196.

⁵³⁰ "A historia do mui nobre Vespasiano, impressa em Lisboa em 1496, a que, por ser o unico exemplar conhecido em todas as bibliothecas do mundo, se não assigna valor." NORONHA, José Feliciano de – *Relatorio ácerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa...*, vol. I, Typographia Lusitana, Lisboa, 1844, p. 26.

⁵³¹ SANTOS, António Ribeiro dos – "Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XV", in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 55-61.

as edições sem certezas quanto às datas e locais de edição, como as *Coplas do Infante D. Pedro*, entre outras referências⁵³².

É lógico que os estudos sobre a tipografia portuguesa estavam numa fase incipiente e que o Autor admitia, com a maior humildade, o extenso terreno a desbravar. Assume as suas falhas, a que não foi alheia a progressiva perda da visão, levando a alguns erros, que subsistiram mesmo após as provas tipográficas destas *Memorias*. Também promoveu uma defesa apaixonada do livro antigo, o qual, pela sua raridade e fragilidade, merecia ser devidamente preservado. Não esqueceu o papel fundamental destas primeiras obras nos esforços missionário e a perda irreparável de muitos exemplares nos dois primeiros séculos da tipografia:

Estas são as unicas obras do Seculo XV. de que podémos haver noticia⁵³³; por certo que muitas outras se estamparião em nossos prélos, que não he de crer, que seus obreiros se limitassem a estas unicas producções de sua Arte, cruzando as mãos inutilmente para ficarem ociosos, e sem lucro no meio de suas dispendiosas Officinas⁵³⁴. O tempo, e a curiosidade dos nossos as

⁵³² *Idem*, pp. 61-69.

⁵³³ “350 Títulos para a História do Livro e da Leitura em Portugal”, separata de *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 2.^a série, vol. IX, Centro de História da Cultura/UNL, Lisboa, 1997; *Bibliografia da História do Livro em Portugal. Séculos XV a XIX*, coordenação de Diogo Ramada Curto, BN, Lisboa, 2003.

⁵³⁴ “O número de incunábulos sobre temas científicos é muito interessante, mas, salvo algumas excepções, esses livros são de nível técnico pouco avançado. São sobretudo obras de tipo enciclopédico, de filosofia natural, ou de assuntos susceptíveis de interessar um público amplo. Como é evidente, os avultados investimentos necessários para publicar um livro obrigavam a que só se publicassem títulos de venda segura, e esta prudência exerceu-se também com os livros científicos. [...] Com o passar dos anos foram identificadas novas oportunidades de negócio. Os grandes impressores de finais do século XV e primeiras décadas do século XVI pouco a pouco começaram a servir o público interessado em assuntos científicos, incluindo obras de ciência entre os títulos que davam aos prelos.” LEITÃO, Henrique – “O livro científico antigo, séculos XV e XVI: notas sobre a situação portuguesa”, in *O Livro Científico dos Séculos XV e XVI. Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*, coordenação de Lígia de Azevedo Martins, “Bibliografias”, BN, Lisboa, 2004, p. 18.

hirá porventura descobrindo; com o que não só se augmentarão as noticias de nossa Historia Litteraria; mas tambem se dará maior extensão, e luz aos Annaes, ainda muito diminutos, da Typografia Portuguesa. Se alguém achar estas nossas noticias muito apoucadas, já d'ante mão confessamos esta falta, que nem podémos, nem soubemos evitar⁵³⁵.

Diremos tão sómente, que não he maravilha, que tão pouco saibamos de nossas primeiras e mais antigas edições, e que tão poucas appareção nestes tempos, pois que além de outras causas que para isto concorrerão, e que forão transcendentés a todas as edições daquelle seculo, he de crer, que algumas dellas se passarão para as nossas Colonias da Asia, e da Africa, como sabemos, que passarão em grande quantidade⁵³⁶ os exemplares das Traducções da *Vida de Christo* de Alcobaça⁵³⁷, e da *Imitação de Christo*⁵³⁸ de Thomaz Kempis, para uso dos Indios convertidos; por onde derramando-se por tão remotos Climas e Regiões, facilmente se gastarão, e consumirão os exemplares⁵³⁹.

[...] De mais alguns dos nossos Livreiros, ignorando a preciosidade e estimação destas primeiras edições; maltratarão a muitos dos antigos exemplares, que achavão, formando de seus pergaminhos, e das folhas, que erão pelo commum de papel encorpado e

⁵³⁵ Este apelo do Autor, foi, de facto, uma preocupação constante nos seus estudos, pautados pela busca da verdade histórica e da prova documental.

⁵³⁶ MATOS, Manuel Cadafaz de – “A tipografia portuguesa e a iconografia do livro europeu na fase áurea da Expansão (1480-1563)”, separata de *Biblos*, n.º 68 [s. n.], Coimbra, 1992, pp. 139-198.

⁵³⁷ CARTUSIANO, Ludolfo – *O Livro de “Vita Christi” em linguagem português*, edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495 cotejado com apógrafos por Augusto Magne, vols. I-II, “Colecção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica”, n.º 1, Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1957-1968.

⁵³⁸ KEMPIS, Thomas de – *Imitação de Cristo*, “Biblioteca Básica”, n.º 21, Editorial Verbo, Lisboa, 1972.

⁵³⁹ HALLEWELL, Laurence – *O Livro no Brasil: sua história*, 2.ª edição revista e aumentada, EDUSP, São Paulo, 2005, pp. 52-53.

forte, as capas e guardas dos nossos Livros, que encadernavão⁵⁴⁰, de que ainda hoje se achão vestígios em encadernações dos Seculo XVI, e XVII as quaes se vem guarneçadas de pergaminho, e empastadas de folhas de Livros impressos, que pelo seu caracter assaz mostram haverem sido de huma veneravel antiguidade⁵⁴¹.

É de salientar nesta *Memoria* a defesa do elevado predicado da tipografia nacional desde os finais do século XV, a evolução do papel na impressão e o abandono progressivo do pergaminho. Não foram esquecidas as suposições sobre as marcas, os sinais distintivos dos impressores ou as diferentes tintas experimentadas para melhor fiabilidade das impressões. Debateu-se ainda os tipos usados nas edições latinas, portuguesas e hebraicas, bem como a sua composição, a montagem e revisão dos textos, não olvidando os trabalhos de transcrição, tradução e redacção. Também o ornato das gravuras e estampas foram examinadas por António Ribeiro dos Santos⁵⁴², motivado por um novo olhar pela pintura e as iluminuras, entre cifras e divisas dos impressores portugueses, símbolos do seu prestígio na tipografia europeia.

*

No prosseguimento das indagações sobre os princípios da tipografia portuguesa, António Ribeiro dos Santos estabeleceu para esta “segunda parte” um balizamento cronológico dedicado, quase

⁵⁴⁰ NASCIMENTO, Aires A. – *Encadernação portuguesa medieval*. Alcobaca, “Estudos e Temas Portugueses”, INCM, Lisboa, 1984.

⁵⁴¹ SANTOS, António Ribeiro dos – “Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XV”, in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 65-67.

⁵⁴² *Idem*, pp. 70-76.

em exclusivo, ao século XVI⁵⁴³. Esta opção metodológica não comprometeu que o seu raciocínio avançasse para os séculos seguintes, usando a devida argumentação que lhe era característica. Como tal, esta *Memoria*, ainda que autónoma da anterior *Memoria* consagrada ao século XV, deve ser entendida como um único exercício. Ambas as *Memorias*, em conjunto, conservam-se menções actuais nestes contextos.

A expansão do livro impresso avançaria definitivamente nos inícios do século XVI e adquire uma independência progressiva face aos arquétipos gráficos típicos do *volumen* medieval⁵⁴⁴. Quase todas essas tipologias serão abandonadas face à ruptura iniciada pelos tipógrafos, assumindo posturas cada vez mais criativas e funcionais, assumindo novos gostos estéticos e uma preocupação com a atractividade e legibilidade dos seus volumes⁵⁴⁵, tendo em conta os investimentos comerciais.

O investimento dos mecenas e patronos, com a sua protecção, o interesse pelo Saber antigo, o frenesi coleccionista e a gratificação financeira aos autores e impressores fizeram progredir o Humanismo. As universidades e as escolas de Lovaina, Siena, Montpellier ou Coimbra contribuíram copiosamente para a sua expansão em toda a Europa⁵⁴⁶. Fomentado pelos Descobrimentos e o estrondoso desenvolvimento da imprensa, o movimento humanista ultrapassa as fronteiras físicas da Europa, motiva a evolução das línguas vernáculas e o renascer das línguas antigas, entre as quais o hebraico e o grego.

⁵⁴³ Salientamos novamente HEITLINGER, Paulo – *Tipografia. Origens, formas e uso das letras*, 2006.

⁵⁴⁴ *Estudos sobre a História do Livro e da Leitura em Portugal 1995-2000*, coordenação de Manuela Domingos, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2002.

⁵⁴⁵ A partir do Renascimento, dá-se o nascimento do “homem tipográfico”, propugnado por MACLUHAN, Marshall – *The Gutenberg Galaxy: the making of typographic man*, Routledge & Kegan, Londres, 1962.

⁵⁴⁶ *Actas do Congresso Internacional “Humanismo Português na Época dos Descobrimentos”*, Instituto de Estudos Clássicos/FLUC, Coimbra, 1993.

No mundo livresco, os autores e os impressores, sem esquecer os seus financiadores, dedicam-se a traduzir e reeditar os textos antigos a partir dos vestígios sobreviventes, alguns redescobertos e outros trazidos após a queda do Império Romano do Oriente por refugiados bizantinos. Deste modo, o Ocidente [re]descobrirá os textos gregos, originando um interesse pela cultura grega⁵⁴⁷. E Portugal, obviamente, não seria excepção na recuperação pelo saber grego, como António Ribeiro dos Santos bem compreendeu. Por conseguinte, irá classificar novamente a tipografia portuguesa quinhentista em três grandes tipologias, à semelhança do que houvera feito para o século antecedente: a “tipografia portuguesa” [uso de “linguagem”], a “tipografia latina” [em plena profusão] e a “tipografia grega” [uso de caracteres gregos], substituindo a “tipografia hebraica”⁵⁴⁸, quase proibida, as quais marcaram a implementação tipográfica nacional.

A tipografia especificamente grega foi desenvolvida nos prelos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra após a sua criação [1530], sendo a primeira a utilizar caracteres gregos. Seguiu-se a tipografia da Universidade de Coimbra, a qual, após a sua criação por ordem de D. João III [1546], incentivou o uso dos caracteres gregos por João de Barreira, como veremos. Por fim, segue-se a instalação da tipografia no Colégio das Artes [1560], no qual se imprimiram numerosos livros em caracteres gregos. Convém referir a aplicação dos caracteres gregos nas oficinas tipográficas em Lisboa, especialmente por Simão Lopes [?-?] e Pedro Craesbeeck [1572-1632?], entre outros impressores:

⁵⁴⁷ Entre outros títulos: *O Homem Bizantino*, por Robert BROWNIN, *et al.*, direcção de Guglielmo Cavallo, tradução de Maria Bragança, «O Homem e a História», n.º 8, Editorial Presença, Lisboa, 1998; DUCCELLIER, Alain, *et al.* – *A Idade Média no Oriente. Bizâncio e o Islão. Dos Bárbaros aos Otomanos*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994; *Vida e Sociedade entre o esplendor e a intriga. Império Bizantino, 330-1453*, por David OLSTER, tradução de Tiago Baptista, Time Life/Editorial Verbo, Lisboa, 2002.

⁵⁴⁸ Para a tipografia hebraica, consultar a súmula bibliográfica em LEFEBVRE, Lucien, e MARTIN, Henri-Jean – *O Aparecimento do Livro*, pp. 436-437.

Quanto á Typografia Grega entrou esta de novo em Portugal, occupando o lugar, que nelle deixára a Typografia Hebraica⁵⁴⁹, que havia espirado com o mesmo Seculo XV. pelos motivos, que já tocámos no Ensayo, ou Memoria para a Historia da Typografia Portuguesa do Seculo XV. Alguns Estrangeiros, e muitos tambem dos nossos, que havião bebido o gosto da Lingua Grega, propa-gárão felismente o amor a taes estudos neste Reino; dando-se á Litteratura Grega quasi⁵⁵⁰ com o mesmo ardor, com que se havião lançado á Litteratura Romana. [...]

Não nos consta em que anno se introduzio entre nós⁵⁵¹; sabemos porém, que já em 1534 se achava com assento, e domicilio no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra⁵⁵², então luzida Escola de Litteratura Portuguesa; e foi esta a primeira de caracteres Gregos quanto parece, que se estabeleceo em Portugal. Contribuiu muito para ella o doutissimo Vicente Fabricio⁵⁵³, que ali primeiro ensinou o Grego; brilhante luzeiro, que espalhava luz por toda a parte, e acendia amor a taes estudos. [...]

⁵⁴⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto – «O estudo do hebraico em Portugal no século XVI», separata de *O Instituto*, n.º 138 [s. n.], Coimbra, 1973.

⁵⁵⁰ SÃO BOAVENTURA, Fr. Fortunato de – «Memoria do começo, progressos, e decadencia da Litteratura Grega em Portugal desde o estabelecimento da Monarquia até ao reinado do Senhor D. José I», in *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. VIII, 1.ª Parte, Typografia da Academia, Lisboa, 1823.

⁵⁵¹ MACEDO, Joaquim da Costa de – *Memoria sobre os conhecimentos da lingua e litteratura grega, que houve em Portugal até ao fim do reinado de ElRei D. Duarte*, Typografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1854.

⁵⁵² SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 1994, pp. 292-293; MEIRINHOS, José Francisco – «A tipografia de Santa Cruz 1530-1563/The Typography of Santa Cruz 1530-1563», in *Santa Cruz de Coimbra. A cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média*, coordenação de Jorge Costa, BPMP, Porto 2001, pp. 319-327.

⁵⁵³ Sobre o humanista alemão Vicente Fabricio, v. MATOS, Manuel Cadafaz de – «Cultura e língua grega em Portugal e outras regiões da península entre os séculos XV e XVIII (seis momentos para a compreensão e estudo da sua dinâmica», in *Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição*, n.º 24, Távola Redonda, Lisboa, 2009, pp. 243-300.

A outra Officina que tratou as letras Gregas⁵⁵⁴, foi a da Universidade, transferida de Lisboa para Coimbra: presidia nella João Barreira⁵⁵⁵, grande nome entre os nossos Impressores daquela idade: foi ella logo em seu começo provida de caracteres Gregos, de que já fez prova em 1549 na edição, que deo do Indice das Chiliadas de Erasmo⁵⁵⁶, por Vasco, Mestre de Latim, e na Oração, que imprimio de Pedro Fernandes *In doctrinarum Scientiarum que commendationem*⁵⁵⁷ em 1550, que traz muitas passagens Gregas. [...]

A terceira Officina de Coimbra, aonde se tratavão as Letras Gregas, foi a do Collegio dos Jesuitas. Estes Padres havendo recorrido a principio á Typografia Academica para imprimir a pequena Collecção de Peças Gregas, [...] e outros Livros mais; julgárão conveniente collocar no Collegio das Artes huma Officina propria, em que podessem estampar com maior commodidade as suas obras⁵⁵⁸. O Magisterio que elles então exercitavão da Lingua Grega, nas Aulas das Humanidades, fazia necessario o uso deste genero de Typografia⁵⁵⁹; [...]

⁵⁵⁴ PINHO, Sebastião – «Les Études de Grec à l'Université de Coimbra (XVI^e siècle)», in *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1984, pp. 87-109.

⁵⁵⁵ BANDEIRA, José Ramos – «Imprensa da Universidade», in *Universidade de Coimbra. Edifícios do Núcleo Central e Casa dos Melos*, vol. II, Coimbra, 1947, pp. 31-33 [separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXII].

⁵⁵⁶ *Index rerum et verborum copiosissimus ex Desiderii Erasmi Roterodami Chiliadibus...*, João de Barreira, Coimbra, 1549.

⁵⁵⁷ *Petri Ferdinandi in doctrinarum scientiarum que omniq̃ cōmendatione oratio apud univēsam Conimbricā Academiam habita...*, João de Barreira e João Álvares, Coimbra, 1550.

⁵⁵⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História das Universidades*, Lello & Irmão, Porto, pp. 78-79.

⁵⁵⁹ *Anchieta em Coimbra. Colégio das Artes da Universidade (1548-1998). Actas do Congresso Internacional*, coordenação de Sebastião Tavares de Pinto e Luísa de Nazaré Ferreira, vols. I-III, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2000.

Em Lisboa houve também prélos de caracteres Gregos: com elles se distinguia muito a Officina de Simão Lopes⁵⁶⁰, em que além de outras, se estamparão em 1595 as Instituições da Lingua Grega⁵⁶¹ de Clenardo em 12.º (Real Bibliotheca de Lisboa.) Ainda no Seculo XVI. subsistia em Lisboa a Typografia Grega, que conservava Pedro Craasbeck⁵⁶², Impressor mui conhecido entre nós; na qual se reimprimirão as mesmas Instituições da Lingua Grega de Clenardo⁵⁶³.

Com tudo devemos confessar, que sem embargo dos cuidados que houve naquelles tempos, de firmar, e promover a Typografia Grega⁵⁶⁴; esta plantação não medrou muito entre nós, vindo por fim a esmorecer, e quasi a acabar de todo nos fins daquelle Seculo com grande detrimento dos estudos da Nação⁵⁶⁵.

Englobando informações preciosas sobre a disseminação da tipografia em Portugal e nas possessões ultramarinas desde o século XVI, o Autor refere sucintamente as principais localidades que viram nascer e desenvolver a tipografia e, em alguns casos, o desaparecimento dos seus prelos. Dispostas alfabeticamente, descreveu a composição de cada tipografia no século XVI – referindo-se, fundamentalmente, o seu carácter fixo ou itinerante –, e, especialmente,

⁵⁶⁰ MORAIS, Carlos – «As Artes de gramática *ex Clenardo* para o ensino do Grego em Portugal», in *Estudos em Homenagem a Ana Paula Quintela*, FLUP, Porto, 2009, pp. 117-134.

⁵⁶¹ *Institutiones Grammaticæ ex Clenardo*, Simão Lopes, Lisboa, 1595.

⁵⁶² DIAS, João José Alves – *Craesbeeck: uma dinastia de impressores em Portugal: elementos para o seu estudo*, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, Lisboa, 1996.

⁵⁶³ *Introductio in græcam linguam ex institutionibus grammaticis Nicolai Clenardi...*, Pedro Crasbeeck, Coimbra, 1608.

⁵⁶⁴ OLIVEIRA, Custódio José de – *Diagnosis Typographica dos caracteres gregos, hebraicos e arabicos...*, Imprensa Régia, Lisboa, 1804.

⁵⁶⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1812, pp. 78-82.

os seus promotores e as obras mais representativas de determinada produção tipográfica, ordenadas cronologicamente. Aponta-se a fixação de prelos em Alcobaça e Almeirim⁵⁶⁶ e as oficinas em centros religiosos como Braga⁵⁶⁷ ou Viseu⁵⁶⁸, para referir somente algumas.

Com a transferência da Universidade para Coimbra [1537] foi concedido um forte impulso às oficinas tipográficas coimbrãs⁵⁶⁹, o mesmo sucedendo após a criação da Universidade de Évora [1559], sob a batuta do cardeal-infante D. Henrique, estimulando a instalação de prelos⁵⁷⁰. Destaca-se ainda o desaparecimento das oficinas tipográficas em Leiria⁵⁷¹, em virtude da expulsão da comunidade judaica local, mas evidencia-se, sucintamente, a ascensão de uma proto-indústria do papel, imprescindível para a actividade tipográfica nacional.

Contudo, ainda que o Porto não tenha registado uma actividade tipográfica nos finais do século XV, a partir da centúria seguinte irá recuperar desse ligeiro atraso, a expensas dos poderes religiosos e burgueses locais. Merece ser referida a instalação de alguns prelos portáteis noutros locais, com maior ou menor peso populacional, mas motivados por contingências várias – a fuga às epidemias que grassavam em Coimbra, no caso de Cernache dos Alhos⁵⁷², os interesses da Ordem de Santiago em Setúbal⁵⁷³ ou as motivações religiosas em Vila Verde⁵⁷⁴, mas que não lograram desenvolvimento de monta.

⁵⁶⁶ *Idem*, pp. 82-83.

⁵⁶⁷ *Idem*, pp. 83-84.

⁵⁶⁸ *Idem*, p. 110.

⁵⁶⁹ *Idem*, pp. 85-92.

⁵⁷⁰ *Idem*, pp. 92-93.

⁵⁷¹ *Idem*, p. 96.

⁵⁷² *Idem*, pp. 108-109.

⁵⁷³ *Idem*, p. 109.

⁵⁷⁴ *Idem*, pp. 109-110.

Como capital centrífuga do império ultramarino português, evidentemente que Lisboa tornar-se-á num grande centro tipográfico⁵⁷⁵ por força das exigências da Expansão e dos intercâmbios com a Europa. É visível um maior detalhe de António Ribeiro dos Santos quanto aos principais impressores, livreiros e livros saídos dos prelos lisboetas no decorrer de todo um século. No contexto internacional, são mencionadas as principais oficinas tipográficas nas possessões da Índia, sitas em Goa⁵⁷⁶, mas também na longínqua Macau⁵⁷⁷. No quase desconhecido Japão, as tipografias das missões jesuítas portuguesas foram abandonadas compulsivamente após a expulsão dos europeus na década de 1620, das quais se destacou a distinta oficina de Amakusa:

*Japão, ou Amacusa*⁵⁷⁸.

Façamos também memória do Japão, aonde os nossos estabelecêrão Officinas Typograficas⁵⁷⁹: os Jesuitas erigirão huma no seu Collegio Amacuense, aonde fizerão estampar nos fins

⁵⁷⁵ *Idem*, pp. 96-107.

⁵⁷⁶ *Idem*, pp. 93-95; Salsete, península de Goa, 108.

⁵⁷⁷ *Idem*, p. 107.

⁵⁷⁸ Refere-se às ilhas Amakusa, no sudoeste do Japão: “A arte de imprimir já existia no Japão. A xilografia era conhecida desde o século VIII, senão antes, e no século X imprimiram-se livros por esse processo. Tipos móveis de ferro fundido foram inicialmente empregados por coreanos, no século XV, de modo que o seu conhecimento chegou ao Japão, em primeiro lugar, via península coreana e depois da Europa. [...] Na tipografia do colégio de Amakusa que funcionou de 1590 a 1614, foram editados livros em idioma japonês, porém, em alfabeto latino, escritos à maneira lusitana. [...] Foram publicados outros livros como o *Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Japonicum*, igualmente editado em Amakusa, em 1595, e o *Vocabulário da Lingoa de Japam com a Declaração em Portuguez* (1603), dado a lume em Nagasaki. Essas obras representavam valor inestimável para os estudiosos nipônicos e muitos deles chegaram a dominar razoavelmente bem o idioma de Camões e serviram como intérpretes, junto às autoridades do país, missões religiosas e nas actividades comerciais e outras relacionadas com os portugueses.” YAMASHIRO, José – *Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII*, IBRASA, São Paulo, 1989, pp. 142-143.

⁵⁷⁹ SIMÕES, J. de Oliveira – *Primeiras relações de Portugal com o Japão e primeiros livros ali impressos pelos portugueses*, Companhia das Águas de Lisboa, Lisboa, 1932.

do Seculo XVI. algumas obras; he digna de se pôr aqui, por não ser vulgar esta noticia, a edição que ali derão em 1593 dos tres livros das Instituições da *Grammatica Latina*⁵⁸⁰ do Padre Manoel Alvares⁵⁸¹, com a traducção em Japão: em papel de seda, de que existe hum precioso exemplar na Bibliotheca Angelica de Roma, de que attesta Francisco Xavier Laire na sua obra *Specimen Historiæ Typographiæ Romanæ Seculi XV*, cap. I. pag. 14. Not.⁵⁸² edição que se deve accrescentar na Bibliotheca Lusitana de Barbosa⁵⁸³. Podemos pôr aqui outra, que tem estimação, qual he a do *Dictionarium Latino-Lusitanicum ac Japonicum: Amacusa*, no Collegio da Companhia 1595⁵⁸⁴. [...]

Porto.

⁵⁸⁰ CARDOSO, Simão – «A Gramática Latina no séc. XVI. As <Partes Orationis> na Gramática do P.^e Manuel Álvares (1572) e na *Minerva* de Sanctius (1587)», separata da *Revista da Faculdade de Letras. Linguas e Literaturas*, vol. XII, FLUP, Porto, 1995, pp. 159-172.

⁵⁸¹ ÁLVARES, Manuel – *Grammatica Latina*, introdução de José Pereira da Costa, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1972 [fac-símile da edição de 1572].

⁵⁸² «In Biblioth. Angelica v. g. tractavi librum XVI. sæculo impressum more nostro apud Japponenses, cujus titulus sic habet: EMMANUELIS ALVAREZ e *Societate Jesu de institutione Grammatices libri tres &c.*, accedit interpretativo Japonica impr. in Collegio Amacuensi Soc. Jesu anno MDXCIII. Constat 170. foliis in 4., & este x charta setina. Norunt autem omnes, quod vix in regno Japponensi steterint Patres Societatis Jesu.» LAIRE, François Xavier – «De Typographia generatim considerata», in *Specimen Historicum Typographiæ Romanæ XV. Sæculi...*, Sumptibus Venantii Monaldini, Roma, 1778, n. 2, pp. 14-15.

⁵⁸³ Neste sentido, ver «P.^e Manuel Álvares», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pp. 170-172.

⁵⁸⁴ PETITJEAN, Bernardo – *Lexicon latino-japonicum depromptum ex opere cui titulus "Dictionarium latino-lusitanicum typis primum mandatum amacusa in Collegio Japonico Soc. Jesu M. D. XCV"...*, Typographia S. C. de Prop. Fide, Roma, 1870; «Dictionarium Latino-Lusitanicum ac Japonicum...», in *Diccionario Bibliográfico Português*, vol. II, p. 140; JANEIRA, Armando Martins – *O impacto português sobre a civilização japonesa, seguido de um epílogo sobre as relações entre Portugal e o Japão do século XVII aos nossos dias*, 2.^a edição, prefácio de Pedro Canavarro, «Anais: Biblioteca da História», n.º 10, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, p. 159; *Caminhos do Português*, coordenação de M.^a Helena Mira Mateus, «Bibliografias», BNL, Lisboa, 2001, p. 100.

Já advertimos nas Memórias do Século XV, que a Cidade do Porto⁵⁸⁵, sem embargo do seu grande trato, e Commercio, nos não offerencia documento algum, por que entendessemos com segurança, que nella havia entrado naquella Século a Typografia fixa, e permanente, sendo prelo portatil, e volante, o que ali imprimio a Ley, ou Ordenança de que se diz ter existido hum exemplar na curiosa Livraria de Gregorio de Freitas⁵⁸⁶, Escrivão da Correição de Setubal. Não se póde porém duvidar, que já pelo meado do Século XVI. havia a Typografia assentado nesta Cidade huma Officina⁵⁸⁷, a que presidia Vasco Dias Tanquo Frexenal⁵⁸⁸, que nos parece haver sido Hespanhol de Nação.

As primeiras obras que sabemos sahirão dos seus prelos, forão:

1540 *Espelbo de Casados*⁵⁸⁹ do Doutor João de Barros⁵⁹⁰ por Vasco Dias do Frexenal 4.º gothico.

⁵⁸⁵ Veja-se *Evangelhos e epistolas con suas exposições en romãce*, estudo e introdução de Manuel Cadafaz de Matos, Távola Redonda/Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, Lisboa, 1997 [fac-símile da edição de Rodrigo Álvares, Porto, 1497]; SYLVA, J. A. Telles da – *Manuscritos & Livros Valiosos*, vol. I [s. n.], Lisboa, 1974, p. 115. Veja-se *Tipografia portuguesa do séc. XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, coordenação de José Francisco Meirinhos, Jorge Costa e Júlio Costa, BPMP, Porto, 2006.

⁵⁸⁶ Sobre o escrivão Gregório de Freitas, cf. nota correspondente em «Memória sobre as origens da Typografia em Portugal no Século XV», pp. 1-2.

⁵⁸⁷ MATOS, Marina Freitas de – «Impressores, editores e livreiros no Porto do século XV ao século XVIII», separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, n.ºs 61-62, Atlântida, Coimbra, 1970, pp. 105-124.

⁵⁸⁸ Sobre o impressor Vasco Díaz Tanco de Frejenal, cf. ANSELMO, António Joaquim – *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926, pp. 311-314.

⁵⁸⁹ BARROS, João de – *Espelbo de casados em o q[ua]l se disputa copiosam[en]te q[ue] excele[n]te p[ro]ueitoso & necesareo seja o casam[en]to...*, Vasco Diaz Tanco d[e] Frexenal, 1540; BARROS, João de – *Espelbo de casados, pelo Doctor João de Barros*, publicado por Tito de Noronha e António Cabral, Imprensa Portuguesa, Porto, 1874 [2.ª edição conforme a de 1540].

⁵⁹⁰ ASENSIO, Eugénio – *Les sources de l'“Espelho de Casados” du Dr. João de Barros*, Coimbra Editora, Coimbra, 1949.

1541 *Constituições Synodales do Bispado do Porto*⁵⁹¹; ordenadas pelo Bispo D. Balthasar Limpo⁵⁹². I. vol. pelo mesmo. = e a *Arte de Arithmetica*⁵⁹³ de Bento Fernandes⁵⁹⁴ fol. dedicada ao Infante D. Luiz⁵⁹⁵.

O grande enfoque desta *Memoria* centra-se na enumeração alfabética e descrição dos cerca de 50 impressores, tipógrafos e editores nacionais no século XVI, não esquecendo a actividade dos tipógrafos estrangeiros que haviam introduzido a tipografia, dos quais se salientou Valentim Fernandes, enfileirando-se outros nomes como Germão Galharde [1509?-1561] ou Pedro de Craesbeeck, entre outros.

Os locais de impressão e as edições produzidas no século XVI revelam uma disposição geográfica disfuncional na produção livreira⁵⁹⁶. Lisboa, capital do reino, era o grande centro da produção tipográfica. Coimbra possui uma produção assinalável devido, principalmente, à

⁵⁹¹ *Côstituições sinodales do bispado do Porto ord[e]nadas pelo muito reuere[n]do e magnifico Sôr dõ Baltasar Lî[m]po bispo do dicto b[is]pado...*, Vasco Diaz Tanquo de Frexenal, Porto, 1541.

⁵⁹² COSTA, Avelino de Jesus da – «Centenários natalícios dos arcebispo de Braga D. Frei Baltasar Limpo e D. Rodrigo da Cunha», separata de *Bracara Augusta*, n.º 33 [s. n.], Braga, 1979; SOARES, Franquelim Neiva – *Visitações de D. Fr. Baltasar Limpo na Arquidiocese de Braga. Visitações à colegiada de Nossa Senhora de Oliveira e a outras igrejas da região de Guimarães*, 2.ª edição corrigida e ampliada [s. n.], Braga, 1983.

⁵⁹³ Não se conhece qualquer exemplar, sendo conhecida apenas pelas indicações de outros autores. Esta obra conheceu uma segunda edição: *Tratado da Arte d'Arismetica...*, Francisco Correa, Porto, 1555. Cf. «Bento Fernandes», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. I, p. 344; vol. VIII, p. 373.

⁵⁹⁴ Acerca desta edição, cf. SOUSA, Ivo Carneiro de – *Aritmética comercial e cultura mercantil no século XVI (hipótese para uma investigação)*, FLUP, Porto, 1984, pp. 160-170.

⁵⁹⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 82, 95, 107-108.

⁵⁹⁶ BRITO, Gomes de – *Noticia de livreiros e impressores de Lisboa na 2.ª metade do seculo XVI*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1911; LOFF, Maria Isabel – «Impressores, editores e livreiros no séc. XVII em Lisboa», separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, A. X-XII [s. n.], Coimbra, 1967, pp. 49-89.

actividade da Universidade e do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como se adivinha. A impressão de livros, para além de Évora e Braga, é praticamente residual noutros locais, como em Alcobaça, Porto, Viseu, Almeirim, Macau ou Goa, como o Autor destacou.

Muitos destes tipógrafos exercem a sua actividade em mais do que um local: António Álvares e Alexandre de Sequeira imprimem em Alcobaça e em Lisboa; António de Mariz imprime em Braga e Lisboa; João Álvares, João de Barreira, Francisco Correia ou Germão Galharde imprimem em Coimbra e Lisboa. Mas resta saber se existiu uma deslocação dos prelos ou se seriam apenas interesses promocionais ligados a uma cidade. Recordamos ainda Jacob Cromberger [?-?], tipógrafo instalado em Sevilha, mas que publica também em Évora. Refira-se ainda que um crescente número de edições, não apenas em latim, mas também em português, foram elaborados por autores portugueses em prelos europeus⁵⁹⁷.

O número de títulos publicados no século XVI, compreendendo mais de um milhar de edições, entre obras com vários volumes até leis com apenas 1 fólio, indica que nenhum dos tipógrafos teria mais do que uma prensa. Ao invés, em cidades difusoras da “revolução tipográfica”, como Mainz, Lyon, Paris, Veneza ou mesmo Sevilha, labutavam inúmeros tipógrafos, alguns deles com largas dezenas de assalariados e quatro ou cinco prensas em actividade permanente.

Subscrevendo as escolhas de António Ribeiro dos Santos, optamos por distinguir os 4 impressores portugueses com maior notoriedade no século XVI: António Álvares [?-?], António de Mariz [?-?], João de Barreira [?-1590] e Luís Rodrigues [?-?], directamente responsáveis pelo elevado nível e perfeição da tipografia portuguesa quinhentista, como se pode constatar:

⁵⁹⁷ É de grande utilidade: *Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do século XVI. A colecção da Biblioteca Nacional*, introdução, organização e índices por M.^a Alzira Simões, «Bibliografias», BN, Lisboa, 1990.

Façamos memoria dos Impressores do Seculo XVI. de que podêmos haver noticia [...]; que posto não fossem todos dotados de grandes partes para tratarem esta Arte com a devida applicação, e cuidado; todavia alguns houve que trabalharão com bastante appuramento, e perfeição, deixando de si á posteridade hum nome honroso: João de Barreira, Antonio Alvares, Luiz Rodrigues, e Antonio de Mariz, nomes consagrados em nossa Historia Typografica, [...] os quaes não só pela grande quantidade de obras que estampárão, mas tambem pela limpeza, elegancia, e exacção de suas edições merecem ainda hoje a nossa estimação, e louvor; e o haverão dos vindouros em quanto se der honra ás Letras: em geral o merecem todos os bons operarios desta nobre Arte, pois que elles fazem parte da Historia Litteraria das Bellas Artes, e pelas producções de seus prelos, concorrem para estender e propagar os conhecimentos humanos em todas as classes, e com ellas instruir e illustrar facilmente os povos.

[...]

Antonio Alvares.

Foi hum Impressor de grande nome em Lisboa, e digno de collocar-se nos primeiros assentos dos Typografos daquella idade; estampou infinitas obras que muito o accreditarão⁵⁹⁸. Delle he entre outras a edição da = *Historia Ecclesiastica del Scisma de Inglaterra* pelo Padre Pedro de Ribadaneira⁵⁹⁹ 2. vol. em 8.º, o

⁵⁹⁸ ANSELMO, António Joaquim – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, pp. 1-15.

⁵⁹⁹ RIVADENEYRA, Pedro de – *Hystoria Ecclesiastica del scisma del Reyno de Inglaterra enla [sic] qual se tratã las cosas mas notables q han sucedido en aquel Reyno tocâtes a nuestra Sancta Religion, desde que començo basta la muerte de la Reyna de Escocia...*, António Álvares, Lisboa, 1588.

1.º em 1588, o 2.º em 1594⁶⁰⁰. = a da *Imagem da vida Christãa, ordenada em Dialogos*⁶⁰¹, por Fr. Heitor Pinto⁶⁰² 1592. 8.º = e a das *Consideraciones sobre todos los Evangelhos* por Fr. Hernando de S. Tiago⁶⁰³ I. vol. em 4.º (Biblioteca Hasseana). Continuou no Seculo seguinte, e estampou *a Relação do caminho, que fez de Persia o Embaixador do Grão Sofi, e as bonras que lhe fizerão nos Reynos, e Senhorios por onde passou até chegar a este Reino de Portugal*. Lisboa 1602. em 8.º obra rara⁶⁰⁴.

Foi honrado com o titulo de Impressor Regio⁶⁰⁵, de que usa nas edições, que vimos de 1641, 1643⁶⁰⁶, e 1644 e na = *Chronica d'ElRei D. João I.* de Fernam Lopes⁶⁰⁷, e de Gomes Annes de Azurara de 1649⁶⁰⁸. e em outras⁶⁰⁹.

⁶⁰⁰ RIVADENEYRA, Pedro de – *Segunda Parte de La Hystoria Ecclesiastica del Scisma del Reyno de Inglaterra*, Martín Nutio, Antuérpia, 1594.

⁶⁰¹ PINTO, Fr. Heitor – *Imagem da vida christam, ordenada per dialogos, como membros de sua composiçam...*, António Álvares, Lisboa, 1592.

⁶⁰² FARIA, Francisco Leite de – «O maior êxito editorial no século XVI em Portugal: a *imagem da vida cristã* por Frei Heitor Pinto», separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. II, n.º 2, BNL, Lisboa, 1987, pp. 83-110.

⁶⁰³ Entre inúmeras edições, salientamos: SANCTIAGO, Fr. Hernando de – *Consideraciones sobre todos los Evangelios de los Domingos, y Férias de la Qvaresma...*, Juan y Andres Renaut, Salamanca, 1597.

⁶⁰⁴ Esta edição perdeu-se ou não é conhecida. Cf. «Relação do caminho, que fez de Persia o Embaixador do Grão Sofi...», in *Diccionário Bibliográphico Portuquez*, vol. VII, p. 68.

⁶⁰⁵ Sobre este impressor, cf. DIAS, Eurico Gomes – *Gazetas da Restauração [1641-1648]: uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*, (edição transcrita), «Biblioteca Diplomática», Série A, n.º 6, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2006, pp. XLIII, 246, 258.

⁶⁰⁶ LEÃO, Duarte Nunes do – *Cronicas delRey Dõ Ioam de Gloriosa Memoria o I. deste nome, e dos Reys de Portvgal. o X...*, António Álvares, Lisboa, 1643; IDEM – *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão Editores, Porto, 1975.

⁶⁰⁷ LOPES, Fernão – *Chronica delRey D. Ioam I. de Boa Memoria e dos Reys de Portugal o Decimo*, Primeira Parte..., António Álvares, Lisboa, 1644; Segunda Parte, 1644; Terceira Parte, 1644.

⁶⁰⁸ Provavelmente, um lapso ou erro do Autor quanto à referência desta edição. Cf. «Gomes Eanes de Zurara», in *Diccionário Bibliográphico Portuquez*, vol. III, pp. 147-148.

⁶⁰⁹ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, p. 113.

[...]

*Antonio de Mariz*⁶¹⁰.

Foi este Impressor pai de Pedro de Mariz⁶¹¹ ambos bem conhecidos em nossa Historia Litteraria, e Typografica, em que deixarão illustre memoria de seus nomes. Tinha já Officina em 1557⁶¹², e por 1567 se achava com ella na Cidade de Braga, aonde foi Impressor do Arcebispo, como se vê da edição do Catecismo de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres⁶¹³, e do fim do Compendio, e Summario de Confessores⁶¹⁴, impresso em Viseu em 1559 por Manoel João. Tinha em seus prélos caracteres muito claros, e formosos, como apparece de suas bellas edições⁶¹⁵. Passou depois a Coimbra, e ficou Impressor da Universidade⁶¹⁶.

Forão distintas producções de seus trabalhos entre outras raras edições = a da *Comedia dos Vilhalpandos*⁶¹⁷, feita pelo Doutor Francisco de Sá de Miranda. Coimbra 1560. I. vol. em 8.º = a dos

⁶¹⁰ ALMEIDA, António José de – «A mobilidade do impressor quinhentista António de Mariz», in *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte*, coordenação de Fausto Sanches Martins, FLUP, Porto, 2007, pp. 59-68.

⁶¹¹ CARVALHO, J. M. Teixeira – «Pedro de Mariz e a Livraria da Universidade de Coimbra», in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, n.º 1 [s. n.], Coimbra, 1914, pp. 389-398.

⁶¹² PINHEL, Aires – *Ad Constitvtiones C. de Bonis Mater...*, António de Mariz, Coimbra, 1557.

⁶¹³ MÁRTIRES, Fr. Bartolomeu dos – *Catechismo ou Doutrina Christåa & Praticas spirituaes...*, António de Mariz, Braga, 1564.

⁶¹⁴ PORTO, Fr. Rodrigo do – *Compendio e Sumario de Confessores... tirado de toda a substancia do Manual, cõpilado & abreviado por hum religioso frade Menor da ordem de S. Francisco da prouincia da Piedade...*, Manuel João, Viseu, 1569. Contudo, é de referir a edição anterior: PORTO, Fr. Rodrigo do – *Compendio e Svmario de Confessores...*, António de Mariz, Coimbra, 1567.

⁶¹⁵ «Antonio de Mariz, 1556-1599 (?)», in *Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos Seculos XVI e XVII*, vol. I, pp. 67-70.

⁶¹⁶ MADAHIL, António da Rocha – *A propósito de livreiros e impressores de Coimbra no século XVI* [s. n.], Coimbra, 1941.

⁶¹⁷ MIRANDA, Francisco de Sá de – *Comedia dos Vilhalpandos...*, António de Mariz, Coimbra, 1560.

*Dialogos de D. Fr. Amador Arraes*⁶¹⁸ 1582. = a da *Historia das vidas, e feitos heroicos... dos Santos*⁶¹⁹, de Fr. Diogo do Rosario: em 1577. = a do *Synodo Portuense*⁶²⁰, que celebrou D. Fr. Marcos de Lisboa em 1585. = a do *Livro de Harmonia Rubricarum Juris Canonici*⁶²¹ de Pedro Affonso de Vascellos em 1588. I. vol. 4.º (Real Bibliotheca de Lisboa) = e a do *Synodo Conimbricense*⁶²² de D. Affonso de Castello Branco, Bispo de Coimbra em 1591. Achamos delle memoria até 1597⁶²³.

[...]

*João [de] Barreira*⁶²⁴.

Foi este hum dos Impressores, que deixarão de si honroso nome á posteridade⁶²⁵, e que mais conhecidos se fizeram em nossa Historia Typografica: trabalhava de companhia com João

⁶¹⁸ António Ribeiro dos Santos ter-se-á enganado, pois a primeira edição desta obra é 1589, ao invés de 1582. V. «D. Fr. Amador Arrais», in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. I, pp. 52-53; vol. VIII, p. 56.

⁶¹⁹ ROSARIO, Diogo do – *Historia das Vidas e feitos heroycos & obras insignes dos sanctos: cõ muitos sermões & praticas spirituaes, que serue a muytas festas do anno...*, Primeira e Segunda Partes, António de Mariz, Coimbra, 1577.

⁶²⁰ *Constituições Synodales do Bispado do Porto. Ordenadas pelo muyto Illustre & Reverendissimo Senhor Dom frey Marcos de Lisboa Bispo do dito Bispado &c...*, António de Mariz, Coimbra, 1585.

⁶²¹ *Petri Alfonsi de Vasconcellos Leiriensis in Iure Canonico bacchalaurei De harmonia rubricarum Iuris Canonici prima pars...*, António de Mariz, Coimbra, 1588.

⁶²² *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra. Feitas & ordenadas em Synodo pello Illustrissimo Sôr Dom Affonso de Castel Brãco Bispo de Coimbra, Cõde de Arganil, & do Cõselho delRey N. S.. &c...* e por seu mandado impressas..., António de Mariz, Coimbra, 1591.

⁶²³ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 114-115.

⁶²⁴ ALMEIDA, Manuel Lopes de – *Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)*, pp. 7-10.

⁶²⁵ VITERBO, Sousa – «António de Barreira», in *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI (apontamentos para a sua história)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924, pp. 43-46.

Alvares⁶²⁶, [...] em Lisboa, Coimbra, e Braga. Morou na rua de S. Mamede em Lisboa, como consta da edição do Tratado dos diversos caminhos de Antonio Galvão⁶²⁷: melhorou muito a Arte, esmerando-se em fazer edições recommendaveis pela bondade do papel, pela belleza do character, e pela correcção, e aceio. Foi Impressor Regio, e da Universidade de Coimbra⁶²⁸.

[...]

*Luiz Rodriguez*⁶²⁹.

Este illustre Impressor, que residio em Lisboa, tem nas obras que publicou os titulos mais incontestaveis para ser qualificado entre os bons Typografos⁶³⁰ do seu tempo: ainda hoje se estimão as suas edições, entre as quaes se distinguem muito as seguintes = *Oratio Panegyrica*⁶³¹ de Antonio Luiz a ElRey D. João III, que estampou em 1539, em 4.º (Real Bibliotheca d'Ajuda na Collecção que tem por titulo = *Elogios Oratorios, e Poeticos dos Serenissimos Reis, e Rainhas*) = *Commentarios de Bartholomeu Filippe ao Canon: Scindite corda vestra*⁶³²: no mesmo anno =

⁶²⁶ Sobre João Álvares e João de Barreira, ver *Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos Seculos XVI e XVII*, vol. I, pp. 28-35.

⁶²⁷ *Tratado. Que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galvão, dos diuersos & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos, que são feitos até a era de mil & quinhentos & cincoenta....*, João da Barreira, Lisboa, 1563.

⁶²⁸ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 120-121.

⁶²⁹ «Luís Rodriguez, 1539-1554», in *Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos Seculos XVI e XVII*, vol. I, pp. 24-27.

⁶³⁰ VITERBO, Sousa – «Luís Rodriguez», in *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI (apontamentos para a sua história)*, pp. 239-255.

⁶³¹ LUÍS, António – *Panagyrica Oratio elegantissima plurima rerum & historiarum copia referta Ioanni huius nominis tertio inuictissimo Lusitaniarum regi nuncupata....*, Luís Rodrigues, Lisboa, 1539.

⁶³² FILIPE, Bartolomeu – *Repetitio in Canone Scidite corda vestra de penitet. distinct. prima....*, Luís Rodrigues, Lisboa, 1539.

Livro de *Patientia Christiana*⁶³³, e outras obras de Jorge Coelho em Lisboa em 1540. I vol. 4.º (Real Bibliotheca de Lisboa, e a nossa)⁶³⁴.

O papel será praticamente o único suporte usado pelos impressores portugueses no século XVI. O pergaminho, pela sua raridade, custo e rigidez de manuseamento, deixará de ser usado nos livros impressos. Algum do papel usado poderia ser de fabrico local, mas uma grande percentagem era certamente importada, o que fazia aumentar o custo final das edições⁶³⁵. A produção nacional era insuficiente para as suas próprias necessidades, porque o gasto de papel manteve-se elevado, mesmo para uso na escrita manual. Contudo, a ‘aliança’ entre o pergaminho e o papel ainda permaneceria.

António Ribeiro dos Santos demonstra o seu apreço pelo pergaminho e o livro antigo, o qual, pela sua raridade e fragilidade, deveria ser manuseado e conservado com as devidas cautelas. Receptivo a hipotéticas descobertas de incunábulo, e dado a produção tipográfica desse tempo ter descurado os legados para a posteridade, impunha-se a defesa daqueles espécimes:

Quanto á materia sobre que estamparão os Livros no principio do Seculo XVI, ainda se empregou alguma vez o pergaminho: ainda hoje são testemunhas disto os dois rarissimos exemplares, que existem na Real Bibliotheca de Lisboa da edição do Confessionario

⁶³³ *Georgii Coelli Lusitani De Patientia Christiana Liber Vnus...*, Luís Rodrigues, Lisboa, 1540.

⁶³⁴ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 126-127.

⁶³⁵ BRAGA, Paulo Drummond – «Fornecimentos de pergaminho, papel e tinta a diversos serviços da administração (Fevereiro 1521)», separata da *Revista Portuguesa de História*, vol. XXIX [s. n.], Coimbra, 1994, pp. 213-228.

de Resende⁶³⁶ de 1521 por Germão Galharde⁶³⁷, e da Chronica do Condestabre D. Nuno Alvares Pereira⁶³⁸ de 1526 fol. pelo mesmo Galharde, a edição segunda das Ordenações⁶³⁹ do Senhor Rei D. Manoel de 1514. por João Pedro Bonhomini em pergaminho fino; hum exemplar tambem rarissimo das Ordenações da India⁶⁴⁰ pelo Senhor Rei D. Manoel de 1520. [...]; a Epistola Latina do Senhor Rei D. Manoel ao Papa Leão X. *De victoriis nuper in Africa habitis*⁶⁴¹ datada de Lisboa de Outubro de 1513 em pergaminho, de que temos hum exemplar: edição que se deve accrescentar em Barbosa⁶⁴²; [...]

O papel porém foi mais usado, e o que logo continuou a servir com exclusão quasi total do pergaminho fora dos Livros Coraes, ou Rituaes⁶⁴³; porque se bem era de menos consistencia, e duração, era com tudo menos dispendioso para a economia dos

⁶³⁶ RESENDE, Garcia de – *Breue memorial dos pecados & cousas que pertence ha cõfissã...*, Germão Galharde, Lisboa, 1521.

⁶³⁷ MEIRINHOS, José Francisco – «Editores, livros e leitores em Portugal no século XVI. A colecção de impressos portugueses da BPMP», separata de *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas colecções da BPMP. Catálogo*, Porto, 2006, pp. 17-34.

⁶³⁸ *Coronica do Condestabre de Purtugal Nuno alvarez Pereyra: principiador da casa q agora he do Duque de Bragãça sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo. E deste Condestabre procedem agora o Emperador e em todolos Reynos de xpãos de Europa ou os Reys ou as raynhas delles ou ambos*, Germão Galharde, Lisboa, 1526.

⁶³⁹ *Liuro primeiro* [-quinto] *das Ordenações...*, novamente corrigidas na segunda impressão, vols. I-V, João Pedro de Cremona [ou Bonhomini], 1514.

⁶⁴⁰ *Ordenações da India...* [s. n.] [s. l.], <1520.

⁶⁴¹ *Epistola potentissimi: ac Inuictissimi Emmanuelis Regis Portugalie et Algarbio[um] etc. De victoriis nup[er] in Affrica habitis. Ad S. in xpo patrem et d[o] min[u]m nostrum d[o] min[u]m Leone[m]. X. Pont. Max...* [s. n.], Roma, 1514; *Epistola do poderosissimo e invictivissimo D. Manoel, Rei de Portugal e dos Algarves etc. ao S. Padre em Cristo e Senhor nosso Leão X Pontifice Maximo sobre as victorias dos portuguezes em Africa (1513)*, tradução do texto latino por José Pedro da COSTA, *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1906.

⁶⁴² «D. Manoel», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, p. 116.

⁶⁴³ BANDEIRA, Ana Maria Leitão – *Pergaminho e papel em Portugal. Tradição e conservação*, CELPA, Lisboa, 1995.

trabalhos Typograficos⁶⁴⁴. O papel tendo então muito consumo, começou de se apurar, e tomar huma côr mais branca, no que excedia ao do Seculo antecedente, que era hum pouco baço; mas ficava-lhe inferior em outras cousas; porque pela maior parte era mal fabricado, e o seu corpo não tinha a consistencia e textura, do que havia no Seculo XV⁶⁴⁵.

Ao finalizar esta *Memoria*, António Ribeiro dos Santos avança algumas ponderações acerca do merecimento tipográfico das impressões portuguesas no século XVI, sinal significativo da sua excelência técnica⁶⁴⁶. Numa abordagem bastante documentada acerca da questão, dissertou ainda a fundição e aplicabilidade dos tipos/caracteres, os diferentes ornatos tipográficos, as marcas identitárias dos impressores, bem como as características do papel nas edições⁶⁴⁷, reveladoras de uma proto-indústria fervilhante em Portugal.

Para complemento desta *Memoria*, o Autor introduziu dois apêndices, os quais versam sobre os privilégios e as honras dos impressores ao tempo de D. Manuel I. Para utilidade do Leitor, forneceu uma listagem dos impressores activos no século XVII, em conjunto com os impressores régios⁶⁴⁸ no século XVII, iniciando-se no citado António Álvares e encerrando em Teotónio Dâmaso de Melo⁶⁴⁹ [?-?].

⁶⁴⁴ LARES, M.^a Fernandes - *Para a história do papel português nos livros impressos do século XVI*, tese de doutoramento em Ciências da Informação, UCP [versão policopiada], Lisboa, 1989.

⁶⁴⁵ SANTOS, António Ribeiro dos - «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 138-139.

⁶⁴⁶ ARAÚJO, Norberto de - *Aspectos da Tipografia em Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1914; CARREGAL, Joaquim da Costa - *A Evolução da Tipografia (1440-1940)* [s. n.], Lisboa, 1941; MARTINS, Rocha - *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1942.

⁶⁴⁷ SANTOS, António Ribeiro dos - *op. cit.*, pp. 132-139.

⁶⁴⁸ *Idem*, pp. 145-147.

⁶⁴⁹ «Teotónio Dâmaso de Melo, 1683-1685», in *Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos Seculos XVI e XVII*, vol. I, pp. 240-242.

Inseriu, igualmente, uma breve relação dos lugares, vilas e cidades portuguesas que possuem um historial tipográfico nos séculos XVII e XVIII, dispostas alfabeticamente, onde se inclui Alenquer, Benfica ou Bucelas até à actividade tipográfica no Cantão [1681], em Hiang Xan [1712], em Macau [1624], em Nagasaki [1610]. Não esqueceu ainda as tentativas falhadas na instalação da tipografia no Rio de Janeiro, só possível após a transferência da Família Real para o Brasil, entre outras curiosidades históricas⁶⁵⁰.

Ambas as *Memorias* serão um *starting point* e um estímulo para os estudos futuros nestes labirintos, ainda actualmente com muitos segredos e numerosas questões em aberto. A aproximação do Autor à História do Livro, nomeadamente na sua vertente impressa e no contexto português, assumia a maior vantagem para a historiografia nacional.

*

Presumivelmente uma das *Memorias* mais inovadoras das *Memorias de Litteratura Portugueza* será o ensaio que António Ribeiro dos Santos consagrou ao progresso da Matemática em Portugal desde os primórdios até aos meados do século XVIII. Tratava-se de uma temática praticamente ignorada em termos historiográficos e permanece, com as devidas reservas científicas, um estudo com enorme relevância⁶⁵¹. Não era a primeira vez que o Autor abordava o papel da Matemática na História, como se pode averiguar noutras *Memorias*, assim como o contributo das Ciências Exactas para o avanço social português.

⁶⁵⁰ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 140-145.

⁶⁵¹ Entre outras alusões, v. BUESCU, Jorge – *Matemática em Portugal. Uma questão de educação*, «Ensaio da Fundação», n.º 27, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2012, pp. 24-25.

Era necessário olhar para a História da Matemática como um exemplo para renovação científica, agora que terminara a ocupação francesa e se iniciava um demorado processo de reconstrução nacional. No início do século XIX, o Autor possuía a convicção que o ensino da Matemática necessitava de ser reformulado e esta *Memoria* assumia-se como um apelo a esse intuito científico. De acordo com a sua óptica, a Matemática era a ciência do raciocínio lógico e uma exigência permanente de verdade, rigor e precisão. Filha predilecta da Filosofia e glória da abstracção, é um dos motores primordiais da Ciência⁶⁵².

A problemática desta *Memoria* expressa-se em torno dos estudos das ciências matemáticas e da sua utilidade teórico-prática, assim como no conhecimento do seu desenvolvimento histórico. Por conseguinte, o Autor desenvolveu uma explanação sobre os estudos matemáticos desde os primeiros anos da monarquia portuguesa até ao final do reinado de D. Afonso IV, onde questiona a ausência de disciplinas matemáticas na criação dionisiana da Universidade e o interesse de Afonso X de Castela nestes domínios, influenciado pelos autores judeus e árabes que exercitavam a Astrologia e a Astronomia na sua corte:

Entre as Sciencias Naturaes, que mais podem contribuir para dar vigor e claridade á Razão do Homem, tem por certo o primeiro e mais honroso assento as Mathematicas, sublimes produções da

⁶⁵² Para um conceito de «matemática», cf. SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 148-149. Alguma bibliografia útil: OLIVEIRA, J. Tiago de – *O essencial sobre a História das Matemáticas em Portugal*, 1989; *Ciência em Portugal*, coordenação de José Mariano Gago, «Sínteses da Cultura Portuguesa», INCM, Lisboa, 1991; FIOLEAIS, Carlos, e MARTINS, Décio – *Breve História da Ciência em Portugal*, Imprensa da Universidade de Coimbra/Gradiva, Coimbra/Lisboa, 2010; FIOLEAIS, Carlos – *A Ciência em Portugal*, «Ensaio da Fundação», n.º 10, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2011.

mais exacta Filosofia⁶⁵³; ellas se apoião sobre hum pequeno numero de principios evidentes, que não tem ambiguidade nenhuma nos seus termos, isto he, sobre objectos, de que todos temos idéas claras, quaes os numeros, e as dimensões da extensão, em que se demonstra tudo, o que se pretende, não se servindo, senão de axiomas, ou de preposições, que delles immediatamente se deduzem, e se tornão outros tantos principios para o conhecimento das verdades simples⁶⁵⁴. [...]

Portugal foi hum dos Reinos, que amou as Mathematicas⁶⁵⁵, e lhes deo as suas atenções, ora mais, ora menos, segundo as diversas condições dos tempos; e muito particularmente as dirigio para o uso da Navegação, por ser o que muito convinha a huma Nação Maritima, e de tão bella posição no Occidente; que tempo houve já, em que foi a primeira Potencia Maritima de toda a Europa, e ainda o podéra ser hoje, se fôssemos tão activos, e cuidadosos em conservar nossa Marinha, como o fomos de principio em a crear com tanta gloria⁶⁵⁶. [...]

No Reinado de seu filho o Senhor D. Affonso IV., he que o estudo das Mathematicas começou de se introduzir neste Reino: consta, que aquelle Principe era mui dado ás especulações desta Sciencia, e particularmente ás de Astronomia⁶⁵⁷; e que por

⁶⁵³ MANNO, Ambrogio Giacomo – *A Filosofia da Matemática*, tradução de Armindo José Rodrigues, «O Saber da Filosofia», n.º 6, Edições 70, Lisboa, 1982.

⁶⁵⁴ ESTRADA, M.^a Fernanda, *et al.* – *História da Matemática*, Universidade Aberta, Lisboa, 2004.

⁶⁵⁵ Como se poderá constatar nas referências tradicionais: STOCKLER, Francisco de Borja Garção – *Ensaio Historico sobre a Origem e Progressos das Mathematicas em Portugal*, 1819; TEIXEIRA, Francisco Gomes – *História das Matemáticas em Portugal*, 1934.

⁶⁵⁶ Neste ponto, António Ribeiro dos Santos critica o quase aniquilamento da nossa Marinha e do nosso comércio marítimo face às intempéries das Invasões Francesas e o desenrolar da Guerra Peninsular.

⁶⁵⁷ PINA, Rui de – *Crónicas de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão, Porto, 1977,

esta causa não só alguns Nacionaes, mas tambem estrangeiros, assim Mouros, como Judeos, que vivem em Portugal, cuidavão disveladamente desta Sciencia, como coizas, de que tão grande Principe levava contentamento. Comtudo parece, que a maior parte dos cuidados dos estudiosos se encaminhava a Astrologia Judiciaria⁶⁵⁸, como succedia em outras partes; em que se fazia applicação dos conhecimentos das Esferas, para se formarem conjecturas, e prognosticos sobre os tempos, e as pessoas pela observação do aspecto dos Planetas, e conjunção dos astros predominantes, e influencia das estrellas; estudo, que muito se propagou nas Hespanhas pelas obras Astrológicas dos Hebreos, e dos Arabes⁶⁵⁹; maiormente de Sohalda Ben Baschar Ben Hanni⁶⁶⁰, escritor do Seculo oitavo, ou nono, que grande applauso teve em toda a Europa⁶⁶¹.

Continuamente, António Ribeiro dos Santos abordará o exercício da Matemática unicamente nos reinados de D. Duarte e de D. Afonso V, no século XV, talvez por considerar que nada se justifique estudar para o período precedente. Todavia, será a missão dos Descobrimentos, por exigência dos requisitos técnicos da Náutica, que fará avançar os estudos matemáticos, onde elogia as iniciativas

p. 348; COSTA, A. D. de Sousa – «Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, professor da Universidade de Paris», in *Itinerarium*, n.º 3 [s. n.], Braga, 1957, pp. 310-47, 510-607.

⁶⁵⁸ *Astrologia judiciaria... composta pello padre Simão Fallonio, mestre da mathematica no colegio da Companhia de Jhs de Santo Antão* [manuscrito], 1640.

⁶⁵⁹ GARIN, Eugénio – *Idade Média e Renascimento. A polémica sobre a astrologia do séc. XIV ao séc. XVI*, tradução de Isabel Teresa Santos e Hossein Shooja, «Nova História», n.º 31, Editorial Estampa, Lisboa, 1994; SILVA, Vasco Rosa da – *História da Astronomia Medieval Portuguesa*, Edições Ecopsy, Porto, 2008.

⁶⁶⁰ Não conseguimos indagar quem seja este autor.

⁶⁶¹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memorias Historicas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliarios em Portugal, ou nas Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Primeira, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1812, pp. 148-151.

do infante D. Henrique⁶⁶² e da [suposta] «Escola de Sagres». Confesso admirador do pensamento judaico português, não deixou de registar uma menção ao mestre Abraão Gadelha⁶⁶³ [?-?].

Entrando na «idade de oiro e coincidindo com os reinados de D. João II e de D. Manuel I, fará citação de vários autores nacionais e estrangeiros, enaltecendo a influência recíproca com a Europa. Elogia o navegador Martim da Boémia⁶⁶⁴ [1459-1507] e relembra novamente a acção do bispo D. Francisco de Melo⁶⁶⁵, entre vários pensadores dedicados à «Astrologia Judiciária» e à Náutica⁶⁶⁶. A Expansão portuguesa compeliu ao progresso galopante da ciência náutica, uma vez que foi imprescindível suplantar novas dificuldades, tendo o progresso da Matemática estado a cargo de uma elite de astrónomos, pilotos, matemáticos e cartógrafos⁶⁶⁷. Entrando no reinado de D. João III, a autoridade do pensamento matemático atinge um dos seus pontos máximos, evidenciando-se o protagonismo incontornável de Pedro Nunes⁶⁶⁸.

O cultivo da Matemática era matéria obrigatória na educação da alta nobreza, como atesta a formação ministrada ao futuro cardeal-rei

⁶⁶² SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 153-160.

⁶⁶³ TAVARES, M.^a José Pimenta Ferro – *A herança judaica em Portugal*, pp. 96-97.

⁶⁶⁴ Adiante, vejam-se os nossos comentários a TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo – «Memoria sobre Martim de Bohemia», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1814, pp. 365-401.

⁶⁶⁵ Reveja-se SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Vida, e Escritos de D. Francisco de Mello», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. 237-249.

⁶⁶⁶ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 167-177.

⁶⁶⁷ CUNHA, José Pedro da – *As Matemáticas em Portugal na época dos Descobrimentos: discurso inaugural*, Asociacion Española para el Progreso de las Ciencias, Madrid, 19.?

⁶⁶⁸ Reveja-se a nossa análise em SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria da Vida e Escritos de Pedro Nunes», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. 250-283.

D. Henrique⁶⁶⁹ e ao infante D. Luís⁶⁷⁰, sem deixar de apontar outras individualidades, como D. João de Castro⁶⁷¹, por exemplo. Pertence, por direito próprio, e como António Ribeiro dos Santos defende, a uma categoria de homens que perduram na memória histórica pela sua faceta científica, a capacidade de liderança militar e as suas estratégias administrativas nas possessões da Índia. Em concordância com os seus méritos, esta figura histórica foi justificadamente promovida como um dos nomes da gesta portuguesa na Ásia:

[...] ajuntemos o insigne Capitão e Viso-Rei da Índia D. João de Castro⁶⁷², outro discípulo do mesmo Nunes⁶⁷³, com quem estudou as Mathematicas, como se as houvesse de ensinar, maiormente a Geografia e a Cosmografia, sendo tão eminente Cosmografo, e Geografo, como era Capitão⁶⁷⁴.

⁶⁶⁹ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 180-181.

⁶⁷⁰ *Idem, ibidem*. Cf. PORTUGAL, José Miguel João de – *Vida do Infante D. Luiz...*, 1735.

⁶⁷¹ ANDRADE, Jacinto Freire de – *Vida de D. João de Castro, quarto Vizo-Rei da Índia*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1968 [1.^a edição: 1651]; CASTRO, D. Fernando de – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, edição de Luís de Albuquerque e Tereza Travassos da Cunha Matos, Escola Superior de Tecnologia, Tomar, 1995.

⁶⁷² CORTE REAL, Jerónimo – *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Lisboa [s. n.], 1574; COUTO, Diogo do – *Década Sexta*, Parte Primeira, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1781; BARROS, João de – *Décadas*, prefácio e notas de António Sérgio, vol. I [s. n.], Lisboa, 1937; GÓIS, Damião de – *Opúsculos Históricos*, Livraria Civilização, Porto, 1945; CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*, edição de M. Lopes de Almeida, vol. I, Lello & Irmão, Porto, 1975; ANDRADA, Francisco de – *Chronica del Rey Dom João III*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Lello & Irmão, Porto, 1976.

⁶⁷³ HOOYKAAS, R. – *The erasmian influence on D. João de Castro*, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1979; BARRETO, Luís Filipe – *O problema do conhecimento na Sphæra de D. João de Castro*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1985; *Cartas trocadas entre D. João de Castro e os filhos (1546-1548)*, com nota introdutória, leitura e comentários de Luís de Albuquerque, CNCDP, Lisboa, 1989; TOMÁS, Luís Filipe – *A questão da pimenta em meados do século XVI: um debate político do governo de D. João de Castro*, «Estudos e Documentos», n.º VI, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1998; COELHO, António Borges – *O Vice-Rei Dom João de Castro*, Editorial Caminho, Lisboa, 2003.

⁶⁷⁴ MACHADO, Augusto Reis – *Viagens de D. João de Castro*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1942; SANCEAU, Elaine – *D. João de Castro*, Livraria Civilização,

Acompanhando a D. Estevão da Gama na jornada do Estreito do Mar Roxo⁶⁷⁵, descreveo esta viagem até Suez: por quanto em todas as angras e enseadas desde a boca do Estreito até alli foi tomando o Sol, e fazendo roteiro, formando nelle juízo já de Filosofo natural, já de Piloto⁶⁷⁶. Aqui especulou todas as cousas notaveis do Mar Roxo, e discursou doutamente sobre as causas da côr de suas aguas, e do nome, que se lhe impoz, dos impulsos e movimentos naturaes, e das crescentes do Nilo nas monções do Estio.

Nas horas, que lhe perdoavão os cuidados da guerra, descreveo tambem em copioso Tratado toda a Costa, que jaz entre Goa e Dio; sinalando os baixos e recifes, a altura da elevação do Polo, em que estão as Cidades; as angras, as enseadas, que formão os portos, as monções dos ventos, e condições dos mares; e a força das correntes, e impeto dos rios; arrumando as linhas em taboas differentes, tudo com tão miuda e acertada Geografia⁶⁷⁷, que o podéra esta só obra fazer conhecido, se já o não fora tanto pelo

Porto, 1946; MORAIS, José Custódio de – «Observations of terrestrial magnetism made on the west coast of India by D. João de Castro in 1538-1539», separata de *Memórias e Notícias*, n.º XLI [s. n.], Coimbra, 1956; AQUARONE, J. B. – *L'humanisme de Dom João de Castro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1977.

⁶⁷⁵ *Roteiros de D. João de Castro*, prefácio e notas de A. Fontoura da Costa, 2.ª edição, vols. I-III, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1939-1940; *Tâbuas dos Roteiros da Índia de D. João de Castro*, introdução de Luís de Albuquerque, «História da Cultura Portuguesa», INAPA, Lisboa, 1988; *Roteiro do Mar Roxo de Dom João de Castro*, ms. Cott. Tib. Dix da British Library, introdução de Luís de Albuquerque, Edições INAPA, Lisboa, 1991.

⁶⁷⁶ *Tratado da Sphæra da geografia, notação famosa, informação sobre Maluco inéditos de D. João de Castro*, prefácio e notas por A. Fontoura da Costa, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940; *Obras completas de D. João de Castro*, edição crítica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, vols. I-II, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Coimbra, 1971.

⁶⁷⁷ ALBUQUERQUE, Luís de – *Os Descobrimentos e o progresso científico em Portugal no século dezasseis: Dom João de Castro*, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1966; NUNES, Leonardo – *Crónica de D. João de Castro*, comentários de Luís de Albuquerque, transcrição de Maria Pericão, «Biblioteca da Expansão Portuguesa», Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

seu valor militar⁶⁷⁸. Ambas estas obras dedicou ao Infante D. Luis, a quem já desde a Escola de Nunes se havia feito familiar pela qualidade, e pelo engenho⁶⁷⁹.

Seguindo uma linha cronológica acertada alfabeticamente, António Ribeiro dos Santos não esqueceu alguns matemáticos no breve reinado de D. Sebastião⁶⁸⁰, tendo em atenção um certo declínio dos estudos matemáticos universitários, não obstante algumas excepções. Logo após, o Autor esboçou uma exposição alargada acerca das obras e as actividades dos matemáticos portugueses no domínio filipino. Entre numerosas personalidades, focamos a actividade dos cosmógrafos-mores Manuel de Figueiredo [?-?], Valentim de Sá [?-?] e João Pereira de Corte Real [?-?], os quais aliavam a teoria matemática à aplicabilidade da vida no mar:

Façamos honrada memoria de Manoel de Figueiredo⁶⁸¹, natural da Villa de Torres Novas, Discipulo do grande Mathematico Pero Nunes, e Cosmografo Mór do Rei. Escreveo huma Chronografia ou reportorio dos tempos, em que trata da Esfera Comosgrafica, Arte de Navegação, Astrologia Rustica, tempos e prognosticos dos Eclipses, Cometas e sementeiras, uso e fabrica da Ballestilha, e Quadrante Geometrico, com hum tratado dos relgios, que

⁶⁷⁸ A personalidade de D. João de Castro era, como o próprio afirmava, «naturalmente dedicada às armas». Ver «D. João de Castro», in *50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar (1953-2003)*, coordenação histórica de João Vieira Borges e Eurico Gomes Dias, Academia Militar, Lisboa, 2004, pp. 135-151.

⁶⁷⁹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memorias Historicas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliarios em Portugal, ou nas Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portugeza*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, p. 182.

⁶⁸⁰ *Idem*, pp. 186-187.

⁶⁸¹ «Manoel de Figueiredo», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pp. 267-268; «Manoel de Figueiredo», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. V, pp. 427-428; GONÇALVES, Artur – *Torrejanos Ilustres em Letras, Ciências, Armas, Religião, etc.*, CMTN, Torres Novas, 1933, pp. 180-181; ALBUQUERQUE, Luís de – «Manuel de Figueiredo», in *Diccionario de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 423.

se estampou em Lisboa em 1603. 4.º.⁶⁸² Escreveo tambem a Hydrografia, ou exame de Pilotos, com roteiros para o Brasil, Rio da Prata, Guiné, S. Thomé, e Angola, e Indias de Portugal e Castella, Lisboa 1608. e 1614. 4.º.⁶⁸³ Roteiro e Navegação das Indias Occidentaes, e Ilhas Antilhas do Mar Oceano Occidental, Lisboa 1609. 4.º.⁶⁸⁴ Prognostico do Cometa, que appareceo em 15 de Setembro de 1604. Lisboa 1605. 4.º.⁶⁸⁵ Tratado da Practica da Arithmetica, composta por Gaspar Nicoláo, emendada e accrescentada, Lisboa 1679. 8.º.⁶⁸⁶ e 1716. 8.º.⁶⁸⁷ [...]

Não deve tambem esquecer João Pereira Côrte Real⁶⁸⁸, General do Mar, varão muito experimentado na Arte de Navegar, que

⁶⁸² FIGUEIREDO, Manuel de – *Chronographia: reportorio dos tempos, no qual se contem VI. partes dos tempos: esphera, cosmographia, & arte da navegação, astrologia rustica, & dos tempos, & pronosticação dos eclipses, cometas, & samenteiras. O calendario romano, cõ os eclipses ate 630. E no fim o uso, & fabrica da balbestilha, & quadrante gyometrico, com hum tratado dos relogios*, Officina de Jorge Rodrigues, Lisboa, 1603.

⁶⁸³ IDEM – *Hydrographia, exame de pilotos, no qual se contem as regras que todo piloto deve guardar em suas navegações, assi no sol, variação da agulha, como no cartear, com algumas regras da navegação de Leste, Oeste, com mais o aureo numero, epactas, marès, & altura da estrella pollar: com os Roteiros de Portugal pera o Brasil, Rio da Prata, Guiné, Sam Thomé, Angolla, & Indias de Portugal, & Castella...*, Officina de Vicente Álvares, Lisboa, 1614.

⁶⁸⁴ IDEM – *Roteiro e navegação das Indias Occidentais Ilhas, Antilhas do Mar Oceano Occidental, com suas derrotas, sondas, fundos, & conhecenças novamente ordenado segundo os pilotos antigos, modernos...*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1609.

⁶⁸⁵ IDEM – *Prognostico do Cometa, que appareceo em 15 de Setembro de 1604*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1605.

⁶⁸⁶ *Tratado da Pratica de Arismetica, composta, e ordenada por Gaspar Nicolas e agora de novo emendada, & acrecentada por Manoel de Figueyredo Cosmographo Mór da Conquista destes Reynos de Portugal...*, Officina de Vicente Álvares, Lisboa, 1607.

⁶⁸⁷ *Tratado, e Arte de Arismetica para fazer hum perfeyto cayxeyro, seu autor Gaspar Nicolas e emendada, & accrecentada por Manoel de Fygueyredo, Cosmografo Mór que foy das Conquistas destes Reynos de Portugal: e no fim com varias curiosidades de Arismetica: offerecida à Incllyta Doutora Sta Catherina*, Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Lisboa, 1716.

⁶⁸⁸ VASCONCELOS, Frazão de – *João Pereira Côrte Real, conselheiro de Guerra d'El-Rei D. João IV, e as naus da carreira da India* [s. n.], Lisboa, 1924; BOXER, Charles Ralph – «O Almirante João Pereira Corte Real e a construção da frota portuguesa das Índias Orientais nos princípios do seculo XVII», separata do *Boletim do Instituto*

passou oito vezes á India Oriental e Occidental: elle inventou hum novo instrumento da demarcação; e compoz em Castelhana Discursos sobre a Navegação das Naós da India de Portugal, Madrid. 1622. 4.º.⁶⁸⁹ Com este se ha de ajuntar Valentim de Sá⁶⁹⁰ Lisbonense, Cosmografo Mór do Reino, o qual escreveo hum Regimento da Navegação, que se estampou em Lisboa por Pedro Craesbeeck em 1624. em 4.º.⁶⁹¹, e fez doudas notas, ou advertencias sobre o Instrumento de demarcar do referido General da Armada João Pereira Côrte Real, de que acabamos de falar⁶⁹².

Após a independência de Portugal, impôs-se a impreterível necessidade de recuperar e manter as fortificações militares em todas as fronteiras, o que faria florescer a Architectura e a Engenharia Militar. Aliando o saber matemático às imposições de defesa na Restauração⁶⁹³ [1640-1668], as obras militares portuguesas inspiraram-se na experiência castrense da Guerra dos Trinta Anos [1618-1648]. Contudo, antes de mencionarmos esta questão, recordamos a afamada capacidade intelectual de D. Teodósio de Bragança [1634-1653] nos domínios da Matemática, tal como António Ribeiro dos Santos se preocupou em recuperar. Primogénito de D. João IV e de D.^a

Vasco da Gama, n.º 49, Nova Goa, 1941; LAGARTO, Mariana – «João Pereira Corte Real», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 302-303.

⁶⁸⁹ CORTE REAL, João Pereira – *Discursos sobre la nauegacion de las naos de la India de Portugal...* [s. n.] [s. l.], 1622.

⁶⁹⁰ ALBUQUERQUE, Luís de – «Valentim de Sá», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 957-958.

⁶⁹¹ SÁ, Valentim de – *Regimento de Navegaçam...*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1624.

⁶⁹² SANTOS, António Ribeiro dos – «Memorias Historicas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliarios em Portugal, ou nas Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 191-192.

⁶⁹³ CORTÉS CORTÉS, Fernando – *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira, 1640-1668*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990; COSTA, Fernando Does – *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004; VALLADARES, Rafael – *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração, 1640-1680*, prefácio de Joaquim Romero Magalhães, tradução de Pedro Cardim, Esfera dos Livros, Lisboa, 2006.

Luísa de Gusmão, foi o 9.º duque de Bragança e o 1.º príncipe do Brasil, título especialmente criado em sua honra, enquanto herdeiro do trono, por carta régia de 27 de Outubro de 1645⁶⁹⁴.

Precocemente vocacionado para o exercício do Poder, revelou dotes enormíssimos para as Letras e a Música, à semelhança de seu pai. Com apenas 6 anos, impusera-se como a grande esperança da Restauração. Receberá uma vastíssima educação literária, científica e militar, para a qual contribuiu o padre António Vieira, que lhe moldou o espírito religioso e a consciência do papel que o destino lhe reservava. O impulso da juventude fá-lo fugir para o Alentejo, onde animou os soldados e as populações locais, havendo quem temesse um golpe de Estado contra o próprio pai. No regresso a Lisboa, foi nomeado capitão-general das Armas do Reino. Consta-se que seria extremamente devoto e impregnado de um ideal guerreiro, mas que nutria sempre uma paixão acérrima pelas Matemáticas. Padecendo de uma saúde frágil, não resistiu aos efeitos de uma tuberculose pulmonar, falecendo com 19 anos:

No Reinado do Senhor D. João IV., tão glorioso para Portugal continuarão os Estudos das Mathematicas, em que se distinguirão alguns varões, mui sabedores destas Sciencias⁶⁹⁵. Deve ter entre todos assinalado lugar hum Filho seu, Principe de grande engenho, e agudeza, que muito as honrou e ennobreceo; digno por seus raros dotes de ter mais larga vida, e de succeder no Throno de seus Pais para levar estas Sciencias á maior alteza⁶⁹⁶.

⁶⁹⁴ CASTELO-BRANCO, Fernando – «D. Teodósio», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, pp. 147-149.

⁶⁹⁵ TEIXEIRA, Francisco Gomes – *História das Matemáticas em Portugal*, pp. 222-223; CUNHA, Pedro José da – «As Matemáticas em Portugal no século XVII», separata das *Memórias. Classe de Ciências*, vol. III, ACL, Lisboa, 1940.

⁶⁹⁶ «Matheseos orbitus claruit [...] Orbes Mathematicos versabat, qui de Orbe virtutibus illustrando cogitabat.» SOUSA, Luís de – *Tumulus Serenissimi Principis*

D. Theodosio o primogenito daquelle feliz Monarcha, deo-
-se desde a tenra idade de 9 annos ás Disciplinas Mathematicas;
primeiro não levando outro guia, que a si mesmo⁶⁹⁷; depois diri-
gido por seu Mestre o P. João Paschasio Ciermans⁶⁹⁸ de Flandes
Jesuita, que entre nós se chamou Cosmader, que se esmerou em
desenvolver o seu talento, e aperfeiçoar os seus estudos maior-
mente os de Geometria. Forão seus Condiscipulos nesta illustre
carreira João Rodrigues de Sá, Conde que foi de Penaguião⁶⁹⁹, e
João Nunes da Cunha⁷⁰⁰, aos quaes na retirada do Mestre para
Além-têjo⁷⁰¹ explicava a maior parte dos seis Livros de Euclides⁷⁰²,
segundo a exposição do P. Clavio⁷⁰³.

Lusitaniæ Theodosii, ornatus virtutibus, opplotus lacrimis, illius immortalitati...
[s. n.], Roma, 1653.

⁶⁹⁷ DOMINGUES, João Baptista – *Vida do Principe D. Theodosio...*, Officina dos
Herdeiros de António Pedroso Galvão, Lisboa, 1747.

⁶⁹⁸ CIERMANS, Jean – *Disciplinæ Mathematicæ Traditæ Anno Institutæ Societatis
Iesu Seculari...*, Hieronymum Verdussen, Antuérpia, 1640.

⁶⁹⁹ Refere-se a D. João Rodrigues de Sá e Meneses [1619-1658], 3.º conde de
Penaguião. Cf. *Elogio funeral do Principe D. Theodosio, N. Senhor. Relação das
exequias e lutos cõ que sentio sua morte o Exmo. Senhor João Roiz de Sa Conde de
Penaguião... escrita por hum criado que assiste a S. Excellencia...* [s. n.], Londres, 1653;
«D. João Rodrigues de Sá e Meneses», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pp. 743-744.

⁷⁰⁰ D. João Nunes da Cunha [1619-1668], 1.º conde de São Vicente, foi vice-rei
da Índia, cargo que exerceu até à sua morte. Cf. *Tratado de todos os Vice-Reis e
Governadores da Índia*, direcção, coordenação e compilação de Afonso Zúquete,
Editorial Enciclopédia, Lisboa, 1962, p. 158.

⁷⁰¹ Com apenas 17 anos e sem a aprovação paterna, D. Teodósio partiu
para Elvas com o intuito de se juntar às tropas na fronteira: “Despida-se V. A.
dos livros [...]. Armas, guerras, vitórias por bandeiras inimigas e coroas aos
pés, são hoje por diante as obrigações de V. A. e estas as minhas esperanças.”
VIEIRA, P.º António – *Cartas*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo,
vol. I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925, p. 266; ERICEIRA, Conde da
[D. Luís de Meneses, 4.º] – *História de Portugal Restaurado...*, nova edição anotada
e prefaciada por António Álvaro Dória, vol. II, «Biblioteca Histórica-Série Régia»,
Livreria Civilização, Porto, 1945, pp. 359-363.

⁷⁰² *Euclidis Elementorum Lib. XV Accessit XVI...*, por Christoph CLAVIUS,
Bartholomeu Grassio, 1589; Roma, 1589.

⁷⁰³ Cristóvão Clávio [1538-1612], matemático jesuíta alemão, conhecido por
Christopher Clavius. Estudou no Colégio das Artes em Coimbra entre 1556 e 1560,
sendo um dos maiores responsáveis pela difusão das obras de Pedro Nunes. Cf.

Applicou-se á Geografia, á Statica, e á Hydrografia, e Nautica, e muito particularmente á Astronomia; em que teve por Mestre a D. Pedro Puéros; e com tanto ardor se dava ella a esta ultima Sciencia, que para por ella se não distrahir de todo dos outros estudos, se vio obrigado o Mestre a fechar-lhe os Livros Astronomicos, e a lhos não permittir, senão em certos dias⁷⁰⁴. Estava provido de todos os instrumentos Mathematicos, com que sobremaneira se entretinha: e folgava de fazer pelo Astrolabio observações, em que gastava muito tempo. Escreveo hum Compendio de Astronomia, e outro de Geografia, á maneira do que fizera Cluvier⁷⁰⁵, e hum outro de Astronomia, que existia no Archivo Real com o titulo *Summa Astronomica*⁷⁰⁶ *in duos divisa tomos: primus de Astronomia: secundus de Astrologia*⁷⁰⁷.

Dos pensadores matemáticos no reinado de D. João IV, destacou-se o cosmógrafo-mor e engenheiro-mor, Luís Serrão Pimentel [1613-1679], notabilizado pelo ensino da Náutica e da Architectura Militar. A partir dos cargos que ocupou é possível analisar a cultura científica de Seiscentos⁷⁰⁸. A reestruturação das instâncias militares foi uma prioridade de D. João IV e a criação de diversos órgãos,

ROMMEVAUX, Sabine – *Clavius, une clé pour Euclide au XVI^e siècle*, «Mathesis», Vrin, Paris, 2005.

⁷⁰⁴ AYRES [de Magalhães SEPÚLVEDA], Christovão de – *Historia Organica e Politica do Exercito Portuguez...*, vol. VIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1919, pp. 634-636, baseado nesta *Memoria*.

⁷⁰⁵ CLUVERIUS, Philippus – *Introductionis in Vniversam Geographiam tam Veterem quam Novam...*, Ex Officina Elzeviriana, Amesterdão, 1659.

⁷⁰⁶ Sobre estas obras manuscritas, ver «D. Teodósio», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pp. 729-731.

⁷⁰⁷ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memorias Historicas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliarios em Portugal, ou nas Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 198-199.

⁷⁰⁸ PIMENTEL, Luís Serrão – *Architectura Militar ou Fortificação...*, manuscrito, 1659.

entre os quais o Conselho de Guerra⁷⁰⁹, reforçou o compromisso régio de garantir as defesas militares capazes de enfrentar a ameaça espanhola.

Nestas circunstâncias, a Luís Serrão Pimentel se deve a institucionalização do ensino militar, com a criação da Aula de Fortificação e Architectura Militar, a primeira escola portuguesa de engenheiros⁷¹⁰. Escreveu o primeiro tratado de fortificação português, o *Methodo Lusitanico* [publicado postumamente em 1680], para além de alguns regimentos de navegação. Interessou-se, fundamentalmente, pelo problema da determinação da longitude, o exame dos futuros pilotos e engenheiros, participando activamente nos momentos mais difíceis das campanhas da Restauração, alcançando o generalato.

O legado da sua produção resultou de um conhecimento teórico desenvolvido a partir dos Descobrimentos e das campanhas da Restauração. A sua erudição valeu-lhe a amizade e o reconhecimento de Cosmo III de Médicis [1642-1723] e o ingresso na *Academia dos Generosos*, agremiação reservada aos mais distintos intelectuais portugueses:

De todas as Disciplina Mathematicas, que se cultivarão nesta Epoca a Sciencia da Fortificação, e Architectura Militar foi a que levantou maiores voos. Conhecendo o Senhor Rei D. João IV.⁷¹¹ quão necessarios erão para a boa defensão de nossos Reinos os

⁷⁰⁹ *Synopse dos Decretos Remettidos ao extinto Conselbo de Guerra desde o estabelecimento d'este tribunal em 11 de dezembro de 1640, até á sua extinção decretada em o 1.º de agosto de 1834...*, por Cláudio de Chaby, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1869.

⁷¹⁰ Acerca da Aula de Fortificação e Architectura Militar [1647], depois designada por «Academia Militar da Corte», onde se ministrava Matemática, Fortificação e Castrametação, v. BORGES, João Vieira, e CANAS, António Costa – «Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal», in *Revista Militar*, vol. LVII, n.º 5 [s. n.], Lisboa, Maio 2005, pp. 445-453; GASPAR, António Ribeiro – *História da Academia Militar*, vol. I, revisão de Eurico Gomes Dias, et al., AM, Lisboa, 2009.

⁷¹¹ COSTA, Leonor Freire, e CUNHA, Mafalda Soares da – *D. João IV*, «Reis de Portugal», vol. XXI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006, pp. 208-209.

conhecimentos Mathematicos desta Arte, maiormente em huns tempos, em que nossos visinhos nos ameaçavão, mandou erigir na Ribeira das Nãos huma Aula desta Sciencia, que depois se transferio para o Terreiro do Paço, aonde existio com o titulo de Academia Militar. Aqui se instruirão muitos Engenheiros, que com grande utilidade servirão o Reino, e suas Conquistas⁷¹².

Foi o primeiro Mestre desta Aula Luiz Serrão Pimentel⁷¹³, natural de Lisboa, que foi o que inspirou ao Senhor Rei D. João IV. o feliz pensamento da erecção daquella Escola. Tinha sido Discipulo por espaço de 10 annos dos Mestres do Collegio de Santo Antão⁷¹⁴, e de Valentim de Sá⁷¹⁵, Cosmografo Mór do Reino: em 1641 entrou a exercitar aquelle Officio por impedimento do Proprietario Antonio de Maris Carneiro⁷¹⁶, do qual tinha approvado o Regimento⁷¹⁷, que compozera de Pilotos; e por falecimento deste teve seu cargo de propriedade, e foi Engenheiro Mór,

⁷¹² BESSA, Carlos Gomes – «Academia Militar», in *Dicionário da História de Lisboa*, pp. 8-10.

⁷¹³ Cf. «Luís Serrão Pimentel», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pp. 133-135; FERREIRA, Nuno Alexandre Martins – *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2009.

⁷¹⁴ Com grande interesse: *Sphæra Mundi: a Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP. Catálogo*, comissariado científico de Henrique Leitão, BNP, Lisboa, 2008.

⁷¹⁵ ALBUQUERQUE, Luís de – «Valentim de Sá», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 957-958.

⁷¹⁶ MATOS, Rita Cortês – *António de Mariz Carneiro: cosmógrafo-mor de Portugal*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2002.

⁷¹⁷ CARNEIRO, António de Mariz – *Regimento de Pilotos, e Roteiro das Navegações da Índia Oriental. Agora novamente emendado & acrescentado cō Roteiro da costa de Sofala, ate Môbaça, & com os Portos, & Barras do Cabo de Finis terra ate o estreito de Gibaltar, com suas derrotas, sondas, & demonstraçoens...*, Officina de Lourenço de Anveres, Lisboa, 1642.

e Tenente General de Artilheria⁷¹⁸ com exercicio em todas as Províncias do Reino.

Mostrou tanto a sua pericia, como o seu valor no sitio da Praça de Badajoz⁷¹⁹; no desenho da maior parte das trincheiras, com que se cobrio o nosso exercito; no recontro sobre a ribeira de Digebe⁷²⁰; na memoravel batalha do Ameixial⁷²¹; e nos ataques, e aproxes na restauração da Cidade de Evora⁷²²; e na reforma, que foi mandado fazer das fortificações das Praças do Reino⁷²³.

Lêo lições de Mathematica na Academia dos Generosos⁷²⁴, instituida em casa de D. Antonio Alvares da Cunha⁷²⁵; e lêo tambem

⁷¹⁸ «Luís Serrão Pimentel», in *Os Generais do Exército Português. Da Restauração às Invasões Francesas*, coordenação de Alberto Ribeiro Soares, introdução de Eurico Gomes Dias, vol. I, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2003, pp. 188-189.

⁷¹⁹ «O Perfil destes Fortes he vario segundo o intento de se fabricarem sòmente por tempo limitado em algum sitio, ainda que na campanha apartados das linhas; como hum que se fabricou em hum alto moderado sobre a ponte de Caya para segurar os convoes ao nosso exercito que sitiava Badajoz: ou para ficarem permanentes; porque neste caso necessitaõ de mais forte Perfil; como tambem segundo a grandeza de que se houverem de fazer; pedindo mayor Perfil a mayor grandeza, mais pequeno, a menor.» PIMENTEL, Luís Serrão – «Dos Perfis dos Fortes de Meyos Baluartes, & Estrellas», in *Methodo Lusitanico...*, p. 228.

⁷²⁰ Reporta-se ao recontro com as tropas comandadas por D. João de Áustria em Junho de 1663, perto de Évora. Cf. DIAS, Eurico Gomes – *Olhares sobre o “Mercvrio Portuguez” [1663-1667]. Transcrição e comentários*, vol. I, CEPESE/INCM, Lisboa, 2010, pp. 42-43.

⁷²¹ SANTO, Gabriel Espírito – *Restauração 1640-1668: batalhas do Ameixial e de Montes Claros*, «Batalhas da História de Portugal», n.º 9, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2006.

⁷²² ESPANCA, Túlio – *Cadernos de História e Arte Eborense. Fortificações e Alcaldarias de Évora*, vol. II, Nazareth, Évora, 1945, pp. 41-46.

⁷²³ CARVALHO, Jayme Ferrer de – *Luís Serrão Pimentel, o Método Lusitano e a Fortificação*, dissertação de mestrado em Teoria da Arquitectura, Universidade Lusíada [versão policopiada], Lisboa, 2000.

⁷²⁴ RIBEIRO, José Silvestre – «Academia dos Generosos», in *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, vol. I, 1871, p. 156; MATIAS, Elze Vonk – «A Academia dos Generosos: uma academia ou uma sequência de academias?», separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 4, BNL, Lisboa, 1982.

⁷²⁵ «D. António Álvares da Cunha», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. I, pp. 84-86.

por 32 annos diversas materias desta Sciencia na nova Escola de Fortificação, e de Architectura Militar⁷²⁶.

Escreveo hum Tratado pequeno da Pratica da Arithmetica Decimal⁷²⁷, e com elle a Obra da Trigonometria, Pratica, Rectilinea^[sic], como subsidios para os Estudos da Architectura Militar⁷²⁸; sobre esta publicou huma Obra, que intitulou *Methodo Lusitanico de desenhar as Fortificações das Praças Regulares, e Irregulares, Fortes de Campanha, e outras Obras pertencentes á Architectura Militar*. Dedicou-a ao Principe D. Pedro, então Regente. Estampou-se em Lisboa em 1680. fol.⁷²⁹Foi a primeira obra, que appareceo em nossa lingua, e de grande merecimento para aquelle tempo: he dividida em duas partes; a primeira trata das operações; a segunda das provas demonstrativas, como que se verificação as operações da primeira. Para esta obra vio elle os melhores Authores Latinos, Italianos, Castelhanos, e Francezes do seu tempo; e cuidou de aproveitar o bom que elles tinham, e melhorar com algumas novas regras sua doutrina no que faltavam, ou erravam⁷³⁰.

Como o Systema de Fortificação do Conde de Pagan⁷³¹ corria naquelle tempo com grande acolhimento em toda a Europa, sendo

⁷²⁶ NUNES, António Pires – «Luís Serrão Pimentel», in *Dicionário Temático de Architectura Militar e Arte de Fortificar*, Direcção do Serviço Histórico Militar/Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1991, pp. 167-168.

⁷²⁷ Muito provavelmente, este manuscrito ter-se-á perdido.

⁷²⁸ PIMENTEL, Luís Serrão – «Trigonometria Practica Rectilinea», in *Methodo Lusitanico...*, pp. 547-644.

⁷²⁹ IDEM – *Methodo Lusitanico de desenhar as Fortificaçoens das Praças Regurares, & Irregulares, Fortes de Campanha, e ovtras Obras pertencentes a Architectura Militar...*, Impressão de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1680.

⁷³⁰ MACEDO, Luiz da Costa de Sousa de – «Luiz Serrão Pimentel e a <Escola Portuguesa de Fortificar>», in *Congresso do Mundo Português. Publicações*, vol. XII, Secção de Congressos, Lisboa, 1940, pp. 401-411.

⁷³¹ Blaise François [1604-1665], conde de Pagan, foi um dos mais respeitados tratadistas de fortificações franceses. Cf. *Les Fortifications de Monsieur le Comte de Pagan. Avec ses Theoremes sur la Fortification*, Chez François Foppens, Bruxelas, 1668.

o mais famoso, que houve antes do do Marechal de Vauban⁷³², fez hum resumo de todo elle, que poz por appendix, com huma censura sobre as faltas, que lhe achou⁷³³, o qual vem no fim do Compendio de alguns Problemas de Geometria Practica, e Theoremas da Especulativa⁷³⁴.

Desta obra havia elle feito, antes de a publicar, hum Opusculo, que intitulou *Extracto Ichnografico do Methodo Lusitanico*⁷³⁵, o qual dedicou a Cosmo III. de Medicis⁷³⁶, Grão Duque de Toscana, com quem teve pratica, quando esteve neste Reino⁷³⁷; e de quem recebeo tanta mercé, que havendo-lhe este Principe prometido hum Livro, que elle não tinha, lhe mandou huma selecta Livraria⁷³⁸.

Compoz mais *Hercotectomia Militar*, que ficou ms. de que elle faz menção no Proemio do Methodo Lusitanico⁷³⁹, *Alojamento*

⁷³² Sébastien Le Prestre [1633-1707], marquês de Vauban, architecto militar francês, introdutor do chamado *estilo Vauban de fortificação*. Especialista em poliorcética, foi nomeado Marechal de França por Luís XIV, a sua obra influenciou toda a Engenharia militar europeia. Cf. *The New Method of Fortification, as practised by Monsieur de Vauban, Engineer General of France, with an explication of all terms appertaining to that Art*, 2.^a edição, Abel Swall, Londres, 1693.

⁷³³ PIMENTEL, Luís Serrão – «Das obras do Conde de Pagan, &», in *Methodo Lvsitanico...*, pp. 481-544.

⁷³⁴ IDEM – *Methodo Lvsitanico...*, pp. 645-666.

⁷³⁵ IDEM – *Extracto ich[o]nographico do Methodo Lusitanico novo, facillimo, e apuradissimo pera desenhar as fortificaçoens regulares, e irregulares por novas e exactissimas proporções...*, manuscrito, 1670. Cf. *A Ciência do Desenho. A Ilustração na Colecção de Códices da Biblioteca Nacional*, coordenação de Lígia de Azevedo Martins, «Bibliografias», BNL, Lisboa, 2001, p. 67.

⁷³⁶ Conhecido por Cosme III de Médici ou Cosimo III de' Medici. Veja-se ACTON, Harold – *The Last Medici*, Macmillan, Londres, 1980.

⁷³⁷ CASTRO, Aníbal Pinto de – «Correspondentes portugueses de Cosme III de Médicis: nótula sobre a actividade literária de Seiscentos», separata da *Revista de História Literária de Portugal*, n.º 2, Coimbra Editora, Coimbra, 1965.

⁷³⁸ CARVALHO, Ayres de – «Um manuscrito inédito de Luís Serrão Pimentel dedicado a Cosme III, 3.º Grão-Duque da Toscana», separata de *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 23, Instituto Italiano di Cultura in Portugallo, Lisboa, 1964, pp. 161-169.

⁷³⁹ PIMENTEL, Luís Serrão – «Proémio», in *Methodo Lvsitanico...*

*dos Exercitos. Poliorcetica*⁷⁴⁰, em que se trata da expugnação das Praças⁷⁴¹.

António Ribeiro dos Santos reviu todos os grandes matemáticos portugueses e estrangeiros nos reinados de D. Afonso VI e na regência de D. Pedro II⁷⁴², coincidindo com os finais da Guerra da Restauração e o reavivar da actividade marítima nos finais do século XVII⁷⁴³. Ao finalizar este catálogo biográfico dos matemáticos nacionais, referir-se-á a todos os nomes que se evidenciaram na primeira metade do século XVIII, compreendendo o reinado de D. João V⁷⁴⁴, com destaque para o Padre Manuel de Campos [?-?] e o D. Manuel Teles da Silva, 3.º marquês do Alegrete [1682-1736], mais conhecido pelos seus dotes historiógrafos e como secretário perpétuo da Academia Real da História Portuguesa, mas também pelas suas reflexões nas Matemáticas:

Entre todos deve ter o mais honroso assento o P. Manoel de Campos⁷⁴⁵ Jesuita, Lisbonense, hum dos primeiros cincoenta Academicos da Academia Real da Historia Portugueza⁷⁴⁶; va-

⁷⁴⁰ *Idem, ibidem.*

⁷⁴¹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memorias Historicas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliarios em Portugal, ou nas Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 199-201.

⁷⁴² SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 203-210.

⁷⁴³ OLIVEIRA, J. Tiago de – «As Matemáticas em Portugal – da Restauração ao Liberalismo», in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. I, Academia das Ciências de Lisboa, 1986, pp. 81-110.

⁷⁴⁴ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 210-214.

⁷⁴⁵ «Manuel de Campos», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, p. 212; «Manuel de Campos», in *Diccionario Bibliográphico Portuguez*, vol. V, pp. 385-386; vol. XVI, p. 147.

⁷⁴⁶ SILVA, Manuel Teles da – *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*, vol. I, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1727 [edição fac-símile da Academia Portuguesa da História, 2010], pp. 58, 64, 213. Para mais informações, cf. MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*, Edições Minerva, Coimbra, 2003.

ção mui erudito e sabio nas Mathematicas⁷⁴⁷: lêo no Collegio Imperial de Madrid⁷⁴⁸, e no nosso Collegio de Santo Antão de Lisboa: e vendo, que a Aula da Esfera⁷⁴⁹, que havia neste ultimo, tinha numeroso concurso de ouvintes, e necessitava de Livros Classicos e manuaes; e considerando, que os do P. Stafford⁷⁵⁰ tinham sido Obra feita com muita pressa, e estes mesmos com os do P. Tacquet⁷⁵¹, de que se usava, não estavam em Lingua Portuguesa, resolveo-se a formar hum Curso Mathematico, manual, e expedito, para servir com elle aos naturaes.

Para isso publicou este Padre a sua Obra dos Elementos de Geometria Plana e Solida, segundo a ordem de Euclides, acrescentada com tres uteis Appendices, o 1.º da Logistica das Proporções: o 2.º dos Theoremas Selectos de Archimedes: e o 3.º da Quadratura do Dinostrato, para quadrar o circulo, e tri-secar o Angulo. Sahio em Lisboa na Officina Rita Casseana em 1735 4.º⁷⁵².

Esta obra he traducção do Original de Tacquet⁷⁵³, por ser muito usado nas Aulas da Companhia⁷⁵⁴, e em muitos Estudos

⁷⁴⁷ ANDRADE, A. Banha de – *Vernei e a Cultura do seu tempo*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1966, pp. 15-16.

⁷⁴⁸ Sobre a estadia do P.º Manuel de Campos em Madrid, ver «Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 29. de Mayo de 1732», in *Segunda Parte da Colecção dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia...*, n.º XVII, Officina de Pascoal da Silva, Lisboa, 1732, p. 8.

⁷⁴⁹ ALBUQUERQUE, Luís de – *A Aula de Esfera do Colégio de Santo Antão no século XVII*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1972.

⁷⁵⁰ STAFFORD, Ignace – *Elementos Mathematicos...*, Imprensa de Matias Rodrigues, Lisboa, 1634.

⁷⁵¹ TACQUET, André – *Opera Mathematica...*, Colégio da Sociedade de Jesus, Lovaina, 1668.

⁷⁵² CAMPOS, P.º Manuel de – *Elementos de Geometria Plana, e Solida, segundo a ordem de Euclides...*, Officina Rita-Cassiana, Lisboa Occidental, 1735.

⁷⁵³ DIAS, José Sebastião da Silva – *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*, introdução e coordenação de Manuel Augusto Rodrigues, Campo das Letras, Porto, 2006, p. 211.

⁷⁵⁴ RODRIGUES, Francisco – *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal. A província portuguesa no século XVII (1615-1700). Nos colégios, nas*

publicos; e estimado por ser methodo breve, claro e solido; na qual fez alguma alteração, e mudança em algumas Demonstrações; e accrescentou o Liv. XIII., que o dito Author supprimira⁷⁵⁵, e hum Appendix ultimo, com que lhe pareceo, que ficava a obra mais completa⁷⁵⁶. Compoz tambem para uso da mesma Aula da Esfera do Collegio de Santo Antão a outra obra da Trigonometria Plana e Esferica com o Canon Trigonometrico Linear, e Logarithmico, tirado dos Authores mais celebres, que escreverão nesta materia: impressa em Lisboa por Antonio Isidoro da Fonseca 1737 4.^o.⁷⁵⁷ Além desta escreveo huma Synopse Trigonometrica dos casos, que commumente ocorrem em huma e outroa Trigonometria Plana, e Esferica com as analogias respectivas, que lhe correspondem. Lisboa, pela mesma impressão em 1737 4.^o.⁷⁵⁸.

Honremos ainda mais aquelle seculo com a memoria de hum Fidalgo de mui alta jerachia, o terceiro Marquez de Alegrete Manoel Telles da Silva⁷⁵⁹: os nossos muito o exaltarão de varão dotado de muitas prendas, e instruido nos Estudos de Mathematica: delles deo provas, que por extremo o abonarão nas Lições, que fez na Academia Portugueza, instituida no Palacio do sabio Conde de Ericeira, que lêo huma parte da sua obra da Esfera, que havia

ciências e letras, na corte, lutas na metrópole, apostolado nas conquistas, t. III, vol. I, Apostolado da Imprensa, Porto, 1944, pp. 412-413.

⁷⁵⁵ CAMPOS, P.^e Manuel de – *Elementos de Geometria...*, livros IX ou XIII, pp. 229-262.

⁷⁵⁶ IDEM – «Appendiz III. Da Linha Quadratiz. Dous problemas ficarão por resolver nos Elementos de Euclides, os quaes são de muito uso na Geometria...», in *Elementos de Geometria...*, pp. 313-323.

⁷⁵⁷ IDEM – *Trigonometria Plana, e Esferica com o Canon Trigonometrico Linear, e Logarithmico...*, Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa Occidental, 1737.

⁷⁵⁸ IDEM – *Synopse Trigonometrica dos casos que commumente occorrem em uma e outra Trigonometria plana e espherica, com as analogias respectivas e practicas logarithmicas que lhe correspondem...*, Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa Occidental, 1737.

⁷⁵⁹ «Manuel Teles da Silva», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VI, p. 118; vol. XVI, p. 341.

composto em forma de Dialogo⁷⁶⁰, dividido em 12 Tratados, que deixou mss⁷⁶¹.

Adiante outras notas e a inclusão de um apêndice documental⁷⁶², esta *Memoria* apresentou cerca de 80 pequenos esboços biográficos, entre abundantes menções bibliográficas. Tal como a História em geral e a História da Ciência em particular, a História da Matemática registou enormes avanços, embora um pouco tímidos. Muitos opúsculos matemáticos foram importantíssimos na nossa História e António Ribeiro dos Santos teria consciência dessa premissa. Apesar de alguns estudos recentes, continuam por desvendar muitas incertezas factuais acerca da História da Matemática em Portugal.

*

Uma das *Memorias* mais emblemáticas de António Ribeiro dos Santos nas *Memorias de Litteratura Portugueza* foi consagrada à evolução da poesia desde tempos lusitanos até aos alvares da nacionalidade⁷⁶³, onde este género literário se confunde com a evolução

⁷⁶⁰ Trata-se de um manuscrito intitulado *Tratado da Esfera em fôrma de Dialogo*, dividido em 12 tratados e correspondente a 7 lições proferidas na Academia Real da História Portuguesa. É unicamente referida em «Manuel Teles da Silva», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pp. 390-392.

⁷⁶¹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memorias Historicas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliarios em Portugal, ou nas Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 199-201.

⁷⁶² SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 215-229.

⁷⁶³ «Tractando finalmente da poesia portugueza nos seculos XII e XIII, o auctor não fixa ao certo a sua primeira epocha, mas conjectura que a poesia começou logo de figurar nos primeiros tempos da monarchia, isto é, no meado do seculo XII, contribuindo muito, no seu conceito, para que Portugal dêsse logar e honra á cultura da poesia, o exemplo que nos havia ficado dos arabes, o de diferentes nações e provincias d'aquelle tempo, como a Allemanha, a Catalunha, Valencia e Aragão, a Provença e provincias meridionais da França, e particularmente o maior tracto e comunicação que mantivemos com a Galliza, afeita desde a mais alta antiguidade ao exercicio de trovas e cantares.» RIBEIRO, José Silvestre – «A Litteratura»,

da própria língua. Não será a primeira vez que a poesia era o objecto de uma *Memoria* e não foi por acaso que Fr. Joaquim de Fóios⁷⁶⁴ tenha recorrido sobre a sua relevância na História. O próprio Autor era um poeta⁷⁶⁵, que embora esteja quase esquecido, esteve ligado activamente à Arcádia Lusitana⁷⁶⁶ [1756-1794], o movimento poético mais significativo até à primeira metade do século XIX.

Nesta pequena *Memoria*, considerada um intróito a observações mais alargadas⁷⁶⁷, António Ribeiro dos Santos falou sobre os inícios da poesia portuguesa, remontando à introdução da poesia na Península Ibérica, especialmente no território tradicionalmente considerado parte da antiga Lusitânia. Segundo as suas considerações,

in *Revista Universal Lisbonense*, 2.^a série, vol. I, n.º 26, Typographia da Revista Universal Lisbonense, Lisboa, 3 Maio 1849, p. 305.

⁷⁶⁴ Revejam-se os nossos comentários a FÓIOS, Joaquim de – «Memorias sobre a Poesia Bucolica dos Poetas Portuguezes», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 1-15.

⁷⁶⁵ «De nós o dia se despede: dize, / Hoje que feito obrámos, que elle leve / Para mostrar ufano / Aos séculos vindoiros? / Nos fastos eternaes, aonde o tempo / Grava as obras gentis, que os dias honrão / Só este dia esteril / Ha de ficar sem gloria? / Não assim: antesque elle, a luz depondo / No regaço da noite a deposite, / Acção formosa obrêmos, / Que o torne bello, e grande. /Qual ha de ser? Eu to direi: façamos / A Bacho Semelêo hum sacrificio, / Que a patria Elysia espante / Que inveja mova aos Deoses. / [...]» Cf. SANTOS, António Ribeiro dos – «A Alfeo», in *Poesias de Elpino Duriense*, vol. II, Impressão Régia, Lisboa, 1812, pp. 224-225. Com extremo interesse, cf. CUNHA, Paulo Ferreira da – «António Ribeiro dos Santos e o Direito nas Poesias de Elpino Duriense», in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. II, pp. 469-480.

⁷⁶⁶ Salientamos a compilação poética da Arcádia Lusitana reunida em *Almanak das Musas offerecido ao Genio Portuguez*, Partes I-IV, Officina de Filipe José de França/Officina de António Gomes/Officina de João António da Silva, Lisboa, 1793-1794. V., ainda, MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – «Memoria sobre o estabelecimento da Arcadia de Lisboa, e sobre a sua influencia na restauração da nossa Litteratura», in *Memorias da Academia*, vol. VI, parte II, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1818, pp. 57-81.

⁷⁶⁷ Esta *Memoria* compreende, de algum modo, o discurso preliminar correspondente a uma introdução para a obra, ainda hoje inédita, de título *Memorias da Poesia Portuguesa*. O terceiro capítulo deste trabalho intitulado «Dos mais antigos monumentos da Poesia Portuguesa nos seculos XII e XIII» seria publicado no *Jornal da Sociedade dos Amigos da Letras*, n.ºs 2-5, Typographia de J. B. Morando, Lisboa, 1836. Cf. «António Ribeiro dos Santos», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. I, p. 252.

todos os povos ter-se-iam rendido aos deleites da poesia desde a mais remota antiguidade. Deste modo, a poesia portuguesa possuiria raízes longínquas, havendo registo do seu cultivo pelos povos celtas, iberos, turdetanos, lusitanos, entre outros.

As formas poéticas, a *poesia*⁷⁶⁸ – num sentido mais generalista e amplo –, tiveram maioritariamente presentes em todas as expressões literárias, culturais, religiosas e até bélicas dessas sociedades, acentuando, por um lado, o carácter guerreiro dos cantos poéticos, como o Autor elucida. A expressão imaginativa da poesia, enquanto representação das emoções, dos pensamentos ou das narrativas surgia frequentemente sob a forma métrica e com a utilização de linguagem figurada – nesse sentido, a poesia conecta-se à música, ao ritmo e à harmonia, sensações estilísticas comuns a todos os povos.

A poesia tem sido tradicionalmente separada da prosa⁷⁶⁹, enquanto linguagem escrita comum, através da rima ou da organização rítmica das palavras [ou métrica]. A distinção entre a poesia lírica, semelhante à canção [soneto, ode, elegia, pastoril], e a poesia narrativa ou que conta uma história [balada ou epopeia], ainda permanece ténue. O género poético foi usado como veículo para a sátira, a paródia e a exposição de temas filosóficos, religiosos e pragmáticos, segundo as mais variadas roupagens. Reflectir sobre a origem da poesia pressupõe uma compreensão evolutiva do espaço, do tempo e da própria História, embora a sua noção, enquanto modelo artístico, esteja anexo a formatos de entretenimento diversos.

Segundo o Autor, na Lusitânia pré-romana existiria, seguramente, o culto da poesia, os seus poetas e bardos, em conformidade com outros povos europeus. Era notória a tradição poética dos povos

⁷⁶⁸ Sobre a concepção universal da «poesia» e aplicável na cultura portuguesa, v. SIMÕES, João Gaspar – *História da Poesia Portuguesa das origens aos nossos dias...*, vol. I (séculos XII a XVII), Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1955.

⁷⁶⁹ *Idem*.

turdetanos e galaicos, de acordo com as fontes latinas⁷⁷⁰ e, ao que se constava, todos compartilhavam o gosto exímio pela dança e a música, pelo que se supõe serem admiradores das manifestações poéticas. Contudo, não sobreviveram, como sabemos, registos fidedignos da existência de poetas e de composições poéticas destas épocas, a não ser por via dos testemunhos das fontes gregas e latinas. A prática da poesia estava unida aos cultos religiosos, à moralidade, ao cultivo da memória colectiva e dos heróis, como se aponta:

A Poesia, amavel filha do Prazer, e producção do Rhythmo, e da Harmonia, para que todos os homens tem huma notavel inclinação, foi huma Arte de todos os tempos, e de todas as nações⁷⁷¹; e os Hespanhoes não podião deixar de a ter entre si, como os outros povos: elles com effeito a cultivarão, e desde tão alta antiguidade que hobreavão com as mais antigas nações nos estudos Poeticos⁷⁷². Descendentes dos Celtas⁷⁷³, que muito amavão as Musas, não podião deixar de exercitar com elles a Poesia, e de ter os seus Poetas, e Trovadores⁷⁷⁴ como tinham os Gallos Celtas os seus Bardas, os quaes escrevião, e cantavão em seus poemas as maximas da Religião, e da Moral, as suas Leis Civis, e as façanhas, e proezas

⁷⁷⁰ Por exemplo, cf. GUERRA, Amílcar – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, 1995.

⁷⁷¹ BRAGA, Teófilo – *Poesia do Direito. Origens Poéticas do Cristianismo. As Lendas Cristãs*, prefácio de M.^a da Conceição Azevedo, «Pensamento Português», INCM, Lisboa, 2000, pp. 27-125.

⁷⁷² VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – «Observações sobre alguns textos lyricos da antiga poesia peninsular», separata da *Revista Lusitana*, vol. VII, fasc. 1, A. F. Vasconcellos, Porto, 1901.

⁷⁷³ O Autor remete para a leitura da sua obra, ainda hoje inédita, intitulada *Origens celticas da antiga povoação de Hespanha e de seus actuaes dialectos...*, vols. I-III [manuscrito]. Cf. «António Ribeiro dos Santos», in *Diccionario Bibliográfico Português*, vol. I, p. 255.

⁷⁷⁴ HOZ, Javier de – «Las fuentes antiguas», in *Historia Lingüística de la Península Ibérica en la Antigüedad. I. Preliminares y mundo meridional prerromano*, vol. I, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2010, pp. 122-123.

de seus maiores⁷⁷⁵; e estas suas trovas, e rimances passavão em herança de pais a filhos, como brazões de seus avoengos, e annaes da sua historia, e se aprendião de cór nas Escólas para se formarem os costumes, e a doutrina na primeira educação da mocidade⁷⁷⁶.

Não se restringia a Poetica dos antigos Hespanhoes a este unico fim; a sua Poezia sahindo das Escólas entrava como hum prazer, e ornamento nas cerimoniaes do Culto⁷⁷⁷, nas danças, nos banquetes, e em outras muitas occasiões de festa, e de apparato: nem abrião mão della nos mesmos tempos de guerra; marchavão para a campanha tocando concertadamente os escudos, ou broqueis sonoros, que pela maneira por que erão feitos, retumbavão como os sistros⁷⁷⁸ dos Coribantes⁷⁷⁹, e cantando varias trovas, e

⁷⁷⁵ «Antigüedad de la Poesia en España», in *Obras Posthumas del R.^{mo} P. M. Fr. Martin Sarmiento... Memorias para la Historia de la Poesia y Poetas Espanòles...*, vol. I, Joachin Ibarra, Madrid, 1775, pp. 27-31.

⁷⁷⁶ «En efecto los Bardos eran á un mismo tiempo Musicos y Poetas. Cantaban al son de instrumentos los Poemas conforme al uso e los tempos antiguos servian de Historia para conservar á la posteridade la fama de las acciones ilustres. La Poesia sin duda es mas antigua que la Historia, y fue la primera ciencia que cultivaron los hombres. Los niños aprendian de memoria estos cánticos, y de este modo la noticia de los sucesos memorables pasaba por tradicion de padres á hijos. Por este medio suplian los Galos la falta de escritura.» RODRIGUEZ MOHEDANO, Fr. Pedro – «Desde la venida de los Celtas», in *Historia Literaria de España desde su primera poblacion hasta nuestros dias...*, vol. II, Parte I, Imprenta de Francisco Xavier García, Madrid, 1768, p. 67.

⁷⁷⁷ LAPA, M. Rodrigues – «Das origens da poesia lírica medieval portuguesa», in *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Coimbra, 1982, cap. II, pp. 55-56.

⁷⁷⁸ «Naõ só Poetas Latinos, como entre outros Virgilio, e Ovidio, mas tambem as Letras sagradas fazem menção do instrumento, chamado em Latim *Sistrum*. [...] em outros lugares da Sagrada Escritura se faz menção do Sistro, mas naõ convem os Interpretes no genero do instrumento, que por elle se significa. Querem alguns que seja o que em Castelhana se chama *Sonajas*, ou *Teremuellas*. Querem outros que seja *Pandeiro*, e parece opiniaõ do Abulense, porque diz: *Sistrum instrumentum ligneum, rotulas quasdam habens, & cum sistra moventur, concutiuntur rotulæ, & reddunt harmoniam*. Finalmente dizem outros que Sistro he hum instrumento, que com tres cordas se tange.» BLUTEAU, Rafael – «Sistro», in *Supplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino...*, parte II, Patriarcal Officina da Musica, Lisboa Occidental, 1728, p. 214.

⁷⁷⁹ «Coribantes, ou *Corybantes*, antigos Sacerdotes de Rhea, mãy de Saturno, ou de Cybele, mãy dos Deoses. Estes homens arrebatados de hum furor, na sua opiniaõ

motetes, que muito os alvoraçavam, e accendião em grandes brios, e ardimento, e os tornavam mais agudos, e arremeçados para a batalha⁷⁸⁰; até nella entravam cantando seus versos, e se vencião seus inimigos, entoavam no meio do exercito o Pean, ou Canticos da victoria, como de Viriato o conta Silio Italico⁷⁸¹.

Ac ritu jam moris Iberi

Carmina pulsata fundentem barbara cetra

*Invadit*⁷⁸².

divino, celebravaõ as festas de Cybele tocando caixas, saltando, e correndo como loucos.” MARQUES, José – «Coribantes», in *Novo Dicionario das Linguas Portuguesa, e Franceza, com os termos latinus...*, vol. II, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1764, p. 187.

⁷⁸⁰ “[...] diremos que do seu espirito guerreiro e marcial valor dão lisonjeiras provas os auctores gregos e latinos. Diodoro da Sicilia diz a este respeito: *Dos povos iberos os mais esforçados na guerra são os lusitanos*. Não é de menor monta o elogio que Strabão faz á illustração dos *turdetanos* ou povos que segundo alguns habitavam entre o Tejo e o Douro. *Estes povos*, diz elle, *são os mais doutos de todos os hespanhoes; usam de grammatica; têm monumentos escriptos de grande antiguidade, poemas e leis exaradas em verso, segundo pretendem, ha seis mil annos*. Entretanto forçoso é dizer que os primordios da Lusitania, como acontece a todas as mais nações, não têm monumentos que os abonem, nem escripturas que os testifiquem, achando-se por consequente envoltos em trevas, através das quaes é summamente difficil, se é que não impossivel, descortinar o verdadeiro do fabuloso.” SORIANO, Simão da Luz – *Historia da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal...*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1866, p. 7. Em complemento, ver *A Geografia da Ibéria segundo Estrabão*, introdução, versão em vernáculo, comentários e anotações gramaticais ao texto grego do livro III por José Cardoso, PPACDM, Braga, 1994.

⁷⁸¹ Referenciado primeiramente em RESENDE, André de – *As Antiguidades da Lusitânia*, vol. III, livro III, «Portvgaliæ Monvmenta Neolatina», Imprensa da Universidade, Coimbra, 2009, pp. 216-217.

⁷⁸² “[...] Quum Viriathus agens telis, regnator Hiberiæ / Magnaminus terræ, juxta atque ante ora furentis / Obtruncat Pauli fessum certaminis hostem. / Heu dolor! heu lacrimæ! Servilius optima belli, / Post Paulum belli pars optima, conruit ictu / Barbarico, magnamque cadens leto addidit uno / Invidiam Cannis: tristem non pertulit iram / Consul, et insani quamquam contraria venti / Exarmat vis, atque obtendi pulvere lucem, / Squalentem rumpens ingestæ torvus arenæ / Ingreditur nimbium, ac ritu jam moris Iberi / Camina pulsata fundentem barbara cætra / Invadit, lævæque fodit vitalia mammæ. [...]” *Bibliotheca Classica Latina sive Collectio Auctorum Classicorum Latinorum. Caius Silius Italicus. Punicorum...*, tradução e comentários de N. E. Lemaire, vol. I, livro X, Julius Didot, Paris, 1823, pp. 608-609.

Este formoso exercicio da Poesia, que assim era geral em toda a Hespanha, muito particularmente o foi de nossa antiga Lusitania⁷⁸³, já então não menos célebre pela cultura das bellas artes, que por seus feitos militares: ella foi hum terreno mui fecundo, e grato para as Musas, que nella puzerão seu assento, e domicilio: nem os Lusitanos dados naturalmente em hum clima suave, e doce ao prazeres e encantos do Rhythmo, e da Harmonia, podião deixar de receber as Musas, e as Graças no seu seio, e de unir com as bellas artes da Orchestica, e da Musica, que muito amavão, os atractivos de hum arte tão gentil como a Poetica, que era como a alma e espirito de ambas ellas, e com ellas nascêra de huma mesma origem⁷⁸⁴.

Seguindo uma ordenação cronológica, António Ribeiro dos Santos mencionou o incremento da poesia hispânica sob a dominação imperial romana e a prevalência dos modelos literários greco-latinos, recordando os principais vultos poéticos nascidos na Hispânia, dos quais sobressaíram Lucano [Marcus Annæus Lucanus, 39-65 d. C.] ou Séneca [Lucius Annæus Seneca, 4?-65 d. C.], ambos nascidos na Córdova romana e palco futuro do fulgor poético árabe. Problematisa alguns hiatos que a historiografia literária se tem preocupado em esclarecer: será que se compunha poesia nas antigas línguas hispânicas, máxime utilizando o idioma lusitano,

⁷⁸³ “[...] E tais nos vimos tais os Portuguezes / Depois de Lusitania alatinada; / Vencidos fomos, pouco mais vencemos, / Ganhámos letras, e valor perdemos. / Alguns sabios romanos presentiram, / Ou por melhor dizer vaticinaram / A ruína do imperio, que anteviram / Nas muitas sciencias gregas, que abraçaram. / Da mesma sorte em Portugal luziram / As letras, com que as armas se eclypsaram, / Porque tanto que as sciencias floresceram / Os triumphos navais emmurcheceram.” MASCARENHAS, Brás Garcia – *Viriato Tragico...*, vol. I, Phenix, Lisboa, 1846, canto IX, estrofes 6-7, p. 259.

⁷⁸⁴ SANTOS, António Ribeiro dos – «Das Origens, e Progressos da Poesia Portugueza. Introdução do uso da Poesia na Hespanha primitiva, e particularmente na Lusitania», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Segunda, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1814, pp. 233-234.

ou só em latim, a língua dominante? Teriam coexistido várias linguagens na poesia ibérica naquele tempo? Apesar de tudo, não sobreviveram registos da poesia lusitana que corroborassem estas hipóteses.

O hábito de *poetar* na língua latina manteve-se após a queda do Império Romano do Ocidente e possuiu expressão relevante após o estabelecimento do domínio visigótico, apesar da decadência cultural, observável no uso de um latim corrompido e com influências germânicas. Apesar das limitações culturais vividas no espaço hispânico, António Ribeiro dos Santos ressaltava que os povos bárbaros possuíam igualmente uma propensão para a poesia e a música, apesar da rudeza dos seus costumes. Nesse sentido, alude à miscigenação linguística e fonética no âmbito poético, do qual nos restaram alguns vestígios romano-visigóticos:

Nos tempos em que os Romanos se mantiveram senhores do nosso continente, não deixarão os nossos de continuar o antigo exercicio das Musas⁷⁸⁵, muito mais tendo o estímulo, e a imitação dos bons modellos dentre os Gregos, e Latinos, que corrião por toda a parte, sendo ainda hoje célebres na Historia Poetica Latina⁷⁸⁶ daquela idade os nomes de Lucano⁷⁸⁷, de Sextilio

⁷⁸⁵ PEREIRA, M.^a Helena Rocha – *Temas Clássicos na Poesia Portuguesa*, 2.^a edição, Editorial Verbo, Lisboa, 2008.

⁷⁸⁶ CITRONI, Mario – *Literatura de Roma Antiga*, tradução de Margarida Miranda e Isaías Hipólito, revisão de Walter de Sousa Medeiros, FCG, Lisboa, 2006.

⁷⁸⁷ “El Poema cuyo fondo no es verdade philosóphica, moral, ó histórica, no se debe llamar Poema, sino novelas en verso. El caracter poético no consiste en la ficcion, sino en las locuciones metaphóricas, y sublimes; y de estas abunda tanto el Poeta Lucano, como el mas ponderado Poeta Latino, ó Griego.” SARMIENTO, Fr. Martín – *Memorias para la Historia de la Poesia, y Poetas Españoles*, vol. I, Imprenta de D. Joachin Ibarra, Madrid, 1775, pp. 48-49.

Hena⁷⁸⁸, de Cornelio Severo⁷⁸⁹, de Silio Italico⁷⁹⁰, de Marcial⁷⁹¹, de M. Vnico⁷⁹², de Deciano⁷⁹³, de Liciano⁷⁹⁴, de Seneca⁷⁹⁵, de

⁷⁸⁸ “Sextilio Hena poeta Cordobes, á quien Tiraboschi llama *Popilio*, ó yerro de pluma, ó porque no lee los originales contentándose con las citas de los modernos, y así copia alguna vez sus errores; Sextilio Hena, pues, en casa de Mesala Corvino, como hemos referido muchas veces, reconoció á Ciceron en pública asamblea por Príncipe de la eloquência Latina, y dixo que esta habia enmudecido con su muerte. Este elogio fué intolerable para Asinio Polion, y se retiró ofendido de que Sextilio Hena no reconociese en él viva y permanente la eloquência Latina: Séneca refiriendo este pasage con aquella franqueza propia de los Españoles, confiesa que Sextilio Hena era Poeta mas ingenioso que erudito, y tal como los poetas Cordobeses, de que habla Ciceron. De suerte, que aunque Ciceron habia hecho crítica rigurosa de los Cordobeses, estos lexos de manifestarse ofendidos, adoptan su crítica, le corresponden con elogios, y le conservan hasta despues de su muerte el principado de la eloquência Romana.” MOHEDANO, Pedro Rodriguez – «Disertacion apologética, y defensa de los Españoles», in *Historia Literaria de España...*, vol. VII, Imprenta de Francisco Xavier Garcia, Madrid, 1781, § 67, pp. 101-102.

⁷⁸⁹ “De èl tenemos el Poema del Etna, que por algunos se atribuye à Virgilio, pero el día de hoy convienen en creèrle obra de Severo. Es asi, que basta leerle para persuadirse de que es un Poema indigno del Principe de los Poetas. Quintiliano alaba à Severo, pero dice al mismo tiempo que mas *es versificador que Poeta*. Havia empezado Severo un Poema de *bello Siculo*; pero si la descripcion del Etna que nos ha quedado hacia parte de aquel como congetura Nicolas Fabro, podemos inferir que que Severo fue un Poeta Epico no solo muy inferior a Virgilio sino à Lucano.” LAMPILLAS, Xavier – «Decadencia de la Poesia Romana anterior à Lucano y Marcial», in *Ensayo Historico-Apologetico de la Literatura Española...*, vol. I, traduzido do italiano para o castelhano por Josefa Amar y Borbon, Oficina de Blas Miedes, Saragoça, 1782, pp. 206-207.

⁷⁹⁰ “No se puede dudar, que los primitivos Españoles tubieron conocimiento de la Poesia. Silio Italico dice: *Que los Gallegos componian, y cantaban versos en su propria lengua*.” VELAZQUEZ DE VELASCO, Luis José [marquês de Valdeflores] – *Origenes de la Poesia Castellana*, Oficina de Francisco Martinez de Aguillar, Málaga, 1754, p. 2. Em complemento, ver «Sílio Itálico ou Tiberius Catius Silius Italicus [c. 25-101 d. C.]», in *Dicionário de Literatura Latina*, cols. 320-321.

⁷⁹¹ BRANDÃO, José Luís – «Marcial perante o público e os críticos: autodefesa do poeta», in *Humanitas*, vol. XLIX, FLUC, Coimbra, 1997, pp. 177-195.

⁷⁹² Descrito como parente do poeta Marcial. MORALES, Ambrosio de – «Hombres señalados de España por estos tiempos», in *Coronica General de España*, vol. IV, Livro IX, Oficina de D. Benito Cano, Madrid, 1791, cap. XXVII, p. 513.

⁷⁹³ FLORÉZ, Fr. Henrique – «De algunos varones ilustres Emeritenses», in *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia...*, 2.^a edição, vol. XIII, Officina de Pedro Marin, Madrid, 1782, Tratado XLI, cap. XII, pp. 318-320.

⁷⁹⁴ BARREIROS, Gaspar – *Chrorographia*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», n.º 81, Universidade de Coimbra, 1968, pp. 28, 72.

⁷⁹⁵ PIMENTEL, M.^a Cristina – *Séneca*, «Vultos da Antiguidade», n.º 10, Editorial Inquérito, Mem Martins, 2000.

Prudencio⁷⁹⁶, e de Juvenco⁷⁹⁷, que derão ás Musas Romanas muitos Poemas, de que ainda alguns figurão hoje com honrosa memoria de seus nomes⁷⁹⁸. Provavel he que se compozesse, e escrevesse tambem na antiga Lingua nativa da nossa Hespanha, ou em seus diversos dialectos, sem embargo da extensão, e ascendente que havia tomado a Lingua Latina na Provincia: com tudo aquella idade não nos deixou em nossa herança documento algum dos Poemas desta classe⁷⁹⁹.

O gosto de poetar em Latim, bemque depois inteiramente corrompido pela geral decadencia em que ficarão as Bellas Artes⁸⁰⁰ em toda a Europa, manteve ainda entre nós seu exercicio na época do Reinado dos Wisigodos: esta gente Septentrional, postoque a principio rude, e mais dada ás armas, do que ás letras, não deixava de ter seus Poemas⁸⁰¹, como os tinham quasi todas as Nações do Norte; [...]

Com tudo, ficando-nos de nossos Hespanhoes Wisigodos alguns fragmentos de Poesia Latina, nenhum chegou a nós de sua Poesia vulgar, nem em sua Lingoa Gothica, nem na antiga, e propria de Hespanha, que continuava a existir naquella idade⁸⁰²,

⁷⁹⁶ SIMÕES, Margarida Barahona – «Prisciliano e Prudêncio: perfis culturais de dois pensadores hispânicos do século IV», separata de *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XII, 2.ª série, CHC/FCSH-UNL, Lisboa, 2000-2001, pp. 11-35.

⁷⁹⁷ FLORÉZ, Fr. Henrique – «Juveneo», in *Biblioteca Universal de Autores Catolicos. Clave Historial...*, corrigida e continuada por Fr. José de la Canal, F. de Serra y Madirolas, Madrid, 1851, p. 48.

⁷⁹⁸ GRIMAL, Pierre – *O Império Romano*, tradução de Isabel Saint-Aubyn, «Lugar da História», n.º 55, Edições 70, Lisboa, 1999, pp. 63-70.

⁷⁹⁹ RODRIGUES, Adriano Vasco – *Os Lusitanos: mito e realidade*, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1998.

⁸⁰⁰ FOSSIER, Robert – «O Conhecimento», in *Gente da Idade Média*, tradução de Manuel Ruas, Editorial Teorema, Lisboa, 2010, pp. 391-392.

⁸⁰¹ CODOÑER, Carmen – «La literatura visigótica», in *Historia de España Menéndez Pidal: la España Visigoda*, vol. III, Espasa-Calpe, Madrid, 1991, pp. 207-267.

⁸⁰² São de leitura imprescindível os trabalhos compilados em *La Hispania Visigótica y Mozárabe. Dos Épocas en su Literatura*, coordenação de Carmen Codoñer, Ediciones Universidade de Salamanca, 2010.

podendo-se dizer aqui o que daquelles tempos disse o insigne Poeta Antonio Ferreira⁸⁰³ a respeito da Poesia. “*Ficou o mundo hum tempo frio, e mudo*”⁸⁰⁴.

Sendo um confesso apaixonado pelas disciplinas judaicas e árabes, como se depreende dos trabalhos publicados nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, António Ribeiro dos Santos não deixou, evidentemente, de relatar o progresso da poesia arábica no território nacional. A supremacia muçulmana da Península Ibérica, findas as campanhas militares de ocupação, trouxe um novo estímulo ao cultivo da poesia, a qual atingiu o máximo esplendor entre os séculos VIII e XI. Apesar do seu passado glorioso, o Autor desabafa, algo desapontado, que nos inícios do século XIX, a cultura árabe estava bem distante desse antigo resplendor.

Nas áreas de influência árabe, a poesia estava implementada solidamente nas tradições literárias e era fortemente apoiada pelos poderes religiosos e políticos, muitas vezes rivalizando entre si, ao invés do cenário lastimoso de uma Europa cristã mergulhada nas “trevas da ignorância”. A poesia era, por sua vez, uma das artes supremas da cultura árabe, onde os poetas e as suas obras competiam pelos favores dos poderosos em busca de fama e da imortalidade literária. A amplificação da poesia iria promover as permutas das

⁸⁰³ “[...] Não correm sempre os Ceos iguaes: seus fados / Teve já Grecia, e Roma; acabou tudo. / Perdêram-se os bons cantos cos estados. / Ficou o Mundo hum tempo frio, e mudo: / Veo outra gente, trouxe outra arte nova, / Em que alçou hora som grave, hora agudo. / Chamou o pôvo á sua invenção trôva, / Por ser achado consoante novo, / Em que Hespanha téqui deu alta próva. [...]” FERREIRA, António – «A D. Simam da Sylveira. Carta X», in *Poemas Lusitanos...*, vol. II, livro II, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1771, pp. 104-105; IDEM – *Castro e Poema Lusitanos*, introdução e notas de Silvério Augusto Benedito, «Clássicos», Editorial Verbo, Lisboa, 2006, p. 215.

⁸⁰⁴ SANTOS, António Ribeiro dos – «Das Origens, e Progressos da Poesia Portugueza. Introdução do uso da Poesia na Hespanha primitiva, e particularmente na Lusitania», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Segunda, pp. 238-239.

línguas árabes com as línguas vernáculas preexistentes, fornecendo, paralelamente, um múnus essencial para a Língua portuguesa.

São mencionados os poetas árabes mais pertinentes, tanto no futuro território nacional como em território espanhol, assim como as suas principais obras e localidades de origem, onde sobressai, obviamente, o centro literário de Córdoba. Destacam-se as tipologias poéticas mais usuais, baseadas numa fundamentação bibliográfica simples, em virtude das conhecidas carências documentais nestes campos. Para o público leitor, talvez pouco conhecedor destes meandros, deram-se a conhecer alguns poetas de mérito numa civilização islâmica intimamente afeiçãoada à poesia. Incompreensivelmente, o Autor não refere o protagonismo de Muhammad ibn ‘Abbad al-Um’tamid [1040-1095], terceiro e último monarca da dinastia abássida na *taifa* de Sevilha. Considerado um dos poetas mais relevantes do *Al-Andalus*, a sua corte reuniu alguns dos estudiosos e homens das artes mais proeminentes do seu tempo:

Nos campos de Xeres acabou a gloria do Imperio Wisigothico⁸⁰⁵, mas a Poesia longe de esmorecer, e afrouxar debaixo da dominação dos Arabes, recebeo delles nova força e energia⁸⁰⁶. Estes Sarracenos vencedores da maior parte da Hespanha, assim como forão os Senhores das terras, forão tambem os mestres, e os

⁸⁰⁵ “Foi então que o celebre Ruderico se apossou da coroa. Os filhos do seu predecessor Witiza, os mancebos Sisebuto e Ebbas, disputaram-lh’a largo tempo; mas, segundo parece dos escaços monumentos históricos dessa escura epocha, cederam por fim, não á usurpação, porque o throno gothico não era legalmente hereditario, mas á fortuna e ousadia do ambicioso soldado, que os deixou viver em paz na propria corte e os revestiu de dignidades militares. D’ahi, se dermos credito a antigos historiadores, lhe veiu a ultima ruina na batalha do rio Chryssus ou Guadalete, em que o imperio gothico foi aniquilado.” HERCULANO, Alexandre – *Eurico, o Presbytero*, 5.^a edição, Imprensa Nacional, Lisboa, 1864, p. 4.

⁸⁰⁶ ALVES, Adalberto – *O meu coração é árabe. A poesia luso-árabe*, «2.^a edição», «Documenta Poetica», n.º 7, Assírio & Alvim, Lisboa, 1991. Sobre Muhammad ibn ‘Abbad al-Um’tamid, como referenciado *supra*, v. *Al-Mu’tamid, poeta do Destino*, 2.^a edição revista e aumentada, «Documenta Poetica», Assírio & Alvim, Lisboa, 2004.

oráculos da Litteratura desta Peninsula⁸⁰⁷. Elles não erão naquelle tempo o que são hoje, isto he, hum povo grosseiro e rude⁸⁰⁸; era huma Nação illustrada pelas Sciencias, e polida em todas as galas, e gentilezas das Bellas Artes⁸⁰⁹. A Poesia era hum dos seus encantos, e primores: huma gente dotada de espirito vivo, e de genio ardente, naturalmente se elevava ao entusiasmo Poetico⁸¹⁰: até havia familias, e Tribus entre elles, em que a Poesia estava como vinculada em morgado, e se herdava de pais a filhos com emulação de huns, e outros; para se igualarem, ou se excederem nos seus Poemas⁸¹¹.

Os mais antigos monumentos da Litteratura daquella Nação havião sido consagrados pelas suas Musas, e já antes de Mahomet contava ella de seis até sete Poetas de illustre nome⁸¹². Os seus Poemas erão os Livros de suas genealogias, e as Fastos, e Annaes de sua historia, e ao mesmo tempo os maiores brazões de sua Lingua⁸¹³. Elles devião á sua Poesia, a inteireza a regularidade, a constancia, e a extensão de seu Arabigo⁸¹⁴; e nenhuma outra

⁸⁰⁷ *La Poesía Árabe Clásica*, compilação de Elías de Molins e Josefina Veglison, «Libros Hipérion», n.º 306, Hiperión, Madrid, 2002.

⁸⁰⁸ Crítica mordaz e incisiva do Autor...

⁸⁰⁹ DÍAZ-PLAJA, Fernando – *A vida quotidiana na Espanha muçulmana*, tradução de Artur Lopes Cardoso, «Biblioteca da História», n.º 10, Notícias Editorial, Lisboa, 1995.

⁸¹⁰ MARCOS MARÍN, Francisco – *Poesía Narrativa Árabe y Épica Hispánica*, Gredos, Madrid, 1971.

⁸¹¹ Sobre a excelência dos poetas árabes peninsulares, ver *Bibliotheca Arabico-Hispana Escorialensis...*, compilada por Miguel Casiri, vol. II, Antonio Perez de Soto, Madrid, 1770, pp. 90-92.

⁸¹² «Ex his Amralcaius & Lebidus Mahometi ætatem attigere: nam prior adversus ipsum satyras, alter pro eodem apologiam exarasse fertur: reliquorum ætas incerta. Hoc unum tamen certum, nihil in eorum carminibus inveniri, quod Arabicis antiquitatibus lucem afferre possit.» ASSEMANI, Giuseppe Simone – *Bibliotheca Orientalis Clementino-Vaticana...*, vol. III, parte II, Typis Sacræ Congregationes de Propaganda Fide, Roma, 1728, p. 580.

⁸¹³ *Bibliotheca Arabico-Hispana Escorialensis...*, vol. II, p. 17.

⁸¹⁴ ABRANTES, António Baptista – *Instituições da lingua arabica...*, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1774.

Nação na meia idade apresentava nem maior número de Poetas, nem Poesia mais rica, e copiosa⁸¹⁵. [...]

Entre estes, extremarão-se muito os de Portugal, porei aqui alguns de maior nome, porque acuda com isto á curiosidade de alguns Leitores, são elles os seguintes⁸¹⁶.

Abdala ben Rada ben Khalid⁸¹⁷, natural de Evora, que morreo no anno da Egira 429, que os seus contão por hum Poeta sentencioso, e pollido, que soube ajuntar a ellegancia do estilo com a gravidade das sentenças.

Said ben Hakem Abu Othman Alorasita⁸¹⁸, originario de Tavira, e de mui nobre familia entre os seus, que passou por grande Poeta, e publicou muitos versos.

Abdelmalek ben Abdala ben Badrun Alhadramita⁸¹⁹, natural de Silves, Poeta insigne, que viveo no Seculo VI. da Egira, e illustrou o famoso Poema intitulado Ben Abdun com hum erudito Commentario⁸²⁰.

Os intercâmbios culturais entre os poetas árabes e hebraicos, levando à fusão sadia de saberes e estilos entre os seguidores das diferentes crenças, foi coadjuvada pelos elementos moçárabes e cristãos, formaram uma verdadeira “república das Letras” em todo o mundo hispânico. A poesia seria a primeira das artes liberais que facilitou esta comunicação mútua, a qual perdura ainda nos côm-

⁸¹⁵ *Itinerários da poesia: poetas árabes no Gharb Al-ândalus*, compilação de Mostafa Zekri, Comissão de Coordenação da Região Algarve, Faro, 2002.

⁸¹⁶ FERREIRA, João Palma – *Literatura Portuguesa. História e Crítica*, vol. I, pp. 30-31.

⁸¹⁷ *Idem*.

⁸¹⁸ *Idem, ibidem*.

⁸¹⁹ *Bibliotheca Arabico-Hispana Escorialensis...*, vol. II, p. 99.

⁸²⁰ SANTOS, António Ribeiro dos – «Das Origens, e Progressos da Poesia Portuguesa. Introdução do uso da Poesia na Hespanha primitiva, e particularmente na Lusitania», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, pp. 240-242.

putos léxicos ibéricos, numa época em que o latim bárbaro tendia a desaparecer e as línguas nacionais davam os primeiros passos. Apesar de tudo, sobreviveram alguns registos poéticos, ainda que a esmagadora maioria dessas produções poéticas se tenham perdido. Era o triunfo do “arabismo”⁸²¹, em que a proficuidade dos saberes árabes abriria o caminho para os *renascimentos* dos saberes greco-romanos:

Assim os Hespanhoes usavão muitas vezes do Arabismo não só no trato familiar com os Sarracenos, ou fosse de viva voz, ou por escrito, mas ainda nas Escrituras⁸²², e instrumentos públicos, nas Artes, e Sciencias, nos mesmos estudos Sagrados; sobre tudo na Poesia: ouvião-se os seus Poemas Arabigos em todas as partes na boca não menos de Hespanhoes, que de Sarracenos⁸²³; e já chegava a tal ponto entre os nossos, o amor que tomárão ás suas Musas, que com muita promptidão, e elegancia versificávão naquella Lingua⁸²⁴ na medida, e rima dos mesmos Arabes. Estes ao mesmo tempo, fosse politica para attrahir os nossos, fosse por necessidade de tratar com elles, esmeravão-se em fallar, e escrever correctamente o Hespanhol, do que ainda hoje existem

⁸²¹ MACHADO, José Pedro – «Arabismo em diplomas (real ou supostamente) do séc. IX», separata da *Revista Portugal* [s. n.], Lisboa, 1971, pp. 19-30.

⁸²² *Idem.*

⁸²³ SCHACK, Adolf – *Poesia y Arte de los Arabes en España e Sicilia*, tradução de Juan Valera, Imprenta Rivadeneyra, Madrid, 1867.

⁸²⁴ “Muitas são as influencias que actuaram sobre a poesia popular; a poesia dos Godos, essencialmente religiosa, e em latim, vulgarizou os hymnos liturgicos; a grande acção da poesia dos Arabes trouxe o gosto da canção ligeira e lubrica, e tanto, que Alvaro Cordubense no *Indicus luminosus* se queixa do uso do arabe entre o vulgo com exclusão da lingua latina. [...] Ainda no nosso povo se encontra a designação de *aravia* para exprimir a canção de amores em vulgar, e este mesmo termo se acha na Canção do Figueiral: Lingua de *aravias* / Eu las falarey.” BRAGA, Teófilo – *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, Typographia Lusitana, Porto, 1867, p. 7. Veja-se FLOREZ, Fr. Henrique – «Alvari Cordubensis Opera. Indicus Luminosus», in *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia...*, vol. XI, Oficina de La Viuda e Hijo de Marin, Madrid, 1792, pp. 219-275.

documentos em Escripturas por elles feitas na Lingua vulgar de Hespanha, nos ultimos tempos de seu imperio⁸²⁵.

Esta mutua communicação das duas Linguas naturalmente havia a huma muitos dos primores, e donaires da outra, e a gentil arte de poetizar⁸²⁶, que tão valida, e rica andava entre os Arabes, e tão tratada dos nossos, não poderia deixar por este meio de muito influir nas nossas Trovas⁸²⁷, e de lhes dar novas graças, e bellezas: porque certo que os nossos ao passo que se applicassem aos estudos do Arabismo, irião achando nelle hum fundo inexaurivel de riquissimos Poemas, que naturalmente os attrahirião com seus encantos, e os convidarião a transferir para a Lingua propria⁸²⁸ o mesmo gosto de poetar, que achassem na estranha, de que ficou muito sabor nas provas, e rimances dos quatro primeiros Seculos da Monarchia Portugueza: [...].

Daquelles tempos porém, em que tanto florecêrão os exercicios Poeticos, bem como dos Seculos anteriores, não chegou a nós monumento algum da Poesia de nossos maiores, salvo algumas

⁸²⁵ LA TORRE, Fr. Patricio de, e ASENSIO, D. Miguel Garcia – «Introduccion», in *Ensayos sobre la Gramática y Poética de los Árabes...*, Imprenta de D. Antonio de Sancha, Madrid, 1787, pp. XIII-XIV.

⁸²⁶ VARGENS, João Baptista de – *Arabismos na língua portuguesa: subsídios para um estudo do léxico português de origem árabe*, vols. I-III, tese de doutoramento em Linguística, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1999.

⁸²⁷ “[...] a tendencia para os poemas breves, e uma certa negação paras as fórmas dramaticas, accusam um exemplo arabe. As lendas agiologicas dos latinistas occitanianos coincidem tambem com o uso arabe. Por isso os antecedentes dos trovadores são: 1.º Os vestigios dos costumes gaulezes e das suas canções amorosas ou *Vallemachias*, cantadas pelos jograes e menestreis. 2.º A acção do lyrismo arabe, durante o dominio do sul da França, coadjuvando a aproximação das tradições poeticas latinas dos cultistas ecclesiasticos das canções vulgares. 3.º As canções amorosas em latim e tambem em vulgar dos theologos e philosophos, como sabemos de Sam Bernardo e Abélard, costume manifestado mais tarde na Italia por Sam Francisco, Pacifico, Elias e Jacopone.” BRAGA, Teófilo – *Historia da Poesia Portugueza (Eschola Provençal). Seculo XII a XIV. Trovadores Galecio-Portuguezes*, Imprensa Portugueza, Porto, 1871, p. 11.

⁸²⁸ TORREJÓN, Leopoldo Peñarroja – *Cristianos bajo el Islam. Los Mozárabes basta la Reconquista de Valencia*, «Monografias Históricas Gredos», n.º 4, Gredos, Madrid, 1993.

composições metricas no Latim barbaro daquela idade⁸²⁹, pelo que somos obrigados a saltar todo este espaço de tempo em que dominarão os Arabes, e a descer á época do estabelecimento da nossa Monarchia sobre as ruínas do Arabismo, tempo em que entrão a apparecer as primeiras obras da nossa vulgar Poesia⁸³⁰.

Com a Reconquista e a fundação da nacionalidade, desponta a poesia galaico-portuguesa, cujas origens comuns se confundem. A grande questão primordial reporta-se ao momento exacto em que teria surgido a poesia especificamente na língua portuguesa, ainda que visceralmente influenciada pelo teor galaico. Convém salientar que, apesar do clima de guerra quase permanente com o mundo muçulmano, a cultura cristã bebeu daí grandes influências, as quais se manifestaram nas expressões poéticas.

Forma-se uma escola castelhano-portuguesa, escrevendo-se nos dois idiomas emergentes. A par da poesia lírica, as gestas e os poemas de cariz épico e hagiográfico constituem fontes históricas imprescindíveis. À semelhança da evolução literária europeia, com especial enfoque no norte da Europa, a poesia portuguesa⁸³¹ seguirá um caminho evolutivo idêntico, profundamente marcada pelos intercâmbios com a Galiza e Castela, mas cada vez mais com a Catalunha, a Provença e Aragão. A poesia galaico-portuguesa conhecerá um período de decadência entre os fins do século XIV e os meados do século XV:

⁸²⁹ Numa outra óptica, ver *Actas de las V Jornadas de Investigación Interdisciplinar. La Mujer en Al-Andalus. Reflejos históricos de su actividad y categorías sociales*, edição de María J. Viguera, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1989.

⁸³⁰ SANTOS, António Ribeiro dos – «Das Origens, e Progressos da Poesia Portuguesa. Introdução do uso da Poesia na Hespanha primitiva, e particularmente na Lusitania», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, pp. 244-245.

⁸³¹ NASCIMENTO, Cabral do – *Poesia Portuguesa do século XII a 1915*, «Biblioteca Básica Verbo», n.º 79, Editorial Verbo, Lisboa, 1975.

Não podemos fixar ao certo a primeira época da Poesia Portuguesa; mas podemos conjecturar, que ella começou logo de figurar nos primeiros tempos da Monarchia, isto he, no Seculo XII.; mas nem por isso se entenda, que ficámos inferiores nesta parte ás mais Nações da Europa, salvo se for á Norwega, e á Suecia⁸³², que sobem mais assima com seus poemas. Com effeito, quando Portugal começou de firmar, e estender o seu Imperio, e Principado dividido do de Leão, e das Asturias, ainda entre os tumultos da guerra em que andava baralhado com os Arabes, deo lugar, e honra á cultura da Poesia, como se estivesse em tempos de muita paz, e sossego⁸³³. Contribuiu muito para isto o mesmo exemplo que nos havia ficado dos Arabes, que grandemente tinham excitado nossa afeição aos prazeres poeticos⁸³⁴; maiormente nos Portuguezes que haviamos estado debaixo do seu dominio, nas terras sujeitas, e tributarias ao seu Imperio: porque costumados com elles a todos os folgares da poesia, facilmente continuavamos em manter o antigo trato, e exercicio das Musas, depois de nos acharmos em liberdade, e izenção de poder estranho⁸³⁵. [...]

Accrescentemos agora, que nos primeiros tempos da Monarchia era huma mesma Lingua a Gallega, e a Portuguesa⁸³⁶; pois certo

⁸³² IÁÑEZ, Eduardo – «Introdução às literaturas célticas e germânicas», in *História da Literatura Universal. A Idade Média*, tradução de Luís Antunes, vol. II, Planeta Editora, Lisboa, 1992, pp. 87-119.

⁸³³ DIAS, Aida Fernanda – «A poesia trovadoresca galego-portuguesa. As “Cantigas de Santa Maria” de Afonso X, o Sábio», in *História Crítica da Literatura Portuguesa. Idade Média*, vol. I, Editorial Verbo, Lisboa, 1993, pp. 99-134.

⁸³⁴ NEMÉSIO, Vitorino – «As fontes da poesia portuguesa», in *Conhecimento de Poesia*, introdução de José Martins Garcia, 3.^a edição, «Obras Completas», vol. XVII, INCM, Lisboa, 1997, pp. 59-66.

⁸³⁵ ALVES, Adalberto – *Arabesco. Da música árabe e da música portuguesa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1989; IDEM – *Portugal. Ecos de Um Passado Árabe*, Instituto Camões, Lisboa, 1999.

⁸³⁶ MAIA, Clarinda de Azevedo – *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*, «Linguística», n.º 9, INIC, Lisboa, 1986.

que só pelos annos adiante entrou a dividir-se, e a extremar-se em dois differentes Dialectos⁸³⁷: o que muito facilitava, e animava a propagação do gosto poetico entre os nossos, aos quaes por meio de huma mesma Lingua commum ficavão transcendentos, e communicaveis as trovas, e rimances da Galliza, que então erão tão cantados, e famosos em toda a Hespanha⁸³⁸.

E em verdade fez isto crescer tanto na Galliza, e em Portugal o amor das Musas, e o exercicio de trovar, que estas duas Provincias se havião então por mais polidas, e extremadas nesta arte entre as mais famosas de Hespanha⁸³⁹, passando suas rimas, e canções por tão donosas, e engraçadas, que bom recebimento, e agazalhinho achavão sempre em toda a parte desta Peninsula: chegando a tal alteza, que se dellas fez, que houve tempo em que foi mui cursado entre os Hespanhoes, e maiormente entre os de Castella,

⁸³⁷ OLIVEIRA, António Resende de – *O Trovador Galego-Português e o seu mundo*, Editorial Notícias, Lisboa, 2001.

⁸³⁸ “Se o papel da língua única da poesia lírica para toda a área centro-ocidental hispânica, atribuído ao galego-português, não exclui de modo algum que outras línguas assumam funções específicas como expressão de diferentes géneros literários – por exemplo, da poesia épica e em geral da poesia narrativa por parte do castelhano – impede, pelo contrário, que na mesma área sejam utilizadas, para o mesmo «género», variedades linguísticas vulgares diferentes da consagrada pela tradição. Na Idade Média, de facto, e até aos séculos XIII-XIV, a unidade língua-género nunca é cindível nos seus elementos constitutivos, a não ser que a operação não tenha uma finalidade estilística, isto é, a não ser que a alternância dos registos linguísticos seja chamada a desempenhar uma função literária bem precisa, análoga à que – esta também assiduamente experimentada – se baseava na alternância latim-vulgar. E todavia, mesmo nestes casos, mantém-se o papel de «língua de género» de uma das modalidades expressivas postas em contacto, relativamente à qual a outra desempenha uma função puramente subsidiária.” TAVANI, Giuseppe – «O problemas das origens», in *Trovadores e Jograis. Introdução à Poesia Medieval Galego-Portuguesa*, «Estudos de Literatura Portuguesa», Editorial Caminho, Lisboa, 2002, p. 49.

⁸³⁹ Para uma visão de conjunto, cf. *Antologia da poesia trovadoresca galego-portuguesa: sécs. XII-XIV*, introdução, notas, paráfrases e glossário de Alexandre Pinheiro Torres, 2.^a edição, Lello & Irmão, Porto, 1987; «Introdução», in *Poesia e Prosa Medievais*, selecção e introdução de M.^a Ema Tarracha Ferreira, Editora Ulisseia e Editorial Verbo, Lisboa, 2006, pp. 7-71.

de Andaluzia, e de Estremadura, poetizar no Dialecto Gallego, e Portuguez, e até delle tomar muitos termos proprios desta Arte⁸⁴⁰.

*

Alguns dos interesses historiográficos de António Ribeiro dos Santos centravam-se nos estudos da Cartografia e da Náutica, como se depreende pela discussão em redor da existência [ou não] de dois “mapas geográficos”, ou cartas cartográficas medievais, e que terão sido fundamentais para os Descobrimentos. Na verdade, foram coligidos alguns trabalhos nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* sobre estas matérias e que, de algum modo, estavam vinculadas entre si⁸⁴¹, ainda que por autores diferentes.

Por conseguinte, nesta *Memoria*⁸⁴² foram expostos os grandes avanços científicos nos finais da Idade Média e que possibilitaram as grandes viagens oceânicas. Evidentemente, dois nomes estão ligados à epopeia dos Descobrimentos portugueses: o infante D. Pedro e o infante D. Henrique, o seu principal mentor. Tendo o infante D. Pedro efectuado as suas célebres viagens, ou “partidas”, ao visitar a Senhoria em Veneza, foi-lhe ofertado um exemplar do *Livro das*

⁸⁴⁰ SANTOS, António Ribeiro dos – «Das Origens, e Progressos da Poesia Portuguesa. Introdução do uso da Poesia na Hespanha primitiva, e particularmente na Lusitania», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, pp. 246-251.

⁸⁴¹ Vejam-se os nossos comentários a TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo – «Ensaio sobre os Descobrimentos, e Commercio dos Portuguezes em as Terras Sententrionaes da America», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1814, pp. 305-326; SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre a novidade da Navegação Portuguesa no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 327-364.

⁸⁴² Sobre esta *Memoria*: SILVA, Joaquim Norberto de Souza – «Sobre o Descobrimento do Brazil», in *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, 3.^a série, vol. XV, n.º 6, Typographia Universal de Laemmert, Rio de Janeiro, 1852, pp. 202-208; ALMEIDA, Fortunato de – *O Infante de Sagres*, Livraria Portuense de Lopes & C.^a, Porto, 1894, p. 56; CUNHA, Xavier da – «Antonio Ribeiro dos Santos, bibliophilo», separata do *Boletim da Sociedade de Bibliófilos “Barbosa Machado”*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1913, p. 21.

Maravilhas, de Marco Polo – talvez o original, como questiona o Autor? –, o qual teria cedido posteriormente ao infante D. Henrique. Teria sido uma peça fundamental nos estudos cartográficos da época⁸⁴³, pois estaria acompanhado de um ou mais *mapas-múndi*, assim como alguma documentação especializada, segundo a opinião de António Ribeiro dos Santos.

Um terceiro nome aludido nesta *Memoria* refere-se ao quase desconhecido infante D. Fernando, filho de D. Manuel I, o qual tinha fama de pessoa erudita. Parece que possuía um planisfério oriundo do cartório monacal de Alcobaça [1528], mas que o documento cartográfico reportava-se a uma data anterior a 1408. Apesar dessas indicações, tudo aparenta tratar-se de uma cópia do planisfério de Fra Mauro⁸⁴⁴ [1385?-1460], datado de 1449. Considerado como o *geographus incomparabilis*, elaborou um belíssimo *mapa-múndi* entre 1457 a 1459, o qual está depositado no mosteiro de S. Miguel de Murano, perto de Veneza. Cartografou o orbe terrestre com precisão notável, incluindo comentários que reflectiam o conhecimento geográfico da época.

O seu mapa é um dos primeiros a representar o Japão. De notar que Fra Mauro viveu antes das grandes viagens europeias e morreu 28 anos antes do cabo da Boa Esperança ser dobrado [1488]. Fra Mauro criou este mapa com a colaboração de Andrea Bianco⁸⁴⁵ [?-?], navegador e cartógrafo, no seio de uma incumbência determinada

⁸⁴³ LOPES, Paulo – *Viajar na Idade Média. A visão ibérica do mundo* no Livro do Conhecimento, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005; IDEM – *O medo do mar nos Descobrimentos. Representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média*, Tribuna da História, Lisboa, 2009.

⁸⁴⁴ GONÇALVES, Júlio – «Motivos portugueses no planisfério de Fra-Mauro», separata de *Memórias*, vol. VII, ACL, Lisboa, 1961.

⁸⁴⁵ ERRERA, Carlo – «Della carta di Andrea Bianco del 1448 e di una supposta scoperta del Brasile nel 1447», separata de *Memorie della Società Geografica de Italia*, n.º 5, Presso La Società Italiana, Roma, 1895.

por D. Afonso V. A execução do mapa terminou em 1459, sendo enviado para Portugal, ainda que posteriormente tenha desaparecido:

Os Estudos da Geografia e da Nautica, tendo começado de reviver no Seculo XV. em muitas partes da Europa, não deixarão também de excitar em Portugal a curiosidade de alguns dos nossos, para se darem aos conhecimentos destas sciencias, e formarem por elles Cartas Geograficas e Hydrograficas⁸⁴⁶, ou procurarem have-las dos estranhos: desta nossa applicação scientifica naquelles tempos, bons testemunhos forão os dois Mappas, de que se falla em nossa Historia; hum do Infante D. Pedro⁸⁴⁷, Duque de Coimbra, e Regedor do Reino na menoridade do Senhor D. Affonso V., de que dizem se servíra seu irmão o Infante D. Henrique⁸⁴⁸ para seus gloriosos descobrimentos maritimos; e outro, que fôra do precioso Cartorio de Alcobaça⁸⁴⁹, que veio ás mãos do Infante D. Fernando⁸⁵⁰, filho do Senhor Rei D. Manoel: e

⁸⁴⁶ Para todos estes assuntos: MARQUES, Alfredo Pinheiro – *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Estudos*, prefácio de Vitorino Magalhães Godinho, «Série Bibliográfica», Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988.

⁸⁴⁷ MARQUES, Alfredo Pinheiro – «O Infante D. Pedro e a pré-gênese do “Plano da Índia” no mapa de Fra Mauro», in *Vida e Obra do Infante D. Pedro*, Centro dos Estudos do Mar e das Navegações/Câmara Municipal de Mira/Gradiva Publicações, Figueira da Foz/Mira/Lisboa, 1996, pp. 100-109.

⁸⁴⁸ BEAZLEY, Charles Raymond – *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimentos modernos*, tradução de António Álvaro Dória, Civilização, Porto, 1945, pp. 115-116.

⁸⁴⁹ CORTESÃO, Armando – *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*, vol. I, Seara Nova, Lisboa, 1935, pp. 123-124.

⁸⁵⁰ D. Fernando, 1.º duque da Guarda e 1.º senhor de Trancoso [Abrantes, 5 de Junho de 1507-Abrantes, 7 de Novembro de 1534], era filho de D. Manuel I e da sua segunda esposa, D.ª Maria de Aragão e Castela. Recebeu as rendas de Alfaiates, Sabugal, Abrantes, Lamego e Marialva, entre outras localidades. Casou com D.ª Guiomar Coutinho, 5.ª condessa de Marialva e 3.ª condessa de Loulé, em 1530, tendo nascido dois filhos, falecidos precocemente. Filipe I de Portugal fez trasladar os seus restos mortais para o Mosteiro dos Jerónimos. Cf. «D. Fernando», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, p. 132; BUESCU, Ana Isabel – *D. João III, «Reis de Portugal»*, vol. XV, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006, p. 210-211, 281.

porque elles erão notaveis pelas augustas mãos em que estiverão, e pelas singulares demarcações que nelles vinhão, do Cabo da Boa Esperança, e de terra do Novo Mundo⁸⁵¹, antes dos descobrimentos de Bartholomeu Dias⁸⁵², e de Colom⁸⁵³; entendemos ser materia curiosa e interessante, para della se fallar em beneficio da nossa Historia, dizendo alguma cousa da sua existencia e demarcações; e removendo, quanto em nós está, alguma dúvida, que pôde haver nesta materia⁸⁵⁴.

Contudo, o grande intento de António Ribeiro dos Santos não terá sido propriamente confirmar a existência destes mapas, mas destacava que ambos os *mapas-múndi* possuíam menções explícitas quanto à demarcação do estreito de Magalhães e do cabo da Boa Esperança muito antes das viagens de Cristóvão Colombo [1492], de Bartolomeu Dias e de Fernão de Magalhães [1520], mencionando a transposição daqueles promontórios:

O primeiro Mappa, ou Carta Geografica, de que nossa Historia faz menção, he a que o Infante D. Pedro, depois de haver corrido muitas partidas, trouxe a este Reino, quando se recolheo de suas

⁸⁵¹ Consideram-se, a terem existido estes mapas, como documentos apócrifos. QUINTELA, Inácio da Costa – *Annaes da Marinha Portugueza*, vol. I, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1839, pp. 43-44.

⁸⁵² FONSECA, Luís Adão da – *O essencial sobre Bartolomeu Dias*, «Essencial», n.º 29, INCM, Lisboa, 1987.

⁸⁵³ *A Descoberta da América por Cristóvão Colombo. Diário de Bordo da 1.ª Viagem (1492-1493)*, com prefácio de Luís de Albuquerque, «Biblioteca da História», n.º 5, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1990; *A Descoberta da América por Cristóvão Colombo. Relações das Quatro Viagens (1493-1504)*, com prefácio de Luís de Albuquerque, «Biblioteca da História», n.º 6, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1990.

⁸⁵⁴ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre dois antigos Mappas Geograficos do Infante D. Pedro, e do Cartorio de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Segunda, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1814, p. 275.

peregrinações e viagens⁸⁵⁵; e comunicou a seu irmão o Infante D. Henrique, para deste padrão se ajudar em seus descobrimentos⁸⁵⁶: conjecturamos que o Infante o houve dos Venezianos, assim como delles recebeo, quando esteve em Veneza, o Livro das viagens á Asia do célebre Marco Paulo, ou Polo, que havia na Casa do Thesouro da mesma Cidade de Veneza⁸⁵⁷.

Do presente deste Livro de Viagens, ou fosse o original, ou fosse copia, fez memoria Valentim Fernandes⁸⁵⁸, ainda pouco conhecido entre nós, na Prefação da traducção e edição Portuguesa deste mesmo Livro, estampado em Lisboa em 1502, de que possui hum raro exemplar a Real Bibliotheca de Lisboa⁸⁵⁹. [...]

⁸⁵⁵ PORTUGAL, João da Cunha Neves e Carvalho – «Dos Infantes D. Pedro e D. Henrique e do celebre viajante Marco Paulo», in *O Panorama*, 2.^a série, vol. I, ft. 53, 31 Dezembro 1842, pp. 421-422; MARQUES, Alfredo Pinheiro – *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos Descobrimentos portugueses*, Centro dos Estudos do Mar, Figueira da Foz, 1994, pp. 153-158.

⁸⁵⁶ “[...] Se nós houvermos de crêr opiniões vulgares, ha quem nos diga, que o Infante intentára estas empresas guiado por hum Mapa, que lhe dera seu irmão o Infante D. Pedro, quando se recolheo das suas viagens, que continha o ambito da terra, e nelle se chamava ao Estreito de Magalhães a Cola do Dragaõ, ao Cabo da Boa-Esperança a Fronteira de Africa. Que tambem no Cartorio de Alcobaça se achara outro Mapa, que continha a navegação da India pelos mesmos rumos, que hoje se seguem. Mas se isto assim fosse, e as Regiões do mundo já estavam descobertas, e conhecidas; donde nasceo a sua admiração, quando o Infante avançou estes descobrimentos; [...] mas as suas opiniões não são as que bastão para privarmos ao nosso Infante D. Henrique da justa gloria, por nos ensinar a descobrir o mundo, sem mais socorros, que os do seu illuminado entendimento, com que penetrou os arcanos reconditos da sua coordinação, que ignoravaõ todos os Antigos mais bem illustrados.” CASTRO, Damião António Faria e – *Historia Geral de Portugal, e suas Conquistas...*, vol. VII, livro XXVII, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1787, pp. 122-123.

⁸⁵⁷ GARVÃO, M.^a Helena – *O livro Marco Paulo impresso por Valentim Fernandes: genealogia textual, leitura tipográfica e aspectos discursivos*, tese de doutoramento em Estudos Literários (Literatura Portuguesa). FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2009.

⁸⁵⁸ FREITAS, Ribeiro, e LAGOA, 4.^o Visconde de – *Grandes viagens portuguesas de descobrimento e expansão: antecedentes históricos, sinopse e esquematização cartográfica*, vol. II, Ministério do Ultramar, Lisboa, 1951, pp. 133-134.

⁸⁵⁹ Comentado em SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 26-27.

O segundo Mappa, de que também fazem menção nossos Livros, he o que existio no Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça, tão rico em tempos passados de manuscriptos preciosos, quanto depois malfadado pelos descaminhos que teve de muitos de seus livros, e papeis⁸⁶⁰. Este Mappa passou daquelle Archivo, não sabemos por que causa, ás mãos do Infante D. Fernando, filho do Senhor Rei D. Manoel, Duque da Guarda e de Trancoso, e Marquez de Marialva, que o tinha no anno de 1528, e dizia-se, que havia então mais de cento e vinte annos que era feito, vindo por conseguinte a entestar pouco mais ou menos com annos de 1408⁸⁶¹.

Da existencia deste Mappa também se não póde duvidar, considerada a boa fé e intelligencia das pessoas que figurão neste facto: foi huma dellas o mesmo Infante D. Fernando⁸⁶², que sobre a authoridade de sua pessoa, porque nos merece todo o respeito e attenção, tinha os creditos de sabio, e de virtuoso; [...]

Ignoramos se estes Mappas erão originaes, ou copias; e aonde forão delineados; e por quem; o que parece he, que não erão copia hum do outro, pois que não combinão entre si em ambas as demarcações; e demais, feita a conta, o de Alcobaça existia já em 1408, e por tanto he anterior muitos annos ao do Infante D. Pedro, que só podia vir com elle a Portugal em 1438⁸⁶³, quando se

⁸⁶⁰ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Fr. Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 297-362.

⁸⁶¹ “[...] el mapa, que mostró el Infante Don Pedro el año 1528. en el Monasterio de Alcobaza, *becho ciento y veinte años antes*, esto es, el año de 1408, no podia ciertamente ser una copia (como quisieran Collina y Foscarini) del que se hizo en Venecia cinquenta años despues en el 1457 y 58.” MASDEU Y MONTERO, D. Juan Francisco de – *Historia Critica de España, y de la Cultura Española...*, vol. I, D. Antonio de Sancha, Madrid, 1783, pp. 135-136.

⁸⁶² SANTA MARIA, Fr. Francisco de – «Infante D. Fernando», in *Anno Historico, Diario Portuguez...*, vol. II, Officina de Domingos Gonçalves, Lisboa, 1744, p. 167.

⁸⁶³ Erro tipográfico ou lapso de António Ribeiro dos Santos, pois as viagens do infante D. Pedro deram-se entre 1418 e 1428. Cf. GONÇALVES, Júlio – *O Infante D. Pedro. As “Sete Partidas” e a génese dos Descobrimentos*, Agência Geral do Ultramar,

restituiu a este Reino, e teria sido talvez feito muito antes; e por isso não podia ser copiado de que trouxe o Infante: igualmente nem este podia ser copia, que se tirasse do de Alcobaça, pois que consta que o trouxera o Infante de fóra, tendo-o adquirido em suas peregrinações⁸⁶⁴.

No que respeita ao *mapa-múndi* do infante D. Pedro, interessava defender a possibilidade da passagem do cabo da Boa Esperança, afiançada por alguns autores e cartógrafos desde a Alta Antiguidade, tal como António Ribeiro dos Santos recorda aqui. Muito mais importante, de acordo com a sua perspectiva, do que o Estreito de Magalhães, a gesta da passagem do cabo das Tormentas encerra, em si mesma, todo o âmago da História de Portugal, ornada com a chegada de Vasco de Gama à Índia:

O Mappa do Infante D. Pedro tinha delineado todo o âmbito da Terra, o Cabo da Boa Esperança com a denominação de Fronteira de Africa⁸⁶⁵, e também o Estreito, que depois se chamou de Magalhães, com a denominação de Cola do Dragão⁸⁶⁶: assim

Lisboa, 1955, pp. 245-247. Em complemento, ver CORREIA, Margarida Sérvulo – *As viagens do Infante D. Pedro*, «Trajectos Portugueses», Gradiva, Lisboa, 2000.

⁸⁶⁴ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre dois antigos Mappas Geograficos do Infante D. Pedro, e do Cartorio de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 276-280.

⁸⁶⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – «Da possibilidade e verosimilhança da demarcação do Estreito de Magalhães no Mappa do Infante D. Pedro», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. V, parte I, Typographia da Academia, Lisboa, 1817, pp. 115-135.

⁸⁶⁶ COSTA, Manuel Fernandes – *As navegações atlânticas no século XV*, «Biblioteca Breve. Pensamento e Ciência», n.º 30, Instituto da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1979, pp. 87-88.

o referem [...] Antonio Galvão⁸⁶⁷, Gaspar Frutuoso⁸⁶⁸, o Padre Cordeiro⁸⁶⁹, e Manoel de Faria⁸⁷⁰.

O Segundo Mappa, que foi o que depois teve o Infante D. Fernando, pertencente ao Cartorio de Alcobaça, continha a navegação da India, tambem com o Cabo da Boa Esperança: o que recontão igualmente os mesmos quatro Escritores nossos, que fallarão do primeiro⁸⁷¹.

⁸⁶⁷ “No anno de .1428.^[sic] diz q foy o Infante dom Pedro a Inglaterra, França, Alemanha à casa sancta, & a outras de aquella bãda, tornou por Italia, esteue em Roma, & Veneza, trouxe de lá hu Mapamundo q tinha todo o ambito da terra, & o estreito de Magalhães se chamaua, Cola do dragam, o cabo da Boa esperança, fronteira de Africa, & q deste pedram se ajudara o Infante dom Anrrique em seu descobrimento, Francisco de sousa tauarez me disse q no anno de .528 ho Infante dom Fernando lhe amostrara hũa^[sic] Mapa que se achara no cartorio Dalcobaça que auia mais de cento & vinte annos que era feito, o qual tinha toda a nauegaçam da India, com ho cabo da Boa esperança, como as da gora, se assi he isto, ja em tempo passado era tanto como agora, ou mais descuberto.” GALVÃO, António – *Tratado dos Descobrimentos*, anotada e comentada pelo 4.º visconde de Lagoa e a colaboração de Elaine Sanceau, 4.ª edição, «Biblioteca Histórica-Série Ultramarina», n.º 1, Livraria Civilização Editora, Porto, 1987, pp. 77-78, especialmente as notas. Ver edição da Officina Ferreiriana, Lisboa Occidental, 1731, p. 22.

⁸⁶⁸ À época, ainda permanecia uma obra inédita. Veja-se FRUTUOSO, Gaspar – *Saudades da Terra*, prefácio de João Bernardo de Oliveira Rodrigues, vols. I-VI, Instituto Cultural, Ponta Delgada, 1998.

⁸⁶⁹ CORDEIRO, António – «Fundamentos que havia para se buscarem as ditas Ilhas, e das formigas que primeiro apparecerão», in *Historia insulana das ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental...*, vol. I, livro IV, Typographia do Panorama, Lisboa, 1866, pp. 133-134 [1.ª edição: Officina de António Pedrozo Galvão, Lisboa Occidental, 1717].

⁸⁷⁰ “Bartolome Diaz al Cabo de Buena esperança, que en un Mapa que el Infante Don Pedro truxo de sus peregrinaciones se llamava Frontera de Africa: y en otro del año 1380. hallado en Alcobaça el de 1528. informaron que en esta costa avia culebras que servian à los moradores como criados: que se hallava debaxo de la tierra miel y cera, labor de hormigas: pescados que andavan derechos en el agua como gente: y con las hembras destos, que tenian de muger el instrumento de la generacion, se acostavan: navegando mas descubrió el rio del Infante.” FARIA E SOUSA, Manuel de – «Personas insignes, y descubrimientos», in *Epitome de las Historias Portuguesas*, Parte III, Francisco Foppens, Bruxelas, 1677, cap. XIV, p. 276; IDEM – *Europa Portueza...*, vol. II, Officina de António Craesbeeck de Melo, Lisboa, 1679, tit. III, cap. IV.

⁸⁷¹ PRÍNCIPE, Sérgio – *Rectificação histórica à memória do Infante D. Henrique* [s. n.], Lobito, 1962, p. 150.

He necessario confessar, que causa espanto a novidade de se acharem entre nós, em huma semelhante epoca, Mappas com as demarcações do Cabo da Boa Esperança, e do Estreito de Magalhães; mas tambem se deve assentar, segundo todo o bom discurso, que com ellas serem extraordinarias e novas naquella idade⁸⁷², nem por isso se hão de haver logo por cousa impossivel ou incrivel, menos que não concorra huma razão sufficiente e decisiva, que se oponha inteiramente ao facto: por quanto nem se póde haver por impossivel naquelles tempos, postos os mesmos dados e circumstancias, o que se vio que foi possivel em tempos posteriores; nem se póde haver por inverosimil, o que, tendo possibilidade de se fazer, se acha attestado por pessoas fidedignas, que se fez.

Reduz-se pois a questão ou problema a saber se são possiveis e verosimeis naquelle tempo as sobreditas demarcações daquelles Mappas; e no caso que o fossem, se a navegação Portuguesa ficou com isso perdendo alguma parte da sua originalidade?⁸⁷³ [...]

Como esta materia he bastante vasta, e merece ser tratada com alguma exaustão, fallaremos por ora tão sómente no que diz respeito á demarcação do Cabo da Boa Esperança, que tem hum nexo mais immediato com a Historia de Portugal⁸⁷⁴.

[...]

Pelo que pertence a outros Historiadores de nossas cousas da India, nenhum dos antigos que hoje existem, escreveo de profissão e de proposito das origens e progressos dos primeiros

⁸⁷² PRÍNCIPE, Sérgio – *Rectificação histórica à memória do Infante D. Henrique* [s. n.], Lobito, 1962, p. 150.

⁸⁷³ TORRES, José de – «Originalidade da navegação do Oceano Atlantico septentrional, e do descobrimento das suas ilhas pelos Portuguezes no seculo XV», in *O Panorama*, 3.ª série, vol. II, ft. 31, 30 Julho 1853, pp. 246-248.

⁸⁷⁴ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memória sobre dois antigos Mappas Geograficos do Infante D. Pedro, e do Cartorio de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 281-282.

descobrimientos⁸⁷⁵, ou dos meios de que o Infante se ajudou para elles: huns tratárão de factos e acontecimentos posteriores, outros escrevêrão em rezumo, assomando as cousas tão sómente capitães⁸⁷⁶: alguns só narrárão viagens particulares, ou certos períodos da Historia Indiatca, ou dos Governos⁸⁷⁷; e em semelhantes obras nenhum cabimento tinham taes noticias, ou não vinhão a seu proposito⁸⁷⁸; sendo outra regra fundamental de Critica, que o silencio de alguns Escriptores só então pode ser prova ou indicio da falsidade de hum facto, quando elles tinham occasião e lugar proprio para falarem necessariamente delle, e não fallárão; o que se não poderá facilmente apontar ou marcar em nenhum delles.

Cuidamos ter satisfeito quanto em nós está ás dúvidas ou reparos, que possam excitar sobre a possibilidade e verosimilhança das demarcações do Cabo da Boa Esperança nos dois Mappas do Infante D. Pedro, e do Cartorio de Alcobaça, para se removerem as suspeitas de falsidade que a respeito delles possa haver. Se não fomos os primeiros, que descobrimos pelo raciocinio e conjectura a passagem maritima á roda d'Africa⁸⁷⁹, nem com isso a nossa gloria fica defraudada, pois fomos os primeiros entre os

⁸⁷⁵ AVELAR, Ana Paula Menino – *Fernão Lopes de Castanbada. Historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997.

⁸⁷⁶ COUTO, Diogo do – *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*, organização de José Manuel Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

⁸⁷⁷ *Relações da Carreira da Índia – Navios da Carreira da Índia (1497-1653), códice anónimo da British Library; Governadores da Índia, pelo Padre Manuel Xavier*, comentários de Luís de Albuquerque, «Biblioteca da Expansão Portuguesa», Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

⁸⁷⁸ CRUZ, M.^a Leonor García da – *Os «fumos» da Índia. Uma leitura crítica da Expansão Portuguesa*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

⁸⁷⁹ FONSECA, Luís Adão da – *Vasco da Gama. O Homem, a Viagem, a Época*, Commissariado da Exposição Mundial de Lisboa, Lisboa, 1998.

Europeos, que comprehendemos e conseguimos verificalla pelas
immensas solidões do Oceano⁸⁸⁰.

Trata-se de uma *Memoria* que se esforçou por fomentar a discussão sobre a antiga cartografia portuguesa, pois ambos os “mapas geográficos” perderam-se com o correr dos tempos. Também não é consentâneo que tenham sequer existido, dado só existirem registo por testemunhos posteriores. António Ribeiro dos Santos procurou comprovar a sua existência por analogia com outros mapas coevos, os quais citavam, principalmente, as demarcações do cabo da Boa Esperança, muito anteriores a 1488. Evidentemente, e como o Autor defendia, as trocas de informações geográficas efectuadas desde a Alta Idade Média incitaram a curiosidade e abriram o caminho aos Descobrimentos.

*

Na continuação dos esboços historiográficos sobre os Descobrimentos portugueses nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*, a última das 14 *Memorias* assinadas por António Ribeiro dos Santos foi dedicada à originalidade das nossas navegações em todo o século XV⁸⁸¹. Era o cumprimento do antigo desígnio de circum-navegar o continente africano, em busca de uma rota alternativa para alcançar a *mítica* Índia, um sonho cumprido por Vasco da Gama.

A questão do pioneirismo dos Descobrimentos portugueses foi sempre alvo de contestação historiográfica por uma vastidão de autores, sem esquecer algumas vozes nacionais discordantes, como foi o

⁸⁸⁰ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre dois antigos Mappas Geograficos do Infante D. Pedro, e do Cartorio de Alcobaca», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 303-304.

⁸⁸¹ *Bibliografia Henriquina*, vol. I, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960, p. 256.

caso de Damião de Góis [1502-1574]. Mesmo que tenha havido navegações que houvessem circum-navegado África desde a Antiguidade, hipótese que o próprio Autor não coloca inteiramente de lado, o certo é que o registo dessas viagens perdeu-se e as antigas civilizações não se preocuparam em reatar essas rotas. Com o advento da Idade Moderna, seria a iniciativa portuguesa a [re]descobrir África e tentar dominar as riquezas orientais.

Deste modo, para encetar esta defesa, o Autor apresentou alguns testemunhos probatórios do pioneirismo da navegação portuguesa iniciado no século XV. Analisou as supostas viagens [ou não] dos antigos povos a África e à Índia e, caso as tivessem efectuado, as obras clássicas que sobreviveram denotavam o grande desconhecimento dessas paragens, o que, a terem sido realizadas tais viagens, seria algo incongruente. António Ribeiro dos Santos divide essas viagens em “parciais” e “gerais” a uma zona ou à totalidade de África, respectivamente. De modo a contestar todas essas acepções, propôs-se António Ribeiro dos Santos a rebater todas essas vozes discordantes, fundamentado nas fontes clássicas e nos autores coevos mais autorizados. É manifesta a defesa acérrima da novidade/originalidade das nossas navegações e o facto de termos unido o Atlântico e o Índico, uma ideia vincada no seu discurso:

As viagens, que nós fizemos desde os tempos do claro Infante
D. Henrique, até os do Sr. Rei D. Manoel, o Venturoso, forão
façanhas, que excitarão a admiração do genero humano, e immor-
talisarão o nome Portuguez, e o dos seus illustres Argonautas⁸⁸².
Ou se considerem os progressos da Navegação, ou o Commercio,

⁸⁸² “Sôbre sólidas bases ás estrellas / Alcaçar de immortal memoria ufano / Sublime em cem columnas alevento / De porfido lusente. / A quem me-mandais dar, Deosas do Pindo, / Esta obra excelsa? / Aos Lusos Argonautas, / Que já forão na terra astros brilhantes, / Hoje no Olympo Deoses. / Era termo final, já descoberto / De nossas proas n’esse vasto Oceano, / Do tormentoso Cabo a aguda ponta, / D’extrema Africa méta.” SANTOS, António Ribeiro dos [Elpino Duriense] – «Ode em Louvor dos

e os tesouros immensos com que se enriqueceo a Europa inteira; ou a extensão das Conquistas, e a grandeza dos estabelecimentos Africanos e Asiaticos, ou as noticias que se adquirirão de hum mundo até então não conhecido; ou finalmente os augmentos e vantagens que vierão ás Sciencias Fysicas, ás Artes, e á Policia; he sem dúvida, que a nossa Navegação teve em todos estes grandes objectos a primeira influencia⁸⁸³; podendo-se bem dizer, que ella fez huma nova creação, em que se abriu hum novo Ceo, e huma nova terra e mar aos olhos dos homens⁸⁸⁴.

De que ledo t'espantas,
Oceano, e dás por nova
Do mundo ao mesmo mundo altas historias⁸⁸⁵.

Em verdade, que quando bem se ponderão as arduas e difficil-tosas emprezas de nossas primeiras viagens, não se sabe facilmente resolver, se foi maior façanha intentar aquella Navegação, ou já vencella. Parece que a Natureza dêo então azas aos Navegadores

Argonautas Portuguezes, descobridores da Carreira da India», in *Jornal de Coimbra*, vol. VI, n.º XXVI, parte II, Impressão Régia, Lisboa, Fevereiro 1814, p. 117.

⁸⁸³ *Vasco da Gama e a Índia. Catálogo*, introdução e estudos de M.^a Helena Mendes Pinto e José Manuel Garcia, *et al.*, Fundação Calouste Gulbenkian/Chancelaria das Universidades de Paris/CNCDP, Lisboa/Paris, 1998; *Vasco da Gama na literatura dos Descobrimentos*, leitura, selecção de textos, organização, introdução e notas de M.^a Ema Tarracha Ferreira, «Biblioteca Ulisseia de Autores Portuguezes», n.º 3, Editora Ulisseia, Lisboa, 1998.

⁸⁸⁴ Clara alusão, entre outros ditos memoráveis, ao versículo: «Vi, então, um novo céu e uma nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra desapareceram e o mar já não existia.» *Apocalipse de S. João*, 21:1.

⁸⁸⁵ «Cad'hum faça alta próva / De seu sprito em tantas / Portuguezas conquistas, e victorias, / De que lédo t'espantas / Oceano, e dás por nova / Do Mundo ao mesmo Mundo altas historias. / Renova mil memorias / Lingua aos teus esquecida, / Ou por falta d'amor, ou falta d'arte, / Sê para sempre lida / Nas Portuguesas glorias, / Qu'em ti a Apollo honra darão, e a Marte.» FERREIRA, António – «Odes», in *Poemas Lusitanos*, vol. I, livro I, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1829, pp. 111-112.

Portuguezes para voarem do nosso, a outro novo hemisferio⁸⁸⁶; unirem as extremidades de dois mundos; e ligarem, pelas relações de reciprocos interesses, a comunicação social⁸⁸⁷ com todas as creaturas da sua especie; vindo a fazer, em certo modo, de todos os povos do mundo, como hum só povo⁸⁸⁸.

Alguns dos que fallarão do Commercio, e da Navegação dos antigos, pretendêrão sustentar⁸⁸⁹, que elles havião feito a volta de Africa pelo Mar Atlantico até o Seno Arabico, pela mesma rota, que nós abrimos no Seculo XV.; e que a nossa Navegação, que nossos e extranhos tão altamente exalçarão, se não devia ter por original, ou primeira, como vulgarmente se tem dito; não se havendo feito nella outra cousa mais, do que rastejar a rota, que os antigos já tinham aberto mais de vinte e quatro Seculos antes, como constava das relações de suas antigas viagens⁸⁹⁰. [...]

Não desamparemos pois o campo, nem consintamos, que tão facilmente nos arranquem das mãos a gloria da nossa primasia,

⁸⁸⁶ As grandes questões da passagem do Atlantico para o Índico foram alvo do estudo por FONSECA, Luís Adão da – *Vasco da Gama. O Homem, a Viagem, a Época*, 1998.

⁸⁸⁷ Sublinhado nosso, atendendo à modernidade da expressão usada pelo Autor.

⁸⁸⁸ RODRIGUES, Jorge Nascimento, e DEVEZAS, Tessaleno – *Portugal, o Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*, edição ampliada e revista, Centro Atlântico, Famliação, 2009.

⁸⁸⁹ HUET, Pierre Daniel – *Histoire du Commerce et de la Navigation des Anciens*, 2.^a edição, Chez Antoine-Urban Coustelier, Bruxelas, 1716, cap. LIV, pp. 375-382. Com grande interesse, para a problemática de todas as viagens antigas: FINZI, C. – *Nos confins do Mundo*, tradução de João da Fonseca AMARAL, «Coleção Esfinge», n.º 47, Edições 70, Lisboa, 1982.

⁸⁹⁰ “[...] muito antes fizeram esta viagem da India, pelo mesmo caminho, que ha nós agora fazemos, ho que fiz por acodir ao erro em que cairão alguns scriptores Portugueses, que tratarão destes negocios, dizendo que sò a nação Portuguesa fora ha que navegando pelo mar Oceano, primeiro que nenhũa outra viera ter ao mar da India, do qual erro se lhes pode em parte releuar ha culpa, por por ventura cuidarem, que attribuindo esta gloria à sua propria nação, lhe acrescentauão louuor aos muitos que se lhes deue pelas milagrosas victorias, que naquellas partes em diuersos tempos, & lugares houuerão.” GÓIS, Damião de – «De quomo el Rei mandou Vasco da Gama por capitam de tres naos, pera proseguir no que ja era descoberto, atte ver se podia chegar á India», in *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel...*, livro I, Officina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa, 1749, cap. XXIII, pp. 22-23.

ganhada por tantos illustres feitos de invicta animosidade e constancia de nossa gente, apregoada em todo o mundo pela maior façanha, que vio o vastissimo teatro do Oceano; e vinculada em altos padroes de immortal memoria entre os grandiosos titulos, que herdámos de nossos inclytos Maiores⁸⁹¹.

Começa por referir as viagens de Hanão⁸⁹² [Hanno ou Hannon, c. 500-440 a. C.], famoso almirante cartaginês que empreendeu uma viagem de colonização e exploração pela costa atlântica de África, atingindo, pelo menos, a zona equatorial. Para além da notícia de um vulcão em erupção [o famoso *Carro dos Deuses*, muito provavelmente o monte Camarões], deve-se a Hanão a primeira descrição do gorila e das selvas tropicais. Acabados os mantimentos e regressado a Cartago, o *Periplus* de Hanão nunca mais deixou de alimentar a imaginação dos autores vindouros. A sua expedição seria constituída por uma frota de 60 navios, 30 000 homens e mulheres, mas esse número será exagerado. Conforme rumava para o sul, ao longo da costa africana, descreveu selvagens vestidos de peles e etíopes [africanos de raça negra]. Os seus relatos não tratam seres fantásticos, reportando-se apenas a descrições de locais e povos observados, o que, do ponto de vista científico, configura uma importante referência. É possível que

⁸⁹¹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre a novidade da Navegação Portuguesa no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1814, pp. 327-329.

⁸⁹² “Como julgámos, é mais admissivel a conjectura de que ella seria antes conhecida dos povos da Peninsula, do que dos habitantes das regiões septentrionaes da Europa. Como quer que seja, uma serie infinita de passagens extrahidas dos escriptores gregos, romanos, arabes, e dos ultimos tempos da *Idade Media*, que por brevidade omittimos, prova chronologicamente que as nossas relações com Africa não experimentarão interrupção desde a mais remota antiguidade, até ás expedições do Infante D. Henrique, epoca na qual taes relações tomárão um caracter positivo de descobrimento, e colonisação.” SANTARÉM, Visconde de – *Memoria sobre a prioridade dos Descobrimentos Portuguezes na Costa d’Africa Occidental, para servir de illustração á Chronica da Conquista da Guiné* por Azurara, Livraria Portuguesa de J.-P. Aillaud, Paris, 1841, pp. 12-13.

Hanão tenha sido o primeiro navegador mediterrâneo a cruzar a linha equatorial.

Logo aquando da destruição de Cartago, o geógrafo e historiador Políbio⁸⁹³ [c. 203-120 a. C.], com o apoio de Cipião Emiliano [184-129 a. C.], tentou refazer a viagem, mas desconhece-se o seu desfecho. A primeira edição moderna do *Periplus* surgiu em Basileia [1534] e tornou-se uma das obras geográficas mais comentadas da Antiguidade Clássica:

“Artigo I.

Da Viajem de Hannon Carthaginez.

A Primeira viagem, que nos ocorre nesta classe, he a de Hannon, Almirante Carthaginez, que alguns entendêrão ter cur-sado, desde as Columnas de Hercules, por toda a Costa de Africa, até ao *Golfo Arabico*: esta com tudo não tem lugar na materia de que tratamos, nem póde entrar em concurrencia com a nossa; porque está hoje mostrado ser contra o texto do Periplo⁸⁹⁴ a grande extensão, que se lhe dá; limitando-se, no conceito do moderno e douto Gossellin⁸⁹⁵, somente ao Cabo de Ribeira de *Nam*,

⁸⁹³ SANTOS, António Ribeiro dos – *op. cit.*, pp. 333-334.

⁸⁹⁴ *The Periplus of Hannon, King of Karchedonians, concerning the Lybian parts of the Earth beyond the Pillars of Herakles...*, Trübner & Co., Londres, 1864; RODRIGUES, José Maria – «O Périplo de Hanão e o seu primeiro comentador», separata da *Homenagem a Martins Sarmento* [s. n.], Guimarães, 1933, pp. 352-354; *Périplo de Hanão*, estudo introdutório, tradução e notas de Victor Jabouille, «Clássicos Inquérito», n.º 24, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1994; JABOUILLE, Victor – «*Périplo de Hannon* – tradução de um texto grego publicada no *Jornal de Coimbra* (1813)», in *Humanitas*, vol. XLII [s. n.], Coimbra, 1995, pp. 1057-1067.

⁸⁹⁵ “On peut reprocher à Strabon de rejeter trop légèrement les découvertes des Carthaginois le long de la côte occidentale de l’Afrique, et d’adopter des erreurs que l’expédition d’Hannon devoit avoir détruites. Strabon avoit lu le Périplo de ce général, et ce Périplo étoit sans doute bien plus ample que l’extrait qui nous en reste aujourd’hui, puisque celui que Pline avoit sous les yeux comprenoit le journal d’une navigation non interrompue depuis Carthage, par le détroit des Colonnes, jusqu’au golfe Arabique. Mais l’esprit de système qui dominoit prodigieusement

ou se se quer seguir alguma das opiniões de Campomanes⁸⁹⁶, de Bougainville⁸⁹⁷, e de outros á *Serra Leoa*, ou ao *Cabo de Santa Anna*, ou ao *Cabo das Palmas*, ou ao *Cabo das Tres Pontas*, ou finalmente ao *Cabo Lopo*⁸⁹⁸. Por tanto ficou ainda por navegar ao Capitão Carthaginez todo o restante da Costa Occidental de Africa até o *Cabo da Boa Esperança*, e toda a Oriental até ao *Golfo Arabico*⁸⁹⁹.

Ainda no âmbito das tentativas de circum-navegação africana, António Ribeiro dos Santos refere-se à viagem de Sataspes⁹⁰⁰, ocorrida em data incerta no século V a. C., provavelmente em 475 a. C., embora não lhe dê crédito. Sataspes, membro da alta nobreza aqueménida, foi acusado de ter violado a filha de Zópiro. Condenado à morte por Xerxes, a mãe de Sataspes, tia daquele, conseguiu que a sua pena fosse comutada para o comando de uma expedição de circum-

Strabon, lui faisoit rejeter tout ce qui contrarioit ses opinions. L'idée d'une zone inaccessible par la chaleur qui y régnoit, le portoit à mettre au rang des fables tout ce qu'on avoit écrit sur la possibilité de faire le tour de l'Afrique, quoique ce voyage eût encore été répété sous Ptolémée Lature, environ cent six ans avant J. C., cent cinquante ans avant l'époque où Strabon écrivoit." GOSSELLIN, Pascal-François-Joseph – *Géographie des grecs analysée ou les systèmes d'Eratosthenes, de Strabon et de Ptolémée...*, Imprimerie de Didot, Paris, 1790, p. 108.

⁸⁹⁶ “Volviendo rumbo de las Islas de Cabo Verde à la Costa de Sierra Leona, dice nuestro Periplo, que todo aquel País era *intransitable*, sin poder respirar outro ambiente, que el que producen alli los vapores, que el intensissimo calor del Sol hace exaltar.” CAMPOMANES, D. Pedro Rodriguez – *Antigüedad Maritima de la Republica de Cartago. Com el Periplo de su General Hannon, traducido del Griego...*, Imprenta de Antonio Perez de Soto, Madrid, 1756, pp. 101-102.

⁸⁹⁷ BOUGAINVILLE, Jean-Pierre – «Éclaircissemens sur la vie et sur les voyages de Pythéas de Marseille» in *Mémoires de Littérature de l'Académie Royale...*, vol. XIX, Imprimerie Royale, Paris, 1753, pp. 146-165.

⁸⁹⁸ CORTESÃO, Armando – «O Atlântico antes da Alta Idade Média», in *Esparsos*, vol. III, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1975, cap. II, p. 68.

⁸⁹⁹ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre a novidade da Navegação Portuguesa no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, p. 332.

⁹⁰⁰ TOZER, Henry F. – «Voyage of Sataspes», in *History of Ancient Geography*, Biblio & Tannen Booksellers & Publishers, Nova Iorque, 1971, pp. 103-104.

-navegação a África. Quando regressou à Pérsia e sem ter conseguido os objectivos a que estava obrigado, seria prontamente executado:

Artigo II.

Da Viagem de Sataspes.

Fallava-se tambem de outra viagem, que era a de Sataspes, filho de Teaspes, natural de *Achæmenia*; do qual se dizia, que no tempo de Xerxes fora mandado fazer huma viagem á roda de Africa, pelos annos de 475 antes da era Christã⁹⁰¹. Com effeito Herodoto⁹⁰² nos refere, que havendo elle violado a huma donzella, filha de Zopyro, e neta de Megabiso, e sendo por isso condemnado á morte pelo

⁹⁰¹ GIBBON, Edward – «On the position of the meridional line, and an inquiry into the supposed circumnavigation of Africa by the Ancients», in *The Miscellaneous Works...*, vol. V, John Murray, Londres, 1814, pp. 187-189.

⁹⁰² “If the Carthaginian account may be credited, Sataspes, son of Teaspes, of the race of the Achæmenides, received a commission to circumnavigate Africa, which he never executed: alarmed by the length of the voyage, and the solitary appearance of the country, he returned without accomplishing the task enjoined him by his mother. This man had committed violence on a virgin, daughter of Zopyrus, son of Megabyzus, for which offense Xerxes had ordered him to be crucified; but the influence of his mother, who was sister to Darius, saved his life. She allowed, however, that it was her intention to inflict a still severer punishment upon him, by obliging him to sail round Africa, till he should arrive at the Arabian Gulph. To this Xerxes assented, and Sataspes accordingly departed for Ægypt; he here embarked with his crew, and proceeded to the columns of Hercules; passing these, he doubled the promontory which is called Syloes, keeping a southern course. Continuing his voyage for several months in which he passed over an immense tract of sea, he saw no probable termination of his labours, and therefore sailed back to Ægypt. Returning to the court of Xerxes, he amongst other things related, that in the most remote places he had visited he had seen a people of diminutive appearance, clothed in red garments, who on the approach of his vessel to the shore, had deserted their habitations, and fled to the mountains. But he affirmed, that his people, satisfied with taking a supply of provisions, offered them no violence. He denied the possibility of his making the circuit of Africa, as his vessel was totally unable to proceed. Xerxes gave no credit to his assertions; and, as he had not fulfilled the terms imposed upon him, he was executed according to his former sentence. An eunuch belonging to this Sataspes, hearing of his master's death, fled with a great sum of money to Samos, but he was there plundered of his property by a native of the place, whose name i know, but forbear to mention.” *The History of Herodutus*, traduzido do grego para o inglês, com notas de William Beloe, vol. II, livro IV, Leigh and Sotheby, Londres, 1791, § XLIII, pp. 218-219.

rei Xerxes; sua mãe, que era irmã de Dario, advogára por elle, e conseguíra que em castigo de seu crime, fosse mandado navegar por toda a Costa de Africa, até chegar ao *Seio Arabico*, para descobrir á sua custa e risco as terras daquelle vasto Continente⁹⁰³.

Com tudo não serve esta navegação, se a houve, para se combinar com a nossa; por quanto conta-se, que Sataspes, entrando em hum navio, partíra do Egypto, e sahíra pelo *Estreito Herculeo*, e dobrára o Promontorio de Africa, chamado *Soloe* ou *Syloes*, e seguíra por muito tempo sua rota para o Sul; mas que todavia, ou aterrado das tormentas, ou anojado da prolixidade do caminho, ou falta de mantimentos, não acabou de passar a *Lybia*; recuou sobre seus passos, e voltou pelo Estreito outra vez ao Egypto⁹⁰⁴; dando em causa, que o navio não podéra ir por diante, impedido dos grossos mares; e que Xerxes não lhe dando credito, o mandou justicar: donde esta viagem, parando na Lybia, não póde entrar em paralelo com a nossa navegação⁹⁰⁵.

Além de se mencionar as viagens da mítica frota do rei Salomão⁹⁰⁶, de Menelau⁹⁰⁷, de Magão⁹⁰⁸, dos “Hespanhoes”⁹⁰⁹, assim como de

⁹⁰³ “Ao périplo de Neco cerca do ano 600 a. C., descrito pela primeira vez por Heródoto (c. 484-425 a. C.) e àquele tentado por Eudoxo no século II a. C., juntaram-se as viagens de Hanão ao longo da costa ocidental de África c. 500 a. C., referidas por Plínio (23-79) na sua *Historia Naturalis* e depois por Avieno (século IV), na *Descriptio orbis terrarum*, e de Sataspes no século V, descrita por Heródoto, assim como as de Himilco (século V a. C.), e de Pítias (século IV a. C.) para o nordeste do Atlântico.” CORTESÃO, Armando – «O Atlântico antes da Alta Idade Média», in *Esparsos*, vol. III, p. 66.

⁹⁰⁴ PRASAD, Prakash Charan – «International Commercial Routes», in *Foreign Trade and Commerce in Ancient India*, Abhinav Publications, Nova Deli, 1977, p. 151.

⁹⁰⁵ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre a novidade da Navegação Portuguesa no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 332-333.

⁹⁰⁶ *Idem*, pp. 335-336.

⁹⁰⁷ *Idem*, pp. 337-338.

⁹⁰⁸ *Idem*, p. 338.

⁹⁰⁹ *Idem*, pp. 338-339.

Nebo⁹¹⁰, rei do Egipto, ou de Eudoxo⁹¹¹, entre outros navegadores antigos, António Ribeiro dos Santos reforça a ideia que dificilmente estas viagens se teriam efectuado, dado o desconhecimento de Cláudio Ptolomeu sobre determinados pormenores geográficos, evidentes em todos os autores clássicos, dado não terem tido um contacto directo com a realidade africana.

Apresentou um segundo conjunto de provas ou argumentos em que sustenta a ignorância dos autores clássicos sobre o continente africano além das Colunas de Hércules. Embora os antigos geógrafos considerassem a hipótese da união do oceano Atlântico com outra massa oceânica, neste caso, o Índico, o certo é que não possuíam provas dessas incertezas. Como o valor da experiência marítima era escasso, não poderia representar essas morfologias geográficas, visto esses mares conservarem-se inexplorados, por se considerarem inavegáveis a partir de determinadas latitudes, por força dos ventos e correntes contrárias, apenas possível com a evolução da tecnologia náutica tardo-medieval, mormente pela escola portuguesa.

Obviamente, segundo o Autor, ao não se possuírem informações fundamentais de navegação, não se poderia conhecer a extensão meridional, assim como a morfologia do continente africano ou a possibilidade de passagem adiante, nomeadamente por via marítima, o que só Bartolomeu Dias haveria de demonstrar. Assim, António Ribeiro dos Santos defendeu, como era observável nas representações cartográficas clássicas, as enormes lacunas descritivas, as quais originaram uma multiplicidade de “terras desconhecidas e incógnitas⁹¹²”, sobre as quais escasseavam as informações mais

⁹¹⁰ *Idem*, pp. 339-342.

⁹¹¹ *Idem*, pp. 342-345.

⁹¹² M'BOKOLO, Elikia – «O veredicto incerto das fontes», in *África Negra. História e Civilizações até ao século XVIII*, tradução de Alfredo Margarido, vol. I, «Tempos e Espaços Africanos», Editora Vulgata, Lisboa, 2003, pp. 54-63.

rudimentares. Ao longo de toda a Idade Média, essas informações alimentaram um manancial fabuloso destas vastas regiões, tendência que as navegações portuguesas derrubaram:

Argumento deduzido da ignorancia das Terras Incognitas.

Faz muito a nosso proposito o outro argumento, que facilmente ocorre, em razão da ignorancia que tinham os Antigos daquellas regiões da parte do Meio-dia de Africa, a que chamá-rão *Terras Incognitas* ou *Desconhecidas*, de que se não sabia nem o que erão, nem até onde se extendião, nem que gente as habitava⁹¹³. Em verdade o Geografo Grego, a quem a sua residencia em Alexandria podéra ministrar muitas noticias das cousas de Africa, ignorava tudo o que pertencia ás Costas extremas daquelle Continente, como se vê do que elle diz, principalmente no fim da Taboa IV. do sitio da Ethiopia⁹¹⁴: porque quanto á Costa, que corria pela parte Oriental desde *Agysimbo* até o Polo Antartico, elle nada sabia della, chamando *Terra*

⁹¹³ “Conhecemos os métodos analíticos dos geógrafos e historiadores antigos. Em poder visitar as regiões inacessíveis, recolhiam informações de segunda mão, permeadas de erros e fabulações. *Terra incognita*, o grande deserto nem chegou a receber nome. Só após a chegada dos árabes é que o termo *Saara* foi aplicado a essa vasta região que parecia uma enorme bacia. Os gregos, e posteriormente os romanos, falavam apenas de uma “Líbia Interior”, expressão geográfica bastante vaga que servia para designar as terras além dos territorios norte-africanos, ou “Etiópia Interior”, zona ainda mais meridional, que derivava seu nome da pele escura de seus habitantes. As descrições dessas regiões que, por seu proprio mistério, assustavam os contemporaneos, estão cheias de detalhes fabulosos em que homens e animais frequentemente tomam o aspecto de monstros burlescos ou terrificantes. Contudo, se os autores sérios nem sempre puderam evitar as lendas, registraram informações valiosas; com o tempo, pode-se perceber uma melhora na qualidade de seus trabalhos à medida que o progresso da colonização greco-romana na África propiciava um maior conhecimento das realidades locais.” SALAMA, P. – «As fontes textuais da Antiguidade e suas interpretações extremas», in *História Geral de África. África Antiga*, edição de Gamal Mokhtar, vol. II, UNESCO, Brasília, 2010, cap. XX, p. 562.

⁹¹⁴ SANTOS, Fr. João dos – *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*, introdução de Manuel Lobato, notas de Eduardo Medeiros, coordenação de M.^a do Carmo Guerreiro Vieira, *et al.*, CNCDP, Lisboa, 1999.

Incognita a tudo quanto se extendia para cá das fronteiras meridionais de *Azania*, que vinha a ser tudo o que abraçava o Reino de *Meli*; as terras de *Nebeos*, e dos *Papagayos*; a *Cafraria mixta* ou Oriental, que continha as Costas de *Zanguebar* e de *Asan*; e a *Cafraria pura*, que se extendia para o Sul até o *Cabo da Boa Esperança*, e o *Congo*.

Quanto á outra Costa, que voltava para o Poente, tambem de todo a ignorava, chamando-lhe igualmente *Incognita*; isto he, toda a região que recebia o Seno Ethiopico, e era adjacente á Lybia, e ao Oceano Occidental; que vinhão a ser as partes mais Occidentaes da mesma Africa, que erão o *Cabo Branco*, o *Cabo Verde*, *Guiné*, e as mais que vem correndo para o Norte pelo Mar Atlantico, até o Cabo Hesperio. Por aqui se vê, que pois aquellas terras das duas extremas Costas Austral, e Occidental de Africa se havião por *Incognitas*, sinal era de que os navegadores antigos não tinham por ali passado, nem feito viagens em redor daquelle Continente; pois de outra sorte terião visto, achado, e conhecido aquellas terras, e o seu fim, terminado pelo Oceano Atlantico⁹¹⁵.

Reforça-se este argumento com a outra consideração de que esta ignorancia se extendia ás mesmas Ilhas mais remotas do Oceano, porque dellas confessava Plinio quão grande era a confusão, e incerteza, que havia nesta materia: *Omnia circa hæc incerta sunt*⁹¹⁶, não tendo os Antigos adiantando conhecimento algum

⁹¹⁵ De acordo com o disposto em vários pontos por GOSSELLIN, Pascal-François-Joseph – *Géographie des grecs analysée ou les systèmes d'Eratosthenes, de Strabon et de Ptolémée...*

⁹¹⁶ “Adeoque omnia circa hæc incerta sunt, ut Statius Sebosus a Gorgonum insulis prænavigatione Atlantis dierum XL ad Hesperidum insulas cursum podiderit, ab iis ad Hesperion ceras unius. Nec Mauritaniae insularum certior fama est.” *C. Plinii Secundi Historiæ Mundi*, tradução de Lodovico Domenichi, vol. I, livro VI, Tipografia di Giuseppe Antonelli, Veneza, 1844, cap. XXXVIII, col. 617. Sublinhado nosso.

individual para o Sul, além das Ilhas *Fortunatas* ou Canarias⁹¹⁷ que parece foi o termo das navegações dos Romanos⁹¹⁸.

Eis-nos chegados ao argumento central de António Ribeiro dos Santos em defesa da singularidade das navegações portuguesas desde os primórdios do século XV, a conquista do Atlântico e a descoberta do caminho marítimo para a Índia com Vasco da Gama [1496-1498]. Entre outros indícios, foi aqui sustentando que a convicção antiga da existência de zonas tórridas nas latitudes africanas, as quais seriam profundamente inabitáveis, estavam totalmente erradas, pois defendiam a impossibilidade da sua conquista ou qualquer intento colonizador. Ao navegarem por um outro hemisfério e num outro *Oceano*, todas as arcaicas opiniões sobre a navegação oceânica foram totalmente refutadas, denunciando o desconhecimento generalizado da Geografia clássica.

Consequentemente, após as navegações portuguesas, as quais espantaram a Europa pela sua intrepidez, os mundos encontraram-se e iniciou-se o grande processo da primeira *globalização*, como o Autor adivinhava. Ainda que, eventualmente, as nossas navegações não tivessem sido as primeiras a sulcar tais mares, o certo é que o esforço civilizacional português abriu as portas à colonização do mundo e estabeleceu uma comunicação planetária:

*Da novidade, e maravilha da navegação Portuguesa
no Seculo XV., ainda quando não fosse original.*

⁹¹⁷ Sobre este assunto, v. DIAS, Eurico Gomes – «Concepções da insularidade nos finais da Idade Média: a [re]descoberta da Madeira pela Europa», in *As Ilhas e a Europa. A Europa das Ilhas. Actas do Congresso*, Centro de Estudos e História do Atlântico, Funchal, 2011.

⁹¹⁸ SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre a novidade da Navegação Portuguesa no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 357-358.

Tendo assim dito o que julgamos proprio e principal para provar, se não por cada hum dos artigos e argumentos referidos, ao menos pelo concurso e união de todos elles, a originalidade⁹¹⁹ de nossa navegação; demos todavia com franqueza aos emulos de nossa gloria o que elles pretendem; [...] Em verdade quando a nossa Navegação não tivesse o character de originalidade ou primeira, teria ella tão alto merecimento, que haveria de reputar-se como se assim realmente o fosse. A rota antiga, se a houve, foi descontinuada, e posta em total desuso em toda a Europa, e ficou tão esquecida, e com ella a Arte de navegar taes mares, que ninguem mais a tentou, ou a soube por tanto tempo, quanto vai desde aquella remota antiguidade até o Seculo XV⁹²⁰. [...]

Podemos por tanto dizer, que nós no meio de toda esta geral ignorancia ou desuso, abrimos de novo a carreira pelas Costas de Africa para a India, que bem podemos chamar nova, e original, e tão pasmosa como se fosse a primeira; commettendo-se esta empreza maritima com tanta novidade, e animosidade, como se nunca tivesse existido outra. Sobre o que remataremos com o dito do sabio João Metello a respeito della: *Detur veteribus usitatam fuisse, nobis tamen nova est*⁹²¹.

⁹¹⁹ Em António Ribeiro dos Soares, as concepções de originalidade e de primazia dos Descobrimentos portugueses foram uma premissa constante.

⁹²⁰ “Não quero, porém, tratar agora aqui com maior extensão acerca destas coisas para não me afastar mais, do que convém, do meu intento. O que parece mais certo e, com razão, mais crível, é que esta viagem por mar, tão extensa e exposta a infinitos perigos, sempre tentou o espírito humano; mas, uma vez começada, ou, se isso se conseguiu, uma vez concluída, nunca ninguém se atreveu, pela segunda vez, a abalançar-se a empresa tão árdua, ou antes, tão monstruosa.” GÓIS, Damião de – *Descrição da Cidade de Lisboa*, tradução de Raul Machado [1937], 3.^a edição, Frenesi, Lisboa, 2003, pp. 22-23.

⁹²¹ Alocução numa epístola de João Metelo e publicada, em jeito de prefácio, por OSÓRIO, D. Jerónimo – *De Rebus Emmanvelis...*, H. Arnold Birckmann, Colónia, 1576.

Foi nova, de qualquer modo que se considere, a nossa Navegação, mas não o foi menos, se se considerarem as vantagens, e proveitos que della resultarão a Portugal, e a toda a Europa⁹²².

Em jeito de conclusão, ainda que simplista, recordamos que António Ribeiro dos Santos foi o autor mais produtivo das *Memorias de Litteratura Portugueza*, publicando 14 *Memorias*, as quais renovaram substancialmente os prismas historiográficos sobre numerosos assuntos. É de referir que muitas dessas questões ainda eram extremamente sensíveis à época, mas em todo o seu discurso analítico encontra-se patente uma forte componente científica e a exigência do valor probatório, sem deixar de apelar ao debate com as perspectivas estrangeiras.

Recorde-se, portanto, os seus trabalhos académicos, ainda actualmente referências sólidas, sobre a Literatura Sagrada hebraica, desenvolvida desde os primórdios da nacionalidade, percorrendo todo os autores e obras publicadas e inéditas entre os séculos XV e XVIII. Contrapondo os autores judaicos nacionais, também dissertou sobre todos aqueles autores e teólogos cristãos, ou estrangeiros radicados em Portugal, e que combateram a teologia hebraica, inclusive nas possessões ultramarinas. Neste contexto, também não esqueceu as traduções bíblicas e o papel precursor de João Ferreira A. de Almeida e António Pereira de Figueiredo, entre outros tradutores bíblicos menos conhecidos.

Profundamente interessado na História da Matemática, área praticamente ignota e aliando-a ao conhecimento da Náutica, versou sobre alguns matemáticos portugueses e estrangeiros que viveram em Portugal e nos nossos domínios, como foi o caso do primeiro

⁹²² SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre a novidade da Navegação Portugueza no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 362-364.

bispo de Goa, D. Francisco de Melo, tendo como exemplo os escritos do célebre Pedro Nunes, figura de proa nos Descobrimentos.

Permanecem um padrão fundamental os seus trabalhos sobre a origem e a implementação da imprensa, ou a tipografia, desde as suas origens e ao longo dos séculos XV e XVI, fornecendo informações importantíssimas sobre editores, os primeiros incunábulos, os locais de edição, os circuitos editoriais nacionais e ultramarinos e toda a aparelhagem técnica de produção tipográfica. Aflorando os seus interesses poéticos, ainda hoje por rever devidamente, não deixou de dissertar sobre a poesia portuguesa desde a antiga Lusitânia numa perspectiva original até então, retomando a linha de pensamento iniciada por Fr. Joaquim de Fóios.

Retomando as indagações arquivísticas e diplomáticas fomentadas por João Pedro Ribeiro ou António Caetano do Amaral, entre outros colaboradores das *Memorias de Litteratura Portugueza*, versou sobre a existência de antigos mapas cartográficos nos nossos cartórios, os quais terão auxiliado o esforço técnico-científico dos Descobrimentos, possibilitando, como defendia, a inovação e a singularidade das navegações portuguesas desde o século XV.

Figura essencial no arranque da Academia Real das Ciências, é o principal responsável pela edição continuada das *Memorias de Litteratura Portugueza*, principalmente após as Invasões Francesas. Possuidor de uma cultura enciclopedista profundíssima, estas *Memorias* são um espelho da sua erudição e capacidade de comunicação na disputa historiográfica em diferentes disciplinas.

- VI -

CONSTANTINO BOTELHO DE LACERDA LOBO
[1753-1820?/1822?]

No conteúdo científico das *Memorias de Litteratura Portugueza*, destacamos os curiosos contributos do professor universitário Constantino Botelho de Lacerda Lobo¹ [Murça, 1753-Solar da Vacariça, 1820/1822], mais conhecido pelas suas participações nas *Memorias Economicas* difundidas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, como é conhecido². Matriculou-se na Universidade de Coimbra [1772] e obteve o grau doutoral em Filosofia, tendo sido o primeiro lente demonstrador de Física da Universidade. Nomeado lente da cadeira de Física, revelou uma aplicação ímpar e elevada inteligência. Em 1791, como lente proprietário de Física Experimental, acumulava a direcção do Gabinete de Física Experimental, em substituição do lente italiano António Dalla-Bella³ [c. 1730-1823], personalidade excepcional da Academia.

¹ «Constantino Botelho de Lacerda Lobo», in *Diccionario Bibliográphico Portuguez*, vol. II, pp. 96-97; vol. IX, pp. 85-86; «Constantino Botelho de Lacerda Lobo», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XV, pp. 354-355.

² LARANJO, José Frederico – «As *Memorias Economicas* da Academia Real das Ciências de Lisboa», in *Economistas Portugueses. Subsídios para a história das doutrinas económicas em Portugal*, prefácio e notas de Carlos da Fonseca, «Biblioteca de Economia», Guimarães Editores, Lisboa, 1976, pp. 45-62.

³ Entre outros registos, veja-se *Memorias e Observações sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite de oliveira em Portugal...*, Officina da Academia das Ciências, Lisboa, 1784.

São bem diversificadas as matérias a que Constantino Botelho de Lacerda Lobo dedicou a sua atenção, revelando uma erudição científica pouco frequente até então em Portugal. Ocupou-se da racionalização e desenvolvimento dos transportes para as tropas e material de guerra no Exército português, tendo apresentado um *modelo de carro* mais veloz e hábil do que todos os existentes⁴. Numa área completamente diferenciada, analisou mais de mil amostras de madeiras brasileiras enviadas pelo Príncipe Regente para a Universidade de Coimbra⁵. Analisadas sob o ângulo da sua resistência física, entre outras propriedades, apresentaria uma nova classificação independente das categorizações botânicas usuais.

Como um dos primeiros promotores da industrialização em Portugal, dissertou sobre a aplicabilidade do vapor como força motriz, assunto sobre o qual nutria o maior interesse. Constantino Botelho de Lacerda Lobo nunca editou os seus trabalhos de investigação separadamente, tendo preferido publicar vários artigos e memórias em periódicos, tais como o *Investigador Portuguez em Inglaterra* ou o *Jornal de Coimbra*⁶, assim como nas diferentes *Memorias* aqui apontadas⁷.

⁴ LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Memoria sobre os defeitos que têm os nossos carros dos transportes militares», in *Jornal de Coimbra*, vol. I, Impressão Régia, Lisboa, Janeiro 1812, p. 329.

⁵ LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – *Peso das madeiras do Brasil*, manuscrito original, autógrafo assinado, 17?; *Classificação das madeiras do Brasil*, manuscrito original, autógrafo assinado, 17?; *Resistência das madeiras do Brasil*, manuscrito original, autógrafo assinado, 1808. Cf. GOMES, Isabel Vaz, e MALAQUIAS, Isabel – «Investigações físicas sobre madeiras brasileiras (1790-1812)», in *Revista da SBHC*, vol. II, n.º 2 [s. n.], Rio de Janeiro, Dezembro 2004, pp. 104-119.

⁶ «Memoria sobre a diversa densidade da Agua em diferentes alturas», in *Jornal de Coimbra*, vol. I, p. 170; «Memoria sobre um novo modo de applicar ao movimento das machinas, a força do vapor d'agua fervendo», in *Jornal de Coimbra*, vol. I, p. 255; «Memoria sobre as pescarias de Portugal», in *Jornal de Coimbra*, vol. II, p. 3; «Memoria sobre um novo pyrometro de comparação», in *Jornal de Coimbra*, vol. II, p. 31; «Memoria sobre os pesos de que se faz uso no nosso commercio», in *Jornal de Coimbra*, vol. III, pp. 173-183.

⁷ Embora Constantino Botelho de Lacerda Lobo fosse um erudito de renome, não publicou nenhuma obra ou estudo em separado. Escreveu, porém, numerosos artigos e

Como sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e no âmbito dos seus objectivos científicos, encetou um demorado estudo sobre a economia marítima portuguesa, mais concretamente na actividade pesqueira⁸ e da salicultura. Entre 1789 e 1791, efectuou várias viagens para avaliar o estado das pescas nas costas de Entre Douro e Minho até à foz do rio Sado, sem esquecer o estuário do rio Guadiana, não descorando os assuntos agrícolas, entre outros temas⁹. Dessas viagens de observação resultaram alguns estudos publicados nas *Memorias Economicas* da Academia das Ciências de Lisboa¹⁰. Cessou a sua actividade docente na Universidade de

Memorias, os quais foram publicadas em periódicos e colecções científicas: «Memoria sobre os meios de supprir a falta de estrumes animaes», in *Memorias de Agricultura...*, vol. I, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1788, pp. 239-363; «Memoria sobre a cultura das vinhas em Portugal», in *Memorias Economicas...*, vol. II, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790, pp. 16-135; «Memoria sobre a decadencia da pescaria de Monte-gordo», in *Memorias Economicas...*, vol. III, 1791, pp. 251-268; «Memoria sobre o estabelecimento da cultura do Chenopodio maritimo», in *Memorias Economicas...*, vol. IV, 1812, pp. 75-87; «Memoria sobre as marinhas de Portugal», in *Memorias Economicas...*, vol. IV, pp. 127-152; «Analyse do sal commum das marinhas de Portugal», in *Memorias Economicas...*, vol. IV, pp. 180-196; «Memoria sobre a preparação do peixe salgado», in *Memorias Economicas...*, vol. IV, pp. 197-240; «Memoria relativa ao estado da pescaria de Entre Douro e Minho», in *Memorias Economicas...*, vol. IV, 1812, pp. 384-415; «Memoria sobre as pescarias da costa do Algarve», in *Memorias Economicas...*, vol. V, 1815, pp. 94-137; Resposta às observações de uma obra intitulada: «Defeza de Antonio d'Araujo Travassos contra a injusta accusação que no n.º 20 do *Jornal de Coimbra* lhe fez o Dr. C. B. de L. Lobo, Impressão Régia, Lisboa, 1813. Pode encontrar-se a transcrição deste opusculo em *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou jornal literario politico*, direcção de Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e José Liberato Freire de Carvalho, n.º L, H. Bryer, Londres, Agosto 1815, pp. 200-214; «Memoria sobre a agricultura da provincia d'Entre Douro e Minho», in *O Investigador Portuguez em Inglaterra...*, n.º LV, Janeiro 1816, pp. 289-312; «Viagem sobre a agricultura da provincia do Minho, feita ao anno de 1789...», in *O Investigador Portuguez em Inglaterra...*, n.º LXXVI, Outubro 1817, pp. 433-450.

⁸ LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «As pescarias da Póvoa de Varzim em 1786», separata de *Memórias Económicas*, vol. IV, Academia Real das Ciências/Estudos Poveiros», n.º 2 [s. n.], Póvoa do Varzim, 1955.

⁹ IDEM – «Memoria sobre a agricultura do Algarve, e melhoramento que póde ter», in *Jornal de Coimbra*, vol. I, p. 240.

¹⁰ Veja-se, para todos os seus contributos, a versão fac-simile das *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*, por

Coimbra antes da jubilação e faleceu, provavelmente no Solar da Vacariça, em Setembro de 1820. Foi várias vezes mencionado como cavaleiro professo na Ordem de Cristo, como prémio das suas investigações.

Numa abordagem extremamente inovadora perante o impacto do sal na economia portuguesa ao longo da nossa História¹¹, Constantino Botelho de Lacerda Lobo não se poupou a esforços nas perscrutações acerca da produção de sal nas salinas ou marinhas, tal como aqui são referenciadas, em toda a extensão do território nacional. Aliás, essa relevância é atestada desde as fontes clássicas romanas, as quais aludem ao sal como uma mercadoria típica do sul da Península Ibérica.

Tratava-se de sal ou de sal-gema, um evaporito composto pela precipitação de sais de cloreto de sódio, com formação do mineral halite¹². O sal-gema, além da halite, pode compreender outras substâncias minerais, em maior ou menor percentagem, dados que o próprio Constantino Botelho de Lacerda Lobo também expõe. O processo de precipitação que origina o sal-gema é desencadeado pela evaporação de águas marinhas retiradas nas lagunas ou pela evaporação de águas em zonas áridas, especialmente nas linhas costeiras. Por ser pouco denso, o sal-gema possui um aspecto granuloso, sabor salgado e é extremamente solúvel. Com aplicação nas áreas alimentares e da conservação, as produções salineiras fomentaram o comércio internacional desde as vésperas da portugalidade, com

José Correia da SERRA [et al.], introdução e direcção editorial de José Luís Cardoso, prefácio de Manuel Jacinto Nunes, nota de abertura de José Alberto Tavares Moreira, vols. I-V, Banco de Portugal, Lisboa, 1990-1991.

¹¹ CASTRO, Armando – «Sal», in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. II, pp. 197-198.

¹² SÁ, Mário Vieira de – *Sal Comum*, vols. I-II, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1946-1951; MENDES, Manuel de Azevedo – «A exploração do sal-gema em Portugal», separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, SGL, Lisboa, 1964.

especial importância ao longo de toda a Idade Média¹³ e acompanhando, em paralelo, toda o empreendedorismo dos Descobrimentos.

Ciente das colossais dificuldades de pesquisa bibliográfica específica, Constantino Botelho de Lacerda Lobo apontava o grande silêncio documental nas fontes e de estudos económicos exclusivamente dedicados a esta área produtiva. O que não deixava, inclusive, de revelar-se um grande contrassenso, mesmo na actualidade. Neste sentido, esta e outras *Memorias* similares demonstram uma precocidade académica, no qual a argumentação historiográfica surge como uma necessidade impreterível, abrindo o caminho para futuros estudos económico-sociais na História de Portugal.

Desde a fundação da Academia das Ciências de Lisboa [1779], esta agremiação teve por objectivo o progresso da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e nos territórios ultramarinos, como é manifestamente sabido. Para esses intentos, e no campo do pensamento fisiocrático, patrocinou e divulgou inúmeros estudos para o desenvolvimento da economia portuguesa. Constantino Botelho de Lacerda Lobo, enquanto sócio académico, foi um dos teóricos da economia marítima, mais direccionado para as pescas e a salicultura. Nas suas viagens para avaliar o estado das pescas, percorreu a costa de Entre Douro e Minho até ao litoral entre a foz do rio Sado e o rio Guadiana. Dessas viagens de observação¹⁴, reuniu dados utilíssimos para o conhecimento da economia salineira e piscatória de âmbito local [como em Monte Gordo], de visão regional [por exemplo, o Algarve e Entre Douro e Minho], sem negligenciar uma perspectiva nacional.

¹³ ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de – «Salinas medievais entre o Cávado e o Neiva», separata de *Bracara Augusta*, n.º 33 [s. n.], Braga, 1979.

¹⁴ Contou com o precioso auxílio e orientação de vários membros da Academia Real das Ciências, como João Pedro Ribeiro e Fr. Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão, sem esquecer vários agentes alfandegários e particulares, detentores de informações fidedignas para as suas pesquisas. Agradecendo publicamente a todos, sem esses préstimos estas *Memorias* não teriam sido exequíveis.

A presente *Memoria* encontra-se repartida em quatro partes gerais e está particionada em numerosos parágrafos, como se fossem tópicos de apresentação científica. E imediatamente iniciam-se as questões histórico-económicas sobre os locais produtores de sal em Portugal¹⁵. Quando teria começado a extracção salineira no território que hoje compreende o espaço nacional? Já Plínio, o Velho [c. 23/34-79 d. C.] apontava na sua *História Natural*¹⁶ para vários lugares produtores desse produto de primeira necessidade para a economia imperial. Não se esquecia o Autor de apresentar os vários tipos de sal, fossem de natureza marinha, fóssil ou sal-gema. Olhando para os testemunhos alto-medievais, recorda Santo Isidoro de Sevilha¹⁷ [c. 560-636] acerca da qualidade e localização dos centros salineiros peninsulares.

Adiante, e dentro da primeira divisão sobre a província da Beira, destaca a antiguidade das salinas de Aveiro, as quais já existiriam quando a condessa Mumadona Dias [c. 900-968], sua proprietária, as legou em testamento à colegiada de Guimarães, juntamente com as salinas da Figueira da Foz. Menciona ainda a existência de marinhas com alguma proeminência nas margens do rio Douro, do rio Leça e do rio Ave, entre outras menos conhecidas. Baseado na documentação compilada nos cartórios da Câmara do Porto, foi possível equacionar a produção das marinhas no norte do país, assim

¹⁵ REGO, Jaime Leotte do – *Marinbas*, Typographia da Livraria Ferin, Lisboa, 19?

¹⁶ “In Hispania quoque citeriore Egelastæ cæditur, glebis pæne translucentibus, cui jam pridem palma à plerisque Medicis inter omnia salis genera perhibetur. Omnis locus in quo reperitur sal, sterilis est, nihilque gignit: & in totum sponte nascens intra hæc est. Factittii varia genera. Vulgaris plurimusque in salinis, mari adfuso, non sinæ aquæ dulcis riguis, sed imbre máxime juvante, ac super omnia sole multo, non aliter inarescens.” Cf. *Histoire Naturelle de Pline*, traduite en François, avec le texte latin..., t. X, livro XXXI, cap. VII, p. 356.

¹⁷ “Fita utem nunc in multis regionibus: olim in Hispaniæ puteis, vel stagnis id genus aquæ habentibus, quam decoquebant & piscinas ligneas fundebant appendentes super eas restes lapillis extentas, quibus limus in similitudinem vitrei acini adhærebat: sicque ejectum siccabatur diebus triginta.” *Etymologiæ, de summo bono...*, de Santo Isidoro de SEVILHA, livro XVI, cap. XX, § 10.

com os índices comerciais do tráfego de sal para o interior norte e o estrangeiro, em troca de produtos têxteis.

Também com base nas posturas emanadas de várias Cortes, os nossos monarcas demonstraram preocupações sérias com a regulamentação e a exportação do sal, registando-se uma baixa de preços no reinado de D. Afonso IV em virtude da sobreprodução de sal, prologando-se até ao reinado de D. Pedro. No reinado de D. Duarte, as marinhas do norte quase não produziam sal, sobressaindo a decadência das marinhas de Aveiro. No tempo em que o Autor nos fala, estas marinhas estavam completamente arruinadas, muito por força do assoreamento da barra marítima e da ria de Aveiro, das más condições de atracagem para navios de grande calado, dificultando o escoamento do sal fabricado nas cercanias de Aveiro.

Paralelamente, essa situação implicava quebras graves na indústria de pescas¹⁸, praticamente confinada à distribuição e ao consumo locais – aqui surgiria um apelo para que a iniciativa régia e particular não deixassem aprofundar as condições estruturais desta barra, sob pena das populações entrarem na miséria, caso nada fosse feito em contrário. Não se esqueceu o Autor de fornecer pequenas notas explicativas acerca dos diferentes métodos, padrões e medidas usados nas salinas nacionais¹⁹, para maior elucidação dos leitores das *Memórias*.

Como sucederá posteriormente, Constantino Botelho de Lacerda Lobo concluirá cada partição com informações pertinentes sobre a produção anual de cada marinha e os preços escalonados no mer-

¹⁸ LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Memória sobre a decadência das pescarias de Portugal», in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, 2.^a edição, vol. IV, pp. 241-288.

¹⁹ DIAS, Diamantino – *Glossário: designações relacionadas com as marinhas de sal da ria de Aveiro*, CMA, Aveiro, 1996.

cado nacional²⁰. Apesar da sua famosa produção e das dimensões das saliculturas, não seriam as mais lucrativas à época devido ao seu mau aproveitamento²¹. Para colmatar estas lacunas produtivas, apostava-se cada vez mais noutros produtos agrícolas, como o milho e as leguminosas, usados como moeda de troca local, entre outras particularidades:

Naõ sera facil determinar o tempo, em que principiáraõ a haver Marinhas em Portugal²². *Plinio* faz menção²³ de que na Hespanha em a Provincia Tarraconense, e na Cidade de Egelasta²⁴ havia Sal marinho fossil mui estimado naquele tempo²⁵.

²⁰ SILVA, Silvério Augusto Pereira da – *Breve noticia sobre as marinhas da Ria de Aveiro*, Typographia Guyot, Bruxelas, 1873.

²¹ BARREIRA, Manuel – «As marinhas de sal e a barra de Aveiro na crise do século XVII», in *Revista Portuguesa de História*, vol. XXVIII, FLUC, Coimbra, 1993, pp. 95-142.

²² ALMEIDA, António de – *A Industria Salina em Portugal*, Typographie E. Greyot, Bruxelas, 1873; RAU, Virgínia – *Estudos sobre a História do sal português*, Presença, Lisboa, 1984; ROMANO, Luís – «Aspectos do sal na História e na Antropologia Cultural através dos tempos», separata da *Revista Ocidente*, vol. LXVIII [s. n.], Lisboa, 1965.

²³ *Histoire Naturelle de Pline*, t. X, livro XXXI, cap. VII, p. 356.

²⁴ Refere-se à cidade de Iniesta, em Espanha: “Plinio, admirando su singular excelência, la elogia con estas palabras: «En la España Citerior – en la comunidad provincial de Cartagena –, en Egelasta, se corta en bloques casi translúcidos, y a ella hace ya tiempo que los médicos le otorgan la palma entre todos los tipos de sal». Así él. Y de estas palabras es fácil deducir que la sal «egelastana», que Plinio tanto valora, no es distinta de esa misma que hoy los españoles vulgarmente llaman por el pueblo de Enyesta. [...] En primer lugar, por la similitud del término; pues Enyesta, por una modificación vulgar, es fácil que haya podido derivarse de Egelasta, por un lado, porque el propio Plinio asegura que los pueblos egelastanos se encuentran distribuidos en la España Citerior y pertenecen a la comunidad provincial de Cartagena hacia la cual Enyesta se orientaba antaño, por otro lado sobre todo, porque afirma que esta sal se corta en bloques translúcidos.” MIEDES, Bernardino Gómez – *Comentarios sobre la Sal*, vol. I, Instituto de Estudios Humanísticos, Madrid, 2003, p. 493.

²⁵ “Venit in nostras a te profecta pagina manus, quæ trahit multam similitudinem de sale Hispano in iugis cæso Tarraconensibus, nam recensenti lucida et salsa est, nec tamen propter hoc ipsum mellea minus.” *Poems and Letters*, de Santo Sidónio Apolinário, transcrição de William Blair Anderson, vol. II, Harvard University Press, Harvard, 1936, p. 560.

Refere S. Isidoro Hispalense²⁶ (morreo no anno de 636), que na Hespanha haviaõ tambem poços d'agoa salgada, a qual lançavaõ em reservatorios de madeira, aonde se evaporava, e se crystallizava o Sal marinho no tempo de trinta dias; porém não consta, que o Sal fosse formado pela evaporação d'agoa do Mar.

No Reino de Portugal podemos conjecturar, que já haviaõ Marinhas no seculo decimo²⁷; porque da Geografia de Lima²⁸ consta, que a Condessa Mumadona doara então ao Mosteiro de Guimaraens²⁹, que ella fundára, as suas Marinhas d'Aveiro: e do testamento da mesma (se he verdadeiro) datado no anno de 959 se conclue³⁰, que já neste tempo haviaõ Marinhas em Portugal, e he muito provavel, que fossem em Aveiro ou Figueira³¹.

He sem duvida, que estas Marinhas já existiaõ no reinado dos primeiros Reis d'esta Monarquia³²; e he de crer, que ellas produzissem quasi todo o Sal, que se consumia nas tres Provincias do Norte, muito principalmente depois que acabáraõ as Marinhas, que havia nas margens dos Rios Douro, Leça, e Ave³³. E de varios

²⁶ *Etymologiæ, de summo bono...*, de Santo Isidoro de SEVILHA, livro XVI, cap. XX, § 10.

²⁷ AMZALAK, Moses Bensabat – «A Salicultura em Portugal: materiais para a sua História», separata do *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, vol. XXII [s. n.], Lisboa, 1920.

²⁸ LIMA, D. Luís Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa...*, vol. II, Officina de José António da Silva, Lisboa Ocidental, 1736, p. 390.

²⁹ FONTE, Barroso da – *Mumadona, a fundadora de Guimarães* [s. n.], Guimarães, 1992.

³⁰ *Testamento de Mumadona*, edição literária de Mário de Vasconcelos Cardoso, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1974.

³¹ RAU, Virgínia – *Estudos sobre a História do Sal Português*, «Métodos», Editorial Presença, Lisboa, 1984.

³² *I Seminário Internacional sobre o Sal Português*, coordenação de Inês Amorim, FLUP, Porto, 2005. Desta autora, veja-se «Os inquéritos sobre o sal português nos séculos XVIII a XX», in *ob. cit.*, pp. 113-125.

³³ «As pesqueiras constituíam uma propriedade bastante cobiçada. Só o mosteiro de Guimarães, nos meados do século XI, contava com uma dezena delas, distribuídas pelos rios Minho, Lima, Ave, Tâmega e Douro. Além das pesqueiras fluviais, possuía pesqueiras marítimas em Quintela (Póvoa do Varzim) e em Vila do Conde, estando

artigos de Côrtes, Provisoens, e Cartas Regias, que nestes tempos entrava nesta Cidade huma grande quantidade de Sal das Marinhas d'Aveiro, e daqui era exportado para as Provincias do Minho, e Tras os Montes³⁴.

No Reinado do Senhor Rei D. Affonso IV. as Marinhas d'Aveiro produzia Sal em tanta quantidade, que a pezar da extracção, que tinha para o Reino, e fóra d'elle, vendeo-se por hum preço tão modico, que hum moio valia quarenta, até cincoenta reis. Talvez por esta causa em Aveiro se fez huma Postura³⁵, para que sómente se fizesse nos mezes de Julho, e Agosto, a qual foi confirmada pelo Senhor D. Affonso IV., e depois nas Côrtes d'Elvas no anno de 1361. no Art. 54³⁶. rogáraõ os d'Aveiro ao Senhor Rei D. Pedro I., que revogasse a dita Postura, e que cada hum fizesse livremente o Sal, que pudesse, ao que ElRei prometteo deferir informando-se da causa³⁷; por que se fez a Postura³⁸.

Estas Marinhas, como todas as mais, estavaõ em decadencia no Reinado do Senhor D. Duarte; porque os Póvos nas Côrtes de

aqui associadas às salinas. Além disso, este mosteiro era proprietário de outras salinas na foz do Vouga. A salicultura mostrava-se, no século XI, uma actividade em expansão. [...] A extracção de sal andava desde havia muito ligada à pesca e à salga de peixe e estas actividades desencadeavam, por sua vez, uma activa navegação costeira que a existência do monte ou castro Faro, junto a Vila do Conde, parece atestar." BEIRANTE, M.^a Ângela – «A propriedade e a economia», in *Nova História de Portugal. Portugal das invasões germânicas à "Reconquista"*, vol. II, p. 307.

³⁴ O Autor percorreu os cartórios e arquivos particulares, locais e regionais, os cartórios da Câmara do Porto, da Universidade de Coimbra e do Real Arquivo da Torre do Tombo em busca de informações documentais. RIBEIRO, Orlando – *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, INCM, Lisboa, 1977, pp. 132, 141.

³⁵ GOMES, João Augusto Marques – *O Districto de Aveiro...*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1877.

³⁶ *Capítulos do Concelho de Elvas apresentado em Côrtes*, prefácio de Pedro d'Azevedo, António José Torres de Carvalho, Elvas, 1914.

³⁷ RAU, Virgínia – *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Universidade de Lisboa, 1946, p. 66.

³⁸ *Cortes de Elvas de 1361*, Art.º 54.

Santarem do anno de 1434. propuzeraõ, que a imposição³⁹ posta pelo Senhor Rei D. João I. seu Pai, tinha sido a causa de não se fazerem muitas Marinhas, e reparado outras⁴⁰.

O fabrico e a comercialização do sal proveram uma fonte de rendimentos sustentável para a edificação da própria nacionalidade⁴¹, não

³⁹ “Sobre o comércio do sal recaíram impostos pesados. Assim nas Cortes de Coimbra de 1398, queixavam-se os nobres da imposição de três libras em cada moio de sal que fosse levado de um termo para o outro; «e muitas vezes acontece, que nom val elle tanto. Os fidalgos habitavam em Lisboa; tinham as suas marinhas no Ribatejo, e de lá mandavam ir sal para os gastos domésticos, ou para salga de sua azeitona ou de sardinha ou para o venderem na cidade em suas lojas, e os rendeiros dos impostos exigiam-lhes as três libras do imposto, alegando que o levavam de um termo para o outro. Os rendeiros dos impostos de Lisboa pediam outras três libras, dizendo que o sal era levado para fora do reino. Além disso pediam-lhes o pagamento de meia sisa no Ribatejo, e de outra meia postos em Lisboa; e tinham de satisfazer ainda outros encargos. D. João I respondeu que os impostos lançados sobre o sal foram determinados pelas necessidades da guerra, e portanto não haviam de se queixar, pois se trava do bem comum. Nas Cortes de Santarém de 1434 também os povos se queixavam do imposto que D. João I lançara sobre o sal. Valia cada moio 30 e 40 réis; descontando o imposto e despesas, sobejavam em cada moio 7 réis ou pouco mais, e assim não era possível reparar ou fazer muitas marinhas. Respondeu D. Duarte, que pelas muitas despesas e encargos que lhe ficaram do tempo de seu pai, se encontrava em circunstâncias mais de aumentar que de diminuir as suas rendas.” ALMEIDA, Fortunato de – *História de Portugal. Instituições Políticas e Sociais de 1385-1580 e de 1580-1816*, vol. II, Bertrand Editora, Lisboa, 2004, p. 238.

⁴⁰ LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Memoria sobre a Historia das Marinhas de Portugal», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 264-268; SOUSA, Armindo de – «As Cortes de Leiria-Santarém de 1433», separata de *Estudos Medievais*, n.º 2 [s. n.], Porto, 1982.

⁴¹ “[...] Desta cousa tam util e necessaria aos homens, e havida por tam sagrada é tam rico Portugal, que com o sal de um soo lugar chamado Setuval se sustentam as mais provincias do septentrião aonde o vêm buscar infinito número de naos cada anno, e de outro lugar, que chamão Alcacere do Sal: e já os romanos lhe chamavão Salacia, por o muito sal que daí se leva por terra para todo o sertam dos reinos de Castella e Leão até a Mancha de Aragam e outras partes que podendo-o haver de lugares maritimos que têm e de poços, o deixam por o de Portugal, que na alvura e gosto excede a todo o de outras partes. Alem daquelles lugares que nomeamos dá-se tanto sal nos lugares de Ribatejo e nos contornos de Lisboa aonde a agoa salgada chega, no reino do Algarve, em Aveiro, e em todos os lugares maritimos delle, que o que sobeja do muito do que se no reino gasta na salgadura do muito pescado que carrega para fora delle per mar e per terra, e o muito que se gasta na muita azeitona, que se tambem salga, pode abastecer muitos reinos.” Cf. LEÃO, Duarte Nunes do – «Do sal que se neste reino faz», in *Descrição do Reino de Portugal*,

sem terem assegurado um fluxo monetário contínuo para a Coroa, ainda substancial nos finais do século XVIII. No caso das marinhas na zona da Figueira da Foz, a sua génese está atestada desde os finais do reinado de D. Afonso Henriques [1178], de acordo com a documentação coligida de vários cartórios visitados pelo Autor.

Foram mencionados os esquemas de enfiteuse e os contractos de subarrendamento por *vidas* nas diferentes propriedades salineiras, as quais seriam mais proveitosas do que as terras de cultivo. As medidas introduzidas na barra da Figueira da Foz, ao invés do que sucedia na barra de Aveiro, enaltecendo os benefícios de uma carga fiscal aligeirada e o incentivo às exportações, estimularam a actividade salineira controlada pelo monopólio dos *marroteiros*⁴² locais:

As Marinhas chamadas da Figueira são todas aquellas, que se observão perto da foz do Mondego⁴³, situadas na Morraceira⁴⁴,

transcrição do texto, notas, aparato crítico e biografia do autor por Orlando Gama, estudos introdutórios de António Borges Coelho, João Carlos Garcia e Suzanne Daveau, tradução e notas dos textos latinos por Amílcar Guerra, 3.^a edição, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002, cap. XXIV, p. 187.

⁴² Um mestre ou inspector das marinhas de sal. Cf. BLUTEAU, Raphael – «Marroteiro», in *Diccionario da Linguoa Portuguesa...*, vol. II, Officina de Simão Thadeo Ferreira, Lisboa, 1789, p. 61.

⁴³ “Em Portugal, existem documentos relativos às marinhas de sal desde o século X, tendo havido explorações do Minho ao Algarve. No caso do estuário do Mondego, deu-se o início do arroteamento da ínsua da Morraceira no século XII, seguindo-se, nos séculos XIV e XV, as marinhas de Tavarede e de Caceira. Nesse tempo, era obra de vulto construir uma marinha, conquistando-a ao juncal, e a povoação de Lavos chegou a ter no sal a sua maior riqueza.” RIBEIRO, José Luís – *Zonas húmidas costeiras e ordenamento territorial: o caso do estuário do Mondego*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001, p. 181.

⁴⁴ “Em 1134 comprou metade da vila de Eimide, no Cabo Mondego. Em 1143 D. Afonso Henriques doou-lhe [ao Mosteiro de Santa Cruz, Coimbra] a outra metade dessa vila de Eimide (Redondos), bem como Lavos e Quiaios. Em 1158 doou-lhe a ilha de Morraceira na Foz do Mondego. O Mosteiro aparece ao longo dos anos seguintes envolvido em vários negócios sobre marinhas de sal da Foz do Mondego, só tendo como rival o cabido da Sé de Coimbra [...]” MARQUES, Alfredo Pinheiro – *Vida e Obra do Infante D. Pedro*, p. 35.

Couto de Lavos⁴⁵, e nos districtos de Villa Verde, e Figueira. No termo d'esta Villa, perto de Tavarede já existião algumas Marinhas no Reinado do Senhor Rei D. Affonso Henriques, como consta de hum contrato, que houve no anno de 1178 entre o Prelado da Igreja de S. Salvador com os seus Clerigos, e o Prior, e Conegos do Mosteiro de S. Jorge⁴⁶, sobre uma Marinha situada em Tavarede perto da foz do Mondego: e tambem já existião algumas no Couto de Lavos no Reinado do Senhor D. Sancho II, como se conclûe de huma Doação, que o Mosteiro de S. Jorge, e a Collegiada de S. Bartholomeu fizeraõ no anno de 1236 de humas Marinhas do Couto de Lavos, com obrigação de fazerem mais trinta, e seis talhos⁴⁷. Continuáraõ nos seculos futuros, como consta de varios aforamentos feitos no seculo decimo quinto pela Collegiada de S. Pedro de Coimbra⁴⁸.

A segunda parte desta *Memoria* engloba uma descrição das marinhas da província de Entre Douro e Minho⁴⁹, salientando que não se conhece as suas origens, embora existam notícias remotas ao conde D. Henrique [1090], atestando a sua importância económica

⁴⁵ MANO, João Pereira – *Lavos: nove séculos de História, seguido de inéditos e esparsos*, Centro de Estudos do Mar e das Navegações, Figueira da Foz, 2000.

⁴⁶ Sobre a gestão das marinhas, v. FERNANDES, Aires Gomes – «As relações entre a Coroa e o Mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos», in *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. Clérigos e religiosos na sociedade medieval*, 2.^a série, t. XVII, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2005, p. 343, n. 45.

⁴⁷ LEPIERRE, Charles – *A Indústria do Sal em Portugal: Inquérito* [s. n.], Lisboa, 1935.

⁴⁸ Para todos estes exemplos, o Autor forneceu transcrições da documentação consultada nos cartórios de S. Jorge, da colegiada de S. Pedro de Coimbra e a Fazenda da Universidade de Coimbra.

⁴⁹ ALMEIDA, Carlos Brochado de – «A exploração do sal na costa portuguesa a norte do Rio Ave. Da antiguidade clássica à Baixa Idade Média», in *Actas do I Seminário Internacional sobre o sal português*, pp. 150-151.

na região. Quanto às marinhas nas margens do rio Leça⁵⁰, produtivas no reinado de D. Afonso Henriques – Constantino Botelho de Lacerda Lobo visitara os cartórios do mosteiro de Pendorada, de Moreira e de Vairão⁵¹, onde analisou a documentação testamentária, de doações, etc. –, sugere que estas marinhas já não existiriam no reinado de D. João I, porque as posturas exaladas das Cortes de Coimbra [1432] assim o lembram. O mesmo teria sucedido com as marinhas de Matosinhos⁵², mas no reinado de D. Afonso V, como poderia ser indagado no cartório da Câmara do Porto.

O Autor reporta a presença de outras salinas no rio Douro e localizadas em Gaia, Miragaia, Massarelos e outros locais produtivos, supostamente extintas no reinado de D. Afonso III [1293]. Quanto às marinhas de Vila do Conde, nas margens do rio Ave, deveriam ter

⁵⁰ MARÇAL, Horácio – «As extintas marinhas de sal na foz do Rio Leça», separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 32, CMM, Matosinhos, 1988.

⁵¹ «As referências documentais, escritas, mais antigas que possuímos, relativas a produção de sal no estuário do Leça, são anteriores à nacionalidade e datam dos inícios do século XI. A inexistência de referências medievais anteriores não significa que já não existisse nessas épocas tal actividade, mas, também aqui, estamos é perante uma ausência generalizada de documentação escrita. Aliás, pelo contrário, dever-se-á valorizar o facto de praticamente desde que existem documentos escritos nesta região eles referirem a presença de salinas no Leça. A documentação existente atesta, através de vendas, compras, doações, permutas e cedências, um aparente grande dinamismo, ao longo dos séculos XI e XII, destas salinas do estuário do Leça que nos aparecem, igualmente, muito disputadas e fragmentadas no que diz respeito aos seus proprietários, já que possuímos referências à sua posse por parte de nobres, da Igreja e do próprio rei. A partir do século XIII uma menor menção à sua existência, na documentação, poderá indiciar alguma decadência nas salinas do Leça. Se tal crise, porventura, aconteceu, parece igualmente que terá sido ultrapassada na segunda metade da centúria seguinte quando o sal aqui gerado concorria e prejudicava seriamente o comércio que a cidade do Porto possuía em torno do sal, nomeadamente do produzido em Aveiro.» COSTA, Patrícia, e CLETO, Joel – «O sal do esquecimento. Salinas e comercialização de salgados na foz do rio Leça», in *A articulação do sal português aos circuitos mundiais – antigos e novos consumos*, FLUP, Porto, 2008, p. 68.

⁵² SILVA, Fernando, e FIGUEIRAL, Isabel – «Escavações arqueológicas em Lavra. As salinas romano-medievais da praia de Angeiras», separata do *Boletim da Biblioteca Pública de Matosinhos*, n.º 30, CMM, Matosinhos, 1987.

desaparecido no início do século XII, embora fossem significativos quando o conde D. Henrique governava:

Naõ me foi possivel determinar a Epoca certa, em que começáraõ a haver Marinhas nesta Provincia⁵³; porém consta de huma Doação feita ao Mosteiro de Pendurada no anno de 1090, tempo em que governava Portugal o Senhor Conde D. Henrique, o haverem Marinhas nas margens do Rio Leça⁵⁴, as quaes ainda existiaõ no anno de 1119, como consta de huma Carta de venda feita neste anno ao Mosteiro de Moreira⁵⁵, tempo em que reinava em Portugal o Senhor Rei D. Affonso Henriques.

Ainda existiaõ estas Marinhas no anno de 1139, como se conclue de huma Carta de venda feita ao Mosteiro de Moreira neste mesmo anno: e he de crer, que as sobreditas Marinhas continuassem no anno de 1145, e que sejaõ aquellas, de que faz menção a Doação feita ao Mosteiro de Vairão⁵⁶ no sobredito anno.

Estas Marinhas julgo, que já não existiaõ no anno de 1432, ou 1433 no Reinado do Senhor D. João I; porque nas Côrtes de Coimbra feitas no dito anno mandou-se cumprir a Sentença entre o Concelho do Porto, Leça da Palmeira, e Mattozinhos, pela qual não podia entrar Sal de fóra para os ditos Lugares, senão para

⁵³ MARÇAL, Horácio – «As antigas salinas da terra de Bouços, romano-medievais da praia de Angeiras», separata do *Boletim da Biblioteca Pública de Matosinhos*, n.º 13, CMM, Matosinhos, 1966; GALANTE, Domingos – «As Margens do Rio Leça e as antigas marinhas de sal. Matosinhos», in *Ontem, Hoje e Amanhã*, Câmara Municipal, Matosinhos, 2005, pp. 37-40.

⁵⁴ MARÇAL, Horácio – «As extintas marinhas de sal na foz do rio Leça», in *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 32, CMM, 1988, pp.11-27.

⁵⁵ Referências documentais a cartas de venda datadas de 1070, de acordo com os cartórios dos mosteiros de Pendorada e de Moreira.

⁵⁶ *Documentos de Vairão*, por Pedro de AZEVEDO, Typographia do Porto Medico, Porto, 1919; MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira – *O Mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: o percurso de uma comunidade feminina*, vols. I-II, tese de doutoramento em História da Idade Média, Universidade Portucalense [texto policopiado], Porto, 1999.

o seu consumo: e que todos os mais, que o quizessem comprar, viessem ao Porto⁵⁷; porque nisto interessava a Cidade, por lhe trazerem mantimentos os que querião levar Sal. Daquí podemos concluir, que já neste tempo tinhaõ acabado as Marinhas, que existião nas margens do Rio Leça; porque ainda que produzissem pouco Sal, sempre seria bastante para o consumo dos ditos Póvos, sem que houvesse precisão de ser importado de fóra. [...]

Naõ pude descobrir o tempo, em que fôraõ feitas as referidas Marinhas⁵⁸; porém he muito provavel, que ainda naõ existissem no anno de 1293, tempo em que foi dado á Villa de Gaia foral⁵⁹ pelo Senhor Rei D. Affonso III; porque neste naõ se faz menção do quanto haviaõ de pagar do Sal, como se faz de todos os fructos naturaes, e industrias pertencentes à dita Villa⁶⁰.

Mais a sul e após uma visita a Rio Maior [Julho de 1790], Constantino Botelho de Lacerda Lobo percorreu acerca das marinhas na província da Estremadura⁶¹, com destaque para as de Rio Maior⁶², constituindo-se, assim, a terceira parte da sua *Memoria*. Estas salinas eram, por tradição, consideradas as mais antigas em Portugal, embora não existissem provas das suas origens e a sua

⁵⁷ BARROS, Amândio J. Morais – «A contabilidade de um produto estratégico: o Livro da imposição do sal, século XVII», in *Actas do I Seminário Internacional sobre o sal português*, pp. 78-79.

⁵⁸ GOMES, António J. – *Matosinhos em Textos Medievais (Até D. Afonso III)*, CMM, Matosinhos, 1978

⁵⁹ AFONSO José António, e PRATA, Raúl Solla – *O Foral de Gaia de 1255*, CMVNG, Gaia, 1983.

⁶⁰ LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Memoria sobre a Historia das Marinhas de Portugal», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 274-277.

⁶¹ BERNARDO, Hernâni – «Marinhas ignoradas da Estremadura – as salinas de Peniche», separata de *Ethos*, n.º 5, Editorial Minerva, Lisboa, 1966.

⁶² GOUCHA, Georgette, et al. – *Marinhas de Sal de Rio Maior: oito séculos de História (1177-1977)*, CMM, Rio Maior, 1977; CALADO, Carlos, e BRANDÃO, José – «Salinas interiores em Portugal: o caso das marinhas de Rio Maior», in *GEONOVAS*, n.º 22, Associação Portuguesa de Geólogos, Lisboa, 2009, pp. 45-54.

evolução, ainda que o cartório da Casa de Bragança pudesse adiantar informações contundentes a partir da Restauração. No decurso das suas observações, o Autor constata que os métodos de produção destas salinas eram estritamente manuais – a força braçal dominava todo o processo de extracção do sal, condição que não permitia o cabal desenvolvimento dessas marinhas. A presença de fontes de água salgada⁶³ em Rio Maior permitiria, de acordo com a sua opinião, que este sal fosse considerado da melhor qualidade em virtude da sua composição química, detendo um produto anual de 400 moios [1 moio = 60 alqueires; um alqueire (de Lisboa) = 13,1 litros] distribuídos para toda a região centro, à excepção de Santarém, como se pode observar adiante.

Focaria a sua atenção nas marinhas em redor de Lisboa, destacando as salinas de Santo Antão do Tojal, ou do Tojal, existentes no reinado de D. João I como propriedade do mosteiro de S. Vicente de Fora, de acordo com o seu cartório. A importância crescente do sal foi testemunhada, sobretudo, pelo registo do seu tráfego nas Ordenações Afonsinas, servindo como moeda de transacção internacional e como elemento de doação régia⁶⁴. As marinhas lisboetas entrarão em rápida decadência no domínio filipino, como houvera constatado na documentação do Real Arquivo da Torre do Tombo. A partir do reinado de D. João IV, a sua produção será retomada para auxiliar o esforço de guerra, servindo, não poucas vezes, para o pagamento do armamento até aos nossos inimigos, como no caso das Províncias Unidas⁶⁵. Não obstante o esforço da Casa

⁶³ VINAGRE, Valter – *Com sal: salinas naturais de Rio Maior* [s. n.], Rio Maior, 1996.

⁶⁴ RAU, Virgínia – «Rumos e vicissitudes do comércio de sal português nos séculos XIV a XVIII», separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 3.^a série, n.º 7, FLUL, Lisboa, 1963.

⁶⁵ «O Sal se coalha copiosamente nas muitas marinhas, que ha em Aveiro, Santo Antonio do Tojal, e em Setubal, bastando só os direitos Reaes destas salinas de Setubal para satisfazerem os Holandezes os milhões, que se obrigou o Reino a pagarlhe pelo Tratado da liga defensiva, concluindo-se o anno de 1703 o seu ultimo paga-

de Bragança, estas salinas estavam completamente arruinadas nos inícios do século XVIII:

O Sal das Marinhas de Rio Maior prefere na Bondade ao de todas as d'este Reino⁶⁶, muito principalmente para a salgação, por ser misturado com huma menor quantidade de saes muriaticos terreos⁶⁷. O producto annual d'estas Marinhas he ordinariamente de 400 moios, e d'aquí he exportado para o termo do Cadaval, Obidos, Alcobaça, Leiria, e outros; porém não póde ser vendido no termo de Santarem, exceptuando a freguezia de Rio Maior.

Naõ tive noticia até ao presente de documento algum, pelo qual se possa determinar a época certa, em que principiáram a haver Marinhas em Riba-Tejo⁶⁸: só podemos affirmar, que as do Tojal já existião muito antes do anno de 1412, tempo em que reinava o Senhor Rei D. João I⁶⁹; porque então o Mosteiro de S. Vicente de fóra emprazou a Senhorinha Annes, Camareira da Rainha D. Leonor, humas Marinhas no Tojal, aonde chamaõ a *Carvalha*, por

mento." CASTRO, João Baptista de – «Dos Mineraes», in *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, vol. I, Officina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, Lisboa, 1762, p. 176.

⁶⁶ COSTA, Ivan – *Salinas naturais de Rio Maior: um património a conhecer e a preservar*, dissertação de mestrado em Museologia e Património Cultural, FLUC [texto policopiado], Coimbra, 2002.

⁶⁷ “Ao lado septentrional do Lugar de Rio Maior, na Comarca de Santarem, em meio de huma pequena planicie, junto á Estrada nova, ha um poço de agoa summamente salgada, e de que se fabrica sal commum com grande abundancia; este excede de maneira o sal commum marino, que para salgar carnes, pouco mais he preciso do que a metade da quantidade de que se fabrica da agoa do mar. Segue-se pois que a agoa he summamente saturada de murito de soda, o mais puro possível, e sem as misturas dos muriatos calcareo e magnesiano, que se encontrão no sal commum marino, que o fazem amargo, e deliquescente.” COSTA, Jacinto da – *Pharmacopea Naval, e Castrense...*, vol. I, Impressão Régia, Lisboa, 1819, pp. 200-201.

⁶⁸ CRUZ, M.^a Alfreda – *A margem sul do estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço* [s. n.], Lisboa, 1973, pp. 37-39.

⁶⁹ RAU, Virgínia – *Estudos sobre a História do sal português*, p. 64.

tres vidas, pagando-se de pensão a primeira seis moios de Sal, a segunda sete, e a terceira oito⁷⁰.

He porém sem duvida, que já no Reinado do Senhor Rei D. João I. haviaão Marinhas em Riba-Tejo em tão grande quantidade, que não sómente davaão Sal para o consumo de Lisboa⁷¹, mas também era exportado para fóra do Reino, o que se prova por hum dos Artigos, que fôraão requeridos em Coimbra ao Senhor Rei D. João I por parte dos Fidalgos, referidos na Ordenação do Senhor Rei D. Affonso V. Liv. II. tit. 59. §. 31⁷². [...]

D'aquí podemos conjecturar, que as Marinhas de Riba-Tejo, ou estavaão inteiramente arruinadas⁷³, ou em tal decadencia, que não davaão Sal, que era preciso para o consumo de Lisboa, mas que era necessario, que entrasse nesta Cidade Sal de outras Marinhas do Reino⁷⁴.

⁷⁰ MARQUES, M.^a Dulce de Oliveira – *O Salgado de Alcochete – percursos de sal: perspectivas de musealização*, dissertação de mestrado em Museologia, FLUP [texto policopiado], Porto, 2009, p. 36.

⁷¹ SÉRGIO, António – *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1973, pp. 135-136.

⁷² “[...] Senhor, vos fazem saber que ja aconteeço a cada huu dos sobretidos vossos Vassallos vender o moyo de sal a vinte libras singrante tirado de todos custos, e os vossos Rendeiros da Imposiçom, e os Rendeiros de Lixboa outro tanto; e o Rendeiro de Riba-Tejo diz, que o tiram de huu Termo para outro, e o Rendeiro de Lixboa diz que o levam da Villa pera fora do Regno; e ainda pedem-nos em Lixboa a metade da sisa, porque diz que hy he feita a venda, e os de Riba-Tejo a outra metade, porque dizem que alla he feita a entrega, e assy nos levam a sisa de vinte libras por moyo, e nom querem descontar as seis, que levam pola Impozuição; [...]” Cf. «Dos Artigos, que foram requeridos por parte dos Fidalgos a ElRey Dom Joham na Cidade de Coimbra», in *Ordenações Afonsinas*, com nota de apresentação e Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica de Eduardo Borges Nunes, livro II, 2.^a [edição fac-símile de acordo com a edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra em 1792], Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, tít. LXIX, § XXXI, pp. 364-365.

⁷³ *Nova História de Portugal. Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV, pp. 112-113.

⁷⁴ LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Memoria sobre a Historia das Marinhas de Portugal», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, 1793, pp. 280-283.

Para finalizar a caracterização das marinhas na Estremadura, o Autor destacou o valor das salinas de Setúbal, embora, à semelhança de outras omissões, não conhecesse a origem destas produções nas margens do rio Sado⁷⁵. Só no reinado de D. Pedro I surgem referenciadas pelas Cortes de Elvas [1361], evocando os incentivos da Coroa à exportação do sal para fora do Reino. Entre outras apreciações quanto às semelhanças e diferenças entre as marinhas portuguesas, Constantino Botelho de Lacerda Lobo indica a primeira menção documental destas salinas no cartório da Câmara de Setúbal, não havendo documentos anteriores ao reinado de D. João III [Cortes de Almeirim, 1544].

No reinado de D. Sebastião, cerca de 1/3 da produção deste sal destinar-se-ia ao consumo interno, enquanto os restantes 2/3 destinavam-se à exportação [1576]. No período filipino⁷⁶, ainda que por motivos políticos esta produção fosse gravemente afectada nem por isso deixou de exportar em quantidades significativas. Em correspondência com outras marinhas, também o sal de Setúbal⁷⁷ seria fundamental para a causa restauracionista:

⁷⁵ SILVA, A. A. Baldaque da – *Memoria acerca da roda do sol das marinhas do Sado ou resposta à curta exposição sobre a roda de Setúbal*, Typographia G. M. Martins, Lisboa, 1852.

⁷⁶ “O sal, desde os primeiros seculos da monarchia, fôra sempre um dos ramos mais importantes das exportações do paiz. As marinhas de Lisboa, de Aveiro, de Setubal e do Algarve, entre outras, não só cobriam o consumo interno na salga do peixe e da azeitona, como locupletavam o fisco com as receitas tiradas dos direitos de saída de milhares de moios carregados todos os anos para os portos dos outros estados. No governo dos reis da casa de Austria deu-se nova fôrma e regimento ao imposto; mas, procurando extorquir por elle muito mais do que as forças da producção comportavam, foi o resultado ficarem algumas salinas incultas e desamparadas.” SILVA, Luís Augusto Rebello da – *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, introdução de Jorge Borges de Macedo, vol. IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1972, p. 473.

⁷⁷ RAU, Virgínia – «Os holandeses e a exportação do sal de Setúbal nos fins do século XVII», separata da *Revista Portuguesa de História*, vol. IV [s. n.], Coimbra, 1950.

Nada posso decidir com certeza sobre a origem, e antiguidade⁷⁸ das Marinhas de Setubal; porem he muito provavel, que tanto nas margens do Sado, como do Tejo, ellas já existissem no Reinado do Senhor Rei D. Pedro I; porque do Artigo 54 das Côrtes feitas em Elvas⁷⁹ no anno de 1361 consta carregarem-se Navios de Sal, que era exportado para fóra do Reino. Não existindo as sobreditas Marinhas, todas as outras, que então se observavaõ, não podiaõ dar Sal em tanta quantidade, que chegasse para o consumo de Portugal, e para ser exportado para os Reinos estrangeiros⁸⁰: logo he muito provavel⁸¹, que já houvessem algumas Marinhas em Setubal no anno de 1361⁸².

A quarta e última parte desta *Memoria* versou sobre a actividade das marinhas no reino do Algarve, as quais eram fundamentais para as actividades económicas da região⁸³. Embora dotadas com condições físicas altamente propícias para a exploração do sal, pouco ou

⁷⁸ IDEM – *A exploração e o comércio de sal de Setúbal* [s. n.], Lisboa, 1951.

⁷⁹ GAMA, Eurico – «As Cortes de Elvas em 1361», separata do *Boletim da Junta de Província do Alto Alentejo* [s. n.], Évora, 1956.

⁸⁰ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. III, Editora Arcádia, Lisboa, 1963, pp. 505 e ss.

⁸¹ *Cortes Portuguesas, reinado de D. Pedro I: 1357-1367*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto, Centro de Estudos Históricos [FCSH]/INIC, Lisboa, 1986, p. 109.

⁸² LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Memoria sobre a Historia das Marinhas de Portugal», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, 1793, pp. 283-284.

⁸³ «O mar, que tão variadas e numerosas especies e generos de peixes sustenta na costa do Algarve, fornece ao mesmo tempo abundante e excellente quantidade de sal para os aproveitar. Em quasi todos os portos, taes como Castro Marim, Tavira, Faro, Mexilhoeirinha, Portimão, Alvor, e Lagos, ha marinhas que produzem sal em abastança, não só para a salga das pescarias, mas para exportar para o estrangeiro. No anno de 1791 havia no Algarve 239 marinhas, das quaes 103 estavam incultas, e as outras produzião 11:281 moios de sal, empregando nos mezes da lavra 437 homens de trabalho por dia; [...] Esta producção porêm nem sequer era sombra do que outr'ora se manipulava nestes portos.» LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou Memoria Economica, Estadistica, e Topografica do Reino do Algarve*, Typografia da Academia das Ciências, Lisboa, 1841, pp. 129-130.

nada se conheceria sobre as suas origens, embora o Autor afiançasse que antes do reinado de D. Dinis [1314] não existiam registos de marinhas no Algarve⁸⁴, de acordo com o cartório da Câmara de Tavira. Apesar de tudo, existiu uma carência enorme de sal no Algarve ao longo da Idade Média, o que atesta que ou não existiriam salinas ou as poucas explorações não garantiam sequer as necessidades locais. No entanto, no reinado de D. João I as salinas produziam já em quantidades abundantes, facilitando-se a sua rápida exportação, como se pode consultar nas Ordenações Afonsinas.

As salinas de Faro seriam as mais produtivas do Algarve, ainda que não existissem registos históricos verosímeis e teriam sido, muito provavelmente, as primeiras no sul do país, como se poderia consultar no cartório da Câmara de Faro, sem desprezar as regulamentações oriundas das Cortes de Viseu [1429], das Cortes de Évora [1476? e 1490], entre outras procedências documentais. Não esqueceu de assinalar as marinhas de Almarge, no termo de Tavira, cruciais para a salmoura das pescas. Neste ponto, fornece alguns dados acerca das salinas de Alvor e Portimão⁸⁵, as únicas em todo o Algarve antes de 1720 e exploradas à semelhança das marinhas de Alcochete⁸⁶, embora estivessem numa fase ruínosa aquando a sua visita.

Mesmo no término da sua *Memoria*, uma última análise sobre as marinhas de Castro Marim⁸⁷, propriedade da Coroa e de alguns particulares. Mandadas edificar no reinado de D. José, destinavam-se

⁸⁴ CORTESÃO, Jaime – *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Portugália Editora, Lisboa, 1966.

⁸⁵ OLIVEIRA, Ataíde – *Monografia do Concelho de Olhão*, 3.^a edição, Algarve em Foco Editora, Faro, 1999, pp. 113 e ss.

⁸⁶ ESTEVÃO, José – *Anais de Alcochete: dados históricos desde o século XIII*, Couto Martins, Lisboa, 1956.

⁸⁷ CASTRO, Armando – *A Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV*, Portugália Editora, Lisboa, 1964, pp. 153 e ss.

primeiramente à salmoura da pescaria proveniente de Monte Gordo⁸⁸, com relevo para a captura da sardinha. Não deixa, apesar de todo o esforço descritivo, de endereçar algumas críticas ao monopólio no comércio do sal com o Alentejo, via Mértola, acentuando a sua ruína:

A abundancia dos Sapaes, que se observaõ na Costa do Algarve, a facil exportação do Sal, podia dar occasião a conjecturar-se, que seriaõ mui antigas as Marinhas deste Reino; porém não pude descobrir, que ellas existissem antes do Reinado do Senhor Rei D. Diniz⁸⁹.

Como consta de huma Carta de Desagravo, que o Senhor Rei D. Diniz mandou passar ao Concelho de Tavira no 1 de Setembro do anno de 1314, que houve no Algarve taõ grande falta de Sal, que vendiaõ o alqueire a quatro Soldos, e lançavaõ no paõ agoa salgada⁹⁰. Daquí podemos concluir, que no Algarve, ou ainda não haviaõ Marinhas, ou eraõ taõ poucas, que hum anno de esterilidade⁹¹, causou huma falta taõ consideravel no sobredito Reino.

No caso de existirem já algumas Marinhas no Reino do Algarve no anno de 1314, não poderemos determinar o progresso, que

⁸⁸ «Memória sobre o estado das pescarias da costa do Algarve no ano de 1790», in *Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa*, 2.^a edição, vol. V, pp. 69-102.

⁸⁹ CASTELO-BRANCO, Fernando – «Tráfego portuário e história regional portuguesa», in *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do Colóquio*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1975, pp. 241-249.

⁹⁰ Tal carta de desagravo foi consultada no cartório da Câmara de Tavira, segundo o Autor.

⁹¹ «O sal teria sido abundante nos primeiros tempos da monarquia, de tal modo que os reis reservavam para si e seus sucessores todas as salinas existentes; a sua venda, porém, decaí sensivelmente, e, em pleno século XV, não é já suficiente para abastecer o mercado algarvio. Porquê esta decadência? Não encontramos dados suficientes que permitissem deduzir as razões dela, mas não nos parece inadmissível que esteja relacionada com o grande desenvolvimento da indústria salineira do Sado e com um acentuado crescimento da indústria pesqueira do Algarve que levaria os naturais daquela região a dedicarem-se, de preferência, a uma actividade que lhes asseguraria mais amplos rendimentos.» CUNHA, Rosalina – *Subsídios para a conservação do peixe em Portugal*, Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1972, p. 20.

ellas fôraõ tendo pela successão dos tempos⁹². He porém sem duvida, que no Reinado do Senhor Rei D. Joaõ I as Marinhas do Algarve produziaõ Sal em tanta quantidade, que se facilitava aos Estrangeiros⁹³ a exportação d'elle para fóra do Reino.

A abundancia de Sal, que entaõ havia no Algarve, era das Marinhas de Faro⁹⁴; porque as outras d'este Reino consta serem feitas desde o anno de 1532 até aos fins do Reinado do Senhor Rei D. José⁹⁵.

Nos finais do século XVIII estava em marcha uma reavaliação dos recursos naturais passíveis de exploração racionalizada, num contexto iluminista que, sendo internacional, encontrava na Academia Real das Ciências de Lisboa a sua principal promotora. Ligada às academias europeias, tais como a Royal Society de Londres⁹⁶ e a Universidade de Coimbra, pretendia-se aplicar programas de aperfeiçoamento das ciências e da economia na promoção do bem-estar

⁹² DINIS, A. J. Dinis – *Estudos Henriquinos*, vol. I, Universidade de Coimbra, 1960, p. 92.

⁹³ “Dom Joham pela graça de DEOS Rey de Portugal, e do Algarve. A quantos esta Carta virem fazemos saber, que contenda era perante nós antre o Concelho da nossa mui nobre, e leal Cidade de Lixboa, per Ruy Garcia Mercador, morador em a dita Cidade, seu Procurador pera ello, e os Mercadores Prazentins estantes em a dita Cidade, per Antom Roger, e Pedro de Garnaão outro sy Mercadores Prazentins, como seus Procuradores, per razom dos privilegios, que pelos Reyx dante nós, e per nós foram dados aos ditos Mercadores Prazentins, e esso meesmo em razom das Hordenaçooes, e defesas, que som postas em nossos Regnos, per que os ditos Mercadores Estrangeiros nom podem retalhar pãnos, nem comprar nenhuus averes fora da dita Cidade de Lixboa, salvo fruita, ou vinhos, ou sal, que poderóm comprar no Regno do Algarve, e em todolos outros Lugares do nosso Senhorio.” Cf. «Dos Mercadores Estrangeiros, como ham de comprar e vender suas mercadarias», in *Ordenações Afonsinas*, Livro IV, tít. IV, § X, p. 50.

⁹⁴ IRIA, Alberto – «O Algarve e os Descobrimentos», in *Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1956, pp. 426-427.

⁹⁵ LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Memoria sobre a Historia das Marinhas de Portugal», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, 1793, pp. 289-290.

⁹⁶ *Membros Portugueses da Royal Society*, 2011.

público⁹⁷. A criatividade desta *Memoria* baseia-se no modo como Constantino Botelho de Lacerda Lobo, entre outros académicos, conjugaram uma metodologia teórica com uma aplicação empírica, adoptando modelos rigorosos na recolha de informação sobre as técnicas de extracção de recursos marítimos⁹⁸ junto das comunidades.

Por conseguinte, esta *Memoria* ainda é um modelo para estes campos, compreendendo um registo pautado pela acutilância, a capacidade de observação, a preocupação probatória e estatística, sem esquecer o ornato historiográfico num discurso caracterizado pela concisão e novidade. É de salientar a omissão de conclusões gerais, dando a entender que fosse uma monografia incompleta. Apesar do tom crítico das dinâmicas particulares de cada salina, o Autor não atacou directamente nenhum poder económico, pois

⁹⁷ “As viagens filosóficas – expedições científicas – visavam observar e registar as diversas potencialidades naturais do Estado. Esta era outra das formas de tornar útil e utilitária a Ciência, no âmbito da Academia de Lisboa. As viagens científicas (a par das literárias e de evasão) em grande voga na Europa racionalista do século XVIII, foram particularmente acarinhadas pela Academia, ao conjugar os seus apoios com os incentivos de explorações naturalistas da Universidade de Coimbra.” NUNES, M.^a de Fátima – *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «Sciencia Agrícola» em Portugal*, «Colecção Thesis», Estar Editora, Lisboa, 2001, p. 44; FIOLHAIS, Carlos, e MARTINS, Décio – *Breve História da Ciência em Portugal*, pp. 551-59.

⁹⁸ “O patrocínio da Academia das Ciências de Lisboa, através de um dos seus fundadores, o Abade Correia da Serra, esteve na origem das digressões do viajante mais profícuo deste período, Constantino Botelho de Lacerda Lobo, também ele aluno de Vandelli e transmontano como António de Sá. Lacerda Lobo percorreu toda a costa litoral portuguesa e ainda o interior norte do país, Minho e Trás-os-Montes. Dessas digressões resultaram as onze memórias, publicadas na *Memórias Económicas da Academia*, reunindo mais de 500 páginas, em que trata predominantemente das suas observações, ou seja, das pescarias, salicultura e viticultura. Temos referido e sublinhado o interesse económico que está presente nestas digressões e jornadas, mas isso não significa que outros objectivos apontem num sentido cultural e de afirmação de novas ideias, relativamente a atitudes sobre a Natureza e gentes. Na verdade, e em grande parte pelo carácter enciclopédico que se imprime a estes projectos, os viajantes deixam-nos as suas reflexões filosóficas sobre as belezas naturais e também a descrição etnográfica dos costumes e tradições dos povos.” VAZ, Francisco António Lourenço – «O Grande Livro da Natureza nos Textos e Viagens Filosóficas de José António de Sá», in *Imagens da Ciência em Portugal. Séculos XVIII-XX*, Caleidoscópio, Lisboa, 2005, pp. 3-21.

a sua missão era facultar um quadro simples e preciso, como se fosse um relatório geral, das actividades da salicultura portuguesa no limiar do século XVIII.

- VII -

FRANCISCO DIAS GOMES
[1745-1795]

Na sequência da *Memoria* preliminar de Joaquim de Fóios¹, o primeiro dos contributos para as *Memorias de Litteratura Portugueza*, seguir-se-ia um excelente ensaio historiográfico de Francisco Dias Gomes² [1745-1795]. Trata-se de um trabalho premiado pela Academia Real das Ciências de Lisboa, reflexão assaz pioneira no campo da crítica literária moderna.

Ainda é motivo de espanto a sapiência do Autor³, detentor de uma formação elementar, mas dominado uma plêiade de autores

¹ Consulte-se a nossa análise para FÓIOS, Joaquim de – «Memorias sobre a Poesia Bucolica dos Poetas Portuguezes», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792.

² *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, vol. VII, pp. 21-22; «Francisco Dias Gomes», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, pp. 369-371; vol. IX, p. 284; CHAGAS, Manuel Pinheiro – *Portuguezes Illustres*, 2.^a edição revista e aumentada, Livraria de A. Ferin, Lisboa, 1873, pp. 142-143; «Francisco Dias Gomes», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, p. 519; BORRALHO, M.^a Luísa Malato da Rosa – «Gomes, Francisco Dias», in *Biblos. Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. II, cols. 844-846.

³ RIBEIRO, José Silvestre – *Primeiros Traços d'uma Resenha da Litteratura Portugueza*, vol. I, pp. 313-314; LACERDA, João António de Lemos Pereira de [visconde de Juromenha] – *Obras de Luíz de Camões, precedidas de um ensaio biographico...*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1860, 1860, p. 364; ALMEIDA, Manuel Lopes de – *Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)*, Universidade de Coimbra, 1964, p. 409; SILVA, Vítor Aguiar e – *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*,

clássicos, medievais, renascentistas e contemporâneos numa análise comparativa com as posturas discursivas dos principais autores da Literatura portuguesa. Segundo o seu parecer, passível da maior actualidade, os maiores expoentes literários nacionais seriam Francisco de Sá de Miranda, António Ferreira, Diogo Bernardes, Pedro de Andrade Caminha, desembocando em Luís de Camões. Investigação volumosa e notoriamente precursora, esta *Memoria* premiada seria editada integralmente⁴, destacando-se a sua dimensão, correspondente a uma qualidade inabalável, demonstrativa de um conhecimento único sobre a História da língua portuguesa.

No âmbito da crítica literária emergente nos finais do século XVIII, surge-nos, impreterivelmente, a figura de Francisco Dias Gomes, notável perscrutador da História da Literatura portuguesa⁵. Natural de Lisboa, era filho de Frutuoso Dias, um modesto merceeiro estabelecido na capital. Aprendeu as primeiras letras e aprofundou a apetência pelas Humanidades na Congregação do Oratório, chegando a matricular-se em Leis na Universidade de Coimbra. Porém, em virtude das sugestões de um tio que se propôs estabelecê-lo com uma mercearia, convenceu o pai de Francisco Dias Gomes em como a vida de comerciante representaria um futuro mais seguro que o ofício das Leis.

Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1971, pp. 155-156; *Miscelânea de estudos em honra do Professor Vitorino Nemésio*, FLUL, Lisboa, 1971, pp. 177 e ss.

⁴ De acordo com o regulamento do concurso literário publicado a 17 de Janeiro de 1790, esta *Memoria* foi premiada em sessão pública da Academia Real das Ciências em Maio de 1792, sendo publicada nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* em meados de 1793.

⁵ “Francisco Dias Gomes foi realmente um homem de grande mérito literário. Herculano considerou-o talvez dotado do mais apurado engenho, que Portugal tem tido, para avaliar os méritos de escritores.” RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal, 1798-1802*, prefácio de Castelo Branco Chaves, vol. I, «Portugal e os Estrangeiros», Biblioteca Nacional, Lisboa, 2002, p. 350, n.º 9; HERCULANO, Alexandre – «Historiadores Portuguezes. Fernão Lopes», in *O Panorama*, 1.ª série, vol. III, ft. 112, 22 Junho 1839, pp. 196-197.

Interrompendo definitivamente os estudos universitários, Francisco Dias Gomes assumiria a gerência do estabelecimento comercial em questão. Apesar das suas responsabilidades, aplicou-se nos estudos de modo autodidacta, continuando a perscrutar os modelos literários clássicos, as obras modernas e os autores vernáculos. Francisco Dias Gomes não pode ser considerado um poeta de primeira bitola, mas são-lhe reconhecidos trabalhos medianos ⁶, composições sóbrias pela elegância e a pureza do estilo, as quais revelam um conhecimento dos mecanismos dinâmicos da arte gramatical, com grande avanço relativamente aos estudos lexicais coevos⁷.

O carácter modesto do seu quotidiano conservaram-no arredado dos círculos literários mais em voga. No entanto, houve quem lhe perfilhasse o talento, como foi o caso do então professor de matemática, depois general e barão, Francisco de Borja Garção Stockler⁸,

⁶ Entre outras obras, apontamos *Ifigenia. Tragedia, tirada da Historia Grega*, Officina de João António da Silva, Lisboa, 1798; *Electra...*, em *Cinco Actos, tirada da Historia*, Typographia Regia Silviana, Lisboa, 1799. Estas tragédias foram apresentadas separadamente à Academia Real das Ciências de Lisboa. Porém, não lhe foi reconhecido mérito suficiente em concurso, tendo sido restituídas ao Autor, em conformidade com os estatutos.

⁷ “Francisco-Dias Gomes ne fut qu’un poète correct et élégant, mais il eut la gloire d’être utile en faisant sentir à son siècle des beautés trop souvent méconnues: [...]. Il y a dans cette lutte et dans sa fin quelque chose de si triste, de si noble, que je n’ai pu m’empêcher de la rapporter; et d’ailleurs Francisco-Dias mérite bien de tous ceux qui s’occupent de la littérature portugaise. Il est considéré par quelques écrivains comme le seul critique digne de ce nom. On peut voir ses travaux en ce genre dans les *Mémoires de l’Académie* et dans les notes de ses poésies.” DENIS, Ferdinand – *Résumé de l’Histoire Littéraire de Portugal*, Lecoq et Durey, Paris, 1826, pp. 428-429.

⁸ “A elegancia, e pureza são com effeito as virtudes, que mais sobresaem nas composições d’este Escriitor, e que realmente as fazem dignas de mui particular apreço, principalmente em hum tempo, em que os rapidos progressos do espirito humano em todo o genero, tendo feito indispensavel a frequente leitura dos Livros Estrangeiros, tem dado occasião, a que pessoas destituidas do conhecimento e estudo filosofico de nossa Lingoa materna, tenhaõ introduzido nella, por meio de milhares de traducções impuras, e accleradamente feitas, huma prodigiosa quantidade de termos e frases perigrinas, que sem aperfeiçoalla, nem enriquecella, a tem notavelmente adulterado. O genero de Poesia, a que Francisco Dias se deu com mais efficacia, e para o qual mostrou sempre maior propensão, foi a Elegia. E na verdade como os sentimentos, de que o coração humano he capaz, nem todos são igualmente

seu amigo e admirador confesso, o qual promoveu a publicação póstuma das suas obras. Residia com a família no Poço do Borratém, em Lisboa, e como os poucos lucros da sua mercearia mal chegavam⁹, ensinava particularmente as primeiras letras e a gramática latina a crianças. Aos 50 anos, uma doença epidémica atacou sucessivamente toda a família e ele próprio, falecendo a 30 de Setembro de 1795, deixando viúva e três filhos menores desamparados, o que motivou algumas acções de solidariedade.

São unânimes os elogios aos trabalhos críticos deste filólogo amador, considerados um manancial precioso de doutrina literária, indispensáveis para um conhecimento abrangente da Literatura portuguesa. Admirador de Voltaire¹⁰ e do pensamento iluminista francês,

sogeitos á influencia das instituições sociaes, hum genero de Poema, cujo objecto são as paixões e affectos, que a natureza fez menos dependentes da diversidade da educação, e da maneira particular de viver cada individuo, era entre todas as composições sentimentaes justamente aquella, em que hum homem occupado quasi toda a vida nos exercicios menos proprios para dar elevação ao espirito, podia mais facilmente distinguir-se.” STOCKLER, Francisco de Borja Garção – «Breve Noticia da Vida, e Obras do Author», in *Obras Poeticas de Francisco Dias Gomes*, mandadas publicar por ordem da Academia Real das Sciencias, a beneficio da viuva e orfaões do Autor, Typographia da Academia, Lisboa, 1799, pp. XVIII-XIX.

⁹ “[...] Francisco Dias felt the evils of his situation, and struggled against them. He read assiduously: poetry was his favorite pursuit and his passion; he acquired an extensive knowledge of the subject, and a pure taste in language, but living in his shop, he had no means of studying the works of nature; he lost, or rather he never acquired, originality; his head became crowded with the ideas of others, and it is always easier to remember than to invent. The perpetual contrast between his inclination and his way of life prevented him from improving either in talents or in fortune. Carrying on a petty trade from necessity, and writing verses with an ardour which was probably heightened by his unworthy lot; without leisure to improve his mind, without applause to cheer it, it was impossible that he could either be a rich tradesman or a successful poet. Francisco Dias could never attain, in his circumstances, even to decent mediocrity. His reserved temper, and the obscurity of his situation, kept him from the knowledge of his contemporary men of letters; a few, however, were among his friends, but even to them he never communicated his embarrassments. [...] Good sense, good feelings, pure morals, and pure language distinguish his productions; he holds a respectable rank among the poets of his country, nor can it be doubted that, under more favorable circumstances, he would have risen to a high one.” «Portuguese Literature», in *The Monthly Anthology and Boston Review*, vol. VIII, Boston, Fevereiro 1810, pp. 94-97.

¹⁰ GOMES, Francisco Dias – *Portugal de luto por Voltaire na morte de Mr. Voltaire*, FLUL, Lisboa, 1995.

as análises de Francisco Dias Gomes compreendem comentários abundantemente documentados em notas de rodapé longas, extensíveis até ao exagero. Muitas das suas considerações gramaticais, baseadas numa interpretação lexical e de sintaxe histórica estão muito próximas dos estudos actuais, o que continua a ser motivo de assombro.

Neste sentido, o Autor considerava que a língua portuguesa, formada e consubstancializada ao longo da Idade Média, só despontaria com o Renascimento e os Descobrimentos, sendo ainda visíveis os barbarismos que a medievalidade tinha legado, até mesmo nos finais do século XVIII. Francisco Dias Gomes refere que a qualidade literária e os ditames gramaticais de todos os cronistas medievais e renascentistas portugueses possuíam atributos medíocres. Era de salientar a pobreza sintáctica dos relatos histórico-literários de Fernão Lopes [c. 1380/1390-c. 1460], Gomes Eanes de Zurara [1410-1474] ou Rui de Pina [1440-1522]. Adiantes as críticas incisivas, defendia que não seriam merecedores da admiração a que eram votados pela intelectualidade. Foi notória a sua depreciação pelos textos medievais que foram do seu conhecimento, aos quais não tece importância literária nem tão-pouco estética, sentido evolutivo só reversível com a influência renascentista italiana, como defendeu:

[...] As Poesias dos Reis D. Diniz, D. Pedro I., e varios fragmentos de escritos daquelles tempos estão consignados em huma linguagem tão confusa e barbara, que quasi não se entendem¹¹.

¹¹ “A existência inegável de arcaísmos nessa poesia popular, que os trovadores exploravam nas cantigas de amigo, devia ter tido como resultado, por vezes, uma imitação voluntária dessas expressões antiquadas, quando o género desandou em moda. E compreende-se que uma forma como *treides*, característica das cantigas de romaria, como alto, distintiva das barcarolas, como *velida*, *louçana*, *virgo* e outras, ocorrentes em *refrans*, possam estar uma vez por outra representadas em cantigas, sem que isso signifique necessariamente a conservação de determinado tema arcaico. O próprio género exigia da parte do trovador uma tendência arcaizante. Uma circunstância que impunha também, de certo modo, o recurso aos arcaísmos,

Dahi a pouco mais de mêo Seculo apparecêraõ as Chronicas dos Reis Portuguezes compostas por Fernão Lopes¹² o mais antigo, e venerando historiador Portuguez, escritas em lingua clara, e taõ diversa da que se observa naquelles anteriores escritos, que se pôde reputar outro Idioma¹³. Sirva-nos este grande historiador de época para ajuizarmos do estado, em que se achava a Lingua Portugueza, antes que o Sá de Miranda entrasse a florescer¹⁴.

Naõ obstante a perspicuidade com que Fernão Lopes procurou escrever, claramente se conhece pela leitura de seus escritos, e dos que depois d'elle vieraõ até ao fim do reinado de D. Joaõ segundo, que a syntaxe commum da Lingua Portugueza era assaz confusa, e desfigurada de construcções erroneas.

A disposição harmonica do periodo totalmente ignorada dava huma insupportavel secura á prosa Portugueza, que opprimida de clausulas impuras, e de vozes obsoletas de sons asperos, e rudes, nada offerecia á curiosidade dos leitores mais que hum insoffrivel tedio, que extingua o dezejo de ler; o que naõ preciso authorizar, visto que qualquer pagina dos escritos daquela idade¹⁵ nos pôde fornecer exemplos para verificar o que affirmamos.

era o próprio paralelismo [...]. Não se conheciam ainda dicionários de sinónimos, nem a língua, com ser relativamente rica, dispunha dos meios de expressão que tem actualmente. Havia, pois, um processo: utilizar o sinónimo arcaico, seguindo o exemplo da própria poesia popular.” LAPA, Manuel Rodrigues – *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval*, «Acta Universitatis Conimbrigensis» [s. n.], Coimbra, 1982, p. 113.

¹² *Fernão Lopes, a sua vida e a sua obra*, dirigida por Albino Forjaz de Sampaio, «Colecção Patrícia», Empresa do *Diário de Notícias*, Lisboa, 1927.

¹³ LIMA, Joaquim Pires – «A Linguagem Anatômica de Fernão Lopes», separata das *Memórias (Classe de Letras)*, t. III, ACL, Lisboa, 1939.

¹⁴ Ver *Linguística História e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*, organização de Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo e Clara Barros, FLUP, Porto, 2003.

¹⁵ Denote-se algum menosprezo do Autor pelos escritos medievais, talvez fruto do seu pensamento iluminista ou uma carência de conhecimentos paleográficos? Veja-se *Da Decifração em Textos Medievais. IV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, coordenação de Ana Paiva Morais, Teresa Araújo e Rosário Santana Paixão, Edições Colibri, Lisboa, 2003.

A obscuridade daquelles tempos, a raridade daquelles tempos¹⁶, a raridade de livros, que o prelo¹⁷, então de novo inventado, inda não fazia communs, a ignorancia em fim retardavaõ o progresso das luzes, e não deixavaõ aperfeiçoar o Idioma; além de que, o bom gosto nestas materias, que deve ser hum resultado de infinitas combinações filosoficas as mais ajustadas á razão, fez sempre em todas as Linguas vagarosos progressos. Porém das causas acima indicadas procedeo, não só a falta do número prosaico, e metrico do Idioma, mas a pobreza notavel de vozes, causa evidente da pouca variedade do estylo¹⁸. Contribuia para tudo isto o máo uso dos possessivos, constituindo quasi sempre pleonasmos grosseiros, que fazem a oração pezada: a indiscreta disposição das conjucções, cuja frequencia fazia a oração lânguida e fria: a combinação ociosa de algumas vozes negativas: a accepção barbara de preposições tomadas como adverbios negativos: erros de generos: verbos mal conjugados: participios mal construidos, mal derivados: collocações estranhas, que constituindo hyperbatos enormes faziaõ o periodo escuro, e barbaro¹⁹: desi-

¹⁶ Sentimento comum relativamente à Idade Média, mas, sem sombra de dúvida, adverso ao pensamento medieval. MATTOSO, José – *O essencial sobre a Cultura Medieval Portuguesa (Séculos XI a XIV)*, «Coleção Essencial», n.º 5, INCM, Lisboa, 1993. Sublinhado nosso.

¹⁷ OSÓRIO, Jorge Alves – *Da Cítola ao Prelo. Estudos sobre Literatura. Séculos XII-XVI*, Granito Editores, Porto, 1998.

¹⁸ Segue-se, no rodapé do texto original, uma longa listagem dos substantivos que não existiam, por ignorância ou falta de uso, na língua portuguesa até ao início do reinado de D. Manuel I, ou seja, nos finais do século XV. A mesma listagem aponta adjectivos de significação positiva e derivada, os verbos, advérbios, proposições, interjeições e outras figuras de estilo em uso, ou desuso, no Renascimento. Tais lacunas justificavam, em boa parte, as omissões no conjunto lexical português, bem distante dos cânones classicistas. *Op. cit.*, n. a, pp. 37-44.

¹⁹ Com incidência para o período medieval, fonte de corrupção da língua latina, cuja corrupção originaria a língua portuguesa. Contudo, o Autor critica a medíocre adaptação da estrutura gramatical latina ao desenvolvimento da nossa língua. Daí o uso dos termos «escuro» e «barbaro», entre outras críticas, como assinalamos.

nencias asperas²⁰, além de outros muitos vícios de elocução, que offuscavaõ o resplendor de algumas bellezas nativas, que já de longe annunciavaõ aquella feliz disposição de graças naturaes, com que se mostrou a Lingua Portugueza nas elegantes pennas de hum Barros, de hum immortal Camões²¹.

Segundo Francisco Dias Gomes, o primeiro expoente literário português teria sido, indubitavelmente, Francisco de Sá de Miranda [Coimbra, 1481-Amores, 1558], poeta formado nos moldes clássicos e representante do Renascimento. A partir dos seus escritos, influenciados pelos cânones humanistas italianos, a língua portuguesa despontará, ainda que plasmada nos modelos italianos, mas que, na verdade, era o paradigma literário de então. Francisco Dias Gomes encetou inúmeras comparações de outros autores com Francisco de Sá de Miranda, uma influência só suplantada, nesse século, por Luís de Camões, considerando-o o primeiro nome da Literatura nacional, tradição que se mantém.

Pouco se conhece da infância e juventude de Francisco de Sá de Miranda, tendo aprendido Gramática, Retórica e Humanidades no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra. Transitaria para a Universidade, ao tempo estabelecida em Lisboa, onde cursou Leis e alcançou o grau de doutor em Direito, tendo sido um professor deveras considerado. Frequentando a Corte, travou amizade com Bernardim Ribeiro [1482?-1552?] e compôs cantigas, vilancetes e esparsas, ao estilo italiano²².

²⁰ Atenção aos resquícios visigóticos e germânicos na língua portuguesa, fruto da influência bárbara. Por sua vez, era causadora da corrupção literária latina.

²¹ GOMES, Francisco Dias – «Analyse, e Combinações filosoficas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões, segundo o espirito do Programma da Academia Real das Sciencias, publicado em 17 de Janeiro de 1790», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. IV, 1793, pp. 33-61.

²² O *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, impresso em 1516, contém 13 poesias de Francisco de Sá de Miranda. Os seus versos, à maneira dos trovadores, revelam o carácter, a vivacidade e a cultura do seu espírito.

Tendo-lhe falecido o pai em 1521, parte para Itália, onde permanece até 1526. Graças a uma parente abastada e também poetisa, Vittoria Colonna [1490-1547], marquesa de Pescara, pôde conviver com algumas personalidades do Renascimento italiano, como Pietro Bembo [1470-1547], Jacopo Sannazaro [1456-1530] e Ludovico Ariosto [1474-1533], partilhando a estética literária que todos os humanistas cultivavam. Sob a influência greco-romana, colocou o espírito renascentista na literatura nacional em contacto com a inquietude intelectual do *Cinquecento*²³.

Fruto dessa viagem, trouxe uma nova estética, introduzindo o soneto, a canção, a sextina e as composições em tercetos/oitavas. Daí resultou o progresso do nosso teatro e o uso dos versos decassílabos, a par com novas formas poéticas²⁴. Foi, sem dúvida, o arauto da Renascença em Portugal. Na ida, ou na volta, demorou-se em Espanha, relacionando-se com os poetas Juan Boscán Almogávar, ou Joan Boscà i Almogàver [c. 1487/1492-1542] e Garcilaso de La Vega [c. 1501-1536], entre outros, como Francisco Dias Gomes refere adiante.

Foi em Coimbra e Buarcos que o «poeta do Neiva» desenvolveu os ensinamentos recebidos em Itália. Um dos episódios mais incongruentes na vida de Francisco de Sá de Miranda, ainda envolto em brumas, é o seu abandono da Corte e o posterior *domicílio* no Minho²⁵, onde, junto ao rio Neiva, compôs parte da sua obra literária²⁶. Para Francisco de Sá de Miranda, a poesia não era uma ocupação indolente, mas uma missão sagrada. O poeta é como um

²³ DELUMEAU, Jean – *A Civilização do Renascimento*, tradução de Manuel Ruas, vol. I, «Nova História», Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

²⁴ *Poesias Escolhidas de Sá de Miranda*, introdução, selecção e crítica de José V. de Pina Martins, Editorial Verbo, Lisboa, 1969.

²⁵ OLIVEIRA, A. Lopes de – «O Minho na vida e obra do poeta renascentista Francisco Sá de Miranda na passagem do V centenário do nascimento», separata de *O Distrito de Braga*, n.º 5 [s. n.], Braga, 1982.

²⁶ MACHADO, José de Sousa – *O Poeta do Neiva. Notícias Biográficas e Genealógicas*, Livraria Cruz, Braga, 1929.

profeta, que deve denunciar os vícios da sociedade cortesã²⁷, e propor a vida sadia em contacto com a «madre» natureza, junto à simplicidade dos lavradores. A sua linguagem é sóbria, hermética e algo dura, mas ainda assim, Francisco de Sá de Miranda foi o escritor quinhentista mais lido depois de Luís de Camões²⁸.

Deixou uma obra epistolográfica importante e uma série de élogos, entre outros textos menores, publicados postumamente. Influenciou peremptoriamente outros escritores contemporâneos, entre os quais António Ferreira, Diogo Bernardes, Pêro Andrade de Caminha, Luís de Camões ou D. Francisco Manuel de Melo [1608-1666], como esta *Memoria* recorda:

Neste estado se achava a Lingua Portuguesa, quando o famoso Sá de Miranda entrou a florescer com seus escritos²⁹. Este Filosofo Poeta, rompendo por mil obstaculos, que lhe oppunha hum Idioma pouco ou nada acostumado a operações poeticas, sem modellos, sem guia mais do que o exemplo dos metros Italianos³⁰, domando a rudeza da frase, e adaptando-a a infinitas combinações harmonicas, estabeleceo novas leis ás cesuras metricas, e determinou a harmonia da Lingua na Poesia Portuguesa³¹. Apartando-se pois do uso commum, que então supersticiosamente se fazia do

²⁷ FARDILHA, Luís Fernando de Sá – «Sá de Miranda e a corte», separata da *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas. Anexo V, Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII*, FLUP, Porto, 1993, pp. 61-69.

²⁸ CARNEIRO, Décio – *Sá de Miranda e a sua obra*, José Bastos, Lisboa, 1895.

²⁹ *Obras*, do Doctor Francisco Sá de Miranda, nova edição correcta, emendada e augmentada com as suas *Comedias...*, vols. I-II, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1784; *Obras Completas de Francisco Sá de Miranda*, texto fixado, notas e prefácio de Manuel Rodrigues Lapa, 5.^a edição revista, vols. I-II, «Clássicos Sá da Costa. Nova Série», Sá da Costa, Lisboa, 2002-2003.

³⁰ BRAGA, Teófilo – «Sá de Miranda e a Eschola Italiana», in *Historia da Litteratura Portuguesa*, Livraria Chardron, Porto, 1896.

³¹ MARTINS, José V. de Pina – «Sá de Miranda and the reception of a revived *dolce stil nuovo* in the sixteenth century» tradução de Roger M. Walker, separata de *Portuguese Studies*, vol. I, Maney [s. l.], 1984-1985.

verso octonario, fixou os accentos do hendecasyllabo inda pouco ou quasi desconhecido, e mostrou, que este devia fazer o principal fundamento da nossa harmonia metrica; e com razão: porque notando nas palavras do Idioma Portuguez o mesmo compasso, a mesma distribuição de vogaes e consoantes, a mesma e igual melodia, que na Lingua Italiana, colligio, que a harmonia total da Portugueza devia ser a mesma, e que o hendecasyllabo devia ser o metro principal da nossa Poesia, assim como o era da Toscana³² havia mais de dous Seculos, e já entrava o sello na Castelhana pelas tentativas, que hiaõ fazendo Boscan³³, e Garcilasso³⁴. Foi Sá de Miranda quem trouxe para a nossa Poesia o verso septenario totalmente desusado dos versificadores Portuguezes³⁵, e o primeiro que mostrou, que não podia haver combinação mais harmonica, e legitima na Poesia lyrica do que a deste com o hendecasyllabo: a causa he, porque a pausa, ou accentuação metrica, onde se estriba a principal harmonia n'um e noutro verso, está na sexta syllaba, e como o cadencia local, que faz o centro da sua harmonia, tem a mesma distancia, e quasi sempre o mesmo andamento n'um que noutro, por isso conservaõ entre si a maior, e mais parecida consonancia: o mesmo se vê no quinario, guardadas as suas relações harmonicas.

³² CUSATIS, Brunello de – «Francisco de Sá de Miranda (1481-1558): tra Portogallo e Italia», separata dos *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Perugia*, n.º 25 [s. n.], Perugia, 1988.

³³ *Las Obras de Boscán y algunas de Garcilasso della Vega repartidas en quatro libros*, Biblioteca Nueva, San Sebastián, 1936 [fac-símile da edição da Officina de Garles Amoros, Barcelona, 1593].

³⁴ ROIG, Adrien – «Correlaciones entre Sá de Miranda y Garcilaso de la Vega», separata de *Studia Aurea* [s. n.], Coimbra, 1996, pp. 475-486; *Poesías Castellanas Completas de Garcilaso de La Vega*, edição, introdução e notas de Elias L. Rivers, 6.ª edição, «Clásicos Castalia», n.º 6, Castalia, Madrid, 1989; OSÓRIO, Jorge Alves – «Entre a tradição e a inovação: Sá de Miranda na esteira de Garcilaso: em torno do debate poético da écloga “Alejo”», separata da *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, 2.ª série, n.º 1, FLUP, Porto, 1985, pp. 47-103.

³⁵ EARLE, T. F. – *Tema e imagem na poesia de Sá de Miranda*, tradução de Isabel Penha Ferreira, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 1980.

O Soneto introduzido na Poesia Portuguesa pelo famoso Infante D. Pedro de Alfarroubeira³⁶, Poeta insigne, o Príncipe mais sabio do seu tempo, e o maior homem da Nação Portuguesa, foi pelo Sá de Miranda aperfeiçoado, e estabelecido da maneira, que ao presente o vemos. Elle nos ensinou a estrutura da Canção, da Oitava rima, do Terceto³⁷; e posto que o sabio Manoel de Faria e Sousa affirme, e prove, que muito antes do Poeta Miranda já entre nós existia o hendecasyllabo, e a oitava rima³⁸; com tudo estavam tão pouco determinados, que não havia norma alguma positiva na construcção accentual do primeiro, nem na disposição das simulcandencias do segundo, e por isso não eraõ usados; nem os ouvidos se podiaõ familiarizar com aquella harmonia, que entãõ conservavaõ por ser estranha, e repugnante á melodia do Idioma, e ao gosto da Nação³⁹.

Na metodologia literária impulsionada por Francisco de Sá de Miranda, seguiu-se a entrada em cena de António Ferreira⁴⁰ [1528-1569], cujo papel decisivo no Renascimento português foi lembrado por Francisco Dias Gomes.

³⁶ Não obstante Teófilo Braga afirmar que do infante D. Pedro, duque de Coimbra, eram conhecidas apenas umas “coplas” que havia enviado ao poeta castelhano João de Mena, cronista de D. Juan II da Espanha e incluídas no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, Francisco Dias Gomes defendia que: “O Soneto introduzido na Poesia Portuguesa pelo famoso Infante D. Pedro de Alfarroubeira [...]” É óbvio que carece de verdade.

³⁷ DOMINGOS, Agostinho – *Nova homenagem a Sá de Miranda (no 450.º aniversário da sua morte)*, «Ad Verbum», Calígrafo, Braga, 2008.

³⁸ “[...] O nosso Sá e Miranda, pelas durezas he nos versos grandes insupportavel; ao mesmo tempo que nos pequenos he setencioso, suave.” «Advertencia», in *Obras de Luis de Camões, Príncipe dos Poetas de Hespanha...*, nova edição preparada por Manuel Faria de Sousa, et al., vol. II, Officina Luisiana, Lisboa, 1779, p. XVII.

³⁹ GOMES, Francisco Dias – «Analyse, e Combinações filosoficas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões...», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, pp. 62-67.

⁴⁰ CASTILHO, Júlio de – *António Ferreira: poeta quincentista. Estudos biográficos-litterários*, vols. I-III, Livraria de B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1875.

O século XVI assistiria ao predomínio do *dolce stil nuovo*⁴¹, notoriamente caracterizado pelo retorno aos arquétipos greco-latinos, alicerçados na inspiração literária de Dante Alighieri e Francesco Petrarca⁴². Considerado um dos maiores poetas do Classicismo, António Ferreira era conhecido como o “Horácio português” já no seu tempo, tal o fervor e inspiração que aquele antigo poeta lhe inculcia⁴³.

Como discípulo de Francisco de Sá de Miranda, colaborou activamente na inserção da escola italiana em Portugal. Cursou Humanidades e Leis, doutorando-se em Cânones e chegou a leccionar na Universidade, ainda que por breve tempo. A sua permanência em Coimbra coincidiu com o período áureo do humanismo *bordalês*, em que pontificaram individualidades como André de Gouveia [1497-1548], o seu tio Diogo de Gouveia [c. 1471-1557], Diogo de Teive [c. 1514-c. 1569], George Buchanan [1506-1582] e Élie Vinet [1509-1587], entre outros nomes áureos do Renascimento português⁴⁴.

Em Coimbra, ter-se-á enamorado de uma senhora nobre, de apelido Serra, que evoca dissimuladamente em algumas poesias. Desposou, em 1556, D.^a Maria Pimentel, senhora de Torres Novas, falecida pouco tempo depois. Desposou, em segundas núpcias, D.^a Maria Leite, natural de Lamas de Orelhão, no concelho de Valpaços, onde recolheu informações para a sua *História de Santa Comba dos Valles*, sobre a lenda homónima, editada nos *Poemas Lusitanos*.

⁴¹ MARTINS, José V. de Pina – «Sá de Miranda e a recepção no século XVI de um *dolce stil nuovo* renovado», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, 1988, pp. 149-162.

⁴² FUCILLA, Joseph – «The petrarchism of Antonio Ferreira», in *The Hispanic Review*, vol. XVIII, n.º 3 [s. n.] [s. l.], Julho 1949, pp. 233-242.

⁴³ PEREIRA, M.^a Helena da Rocha – «Alguns aspectos do classicismo de António Ferreira», separata de *Humanitas*, nova série, n.º 8, Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Braga, 1960.

⁴⁴ CAMÕES, Dionysia – *António Ferreira e as idéas políticas da Renascença*, Gráfica Conimbricense, Coimbra, 1924.

Nomeado juiz desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, aqui faleceu vítima de peste.

Apreciado como o discípulo mais distinto de Francisco de Sá de Miranda, destacou-se nas elegias, epístolas, odes e no teatro. O seu filho, Miguel Leite Ferreira⁴⁵ [?-?], publicaria postumamente os seus versos sob o título de *Poemas Lusitanos* [Lisboa, 1598], cujas comédias surgiriam anexas às de Francisco de Sá de Miranda [1621], sendo que boa parte da sua produção está incluída nesta “colectânea”⁴⁶. A sua obra mais conhecida é a tragédia *A Castro* ou *Tragédia de Inês de Castro*, em cinco actos, na qual surge um coro grego, é redigida em verso polimétrico. Aparenta nunca ter usado a ‘medida velha’ nem a língua castelhana, mas aperfeiçoou a carta e a elegia, reintroduzindo a ode, o epigrama e o epitalâmio. *Cantou* o amor ao modo petrarquista e defendeu a superioridade das Letras sobre as Armas, ou seja, do magistério dos literatos sobre a sociedade.

Francisco de Sá de Miranda foi, depois de Luís de Camões, quem mais enriqueceu o nosso idioma no século XVI⁴⁷. Ao contrário de outros poetas coevos, que escreviam em português e castelhano, compôs apenas em português, motivado pelo zelo pátrio:

Antonio Ferreira, Magistrado público⁴⁸ da Relação de Lisboa, donde foi natural, deve ser contado pelo segundo, que depois do Sá de Miranda, se distinguio na Poesia, e aperfeiçoou a Lingua

⁴⁵ *Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos seculos XVI e XVII*, vol. I, p. 121.

⁴⁶ *Obras completas do autor António Ferreira*, 4.^a edição anotada e precedida de um estudo sobre a vida e obra do poeta, ... por J. C. Fernandes PINHEIRO, vols. I-II, «Clássicos Portugueses», B. L. Garnier e Augusto Duran, Rio de Janeiro, 1865; ROIG, Adrien – *António Ferreira: études sur sa vie et son œuvre (1528-1569)*, «Histórica & Literária», n.º 2, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, Paris, 1970.

⁴⁷ É incontornável a consulta de MARTINS, José V. de Pina – *Sá de Miranda e a cultura do Renascimento: bibliografia* [s. n.], Lisboa, 1971.

⁴⁸ THEMUDO, M.^a do Rosário de Sampaio – «António Ferreira e o humanismo jurídico», separata de *Cultura. História e Filosofia*, vol. V, Centro de História da Cultura/UNL, Lisboa, 1986, pp. 735-749.

Portugueza, de quem foi muito apaixonado, e com razão⁴⁹. Todo o Escritor deve amar o seu Idioma, e nelle consignar as suas idéas, especialmente, quando elle tem as virtudes, que fazem tão recommendavel a nossa Lingua. Já lá vai o tempo em que o escrever em Latim era o maior merecimento, no que já mais ninguém poderá conseguir a perfeição, em que tão recommendaveis se fizeraõ os Escritores do Seculo de Augusto⁵⁰. Esta verdade tão conhecida dos melhores Filósofos da nossa idade, já naquelle tempo era da mais evidente certeza no animo do sabio Ferreira, que chêo da lição dos grandes escritos da antiguidade, quasi tudo quanto compoz foi á luz delles⁵¹. Sem ser tão original no particular, possuia mais talentos, e a sua imitação era mais fantastica do que a daquelle Poeta, a quem teve por modello na concisaõ do estylo, e na estructura do hendecasyllabo, metro de que mais usou⁵². Elle foi o primeiro que depois de aperfeiçoar a Elegia, a Carta Horaciana⁵³, já tratadas pelo Sá de Miranda, deo á Poesia Portugueza o Epigramma, a Ode, o Epithalamio, e a Tragedia. Este genero de poema o mais util e sublime, tão prezado dos antigos, como fonte da mais pura moral, e onde se achavaõ consignados os principios da mais sublime educação, este genero de poema, digo, tanto do gosto dos antigos Gregos e Latinos, totalmente esquecido

⁴⁹ CAMLONG, André – *Le vocabulaire du sonnet portugais: les trois premiers siècles d'histoire avec les "Quinhentistas" Sá de Miranda, Camões, Diogo Bernardes, António Ferreira et Rodrigues Lobo...*, «Fontes Documentais Portuguesas», n.º 21, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, Paris, 1986.

⁵⁰ ROIG, Adrien – «António Ferreira, le poète à la recherche du bonheur», separata do *Colloque L'humanisme portugais et l'Europe*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1984, pp. 655-698.

⁵¹ BISMUT, Roger – *António Ferreira, le plagiaire malgré lui*, Louvain-La-Neuve Collège Érasme Bruxelles, Nauwelaerts, 1989.

⁵² *Musa renascida: a poesia de António Ferreira*, por T. F. EARLE, tradução de M.^a Clarinda Moreira, «Estudos de Literatura Portuguesa», Editorial Caminho, Lisboa, 1991.

⁵³ VITERBO, Sousa – *Estudos sobre Sá de Miranda*, partes I-III, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1895-1896.

e desterrado pela barbaridade que invadíra toda a Europa⁵⁴, foi restituído pela Prelado Trissino, que no principio do Seculo decimosexto publicou a *Sofonisba*⁵⁵, a primeira Tragedia regular que appareceo na Europa em Lingua vulgar depois da restauração das Letras. Teve o nosso Ferreira a gloria de ser o segundo neste genero, compondo a sua *Castro*⁵⁶ o mais interessante de todos os assumptos tragicos, o qual não obstante peccar contra a unidade de lugar, está muito bem executado segundo a norma dos Tragicos antigos; e pela infinitas bellezas de estylo he tida pelo mais glorioso monumento, que neste genero possui a Lingua Portugueza. A grande lição, que teve, como já disse, de Horacio⁵⁷, e o desejo de seguir as pizadas do Poeta Miranda, cujo credito lhe tinha conciliado a maior estimação, não só em Portugal, mas em toda a Hespanha, e a severidade natural do seu engenho, lhe fizeraõ conceber hum gosto particular pela concisaõ no estylo com tal excesso, que quasi sempre sacrifica a harmonia ao pensamento. Este Poeta inteiramente se consagrou á Poesia util, e he o unico dos nossos, que não tem ninharias canoras: depois de Camões, elle foi o que mais enriqueceo o Idioma, não só pelo seu pensar sublime, mas tambem pelo que imitou dos Gregos, e Latinos, em cujas Linguas era doutissimo. Em todas as suas obras resplendece

⁵⁴ Alocução aos tempos medievais, entendidos como destruidores da harmonia clássica... Sublinhado nosso.

⁵⁵ Refere-se a Gian Giorgio Trissino [1478-1550], cuja obra-prima *Sofonisba* [1514-1515] foi a primeira tragédia a ser escrita em italiano vernáculo e respeitando os moldes clássicos.

⁵⁶ ROIG, Adrien – «António Ferreira est bien l'auteur de la tragédie *Castro*», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 10, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1976, pp. 675-693; *Castro* de António Ferreira, apresentação crítica, notas e sugestões para análise literária de T. F. Earle, «Textos Literários», n.º 58, Comunicação, Lisboa, 1990; SOARES, Nair de Castro – *Teatro clássico no século XVI: a Castro de António Ferreira: fontes, originalidade*, Almedina, Coimbra, 1996.

⁵⁷ “[...] Ser chamado Poeta não mereço. / Poeta seja Maro, e seja Homero, / E seja o meu Horacio, a quem obedeço. [...]” FERREIRA, António – «A Vasco da Silveira. Carta XII», in *Poemas Lusitanos...*, vol. II, livro II, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1771, p. 110.

a razão acompanhada de huma profundidade de pensar, que faz o principal distinctivo do seu character⁵⁸. As suas pinturas são graves, mas hum tanto mesquinhas: a sua expressão mais forte que suave, he muito animada, he chêa daquelle fogo, que eleva, que educa o espirito, e move o coração. Elle foi o primeiro dos nossos Poetas, que unio a Poesia de imagem á de sentimento, que conheceo a verdade, e a força do *utile dulci*⁵⁹ do Lyrico Latino, e que lançou os fundamentos da Poesia tragica, de que tão pouco se tem aproveitado os que depois vieraõ⁶⁰.

Um dos maiores poetas bucólicos do Renascimento português foi, certamente, Diogo Bernardes⁶¹ [c. 1530?1540?-1596], nascido em Ponte da Barca ou Ponte de Lima⁶², no Minho, província que marcou intimamente a sua obra literária. Era irmão de Fr. Agostinho da Cruz⁶³ [1540-1619], igualmente um escritor bucólico, embora menos conhecido. Após viver grande parte da sua vida em Lisboa, onde conviveu com Francisco de Sá de Miranda e António Ferreira, com os quais partilhou a paixão pelo lirismo italiano, regressou ao Minho

⁵⁸ *As mais belas poesias de António Ferreira*, escolhidas por José Régio, ilustrações de Alice Jorge, *et al.*, «As mais belas poesias de língua portuguesa», n.º 8, Artis, Lisboa, 1961.

⁵⁹ “[...] Celsi prætereunt austera poemata Rhamnes. / Omne tulit punctum, qui miscuit *utile dulci*, / Lectorem delectando, pariterque monendo. / Hic meret æra liber Sofiis; hic & mare transit, / Et longum noto scriptori prorogat ævum.” *Arte Poetica de Q. Horacio Flacco*, traduzida, e ilustrada em Portuguez, 2.ª edição, correcta e emendada, Officina Rollandiana, Lisboa, 1778, § XXXI, p. 158. Sublinhado nosso.

⁶⁰ GOMES, Francisco Dias – «Analyse, e Combinações filosoficas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões...», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. IV, 1793, pp. 92-93.

⁶¹ GAMA, Álvaro Pimenta da – «Diogo Bernardes. Apontamentos genealógicos e biographicos», in *O Instituto*, vols. LVII-LVIII, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1910-1911.

⁶² VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – «A questão da naturalidade de Diogo Bernardes e Fr. Agostinho da Cruz», separata do *Almanaque de Ponte de Lima*, Typographia Guimarães, Ponte de Lima, 1924.

⁶³ COSTA, Avelino de Jesus da – *Diogo Bernardes e Frei Agostinho da Cruz: notas bio-bibliográficas*, Tipografia da Oficina de S. José, Braga, 1939.

e ocupou o cargo de tabelião em Ponte da Barca, herdando o lugar paterno.

Tendo exercido várias funções na Corte de D. Sebastião, acompanhou o monarca na famigerada campanha de Alcácer Quibir com a incumbência de relatar as façanhas portuguesas. Perante o desastre total dessa batalha, caiu prisioneiro e seria no cativeiro que redigiria parte significativa das suas obras. Resgatado por uma quantia desconhecida, continuou a exercer funções cortesãs, recebendo honrarias e tenças de Filipe II de Espanha, já na posse efectiva da Coroa portuguesa. Conhecido como o «poeta do Lima»⁶⁴, versou sobre o panorama envolvente deste rio, embora tivesse abordado cursos fluviais, como o Tejo, o Douro, o Mondego ou o Leça.

O acolhimento literário de Diogo Bernardes propaga-se rapidamente, pois Francisco de Sá de Miranda manifestava a sua competência poética, o mesmo sucedendo com Pêro Andrade de Caminha, o qual elogiou reiteradamente o seu pendor poético. Também António Ferreira não ficou indiferente à candura poética de Diogo Bernardes⁶⁵. Os seus escritos continuavam quase esquecidos pelos editores, algo que Francisco Dias Gomes alude frequentemente. O irrefutável mérito da obra poética e epopeica de Luís Vaz de Camões ofuscou outros poetas do Renascimento português, afastando-os dos cânones escolares e, indirectamente, dos eventuais interesses editoriais.

Integrando-se, de pleno direito, na constelação dos poetas líricos renascentistas, Diogo Bernardes destacou-se na poesia campestre,

⁶⁴ *O Lyma de Diogo Bernardes, em o qual se contém as suas Eclogas e Cartas*, Officina de António Vicente da Silva, Lisboa, 1761; *O Lyma de Diogo Bernardes em o qual se contém as suas Eclogas e Cartas*, nova edição, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1820; *Obras Completas de Diogo Bernardes*, prefácio e notas de Manuel Marques Braga, vols. I-III, Livraria Sá da Costa, 1945-1946: vol. I, *Rimas Várias – Flores do Lima*, 1945; vol. II, *O Lima*, 1946; vol. III, *Várias Rimas ao Bom Jesus*, 1946.

⁶⁵ *Cancioneiro Geral. Bernardino Ribeiro, Sá de Miranda, António Ferreira, Diogo Bernardes: o texto em análise*, coordenação de António Afonso Borregana e Laura Fonseca, 3.^a edição, Texto Editores, Lisboa, 2000.

sob a influência dos autores clássicos e renascentistas⁶⁶. Num primeiro momento, o sentimentalismo bucólico de Diogo Bernardes apresenta-se como uma homenagem à Natureza e à felicidade. A sua escrita poética exalta os campos amenos do rio Lima, as suas águas límpidas, a suavidade do seu leito, a verdura dos arvoredos e as aldeias ribeirinhas.

Com toda a sua virtuosidade estilística, seria vincadamente persuadido pelas tradições clássicas e os poetas do seu tempo, em que a matriz renascentista italiana foi evidente nas suas cartas, canções, sonetos e élogos. Em suma, talvez este seja o registo mais notório em Diogo Bernardes – um lirismo bucólico, onde o rio Lima compunha a moldura para cantar o amor e a saudade da sua terra natal:

Diogo Bernardes Cavalheiro de Ponte de Lima⁶⁷, he hum dos famosos Poetas da Nação Portuguesa⁶⁸. A sua imitação he mais icastica, que fantastica. As graças da natureza, a vida do campo com todo o seu attractivo, os costumes campestres, o amor innocente, os montes, os prados, as florestas, os rios, as fontes, os pastores, os gados, a verdura dos campos, o canto das aves, as flores, os rochedos, e tudo mais que faz o encanto da vida rustica recebe do seu pincel as côres da natureza. As personagens das

⁶⁶ “[...] eram discípulos dos italianos; quanto à forma, e quanto ao espírito. Quanto aos assuntos, derivavam de preferência dos clássicos gregos e latinos. Todos se adestravam na arte pela imitação mais ou menos livre de Petrarca e de seus sucessores: quer estrangeiros como Ariosto, Tasso, Bembo, Sannazaro, Marino; quer nacionais como Garcilaso, Boscán, Camões. Na era do Renascimento, ninguém se pejava de copiar, ou pelo menos tratar um tema já versado por outrem. Muito pelo contrário.” VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – «Investigações sobre Sonetos e Sonetistas Portugueses e Castelhanos», separata de *Revue Hispanique*, n.º 22, Macon, Protat Frères, Paris, 1910, pp. 7-8.

⁶⁷ ABREU, João Gomes de – *Diogo Bernardes: a sua naturalidade*, Typographia Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, Vila Nova de Famalicão, 1916; CALDAS, Joaquim Guilherme da Costa – *A naturalidade de Diogo Bernardes* [edição do Autor], Paris/Lisboa, 1927.

⁶⁸ *As mais belas Poesias de Diogo Bernardes*, escolhidas por José Régio, Artis, Lisboa, 1962.

suas bambuxatas estão bem collocadas; o dialogo bem sustentado; as pinturas tem expressão propria do seu genero, tintas brandas e suaves, huma molleza amavel, que algumas vezes degenera em frieza. A sua frase he pura e culta, facil e natural, mas de quando em quando mostra huma negligencia, e hum desalinho chêo de graças que esconde o artificio, semelhante áquelle que os Francezes achão no estylo do seu la Fontaine⁶⁹, e no de algumas Scenas do celebre Moliere⁷⁰. Sem ser tão exacto, nem tão methodico como o Ferreira⁷¹, he mais harmonico, e corrente no estylo, posto que menos correcto, e menos castigado. Nas Cartas⁷² usa de frase mais laconica e rapida, que não obstante ser mais culta que a do Ferreira, em tudo o mais segue a sua norma, e imita o seu estylo⁷³, como quem se abonava de ser seu discipulo: mas vendo a celebridade de Camões, cujo merecimento conciliava a estimação geral, mudou de maneira, e de tal modo o seguiu na frase, que algumas vezes se equívoca com a daquelle Poeta⁷⁴. Bernardes he

⁶⁹ LA FONTAINE, Jean de – *Contes et Nouvelles en verse...*, vols. I-II [s. n.], Amesterdão, 1764.

⁷⁰ *Oeuvres de Molière...*, vols. I-VI, Dépens des Libraires Associés, Paris, 1778.

⁷¹ ROIG, Adrien – «Quelques précisions sur l'édition *princeps* de *Rimas Várias, Flores do Lima*, do Diogo Bernardes une mise au point dans la controverse sur la Tragédie *Castro* d'António Ferreira», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 14, CCP/FCG, Paris, 1979, pp. 457-464.

⁷² *Liricas de Diogo Bernardes*, prefácio e notas de Joaquim Ferreira, Domingos Barreira, Porto [s. d.]; SOUSA, Judit Beatriz Lobo de – *A lirica profana de Diogo Bernardes*, tese de licenciatura em Filologia Românica, FLUL [versão dactilografada], Lisboa, 1960.

⁷³ CAMLONG, André – *Le vocabulaire du sonnet portugais: les trois premiers siècles d'histoire avec les "Quinhentistas" Sá de Miranda, Camões, Diogo Bernardes, António Ferreira et Rodrigues Lobo...*, «Fontes Documentais Portuguesas», n.º 21, CCP/FCG, Paris, 1986.

⁷⁴ RAMALHO, Américo da Costa – «Camões e alguns contemporâneos seus: Diogo Bernardes e Camões; Camões e os "Tristes"», separata de *Humanitas*, n.ºs 31-31, Instituto de Estudos Clássicos, Coimbra, 1979-1980, pp. 139-153; CIRURGIÃO, António Amaro – «Um soneto inédito de Camões e dois sonetos desconhecidos de Diogo Bernardes», separata do *Ocidente*, n.º 80 [s. n.], Lisboa, 1971, pp. 99-104.

geralmente reputado pelo primeiro Bucolico da Hespanha⁷⁵, e o celebre Lope da Vega expressamente confessava, que a leitura dos seus poemas lhe ensinára a fazer Eclogas⁷⁶.

Pêro [ou Pedro] de Andrade Caminha⁷⁷ [Porto, 1520?-Vila Viçosa, 1589] foi camareiro de D. Duarte, 5.º duque de Guimarães [1541-1576], servindo a casa ducal em Vila Viçosa, após a morte deste. Integrado na vida palaciana, pôde dedicar-se exclusivamente à poesia. Foi fidalgo da Casa de D. João III e terá acompanhado D. Sebastião na expedição a Alcácer Quibir. Cavaleiro da Ordem de Cristo por ordem de Filipe II de Espanha, seria indigitado provedor da Misericórdia em Vila Viçosa nos últimos anos de vida⁷⁸.

Como poeta, seria influenciado por Francisco de Sá de Miranda e António Ferreira, partilhando com ambos a paixão pela harmonia clássica. A figura deste poeta foi denegrida durante muito tempo por ter deposto no processo inquisitorial contra Damião de Góis e pela inimizade com Luís de Camões, o que suscitaria os comentários pouco favoráveis de Francisco Dias Gomes.

Embora, supostamente, lhe tenha escasseado a qualidade literária dos chamados “géneros nobres” do seu tempo, Pêro de Andrade Caminha compôs inúmeras glosas, cantigas e vilancetes no bilinguismo característico da época. Verdadeiro defensor da literatura

⁷⁵ BERNARDES, José Augusto Cardoso – *Dialécticas da enunciação e do enunciado na poesia bucólica portuguesa: a écloga do Renascimento e do Maneirismo*, dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1986.

⁷⁶ GOMES, Francisco Dias – «Analyse, e Combinações filosoficas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões...», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, pp. 100-101.

⁷⁷ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – «Pedro de Andrade Caminha: subsídios para o estudo da sua vida e obra», in *Literatura*, n.º 12, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1982.

⁷⁸ ROIG, Adrien – «La biographie de Pero de Andrade Caminha d’après de nouveaux documents», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 10, FCG, Lisboa, 1976, pp. 449-492.

de tradição oral, inspirou-se nos antigos cantares portugueses e castelhanos, glosando uma poesia popularizante com vestígios dos dizeres do povo e com igual apetência pelo bucolismo⁷⁹. A sua obra poética manteve-se inédita até 1791, data em que a Academia Real das Ciências de Lisboa publicou parte das suas *Poesias Inéditas*⁸⁰. Aí pode apreciar-se a sua vertente clássica, característica dos autores renascentistas nacionais, conseguindo, por mérito próprio, o seu lugar na Literatura portuguesa:

Pedro de Andrade Caminha foi hum Poeta celebre no Seculo de Quinhentos⁸¹. A sua imitação em geral pouco tem de sublime: o seu pensar he froxo; e o mesmo caracter tem a sua expressão, que chêa de licenças, e defeitos he confusa, e obscura, lodosa, e baxa⁸². A elegancia continua he desconhecida deste Poeta, que pouco instruido nos grandes modellos da antiguidade, nada delles tirou com que enriquecesse o Idioma, que desfigurou com construccões erroneas, sem attender á harmonia, que sempre sacrificou ao pensamento, sem que por isso ficasse mais bello, por ser communmente mal deduzido, e pouco forte⁸³. Neste Poeta claramente

⁷⁹ MARNOTO, Rita – *Raízes do bucolismo de Pêro de Andrade Caminha: desdobramento e reidentificação* [s. n.] [s. l.] [s. d.], pp. 219-234.

⁸⁰ CAMINHA, Pêro Andrade de – *Poezias*, Typographia da Academia, Lisboa, 1791; BRAGA, Teófilo – *Historia da Litteratura Portuguesa...*, Chardron Successores Lello & Irmão, Lisboa, 1907, pp. 333, 458-459.

⁸¹ ANASTÁCIO, Vanda – *Visões de Glória. Uma introdução à poesia de Pêro de Andrade Caminha*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998; *Elementos para uma edição dos epigramas de Pêro de Andrade Caminha: um manuscrito autógrafo da Biblioteca Nacional de Lisboa*, introdução, notas e transcrição de Barbara Golebiowska, dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa, FLUL [versão polycopiada], Lisboa, 1987; SILVA, José Maria da Costa e – *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portugueses*, vol. III, Imprensa Silviana, Lisboa, 1851, pp. 8-30.

⁸² CIRURGIÃO, António – *A sextina em Portugal nos séculos XVI e XVII*, «Biblioteca Breve», n.º 126, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1992, pp. 119-130.

⁸³ CIRURGIÃO, António – «Pêro de Andrade Caminha e a Poética», in *Leituras alegóricas de Camões e outros estudos de Literatura Portuguesa*, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 1999, pp. 99-128.

se verifica, que o que he mal pensado, he mal expressado⁸⁴. [...] Com tudo as Epistulas, não só não deslustraõ o Idioma, porém honraõ-no por muitos lances de moral bem tratada, e descrita: pelo generoso desinteresse com que escreve aos maiores Principes daquelle tempo⁸⁵. [...]

Se Pedro de Andrade trabalhasse por compor sempre com esta pureza, senão fosse o primeiro, seria certamente o segundo Poeta da Nação. A Epistola a Alexandre Farnezio Principe de Parma⁸⁶ he boa: a de Francisco de Andrade he a mais bem escrita, e onde com bastante pureza e elegancia descreve os mais bellos preceitos de critica; e me admiro, que este Poeta obrasse tão contrario a elles: tanto vai do dizer ao executar! A Epistola de Dona Maria a Flandes tem bello e elegante principio que nada tem de vulgar. Todas as mais não tem cousa notavel, claudicaõ muito no estylo, e são mui declamatorias. [...] O grande merecimento de Tibullo, Propertio, e Ovidio no genero elegiaco era absolutamente ignorado do Poeta Caminha para os tomar por modellos. Em fim elle parece que na sua alma nada tinha dos affectos, que pertendia exprimir, ou que tinha huma uma natural inhabilidade para fazer semelhantes quadros, que nunca podem ser bem executados senão pelos grandes mestres⁸⁷.

⁸⁴ *Idem, ibidem.*

⁸⁵ REIS, Carlos Alves dos, e BERNARDES, José Augusto Cardoso – *História Crítica da Literatura Portuguesa. Humanismo e Renascimento*, vol. II, Editorial Verbo, Lisboa, 1999, pp. 168, 175, 186.

⁸⁶ FARDILHA, Luís F. de Sá – «A celebração poética em Portugal do casamento de Maria e Alexandre», in *D. Maria de Portugal, Princesa de Parma (1565-1577) e o seu tempo. As relações culturais entre Portugal e Itália na segunda metade de Quinhentos. Revista da Faculdade de Letras, «Línguas e Literaturas»*, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade/Instituto de Cultura Portuguesa, Porto, 1999, pp. 29-48.

⁸⁷ GOMES, Francisco Dias – «Analyse, e Combinações filosoficas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões...», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, pp. 104-106.

Na senda da tradição literária quinhentista, Francisco Dias Gomes irá exaltar Luís de Camões⁸⁸, culminando toda a sua crítica na figura máxima das Letras portuguesas. Chamado como o “Príncipe dos poetas portugueses” [e de toda a Espanha, por sinal], pouco se sabe da sua vida, como recorda o Autor. Aparentemente, nasceu no seio de uma família da pequena nobreza. Sobre a sua infância tudo permanece conjectural mas, terá recebido uma educação sólida no latim, a Literatura e a História. Pode ter estudado na Universidade de Coimbra, mas tal facto não se encontra documentado. Frequentou a Corte de D. João III como poeta lírico e envolveu-se, segundo reza a tradição, em amores com damas nobres e plebeias, além de levar uma vida boémia e turbulenta. Ao que aparenta, devido a um amor frustrado, alistou-se para a vida militar no norte de África, onde perdeu um olho numa refrega.

Voltando a Portugal, feriu um servo do Paço numa rixa e foi preso. Perdoado, embarcou para o Oriente como soldado. Por lá enfrentou fortes adversidades, sendo preso várias vezes e levando uma vida errante. Escreveu a sua obra mais conhecida, *Os Lusíadas*, publicada em 1572, recebendo uma pequena tença de D. Sebastião pelos serviços prestados à Coroa, mas viveu na maior miséria no fim da sua vida.

Após a morte, a sua obra lírica foi reunida na colectânea *Rimas*, tendo deixado obras de teatro cómico. Queixou-se várias vezes das injustiças e da pouca atenção que recebia, mas depois da sua morte, começou a ser reconhecido na Literatura europeia, alcançando o prestígio e influenciando gerações de poetas em vários países. Camões foi um renovador da língua portuguesa, tornando-se um dos símbolos de identidade pátria e da comunidade lusófona por

⁸⁸ Os *Lusíadas* de Luís de Camões. *Vida e obra de Luís de Camões e vocabulário dos Lusíadas*, por Arnaldo de Mariz ROZEIRA, «Clássicos», Guimarães Editores, Lisboa, 2001.

todo o mundo. Como um dos grandes vultos literários ocidentais, a sua obra foi traduzida para múltiplas línguas e seria objecto de inúmeros estudos críticos, como Francisco Dias Gomes indicava, numa perspectiva do panorama camonianos nos finais do século XVIII:

He tanto o que se tem dito deste grande homem que parece ocioso fallar delle: com tudo posto que o credito de hum tão admiravel Poeta esteja estabelecido na justa idolatria que todos lhe consagraõ; seja-me permittido dizer alguma cousa a seu respeito. Luiz de Camões natural de Lisboa he, sem contradicção alguma o maior Poeta, não só de Portugal, mas de toda a Hespanha⁸⁹. Os seus talentos resplandecêraõ em mais de hum genero⁹⁰. A imitação fantastica, como mais propria, mais analogia á grandeza das idéas, que fermentavaõ na sua fantazia, foi o principal objecto do seu pincel, que isso não obstante, quando decia á imitação icastica, na primorosa destreza com que executava as pinturas deste genero mostrava quam habil era para isso⁹¹. As personagens dos seus quadros todas estão no lugar, que devem occupar. Os seus rasgos são os mais liberaes, as suas tintas as mais brilhantes e massias. A verdade da sua imitação está no maior

⁸⁹ VITERBO, Sousa – *Camões em Hespanha, Círculo Camoneano*, Porto, 1890; *A obra espanhola de Camões*, por A. Vieira de LEMOS e J. MARTINEZ ALMOYNA, prefácio de Ramon Menendez Pidal, Livraria Pax, Braga/Porto, 1959.

⁹⁰ FRAGA, M.^a do Céu – *Os géneros maiores na poesia lírica de Camões*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade, Coimbra, 2003.

⁹¹ “A imitação, porém, não é somente repetição e a lição de fidelidade aos modelos; deixa espaço aberto à criação poética de quem imita, constituindo o conhecimento dos autores clássicos consagrados um factor essencial nesse acto criativo, forma de engrandecimento que, longe de ser nefasta, valoriza o imitador e constitui uma honra para o imitado. [...] *Os Lusíadas* constituem um terreno privilegiado para a identificação de fenómenos de intertextualidade, visto que a obra é herdeira de um legado cultural e, ao mesmo tempo, a natureza competitiva da imitação leva Camões a ultrapassar os modelos seguidos. A epopeia, na realidade, é o melhor paradigma desta estética da imitação, pela capacidade assimilativa que em muito contribuiu para a sua fortuna [...]” VENTURA, José Manuel – *João Soares de Brito. Um crítico barroco de Camões*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 55-56.

auge. A vivacidade, a grandeza, a sublimidade são os caracteres principaes da sua Poesia, cujo maravilhoso tanto se remonta, que vai buscar no imperio do ideal assumptos nunca sabidos, nunca imaginados, para cuja expressão acha novas tintas, novas côres, tão vivas, tão fortes, tão chêas de fogo, que movem, que accendem, que abrazaõ o coração do leitor de tal modo, que o seu espirito penetrado do entusiasmo da admiração fica como encantado, sentido ao mesmo tempo sublimes emoções, novo interesse n'uma pintura, que, sem ter fundamento em alguma existencia fysica, ou moral, gosa com justa razão dos privilegios de original o mais nobre, o mais sublime, o mais arrojado, que nunca existio no mundo fantastico da mais prodigiosa Poesia⁹².

Tal he o soberano maravilhoso do grande, do nunca assaz louvado episodio de Adamastor na Lusiada, a primeira Epopea, que appareceo na Europa escrita em oitava rima⁹³. Além destas preciosas qualidades, que tanto distinguem a vivacidade das suas pinturas, os contrastes, a gradação das tintas são tambem dispostos, que servirão de modello eterno aos bons imitadores deste divino Poeta, cujo merecimento eclypsou o de todos os Poetas, que lhe precedêraõ, sem, talvez, deixar esperança de ser igualado, quanto mais excedido⁹⁴. A sua Poesia toda filha da imaginação mais elevada, e mais instruida, a tudo dá corpo, e vida: os objectos horriveis, os humildes, os menos decorosos são desenhados com côres fortissimas, e decencia propria, mas em grão tão superior,

⁹² MATOS, M.^a Vitalina Leal de – *Introdução à Poesia de Luís de Camões*, 3.^a edição, «Biblioteca Breve. Literatura», n.º 50, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1992.

⁹³ FRANÇA, Olívio – *Camões, testemunha viva da obra do Império e autor da epopeia: no quarto centenário da sua imortalidade*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1980.

⁹⁴ SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e – *Camões: labirintos e fascínios*, 2.^a edição, Livros Cotovia, Lisboa, 1999, pp. 29-30.

que arrebatava⁹⁵. A frase he a mais pura, a mais culta, e a mais brilhante: clareza, e elegancia contínua he o caracter do seu estylo sempre chêo de movimento, e a quem a magia da harmonia faz extremamente recommendavel. Na sua sua composição se ostenta todo o luxo de huma imaginação soberanamente fertil, e abundante, que assim como a corrente de hum fertil, e abundante, que assim como a corrente de hum rio engrossado com as aguas do inverno, rompe e transgride algumas vezes os limites, os preceitos da arte, mas com tal liberalidade e bizarria, que desculpa o erro, e persuade a cahir nelle; o que tem sido causa de muitos, que, sem terem forças para imitar as suas bellezas, o seguirão nos seus defeitos⁹⁶. Finalmente foraõ tantas as graças, que este grande homem communicou á Lingua, e á Poesia Portuguesa, que seguramente se póde affirmar que elle creou huma Poesia, e huma Linguagem nova em Portugal⁹⁷.

Uma exigência constante em Francisco Dias Gomes verifica-se no estudo comparado e incessante da dinâmica literária entre os autores e as suas obras. Não se tratava apenas da caracterização deste autor ou daquela obra, mas de uma desconstrução gramatical e caracterização discursiva específica, servindo como suporte a uma análise crítica ímpar, bastante rara à época. Aliando os conhecimentos historiográficos da Literatura portuguesa com os contributos da análise gramatical, em que a sintaxe e a semântica foram notórias, a sua crítica literária alcançou pináculos ainda pouco ultrapassados, como se pode constatar:

⁹⁵ ROCHA, Clara Crabbé – *A poesia lírica de Camões: uma estética de sedução*, Centelha, Coimbra, 1983.

⁹⁶ MACHADO, José Pedro – *Notas Camonianas*, Livros Horizonte, Lisboa, 1981.

⁹⁷ GOMES, Francisco Dias – «Analyse, e Combinações filosoficas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões...», in *Memórias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, pp. 108-110; MACHADO, José Pedro – *Camões foi renovador da língua portuguesa?*, 2.^a edição, Livraria Portugal, Lisboa, 1977.

Desta analyse claramente se collige, que o Sá de Miranda foi o primeiro, que deu superlativos de huma só fórma á nossa Lingua, quem lhe principiou a estabelecer hum andamento regular na sua Syntaxe, desenvolvendo-a da confusão de corruptellas, e barbarismos em que d'antes jazia, e adoptando-a mais ás leis da analogia⁹⁸. Que o Poeta Ferreira com o exemplo do Miranda, mas seguindo diversa vereda, a enriqueceo de muitas bellezas, e formulas dos antigos, lhe deo força, e elevação, e continuou ao mesmo passo em conformalla com as regras da analogia, emendando a sua Syntaxe⁹⁹. Que Bernardes lhe foi dando cultura, e harmonia¹⁰⁰. Que Caminha ficou neutral, ou, se fallarmos a verdade, em nada augmentou o Idioma, e antes pendeo para o corromper, e sepultar na sua antiga confusão¹⁰¹. Que Camões em fim auxiliado do seu grande engenho, e Sciencia lhe estabeleceo de todo a analogia, e o enriqueceo de vozes, de formulas infinitas extrahidas das Linguas sabias, ou nascidas no laboratorio immenso da sua grande imaginação, com as quaes trouxe os superlativos de huma só fórma em quasi todas as desinencias, que conservaõ na Lingua Latina, e determinou a indole do Idioma Portuguez, fazendo-o capaz de todos os assumptos, dando-lhe magestade, e harmonia, perspicuidade, e atticismo¹⁰²; fazendo-o finalmente flexivel para todos os estylos, e capaz das mais sublimes audacias para lhe determinar a elegancia, sem se affastar da clareza,

⁹⁸ COSTA, M.^a Alcina Figueiredo – *Influências clássicas na obra dramática de Sá de Miranda*, Centro Regional das Beiras/Universidade Católica Portuguesa [texto policopiado], Viseu, 2007.

⁹⁹ *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. I, pp. 339-341.

¹⁰⁰ LOPES, Óscar, e SARAIVA, António José – *História da Literatura Portuguesa*, 17.^a edição corrigida e actualizada, Porto Editora, 1996.

¹⁰¹ REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – *História da Literatura Portuguesa desde as origens à actualidade*, 6.^a edição, Atlântida Livraria, Coimbra, 1930.

¹⁰² *Biografias da História de Portugal. Luís de Camões*, por Hernâni CIDADE, vol. XXIII, QuidNovi, Porto, 2004.

qualidades, que ficou conservando como distintivos perpetuos do seu caracter¹⁰³.

A presente *Memoria* procurou responder à necessidade de um estudo sinóptico da Literatura portuguesa, mediante a análise de cada uma das personalidades maiores das nossas Letras. Interessou ao Autor discorrer sobre a força da palavra como a mais nobre faculdade, na linha do propugnado pelo *Phædro* platónico, assim como a evolução das línguas ou dos rudimentos da Linguística. Interessava expor, sobremaneira, o ímpeto da poesia na evolução das línguas europeias e a hegemonia da língua portuguesa como a língua latina mais progredida, segundo a sua interpretação.

O nome de Francisco Dias Gomes, enquanto crítico literário, foi talvez a individualidade com a subtileza mais apurada para avaliar os méritos de escritores no seu tempo¹⁰⁴. O seu gosto literário estava ancorado nos modelos clássicos da Antiguidade, nas melhores obras modernas e nos autores pátrios que mais se distinguiam. Apesar de não possuir uma formação superior ou tão-pouco historiográfica e não podendo elevar-se na poesia, conseguiu, todavia, inaugurar a crítica literária moderna em Portugal.

¹⁰³ GOMES, Francisco Dias – «Analyse, e Combinações filosoficas sobre a elocução e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões...», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. IV, 1793, pp. 304-305.

¹⁰⁴ MARTINS, António Coimbra – «Francisco Dias Gomes, crítico literário», in *Crítica*, vol. V, Livraria Latina Editora, Lisboa, 1942, pp. 97-99.

- VIII -

FRANCISCO XAVIER RIBEIRO DE SAMPAIO
[1741-1812?/1814?]

De todos os ensaios académicos mais diminutos nas *Memorias de Litteratura Portugueza* evidenciaram-se as indagações arqueológicas do académico Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio¹ [Mirandela, 1741-1812?/1814?], cavaleiro da Ordem de Cristo e bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra. Indigitado superiormente para o Brasil, foi sucessivamente designado “juiz de fora” e provedor na capitania do Pará, assim como ouvidor, provedor e intendente de Agricultura na capitania do Rio Negro. Regressado a Portugal, foi juiz desembargador na Relação do Porto e na Casa da Suplicação de Lisboa, contando-se entre os primeiros sócios da Academia Real das Ciências. À época, já era conhecido pelas suas viagens no Brasil, onde explorou os vários afluentes do rio Amazonas.

No âmbito das suas incumbências jurídicas e administrativas, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio percorreu a capitania de São José do Rio Negro entre 1774 e 1775, deixando um curioso diário manuscrito, ampliado e publicado postumamente pelo seu filho, como adiante se verá. Nesse registo de viagens, abordou os costumes

¹ Cf. «Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, pp. 95-96; «Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVI, pp. 887-888.

dos povos indígenas, a fauna e a flora brasileiras, complementando as informações afeiçoadas por outras missões sertanejas² na segunda metade do século XVIII.

Nesses comentários encontram-se apontamentos precisos sobre o extermínio de alguns povos autóctones pela acção dos colonos portugueses, das depredações e razias tribais e as epidemias de origem europeia. Teceu observações acerca das *amazonas*, mulheres guerreiras míticas que se supunha existirem ainda na região, contrariando, principalmente, as presunções de Charles Marie de La Condamine³ [1701-1774], como repetidamente defendia⁴, bem como de Francisco de Orellana⁵ [1490-c. 1550], o qual navegou no Amazonas pela primeira vez, veiculando as famosas lendas acerca da localização do *Eldorado*, o qual ainda apelava à imaginação e voracidade dos aventureiros.

² DOMINGUES, Ângela – *Viagens de Exploração Geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*, Instituto de História de Além-Mar, Lisboa, 1991.

³ Conhecido explorador francês, realizou viagens de exploração no norte de África, no Médio Oriente e na América do Sul. Foi o primeiro cientista a descer o Amazonas, publicando as descrições da geografia, fauna e flora da bacia amazónica, que muito contribuíram para despertar o interesse da comunidade científica. Também se lhe deve a primeira interligação entre o Orinoco e o Amazonas através do canal do Cassiquiare. LA CONDAMINE, Charles Marie de – *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Méridionale. Depuis la côte de la Mer du Sud, jusqu'aux Côtes du Brésil & de la Guiane, en descendant La Riviere des Amazones...*, Chez La Veuve Pissot, Paris, 1745.

⁴ “Se eu devo agora também dizer o que me parece, confesso, que não cabe no meu entendimento igual opinião. E se examinar-mos esta matéria pela regra da verdadeira lógica, e sólida crítica, devemos assentar, que a existência das Amazonas da América he huma daquellas preocupações populares, que achando fundamento no maravilhoso, que o povo ama, se propaga com extraordinária facilidade.” SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de – *Diário da Viagem, que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma Capitania [...] no Anno de 1774 e 1775...*, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1825, § LXXVIII, p. 29.

⁵ Quanto ao fascínio pelo *Eldorado*, seguido por Charles Marie de La Condamine, cf. DÍAZ MADERUELO, Rafael – *Protagonistas de América. Francisco de Orellana*, «Historia», n.º 16, Quorum, Madrid, 1987, pp. 75-82.

Visitando frequentemente a sua província natural de Trás-os-Montes, a curiosidade deteve-o no degradado mosteiro de Castro de Avelãs, a poucos quilómetros de Bragança. Por essa altura, estava num estado de deterioração avançado, embora não deixasse de ser um dos monumentos mais simbólicos do nordeste transmontano, exemplo vetusto da arte românica e a vida monacal da região⁶. De visita às ruínas do mosteiro⁷, intrigou-se com uma inscrição lapidar contendo dizeres latinos, sita na capela-mor da antiga igreja, motivando uma observação anteriormente editada no *Jornal Encyclopedico*⁸ e reeditada nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*, como se constata. Terá sido, muito provavelmente, o único ensaio publicado em vida do Autor, sendo todas as outras obras editadas postumamente⁹ por seu filho, o juiz Francisco António Ribeiro de Sampaio¹⁰ [?-?].

⁶ “Em 1145, recebe carta de doação e couto de D. Afonso Henriques e nos séculos seguintes foi largamente beneficiado pelo poder régio. Em 1320, no Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros do Reino, o mosteiro foi taxado em 1500 libras, um valor que se destaca no conjunto dos restantes mosteiros e igrejas da Terra de Bragança que em média não ultrapassavam as 65 libras. A partir do século XV, entrou em regime de comendatários. O arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, utilizou frequentemente este mosteiro como centro de irradiação para as suas visitas pastorais às freguesias do nordeste transmontano. Foi extinto em 1545, pela bula *Pro Excellentí Apostolicæ Sedis*, do papa Paulo III; para além da extinção do mosteiro, este documento instituiu a Diocese de Miranda, ficando-lhe anexadas as rendas de Castro de Avelãs.” Cf. «Mosteiro do Salvador de Castro de Avelãs», in *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, direcção de Bernardo Vasconcelos e Sousa, com autoria de Isabel Castro Pina, M.^a Filomena Andrade e M.^a Leonor Silva Santos, Livros Horizonte, Lisboa, 2005, p. 56, com bibliografia.

⁷ DIONÍSIO, Sant’Ana – «Às ruínas de Castro de Avelãs», in *Guia de Portugal*, 3.^a edição, vol. V [s. n.], Lisboa, 1995, pp. 954-956.

⁸ *Jornal Encyclopedico*, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, Maio de 1790, pp. 191 e ss.

⁹ *Observações sobre a primeira formação das linguas, do differente genio das originaes e compostas. Traduzidas do inglez de Adão Smith, e anotadas* por Francisco Xavier Ribeiro de SAMPAIO, Impressão Régia, Lisboa, 1816; *Oração á memoria de Pedro-Grande, imperador da Russia... traduzida da Língua Russa para a Ingleza, e desta para a Portugueza* por Francisco Xavier Ribeiro de SAMPAIO, Impressão Régia, Lisboa, 1816.

¹⁰ Não se conhecem outros dados biográficos, embora se saiba que foi juiz desembargador na comarca de Chaves e provedor na comarca de Moncorvo.

Com uma importância gradual ao longo da Idade Média, nomeadamente a partir da protecção concedida por D. Afonso Henriques, o mosteiro beneditino de Castro de Avelãs dispunha de um património com uma grandíssima influência na comarca brigantina, embora entrasse em decadência nos inícios do século XVI¹¹. Entre outros factores que aceleraram o seu declínio, uma bula papal expedida por Paulo III [1545] ordenava a extinção dessa comunidade e a transição dos seus bens para a futura diocese de Bragança/Miranda. Na sequência dessa transferência de pessoas e bens, destruiu-se parte da igreja, perdeu-se, irremediavelmente, o corpo românico original.

Baseado em alguma argumentação bibliográfica, o Autor desenvolveu um relato algo intimista, em jeito de viagem de estudo pela sua região natal, dando a conhecer algumas particularidades arqueológico-históricas esquecidas aos leitores do *Jornal Encyclopedico* e das *Memorias de Litteratura Portugueza*:

Facilitou-se-me a occasião de observar as ruínas do antigo Mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs, e não a perdi; porque o invencível amor que professo ás Antiguidades pelo fructo, que se tira da sua observação, me attrahia irresistivelmente¹².

Diz-se, que fôra este Mosteiro fundado por S. Fructuozo no anno de 667; porém o Author da Historia Ecclesiastica de Braga, *Parte I. Cap. 90.*, duvida que este Sancto fosse o seu fundador¹³.

Cf. *Jornal de Coimbra*, vol. XI, parte II, Impressão Régia, Lisboa, 1817, pp. 203-204; *Gazeta de Lisboa*, n.º 143, Impressão Régia, Lisboa, 19 Junho 1829, p. 595.

¹¹ É de grande utilidade e actualidade: AFONSO, Ana Maria – *O Tombo do Mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs de 1501-1514. Um património monástico no dealbar da Idade Moderna*, vols. I-II, dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais, Universidade do Minho [versão policopiada], Braga, 2000

¹² O amor à História, como a grande mestra da vida, que o Autor tantas vezes manifestou...

¹³ CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Sanctos, e Varoens illustres que floresceram neste Arcebispado...*, vol. I, Officina

Era de Monges Benedictinos¹⁴. ElRei D. Affonso Henriques lhe fezvarias doações¹⁵. Pertenciaõ ao dito Mosteiro Coutos, e terras, de que eraõ senhores, em que entrava Bragança, que depois permutaráõ com ElRei D. Sancho I¹⁶.

He este Mosteiro famoso pela hospedagem, que nelle fez D. Alam á filha de ElRei de Armenia, que hia em Romaria a Sant'-Iago, a qual raptou, e della procedem illustres familias deste Reino¹⁷. *Livro vélho das Linhages, nas Provas da Historia Genealog. da Cas. Real. Tom. I. pag. 201*¹⁸.

de Manuel Cardoso, Braga, 1634, p. 382; MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, INCM, Lisboa, 1988, p. 621.

¹⁴ ALVES, Francisco Manuel – «Castro de Avellãs, mosteiro beneditino», separata de *O Instituto*, n.º 56, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1909, de consulta importante pela documentação transcrita e comentada.

¹⁵ «Na Torre do Tombo està a doação feita por elRey D. Affonso á Igreja de São Salvador em terra de Bragança, & tem por remate hũa Cruz com estas palauras, *Rex Portugallis*. Seguemse as firmas de tres Grandes que se acharam presentes deste modo. *Egas Monis Dapifer Curiae confirmat. Aluarus Pedriz Alferaz confirmat. Fernandus Mendiz qui tenet terram confirmat*. E he a data desta escritura a 16. deMayo do anno do Senhor de mil & cento & quarenta & sinco.” BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, livro X, cap. XXI, f.º 158v.º

¹⁶ OLIVEIRA, José Carlos – «O Mosteiro beneditino de S. Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da região bragançana», in *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. XI, n.ºs 1-2 [s. n.], Bragança, 1991, pp. 33-46.

¹⁷ Sobre D. Alão de Bragança, cf. «Aqui começa a Linhagem dos Bargançãos», in *Livro do Deão*, § XII, de acordo com *Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæcvlo octavo post Christvm vsque ad quintvm decimv mivssv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Livros Velhos de Linhagens*, Nova Série, vol. I/1, edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso, ACL, Lisboa, 1980, p. 161; MATTOSO, José – *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, I – Oposição*, Referência/Editorial Estampa, Lisboa, 1995, pp. 135, 295.

¹⁸ «Agora amigos se vos plaze vos contaremos os Linhagens dos bons homens filhos dalgos do Reyno de Portugal dos q devem a armar e criar e qandaraõ a la guerra a filhar o Reyno de Portugal, e ellesmeos amigos foraõ partidos em sinco partes, a primeira parte foi el Uffo Belfages, donde vem directamente os Souzaõs, e a segunda parte D. Alam q foi Clerigo filho dalgo, e filhou a filha delRey de Armenia quando foi em Oraçaõ a Santiago, foi sa hospeda em Saõ Salvador de Crasto de Valaães, e filhouhaa com seu Linhagem e emvio as companhas suas para sa terra, e ficou elle com ella, e fegenella dous filhos donde vieraõ os Linhagens dos Bargançãos, e despois vos diremos como ouverom nome, e quaes sahiraõ delles;” Veja-se o *Livro Velho das Linhagens de Portugal*, in *Provas da Historia Genealogica*

Castro de Avelãs fica ao Poente de Bragança em meio legoa de distancia, situado em hum valle amenissimo na margem do Rio Fervença, que vai depois banhar os muros d'aquella Cidade¹⁹.

Ninguém ignora a extinção d'este Mosteiro por ElRei D. João III., e que com as suas pinguissimas rendas se dotou por aquelle Monarcha sabio a Sé de Miranda fundada no anno de 1545²⁰. [...]

As ruínas, que hoje se observaõ, são paredes, portas, e algumas janelas da parte do Mosteiro, em que estavaõ as Officinas, que servem de Casa de residência Parrochial; por quanto se erigio Parrochia com o titulo de Reitoria, cujo Padroado ficou ao Cabido de Miranda, ao qual se applicáraõ as rendas²¹. Existe a torre de elevada architectura, e a Capella mór, com hum Capella Collateral, que *serve* de Sachristia. He toda a obra de abobeda, e as parêdes de tijolo. Para servir de Igreja á Freguezia do pequeno Lugar de Castro de Avelãs, se unio corpo de Igreja á dita Capella mór, e no frontespicio se pozeraõ os ornamentos da antiga

da Casa Real Portuguesa..., por D. António Caetano de SOUSA, t. I, Officina Sylviana da Academia Real, Lisboa, 1739, p. 201.

¹⁹ LEAL, Augusto Soares Pinho – «Castro d'Avellans», in *Portugal Antigo e Moderno...*, vol. II, Livraria Editora de Mattos Moreira, Lisboa, 1873, p. 202.

²⁰ «A Parochia antiga desta Cidade se intitulava Santa Maria, & era Commenda rendosa da Ordem de Christo, da qual desistio ElRey Dom João o Terceiro, para que o Summo Pontifice applicasse seus bens à nova Cathedral, obra moderna, & sumptuosa de tres naves, que mandou fazer o dito Rey Dom João o Terceiro; & assim daqueles bens, como de outros muitos, que lhe accrescéraõ por respeito da uniaõ do Mosteiro de Castro de Avelãs, de que tambem desistio o Cardeal Dom Henrique seu Commendatario, resultou o grosso da Mesa Episcopal, & Capitular.» COSTA, António Carvalho da – «Tratado II. Da Comarca da Cidade de Miranda», in *Corographia Portuguesa, e Descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal...*, vol. I, Officina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1706, pp. 479-480.

²¹ «Com estas. mm. Reaes, &cõ outras muitas doações dos fieis, veyo a ser Mosteyro muy rendoso, de grãde numero de Monjes, & de grande magestade. Do *Foral da Sè de Miranda* consta, que em certo dia do anno se assentaua o Abbade de Castro de Auelãs em hua Cadeira com sua mitra, & baculo, & todos seus vassalos, &cazeiros lhe vinhão beijar a mão, reconhecendoo por Senhorio. Perseuerou aquella casa por muy largos annos em seu ser, ate que veyo a dar em mãos de Cômendatarios.» SÃO TOMÁS, Fr. Leão de – «Do Mosteyro de S. Saluador de Crasto de Auelãs na Prouincia de Tralosmontes junto a Bragança», in *Benedictina Lusitana...*, parte IV, Officina de Diogo Gomes do Loureiro, Coimbra, 1644, cap. XVI, pp. 490-493.

Igreja do Mosteiro, que he hum escudo de armas, e a seguinte inscrição em Lingoa Portuguesa: *Esta obra mandou fazer D. Diogo Pinheiro*²², *Bispo Primaz das Indias, Administrador deste Mosteiro*. As letras porém da Era se naõpódem bem lêr; mas ellahe sabida. O que esta Inscrição tem de notavel, heo achar-se escrita em ordem *inversa*, para o fim de iludir a attenção dos Leitores²³.

Nas considerações alusivas ao mosteiro de Castro de Avelãs, o Autor dissertou acerca do empreendimento românico primitivo²⁴, onde subsistia ainda a cabeceira da igreja, tripartida e ordenada em altura e dimensão proporcionais. Dotada com uma planta semicircular de dois tramos, a capela-mor e os absides são uma obra ímpar na arquitectura românica. Ao contrário do que era usual no Portugal medieval, o material empregue foi o tijolo, de menor custo que o trabalho da pedra. Os muros exteriores são decorados com arcaturas cegas, de arco duplo a pleno centro. Todas estas características são próprias de um estilo românico proveniente de terras leonesas, designado por “românico mudéjar”²⁵, notável pelos motivos islâmicos na decoração geométrica e no tijolo como matéria-prima.

Se, de uma perspectiva estilística, não restavam dúvidas sobre as características mudéjares, leonesas e orientais²⁶, as suas origens precisas permaneciam como uma das principais dúvidas, à semelhança

²² Sobre D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, v. PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, pp. 296-299.

²³ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de – «Memoria sobre as ruínas do Mosteiro de Castro de Avelãs, e do Monumento, e Inscripção Lapidar, que se acha na Capella mór da antiga Igreja do mesmo Mosteiro», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 258-259.

²⁴ PASSOS, Carlos de – «A igreja romanica de Castro de Avelãs», separata de *Douro Litoral*, 2.^a edição, 8.^a série, n.º 9, Imprensa Portuguesa, Porto, 1958.

²⁵ DIAS, Pedro – «Arquitectura mudéjar portuguesa: tentativa de sistematização», in *Mare Liberum*, n.º 8, CNCDP, Lisboa, 1994, pp. 49-89.

²⁶ MONTEIRO, Manuel – «O Românico Português. Castro de Avelãs, um monumento brigantino de influência oriental», separata da *Revista Museu*, n.º 6, Imprensa Moderna, Porto, 1950.

do que sucede em quase todo o nosso Românico²⁷. A inexistência de edifícios similares têm dificultado novas conclusões e aguarda-se, até agora, um estudo rigoroso e uma intervenção arqueológica²⁸. Foram identificados vestígios de um primeiro estabelecimento na época imperial romana, que Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio incluiu na presente *Memoria*. Neste sentido, apontou várias indicações bibliográficas sobre as inscrições epigráficas e que atestavam a presença de vários povos ao tempo da dominação romana, nomeadamente os quase ignotos *Zoelæ*²⁹, aos quais atribuía a autoria dessas epígrafes:

[...] Que admiração foi a minha, quando ao lado da Epistola do Altar mórvî hum marmore de quatro palmos de altura, e dois e meio de largura em quadro, no alto huma abertura, ou buraco, de meio palmo de comprimento, e quadro dedos de largura: e á roda d'este buraco huma rasgadura, que mostra, que era para allí se encaixar outra peça? Dá tudo isto indícios, de que aquelle marmore era huma Ara, e que aquelle buraco era aonde se introduzia a peça de metal, em que se acendia o fogo para o Sacrificio. Mas vamos ao grande objecto, que he a Inscripção, que em letras

²⁷ VASCONCELOS, Flório de – «O Românico em Portugal», in *História de Portugal*, direcção de José Hermano Saraiva, vol. II, Publicações Alfa, Lisboa, 1982, pp. 305-321.

²⁸ LOPO, Albino dos Santos Pereira – *Apontamentos Arqueológicos*, IPPAR, Braga, 1987, pp. 26-36.

²⁹ Apesar da ambiguidade das fontes clássicas quanto à localização geográfica deste povo, hoje conhece-se o seu posicionamento no nordeste transmontano a partir de fontes epigráficas, que referem os *Zoelæ* como oriundos de Astorga, Léon e El Cueto. Possivelmente, a *civitas Zoelarum* estaria, então, situado no extremo nordeste do actual território português, com centro político-administrativo em Torre Velha de Castro de Avelãs [Bragança]. LEMOS, Francisco Sande – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, vol. II, tese de doutoramento em Pré-História e História da Antiguidade, Universidade do Minho, Braga, 1993, pp. 184-185.

maiusculas Romanas³⁰ se acha em huma face d'aquella pedra, concebida na fórma seguinte:

DEO
AERNO³¹
ORDO
ZOELARUM³²
EX VOTO³³

Dar o sentido verdadeiro a esta Inscripção, he o que eu ignoro; pois se me oferecem mil duvidas, e que são o principal motivo de escrever esta Memoria, para as propôr aos mais sabios, e eruditos, que hajaão de dissolvellas.

Naõ podemos duvidar, que seja huma Dedicatoria d'aquella Ara *A Deos Eterno*³⁴; pois *AERNO* naõ póde deixar de ser abreviatura de *AETERNO*. Porém que se entende por *ORDO ZOELARUM*? A

³⁰ Sobre as inscrições romanas no mosteiro de Castro de Avelãs, v. CASTRO, João Baptista de – «Antiguidades Romanas», in *Supplemento ao Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, por Manuel Bernardes Branco, vol. I, Typographia do Panorama, Lisboa, 1870, p. 167; REDENTOR, Armando – *Epigrafia Romana na Região de Bragança*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 49.

³¹ “Um terceiro grupo de divindades indígenas será constituído por deuses manifestamente específicos de um *populus*. Parece ser o caso de *Igaedus*, deus dos *Igaeditani*, ou de *Calaicia*, ou de *Aernus*, deus dos *Zoelae*. Os dois primeiros estão atestados, cada um deles, apenas por uma inscrição; seria necessário encontrarem-se outros testemunhos para se obter confirmação (ou infirmação) da hipótese. O deus *Aernus* acha-se mencionado em três inscrições: duas foram encontradas em Castro de Avelãs, a capital dos *Zoelae*; a terceira ara provém de Malta (Macedo de Cavaleiros), por onde supomos que corria a fronteira dos *Zoelae*.” ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*, 4.^a edição, «Fórum da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 2002, p. 158.

³² VASCONCELOS, José Leite de – «Uma noticia archeológica, castro de Avelãs», in *O Archeologo Portuguez*, vol. II, n.º 12, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896, pp. 285-287.

³³ Um ex-voto [do latim: por força de uma promessa ou um voto; abreviação de *ex-voto suscepto*, o voto realizado] tem origem cristã nos ex-votos do século IV, a partir da absorção de práticas pagãs.

³⁴ A primeira notícia histórica desta lápide latina foi expressa por SILVA, António Pires da – *Chronographia Medicinal das Caldas de Alafoens*, Officina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1696.

Inscrição he do Mosteiro, e allí conservada? Aonde achada, e em que tempo para elle trazida? Augmenta a duvida não ser esta a unica pedra com Inscrição quasi semelhante; [...] que sendo aquelle Monumento Romano, isto he, Latino, foi feito por Póvos da dominação Romana, ou fossem de Municipio, ou Colonia³⁵; que fundando-se o Mosteiro de Castro de Avelãs, aonde o Monumento se acha, no anno de 667, tempo em que aquelles territórios eraõ occupados pelos Godos, seria naquele sitio achado o mesmo Monumento, e conservado pelos Monges como huma antiguidade, e para maior recato posto na Igreja, como vemos praticado em Braga, e outras partes d'este Reino³⁶.

Em boa verdade, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio possuiria uma convicção plena da pertinência arqueológica daquelas inscrições e, especialmente, de todo o conjunto architectónico naquele local entregue ao abandono pelas autoridades civis e religiosas. Quanto às referidas inscrições e às suas interpretações em busca de possíveis significados, pouco adiantaria. Embora estivesse informado sobre a antiguidade do mosteiro de Castro de Avelãs, foram poucas as indicações sobre os povos pré-romanos, entre os quais os aludidos *Zoelæ* – o que motivou as questões endereçadas à Academia Real das Ciências de Lisboa e ao público leitor.

Esta *Memoria* não deixará de ser, ao invés, um relato pitoresco³⁷ e com algum interesse historiográfico, ainda que dotado de in-

³⁵ *Nova História de Portugal. Portugal das Origens à Romanização*, coordenação de Jorge de ALARCÃO, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. I, Editorial Presença, Lisboa, 1990, pp. 372-373.

³⁶ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de – «Memoria sobre as ruínas do Mosteiro de Castro de Avelãs, e do Monumento, e Inscrição Lapidar, que se acha na Capella mór da antiga Igreja do mesmo Mosteiro», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 261-263.

³⁷ BARROCA, Mário Jorge – «O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim no Mosteiro de Castro de Avelãs», in *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. XIII, FLUP, Porto, 1996, pp. 594-614.

formações rudimentares. E mais nada haveria a registar quanto à participação de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no contexto científico das *Memorias de Litteratura Portugueza*.

JOÃO DE SOUSA
[c. 1735-1812]

No seio das *Memorias de Litteratura Portugueza* encontra-se um único contributo do académico livre Fr. João de Sousa¹ [Damasco, c. 1735-Lisboa, 1812], distinto arabista. É comumente apontado como o principal instigador dos estudos árabes² em Portugal, nomeadamente nos finais do século XVIII, cujas obras continuam a ser imprescindíveis nestes meandros³.

¹ TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo – «Elogio Historico de Fr. João de Sousa», in *Historia e Memorias da Academia*, t. IV, Parte I, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1815, pp. XLIX-LXII; «Frei João de Sousa», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, pp. 41-42; vol. X, p. 357; «Frei João de Sousa», in *Portugal. Diccionario Histórico...*, vol. VI, pp. 1045-1046; «Frei João de Sousa», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXIX, pp. 800-801; FIGANIER, Joaquim – *Fr. João de Sousa, mestre e intérprete da língua árábica*, FLUC, Coimbra, 1949.

² SOUSA, Fr. João de – *Vestigios da Lingoa Arabica em Portugal, ou Lexicon Etymologico das palavras, e nomes portuguezes, que tem origem arabica...*, aumentado e anotado por Fr. José de Santo António Moura, Typographia da Academia, Lisboa, 1830 [edição fac-símile, Alcalá, Lisboa, 2004; 1.^a edição: 1789]; *Narração da arribada das princezas africanas ao porto desta capital de Lisboa, seu desembarque para terra, alojamento no palacio das Necessidades, ida para Queluz, seu embarque e volta para Tanger*, Typographia da Academia, Lisboa, 1793.

³ FARINHA, António Dias – «Os estudos árabes na historiografia posterior a Herculano», in *A Historiografia Portuguesa Posterior a Herculano*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1978, pp. 293-305; SIDARUS, Adel – «Os estudos árabes em Portugal 1772-1962: introdução», separata de *Islão e arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos*, pp. 37-54.

A sua biografia é digna de espanto, se não vejamos: natural de Damasco, era filho de pais nascidos nos domínios portugueses da Índia, ainda que não se conheça a sua identidade ou porque estariam naquelas paragens. Dotado de uma notável inteligência, estudou com frades barbadinhos franceses missionários em Damasco, onde aprendeu a língua francesa, italiana e espanhola, bem como o latim. Enviado a prosseguir os estudos na Europa, com apenas 15 anos partiu munido com cartas de recomendação para alguns estabelecimentos comerciais franceses. A partir daqui seguiu-se um périplo de aventuras e perigos, dignas de uma novela de aventuras. O seu navio foi vítima de pirataria e sobreviveu ao naufrágio no Mediterrâneo, aportando a Lisboa entre 1749-1750, por aqui permanecendo entregue à sua sorte⁴.

Acolhido e protegido por D. João de Saldanha de Oliveira e Sousa [1746-1804], 1.º conde de Rio Maior⁵, tomaria um dos seus apelidos, passando a chamar-se João de Sousa, ao invés do seu primeiro nome, ou seja, Yuhannā ad-Dimasqī. Em 1758, D. Gaspar de Saldanha de Albuquerque⁶ [1719-1771] foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra, coadjuvado por João de Sousa como seu secretário particular⁷. No regresso de Coimbra em 1770, escolhe professar na

⁴ RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal, 1798-1802*, p. 269.

⁵ Presenteado pela regência de D. João VI, em duas vidas, em conjunto com uma comenda da Ordem de Cristo. Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 48, Regia Officina Typographica, Lisboa, 30 Novembro 1802.

⁶ Sobre o reitorado de D. Gaspar de Saldanha e Albuquerque em Coimbra [1758-1767], v. CRUZ, António – «A Reforma Pombalina e as ciências auxiliares da História», in *Revista de História das Ideias*, vol. IV, t. II, FLUC, Coimbra, 1982, pp. 101-112.

⁷ “[...] Nomeado Gaspar de Saldanha Reitor da Universidade, levou consigo a João de Sousa para Coimbra com intento de ahi o aproveitar, confiando-lhe a Cadeira de Lingua Arabe, que tencionava estabelecer. Sabidas na Côte as virtudes, saber, e prestimo de João de Sousa, foi este convidado pelo Primeiro Ministro, Conde de Oeiras, para mudar sua residencia para Lisboa, o que logo fez, grangeando particular estima do dito Ministro pelo muito proveito, que delle se tirava nos negocios com as Côrtes Africanas.” PEREIRA, António Caetano – «Resumo Historico sobre o Estabelecimento da Cadeira de Lingua Arabe em Portugal», in *Actas das Sessões da Academia Real das Sciencias*, vol. I, Typographia da Academia, Lisboa, 1849, p. 351.

Ordem Terceira de S. Francisco, de que era provincial Fr. Manuel de Cenáculo Vilas Boas⁸ [1724-1814], posteriormente arcebispo de Évora. Este apostaria no jovem João de Sousa para promover a modernização dos estudos orientais em Portugal, os quais se encontravam num declínio lastimável. Na verdade, na Ordem Terceira da Penitência⁹ existia uma aula de árabe regida por António Baptista Abrantes¹⁰ [1737-1813], mas João de Sousa substituiu-o com vantagem, visto o árabe ser a sua língua materna.

Em 1773, D. José I e o marquês de Pombal enviaram uma embaixada ao sultão de Marrocos para tratar da paz definitiva com esse reino, em virtude da evacuação de Mazagão¹¹. Nessa embaixada, viajou Fr. João de Sousa como secretário-intérprete, permanecendo no norte de África, ainda depois de concluídas as conversações, não só para estudar os usos e costumes locais¹², mas para aperfeiçoar o dialecto árabe falado em Marrocos, bem diferente do idioma árabe primitivo. Voltando a Lisboa nos finais de 1774, participou na inauguração da estátua equestre¹³ consagrada a D. José I, em Janeiro de 1775.

⁸ MORATO, Francisco Manuel Trigo Aragão – «Elogio Historico do Excellentissimo e Reverendissimo D. Fr. Manoel do Cenaculo», in *Historia e Memorias da Academia*, t. IV, parte I, 1812, pp. LXXIII-CXX.

⁹ SALGADO, Vicente – *Origem, e Progreso das Linguas Orientaes na Congregação da Terceira Ordem de Portugal*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1790, pp. 77-84.

¹⁰ ABRANTES, António Baptista – *Instituições da Lingoa Arabiga*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1774.

¹¹ *Documentos referentes ao governo da Praça de Mazagão, 1758-1796 [cartório dos Condes da Cunha]*. Catálogo, organização de Raúl da Silva Veiga, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1982.

¹² BRAGA, Isabel Mendes Drummond – *Missões diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII: os relatos de Frei João de Sousa*, com transcrição Ricardo Pessa de Oliveira, Centro de Estudos Históricos [UNL]/Artes & Letras, Lisboa, 2008, pp. 52-61.

¹³ Entre a vastíssima publicação laudatória, veja-se *Academia celebrada pelos Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Convento de N. Senhora de Jesus de Lisboa no dia da solemne inauguração da estatua equestre DelRey Dom José Primeiro Nosso Senhor*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1775.

Fr. João de Sousa foi um dos primeiros sócios correspondentes da Academia Real das Ciências de Lisboa e desenvolveu afincadamente os estudos filológicos arábicos, reunindo contactos de estudo a nível internacional. Quando a Academia desejou tomar conhecimento dos manuscritos árabes presentes na biblioteca do mosteiro do Escorial¹⁴, em Madrid, os quais podiam ser utilíssimos às indagações historio-gráficas, D. Maria I não hesitou em auxiliar essa missão científica [1789]. Prestes a partir para Madrid, todavia, circunstâncias políticas urgentes conduzem-no novamente para o norte de África¹⁵.

Em 1776 estivera por Argel numa incumbência especial e em circunstâncias bem críticas, visto que grassava aí a peste. Fr. João de Sousa ia negociar a “eterna” questão dos cativos¹⁶, dessa vez resolvida pela força, quando uma esquadra portuguesa e espanhola bombardeou Argel.

Quando, porém, em 1789-1790 estava para partir para Espanha, nova missão que o conduz a Marrocos¹⁷. Morreria o imperador Sidi

¹⁴ “In 1782 Sousa met Spanish Orientalist Perez Bayer during his tour in Portugal and accompanied him during numerous visits. In 1786, during his stay in Madrid, Sousa contacted Miguel Casiri and visited the Library of Escorial with him. A project was conceived in which Sousa would copy the Arabic texts available in the library related to the history of Portugal, a project that unfortunately did not materialize due to Sousa’s numerous activities and, perhaps, his ailing health.” KEMNITZ, Eva Maria von – «International Contacts of the Portuguese Arabists (XVIIIth and XIXth Centuries)», in *Orientalia Lovaniensia Analecta. Authority, Privacy and Public Order in Islam*, edição de Barbara Michalak-Pikulska e Andrzej Pikulski, Peeters Publishers, Lovaina, 2006, p. 376.

¹⁵ BRAGA, Isabel Mendes Drummond – *Missões diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII: os relatos de Frei João de Sousa*, com indicações utilíssimas.

¹⁶ *Relação dos captivos que por ordem... da D. Maria I... trouxeram resgatados da cidade de Argel os religiosos da Santissima Trindade...*, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1778; *Collecção de noticias acerca do resgate dos portugueses captivos em Argel...*, Typographia da Academia, Lisboa, 1811.

¹⁷ SOUSA, Fr. João de – *Diario da Segunda Embaixada que da corte de Lisboa se mandou a de Marrocos no anno de 1790. Relação, e Diario da Embaixada q Sua Mag.^e Fid.^{ma} mandou a El Rey de Marrocos em o mez de Dezembro de 1790; sendo encarregado daquella Commissão Jaques Felipe de Landreset. Cavalleiro professo na Ordem de Christo, Brigadeiro dos Exercitos de S. M. F. e Governador da Cidade de Faro. De tudo o q se passou e observou na dita Embaichada por espaço de trez mezes e sinco dias que durou aquella Commissão Escripta pello P.^e...*, manuscritos.

Mohammed, ou Mohammed Ben Abdellah al-Khatib [c. 1710-1790], deixando 14 filhos legítimos, os quais disputavam entre si o trono, embora sejam conhecidas as interferências inglesas e espanholas nessas contendas, sem esquecer as conveniências portuguesas¹⁸. Fr. João de Sousa pretendia, segundo aparenta, uma conciliação, mas tal não surtiu efeito, tendo oferecido asilo aos membros proscritos da família imperial. Estas missões, apesar de dificultosas, não obstavam o seu compromisso nas pesquisas cumpridas no Arquivo Real da Torre do Tombo¹⁹, continuamente em busca de documentos arábicos.

Em 1794 era nomeado lente da cadeira de árabe²⁰, leccionada no Convento de Jesus [Lisboa] e, no ano seguinte, D. Maria I decretou que essa aula fosse pública, fixando um ordenado ao lente e criando o lugar de substituto para reger, no impedimento do lente proprietário²¹. A nomeação para o lugar de substituto na cadeira de língua

¹⁸ “Sidi Mohamed died 11th April, 1790, on his road from Morocco to Fez. [...] Sidi Mohamed was succeed in the throne of Morocco by Muley el Yazid, the Englishman, for his mother is said to have been an English slave, whom the sultan became so fond of that he married her. The produce of this connexion was Muley Mahomed el Yazid el Mehedi, who was as partial to the English (probably from his birth), and as hostile to the Spaniards as his father, Sidi Mohamed, had been the contrary. The antipathy Muley Yazid had for the Spaniards was well know to them, and on this account they had recourse to all kinds of intrigue to dethrone him, by instigating his brother to rebel against his authority.” BROOKE, Arthur de Capell – *Sketches in Spain and Morocco*, vol. I, Henry Colburn & Richard Bentley, Londres, 1831, pp. 354-355. Este sultão é conhecido por ter sido o primeiro governante a reconhecer os Estados Unidos da América como país independente, o que motivou os agradecimentos públicos de George Washington [1732-1799].

¹⁹ *Documentos Arabicos para a Historia Portugueza copiados dos Originaes da Torre do Tombo com permissão de S. Magestade, e vertidos em Portuguez por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, por Fr. João de SOUSA, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790. Estes documentos, englobando 58 diplomas, estão ladeados com a tradução do texto original, escrito em caracteres arábicos. Esta obra conheceu uma segunda edição [1830], com adições e correções de Fr. João de Santo António Moura. Este trabalho concedeu a Fr. João de Sousa uma projecção académica europeia.

²⁰ ANDRADE, M.^a Francisca de Oliveira – «Subsídios para a Aula de Árabe no Convento dos Terceiros de S. Francisco», separata do *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, Coimbra, 1980, pp. 1-22.

²¹ SOUSA, Fr. João de – *Compendio da grammatica arabica, abbreviado, claro, e mui facil para a intelligencia e ensino da mesma lingua*, Typographia da Academia, Lisboa, 1795.

árabe recaiu em Fr. José de Santo António Moura²² [c. 1770-1840], que estivera vários anos em África a instruir-se no árabe. Desde então, determinou-se, embora sem grande efeito, que houvesse sempre um religioso a estudar a língua árabe.

Interessou a Fr. João de Sousa divulgar os vestígios históricos e arqueológicos islâmicos que pudessem contribuir para a historiografia nacional e ibérica. Deste modo, apresentou aqui as traduções de quatro inscrições árabes noutros vestígios que não os de natureza documental: uma inscrição árabe numa peça de artilharia colocada em Lisboa [a “peça de Diu”]²³; uma “cédula”, ou sinete, de origem muçulmana e descoberta em Palmela [1772]²⁴; uma inscrição num pórtico do castelo de Mérida²⁵, em Espanha; e, por último, uma lápide com caracteres árabes encontrada em Mértola²⁶.

O Autor referiu-se, em primeiro lugar, ao soberbo canhão conhecido como o «tiro de Diu» ou a «peça de Diu» [6 metros de comprimento, munição calibrada de 48 libras, ou 50 quilos, com cerca de 20 toneladas de peso] que pertenceu às hostes do sultão Badur²⁷ [?-1535], senhor de Cambaia. Segundo a sua opinião, esta peça de artilharia teria sido fundida em Constantinopla por volta de 1533, sendo utilizada no primeiro cerco de Diu [1538]. Era oriunda, portanto, das fundições turcas otomanas ao tempo de Solimão, o

²² «Frei José de Santo António Moura», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, p. 241.

²³ PINTO, António Florêncio de Sousa – «A Peça de Diu», in *Revista Militar*, vol. XII [s. n.], Lisboa, 7 de Novembro de 1860, pp. 714-716; MATOS, Gastão de Mello de – «Elementos para a história da peça de Diu», separata do *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. IV, Imprensa de Libânio da Silva, Lisboa, 1939.

²⁴ RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos Estabelecimentos Sientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal, nos successivos reinados da monarchia, 1777-1826*, vol. II, pp. 19-20.

²⁵ *Idem*.

²⁶ *Idem*, *ibidem*.

²⁷ JUNQUEIRO, M.^a Clara – «Sultão Badur», in *Diccionario de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 111.

*Magnífico*²⁸ [1494-1566], de acordo com as crónicas e historiadores coevos. Neste sentido, contestava quem defendesse ter sido fundida em Diu, ou em Cambaia, por força daquela inscrição apresentar caracteres árabes “orientaes”, ou seja, com origem algures no Médio Oriente.

Capturada após o levantamento do cerco de Diu e subsequente vitória portuguesa²⁹, seria tomada como despojo e, pela sua grandiosidade, foi enviada para o reino por D. Nuno da Cunha³⁰ [1487-1539], governador da Índia, em 1538. Colocada no castelo de S. Jorge, em Lisboa, seria levada para o Forte de S. Julião da Barra, ou Forte de S. Gião, em Oeiras. No entanto, pouco ou nenhum uso dissuasivo terá tido, até que caiu no esquecimento. Aquando da fundição da estátua equestre de D. José I, o director do Arsenal do Exército, tenente-general de Engenharia Bartolomeu da Costa³¹ [1731-1801], mandou desmantelá-la para ser fundida. Contudo, não foi necessário e a famosa «Peça de Diu», impressionante peça de artilharia *de sítio ou de praça*, ou “basilisco”³², permanece no Pátio de Artilharia do Museu Militar, em Lisboa.

O que terá motivado esta *Memoria* foi, entre outras razões, a visita diplomática de um embaixador de Marrocos ao Arsenal do Exército [1778], em virtude das negociações sobre Mazagão³³, como

²⁸ QUATAERT, Donald – *O Império Otomano. Das origens ao século XX*, tradução de Marcelina Amaral, «História Narrativa», n.º 9, Edições 70, Lisboa, 2003, pp. 43-46.

²⁹ Cf. GARCIA, José Manuel – *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia. Séculos XVI e XVII*, QuidNovi, Matosinhos, 2009, pp 92-96.

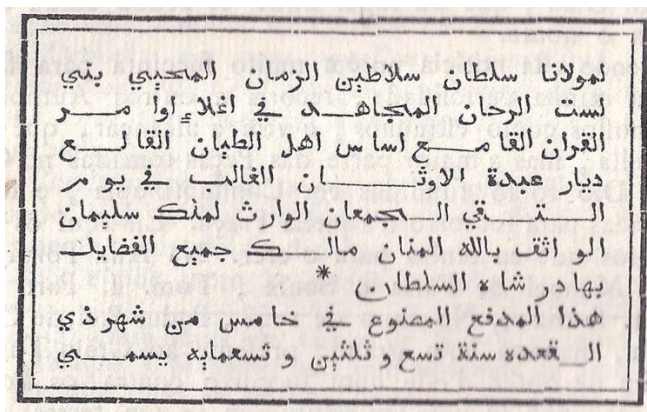
³⁰ «Nuno da Cunha, 9.º Governador da Índia (1529-1538)», in *Tratado de todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*, pp. 92-93; AVELAR, Ana Paula Menino – *Fernão Lopes de Castanheira. Historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997.

³¹ MELLO, José Brandão Pereira de – *Tenente-General Bartolomeu da Costa: artelheiro ilustre e engenheiro-fundidor da estátua equestre*, CML, Lisboa, 1939.

³² «Basilisco», in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. III, p. 1176.

³³ SOUSA, Fr. João de – *Diário da segunda embaixada, que El Rei de Marrocos mandou a esta Corte de Lisboa no anno de 1777. Escrita pelo P.º...*, manuscritos.

atrás enunciado. O embaixador terá ficado impressionado com as dimensões da peça e as suas inscrições árabes, ainda que, aparentemente, desconhecesse o seu significado. Como intérprete desses encontros bilaterais diligenciados por D. Martinho de Melo e Castro³⁴ [1716-1795], ministro e secretário de Estado da Marinha, Fr. João de Sousa foi encarregue de traduzir tais inscrições, assim como de efectuar cópias, a serem expedidas para diversas pessoas e instituições, entre as quais a própria D. Maria I e a Academia Real das Ciências de Lisboa, manifestando o interesse gerado pelos documentos e vestígios árabes e muçulmanos que importassem à nossa História:



Inscrição Arabica, que está gravada na Peça vulgarmente chamada de Dio, a qual presentemente se acha no Patio da Fundação de cima no Campo de Santa Clara d'esta Cidade; e sua traducção³⁵.

³⁴ VALADARES, Virgínia Maria Trindade – *A sombra do Poder. Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*, dissertação de mestrado em História, FLUL [texto policopiado], Lisboa, 1997.

³⁵ Veja-se a primeira proposta alternativa de tradução desta inscrição: "From our Sovereign Mahêy; King of the Kings of the age, son of the noble Lady Rahân, Defender of the Mahommentan Law, Conqueror of the Tâneos, Exterminator and Vanquisher of the Ebadítas, (on the day of the memorable battle with King Salib), Heir to King Suliman, Confident of God, Father of his Country and of the Sciences, King of Madarchah – This Cannon was cast on the 5th day of the month of Zil Kâde, in the year 939 of the Hegîra, which corresponds with 16th of January, A. D. 1526." MURPHY, James – *Travels in Portugal; through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo*, A. Strahan, T. Cadell Jr. & W. Davies,

‘Do nosso Soberano Rei dos Reis do seculo; Protector dos filhos de Setrahán³⁶; defensor dos preceitos do Alcorão; destruidor dos Tanéos³⁷; Expugnador dos Idolatras; Vencedor no dia da peléja; Confidente em Deos; herdeiro do Rei Soleiman³⁸; Liberal, e dotado de todas as excelências; Bahadarchah³⁹. Esta Peça foi fundida a cinco do mez de Zicáde de 939 da Hegira.’ Corresponde aos 4 de Agosto de 1533 de Christo⁴⁰.

Londres, 1795, pp. 155-156. Outra proposta portuguesa: “De nosso senhor o Sultão dos sultões do tempo; vivificador da Tradição do Propheta de [Deus] Misericordioso; que combate pela exaltação dos preceitos do Corão; derrubador dos fundamentos dos partidários da impiedade; que afasta as habitações dos adoradores de ídolos; vencedor no dia do encontro dos dois exércitos; herdeiro do reino de Salomão; confiado em Deus Bemfeitor; possuidor das virtudes; Bahâdur xâh, Sultão: esta peça foi feita a 5 do mez de Dhul Ka'da, anno de novecentos e trinta e nove.” LOPES, David, e PEREIRA, F. M. Esteves – *A Peça de Diu. Memória destinada à X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas*, Sociedade de Geografia de Lisboa/Imprensa Nacional, Lisboa, 1892.

³⁶ “*Setrahan*, suivant lui, indique six provinces indépendantes, mais protégées par les empereurs Othomans, d’où ils tiroient les jeunes gens les plus braves pour la garde de leur personne et du sérail.” SACY, Silvestre – «Mémoire sur quelques inscriptions arabes existant en Portugal...», in *Histoire et Mémoires de l’Institut Royal de France. Classe d’Histoire et de Littérature Ancienne*, vol. II, Imprimerie Royale, Paris, 1815, p. 601; CASTELL, Edmund – «Setrahan», in *Lexicon Heptaglotton Hebraicum, Chaldaicum, Syriacum, Samaritanum, Aethiopicum, Arabicum conjunctim et persicum separatim...*, vol. II, Thomas Roycroft, Londres, 1669, col. 2563; MENINSKI, Franciscus – «Setrahan», in *Thesaurus Linguarum Orientalium Turcicae, Arabicae, Persicae... continens, nimirum lexicon turcico arabico persico... latinè, german., italicè, gallicè, polonicè... & grammaticam turcicam*, vol. II [s. n.], Viena, 1680, col. 2294.

³⁷ “Les Tanéens sont les habitants d’une des îles du Nil, qui n’étoient ni Juifs, ni Chrétiens, ni Mahométans.” SACY, Silvestre – «Mémoire sur quelques inscriptions arabes existant en Portugal...», p. 602.

³⁸ Reporta-se ao sábio rei Salomão, filho de David, terceiro rei de Israel. Surge no Corão com o nome de *Sulayman* ou *Suleiman*. No Islão, é considerado um profeta e grande legislador ao serviço de Alá. DE MOLAINVILLE, Berthelemy d’Herbelot – *Bibliothèque Orientale ou Dictionnaire Universel, contenant généralement tout ce qui regarde la connaissance des peuples de l’Orient...*, Compagnie des Libraires, Paris, 1697, pp. 802-804.

³⁹ “[...] Bahadarchah est un mot Turc compose de *bahadar* et de *schab*; que l’on donna ce surnom, par antonomase, à Soliman, empereur des Turcs, et qu’il signifie *empereur brave et guerrier*.” SACY, Silvestre – «Mémoire sur quelques inscriptions arabes existant en Portugal...», p. 602.

⁴⁰ “Le 5 de Dhoul’kada 939 répond au 29 mai 1533, et non au 4 août 1533, encore moins au 16 juin 1526.” SACY, Silvestre – «Mémoire sur quelques inscriptions arabes existant en Portugal...», p. 611, nota 1.

Como na sobredita Inscripção se não expressa o nome do Soberano a quem foi dedicada, nem o lugar onde fôra fundida aquella Peça, foi-me preciso recorrer aos Historiadores do tempo⁴¹. [...]

Combinados pois os anos em que reino Soliman segundo com a Era da Inscripção da Peça, mostra-se claramente, que foi fundida no seu reinado, e a elle dedicada, e por tanto he errada a tradição, que não faltou quem abraçasse, de que fôra fundida em Dio por ter sido ahí ganhada, a qual de todo desvanecem as authoridades apontadas⁴², e melhor ainda os caracteres da Inscripção por serem Orientaes, o que não seriaõ se ella em Dio fosse fundida⁴³.

Havia quasi tres seculos, que a memoria da celebre Peça de Dio jazia no mais profundo esquecimento, e depositada na Fortaleza de S. Giaõ⁴⁴, considerada de pouco, ou nenhum prestimo; de modo que na occasião em que se fundio a Estatua Equestre se mandou vir para se fundir no caso que o seu metal fosse necessario para a obra; não sendo porém precisa ficou depositada naquêle Arcenal⁴⁵. Correu o tempo até o anno de 1778, em que

⁴¹ BARROS, João de – *Quarta Decada da Asia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares e terras do Oriente*, livro III, Impressão Real, Madrid, 1615 cap. VII, p. 517; COUTO, Diogo do – *Decada Quinta da Asia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares, & conquista das terras do Oriente: em quanto governaraõ a India Nuno da Cunha, dom Garcia de Noronha, dom Esteuaõ da Gama, & Martim Afonso de Sousa*, livro I, Officina de Pedro Crasbeeck, Lisboa, 1612, cap. XI; COUTO, Diogo do – *Decada sexta da Asia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares, & conquistas das terras do Oriente: em quanto governaraõ a India Dom Joaõ de Castro, Gracia [sic] de Sá, Jorge Cabral, Dom Affonço de Noronha...*, livro IV, Officina de Pedro Crasbeeck, Lisboa, 1612, caps. I e V; FARIA E SOUSA, Manuel de – *Asia Portuguesa*, t. I, parte IV, Officina de Henrique Valente de Oliveira, Lisboa, 1666, cap. I; ANDRADE, Jacinto Freire de – *Vida de D. Joaõ de Castro, quarto vice-rei da India*, nova edição emendada, livro III, n.º 28, Officina de António Gomes, Lisboa, 1786.

⁴² Embora não referencie autores ou obras históricas nesse sentido.

⁴³ Se não, a tendência seria para conter caracteres árabes com influências mogóis ou hindus.

⁴⁴ CASTRO, Baptista de – *Mappa de Portugal...*, vol. IV, p. 198.

⁴⁵ CORDEIRO, João Manuel – *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*, Typographia do Commando Geral de Artilharia, Lisboa, 1895, p. 82.

chegou a esta Côrte hum Embaixador⁴⁶ d'ElRei de Marrocos, que vinha da parte de seu Soberano⁴⁷ felicitar a Rainha Nossa Senhora da sua exaltação ao Throno; e sendo o dito Embaixador convidado hum dia para vêr o Arcenal da Fundição, na sua passagem pelo Pateo do mesmo Arcenal a vio com as outras que ahí estavaõ, e que não eraõ menos formidaveis. Levado o Embaixador da curiosidade, a quis medir; e nesta acção encontrou a referida Inscripção: e como os caracteres eraõ Orientaes, que elle ignorava, pedio ao P. Fr. João de Sousa, que por ordem de S. Magestade o acompanhava⁴⁸, que lhos lesse, e explicasse, o que o dito Padre fez⁴⁹.

Profundamente aplicado em desvendar o passado islâmico de Portugal, Fr. João de Sousa acompanhava com proximidade as revelações arqueológicas que despontavam por todo o território nacional. Deste modo, as inscrições epigráficas, enquanto fontes históricas “impressas na pedra” foram entendidas como instrumentos/métodos preciosos para colmatar lacunas historiográficas acerca da cultura islâmica. A Epigrafia assumia-se cada vez mais como uma disciplina

⁴⁶ Trata-se do embaixador Hadj Abdelmajid Lazrad, antigo representante diplomático em Madrid. Cf. «Missão Diplomática de Marrocos a Portugal», in BRAGA, Isabel Mendes Drummond – *Missões diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII: os relatos de Frei João de Sousa*, pp. 191-220.

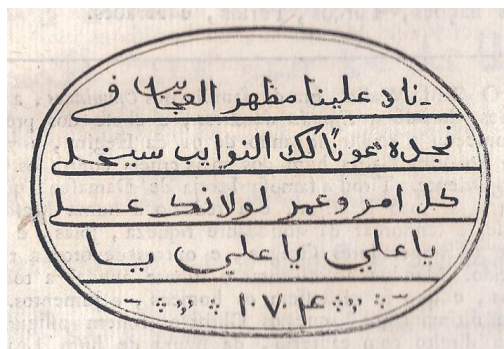
⁴⁷ Refere-se a Sidi Muhammad bem 'Abd Allah, já referenciado: “O fim da presença militar portuguesa em Marrocos abriu uma nova época nas relações entre os dois países que normalizaram os seus contactos diplomáticos, desenvolveram o comércio e protegeram a navegação. Sucederam-se as embaixadas entre ambos os Estados e de tal forma a confiança cresceu que, em 1780, uma boa parte do tesouro de Marrocos foi colocada em Lisboa sob a custódia da rainha portuguesa. Os estudos de árabe conheceram notável incremento graças a Fr. João de Sousa, ao estímulo de D. Fr. Manuel do Cenáculo e à «escola» do Convento de Jesus.” FARINHA, António Dias – *Os Portugueses em Marrocos*, 2.^a edição revista, «Lazúli», Instituto Camões, Lisboa, 2002, p. 85.

⁴⁸ Este episódio foi pormenorizadamente descrito em «Missão Diplomática de Marrocos a Portugal», in BRAGA, Isabel Mendes Drummond – *Missões diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII: os relatos de Frei João de Sousa*, pp. 210-211.

⁴⁹ SOUSA, Fr. João de – «Memoria de quatro Inscrições Arabicas com as suas traducções», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 363-366.

subsidiária da História, requerendo a maior exigência e precisão. De seguida, fez anexar a cópia, com a respectiva transcrição e tradução, de um sinete, ou “cédula”, gravado numa lápide descoberta em Palmela [1772].

Datada de 790 d. C., ou 174 da Hégira, essa inscrição apresentava caracteres árabes orientais, com “uma disposição elegante”, no dizer do Autor. Essa inscrição não aparentava ser de origem norte-africana, mas especificamente de proveniência árabe, ou seja, do Médio Oriente. Aqui introduziu a possibilidade de tal inscrição ser turca, persa ou puramente árabe, entre outras hipóteses. Coeva aos primeiros anos das invasões muçulmanas, Fr. João de Sousa entendeu que essa lápide tivesse sido concebida no domínio do califa omíada Al-Walid ibn Abd al-Malik [668-715], ou Al-Walid I, fundamentando-se em várias fontes:



Copia, e Traducção

*De huma Cedula, ou Sinete, que no anno 1772 foi achado
na Villa de Palmella⁵⁰, cujo tamanbo,
e feitio he o seguinte:*

Chamou-nos (á sua Lei) o Manifestador das maravilhas,
Em cujo soccorro consiste o teu alivio nas adversidades,

⁵⁰ CASTRO, João Baptista de – «Antiguidades Arabes e Mouriscas», in *Mappa de Portugal... Suplemento*, por Manuel Bernardes Branco, vol. IV, p. 173. Veja-se, ainda no

Todas as coisas, e a mesma vida se acabára,
Se Vós não fosseis, ó Altissimo, Altissimo, Altissimo.

Anno de 174 da Hegira:

Corresponde aos de 790 de Christo.

Os caracteres são Orientaes, e bem feitos. A collocação he metrica, e elegante, segundo o genio daquella Nação.

Talvez que cause reparo o serem os caracteres da sobre-dita Cedula Orientaes⁵¹, e não Africanos, tendo os Reinos de Hespanha, e o de Portugal sido conquistados pelos Mouros de Africa, cujos caracteres são muito differentes dos Orientaes: porém este reparo se póde desvanecer com o que da historia daquelle tempo sabemos, que para a mesma primeira conquista⁵² feita pelos Mouros de Africa, assim como para as outras concorrê-raõ ás Hespanhas tropas de todo o Oriente; parte mandados pelo Califa Walid⁵³, parte voluntarios com o interesse do saque, e parte finalmente para se estabelecerem nos paizes conquistados, e estes ultimos eraõ de differentes nações, Turcos, Persas, e Arabes⁵⁴.

ensaio original de Fr. João de Sousa em «Philologia Arabiga», in *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborensis...*, ordenando por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1850, p. 211.

⁵¹ NIMER, Miguel – *Influências Orientais na Língua Portuguesa: os vocábulos árabes, arabizados, persas e turcos*, vols. I-II, 2.^a edição revista, EDUSP, São Paulo, 2005.

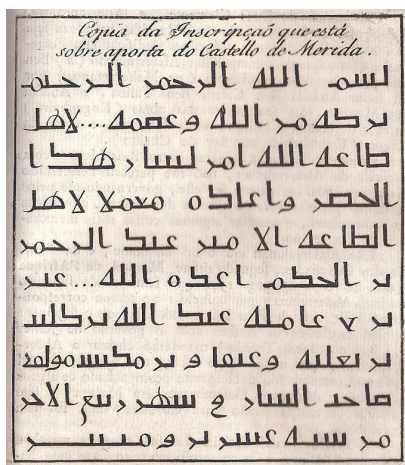
⁵² PEREIRA, Armando de Sousa – «Cristãos e Muçulmanos no Ocidente Peninsular Medieval. As Representações de um Confronto», separata da *Revista do Centro de História da Cultura*, n.º 7, UNL, Lisboa, 1993; GLICK, Thomas – *Cristianos y Musulmanes en la España Medieval (711-1250)*, tradução de Pilar Marco, et al., Alianza, Madrid, 1993.

⁵³ Refere-se ao califa omíada Al-Walid ibn Abd al-Malik, ou Al-Walid I [668-715], a *Espada de Deus*. MÁRMOL CARVAJAL, Luis del – *L'Afrique de Marmol*, tradução francesa de Nicolas Perrot, vol. I, Chez Louis Billaine, Paris, 1667, p. 70; DE MOLAINVILLE, Berthelemy d'Herbelot – *Bibliothèque Orientale ou Dictionnaire Universe...*, p. 898; BOSWORTH, C. E. – «Al-Walid I», in *Encyclopaedia of Islam*, vol. VI, fascs. 107-108, E. J. Brill, Leiden, 1989, pp. 621-622.

⁵⁴ SOUSA, Fr. João de – «Memoria de quatro Inscriptões Arabicas com as suas traducções», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, pp. 367-368.

Focando o passado histórico islâmico no seio da antiga Lusitânia, Fr. João de Sousa divulgou uma inscrição árabe num pórtico na alcáçova de Mérida, na vizinha Espanha. Interessava, de algum modo, correlacionar o passado árabe hispânico e a sua íntima relação com a herança muçulmana portuguesa. Trata-se da transcrição e comentários a uma lápide datada de 835 d. C., ou seja de 220 da Hégira, lavrados aquando os reordenamentos defensivos ordenados por Abderrahman II, ou ‘Abd ar-Rahmān [792-852 d. C.], numa zona particularmente conflituosa para o domínio islâmico, segundo a fundamentação bibliográfica usada.

Tratava-se, obviamente, de uma manifestação de uma nova força dominante sobre uma região fortemente cristianizada. Esta inscrição em caracteres árabes cúficos, precedentes à Hégira, terá sido elaborada por alguém conhecedor da tradição anterior aos ensinamentos do Profeta. Daí o seu particular interesse, ainda que também pudesse ser uma grafia unicamente ligada a Córdoba e Mértola, sendo reproduzida aqui em caracteres especificamente árabes:



Cópia da Inscrição que está sobre a porta do Castello de Merida⁵⁵.

⁵⁵ “A mais antiga construção arábica importante a que temos referência, na região da antiga Lusitânia, é a da Alcáçova de Mérida, ordenada, em pleno século IX,

Em nome de Deos Clemente, e Misericordioso. A benção de Deos, e da sua Excelsa grandeza seja com os que lhe obedecem. Mandou reedificar esta Fortaleza⁵⁶ e seus adjuntos o Imperador Abderrahman Ben Elhaquem⁵⁷ para os obedientes (os Mahometanos) por seu feitor Abdallá Ben Caleib Ben Taliba, e Anafasi Ben Mecanes⁵⁸ seu mestre das obras (Engenheiro) no mez de Rabie o ultimo; anno duzentos, e vinte da Hegira (Corresponde aos 835 de Christo).

Como em Hespanha reináráõ outros Reis Mouros com o nome de Abderrahman, não me pareceu desacertado dizer aquí qual me parece ser este, governando-me pelos Authores que escrevêráõ a historia dos Arabes⁵⁹, e os annos em que reinou, e apontar algumas coisas mais memoraveis de seu tempo⁶⁰. [...]

Os caracteres da sobredita Inscripção, e da qual se segue são Cuficos⁶¹. E posto que os Arabes antigamente usavaõ delles,

por 'Abd al-Rahman II.' Cf. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra...*, vol. XLVI, FLUC, Coimbra, 1970, p. 246.

⁵⁶ A fortificação foi erguida por Abderramão II em 835 como um bastião para o controle da cidade, que combatia o domínio emiral. É considerada a primeira alcáçova islâmica na Península. Cf. *Alcazaba Árabe de Mérida*, textos Yolanda Barroso Martínez e Francisco Morgado Portero, direcção científica de Pedro Mateos Cruz, Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, 2007.

⁵⁷ Abderramão II, Abdarramão II, Abderrahman II ou 'Abd ar-Rahmān [Toledo, 792-Córdova, 852], neto de Abderramão I. Cf. *Roderici Ximenez Archiepiscopi Toletani Historia Arabum, longé accuratius, quam anté, é manuscripto codice expressa...*, Typographia Erpeniana, Lyon, 1625, p. 56. O seu reinado é referido como um período de florescimento cultural, científico, administrativo e económico. Conhecido como *O Vitorioso*, tomou Barcelona e derrotou os piratas normandos. Emir independente de Córdova desde 822, era filho e sucessor de Al Haquem I. No ano de 839 convocou um concílio geral em Córdova, ao qual presidiu Recafredo, arcebispo de Sevilha, na sequência do qual desencadeou uma violenta perseguição contra os cristãos. OLIVEIRA, P.^e Miguel de – *História Ecclesiástica de Portugal*, 3.^a edição, União Gráfica, Lisboa, 1958, pp. 73-75.

⁵⁸ *Bibliotheca Arabico-Hispana Escorialensis...*, vol. I, p. 89.

⁵⁹ MÁRMOL CARVAJAL, Luis del – *L'Afrique de Marmol*, vol. I, pp. 190, 224.

⁶⁰ *Portugal, Espanha e Marrocos – o Mediterrâneo e o Atlântico. Actas do Colóquio Internacional Portugal, Espanha e Marrocos*, organização de Teresa Júdice Gamito, Universidade do Algarve, Faro, 2004.

⁶¹ «Cúfico», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VIII, p. 207.

presentemente não só lhes não dão uso, mas totalmente os ignorão, e os seus mesmos sabios os não sabem ler: pelo que para facilitarmos aos curiosos a sua leitura os transcrevemos em caracteres Orientaes⁶².

Fr. João de Sousa entendeu perfeitamente a riqueza arqueológica árabe encerrada em Mértola, localidade alentejana ostracizada, mas com um passado islâmico importantíssimo. Por conseguinte, deu a conhecer uma transcrição encontrada junto ao convento franciscano local, ressaltando a importância daquela localidade no domínio islâmico. Nesta lápide, da qual transcreveu e apresentou duas versões, uma contendo os caracteres originais e outra os caracteres especificamente árabes, continha vários trechos do Corão, ainda que com algumas deturpações.

Não deixa de expor a tradição epigráfica muçulmana de raramente evocar os acontecimentos ou os feitos de um determinado indivíduo ou grupo. Os monumentos de origem islâmica costumam ser ornados com passagens do Corão, na convicção de que só Alá deve ser exaltado para a posteridade, ao invés da efemeridade da acção humana:

⁶² SOUSA, Fr. João de – «Memoria de quatro Inscriptões Arabicas com as suas traducções», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, pp. 370-372.



*Cópia da Inscripção achada em Mertola*⁶³.

Esta Inscripção foi achada junto ao Convento dos Religiosos Franciscanos⁶⁴ perto da Villa de Mertola, que em caracteres Arabes ver a ser. As primeiras tres regras, e as dos dois lados da Lapide contém o seguinte:

‘Em nome de Deos vivo, e permanente; o qual não dormita, nem o accomette a somnolencia. Delle he tudo o que ha no Ceo, e na terra. O ambito de seu Throno occupa os Ceos, e a terra. Elle he o Sabio, e Magnifico. Alcoraõ, cap.º 2.º v. 256⁶⁵.

⁶³ VEIGA, Sebastião Philippes Estácio da – *Memoria das Antiguidades de Mertola observadas em 1877*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1880, p. 35.

⁶⁴ FIGUEIRA, Joaquim – *Do arrabalde de S. Francisco ao bairro das portas de Mértola*, CMB, Beja, 1988.

⁶⁵ “Allah! Não há outra divindade senão Allah, o Vivente, o Subsistente. Nem a sonolência nem o sono se apoderam d’Ele. A Ele pertence tudo quanto há nos Céus e na Terra. Quem intercederá perante Ele senão com a sua permissão? Sabe o que está à frente e por trás dos homens, e estes só atingem com a Sua ciência

O resto da mesma Lapide contém o que se segue:

‘Oh vós homens (os Crentes) temei o vosso Deos, e aquelle dia, no qual o pai não paga pelo filho, nem este por seu progenitor. Por certo a promessa de Deos he verdadeira. Não vos engane a vida mundana, nem vos entregueis ás persuasões do tentador (Satanás); pois pretende separar-vos da Lei do vosso Deos, o qual só conhece a hora do dia (do Juizo). Elle he que faz cahir a chuva, e o que penetra o mais occulto das entranhas. O homem ignora o que poderá lucrar no dia de á manhaã, nem sabe em que terra será sepultado; pois só Deos he sábio, plenamente instruido’ Alcoraõ, Cap.º 31, v. 33⁶⁶.

As Inscriptões Lapidares⁶⁷, que os Arabes costumão erigir, constaõ pela maior parte de sentenças, ou passagens do Alcoraõ, e rarissimas vezes as fazem para deixarem memoria de seus nomes á posteridade. Este costume entre elles, não he sem fundamento relativo á observancia da sua Religiaõ; porque he tal a veneraçã⁶⁸ que tem ao seu Alcoraõ, que com o mais profundo respeito lhe chamaõ [caracteres árabes no original] o Livro de Deos, e que só quem he puro o poderá tocar⁶⁹.

aquilo que Ele quer. O Seu trono estende-se pelos Céus e pela Terra e olha pela conservação de tudo o que abrange o Seu reino, sem nada o desmerecer. Ele é o Altíssimo, o Excelso.” «A Vaca», in *Alcorão*, Sporpress Editores, Mem Martins, 2002, cap. II, v.º 254, p. 29 [e não v.º 256, como referenciado originalmente].

⁶⁶ “Homens, temei o vosso Senhor, temei o dia em que um pai não pagará pelo seu filho, nem um recém-nascido pagará pelo sei pai! A promessa de Allah é Verdade. Que não vos seduza a vida mundana! Que o Senhor não vos extravie! // Em verdade, Allah possui o conhecimento da Hora, faz descer a chuva torrencial, e conhece o que encerram os ventres maternos, enquanto pessoa nenhuma sabe o que terá amanhã ou sabe em que terra morrerá. Allah é Omnisciente, está bem informado!” «Lucmen», in *Alcorão*, cap. XXXI, v.^{os} 33-344, p. 220.

⁶⁷ BORGES, Artur Goulart de Melo – «Panorâmica da epigrafia árabe em Portugal», in *Estudos Orientais. O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, vol. II, Instituto Oriental, Lisboa, 1991 pp. 91-102

⁶⁸ Para aprofundamento, ver *Cultura Islâmica e Cultura Árabe. Estudos em honra de David Lopes*, 1969.

⁶⁹ SOUSA, Fr. João de – «Memoria de quatro Inscriptões Arabicas com as suas traducções», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, pp. 374-375.

JOÃO PEDRO RIBEIRO
[1758-1839]

Um dos mais elevados espíritos científicos que se podem consultar nas *Memorias de Litteratura Portugueza* será, sem dúvida, João Pedro Ribeiro¹ [1758-1839], o qual incutiu um cunho erudito extremamente vincado ao longo desta publicação. No seu duplo currículo académico e religioso, recordamos que era doutorado em Cânones pela Universidade de Coimbra, tendo sido presbítero secular e cônego doutoral nas sés de Faro, Viseu e Porto², assim como juiz desembargador honorário da Casa da Suplicação e conselheiro da Fazenda. Ficou ainda conhecido por ter sido cronista dos domínios ultramarinos e censor régio do Desembargo do Paço, salientando-se

¹ Cf. «João Pedro Ribeiro», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, pp. 8-15; vol. X, pp. 327-328; «João Pedro Ribeiro», in *Portugal. Diccionario Historico...*, vol. VI, pp. 263-265; AZEVEDO, Pedro de – «Linhas gerais da história da diplomática em Portugal», in *O Instituto*, vol. LXXIV, 4.^a série, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927, pp. 226-242; «João Pedro Ribeiro», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV, pp. 593-595; TORRES, Ruy d'Abreu – «João Pedro Ribeiro», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, pp. 341-342; BUESCU, M.^a Leonor – «João Pedro Ribeiro», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. XVI, cols. 571-572; SILVA, António Delgado da – *Collecção da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das Ordenações...*, Typographia Maigrense, Lisboa, 1828, pp. 668-670; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História Breve da Historiografia Portuguesa*, «Histórias Breves», n.ºs 14-15, Editorial Verbo, Lisboa, 1962, pp. 238-239.

² VITORINO, Pedro – «Acerca de João Pedro Ribeiro», separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, fasc. 4 [s. n.], Porto, 1938.

o seu contributo intelectual no conjunto dos primeiros sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa, entre outros cargos similares.

Aclamado como o verdadeiro precursor de Alexandre Herculano nas investigações históricas da documentação existente pelos arquivos e cartórios do reino, é o justo fundador da ciência diplomática em Portugal. Como perito no estudo dos antigos documentos, a Academia Real das Ciências escolheu-o, apesar de não ser ainda seu sócio efectivo, para acompanhar Joaquim José Ferreira Gordo [que adiante estudaremos] nas visitas aos cartórios das câmaras, conventos e acervos regionais para recolher documentos úteis à construção da História Pátria³. Como o Governo espanhol permitiu que os sábios portugueses investigassem igualmente nos seus arquivos e bibliotecas, pelo que os dois comissionados, que o Governo dispensara da Universidade, dividiram entre si o trabalho. Joaquim José Ferreira Gordo irá visitar as livrarias e os arquivos em Espanha, enquanto João Pedro Ribeiro acederá aos cartórios portugueses. No decurso da sua “peregrinação” científica, João Pedro Ribeiro revela o grande atraso em que se encontravam os estudos diplomáticos. Em 1795 propôs a criação de uma Aula de Diplomática, ficando anexa à Universidade de Coimbra, a qual será efectivamente criada por *Carta de Lei*, de 6 de Janeiro de 1796, sendo João Pedro Ribeiro nomeado o seu primeiro Lente, com o vencimento de 400.000 réis anuais.

Eleito a como sócio efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa [1798], publicaria as *Observações historicas e criticas para servirem de Memorias ao systema da Diplomatica Portuguesa*⁴, a ex-

³ *A infância da Academia (1788-1794) – visita aos arquivos do reino, correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, 1934; BASTO, Artur de Magalhães – «João Pedro Ribeiro e a historiografia nacional: conferência pronunciada em 4 de Janeiro de 1939, nos “Estudos Portugueses”, na sessão solene comemorativa do I Centenário da morte de João Pedro Ribeiro», separata de *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, n.º 2, CMP, Porto, 1939.

⁴ RIBEIRO, João Pedro – *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza...*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1798.

pensas da Academia. Em 1801, conseguiu que a Aula de Diplomática fosse transferida para Lisboa, autorizada pelo alvará de 21 de Fevereiro desse ano, ficando anexa ao Arquivo Real da Torre do Tombo, merecedora de regulamento próprio e continuando a ser regida por si. Os trabalhos, frutos de um inaudito labor e estudo, valeram-lhe as honras de patriarca da ciência diplomática, cujo edifício assentou em alicerces sólidos.

Os fundamentos da Diplomática moderna remontam ao século XVII, com a publicação da obra *De Re Diplomatica libri sex* [1681], de Jean Mabillon⁵ [1632-1707]. Contudo, desde sempre muitos estudiosos dedicaram-se a decifrar documentos antigos para as suas obras. No século XVIII surgiu uma cadeira de Paleografia na Universidade de Bolonha⁶, assim como no Arquivo Real da Torre do Tombo com a denominação de «Ortografia Diplomática» ou a cadeira de Diplomática na Universidade de Coimbra, em que eruditos como Fr. João Crisóstomo de São Tomás [?-1783] ou Fr. José Pedro da Transfiguração [1749?-1798] contribuíram grandemente para o progresso da disciplina⁷.

No século XIX assistiu-se a uma intensificação do interesse paleográfico com o surgimento de sociedades histórico-científicas⁸, tais como École de Chartres [Paris, 1821] e a *Societas Aperiendis Fontibus Rerum Germanicarum Medii Aevi* [Frankfurt, 1823], entre

⁵ MABILLON, Jean – *De re diplomatica...*, vols. I-II, Typographia Vincentii Ursini, 1789.

⁶ MAFFEI, Francesco Scipione – *Istoria diplomatica che serve d'introduzione all'arte critica in tal materia*, Alberto Tumermani, Mantova, 1727; WURDTWEIN, Stefan Alexander – *Subsidia diplomatica ad selecta juris ecclesiastici germaniae et historiarum capita elucidanda ex originalibus aliisque authenticis documentis congesta...*, vols. I-VII, Sumptibus Tobiae Goebhardt, Heidelberg, 1772-1780.

⁷ TRANSFIGURAÇÃO, Fr. José Pedro da – *Dissertação ou breve tratado sobre algumas regras mais necessárias da hermeneutica e da diplomatica...*, Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, Porto, 1792.

⁸ CARNEIRO, Bernardino – *Primeiras linhas de hermeneutica jurídica e diplomática*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1855.

outras agremiações. Por outro lado, a proliferação de academias a partir do século XVII, vocacionadas para o estudo dos mais diversos ramos do Saber, originou que o recurso ao documento antigo se tornasse uma prática usual e, como consequência, a Paleografia científica vingaria⁹.

João Pedro Ribeiro manifestou a influência das directrizes emanadas dos *Estatutos* da Universidade [1772], cujos trâmites foram essenciais para a renovação do panorama científico e a justificação dos estudos diplomáticos a respeito das Cortes portuguesas¹⁰. No âmbito dos novos *Estatutos*, é notório o ímpeto dirigido aos lentes de Direito Civil para o estudo das fontes do Direito nacional, coadjuvado ou sustentado nos diplomas e documentação legislativa antiga. Tornara-se imperioso o exame da documentação notarial dispersa por arquivos e acervos para que, auxiliados pela emergente ciência diplomática, pudesse despontar a História pátria.

Interessou ao Autor levar a cabo indagações históricas para melhor compreender as fontes jurídico-históricas das Ordenações Filipinas e como este *corpus* jurídico foi constituído, nomeadamente quanto ao trânsito de determinadas leis desde as Ordenações Afonsinas¹¹, as Ordenações Manuelinas e o tempo de vigência legislativa dessa codificação. Por conseguinte, esta *Memoria*¹² encontra-se

⁹ COSTA, P.^e Avelino de Jesus da – «Diplomática», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. VI, cols. 1455-1458. Num outro prisma, v. MOTA, Isabel Ferreira da – «Sociabilidade e comunicação na República das Letras. Um Estado sem fronteiras?», separata da *Revista de História das Ideias*, vol. XXVI, pp. 585-597.

¹⁰ BARREIRA, Aníbal – «João Pedro Ribeiro, sua posição na historiografia nacional», separata da *Revista de História*, n.º 2, FLUP, Porto, 1979, pp. 51-63.

¹¹ CÉSAR, Eugénio – *Apontamentos bibliographicos: Côrtes do Reyno de Portugal (desde as de Lamego (?) até às de 1698), colligidas por João Pedro Ribeiro*, Officina Typographica, Lisboa, 1911; CRUZ, António – *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro: com apêndices de estudos sobre as Ordenações Afonsinas e de documentos do cartório do Mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave*, Tipografia Atlântida, Coimbra, 1939.

¹² O catálogo de João Pedro Ribeiro acerca das Cortes portuguesas continua um trabalho histórico capaz: «Like many other areas of Portuguese history, the mediaeval parliament has suffered from the lack of a sizeable, sustained and lasting positivist

agrupada em três partes que apontam a proveniência dos corpos jurídicos nacionais: as Fontes Internas [as “Cortes”, as “leis gerais”, as “leis municipais”, os “costumes da Nação” e os “códigos antigos”], as Fontes Externas [os “códigos visigóticos”, as “Leis das Partidas”, as “Leis de Touro” (legislação emanada pelos Reis Católicos), o “Direito Romano” e o “Direito Canónico”] e, pela mesma ordenação das Ordenações Filipinas, “de quaes das mesmas Fontes foi tirado cada hum dos seus Titulos, paragrafos, e versículos”.

Estamos perante um relato sinóptico e referenciado, documental e bibliograficamente¹³, de cada uma das reuniões das Cortes, apontando, inclusive as de ocorrência duvidosa, como as Cortes de Lamego [1143]. Furtando-se a ilações/deduções de natureza política, interessou-lhe, fundamentalmente, o conhecimento historiográfico relativo às Cortes portuguesas. Deste modo, apresentou um índice cronológico de todas as Cortes, para auxílio dos leitores¹⁴.

João Pedro Ribeiro apresentou um conceito de “Cortes”¹⁵, com incidência para a evolução da sua periodicidade e encadeamento de sessões ao longo dos tempos, assim como as formas de convocação. Interessou-se pelas classes sociais e os indivíduos convocados

school that has worked on it. Until recently, there was no good institutional study of the *Cortes*, no reasonably safe knowledge of the respective documentation; there wasn't even a reliable catalogue of the meetings of the *Cortes* in Portugal in the mediaeval period. Even worse: it was falsely announced in university circles that everything had already been done 'on the *Cortes*.' DUARTE, Luís Miguel – «The Portuguese Mediaeval Parliament: are we asking the right questions?», in *E-Journal of Portuguese History*, Brown University/Universidade do Porto, vol. I, n.º 2, Providence/Porto, 2003.

¹³ SOUSA, Armindo de – «As Cortes medievais portuguesas: panorama bibliográfico», separata de *Penélope. Fazer e desfazer História*, n.º 4, ICS, Lisboa, Novembro 1989, pp. 140-155.

¹⁴ FARO, Jorge de – *As Cortes Portuguesas e a problemática da sua publicação* [s. n.], Porto, 1948; IDEM – «Actas das Cortes Portuguesas: como está sendo encarado o problema da preparação do original, com vista à sua publicação», in *13.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências Históricas e Filológicas* [s. n.], Lisboa, 1950, pp. 347-358.

¹⁵ CAETANO, Marcello – «Subsídios para a história das cortes medievais portuguesas», separata de *Bracara Augusta*, n.ºs 14-15 [s. n.], Braga, 1963.

por ordem régia, qual o número ou “qualidade” dos procuradores concelhios, assim como a liquidação das suas despesas de deslocação e alojamento. Num outro ponto, dissertou sobre as tipologias das Cortes quanto à sua abrangência: se seriam de índole geral ou particular. Quais seriam as causas e os assuntos gerais tratados nas Cortes em Portugal, pese o carácter excepcional das Cortes de Lamego [1143] e das Cortes de Lisboa [1679 e 1697]? Segundo o Autor, referem-se às expedições militares, as celebrações dos tratados de paz e casamentos régios, entre assuntos fiscais, a administração/exercício da justiça, as queixas das populações, os diferendos entre as diferentes classes sociais e outros assuntos.

A autoridade ou força da lei das decisões originadas em Cortes obedeciam sempre à promulgação do vértice da pirâmide social, ou seja, à Coroa. Embora não se detivesse muito nesta rubrica, o Autor comentou a crescente eficiência da classe burocrática e o peso político dos elementos executivos com responsabilidade de redigir/expedir toda a produção legislativa. João Pedro Ribeiro clamou frequentemente a necessidade de editar criticamente toda esta documentação, especialmente as novas edições das Ordenações, para elucidação da classe política portuguesa e no auxílio aos trabalhos historiográficos promovidos pela Academia Real das Ciências, para a maior glória das Letras nacionais:

Sendo muito poucas as Cortes, cujas resoluções se tem feito publicas pela impressã¹⁶; sendo estas mesmas edições já raras;

¹⁶ João Pedro Ribeiro aponta as edições impressas com capítulos e intervenções nas Cortes de Torres Novas [1525]: *Falla que fez nas Cortes que celebrou ElRey D. João o III. na Villa de Torres Novas a 29. de Setembro anno de M. D. XXV. dia de S. Miguel na Igreja de S. Pedro*, Officina de João Álvares, Lisboa, 1563; ERICEIRA, Conde da [D. Luís de Meneses, 4.º] – *História de Portugal Restaurado...*, vol. I, pp. 46-49. Para as Cortes de Lisboa [1641], entre outros dados, utilizou os dados de SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, edição revista por Manuela Mendonça, vol. VII, QuidNovi/Público/Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2007 [fac-símile da edição da Atlântida, Coimbra, 1954], pp.

faltando no mesmo Real Archivo os Instrumentos, e Memorias de muitas dellas; não se póde esperar do Indice Chronologico que se segue, a sua completa noticia: muito mais, quando os nossos Escriptores só por incidente, e muito persunctoriamente fallaõ de bem poucas. Essas breves noticias, que elles nos transmittirão¹⁷; os monumentos, que encontrei em alguns Cartorios, e examinei com a exacção que me foi possivel, e de muitos dos quaes possuo copia¹⁸; outros, os seus extractos communicados pelo Desembargador João Antonio Salter de Mendonça¹⁹, e pelo Doutor João de Magalhães e Avellar²⁰, Lente nesta Universidade; formão todo o fundo do mesmo Indice, que novas descobertas, e humamão mais habil pôdem levar á sua devida perfeição.

Como nella busquei indicar os lugares do Codigo do Senhor D. Affonso V.²¹, a que servirão de Fonte algumas Decisões de Cortes, regulando-me pelo exemplar da mesma Ordenação de

66-68. Por fim, para ambas as Cortes de Lisboa [1642 e 1645], os *Capitvlos Gerais apresentados a ElRey D. João nosso Senhor IIII. deste nome, XIII. Rey de Portugal, Nas Cortes celebradas em Lisboa com os tres Estados em 28. de Ianeiro de 1641. Com suas Respostas de 12. de Setembro do anno de 1642... Com as Replicas, repostas, e declarações dellas em 1645*, Officina de Paulo Craesbeeck, Lisboa, 1645.

¹⁷ “Não é excessivo sublinhar o notável potencial que caracterizava o vocabulário produzido pelos juristas durante o período medieval e moderno: [...] através dele difundia-se uma rede de categorias, um glossário de actos de poder que era activado não só na compreensão e na reflexão sobre as relações sociais, mas que era também eficaz num plano extra-discursivo, das práticas de poder.” CARDIM, Pedro – *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998, p. 12.

¹⁸ *A Infância da Academia (1788-1794). Visita aos Arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, 1934.

¹⁹ «João António Salter de Mendonça, 1.º visconde de Azurara», in *Portugal. Dicionário historico...*, vol. I, p. 951; *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 365; *Nobiliário das Famílias de Portugal*, vol. XI, p. 40; FONSECA, Francisco Belard da – *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, Fundação Casa de Bragança, Lisboa, 1955, p. 33.

²⁰ «João de Magalhães e Avelar», *Portugal. Dicionário historico...*, vol. IV, p. 750; OLIVEIRA, José António Pereira de – *A paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar*, FLUP, Porto, 1995.

²¹ João Pedro Ribeiro terá sido influente na publicação da *Ordenaçoes do Senhor Rey D. Affonso V*, vols. I-V, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1792.

que uso, (conferido pelo Desembargador João Antonio Salter de Mendonça, com os diversos Codigos que se achão ao presente recolhidos no Real Archivo, e que notavelmente variaõ na ordem dos Titulos;) [...].

Naõ contendo ella mais que hum esqueleto das mesmas Cortes; fórmo os mais sinceros votos de que o Publico possa ainda possuir pella impressão huma completa Collecção de Cortes²²; em que os Sabios da Nação terão de encontrar hum copioso thesouro de noticias interessantes á Historia Politica, e Economica deste Reino, e muito particularmente á da sua Legislação²³.

No decurso do seu trabalho historiográfico, João Pedro Ribeiro focava as dificuldades para compilar todas as matérias legislativas procedentes das Cortes portuguesas, pelo que, por ora, faria apenas um «índice cronológico»: descrição simples, baseada na documentação régia e na bibliografia recente ou adequada para a interpretação de cada uma das Cortes, mesmo naquelas cuja autenticidade era posta em causa. Usando as cronologias comparadas da Era de César e da Era de Cristo, pelo menos na documentação promulgada até 1422, o Autor abordou todas as Cortes até aos finais do século XVII, com notas profundas.

Quanto às matérias que transitaram ao longo dos séculos por todos os ordenamentos jurídicos desde tempos anteriores à nacionalidade, com ligeiras ou nenhuma transformações, entre as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, o cerne final de toda esta questão transitória. Apontou-se, inclusivamente, os títulos dos artigos e das

²² Sobre este assunto, v. DIAS, João José Alves – «A Edição das Cortes Portuguesas», in *As Cortes e o Parlamento em Portugal. Actas do Congresso Internacional dos 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254*, Assembleia da República/Câmara Municipal de Leiria, Lisboa/Leiria, 2004, pp. 125-127.

²³ RIBEIRO, João Pedro – «Memoria sobre as Fontes doCodigo Philippino», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1792, pp. 55-56.

leis onde se pode constatar essa mesma evolução legislativa. De entre as Cortes que poderíamos escolher para análise detalhada, optamos aleatoriamente pelas Cortes de Elvas [1361], as Cortes de Évora [1490] e as Cortes de Tomar [1581], as quais ocasionaram legislação copiosa para as três Ordenações.

Nas Cortes de Elvas²⁴ [1361], reunidas por D. Pedro I, tomaram assento, pelo braço eclesiástico, os prelados, priores e abades; pelo braço da nobreza, os ricos-homens e os fidalgos; e pelo braço popular, os homens-bons e os cidadãos das cidades e vilas. Em resposta a várias reclamações populares, o monarca prometeu que seriam respeitadas as regalias dos concelhos e que os nobres seriam intimados a obedecer aos funcionários régios, regularizando-se questões de administração pública e justiça local. Ficou assegurado o direito de asilo e da jurisdição eclesiástica, desde que não colidissem com os supremos interesses da Coroa. Nas Cortes de Elvas, foi tomada, pela primeira vez, a decisão de uniformizar os pesos e medidas para os mais variados géneros alimentícios.

Famosas pela instituição do *Beneplácito Régio*, pelo qual, a partir de então, nenhuma determinação da Santa Sé poderia revestir-se com efeitos legais no reino sem o visto e a sanção do monarca. Esta medida provocou a pronta reacção do clero, o qual solicitaria a revogação sucessiva de tal decreto. No entanto, D. Pedro I estabeleceu oficialmente o beneplácito régio, não tanto para agravar as relações com a Igreja, mas para vingar a força centrífuga do Estado:

²⁴ Sobre as reformas legislativas no reinado de D. Pedro I: HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1990, pp. 225-229; TORRES, Ruy d'Abreu – «Cortes de Elvas (1361)», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 360-361; SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas: 1385-1490*, vols. I-II, INIC, Porto, 1990; FERREIRA, Adérito Gomes – *As Cortes de Elvas em 1361*, dissertação de licenciatura em História, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1964; PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*, pp. 105-106.

SENHOR D. PEDRO I.

Er. 1399. Er. 1361.

Cortes d'Elvas: a 23 de Maio²⁵, em que a Clerezia propoz 33. Artigos²⁶, a que Gabriel Pereira²⁷ chama Concordia do mesmo Senhor Rei com o Clero: e de que haõ 90. Artigos Geraes dos Povos, em Carta passada ao Concelho de Santarem a 29. de Maio²⁸, e a Coimbra a 30. do mesmo mez²⁹: 6. Especiaes de Coimbra da mesma data, em cujo Instrumento³⁰ e acha comprehendida tambem outra Carta passada ao mesmo Concelho a 27. do dito mez com 35. Artigos Especiaes: todas datadas d'Elvas³¹.

Passáraõ para o Codigo do Senhor D. Affonso V. os Artigos seguintes dos Geraes.

Art.º 1. = L. I. t. 23. § 22. Art.º 42. = L. III. t. 98.

2. = L. I. t. 23. § 22. 49. = L. III. t. 15.

²⁵ *Cortes do Reino de Portugal*, inventário de documentação existente servindo de Catálogo da Exposição documental e biblio-iconográfica dirigida por Joaquim Leitão, Assembleia Nacional, Lisboa, 1940, p. 137.

²⁶ Estes 33 artigos podem ser consultados em «Concordata celebrada em Elvas, entre D. Pedro I e o Clero», in ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Apêndice XVIII, pp. 145-152; «Dos artigos, que foram acordados em Elvas antre ElRey D. Pedro, e a Clerezia», in *Ordenações Afonsinas*, livro II, tít. V, pp. 61-87.

²⁷ CASTRO, Gabriel Pereira de – *De Manu Regia Tractatus...*, vol. I, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1622, p. 356.

²⁸ O Autor aponta para Maço I do Suplemento às Cortes, n.º 5 [Arquivo Real da Torre do Tombo]. *Memorias para a Historia, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebrarão pelos Três Estados do Reino*, ordenadas pelo 2.º Visconde de Santarém, vols. I-II, Impressão Régia, Lisboa, 1827-1828.

²⁹ *Cortes Portuguesas, reinado de D. Pedro I: 1357-1367*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto, Centro de Estudos Históricos [FCSH]/INIC, Lisboa, 1986, p. 66.

³⁰ *Cortes do Reino de Portugal*, pp. 65-66.

³¹ GAMA, Eurico – «As Cortes de Elvas em 1361», separata de *Alto Alentejo*, n.º 1 [s. n.], Évora, 1956; *Capítulos do concelho de Elvas apresentado em Côrtes*, prólogo de Pedro A. de Azevedo, Tipographia de António Torres de Carvalho, Elvas, 1914.

9. = L. III. t. 125.	57. = L. IV. t. 95.
19. = L. III. t. 15.	61. = in fin. L. IV. t. 125.
20. = L. III. t. 104.	§. 2. in fin.
22. = L. I. t. 59.	67. = L. II. t. 46.
L. V. t. 59	71. = L. V. t. 88.
23. = L. I. 59.	73. = L. III. t. 15.
24. = L. II. 50.	79. = L. V. t. 94.
27. = L. IV. t. 17.	82. = L. V. t. 56.
35. = L. V. t. 34.	84. = L. V. t. 57.
	88. = L. V. t. 87.

Attribue-se também como Artigo Geral a estas Cortes, o Artigo 24. da Clerezia no Liv. V. t. 27.: e no mesmo L. V. t. 80. se refere como Artigo 18. destas Cortes, hum que se não encontra nas Certidões mencionadas³².

Num outro trecho, João Pedro Ribeiro dissertaria sobre as ilações legislativas das Cortes de Évora³³ [1490], convocadas por D. João II, notável esforço para a consolidação dos alicerces de um Estado moderno. O sonho da união dos reinos peninsulares sob uma mesma Coroa, acalentado por seu pai, não o abandona completamente. Com propósitos semelhantes aos reis de Castela e de Aragão em prol da hegemonia peninsular, encetou casar o infante D. Afonso de Portugal [1475-1491] com a infanta D. Isabel de Espanha [1470-1498], que realizar-se-á com festejos de grande pompa, em Novembro de 1490.

Pouco tempo irá durar o sonho da união peninsular. Em 13 Julho de 1491, o infante D. Afonso morre numa queda de cavalo, à beira Tejo, perto de Almeirim. Todo o projecto se desfaz. Dominado pela

³² RIBEIRO, João Pedro – «Memoria sobre as Fontes do Codigo Philippino», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792, pp. 64-65.

³³ SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas: 1385-1490*, vols. I-II.

consternação, D. João II ainda tentou legitimar D. Jorge [1481-1550], seu filho bastardo, junto da Santa Sé. Mas a oposição da rainha D. Leonor [1458-1525] e as influências dos seus inimigos prevalecem. D. Manuel, duque de Beja, irmão de D. Diogo [1452?-1484], 4.º duque de Viseu, quem o rei assassinara friamente por suas mãos, estará na primeira linha da sucessão.

Os anteriores excessos da nobreza durante o reinado de D. Afonso V [1432-1481] só foram possíveis devido à fraqueza do poder central e aos abusos cometidos pela fidalguia, cuja acção provocaria enormes conflitos entre o povo e os procuradores dos concelhos. As Cortes, mesmo distantes de representar um retrato social completo, eram, de certo prisma, a imagem do quotidiano. Então, era objectivo de João Pedro Ribeiro proceder à sua observação, não perdendo de vista que tais arbitrariedades da nobreza atrasaram a centralização régia do poder:

1490.

Cortes d'Evora principiadas a 20. de Março acabadas em Abril, em que ElRei deo conta do Casamento do Principe com a Infante de Castella³⁴; para cuja despeza offerecêraõ os Póvos 100\$ cruzados³⁵:

³⁴ BRAGA, Paulo Drummond – *O Príncipe D. Afonso, filho de D. João II: uma vida entre a guerra e a paz*, Colibri, Lisboa, 2008.

³⁵ “É um monarca repleto de esperança pelos frutos que a política ultramarina lhe prometia e pelo casamento projectado para o seu filho com que vão lidar os povos nas Cortes de Évora de 1490. E o soberano pede-lhes que se associem ao seu querer, sustentando as festas de casamento do seu príncipe, com o que entendessem, pela sua generosidade e compreensão. Sem exigir, antes confiando, o soberano recebe dos procuradores das cidades e vilas o comprometimento de contribuírem com 100.000 cruzados. Um clima de abertura ao diálogo se instalara. E assim vemos D. João II deferir total, parcial ou condicionalmente quase 60% dos agravos gerais que lhe foram apresentados, para só indeferir cerca de 30% [...]” COELHO, M.ª Helena da Cruz – «O final da Idade Média», in *História de Portugal*, organização de José Tengarrinha, Editora EDUSC/Editora UNESP/Instituto Camões, São Paulo, 2000, cap. II, pp. 21, 27.

e em que fez a Oração do costume o Corregedor da Corte Ayres de Almada³⁶.

Dellas existem no Real Archivo³⁷ 47. Capítulos Geraes no Liv. em que se achão lançadas depois das de 1481³⁸. Com o theor de 15. Capítulos Geraes se passou Carta ao Concelho de Coimbra a 3. de Novembro de 1491.³⁹, pelo Chanceller mór o Doutor João Teixeira⁴⁰, que todos se achão também no referido Livro do Archivo: assim como os 20. de que se passou Carta ao Concelho do Porto a 6. de Julho de 1490⁴¹. A Coimbra se passou Carta a 16. de Junho de Capítulos Especiaes⁴² de que se acha hum, em Certidão de 4. de Julho de 1704⁴³.

Passáraõ para o Orden. do Senhor D. Manoel da Edição de 1521⁴⁴. as determinações dos Capítulos seguintes destas Cortes.

³⁶ VASCONCELOS, Agostinho Manuel de – *Vida y Acciones del Rey Don Juan el Segundo, Decimotercio de Portugal...*, Imprenta de Maria de Quiñones, Madrid, 1639, p. 226; «Agostinho Manuel de Vasconcelos», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, pp. 68-69. Ver ainda *Memorias para a Historia, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebráraõ pelos Tres Estados do Reino ordenadas, e compostas no anno de 1824*, ordenadas pelo 2.º Visconde de Santarém, Parte Primeira, Impressão Régia, Lisboa, 1828, p. 24; FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*, «Reis de Portugal», vol. XIII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, p. 125.

³⁷ SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas: 1385-1490*, vol. I, pp. 429-430; MENDONÇA, Manuela – *D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pp. 412-435.

³⁸ Armário 11 da Coroa, maço 3, n.º 5, Arquivo Real da Torre do Tombo.

³⁹ *Manuscritos de João Pedro Ribeiro: códice n.º 1: índice chronologico do livro de provizoins e Capos de Cortes da Camera de Coimbra [1426?-1660]*, publicados com notas e aditamentos por Ernesto Donato, «Inéditos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra», Imprensa da Universidade, Coimbra, 1921.

⁴⁰ FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*, p. 160.

⁴¹ MORENO, Humberto Baquero – «Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV», in *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto*, vol. I, CHUP, Porto, 1978, pp. 26-27.

⁴² *Cortes do Reino de Portugal*, p. 166.

⁴³ *Idem*, p. 72.

⁴⁴ *O primeiro [-quinto] Liuro das Ordenações*, 1521.

Cap. 2. = L. I. t. 39. § 45.

15. = L. II. t. 34. § 4.

40. = L. I. t. 76. in pr.⁴⁵

João Pedro Ribeiro dedicou também a sua atenção aos capítulos das Cortes de Tomar⁴⁶ [1581], convocadas por Filipe II de Espanha com vista a fazer-se jurar rei de Portugal. Em troca, o monarca comprometia-se a manter e respeitar os foros, costumes e privilégios portugueses. Ao mais alto nível da administração, estipulava-se o compromisso de prevalecer a língua natural e de o vice-rei ser português. O mesmo aconteceria com os ocupantes de todos os cargos da administração central e local, assim como as guarnições e frotas da Guiné e Índia. Era o princípio da monarquia dual, que vigoraria sem alterações substanciais até cerca de 1620. Nestas Cortes estiveram presentes os procuradores das vilas e cidades portuguesas, exceção feita às ilhas açorianas, fiéis ao derrotado D. António [1531-1595], prior do Crato:

Senhor D. Filippe I.

1581.

⁴⁵ RIBEIRO, João Pedro – «Memoria sobre as Fontes do Codigo Philippino», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792, p. 95.

⁴⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – «O surto regional português na legislação dos Filipes (1581-1625)», separata das *Actas do Colóquio "Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal"*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1975; BOUZA ALVAREZ, Fernando Jesus – *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640). Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*, vols. I-II, Universidade Complutense de Madrid, 1987; VEIGA, Carlos José Margaça – «Um poder vitorioso: as Cortes de Tomar (1581)», in *Poder e Poderes na crise sucessória portuguesa (1578-1581)*, vol. I, tese de doutoramento em História Moderna, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1999, parte III, cap. II, pp. 391-419.

Cortes de *Thomar*⁴⁷: convocadas por Carta de 5. de Janeiro⁴⁸ ao Concelho do Porto, e ao de Coimbra por Carta⁴⁹ da mesma data, para se celebrarem em Lisboa, (o que impediu a peste⁵⁰) ou onde podesse ser, para nellas ser jurado o Principe D. Diogo⁵¹: mandando-se por outra Carta da mesma data⁵², que na eleição de Procuradores para ellas, não assistissem os Partidarios do Senhor D. Antonio⁵³: e por outra de 3. do mesmo mez, que os Procuradores, que elegendem levassem o cofre, que tinhaõ trazido os outros Procuradores das Cortes de 1579.⁵⁴, por já não ser necessario, hindo as chaves em carta fechada. Principiáraõ a 19. d'Abril, e nellas dez a Oração de abertura o Bispo de Leiria D. Antonio Pinheiro⁵⁵ a 20. de Abril; tendo orado a 16. no Acto de Juramento d'ElRei⁵⁶, e depois a 23. do mesmo mez no do Principe⁵⁷.

⁴⁷ ERICEIRA, Conde da [D. Luís de Meneses, 4.º] – *História de Portugal Restaurado...*, vol. I, pp. 46-48.

⁴⁸ *Cortes do Reino de Portugal*, p. 75. Em complemento, ver *Indice chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro...*, prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, «Documentos e memórias para a História do Porto», CMP, Porto, 1951.

⁴⁹ *Cortes do Reino de Portugal*, p. 72, também publicado em *Antiquario Conimbricense*, n.º 5 [s. n.], Coimbra, 1841, p. 38.

⁵⁰ BRAGA, Paulo Drummond – «Dois surtos de peste em Lisboa: 1579-1581», separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, vol. VII, BNL, Lisboa, 1992.

⁵¹ *Instrumentos e Escrituras dos Avtos Segvintes. Auto do Leuantamento & juramento d'elRey nosso Senbor [...]; Auto das Cortes de Tomar [...]; Auto do juramento do Principe Dom Diogo nosso Senbor [...]; Auto do juramento do Principe Dom Philippe nosso Senbor [...]*, Officina de António Ribeiro, Lisboa, 1584.

⁵² Livro IV das Propr., f.º 40, cartório da Câmara do Porto.

⁵³ SELVAGEM, Carlos, e CIDADE, Hernâni – *Cultura Portuguesa. A monarquia dual sob a dinastia filipina e as Cortes de Tomar, o Prior do Crato e a sucessão à Coroa...*, vol. VII, Imprensa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1971.

⁵⁴ Livro IV das Propr., f.º 430, cartório da Câmara do Porto.

⁵⁵ BOUZA, Fernando – *D. Filipe I*, «Reis de Portugal», vol. XVIII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, pp. 147-148.

⁵⁶ *Auto do juramento do Principe Dom Philippe nosso Senbor...*, Officina de António Ribeiro, Lisboa, 1584.

⁵⁷ *Auto do juramento do Principe Dom Diogo nosso Senbor...*, Officina de António Ribeiro, Lisboa, 1584.

Há impressos destas Cortes 47. Capítulos dos Póvos, 23. da Nobreza, e 18. do Estado Ecclesiastico: e também a Patente das graças, e mercês feitas a estes Reinos nas mesmas Cortes⁵⁸ com 25. Capítulos, e data de 15. de Novembro, sendo o Original de 21. de Maio⁵⁹, que são os mesmos que se incluem na Lei do Senhor D. Manoel de 18. de Janeiro de 1499⁶⁰. feita por occasião da sua successão presumida aos Reinos de Castella. Nellas requerêrão os Póvos d'Entre-Douro, e Minho, e Tras-dos-Montes a mudança da Casa do Cível para o Porto⁶¹, como se verificou pela Lei, e Regimento de 27. de Julho de 1582⁶².

⁵⁸ *Patente das Mercês, Graças e Priuilegios de que ElRei Dom Philippe nosso Senhor fez merce a estes seus Regnos e a diante vai outra patente das respostas das Cortes de Tomar...*, Officina de António Ribeiro, Lisboa, 1583.

⁵⁹ Livro IV das Propr., f.º 340, cartório da Câmara do Porto.

⁶⁰ “Quando o pequenino Infante D. Miguel da Paz, nascido do enlace de D. Manuel de Portugal com Isabel de Castela, foi reconhecido e jurado herdeiro das coroas de Castela e Aragão, as Cortes Gerais portuguesas pediram que o Rei promettesse, em nome do seu filho, que a administração da justiça e da fazenda dos reinos e senhorios de Portugal, bem como as alcaidarias das vilas e dos castelos, as capitánias dos lugares de África e terras da Conquista, os ofícios palatinos, as dignidades eclesiásticas, os cargos militares de terra e mar, em qualquer tempo e em qualquer caso fossem dados a Portugueses. D. Manuel assim o prometeu pela sua Carta Patente de 18 de Janeiro de 1499. Cristóvão de Moura obteve uma cópia dessa carta e remeteu-a a Filipe II. Logo o monarca espanhol, em 24 de Maio de 1579, publicou em Aranjuez uma outra carta, em que ratificava tudo o que D. Manuel, seu avô, prometera oitenta anos antes. Sob a base de tais promessas intentaram-se e prosseguiram depois negociações entre o Cardeal-Rei e o Rei de Espanha para o reconhecimento deste como herdeiro de Portugal e o casamento do príncipe D. Diego, seu filho, com uma das filhas do Duque de Bragança.” MARQUES, Armando de Jesus – «Portugal é uma Nação», in *Revista dos Centenários*, n.º 18, Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, 30 Junho de 1940, pp. 46-47.

⁶¹ Em 27 de Julho de 1582, D. Filipe I de Portugal deu novo regimento ao Desembargo do Paço. Dotado de um instrumento de regulamentação jurídica mais detalhado, continuou em vigor mesmo depois da publicação das Ordenações Filipinas, não sofrendo grandes alterações até ao final da instituição. «Dos Desembargadores do Paço», in *Ordenações Filipinas*, Livro I, tit. III, pp. 12-14.

⁶² A Lei de 27 de Julho de 1582 pode ser consultada em RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – *Synopsis Chronologica...*, vol. II [1550-1603], Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1790, p. 207.

Ao Concelho do Porto se passou Carta a 22. de Maio⁶³ com hum Capitulo Especial destas Cortes, e se faz menção d'outro em Carta de 31. de Julho de 1582⁶⁴. Em carta de 23. d'Abril de 1581. ao Concelho de Coimbra⁶⁵ se faz menção da ajuda de custo⁶⁶, que lhe concede ElRei por huma Provisão para a despesa dos Procuradores⁶⁷.

Adiante, faria inserir alguns comentários ao conjunto das Cortes duvidosas⁶⁸, com acuidade e pertinência, não descurando o valor histórico da documentação sobre essas reuniões magnas. Logo a seguir, surge-nos um útil índice alfabético das Cortes⁶⁹, em jeito de tabela elucidativa, com algumas advertências e conselhos de leitura. Neste ponto, refere-se às diferentes Ordenações e os locais onde tal documentação estava depositada, destacando o Arquivo Real da Torre do Tombo, os acervos das Câmaras de Santarém e do Porto, o Convento de Merceana [Alenquer], bem como outros locais, apelando repetidamente para a necessidade de reeditar estes códigos⁷⁰.

⁶³ Livro III das Propr., f.º 23, cartório da Câmara do Porto.

⁶⁴ Livro I, das Chap., f.º 24v.º, cartório da Câmara do Porto.

⁶⁵ *Cortes do Reino de Portugal*, p. 75.

⁶⁶ Sublinhado nosso.

⁶⁷ RIBEIRO, João Pedro – «Memoria sobre as Fontes do Codigo Philippino», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 107-108; *Indice chronologico remissivo da legislação portugueza posterior à publicação do codigo filipino com hum appendice: parte III continuação de additamentos desde a aclamação do senhor João IV até o anno de 1807...*, por João Pedro RIBEIRO, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1807.

⁶⁸ IDEM – «Memoria sobre as Fontes do Codigo Philippino», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 118-124.

⁶⁹ *Idem*, pp. 125-128.

⁷⁰ «Ao menos seria de desejar que os indices geraes de cada um dos cartorios, quaesquer que elles sejam, se fizessem a todos patentes pela impressão. Um cartorio qualquer não interessa quasi sempre menos o publico que á corporação a que pertence.» RIBEIRO, João Pedro – *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza...*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1798, p. 58.

Terminará a sua explanação crítica com um índice comparativo da totalidade dos títulos nas Ordenações Afonsinas⁷¹, de acordo com exemplares oriundos dos locais supracitados, entrecruzando anotações entre diferentes exemplares manuscritos.

O período áureo das Cortes corresponde aos séculos XIV-XV⁷², tendo as primeiras sido realizadas em Leiria [1254]. Nunca mais, após este período, se convocaram Cortes em grande número. Podem apontar-se algumas razões para a realização das Cortes, a necessidade de apoio financeiro e político à Coroa. A sua decadência começa com a expansão económica ultramarina e as novas concepções legislativas, que foram tornando o monarca menos dependente dos nobres e dos impostos extraordinários exigidos ao povo. Esta decadência é manifesta a partir do reinado de D. João II, quando a linha política se inclinar para o Absolutismo.

O monarca já não depende deste órgão colegial, pois só ele tem a *boa razão* que lhe permite decidir sempre no melhor sentido. O Autor também afiançou os modelos de formalização administrativa nos capítulos propugnados pelos concelhos presentes às Cortes, os diversos títulos das representações concelhias, com especial atenção para os «agravamentos». Poderiam ser extensíveis em força de lei a todo o reino [de natureza geral] ou a uma província, um concelho ou lugares em particular. Importava ainda discernir toda uma infinidade tipológica de capítulos e privilégios, extensíveis ou não, a todo o território nacional, sempre de acordo com os pedidos e exigências particulares de cada classe social.

⁷¹ RIBEIRO, João Pedro – «Memoria sobre as Fontes do Codigo Philippino», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792, pp. 130-170.

⁷² GRAES, Isabel – *Contributo para um Estudo Histórico-Jurídico das Cortes Portuguesas entre 1481-1641*, Livraria Almedina, Coimbra, 2005.

Um dos trabalhos menores de João Pedro Ribeiro nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* diz respeito à sua visita ao mosteiro do Salvador de Vairão⁷³, de religiosas beneditinas, efectuada entre Agosto e Setembro de 1790. Entre as apreciações que seriam publicadas noutras obras identicamente citadas, o Autor refere a documentação deste fundo monacal, onde predominavam duas grandes tipologias: a administração eclesiástica e a gestão financeira do património de Vairão. Contém, portanto, numerosos registos alusivos a autos, prazos, sentenças, vedorias, livros de cobranças, com títulos e vários documentos, todos de natiqúissimo valor⁷⁴.

Mas o que importara ao Mestre seria uma inscrição lapidar na parede de um velho celeiro, nos anexos daquele mosteiro. Dando oportunidade à auscultação epigráfica, como já Fr. João de Sousa⁷⁵ houvera feito neste volume das *Memorias de Litteratura Portuguesa*, João Pedro Ribeiro tentou vislumbra a época da fundação do mosteiro, de acordo com aquela inscrição, visto as provas documentais há muito terem desaparecido. A paixão pela decifração epigráfica, em conjunto com o labor paleográfico, norteou esta sinopse historiográfica, ainda que se tenha revelado inconclusiva, como se verá.

No decurso das suas indagações, o Autor refutaria várias fontes históricas e autores sobre as origens daquele vetusto mosteiro beneditino edificado perto de Vila do Conde, no bispado do Porto. Segundo a tradição histórica, a sua fundação deu-se no reinado de

⁷³ Sobre a visita ao mosteiro de Vairão, patente na correspondência expedida ao abade José Correia da Serra, ver *A Infância da Academia (1788-1794)*, docs. XXXI-XXXII, pp. 27-30.

⁷⁴ COSTA, P.^e Avelino de Jesus da – *Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Porto, 1992, pp.167-256; MARTINS, Ana Maria – «Os mais antigos textos escritos em português», in *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, organização de Isabel Hub Faria, Edições Cosmos/FLUL, Lisboa, 1999, pp. 491-534.

⁷⁵ Consulte-se os nossos comentários a SOUSA, Fr. João de – «Memoria de quatro Inscriptões Arabicas com as suas traducções», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1793.

um *régulo* de Braga, Veremundo⁷⁶, ou seja, em 485 d. C., aquando o domínio suevo. Movido pela sua curiosidade, João Pedro Ribeiro propôs-se contrariar aquelas opiniões historiográficas, também difundidas pela antiga Academia Real da História Portuguesa⁷⁷, na pessoa de António Cerqueira Pinto⁷⁸ [1679-1744]. Aquela enigmática inscrição lapidar há muito que fascinava os visitantes de Vairão, mais não fosse pela sua antiguidade e difícil significado.

Desconhece-se a data da fundação do mosteiro de Vairão, mas a sua existência está reportada desde 974, anteriormente à nacionali-

⁷⁶ “Pormenor significativo: só se se conhece um rei de Braga, no final do século V, após o desaparecimento do *regulus* Remismundo, um obscuro Veremundo em 485. Isidoro de Sevilha limita-se a falar dos *multi reges Suevorum*, sem precisar se se mantiveram arianos, cúmulo da ignorância para um prelado católico.” LEGUAY, Jean-Pierre – «O conflito entre duas hegemonias: 429-509», in *Nova História de Portugal. Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*, vol. II, p. 55; FERREIRO, Alberto – «Veremundu r(eg)e: revisiting an inscription at San Salvador de Vairão (Portugal)», in *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, vol. CXVI, Habelt, Bona, 1997, pp. 247-263.

⁷⁷ *Collecção de Manuscriptos ineditos agora dados á estampa. Anacrisis Historial...*, de Manuel Pereira de NOVAIS, vol. IV, Partes I-II, Real Bibliotheca Pública Municipal, Porto, 1912-1915.

⁷⁸ “[...] e sendo tudo isto sem duvida certo o fica tambem sendo a verdade expressada na referida Inscriptão pela qual se confirma ser a primaria fundação do Mosteyro de Vayraõ no anno de 485. sendo Rey dos Suevos Veremundo. Nem he muito não haver documento historico daquelle tempo, a este respeito, mais que a dita inscripção, visto como no espaço de quasi cem anos, entre os quais foy o de 485. não fizeraõ menção de couza alguã os nossos Escriptores, como he bem notorio, em quanto nos Reys Suevos, desde Remismundo atê Theodomiro, e Ariamiro, pormaneceo a maldita Seyta do Arianismo e quando muito sò dos nomes de alguns deles fez menção Frey Bernardo de Brito, nomeando-os: *Theodulo, Varamundo, Miro*, e *Pharamiro*; mas como sey por authoridade de Laymundo, não se pode, neste particular, estabelecer certeza; sendo que quanto ao Rey Suevo *Veremundo* a confirma a particular Inscriptão ponderada.” CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo dos Bispos do Porto...*, com supplementos de António Cerqueira PINTO, Parte I, Officina Prototypa, Porto, 1742: «Corollario. Noticia da primaria fundação do Convento das Religiosas do Salvador de Vayraõ no Bispado do Porto», cap. III, pp. 82-91; PINTO, António Cerqueira – *Historia da Prodigiosa Imagem de Christo Crucificado, que com o titulo de Bom Jesus de Bouças se venera no lugar de Matozinbos na Lusitania...*, Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa Occidental, 1737, caps. XXXVIII-XXXIX, p. 135. Primeiramente publicado por ALMEIDA, Jerónimo Cunha de – *Tuizo historico sobre o letreiro que se achou em hũa pedra que estaua no celeiro do Mosteiro de Vayraõ da Ordem de S. Bento no anno de MDCVIII...* [1638], Tipografia Progresso, Porto, 1918.

dade⁷⁹. Inicialmente era um cenóbio misto, ou dúplice [duplex], de frades e freiras beneditinas, em casas separadas. Posteriormente, os frades foram transferidos para o mosteiro de Tibães [Braga], também beneditino, permanecendo apenas as freiras:

A Opinião recebida, que fazia datar dos fins do Sec. V. a fundação do Mosteiro de Vayraõ, me excitou a curiosidade de averiguar as provas em que a mesma opinião se estabelecia. [...]

Reformando-se o celeiro daquelle Mosteiro no principio do Seculo passado, se encontráraõ nos alicerces do mesmo cinco pedras, que occupava huma inscripção Latina, escrita em duas regras, e por baixo das quais se achava insculpida huma espada. Houve o cuidado de as collocar na parede do novo celleiro, e modernamente o descuido de occultar com huma nova parede as ultimas letras da mesma Inscripção⁸⁰. [...]

Ignoro qual era o Estado da mesma Inscripção, quando foi outras vezes copiada; porém suspeito, que a pequena falta que

⁷⁹ “O de Vairão, anterior a 974, era um mosteiro dúplice. No séc. XI e XII, conhecemos alguns dos seus abades: Mendo, em 1064 e (?) Pedro, em 1110. Depois, pouco antes dos meados do séc. XII, torna-se uma comunidade feminina, com algumas abadessas que lideram a casa religiosa. Dos padroeiros, conhecem-se alguns nomes: Domitria, em 975, e Pala, em 1064, que parece ter assumido a responsabilidade da construção de uma segunda igreja. D. Afonso Henriques, em 1141, conceder-lhe-ia carta de couto, sendo abadessa Elvira Touriz, descendente do fundador do mosteiro tirsense de Roriz, D. Touro Sernão. Pelo menos, os *Livros de Linhagens* o referem, e o patronímico de Dona Elvira o parece consagrar.” CORREIA, Francisco Carvalho – *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588. A silbueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*, Universidade de Santiago de Compostela [s. d.], p. 79.

⁸⁰ “Porém de huma pedra achada no anno de 1608. no Mosteiro de Vairaõ, a qual existe actualmente no celleiro daquelle Convento, consta, que Remismundo viveo poucos anos depois da sua apostasia; porque no anno de quatrocentos e oitenta e cinco, em Março era já Rey Veremundo, em razão de a pedra dizer, que Marispala, Virgem dedicada a Deos, edificara aquelle Templo, e se acabadara aos vinte de Março da Era de quinhentos e vinte e tres, sendo Rey Veremundo. A inscripção diz assim: *Em nome do Senhor. Este Templo se acabou por Matrispala, Virgem dedicada a Deos, aos vinte de Março da Era de quinhentos e vinte e tres, reynando o Serenissimo Rey Veremundo.*” ARGOTE, D. Jerónimo Contador de – «Dos Reys Masdras, Remismundo, e Veremundo», in *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani...*, vol. IV, Typographia Silviana, Lisboa Occidental, 1738, cap. IV, p. 316.

tem hoje a mesma no lugar aonde principia a Era, foi causada da incuria de quem a collocou na sua mudança, e daqui nasceu tambem a equivocação de quem depois a copiou. Ella se acha escrita em Letras Romanas iniciaes com bastantes Siglas e mal figuradas; porém nella se encontra ainda hoje claramente o seguinte:

*In nomine Domini perfectum est Templum hunc per
Marispallam Deo vo... ... sub die XIII. K. Ap.
Er. 2XXIII. Regnante Serenissimo Veremu...*⁸¹

O resto de huma e outra regra que se nota com os pontos se não póde ao presente ler, por se achar encuberto com huma parede, que fecha o mesmo celleiro para a parte do Claustro; mas não he ácerca dellas que versa a dúvida⁸². Quem encontrou aquella Inscrição com a falta no principio da Era, (como me persuado já assim estaria), não achou cousa mais obvia, que julgar falta a haste que completava hum D.; sem reflectir na linha horizontal que acompanha a mesma figura duvidosa na parte interior, e que junta ao semicirculo que se descobre havia de formar hum L. desta fórma 2. e valendo cincoenta, ser a data 73. não havendo cousa mais obvia no Sec. XI. que exprimir-se a data incompleta, e sem se declarar, *mil*. Nada porém póde tirar melhor a dúvida que a Epocha do Reinado de Veremudo III. o qual subindo ao Throno de Leão na Era de 1065. morreu na Er. 1075. vindo assim a cahir justamente no seu Reinado a Era de 1073. que na Inscrição se diviza⁸³, e poupando-se a frivola conjectura do Academico Cerqueira

⁸¹ Existe uma reprodução dessa inscrição em *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. I, p. 18.

⁸² MATOS, Armando de – *Dois Estudos: I – “Manis Palla”; II – “Giral Cabrom”*, Enciclopédia Portuguesa, Porto, 1943, p. 27.

⁸³ Bermudo III de Leão [c. 1015-1037], ou Vermudo III, foi rei de Leão de 1027 até 1037. RIBEIRO, João Pedro – «Sobre a variação dos caracteres em algumas Inscriptões que nos restão em Portugal», in *Dissertações Chronologicas e Criticas*

Pinto, de que o Vermudo, de que faz menção esta Inscrição, he hum Rei Suevo Ariano, de que não temos noticia⁸⁴, e a de Novaes que pensa se deve ler: *Remismundo*⁸⁵.

Entendida assim esta Inscrição, nada mais se póde della deduzir, que a fundação de hum Templo no Sec. XI. feita por Marispalla *Deo Vota*⁸⁶, e por tanto não fica improvavel o testemunho do Conde D. Pedro no seu Nobiliario⁸⁷, que attribue a fundação do Mosteiro de Vayraõ a D. Touriz Sarna, ou Serna⁸⁸, cuja opinião seguiu o A. da Benedictina Lusitana no lugar citado⁸⁹: sem que precisemos buscar a conciliação do Academico Cerqueira Pinto,

sobre a *Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal...*, t. IV, parte I, Typographia da Academia das Ciências, Lisboa, 1819, Dissertação XV, pp. 115-116.

⁸⁴ «Corollario. Noticia da primaria fundação do Convento das Religiosas do Salvador de Vayraõ no Bispado do Porto», cap. III, pp. 82-91.

⁸⁵ *Collecção de Manuscriptos ineditos agora dados á estampa. Anacrisis Historial...*, 1912-1915.

⁸⁶ MATTOSO, José – «Documentos beneditinos da Torre do Tombo, in *Lusitania Sacra*, vol. VIII, UCP, Lisboa, 1967-1969, pp. 223-305.

⁸⁷ *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey D. Dionis de Portugal*, ordenado y ilustrado con notas y indices por Juan Bautista Lavaña, Officina de Estevan Paolinio, Roma, 1640, tít. IV, n.º 42, Plano 228.

⁸⁸ «E o sobredito Nuno Soarez, por sobrenome dom Nuno, o Velho, foi casado com dona Elvira Touriz, filha de dom Touriz Sarna, que fundou o moesteiro de Vairam [...]» «De Dom Goido Araldez de Baiam e de Riba de Doiro, filho de Dom Ar[u]aldo, e dos que dele descenderom», in *Portugalice Monvmenta Historica. Livros Velbos de Linbagens*, Nova Série, vol. I/1, tít. XLII, p. 476.

⁸⁹ SÃO TOMÁS, Fr. Leão de – *Benecditina Lusitana...*, vol. II, tratado II, parte V, Officina de Diogo Gomes de Loureiro, Coimbra, 1651, pp. 351-353.

que alucinado pela Inscrição⁹⁰, suppoz aquelle Fidalgo reedificador do mesmo Mosteiro⁹¹.

O mosteiro de Vairão acompanhou o processo de consolidação cristã nos territórios do Condado Portucalense. Em 29 de Março de 1141, D. Afonso Henriques ordenou uma carta de couto⁹² ao cenóbio, documento revelador da importância do mosteiro, com um património fundiário apreciável⁹³, disperso por várias freguesias actuais. Infelizmente, desses primeiros tempos da comunidade feminina de Vairão nenhum vestígio material chegou aos nossos dias. As intervenções mais antigas no mosteiro correspondem ao século

⁹⁰ “Segue o A. a opinião do Conde D. Pedro, que faz edificado o Mosteiro do Salvador de Vairão por D. Touris Sarna na era de 1148, anno de 1110, desprezando o parecer daquelles, que fundados na pedra do Celleiro do mesmo Mosteiro, fazem subir a sua antiguidade ao anno de 485. Primeiramente porque a pedra não declara a construcção de Mosteiro, mas de hum templo, e em segundo lugar, porque se não encontrão documentos alguns daquelle Mosteiro, senão posteriores á epocha designada pelo mencionado Conde.” ALMEIDA, António d’ – «Exame Comparativo das Chronicas Portuguezas, relativamente ao Governo do Senhor Conde D. Henrique. Exame Undecimo a Fr. Leão de S. Thomaz. Fundação do Mosteiro de Vairão. Extracto do Cap. 6. Trat. 2. P. 5. a pag. 351 do Tomo 2», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. XI, parte I, Typographia da Academia, Lisboa, 1831, art.º XIV, pp. 139-140.

⁹¹ RIBEIRO, João Pedro – «Memoria acerca da Inscrição Lapidar, que se acha no Mosteiro do Salvador de Vayrão, de Religiosas Benedictinas, no Bispado do Porto, e da pretendida antiguidade do mesmo Mosteiro, que daquela inscrição se tem procurado deduzir», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 421-424.

⁹² FERREIRA [Mons.] – «O Conto e Mosteiro de Vairão», in *Archeologo Portuguez*, vols. XII-XIII, n.ºs 9-12, Museu Ethnographico Português, Lisboa, 1907, pp. 284-285.

⁹³ “Seja como for, podemos admitir que no couto de Vairão se esboça um embrião de organização comunitária, embora menos estruturada do que em Pedroso. Em nenhum destes casos temos elementos suficientes para averiguar se era antiga ou recente, com raízes predominantemente rurais ou dinamizada pela proximidade de um concelho urbano de grande influência. De facto, as cidades, com a sua capacidade de vincular os seus habitantes não nobres, se não suscitaram a criação das próprias comunidades campesinas, até em territórios imunes, pelo menos vieram fortalecer e activar vínculos nelas latentes desde a época da senhoriação.” MATTOSO, José – *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, I – Oposição*, p. 288.

XIV, quando se procedeu à reformulação do conjunto românico e conheceu a maior expansão⁹⁴.

Ao debruçar-se sobre os primórdios de Vairão, como se demonstra, João Pedro Ribeiro deixava transparecer o trabalho efectuado no cartório daquele mosteiro, a expensas da Academia Real das Ciências de Lisboa. A confirmação, ou refutação historiográfica, do qual sobressai a figura de Fr. Leão de São Tomás, foi a autoridade da historiografia beneditina⁹⁵ seguida pelo Autor. O carácter probatório daqueles documentos, nomeadamente dos fundadores e patronos do mosteiro, cativou a atenção de João Pedro Ribeiro, embora as suas conclusões não fossem definitivas, como o próprio confirmou. A própria genealogia, mais concretamente do *Livro de Linhagens*, também não era conclusiva, mantendo-se algumas questões histórico-familiares e o estudo epigráfico em suspenso:

[...] devendo-se por tanto attribuir a sua fundação, ao menos, ao principio do Sec. XI., não repugnando, que a Fr. Leaõ de S. Thomaz⁹⁶ faltassem noticias individuaes ao mesmo respeito; por-

⁹⁴ “Fundado antes de 974 (primeira menção documentada) como comunidade dúplice. Deve ter sido saqueado pelas tropas de Almançor em 997 e pelos Normandos em 1015-1016, mas encontrava-se de novo habitado em 1021. Adoptou a Regra de São Bento e os costumes beneditinos entre 1080-1115 e passou a comunidade feminina no segundo quartel do século XII. A partir de 1126, a comunidade foi sempre governada por uma abadessa. A persistência na documentação da fórmula *fratres et sorores* explica-se pela presença de clérigos que, vivendo ao lado do mosteiro, presidiam aos ofícios litúrgicos. Em 1320, no Catálogo das igrejas, mosteiros e comendas do Reino, Vairão surge taxado em 230 libras. Foi governado por abadessas perpétuas até 1634, e a partir desta data por abadessas trienais.” «Mosteiro do Salvador de Vairão», in *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, pp. 78-79; «Vairão», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol., XXIII, pp. 696-700; MATTOSO, José – «Mosteiro de Vairão», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. XVIII, cols. 606-607.

⁹⁵ MARTINS, Alcina Manuela Oliveira – «Estratégias de afirmação do poder no feminino na Alta Idade Média: o exemplo de Vairão», in *Revista de Ciências Históricas*, vols. XIV-XV, Universidade Portucalense, Porto, 1999, pp. 46-57.

⁹⁶ SÃO TOMÁS, Fr. Leão de – *Beneditina Lusitana...*, vol. II, pp. 351-353.

que achando-se cotados naquella Cartorio todos os Pergaminhos posteriores ao Sec. XI., com o resumo do seu assumpto, achei intactos os mais antigos, e juntos em hum Maço com o titulo de inuteis⁹⁷, colorando talvez assim quem manejou aquelle Cartorio a sua impericia da Letra Gothica, e mais antiga.

Quem fosse a Marispalla, que da Inscripção se mostra ser fundadora daquella Igreja, por falta de Documentos especificos devo confessar que ignoro⁹⁸. [...]

Que esta D. Pala fosse Religiosa do mesmo Mosteiro assaz o declara o titulo de *Confessa*⁹⁹, com que a qualifica a Escritura da Er. 1148.; porém o mesmo se não pode affirmar da Marispalla Fundadora do Templo¹⁰⁰, por ser bem ordinario naquelle Seculo o intitulem-se *Deo Votas* aquellas mesmas, que se achão fazendo Doações, e outros contractos juntamente com seus maridos: do que offerecem repetidas provas os Cartorios deste Reyno.

He porém facil conjecturar, que a D. Palla religiosa deste Mosteiro seria filha da Fundadora do Templo, o que concorda com as datas em que huma e outra figura na Inscripção, e nas Escrituras do Cartorio do Mosteiro¹⁰¹; mas prescindindo da authoridade do Conde D. Pedro, se não poderá dizer ao certo se D. Touriz Sarna¹⁰², que elle dá por Fundador deste Mosteiro, o

⁹⁷ *A Infância da Academia (1788-1794)*, docs. XXXI-XXXII, pp. 27-30.

⁹⁸ MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, 4.^a edição revista, «Histórias de Portugal», Editorial Estampa, Lisboa, 1994, pp. 175-179.

⁹⁹ “No de 1110, se venderam algumas fazendas a D. Pala Confessa, Deo-Vota, como consta dos documentos de Vairão; [...]” «Deo-Votos», in *Elucidário...*, vol. II, p. 184.

¹⁰⁰ “Era 1073. 13 K. April. Inscripção da Fundação da Igreja de Vayrão por Marispalla.” RIBEIRO, João Pedro – «Serie Chronologica», in *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal...*, t. III, parte I, p. 207.

¹⁰¹ AZEVEDO, Pedro de – «Documentos de Vairão (séc. XII)», in *Revista Lusitana: archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, vol. XIV [s. n.], Lisboa, 1911, doc. 6, p. 257.

¹⁰² MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, p. 139.

foy na realidade, ou se a Marispalla Fundadora do Templo o foy tambem do Mosteiro. [...]

Do que fica exposto se colhe, que sendo incerta a Epocha da Fundação deste Mosteiro, e de nenhuma fórma a da Er. 523. que se lhe attribue, he com tudo anterior á Era de 1148. que lhe assina Fr. Leaõ de S. Thomaz, á vista dos Documentos¹⁰³ expendidos: ficando sempre incerto quem fosse o Seu Primeiro Fundador¹⁰⁴.

Entrando em decadência acentuada a partir de 1834, o mosteiro de Vairão, com nove séculos de existência, encerrou as suas portas após a morte da última abadessa¹⁰⁵, em Dezembro de 1891, motivando grande escândalo à época. Resta concluir que, em verdade, João Pedro Ribeiro não conseguiria abonar, com a segurança pretendida, a fundação exacta do mosteiro de Vairão devido às lacunas documentais, deixando esta interrogação historiográfica em aberto.

*

No campo de acção das temáticas jurídico-históricas, apresenta-se-nos uma *Memoria* de João Pedro Ribeiro¹⁰⁶, a qual foi premiada em sessão pública da Academia Real das Ciências em Julho de 1794. Intitulada “Qual seja a epocha da introducção do direito das Decretaes em Portugal, e o influxo que o mesmo teve na Legislação portugueza”. Pretende, como o próprio título o indicia, fornecer algumas adendas quanto à autoridade das *Decretais* canónicas no Direito

¹⁰³ *Documentos de Vairão*, por Pedro de AZEVEDO, Typographia do Porto Medico, Porto, 1912.

¹⁰⁴ RIBEIRO, João Pedro – «Memoria acerca da Inscricção Lapidar, que se acha no Mosteiro do Salvador de Vayrão, de Religiosas Benedictinas, no Bispado do Porto, e da pertendida antiguidade do mesmo Mosteiro, que daquela inscripção se tem procurado deduzir», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, 1793, pp. 426-428.

¹⁰⁵ ASSUNÇÃO, Tomás Lino da – *As últimas freiras...*, Lopes & C.^a, Porto, 1894.

¹⁰⁶ «João Pedro Ribeiro», in *Diccionario Bibliográphico Portuguez*, vol. IV, p. 12.

português, abordando o seu influxo/retrocesso após a promulgação da *Lei da Boa Razão* [1769] e os novos *Estatutos* da Universidade de Coimbra [1772], as quais fixaram entraves ao Direito Romano e ao Direito Canónico na realidade jurídica.

Um primeiro reparo. Sobre esta *Memoria* recaíram dúvidas acerca da sua autoria, ou seja, se teria sido escrita por João Pedro Ribeiro ou por Francisco Freire de Melo¹⁰⁷ [1760?/1764?-1838], um outro membro da Academia. O certo é que deu azo a grave polémica, estabelecendo-se os direitos em João Pedro Ribeiro, sendo Francisco Freire de Melo expulso por diatribes dirigidas a esta Instituição¹⁰⁸.

A presente *Memoria* encontra-se dividida em duas delimitações estruturais, versando sobre a introdução do Direito das *Decretais* em Portugal e uma partição dedicada à influência desses cânones na legislação portuguesa. Posteriormente, surge um índice dos textos de Direito Canónico respeitantes à Igreja portuguesa, tendo-se rejeitado os documentos apócrifos e duvidosos. Segue-se uma nova listagem dos principais concílios ecuménicos, com a matéria legislativa que proveio dos mesmos: epístolas, cânones e outras leis, sem descurar uma advertência final e aditamentos à introdução da *Memoria*.

¹⁰⁷ «Francisco Freire de Melo», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, pp. 381-382; vol. IX, p. 294; «Francisco Freire de Melo», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, p. 802.

¹⁰⁸ Francisco Freire de Melo acusou João Pedro Ribeiro de plagiário. Provada a falsidade das acusações, a Academia expulsou-o a 4 de Abril de 1816: «Veja-se (se se publicar) a Memoria, que remetti a Academia Real das Sciencias de Lisboa sobre o Programma: *Qual foi a epoca certa da introducção do direito das Decretaes neste Reino de Portugal, que mudança causou, e que influencia teve nos tempos posteriores sobre a legislação Portuguesa*: coroada pela mesma Academia no anno de 1794, e pelo qual e outros serviços feitos a mesma Academia, ainda não foi tirada á luz até ao dia de hoje! Hé de recear o plagiato, de que há exemplos, e de estranhar a tardança da estampa e impressão de uma Memoria, que foi coroada. Na Academia Real das Sciencias não se obra de boa fé, e com sinceridade.» MELO, Francisco Freire de – «Discurso sobre Delictos e Penas, e qual foi a sua proporção nas diferentes épocas da nossa Jurisprudencia», in *O Investigador Portuguez em Inglaterra...*, vol. XV, Junho 1816, pp. 393-394; *Allegação Iuridica de Paschoal José de Mello feita em Coimbra em 1782...*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1816.

Como João Pedro Ribeiro mencionou reiteradamente, o Direito Canónico possuiu um significado precioso no quadro histórico do sistema jurídico, o qual se prolonga até aos finais do século XVIII, o mesmo sucedendo na maioria dos países europeus. Obviamente, o Direito Canónico engloba as normas jurídicas que disciplinam as matérias da competência da Igreja, mas, à época, o Direito Canónico disciplinava múltiplos aspectos das relações sociais, hoje confinados à legislação dos Estados. Desde cedo, e com origem no Oriente, o termo “cânone” foi usado amplamente para abranger todas as regras de Direito Canónico. Numa acepção restrita, essa palavra inclui apenas as normas emanadas dos concílios: os “cânones conciliares”. Em paralelo, designam-se “decretos” ou “cartas decretais” as epístolas pontifícias, encerrando normas jurídico-canónicas da iniciativa directa dos Papas:

O primeiro Documento, que posso produzir sobre a observância do Direito Canonico nas nossas Provincias, respeita ao Reinado de D. Affonso VI. de Leaõ¹⁰⁹, do qual se lê o seguinte no livro chamado *Fidei*¹¹⁰ da Sé de Braga: Veio a possuir todo o Senhorio de seu Pai, e teve muitas guerras com Mouros; fez celebrar Synodo, alcançando dos Legados Apostolicos se guardassem em seus Reinos os Sagrados Canones¹¹¹. [...]

Do Reinado do Senhor D. Sancho I. nos resta hum Documento, de que bem se pôde deduzir o conhecimento, que naquelles

¹⁰⁹ ALMEIDA, Fortunato de – «Situação política do clero – privilégios e imunidades eclesiásticas», in *História da Igreja em Portugal*, vol. I, pp. 157-158.

¹¹⁰ *Liber Fidei Sanctæ Bracarensis Ecclesiæ*, edição crítica do P.^e Avelino de Jesus da Costa, vols. I-III, Livraria Pax, Braga, 1965; EMILIANO, António Henrique de Albuquerque – *Latim e romance na segunda metade do século XI: análise scripto-linguística de documentos notariais do Liber Fidei de Braga de 1050 a 1110*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.

¹¹¹ CUNHA, D. Rodrigo da – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, nota de apresentação de José Marques, vol. I, parte I, cap. CXIX, n.º 13, p. 471.

tempos havia do Direito Canonico no nosso Reino¹¹². Em hum relatorio¹¹³ sobre o Padroado da Igreja de Abiul, restituído na Era 1233 ao Mosteiro de Lorvão, se lê o seguinte: *Interim accidit quod Magister Decretista Petrus*¹¹⁴, *qui noviter venerat a Romana Curia adulando et poliendo se obtimos detulisse rumores, et per hoc dolose atemptabat decipere Regem dicens, Domine mi Rex est quedam Ecclesia quem habeo in prestimonium, &c*¹¹⁵.

Neste mesmo Reinado dirigio Innocencio III. ao Bispo do Porto hum rescripto aos 15 das Kal. de Setembro Anno 1210, e XII. do seu Pontificado¹¹⁶, para inquirir sobre as alienações feitas no seu Bispado, ainda com consentimento do Cabido, e por Abbades, e Priores de Mosteiros, dos Padroados, e Advocacias, que lhe constavaõ vender-se por todo o Reino. [...]

Mas talvez Innocencio III. não formava huma justa idéa da natureza dos Padroados¹¹⁷ em Portugal, e qual se deduz do facto d'ElRei D. Fernando, e seu filho D. Affonso VI. permittirem,

¹¹² Documento referenciado em «Alvazil», in *Elucidário...*, vol. I, p. 438.

¹¹³ “Era. 1233. Abbas requisivit Dominum Regem Sancium, qui tunc morabatur Obidos... Testis D. Rex Alfonsus, Regis Sancii filius. Testis D. Rex Petrus, Testis D. Rex Fernandus.” RIBEIRO, João Pedro – «Relatorio sobre o Padroado da Igreja de Abiul...», in *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal...*, vol. III, parte II, 1813, Apêndice IX, n.º 623, p. 192.

¹¹⁴ “[...] de onde se infere que havia entre nós, no século XII, quem se ufanasse do prestígio de conhecer, aprendidas na Itália, as novidades jurídico-canónicas do Decreto de Graciano.” *Revista Portuguesa de História*, vol. XIV, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos/FLUC, Coimbra, 1974, p. 183.

¹¹⁵ Cartório do Mosteiro do Lorvão, gaveta 6, maço 2, n.º 1, ordem 2.

¹¹⁶ MARQUES, M.^a Alegria Fernandes – «Inocência III e a passagem do Mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister», separata da *Revista Portuguesa de História*, n.º 18, Instituto de História Económica e Social/FLUC, Coimbra, 1980, pp. 231-279; *Bulário Português: Inocência III (1198-1216)*, por Avelino de Jesus da COSTA e M.^a Alegria Fernandes MARQUES, «História», n.º 7, INIC, Coimbra, 1989.

¹¹⁷ CASTRO, Armando de – «Padroados (Idade Média)», in *Dicionário da História de Portugal*, vol. IV, p. 511; ALMEIDA, Fortunato de – «Padroeiros», in *História da Igreja em Portugal*, vol. I, pp. 106-108.

que quem quisesse fundar Igrejas em Coimbra¹¹⁸, ficaria com o Padroado d'ellas *jure hereditario*¹¹⁹; como tambem dos Direitos uteis, em que o mesmo em todo, ou pela maior parte consistia, e de que se lembra o Doutor João de Barros nas suas Antiguidades manuscritas da Provincia d'Entre Douro e Minho¹²⁰. Em virtude do qual os mesmos Padroeiros recebiaõ os Monges nos Mosteiros, como confessa o Abbade Randulfo ter sido recolhido no Paço de Souza por Tructesindo Galindiz¹²¹, e sua mulher Animia, em huma Doação datada aos 8 *das Kal. de Março Era* 1032, e em razão do qual despediaõ os Monges quando bem lhes parecia, e reduziaõ os mesmos Mosteiros a Igrejas seculares, como se insinúa em outro Documento datado em Dezembro da Era 1329, não podendo o Collegio dos Monges fazer contrato algum sobre os bens dos Mosteiros sem outorga dos mesmos herdeiros, ou Padroeiros¹²²; como se colhe de muitos Documentos antigos. A separação das

¹¹⁸ LOUREIRO, José Pinto – *Coimbra no Passado*, vol. I, «IX Centenário da Reconquista Cristã de Coimbra», CMC, Coimbra, 1964, pp. 42, 50, 59.

¹¹⁹ *Livro Preto da Sé de Coimbra*, edição crítica de Leontina Ventura e M.^a Teresa Veloso, orientação de Avelino Jesus da Costa, vols. I-III, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1977-1978, fol. 297v.^o

¹²⁰ Refere-se à obra *Antiguidades de Entre Douro e Minho...* [1549], um manuscrito de João de Barros, inédito à altura. *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, «Colecção de Manuscritos Inéditos», n.º 5, Tipografia Progresso, Porto, 1919.

¹²¹ *Livro das Doações do Mosteiro de Paço de Sousa*, f.º 48v.º Refere-se a Trutesendo Galindes ou Gondendes de Paiva: “A família de Baião, se acreditarmos nas informações prestadas pelos livros de linhagens, e em grande parte confirmados documentalmente para gerações posteriores a meados do século XI, teria dado origem, através de Trutesendo Galindes, fundador do mosteiro de Paço de Sousa, ao tronco dos de Paiva, que de facto possuíram importantes domínios nas duas margens deste rio.” MATTOSO, José – *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, I – *Oposição*, pp. 144, 171; IDEM – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, pp. 168-169; *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa e index dos documentos de arquivo*, por Fr. António da Assunção Meireles, prefácio de Alfredo Pimenta, Ática, Lisboa, 1942.

¹²² *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, com apêndices de estudos sobre as Ordenações Afonsinas e de documentos do cartório do Mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave por António Cruz [s. n.], Coimbra, 1939, doc. 112, p. 197.

filhas¹²³ do Senhor D. Sancho I. pelo impedimento do parentesco, facto bem constante na mesma historia, mostra tambem assás a observancia das Decisões Canonicas no nosso Reino por estes tempos¹²⁴.

O estabelecimento do Direito Canónico postulava uma forçosa necessidade do seu estudo. A elaboração das respectivas normas e colectâneas reunidas reflectem os progressos da doutrina canonística. Cultivada como a especulação teológica nos centros eclesiásticos, não poderá dizer-se que, antes dos fins do século XI ou mesmo dos meados do século XII, existisse uma ciência do Direito Canónico sistemática e aprofundada. A própria demarcação da Teologia e do Direito Romano estava longe de possuir fronteiras definidas. Verifica-se, do século XII em diante, uma renovação na esfera do Direito Canónico, paralelo ao estudo do Direito Romano.

Não se afigura rigoroso considerar que existiu um “renascimento canonístico”, pois nunca houve quebra na continuidade da evolução jurídico-canónica. João Pedro Ribeiro salientava, portanto, a necessidade por cadeiras de Direito Canónico após a criação da Universidade nos finais do século XIII, de modo a servir as exigências de um Estado que lentamente se ia formando:

Até o Reinado do Senhor D. Diniz, se alguma cousa parecia obstar á mais exacta observancia, e conhecimento do Direito

¹²³ MARQUES, M.^a Alegria Fernandes – *Rainhas e Santas: as filhas de D. Sancho I e o Mosteiro de Lorvão*, Reviver, Paredes, 2007; IDEM – *D. Matilde, D. Teresa, D. Mafalda e D. Sancha. Primeiras infantas de Portugal [1149(?)–1256]*, «Rainhas e Infantas de Portugal», Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2011.

¹²⁴ RIBEIRO, João Pedro – «Qual seja a Época da introdução do Direito das Decretas em Portugal, e o influxo que o mesmo teve na Legislação Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1796, pp. 6-9.

Canonico no nosso Reino, era a falta de Universidade¹²⁵, em que os Portuguezes sem sahirem do Reino, o podessem aprender, e professar: porém he bem notoria a erecção da Universidade de Coimbra no mesmo Reinado, e a creação das Cadeiras de Decreto, e Decretaes nos seus primeiros Estatutos¹²⁶.

Qual fosse o effeito deste estabelecimento com relação ao nosso assumpto, melhor se conhecerá da segunda parte desta Memoria; bastando só indicar neste lugar, que em todos os Reinados seguintes apparecem ao lado dos nossos Soberanos Escolares, Bachareis, Licenciados, e Doutores em Degredos, ou Decreto, ou Decretaes, e exercitando os mesmos os maiores cargos¹²⁷ da Monarquia: chegando a verter-se em lingua vulgar as mesmas Decretaes, como bem se colhe de hum Formal de Partilhas, por morte de Vasco de Souza, Cidadão do Porto, datado de 23 de Fevereiro Er. 1397¹²⁸, aonde entre os livros se

¹²⁵ CRUZ, Guilherme Braga da – «O direito subsidiário na história do direito português», in *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito. Direito Moderno*, vol. II, parte I, pp. 265-266.

¹²⁶ “[...] Ibidem & Doctorem esse volumus in Decretis, & Magistrum in Decretalibus, per quorum doctrinam uberrimam clerici nostri Regni instrui valeant qualiter ipsos oporteat in domo Domini conuersari, & qualiter & status ipsorum, & Ecclesiarum salubriter gubernetur secundum Canonicas sanctiones. Præterea ad Repub. melius gubernandam, in prædicto nostro studio esse volumus in Legibus Professore, ut Rectores, & Iudices nostri Regni consilio peritorum derimere ualeant subtiles, & arduas quæstiones.” BRANDÃO, Fr. Francisco – «Que he o treslado dos estatutos, que elRey D. Dinis deu aos estudos da Vniuersidade de Coimbra...», in *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, introdução de A. da Silva Rêgo, notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, INCM, Lisboa, 1976 [fac-símile da 1.ª edição da Officina de Paulo Craesbeeck, 1650], Apêndice XXV, p. 321.

¹²⁷ É de leitura fundamental: HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

¹²⁸ “Resta hum Formal de Partilhas de Inventario, a que se procedeo por morte de Vasco de Sousa, Cidadão do Porto na era 1397 (Na. 1359). A sua nobreza se deduz, não só de se mencionar nas suas peças de prata, terem os seus *sinaes* (armas); mas mais claramente da verba, com que paixão precipuas ao seu primogenito as armas e cavallo, segundo (se diz alli) *o costume do Porto*.” RIBEIRO, João Pedro – *Reflexões Historicas*, Parte I, doc. 3, p. 8.

contaõ humas Degrataes em lingoagem¹²⁹: fazendo-se menção em muitos Inventarios, e Testamentos destes tempos dos Córpos de Direito Canonico¹³⁰: e fazendo os mesmos Soberanos frequentes citações dos Textos de Direito Canonico nas suas Leis, como se vê do celebre Nomocanon do Senhor Rei D. Affonso IV. de 7. de Dezembro Er. 1390¹³¹.

Do que tudo se pôde sem temeridade concluir, que o conhecimento de Direito Canonico coevo em Portugal ao estabelecimento da nossa Monarquia¹³², e cada vez mais diffuso, e propagado,

¹²⁹ “As notícias que temos a este respeito, conquanto precárias e por vezes confusas, são suficientes para podermos afirmar que as *Decretais de Gregório IX* já em 1359 se achavam vertidas para português e que, no reinado de D. João I (de 1383 a 1433) – em data incerta, mas, de qualquer modo, antes de 1426 –, foi feita por ordem do próprio Rei uma tradução portuguesa do *Código de Justiniano*, bem como da respectiva *Glosa de Acúrsio* e dos respectivos *Comentários de Bártolo*, tendo o monarca mandado que esses textos fossem acatados nos tribunais como direito subsidiário.” CRUZ, Guilherme Braga da – «O direito subsidiário na história do direito português», in *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito. Direito Moderno*, vol. II, parte II, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1981, cap. XX, pp. 286-287, nota n.º 1; RIBEIRO, João Pedro – *Reflexões Historicas*, parte I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1835, n.º 3, pp. 8-10.

¹³⁰ “Deixamos os nossos liuros de direito canónico, & ciuil, & as sumulas todas, a nossos parentes Martim Matheos, & Afonso Martins, & qualquer delles, que for vivo depoes de nosso falecimento, aja o dito legado todo, por vida somente, & por morte, o deixe por nossa alma.” CUNHA, D. Rodrigo da – «Faz o bispo seu testamento, morre, & he sepultado no seu hospital», in *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa...*, vol. I, parte II, Officina de Manuel da Silva, Lisboa, 1642, cap. LXXI, § 8-11, pp. 207-207 v.º.

¹³¹ “Anno de 1352. Carta do Senhor Rei D. Affonso IV. aos Bispos do Reino sobre os crimes dos Ecclesiasticos, e outros pontos, em a Era de 1390, que corresponde ao anno de 1352.” RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – *Synopsis Chronologica ...*, vol. I [1143-1549], Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790, pp. 10-16. “O Nomocanon de 13 de Dezembro da Era 1390 do Sñr. D. Affonso IV. faz observar diversas Decisões Canonicas.” RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal...*, 2.ª edição, t. IV, parte I, Typografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1867, apêndice VII, p. 154.

¹³² “Ora Portugal, apesar de situado no extremo ocidental da Península, não se atrasou, neste domínio, aos demais reinos cristãos peninsulares, podendo assegurar-se que já no século XII havia, entre as figuras gradas que coadjuvavam o Rei na administração do País ou que ocupavam as cátedras episcopais, quem conhecesse as compilações do direito romano e do direito canónico e dispusesse inclusivamente de cópias desses textos na sua biblioteca particular. Mas é no decurso do século XIII,

pelas circunstancias favoráveis, que occorrêrão, chegou a influir notavelmente na mesma Jurisprudencia Civil da Nação¹³³ [...].

A partir de D. Afonso III, estabelece-se progressivamente uma supremacia das leis gerais no quadro das fontes de Direito, o que não significa que fossem, desde logo, o principal repositório do Direito vigente. Era ainda o costume que configurava o grande lastro jurídico. Mas a lei, que também recebia as designações de “decreto”, “degredo”, “ordenação”, “carta” e “postura” passou a compreender o predomínio entre os modos de criação de preceitos novos.

Não há dúvida que o surto legislativo resultou da autoridade régia. A difusão dos princípios romanos *quod principi placuit legis habet vigorem e princeps a legibus est* alicerçava os poderes públicos ilimitados do monarca nas esferas executiva, judiciária e legislativa. Inicia-se o caminho da centralização política e da unificação do sistema jurídico. A lei passa a considerar-se um produto da vontade do soberano, mas ainda uma actividade específica da Coroa. A lei deixa de constituir uma fonte esporádica e transforma-se no modo usual da criação do Direito. Além disso, era frequentemente criada sem necessidade do suporte político das Cortes. Em contrapartida, patenteia-se o recurso progressivo do monarca ao apoio de juristas com formação canonística, levando à burocratização do Estado.

como aliás no resto da Península, que o fenómeno da recepção romano-canónica vai verificar-se no nosso País em grande escala, superabundando então os testemunhos da difusão do direito romano justinianeu e do novo direito canónico no território nacional: - São cada vez mais numerosas, desde os começos da centúria de 200, as notícias da presença nos centros culturais estrangeiros, particularmente em Bolonha, de estudantes portugueses, que eram outros tantos veículos difusores do direito romano e do direito canónico no seu regresso à pátria, como igualmente o eram os dignatários eclesiásticos no regresso das suas frequentes deslocações à Cúria Pontifícia.” CRUZ, Guilherme Braga da - «O direito subsidiário na história do direito português, in *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito. Direito Moderno*, vol. II, parte I, pp. 252-256, com especial atenção para as notas.

¹³³ RIBEIRO, João Pedro - «Qual seja a Época da introdução do Direito das Decretaes em Portugal, e o influxo que o mesmo teve na Legislação Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, pp. 12-13.

Não existia um regime fixo para o conhecimento público nem para o prazo da entrada em vigor dos diplomas. Como não existia imprensa, as leis eram manuscritas e reproduzidas através de cópias. Devia iniciar-se pelo registo dos diplomas na chancelaria régia, o que não configurava, ainda, uma verdadeira publicidade. Paralelamente às providências legislativas do monarca, existiam outras tomadas nas Cortes, perante solicitações ou queixas que se lhe apresentavam. Estas resoluções traduziam-se nas respostas do soberano aos agravamentos feitos pelos representantes das três classes sociais. Sempre que as resoluções régias continham normas a observar para futuro, consideravam-se autênticas leis. Apenas diferiam dos diplomas que o rei elaborava *motu proprio*. A sua publicidade verificava-se, normalmente, através dos traslados ou cópias que os procuradores concelhios ou outros interessados requisitavam superiormente:

Principiando pelas Leis Municipaes, que no nosso Reino precedem ás Geraes na antiguidade da origem, vemos em quasi todas declararem-se as pessoas Ecclesiasticas isentas¹³⁴ dos encargos, e tributos, o que claramente se vê derivado das Decisões dos Canones ao mesmo respeito.

Vimos já, que o Senhor D. Affonso II. que primeiro deu Leis geraes á Nação, teve em muitas dellas em vista a disposição dos Canones¹³⁵.

¹³⁴ SOUSA, João Silva de – *Das isenções do pagamento de impostos e da prestação de serviços régios e concelhios (1449-1451)*, tese de doutoramento em História, FCSH/UNL [versão policopiada], Lisboa, 1988.

¹³⁵ VELOSO, M.^a Teresa Nobre – *D. Afonso II: relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Arquivo da Universidade, Coimbra, 2000.

As Concordatas do Senhor D. Sancho II.¹³⁶; a do Senhor D. Affonso III.¹³⁷; a outra erradamente attribuida ao mesmo Principe, e que se conhece pertencer ao Senhor D. Diniz.¹³⁸; as quatro deste Principe: as duas do Senhor D. João I.¹³⁹; as do Senhor D. Affonso V. de 1455, e 1456¹⁴⁰; a do Senhor D. Sebastião¹⁴¹; devendo-se considerar como Leis destes Soberanos a beneficio, e em honra da Igreja, são bem conhecidas pelo seu mesmo contexto, quanto se reguláram pelas Decisões dos Canones, e os lugares que occupáram nos Codigos da nossa Legislação, ainda actual¹⁴²; nem julgo necessario transcrever aqui o Indice trabalhado por Gabriel Pereira de Castro¹⁴³ a este respeito.

Da Era de 1330, com a data de 4 de Abril, temos a Lei do Senhor D. Diniz; para se não levar usuras aos Cruzados, declarando assim o mandar em observancia da Bulla do Papa¹⁴⁴.

¹³⁶ BRANCO, M.^a João – *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, vols. I-II, tese de doutoramento em História Medieval [versão policopiada], Universidade Aberta, Lisboa, 1999.

¹³⁷ MARQUES, M.^a Alegria Fernandes – *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III: 1245-1279*, tese de doutoramento em História da Idade Média, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1990.

¹³⁸ LOPES, F. Félix – «A propósito do conflito entre a Igreja e Portugal no tempo de D. Diniz», separata de *Estudos Teológicos. Para uma Ecclesiologia Total*, vol. III, Comissão Executiva e Consultiva da III Semana Portuguesa de Teologia, Braga, 1964, pp. 185-194.

¹³⁹ *Colecção de Concordatas estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*, compilação de Eduardo Brasão, Bertrand, Lisboa, 1940.

¹⁴⁰ *Idem*. Neste ponto, João Pedro Ribeiro refere-se aos fundamentos apresentado numa obra, manuscrita e ainda inédita, do juiz desembargador Francisco Coelho [de Sousa e Sampaio] sobre as Ordenações Filipinas. Deste autor, veja-se as *Prelecções de Direito Patrio particular... Terceira parte. Em que se tracta do livro II das Ordenações Filippinas pelo methodo synthetico compendioso demonstrativo*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1794.

¹⁴¹ PRAÇA, José Joaquim Lopes – *Ensaio sobre o Padroado Portuguez para o Acto de Conclusões Magnas*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1869, pp. 40-43.

¹⁴² Não esquecer que as Ordenações Filipinas ainda estavam em vigor.

¹⁴³ CASTRO, Gabriel Pereira de – *De Manu Regia Prima Pars...*, 1622.

¹⁴⁴ «Era 1330 (An. 1292). Abril 4 L. para que se não levasse usura dos emprestimos feitos aos que forão ás Cruzadas da Terra Santa em observancia da Bulla do Papa. L.

O mesmo Senhor por huma sua Provizaão de 23 de Julho da Era de 1337 prohibio as pouzadías nos Mosteiros de Donas d'ordem, e as extorsões que lhes faziaõ os Fidalgos, como mandava o Papa com pena d'excommunhaõ¹⁴⁵: de cuja disposiçaõ se achaõ ainda vestigios no Codigo do Senhor D. Affonso V. liv. II. tit. 17¹⁴⁶. 19¹⁴⁷. 20¹⁴⁸., liv. V. tit. 45¹⁴⁹. e nos Cod. posteriores nos lugares paralelos. [...]

Passando em silencio muitas outras Extravagantes¹⁵⁰ respectivas ao mesmo assumpto, e de que não curáraõ os Compiladores dos Codigos da nossa Legislaçaõ; principiando pelo primeiro do Senhor D. Affonso V., dividido como os posteriores em cinco livros á imitaçaõ dos Codigos de Direito Canonico, no primeiro Liv. tit. 23. dos Corregedores §. 41¹⁵¹. se adopta a disposiçaõ das

A. f. 62 v. col. 1 *in fine*.” *Additamentos, e retoques á Synopse Chronologica*, por João Pedro RIBEIRO, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1829, pp. 27-28.

¹⁴⁵ *Historia de Portugal*, composta em inglez por huma Sociedade de Litteratos, trasladada em vulgar com as addicções da versão franceza, e notas do traductor portuguez António de Moraes SILVA, vol. I, Impressão Régia, Lisboa, 1828, p. 228.

¹⁴⁶ «Dos Fidalgos, que apropriam a sy os Moesteiros, e Igrejas, dizendo que ham em ellas pousadias, e comedorias», in *Ordenações Afonsinas*, livro II, tit. XVII, pp. 187-189.

¹⁴⁷ «Que os Fidalgos, ou seus Moordomos nom pousem nas Igrejas, e Moesteiros, nem lhes filhem o seu contra vontade», in *Ordenações Afonsinas*, livro II, tit. XIX, pp. 190-191.

¹⁴⁸ «Que os Fidalgos nom ponham em sua terra defesas, per que façam hermar as herdades da Igrejas, e Moesteiros», in *Ordenações Afonsinas*, livro II, tit. XX, pp. 191-192.

¹⁴⁹ «De como som deffesas as assuadas no Regno, e as pousadas nas Igrejas, e Moesteiros», in *Ordenações Afonsinas*, livro V, tit. XLV, pp. 159-163.

¹⁵⁰ *Leis Extravagantes e Repertório das Ordenações de Duarte Nunes do Lião*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987 [fac-símile da edição *princeps* de 1569].

¹⁵¹ “Outro sy porque somos certo, que Clerigos d'Oordes Meores, e alguus d'Oordes Sagra por esforço, que haõ em estas Hordees, fazem alguus maaos feitos, furtando, e fazendo outros maaos feitos, e seendo consentidores em elles, e encobridores delles, e que lhes nom he estranhado per seus maiores, a saber, Arcebispo, e Bispo, e seus Vigairos, como o direito quer, e como he vontade dos Santos Padres, spicialmente do Papa Cremente o quinto, como he contheudo em huma sua Degratall Cremencia, que he no titulo do Officio do Juiz Hordenairo no Capitulo primeiro, pola qual razom recrece grande escandalo.” «Dos Corregedores

Clementinas sobre os Clerigos incorregíveis, o que passou para os Codigos posteriores nos lugares paralelos¹⁵²; como igualmente a disposição do tit. 62. §. 15¹⁵³. para melhor observancia dos Dias Festivos¹⁵⁴.

Na abordagem do Autor às *Leis Extravagantes*, um conjunto de leis compiladas, ou anteriormente codificadas, ficaram em vigor com carácter suplementar. No *Corpus Iuris Canonici* aparecem as “Extravagantes de João XXII”, e as “Extravagantes Comuns”, que unem decretais canónicas avulsas. Após a publicação dos três grandes códigos do Direito português, que precederam o Código Civil, isto é, as *Ordenações Afonsinas*, as *Ordenações Manuelinas* e as *Ordenações Filipinas*, surgiram leis ditas *extravagantes*, pois na fase de produção legislativa dita *extravagante*, tentaram-se colmatar falhas.

Paulatinamente, também estas leis tiveram necessidade de ser compiladas, mas não existe nenhuma compilação de leis extravagantes, saída depois da publicação das *Ordenações Afonsinas*. Esta situação mudou bastante após a promulgação das *Ordenações Manuelinas*.

das Comarcas, e cousas, que a seus Officios pertencem», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, tit. XXIII, § 41, p. 134.

¹⁵² «Dos Corregedores das Comarcas, e do que a seu Officio pertence», in *Ordenações Manuelinas*, com nota de apresentação e Mário Júlio de Almeida Costa, livro I [edição fac-símile de acordo com a edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra em 1797], Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, tit. XXXIX, pp. 247-269; «Dos Corregedores das Comarcas», in *Ordenações Filipinas*, com nota de apresentação e Mário Júlio de Almeida Costa, livro I [2.^a edição fac-símile de acordo com a edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870], Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, tit. LVIII, pp. 103-112.

¹⁵³ «O Alcaide ha daver todo o pescado, que se matar aos Domingos, e festas de Jezus Christo, e de Santa Maria, e dos Apostolos, e nas noites dos ditos dias; a saber, as noites antre as vespéras, e os dias dos sobreditos Santos.» «Dos Alcaides Moores dos Castellos», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, tit. LXII, § 15, pp. 356-357.

¹⁵⁴ RIBEIRO, João Pedro – «Qual seja a Época da introdução do Direito das Decretaes em Portugal, e o influxo que o mesmo teve na Legislação Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, pp. 13-15.

Durante a regência do cardeal D. Henrique, na menoridade de D. Sebastião, foi ordenada a compilação das *Leis Extravagantes*, tarefa incumbida a Duarte Nunes de Leão [1530?-1608], procurador da Casa da Suplicação, depois revista. Por alvará de 14 de Fevereiro de 1569, foi aprovada. Entre 1569 e 1603, data de promulgação das *Ordenações Filipinas*, foram elaboradas duas compilações de *Leis Extravagantes*. Seguidamente, de 1603 até 1867, aquando a aprovação do Código Civil, foram reunidas as *Leis Extravagantes* sem que houvesse a publicação oficial de nova compilação:

Na Collecção mandada ordenar pelo Senhor D. Sebastião a Duarte Nunes¹⁵⁵, apparece huma seara mais ampla de Decisões derivadas do Direito Canonico, ou antes das Decretaes. Não he preciso mais que lêr as Leis que o mesmo colligio no tit. 2¹⁵⁶., e 4. da Parte II¹⁵⁷. da mesma Collecção: a L. I. tit. 4¹⁵⁸. da P. IV.; e L. 12. tit. 30. P. V¹⁵⁹.; a Lei 6¹⁶⁰. in fin. do tit. I. da P. VI., cujas Decisões passáráo para o Codigo Philippino nos lugares respectivos, para conhecer quanto nellas instuárao as Decisões das Decretaes; os Canones do Concilio de Trento¹⁶¹; e mais que tudo o máo gosto de Jurisprudencia, e ignorancia das verdadeiras maximas de Direito Publico, que dominava por aquelles tempos,

¹⁵⁵ RÉVAH, J. S. – «Une opinion de l'écrivain Duarte Nunes do Leão sur la justice inquisitoriale», separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, vol. XXXVI, ACL, Lisboa, 1964.

¹⁵⁶ «Do que pertence ao stado Ecclesiastico», in *Leis Extravagantes...*, parte II, tit. II, pp. 78-v.º-84.

¹⁵⁷ «Dos que se chamão aas ordees, & da jurdição do capelão moor», in *Leis Extravagantes...*, parte II, tit. IV, pp. 86-87 v.º

¹⁵⁸ «Dos jogos defesos», in *Leis Extravagantes...*, parte IV, livro I, tit. IVI, p. 120 v.º

¹⁵⁹ Estas indicações serão erróneas?

¹⁶⁰ <Lei VI. Que se não escreua per Nos elRei>: «De revogação de alguas ordenações & cousas extraordinárias», in *Leis Extravagantes...*, parte VI, tit. I, p. 200.

¹⁶¹ *Trento Concilio de Celebrati Canones et Decreta Paulo III, Julio III et Pio IV...*, Typographia Regia, Lisboa, 1788.

e de que será sempre hum authenticico Monumento a obra sobre a Ordenação Manoelina, incumbida pelo Senhor D. João III. ao Desembargador Francisco Coelho, que se conserva manuscrita, origem talvez de algumas das mesmas Leis¹⁶². [...]

No Codigo Filippino se transcrevêraõ pela primeira vez as resoluçoens das Concordatas do Senhor D. Sebastião¹⁶³ nos lugares bem conhecidos, e em observancia das Bullas Pontificias se permite no Livro V. tit. 137. §. 2¹⁶⁴. administrar o Sacramento da Eucharistia aos condemnados á pena ultima.

Das Extravagantes, que fôraõ publicadas depois do actual Codigo das Leis de Portugal, me lembrarei sómente das mais celebres. Por tal conto a do Senhor D. José I. de 6. de Junho de

¹⁶² João Pedro Ribeiro refere-se a uma obra, manuscrita e ainda inédita, do juiz desembargador Francisco Coelho [de Sousa e Sampaio] sobre as Ordenações Filipinas. V. nota *supra*.

¹⁶³ “[...] obsta a lei de D. Sebastião, do anno de 1568, mandando que as dictas causas se tractassem no foro ecclesiastico; se a um particular fosse lícito olhar para as leis e aconselhar-as para o bem das suas causas, diriamos que ésta lei foi bem feita pelo cardeal D. Henrique, que governava a seu sobrinho el-rei D. Sebastião, o qual não quiz desaprovar a sua sentença dada na revista, em que elle mesmo tinha sido parte. Mas ésta resposta não vale nada, porque o mesmo Rei D. Sebastião tinha auctoridade para reprovar ésta sentença, o que não fez.” «Discurso sobre os votos de Sanct'Iago, feito por Paschoal José de Mello, lente da cadeira de direito patrio na universidade de Coimbra, nas preleções diarias que fazia na mesma cadeira pelos annos de 1773 e 1774», in *O Instituto, Jornal Scientifico e Litterario*, vol. XII, n.º 2, Imprensa da Universidade, Coimbra, Maio 1863, p. 80.

¹⁶⁴ “E ás pessoas, que per Justiça houverem de padecer, se notificará a sentença hum dia á tarde, a horas que lhe fique tempo para se confessarem, e pedirem a Nosso Senhor perdão de seus peccados. E depois que forem confessados starão com elles algumas pessoas Religiosas, para os consolarem, e animarem a bem morrer, e assim mais outras pessoas que os guardem. E ao outro dia seguinte pela manhã lhes darão o Santissimo Sacramento, e se continuará em starem com elles as pessoas Religiosas, e os que os guardão. E ao terceiro dia pela manhã se fará no condenado a execução de morte com effeito, segundo em a sentença fôr conteúdo. E se no lugar houver Confraria da Mizericórdia, seja-lhe notificado, para irem com elle, e o consolarem. E havendo-se de fazer execução de morte, no lugar em que stiver cada huma das Relações, o Capellão della será obrigado confessar os condemnados, e ir com elles até o lugar deputado para a tal Justiça, esforçando-os com palavras, com que morrão bons Christãos, e recebem a morte com paciência.” «Das Execuções das penas corporaes», in *Ordenações Filipinas*, livro V, tit. CXXXVII, § 2, pp. 1313-1314.

1755¹⁶⁵, que na conformidade das Bullas Pontificias declarou a liberdade dos Indios: a do mesmo Principe de 18. de Agosto de 1769. no §. 12¹⁶⁶. em quanto reconhece a authoridade do Direito Canonico nos Fóros Ecclesiasticos: a sabia Legislação do mesmo Soberano nos Novos Estatutos da Universidade de Coimbra, regulando no curso de Canones¹⁶⁷ não só o método mais proprio do seu ensino, mas até inculcando, e legitimando as maximas mais sãs, e genuinas do mesmo Direito: as quaes tambem se achão luminosamente expostas sobre o devido uso dos bens Ecclesiasticos no §. 2. da Lei de 4. de Julho de 1768¹⁶⁸.

No presente Reinado, a Carta Regia da nossa Soberana de 9. de Outubro de 1789¹⁶⁹. aos Bispos do Reino, se pôde bem considerar como hum Epilogo de Decisoens Canonicas sobre os deveres

¹⁶⁵ A Lei de 6 de Junho de 1755 declarou a liberdade para os índios do Grão-Pará e Maranhão: “Santa e providentíssima lei de 6 de Junho de 1755, digna de respeito e sempre respeitada! Tal é a tua sublime filosofia. Tu desceste do céu, e foste superiormente inspirada ao monarca, em quem poder não teve a morte, a José, o Grande, o Justo, o Pai da Pátria. E, no mesmo dia em que os venturosos portugueses celebravam o seu dia natalício, tu quebraste as duras cadeias da vil escravidão, que tiranizava os infelizes índios, e rendendo cultos à justiça, lhes restituíste a dignidade de homem e de cidadãos, que a pérfida avareza lhes havia usurpado por séculos inteiros.” *José Bonifácio de Andrada e Silva*, organização e introdução de Jorge Caldeira, «Formadores do Brasil», Editora 34, São Paulo, 2002, p. 70.

¹⁶⁶ TELES, José Homem Correia – *Commentario critico à Lei da Boa Razão, em data de 18 de Agosto de 1769*, Typographia de M. P. de Lacerda, Lisboa, 1824.

¹⁶⁷ *Legislação académica desde os Estatutos de 1772 até ao fim do anno de 1850*, coligida e coordenada por José Maria de Abreu, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1851.

¹⁶⁸ “Com tudo a Lei de 4 de Julho de 1768 §§. 2. e 3., bem como o Alvará de 12 de Maio de 1769, que o A. amplia aos senhorios seculares, para no acto da renovação não poderem exigir maior fôro, pois que sómente prohibem o augmento de pensões nos prazos ecclesiasticos, visivelmente excluem a doutrina geral estabelecida, pois contém ampliação, que se não deduz do sentido natural e genuino das palavras, em que a prohibição d’este augmento por taes leis é concebida.” *Curso de Direito Civil Portuguez, ou Commentario ás Instituições*, de Pascoal José de Melo Freire, por António Ribeiro de Liz Teixeira, parte II, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1848, p. 129.

¹⁶⁹ Pode consultar-se uma transcrição desta Lei de 9 de Outubro de 1789 e dirigida aos bispos portugueses em *Gazeta de Lisboa*, n.º 249, 21 Outubro 1831, Impressão Régia, Lisboa, pp. 1047-1048.

essenciaes do Episcopado: [...] mostraõ bem claramente quanto as Decisoens Canonicas tem sido contempladas pela nossa Soberana, e auxiliada a sua execuçaõ¹⁷⁰.

A implementação das normas emanadas das *Decretais*, enquanto exemplos do Direito Canónico, acompanhou intimamente os processos de coesão e centralização do Estado português e motivaram relações mútuas de cumplicidade e conflitualidade com a Santa Sé, como se demonstra em tantos episódios na História de Portugal. Obviamente que, omisso de um *corpus* jurídico onde fundamentasse toda a sua acção global, a própria noção de «Estado», confundível com a noção de «Coroa», procurou uma orientação dogmático-jurídica na legislação canónica. No entanto, a evolução do Direito Romano, de raiz justiniana, que acompanhou o fortalecimento dos Estados europeus também se irá impor em Portugal, embora pesasse o predomínio do Direito Canónico, mas num arco descendente de observância prática nos assuntos civis até à segunda metade do século XVIII.

*

A última das *Memorias* com que João Pedro Ribeiro cooperaria nas *Memorias de Litteratura Portugueza* centrou-se nas questões agrárias em Portugal, baseado em alguns documentos jurídicos compilados com incisão, enumerando as vantagens e os malefícios dos “prazos”, ou dos “aprazamentos”, ainda em vigor nos contrários agrários. Evocando os tempos medievais, numerosas tradições contratuais desses tempos estavam presentes no quotidiano das po-

¹⁷⁰ RIBEIRO, João Pedro – «Qual seja a Época da introdução do Direito das Decretaes em Portugal, e o influxo que o mesmo teve na Legislação Portugueza», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VI, pp. 17-18.

pulações rurais. Seriam essas razões, tão remotas, que encerravam a verdadeira causa do nosso atraso agrário? Era a grande questão que o Autor se propunha responder, ainda que assente numa reflexão simplificada, a prometer indagações mais aprofundadas.

Desde que a Academia Real das Ciências de Lisboa o designara para acompanhar Joaquim José Ferreira Gordo nas visitas aos cartórios das câmaras, conventos e outros acervos nacionais, que reunira informações preciosíssimas para a renovação historiográfica portuguesa. Como o governo espanhol permitiu aos eruditos portugueses acedessem aos seus arquivos e bibliotecas, e estando ambos dispensados da Universidade, Joaquim José Ferreira Gordo¹⁷¹ rumou a Espanha, enquanto João Pedro Ribeiro inspeccionava os cartórios nacionais.

João Pedro Ribeiro insurgia-se contra a proeminência dos direitos e privilégios senhoriais nos domínios agrários, cujas origens se perdiam na noite dos tempos, mas que, em resultado da sua força e amplitude, eram uma das causas fulcrais do atraso agrícola endémico. Como membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, João Pedro Ribeiro advogava inteiramente os objectivos institucionais em prol dos avanços técnicos da agricultura, embora não fosse, obviamente, um proprietário ou um especialista nestas matérias.

A atenção prestada ao estudo do atraso agro-económico possui fundamentações históricas profundas, pelo menos, desde a Restauração e a luta pela independência no decorrer do século XVII¹⁷². Na segunda metade do século XVIII, praticamente todos

¹⁷¹ Consultem-se os nossos comentários a GORDO, Joaquim José Ferreira – «Apontamentos para a Historia Civil, e Litteraria de Portugal e seus Dominios, collegidos dos Manuscritos assim nacionaes, como estrangeiros, que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escorial, e nas de alguns Senhores, e Letrados da Côte de Madrid», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 1-92.

¹⁷² *Antologia dos Economistas Portugueses: século XVII. Obras em português*, selecção, prefácio e notas de António Sérgio, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1924; LARANJO, José Frederico – *Economistas Portugueses. Subsídios para a história das*

os trabalhos publicados pela Academia Real das Ciências de Lisboa denunciavam a organização económica precaríssima do país e nos domínios ultramarinos, bem como a distância abismal entre Portugal e o norte da Europa.

O mérito da causa agrária deveria nortear os grandes objectivos do Estado, ou da Coroa, de modo a reverter a velha tendência para o abandono agrícola¹⁷³ em Portugal. E não deixou de apontar exemplos curiosos, expressos em factos documentais desde as iniciativas do Papado ou até mesmo do imperador da China em usufruto da agricultura. Munido de informações históricas recolhidas nas suas pesquisas nos cartórios do norte do país, nomeadamente no Minho, ambicionava que esses dados auxiliassem à compreensão dos contractos agrícolas em uso desde a Idade Média. Na maioria dos casos expostos nesta *Memoria*, tais contractos permaneciam uma causa plausível para o atraso agrícola, como era o caso da enfiteuse. Nestes acordos, o senhor de um imóvel trasladava para outrem o domínio útil desse prédio em troca de uma remuneração, uma renda anual ou foro, daí o uso dos termos «aforamento» ou «aprazamento», que o Autor apontava:

Em hum Seculo, em que a Agricultura tem merecido a attenção de tantos sábios: que algumas Academias¹⁷⁴ a tem consagrado por seu unico objecto: que entre outros interessantes assumptos he efficazmente promovida por huma Associação benemerita, que enchendo as vistas do seu Augusto Protector, procura quanto em

doutrinas económicas em Portugal, prefácio e notas de Carlos da Fonseca, «Biblioteca de Economia», Guimarães Editores, Lisboa, 1976.

¹⁷³ Com a maior actualidade, ver *Portugal como Problema. A Economia como Solução 1625-1820. Do Mercantilismo à Ilustração*, introdução e organização editorial de José Luís Cardoso, vol. V, Público/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2006.

¹⁷⁴ CALDAS, Eugénio de Castro – *A Agricultura na História de Portugal*, Empresa de Publicações Nacionais, Lisboa, 1998.

si he animar a mesma Agricultura¹⁷⁵; não parecerá estranho, que sobre o mesmo objecto pretenda tambem hoje entreter por hum pouco as atenções de huma Assembléa respeitavel¹⁷⁶. E ainda que outros assumptos parecerião mais analogos á minha Profissão¹⁷⁷, cuja seara he de outra ordem; bastará lembrar-me, que o immortal Pio VI.¹⁷⁸ *não julgou contrariar a sua vocação, abaixando as suas vistas paternaes sobre as Lagôas Pontinas*¹⁷⁹, em beneficio da Agricultura daquelle territorio.

Animado com hum tal exemplo me deveo já atenção colligir os fragmentos das nossas Leis respectivas á Agricultura¹⁸⁰; e esta averiguação me fez conhecer, que Portugal não tinha que invejar a alguma outra Nação, neste artigo¹⁸¹, ao menos, em quanto estas não chegarão a aproveitar-se de hum novo Horizonte, que

¹⁷⁵ Bastará referir, por exemplo, todo o esforço compilado em *Memorias de Agricultura...*, vols. I-II, 1788-1791; SANTOS, M.^a Augusta Vieira Moura – *A visão da agricultura nas Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tese de licenciatura [versão policopiada], Universidade Portucalense, Porto, 1994.

¹⁷⁶ NUNES, M.^a de Fátima – *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «Sciencia Agrícola» em Portugal*, 2001.

¹⁷⁷ Referindo-se à sua actividade como sacerdote, professor universitário e paleógrafo, entre outras incumbências. VITORINO, Pedro – «Acêrca de João Pedro Ribeiro», separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, fasc.º 4, CMP, Porto, 1938; PINTO, António Ferreira – «João Pedro Ribeiro: professor e cónego doutoral», separata de *Lúmen* [s. n.], Lisboa, 1938.

¹⁷⁸ Refere-se ao Papa Pio VI [1717-1799]. *Resumo Historico da Vida e Pontificado de Pio V...*, tradução de Francisco Xavier Gomes de Sepúlveda, Imprensa de J. F. M. de Campos, Lisboa, 1815.

¹⁷⁹ «A inudação destas lagoas tornou a renovar-se no tempo da decadencia do Imperio: Bonifacio VIII., em 1294, foi o primeiro que principiou a tratar de desecar as lagoas Pontinas: varios Pontifices fizêraõ tambem muitas obras para este effeito; mas nenhum tomou isto com tanto empenho como o Papa VI. que em todo o tempo do seu largo Pontificado não cessou de gastar avultadas sommas nesta empreza, muito mais gloriosa, e importante que todos os Palacios de Roma.» LAPORTE, Joseph de – «Carta DCCLXIV. Viagem a Napoles», in *Viajante Universal, ou Noticia do Mundo Antigo e Moderno*, vol. L, 1814, pp. 159-160.

¹⁸⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera na Idade Média*, 3.^a edição, «A Marcha da Humanidade», Edições Cosmos, Lisboa, 1978.

¹⁸¹ Estas questões eram usuais no pensamento do Autor...

lhe descobrio a cultura das Sciencias naturaes, em utilidade da mesma Agricultura.

Viajando depois as tres Provincias do Norte, e examinando os seus Cartorios¹⁸², procurei colligir tambem os Documentos, que podião ilustrar a Historia da mesma Agricultura, e como estas Provincias, principalmente a do Minho, mais abunda em terrenos dados em emphyteuse¹⁸³, se me offereceo nos mesmos Cartorios huma vasta colheita de artigos respectivos a este contracto, ventagens, e prejuizos que tem nascido da sua pratica, e abuso¹⁸⁴, que em vão rebuscaria em Caldas¹⁸⁵, Velasco¹⁸⁶, e outros antigos Mestres da Jurisprudencia emphyteutica¹⁸⁷.

As combinações que depois fiz ao mesmo respeito, e as reflexões obvias, que se me offerecêrão, pedirião hum Tratado para serem expendidas com o interesse, ordem, e dignidade que requer

¹⁸² *A Infância da Academia (1788-1794). Visita aos Arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, 1934.

¹⁸³ Com alusões a esta *Memoria*, v. CARVALHO, Vicente António Esteves de – *Memoria sobre origem, e progressos da emphyteuse e sua influencia sobre a agricultura em Portugal*, Impressão Régia, Lisboa, 1814.

¹⁸⁴ “A Provincia do Minho pôde dizer-se quasi toda emphyteutica: o seu terreno comparado com as outras do Norte e as do Sul do Reino não as vence em qualidades proprias para fructificar, e comtudo as vence na producção, opulencia e população, attenta a sua superficie. Passo a considerar a economia da mesma Provincia, toda nascida da sua qualidade emphyteutica. [...] Não devo deixar de notar, que verifiquei por diversos Tombos, e estes feitos com longos intervallos, que os casaes emprazados ha Seculos permanecem ainda em toda a integridade. Direi mais, que um casal emprazado no meio do Seculo XV. em fateusim perpetuo se conserva inteiro, como para fim bem diverso do assumpto que hoje trato, indaguei pelo Cartorio do Senhorio: achando ser um Lavrador, e meu ascendente em linha recta, o primeiro Emprazante e Lavrador tambem ainda o actual possuidor, meu collateral.” RIBEIRO, João Pedro – «Memoria sobre as vantagens dos prazos a bem da agricultura, e Riqueza Nacional», in *Reflexões Historicas*, n.º 2, pp. 13-14.

¹⁸⁵ CASTRO, Francisco de Caldas Pereira e – *Singularis, et excellens Tractatus et analyticvs commentarius, et syntagma de nominatione emphyteutica, eius q, successione, et progressu, tam pragmaticis, et magistratibus, quàm etiam in academia versantibus vtilissimus...*, Officina de António Ribeiro, Lisboa, 1585.

¹⁸⁶ GOUVEIA, Francisco Velasco de – *Apostilas de Direito na sua maioria de Direito Canónico*, vols. I-III, 1592-1626. Este manuscrito permanece inédito.

¹⁸⁷ COSTA, Mário Júlio de Almeida – *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra Editora, 1957.

o assumpto. Para dar porém hum breve desenho, do que sobre este importante objecto se póde tratar com mais extensão, em reduzirei sómente a indicar, como hum contracto, consagrado a fazer florescer a Agricultura¹⁸⁸, tem sido entre nos talvez a cauza mais eficaz do seu atrazamento, pelos abusos que delle se tem feito¹⁸⁹.

Interessava, sobremaneira, denunciar abusos e vexames, os quais, apesar das inovações embutidas pela legislação pombalina, nomeadamente na extinção dos morgadios, teimavam em permanecer arreigados nos preceitos contratuais agrícolas. E, segundo a sua opinião, era no Minho onde mais ocorriam os excessos e malefícios decorrentes dos prazos, ou aprazamentos, sendo ainda motivo frequente de crimes e conflitos entre proprietários e rendeiros, como João Pedro Ribeiro acusava. Em virtude destes entraves, era lógico que a agricultura não poderia evoluir para um patamar moderno e suprirem-se as carências cerealíferas de modo a resolver lacunas económicas de primeira importância.

Numa economia agrícola quase rudimentar dos inícios do século XIX, onde ainda coexistiam as “dízimas de Deus”, as “dízimas do príncipe” ou as “dízimas dos senhores”, sem esquecer outros tributos nesta Memoria, não lograva a modernização da agricultura, por mais que a Academia Real das Ciências ou outras agremiações científicas se propusessem a apoiar esta renovação. Este atraso agrícola tinha implicações sérias noutras actividades económicas, como era o caso da construção naval, a qual carecia de um abastecimento madeireiro

¹⁸⁸ SILVA, Luís Augusto Rebelo da – *Memoria sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a fundação da Monarchia até 1865*, parte I (de 1097-1640), Imprensa Nacional, Lisboa, 1868, p. 54, ver nota infra.

¹⁸⁹ RIBEIRO, João Pedro – «Memoria sobre os inconvenientes, e ventagens dos Prazos, com relação á Agricultura de Portugal», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. 284-285.

eficiente, entre outros exemplos. Contudo, em virtude destas quere-las, a actividade agrícola conhecia pouco desenvolvimento, pondo em causa, inclusive, a própria independência e a segurança nacional às vésperas da Primeira Invasão Francesa:

A Exorbitancia dos fóros se póde commodamente dividir em razão da sua qualidade, e quantidade¹⁹⁰.

Quanto á qualidade conto em primeiro lugar todos aquelles que são alheios aos generos, que póde produzir o terreno empra-zado. A nossa Lei acautela que os predios urbanos senão aforem, se não a dinheiro ou Aves¹⁹¹. A razão e espirito desta Lei he bem clara; por tanto mal se pódem compadecer com o mesmo espiri-to os fóros, que tenho encontrado em muitos prazos de predios rusticos. Incenso, Ferramentas, Escudelas, pares de Çapatos, Peixe do mar em terras do Sertão, e até com declaração que o Peixe, ou fresco ou secco seja de certa Costa, não são certamente generos que no Casal se produzão, mas que o Emphyteuta tem de comprar.

Em segundo lugar todos aquelles, que distrahem da lovoura o mesmo emphyteuta. O officio do Lavrador não tem dias feriados; por tanto mal se póde distrahir a caçar pares de perdizes, ou coelhos, pescar duzias de trutas, ou bogas para o Senhor directo. Mais que tudo porém o distrahem as Geiras¹⁹², de que passo a fallar.

¹⁹⁰ *Foros e laudémios e emparcelamento: compilação completa de todos os diplomas sobre enfiteuse, censo reservativo e emparcelamento*, França & Arménio, Coimbra, 1920.

¹⁹¹ «Do que vende alguma raiz com condiçom, que tornando ataa certo dia o preço, que por ella recebeo, seja a venda desfeita», in *Ordenações Afonsinas*, livro IV, tít. XL, pp. 157-158.

¹⁹² Por «Geira» ou «jeira» entende-se também por belga; courela; leira; terreno que uma junta de bois pode lavar num dia; salário do trabalho diário dessa junta de bois e do seu condutor; salário diário de um jornaleiro; antiga medida agrária de 240 pés de comprimento por 120 de largura (cerca de 25 ares); à jeira a dias. Cf. «Geira», in *Elucidário...*, vol. II, p. 301.

A estas em alguns prazos se lhes dá o nome de Engeiras¹⁹³, que melhor mostra a derivação de Angarias¹⁹⁴. Direito verdadeiramente Feudal na sua origem, e natureza, que alguns Senhores directos, que também o erão dos Coutos¹⁹⁵, unirão e confundirão nos seus emprazamentos, e á sua imitação os meros Senhorios directos estipulárão nos seus contractos. He vulgar nos prazos d'entre Douro e Minho a Geira de cada Domaã¹⁹⁶, isto he, hum dia de trabalho servil na semana, ordinariamente a Sexta feira, a beneficio do Senhorio, ou na cultura da terra, e seus diversos amanhos, já em carretos com azemola¹⁹⁷, ou com Bois e Carro do mesmo emphyteuta. Deste modo hum Lavrador, que já deve o dizimo a Deos¹⁹⁸, a decima ao seu Principe, vem a pagar mais que huma terceira dizima ao Senhorio em 52 dias de trabalho annual, e distracção da cultura do seu predio, e se este he raçoeiro de Quinto, ou Terço, apenas poderá salvar a terça parte dos fructos, que recolhe com o trabalho penozo de hum anno inteiro, para se sustentar em todo o mesmo anno. Esta pensão a ví substituida em hum prazo de vidas pela obrigação de convocar para a mesma geira todos os moradores de huma Aldea, ficando com tudo responsavel a pagar por todos os que faltassem: e a 2.^a e 3.^a Vida,

¹⁹³ “Serviço que o colono prestava ao direito senhorio, cavando, segando, malhando, etc.” Cf. «Engeira», in *Elucidário...*, vol. II, p. 219.

¹⁹⁴ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. VII, pp. 183, 185-186.

¹⁹⁵ Vejam-se os nossos comentários a RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria para dar huma idéa justa do que eraõ as Behetrías, e em que differiaõ dos Coutos, e Honras», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1792, pp. 98-257.

¹⁹⁶ «Domaã», in *Elucidário...*, vol. II, p. 201.

¹⁹⁷ «Azémola», animal de carga, in *Elucidário...*, vol. II, p. 696.

¹⁹⁸ DUARTE, Luís Miguel, e AMARAL, Luís Carlos – «Prazos do século e prazos de Deus: os aforamentos na Câmara da Sé do Porto no último quartel do século XV», separata da *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.^a série, n.º 1, FLUP, Porto, 1984, pp. 98-128.

com obrigação também da geira pessoal, ficando sempre com o mesmo encargo da 1.^a vida¹⁹⁹. [...]

Conto, por omitir outras, ultimamente como exorbitancia na qualidade dos fôros, a liberdade de cortar madeira²⁰⁰ o Senhor directo, e a proibição ao Emphyteuta de o fazer no seu predio. Esta clausula, assás commum nos Prazos d'entre Douro e Minho, tendo originado rixas, e litigios²⁰¹, até prejudica à Marinha Real e Mercante na escaceza de madeiras de Construcção²⁰². Hum Lavrador, que só he senhor precario de qualquer Arvore do seu predio, não só se não anima a plantallas; mas até corta logo pelo pé as que lhe nascem espontaneamente, para que não succeda, que tendo-a conservado muitos annos, e assombrado a lavoura do seu pam, em que por isso sentiria diminuição, a veja levar pelo Senhorio, em razão da clausula do seu Prazo²⁰³.

João Pedro Ribeiro constatava que a agricultura era a principal actividade económica portuguesa, afastando-se de outras doutrinas economicistas e mercantilistas. Desde sempre houve culturas agrícolas de menor expressão a par de outras produções agrárias, cuja abundância permitia alimentar uma exportação tímida. Tais carestias obrigavam o país a mendigar e a colocar-se à mercê de monopólios e interesses económicos pouco escrupulosos, não advogando o pro-

¹⁹⁹ TORRES, Ruy d'Abreu – «Dízima», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 326-329.

²⁰⁰ CORREIA, Francisco Carvalho – *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588. A silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*, pp. 246-247.

²⁰¹ BEIRANTE, M.^a Ângela – «Traição, aleive e falsidade nos foros medievais portugueses», separata de *Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (sécs. XII a XIX)* [s. n.], Santarém, 1993, pp. 133-158.

²⁰² BARKER, Richard – «Construção Naval», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 286-291.

²⁰³ RIBEIRO, João Pedro – «Memoria sobre os inconvenientes, e ventagens dos Prazos, com relação á Agricultura de Portugal», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 286-289.

gresso nacional. Evidentemente que a Academia Real das Ciências de Lisboa estava perfeitamente ciente destes problemas e o Autor, mais uma vez, propunha-se a alterar este *status quo* produtivo.

O problema que se colocava era, na verdade, saber se a agricultura, naquele ocaso do Antigo Regime²⁰⁴ e em que se desfazia o “modelo imperial” da economia portuguesa, estaria em condições de ser o sustentáculo do crescimento económico. A economia tinha de centrar-se em Portugal numa agricultura diversificada e de elevada rentabilidade. Dado que a área continental era mal aproveitada, importava que o território nacional fosse devidamente utilizado na vertente agrícola, pecuária e florestal. Era imperioso que o cultivo da terra originasse fontes de rendimento e produzisse o necessário para alimentar a população, garantindo o aumento demográfico sustentado, ideias pautadas por um discurso extremamente actual:

Fallei em outra ocasião²⁰⁵ do abuso, que se tem feito dos direitos emphyteuticos, em manifesto prejuizo dos progressos da Agricultura. O justo receio de ser importuno com huma prolixa exposição, me permittio considerar sómente o excesso e exorbitancia dos Laudemios e Fóros²⁰⁶; e o temor de chamar novamente as atenções de huma Assembleia respeitavel sobre objectos desagradaveis, me impede continuar hoje o mesmo assumpto. As Entradas, e Luctuozas dos Prazos²⁰⁷, a sua tão variada natureza, e

²⁰⁴ SERRÃO, José Vicente – «A Agricultura», in *História Económica de Portugal 1700-2000. O Século XVIII*, organização de Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, vol. I, ICS, Lisboa, 2005, pp. 145-175.

²⁰⁵ Não esqueçamos o profundo interesse do Autor pelas questões agrárias...

²⁰⁶ Para realidade nortenha, ver *Memoria sobre os laudemios que offerecem ao soberano congresso da nação os habitantes da província do Minho*, Typographia de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos, Porto, 1821.

²⁰⁷ RIBEIRO, João Pedro – *Memoria sobre as vantagens dos prazos a bem da Agricultura e Riqueza Nacional*, Imprensa de Alvares Ribeiro, Porto, 1835.

enredadas investiduras, (fecunda origem de litígios, que se contão por milhares,) fóros acumulados sobre rações (talvez contra a expressa determinação da nossa Ley²⁰⁸), e muito principalmente quanto de Direito Feudal²⁰⁹ se compenetrrou no Emphyteutico, formando hum todo monstruoso, offerece hum vasto campo ás reflexões de hum Jurista Economico, e hum digno assumpto ás reformas de um Legislador providente²¹⁰, tão dignas de fazer a gloria de hum Reinado, como o fará sempre ao memoravel do Senhor D. José I. a regulação dos Morgados²¹¹, e Labyrintho dos Credores²¹².

Porém se a liberdade que a nossa Lei deixou aos Senhorios directos para clausurarem os seus Contractos, precisou muitas vezes de ser restricta, proscrevendo-se os prometimentos a boa fé, e com juramento, os prazos desaforados, e outros abusos,

²⁰⁸ «Do que vendeo a cousa de raiz a tempo que a ja tinha arrendada, ou alugada a outrem por tempo certo», in *Ordenações Afonsinas*, livro IV, tit. XLIII, pp. 163-165.

²⁰⁹ TAVARES, M.^a Alice Silveira – *Vivências quotidianas da população urbana medieval: o testemunho dos costumes e Foros da Guarda, Santarém, Évora e Beja*, dissertação de mestrado em História Regional e Local, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2007.

²¹⁰ Por exemplo, ver *Lei da boa razão: Carta de Lei para se julgar pela Ordenação do Reyno, e Leys Pátrias, 18 de Agosto de 1769: alvará de declaração à Ley dos Prazos, 12 de Maio de 1769*, facsimile da edição da Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1769. Centro de História da Cultura/FCSH-UNL, Lisboa, 1994.

²¹¹ A Carta de Lei de 3 de Agosto de 1770 estabelece: “[...] por que S. Magestade ha por bem declarar o rendimento, que hão de ter os Morgados, que se houverem de estabelecer, e os já estabelecidos, reduzindo-os todos ás natureza de Morgados regulares, na fôrma da Ordenação do Reino”, patente em *Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado DelRey Fidellissimo D. José I. Nosso Senhor desde 31. de Julho de 1769. até 7. de Abril de 1775*, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1775, pp. 1-11. Vejam-se os nossos comentários a PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma. Qual foi a Origem, e quaes os Progressos, e as Variações da Jurisprudencia dos Morgados em Portugal?», in *Memorias de Litteratura Portugeza*, vol. III, 1792, pp. 374-470.

²¹² Sobre as penhoras e os credores, refere-se à Lei de 22 de Dezembro de 1761, tit. III, complementada com o disposto a Lei de 20 de Junho de 1774. *Curso de Direito Civil Portuquez, ou Commentario ás Instituições do Sr. Paschoal José de Mello Freire...*, por António Ribeiro de Liz TEIXEIRA, Parte Segunda, Divisão Segunda (Do Direito das cousas com relação á propriedade privada), 2.^a edição, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1848, p. 317.

(que não poucas vezes encontrei em datas posteriores ás Leis, que os prohibirão,) a condições innocentes, e não menos uteis aos interesses dos Senhores directos, do que aos progressos da Agricultura²¹³. Os Prazos modernos²¹⁴ tem deixado esquecer algumas destas, e por isso me parece, que chamando-as novamente á lembrança, ainda que nem todas seria necessario hoje verificar, sempre nos darão huma idea da economia dos nossos Maiores a este respeito. [...]

Se tanto lembra hoje que Portugal exportava²¹⁵ em outro tempo porções avultadas de grãos para as mesmas Nações talvez, de que hoje se vê obrigado a mendigallos: volte-se sobre os mesmos antigos passos: e se o Arado não deshonra as mãos do Imperador da China²¹⁶, antes estas annualmente animão, e illustrão huma Profissão tão indispensavel; se não a pratica, ao menos os bons principios theoricos dos Proprietarios illustrem aquella tão necessaria Arte: e aproveite-se a oportunidade, que subministra por huma parte a cultura das Sciencias naturaes, por outra hum Governo illustrado, que mostra por factos decisivos quanto deseja animar, e promover a mesma Agricultura²¹⁷.

²¹⁴ ISAACMAN, Allen – «The Prazos da Coroa 1752-1830: a functional analysis of the political system», separata de *Stvdia*, n.º 26, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1969, pp. 149-178.

²¹⁵ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Portugal. A Emergência da Nação (das raízes a 1480)*, Edições Colibri, Lisboa; IDEM – *Problematizar a Sociedade*, «Problematizar a Sociedade», Quetzal Editores, Lisboa, 2011.

²¹⁶ Reporta-se ao imperador Jiaqing [1760-1820], sexto imperador da dinastia Manchu e quinto imperador Qing, tendo reinado entre 1796 e 1820. *Os Portugueses e o Oriente. Sião-China-Japão (1840-1940)*, pesquisa e organização de Miguel Castelo Branco, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2004, p. 82.

²¹⁷ RIBEIRO, João Pedro – «Memoria sobre os inconvenientes, e ventagens dos Prazos, com relação á Agricultura de Portugal», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, pp. 292-296.

Era a nostalgia por um outro tempo e a ânsia própria de um sentimento pré-romântico que norteavam os sentimentos de João Pedro Ribeiro para as questões da agricultura, embora fosse um esforço inglório. Para uma nação prestes a ser invadida por um agressor externo²¹⁸, é lógico que as discussões sobre a agricultura não suscitariam interesse de monta. O Autor dirige-se à sua Agremiação procurando estabelecer um debate alargado, mas, infelizmente, foi pouco escutado, apesar do seu prestígio pessoal.

Aqui cessa a colaboração de João Pedro Ribeiro com as *Memorias de Litteratura Portugueza*, onde discorreu sobre as fontes jurídicas nas Ordenações Filipinas, as interrogações epigráficas no mosteiro de Vairão e o impacto das *Decretais* no cômputo legislativo nacional. Culminaria com as contendas agrícolas, cujas argumentações assentavam nos documentos existentes pelos arquivos e cartórios do reino. Muito haveria a acrescentar sobre o fundador da ciência diplomática e um dos escritores mais eruditos da sua geração, embora a sua participação nesta colectânea se tenha cingido a temáticas dispersas, mas dotadas com enorme coerência historiográfica.

²¹⁸ CAETANO, António Alves – «A Guerra Peninsular e a Economia Portuguesa», in *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão – Constantes e Linhas de Força*, Tribuna da História, Lisboa, 2008, pp. 11-47.

- XI -

JOAQUIM DE FÓIOS
[1733-1811]

O ensaio literário que estreia as *Memorias de Litteratura Portugueza* foi da responsabilidade do P.^e Joaquim de Fóios¹ [1733-1811], cronista da Casa de Bragança e director da Classe de Literatura na Academia Real das Ciências, entre outras funções de relevo. Dado o prestígio incontestável deste académico, impunha-se que endereçasse as primeiras palavras desta iniciativa da Academia aos leitores. Embora este apontamento inicial² não versasse sobre os artigos publicados daí em diante, o certo é que, em primeira instância, promoveu a aliança entre a História e a Literatura.

Neste artigo introdutório, entendeu o P.^e Joaquim de Fóios dissertar sobre a evolução do Homem, onde alude à concordância com o pensamento de Jean-Jacques Rousseau [1712-1778], nomeadamente quanto às teorias do “bom selvagem” ou do “homem natural”, prova contundente da aceitação do pensamento iluminista e das suas ideias revolucionárias na cúpula da Academia Real das Ciências.

¹ SILVA, José Maria da Costa e – «P.^e Joaquim de Fóios», in *Ramalbeta, jornal de instrução e recreio*, n.º 150, Imprensa de C. A. S. Carvalho, Lisboa, 1840; «P.^e Joaquim de Fóios», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, pp. 80-81; vol. XII, p. 42; «P.^e Joaquim de Fóios», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, pp. 521-522.

² Este artigo seria novamente reproduzido em *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, t. I, Typographia da Academia, Lisboa, 1797.

Demonstrando preocupação pela defesa da Poesia para os estudos humanistas, o Autor procurava estabelecer uma definição capaz para o conceito de “poesia bucólica”³ [“éclogas” ou “fábulas”, no sentido historicista], recorrendo sobre a História da Poesia, enquanto género primordial da Literatura, e anexando-a ao cômputo da Filosofia. Defendia, de modo empenhado, a propensão natural do intelecto para a Poesia desde os tempos imemoriais do “estado pastoril”, ou seja, na Pré-História.

Com o intuito de elogiar as Letras pátrias, o Autor assinalou a importância literária de individualidades com Francisco de Sá de Miranda, António Ferreira, Luís Camões, Diogo Bernardes, Francisco Rodrigues Lobo [1580-1622], sem esquecer o seu autor preferido, do qual comentou algumas obras: Fernão Álvares do Oriente⁴ [1540?-1600?/1607?], autor quase esquecido nos nossos dias. Fazendo alusão aos estudos históricos de alguns paleógrafos ingleses, tais como Bentley ou Cunningham⁵, à excepção de Alexander Pope⁶ [1668-1744], o P.^e Joaquim de Fóios reiterava incessantemente a necessidade impreterível da investigação diplomática e paleográfica de manuscritos e outros documentos não identificados. Defendia, sobretudo, a análise das fontes históricas, cujo carácter probatório permitiria a reflexão histórica.

Aludindo à estagnação cultural vivenciada na medievalidade, apontava os nomes de Dante Alighieri e de Francesco Petrarca como focos de irradiação das Literaturas europeias no decurso do pro-

³ BERNARDES, José Augusto Cardoso – *Dialécticas da enunciação e do enunciado na poesia bucólica portuguesa: a Écloga do Renascimento e do Maneirismo*, dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa, FLUC [texto policopiado], Coimbra, 1986.

⁴ «Fernando Álvares do Oriente», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, pp. 280-281; vol. IX, pp. 219-220.

⁵ Após aturadas pesquisas, não conseguimos descobrir quem seriam estes autores, supostamente ingleses.

⁶ POPE, Alexander – *The Poetical Works*, vols. I-IV, A. Kincaid, W. Creech & J. Balfour, Edimburgo, 1773.

cesso renascentista. No entanto, reforçava a constatação que logo a partir de D. Dinis, a língua portuguesa não encontrava quem se lhe opusesse em perfeição por toda a Europa, à excepção da emergente língua italiana:

A restauração das letras, com que se desterrou a ignorancia, e barbaridade, a que nos tinhaõ reduzido as Nações do Norte, e as contínuas irrupções dos Sarracenos, tem as suas sementes nos Trovadores Provençaes, e Lombardos, que fructificando felizmente chegáraõ a produzir os dous abalisados engenhos de Dante, e Petrarca⁷. Cultivada por estes dous grandes homens, e por alguns mais seus contemporaneos a lingua Toscana, preparou a Italia, e á sua imitação a toda a Europa para hum conhecimento profundo da Lingua Latina, e da Grega. Com taes disposições, e auxílios se instruíraõ as Nações Europeas nas Artes, e Sciencias, e em toda a sorte de erudição daquelles sabios Póvos; e inflammadas cada vez mais no desejo de saber, tem levado muitas das Artes, e Sciencias dos antigos a hum ponto incrível de perfeição.

A nossa erudição entãõ entrou a raiar quando poetizou entre nós o grande Rei D. Diniz⁸. Foraõ depois aclarando as luzes, e fazendo-se mais fortes no tempo dos famosos Infantes, filhos do Senhor D. João I. os quaes foraõ elles Poetas⁹, e excitáraõ outros engenhos do nosso Portugal, e do resto da Hespanha a dar-se a este genero de estudos. Mas o tempo em que os nossos mais

⁷ PAOLAZZI, Carlo – *Dante e la “Comedia” nel Trecento: dall’Epistola a Cangrande all’età di Petrarca*, Vita e Pensiero, Milão, 1989.

⁸ Sem detrimento de estudos actualizados: LEITÃO, Joaquim – «Italianismo e D. Denis na “Divina Comédia”», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. XX, Academia das Ciências, Lisboa, 1939.

⁹ FONSECA, Luís Adão da – «Ínclita Geração, Altos Infantes (*Lusíadas*, IV, 50): algumas considerações sobre a importância das circunstâncias históricas na formação de um tema literário», separata das *Actas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1984, pp. 295-302.

cultiváraõ a Poesia, foi tambem o do nosso maior saber, e erudição. Muito se applicáraõ os nossos a toda a sorte de composições poeticas, [...] A' excepção da Italia, nenhuma outra Nação póde, não digo eu, exceder-nos, mas igualar-se comnosco¹⁰.

Como intelectual formado nos cânones clássicos, é lógico que o P.^e Joaquim de Fóios não poderia deixar de referir-se ao pensamento paradigmático da *Poética*, de Aristóteles [384-322 a. C.], e, mais tarde, aos pensamentos de Ausônio [c. 310-c. 395], considerando a poesia bucólica como a “primeira das Poesias” recitadas pelos “primeiros homens”, pois naquelas sociedades primitivas, o intelecto despon-tava para a observação, a compreensão e a descrição da Natureza.

Deste modo, a poesia pastoral, ou poesia bucólica, é enaltecida ao ponto do Autor propor que a própria Poesia fosse a primeira das Ciências, de onde todos os ramos do Conhecimento haveriam de frutificar. Era o cantar da *alma mater* de uma Nação, bem patente no exemplo português, onde se podem encontrar alguns comentários acerca da poesia bucólica, ou pastoril, considerada indispensável para a Ciência e a História. Contudo, este pequeno ensaio mais não foi do que um introito às *Memorias de Litteratura Portuguesa*, não poupando elogios aos membros da Academia Real das Ciências.

¹⁰ FÓIOS, Joaquim de – «Memorias sobre a Poesia Bucolica dos Poetas Portuguezes», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, p. 6.

**JOAQUIM DE SANTO AGOSTINHO
DE BRITO FRANÇA GALVÃO
[1767-1845]**

De entre os ilustres colaboradores das *Memorias de Litteratura Portugueza* salientou-se Fr. Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão¹ [Tavira, 1767-Lisboa, 1845], ou conhecido simplesmente como Fr. Joaquim de Santo Agostinho, o qual desempenhou um papel significativo como historiador e polemista. Descobriu e deu a conhecer a *Crónica da Conquista do Algarve*, de autoria desconhecida, mas correntemente atribuída a Fernão Lopes². Como natural de Tavira, privilegiou o estudo dos registos históricos no cartório da sua cidade de origem, embora fosse conhecedor dos espólios noutras localidades portuguesas.

¹ Cf. «Frei Joaquim de Santo Agostinho», in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. IV, pp. 57-59; vol. XII, pp. 147-148; «Frei Joaquim de Santo Agostinho», in *Portugal. Diccionario Historico...*, vol. III, p. 662; «Frei Joaquim de Santo Agostinho», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, pp. 102-103; «Frei Joaquim de Santo Agostinho», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. IX, col. 108; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica (Século XVIII)*, vol. III, pp. 211, 237-240.

² BASTO, Artur de Magalhães – «Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”», separata de *Acta Universitatis Conimbrigensis*, Universidade de Coimbra, 1959, pp. 95-99; *Crónica de Portugal de 1419*, introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Universidade de Aveiro, Aveiro, 1998, pp. 145-159.

Sagrado como frade eremita calçado de Santo Agostinho, cuja re-gra professou desde 1783, licenciou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra [1793]. Foi um dos primeiros sócios efectivos da Academia Real das Ciências, tornando-se conhecido por inspecionar os cartórios do reino, tarefa que desempenhou parcialmente³, assim como pelas interveniências nas *Memorias de Litteratura Portugueza*⁴. Nomeado freire conventual da Ordem de S. Bento de Avis em 1798, no ano seguinte, era designado abade de Santiago de Lustosa, no arcebispado de Braga. Eleito deputado às Cortes do Reino [1822], será agraciado com a comenda da Ordem de Avis logo após. A sua vida ainda é pouco conhecida, embora um primeiro esboço biográfico redigido por João Baptista da Silva Lopes⁵ [1781?-1850] permaneça inédito.

Enquanto autor do *Compêndio de Direito Natural*⁶ e das *Reflexões feitas em abono da verdade sobre o Correio Braziliense*, tais obras são exemplo da reacção enérgica contra aquele periódico e a redacção de Hipólito José da Costa [1774-1823], ainda que fossem publicadas anonimamente. Fr. Joaquim de Santo Agostinho debruçou-se sobre um ano editorial do *Correio Braziliense*, ou seja, 1809-1810,

³ Sobre o trabalho de Fr. Joaquim de Santo Agostinho nos cartórios algarvios, v. IRIA, Alberto – *Descobrimentos Portugueses: Algarve e os Descobrimentos*, vol. I, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1956, p. 13; SABÓIA, João – «Os arquivos e a gestão dos documentos de conservação permanente», in *Actas das Primeiras Jornadas de Arquivos*, CMA, Albufeira, 2009, p. 3.

⁴ Vejam-se, adiante, os nossos comentários: «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792, pp. 344-432; «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, 1793, pp. 297-362.

⁵ BAIÃO, António – «O elogio académico de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, um inédito de João Baptista da Silva Lopes», separata de *Correio do Sul* [s. n.], Faro, 1957; CAMPOS, Fernando – *O pensamento contra-revolucionário em Portugal (século XIX)*, J. Fernandes Júnior, Lisboa, 1931.

⁶ Outras obras de Fr. Joaquim de Santo Agostinho: *Proposições d'Ethica e Direito Natural...*, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1796; *A Voz da Natureza sobre a Origem dos Governos*, vols. I-II, Impressão Régia, Lisboa, 1814 [1.^a edição: Londres, 1809].

refutando-o detalhadamente artigo por artigo. Não obstante, tais manifestações só contribuíram para aumentar a popularidade do primeiro periódico brasileiro. Só restou à Coroa portuguesa proibir a entrada do *Correio Braziliense*⁷ em Portugal e no Brasil, o que ainda o tornou mais popular e contrabandeado. De nada adiantaram os editais de proibição emitidos até 1817. Para impedir a circulação de uma publicação que incomodava visceralmente a Corte, surgiram então as *Reflexões sobre o Correio Braziliense*⁸, por Fr. Joaquim de

⁷ Foi de extrema utilidade para a nossa investigação a edição fac-similada do *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, por Hipólito José da COSTA, vols. I-XXXII, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001; «Correio Braziliense ou Armazem Literario», in *Dicionário Jornalístico Português*, vol. I, pp. 166-167; TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, pp. 50-51, 84-88, 90-93, 95-99, 111, 209; *Narrativa da perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça... prezo, e processado em Lisboa pelo pretensu crime de framaçon ou pedreiro livre*, vols. I-II, W. Lewis, Londres, 1811; DOURADO, Mecnas – *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, vols. I-II, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1957; RIZZINI, Carlos – *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957; FERREIRA, João Pedro Rosa – «A proposta constitucional do *Correio Braziliense*», separata de *Cultura – História e Filosofia*, vol. V, Centro de História da Cultura/UNL, Lisboa, 1987, pp. 737-770; REIS, Fernando Egídio – *Os periódicos portugueses de emigração (1808-1822). As Ciências e a transformação do País*, tese de doutoramento em História e Filosofia das Ciências, FCT/UNL [versão policopiada], Lisboa, 2007, pp. 68-69.

⁸ «Na imprensa periódica portuguesa deste período multiplicaram-se os ataques a Hipólito José da Costa e ao *Correio Braziliense ou Armazem Literário*, havendo registo de novos periódicos criados especificamente para combater a sua divulgação. Contudo, não se tratam de verdadeiros ‘periódicos’, mas sim de *cartas* ou manifestos sucessivamente endereçados ao autor daquele periódico e posteriormente editados ou compilados noutras publicações: *Argus Lusitano: ou Cartas Analíticas*, por José Anselmo Corrêa Henriques, Officina de Cox Son and Baylis, Londres, 1809-1810; o *Exame dos Artigos Historicos, e Politicos, que se contem na Collecção Periodica intitulado Correio Braziliense, ou Armazem Litterario, no que pertence somente ao Reino de Portugal*, por José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda, Impressão Régia, Lisboa, 1810; ou *Aviso aos Portuguezes sobre o Correio Brasiliense*, Impressão Régia, Lisboa, 1811. Ver ainda *Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, por Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, Impressão Régia, Lisboa, 1809, comumente conhecido simplesmente por *Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, publicação periódica que conheceu alguns números, ainda que com ligeiras alterações no seu título. Como o próprio título indica, este ‘periódico’ apenas surgiria como uma reacção de determinados autores como Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, ao que era publicitado no *Correio Braziliense ou Armazem Literario*. Trata-se de pequenos periódicos editados em diversos formatos e que apenas surgiram, reiteramos, devido às reacções de diversas personalidades face a alguma polémica

Santo Agostinho Brito Galvão, cujos seis números foram impressos a expensas do Governo.

Paralelamente à intervenção política, assim como a sua colaboração periodista, os estudos históricos de Fr. Joaquim de Santo Agostinho permanecem uma prova evidente da sua enorme erudição. Refira-se, sobretudo, o seu contributo para a renovação da historiografia portuguesa, contestando velhas credences e apontando novos rumos científicos para a História de Portugal.

A *Crónica da Conquista do Algarve* é considerada uma das poucas fontes históricas sobre a tomada do Algarve⁹, sendo, inclusive, um dos melhores espécimes da antiga prosa portuguesa. Apresenta-se, portanto, a reprodução do texto redigido provavelmente no século XV, em modo fac-símile, e com ortografia moderna destinado ao leitor menos acostumado com o português medieval. Descoberto em 1788 na Câmara de Tavira por Fr. Joaquim de Santo Agostinho, o texto, anónimo e sem data, relata um dos episódios mais complexos da História de Portugal. As informações contidas nesta narrativa, embora possam ser erróneas, fornecem um manancial histórico insubstituível.

Esta *Memoria* é, na verdade, um relato da descoberta dessa *Crónica*, que embora não inédita, apresentava ligeiras variantes em comparação com outros códices originais. Considerada por Fr. Joaquim de Santo Agostinho com “algum interesse” historiográfico,

momentânea sendo, por isso, desprovidos de qualquer cientificidade historiográfica. Acrescentamos outro título similar: *Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1810.” DIAS, Eurico Gomes – *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração de 1640 e a Revolução Liberal de 1820*, tese de doutoramento em História, FLUP [texto policopiado], Porto, 2007, pp. 277-278.

⁹ HENRIQUES, António Castro – *Conquista do Algarve, 1189-1249. O Segundo Reino*, 2.^a edição revista e aumentada, «Batalhas de Portugal», n.º 12, Tribuna da História, Lisboa, 2006. Num outro prisma, v. DIAS, Isabel – «O Mouro na *Crónica da Conquista do Algarve*», in *A Guerra até 1450*, coordenação de Teresa Amado, Quimera, Lisboa, 1994, pp. 365-376.

mais não fosse por justificar a conquista do Algarve pelas forças portuguesas, ao invés das pretensões espanholas e inglesas de considerar o Algarve uma concessão régia de Castela a Portugal. Além de D. Afonso III, a figura privilegiada na *Crónica da Conquista do Algarve* foi D. Paio Pires Correia [1205-1275], mestre de Ordem de Santiago¹⁰. O interesse em publicitar esta versão da *Crónica da Conquista do Algarve* foi, apesar de tudo, de elevada importância historiográfica. As questões e incertezas derivadas da conquista dos Algarves e as grandes disputas entre Portugal e Castela que se seguiram, sem omitir as discrepâncias históricas¹¹ nos relatos cronísticos, foram aqui consignadas:

Em Agosto do anno de 1788 descobri na Camara da Cidade de Tavira no Reino do Algarve hum pequena Chronica da Conquista do mesmo Reino, que julguei de algum interesse¹². Nos Tomos

¹⁰ VENTURA, Leontina – *D. Afonso III, «Reis de Portugal»*, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.

¹¹ “Retomando as perspectivas propostas por José Mattoso e Romero de Magalhães, parece-nos que algumas das passagens da *Crónica da Conquista do Algarve*, nomeadamente aquelas que referem, na fase final da conquista de Faro, a presença do monarca e do mestre da Ordem de Santiago, não deverão ser recusadas liminarmente. Pelas razões já atrás referidas, as forças das ordens militares seriam suficientes para a sua concretização. No entanto, o rei teria todo o interesse em estar presente a esse evento, não necessitando para isso de se fazer acompanhar por todo o seu exército e da sua corte. De facto, Afonso III era rei de direito há bem pouco tempo e a situação ainda conturbada do reino, não deveria permitir que os ricos-homens abandonassem as suas tenências, para o acompanhar em uma campanha militar maioritariamente conduzida pelas ordens. As mesmas razões, já atrás aduzidas, explicam também a pouca necessidade de uma larga permanência do monarca nesta província, pelo que a sua campanha se pode ter desenrolado no período temporal que a documentação refere. [...] Por outro lado, julgamos ainda possível aduzir outros argumentos aos testemunhos atrás referidos, no sentido de corroborar as hipóteses sugeridas. Por outras palavras, que interesses poderiam mover Afonso III e D. Paio Pires a estarem presentes na fase final da conquista algarvia?” DAVID, Henrique, e PIZARRO, José Augusto de Sotto-Mayor – «A conquista de Faro. O reavivar de uma questão», in *III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, CML, Loulé, 1987 [1989], pp. 63-64.

¹² “Todavia, é do conhecimento público que muita documentação destes arquivos municipais se viria a perder irremediavelmente ao longo dos tempos, devido à irresponsabilidade e à ignorância de funcionários ou à incúria de outros respon-

Velhos da mesma Camara¹³ vem lançada no I. que por sua muita antiguidade não tem principio, nem fim, desde pag. 207 até 213 por treze laudas¹⁴ completas de fol. Grande. Nos Tomos Reformados em 1733 vem no I. desde pag. 3 até o meio da pag. 9, por doze laudas e meia da mesma marca: e fazendo todo o esforço por encontrar o Authographo da dita Chronica, o não pude já mais conseguir.

Como ella he Anonyma, nem designa o tempo em que foi escrita, só por conjecturas poderemos determinar a sua antiguidade¹⁵. Eu me persuado, que, supposto o seu Author não seja coevo, pois promete contar a Historia desta Conquista segundo o que se achava escrito, já que a isso havia faltado a Chronica

sáveis. Isto apesar da acção iniciada no século XVIII por personalidades como Fr. Joaquim de Santo Agostinho ou João Pedro Ribeiro que, incumbidos pela Academia das Ciências, visitaram alguns destes arquivos do Reino para avaliar o seu estado e referenciar o valor histórico dos seus acervos. Similar actuação viria também a acontecer na centúria seguinte protagonizada por Alexandre Herculano.” PEIXOTO, António Maranhão – «Os arquivos municipais no dealbar do século XXI», in *Arquivo Municipal de Viana do Castelo*, CMVC, Viana do Castelo, 2007.

¹³ MAGALHÃES, Joaquim Romero de – «Uma interpretação da *Crónica da Conquista do Algarve*», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1987, pp. 123-133; CEPEDA, Isabel Vilares – *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa. Subsídios*, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa, 1995, pp. 73-75.

¹⁴ “1. Cada lado de uma folha de papel. 2. Página de livro (impressa ou em branco) [...]” «Lauda», in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. XI, p. 4952.

¹⁵ “Assim sendo, a *Crónica da Conquista do Algarve* remete para um texto oriundo dos *scriptoria* da Ordem de Santiago e representa um dos mais importantes vestígios da actividade historiográfica desenvolvida pelas ordens religiosas militares na Hispânia de Trezentos, não sendo, portanto, de admirar o facto de perspectivar a *Reconquista* do Algarve de uma forma que diminui e subalterniza o protagonismo régio da iniciativa, razão pela qual Herculano e Gonzaga de Azevedo manifestaram sérias reservas acerca da sua verosimilhança histórica. Não deixa, contudo, a crónica de fornecer importantes notícias de natureza socioeconómica, só possíveis de recolher por uma fonte que utilizou informações não muito distantes dos acontecimentos que relata.” KRUS, Luís – «Crónica da Conquista do Algarve», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, p. 176.

de Espanha¹⁶, elle com tudo he muito antigo: o que se colhe de dizer, que ainda nos seus dias jazia a ossada dos Mouros, que o Mestre D. Payo Perez Corrêa matára nas Antas¹⁷, pouco antes da Conquista de Tavira; de dar constantemente o titulo de Villa á esta Cidade, a quem deo o Foro D. Manoel¹⁸, e o confirmou D. Joaõ III. por Carta sua de 10 de Novembro de 1525 dada em Almeirim; e ultimamente do seu estilo, e orthografia, que he o argumento mais decizivo da sua antiguidade¹⁹, como perceberá facilmente qualquer homem lido nos antigos documentos da nossa História²⁰.

Os comentários à *Crónica da Conquista do Algarve*, assim como o contexto histórico retratado, foram já sobejamente debatidos e

¹⁶ *Portugalix Monumenta Historica. Scriptores*, vol. I, ACL, Lisboa, 1856, pp. 413-420; FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da – «Les Chroniques Portugaises des *Portugalix Monumenta Historica*», in *Revue des Langues Romanes*, vol. LXXVII [s. n.], Montpellier, 1967; *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica do texto português por Luís Lindley Cintra, vol. I, Academia Portuguesa de História/INCM, Lisboa, 1983, p. CCCLII, nota n.º 94; *Crónica da Conquista do Algarve*, edição restituída e crítica por Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 1.ª Parte, vol. XXXVIII, Arquivo Municipal, Guimarães, 1987, pp. 206-240; 2.ª Parte, vol. XXXIX, 1988, pp. 81-109; *Crónica de Cinco Reis de Portugal...*, edição diplomática e prólogo de Artur de Magalhães Basto, Livraria Civilização, Porto, 1945.

¹⁷ SILVA, Luís Fraga da – «A ocupação da zona urbana de Tavira na Época Romana», in *Tavira Romana*, Associação Campo Arqueológico de Tavira, 2005.

¹⁸ COSTA, António Carvalho da – «Da Comarca de Tavira», in *Corographia Portugueza, eDescripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal...*, vol. III, Tratado II, Officina Real Deslandesiana, Lisboa, 1712.

¹⁹ «A *Crónica da Conquista do Algarve* [...] foi publicada em 1792 pelo religioso que a encontrou na Câmara de Tavira, Fr. Joaquim de Santo Agostinho, mas faz parte de duas crónicas descobertas recentemente: *Crónica de Portugal de 1419*, editada em 1945, com o título de *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, e *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, publicada em 1952, que corresponde ao manuscrito completo, do qual a *Crónica dos Cinco Reis* constitui apenas um fragmento. Pela insistência no pormenor descritivo e pela vivacidade da narração, deduz-se que o seu autor participou nos acontecimentos. A técnica narrativa adoptada assemelha-se à que foi empregada por Fernando Lopes.» *Poesia e Prosa Medievais*, selecção de M.ª Ema Tarracha Ferreira, pp. 69-70 [v. pp. 294-297].

²⁰ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 74-75.

chegou-se a um consenso generalizado, embora ainda subsistam algumas dúvidas residuais²¹. Não será este o lugar mais adequado, nem o pretenderíamos, para uma leitura textológica ou filológica, de carácter comparativo, com esta versão da *Crónica da Conquista do Algarve*, dado a panóplia de autores que se dedicaram a este objectivo²². Assim sendo, o nosso estudo centra-se, fundamentalmente, na relevância concedida à divulgação e exposição pública desta fonte histórica:

[...] A Conquista do Reino do Alguarve^[sic] he hum facto dos mais embrulhados da Historia Portugueza. A identidade dos successos destes tempos, a pouca exacção dos primeiros Chronistas, a prevenção, e o espirito de partido, que desgraçadamente dominava os Historiadores da idade media d'ambas as Monarchias, realizou a chimera de ser o Reyno do Alguarve^[sic] Conquista das Armas Hespanholas, e hum presente, de que a generosidade dos seus Principes nos quis fazer mercê. Assim correo esta opiniaõ, bebida nas encharcadas fontes dos Chronicões, sem outra prova, ou outra averiguação. E que assim succedesse não he muito para admirar; porque os Portuguezes, contentes em todo o tempo da gloria verdadeira de terem sido os primeiros, e unicos

²¹ HERCULANO, Alexandre – «Notas críticas às notas de fim de volume», in *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado do Afonso III*, notas críticas de José Mattoso, vol. III, Bertrand, Lisboa, 1983, pp. 531, 587-588; AVALLE-ARCE, Juan Bautista – «Sobre una crónica medieval perdida», in *Temas hispánicos medievales*, Editorial Gredos, Madrid, 1974, pp. 13-63; MACHADO, Joaquim Pedro – «Crónica da Conquista do Algarve (Texto de 1792)», in *Anais do Município de Faro. Boletim Cultural*, n.º 8, CMF, Faro, 1978, pp. 239-274.

²² NUNES, José Joaquim – «Idade Média», in *Historia da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. I, p. 126; *Fontes Medievais da História de Portugal – Anais e Crónicas*, selecção, prefácio e notas de Alfredo Pimenta, vol. I, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1948, pp. 187-189; CINTRA, M.^a Adelaide – «Bibliografia dos textos medievais portugueses publicados», in *Boletim de Filologia*, t. XII [s. n.], Lisboa, 1951, p. 86; OLIVEIRA, António Correia de, e MACHADO, Luís Saavedra – *Textos Medievais Portugueses*, 2.^a edição, Atlântida Editora, Coimbra, 1961, pp. 455-456.

Conquistadores daquelle Reyno, pouco interessavaõ na discussaõ de opiniões arrojadas, e frivolas, que os successos desmentiaõ, e a falta de fundamentos arguia de fabulozas. Mas que *Se Quien de la Neuville*²³, *La Clede*²⁴, e huma Sociedade de Homens Litteratos em Inglaterra²⁵, assim o pensassem, e quizessem antes conduzir-se pella parcialidade dos Chronicões, que pellas provas incontrastaveis, e luminosas, que offerecem *Brandaõ*²⁶, e todos os que depois d'elle tem escrito a nossa Historia Nacional, he isto ao meu ver, hum excesso de paixãõ sem desculpa, ou huma ignorancia indigna de qualquer homem dado às letras²⁷.

Movido por um enorme interesse pela prospecção histórica, nomeadamente na História local ou de carácter municipalista, Fr. Joaquim de Santo Agostinho não conseguiu indagar a autoria da *Crónica da Conquista do Algarve*, a antiguidade daquele documento ou se seria coevo aos factos narrados. Contudo, demonstrou um grande cuidado em transcrever integralmente este documento, de acordo com os *Tomos Velhos* e os *Tomos Reformados* da Câmara de Tavira, permitindo um novo olhar renovado sobre a conquista do Algarve e os seus protagonistas:

²³ LA NEUFVILLE, Jacques Lequien de – *Histoire Générale de Portugal*, vols. I-II, Chez Anisson Directeur de l’Imprimerie Royale, Paris, 1700; BRAGA, Isabel Mendes Drummond – *Sob os auspícios de Clío: Jacques Le Quien de La Neuville e a Histoire Générale de Portugal (1700)*, Centro de Estudos Históricos/UNL, Lisboa, 2010.

²⁴ LA CLÈDE, Nicolas – *Historia Geral de Portugal...*, vol. III, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1782.

²⁵ Não conseguimos indagar a que Sociedade ou agremiação inglesa se referiria Fr. Joaquim de Santo Agostinho. Seria a Royal Society of London?

²⁶ BRANDÃO, Fr. António – «Como a conquista do Reyno do Algarve era propria de Portugal, & não de Castella», in *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, livro XV, cap. V, f.^{os} 178 v.^o-180 v.^o

²⁷ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792, pp. 75-76.

Despois que EllRey tomou a villa de faraõ²⁸ logo dahi a poucos dias partio ho mestre com sua companha e foiçe lançar sobre loule²⁹ e não esteve o cerquo munto sobre elle que loguo o não tomaçem e porque ho mestre corria alguma gente nas pelleyas e combates das villas dicelhe hum dia EllRey fallando com elle: mestre muito me peza por os cavalleiros que vos morreraõ na conquista destes luguares porque eraõ todos mui estremados homens. Senhor diçe o mestre não tomeis nojo por os mortos porque morreraõ no serviço de Deus e salvação de suas almas. e loguo ho mestre partio de loule e foyçe lançar sobre aljesur³⁰ e quando os moros soberaõ que faraõ e loule e os otros luguares eraõ tomados e deramçe loguo ao mestre com a condiçaõ que se deu faraõ e o mestre por ho cançasso que havia recebido elle e suas gentes nos otros luguares aprouvelhe com esto e de se tomar loguo aljesur como vos dito avemos e deos lhe deu todos estes vencimentos porque sabia quaõ de vontade ho mestre hera no seu santo serviço³¹.

Fr. Joaquim de Santo Agostinho revelou uma preocupação incessante pela verdade histórica baseada na prova documental, englobando argumentações historiográficas baseadas na análise comparativa com cronistas coevos. Apresentou abordagens inéditas, mas igualmente antagónicas, criticando abertamente os opróbrios de historiadores franceses e ingleses sobre as temáticas portuguesas. Acima

²⁸ SANTOS, Mariana – «As muralhas de Faro e o significado da entrada de D. Afonso III na “vila-adentro”», separata de *Bracara Augusta*, vol. XX, n.º 43 [s. n.], Braga, 1966, pp. 147-164.

²⁹ MARTINS, Isilda Pires – *Muralhas de Loulé*, CML, Loulé, 1993.

³⁰ MARQUES, José – «Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III», separata da *Revista Caminiana*, n.º 13 [s. n.], Braga, 1986; MARTINS, José António – *Aljezur Medieval*, CMA, Aljezur, 2005.

³¹ «Coroniqua de como Dom Payo Correa Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do algarve aos moros», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, p. 97.

de tudo, é facilmente reconhecível a inovação em divulgar uma fonte histórica aos leitores das *Memorias de Litteratura Portuguesa*.

*

No final do primeiro volume das *Memorias de Litteratura Portuguesa* podemos encontrar novo contributo de Fr. Joaquim de Santo Agostinho quanto à utilidade da Numismática³² para o estudo da História e, fundamentalmente, na construção da memória histórica nacional e ultramarina³³. A moeda, enquanto resultado de um complexo intrincado de relações hierárquicas, não é uma invenção recente. A circulação de bens e valores no interior das comunidades parece ter sido um fenómeno universal que, de certo modo, relegou à moeda uma dupla função como meio de pagamento e *barómetro* económico.

A história da moeda é indissociável da História³⁴, defendia Fr. Joaquim de Santo Agostinho. Deste modo, competia à Academia Real das Ciências não descurar o estudo numismático e procurar a sua inventariação nos cartórios nacionais, condição essencial para o sucesso de tais estudos. Aliás, o próprio Fr. Joaquim de Santo Agostinho será uma individualidade destacada nestes meandros, como veremos adiante³⁵.

³² MARQUES, Mário – *Introdução à Numismática*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1982.

³³ Fr. Joaquim de Santo Agostinho introduziu um vasto rol bibliográfico com fontes e estudos especializados acerca da Numismática em Portugal e na Europa. Cf. «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», vol. I, 1792, pp. 349-353. Segue-se uma tabela comparativa e extremamente elaborada com as moedas que circularam em Portugal e nos territórios ultramarinos, ladeada por uma tabela cronológica dos reinados portugueses.

³⁴ RIVOIRE, Jean – *História da Moeda*, tradução de Isabel Fernandes, Teorema, Lisboa, 1991.

³⁵ Fr. Joaquim de Santo Agostinho fez parte da comissão encarregue de publicar as antigas Cortes. BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. I, pp. 575-576.

Os trâmites da moeda foram condições expressamente vincadas em cláusulas nas infindáveis declarações de guerra ou no estabelecimento da paz, o móbil de compensação por danos físicos ou morais – lembremo-nos dos resgates dos prisioneiros de guerra ou do preço estipulado por morte de outrem, a terceiros –, enfim, foi e será um instrumento regulador da vida e morte desde tempos antiquíssimos. Nos prenúncios da portugalidade, a circulação de moeda apresentou numerosos problemas de escassez e de improdutividade face às desvalorizações sucessivas, situações sempre “contemporâneas”. Símbolo da coesão e força régia, a moedagem medieval preparou o campo para a substância económico-política das moedas modernas:

A Arte Numismatica contava já muitos seculos de existencia, quando Portugal foi dado em premio, e em dote ao Grande Henrique. No seu tempo, e no de seus Successores corriaõ varias especies de Moedas; e as Romanas tinhaõ mais uso, que quaesquer outras, no principio da Monarquia. Os nossos Principes cunháraõ Moeda particular, e propria para o seu Reino, a que a materia, o Symbolo, o motivo da sua fabrica, e ainda o seu valor, davaõ muitas vezes o nome, que as fazia distinguir. Eu differença duas especies de Numismas, Moedas, e Medalhas: as primeiras saõ os Numismas cunhados para concorrerem em razãõ do commercio: pelas segundas intendo os Numismas batidos para serem o premio da habilidade, e do valor³⁶.

O intento de Fr. Joaquim de Santo Agostinho em expor as grandes etapas numárias desde o período medieval³⁷ português justificou-se

³⁶ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, p. 344.

³⁷ TAVARES, M.^a José Ferro Pimenta – «A moeda medieval como fonte para a História das Mentalidades», separata de *Estudos da História de Portugal*, n.º 5,

com a vontade de apresentar as diferentes visões da história numismática com maior clareza. Mesmo antes da economia de mercado ter forçado o incremento maciço da *moeda*, sempre existiu o fascínio pelos metais preciosos, tais como o ouro e a prata, enaltecendo/pervertendo as relações comerciais nas sociedades³⁸. Segundo o Autor, o direito de cunhar moeda era considerado geralmente como um atributo do Estado³⁹ [identificável ou não com um indivíduo, uma dinastia ou um sistema político] e como um sinal de soberania e independência⁴⁰.

Editorial Estampa, Lisboa, 1982; IDEM – «Moeda», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. I, pp. 484-485.

³⁸ “O dinheiro é infecundo. [...] Os teólogos e canonistas da Idade Média, como bem explicou Jean Ibânes, não recusaram toda a produtividade do dinheiro, ao capital; mas no caso do empréstimo a juros, do *mutuum*, fazer o dinheiro emprestado parir dinheiro é contra a natureza. Tomás de Aquino afirma: ‘A moeda [...] foi inventada principalmente para as trocas; assim, a sua utilização própria e primeira é ser consumida, despendida nas trocas. Por conseguinte, é intrinsecamente injusto receber um preço pela utilização do dinheiro emprestado; é nisso que consiste a usura.’” LE GOFF, Jacques – *A Bolsa e a Vida. Economia e Religião na Idade Média*, tradução de Pedro Jordão, «Estudos Gerais», n.º 6, Editorial Teorema, Lisboa, 1987, p. 34.

³⁹ “Acreditando-se vulgarmente na Idade Média, tanto na Península como no resto da Europa, que o direito de dar à moeda um valor arbitrário estava ligado ao de cunhá-la e pertencia, por isso, ao soberano, foi desse direito que os nossos monarcas, seguindo o exemplo que lhes vinha de além-fonteiras, começaram a lançar mão, quando se encontravam em apertos financeiros.” GONÇALVES, Iria – «Monetário», in *História de Portugal*, vol. III, p. 97.

⁴⁰ “Hé assim que eu tenho recorrido como Philosopho, e como Historiador, sobre os factos Numismaticos, que a Historia dos antigos Imperios nos offerece. Eu podera confirmar este meo discurso com as melhores provas, á permittir-mo a occasião. Mas o que tenho dito hé bastante para fazer conhecer os meos sentimentos sobre a origem, e progressos desta Arte, que com a Lapidar, e Diplomatica, fazem o corpo da grande Arte Critica: esta Arte, que, espalhando as suas luzes sobre toda a Litteratura, faz retroceder as medonhas trevas da ignorancia, desmascara o erro, esclarece o espirito do homem na carreira dos seus conhecimentos, depura as suas idéas, eo constitue hum verdadeiro cidadão da República das Lettras.” Em 1903 foi publicado um primeiro manuscrito de Fr. Joaquim de Santo Agostinho acerca da numismática portuguesa, a base estrutural da presente *Memoria*. Houvera sido repetidamente cortada pela Real Mesa Censória pelo seu alegado teor revolucionário até que, finalmente, seria concedida ordem à Academia Real das Ciências para a sua publicação. AZEVEDO, Pedro A. de – «A <Memoria> de Fr. Joaquim de Santo Agostinho sobre as moedas», in *O Archeologo Portuguez*, vol. VIII, n.ºs 7-9, Imprensa Nacional, Lisboa, Julho-Setembro 1903, pp. 159-162.

A moeda conserva-se, incontestavelmente, no eixo e no alicerce de qualquer estrutura socioeconómica, identificável com as diferentes épocas a que cada unidade monetária. Será legítimo, portanto, afirmar que a moeda foi, simultaneamente, a face de uma época e um *barómetro* das medidas económicas executadas pelas classes dominantes. A História de Portugal revela-nos uma das colecções numárias mais profícuas da Europa⁴¹, máxima que Fr. Joaquim de Santo Agostinho atribuiu às forças dominantes da monarquia portuguesa e da Expansão ultramarina:

Como não só no Reino em as Casas da Moeda de Valença, Porto, Coimbra, Lisboa, e Evora, mas ainda nas Conquistas, Bahia⁴², Pernambuco, S. Sebastião, Rio de Janeiro, Villa Rica, nas Minas &c. se haja cunhado moeda particular; e como n'huma, e outra parte tenhaõ corrido Moedas estrangeiras, de que fallaõ os Historiadores, e ainda ás vezes os Monumentos publicos: eu trato primeiramente das Moedas do Reino; depois das estranhas, que nelle tem corrido; em terceiro lugar das Moedas do Estado, e alheias, que giraõ nas Conquistas, e lugares, em que se mantem principalmente o Commercio nacional na Asia, Africa, e America; guardando em todas o mesmo methodo: trato mais do valor do marco d'ouro, e prata; e offereço hum Mappa Chronologico dos nossos Principes para uso destas Memorias, que não passaõ do Reinado do Senhor D. João V. Eu consultei para ellas tudo quanto se tem escripto a este respeito, de que eu tenha noticia, [...] ⁴³.

⁴¹ GARCIA, Luís Pinto – *Numismática de alguns soberanos portugueses que cunharam moeda no estrangeiro* [s. n.], Castelo Branco, 1938; GAMBETTA, Agostinho Ferreira – «A capital do Reino e origem da sua Casa da Moeda. História da moeda antiga portuguesa», separata do *Boletim da Junta Distrital de Lisboa*, 3.ª série, n.º 69-70, Lisboa, 1969.

⁴² COSTA, Marcos Noronha de – *A Casa da Moeda da Bahia* [s. n.], Lisboa, 2000.

⁴³ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, p. 345.

Não nos interessa problematizar sobre o valor das moedas em termos de quantidade/qualidade dos materiais compósitos, embora Fr. Joaquim de Santo Agostinho tenha calculado os valores aproximados dos espécimes monetários para os finais do século XVIII. No entanto, destacamos a excelente reflexão acerca dos valores fiduciários dos metais preciosos, como o caso do marco de ouro⁴⁴, valor de referência “permanente” até então. Trata-se de um simples, mas cabal exercício de comparação, com o presumível valor e preços praticados pelos diferentes reinados desde o século XIII, de acordo com a documentação da época ou estudos especializados a que o Autor referenciou⁴⁵.

Cunhada e concebida em numerosas concepções, a moeda é um “espelho” da História, ainda que o seu valor monetário, ou de face, possa ter perdido a sua validade. Ao invés, o seu valor enquanto fonte histórica, tenderá sempre a progredir⁴⁶. De acordo com a Fr. Joaquim de Santo Agostinho, o qual intentou compreender a evolução da moeda no quotidiano nacional, defende uma nova visão historiográfica acerca das moedas portuguesas até ao findar do século XVIII:

Eu não dezejo prevenir o juizo dos Leitores illuminados sobre o merecimento deste ramo de Litteratura, e muito menos

⁴⁴ SALGADO, Javier Sáez – *História da Moeda em Portugal*, Abril/Controljornal, Linda-a-Velha, 2001.

⁴⁵ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, pp. 349-353.

⁴⁶ “A moeda antiga, em grande parte sem documento a defini-la, patenteia o metal com o seu valor intrínseco igual ao aquisitivo no espaço e no tempo em que foi batida, uma legenda a ligá-la à sua origem, uma figuração mais ou menos simbólica a espelhar a vida da sociedade que a criou e, em vários casos, a efígie de um soberano, de uma divindade ou de um herói a dar notícias de governo, religião e história de um povo. [...] A amoedação é prerrogativa do Estado, que dela colhe os direitos de senhoriagem.” V. VAZ, J. Ferraro – *Livro das Moedas de Portugal*, vol. I [s. n.], Braga, 1969, p. 8. Veja-se um excelente estudo em «Moeda», in *Elucidário...*, vol. II, pp. 410-416.

sobre o feliz successo do meu trabalho. He necessario ter muito fracos conhecimentos das Sciencias, para se ignorar o influxo, que em todas ellas tem a Arte Numismatica: que só por ella se poderão liquidar difficuldades insuperaveis da Historia Civil, e Ecclesiastica, tanto antiga, como moderna: que a existencia de muitos homens celebres, e dignos de eterna memoria, e ainda de alguns Monarchas, Povos, e Nações inteiras, só por este meio nos póde constar ao presente: que a antiga Architectura Civil, Nautica, e Militar, nos seria hoje desconhecida em huma grande parte, se ella nos não fôra conservada nos symbolos das Medalhas: que por ellas vimos no conhecimento da fertilidade de certos paizes, da situação de muitas Cidades, das suas allianças, e do Commercio mais importante das Nações, e o que he mais, a maior parte da Theologia pagaã, dos ritos Cívís, e Ecclesiasticos, se vem notavelmente a aclarar pelo meio dos Numismas⁴⁷.

Qual o interesse dos estudos sobre a *praxis* numismática? Onde se revela o préstimo para os estudos históricos, entendíveis aqui na sua globalidade? Numa perspectiva historiográfica, as moedas constituem um dos muitos vínculos entre os diversos patamares da História. Segundo Fr. Joaquim de Santo Agostinho, as moedas fornecem informações e hipóteses que permitem discorrer sobre a evolução económico-social, dado que, em muitos casos, são os únicos testemunhos que proporcionam a chave da sucessão cronológica dos indivíduos e dos acontecimentos⁴⁸. Todas as épocas se fizeram

⁴⁷ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memórias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, p. 347.

⁴⁸ *Catálogo da Colecção Numismática*, vols. I-II, Museu Eng.º António de Almeida, Porto, 1994; *Catálogo de Moedas da Monarquia Portuguesa (1185 a 1640)*, coordenação de Filipe Teixeira, Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto, Porto, 2002; MARQUES, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, Instituto de Sintra, Sintra, 1996.

representar nas moedas, por vezes de modo mais elucidativo do que nos pergaminhos ou nos monumentos. Trata-se, portanto, de uma defesa da Numismática enquanto *ars* fundamental do Saber:

Sobre tudo, quando se trata das Moedas, haverá homem ou de tão má consciencia, ou de tanto desinteresse, que julgue de pouca monta saber o valor das Moedas em todas as suas differenças? Póde-se duvidar, que á falta deste conhecimento se devem attribuir infinitas trapaças no foro, computando-se erradamente o valor das antigas Moedas, porque se estipuláráo todos os contratos daquellas idades, e se reputáráo as Tenças, Mercês, Doações, e Legados? Por isto he, que eu não posso duvidar, que o meu trabalho, porque em breve Mappa decifrei com a maior exacção o que pertence ás Moedas do nosso Reino, he em si mesmo interessante ao Público, e o virá a ser em todas as suas relações, se eu tiver a felicidade de corresponder a execução deste assumpto ao dezejo, que me inflamma de promover, como posso, os interesses verdadeiros da Nação⁴⁹.

Estamos perante um estudo de rigor ainda proveitoso para a numismática portuguesa. Note-se que o Autor⁵⁰ mostrava não ser fácil condensar tantos séculos de produção monetária em breves

⁴⁹ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, p. 348.

⁵⁰ Segundo P. W. de Brito Aranha, Fr. Joaquim de Santo Agostinho, da qual não se conhece o paradeiro: *Diccionario critico da antiga linguagem portugueza e seus principaes accidentes. Acrescem todos os nomes das antigas moedas do reino, e conquistas, com seus respectivos valores e mudanças; os nomes antigos de homens, mulheres, dignidades, officios, cidades, povoações, rios, notas numeraes, abreviaturas e outras muitas cousas importantes, para intelligencia da nossa linguagem nas primeiras idades, com notas criticas e breves dissertações: extrahido tudo de mss. fidelissimos, AA. classicos e melbores criticos, com indices exactos dos mss., archivos AA., criticos, e precedido de um - Novo methodo da grammatica portugueza e de um discurso historico-philologico-critico sobre a mesma lingua...*, vols. I-IV, manuscritos?

páginas, preocupações actuais nos meios especializados⁵¹. Ainda assim, registe-se que esta *Memoria* ainda é usada para os exercícios numismáticos. Esta síntese da história da moeda portuguesa foi um claro exemplo da numismática tardo-setecentista, progressivamente considerada enquanto disciplina e ferramenta da História⁵².

*

O terceiro e último apontamento académico de Fr. Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão⁵³ para as *Memorias de Litteratura Portugueza* foi lido em sessão pública na Academia Real das Ciências a 30 de Julho de 1794. Tratava-se, efectivamente, de uma súmula dos resultados alcançados por si nas inspecções aos arquivos e cartórios, nomeadamente o Mosteiro de Alcobaça, discorrendo sobre os códices manuscritos do seu espólio⁵⁴.

Tecendo considerações sobre a riqueza do arquivo histórico alcobacense, fruto das incontáveis doações e sustentadas pelas rendas régias desde os primeiros tempos da nacionalidade. Elogiando a excelente organização da documentação monacal, o primor de gerações de monges e eruditos possibilitou a consulta útil de uma imensidade de documentos com a mais distinta origem: papéis da

⁵¹ VASCONCELLOS, José Leite de – *Da Numismática em Portugal*, Arquivo da Universidade, Lisboa, 1923; GAMBETTA, Agostinho Ferreira – «Numismática: Filosofia da História», separata de *Numismática*, n.º 18 [s. n.], Lisboa, 1983; FERREIRA, Jaime Martins – *Os Pais da Numismática* [s. n.], Gaia, 2006.

⁵² VILAR, Pierre – *Ouro e Moeda na História*, tradução de Alberto Paes Salvação, «Fórum da História», n.º 5, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1990.

⁵³ Não esquecer o seu papel como periodista, nomeadamente em *Reflexões sobre o Correio Brasiliense* [1809]. Como reconhecimento, foi nomeado comendador honorário da Ordem de S. Bento de Avis por D. João VI. Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 225, 23 de Setembro de 1823, p. 1521.

⁵⁴ MACHADO, José Pedro – *Factos, Pessoas e Livros. Comentários através dos tempos. Edição comemorativa do 30.º aniversário da Livraria Portugal*, vol. II, Livraria Portugal, Lisboa, 1971, pp. 665-666.

Fazenda, diplomas régios, correspondência pontifícia, documentação municipal de Alcobaça, entre miscelânea documental vasta.

O Autor encetou um extenso trabalho de selecção, tratamento e transcrição documental dos manuscritos na biblioteca de Alcobaça⁵⁵. Segundo o seu parecer, era o cartório mais abundante de Portugal, embora a necessitar de uma reorganização dos catálogos documentais, entre os quais o *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ*⁵⁶. Editado provavelmente por Fr. Francisco de Sá⁵⁷ [?-?] em 1775, revelar-se-ia um guia bibliográfico desadequado para estas indagações históricas. Apontando os incontáveis erros desse guia, expôs criticamente a sua metodologia, que pouco auxílio bibliófilo patenteava. Assim sendo, encontrar-se-ão nesta *Memoria* rectificações e acréscimos ao *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ*, principalmente quanto à organização desses códices e manuscritos.

Recordando as polémicas que marcaram a história do cartório de Alcobaça⁵⁸, assinalou veemente os extravios e perdas de livros, códices e documentação ao longo dos séculos. O próprio D. Filipe II de Espanha ordenou a transferência de copiosa documentação e obras históricas para o Mosteiro do Escorial em Madrid, defendendo Fr. Joaquim de Santo Agostinho que esse *corpus* não teria, à partida, nenhum interesse político ou historiográfico nocivo para

⁵⁵ NASCIMENTO, Aires A. – «Alcobaça», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp. 32-34; MATTOSO, José – «Historiografia Alcobacense», in *ob. cit.*, pp. 35-36; «Códice», in *ob. cit.*, pp. 160-163.

⁵⁶ *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ, in quo non tantum codices recensentur, sed etiam quot tractatus, epistolæ, &c. et singuli codices contineant, exponitur, aliaque animadvertuntur notatu digna*, Typographia Regia, Lisboa, 1775. *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. I, p. 139.

⁵⁷ *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ*, in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, pp. 218-219.

⁵⁸ *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional: I – códices portugueses*, por António Joaquim ANSELMO, BNL, Lisboa, 1928, pp. 10-12; *Os Códices Alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa e o seu significado cultural: exposição evocativa dos Códices Alcobacenses no VIII centenário da fundação do Mosteiro de Alcobaça*, por Aires Augusto NASCIMENTO, BNL, Lisboa, 1979.

Espanha⁵⁹. Mas esta imposição filipina não seria a única grande causa dos descaminhos documentais, como se depreende de outras falsas verdades e boatos que o Autor contestou.

Esta *Memoria* contém igualmente uma crítica expressa aos juízos historiográficos de Fr. Bernardo de Brito [1569-1617], o que causou alvoroço entre o Autor e os monges cistercienses de Alcobaça⁶⁰. Como cronista-geral da sua Ordem publicou a *Chronica de Cister* [1602], a primeira Parte da *Monarquia Lusitana* [1597] e os *Elogios Historicos dos Senhores Reis de Portugal* [1603]. Por morte de Francisco de Andrada [1540-1614], ascendeu a cronista-mor do reino [1614]. Entretanto, a publicação da segunda parte da *Monarquia Lusitana* [1609] veio reforçar o reconhecimento daquela nomeação régia.

Projectou escrever uma *Historia de Portugal* desde as suas origens remotas, disposta em oito partes, mas foi-lhe apenas possível concretizar duas delas. Fr. Bernardo de Brito é considerado o fundador da historiografia alcobacence e que constitui um dos bastiões da literatura autonomista contra os Filipes, tal como Fr. Joaquim de Santo Agostinho lembrou.

Embora não seja apreciado como um poeta e seguisse métodos pouco ortodoxos como historiador, além de ser acusado de falsificação de documentos, leituras etimológicas erróneas e de inventar histórias lendárias por historiadores posteriores, é-lhe legitimada uma erudição simplesmente extraordinária. A sua obra prosseguiu após a sua morte, por Fr. António Brandão [1584-1637], que redigiu e publicou a terceira e quarta partes da *Monarquia Lusitana*, continuada depois por outros monges cistercienses.

⁵⁹ GORDO, Joaquim José Ferreira – «Apontamentos para a Historia Civil, e Litteraria de Portugal e seus Dominios, collegidos dos Manuscritos assim nacionaes, como estrangeiros, que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escorial, e nas de alguns Senhores, e Letrados da Côrte de Madrid», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. III, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792.

⁶⁰ *Os Historiôgrafos de Alcobaça*, com introdução, organização e notas de Alfredo Pimenta, «Clássicos Portugueses», Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943.

Censurando acerrimamente a postura historiográfica e metodológica do mentor da *Monarquia Lusitana*, o Autor refere alguns documentos adulterados por aquele ou inexistentes à época, denunciando o pretensão misticismo e a efabulação da História de Portugal. Crítico da sua falta de transparência e lapso de imparcialidade, bem como da omissão e destruição de documentos, ainda assim Fr. Joaquim de Santo Agostinho tentou reabilitar as acções daquele cronista. No entanto, o grande objectivo desta *Memoria* era rectificar o supracitado *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ*, sem olvidar as indicações de Fr. Bernardo de Brito nos mesmos códices:

O Arquivo do Real Mosteiro de Alcobaça⁶¹, que venho de examinar⁶², assim como he hum dos mais antigos, assim he tambem hum dos mais ricos, e interessantes do Reino⁶³. Coévo aos primeiros tempos da Monarquia: liberalmente dotado⁶⁴, segundo as piedosas intenções d'aquelles dias: protegido em todas as épocas pelos Reys, e Senhores de Portugal⁶⁵: elle conserva ainda hoje um incalculavel numero de Documentos em muito boa ordem, e

⁶¹ SÃO BOAVENTURA, Fr. Fortunato de – *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça...*, Imprensa Régia, Lisboa, 1827; GUSMÃO, Artur Nobre de – *A Real Abadia de Alcobaça: estudo histórico-arqueológico*, 2.ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, p. 126.

⁶² Sobre esta missão, v. CARVALHO, Francisco Freire de – *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo...*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1845, p. 425-433.

⁶³ *Indice alphabetico, e universal da Livraria do Real Mosteiro d'Alcobaça: em q[ue] se dá huma breve, mas suficiente noticia de todos os livros, e seos Autores, e se mostram os seos respectivos lugares pelos numeros das cazas das estantes, q[ue] vão expressados no fim de cada hum dos titulos, à exceção de poucos, q[ue] se assinarão na margem*, vols. I-II, manuscritos, 1800-1801.

⁶⁴ SILVA, Saul Gomes da – «Entre Memória e História: os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça (1152-1215)», separata da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 2, FCSH-UNL, Lisboa, 2002, pp. 187-256.

⁶⁵ FIGUEIREDO, Fr. Manuel de – *Historia Corographica da comarca de Alcobaça...*, manuscrito, 1781-1784.

arrecadação⁶⁶. Mas este grande numero, porque só diz respeito na maior parte a negocios de fazenda, e economia, he bem insignificante, se exceptuarmos os Diplomas Regios, e Pontificios, e o Direito Municipal das Villas, e Povoações, de que os Religiosos de Alcobaça são Donatarios⁶⁷. Foi sobre estes objectos, que eu trabalhei, quanto pude, recolhendo o que julguei digno de ser conservado em qualquer d'aquelles ramos, como mais importante para a nossa Historia, e Legislação⁶⁸. Seria agora inutil dar conta do meu trabalho nesta parte, e até impossivel: as Cópias dos Documentos, e os Extractos dos que se me representáram de menor importancia, e que já appresentei o daraõ melhor a conhecer⁶⁹. [...]

Quem fosse o Escriitor famoso, que ideou aquelles Documentos, nós o ignoramos⁷⁰; mas pode dizer-se, sem nota de temeridade, que de alguns parece ter sido Author aquelle mesmo, de quem ainda hoje se queixaõ muitos do Codices existentes pelas memorias apocryfas, com que fôraõ adulterados⁷¹; e que algumas d'estas

⁶⁶ *Documentos relativos aos Conventos da Ordem de Cister em Portugal, sobretudo ao mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, compilação de Fr. Manuel de Figueiredo [?] [manuscritos], <1775.

⁶⁷ *Memorias para formar a Historia da Comarca de Alcobaça...*, compilação de Fr. Manuel de Figueiredo [?] [manuscritos], c. 1780.

⁶⁸ Para uma análise das visitas aos cartórios nacionais entre 1788 e 1794: RIBEIRO, Fernanda – «O Ensino de Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, FLUP, Porto, 2006, pp. 49-50.

⁶⁹ «Na Classe de Litteratura e Historia, não foi este anno pobre de produções. [...] O Sñr. *Joaquim de Santo Agostinho* presenteou-nos com o *Indice dos documentos impressos, relativos á nossa Historia*, em 14 massos, Obra de longo trabalho, e muita utilidade.» SILVA, José Bonifácio de Andrada e – «Discurso contendo a Historia da Academia Real das Sciencias, desde 25 de Junho de 1814 até 24 de Junho de 1815», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, t. IV, parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1816, p. XXI.

⁷⁰ BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*, vol. I, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1892, pp. 55-56.

⁷¹ Sobre falsificações, ver *Chancelarias medievais portuguesas. Documentos da chancelaria de Afonso Henriques*, por Abiah Elisabeth REUTER, vol. I, Instituto

memorias se poderiaõ attribuir sem escrupulo ao Chronista Brito, homem benemerito a tantos outros respeitos, e melhor cortejo, se huma critica mais exacta conduzisse a sua penna⁷².

A falta desta critica apurada, e de que a sua alma era capaz⁷³, se os exemplos, e o character dominante do seu seculo, se a sua curta idade, se razoes ainda mais particulares tanto permittissem⁷⁴, lhe grangeou asperas censuras de contemporaneos, e de vindouros⁷⁵; porque ella o fez cahir em descuidos, e erros, com visos taõ sensiveis de voluntarios, que, parecendo por isso pouco dignos de desculpa, naõ poderiaõ em tempo algum dar muito lustre á sua reputação⁷⁶. As memorias, que vou produzir em

Alemão da Universidade, Coimbra, 193, p. 232; *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Documentos dos Condes Portugaleses e de D. Afonso Henriques (A. D. 1095-1185)*, aditamentos, fontes e índices por Rui Pinto de Azevedo, vol. I, t. II, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1962, § LVIII, doc. 350, pp. 773-776.

⁷² Sobre as qualidades de Fr. Bernardo de Brito e a apreciação de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, v. CARVALHO, Francisco Freire de – *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo...*, p. 437.

⁷³ RIBEIRO, João Pedro – *Breves reflexões á Historia Chronologica e Critica da R. Abbadia de Alcobaca pelo Sr. Fr. Fortunato de S. Boaventura*, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1829; TERREIRO, Álvaro – *Frei Bernardo de Brito, historiador profético da resistência (1569-1614)*, CMA, Almeida, 1992.

⁷⁴ BRANDÃO, Mário – «A Escola Pública de Alcobaca. Um embuste da historiografia alcobacense», in *Estudos Vários*, vol. II, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1974, pp. 268-288.

⁷⁵ «O carácter remoto das épocas tratadas permite a Bernardo de Brito expandir-se em narrativas que, oscilando entre uma erudição notável e um espírito apologético exacerbado, albergam um maravilhoso que se diria participar no espírito das novelas de cavalaria tão difundidas na época ou, pelo menos, almejar um mesmo público. Ao longo dos anos, e já desde o século XVII, a crítica nacional apaixonou-se procurando determinar se Bernardo de Brito acreditaria nos documentos que apontava e se não teria até falsificado alguns, a fim de inscrever como facto histórico as especulações a que eram dados os humanistas e historiadores da época, em Portugal como na Espanha e no resto da Europa. Modernamente, apontou-se-lhe a intenção de associar a Ordem de Cister aos destinos de Portugal; negou-se a existência de uma «historiografia cisterciense» em que se enquadrariam os objectivos e métodos da sua obra.» FRAGA, M.^a do Céu – «Brito (Frei Bernardo de)», in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. I, cols. 788-790.

⁷⁶ «Á vista do character historico de Brito, e da indole do seu seculo, nem admiraremos a publicação das duas Cartas de S. Bernardo para o Senhor Rei D. Affonso Henriques, e para o Abbadie Cerita, que depois de longo tempo se tem

correção⁷⁷, e suplemento ao Index dos Codices de Alcobaça, evidenciarão ao mesmo tempo quanto venho dizer⁷⁸.

Ao longo desta *Memoria*, Fr. Joaquim de Santo Agostinho introduziu várias emendas e aditamentos ao *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiæ*, nomeadamente quanto à interpretação dos códices originais, enumerados e compilados naquele repertório. Também neste ponto as referências de Fr. Bernardo de Brito, mas igualmente de historiadores cistercienses nacionais e estrangeiros, motivando reacções calorosas do clero alcobacense.

De entre a selecção das observações efectuadas pelo Autor, escolhemos alguns códices alcobacenses, como o “codex CCVII”, constituído pela *Historiarum Libri VII adversus Paganos*, de Paulo Orósio [c. 390-431 d. C.], discípulo de Santo Agostinho de Hippona [354-430 d. C.].

Quanto aos documentos forjados hipoteticamente por Fr. Bernardo de Brito, incluía-se a “promessa” de D. Afonso Henriques antes da

reputado, ou de absoluta falsidade, ou pelo menos de fé mui duvidosa; pois antes que o Arquivo de Alcobaça fosse examinado de ordem d'Academia Real das Sciencias, os criticos já consideravão estes Documentos mais como producções de zelo pela gloria da Patria, do que filhas da verdade. O disvelo d'Academia nesta indagação, apoiado pelo cuidado e intelligencia de quem foi encarregado deste trabalho, fizerão patente ao Mundo Litterario o credito, que merece o Historiador Fr. Bernardo de Brito, quando produz Documento, que não tenham outro fiador do que a sua propria auctoridade; servindo a este proposito de huma grande luz a controversia, que em abono dos Codices de Alcobaça ultimamente se suscitou da parte do mesmo Mosteiro contra a Memoria, que esta Real Academia publicou relativamente aos mencionados Codices.” FREIRE, António da Visitação – «Vida de Fr. Bernardo de Brito», in *Collecção dos Principaes Auctores da Historia Portugueza...*, vol. I, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. XXXV-XXXVI.

⁷⁷ FIGUEIREDO, Fr. Manuel de – *Dissertação Historica, e Critica, que para apurar o Catalogo dos Chronistas Mores do Reino e Ultramar...*, Officina da Patriarcal de Francisco Luís Ameno, Lisboa, 1789, pp. 23-24, 36, 50, 66-69, 82-84; baseando-se ainda em Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo.

⁷⁸ SANTO AGOSTINHO [de Brito GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 297-301.

conquista de Santarém, justificativa da fundação do Mosteiro de Alcobaça. Na serra dos Albardos, ou Alvados, o primeiro monarca terá feito a promessa solene de construir um mosteiro, caso Deus lhe concedesse a vitória, pelo que Alcobaça será erigido em cumprimento desse voto. Dedicado a Santa Maria, foi um dos primeiros edifícios plenamente góticos em Portugal [sofrerá profundas transformações no período barroco], numa tentativa de duplicação da abadia de Claraal [na Fase III]. Segundo a sua carta de couto, a fundação data de 1153, embora as prospecções dos terrenos efectuados pelos monges, talvez oriundos de S. João de Tarouca, serem anteriores.

Instalados no chamado “mosteiro velho”, só em 1178 reúnem as condições necessárias à edificação da nova abadia, possibilitando uma comunidade religiosa mais numerosa. Os monges haviam preparado o terreno para facilitar a fixação populacional e agrícola através de arroteamentos e outras obras de drenagem. Obra estrategicamente implantada no centro do território nacional, com um estaleiro cujas dimensões se afigurariam atípicas à época, teve que recorrer à importação de mão-de-obra, tendo a sua construção obedecido directamente às instruções de São Bernardo, abade de Claraal [1090-1153], como é tradicionalmente aceite.

Além dos relatos da conquista de Santarém em 1147 [*De Expugatione Scalabis*], também lhe estava anexo um relato da tomada de Alcácer do Sal [*Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmen*], de Soeiro Gosuino, autor obscuro do século XIV, presumivelmente francês ou talvez português. Após incursões infrutíferas, esta fortificação da orla marítima alentejana seria conquistada em 1158, numa vitória conseguida por D. Afonso Henriques, auxiliado pela Ordem de Santiago. Em 1186, D. Sancho I doou a vila e o castelo a esta ordem religioso-militar, ficando a sua guarda a cargo dos cavaleiros espatários. No entanto, sofre-

ram um sério desastre em 1191 face às hostes muçulmana, pelo que Alcácer do Sal só seria recuperada definitivamente em 1217, sob o comando de D. Afonso II.

Todos estes documentos foram, alegadamente, adulterados por Fr. Bernardo de Brito. Entretanto, a contestação a estas conclusões far-se-ia sentir numa objecção anónima⁷⁹ à análise do “codex CCVII”. Logo após, surgiria a defesa⁸⁰ de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, como se poderá constatar:

⁷⁹ “As judiciosas reflexões, que occupáráo o animo do R.^{mo} P. M. Fr. Joaquim de S. Agostinho, fazem ver, com as diversas datas da fundação de Alcobaça, e da Conquista de Santarem, huma serie de factos contraditorios, que os Monumentos lançados no presente Cod. não podem concordar. E entregando nós (como he justo) estes pontos de huma embaraçada Chronologia aos que deverem por officio examinar as duvidas historicas, e dissolvellas: parece-nos demasiado dura a Proposição, em o que o mesmo R.^{mo}. afirma com toda a segurança: *Que depois de 6 de Fevereiro (de 1147) não apparece hum só dia, em que se possa dizer com probabilidade: Hoje residia S. Bernardo em Claraval. [...]*” ROBALO, Fr. Francisco [?] – «Sobre a indagação do Codex CCVII. (Mem. Acad. fol. 315.)», in *Exame Critico sobre a Memoria Academica, que o R.^{mo} P. M. Fr. Joaquim de Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisboa em 4 de Julbo de 1794 e que corre impressa no tom. V. da Literatura Portugueza a folb. 297*, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1799, pp. 23-24

⁸⁰ “Se o meu Censor duvidar do que acabo de escrever, além de que elle póde verificar estes factos, lembre-se dos enganos dos primeiros e segundos Copistas, e dos erros typographicos da minha *Memoria*, e dos que tem o seu *Exame Critico*, e poderá desculpar-me.” SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Ao § IX. sobre a indagação do Codex CCVII. (Mem. Acad. fol. 315.)», in *Resposta ao Opusculo intitulado Exame Critico sobre a Memoria Academica, que R.^{mo} P. M. Fr. Joaquim de S. Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisboa em 4 de Julho de 1794, e que corre impressa no Tom. V. da Literatura Portugueza a folbas 297. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galbardo (&c.). Impresso em 4.º, e de 51 paginas. Acerca dos Codices Mss. e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça*, Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1800, p. 32.

CODEX CCVII⁸¹.

A Promessa feita por ElRey D. Affonso Henriques de edificar, e dotar o Mosteiro de Alcobaga⁸², publicada por Brito⁸³, e lançada neste Codex fol. 146 v.^a foi escrita nelle muito depois do facto, pois a letra, além de ser diversa da do Codice, não póde remontar acima do seculo XVI⁸⁴. O mesmo se deve entender dos outros Documentos, que se lhe seguem: e são a fol. 147 huma Oração sobre a Conquista de Santarém, mais em estylo de Romance, que de Historia⁸⁵; e principia: *Cantemus Domino Frates Karissimi* &c..⁸⁶

⁸¹ “[...] A fol. 52. vers. usque ad 146. septem Libri Historiarum Orosii Presbyteri adversus Paganos editi tom. 5. Bibl. Patrum: fol. 146. vers. *promissio D. Alfonsi I. Lusitaniæ Regis de Alcobaciæ Monasterio ædificando, dotandoque* diversa Littera edita a Brito. A fol. 147. Oratio cujusdam Anonymi; & quomodo oppidum Santarem dictum captum fuerit. Omnia edita a Brito. A fol. 148. vers. usque ad ult. Elegia Sueri Gosuini Olisiponensis 13. sæcul. circa expugnationem Salaciæ vulgo Alcacer do Sal, init. *Segnities mentis bona corporis otia carpunt; fin. Nota mihi fuerat, nec tibi notus eram.*” Cf. «CODEX CCVII», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, pp. 90-91.

⁸² SEQUEIRA, P. de C. e – «Memoria do Voto de D. Affonso Henriques na Serra de Albardos», in *Archivo Pittoresco*, vol. VII, fts. 39, 42, 1864, pp. 311-312, 335-336. Convém referir as notas de António da Silva Túlio, sendo esta *Memoria* uma peça fundamental para este artigo.

⁸³ BRITO, Fr. Bernardo de – «Como el Rey Dom Afonso determinou ganhar Santarem aos Mouros, & da gente que leuou consigo, & como se encomendou nas orações de nosso Padre São Bernardo, & lhe fez hum solenne voto para alcançar seu fauor pera com Deos», in *Chronica de Cister, onde se contam cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da Christandade*, Parte Primeira, livro III, Officina de Pedro Crasbeek, Lisboa, 1602, cap. XVIII, pp. 160-163.

⁸⁴ “[...] vers. *promissio D. Alfonsi-I. Lusitaniæ Regis de Alcobaciæ Monasterio ædificando, dotandoque* diversa Littera edita a Brito.” Cf. «CODEX CCVII», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, p. 90.

⁸⁵ «Oratio cujusdam Anonymi; & quomodo oppidum Santarem dictum captum fuerit. Omnia edita a Brito.” Cf. «CODEX CCVII», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, p. 90. Sobre a conquista de Santarém, ver *Fontes Medievais da História de Portugal. Anais e Crónicas*, com selecção, prefácio e notas de Alfredo Pimenta, 2.^a edição, vol. I, «Clássicos Portugueses», Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1982, p. 93.

⁸⁶ «*Cantemus domino, fratres karissimi, Cantemus domino in tympano, et choro, et iubilemus in cordis et organo, exultationis: uoce magnificatus est enim gloriose subiciendo gentes mahometh adorantes sub pedibus uestris, elegit nobis hereditatem speciosissimam quam dilexit. [...]*» «De Expugnatione Scalabis», in *Portugaliæ Monvmenta Historica. Scriptores*, vol. I, p. 94.

e a fol. 148 v.^a a Elegia⁸⁷ de *Sueiro Gosuino* sobre a Conquista de Alcacer do Sal⁸⁸.

Porque a Memoria, ou Oração sobre a Conquista de Santarém, de que venho falar enlaça com os factos, e circunstancias do voto, fundação, e doações primordiais de Alcobaça⁸⁹, e della se

⁸⁷ “A fol. 148. vers. usque ad ult. Elegia Sueri Gosuini Olisiponensis 13. sæcul. circa expugnationem Salaciæ vulgo Alcacer do Sal, init. Segnities mentis bona corporis otia carpunt; fin. Nota mihi fuerat, nec tibi notus eram.” Cf. «CODEX CCVII», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatice...*, p. 91. BRANDÃO, Fr. António – «Escritura XX. Que he hum relatorio da tomada de Santarem por el Rey D. Afonso Henriques. Serve para o que se diz no capitulo 22 & 23 do Livro decimo», in *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, pp. 165-169. “O relato da tomada de Santarém abre, significativamente, com algumas expressões retiradas do salmo 150, um hino a louvar os feitos e a grandeza do Senhor, sendo, neste caso, a vitória militar obtida, ou melhor, concedida a Afonso Henriques [...]. Num tom alegre mas imperativo, o monge exorta a que todos louvem a Deus por ter subjugado os muçulmanos aos pés dos cristãos, a prova de que considera estes seus paladinos um novo povo eleito [...], renovando-se, de certo modo, o antigo pacto da aliança de Javé e os Israelitas. Esta análise é reforçada quando se afirma que Deus, por intermédio do monarca português, superou em muito as obras que já havia realizado através dos reis bíblicos.” PEREIRA, Armando de Sousa – «Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra», in *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. A Historiografia Religiosa Medieval hoje: temas e problemas*, 2.^a série, t. XIII-XIV, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2001-2002, p. 330.

⁸⁸ «Gosuini de Expugnatione Salaciæ Carmen», in *Portugaliæ Monumenta Historica. Scriptores*, vol. I, pp. 101-10; BRANDÃO, Fr. António – «Escritura IX. Que he hũa copia da tomada de Alcaçar do Sal...», in *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, f.^{os} 264v.^o-267 v.^o; «Sueiro Gosvino», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, p. 726.

⁸⁹ “Quem lêr com atenção a extensa clausula desta Carta, que decorre desde as palavras = *Si vero contigerit* = e conclue = *non elucescat super terram* = não pôde deixar de reconhecer, que perdendo se nella de vista a piedosa offerta ao Mosteiro de Claraval a que se dirigia, parece só dedicada a attribuir os privilegios de Realengas ás possessões dos Cistercienses em Portugal, e isenta-las, e os mesmos Monges de quaesquer encargos. Não pôde com effeito deixar de entrever-se claramente nesta Clausula huma penna bem semelhante á que attribuiu a S. Bernardo, na Carta ao mesmo Senhor Rei, as clausulas equivalentes = *in cujus duratione et integritate indelebile habebitis elogium Regni vestri... et in divisione reddituum didetur a vobis Corona vestra* = pelas quaes se pertendeo profetizara S. Bernardo, que a permanencia e prosperidade deste Reino ficava dependente da integridade e conservação das rendas dos Cistercienses: bem semelhante também á que forjou a Novella do Voto feito pelo Senhor D. Affonso Henriques na Serra de Albardos, hindo de caminho para a Conquista de Santarem perpetuada depois pela Inscricção do Archo chamado da Memoria. Cujas coherencias não podem deixar de diminuir muito o credito a hum Documento, que pelos Fundamentos antecedentes, labora por mais de hum principio, em racionavel duvida.” RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, vol. I, art.^o IV, pp. 80-82.

ajudáráo em parte os que figuráráo as maravilhas, e portentos de revelações, profecias, visões, e outras graças, que então se dizem acontecidas a beneficio daquelle Mosteiro⁹⁰; direi agora o que me occorre para mostrar a impostura do seu Author, ou quando menos a improbabilidade do que nos conta em ar taõ decidido⁹¹.

Esta Memoria data a Conquista de Santarém *Idibus Marciit Illuscente die Sabbati in era M.C.LXXXV*⁹². Mas a pezar desta, e semelhantes relações duvidou-se n'outro tempo, e sempre se poderá disputar a verdadeira época da Conquista de Santarém, e fundação de Alcobaça⁹³. Nossos primeiros Historiadores, como os da ultima idade, não concordão neste artigo⁹⁴. Huns dataõ a

⁹⁰ *Victoriosas promessas de Christo a Portugal, na gloriosa apparição ao Veneravel D. Affonso Henriques em o Campo de Ourique, manifestadas no Auto do Juramento do mesmo Rei, descoberto no cartorio de Alcobaça no anno de 1596...*, Officina de João Evangelista Garcez, Lisboa, 1808.

⁹¹ Acerca da conquista de Santarém e as críticas de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, entre outros autores, em BRANDÃO, Fr. António – *Crónica de D. Afonso Henriques*, edição actualizada, com uma introdução de Artur de Magalhães Basto, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Lisboa, 1945, pp. LVII-LIX.

⁹² «Capta est idus martii illucescente die sabbati in era M.^a centesima LXXX.^aV.^a, quo anno mauri, qui arabice mozamida uocantur, ingressi yspaniam destruxerunt yspalim ciuitatem, me tunc agente tricesimum ferme ac septimum etatis annum [...]» «De Expugnatione Scalabis», in *Portugalie Monvmenta Historica. Scriptores*, vol. I, p. 94.

⁹³ «Alcobaxa, ou Alcobacha», in *Elucidário...*, vol. I, pp. 322-326.

⁹⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Ensaio histórico sobre o significado e valor da tomada de Santarém aos Mouros em 1147* [s. n.], Santarém, 1947; BARBOSA, Pedro Gomes – «Estratégias de formação do património fundiário de Santa Maria de Alcobaça no termo de Santarém (séculos XI a inícios do XIV)», in *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio [13-14 Março 1998]*, CMS, Santarém, 2007, pp. 107-116; PEREIRA, Armando de Sousa – «A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa», in *II Congresso Histórico de Guimarães. Actas*, vol. V [s. n.], Guimarães, 1997, pp. 297-323.

Conquista a 15 de Março⁹⁵; outros a 7⁹⁶; 8⁹⁷, e 15 de Maio⁹⁸; e outros a 29 de Setembro⁹⁹. Dizem huns, que ella fôra no anno de

⁹⁵ SARTORIUS, Augustinus – *Cistercium Bis-Tertium seu Historia Elogialis...*, vol. I, Wickhart, Praga, 1700, p. 764; BRANDÃO, Fr. António – «Tratão os Cavaleiros Portugueses que el Rey se não ache na tomada de Santarem, & elle não obstantes suas razões acomete a villa, & a ganha», in *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, cap. XXIII, f.^{os} 163-165.

⁹⁶ «Assi foi tomada a nobre & populosa villa de Santarem no anno de M. CXLVII. vespera do apparecimento de Sam Miguel, que são sete dias de Maio, & não em Setembro, quando he a festa da dedicação de Sam Miguel, com hum Esteuão de Gariuai, chronista Castelhana, diz, querendo dar a entender, que el Rei começou esta jornada em Maio, & a acabou em Setembro, não declarando de qual das festas de Sam Miguel se fallaua, se do apparecimento, que he a oito de Maio, ou da dedicação, que he a XXIX. de Setembro. O que he erro manifesto. Porque el Rei partio de Coimbra huma segunda feira, que forão dous de Maio, em que foi dormir a Alfamar, & aa terça foi dormir a Cornodellas, & quarta aa aldeia das Pegas, & quinta aa serra de Albardos, & sexta feira em amanhecendo foi aa mata de Pernes, & aa noite aos oliuaes de Santarem, & ao sabbado de madrugada, que forão sete dias do mesmo mes, escalou & tomou a villa.» LEÃO, Duarte Nunes do – «A villa de Santarem como foi tomada & entrada», in *Crônicas dos Reis de Portugal. Chronica del Rei Dom Afonso Henriquez*, introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão Editores, Porto, 1975, pp. 68-69. “Desde entonces le tratò San Bernardo por sus cartas, y fuè su socorro con su vida y oraciones; siendo desde luego primicias del fruto dellas el suceso del assalto de aquella villa, pues sin peligro alguno en cinco dias que tardò en llegar desde Coimbra, y en menos de una hora despues de llegado escalò aquella nobre y fuerte ciudad la noche de San Miguel, y dia siete del mès de Mayo.” FARIA E SOUSA, Manuel – *Historia del Reyno de Portugal...*, Terceira Parte, Casa de Juan Baptista Verdussen, Antuérpia, 1730, pp. 177-178.

⁹⁷ SANTOS, Fr. Manuel dos – *Alcobaça Illustrada: noticias e Historia dos Mosteyros & Monges Insignes Cistercienses...*, Officina de Bento Seco Ferreira, Coimbra, 1710.

⁹⁸ “[...] acabou ao romper da madrugada de hum Sabbado, nos Idus de Mayo, que são aos quinze, cõforme a memoria de Alcobaça, inda que a tradição, que dura desde entãõ na propria villa, está em contrario, porque se affirma, q foi entrada dos sete pera os oito de Mayo, que foy dia de Sam Miguel, & a causa deste erro cuido eu que seria por inaduertencia do escriuão, ou por saber mal contar por Idus [...]” BRITO, Fr. Bernardo de – «Como el Rey Dom Afonso ganhou Santarem aos Mouros, da pratica que fez a seus soldados, & de algus sinaes, que apparecerão no ceo, pronosticos desta grande vitoria, com a descripção do sitio da propria villa», in *Chronica de Cister...*, Primeira Parte, livro III, cap. XIX, p. 166.

⁹⁹ “Passò adelante, y al amanecer, antes q fuesse sentido de los infieles, dia del Archangel san Miguel, dio con tanta furia, y tan de repente en los enemigos, que quando se quisieron defender, no pudieron, y assi sin detrimeto alguno, les ganò a Santaren: lo qual atribuyeron el Rey y sus gentes, al fauor del santo Bernardo, que de tal manera estuuiesen sepultados en sueño a tal hora los Moros, que ni las centinelas, ni otra persona alguna de los contrarios lo sintiesse.” MONTALVO, Fr. Bernabé de – «De una milagrosa victoria que el Rey Don Alonso Henriquez de Portugal alcançò por los meritos de S. Bernardo, y de la fundaciõ del monasterio

1135¹⁰⁰; outros em 1144¹⁰¹; e alguns em 1147¹⁰². A fundação de Alcobça, que he hum factio próximo á Conquista de Santarem, aparece datada por diversos AA. em 1142¹⁰³; em 1144¹⁰⁴; em 1148¹⁰⁵; e até em 1152¹⁰⁶.

de Alcobça», in *De la Coronica del Orden de Cister, e Institutvo de San Bernardo*, Primeira Parte, livro III, Officina de Luiz Sanchez, Madrid, 1602, cap. LXVIII, p. 594.

¹⁰⁰ RIBEIRO, João Pedro – «Appendice IX», in *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, vol. III, Parte Primeira, p. 28.

¹⁰¹ «As provas de que Santarem se tomou em 1147, e com probabilidade em março, acham-se solidamente estabelecidas por Brandão [...]. Que importa, pois, que documentos suspeitos, ou escriptores mais recentes variem na data, se esta concorda com a verdade? Estribar-se aquelle critico [Fr. Joaquim de Santo Agostinho], para provar a incerteza do anno, na Chronica cisterciense de Montalvo, que attribue a conquista a 1144, é na verdade extraordinario.» HERCULANO, Alexandre – *Historia de Portugal*, vol. I, 2.^a edição, Viúva Bertrand e Filhos, Lisboa, 1853, p. 503.

¹⁰² Como é historicamente assente pela documentação alcobacense, de acordo com a óptica do Autor.

¹⁰³ Livro das Fundações do Mosteiro de Claraval, impresso em *Sancti Bernardi Abbatis Primi Claræ-Vallensis... genuina sancti doctoris opera quatuor prioribus tomis complectens / post Horstium denuo recognita, aucta & in meliorem digesta ordinem, necnon novis præfationibus, admonitionibus, notis & observationibus indicibusque copiosissimis locupletata & illustrata, secundis curis Domini Johannis MABILLON*, vol. I, Johannis Guignard... [et al.], Paris, 1690.

¹⁰⁴ ALMEIDA, António de – «Erros Historico-Chronologicos de Fr. Bernardo de Brito na Chronica de Cister correctos em 1834», in *Memorias da Academia Real das Sciencias. Classe de Sciencias Moraes e Bellas Letras*, t. XII, Parte Primeira, Typographia da Academia, Lisboa, 1837, pp. 116-118; MONTALVO, Fr. Bernabé de – «De una milagrosa victoria que el Rey Don Alonso Henriquez de Portugal alcançò por los meritos de S. Bernardo, y de la fundaciõ del monasterio de Alcobça», in *De la Coronica del Orden de Cister, e Institutvo de San Bernardo*, Primeira Parte, livro III, cap. LXVIII.

¹⁰⁵ «Anno igitur 1148. ipso festo Purificationis B. Mariæ Virginis, quæsito & inuento, ad fundandum Cœnobium opportuno loco, ipse Rex Alphonsus, primus omnium Ligone appræhensio terram fodit, qua sportam implens humeris asportauit, cuius exemplum imitatus Petrus Regis frater, cæteri nobiles idem fecêre. Felicibus his auspiciis, Regia domus Alcobaciæ inchoata est, cum interim Alphonsus Rex Ecclesiolam & cætera loca regularia, non procul ab eo loco ædificari fecit, vtibidem habitarent Monachi, donec maior Abbatia perficeretur, quæ tandem post quatuor annos ex integro constructa fuit, anno nempe 1152. ex antiquo lapide, muro Claustris regularis ad ingressum Templi infixo apertè constar dum vt ait.» JONGELINCX, Gaspar – «Abbatia Ordinis Cisterciensis in Regno Portvgalliæ», in *Notitiæ Abbatiarvm Ordinis Cistertiensis per uniuersum orbem...*, livro X, Jean Henningium, Colónia, 1640, p. 438 [30].

¹⁰⁶ «Algumas Memorias antigas dão a entender, que o Mosteiro de Alcobça teve principio em o anno do Senhor de 1152. Assi consta de huma pedra, que està à

Sobre os factos ha sem duvida maior variedade nos mesmos Escritores Cistercienses. Fr. *Bernabé de Montalvo*, que certamente se não servio das Memorias de *Brito*, porque falando dos Escritores de Cister diz: *Un monge de Alcobaça de nacion Portuguez ha sacado a ora la historia Lusitana en su língua vulgar y me dicen está escribiendo de cosas de la Orden: Montalvo* sobre a fé dos AA. que cita¹⁰⁷, sem fazer menção das Cartas de S. Bernardo¹⁰⁸, conta, que este Santo em huma noite, quando D. Affonso se dispunha para marchar com o seu exercito sobre Santarem, lhe apparecêra em sonhos, animando-o á batalha, e segurando-o da victoria: que na passagem por Alcobaça fizera ElRey o voto¹⁰⁹ de ahí edificar hum Mosteiro: que, tomada Santarem em dia de S. Miguel, retirando-se o Rey para as vizinhanças de Alcobaça, renovára o voto, e promettêra de mais dotar o Mosteiro

entrada da Igreja vindo da Clastra, & contem estes versos. *Templa duo posuit, facti monumenta potentis, Alfonsus, populi gloria magna sui. Vallibus bis primùm struxit no grande sacellum Anno quem Lector Crux tibi sancta notat. & M. CXC. XI. KAL. Octob.* Cuja significação he a seguinte. Dous templos fundou o poderoso Rey Dom Afonso, gloria soberana do Reyno Portugues, para memoria de seu grande poder. O primeiro dos quais fundou aqui nestes vales com pequena fabrica, na era que mostra a Cruz pintada abaixo, que he na Era de Cesar de 1190. a onze da Calendas de Outubro. E vem a ser a vinte dias do mez de Setembro do anno de 1152. Concorde com esta Memoria, & differe sò em tres dias, outra do livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra, a qual diz assi. *E. M. C. L. X. viii. Kal. Octobris sumpsit initium domus Alcobaciæ.* Quer dizer. Na Era de 1190. (devese advertir como a letra X. val quarenta) a 8. das Calendas de Outubro teve principio a Casa de Alcobaça.” «Da fundação de Alcobaça...», in *Collecção dos Principaes Auctores da Historia Portugueza...*, *Monarquia Lusitana*, vol. II, livro X, cap. XXXII, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. 276-277.

¹⁰⁷ MONTALVO, Fr. Bernabé de – «De los Doctores y Escritores Ecclesiasticos de la orden de Cister», in *De la Coronica del Orden de Cister, e Instituto de San Bernardo*, Primeira Parte, livro II, cap. XXXIII, p. 307.

¹⁰⁸ De entre outras versões, ver *Cartas del Glorioso Padre y Doctor de la Iglesia San Bernardo*, traduzidas do latim para a língua castelhana com notas de Fr. Joseph de Almonazid, Julian de Paredes, Madrid, 1686.

¹⁰⁹ FIGUEIREDO, Fr. Manuel de – *Provas da votiva Acção do primeiro Monarca de Portugal, que na marcha para escalar Santarem prometteo a DEOS a fundação, e dote de hum Mosteiro Cisterciense, se pelas intercessões de S. BERNARDO ficasse senhor da Fortaleza, que hia atacar*, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1788.

com quanta terra ganhasse naquella dia: que S. Bernardo, achando-se em Claraval, tivera revelação d'este voto, e da victoria, o que tudo participára aos seus Monges; os quaes chamára no dia seguinte á Batalha, e fizera logo partir alguns a fundar o Mosteiro de Alcobaça, que fôraõ conhecidos do Rey pelos vêr com o mesmo Habito, em que o Santo lhe apparecêra naquella noite referida¹¹⁰.

Tal he a narração de *Montalvo*: e porque talvez ainda era diminuta, o Chronista *Brito*, e depois d'elle *Manrique*, *Brandaõ*, *Sanctos*, *Sartorio*, e *Jongelino*, a ornáraõ de mais algumas circunstancias notaveis: por exemplo: Que Pedro Affonso¹¹¹, irmão do Rey, lembrado do que ouvira, e presenciára em França á cerca de S. Bernardo, quando por ordem do mesmo Rey o fôra interessar para conseguir do Papa a confirmação do titulo Real, agora lhe recordára o merecimento de S. Bernardo¹¹², e instára pela execução do voto, a que elle dera causa, ou motivo¹¹³: [...]

Esta Historia he tecida de circunstancias inverosímeis, e milagrosas: humas, e outras necessitaõ de melhores provas: de circunstancias manifestamente contradictorias: e estas por si mesmas se destrohem: de outras oppostas a factos, de cuja certeza

¹¹⁰ GALVÃO, Duarte – «Como elRey dom Affomssso Hamrriquez partiu com sua gemte pera hir tomar Santarem, e do voto que fez no caminho a Sam Bernardo, o quall naquella ora lhe foy rreuellado laa em Framça, homde estaua», in *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, apresentação de José Mattoso, INCM, Lisboa, 1995, pp. 101-105.

¹¹¹ FIGUEIREDO, Fr. Manuel de – *Dissertação Historica, e Critica, que para distinguir D. Pedro Affono, filbo do Conde D. Henrique, religioso cisterciense em Alcobaça, de D. Pedro Affonso, filbo do Rei D. Affonso Henriques*, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1789.

¹¹² SOUSA, D. António Caetano de – «Do Conde D. Henrique», in *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. I, livro I, pp. 25-30.

¹¹³ BRANDÃO, Fr. António – «De alguns filhos de el-rei D. Afonso fora do matrimónio, e coisas tocantes a sua vida e estado», in *Crónica de D. Afonso Henriques*, cap. XX, pp. 90-93.

ninguém duvida hoje¹¹⁴; e he sobre estas, que eu devo formar algumas reflexões¹¹⁵.

Entretanto, Fr. Joaquim de Santo Agostinho deparou-se com um códice autógrafo compreendendo vários livros da *Monarquia Lusitana*, de Fr. Bernardo de Brito, com comentários abonatórios em sua defesa por Fr. António Brandão. Junto a essa obra manuscrita, inédita à época, estava o *Auto de Juramento*, de D. Afonso Henriques, em como teria estado na presença de Jesus Cristo na véspera da batalha de Ourique [25 de Julho de 1139]. Era, claramente, um documento falsificado sem nenhuma preocupação pela veracidade, tendo em conta matéria tão sensível.

Associada à batalha surgiu a lenda do milagre de Ourique. Antes da batalha, Jesus Cristo teria aparecido a D. Afonso Henriques, assegurando-lhe a vitória e a protecção futura do reino, pelo que a independência de Portugal assentava na vontade expressa dos Céus. Fr. Bernardo de Brito aprimorou a mesma lenda, conferindo-lhe uma nova relevância, falsificando ou ordenando a falsificação daquele *Juramento*, como Fr. Joaquim de Santo Agostinho acusava sem reservas. É de notar que a lenda foi fortalecida em situações nas quais Portugal necessitou de consolidar a sua independência. A partir do século XIX, esta lenda foi novamente posta em causa, sobretudo por Alexandre Herculano e toda a historiografia posterior.

¹¹⁴ BRITO, Fr. Bernardo de – *Monarquia Lusitana*, Parte Primeira, introdução de A. da Silva Rêgo e notas de A. A. Banha de Andrade... [et al.], INCM, Lisboa, 2004, pp. XXVI-XXVII.

¹¹⁵ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 315-319.

Estas conclusões foram sujeitas à contestação anónima¹¹⁶, seguida logo após pela refutação¹¹⁷ de Fr. Joaquim de Santo Agostinho ao mesmo «codex CCCLIX», focando as presumidas contrafacções de Fr. Bernardo de Brito na construção da *Monarquia Lusitana*, entre outros embustes:

¹¹⁶ “As duas datas, que se achão no Codex CCCLIX, e das quaes huma he *coeva ao Frontespicio*, e outra *coeva ao Mss.*, entraõ agora a formar hum novo jogo de intricados números, e huma nova Taboada, que só pelas regras, que ensinaõ a calcular as idéas com methodo, e com clareza, he que aspiramos a desenredar as suas confusões. [...] Hum talento mediano pensaria, que depois do anno de 1593 he que Brito descobrio em Alcobaça o papel do Juramento; mas o R.^{mo} Acad. confunde por hum tal modo o jogo destas datas, e destes algarismos, que em vez de examinar cada huma dellas separadamente, para evitar enredos, e labyrinthos, reunio (porque assim o quiz) todas as suas reflexões na data do Frontispicio, e desta solitariamente deduzio por huma bem acertada consequencia: *Que se Brito no anno de 1609 ainda não tinha noticia de que existisse em Alcobaça aquelle Juramento, como affirmaõ Brito, e Brandaõ, que tinha sido descoberto alli em 1596?*” ROBALO, Fr. Francisco [?] – «Novo jogo de algarismos sobre a invenção do juramento (Mem. Acad. fol. 335», in *Exame Critico sobre a Memoria Academica, que o R.^{mo} P. M. Fr. Joaquim de Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisboa em 4 de Julho de 1794 e que corre impressa no tom. V. da Literatura Portugueza a folb. 297*, pp. 46-48.

¹¹⁷ “A prefação do discurso apologetico do meu Censor ficará sem resposta: e a tudo o que accumula para salvar o Chronista Brito das suspeitas de pouco sincero na data da invenção do Juramento, pondo de parte todas as personalidades, que aqui se envolvem, só respondo, que duvido muito, que o meu Censor encontre toda a docilidade nos seus Leitores para estarem pelas desculpas, com que pertende justificallo. [...] Quanto ao *novo jogo de intrincados numeros*, e á nova Taboada &c., como se explica o Censor, sobre a Invenção do Juramento no mesmo Codex 359, era bem facil de resolver a questão na sua hypothese. Se o titulo não he coevo ao Ms., não temos que disputar. Outra era a minha hypothese; pois vendo, que as datas eraõ respectivamente coevas ao titulo e ao Ms., intendi tambem, que o titulo era coevo ao Codex. Talvez não o seja.” SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Ao § XIV. Sobre a indagação dos Codices CCCLIV, CCCLV, CCCLVI, CCCLVIX (Mem. Acad. fol. 330 e seg.», in *Resposta ao Opusculo intitulado Exame Critico sobre a Memoria Academica, que R.^{mo} P. M. Fr. Joaquim de S. Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisboa em 4 de Julho de 1794, e que corre impressa no Tom. V. da Literatura Portugueza a folbas 297. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo (&c.). Impresso em 4.º, e de 51 paginas. Acerca dos Codices Mss. e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça*, pp. 35-48.

CODEX CCCLIX¹¹⁸.

Este Codex he autografo, e da propria mão do Dr. Fr. *Bernardo de Brito*¹¹⁹: he inedito, e contém 5 livros da Monarquia Lusitana desde o Conde D. Henrique até D. João I. Nas costas da folha, que serve de titulo ao Codex, se lê o seguinte: *Advertencia necessaria para quem ler este L.º feita pelo Dr. Fr. Antonio Brandaõ Monge de Alcobaça*¹²⁰. *O P. Dr. Fr. Bernardo de Brito fez este livro sendo ainda muito moço: no fim do 4.º L.º dise elle, que acabou a 22 de Setembro de 1593 sendo de idade de 25 annos*¹²¹. *Pello que não pôde examinar muitas das cousas, que aqui escreve*¹²²; *antes em algumas partes dos L.ºs, que deixou impressos, seguiu o contrario do que aqui tinha escrito. Pello que se ha de advertir, que vão aqui muitos erros em materias de Historia*¹²³; *e porque poderia ser levarme Deos pera sy antes de acabar a historia de Portugal, que vou continuando do lugar, em que ficou a 2.ª Parte da Monarquia Lusitana, que compoz o P. Dr. e vir depois algu intrepido, que sem fazer elleição se persuadisse, que se podiaõ imprimir estes escritos,*

¹¹⁸ "In Charta ordinaria scripti, & compositi ab eodem Fr. Bernardo de Brito. Primus Codex complectitur 4. Libros Monarchiæ Lusitaniæ ab Adamo usque ad Nativitatem Domini, e ejusdem Lusitaniæ Geographiam. In secundo Codice extant. 5. 6. & 7. Monarchiæ Lusitaniæ Libri a Nativitate Domini usque ad Comitum Henricum *Genealogia dos Silvas ab Ænea derivata*. Tertius Codex complectitur 5. Libros Lusitaniæ a Comite Henrico usque ad Joannem Bonæ Memoriæ Lusitaniæ Regem. Primus, & secundus Codex sunt editi; sed secundus Codex loco Epistolæ Dedicatoriæ ad Petrum II. quæ est in impressis, habet Epistolam Dedicatariam ad Philippum III." Cf. «CODICES CCCLVII. CCCLVIII. CCCLIX», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, p. 161.

¹¹⁹ *Historiografia Portuguesa dos Séculos XIV a XVIII. Exposição Bibliográfica – Guia*, BNL, p. 26.

¹²⁰ *Idem, ibidem*.

¹²¹ BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, pp. XIII-XIV.

¹²² IDEM – *Crónicas do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, edição actualizada, com uma introdução de Artur de Magalhães Basto, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Lisboa, 1944, p. XXXI.

¹²³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História Breve da Historiografia Portuguesa*, pp. 164-165.

me pareceo fazer esta advertencia, e declarar, que ninguem foi mór amigo do P. D^r. Fr. Bernardo em sua vida que eu¹²⁴, nem ha quem depois da sua morte baja de tratar as couzas de sua honra com mais respeito. Feita em Lisboa a 28 de Fevereiro de 1626. D^r. Fr. Antonio Brandaõ. Esta Memoria he da mesma letra, e punho do Chronista Brandaõ¹²⁵. [...]

Embora porém existisse o facto, e houvesse n'algum dos Arquivos do Reino o decantado Juramento¹²⁶; eu o não pretendo impugnar: só digo, que o Pergaminho, existente em Alcobaça, nunca foi, nem pôde ser Original¹²⁷. A letra he moderna, e contrafeita tão sensivelmente, que posso segurar de boa fé, ser quasi impossivel, que Diplomatasta entendido na sua Profissão, apenas o veja, não o repute logo apocryfo, e supposto¹²⁸.

Para exemplificação das contradições nos registos alcobacenses, destacamos os comentários aos códices CCCLXXIII e CCCLXXIV, indigitados pelo *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ* e revistos pelo Autor, não se conhecendo nenhuma impugnação posterior. Tratava-se, basicamente, do registo do *Livro dos Testamentos do Lorvão*, que existiria no cartório de Alcobaça e utilizado por vários autores até 1775, nomeadamente pelo cisterciense Fr. Manuel da Rocha [1676-

¹²⁴ BRANDÃO, Fr. António – *Crónicas do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, p. XXXI.

¹²⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica (Século XVIII)*, vol. II, pp. 29-30.

¹²⁶ *Juramento com que el Rey Dom Afonso Henriquez confirmou a visaõ de Christo Nosso Salvador...*, Officina de Antonio Alvarez, Lisboa, 1641? Sobre as questões historiográficas em torno do juramento de D. Afonso Henriques, veja-se SILVA, Armando Malheiro da – «Para uma abordagem mitanalítica da Restauração», in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. II, FLUP, Porto, 2001, pp. 397-408.

¹²⁷ RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal...*, vol. I, pp. 28, 60-61.

¹²⁸ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 333-339.

1744]. Alvo de críticas bastante incisivas, as transcrições daqueles manuscritos não respeitariam a verdade histórica nem os simples rudimentos da ciência diplomática. O certo é que Fr. Joaquim de Santo Agostinho teria, sem sucesso, procurado por tais códices em Alcobaça, mas não os encontrara, confessando as suas frustrações:

CODEX CCCLXXIII, e CCCLXXIII¹²⁹.

Já não existe na Bibliotheca Mss. de Alcobaça o Codex 373¹³⁰, ao menos não me foi possível descobri-lo a pesar das mais exactas averiguações. Tenho porém toda a certeza que elle¹³¹ se guardava

¹²⁹ “Papyreus in 4.º minori fol. 83. scriptus anno 1575. a Fr. Hilario das Chagas Alcobacensi Monacho. Continet Fol. 1. *Memoria da Fundação, e Doações do Real Mosteiro de Alcobaça*. Fol. 19. *Memoria dos Mosteiros de S. Bernardo, que o Senhor Rey D. Manoel mandou visitar, e saber de suas Rendas, e Fundações*. Fol. 46. *Memoria das Fundações dos Mosteiros das Religiosas de S. Bernardo destes Reinos de Portugal*. Fol. 73. *Lembrança de como foi fundado o Mosteiro de Cister*. Fol. 75. vers. *Hum simples Catalogo dos primeiros vinte Abbades de Alcobaça*. [...] Membranaceus in 4.º Littera sæculi XII. fol. 48. Continet Testamenta, Donationes, & Venditiones Cœnobii Lorvanensis Monachis factas per Christianos, & Mauros, quarum pleraque reperiuntur in Libro, cui titulus *Portugal renascido*, a Rocha composito.” Cf. «CODEX CCVII & CODEX CCCLXXIV», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, p. 170.

¹³⁰ Ter-se-ia extraviado por razões desconhecidas? Por curiosidade, vejamos o destino de muitos códices e livros após as reformas liberais de 1834: “A livraria foi roubada de um modo escandaloso. Os livros que escaparam ao roubo ininteligente, que não tinha outro fim senão rasgar e aproveitar as folhas em embrulhos de tenda, forão transportados em carros para o porto de S. Martinho, onde embarcaram para Lisboa. Os carros foram semeando de livros e de manuscritos a estrada. Os rapazes apanhavam-nos, rasgavam-nos e faziam barcos e chapéus de papel com as preciosas folhas dos livros raros do convento.” «Alcobaça», in *Diccionario Popular Historico...*, direcção de Manuel Pinheiro Chagas, vol. II, Lallement Frères, Lisboa, 1876, p. 10; ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 220.

¹³¹ “[...] Depois passey no mesmo anno de mil setecentos e vinte e hum a examinar o Archivo do Real Mosteiro de Alcobaça, em todo o sentido primeiro dos particulares deste Reyno; diligencia, que repeti no anno mil setecentos e vinte e tres, e repitirey em muito mais occasioens, dando-me Deos vida; porque a experiencia me tem mostrado, quam grandes soccorros podem tirar delle, os que se applicaõ à composiçaõ, ou estudo da Historia; ainda que já o achey muito diminuto, e extraídos delle muitos Codices antigos, que sey de memorias fidedignas alli existiraõ nos tempos passados: os mesmos exames fiz tambem, e por ordem da Academia,

naquella livraria, quando se fez o Index dos Cod. de Alcob. em 1775¹³².

O Codex 374 não existia então em Alcobaça, e se havia mandado para o Mosteiro de Lorvão¹³³. Ainda que Rocha copiou d'elle algumas Escrituras, e extractou outras, que publicou no seu *Portugal Renascido*¹³⁴, com tudo o Livro dos Testamentos de Lorvão devia ser novamente copiado¹³⁵; porque aquelle A. foi mui-

no Archivo do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tambem grande, e cheyo de monumentos, e Codices importantissimos para o nosso Instituto, dos quaes todos, e dos principaes de Alcobaça dey relação exacta à Academia.” LEAL, Manuel Pereira da Silva – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda*, parte I, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1729, p. XI.

¹³² A julgar pelo seu registo e indexação naquela obra de referência.

¹³³ Sobre o destino do códice n.º 374, ver *O Arquivo da Torre do Tombo, sua história, corpos que o compõem e organização*, por Pedro A. de Azevedo e António Baião, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, p. 84 [fac-símile da edição de Academia de Estudos Livres, Lisboa, 1905].

¹³⁴ ROCHA, Manuel da – «De outras mais pessoas, e Cavalheiros illustres, que existirão em Portugal no seculo decimo; e mais especialmente do Conde D. Gonçalo Moniz. Examina-se o anno, em que Coimbra foy ultimamente restaurada do poder dos Mouros por ElRey D. Fernando o Magno», in *Portugal Renascido, Tratado Historico-Critico-Chronologico, em que à luz da verdade se dão manifestos os sucessos de Portugal do seculo Decimo...*, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1730, cap. XI, pp. 110-123.

¹³⁵ “O Livro dos Testamentos do Lorvão interessa tanto á Historia Portugueza, como o *Liber Fidei* da Sé de Braga, o Livro de *Mumadona* de Guimarães, o *Censual* do Porto, o Livro *Preto* de Coimbra, e outros d'esta natureza, e antiguidade. Era em consequencia d'isto que a Academia me ordenára o fizesse copiar com a mais escrupulosa exactidão, qual temos guardado nas Copias, e Extractos dos antigos Documentos até agora recolhidos. Quanto aos assumptos, e datas das Escrituras, copiadas neste Codex, achão-se extractados pelo Snr. Fr. *Joaquim de S. Rosa de Viterbo*, quando examinou o Cartorio de Lorvão; Extractos que illustrou, e se achão na Secretaria da Academia. À vista d'elles se vê não só a importancia d'estes Documentos, mas tambem os erros chronologicos, com que os havia publicado o Dr. Rocha.” SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, 1793, p. 346, nota. Sobre a descoberta do *Livros dos Testamentos do Lorvão* por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo e o parecer de João Pedro Ribeiro nesse sentido, veja-se *A Infância da Academia (1788-1794). Visita aos Arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, doc. LXXXVIII, pp. 74-75; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica (Século XVIII)*, vol. III, pp. 240-242.

to infeliz na leitura das datas; se não he que, para sustentar certas opiniões domesticas, transtornou de proposito a sua Cronologia¹³⁶.

No final deste debate e demais controvérsia, um autor anónimo comparou todas as argumentações do *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiæ*, as recomendações de Fr. Joaquim de Santo Agostinho e as instruções dos monges cistercienses, publicando os resultados tabelados¹³⁷, mas sem grande visibilidade.

Interessou a Fr. Joaquim de Santo Agostinho rever alguns postulados da historiografia alcobacense e as suas relações com a Coroa desde os primórdios da nacionalidade¹³⁸, onde São Bernardo de Claraval¹³⁹ possuiu o maior protagonismo. A Ordem de Cister nor-teou as suas actividades num trato bastante privado com o Poder e

¹³⁶ SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 345-346. Sobre as diatribes a Fr. Manuel da Rocha, ver *Portugal Renascido (excertos)*, introdução e selecção de textos de António Salvado, Edição de *Estvdos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura* [s. n.], Castelo Branco, 1973, pp. 10-11.

¹³⁷ “Temos (ao que parece) coadjuvado os Leitores para poderem notar com facilidade os diversos *pontos opticos*, por meio dos quaes a Grande Arte da Perspectiva costuma transformar em *imagens grotescas*, as *figuras* mais bem *proporcionadas*, e continuariamos a reflectir sobre outros muitos pontos substanciaes do Author da *Resposta*; se tanto agora, como na composição do *Exame Critico*, tivéssemos por objecto, ou sustentar Questões, que, sem Authoridade Superior, ficariaõ interminaveis; ou consummir o tempo em renovar as nossas accusações contra *erros de facto*, que se podem examinar nos Manuscritos: Ou em fim chamar os Leitores a digressoes e notas eruditas, que a Filosofia dos nossos tempos nos administrava com profusaõ. Mas instados pela necessidade dissemos, quanto basta: e o amor da Brevidade no manda em fim guardar silencio.” ROBALO, Fr. Francisco [?] – *Exposição do verdadeiro sentido de algumas frases, que o A. da resposta ao Exame Critico accumulou, e que por isso mesmo merecem ser analysadas, para que a Verdade ou falsidade do Retrato, que dellas se quizer formar se comprehenda melhor pela confrontação do seu Original. Em 21 de Maio de 1800*, Regia Typografia Silviana, Lisboa, 1817, p. 26.

¹³⁸ *Cister – Documentos Primitivos. No 9.º Centenário da Fundação de Cister*, introdução, tradução e notas de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

¹³⁹ DUBY, Georges – *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, tradução de Pedro Barbosa e António Vicente, Edições ASA, Lisboa, 1997; *São Bernardo (1090-1990). Catálogo bibliográfico e iconográfico*, introdução, selecção e catalogação por Gérard Leroux, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1991.

não foi por acaso que os vultos cistercienses se destacam na Cultura e História portuguesas, contando com o patrocínio régio em todas as dinastias¹⁴⁰.

Com o avanço dos estudos paleográficos e diplomáticos, nos quais Fr. Joaquim de Santo Agostinho enfileirava, as construções historiográficas exigiam um valor probatório renovado e eminentemente científico. Aqui transparece uma poligrafia histórica cultíssima e um domínio filológico ímpar, sem esquecer as inovações historiográficas europeias em voga nos finais do século XVIII, como se depreende desta *Memoria*. Era a procura pela prova histórica fidedigna, não deturpada em prol deste ou daquele objectivo propagandístico ou político.

Abrindo mais um conflito intelectual que se prolongará, como se sabe, muito além das intervenções de um Alexandre Herculano, digno sucessor destas inquietações historiográficas¹⁴¹. Mas será num outro tempo e em contexto bem distinto, ainda que as preocupações de fundo tenham sido bastante similares. Ou seja, a exigência e a procura por uma verdade histórica isenta e autêntica, apartada de caracteres hagiográficos, influências costumeiras e das tradições populares que se perdem na noite dos tempos.

¹⁴⁰ MATOS, Leonor Correia de – *A Ordem de Cister e o Reino de Portugal*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999.

¹⁴¹ HERCULANO, Alexandre – *Eu e o Clero: Carta ao Exm.º Sr. Cardeal-Patriarcha*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1850.

- XIII -

JOAQUIM FORJAZ PEREIRA COUTINHO
[1712-1798]

Destacamos agora o ensaio de Fr. Joaquim Forjaz Pereira Coutinho¹ [1712-1798], eremita da Ordem de Santo Agostinho, que ingressou no Convento da Graça em Lisboa [1758]. Foi mestre de Teologia, pregador de D. Pedro III, cronista da sua Província, deputado da Junta da Bula da Cruzada, tendo ascendido a prior-mor da Ordem de Avis. Na sua actividade intelectual, sobressaem essencialmente as orações panegíricas no âmbito da Real Academia de História Portuguesa, da Arcádia de Roma e na Academia Real das Ciências, entre outras academias.

Este será, possivelmente, um dos contributos mais pequenos nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, o qual compreende uma resenha bibliográfica acerca do furto de alguns volumes das *Décadas*²,

¹ BRANCO, José Barbosa de Castelo – *Estudos biográficos ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes à Bibliotheca Nacional de Lisboa*, F. A. da Silva, Lisboa, 1854, p. 253; SILVA, Luís Duarte Vilela da – *Observações críticas sobre alguns artigos do Ensaio Estatístico do Reino de Portugal e Algarves, publicado em Paris por Adriano Balbi*, Imprensa Régia, Lisboa, 1828; «Frei Joaquim Forjaz», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, pp. 79-80; vol. XII, p. 41; «Frei Joaquim Forjaz», in *Portugal. Diccionario Historico...*, vol. V, p. 627; TOPA, Francisco – *Poesia dispersa e inédita do setecentista brasileiro Francisco José de Sales*, [edição de Autor], Porto, 2001, pp. 173, 182.

² Consultemos a opinião de Inocêncio Francisco da Silva sobre este incidente: «Ácerca do roubo feito a Diogo do Couto das suas *Decadas* originaes VIII e IX, vej. a breve *Memoria* de Fr. Joaquim Forjaz, inserta no tomo I, pag. 339 das *Mem. de Litt. publicadas pela Acad. R. das Sciencias*. D'ahi se copiou visivelmente, e pelas

do historiador quinhentista Diogo do Couto³ [c. 1542-1616], o grande sucessor de João de Barros⁴ [c. 1496-1570] nessa tarefa monumental. Da lavra de Fr. Joaquim Forjaz Pereira Coutinho, embora tenha assinado apenas como Fr. Joaquim Forjaz, esta comunicação pretendeu

mesmas palavras, a quasi totalidade do artigo, ainda mais breve, que sobre o mesmo assumpto se lê no *Panorama*, vol. IV, 1840, a pag. 88. Maravilha-me porém que o auctor d'este artigo, o sr. M. J. M. T. (Miguel Joaquim Marques Torres) copiando ahi na sua integra a *dedicatoria* de Couto a Filippe III (cuja reproducção parece ter sido o seu principal fito, pelas razões que lá mesmo allega) e tendo transcripto pouco antes o que sobre o mesmo facto diz Severim de Faria na vida de Couto deixasse o ponto em maior obscuridade e confusão do que o achou, não se fazendo ao menos cargo de esclarecer-nos com a sua opinião, para conciliarmos, se é possível, duas asserções tão encontradas e incoherentes entre si: pois Severim quer que o roubo tivesse logar já depois do anno de 1614, em que, diz elle, o auctor acabara a composição das *Decadas* roubadas: ao passo que o proprio Couto affirma de si que acabára estas, e lhe foram furtadas anteriormente a data em que escrevia a sua dedicatoria, isto é, a 28 de Janeiro de 1606! - Apresentando-nos em face estes contrapostos, ninguém duvidara que era dever seu notar a contradicção, e resalval-a do modo que lhe parecesse, ou quando menos dizer-nos se deviamos de preferencia acreditar n'este caso o chronista da India, ou o chantre d'Evora. Guardou porém o mais inexplicavel silencio, que de certo não abona demasiadamente a subtileza da sua critica, ou não advertiu talvez na incoherencia manifesta dos dous textos que copiára. Quanto a mim, tenho por infallivel que o testemunho positivo de Couto em cousa tão propria sua, deve prevalecer sobre a affirmativa do seu biographo, e que o furto foi feito antes de 1606, e não depois de 1614. Nem póde aproveitar aquelle, como quiz parecer-me ao primeiro lanço de olhos, a desculpa de que por erro de impressão se introduziria na data alludida a troca do algarismo, lendo-se 1614 por 1604: elle mesmo como que dissipou qualquer duvida, dizendo logo abaixo que Diogo do Couto era então de setenta e dous annos, e isto só póde convir á data errada de 1614. É portanto esta uma inexactidão, que cumprirá emendar nas edições futuras, que dos *Discursos Varios* se fizerem." «Diogo do Couto», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, p. 155; vol. IX, pp. 122-124. FARIA, Manuel Severim de - «Vida de Diogo do Couto, Cronista do Estado da Índia, e Guarda-Mor da Torre do Tombo dela», in *Discursos Vários Políticos*, introdução, actualização e notas de M.^a Leonor Albergaria Vieira, INCM, Lisboa, 2001, pp. 167-177; «Diogo do Couto», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. I, ft. 19, 9 Setembro 1837, p.150; TORRES, Miguel Joaquim Marques - «O roubo das Décadas de Couto», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. IV, ft. 150, 14 de Março de 1840, pp. 87-88.

³ COUTO, Diogo do - *O Soldado Prático*, prefácio e notas por Manuel Rodrigues LAPA, Clássicos Sá da Costa, Lisboa [s. d.]; IDEM - *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*, organização de José Manuel Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

⁴ BOXER, Charles Ralph - *João de Barros, humanista português e historiador da Ásia*, edição portuguesa organizada por Teotónio R. de Sousa, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático [CEPESA], Porto, 2002.

reacender o debate acerca do desaparecimento de partes significativas de uma obra fundamental para a historiografia da Expansão Portuguesa:

Filippe II. de Hespanha, e o I. de Portugal, ordenou ao habil Historiador Diogo de Couto residente em Gôa, que continuasse a historia da India, sobre a que Joaõ de Barros tinha principiado nas trez famosas Décadas, que são taõ conhecidas no Mundo: sabe-se, que o dito Diogo de Couto em consequencia desta ordem, que lhe foi remettida por Philippe II. de Portugal, escreveo nove Décadas sobre as trez de Barros, e de todos estes preciosos escritos, eis-aqui o que unicamente nos resta = a 4.^a, a 5.^a, a 6.^a, e a 7.^a Décadas, que contêm cada huma 10. livros: da 8.^a ha só o primeiro livro: da 9.^a ha 32. capitulos: da 10.^a ha 120. paginas: da 11.^a não ha noticia alguma: da 12.^a ha 5. Livros; e não temos de Diogo de Couto mais nenhuma letra impressa.

Sendo eu obrigado pelo meu officio de Historiografo da minha ordem, a revolver antigos manuscritos, que se conservaõ em dous grandes almarios^[sic] na livraria do Convento da Graça, descobri dous grandes volumes de Diogo de Couto, que contêm o que vou a dizer. Acha-se no primeiro huma Dedicatoria a Filippe II. de Portugal, assignada pela propria mão de Diogo de Couto [...] ⁵.

Este assunto seria, por demais, perfeitamente conhecido dos meandros académicos, pelo que, em boa verdade, poderemos apelidar esta *Memoria* de pouco significativa, principalmente se comparada com outros trabalhos científicos abarcados pelas *Memorias de Litteratura Portugueza*. Não se pode considerar, inclusivamente,

⁵ COUTINHO, Joaquim Forjaz Pereira – «Memoria sobre algumas *Décadas* inéditas de Couto», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, p. 339. Sublinhado nosso.

que esta reflexão fosse de relevo, mas o currículo do Autor foi pretexto suficiente para o incluir nas contribuições desta publicação.

Aliás, a própria reedição das obras de João de Barros e de Diogo do Couto estavam a ser patrocinadas pela Academia Real das Ciências, sob a responsabilidade de Fr. António Caetano de Amaral⁶, pelo que não terá sido por acaso que este Autor inseriu esta adenda:

Furtados a Diogo do Couto os dous volumes, que continhão as Décadas 8.^a, e 9.^a, de que não ha senão o primeiro livro da primeira, e 22. capitulos da segunda, recopilou a 8.^a em 40. capitulos, e a 9.^a em 34.; e esta recopilação escripta pelo seu amanuense, e subscripta pela propria letra do famoso Historiador, forma um grosso volume, que se acha originalmente em hum dos almarios^[sic], em que se guardaõ os manuscriptos pertencentes á Bibliotheca do Convento da Graça, e que tem ao principio a Dedicatoria, que acabei de repetir.

Da Década X., de que não ha senão 120. paginas impressas, acha-se no mesmo almario outro volumoso manuscripto assignado por Diogo do Couto, que contém parte do livro 2.º, e dahi por diante completamente o 3.º, o 4.º, o 5.º, o 6.º, o 7.º, o 8.º, o 9.º, e o 10.º He lamentavel a perda do primeiro livro, e a mutilação do segundo, pois que isto se não compensa com as 120. paginas, que tempos impressas; mas o publico sempre ganha muito em oito livros inteiros, que elle não tinha de hum Historiador taõ benemerito.

Na Dedicatoria da XII. Década tambem a Filippe II. de Portugal, que contém os cinco livros conhecidos do mesmo Autor, assignada

⁶ *Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*, vols. I-XXIV, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1777-1788; *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos Portuguezes na Asia escritas por Diogo do Couto, em fôrma de dialogo, com o titulo de Soldado Pratico*, publicadas por Fr. António Caetano de Amaral, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790.

pela sua propria letra, declara elle, que remettêra a ElRey a Década XI. na Não Sant-Iago, que fora abalroada pelos Inglezes, e que tratava de a supprir da mesma maneira, que o tinha feito ás Décadas VIII., e IX., mas a vida não chegou ao Historiador para esta recopilção da XI. Década perdida, nem para concluir os cinco livros, que restaõ da XII. Aqui temos pelo testemunho do proprio Author contada a historia da varia fortuna das suas obras, e descoberta a causa de ellas se acharem truncadas: com o que agora tenho descoberto, se suppre quasi tudo, menos a XI. Década, cuja perda parece irremediavel.

Pareceo-me que devia participar á Academia esta noticia, como áquelle Tribunal, em que se deposita o gosto, e o zelo pela gloria da Nação; sendo certo que no que temos, que offerecer de novo da Historia da India, de grandeza nos illustres feitos dos seus antepassados, até agora adormecidos no pó, e no silencio⁷.

Sem muito mais a acrescentar, a colaboração de Fr. Joaquim Forjaz Pereira Coutinho resumiu-se aqui a estas breves linhas, o mesmo aparentando succeder nas suas ligações com a própria Academia Real das Ciências.

⁷ COUTINHO, Joaquim Forjaz Pereira – «Memoria sobre algumas *Décadas* inéditas de Couto», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792, pp. 342-343.

- XIV -

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA GORDO
[1758-1838]

Entre as personalidades mais pertinentes no contexto científico português dos finais do século XVIII e o impulso do Liberalismo encontra-se, seguramente, o monsenhor Joaquim José Ferreira Gordo¹ [1758-1838], também conhecido apenas como monsenhor Ferreira Gordo. Personagem ímpar na vida bibliófila, esteve ligado à criação da Academia Real das Ciências e ao estabelecimento da Real Biblioteca Pública da Corte [1796], enquanto 2.º bibliotecário-mor e sucessor do afamado António Ribeiro dos Santos². Do seu currículo académico e eclesiástico, ressalta-se a sua formação em Cânones e o doutoramento em Leis pela Universidade de Coimbra. Membro

¹ «José Joaquim Ferreira Gordo», in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. IV, p. 103; vol. XII, p. 81; «José Joaquim Ferreira Gordo», in *Portugal. Diccionario Historico...*, vol. III, pp. 428-429; «José Joaquim Ferreira Gordo», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, p. 593; SIMÕES, M.^a Alzira Proença – «Monsenhor Joaquim José Ferreira Gordo, bibliotecário-mor da Real Biblioteca Pública da Corte», separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. I, n.º 2, BNL, Lisboa, 1982, pp. 357-368; *Guia da Biblioteca Nacional*, coordenação de Fátima LIBÓRIO, BNL, Lisboa, 1996, pp. 16-17; DOMINGOS, Manuela – «Subsídios para a História da Biblioteca Nacional», pp. 44-45; *Bibliografia da História do Livro em Portugal. Séculos XV a XIX*, p. 168.

² «Memória do Doutor António Ribeiro dos Santos, Lente que foi da Faculdade de Cânones, na Universidade de Coimbra e Colegial do Real Colégio das Ordens Militares: códices 828 e 6794 da BN coligidas e relatadas por Joaquim Ferreira GORDO», com translado e notas de João Palma-Ferreira, separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1, BNL, Lisboa, 1981, pp. 159-173.

do Conselho régio, monsenhor da Igreja Patriarcal de Lisboa, sócio efectivo da Academia Real das Ciências e colegial no Colégio das Ordens Militares em Coimbra, entre outros encargos³.

As primeiras iniciativas de referenciação dos arquivos nacionais datam dos inícios do século XVIII, primeiramente devido à Academia Real da História Portuguesa e, mais tarde, à Academia Real das Ciências. A intensificação da investigação nos cartórios, em função do valor histórico dos documentos, insere-se no esforço de perscrutação do passado pelo racionalismo iluminista. Personalidades como Fr. Joaquim de Santo Agostinho ou João Pedro Ribeiro, já examinados aqui, salientam-se entre os académicos que tiveram o apoio da Academia Real das Ciências para inspecionar os arquivos nacionais⁴.

Contando com a protecção de D. Maria I e a aprovação da Academia [1790], Joaquim José Ferreira Gordo foi escolhido para visitar os acervos madrilenos em busca de informações inéditas para a modernização da História de Portugal⁵. Apesar de toda a sua

³ Publicou, entre outros trabalhos: *Fontes Proximas da Compilação Filippina, ou Indice das Ordenações do Código Manuelino, e das Extravagantes, de que proximamente se derivou...*, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792 [2.^a edição corrigida e aumentada: 1829]; «Memoria sobre os judeus em Portugal», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. VIII, Parte Segunda, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1823, pp. 2-35.

⁴ É uma referência fundamental: AYRES [de Magalhães SEPÚLVEDA], Cristóvão de – «Para a História da Academia das Ciências de Lisboa», 1927.

⁵ «O interesse da História pelos arquivos, enquanto repositórios de fontes de informação, já se vinha fazendo sentir desde o século XVIII. No nosso País, a criação, em 8 de Dezembro de 1720, da Academia Real da História Portuguesa foi um factor que muito estimulou a procura de documentos nos arquivos com a finalidade de servirem de base à elaboração de uma história eclesiástica do Reino. Para este fim, estiveram, ao longo de vários anos, no Arquivo da Coroa (Torre do Tombo), diversos 'oficiais paleógrafos' a recolher a documentação necessária. E, em finais de Setecentos, por acção da Academia das Ciências de Lisboa, um novo movimento veio estimular este interesse pelos arquivos, já que se preparava a edição das conhecidas 'Memórias da Academia'. Com efeito, alguns académicos – entre eles João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, Frei Joaquim de Santo Agostinho e Monsenhor Ferreira Gordo – foram incumbidos de visitar os cartórios do Reino, entre os anos de 1788 e 1794, com vista a identificar e inventariar o acervo documental conservado

intervenção científica além-fronteiras, só escreveria unicamente esta *Memoria* para esta colectânea, à laia de relatório oficial⁶, onde expôs as razões que determinaram a sua deslocação a Madrid. Descreve sucintamente, mas com bastante profundidade, o que entendeu proveitoso para a actualização dos estudos históricos portugueses.

Na sua *Memoria* destacam-se as palavras destinadas ao ofício da História, as quais revelam as matrizes da sua escrita historiográfica, traçando algumas críticas aos erros histórico-discursivos movidos pela influência dos *poderosos* na feitura da História. Era necessário, logo, reabilitar a escrita histórica, móbil que estimulava as agremiações e academias criadas por toda a Europa, as quais promoviam o enaltecimento da verdade histórica. Seria este movimento cultural que justificaria a obra da Academia Real da História Portuguesa e, mais tarde e com outro peso institucional, a fundação da Academia Real das Ciências:

A Historia de qualquer Monarchia, por mais filosofos que hajaõ sido os seus antigos Soberanos⁷, tem mais embaraços que a de outro qualquer Estado, para chegar á sua inteira perfeição. [...]

Portugal começou mais tarde esta reforma⁸, creando para esse fim huma Academia, a qual tinha por instituto corrigir, adiantar e aperfeiçoar a Historia d'esta Nação: e bem que n'ella entráraõ

pelos mesmos." RIBEIRO, Fernanda – «O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista», pp. 49-50.

⁶ *Apontamentos para a Historia Civil e Litteraria de Portugal Colligidos dos manuscritos asim Nacionaes como Estrang[eiros] que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escorial, e nas de alguns Senhores e Lettrados d'esta Corte*, por Joachim Joze Ferreira Gordo, 1790, manuscritos.

⁷ Para Platão, só quem faz uso da razão é que deve governar, motivo pelo qual os filósofos devem reger como reis e os monarcas devem ser filósofos para governar com sabedoria. PLATÃO – *A República: Diálogos*, 2.^a edição, tradução de Sampaio Marinho, vol. I, Publicações Europa-América, Mem Martins [s. d.].

⁸ Sobre estas dinâmicas, v. MOTA, Isabel Ferreira da – «Sociabilidade e Comunicação na República das Letras – um Estado sem Fronteiras?», pp. 585-597.

homens muito sabios, grandes investigadores de antiguidades, e muito versados na lição d'ellas, não pôde conseguir por falta de tempo hum corpo de Historia completo, por meio do qual ficassem sem uso os muitos livros, que ainda agora somos obrigados a ler, pela razão sómente de haverem sido seus auctores os fundadores d'ella⁹.

O unico recurso pois, que esta Nação tinha, para levar a sua Historia áquelle grão de perfeição que desejava, he sem dúvida o que adoptou a Academia Real das Sciencias, mandando pelos Cartorios do Reino alguns dos seus Individuos¹⁰, para copiar, e fazer copiar todos os documentos, que n'elles achassem dignos da instrucção do Público n'este ramo de Litteratura¹¹: empresa esta tão digna da sabedoria d'aquella Corporação, como gloriosa para as Pessoas do Ministerio, que lhe deraõ toda a ajuda e favor, representando-a a S. Magestade, como merecedora da sua Real Protecção. E considerando a mesma Academia, que nas Bibliothecas, e Cartorios principaes dos Reinos de Castella, Leaõ, e Aragoã haverião algumas memorias, documentos e escritos, de que receberia muita luz a Historia Civil, e ainda Litteraria de Portugal¹² [...].

⁹ IDEM – *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*, 2003.

¹⁰ *A Infância da Academia (1788-1794). Visita aos Arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, 1934.

¹¹ Sobre esta questão, v. TORGAL, Luís Reis – «Antes de Herculano...», in *História da História em Portugal (séculos XIX-XX). A História através da História*, vol. I, pp. 31-35.

¹² GORDO, Joaquim José Ferreira – «Apontamentos para a Historia Civil, e Litteraria de Portugal e seus Dominios, collegidos dos Manuscritos assim nacionaes, como estrangeiros, que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escorial, e nas de alguns Senhores, e Letrados da Côrte de Madrid», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 1-4.

Para uma concepção mais abrangente da História, entendida especificamente como um ramo da Literatura, como se depreende inclusive do título e os objectivos das *Memorias de Litteratura Portuguesa*, foi necessário enviar indivíduos especializados a perscrutar os principais acervos documentais europeus. Começando pelas bibliotecas e depósitos em Espanha, o Autor refere que muito haveria a indagar sobre a nossa História nos Países Baixos, por exemplo. Por agora, dava-nos conta que os cartórios e bibliotecas de Madrid e do Escorial¹³ encerravam documentos e obras extremamente pro-fícuas à “História Civil e Literária” de Portugal, as quais convinha examinar com o maior benefício para o estudo de todas as épocas históricas, inclusivamente desde tempos anteriores à nacionalidade.

Seria através das acordos de Diogo de Carvalho e Sampaio¹⁴ [1750-1807], encarregado de Negócios acreditado na Corte em Madrid, que se conseguiram as autorizações para o acesso aos acervos madrilenos, com o aval de Carlos IV¹⁵ [1748-1819]. Este intercâmbio sucedia-se às permissões concedidas a D. Juan Baptista Muñoz¹⁶ [1745-1799] o qual houvera visitado a Torre do Tombo na esperança de descobrir novas informações históricas sobre as possessões espanholas nas Américas¹⁷. Confidencia-nos que não fôra tarefa fácil aceder e consultar os arquivos espanhóis, mas, não obstante, entraria algumas vezes em disputa com os bibliotecários, receosos do “seu”

¹³ MARQUES, Armando de Jesus – «Livros do século XVI de autores ou prelos portugueses existentes na Real Biblioteca del Escorial», separata de *Arquivos de Bibliografia Portuguesa*, n.º 13, Atlântida, Lisboa, 1967.

¹⁴ «Diogo de Carvalho e Sampaio», in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. II, p. 151; vol. IX, pp. 121-122.

¹⁵ MURIEL, Andres – *Historia de Carlos IV*, edição e estudo preliminar de Carlos Seco Serrano, vols. I-II, Atlas, Madrid, 1959.

¹⁶ BAS, Nicolás – *El Cosmógrafo e Historiador Juan Bautista Muñoz (1745-1799)*, Universitat de Valencia, 2002, pp. 126-128.

¹⁷ BOURDON, Léon – «Relations “Litteraires” de Juan Bautista Muñoz (1784-1799)», separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 8, FCG, Paris, 1974.

espólio, entre os quais D. Juan Antonio Pellicer¹⁸ [1738-1806], cenários ainda bem reais nos nossos dias. Mas não deixou de recordar o prestimoso auxílio de outro bibliotecário-mor, D. Francisco Pérez Bayer¹⁹ [1711-1794], entre outras individualidades.

Chegado a Madrid em meados de Agosto de 1789, o Autor ficou deslumbrado com a monumentalidade da capital de Espanha, escusando-se a críticas acerca dos hábitos sociais e das instituições espanholas, porque entendia não ser a sua missão e que ninguém deve ser censor num país, sobretudo sendo estrangeiro. Denota uma enorme benignidade nos seus comentários às Letras e a Educação, lamentando que a censura estivesse ainda nas mãos da Inquisição, a qual incluía autores e livros portugueses nos seus índices expurgatórios:

A Censura dos Livros se faz em Hespanha pouco mais ou menos, como era feita em Portugal, antes do Reinado do Senhor D. José I²⁰. Em Setembro proximo passado publicou a Inquisição hum Epitome de todos os Indices Expurgatorios, e Edictos, que este Tribunal tem publicado desde a sua criação atégora: e como a sua publicação foi feita durante a minha residencia em Madrid, terá o Leitor razão de esperar de mim huma relação individual

¹⁸ MICHAEL, Ian – «Juan Antonio Pellicer and the Eighteenth-century Recovery of Early Spanish Literature», in *Spain and its Literature. Essays in memory of E. Allison Peers*, edited, with an introduction by Ann MacKenzie, Liverpool University Press, Liverpool, 1997, pp. 211-234.

¹⁹ Com dados sobre a sua visita a Portugal em 1782: MORA, Gloria – «La <Erudita Peregrinación>. El Viaje Arqueológico de Francisco Pérez Bayer a Italia (1754-1759)», in *Iluminismo e Ilustración: le antichità e i loro protagonisti in Spagna e in Italia nel XVIII secolo*, edição de José Beltrán Fortes, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2003, pp. 255-275.

²⁰ Ao tempo, estava estabelecida a Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros, criada após a extinção da Real Mesa Censória [21 de Junho de 1787]. Teria igualmente uma existência fugaz, sendo que a 17 de Dezembro de 1794 as atribuições da censura voltariam ao Santo Ofício da Inquisição, aos arcebispos e bispos [Ordinário] e à Mesa do Desembargo do Paço. Sobre as questões da censura, v. TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, pp. 103-104.

dos livros de Portuguezes, que n'elle se achão comprehendidos, e tambem dos Estrangeiros escritos sobre cousas de Portugal²¹.

Nesta *Memoria* será evidenciado o desenvolvimento da actividade tipográfica em Espanha, pelo que o Autor teceu enormes elogios às reformas educacionais e científicas fomentadas desde o reinado de Filipe V [1683-1746] e com particular acuidade no reinado de Carlos III [1716-1788]. No entanto, à semelhança com o panorama em Portugal²², existia uma proibição quase total da imprensa periódica em Espanha, à excepção da informação oficial, motivada, especialmente, contra a propagação das ideias revolucionárias francesas.

Ainda assim, refere a existência de uma actividade científica extremamente proficiente, a qual seria abrilhantada com a fundação de uma Academia das Ciências em Madrid, projecto do anterior monarca, ainda em marcha. Adiante os elogios e as críticas, o Autor ressaltou que os homens de Letras poderiam ascender aos mais altos cargos e mercês em Espanha, mesmo que possuísem origens humildes, pois o mérito pessoal era apreciado na promoção aos lugares cimeiros do Estado, o que não corresponderia inteiramente à verdade:

Ha pouco mais de dous mezes, se prohibirão todos os papeis periodicos, com excepção da Gazeta, e Diario²³. Antes d'esta

²¹ GORDO, Joaquim José Ferreira – «Apontamentos para a Historia Civil, e Litteraria de Portugal e seus Dominios, collegidos dos Manuscritos assim nacionaes, como estrangeiros, que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escorial, e nas de alguns Senhores, e Letrados da Côte de Madrid», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, 1792, p. 22.

²² «Findando o século XVIII, a actividade da imprensa periódica portuguesa em Portugal era quase inexistente, exceptuando a actividade noticiosa da *Gazeta de Lisboa*, o órgão oficial do Governo português, cada vez mais descaracterizada enquanto órgão jornalístico propriamente dito.» DIAS, Eurico Gomes – *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração de 1640 e a Revolução Liberal de 1820*, p. 214.

²³ QUINTERO, Alejandro Pizarroso – «Evolução histórica da imprensa em Espanha», in *História da Imprensa*, pp. 279-285.

proibição haviaõ varios, em que se dava conta das obras, que sahiaõ, e alguns em que se publicávaõ escritos ineditos. O Espirito dos Jornaes era talvez o melhor que aqui havia, e bem que o seu fundo principal era tirado do que se publica em França com este titulo, todavia algumas cousas vinhaõ n'elle de proveito para os Letrados da Nação, que eraõ filhas da capacidade de seu auctor.

Quem ler com attenção esta pequena descripção, que acabo de fazer do estado das letras nesta Corte, conhecerá que a reforma d'ellas começou no Reinado de Filippe V.²⁴; e que quem as levou áquelle grão de bondade, em que ora se achaõ, foi seu filho Carlos III²⁵. Este Principe, a quem a sua Côrte, e toda a Hespanha deve mais beneficios, do que fóra d'ella se pensa, teria huma nomeada ainda mais illustre, se quizesse contentar-se com o titulo, por muitos modos merecido, de Reformador da sua Nação; mas elle quiz unir tambem a este alguns outros, e por esta causa se vio amortecer n'elle por algum tempo o espirito de reforma, com que havia empunhado o Sceptro d'esta Monarquia; e ficáraõ por executar muitos dos grandes projectos, que havia concedido a favor das letras. Hum d'elles era o estabelecimento d'huma Academia de Sciencias, e pensões, para os seus Individuos, cuja traça o actual Monarca tem tratado de pôr em execução²⁶, logo que estiver em termos o magnifico, e soberbro edificio, que se está fabricando para sua habitação, junto dos antigos Paços Reaes²⁷.

²⁴ ALBAREDA, Joaquim – *Felipe V y el Triunfo del Absolutismo*, Generalitat de Catalunya, Barcelona, 2002.

²⁵ AGUILAR PIÑAL, Francisco – *Bibliografia de Estudios sobre Carlos III y su Epoca*, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Madrid, 1988.

²⁶ Apesar de todas as iniciativas régias em prol deste projecto, só a 7 de Fevereiro de 1834 foi decretada a criação de La Real Academia de Ciencias Naturales de Madrid. Cf. *Estatutos de La Real Academia de Ciencias Naturales de Madrid*, Imprenta de D. Miguel de Burgos, Madrid, 1835.

²⁷ GORDO, Joaquim José Ferreira – «Apontamentos para a Historia Civil, e Litteraria de Portugal e seus Dominios, collegidos dos Manuscritos assim nacionaes, como estrangeiros, que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escorial, e

Referindo-se às memórias e outros escritos em português nos acervos de Madrid e do Escorial, o Autor apresentou uma extensa lista de obras manuscritas/impressas tocantes explicitamente a autores e assuntos nacionais. Incluiria ainda a imensa documentação das chancelarias régias, apontando copiosos comentários, assim como os números das estantes e a sua caracterização física. Também se queixava de alguma desordem dissimulada nos depósitos de livros, expondo a ausência de índices actualizados nas bibliotecas, embora, por imposição regulamentar, estivessem obrigadas a essa manutenção bibliográfica. Evidenciamos alguns títulos, aos quais anexou sinopses dos mesmos, com referências e indicações diversas, nomeadamente nas crónicas medievais peninsulares:

*Primeira Parte da Historia Geral d'ElRei D. Affonso X. de Castella*²⁸. Não se declara no Codice o auctor desta traducção, a qual comprehende os trinta e hum primeiros capitulos do Genesis, com varias noticias tiradas da Mythologia, e Historia Profana. He escrita em pergaminho, e se crê ser feita por meado do decimo quarto seculo. Esc.²⁹ Est. O. num. I.

*Chronica do Infante D. Henrique, Duque de Viseu, Senhor da Covilhã, Regedor, e Governador da Ordem de Christo; em que se trata da Conquista de Guiné, e algumas cousas da India*³⁰. Foi

nas de alguns Senhores, e Letrados da Côrte de Madrid», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, 1792, pp. 28-29.

²⁸ CINTRA, Luís Filipe Lindley – «Sobre uma tradução portuguesa da *General Estoria de Afonso X*», separata do *Boletim de Filologia*, n.º 12, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1951, pp. 183-191.

²⁹ Refere-se à Real Biblioteca de El Escorial, juntamente com a disposição da obra nas estantes.

³⁰ Para uma análise ao comentário de monsenhor Ferreira Gordo; DENIS, Ferdinand – *L'Univers. Histoire et Description de tous les Peuples. Portugal*, Typographie de Firmin Didot Frères, Paris, 1846, p. 119, nota; *Quarenta annos de vida litteraria (1860-1900). Cartas de Innocencio Francisco da Silva...*, prólogo de Teófilo Braga, Arthur Brandão, Lisboa, 1902, p. 47.

escrita por especial ordem do Senhor Rei D. Affonso V. no anno 1453.

Faz menção d'esta Chronica, como existente na Bibliotheca Real de Madrid o Addicionador da de Pinelo. Tom. I. Tit. 3. Col. 18.³¹

Numa outra divisão desta *Memoria*, monsenhor Ferreira Gordo esboçou nova listagem das obras e autores que escreveram em castelhano, mas versando sobre temáticas históricas portuguesas. Também inclui autores portugueses que se expressaram em castelhano, nomeadamente na dominação filipina, como sucedeu com D. António de Sousa de Macedo [1606-1682] ou Manuel de Faria e Sousa [1590-1649], para referir apenas estas individualidades. Contam-se às centenas os registos de títulos, todos comentados e comparados com outras edições ou exemplares noutros depósitos, dos quais divulgamos este trecho:

*Divina retribuição sobre a cabida de Hespanha no Reinado do nobre Rei D. João I., que foi restaurada pelas mãos dos mui Excellentes Reis D. Fernando, e D. Isabel seus Bisnetos*³².

Trata-se n'este manuscrito da célebre batalha de Aljubarrota, em que foi vencido ElRei D. João I. de Castella, e da que, antes de ser passado hum seculo, perdeu ElRei D. Affonso V. de Portugal, governando a Hespanha os Reis Catholicos Fernando, e Isabel, chamada vulgarmente *a batalha de Toro*. He escrito em pergaminho quasi nos fins do seculo decimo quinto. Esc. Est. J. num. I. 4.

³¹ GORDO, Joaquim José Ferreira – «Apontamentos para a Historia Civil, e Litteraria de Portugal e seus Dominios, collegidos dos Manuscritos assim nacionaes, como estrangeiros, que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escorial, e nas de alguns Senhores, e Letrados da Côrte de Madrid», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, 1792, pp. 49-50.

³² Tal pergaminho encontra-se, aparentemente, inédito.

*Da origem, linhagem, e Chronicas dos Reis de Portugal, desde D. Affonso Henriques seu primeiro Rei, até D. João III., que começou a reinar no anno de 1521*³³. Ibid. Est. X. num. 5. fol.³⁴

Ao final desta *Memoria*, encontra-se novo rol de obras e documentação sobre a História de Portugal naqueles repositórios, embora quase todas redigidas em latim ou outras línguas, nomeadamente em italiano. Inesperadamente, esta listagem termina abruptamente, sem qualquer tipo de comentário final, supondo-se que este trabalho seja apenas a parte impressa de um relatório manuscrito mais volumoso, o qual pode ser consultado nos tombos da Academia das Ciências de Lisboa.

Por agora mencionamos, como disposto originalmente, as célebres alegações de D. Alfonso de Santa María de Cartagena [1384-1456] sobre os direitos portugueses às Ilhas Canárias e, seguidamente, uma obra de André de Avelar [1546-1623?], astrónomo e matemático quinhentista:

Affonso de Carthagená, Bispo de Burgos: *Alegações feitas no concílio de Basiléa a favor d'ElRei de Castella, e Leaõ contra os Portuguezes, sobre a conquista das Canarias no anno de 1435* ³⁵.
Em Latim. Esc. Est. A. num. 14. 4.º.

³³ Sem qualquer indicação explícita quanto à sua autoria, que crónica será?

³⁴ GORDO, Joaquim José Ferreira – «Apontamentos para a Historia Civil, e Litteraria de Portugal e seus Dominios, collegidos dos Manuscritos assim nacionaes, como estrangeiros, que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escorial, e nas de alguns Senhores, e Letrados da Côrte de Madrid», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, 1792, pp. 87-88.

³⁵ «Alegações de D. Afonso de Cartagena, bispo de Burgos, contra os direitos dos Portuguezes às Ilhas Canárias», tradução de José Saraiva, separata de *Descobrimentos Portuguezes. Documentos para a sua História*, publicados e prefaciados por J. Martins de Silva Marques, vol. I, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1944.

André de Avellar, Professor de Mathematica na Universidade de Coimbra: *Exposição da Theoria dos Sete Planetas, e oitava Esfera*³⁶.
Em Latim. Esc. Est. Et. num. 9. 4.³⁷

Monsenhor Ferreira Gordo, cujo nome e obra é frequentemente citado nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, granjeou fama de erudito em bibliografia portuguesa e estrangeira. O seu espólio pessoal, ainda que rondasse [apenas!] os 3000 volumes, abundava em obras raras, cuja recolha de fontes históricas efectuada por si seria utilizada por inúmeros historiadores e eruditos. O seu legado como homem da Ciência e do Saber merecem um estudo renovado, pois existem questões por responder. Profundo defensor da Cultura portuguesa, convém, com alguma urgência, revisitar a sua biografia com perspectivas actualizadas.

³⁶ ALMEIDA, Manuel Lopes de – «Apontamentos para a biografia de André de Avelar, professor de Matemática na Universidade», separata de *Revista da Faculdade de Ciências*, vol. XXXIX, Junta de Investigações do Ultramar, Coimbra, 1966.

³⁷ GORDO, Joaquim José Ferreira – «Apontamentos para a Historia Civil, e Litteraria de Portugal e seus Dominios, collegidos dos Manuscritos assim nacionaes, como estrangeiros, que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escorial, e nas de alguns Senhores, e Letrados da Côrte de Madrid», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, 1792, p. 88.

JOSÉ ANASTÁCIO DE FIGUEIREDO RIBEIRO
[1766-1805]

Um dos apontamentos historiográficos mais complexos das *Memorias de Litteratura Portuguesa* reporta-se à problematização do conceito de “juiz de fora”¹, efectuado por José Anastácio de Figueiredo Ribeiro² [1766-1805], inaugurando-se aqui uma série de estudos dedicados à História do Direito português³.

Formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, depois dos estudos professou como cónego da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, mas desempenharia funções como oficial

¹ TORRES, Ruy d'Abreu – «Juizes de Fora», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, pp. 417-418; CAETANO, Marcello – «Corregedores, vereadores e juizes de fora», in *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1179-1383)*, 2.ª edição, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1981, pp. 67-91.

² «José Anastácio de Figueiredo Ribeiro», in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. IV, pp. 232-234; vol. XII, pp. 216-217; «José Anastácio de Figueiredo Ribeiro», in *Portugal. Diccionario Historico...*, vol. VI, pp. 269-270; «José Anastácio de Figueiredo Ribeiro», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV, pp. 596-597; BARREIRA, Aníbal – «José Anastácio de Figueiredo: sua contribuição para a cientificação da História de Portugal», in *Revista da Faculdade de Letras: História*, n.º 2, FLUP, Porto, 1971, pp. 189-200.

³ CAETANO, Marcello – *História do Direito Português (sécs. XII-XVI)*, 2000; COSTA, Mário – *História do Direito Português*, 2.ª edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1996; CRUZ, Sebastião – *Direito Romano [Ius Romanum]. Introdução. Fontes*, vol. I, 4.ª edição revista e actualizada [s. n.], Coimbra, 1984; MARQUES, Mário Reis – *História do Direito Português Medieval e Moderno*, 2.ª edição, Livraria Almedina, Coimbra, 2002; PRODI, Paolo – *Uma História da Justiça. Do pluralismo dos tribunais ao moderno dualismo entre a consciência e o Direito*, Editorial Estampa, Lisboa, 2002.

supranumerário da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino [1794]. Apesar da sua breve vida, deu provas evidentiíssimas de uma sabedoria rara, como patenteado em vários trabalhos editados nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*. Seria acolhido como sócio correspondente de número na Academia Real das Ciências [1790], mas está por esclarecer um hipotético afastamento compulsivo desta agremiação por motivos desconhecidos.

Com enfoque no período medieval e nos Descobrimentos, o Autor justificou a exequibilidade da justiça nas primeiras instâncias. Deste modo e usando documentação diversificada e bibliografia histórico-jurídica⁴, a figura do “juiz de fora”, categoria jurídica em decadência nos finais do século XVIII, será revisitada. Desde a Reconquista e a edificação do espaço nacional podem encontrar-se menções numerosas à existência de “juizes”, entendidos no sentido de “juizes ordinários ou vulgares”, pois a arbitragem e a resolução de diferendos cíveis e criminais sempre existiram. Assim sendo, as comunidades tiveram que encontrar soluções para tais desvios ou contendas de toda a ordem.

De acordo com as tradições municipalistas, os juizes ordinários desenvolviam a sua acção com a concordância e o aconselhamento do “homens-bons” concelhios ou de cada lugar. A um nível superior, tipo “segunda instância”, os oponentes ou julgados poderiam transitar ou recorrer [ou *alçar-se*⁵] para os governadores, “adiantados” ou “ricos-homens”, fossem condes, capitães-gerais ou meirinhos régios. Seriam raros os casos que alcançariam as instâncias superiores, cujo

⁴ Refira-se, sobretudo, os seguintes títulos: *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais raros para a Historia e Estudo Critico da Legislação Portuguesa...*, ordenada por José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, vol. II [1550-1603], Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790; *Synopsis Chronologica de subsídios ainda os mais raros para a Historia e estudo critico da Legislação Portuguesa...*, ordenada por José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, vol. I [desde 1143 até 1549], Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790.

⁵ «Alçar-se», in *Elucidário...*, vol. I, p. 319; MIGUEL, Carlos Frederico – «Alçadas», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp. 80-81.

vértice, estava, obviamente, o monarca, enquanto árbitro supremo da nação⁶.

Segundo José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, os juízes ordinários eram quase sempre eleitos anualmente pelas populações, ainda que pelos elementos mais destacados de cada localidade, constituindo uma parte indispensável do sistema feudal português. Paralelamente, o papel dos forais de cada localidade, assim como os seus foros e direitos não poderiam ser esquecidos neste contexto jurídico⁷. Por consequência, essas escolhas dos juízes ordinários eram quase sempre cúmplices dos poderes locais, fossem de natureza senhorial, eclesiástica ou municipal, ocasionando entraves à justiça. Nestas eleições, a atribuição dos juízes ordinários pelas localidades tinha que ser confirmada, ou não, pelo poder régio⁸. Para não contrariar os poderes municipais numa época em que o poder do monarca, em paralelo com o próprio Estado, estava em formação, raramente o monarca intervinha em contextos *in loco*.

Desde cedo tornou-se lógico que o exercício da justiça seria condicionado para os juízes ordinários, atendendo às ligações intrínsecas às terras ou localidades adstritas, fosse pelo peso das relações familiares, de compadrio ou simples amizade, bem como no sentido oposto, caso existissem inimizades ou incompatibilidades diversas. Tais factores prejudicavam a presumível isenção do seu julgamento, ao que muito contribuíam os interesses instalados. Assim, a figura do “juiz ordinário” estava praticamente desguarnecida e sujeita às maiores arbitrariedades. Tal cargo era correntemente elegível por um

⁶ FREITAS, Judite A. Gonçalves de – «Imagem do rei e imagem do reino», in *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI). Modernidades medievais*, Alêtheia Editores, Lisboa, 2012, pp. 34-45.

⁷ CRUZ, Guilherme Braga da – «O Direito Subsidiário na História do Direito Português», in *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito e do Direito Moderno*, 2.^a Parte, vol. II, pp. 267-268.

⁸ DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, FCG/FCT, Lisboa, 1999, pp. 245-247.

ano, mas cessando esse período, o indivíduo que o houvera assumido encontrava-se à mercê de vinganças e perseguições, não havendo uma defesa da sua pessoa, *a posteriori*. O receio de represálias levava a que a administração da justiça ficasse por efectuar, como atestam tantos episódios históricos. Surge, então, uma nova figura jurídica para responder a estas situações, sendo um sinal da força régia na justiça: o designado “juiz de fora” ou “juiz de fora-parte”, o qual desempenhará um papel essencial na administração pública.

O juiz de fora era quase sempre um homem da confiança da Coroa e, mais tarde, um magistrado indigitado para actuar em comarcas onde era necessária a intervenção de um juiz equitativo. Em inumeráveis ocorrências, os juizes de fora assumiriam similarmen-te uma faceta preponderantemente política, sendo indicados para presidir a câmaras municipais como uma forma do poder central melhor controlar a vida municipal. A figura do “juiz de fora” surgiria tacitamente por iniciativa expressa de D. Afonso IV⁹, percorrendo frequentemente várias localidades. A principal função do juiz de fora era zelar pelo cumprimento da justiça em nome da Coroa e as leis do reino. Aliás, a autoridade do juiz de fora era muito superior à dos juizes ordinários dos concelhos, embora de modo extraordinário e com uma validade previamente estabelecida:

Porém he certo, que como os ditos Juizes Ordinarios tivessem naturalmente muitos obstaculos para bem e compridamente ad-ministrar, e fazer justiça, em razão de serem da mesma terra, e terem nella muitos parentes, e amigos, compadres, e companhei-ros, ou tambem malquerenças, e odios com outros; e por parte não podessem tam bem executar as Leis, e resistir ás prepotencias

⁹ Entre outros estudos, v. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1990; IDEM – *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, 1990.

dos Poderosos, e castigar os seus excessos, visto que acabado o tempo da sua judicatura, elles ficavaõ reduzidos a particulares em o mesmo Lugar, ou termo, e expostos ás vinganças dos mesmos Poderosos: por estas razoes o Senhor Rei D. Affonso IV. foi o primeiro, que achou ser de *Direito e razão* pôr seus Juizes de Fóra-parte em muitas Cidades, Villas, e Lugares, por presumir o Direito, que sendo estranhos, sem nelles terem lugar as ditas razoes, fariaõ mais compridamente *direito*, do que os naturaes das terras¹⁰.

Durante a formação da estrutura do Estado, a Coroa portuguesa investiu nas autoridades locais para enfraquecer o domínio senho-rial. O juiz de fora, instrumentalizado pela Coroa, contrabalançava o “juiz da terra”, escolhido pelos “homens bons” do concelho. Os monarcas justificavam a nova magistratura pela necessidade de justiça imparcial, o que os naturais, por parentesco e amizade, não poderiam fazer convenientemente. A Peste Negra de 1348-1349 é apontada como catalisador desta mudança: a multiplicação dos testamentos originou conflitos entre a Coroa e a Igreja sobre os legados testamentários, determinando-se que tal caberia aos juizes de fora expedidos para cada concelho, mais aptos para enfrentar as reivindicações clericais.

De facto, o cargo não podia ser exercido no local de origem ou na residência habitual do magistrado. Também não eram permitidos outros vínculos com a população local, fosse por meio de matrimónio ou simples amizade. Ao tempo de D. João I¹¹, perante as

¹⁰ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre a origem dos nossos Juizes de Fóra», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, p. 32.

¹¹ «Da maneira, que ham de teer os Juizes, que ElRey manda a alguãs Villas per seu serviço, e do poder, que ham de levar», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, tít. XXV, pp. 155-164.

reclamações das populações beirãs, após as terras ofertadas à nova fidalguia após 1385, mandou averiguar e castigar, como exemplo, todas as situações anómalas. Foram enviadas inspecções régias, por via de corregedores especiais para o efeito. Não se conseguindo a normalização dessas situações, o monarca deslocar-se-ia às Beiras¹² para resolver pessoalmente tais contendas e impor a continuidade das reformas iniciadas por D. Afonso IV e D. Pedro I:

E porque achou, que nella se faziaõ muitos maleficios, e malfeitorias pelos Cavalleiros, Escudeiros, e Homens d'Armas, e pelos seus, e outrosim pelos Tabelliães, e por outros Officiaes de Justiça, e que nas terras que [D. João I] tinha dado aos Cavalleiros, Escudeiros, e outros Grandes da dita Comarca [Beiras] com suas Jurisdicções, se naõ fazia direito, ou justiça, como devia ser; e os ditos Donatarios, e os seus Juizes, e *Meirinhos*, e *Ouvidores* consentiaõ, que nessas terras se fizessem as malfeitorias, e crimes: querendo a tudo provêr, e remediar, como era necessario a seu serviço, e proveito commum, acordou com os do seu Conselho, por serviço de Deos e seu, que pozesse Juizes por elle em Lamego, Vizeu, na Guarda, em Trancoso, Pinhel, Coimbra, e Castello Branco; dando-lhes além dos termos das ditas Cidades, e Villas, jurisdicção nos outros Julgados das Terras chans, e Villas acastelladas da dita Comarca, que repartio por elles, conforme se continha em as Cartas que lhes deu dos taes Officios¹³.

No início do século XIV, os “ouvidores da suplicação”, distintos dos “ouvidores da Corte”, tornaram-se comuns. Com as Cortes de

¹² *Chancelarias Portuguesas. D. João I (1384-1385)*, organização e revisão geral de João José Alves Dias, vol. I, t. I, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004, pp. 378-380.

¹³ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre a origem dos nossos Juizes de Fóra», pp. 35-36.

Coimbra [1303], no reinado de D. Dinis, inserem-se na reorganização do sector administrativo e do aparelho judicial. No reinado de D. Afonso IV, instituem-se os “juízes de fora”, cada vez mais generalizando-se como forma de combater os excessos das classes privilegiadas. Tanto no reinado de D. Dinis como no de D. Afonso IV¹⁴, prossegue a concentração dos poderes/funções régios, impondo-se a diferenciação/separação dos órgãos/agentes judiciais.

Também D. Pedro I entendeu reforçar a administração da justiça, nomeando vários juízes de fora para as comarcas e revalidando as funções de outros juízes¹⁵. Face à imposição régia dos concelhos sustentarem, ou manterem parcialmente, os juízes de fora designados para si, as populações manifestaram o seu desagrado com essas onerações. Sustentando que alguns indivíduos poderiam garantir a fiabilidade de tais funções, obtiveram consensos com o poder régio:

Por quanto sendo a fôrma certa, e ordinaria das Cartas, que [D. Pedro I] dirigia aos Concelhos ao dito respeito: *Faço saber a vós Fidalgos, Cavalleiros, Escudeiros, Concelho, e Homens bons de tal Villa, ou de tal Cidade, que confiado da bondade, e descripçom de F., e entendendo-o por nosso serviço e prol, e bonra dessa Villa, ou Cidade, e por ser melhor regida Teemos por bem, e damoslos por nosso Juiz de Fora em essa Villa e seu termo, assy nos feitos civeis, como nos crimes, e no regimento, e vereamento, e apercebimento della*; variavam e não havia regra certa no tempo, porque eraõ dados, se na Carta hia expresso, como as mais das vezes succedia; por quanto em humas, e mais regularmente se acha *atá hum anno*, e logo no fim delle se passava a nomear outro, que lhe succedesse; em outras se declara que será *por dous annos*,

¹⁴ FERREIRA, Francisco Leitão – *Noticias Chronologicas da Universidade...*, vol. I, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1729, p. 184.

¹⁵ «Do Corregedor da Corte», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, tit. V, pp. 37-57.

ou *por tres annos* em huma, e em outras finalmente, *em quanto nossa mercê for*.¹⁶

Paralelamente, regulamenta-se o cargo de “corregedor” [magistrado anteriormente designado por “meirinho-mor”], com funções administrativas, mas também judiciais junto das populações e dos senhores. A designação da função [*corregger, corrigir*] está na origem do nome do agente. Os corregedores tinham como principais atribuições emendar os erros e reparar as violências na superintendência da justiça, averiguando o desempenho dos juízes dos concelhos e dos juízes de fora.

Nas pequenas circunscrições, controlava, quase exclusivamente, a justiça popular, exercida essencialmente pelos “juízes ordinários”. Como, porém, estes magistrados eram locais e exerciam um mandato temporário, escasseavam-lhes as condições para cumprirem devidamente as suas jurisdições, sujeitos às pressões dos poderosos. Deste modo, revela-se a importância cimeira da formação de bacharéis, licenciados e doutores de Leis oriundos da Universidade de Coimbra para preencher esses lugares na administração pública. Neste ponto torna-se elucidativo o triunfo da centralização do aparelho de Estado face à condição nobiliárquica para o exercício de tais encargos:

E he certo, que sendo já Magistrados Ordinarios os que poze-
raõ em algumas Cidades, e Villas os Senhores D. Affonso IV. e D.
Pedro I. como se prova dos Artigos das suas Cortes, se interrom-
peo com tudo a sua creação, concedendo-se novamente aos Póvos
o continuarem na eleição dos naturaes, e veio indubitavelmente a
ter exercicio outra vez logo nos principios do reinado do Senhor
D. Affonso V., continuando-se no do Senhor D. Joaõ II. seu filho,

¹⁶ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre a origem dos nossos Juizes de Fóra», pp. 38-39.

e dahi por diante até hoje. Finalmente [...] o Senhor Rei D. Manoel só augmentára o numero dos Juizes de Fóra, e o mantimento ou salarios, que deveriaõ ter, de que taõbem mandou de novo pagar constantemente á custa da sua Fazenda, já ametade, já duas terças partes, ou ainda quatro quintas partes, de que se achaõ alguns exemplos; obrigando só a pagar-se-lhes o resto pelas rendas dos Comcelhos, ou por finta quando as ditas rendas não chegassem, ou as não houvesse.

E viera a fazer com que já pelos ultimos annos do seu reinado só fossem mandados, e eleitos da classe dos graduados em algum dos Direitos, e Letrados (contra a prática antiga, por que se não requeria semelhante qualidade, mas só Nobreza, e prudencia, ou annos de serviço, ainda que fosse na guerra): como se suppoz já invariavel, e confirmou pelo Senhor Rei D. Joaõ III. [...] em quanto para todos os Julgadores só se occupa em determinar o numero dos annos de estudo, e que fosse privativamente na nossa Universidade de Coimbra; comprehendendo expressamente tambem os Juizes de Fóra ¹⁷.

José Anastácio de Figueiredo Ribeiro revelou uma preocupação extrema em fundamentar as suas proposições em fontes históricas, exemplificadas pelas transcrições da documentação régia regulando as nomeações e atribuições de alguns juizes de fora. Além destas alusões, comparou tais indicações com outros autores para melhor explanação crítica acerca “[...] daquela nossa primeira idade”, nas suas palavras¹⁸. Manifestou a impossibilidade de conhecer-se, com toda a certeza, quantos juizes de fora existiriam, em exercício, até à sua contemporaneidade.

¹⁷ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre a origem dos nossos Juizes de Fóra», pp. 44-45.

¹⁸ *Idem*, p. 33.

No entanto, desde o estabelecimento dos juízes de fora por D. Afonso IV houvera sido implícito um lastro nobiliárquico aos seus representantes, embora no reinado de D. Afonso V grande parte desses signatários pertencerem à Casa Real, contando-se entre os escudeiros e cavaleiros da baixa nobreza. No reinado de D. Manuel I verificou-se um aumento considerável das nomeações de juízes de fora para todo o território nacional, quando comparado com os reinados anteriores. Além de aumentarem os seus efectivos, a sua formação académica será um factor decisivo para o seu indigitamento, aumentando, conseqüentemente, a durabilidade [um a três anos ou, em situações excepcionais, pela mercê do monarca] e a amplitude espacial dessas funções, em que o mesmo juiz de fora acumulava a superintendência simultânea em várias localidades.

A exercitação da justiça foi uma exigência crescente à medida que o reino português se definia, pesem, embora os diferendos/conciliações entre a justiça municipal e a justiça régia, a justiça eclesiástica, fiel depositária da tradição jurídica do Direito romano, e o arreigamento das populações ao direito costumeiro ou consuetudinário. Aliás, este ramo do Direito encontrava-se em antagonismo com os princípios do Direito romano, modelo primordial dos esquemas jurídicos europeus. No contexto peninsular, a força do Direito visigótico e a sua mesclagem com o Direito romano tornaram o cenário jurídico vinculado aos costumes das populações, uma das raízes dos fortes sentimentos municipalistas. A figura do juiz de fora desaparecerá após a implementação dos juízes de Direito [1832]¹⁹.

*

¹⁹ CRUZ, Guilherme Braga da – *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito. Direito Moderno*, vol. II, 2.^a parte, pp. 134-136.

Na senda das indagações jurídico-históricas, José Anastácio de Figueiredo Ribeiro versaria igualmente sobre as possíveis definições e abrangências do termo *façanhas*²⁰ no plano jurídico medieval. Poder-se-á entender esta reflexão como uma certa ‘curiosidade histórica’ para os leitores das *Memorias de Litteratura Portugueza*, conquanto este tema em particular fosse um conceito praticamente desconhecido nos meandros jurídicos tardo-setecentistas – aliás, não é por acaso que esta concepção possui sentidos completamente opostos²¹. Propôs-se o Autor a comentar a palavra *façanhas*, bem como a sua aplicabilidade na conjuntura explicitamente judiciária e, dentro desses meandros.

Questão fundamental: o que era, na verdade, uma *façanha*? À primeira vista, tal expressão reporta-se basicamente a um feito heróico ou um acto sublime que importava registar para a posteridade²²,

²⁰ “Três foram, pois, os significados conferidos, até José Anastácio de Figueiredo, à palavra *façanha* em contexto jurídico: a) juízo sobre acção notável que fica como padrão normativo para o futuro, por virtude da autoridade de quem o praticou ou aprovou; b) opinião altercada ou controvertida; c) a própria acção de que decorre o juízo. [...] as *façanhas* eram sentenças que valiam não só para o respectivo processo onde eram pronunciadas, mas para todos os outros semelhantes, por: a) serem decisões régias; b) se tratar de casos duvidosos ou omissos na legislação pátria. [...] Ou seja: para Figueiredo, a *façanha* retira a obrigatoriedade da sua natureza régia, enquanto que para Duarte Nunes a respectiva força vinculativa decorre da autoridade do agente do feito e dos que o acreditam; a *façanha* gera-se para aquele nos casos duvidosos, não exigindo necessariamente um feito notável.” ALBUQUERQUE, Martim de, e ALBUQUERQUE, Ruy d’ & – *História do Direito Português*, vol. I, FDUL, Lisboa, 1984-1985, pp. 176-181.

²¹ «Façanha», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. X, p. 806; «Façanha», in *Grande Enciclopédia Universal*, vol. VIII, Durvan, Lisboa, 2004, p. 5441; «Façanha», in *Dicionário de Latim-Português*, por António Gomes FERREIRA, Porto Editora, Porto, 1991, p. 472; «Façanha», in *Dicionário de Português-Latim*, 2.^a edição, Porto Editora, Porto, 2000, p. 284.

²² «Façanha: s. f. (sXIII...). 1 feito heróico; proeza impressionante <as f. Aquiles na guerra de Tróia> 1.1 p. ext. acção excepcional que ultrapassa os limites habituais <a f. da ida do homem à Lua> 2 feito atlético ou intelectual <a f. de conquistar um tetracampeonato> 3 acção imprudente, escandalosa ou simplesmente brincalhona <a sua última f. revoltou a população> * ETIM. segundo JM, cast. ant. *fazaña* ‘feito extraordinário, proeza’, do lat. *faciana*, do v. lat. *facio*, *is, fēci, fāctum, facēre* ‘fazer’; ver *faz-*; f. hist. sXIII *façāya*, sXIV *façanha*.” «Façanha», in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. IX, p. 3724.

servindo de exemplo a seguir para os vindouros. Sendo um acontecimento imbuído de uma determinada importância para um povo ou nação, impunha-se ser registado pela História e permanecer na memória nacional. Apontando a existência de exemplos briosos na História de Portugal, José Anastácio de Figueiredo Ribeiro recordava o episódio, talvez lendário, do alcaide Martim de Freitas. Depositando as chaves da cidade de Coimbra no túmulo de D. Sancho II em Toledo, tal atitude suscitaria a admiração de D. Afonso III, tendo este afirmado, segundo reza a tradição, que tal obediência era uma verdadeira *façanha*. Por conseguinte, enquanto *façanhas*, as conotações de determinados acontecimentos só poderiam ser dignos de respeitabilidade. Adiante as definições etimológicas²³ para o termo *façanha*, o Autor interessar-se-ia pela sua raiz exclusivamente jurídica.

Na História do Direito português, as diferentes *Ordenações*²⁴ retiveram como leis subsidiárias os cômputos do Direito Romano, do Direito Canónico e do Direito Consuetudinário, além das *leis extravagantes*. Tiveram como fonte primordial, o *Livro das Leis e Posturas*, as *Ordenações de D. Duarte*, as resoluções das Cortes, os usos e costumes [os *costumes* propriamente ditos, os foros, as *façanhas*, as *respostas* e os *estilos*] e a *Lei das Sete Partidas*²⁵. As *façanhas* eram as decisões dos juizes municipais, cujas respostas expressavam os pareceres dos jurisconsultos, enquanto os *estilos*

²³ «Façanha», in *Diccionario da Lingoa Portuguesa*, vol. I, Typographia da Academia, Lisboa, p. 591.

²⁴ «Como se julgaram os casos, que nom forem determinados por Nossas Ordenaçoes», in *Ordenações Manuelinas*, livro II, tit. V, pp. 21-22; «Quando muitos sam condenados em hua sentença, e huu soo apella della», in *Ordenações Manuelinas*, livro III, tit. LXIV, pp. 240-241.

²⁵ CRUZ, Guilherme Braga da – «O direito subsidiário na história do direito português», separata da *Revista Portuguesa de História*, t. XIV, vol. III [s. n.], Coimbra, 1975, pp. 207-212.

eram as regras que deveriam ser respeitadas nos processos na Casa da Suplicação de Lisboa:

Só me occupará, e fará o objecto desta breve Memoria, o sub-ministrar os meios de se poderem fixar as idéas a respeito de qual seja o verdadeiro sentido juridico, que entre nós teve, e alcançou; a ponto de merecer expressa, e especifica revogação em varias Leis, e Cartas de Doação, e Confirmação: em cujas conclusões se acha muitas vezes mandaram-se cumprir, e guardar, e ter todo o seu devido effeito *sem embargo de quaesquer Leys, grossas, ordenações, foros, façanhas, opiniões de Doutores, e Capitulos de Cortes; ou, Não embargante quaesquer direitos canonicos, civis, costumes, façanhas, estilos, que contra o seu contheudo fossem; porque em quanto contra o mesmo fossem se ha tudo por revogado, annullado, e de nenhum vigor*²⁶.

De acordo com as pesquisas de José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, o uso da expressão *façanha* encontra-se pela primeira vez nas obras do jurisconsulto Duarte Nunes do Leão²⁷ [1530?-1608],

²⁶ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre qual seja o verdadeiro sentido da palavra *Façanhas*, que expressamente se achão revogadas em algumas Leis, e Cartas de Doações e Confirmações antigas, como ainda se acha na Ord. liv. 2. tit. 35. § 26.», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, p. 62.

²⁷ “E porque o fim da historia não he soamente a delectação que da narração das cousas se toma, mas a vtilidade & exemplo que della se tira, para doctrina dos que a leem, por o que dos antigos com muita razão se chamou Mestra da vida, pois cai em menção desta palaura *façanha*, de que as leis deste reino, & as scripturas antigas fazem menção, que eu não vi entender a algum letrado deste tempo, parece que polo pouco costume que agora ha de se fazerem *façanhas*, menos incoueniente me pareceo fazer esta digressão, que ignorarse mais, que direito he *façanha*. He, pois, *façanha* hum juizo sobre algum feito notauel & duvidoso, que por authoridade de quem o fez, & dos que o approuarão, & louuarão, ficou delle hum direito introduzido para se imitar, & seguir como lei, quando outra vez acontecesse.” LEÃO, Duarte Nunes do – «Chronica del Rei Dom Afonso Quarto», in *Crônicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão Editores, Porto, 1975, p. 292.

não esquecendo que este houvera aludido ao esquecimento daquela palavra possuía nos cálculos jurídicos. Portanto, era uma concepção completamente ignorada nos finais do século XVI. Deste modo, Duarte Nunes do Leão explicara que, por *façanha*, se entendia um diferendo não previsto nas leis ou nos costumes, cuja resolução seria assinalada como uma solução para questões idênticas.

Deste modo, “fazer uma *façanha*” seria uma prática de jurisprudência, ou seja, no seu entendimento, “fazer direito” seria fazer *façanha*²⁸. É lógico que o sentido jurídico das *façanhas* possui uma clara origem castelhana²⁹ ou ibérica, devidamente expressa na *Lei das Sete Partidas*³⁰ estava enraizado no quadro jurídico português. A antiguidade da palavra *façanha* aparenta ser bastante remota, embora a primeira menção ter sido indicada por Duarte Nunes do Leão³¹. À parte da exiguidade do uso, a omissão de registos não significa que tal não tenha sucedido, mas as designações em pleito podem não ter adoptado tal termo.

O peso legislativo da *façanha* era tal que se impôs como lei régia, não emanando de um costume, mas de um caso ou feito excepcional que, por vontade da própria Coroa, se tornaria lei³². Também não

²⁸ “[...] que por *façanhas* entende a nossa Ordenação, e todos os que a ella se referião (nas suas doações ou instrumentos) *os arestos, sentenças, ou casos julgados, sendo certo que se deve julgar pelas leis, e não pelos exemplos*, excepto se as tais sentenças fossem dadas por el-rei porque, então, deviam regular os outros semelhantes casos, por terem força de lei; e também se uma longa repetição destes *exemplos* houvesse estabelecido o *racional costume* porque então se reputava verdadeira lei e própria a decidir.” «Façanha», in *Elucidário...*, vol. II, pp. 241-242, inteiramente fundamentado em José Anastácio de Figueiredo Ribeiro.

²⁹ «Hanzas», in *Diccionario Grande da Lingoa Castellana*, vol. IV, p. 132.

³⁰ *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio*, Partida Primera, vol. I, Imprenta Real, Madrid, 1807.

³¹ Sobre as críticas de José Anastácio de Figueiredo Ribeiro a Duarte Nunes do Leão, v. DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas. Três Séculos de Direito Medieval [1211-1512]*, Zéfiro Edições, Sintra, 2008, p. 31.

³² “A importância do costume como fonte de direito era primacial. Durante muito tempo foram de carácter consuetudinário a maior parte das normas de direito local: eram elas que integravam o conteúdo dos forais, sendo mesmo de notar que muitas disposições destes eram por sua vez de origem consuetudinária. Foi só mais tarde,

deixa de ser curioso a familiaridade deste termo com acontecimentos de natureza bélica, dado que se encontram indissociáveis, embora nem sempre ocorresse, como foi o primeiro caso registado, ao tempo de D. Dinis, como se foca:

E pera mais declaração poem outros exemplos: hum de Castella, que he o juizo ou sentença de dōze Cavalleiros de varias Nações, a que se cometteo depois da batalha de Najara³³, que ElRei D. Pedro de Castella venceo, o decidir se o Marechal de França Mossen Beltraõ de Guesclim³⁴ tinha errado, e faltado ao juramento,

com o desenvolvimento da legislação, que o costume como fonte de direito viu pouco a pouco diminuir o seu prestígio e o seu campo de aplicação, sem todavia desaparecer por completo, antes mantendo-se com pertinácia ao lado das fontes de carácter legislativo, as quais inclusivamente podia revogar. Dos costumes locais cumpre aproximar os casos julgados, conhecidos pelos nomes de façanhas, os quais também em muitos casos tinham força de lei.” MERÊA, Paulo – «As fontes de direito e a justiça», in *História de Portugal*, vol. II, 1929, cap. VII, p. 509.

³³ “E no / seguyte ano, veo el rey dō Pedro, cō o príncipe de Galez e cō o duque d’Aalecastro e cō grande gete d’yngreses, e entrou per os portos de Roçavales. E dhy se veeo a Castela aa vyla de Najera. E hy pôs seu arrayal. El rey dō Enrryque, que se apoderara de todalas cidades e vilas de Castella, cō o qual erã a mayor parte dos senhores e cavaleiros do reyno, veeo e contra del rey dō Pedro cō grandes getes de cavalo e de pee. O príncipe escrepveo ante a el rey dō Enrryque que quysesse despachar o reyno a el rey dō Pedro e que assy lho requeria da parte de Deus e do martyr Sam Jorge. El rey dō Enrryque se escusou, dizêdo que el rey dō Pedro avya perdido o reyno por suas cruezas e maaos feytos, e que ele fora elegido por todollos prelados, fidalgos e çidadãos dos reynos de Castella. E que, de elle seer rey, lhe parecia obra de Deus e que por tanto nō entedia leixar o reyno; antes o etendia de poer a juyzo de batalha, a qual foy preto da cidade de Najera. Os da parte del rey dō Pedro erã todos [...] del rey dō Enrryque, deles a pee e deles a cavalo. E, sem muyta tardança forõ vécidos os castelãos.” «Como o cōde dō Enrryque etrou e Castella e foy feito rey e vécido per el rey dō Pedro e per o príncipe de Galez», in *Crônica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, cap. XI, pp. 530-531. Para informações sobre as campanhas do *Príncipe Negro*, v. RUSSELL, Peter E. – «O campo de batalha de Najera», in *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, tradução de Maria Ramos, revisão científica de João Gouveia Monteiro, «Estudos Gerais. Série Universitária», INCM, Lisboa, 2000, pp. 123-131.

³⁴ *Chronique de Bertrand du Guesclin, par Cuvelier, trouvère du XIV^{ème} Siècle...*, edição literária de Ernest Charriere, vols. I-II, Typographie de Firmin Didot Frères, Paris, 1833.

e promessa de se não armar contra o Príncipe de Gales³⁵, filho d'ElRei de Inglaterra, huma vez que (como dice o Marechal) elle tinha vindo á dita batalha, não como Príncipe, ou Capitaõ della, mas como soldado asalariado, e ás gajes d'ElRei D. Pedro, o unico Senhor da batalha. *E foi* (continûa, e diz Duarte Nunes), *notada aquella resposta* (que os Cavalleiros houveraõ por boa, e dada com Direito) *de maneira, que por aquella façanha se livraraõ* (despacharaõ, ou sentenciaraõ) *depois muitos casos semelhantes, quando aconteciaõ na guerra*. E outro do nosso Reino de Portugal (que se refere tambem no Nobiliario do Conde D. Pedro Tit. 55. § 6. *dos Cunhas*)³⁶ a respeito do modo, como nas Cortes de Alemanha, Lombardia, Inglaterra, França, Sicilia, Navarra, Aragam, Castella, e Leaõ pelos seus Principes, e por varios *Altos-homens*, Senhores, e Cavalleiros se decidio, e resolveo, que Martim Vasques da Cunha o velho³⁷ podia largar sem crime, e vergonha ao Senhor Rei D. Diniz o seu Castello de Celorico de Basto³⁸, ao qual não queria receber, por lhe não ser affecto, em razãõ de ter injuriado a D. Domingos Jardo³⁹, Bispo de Lisboa, seu Chanceller mór, e grande seu privado; sobre o que os tinha hido consultar. E assim o veio

³⁵ BICKNELL, Alexander – *The History of Edward Prince of Wales, commonly termed The Black Prince, eldest son of King Edward the Third...*, J. Bew, Londres, 1775.

³⁶ «Cunãs», in *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey D. Dionis de Portugal*, tradução e comentário de Manuel de Faria e Sousa, Officina de Alonso de Paredes, Lisboa, 1646, tít. LV, pp. 310-319.

³⁷ PIZARRO, José Augusto de Sotto-Mayor – «Cunhas», in *Linbagens Medievais Portuguesas*, vol. II, Universidade Moderna, Porto, 1999, p. 370.

³⁸ CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida, e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão...*, vol. I, Officina de Manuel da Silva, Lisboa, 1642, f.^{os} 206-207.

³⁹ AMBRÓSIO, António – «Dom Domingos Anes Jardo e a Universidade Católica Portuguesa em S. Marcos, Agualva-Cacém, Sintra», in *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. Igreja e Sociedade na Época Contemporânea*, 2.^a série, t. VI, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1994, pp. 417-442.

a fazer, conforme quasi á Lei da Partida (2. tit. 18. L. 20. e 21.)⁴⁰ que Duarte Nunes diz *parece se tirou da tal façanha*⁴¹.

Ao longo de diversos argumentos, José Anastácio de Figueiredo Ribeiro afiançou que o termo *façanhas* poderia encerrar, inclusive, outras significações jurídicas, nomeadamente ao não embargo de uma determinada lei – *secundum subjectam materiam*. Por esta perspectiva, fazer *façanha* seria autorizar a sua promulgação⁴², não obstando nenhum entrave ao seu exercício. No entanto, foi evidente que as suas proposições possuíam uma fundamentação nas fontes históricas e nas obras jurídicas seiscentistas e setecentistas mais autorizadas⁴³.

O Autor refere-se a vários exemplos para explicar as *façanhas*, de acordo com as opiniões de jurisconsultos portugueses e castelhanos, embora tal confrontação possa induzir-nos a conclusões pouco seguras. De um outro prisma, terá sido o ensejo de José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, esclarecendo como este termo ambíguo e aparentemente simples pode alterar completamente o sentido hermenêutico do próprio Direito, induzindo a interpretações erróneas:

E se nos nossos tempos o vemos algumas vez feito, he por tirar duvidas, e seguir-se de alguma sorte o erro dos mesmos tempos,

⁴⁰ «En qué manera deben los alcaydes emplazar los castiellos quando los señores sone n culpa non gelos querendo tomar» & «Qué debe aun facer el alcayde despues que hobiere emplazado el castiello», in *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia*, Partida Segunda y Tercera, Leis XX-XXI, pp. 167-169.

⁴¹ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre qual seja o verdadeiro sentido da palavra *Façanhas*, que expressamente se achaõ revogadas em algumas Leis, e Cartas de Doações e Confirmações antigas, como ainda se acha na Ord. liv 2. tit. 35. § 26.», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, p. 63.

⁴² CABEDO, Jorge de – «Arestos», in *Prima pars Decisionum Senatus Regni Lusitaniñ. Collectñ...*, vol. I, Officina de Jorge Rodrigues, Lisboa, 1602, p. 446.

⁴³ SANDOVAL, Fr. Prudencio de – *Chronica del Inclito Emperador de España, Don Alonso VII deste nombre Rey de Castilla y Leon...*, Luiz Sanchez, Madrid, 1600, p. 144.

por causa da excessiva authoridade, que na pratica, e no Fôro se entrou a dar aos Arestos, e Casos julgados, como he constante: cujos nomes porem he certo, que são os que melhor succedêrão ao antigo *Façanhas* (juridicamente fallando), quando não fossem de juizos, ou Determinações dos Reis, que então tinham tam diversa authoridade, como está dito)⁴⁴.

*

Retomando as discussões acerca das temáticas jurídicas, José Anastácio de Figueiredo Ribeiro esboçaria uma análise profunda das definições de “beetrias”, “couto” e “honras”, à semelhança do termo “façanha” e as variáveis da sua exequibilidade⁴⁵. Em anexo a esta explanação, pode encontrar-se uma coleção de documentos e provas transcritas pelo próprio no Arquivo Real da Torre do Tombo. Trata-se de um *corpus* documental valioso e onde o Autor fundamentou toda esta *Memoria*, apontando, inclusive, indicações de natureza bibliográfica⁴⁶. Trata-se de um opúsculo referencial, dado que todas as reflexões sobre estas áreas o utilizam. No entanto, não deixa de ser um estudo com alguma dificuldade perceptiva, mas que é, por ventura, dotado de uma excelência analítica impreterível⁴⁷.

⁴⁴ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre qual seja o verdadeiro sentido da palavra Façanhas, que expressamente se achão revogadas em algumas Leis, e Cartas de Doações e Confirmações antigas, como ainda se acha na Ord. liv 2. tit. 35. § 26.», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, p. 70.

⁴⁵ CAETANO, Marcello – «Terras senhoriais. Coutos. Honras. Beetrias», in *História do Direito Português (sécs. XII-XVI)*..., pp. 225-229.

⁴⁶ Pouco mais tarde, sairia à estampa um complemento a esta reflexão: RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre as Behetrias, Honras, e Coutos, e sua differença [Que levou *accessit* em 12 de Maio de 1790]», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 171-183.

⁴⁷ Consulte-se a lista dos documentos coligidos por José Anastácio de Figueiredo Ribeiro nesta *Memoria*.

Discorrendo sobre as propriedades e a natureza dos diferentes sistemas monárquicos, o Autor afirma subscrever as ideias propugnadas por Montesquieu em *O Espírito das Leis*⁴⁸, sem defender abertamente as ideias revolucionárias francesas, precisamente no seu apogeu. Todas as monarquias ibéricas funcionavam sobre os fundamentos institucionais das monarquias visigóticas, não obstante a influência muçulmana, motivo impulsionador da Reconquista após Covadonga, pelo que os governos cristãos defenderam sempre um vínculo umbilical às raízes germânicas.

Com os governos feudais, o crescendo nobiliárquico e religioso, muitas foram as distinções, privilégios, isenções e doações de terras entre os servidores régios, premiando toda uma classe dominante em torno da figura axial dos monarcas. Com o incremento dos títulos nobiliárquicos, surgem as questões do uso da hereditariedade dos mesmos títulos, em conjunto com a posse e sucessão dos diferentes senhorios, circunstância onde residem as raízes das «beetrias», muito além das hipóteses etimológicas. Tais fundamentos linguísticos entroncam, obviamente, em isenções identificáveis como «beetrias», forçosamente diversificadas na malha intrincada dos senhorios das Espanhas⁴⁹.

As beetrias foram bem mais numerosas em terras de Castela e Leão do que em terras portuguesas, onde a coesão centrífuga dos monarcas portugueses foi mais áspera nessas concessões⁵⁰. Deste

⁴⁸ MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat – *De L'Esprit des Lois*, La Compagnie, Amsterdão, 1758.

⁴⁹ RIOS Y RIOS, Angel de los – *Noticia histórica de Las Bebetrias primitivas libertades castellanas...*, Imprensa de J. A. Garcia, Madrid, 1876; LA FUENTE, Carlos M. Reglero de – *Los señorios de los montes de Torozos: de la repoblacion al Becerro de las bebetrias: siglos X-XIV*, Secretariado de Publicaciones, Valladolid, 1993; ESTEPA DíEZ, Carlos – *Las bebetrias castellanas*, vols. I-II, Junta de Castilla y Leon, Valladolid, 2003.

⁵⁰ Cf. «Behetria», in *Elucidário...*, vol. II, p. 26; «Behetria», in *Portugal. Dicionario Historico...*, vol. II, 1906, p. 234; «Beetria», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, pp. 417-418.

modo, ao falarmos de beetrias em Portugal, dever-se-á vincar que só se atribuiriam em regime de estreita excepionalidade, porque com o dealbar da Idade Moderna praticamente todas essas terras e respectivos privilégios tinham retornado à Coroa:

E daqui se deduz vulgarmente a origem, e principio das *Bebetrias*, que relativamente aos mesmos tempos se descrevem: Casas, Solares⁵¹, ou herdamentos proprios dos que os possuiaõ, livres de tributo, e vassallagem, e eximidos de sujeição Regia, com o privilegio, e posse antiga de poderem eleger quantos e quaesquer *Senhores* que quizessem, sendo naturaes de Hespanha; e depois de tomados huns depô-los, e escolher outros livremente, até sete em hum dia⁵², [...]. E he pelas mesmas razões, que em o nosso Reino, dismembrado que foi em igualmente Monarchico da Coroa de Leaõ, continuando a ter uso, e achando-se os Ricos-homens, *Filbos dalgo* ou Fidalgos, *Vassallos*, e Senhores de certos solares, territorios, e Povoações, com todos os mais vestigios do Governo e Direito Feudal⁵³; apparecem logo desde o principio os Coutos, e Honras, havendo alguns e algumas, que ao mesmo tempo se acha serem, e nomearem-se *Beatrías* ou *Beetrias*: dar huma justa idéa das quaes entre nós he o digno objecto da presente Memoria⁵⁴;

⁵¹ ALMEIDA, Fortunato de – «Solares, coutos, honras e beetrias», in *História de Portugal. Desde os tempos pré-históricos a 1580*, vol. I, Bertrand Editora, Lisboa, 2003, pp. 206-207.

⁵² MARQUES, A. H. de Oliveira – «Beetria», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp. 320-321.

⁵³ AMARAL, António Caetano do – *Memórias para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, cap. IV, pp. 141-142.

⁵⁴ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria para dar huma idéa justa do que eraõ as Behetrías, e em que differiaõ dos Coutos, e Honras», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792, pp. 102-103.

José Anastácio de Figueiredo Ribeiro definiu conceptualmente as “beetrias”, mas importou-se, sobretudo, por discernir as diferenças entre as diferentes especificidades de beetrias comparativamente às honras ou coutos⁵⁵. No entanto, face a tão longas explanações, foi consentâneo compreender por “beetria” toda a povoação ou território que desde a Alta Idade Média detinha o privilégio de escolher, livre e repetidamente, o seu senhor, o qual tinha por obrigação a defesa das suas liberdades e prerrogativas. Até ao reinado de D. João I, as beetrias eram conhecidas como coutos ou honras, tornando-se difícil distinguir onde começava a beetria ou findavam as honras, visto que essas possibilidades jurídicas poder-se-iam encontrar no mesmo território ou privilégio, como foi demonstrado.

O Autor apontou, com adenda documental e bibliografia específica, quais os primeiros vestígios do estabelecimento de beetrias em Portugal, circunscritas à zona a norte do rio Douro⁵⁶. O seu progresso seria impedido pela multiplicação dos concelhos ou pelo poder central, não obstante ter sido o premeio frequente dos filhos segundos da Coroa:

Os primeiros vestígios, que (me persuado se pôde avançar), se achaõ e aparecem entre nós da existencia do privilegio, e liberdade, de que se trata, se verificaõ na Abbadessa, e Convento de Lorvão⁵⁷, o qual consta, que sendo reformado pela Rainha

⁵⁵ RIBEIRO, João Pedro – *Reflexões Históricas*, Parte I, p. 91; BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. III, pp. 430-439.

⁵⁶ MACHADO, António de Sousa – «A Beetria de Amarante», separata de *Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (sécs. XII a XIX)*, CMST, Santo Tirso, 1989, pp. 143-153.

⁵⁷ SANTOS, M.^a Leonor Silva – *O domínio de Santa Maria do Lorrão no século XIV*, INCM, Lisboa, 2001; MARQUES, M.^a Alegria Fernandes – *Um mosteiro e um lugar: Lorrão nos finais do século XIII*, Associação Pró-Defesa do Mosteiro, Lorrão, 2004.

(que foi de Leaão) D. Thereza⁵⁸, filha do Senhor Rei D. Sancho I., esteve no Senhorio, poder, e guarda da dita Rainha, a quem tiveraõ por *Senhora* a mesma Abbadessa, e Convento, e escolheiraõ, e receberaõ depois por *Senhora* dellas, e do Mosteiro, e de todas as cousas, que a ellas, e ao dito Mosteiro pertencessem, á Infanta D. Branca, filha do Senhor Rei D. Affonso III., sendo ainda muito nova, por Carta dada em Lorvaõ a 28 de Dezembro da Era de 1315. An. de 1277, pondo tudo em seu poder, e guarda, como estava no da dita Rainha sua Thia. A qual Carta, e eleição pediraõ ao dito Senhor Rei fosse servido confirmar, como fez por Carta de Confirmação dada em Lisboa a 8 de Janeiro da Era de 1316. An. de 1278⁵⁹. E o mesmo apparece no Mosteiro das Olguas ou Huelgas de Burgos, que tendo tido por primeira *Senhora* a Infanta D. Constança, primeira filha do Senhor Rei D. Afonso II.⁶⁰, recebeu depois á semelhança della, por sua *Senhora* á dita Infanta D. Branca, depois da morte do dito Senhor Rei D. Affonso III. seu Pai; [...] Por quanto entre nós sempre se acha intervîr necessariamente a Confirmação Regia, de que se expediaõ Cartas, em que os Senhores Reis confirmavaõ, e haviaõ por boas as escolhas de *Senhores*, e os mandavaõ como taes reconhecer, e haver⁶¹ [...].

Sustentando todo um argumento historiográfico com base em três pilares fundamentais – beetrias, coutos e honras –, José Anastácio de

⁵⁸ PINA, Rui de – *Coronica DelRey D. Sancho I*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão, Porto, 1977, p. 57.

⁵⁹ PINA, Rui de – *Coronica DelRey Dom Afonso o Terceiro* introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão, Porto, 1977, p. 171.

⁶⁰ PINA, Rui de – *Coronica DelRey Dom Afonso o Segundo*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão, Porto, 1977, p. 119.

⁶¹ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria para dar huma idéa justa do que eraõ as Behetrías, e em que differiaõ dos Coutos, e Honras», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792, pp. 108-109.

Figueiredo Ribeiro apontava que o «couto», de origem tardo-romana⁶², compreendia uma tipologia de propriedade senhorial desde a decadência do Império Romano. Percorrendo um longo arco temporal até aos meados do século XVIII, ainda detinha a prerrogativa de completa imunidade, conferido por uma carta de couto.

Entre os privilégios medievais, contava-se o direito de impedir a entrada, na terra coutada, aos funcionários régios, a dispensa de servir nas hostes do monarca e numerosas imunidades fiscais⁶³. A atribuição das cartas de couto dependia do monarca, mas igualmente de elementos da nobreza ou do clero⁶⁴, embora a centralização do poder real travasse estas atribuições, como sucedeu com D. Dinis e, já no século XV, com D. João I, que diminuiu drasticamente o seu número. Extintos por lei de 1692, alguns dos privilégios dos coutos permaneceram, apesar de tudo, até 1790, razão pela qual o Autor recordava estas particularidades históricas:

Entre as Terras, de que se fizeraõ doações nas Hespanhas a exemplo, como está dito, dos Godos com os mais Povos do Norte, que nellas, e no Occidente se vieraõ estabelecer pelo direito da Conquista, e em que, se acha no nosso Reino, que os Ricos-homens, Fidalgos, Igrejas, Mosteiros, e quaesquer outros Senhores, (a quem se fizeraõ com muita profusaõ, principalmente pelos nossos primeiros Senhores Reis, que assim se viraõ de algum modo obrigados a contemporizar com huns e outros, em razãõ das circumstancias dos tempos), exercêraõ poderes, e regalias Senhoriaes tam amplas, e apoiadas no Direito, e Governo Feudal;

⁶² «Couto», in *Elucidário...*, vol. II, p. 142.

⁶³ Cf. «Couto», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII, pp. 956-957; MARQUES, A. H. de Oliveira – «Couto», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 224-226.

⁶⁴ NATIVIDADE, Manuel Vieira – *Mosteiro e coutos de Alcobaça* [s. n.], Alcobaça, 1960.

que até não havendo Leis geraes⁶⁵, ou sendo mais as Municipaes, e particulares, elles lhas davaõ ao principio nos seus Foraes, independentemente da authoridade do Soberano, e sem que se ache tivessem sempre, ou lhes fosse essencialmente necessaria a confirmação Regia: São particularmente conhecidas as que pertenciaõ, e eraõ dadas ou concedidas aos mesmos Senhores, ou Ecclesiasticos, ou Seculares, com o nome de Coutos⁶⁶, e Honras. Couto, ou *Cautum*, e *Cotus* em Latim, ou *Coto* em Hespanhol, (que Carlos Dufresne du Cange⁶⁷ define, ou traduz *Locus defensus, sal-vitas, immunitas*, e deriva de *cavere rei alicui, Cautare, Incautare*, o mesmo que *defendere, protegere, munire, securum facere*); na accepção, de que estamos tratando, se dizia a Povoação, que por estar distante das Villas, e Cidades, ou por outra qualquer razão, que se attendesse pelos Senhores Reis, tinha suas Justiças, com terras, e lugares annexos, cujos negocios pertenciaõ aos Juizes, que nella existiaõ, e eraõ postos pelos *Senhores*, que os confirmavaõ regularmente, sendo eleitos pelos moradores, e vizinhos da mesma Povoação, e Couto, sem que com tudo fosse Villa; não podendo entrar nella as Justiças d'ElRei ⁶⁸, a cuja jurisdicção aliás

⁶⁵ «Que os Prelados, ou Fidalgos nom coutem os malfeitores em seus Coutos, bairros, ou honras, &c.», in *Ordenações Afonsinas*, livro V, tit. L, pp. 178-181; «Dos Coutos, que som dados aas Villas de Marvom, Noudal, Sabugal, Caminha, e de Miranda, e de Freixo d'Espada cinta pêra os omisiados estarem em elles», in *Ordenações Afonsinas*, livro V, tit. LXI, pp. 239-254; «Da declaraçom, que ElRey fez ácerca dos Coutos dados aos Lugares dos Estremos», in *Ordenações Afonsinas*, livro V, tit. CXVIII, pp. 386-394; «Dos Coutos ordenados pera se coutarem os homiziados, e dos casos de que em elles deuem seer defesos», in *Ordenações Manuelinas*, livro V, tit. LII, pp. 172-178; «Dos Coutos ordenados para se coutarem os homiziados, e dos casos, em que lhes devem valer», in *Ordenações Filipinas*, tit. CXVIII, pp. 1285-1288. O pensamento de José Anastácio Figueiredo é de importância fulcral para os comentadores das *Ordenações Filipinas*.

⁶⁶ MERÊA, Paulo – «Em torno da palavra *Couto*», in *Estudos de História do Direito*, Coimbra Editora, Coimbra, 1923, pp. 109-135.

⁶⁷ DU CANGE, Charles du Fresne – *Glossarium Mediæ et Infimæ Latinatis Conditum...*, t. II, Librarie des Sciences et des Artes, Paris, 1937, cols. 461-462.

⁶⁸ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. I, pp. 439 e ss.

pertenceria. E era de ordinario designado com certos, e determinados limites, dentro dos quaes só he que era assim privilegiado, e gozavaõ de certas prerogativas, e izenções, tanto os que nelle viviaõ, e eraõ moradores, como ainda os que a elle se refugiassem das Justiças d'ElRei: donde tambem lhe procede o nome, servindo aos mesmos de asilo⁶⁹.

Voltando ao conceito de “honra”, o qual José Anastácio de Figueiredo Ribeiro entendia toda a propriedade rural imune, pertencente a um membro da classe nobre. Esta terra “honrada” era uma compensação por determinadas funções ou *honores* pelo nobre e deveria reverter para a Coroa, logo que tais serviços terminassem. Em resultado de doações e usurpações, tornaram-se gradualmente hereditárias. Começaram, então, a ser tomadas medidas preventivas, tais como as *inquirições*⁷⁰ realizadas a partir do reinado de D. Afonso III, no sentido de combater os abusos. As honras decaíram a partir do século XV e seriam definitivamente suprimidas na primeira metade do século XIX.

Expondo uma preocupação em basear as suas acepções em fontes históricas, abordou as diferenças/semelhanças entre as honras e os coutos, especialmente em terras que poderiam ser dotadas simultaneamente como beatrias. As eleições para as beatrias e a sua confirmação pelo poder régio também mereceram atenção, assim como todo esse processo burocrático e administrativo, as penalizações, em caso de falha grave, apontando-se as legislações aplicáveis:

Honra, cujo nome, e palavra se acha taõ usado, e vulgar nas escrituras antigas, na accepção Feudal, de que estamos tratando,

⁶⁹ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria para dar huma idéa justa do que eraõ as Behetrías, e em que differiaõ dos Coutos, e Honras», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792, pp. 109-110.

⁷⁰ *Memorias para a Historia das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal...*, Impressão Régia, Lisboa, 1815.

nao se toma, nem significa entre nós como entre os Castelhanos, conforme o Foro, e costume de Castella, pela expressa disposiçaõ da Lei 2. tit. 26. da Partida 4.^a⁷¹ Pois segundo a dita Lei, sendo *Terra* as rendas, que ElRei concede aos Ricos-Homens, e Cavalleiros em Lugares certos, *Honra* se dizem aquellas rendas, ou concessões, que ElRei lhes faz em cousas certas, e assignadas pertencentes só ao seu Senhorio, por lhes fazer honra, assim como todas as rendas de alguma Villa, ou Castello; e ambas differem de *Feudo*, em que na concessaõ dellas se não faz *postura* alguma de serviço, a que fiquem obrigados, e entendendo-se que sempre servirão lealmente não as devem perder por toda sua vida, em quanto não fizerem porque dellas hajaõ de ser privados: quando o *Feudo* se outorga com *postura*, promettendo o *vassallo* ao Senhor fazer-lhe serviço á sua custa, e a seu mandado, com certa quantia de Cavalleiros, ou homens, ou outro qualquer, que determinada, e expressamente se promettesse fazer; [...] Mas, [...] designa, e se apropriou sempre a certos Lugares, territorios, e districtos, que, ou por concessaõ, e doaçaõ, que delles fazia, e tinha feito o Principe a alguns Ricos-Homens, e Fidalgos, ou quaesquer outros Senhores, ainda perpetuamente, e por vidas⁷²; ou por estarem, e serem conjunctos, e unidos aos *Manerios* mais estrictamente, entre nós Bairros, Quintãas (antigo), Quintas (moderno), ou Casas de campo, e aos Solares dos mesmos Fidalgos, que para isso se qualificavaõ e tornavaõ capazes pelo mesmo Principe; [...] e os seus habitantes, e moradores nelles gozavaõ de certos privilegios, honras, e liberdades, sendo obrigados a pagar certos foros, direitos, tributos, e rendas aos mesmos, que eraõ, e se constituiaõ seus

⁷¹ *Las Siete Partidas del Sabio Rey Don Alonso el Nono...*, glosadas por Gregorio Lopez, vols. I-II, Andrea de Portonarijs, Salamanca, 1566.

⁷² MATTOSO, José – «Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa», in *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval*, Temas & Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2009, pp. 331-352.

Senhores. E estes, além da sua defeza, e protecção [...] que eraõ sempre obrigados a prestar-lhes; exercitavaõ nelles, e nas suas terras preeminencias, e regalias, que ou pelos mesmos Senhores Reis expressamente, ou pela posse antiga, que de ordinario authorizáraõ, e mandáraõ guardar, conforme lhes parecia, e era sua Mercê, eraõ aos mesmos concedidas: comque honravaõ a si, e áquelles que residiaõ nos Lugares, que por isso se chamáraõ *Honras*, ou *Honores*, quiã *honorati*, quiã *honorabantur*⁷³.

Traçando uma sinopse histórica, José Anastácio de Figueiredo Ribeiro tentou sondar os fundamentos e as jurisdições das beetrias desde as suas raízes, com premência nos reinados de D. Pedro I, de D. João I e de D. Afonso V, anotando todas as evoluções tipológicas destas concessões, exemplificados em casos concretos. Seria uma excepção bastante difundida nos primeiros reinados, mas que aos poucos foi perdendo a sua força anímica⁷⁴. Em comum, ao que aparenta, era a concessão de liberdades, como escolher o seu senhor, desde que não descurasse a sua defesa⁷⁵.

Porquê o interesse pela organização vinculativa do espaço medieval peninsular, nomeadamente na conjuntura portuguesa? A disposição, ou a fragmentação do espaço territorial medieval era uma realidade que importava explicar, particularmente numa época marcada pelo fim do *Ancien Regime*. Convém referir que este opúsculo,

⁷³ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria para dar huma idéa justa do que eraõ as Behetrias, e em que differiaõ dos Coutos, e Honras», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, pp. 111-112.

⁷⁴ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. III, pp. 430-439. FREIRE, Anselmo Braamcamp – «A honra de Resende», in *Archivo Historico Portuguez*, vol. IV, n.º 1 [s. n.], Lisboa, Janeiro 1906, pp. 10-71.

⁷⁵ DIAS, Geraldo Amadeu – «Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico», in *Revista de Guimarães*, n.º 106, Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património, Guimarães, 1996, pp. 275-297.

ou *Memoria*, foi premiado em concurso promovido pela Academia Real das Ciências em 1790, merecendo as honras de publicação.

*

Na continuação das reflexões historiográficas sobre a História do Direito medieval⁷⁶, José Anastácio de Figueiredo Ribeiro interessou-se pela implantação do Direito romano na Península Ibérica, discorrendo acerca das etapas históricas da disseminação do *iuris civilis* desde a República até ao findar do Império Romano do Ocidente. Posteriormente, e devido às reformas político-administrativas do imperador Justiniano, à época soberano de territórios nas Espanhas, promoveu novas iniciativas jurídicas no contexto ibérico⁷⁷. O grande triunfo compilador e ordenativo dos códigos de Justiniano, repetidamente editados desde a primeira metade do século VI [c. 529-534 d. C.] influenciaram elevadamente a História do Direito europeu, nomeadamente em toda a Idade Média.

Concomitantemente, todo o ordenamento jurídico nacional acusava a sua recepção até à entrada em vigor da Ordenações Afonsinas, mas mesmo esse *corpus* jurídico admitia abertamente a influência do *Corpus Iuris Civilis*, dito de *Justiniano*⁷⁸, assumindo-se enquanto fonte de Direito subsidiário. Ao invés, e como bem apontou José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, nos territórios dominados pelo poderio visigótico usaram-se outros *corpus* do Direito, mormente o *Código de Teodósio*. Numa outra linha evolutiva, as suas afinidades

⁷⁶ Nesse mesmo ano havia saído à estampa: *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais raros para a História e Estudo Crítico da Legislação Portuguesa...*, vol. I [1143-1549] e vol. II [1550-1603], Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790.

⁷⁷ COSTA, Moacyr Lobo – *A revogação da sentença na Península Ibérica*, Ícone, São Paulo, 1995, pp. 147.

⁷⁸ *Corpus Iuris Civilis. Institutiones*, edição de Paul Kruger, vol. I, Weidmannos, Berlim, 1889.

às leis bárbaras, originando uma jurisprudência mista reunida no *Código de Eurico* e no *Código de Alarico*, inspirados nos cânones teodosianos e outras legislações tardo-romanas.

Convém não esquecer que, apesar de tudo, houve um nítido compromisso em uniformizar toda uma *praxis* jurídica e demais matérias legislativas em todos os reinados visigóticos, até mesmo nos reinos cristãos nascidos da Reconquista, afigurando-se, nomeadamente, como uma das estratégias governativas. Acresce que o próprio *Código de Justiniano* seria fundado num contexto nitidamente bizantino, de ascendência grega, afastando-se gradualmente da matriz latina, a “batuta cultural” que marcaria o Ocidente europeu. Como poderia, então, aquele *corpus* implantar-se no extremo geográfico do outrora Império Romano do Ocidente? Esta questão motivara o interesse do Autor, assim como a sobrevivência de uma origem justiniana em todas as Ordenações portuguesas, nomeadamente até às Ordenações Filipinas⁷⁹.

⁷⁹ “Quando algum caso fôr trazido em pratica, que seja determinado per alguma Lei de nossos Reinos, ou stylo de nossa Còrte, ou costume em os ditos Reinos, ou em cada huma parte delles longamente usado, e tal, que por Direito se deva guardar, seja per elles julgado, sem embargo do que as Leis Imperiaes acerca do dito caso em outra maneira dispoem; porque onde a Lei, stylo, ou costume de nossos Reinos dispoem, cessem todas as outras Leis, e Direito. E quando o caso, de que se trata não fôr determinado por Lei, stylo, ou costume de nossos Reinos, mandamos que seja julgado sendo materia, que traga peccado, per os sagrados Canones. E sendo materia, que não traga peccado, seja julgado pelas Leis Imperiaes, posto que os sagrados Canones determinem o contrario.

As quaes Leis Imperiaes mandamos, sómente guardar pola boa razão em que são fundadas.

1. E se o caso, de que se trata em pratica, não fôr determinado por Lei de nossos Reinos, stylo, ou costume acima dito, ou Leis Imperiaes, ou pelos sagrados Canones, então mandamos que se guardem as Glosas de Accursio, incorporadas nas ditas Leis, quando por commun opinião dos Doutores não forem reprovadas; e quando pelas ditas Glosas o caso não fôr determinado, se guarde a opinião de Bartolo, por que sua opinião commumente he mais conforme á razão, sem embargo que alguns Doutores tivessem o contrario; salvo, se a commun opinião dos Doutores, que depois delle screveram, fôr contraria.

2. E acontecendo caso, ao qual por nenhum dos ditos modos fosse provido, mandamos que o notifiquem a Nós, para o determinarmos; porque não sómente taes determinações são desembargo daquelle feito que se trata, mas são Leis para desembargarem outros semelhantes.

Discorrendo sobre o impacto das “trevas da ignorância” medieval, o Autor sugeria que o ressurgimento do *Código de Justiniano* estava intimamente relacionado com o Renascimento e as primeiras universidades europeias, citando o pioneirismo da Universidade de Bolonha⁸⁰ no ensino do Direito. Redescobrimo-se a praticabilidade do *Código de Justiniano*, não tardou que o corpo docente daquela Universidade lograsse fama com o ensino de um código legislativo tão adaptável ao funcionamento da *res publica*, preparando o trilho para o fortalecimento dos poderes régios europeus. Acorrendo numerosa multidão de alunos de toda a Europa às universidades itálicas, “renascia” o interesse por aquela antiquíssima compilação jurídica. Por efeito reverso, esses mesmos estudantes, após a sua formação, regressariam às suas regiões ou países de origem, fazendo veicular as novas ideias formuladas no estudo prático daquela fonte do Direito:

E sendo o caso, de que se trata tal, que não seja materia de peccado, e não fosse determinado per Lei do Reino, nem stylo de nossa Còrte, nem costume de nossos Reinos, nem Lei Imperial, e fosse determinado pelos textos dos Canones per hum modo, e per as Glosas e Doutores das Leis por outro modo, mandamos que tal caso seja remetido a Nós, para darmos sobre isso nossa determinação, a qual se guardará.” «Como se julgarão os casos, que não forem determinados por as Ordenações», in *Ordenações Filipinas*, livro III, tít. LXIV, pp. 663-665, com respectivos comentários fundamentados em José Anastácio de Figueiredo Ribeiro.

⁸⁰ “A primeira referência à Escola de Direito de Bolonha surge em finais do século XI, numa época em que era possivelmente uma instituição secular privada. A sua escola de Direito, a primeira na Europa, viria a ser o protótipo e modelo para todas as outras até ao fim do antigo regime. Bolonha, uma cidade com um número de habitantes não superior a dez mil almas nos séculos XI e XII, não absorveu o *studium* que lá existia, mas graças à sua presença adquiriu um carácter distinto. Por seu turno, o *studium*, pretendido ao mesmo tempo pelos poderes temporais e espirituais, não se colocou ao lado de qualquer deles e recebeu os favores de ambos. O privilégio conhecido por *Authentica Habita* e concedido ao *studium* pelo imperador Frederico I Barba Roxa é a prova do verdadeiro interesse imperial por Bolonha. Apesar de se referir explicitamente aos estudantes que viessem para Itália (a maior parte deles para estudar Direito Civil e Canónico), ele concedia implicitamente ao *studium* de Bolonha uma certa independência e apoio contra as *comune* ou autoridades municipais.” GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – «As Faculdades de Direito», in *Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Idade Média*, coordenação geral de Walter Rüegg e coordenação da edição de Hilde de Ridder-Symoens, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas/Fundação Eng. António de Almeida, INCM, Lisboa, 1996, cap. XII, p. 389.

[...] he certo, que tendo a Italia estado, com o mais Occidente, sepultada por muitos Seculos em barbaridade, e ignorancia, diminuida apenas em alguns Clerigos e Monges, a que não era licito nem permittido estudar as letras profanas, esteve, e se pôz o Direito Civil de Justiniano em desuso, e quasi geral esquecimento; sendo só o Theodosiano⁸¹ o que ainda era bastantemente conhecido e respeitado. E estava reservado para o principio do seculo XII., em que quasi renasceraõ as Sciencias, succeder, que (depois dos fracos merecimentos de hum certo Pepo, que primeiro se diz professou Direito Justiniano com authoridade particular) abrissem em Bolonha da Italia Escola publica, em que entraraõ a lêr e explicar o mesmo Direito, e renovaraõ o seu estudo, o celebre Innerio Alemaõ, tambem chamado do Guarnerio, Warnerio, ou Wernerio⁸², [...]. Aberta a dita Escola, foi cousa admiravel e pasmosa o como primeiramente só o espirito de novidade, e a fama que logo se entrou a espalhar, de que nos Livros, por que se estudava, e explicava, se achavaõ as Leis Romanas (ante-Justinianeas) muito mais extensa, clara e perfeitamente colligidas, foi capaz de fazer concorrer a ella, e ás mais que na Italia se foraõ abrindo, mancebos de todas as partes a buscar, e adquirir a sabedoria do Direito Civil, como a huma feira; a fim de que voltando depois

⁸¹ “No Oriente, o *Codex Theodosianus* teve uma vida curta: 90 anos após a sua promulgação era substituído pelo primeiro *Codex* de Justiniano, de 529 [...]. No Ocidente, o *Codex Theodosianus* desempenhou um papel muito considerável e de longa duração. Na Itália, chegou a impedir a penetração do direito justiniano. Nos outros países da Europa ocidental, permaneceu, mesmo depois das invasões bárbaras, pois os romanos, embora submetidos ao domínio dos invasores, regiam-se pelo Código Teodosiano ou por códigos nele decalcados [como] o Breviário de Alarico. Deste modo, compreende-se facilmente a existência no Ocidente de vários manuscritos (principalmente gauleses e dum modo especial lioneses), e a grande importância que tem o *Codex Theodosianus* para a história dos direitos – francês, italiano, espanhol e português.” CRUZ, Sebastião – *Direito Romano [Ius Romanum]. Introdução*. Fontes, vol. I, pp. 421-422.

⁸² Sobre Pepo e Irnério, entre outros precursores jurídicos, v. MARQUES, Mário Reis – *História do Direito Português Medieval e Moderno*, pp. 17-26.

para as suas patrias⁸³ com a mesma sciencia, que antes ainda da Theologia, e Direito Canonico, se tornou a da moda, a podessem nellas plantar, ostentar, e fazer util, ao menos a si, no meio de todos os mais, que ao mesmo se não resolvia⁸⁴.

A força impulsionadora do *Corpus Iuris Civilis*, de Justiniano, deteve uma relevância crucial no Sacro Império Romano-Germânico, principalmente nas conhecidas contendidas com o poder papal. Ao adoptarem um código legislativo de raiz imperial, os próprios imperadores cristãos figuraram-se como os herdeiros legítimos do *imperio romanorum*. Num sentido mais dilatado, o ímpeto concedido à tradução e divulgação do *Código de Justiniano* seria importantíssimo para as línguas vernáculas. Contribuindo para o afastamento gradual dos elementos clericais dos assuntos governamentais e, num momento posterior, para a separação da Igreja do Estado, promiscuidade usual nos conflitos entre o Papado e o Império. A penetração do *Código de Justiniano* confunde-se ainda com o nascimento de Portugal e não houve nenhum monarca português alheio a este código legislativo para o auxílio das suas políticas de governação, tal como sucedera em França ou com as *Leis das Partidas*⁸⁵.

O próprio D. Afonso Henriques teria tido contacto com o *Código de Justiniano*, mas foi tarefa D. Sancho I quem lhe concede fôlego organizativo. E não será por acaso que este monarca concederá

⁸³ MOULIN, Léo – *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*, tradução de Maria Isabel Braga, Livros do Brasil, Lisboa, 1994, pp. 159-166 e 306-317.

⁸⁴ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre qual foi a época certa da introdução do Direito de Justiniano em Portugal, o modo da sua introdução, e os grãos de autoridade, que entre nós adquirio. Por cuja occasião se trata toda a importante materia da Ord. liv. 3. tit. 64.», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 262-263.

⁸⁵ FERREIRA, José de Azevedo – «Subsídios para uma edição da *Terceira Partida* de Afonso X», in *Alphonse X – Fuero Real, éditio, étude, glossaire et concordance de la version portugaise*, vol. I, Universidade do Minho, Braga, 1982.

apoios a vários prelados estudarem aquela legislação em Itália⁸⁶. O peso da classe jurista adquire um poder executivo notório nas chancelarias régias, como se depreende do peso contributivo dos numerosos jurisconsultos que coadjuvaram a Coroa e fizeram triunfar o Direito justiniano nas práticas normativas portuguesas:

No tempo do Senhor Rei D. Sancho I., que na politica não desmereceu a seu Pay⁸⁷, a que succedeo no anno de 1185, vemos, que este Principe promoveo tambem a introdução do Direito de Justiniano⁸⁸; pois que delle nos consta ao menos, que no seu tempo mandou vir de Milão donde era natural o JCto Leonardo⁸⁹, então excellente na sua profissão, para delle se servir, como os outros Principes faziaõ; e teria já no seu Conselho tambem o Mestre Vicente⁹⁰, Deaõ de Lisboa. E he por esta razão, que o Senhor Rei D. Affonso II. logo que succedeo ao dito seu Pay, morto em 27 de Março de 1211, pôde mandar ao dito JCto Leonardo por seu Procurador a Roma⁹¹, no primeiro anno do seu Reinado, por causa das duvidas, e queixas de suas Irmãs, que perante o Papa Innocencio III. se movêraõ sobre a execução do Testamento do dito Senhor Rei seu Pay, que ao mesmo Summo Pontifice tinha sido commettida, segundo as idéas daquelle tempo: servindo-se tambem muito do dito Mestre Vicente nas Concordias, que fez com as ditas

⁸⁶ COSTA, Mário Júlio Almeida – «La présence d'accuse dans l'Histoire du Droit Portugais», in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XLI, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1965, p. 53.

⁸⁷ DUARTE, Luís Miguel – *D. Sancho I, o Povoador*, «Reis de Portugal», n.º 2, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2009

⁸⁸ BRANCO, M.ª João Violante – *D. Sancho I*, «Reis de Portugal», vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, pp. 183-189.

⁸⁹ BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, f.º 74 v.º

⁹⁰ *Idem*, f.º 99, f.ºs 110v.º-111

⁹¹ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II*, «Reis de Portugal», vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, pp. 207-211.

suas Irmãs, e com D. Estevão Soares⁹² Arcebispo de Braga, como se vê em huma Doação que lhe fez. [...] sendo pela qualidade de *Mestres* ou *JCtos* que mereciaõ estar junto, e no Conselho do dito Senhor Rei D. Affonso II., e serem com preferencia providos nas ditas Dignidades. Por quanto em todo os sobretidos, e em outros que se lhes seguiraõ nos tempos seguintes, se vê verificado sempre entre nós o que succedia em as mais Nações, a respeito do accesso que os JCtos principiáraõ logo a ter ás Dignidades, e empregos maiores com preferencia a quaesquer outros, e da figura, valimento, e authoridade, de que commummente gozáraõ nas Cortes de cada hum dos Senhores Reis deste Reino, entrando no seu Conselho, a exemplo do que os Imperadores Romanos, depois de Hadriano⁹³, praticáraõ com os JCtos mais celebres⁹⁴.

Paralelamente ao resto da Europa ocidental, a normalização do *Código de Justiniano* impôs-se como força de lei e símbolo permanente da monarquia portuguesa. Após o corte oficial com o uso do latim, a língua portuguesa impôs-se na documentação das chancelarias régias e os preceitos justinianos foram rapidamente adoptados pela Coroa, pelo menos a partir do reinado de D. Dinis. Com a criação da Universidade, a criação do curso em Direito Civil revelou-se imprescindível, rivalizando com o Direito Canónico ou a Teologia.

Afigurava-se urgente conceber uma nova classe jurídica que auxiliasse a governação régia e que pudesse, inclusivamente, rivalizar

⁹² *Idem*, pp. 112-113.

⁹³ Sendo José Anastácio de Figueiredo Ribeiro um profundo admirador de Montesquieu, focamos a leitura de *Considerações sobre as causas da grandeza e decadência dos Romanos...*, pp. 122-123.

⁹⁴ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre qual foi a época certa da introdução do Direito de Justiniano em Portugal, o modo da sua introdução, e os grãos de authoridade, que entre nós adquirio. Por cuja occasião se trata toda a importante materia da Ord. liv. 3. tit. 64.», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, pp. 273-274.

com as suas congéneres europeias na teorização jurídica de raiz justiniana. A própria organização jurídica evoluiu com as mudanças no ensino do Direito, possibilitando que a Universidade fornecesse indivíduos capazes de garantir a manutenção/exequibilidade jurídica do aparelho do Estado. O intercâmbio de alunos portugueses nas universidades europeias fez-se notar, sobretudo no professorado de Direito e outras áreas do Saber.

Era necessário quebrar o peso da Igreja nos assuntos das Coroa, pelo que a formação de quadros jurídicos tornara-se um objectivo impreterível. De entre uma panóplia de jurisconsultos que marcaram a História da administração pública portuguesa, José Anastácio de Figueiredo Ribeiro indigitou o nome e a obra de várias personalidades na divulgação do *Código de Justiniano* e, inclusivamente, as suas relações com as principais correntes do Direito europeu:

No mesmo reinado do Senhor D. Diniz, que faz nos tempos antigos huma das Epocas mais vantajosas ao Direito de Justiniano, [...] fundando o mesmo glorioso Principe a nossa Universidade em Coimbra, nos primeiros Estatutos⁹⁵, que lhe deu em 15 de Fevereiro do anno de 1309, ou 1347 pela Era de Cezar, em o fim do princip. depois de estabelecidas as Aulas de Theologia, Decreto, e Decretaes⁹⁶ [...]. Constando já pella Bulla do Papa Nicoláo IV. de 11 de Agosto de 1290⁹⁷ [...], que nas *Escolas geraes*, ou Universidade que primeiro se fundara em Lisboa, já então tambem eraõ feitos Licenciados os que estudavaõ Direito Civil⁹⁸, depois

⁹⁵ *Os primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*, introdução de Manuel Augusto Rodrigues, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1991.

⁹⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. I (1288-1377), 1966.

⁹⁷ Pode consultar-se uma transcrição desta bula em BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, Escritura XXIV, pp. 320-321.

⁹⁸ MELO, Pascoal José de – «História do Direito Civil Português», tradução de Miguel Pinto de Meneses, separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.ºs 173-175, [s. n.], Lisboa, 1968.

de julgados idoneos pelos Mestres; e que depois de examinados e aprovados, podiaõ livremente ensinar em toda a parte sem outro algum exame. [...]

Na verdade por tanto vemos, que o dito Senhor Rei D. Diniz já teve occasiaõ de ver ao seu lado muitos Letrados, e Juris-Consultos, tanto dos que foraõ aprender fora do Reino, como dos que se foraõ fazendo entre nós, ou que elle mandou vir e convidou d'entre os Estrangeiros, com proporcionados estipendios para cá ensinarem; empregando-os em as maiores Dignidades, e Magistraturas⁹⁹. Pois, ainda que se não possa bem separar os que eraõ Legistas dos Canonistas ou Decretistas, (em cujo numero entrou o celebre D. Domingos Jardo¹⁰⁰, que no tempo do Senhor D. Affonso III. ainda teve de se hir doutorar em Canones a Pariz, para depois de ordenado ser Conego de Evora, e do Conselho do mesmo Principe, Bispo da dita Cidade, da de Lisboa, e Chanceller mór do Reino, e grande Privado do dito Senhor Rei D. Diniz, logo nos principios do seu governo); com tudo os 4 Sobrejuizes por exemplo, os dous Ouvidores da sua Corte, os *das sopricações*, e outros Magistrados se acharem serem todos JCTos: sendo muito provavel, que ao menos D. Joaõ Martins¹⁰¹, primeiramente Conego de Coimbra, e depois Chantre de Evora, e Martim Pires¹⁰² Chantre da dita Cidade, e seus Embaixadores, e Procuradores perante o

⁹⁹ Sobre os interesses de D. Dinis na contratação e manutenção de quadros jurídicos: OLIVEIRA, António Resende de – «Os Primórdios da Universidade», in *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras do Condado Portucalense à crise do século XIV*, vol. III, pp. 651-654.

¹⁰⁰ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp. 57-61.

¹⁰¹ *Livro das Leis e Posturas*, prefácio de Nuno Espinosa Gomes da SILVA, FDUL, Lisboa, 1971, p. 139.

¹⁰² PIZARRO, José Augusto de Sotto-Mayor – *D. Dinis*, «Reis de Portugal», vol. VI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, p. 86.

Papa Nicoláo IV¹⁰³., fossem Legistas, assim como o era o Mestre João das Leis¹⁰⁴, e alguns outros, que tanto figuráráo na sua Corte, e no seu Conselho¹⁰⁵. He pelo mesmo tempo, que estes Jctos pela sua sciencia, e officios ou Magistraturas, que occupavaõ, parece chegáráo a alcançar authoridade de constituir Direito, e de se seguirem, e reputarem, e ainda lançarem nos Livros da Chancellaria¹⁰⁶, com força, e authoridade de Leis, as suas respostas ou decizões, e opiniões¹⁰⁷;

Analisando os vultos do panorama histórico-jurídico português nos tempos medievais, José Anastácio de Figueiredo Ribeiro concedeu um olhar privilegiado ao doutor João das Regras [1340/1345-1404], jurisconsulto que serviu D. Fernando e se tornaria um forte defensor da nova dinastia de Avis, sendo o braço direito de D. João I. A sua formação jurídica foi feita na Universidade de Bolonha, onde foi discípulo do célebre Bártolo de Sassoferrato [1313-1357], como tantos outros juristas, seria convidado a desempenhar funções nos altos cargos do país.

Apesar das ideias transmitidas por aquele jurista de craveira internacional, o próprio João das Regras não deixaria de divulgar

¹⁰³ De notar que foi o Pontífice ligado ao nascimento da Universidade de Coimbra. *Idem*, pp. 102-105.

¹⁰⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, pp. 343-344.

¹⁰⁵ VILAR, Hermínia Vasconcelos – «O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)», in *Arquipélago. História*, 2.^a série, vol. V [s. n.] [s. l.], 2001, pp. 581-604.

¹⁰⁶ GOMES, Saul António – «Chancelarias medievais portuguesas: observações acerca da sua produção documental latina e vernacular», separata de *Actas do 4.º Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico* [s. n.] [s. l.], 2005, pp. 545-552.

¹⁰⁷ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre qual foi a época certa da introdução do Direito de Justiniano em Portugal, o modo da sua introdução, e os grãos de authority, que entre nós adquirio. Por cuja occasião se trata toda a importante materia da Ord. liv. 3. tit. 64.», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792, pp. 280-282.

os ensinamentos justinianos oriundos da Escola de Bolonha¹⁰⁸, mormente na edificação de um novo Direito nacional após o Interregno. Ainda ao tempo de João das Regras, já uma classe renovada de jurisconsultos avolumava-se junto da Coroa¹⁰⁹, contribuindo para a sua amplificação, assim como uma administração pública a caminho da modernidade. Daí se depreende a enumeração de personalidades da cúpula governativa, cujos moldes implementados¹¹⁰ por João das Regras assumiam-se como imprescindíveis para a continuidade da dinastia:

No tempo do Senhor Rei D. Fernando continuou o mesmo; mandando ainda vîr Lentes, ou *ledores*, assim de Leis, como de Decretaes, dos Reinos Estrangeiros¹¹¹: cujo numero parece

¹⁰⁸ SILVA, Nuno Espinosa Gomes da – «João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)», separata da *Revista da Faculdade de Direito*, vol. XII [s. n.], Lisboa, 1960; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «A Dinâmica Dionisina», in *Nova História de Portugal*, vol. III, p. 152.

¹⁰⁹ «A partir de meados de Dezembro, o Mestre de Avis tratou de reestruturar a administração e de se preparar para a defesa. Nomeou chanceler interino um jurista conceituado e de formação estrangeira, o Dr. João das Regras. Organizou um «governo» de notáveis com a participação de representantes do terceiro Estado. Entregou a frontaria do Alentejo a um jovem nobre, já de algum prestígio, Nuno Álvares Pereira. Deu satisfação a várias reivindicações dos mesterais e seus aliados. Enviou duas embaixadas a Inglaterra (Dezembro, 1383), pedindo auxílio, a segunda chefiada pelo próprio chanceler Lourenço Eanes Fogaça.» MARQUES, A. H. de Oliveira – «A Conjuntura», in *Nova História de Portugal. Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV, cap. XI, p. 526.

¹¹⁰ «Vemos igualmente João das Regras intervindo em diversos assuntos ligados a negociações diplomáticas. Assim, em 26 de Março de 1387 será uma das testemunhas do acto pelo qual os duques de Lencastre renunciam a todos os direitos que, enquanto monarcas de Castela que se reclamavam, pudessem ter em Portugal. Testemunhará igualmente as tréguas com Castela, acordadas em Monção em 15 de Março de 1390. Uma carta régia de 26 de Junho de 1392 afirmará por seu turno ter-se João das Regras deslocado a Castelo Rodrigo, para se encontrar com mensageiros de Castela. Finalmente, em 15 de Maio de 1393 será um dos representantes de D. João I em novas negociações de tréguas com o monarca castelhano.» HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «O Doutor João das Regras no Desembargo e no Conselho Régios (1384-1404). Breves Notas», in *Estudos de História de Portugal. Séculos X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1982, p. 251.

¹¹¹ «A Universidade vivia então uma hora de crise, levando D. Fernando, em 1377, a escolher Lisboa para de novo a instalar. A falta de lentes e de estudantes

augmentar mais em Lisboa, depois de para aqui ter passado a Universidade¹¹². E tendo sahido ainda varios Portugueses a ap-prender hum e outro Direito¹¹³ nas Universidades Estrangeiras, he no fim do mesmo Reinado que se recolheo ao Reino o celebre Jcto (em Leis) o Doutor João Fernandes de Aregas, de Regulis ou de Legibus, e das Regras¹¹⁴, como mais commummente he chamado, trazendo já a fama de grande *Letrado*, e insigne na sciencia do Direito Civil: para o que concorreo muito, além de ter estudado fóra, o ter sido ainda Discipulo do então famoso Bartholo¹¹⁵ na

era notória. O próprio monarca reconhecia a urgência de uma «reformaçam», dado que «muitos da nossa terra se hiam fora della a aprender, o que nom era noso serviço nem onrra». Para o efeito arranhou casas, concedeu privilégios e tornou possível, desde 1380, uma nova fase da vida do Estudo Geral. Mas a transferência não se operou sem dificuldades, porque durante três anos a escola viveu apenas do nome. Muitas dezenas de estudantes fixaram-se então nas universidades do Sul da França – Toulouse, Avinhão e Montpellier –, procurando a obtenção de graus que no País lhes estavam vedados. A crise foi, no entanto, vencida com a concessão de outros privilégios reais e pontifícios. Em 7 de Junho de 1380, o antipapa Clemente VII atendeu a solicitação de D. Fernando para a reabertura da instituição.” SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, 6.^a edição, Editorial Verbo, Lisboa, 2001, p. 377.

¹¹² A data exacta da criação da Universidade em Portugal – e não em Coimbra como o refere este autor –, situa-se entre 1288 e 1290, durante o reinado de D. Dinis. A tradição histórica, ainda que não isenta de controvérsia, reconhece a instituição do *Studium Generale* na carta dionisiana de 1 de Março de 1290. De qualquer modo, a bula do Papa Nicolau IV que o confirmou, em 9 de Agosto de 1290, representa, sem dúvida, o momento decisivo da legitimação aos olhos da Europa culta. Por exemplo, BRANDÃO, Fr. Francisco – Da fundação da Vniversidade, & estudos de Lisboa», in *Monarchia Lusitana*, Parte Quinta, livro XVI, cap. LXXII, f.ºs 163-165.

¹¹³ Refere-se aos campos metodológicos do Direito Civil em contraposição com o Direito Canónico, então em amplo debate na vida pública europeia. Sublinhado nosso.

¹¹⁴ «Regras», in *Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*, direcção de Afonso Zúquete, 3.^a edição, Zairol, Lisboa, 1987, pp. 466-467; TÁVORA, Luiz de Lancastre e – «Regras, Regas ou Aregas», in *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Quetzal Editores, Lisboa, 1989, p. 302; SILVA, Nuno Espinosa Gomes da – «Sobre o apelido do Doutor João das Regras», separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 349 [s. n.], Lisboa, 1985; SOUSA, Manuel de – «Regras», in *As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas*, Sporpress, Mem Martins, 2004, p. 214.

¹¹⁵ «Entendia-se, em síntese, que as fontes subsidiárias se circunscreviam ao direito romano e ao direito canónico, onde quer que se contivessem. Pela mesma época, começaram a traduzir-se os correspondentes textos legislativos e alguns importantes textos de doutrina que os esclareciam. As *Decretais de Gregório IX* já se encontravam vertidas para o português em 1359. Outro tanto sucedeu, antes

Universidade de Bolonha, ou em alguma das outras, em que elle foi respeitado e ouvido como Oraculo da Jurisprudencia Civil¹¹⁶. A revolução, que se seguiu pouco depois da sua chegada ao Reino, e pela morte do Senhor D. Fernando (que já o estimou bastante¹¹⁷), o muito que elle fez uso das suas luzes, e grande eloquencia, e o grande ascendente, e feliz successo, com que por isso advogou a causa do Mestre de Aviz, o Senhor Rei D. João I.¹¹⁸ [...]. Por quanto tudo concorreo para o fazer distinguir, e figurar mais em authoridade, e valimento: ainda que no mesmo tempo do dito Senhor Rei concorreraõ Vasco Gil de Pedroso¹¹⁹, Licenciado em Leis, seu Desembargador do Paço ou *petiçoens*, e seu *Vassallo*; João Gil¹²⁰ tambem Licenciado em Leis, seu Desembargador do Paço, Proveador da Fazenda, e do seu Conselho; Alvaro Pires¹²¹ Bacharel em Leis, Conego da Sé de Lisboa, do seu Desembargo, e Juiz dos seus Feitos; [...] e outros mais Legistas, que haveria

de 1426, com o *Código de Justiniano*, acompanhado da *Glosa de Acúrsio* e dos *Comentários de Bártolo*, por ordem de D. João I [tradução que sucessivos autores atribuíram erradamente a João das Regras].” COSTA, Mário – «Período do Direito Português de inspiração romano-canónica», in *História do Direito Português*, cap. III, p. 262. Para uma visão mais especializada, consultar ALBUQUERQUE, Martim de – «Bártolo e bartolismo na história do direito português», separata do *Boletim do Ministério da Justiça* [s. n.], Lisboa, 1981.

¹¹⁶ “[...] era ahi hum notauel baram homem de perfeita authoridade, & comprido de boa sciencia, muy grande letrado em leys, chamado Doutor Iohaõ das Regras, cuja sotilidade, & clareza de bem falar antre os letrados eteudo em conta.” LOPES, Fernão – «Como o Doutor Iohaõ das Regras propoz em as Cortes mostrando q hauia quatro herdeiros do Reino», in *Chronica delRey D. Ioam I. de Boa Memoria*, Primeira Parte, 1644, cap. CLXXVI, f.º 364.

¹¹⁷ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, com introdução de Salvador Dias Arnaut, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Porto, 1990, cap. CLVI, pp. 434-435.

¹¹⁸ SANTOS, Fr. Manuel dos – «Doutor João das Regras», in *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, livro XXIII, cap. XXXIII, f.ºs 702-703.

¹¹⁹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, pp. 386-387.

¹²⁰ COELHO, M.^a Helena da Cruz – *D. João I*, pp. 38, 154-155; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, pp. 338-339.

¹²¹ Ou Álvaro Peres. Cf. HOMEM, Armando Luís de – *Idem*, p. 283.

entre os muitos das duas Casas de Justiça ou Relações¹²², que ao menos então existião já, e do seu Conselho¹²³.

Na linha a que acostumou os seus leitores, José Anastácio de Figueiredo Ribeiro aprofundou as relações entre o corpo legislativo de Justiniano e o ordenamento jurídico português até à sua contemporaneidade, dado que no reinado de D. José I ainda se atendia ao carácter subsidiário¹²⁴ das directivas justinianas. Em termos básicos, interessava estabelecer um vínculo sintético da evolução do Direito peninsular e, particularmente, do Direito português, com aquela fonte do Direito europeu e em que medida produziu efeitos político-administrativos duradouros, ainda expressos no quadro tardo-setecentista:

[...] e sendo a Epoca certa da sua introducção, e os motivos, ou causas da authoridade do Direito de Justiniano¹²⁵ [...], procedendo quasi tudo o mesmo analogamente em Portugal [...]; e sendo a Epoca certa da sua introducção nelle a primeira parte do Reinado do Senhor D. Affonso Henriques [...]: o qual com os seus gloriosos

¹²² TORRES, Ruy d'Abreu – «Desembargo do Paço», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 289-290 e a bibliografia aí apontada; ALBUQUERQUE, Martim de – «O regimento quatrocentista da Casa da Suplicação», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 17, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982.

¹²³ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre qual foi a época certa da introducção do Direito de Justiniano em Portugal, o modo da sua introducção, e os grãos de authoridade, que entre nós adquirio. Por cuja occasião se trata toda a importante materia da Ord. liv. 3. tit. 64.», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792, pp. 279-280.

¹²⁴ CRUZ, Guilherme Braga da – «O Direito Subsidiário na História do Direito Português», in *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito e do Direito Moderno*, 2.ª Parte, vol. II, p. 271.

¹²⁵ Para um valioso levantamento alfabético e cronológico de individualidades relacionadas com a actividade jurídica nacional durante os séculos XII-XIII: NOGUEIRA, José Duarte – *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média: dos primórdios ao século da Universidade (contribuição para o seu estudo)* [s. n.], Lisboa, 1994, pp. 14 e ss.

Successores imitáram sempre os outros Príncipes Estrangeiros [...], em preferir, e promover os Jurisconsultos, e Letrados ás maiores Dignidades, e Magistraturas, tendo-os tambem sempre no seu Conselho; donde nasceraõ, e tiveraõ origem os principaes diversos grãos de authoridade, que entre nós adquirio o mesmo Direito, cujo uso, e conhecimento se acha sempre permanente¹²⁶. E foi o primeiro grão de authoridade o servir, e ser geralmente seguido, como *Direito*, e *razaõ* escripta, em supplemento, e subsidio das nossas Leis, e costumes Patrios em os Juizos, e Sentenças; de sorte que mais tacita do que expressamente os mesmos Senhores Reis lho vieraõ logo a conceder, authorizando-o com os seus factos, e exemplo, e promovendo-o com a grande authoridade, que deraõ aos Sabios, e JCTos dos seus tempos, e ainda com a traducção das Partidas, pela maior parte formadas, e traduzidas dos mesmo Direito, que com muito maior razaõ vieraõ a ter authoridade de subsidiarias [...]. O 2.º [grau] foi o de authoridade extrinseca, e Lei Patria, que adquirio tudo o que do mesmo Direito, e ainda da Glossa¹²⁷, e dos Interpretes delle pareceo conveniente, e necessario adoptar, ou por extenso, ou remissivamente no Codigo de Leis Patrias principiado no tempo do Senhor D. Joaõ I., e

¹²⁶ COSTA, Mário Júlio de Almeida – *História do Direito Português*, pp. 222-229.

¹²⁷ “Os pós-glosadores ou comentadores do *Corpus iuris civilis* e do *Corpus iuris canonici* utilizaram os novos métodos introduzidos noutros ramos do conhecimento através da descoberta dos trabalhos de Aristóteles. Trabalhos esses que haviam atingido a Europa através da Espanha e da Itália sob a forma de traduções a partir do árabe e graças aos contactos directos com os gregos durante as Cruzadas. Esses métodos, tal como eram utilizados pelos juristas, consistiam na investigação do sentido das leis por intermédio de um processo dialéctico. Para os glosadores, a pedra de toque era a autoridade, para os pós-glosadores era a razão – o que significava maior liberdade no estudo do Direito. Este método dialéctico ou escolástico também era aplicado à Filosofia e à Teologia. Os membros mais importantes desta escola eram os italianos Cino de Pistóia, Bártolo de Saxoferrato e Baldo de Ubaldis.” GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – «As Faculdades de Direito», in *Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Idade Média*, vol. I, cap. XII, p. 392.

publicado nos princípios do Reinado do Senhor Dom Affonso V.¹²⁸, ficando em desuso as Leis das Partidas¹²⁹; de sorte que as suas disposições assim adoptadas ficáraõ servindo de Leis Patrias sem differença alguma, como se fossem puramente patricias [...]; O 3.º [grau] he o de ficar o resto ainda servindo de subsidiario, com authoridade intrinseca, e pela *boa razao*, em que fosse fundado, e já expressamente em geral pelas Ordenações fontes da Filipp. Liv. 3. tit. 64.¹³⁰ [...]: do qual como se abusasse muito, e *de facto* se seguisse o 4.º e maior gráo de authoridade a que chegou [...] veio a ser restabelecido, limitado, e declarado pelo Senhor Rei D. José I.¹³¹, como se fazia taõ necessario¹³² [...].

Dotado com um apêndice documental, esta dissertação académica de José Anastácio de Figueiredo Ribeiro houvera sido seleccionada para um concurso promovido pela Academia Real das Ciências [1791], mas entendeu declinar tal convite, como ficou expressamente registado em nota final. Acima de tudo, estamos perante, mais uma vez, de um trabalho de natureza historiográfica idónea para o estudo do Direito medieval português.

¹²⁸ NOGUEIRA, José Duarte – «Algumas reflexões sobre o Direito subsidiário nas Ordenações Afonsinas», separata da *Revista do Direito e de Estudos Sociais*, n.º 24 [s. n.], Coimbra, 1980, pp. 279-297.

¹²⁹ SILVA, Nuno Espinosa Gomes da – «O sistema de fontes nas Ordenações Afonsinas», separata da *Scientia Iuridica*, n.º 29, Livraria Cruz, Braga, 1980.

¹³⁰ *Vide nota supra*.

¹³¹ Para informações mais detalhadas sobre a legislação revogatória de 1769, da chancela pombalina, v. ALMEIDA, Carlos Marques de – *Reflexão epistemológica sobre a Lei de 18 de Agosto de 1769* (Lei da Boa Razão): *subsídios para a História do Estado de polícia pombalino*, dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Históricas, FDUC [versão policopiada], Coimbra, 1991.

¹³² RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre qual foi a época certa da introdução do Direito de Justiniano em Portugal, o modo da sua introdução, e os grãos de authority, que entre nós adquirio. Por cuja occasião se trata toda a importante materia da Ord. liv. 3. tit. 64.», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792, pp. 330-331.

É significativa a premência da *Memoria* rubricada por José Anastácio de Figueiredo Ribeiro consagrada aos materiais de suporte que se encontram nas chancelarias régias e nos acervos históricos nacionais, lida em sessão solene da Academia Real das Ciências [20 de Julho de 1791]. Trata-se de uma observação aplicada ao papiro, os diferentes tipos de pergaminho e às tipologias do papel nos primórdios da sua implementação no espaço ibérico¹³³. É lógico que para o desenvolvimento da Diplomática acarretava conhecer o material heterogéneo desses objectos de estudo, muitos dos quais perfeitamente desconhecidos até do próprio investigador, como foi o papiro, pois afirmou nunca ter visto nenhum[!].

Está-se perante um comentário curioso acerca do historial desses materiais¹³⁴, uma abordagem quase impensada até ao momento, considerados enquanto repositórios históricos. Apontamos igualmente as concepções de José Anastácio de Figueiredo Ribeiro quanto aos postulados da comunicação numa perspectiva inovadora sobre a escrita e o início da História. Sobressai, fundamentalmente, a necessidade de uma preservação da documentação na memória colectiva, assim como as tentativas de combater a “erosão” do esquecimento¹³⁵.

O Autor revela-se empenhado nas dinâmicas da comunicação escrita na génese das sociedades, em que a palavra marca a instituição das comunidades humanas. As necessidades indispensáveis da comu-

¹³³ FOULCHÉ-DELBOSC, Raymond, e BARRAU-DIHIGO, Louis – *Manuel de L'Hispanisant*, vol. II, G. P. Putnam's Sons, Michigan, 1925, p. 62; RIZZINI, Carlos – *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822)*, Kosmos, São Paulo, 1946, p. 36.

¹³⁴ RIBEIRO, José Silvestre – *Primeiros traços d'uma resenba da Litteratura Portugueza*, t. I, pp. 43-45; *Anais da Bibliotecas e Arquivos de Portugal. Revista Trimestral de Bibliografia*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1920, p. 140; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História Breve da Historiografia Portuguesa*, p. 221.

¹³⁵ McMURTRIE, Douglas – «O papel e as suas origens», in *O Livro. Impressão e Fabrico*, pp. 77-93.

nicação na vida em sociedade motivaram as escritas pictóricas [ou “sinais”] e fonéticas [letras e alfabetos]. Na tentativa de compreender a evolução dos suportes materiais da escrita e do documento histórico, *per si*, o Autor esboça uma das preocupações centrais da ciência diplomática¹³⁶ que tanto o fascinavam, como repetidamente constata:

Sendo natural aos homens a comunicação com os seus semelhantes, e a participação com elles de todos os bens, de que foraõ dotados pello Supremo Artifice, e que comsigo traz a Sociedade: para usar da palavra (o maior bem, com que no fysico ficámos superiores ás mais Creaturas) com os não presentes, e para transmittir á posteridade tudo o que fosse, e se julgasse interessante ou necessario; a mesma Natureza ditou sempre a necessidade de letras e signaes, com que se descrevessem e pintassem as cousas, que se queriaõ communicar aos outros não presentes, ou vencessem a fragilidade da memoria humana, evitando o esquecimento, ao qual pelo lapso de tempo ficariaõ sem duvida condemnadas. He certo porém, que não foi sempre constante a materia, de que para isso se serviraõ os Póvos, e em que escrevêraõ; mas variou muito o uso delles á proporção, que os conhecimentos, e a experiencia se foraõ augmentando¹³⁷.

Esta *Memoria* pauta-se, portanto, por uma grande mudança, visto que, neste período, quase não existiam comentários especificamente dedicados à escrita, nomeadamente na sua vertente material¹³⁸. As

¹³⁶ BARREIRA, Aníbal – «José Anastácio de Figueiredo – sua contribuição para a cientificação da História em Portugal», pp. 189-199.

¹³⁷ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre a materia ordinaria para a escrita dos nossos Diplomas, e papeis públicos», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, p. 227.

¹³⁸ *Jornal Encyclopedico...*, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, Março 1791, pp. 301-302; ARTHAUD, Charles – «Dissertation sur le papier, dans laquelle on a rassemblé tous les essais qui ont été examinés par le Cercle des Philadelphes, fur les moyens de préserver le papier de la piqure des insectes», in *Mémoires du Cercle des Philadelphes*, vol. I, Imprimerie de Mozard, Paris, 1788; LA

alusões ao historial do papiro, do pergaminho e ao aparecimento do livro eram raras. Para a melhor compreensão da génese da ciência diplomática nacional, apelava para um exame mais entranhado dos suportes materiais, fortemente direccionado aos documentos manuscritos¹³⁹, os quais circularam largo tempo após a introdução da imprensa nos finais do século XV:

Nem pôde deixar de se conceder, e ter por certo, que já pelos ditos tempos, até na Espanha, era muito usado e conhecido o papel ordinario, ou feito de trapos: por quanto se observa, que já no tempo, em que ElRei D. Affonso o Sabio ordenou o Codigo das Leis chamadas de *Partidas*¹⁴⁰ por commissão e recommendação de seu Pay, dos annos de 1251 até 1259, (para terem authoridade e observancia em todos os Reinos de Castella) era conhecido o papel, ou o *pergaminho de panno* ou *paños*, como differente do *pergaminho de coyro*; e havia já experiencia de sua pouca, e muito mais limitada duração. O que se prova da Partida 3. tit. 18., que tracta *das Escripturas, por que se provaõ os preitos*, Lei 5. e outras¹⁴¹, em que se prescreve quaes sejaõ as Cartas, que se deveriaõ fazer em *pergaminho de coyro*, e quaes em o *pergaminho de pannos*, pelo qual se entendia o papel: e isto conforme o requeresse a sua natureza, e se fazia necessaria nellas maior ou menor duração.

LANDE, Joseph Jérôme Le Français de – «Art de faire le papier», in *Descriptions des Arts et Métiers...*, vol. IV, Académie Royale des Sciences, Paris, 1761, pp. 407 e ss.; JESUCRISTO, Andrés Merino de – *Escuela Paleographica ó de leer letras antiguas desde la entrada de los Godos en España hasta nuestros tiempos...*, D. Juan Antonio Lozano, Madrid, 1780, pp. 232 e ss.

¹³⁹ *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, por João Luís LISBOA, Tiago dos Reis MIRANDA e Fernanda OLIVAL, Edições Colibri, Lisboa, 2002; *Vol. II (1732-1734)*, 2005.

¹⁴⁰ CAETANO, Marcello – *História do Direito Português (sécs. XII-XVI) seguida de Subsídios para a História das Fontes do Direito em Portugal no séc. XVI*, pp. 340-341.

¹⁴¹ «Quáles cartas deben seer fechas en pergamino de cuero et quales en pergamino de paño», in *Las Siete Partidas...*, Partida III, Lei V, pp. 550-551.

Ora em Portugal, mandando-se fazer a Traducção das Partidas, poucos annos depois, pelo Senhor Rei D. Diniz¹⁴², e ficando logo com a authoridade de Leis subsidiarias¹⁴³, que entre nós tiverão, como está mostrado [...]; acha-se na dita Lei 5. tit. 18. da Part. 3. em rubrica¹⁴⁴: *Quaes cartas deue[m] seer fectas e[m] pergaminho de coyro e quaes em papel*: fazendo-se no contexto della bem expressamente a differença de *pulgamynho de coyro*, e *pulgaminho de papel*. E na Lei 20. do mesmo titulo se mandou, que as Cartas, pelas quaes ElRei mandasse tirar cavallos do Reino, ou outras cousas prohibidas, fossem feitas em *purgaminho de papel*¹⁴⁵. Sinal de que já se não duvidava chamar *papel* ao pergaminho, que para differença do proprio e de coiro, se entrou a chamar *de pannos* ou trapos; e de que o seu uso estava sem questaõ sendo já muito ordinario¹⁴⁶.

O isolamento generalizado em que a Europa medieval cairia condicionou a circulação e o predomínio [ou não] dos formatos de suporte escrito. Em primeiro lugar, sendo o papiro¹⁴⁷ maioritariamente originário do Egipto, o bloqueio islâmico obstou a sua

¹⁴² RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre qual foi a época certa da introdução do Direito de Justiniano em Portugal, o modo da sua introdução, e os grãos de authoridade, que entre nós adquirio. Por cuja occasião se trata toda a importante materia da *Ord.* liv. 3. tit. 64.», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. I, 1792, pp. 283-286.

¹⁴³ «Prelecções de Direito Patrio que dava Ricardo Raymundo Nogueira no anno de 1793 a 1796 (*Leis das Partidas*)», in *O Instituto. Jornal Scientifico e Litterario*, vol. XII, n.º 6, Imprensa da Universidade, Coimbra, Setembro de 1863, § 2, pp. 122-124.

¹⁴⁴ «De Las Escripturas por que se prueban los pleytos», in *Las Siete Partidas...*, partida III, lei XII, tit. XVIII, pp. 546-547.

¹⁴⁵ «Cómo deben seer fechas las cartas que el rey manda dar para sacar del regno caballos ó otras cosas de las vedadas», in *Las Siete Partidas...*, partida III, lei XX, tit. XVIII, p. 558.

¹⁴⁶ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre a materia ordinaria para a escrita dos nossos Diplomas, e papeis públicos», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792, pp. 231-232.

¹⁴⁷ BASSETTO, Bruno Fegni – «Papiros antigos», in *Elementos de Filologia Romana*, 2.ª edição, EdUSP, São Paulo, 2001, pp. 115-116.

procura nos mercados livreiros europeus. Entretanto, registou-se o chamado “papel ou pergaminho de trapos”¹⁴⁸, utilizado em larga escala e promovido pelas manufacturas francesas, de baixo valor, mas garantindo uma durabilidade. Também devido à escassez de algodão não logrou o “papel de algodão” ou *bombycino*¹⁴⁹, não conseguindo implementar-se.

A preeminência do pergaminho¹⁵⁰ por toda a Europa, tradicionalmente originário da Ásia Menor, deveu-se à abundância da matéria-prima animal, típica de uma sociedade agro-pecuária, não obstante os custos onerosos do fabrico dos pergaminhos e a lentidão do processo de redacção. Apesar de tudo, o pergaminho tornou-se um símbolo da Europa medieval, inclusivamente na Península Ibérica, visível nas manufacturas livreiras desde o «renascimento» carolíngio do século IX¹⁵¹. José Anastácio de Figueiredo Ribeiro elogiava as qualidades únicas do pergaminho, ainda em produção nos finais do século XVIII, embora substancialmente destinado à documentação solene, referindo-se à produção do papel à época¹⁵². A durabilidade e fiabilidade do pergaminho possibilitaram um alicerce para o conhecimento na Europa, embora o Autor chame a atenção para a necessidade da conservação e restauro dos pergaminhos¹⁵³, por força da investigação paleográfica e diplomática.

¹⁴⁸ «Origem das folhas para escrever, dos livros e dos papeis de escripta e de impressão», in *Revista Popular: Semanario de Litteratura e Industria*, vol. V, Lisboa, 1852, pp. 123-125.

¹⁴⁹ «Bombicino», in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. IV, p. 1386.

¹⁵⁰ BUENO, Francisco da Silveira – «Pergaminho», in *Estudos de Filologia Portuguesa*, vol. I, Universidade do Texas, 1959, pp. 137-141; «Pergaminho», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, pp. 297-298.

¹⁵¹ FEBVRE, Lucien, e MARTIN, Henri-Jean – «Questão prévia: o aparecimento do papel na Europa», in *O Aparecimento do Livro*, pp. 31-52.

¹⁵² Recordamos os incrementos pombalinos à indústria do papel, destacando-se as fábricas em Tomar e Lousã. CASTRO, Armando de – «Indústria do Papel», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, pp. 540-541.

¹⁵³ HERCULANO, Alexandre [?] – «Varios Methodos para fazer reviver letras apagadas», in *O Panorama*, vol. III, 1.^a série, ft. 112, 22 Junho 1839, p. 197.

Por conseguinte, refere que a documentação jurídica medieval é elementar para a memória histórica de Portugal e Espanha, pois quase toda se encontrava redigida em pergaminhos, maioritariamente de origem animal¹⁵⁴. A crescente preponderância do papel, de criação chinesa e encaminhado pelos circuitos árabes para a Europa, não são mencionados pelo Autor, mas afiança que chegou às chancelarias, arquivos e acervos europeus entre os séculos XII e XIV, em virtude do recrudescimento comercial dos finais da Idade Média. A Península Ibérica assistirá a uma preponderância do pergaminho, ainda que a inclusão do papel¹⁵⁵, dito *ordinário*, se estabeleça lentamente, mas em crescendo no panorama nacional. Apesar de todo este desenvolvimento material, esta dicotomia entre o pergaminho e o papel¹⁵⁶ processou-se nos contextos burocráticos, administrativos e jurídicos, assim como no ambiente eclesiástico, mais arreigado à tradição do pergaminho:

Por tanto fica já claro, como antes ainda do fim do Seculo XII. se fez conhecido e mais vulgar o uso do papel ordinario, feito de *pannos* ou trapos, e que já no tempo das lembradas Leis [das Partidas], ou desde quando principiou a dar-se pelos nossos Taballiães o juramento¹⁵⁷, de que na sobredita Lei se falla, era

¹⁵⁴ “A vantagem na duração que o pergaminho leva ao papel, fez com que na idade media fosse quasi sempre o primeiro preferido ao segundo, e tanto assim que difficil será achar em Portugal diploma algum em papel, anterior ao meado do seculo 15.º Esta preferencia não era só dada nos actos publicos, mas tambem nos livros manuscriptos; porém tanto n’uns como em outros nunca encontrámos o pergaminho de bezerro, e tão sómente havemos achado o de carneiro, apesar de termos visto milhares de documentos, e grande numero de livros manuscriptos, feitos antes de 1500.” IDEM – «Papel e Pergaminho», in *O Panorama*, vol. I, 1.ª série, ft. 3, 20 Maio 1837, pp. 21-22.

¹⁵⁵ «Papel» in *Elucidário...*, vol. II, pp. 462-464, muito baseada nesta *Memoria*, sem a referir explicitamente.

¹⁵⁶ BANDEIRA, Ana Leitão – *Pergaminho e papel em Portugal: tradição e conservação*, CELPA, Lisboa, 1995.

¹⁵⁷ GONÇALVES, Iria – «Tabeliado», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, pp. 107-108; TORRES, Ruy d’Abreu – «Tabeliães», pp. 108-111.

conhecida a diferença; havendo regulação para quando se devia usar de hum ou outro, conforme a duração, que se pretendia tivessem as escrituras. [...].

E por tudo o referido fica apparecendo como não pôde ser seguro argumento de falsidade, o que se deduzir sómente de por aquelles primeiros tempos da nossa Monarchia se achar escripto em papel qualquer Diploma, quando outras razões e conjecturas o não ajudarem: sendo por outra parte a mesma pouca duração do papel, a que torna impossivel quasi o achar Documentos originalmente nelle escritos, de certa antiguidade para traz; de sorte que he rarissimo acha-los ainda do meio do seculo XV. He notavel porém, que tanto se entrasse a usar, e fazer estimação só do pergaminho; e por outra parte a pôr em desuso e esquecimento o nome de *papyrus* e *papel*, que em Castella, e Portugal chegasse a ser o nome de *pergaminho* commum a ambas as materias, de que só se ficou usando; e fosse necessario para differença acrescentar-se-lhe o de que era feito cada hum dos mesmos pergaminhos: em quanto ao de pannos ou trapos se lhe não entrou a chamar *papel*; cujo nome foi facil substituir por analogia ao outro, de que mais se não pôde fazer uso, por faltar, e se perder totalmente a sua primitiva materia¹⁵⁸. [...]

Em o Codigo, e Ordenação do Senhor Rei D. Affonso V. Liv. I. tit. 16. § 9.¹⁵⁹ se prohibe já com expressa e distincta menção aos Escrivães d'ante os Desembargadores do Paço, e dos Aggravos,

¹⁵⁸ RIBEIRO, João Pedro – «Dissertação XI. Sobre a Materia dos Documentos Antigos», in *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal...*, vol. III, 1813, pp. 34-46.

¹⁵⁹ «OUTRO SY Mandamos, e defendemos aos Sobreditos Scripvaães sob pena dos Officios, que nom peçam aas partes papel, nem pergaminho, nem lho façam pagar em nenhũa gussa, ca da Chancellaria hã d'aver papel, e pergaminho pera as Cartas, que per ella passam; e quanto he ao papel pera os processos, devem-no elles a comprar, e nom as partes; e se o contrairo fezerem, sejam suspensos dos Officios por huu anno.» «Dos Escripvaães dante os Desembargadores do Paço, e dos Aggravos, e do Corregedor da Corte, e dos outros Desembargadores da Rollaçom», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, tit. XVI, § 9, p. 103.

do Corregedor da Corte, e dos outros Desembargadores, que não peçaõ ás partes o *papel e pergaminho*, em que houverem de escrever o que a ellas pertencer. E nos titulos 36. e 37. se vê o que devem levar os Taballiães e Escrivães das Cartas, Sentenças, Alvarás, e Escripturas, que fizerem, conforme forem¹⁶⁰, ou deverem ser escriptas *em pelles todas de carneiro ou de purgaminbo*, ou *em papel*¹⁶¹.

José Anastácio de Figueiredo Ribeiro era conhecido por ser um indivíduo reservado e devoto aos estudos desde tenra idade. Talvez essas características antevíssem a sua morte precoce, aos 39 anos de idade, em resultado de uma depressão prolongada, com razões ainda pouco conhecidas. Os seus interesses incidiram basicamente sobre o estudo do Direito Pátrio, cujas inovações documentais serão extremamente úteis para a actualização dos estudos historiográficos. A sua elevada erudição é igualmente patente, por exemplo, nos vários volumes da *Nova Historia da Militar Ordem de Malta* [1793-1800]¹⁶², entre outras obras de relevo.

¹⁶⁰ «Do que ham de levar os Tabelliaães, e Scripvaães das Cartas, e das Sentenças, e Alvaraas, que fezerem» & «Do que ham de levar os Taballiaães do Paaço das Escripturas, que fezerem», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, títs. XXXVI-XXXVII, pp. 220-225.

¹⁶¹ RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – «Memoria sobre a materia ordinaria para a escrita dos nossos Diplomas, e papeis públicos», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 233-234.

¹⁶² IDEM – *Historia da Ordem militar do Hospital, boje de Malta, e dos senhores Grãos-Priores d'ella em Portugal, fundada sobre documentos que podem supprir, confirmar ou emendar o pouco, incerto, ou falso que d'ella se acha impresso, etc. Parte I.* «Ate á morte do sr. rei D. Sancho II, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1793; IDEM – *Nova Historia da militar ordem de Malta, e dos senhores Grãos-Priores d'ella em Portugal; fundada sobre os documentos que só pódem supprir confirmar, ou emendar o pouco, incerto, ou falso que d'ella se acha impresso: servindo incidentemente a outros muitos assumptos, com geral utilidade. E offerecida a S. A. R. o grão-prior actual, o Príncipe nosso senhor. Parte I. Até á morte do sr. rei D. Sancho II. (Refundida sobre a primeira edição de 1793.) Parte II. Até á morte do sr. rei D. Diniz. Parte III. Até os nossos dias, com o copioso indice geral de que necessita*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1800.

JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ
[?-1819]

No âmbito dos ensaios histórico-jurídicos promovidos pela Academia Real das Ciências, surge-nos uma breve *Memoria* assinada pelo juiz corregedor José António de Sá¹ [Bragança, ?-Lisboa, 1819] versando acerca da origem e os atributos jurisdicionais dos corregedores em Portugal. Em sentido estrito, este trabalho complementa a reflexão de José Veríssimo Álvares da Silva² inclusa nas *Memorias de Litteratura Portugueza* quanto à evolução do direito de correição pelos juízes corregedores desde a sua implementação.

O Autor desta *Memoria* era doutor em Leis pela Universidade de Coimbra e foi lente opositor durante algum tempo, tendo-se notabilizado na problematização de algumas matérias jurídicas³. Ingressando

¹ «José António de Sá», in *Diccionario Bibliográphico Portuguez*, vol. III, pp. 246-247; vol. XII, p. 236; «José António de Sá», in Portugal. *Diccionario Historico...*, vol. VI, pp. 429-430; *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança ou Repositório amplo de notícias corográficas... Os fidalgos*, por Francisco Manuel ALVES, revisão de José Augusto de Sotto-Mayor Pizarro, vol. VI, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade de Baçal, Bragança, 2000, pp. 183-184.

² Vejam-se os nossos comentários: SILVA, José Veríssimo Álvares da – «*Memoria* que tambem levou Accessit, e tracta do Direito de Correição usado nos antigos tempos, e nos modernos; e qual seja a sua natureza», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792.

³ SÁ, José António de – *Tratado sobre a origem e natureza dos testamentos, deduzido dos principios mais solidos dos direitos divinos, natural, civil, publico e das*

na carreira da magistratura, foi indigitado como juiz-de-fora na comarca de Torre de Moncorvo, aliando parte da sua produção científica à defesa das conveniências transmontanas. Posteriormente, ascenderia a juiz desembargador da Relação do Porto, mas será indicado para superintendente-geral das Décimas da Corte e do Reino, cargo recentemente criado, e para cujo despacho estabeleceu uma “espécie” de tribunal na sua residência, dali despachando em nome da Coroa. Suprimindo-se rapidamente este organismo, será distinguido para superintendente-geral das Décimas de Lisboa, mantendo-se nesse lugar até à data da sua morte.

Foi ainda juiz conservador da Real Companhia [1802], acumulando com o lugar de director da Real Fábrica das Sedas e Águas Livres. José António de Sá era conselheiro honorário da Fazenda, cavaleiro professo da Ordem de Santiago, além de sócio de número da Academia Real das Ciências. No desempenho das funções enquanto juiz corregedor na comarca de Torre de Moncorvo, das quais deixou registo polémico⁴, José António de Sá interessou-se pelas origens daquelas ocupações jurídicas, associadas à elaboração do aparelho de

gentes, em que se analysa a politica dos antigos povos, e se refutam as opiniões dos mais celebres doutores publicistas e civilistas, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1783; IDEM – *Dissertationem bipartitam historico-analytico-criticam de plebiscitis et sconcultis...*, Officina de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1784; IDEM – *Instrucções geraes para se formar o cadastro, ou o mappa arithmetico-politico do Reino...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1801.

⁴ SÁ, José António de – «Descrição economica da Torre de Moncorvo», in *Memorias Economicas*, vol. III, pp. 253-290. Para todos estes assuntos, v. SOUSA, Fernando de – «A memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)», separata de *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série História*, n.ºs 51-56, FLUP, Porto, 1974, pp. 223-327. IDEM – «Portugal nos fins do Antigo Regime. Fontes para o seu estudo», separata de *Bracara Augusta*, vol. XXXI [s. n.], Braga, 1977; IDEM – «Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá», separata da *Revista População e Sociedade*, n.º 3, Centro de Estudos da População e Família, Porto, 1998, pp. 359-399; IDEM – «A Correição de Moncorvo em finais do século XVIII», separata da *Revista População e Sociedade*, n.º 7, 2001, pp. 5-78; IDEM – «O poder local nos finais do Antigo Regime», in *O poder local em tempo de Globalização. Uma história e um futuro*, coordenação de Fernando Fonseca, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2005, pp. 149-168.

Estado e à coesão jurídico-administrativa nacional⁵. Nessa linha de pensamento, remontou as raízes históricas até ao Império Romano do Ocidente, para alongar-se até ao papel dos corregedores em França antes da Revolução de 1789, assim como na Rússia imperial e em Espanha, de onde herdamos esses ofícios jurídicos.

Segundo a sua óptica, entendia-se por “corregedor” todo aquele magistrado que representava a Coroa em cada uma das circunscrições administrativas, ditas comarcas, de Portugal. Competia-lhe, entre vários deveres, fiscalizar a aplicação da justiça e a administração régia nos diversos concelhos da respectiva comarca. A sua actuação era conhecida por correição, termo que, por ampliação, aplicava-se também às próprias comarcas. Quando estabelecidas as comarcas no século XV, a Coroa era previamente representada, em cada uma dessas comarcas, por um magistrado designado “tenente”. Mais tarde, os tenentes passarão a ser designados “meirinhos-mores” e, mais tarde, os “corregedores” propriamente ditos, embora tais funções pudessem facilmente coexistir ou confundirem-se.

A partir do estabelecimento efectivo dos corregedores, aos nobres apenas restava a jurisdição das alcaidarias dos castelos, enquanto o governo do distrito transitava para os legistas de confiança régia. Como representantes da autoridade real, os corregedores agiam paralelamente na esfera judicial e no plano administrativo. Perante os corregedores régios deveriam comparecer todos os que tivessem queixas a apresentar de alcaides, juízes, tabeliães ou de outros poderosos, bem como os que detivessem demandas para desembargar. Incumbia-lhes, deste modo, a fiscalização dos juízes designados pelos concelhos e se os juízes-de-fora cumpriam as suas prerrogativas.

⁵ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca. 1521)», in *Medievalista*, n.º 6, IEM/FCSH-UNL, Lisboa, Julho de 2009 [disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>]

Todavia, nos inícios do século XIX, a necessidade de reformas estruturais no campo da Justiça afigurava-se impreterível, as quais impunham uma rectificação dos estatutos dos «corregedores». Essas alterações só prosseguiram a partir da consagração da desvinculação dos poderes executivo e judiciário consequente da Revolução Liberal de 1820. Só então se deu início à desvinculação efectiva entre as competências judiciais e as habilitações administrativas dos corregedores. Desde então, as aptidões judiciais transitarium para os juizes de direito e os juizes da Relação, enquanto as competências administrativas foram delegadas para os governadores civis distritais. Mas importava, sobremaneira, evocar as virtudes de um magistério essencial na *res publica*:

O Officio de Corregedor⁶ he pela sua preeminencia, e pelo seu regimento a mais importante Magistratura deste Reino; pois que presidindo os Corregedores ás Comarcas⁷, são nellas os Chefes da Justiça; representão mais immeditamente os seus Principes, curão de perservar da corrupção, e abuso as suas Leis: fazem entrar nos seus deveres as Justiças Ordinarias⁸; obstão aos excessos de Jurisdição dos Donatarios Ecclesiasticos, e Seculares: vigião sobre

⁶ “Resultante do «progresso da realeza» e da consequente afirmação da administração pública geral sobre os foros e costumes locais, da extensão do poder real aos concelhos e coutos particulares e eclesiásticos, a figura institucional do corregedor afirma-se plenamente no reinado de D. Afonso IV para conhecer, nos decénios subsequentes, uma fortuna menos vulgar no respeitante aos restantes cargos da administração régia. Ao estatuto excepcional com que certos funcionários eram designados pelos monarcas para fazer «correição», em determinada área geográfica, substitui-se a delegação de poderes a título permanente.” GOMES, Saul António – «Corregedores da comarca da Estremadura e suas intervenções no Concelho de Leiria na Idade Média», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XLII, BGUC, Coimbra, 1994, p. 257.

⁷ COELHO, M.^a Helena da Cruz, e MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Poder conce-lho: das origens às artes constituintes. Notas da História Social*, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, 1986.

⁸ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal*, vol. XI, pp. 169-209.

a vassallagem devida á primeira Soberania⁹: superintendem nos tributos, e contribuições Reaes¹⁰: tem inspecção na Policia¹¹, e no socego Público; obstão ás violencias, e excessos dos poderosos¹²: promovem a Agricultura, e Commercio, a facilidade de transportes, e vigião sobre a Povoação, e industria¹³.

Rigorosamente fallando nenhuma Nação póde subsistir sem haver nas Provincias este importantissimo Magistrado¹⁴; porque, não sendo possivel em todas vigiar immediatamente por si o mesmo Principe, he de necessidade absoluta haver hum seu Delegado com superior Jurisdicção¹⁵ sobre as Justiças Territoriaes¹⁶.

Para José António de Sá impunha-se, acima de tudo, revitalizar a configuração estatutária dos juizes corregedores das comarcas, os quais executaram um protagonismo importantíssimo desde os finais da Idade Média até aos primeiros anos do século XIX. Obviamente que se adivinhava a necessidade de reformas nestas funções jurídico-administrativas, como aludimos *supra*, mas tal só viria a acontecer após os acontecimentos que conduziriam ao

⁹ MERÊA, Paulo – «Organização social e administração pública», in *História de Portugal...*, vol. III, Barcelos, 1931, pp. 496-497.

¹⁰ CAETANO, Marcello – *Administração Municipal de Lisboa durante a Primeira Dinastia (1179-1383)*, pp. 151-174; IDEM – *História do Direito Português (sécs. XII-XVI)...*, pp. 322-324, 330-331.

¹¹ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições: épocas medieval e moderna*, Almedina, Coimbra, 1982, pp. 352-354.

¹² TORRES, Ruy d'Abreu – «Corregedores», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 190-191.

¹³ «A estruturação social», in *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras do Condado Portucalense à crise do século XIV*, vol. III, pp. 202-203.

¹⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*, pp. 144-145.

¹⁵ HESPANHA, António Manuel – *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal, séc. XVII*, vol. I, Almedina, Coimbra, pp. 277-278.

¹⁶ SÁ, José António de – «Memoria sobre a origem, e Jurisdicção dos Corregedores das Comarcas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, p. 297.

Portugal Liberal. Baseado em numerosos opúsculos jurídicos e fontes históricas, entre as quais a jurisprudência resultante das Cortes portuguesas ou os cálculos das Ordenações, o Autor advogou a superioridade da figura do “corregedor”. Enquanto representação cimeira da autoridade régia, foi imprescindível na aplicação das leis e ao funcionamento do Estado, assumindo-se como regularizador de conflitos sociais e políticos, embora, fosse centelha de tantas outras contendas.

Consequentemente, o objectivo desta *Memoria* seria fomentar a revisão da autoridade concreta dos corregedores num contexto marcado pela decadência a todos os níveis e em que as intervenções militares francesas só virão acelerar. Entre tudo, convém não omitir o múnus de novas ideias revolucionárias advogadas desde o Código Napoleónico [1804], as quais indigitavam o caminho para as revisões jurídicas que se adivinhavam. À semelhança de outras figuras jurídicas como os “meirinhos” e os “adiantados”, seus subordinados, o corregedor era um símbolo do passado tardo-medieval e ainda do *Ancien Régime*, o qual, embora tivesse sofrido modificações aquando as reformas pombalinas, não tinha deixado de ser um símbolo proeminente na Justiça:

Para se conhecer em toda a luz qual seja em Portugal a grandeza da Jurisdição dos Corregedores, a quem a Lei de 10 de Março de 1761¹⁷ chama primeiros Magistrados da sua Comarca, e Presidentes da Justiça della, basta lêr as palavras das Ord. Liv. II. tit. 45. §. 8. no principio¹⁸: [...]. E com efeito

¹⁷ «Resolução regia de 10 de março de 1764, ácerca das competencias de jurisdição civil e ecclesiastica na questão do corregedor de Pinhel com o Abbade de Trancoso e um Conego da Guarda», in *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborensis*, vol. III, p. 260.

¹⁸ «E porque a correição he sobre toda a jurisdição como cousa, que esguarda a superioridade, e o maior e mais alto senhorio, a que todos são sujeitos, a qual assi he unida e conjuncta ao Principado do Rei, que a não póde de todo tirar de

são os Magistrados, que nas funções da Correição representão mais immediatamente os seus Soberanos; os quaes antigamente fizeram muitas Correições por si, cujos Provimentos erão outras tantas Leis promulgadas a beneficio das terras aonde entravão¹⁹; e pelo testemunho da Ordenação do Senhor D. Affonso V. tit. 25 §. I.²⁰ a criação dos Juizes de Fóra de Lamego, Guarda, Pinhel, Coimbra, e Castello Branco foi devida ás Correições extraordinarias do Senhor Rei D. João I.²¹ e ainda pelo Cap. 96. das Cortes de Torres Novas²², e Evora²³ de 1525, e 1535. se conhece, quanto os Povos as desejavam²⁴; pois que as pedirão ao menos cada 6. annos [...]

Mas por isso mesmo que os Senhores Reis não podem de tudo demittir de si a Correição, ordenárão com alta sabedoria, e prudencia em todos os Codigos, que os Corregidores lhe dessem

si: defendemos, que nenhum Senhor de terras, de qualquer stado que seja, use per si, nem per seu Ouvidor, nem per outrem, de correição, nem de auto algum della.” «Em que maneira os Senhores de terras usarão da jurisdição, que per ElRei lhes for dada», in *Ordenações Filipinas*, livro II, tit. XLV, § 8, p. 95.

¹⁹ SÁ, José António de – «Sobre as Creação dos Corregedores Móres», in *Defeza dos Direitos Nacionaes e Reaes da Monarquia Portugueza*, 2.^a edição corrigida e acrescentada, vol. I, Impressão Régia, Lisboa, 1816, pp. 209-212.

²⁰ «Da maneira, que ham de teer os Juizes, que ElRey manda a alguãs Villas per seu serviço, e do poder, que ham de levar», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, tit. XXV, pp. 155-164.

²¹ LOUREIRO, José Pinto – *Coimbra no Passado*, vol. II, CMC, Coimbra, 1964, p. 114.

²² *Capitulos geraes que foram apresentados a el Rey dõ Jobã... terceiro deste nome...: nas cortes de Torres novas do anno de mil e q̃unhetos e vinte e cinco. E nas Devora do anno de mil e quinhetos e trinta e cinco... E leys que o dito senbor fez sobre alguus dos ditos capitulos. As quais forã pubricadas na cidade de Lixboa... a XXIX dias do mes de Novembro. Anno... de mil e quinhetos e trinta e oytto años*, manuscritos; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – «Cortes de Torres Novas de 1525», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, p. 178.

²³ OLIVAL, Fernanda – «As cortes de Torres Novas, as cortes de Évora e as reformas administrativas nos inícios do século XVI», in *Évora: o foral manuelino e o devir quinhentista*. Colóquio, CME/Universidade de Évora, 2001.

²⁴ GRAES, Isabel – *Contributo para um Estudo Histórico-Jurídico das Cortes Portuguesas entre 1481-1641*.

parte de tudo o que provêrão respectivamente á Povoação, á Justiça, á Governança, e ao Bem Commum²⁵. [...]

Nestes Reinos sempre os Corregedores forão tratados, e reconhecidos pelos nossos Codigos como Ministros de Maioria, e como taes em muitos objectos misturárão a sua Jurisdicção com a Real²⁶; ou fosse que elles exercessem o seu cargo com o nome de Corregedores²⁷, ou de Meirinhos²⁸, ou de Adiantados²⁹. Á maneira da Historia de Hespanha succedeo em Portugal, aonde no principio foi desconhecido³⁰ o nome de Corregedor, e os Meirinhos presidião ás Comarcas, que se dizião Meirinhados³¹: consta de huma Lei do Senhor Rei D. Diniz³², que tinha por objecto coarctar a ambição dos Advogados, e Procuradores, que levavão salarios das Partes, ainda antes de findo o pleito, a qual foi dirigida a Pero Esteves seu Meirinhado, para que a fizesse executar no seu Meirinhado; e tem a data da era de Cezar de 1341³³. Porém nos

²⁵ «Dos Corregedores das Comarcas, e cousas, que a seus Officios pertencem», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, tít. XXIII, pp. 116-150.

²⁶ GOMES, Alexandre Caetano – «Das Jurisdicções», in *Manual Pratico, Judicial, Cível, e Criminal...*, Officina de Caetano Ferreira da Costa, Lisboa, 1766, cap. XXIII, pp. 322-333.

²⁷ «Dos Corregedores das Comarcas, e do que a seu Officio pertence», in *Ordenações Manuelinas*, livro I, tít. XXXIX, pp. 247-269.

²⁸ «Meirinho», in *Elucidário...*, vol. II, p. 398.

²⁹ BLUTEAU, Rafael – «Adiantado», in *Vocabulario Portuguez, & Latino...*, vol. I, p. 126; MATOS, Gastão de Mello de – «Adiantado», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 29.

³⁰ «Dos Corregedores das Comarcas», in *Ordenações Filipinas*, livro I, tít. LVIII, pp. 103-112; «Dos Corregedores das Comarcas & ouidores», in *Leis Extravagantes*, Parte I, tít. XVII, pp. 43-47.

³¹ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal*, vol. XI, p. 451.

³² *Idem, ibidem*.

³³ MORUJÃO, M.^a do Rosário Barbosa, e SARAIVA, Anísio Miguel – «O chantre de Viseu e cônego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318): uma abordagem prosopográfica», in *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. A Historiografia Religiosa Medieval hoje: temas e problemas*, p. 114.

Artigos das Cortes, que se fizeram em 1369 da dita era, se achão promiscuamente Meirinhos, e Corregedores³⁴.

No tempo d'ElRei o Senhor D. João I. ainda era Meirinho Mór da Comarca de Entre Douro e Minho Ruy Mendes de Vasconcellos³⁵, e Nuno Viegas o Moço³⁶ em Traz-os-montes, não obstante que mandou Corregedores para reprimir os abusos nas Correições da Beira³⁷.

Os Adiantados forão extinctos por ElRei o Senhor D. João II., a requerimentos dos Povos³⁸; e já o Senhor D. Affonso V. tinha dado Regimento aos Corregedores, e em termos expressos explica igualmente o dito Senhor a Jurisdição dos ditos Meirinhos, no Titulo do Meirinho Mór na sua Ord. Liv. I. tit. 60³⁹; signal de que houve promiscuamente neste Reino Meirinhos, Adiantados, e Corregedores, á maneira da Hespanha; ficando depois sómente os Corregedores das Comarcas, extinctos os outros. [...]

He porém certo, que algumas vezes forão feitos sem serem Letrados⁴⁰; porque no Cap. 1.º das Cortes, que o Senhor Rei D. João I. fez em Lisboa em 1427, se queixão os Póvos do dito Senhor fazer Corregedores simplicis Escudeiros, sem sciencia, que

³⁴ SILVA, Filomeno – *O Porto em Cortes (1331-1406)*, dissertação de mestrado em História Medieval, FLUP [versão policopiada], Porto, 1999; BOTÃO, M.^a de Fátima – «Os concelhos e as Cortes: Santarém, 1331», separata das *Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (sécs. XII a XIX)*, pp. 159-168.

³⁵ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal*, vol. XI, p. 161.

³⁶ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, pp. 4, 96.

³⁷ RIBEIRO, João Pedro – «Memoria sobre a subdivisão das Correições no Reinado do Senhor D. João III. e Cadastro das Provincias, a que se procedeo no mesmo Reinado», in *Reflexões Historicas*, Parte I, pp. 3 e ss.

³⁸ SANCEAU, Elaine – *D. João II*, tradução de Álvaro Dória, 2.^a edição, Livraria Civilização, Lisboa, 1959, pp. 157-158.

³⁹ «Do Meirinho Moor», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, tit. LX, pp. 346-347.

⁴⁰ MORENO, Humberto Baquero – «A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências 1332-1459», separata da *Revista de História*, vol. IX, Centro de História/FLUP, Porto, 1989, p. 153.

por tanto obravão muitas couzas contra Direito⁴¹. Propria e rigo-
rozamente fallando, o fim por que os nossos Sábios Legisladores
crearão estes Magistrados, não foi para serem Juizes⁴²; mas para
conhecer, se os Juizes, e Justiças cumprem seus Officios, a fim
de ensinillos, e corrigillos, para castigar os culpados, para obstar
às violencias dos poderosos, e para os objectos de Policia: po-
rém de antigo tempo os Corregedores, ou fosse por se arrogarem
maior Jurisdicção, e dependencia, ou pelo interesse das assigna-
turas, em vez de se limitarem a ensinar aos Juizes como devião
despachar, e desembargar os Feitos, elles mesmos os tomavam,
e avocavão⁴³; intromettendo-se na Jurisdicção dos ditos Juizes,
e usurpando-a com vexação pública, e tal que os Póvos se virão
obrigados a representalla em Cortes ao Senhor Rei D. Affonso IV.
nas que celebrou em Lisboa em 1352⁴⁴, que se achão na Torre do
Tombo no Original Livro das Posturas⁴⁵ antigas a fol. 162, e no
novo a fol. 710, dizendo no Artigo 10.^o⁴⁶: Que os Corregedores
lhes filhão os feitos, que de Direito devião ser ouvidos, e desem-
bargados pelos Juizes das Terras, e que os levavão para outros

⁴¹ SOUSA, Armino de – *As cortes medievais portuguesas: 1385-1490*.

⁴² SÁ, José António de – «Sobre as Creação dos Corregedores Móres», in *Demonstração Analytica dos barbaros, e inauditos procedimentos adoptados como meios de justiça pelo Imperador dos Francezes...*, Impressão Régia, Lisboa, 1810, pp. 130-134.

⁴³ MORENO, Humberto Baquero – «A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências 1332-1459», pp. 77-88.

⁴⁴ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV: 1325-1357*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, M.^a Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias, INIC, Lisboa, 1982.

⁴⁵ *Livro das Posturas Antigas*, nota prévia, transcrição e leitura paleográfica de M.^a Teresa Campos Rodrigues, Câmara Municipal Lisboa, 1974.

⁴⁶ PURIFICAÇÃO, M.^a Manuela Lima da Purificação – *A vivência do tempo na Idade Média no Livro das Posturas Antigas de Lisboa*, dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento, FLUP [versão policopiada], Porto, 2009, pp. 70-74; HOMEM, Armando Luís Carvalho, e HOMEM, M.^a Isabel Minguens de Carvalho – «Lei e poder concelhio: as posturas. O exemplo de Lisboa (séc. XIV-XV) (primeira abordagem)», in *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, vol. VII, FLUP, Porto, 2006, p. 42.

lugares recebendo^[sic] dallí os Póvos grandes damnos; pois antes desemparavão as demandas do que as Cazas⁴⁷.

Num outro ponto, José António de Sá recorda que a figura do corregedor, o magistrado régio por excelência na administração territorial periférica⁴⁸, adquirira uma influência bem notória na segunda metade do século XVIII. Entre outras causas, o centralismo progressivo e a afirmação do pendor absolutista nos poderes régios, a organização do Estado, o esforço de uniformização da administração local e o desfasamento de interesses do governo municipal perante as populações concelhias foram alguns factores que transformaram o corregedor da comarca no principal interlocutor entre a Coroa, os municípios, as populações e as instituições senhoriais.

Os corregedores das comarcas tornam-se essenciais, assim que deixou de existir uma convocação regular das Cortes, o que permitiu transfigurar a corregedoria no consignatário local do poder régio e no veículo privilegiado de acesso aos tribunais superiores ou à pessoa do monarca. Quando o Estado pombalino reforçou os instrumentos dos poderes régios, os conflitos jurisdicionais locais registaram um aumento de conflitualidade. No reinado de D. Maria I e na regência de D. João VI, a organização estadual esmoreceu em consequência das crises políticas, as dificuldades económicas e financeiras, registando-se inúmeras impunidades nas administrações municipais e nos corpos do funcionalismo, pelo que a acção do corregedor tornava-se mais urgente, mas nem sempre alcançada:

⁴⁷ SÁ, José António de – «Memoria sobre a origem, e Jurisdição dos Corregedores das Comarcas», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VII, pp. 301-304.

⁴⁸ CAPELA, José Viriato – «O concelho de Guimarães nos capítulos de correição dos seculos XVIII-XIX (1752-1831)», in *Revista de Guimarães*, n.º 103, Casa de Sarmento, Guimarães, 1993, pp. 225-296.

Deve porém saber-se, que antes do Senhor Rei D. João III.⁴⁹ cada Comarca era huma Provincia, e em consequencia hum só Corregedor não bastava para conhecer além dos objectos do seu Regimento; e esta foi talvez a causal, que moveo ao Senhor Rei D. João II. para incumbir aos Contadores⁵⁰, que repartio pelas ditas Comarcas, os Residuos, Terças, etc. Porém como o Senhor D. João III. fez as mesmas Comarcas muito mais pequenas⁵¹, e na maneira, que agora se achão⁵², assentou que era mais conveniente incumbir aos Corregedores o Officio dos Provedores, e com effeito se vê pelo testemunho de sua Real palavra, que a Justiça foi assim melhor administrada, e as Capellas, Residuos, e Orfãos

⁴⁹ “Quando os Foraes antigos se reformarão no tempo do Senhor Rei D. Manoel, foi o Reino distribuido em 5 Comarcas; a saber: Entre Douro, e Minho; Tras-os-Montes; Beira; Estremadura entre Mondego, e Têjo pela beira mar; e entre Têjo, e Odiana, que comprehendia o Algarve: com esta distribuição se ordenarão os 5 Livros dos Foraes, que se conservão no Real Archivo, e d’onde se extrahirão as cópias para as Camaras do Reino, que tem Foraes de povoação nas Cidades, Villas, Concelhos Municipaes, e Coutos de jurisdicção: no Reinado do Senhor Rei D. João 3.^o foi alterada esta distribuição, creando novas Correições, que diversificão do Territorio Comarcão, todo contiguo sem encravações de Comarcas estranhas.” «Distribuição das Comarcas», in *Plano de Reforma de Foraes e Direitos Bannaes, fundado em hum novo systema emphyteutico...*, por Alberto Carlos de MENEZES, parte IX, Impressão Régia, Lisboa, 1825, p. 171.

⁵⁰ *Regimento de como os contadores das comarcas bã de prouer sobre as capellas, ospitaaes, albergarias, cõfrarias, gafarias, obras, terças e residuos nouame[n]te ordenado e copillado pello muyto alto e muyto poderoso Rey dom Manuel nosso senhor...*, Officina de Luís Rodrigues, Lisboa, 1539.

⁵¹ “Em a nomeação destes magistrados, e na maior ou menor extensão do territorio, em que exerciam a sua jurisdicção, encontrão-se algumas variedades. Em geral póde dizer-se que cada provincia constituia huma comarca; com tudo achão-se ás vezes dois ou mais corregedores encarregados de duas; achão-se outros com territorio limitados dentro das mesma provincia, etc. Parece que foi el-rei D. João III. o que dividio ou subdividio as provincias em comarcas, na forma em que ultimamente se achavão. A isto se dirigio, com muita probabilidade, o cadastro que este principe mandou fazer do reino com o nome de numeramento, do qual ainda existem alguns fragmentos [...]” *Corografia ou Memoria Economica, Estadistica e Topografica do Reino do Algarve*, p. 42.

⁵² CAPELA, José Viriato – *Política de corregedores: a actuação dos corregedores nos municípios minbotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1997.

melhor providos⁵³. Depois com tudo se alterou esta Regulação; ignoro por que Lei⁵⁴, tornando a incumbir-se aos Contadores o Officio de Provedores; com tudo ainda actualmente nas Comarcas do Porto⁵⁵, e algumas outras, as Prevedorias se achão reunidas ás Correições⁵⁶.

A vida deste ilustre jurista e académico cruzou-se com o quotidiano de Torre de Moncorvo, num período em que a vila detinha uma certa predominância económica devido ao desenvolvimento agro-florestal e de alguma proto-indústria, nomeadamente na produção de sedas⁵⁷. No exercício das suas diligências de correição, José António de Sá confrontar-se-á com alguns desvios de poder e outras ilegalidades descritas nesta *Memoria*, denunciando a situação miserável do povo, assoberbado com arbitrariedades de toda a

⁵³ «Que os Officiaes sirvaõ por si seus Officios», in *Ordenações Filipinas*, livro I, tit. XCVII, pp. 214-216.

⁵⁴ *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações. Legislação de 1775 a 1790*, por António Delgado da SILVA, vol. III, Typographia Maigrense, Lisboa, 1828, pp. 66-69.

⁵⁵ *Ley, porque V. Magestade ha por bem, que todos os corregedores, e ouvidores, a que he concedido fazer correição*, Chancelaria Mor da Corte e Reino, Lisboa, 1750.

⁵⁶ SÁ, José António de – «Memoria sobre a origem, e Jurisdição dos Corregedores das Comarcas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VII, p. 307.

⁵⁷ IDEM – *Compendio de Observações, que fôrão o plano da Viagem Politica, e Filosofica, que se deve fazer dentro da Patria*, Officina de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1783; IDEM – *Corolarios practicos extrahidos das dissertações... sobre o tracto das sedas na comarca de Moncorvo*, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1787; *Edital do Doutor José Antonio de Sá, cavalleiro professo da Ordem de Sant-Iago da Espada, do Desembargo de Sua Alteza Real... Havendo o mesmo Senhor confirmado, e ratificado no Regio Alvará de 6 de Janeiro do anno corrente as vinte e quatro Condições, sobre que se erigio a Real Companhia do Novo Estabelecimento para a Fiação, e Torcido das Sedas, se devem fazer patentes a todos os Lavradores, e Creadores da mesma Seda, e Amoreiras, os extensos Privilegios, Premios, e interesses, que ellas envolvem...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1802. A este respeito, v. CARVALHO, Rómulo de – «A viagem filosófica de José António de Sá», in *A História Natural em Portugal no século XVIII*, «Biblioteca Breve. Pensamento e Ciência», n.º 112, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1987, pp. 84-85; SOUSA, Fernando de – «A Indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1820)», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, pp. 76-95.

ordem. Os lavradores eram explorados pelos poderes locais, muito para além do peso incombustível das contribuições régias, eclesiásticas e senhoriais.

Enquanto servidor da Coroa portuguesa, dedicou alguns panegíricos⁵⁸ à alta nobreza nacional, o que denota o seu apelo institucional. Amante da liberdade e patriota exacerbado, foi um resistente irreduzível ao invasor francês, assinando diversos reaccionários⁵⁹ contra Napoleão. Dotado de uma grande coragem cívica, o qual merece toda a atenção, José António de Sá apontava erro e, de seguida, indica a correção, revelador de um espírito moralizador e de respeito inabalável pela Lei.

⁵⁸ SÁ, José António de – *Elogio funebre do Ill^{mo}. e Exc^{mo}. Senhor D. Antonio Rollim de Moura, Conde da Azambuja...*, Officina de Filipe da Silva e Azevedo, Lisboa, 1784; IDEM – *Oração congratulatória pela fausta ocasião de ser elevado à alta dignidade de patriarcha de Lisboa o ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. José Francisco de Mendonça...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1787; IDEM – *A Deus todo poderoso dirige... em nome da Comarca de Moncorvo, um bino... pela gravidez... da Princesa do Brasil*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1793; IDEM – *Exhortação gratulatória, dirigida aos habitantes da Comarca de Moncorvo pela... ocasião do nascimento do... Principe da Beira... filho e succesor dos Principes do Brazil...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1796.

⁵⁹ IDEM – *Demonstração Analytica dos barbaros, e inauditos procedimentos adoptados como meios de justiça pelo Imperador dos Francezes...*, 1810. Esta obra saiu de novo e muito mais acrescentada, com o título *Defeza dos Direitos Nacionais e Reaes da Monarquia Portuguesa*, 2.^a edição corrigida e consideravelmente acrescentada, vols. I-II, Impressão Régia, Lisboa, 1816. Este livro incitou a veia satírica do P.^e José Agostinho de Macedo, nomeadamente na *Besta Esfolada*. Veja-se ainda *Um Portuguez aos Portuguezes*, n.^{os} 1-6, Impressão Régia, Lisboa, 1810-1814.

- XVII -

JOSÉ DIOGO MASCARENHAS NETO
[1752-1826]

Um dos ensaios mais invulgares das *Memorias de Litteratura Portuguesa* pode ser encontrado no testemunho de José Diogo Mascarenhas Neto¹ [1752-1826] dedicado às “antiguidades das Caldas de Vizela”, estância termal nas vizinhanças de Guimarães. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, seguiu a magistratura, tendo sido juiz-de-fora de Leiria e corregedor em Guimarães. Aqui redigiria um relatório estatístico extremamente fidedigno acerca da produção, comércio e indústrias da província de Entre Douro e Minho, um opúsculo ainda inédito, embora a presente *Memoria* tenha,

¹ Sobre José Diogo Mascarenhas Neto, v. *Correio Braziliense, ou Armazem Literario*, vol. XII, 1814, p. 153; *Collecção dos Decretos, Resoluções e Ordens das Côrtes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*, Imprensa da Universidade, Coimbra, n.º 478, 5 Fevereiro 1822, p. 352; *Bibliographia Historica Portuguesa...*, por Jorge César de FIGANIÈRE, Parte Primeira, p. 136; *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Typographia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855, p. 249; «José Diogo Mascarenhas Neto», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, p. 307; «José Diogo Mascarenhas Neto», in *Portugal. Diccionario Historico...*, vol. V, p. 40; «José Diogo Mascarenhas Neto», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, p. 513; MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História de Indústria Portuguesa no século XVIII*, 2.ª edição, Querco, Lisboa, 1982, p. 134; ALMEIDA, Manuel Lopes de – *Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)*, vol. I, p. 396; SUBTIL, José – «Os poderes do centro», in *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, p. 186; ANDRADE, Adriano da Guerra – *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, BNL, Lisboa, 1999, p. 132; *História de Portugal. Portugal e a Instauração do Liberalismo*, vol. IX, pp. 67, 303, 547.

supostamente, feito parte dessa observação inicial. Curiosamente, este registo foi o único da sua autoria a figurar nas *Memorias de Litteratura Portugueza*.

Posteriormente, ascenderia a juiz desembargador da Casa da Suplicação, superintendente das calçadas² e Correios, vereador do Senado da Câmara de Lisboa, sócio da Academia Real das Ciências e correspondente da Sociedade do Museu de Paris, colaborando assiduamente com outras instituições científicas. Envolvido no processo da *Setembrizada*³ [1810], conseguiu exilar-se em Inglaterra e de lá transitou para França, regressando a Portugal logo após a Revolução Liberal.

No contexto dos periódicos portugueses publicados no circuito dos emigrados políticos em Paris após as Invasões Francesas, há que destacar os *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*⁴, publicados por uma «Sociedade de Portuguezes residentes em Paris», em 16 volumes publicados trimestralmente entre Julho de 1818 e meados de 1822. Este periódico, no qual foram compilados trabalhos com importância científica, foi fundado pelo mesmo José Diogo Mascarenhas Neto, coadjuvado por Francisco Solano Constâncio⁵ [1777-1846] e Cândido José Xavier Dias da Silva⁶ [1769-1833], cola-

² Encarregue pela Coroa de dirigir a construção de estradas entre Lisboa e Porto, tarefa altamente elogiada, publicaria *Methodo para construir as estradas em Portugal*, Officina de António Álvares Ribeiro, Porto, 1790.

³ SORIANO, Simão José da Luz – *Historia da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal... desde 1777 até 1834*, vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1874, pp. 91-96; ALCOCHETE, Nuno Daupias d' – «Setembrizada», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, pp. 554-557.

⁴ Sobre os *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, vejam-se os nossos comentários: DIAS, Eurico Gomes – *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração de 1640 e a Revolução Liberal de 1820*, pp. 402-403.

⁵ Relembramos o contributo historiográfico de Francisco Solano Constâncio em *O Observador Lusitano em Pariz, ou Collecção Litteraria, Politica, e Commercial*, P. N. Rougeron, Paris, 1815.

⁶ «Cândido José Xavier Dias da Silva», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, pp. 28-29.

borando, posteriormente, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque⁷ [1792-1846].

Nesta *Memoria*, José Diogo Mascarenhas Neto salientava que o termalismo esteve na génese de Caldas de Vizela enquanto povoação romana e poderia ser novamente um elemento económico forte para a região, onde o rio Vizela, as termas e o património proporcionariam um excelente local de lazer. Esta *Memoria*, redigida como um diário de viagem ou um relatório de expedição etnográfica, problematiza os inúmeros vestígios arqueológicos, preservados rudimentarmente. É evidente que este apontamento denota uma observação empírica alicerçada num interesse pelo património arqueológico, não esquecendo a fundamentação histórica e bibliográfica.

O Autor descreve os tanques antiquíssimos, feitos da cantaria betumada, nesta *Memoria* apresentada à Academia Real das Ciências, afirmando que “segundo a tradição dos povos”, era vulgar descobrir-se ruínas soterradas na planície das Lameiras. Descreve outros achados, tais como lápides, pórticos, tijolos ou mosaicos, mas as escavações eram sempre suspensas porque a população destruía, por incúria, tais achados. Quanto aos banhos termais existentes, que mais não passavam de míseros casebres de madeira, poderiam ser alvo de um investimento sério:

Haverá 80 annos [c. 1712], segundo a tradição dos póvos, que alguns moradores da Freguezia de S. Miguel das Caldas⁸, huma

⁷ «Luís Mousinho de Albuquerque», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. V, p. 323; vol. XVI, p. 71.

⁸ “Antigamente deviaõ ser estas Caldas muy frequentadas: porque ha menos de tres annos se descobrio no meyo daquelle Campo hum tanque de pedra de cantaria lavrada, de quarenta, e quatro palmos de comprido, e trinta, e tres de largo, feyto com primorosa architectura; [...] Saõ estas Caldas sulphureas, e de efficacissima virtude em curar achaques frios de nervos, de juntas, do estamago, da cabeça, do utero, e de quaesquer partes do corpo [...] em que ha experiencia de se curar huma suppressão alta de sete dias, e oyto horas, tomando banho destas Caldas.” HENRIQUES, Francisco da Fonseca – «Caldas de Vizela», in *Aquilegio Medicinal*, em

legoa ao Sul de Guimarães, principiáraõ a descobrir as paredes de hum tanque, e ruínas de edificios subterrados na planicie chamada *Lameira*⁹, aonde passa hum pequeno ribeiro, que se vai metter correndo para o Sul no rio Vizela, na distancia de 500 passos. [...]

No anno de 1787. fez o actual possuidor do terreno huma barraca mais commodada, e nella construiu hum banho, e descobrindo outro, que se achava subterrado, se principiáraõ a ver indícios de huma magnifica construção. Isto me obrigou a animar o referido homem, para fazer naquella sitio huma excavação maior, por meio da qual se descobríraõ no anno de 1788. dezeseis nascentes de agoa, e 8 banhos construidos de argamassas diversas¹⁰, e fragmentos de tijolo, guarnecida toda a sua superficie com xadrez de varias cores, formados de pequenos quadrados de composição calcarea. Igualmente se tem achado restos de passeios, que se dirigiaõ de huns banhos para outros, e eraõ formados como os mesmos banhos. Huma, e outra cousa inculca a grandeza desta obra, e a sua rica, e importante contrucção¹¹.

Eram conhecidos os banhos ou *piscinas* remotas ao período romano, comservando-se os restos dos mosaicos que ornamentavam as termas. Junto destas piscinas, ou *banheiras*, encontravam-se vestígios de colunatas, medalhas, sepulcros e outras relíquias antiquíssimas¹².

que se dá noticia das agoas de Caldas, de Fontes, Rios, Poços, Lagoas e Cisternas do Reyno de Portugal, e dos Algarves, que ou pelas virtudes medicinaes, que tem, ou por outra alguma singularidade, são dignas de particular memoria, Officina da Musica, Lisboa Ocidental, 1726, pp. 37-38.

⁹ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam. Achegas para a História dos povos do Vale do Vizela* [s. n.], Famalicão, 1965.

¹⁰ CALDAS, J. J. da Silva Caldas – *Notícia Arqueológica das Caldas-de-Vizela* [s. n.], Guimarães, 1938.

¹¹ NETO, José Diogo Mascarenhas – «Memoria sobre antiguidades das Caldas de Vizela», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 93-94.

¹² ENCARNAÇÃO, José d' – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal. Subsídios para o seu estudo*, INCM, Lisboa, 1975, pp. 47, 72.

O texto de uma das lápides, comentada pelo Autor e remetida à apreciação da Academia Real das Ciências, registou a fundação ou a renovação dos banhos por Tito Flávio Arquelau, legado imperial na Lusitânia, entre 81 e 90 d. C. Alguns autores pretenderam relacionar esta inscrição como uma invocação a um deus autóctone, justificando uma utilização pré-romana, aceção com a qual o Autor não concordava, embora confessasse não possuir os devidos conhecimentos para interpretar tal achado arqueológico:

A construção dos banhos, e os effeitos, que elles produzem a favor da saude dos póvos, dão huma idéa certa de que aquellas agoas tiverão grande reputação¹³, e por outra parte he evidente, que alli existio povoação muito importante, susceptivel de tanta arte, e magnificencia. A muita variedade de tijolos da mais solida consistencia, e que se encontraõ fragmentos nos banhos, e nas mais ruinas, e dos quaes appresento algumas amostras, inculca muitas officinas, que só se pôdem considerar em huma sumptuosa, e grande edificação. Sendo de notar, que naquelle districto, e ainda mesmo a duas, e trez legoas de distancia, ha huma grande falta de argilas proprias para semelhante construcção. [...] Todas estas circunstancias me fizeraõ entrar no trabalho de indagar qual fosse o auctor daquelles banhos, e qual fosse a povoação antiga, a que pertencem as ruinas subterradas. [...] Dos Póvos, que domináraõ a antiga Lusitania, só os Romanos eraõ capazes de huma semelhante obra, propria dos seus conhecimentos, e dos seus costumes; pois que o uso dos banhos foi para elles não só hum objecto de saude, mas tambem de luxo¹⁴.

¹³ Vizela. *Breve notícia descritiva do estabelecimento balnear* [s. n.], Guimarães, 1936.

¹⁴ NETO, José Diogo Mascarenhas – «Memoria sobre antiguidades das Caldas de Vizela», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. III, 1792, p. 99.

Nesta notícia arqueológica será mencionada uma certa quantidade de sepulturas encontradas entre 1777 e 1778, aquando da construção da torre de S. Miguel, o que levou o José Diogo Mascarenhas Neto a concluir que os ocupantes romanos mantiveram uma povoação e um cemitério consideráveis. O Autor relaciona igualmente a eventual frequência destas caldas em tempos “suevos”, dando como credível a presença de D. Afonso V de Leão e de sua mãe, D. Geloiza, nestas paragens em 1014. As caldas foram mencionadas na documentação das chancelarias de D. Dinis e de D. Fernando, entre copiosas indicações:

Os Póvos diversos huns barbaros, e outros puramente guerreiros, que por tantos seculos domináráo a Lusitania, estragáráo as suas importantes Cidades, e tudo quanto era glorioso aos seus antigos habitantes, e ao tempo dos Romanos. O systema cruel, e assolador, com que então se fazia a guerra, extinguiu as memorias, que podiaõ restar das cousas maravilhosas. [...]. Ignorancia, e falta de Escritores, em que estivemos por muitos seculos, que por serem mais chegados á ruina deste Paiz podiaõ apresentar provas da sua verdadeira Historia, he uma causa indubitavel da incerteza que temos de muitas cousas da Lusitania, em que os Escritores Romanos falláráo succintamente, e em nenhum delles tenho encontrado estas Caldas, ou a povoação, que alli existia; mas isto não he bastante para se julgar, que fôraõ para elles hum objecto insignificante, quando as suas ruinas nos dão tantas provas da sua magnificencia¹⁵.

Ao final desta *Memoria*, José Diogo Mascarenhas Neto reafirma a vontade de prolongar as suas escavações, mas as vicissitudes do Inverno não lho teriam permitido, prometendo continuar os trabalhos

¹⁵ *Idem*, p. 102.

na Primavera seguinte. Tal intento não foi cumprido, pois haveria de regressar a Lisboa, deixando, contudo, esta *Memoria* como testemunho da sua permanência na comarca de Guimarães¹⁶, cessando a sua participação nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*.

¹⁶ PINTO, Ricardo Santos – *Vizela. 600 Anos de História*, Netbe, Penafiel, 1998.

- XVIII -

**JOSÉ JOAQUIM SOARES DE BARROS
E VASCONCELOS
[1721-1793]**

De entre os trabalhos académicos mais circunscrevidos que se podem consultar nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, salienta-se um curioso apelo do académico José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos¹ [1721-1793], mais conhecido pela participação noutras iniciativas da Academia Real das Ciências. Por conseguinte, as suas qualidades científicas podem ser atestadas nos trabalhos desenvolvidos nas áreas económicas², embora fosse manifesto o interesse pela investigação historiográfica portuguesa.

No decurso das suas perscrutações científicas, deparara-se com um documento da chancelaria de D. Manuel I destinado a Afonso de Albuquerque [1453-1515], proveniente do cartório de Alcobça,

¹ «José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, p. 795; vol. IV, p. 192; «José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos», in *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. IV, pp. 414-415; «José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, p. 310; «José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. XXXIX, cols. 105-106; SILBERT, Albert – «José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 308.

² AMZALAK, Moses Bensabat – *A Economia Política em Portugal. O Fisiocratismo. As Memorias Economicas da Academia e os seus colaboradores* [s. n.], Lisboa, 1912, pp. 62-64; IDEM – *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal* [s. n.], Lisboa, 1928, pp. 143 e ss.; IDEM – *O Economista José Joaquim Soares de Barros* [s. n.], Lisboa, 1930.

mas primeiramente depositado no Arquivo Real da Torre do Tombo, actualmente desaparecido. Com base neste documento, o Autor reflectiu sobre o vice-reinado de Afonso de Albuquerque, tentando fornecer novas conjecturas sobre as dissensões entre o monarca e aquele distintíssimo vassalo, a quem a História de Portugal tanto enalteceu.

Convém recordar que José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos era filho de João Soares de Brito³, regedor do morgado dos Soares⁴, em Setúbal, e de D. Isabel Apolónia, tendo contraído matrimónio com a sua sobrinha Maria Isabel Libânia de Barros e Vasconcelos. Desde tenra idade preferiu a vida militar, mas por iniciativa de João Baptista Carbone⁵ [1694-1750] será enviado para a Corte londrina na companhia de António Freire de Andrade Encerrabodes⁶ [1699-1783]. Tomou conhecimento da abertura de uma Escola Militar nas Províncias Unidas e, pretendendo estudar ciências militares, pediu autorização de ingresso. Entretanto, desistiu desses intentos e requisiu transferência para Paris.

Dedicado inicialmente ao estudo da História e da língua francesa, travou conhecimento com o astrónomo Joseph Nicolas Delisle⁷ [1688-1768], com quem se instruiu nas Matemáticas⁸, Astronomia e

³ *Descendencias em linha recta de José Augusto Maria Soares de Faria Barros e Vasconcelos, administrador do morgado dos Santos em Setubal e breves apontamentos sobre Farias e Barreiros*, por António de Portugal de FARIA, Typographia Portueza, Buenos Aires, 1895.

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ CARDOSO, Bernardino Ferreira – *O Pê. João Baptista Carbone, S. J. na corte do Magnânimo: subsídios para uma história diplomática do reinado de D. João V*, tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1956.

⁶ MIRANDA, Tiago Reis – «António Freire de Andrade Encerrabodes [1699-1783]. No espelho de Pombal», in *Penélope*, n.ºs 30-31, ICS/UL, Lisboa, 2004, pp. 93-134.

⁷ CARVALHO, Rómulo de – *Relações científicas do astrónomo francês Joseph Nicolas de l'Isle com Portugal* [s. n.], Coimbra, 1967.

⁸ TEIXEIRA, Francisco Gomes – *História das Matemáticas em Portugal*, 1934, p. 218.

Geografia no observatório instalado por este no Palácio de Cluny, onde elaborou um grande número de observações⁹. Em virtude da sua erudição, seria eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Paris e da Academia de Belas Letras de Berlim, entre outras agremiações.

Desde 1755, José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos revelava interesse em regressar a Portugal, mas permaneceria por Paris, encarregado de adquirir livros úteis ao desenvolvimento científico nacional por D. José I, tendo reunido cerca de 2000 volumes. Entretanto, o marquês de Pombal serviu-se dos seus préstimos como espião na Corte francesa para obter informações respeitantes à Guerra dos Sete Anos [1756-1763]. Nomeado secretário da embaixada em Paris [Fevereiro de 1761], regressaria a Portugal sem autorização hierárquica, o que lhe valeu a animosidade do marquês de Pombal, cessando aí a sua curta carreira política e diplomática. Retirou-se para Sesimbra, onde se dedicou aturadamente aos estudos sobre as pescas e o sal de Setúbal¹⁰ e a extracção do óleo das sardinhas, entre

⁹ L'ISLE, Joseph-Nicolas de – «Nouvelles équations pour la perfection de la Theorie des Satellites de Jupiter et pour la correction des Longitudes Terrestres déterminées par les Observations des memes Satellites», in *Mémoires de l'Académie Royale des Sciences et Belles-Lettres de Berlin pour l'année 1755*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1755; *Lettre a Messieurs les Auteurs du Journal des Sçavans sur la navigation des Portugais aux Indes Orientales*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1758; *Lettre a Messieurs les Auteurs du Journal des Savans avec l'extrait d'un Livre tres intéressant sur le Trblement de terre de Lisbonne arrivé en 1755*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1759; *Lettre aus Auteurs des Memoires de Trévoux sur des nouvelles découvertes en Physique*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1757; *Nouvelles considérations sur les années Climatériques, la longueur de la vie de l'Homme, la propagation du Genre humain, et la vraie puissance des Etats considerée dans la plus grande population*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1757; *Observations et explications de quelques Phénomenes vus dans le passage de Mercure audevant du disque du Soleil observé à l'Hotel de Clugny à Pariz le 6 de May 1753, et leur application pour la perfection de l'Astronomie*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1753.

¹⁰ VASCONCELOS, José Joaquim Soares de Barros e – «Considerações sobre os grandes beneficios do Sal commun em geral, e em particular do Sal de Setubal, comparado experimentalmente com o de Cadiz, e por analogia com o de Sardenha, e o de França», in *Memorias Economicas*, vol. I, 1789, pp. 10-31.

algumas observações inéditas sobre os vestígios gregos e romanos em Tróia, entre outras curiosidades.

Nesta *Memoria*, o Autor reportar-se-á a uma controvérsia já antiga na historiografia dos Descobrimentos e que apaixonou gerações de cronistas e pensadores sobre as razões que motivaram D. Manuel I a retirar a confiança política a Afonso de Albuquerque na condução do vice-reinado da Índia. Assim, quase sempre a figura de Lopo Soares de Albergaria [c. 1442-c. 1520], o sucessor indigitado pelo *venturoso* monarca, é referenciado depreciativamente, algo que a História, por tradição, sedimentou nas apreciações literárias e historiográficas.

Embora teça parcas informações a esse respeito, é perfeitamente plausível que tenham existido tais missivas, as quais, mormente as grandes distâncias a percorrer, facilmente se extraviavam ou chegariam tardiamente aos seus destinatários. O certo é que a História e a Literatura portuguesa trataram de dramatizar a desgostosa morte de Afonso de Albuquerque e acentuaram a ingratidão do monarca, fruto das invejas e intrigas de sempre. Com base neste documento, José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos “desculpava” as atitudes de D. Manuel I e, fundamentalmente, fornecer um quadro mais fidedigno sobre os últimos dias do *Grande Albuquerque*:

Huma porção de gloria de hum grande Monarca, o mais venturoso, que subio ao Throno da Nação Portuguesa, apparece agora neste papel com aquelle lustre, que parecia ter perdido¹¹: e tambem ao mesmo tempo muito honorificamente, e de mui diversa fórma, de que até hoje se pensava, se mostra aquí bem recordada a esclarecida memoria d’aquelle famoso Portuguez, que nas nossas grandes guerras do Oriente poz aos mais poderosos Principes, nossos inimigos, na situação mais arriscada, e nos seus mais

¹¹ COSTA, João Oliveira e – *D. Manuel I*, «Reis de Portugal», vol. XIV, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.

terríveis cuidados, em quanto lhe durou a vida: e que por sua morte lá nessas Regiões tão remotas da Patria, deixou a todas as Nações amigas, na mais sensível dor, e em hum luto nunca visto¹².

Já se entende, que fallo do grande Albuquerque, d'aquelles fastos heroicos, com que elle por toda a Asia poz o nome da sua Nação no mais memoravel ruído; [...]. Todos os Escretores da nossa celebrada Historia do Oriente páraõ aquí, logo que chegaõ a este lugar tão notavel. Elles não nos dizem nada desses grandes intentos de Albuquerque, e do que elle estava ainda para emprehender de mais arduo, ja communicado ao seu Soberano, e em tudo plena, e magnanimamente approvedo.

Nenhum desses Autores soube o que sobre tão grandes couzas se tinha passado: todos elles ignoráraõ o que o Monarca tinha determinado fazer em novas fórmas de governos¹³, e os motivos por que assim obrava: e jámais elles pensáraõ, que a maior reputação do grande Albuquerque dependeria muito tempo depois da sua morte, do que agora aquí neste papel se declara. Aquí verêmos pois neste Memoria tudo succedido pelo contrario, do que até hoje se tem pensado: verêmos como por falta de huma tão importante noticia apparece o Monarca venturoso com vistas menos brilhantes no painel da grande Historia¹⁴, com semblante menos propicio para o grande vulto de Albuquerque, e já não mostrando para elle os costumados agrados nos finais espaços da vida, nestes ultimos momentos, em que o Heroe não articula mais que estas palavras: *Mal com os homens por amor de ElRei, e mal*

¹² Entre outros estudos, ver *Grandes Batalhas da História Universal. Goa (1510). D. Afonso de Albuquerque e Yusuf Adil Khan*, in vol. VIII, QuidNovi/Jornal de Notícias, Porto, 2003.

¹³ AMARAL, Diogo Freitas do – *D. Manuel I e a construção do Estado moderno em Portugal*, Edições Tenacitas, Coimbra, 2003; *Biografias da História de Portugal. D. Manuel I – Da Vida e dos Feitos de El-Rei D. Manuel*, por Jerónimo OSÓRIO, vol. XXVII, QuidNovi, Porto, 2004.

¹⁴ Sublinhado nosso.

com *ElRei por amor dos homens [Bom he acabar]*¹⁵. Golpe infausto da imaginação, e terrealmente adiantado aos efeitos da verdade. Certamente tudo teria em poucos dias mudado na expressão de huma tão forte magoa, se as ultimas ordens da Côrte tivessem tido menor demora no caminho, ou se huma mais prompta resolução se tivera anticipado áquelles momentos tão tristes¹⁶. [...]

Novas fôrmas de governos preparavaõ mais largas scenas na India, terriveis golpes em outras partes da Asia, e tremendas mudanças na Africa, e em tudo Albuquerque era a primeira figura¹⁷, não só em dispôr, e ordenar, mas tambem no que era preciso fazer para destruir, e edificar¹⁸.

Nessa carta régia endereçada a Afonso de Albuquerque, D. Manuel I felicitava o *grande capitão* e atribuía-lhe responsabilidades bélicas e administrativas ainda de maior monta. Como tal, o Autor é peremptório em afirmar que as dificuldades de comunicações teriam sido a única e verdadeira causa de um imbróglio entre a Coroa e Afonso de Albuquerque, tentando recuperar a verdade do [supostamente] sucedido, esclarecendo este “mal-entendido” histórico.

Essa carta estava depositada no cartório do Mosteiro de Alcobaça, inserida numa colecção de manuscritos, em oito volumes, com o título genérico de *Thesouro de varias Antiguidades*¹⁹. Aquele manuscrito

¹⁵ *Commentarios do grande Afonso Dalboquerque: capitao geral que foi das Indias Orientaes em tempo do muito poderoso Rey D. Manoel o primeiro deste nome*, Parte Quarta, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1774, p. 229.

¹⁶ BOUCHON, Geneviève – *Afonso de Albuquerque, o Leão dos Mares da Ásia*, tradução de Isabel de Faria e Albuquerque, Quetzal Editores, Lisboa, 2000, pp. 300-305.

¹⁷ PEDROSA, Fernando Gomes – *Afonso de Albuquerque e a Arte da Guerra*, CMC, Cascais, 1998.

¹⁸ VASCONCELOS, José Joaquim Soares de Barros e – «Obsequios devidos à Memoria de hum respeitável Monarca, e aos creditos de hum Vassallo o mais benemerito», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 253-255.

¹⁹ Sobre a existência, ou não, de tal carta inserta no *Thesouro de varias Antiguidades*: “A nós, que desejáramos poder rasgar a negra pagina da historia

teria estado no Arquivo Real da Torre do Tombo, sendo a versão alcobacense do documento original, expedido de Almeirim a 11 de Março de 1516, mas posterior à morte de Afonso de Albuquerque, ocorrida a 16 de Dezembro de 1515. Note-se a preocupação probatória quanto a este documento, que se afiançava como autêntico e o qual poderia alterar, ainda que dificilmente, a tendência historiográfica dominante sobre tal episódio:

Mas que fundamentos temos nós para tratarmos esta materia com tanta novidade, e para referirmos aquí taes anedoctas? Com que certeza podemos mostrar neste escrito couzas tão differentes do que até agora se sabe? Quaes são estas provas, e qual he a força, com que ellas podem mudar tudo em circumstancias tão graves; pois que he preciso que assim as vejamos bem seguramente authenticadas, para as podermos lançar sobre este brilhante lugar da nossa Historia com infallivel certeza, e todo o vigor da verdade? Certamente não he outro o destino deste papel, nem são outros os nossos cuidados, que o fazellas agora assim bem conhecidas. Na Torre do Tombo se acháraõ os seguros testemunhos desta verdade, que os nossos Historiadores allí deixaraõ em silencio, e jamais interrogada. Neste Arquivo geral da Nação deve estar hum Carta d'ElRei D. Manoel para Affonso de Albuquerque, escrita em Almeirim a 11. de Março de 1516., cuja substancia referida com as palavras da mesma Carta, he esta: [...]

que a notícia deste successo nos transmitiu, pareceu-nos util dar conhecimento a nossos leitores de um documento ha poucos annos conhecido, o qual, até certo ponto, absolve do peccado de ingratidão um dos mais felizes e mais poderosos monarchas portuguezes: – É uma carta, não vista pelos nossos chronistas antigos, que o socio da academia real das sciencias, José Joaquim Soares de Barros, encontrára no cartorio d'Alcobaça.” «Affonso d'Albuquerque», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. V, ft. 206, 10 Abril 1841, pp. 119-120.

Manda-lhe ElRei dizer, que a causa de lhe ter escrito, que se retirasse, e ter mandado por successor a Lopo Soares²⁰, foi para que viesse descansar, e para que o viesse advertir, do que lá na India era mais necessario, e para que elle mesmo visse, quaõ contente estava ElRei dos seus serviços. Com tudo como mais convinha ao serviço de Deos, que elle ficasse na India, lhe manda commissaõ, para que seja Governador desde a Cõsta de Cambaya, até Moçambique, e por toda a terra firme, e que seja isento de Lopo Soares, e que todos lhe obedeçaõ, e que o seu assento seja em Adem se estiver tomado, ou em alguma terra no Estreito da Arabia: e manda, que toda a gente, que aquelle anno hia na Armada da India, vá servir ao dito Affonso de Albuquerque. Ordena, que tenha as preeminencias, e Pages, e Soldados, que havia antes de Lopo Soares chegar á India. Encommenda-lhe a amizade do Preste Joaõ; manda-lhe, que vá a Suez destruir, e queimar a Armada do Soldaõ do Egypto. Item, que vá destruir o porto de Judá: *E ácerca das coisas de Mèca, e do lugar onde jaz o malvado Mafamede, Nosso Senhor abrirá por sua Divina misericordia os caminhos, e alumiará da sua Graça, e ajudará nosso bom dezejo, e vontade, que tendes, para nestas coisas o servirdes, e a nós contentardes.*

Ultimamente lhe roga, que não tenha a mal a divisaõ do governo, que faz; pois vê quanto importa segurar-se o Mar roxo para a conservação da India, e que isto ninguem o podia fazer senaõ elle; *porque se já cá neste Reino estivereis*, diz ElRei, *não poderíamos escolher outro para lá enviar, salvo vós, quanto mais estando lá, e quasi por obrigação de vossos trabalhos, e por cumprimento do louvor delles o deveis fazer*²¹.

²⁰ SMITH, Ronald Bishop – *Lopo Soares de Alvarenga, better know as de Albergaria* [s. n.], Lisboa, 1992; SERRÃO, Eduardo da Cunha – «Lopo Soares de Albergaria», *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp. 73-74.

²¹ VASCONCELOS, José Joaquim Soares de Barros e – «Obsequios devidos à Memória de hum respeitável Monarca, e aos creditos de hum Vassallo o mais benemerito», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 255-257.

Mas pouco mais será dito sobre este assunto e de tal documento, apócrifo ou não, não será tido em conta. Na verdade, José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos foi um reconhecido astrónomo, geógrafo, economista e político, considerado o fundador da Demografia em Portugal, enquanto lente na Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra. Aí desenvolveu os seus interesses científicos em direcções inovadoras²².

Em 4 de Julho de 1780 participou na primeira sessão da Academia Real das Ciências, onde apresentou uma comunicação sobre *huas novas reflexões sobre o movimento progressivo da Luz pelos espaços celestes*²³, sendo eleito sócio efectivo da Classe de Ciências logo na sessão preparatória de 16 de Janeiro desse ano. Em 21 de Junho de 1789 era, finalmente, eleito como sócio supranumerário. Como um dos precursores dos estudos económicos e demográficos, destacou-se pela sua insistência no pendor científico das suas observações. Aplicou o cálculo das probabilidades às questões económico-políticas, tendo em consideração a duração e a esperança de vida, no campo de acção dos estudos populacionais²⁴. Mas a paixão pela História e a análise de fontes históricas também norteariam a sua busca pela verdade científica.

²² STOCKLER, Francisco de Borja Garção – *Elogio de José Joaquim de Barros e Vasconcellos*, com notas de António de Portugal de Faria, Leorne, Typographia Raphael Giusti, Leorne, 1897; FARIA, António de Portugal de – *Ouvrages de José Joaquim Soares de Barros e Vasconcellos, de l'Académie des Sciences de Pruse et correspondant de celle de Paris...*, Imprensa di Raphael Giusti, Livourne, 1899.

²³ «Portugueses Ilustres. Ribeiro Sanches e Soares de Barros...», prefácio, introduções e notas de António Ferrão, separata do *Boletim de Segunda Classe*, vol. XX, ACL, Lisboa, 1936, pp. 95-97.

²⁴ VASCONCELOS, José Joaquim Soares de Barros e – «Memória sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia», in *Memorias Economicas*, vol. I, 1789, pp. 123-151; IDEM – «Loxodromia da vida humana, ou Memoria em que se mostra, qual seja a carreira da nossa especie pelos espaços da nossa presente existencia», in *Memorias de Mathematica e Physica*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1799, pp. 306-321.

JOSÉ VERÍSSIMO ÁLVARES DA SILVA
[1744-1811]

No conjunto das *Memorias de Litteratura Portugueza* existem poucos trabalhos sem a indicação expressa da sua autoria. Apesar dessa omissão, sabe-se que a *Memoria* que discorre sobre o “direito de correição”¹ será da autoria de José Veríssimo Álvares da Silva² [1744-1811], segundo sugerem, entre outros, Inocêncio Francisco da Silva³ [1810-1876].

Professor jubilado em Filosofia e Latinidade, era natural de Abrantes e residia em Tomar, fonte de inspiração para algumas reflexões, contando-se entre os primeiros sócios de número da Academia Real das Ciências. Detido sob a acusação de jacobinismo em 1810, embora, ao que tudo indica, por motivos de vingança, seria acusado de aceitar um cargo governamental durante o tempo em que Tomar esteve ocupada pela divisão francesa ao comando

¹ BLUTEAU, Raphael – «Correição», in *Vocabulario Portuguez e Latino...*, vol. II, pp. 563-564.

² «José Veríssimo Álvares da Silva», in *Portugal. Dicionário Histórico...*, vol. I, pp. 374-375; «José Veríssimo Álvares da Silva», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, p. 206.

³ «José Veríssimo Álvares da Silva», in *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. V, pp. 151-152.

de Pierre Margaron⁴ [1765-1824]. Retido no presídio da Trafaria em Lisboa e sentenciado a degredo para África, não obstante alegar que ao aceitar tal mandato dos ocupantes evitara em Tomar o mesmo destino de Leiria⁵, pesadamente saqueada e queimada. Aguardava o cumprimento da pena quando faleceu, nesse presídio, a 10 de Maio de 1811.

Aparentava ser instruído nas ciências físicas e económicas⁶, como demonstra nos trabalhos publicados, afora outros inéditos e que, provavelmente, foram extraviados após a sua morte. É notória a sua predilecção pelas temáticas económico-sociais⁷, apuráveis noutras colaborações enquanto sócio da Academia Real das Ciências e individualidade próxima de D. João Carlos de Bragança⁸, duque de Lafões. Os escritos de José Veríssimo Álvares da Silva nesta primeira *Memoria* versaram, principalmente, sobre o conceito de “correição” ou, num sentido mais restrito, no “direito da correição”, sem negli-

⁴ QUÉRARD Joseph-Marie – «Le Baron de Margaron», in *La France Littéraire ou Dictionnaire Bibliographique...*, vol. V, Chez Firmin Didot Frères, Paris, 1833, p. 528.

⁵ ESTRELA, Jorge – *Leiria no tempo das Invasões Francesas*, Gradiva, Lisboa, 2009.

⁶ Sobre o pensamento económico de José Veríssimo Álvares da Silva: NOVAIS, Fernando – *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*, apresentação de Pedro PUNTONI, Cosac Naify Edições [s. l.], 2005, p. 171; *Notícias Históricas de Portugal e do Brasil (1751-1800)*, p. 249.

⁷ O primeiro trabalho premiado de José Veríssimo Álvares da Silva foi «Memoria sobre a cultura das Vinhas, e sobre os Vinhos», in *Memorias de Agricultura...*, vol. I, 1788, pp. 1-101. Seguiu-se «Memoria das verdadeiras cauzas porque o Luxo tem sido nocivo aos Portuguezes», in *Memorias Economicas*, vol. I, 1789, pp. 207-222. Quanto aos trabalhos publicados postumamente: «Observações Botanico-Meteorologicas do anno de 1800 feitas em Thomar», in *Memorias Economicas*, vol. V, 1815, pp. 138-144; «Memoria Historica sobre a Agricultura Portugueza considerada desde o tempo dos Romanos até ao presente [1782]», in *Memorias Economicas*, vol. V, pp. 194-256. Sobre estas *Memorias* em particular, veja-se VAZ, Francisco António Lourenço – «A difusão das ideias económicas de António Genovesi em Portugal», in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XI, Centro de História da Cultura/FCSH-UNL, Lisboa, 1999, pp. 553-576.

⁸ José Veríssimo Álvares da Silva refere-se a D. João Carlos de Bragança, duque de Lafões, referindo que era “a man well Know in the litterary World”, citando o disposto em *The Monthly Review; or Literary Journal Enlarged*, vol. XXVI, Ralph Griffiths, Londres, Outubro 1798. Veja-se novamente «Observações Botanico-Meteorologicas do anno de 1800 feitas em Thomar», in *Memorias Economicas*, vol. V, p. 144.

genciar tal imperativo legislativo na exemplificação etimológica e na documentação antiga.

Esta *Memoria* recebeu uma menção honrosa em concurso, muito devido à apetência da Academia Real das Ciências pelas questões jurídico-históricas. Importava reflectir sobre os significados⁹ que a expressão «correição» se houvera expressado nos cálculos jurídicos, qual a natureza de tal legislação, assim como as pessoas ou grupos obrigados ao seu cumprimento. Nas múltiplas vertentes, o vocábulo “correição” deriva da expressão latina *correctio* e exprime a acção de “emendar” e “reformat”: “Os antigos nomes *corregger* e *corregimento*, que querem dizer *emendar* e *emenda*, deram origem às palavras *corregedor* e *correição*, de que usamos. O direito de correição, na sua significação lata, compreende o poder de julgar e o poder de castigar, inerentes ao Sumo Império¹⁰.”

Pretendia-se explicitar no que consistia tal direito e por quem seria representado ao longo de toda a História de Portugal. Atendendo à realidade dos finais do século XVIII, o Autor versava sobre as alterações no direito de correição, o campo de acção dos seus objectos, não esquecendo as práticas caídas em desuso na sua contemporaneidade. Olhando para os tempos coevos, José Veríssimo Álvares da Silva abordava ainda as novas formas do direito de correição, embora manifestasse um maior interesse na componente histórica desses preceitos.

Os poderes dessa jurisdição tiveram uma expressão gradual ao longo da Idade Média, mas a sua relevância ficou patenteada desde as Ordenações Afonsinas, assim como nas Ordenações Manuelinas e nas Ordenações Filipinas, como se pode verificar noutras reflexões¹¹. Os

⁹ «Correição», in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. VI, p. 2430.

¹⁰ Segundo o Autor, baseando-se explicitamente em «De como devem usar das Jurisdições os Fidalgos, ou aquelles, a que pelos Reyx som otorgadas algumas terras», in *Ordenações Afonsinas*, livro II, tít. LXIII, pp. 394-405.

¹¹ COSTA, Moacyr Lobo da – *A Revogação da Sentença*, p. 174.

monarcas exerceram o direito da correição enquanto a limitação do território era diminuta. Com a dilatação das fronteiras, tais funções transitaram para indivíduos autorizados pela Coroa, conquistando a designação de “corregedores”. Todavia, apenas por excepção, cabiam aos corregedores poderes jurisdicionais alargados no quadro da extensa centralização político-administrativa portuguesa:

Além destes significados, em que se toma a palavra *Correição*¹² [...] ella tem outros muitos no Corpo das nossas Leis, e uso forense, os quaes he justo que apontemos para procedermos com clareza, e fixarmos os pontos da questaõ. Muitas vezes toma-se a palavra *Correição* por todo o exercicio da Jurisdicção, que as Leis Patrias prescrevem ao Corregedor¹³. Outrossi saberá se os daquelle lugar onde fizer *Correição* e neste sentido he que ordinariamente se toma nas doações da Coroa¹⁴ que fallaõ por semelhante modo: “Damos, e doamos a dita terra ao dito Duque de Guimaraes nosso sobrinho¹⁵ pela guisa, que dito he, com todo o seu Senhorio, e propriedade, e Jurisdicção Cível, e Crime, mero, e mixto Imperio, reservando para nós *Correição*, e alçada¹⁶.”

¹² Sobre o direito de correição e os regimentos dos corregedores nos reinados de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, v. SHAEFFER, Henrich – *Historia de Portugal desde o começo da monarchia em 1095 até á epocha actual...*, tradução para o francês por Henrique Soulangue Bodin e vertida deste idioma para o português por José Lourenço Domingues de Mendonça, vol. II, Typographia de José Baptista Morando, Lisboa, 1842.

¹³ TORRES, Ruy d'Abreu – «Corregedores», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 190-191; *Passim*, «Correição», vol. II, pp. 192-193.

¹⁴ «Dos Corregedores das Comarcas, e cousas, que a seus Officios pertencem», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, tít. XXIII, pp. 116-150.

¹⁵ Refere-se a D. Fernando II [1430-1483], 3.º duque de Bragança. Cf. *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, pp. 651-652.

¹⁶ José Veríssimo Álvares da Silva baseia-se numa *Chronica do Convento de Thomar*, parte II, dec. 37., da autoria de Miguel de Cabedo Vasconcelos e Gonçalo Dias de Carvalho, que ter-se-á perdido. Cf. «Gonçalo Dias de Carvalho», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, p. 393.

Este exercicio de Jurisdição do Corregedor, pode-se olhar segundo diversas relações, v. g. castigo dos Juizes, e Officiaes, que não comprirão seus Regimentos¹⁷: feitos de que póde conhecer, e o modo: devassas, que deve tirar: cartas de seguro que póde dar. Entraõ tambem na Jurisdição do Corregedor algumas cousas pertencentes á Policia¹⁸, v. gr. examinar se ha bandos nas terras; se ha Clerigos revoltosos; mandar fazer as bemfeitorias publicas &c. Toma-se tambem a palavra *Correição* pela extensaõ do termo, que o Principe concede a cada Corregedor para exercitar a sua Jurisdição: “E tanto que chegar a cada lugar da sua *Correição*¹⁹.” Algumas vezes vale o mesmo que devassa²⁰: “E os ditos Senhores e seus Ouvidores não tomaraõ conhecimento por nova acção de feito algum civil, nem crime, nem por simplex querella, nem denunciação, ou *Correição*²¹.” Neste mesmo sentido se toma na Lei de 1603²², quando impondo penas ás pessoas da Governança, que tomassem de foro as rendas do Conçelho diz: “sabendo-se isto por *Correição*²³.”

Nesta tendência jurídica, o direito de correição foi entendido enquanto um dos pilares fundamentais da Coroa. Tal autoridade permitia ao Estado, como representante máximo da Lei, assim como

¹⁷ CAETANO, Marcello – «Corregedores, vereadores e juizes de fora», in *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1179-1383)*, pp. 67-91.

¹⁸ «Corregedor», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII, pp. 741-742.

¹⁹ CAETANO, Marcello – *op. cit.* 67-91.

²⁰ «Correição», in *Elucidário...*, vol. II, p. 138.

²¹ «Como as Raynhas, e Infantes, e outros Senhores usaram das Jurisdições que por ElRey sam dadas», in *Ordenações Manuelinas*, livro II, tít. XXVI, pp. 107-138.

²² «Dos Provedores, e Contadores das», in *Ordenações Filipinas*, livro I, tít. LXII, p. 118.

²³ SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memoria que tambem levou *Accessit*, e tracta do Direito de Correição usado nos antigos tempos, e nos modernos; e qual seja a sua natureza», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 186-187.

executor da sua observância, sustentar a coesão social desde os alvares da História²⁴. O direito de correição está sempre anexo, num sentido mais restrito, à jurisdição suprema, ou poder judiciário, apanágio do *príncipe* [ou do próprio Estado] para examinar as causas de todos os vassallos [ou dos cidadãos] e aplicar as sanções previstas na Lei. Nesse sentido, tal direito defende acerrimamente o axioma em como ninguém está acima da Lei, inclusive os poderosos e privilegiados, incutindo a ideia de um castigo igual para todos, sem exceção.

No caso português, o direito de correição tem sido uma exigência impreterível da Coroa desde os primórdios da monarquia, não obstante, em casos excepcionais, a própria Coroa delegar tal direito em determinados elementos nobiliárquicos ou eclesiásticos, o que, por sua vez, ocasionou novas contendas e arbítrios ao longo da História de Portugal. Exercer o direito de correição esteve intimamente relacionado com a estrutura do Estado, porque administrar a justiça é um atributo do Poder, fosse a sua índole de natureza régia, senhorial, eclesiástica ou outra tipologia, como ocorreu no caso específico das ordens militares nacionais:

Deste poder Heril²⁵, he que teve origem a Jurisdição Patrimonial na idade media²⁶; jurisdição tão fatal á Republica, e

²⁴ “Huma Legislação não he outra cousa mais, que hum Compendio de Sabedoria para bem governar certa porção da Humanidade, que se unio em Sociedade, debaixo de certa fôrma de governo, que entre si pacteou. Esta a causa, por que Platão dizia, que as Republicas serão felices, quando os Filozofos as governassem, ou os Reis fossem Filozofos. Porém são muitos os obstaculos, que se oppõem a este justo fim da vida sociavel. A ignorancia dos Homens em comprehender a mente das Leis; as nossas paixões, que as suffocão, não obstante o seu conhecimento.” IDEM – *Introdução ao Novo Codigo, ou Dissertação Crítica sobre a principal causa da obscuridade do nosso Codigo authentico...*, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1780, pp. 2-3.

²⁵ “Pertencente a ou próprio do senhor (respeitante aos escravos) [...]”. Cf. «heril», in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. X, p. 4360.

²⁶ A primeira vez que esta expressão surge nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*. Sublinhado nosso.

tao contraria á sua paz. Nella se estribaõ os Foraes²⁷, e Leis, que os Senhores das terras davaõ aos seus villaõs da quantidade dos fructos, que lhes haviaõ de pagar; dos serviços que lhes haviaõ de fazer; como seriaõ firmes os seus contractos; quem seriaõ os seus Juizes, de modo taes, e taes crimes seriaõ castigados. Na primeira idade da Monarchia achão-se bastantes exemplos desta Jurisdicção patrimonial²⁸. Os Foraes dados pelos Mestres das Ordens, pelos Bispos, e pelos Grandes, são huma prova bem clara. D. Gualdim deo o de Thomar²⁹, o de Pombal, e o do Zezere, no Reinado do primeiro Rei. D. Martim Peres deo Foral a Villa Boa Jejuá³⁰ no Bispado da Guarda em 1254, D. Froile Hermiges a Villa Franca de Xira³¹ em 1206., e D. João Domingues a Carvalhal de Ceras³² em 1216. Estes Foraes eraõ as Leis, que os senhores em virtude da Jurisdicção patrimonial, punhaõ aos povoadores³³. Ellas determinavaõ os serviços que lhes deviaõ fazer, de que fructos se lhes devia pagar, e a quantidade; que coutos, e coimas haveria &c. e

²⁷ Uma análise actualizada acerca da importância histórica dos forais pode ser consultada em REIS, António Matos – *História dos Municípios [1050-1383]*, pp. 46-64.

²⁸ *Idem, ibidem*.

²⁹ ALVES, Manuel Sílvia Conde – «Os forais tomarenses de 1162 e 1174», in *Revista de Guimarães*, n.º 106, Casa de Sarmento/UM, Guimarães, 1996, pp. 193-249.

³⁰ Sobre Vila Jejuá, perto de Celorico da Beira, ver *Repertorio Commentado sobre Foraes e Doações Regias*, por Francisco António Fernandes da Silva FERRÃO, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1848, p. 121.

³¹ Em 1206, D. Froila Hermiges recebeu a herdade de Cira, à qual dará foral em 1212. A outorgação de foral a Vila Franca e a Cira, distinguindo explicitamente os dois lugares no texto, supõe a existência de uma primitiva herdade de Cira, no interior, e uma Vila Franca nas margens do rio, onde o tráfego de pessoas e produtos ocorria mais facilmente. A designação de Vila Franca de Xira será comum na documentação a partir do século XIV. PIMENTA, João, e MENDES, Henrique – «A escavação de um troço da via romana “Olisipo-Scallabis” (em Vila Franca de Xira)», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. X, n.º 2, IGESPAR, Lisboa, 2007, p. 190.

³² Em 1178, D. João Domingues, mestre da Ordem do Templo, aforou o Carvalhal de Cêras aos povoadores, obrigando os rendeiros a pagar anualmente a ¼ do azeite, vinho e pão que colhessem, dez fogaças, dez capões e ainda um meio de quartoiro de cera de cortiço e favos de mel. «Tempreiros», in *Elucidário...*, vol. II, § IX, p. 594.

³³ Sobre os forais: CAETANO, Marcello – *História do Direito Português (sécs. XII-XVI)*, pp. 235-239.

em muitas das suas clausulas mostram com evidencia a servidão *Glebæ*³⁴, que então havia, e que totalmente se extinguiu pela Ord. de D. Manoel L. II. t. 46³⁵.

Para a harmonização social foi necessário impor, desde cedo, um enorme esforço administrativo e judicial capaz de garantir a resolução dos conflitos, especialmente de natureza patrimonial, como se depreende da leitura dos forais, cartas de couto e outra documentação. As classes privilegiadas pretenderam frequentemente isentarem-se da vinculação ao poder central da Coroa, originado numerosos antagonismos. Aliás, essas mesmas classes tentaram sempre apoderar-se do poder de legislar e julgar, o que era altamente vexatório ao “Império”, como defendia o Autor.

Também o poderio eclesiástico intentou reunir plenos poderes judiciário³⁶, tendo aglutinado em si o acesso à instrução e ao Saber durante séculos, alicerçado economicamente pela força das doações patrimoniais à Igreja. Tal situação minava por completo o erário régio, exaurido com as dádivas à Igreja, como se depreende pela fraca aplicação das leis de amortização desde a primeira dinastia:

Foraõ tambem os Ecclesiasticos poderosos pelas maximas ultramontanas³⁷, que desde o principio da Monarchia começãrão a estabelecer, augmentando o seu uso de Reinado em Reinado.

³⁴ «Dos que constangem a alguas pessoas, que pessoalmente morem em alguas terras, e casaes», in *Ordenações Manuelinas*, livro II, tít. XLVI, pp. 235-236.

³⁵ SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memoria que tambem levou *Accessit*, e tracta do Direito de Correição usado nos antigos tempos, e nos modernos; e qual seja a sua natureza», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, p. 190.

³⁶ SÁ, Eduardo Dally Alves de – *Dos Direitos da Igreja e do Estado a respeito da erecção, supressão, união, divisão e circumscripção das Dioceses e Metropoles*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1872, pp. 174-175.

³⁷ Contra as máximas ultramontanas: «Continua-se a mesma materia das Lições da Historia pelo que pertence á do Direito deste Reino», in *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, livro II, tít. III, pp. 360-361.

D. Affonso I. fez-se feudatario á Santa Sede³⁸. D. Sancho seu filho chama ao Papa Senhor do seu corpo, e da sua alma, e o deixou seu Testamenteiro³⁹. No Reinado de D. Affonso II., he que o celebre Soeiro Prior Dominicano fez Leis contrarias ás do Rei⁴⁰. D. Sancho II. por intrigas dos Ecclesiasticos, he que foi expulso do Reino⁴¹; D. Affonso III. concordou com elles, que em todos os negocios, que pertencessem ao Estado, obraria com o conselho dos Prelados⁴²; e Gregorio X. lhe escreveu ameaçando-o de excommunhões, e interdictos⁴³. E refletindo nos nossos Annaes observa-se, que á proporção dos annos, foi crescendo a denominada Jurisdição Ecclesiastica: até que no Reinado de D. Sebastião se decretou, que os Prelados podessem castigar os Leigos em todos aquelles casos que são permittidos pelo Concilio de Trento⁴⁴; de cujo Decreto diz hum nosso Jurisconsulto, ainda falta dos conhecimentos do Direito Publico, *An Rex per se solus sine publicis Comitibus hoc potuisset facere*⁴⁵? No Concilio XI. de Toledo⁴⁶ se tinha decretado, que os Bispos tivessem o poder de

³⁸ Sobre a vassalagem de D. Afonso Henriques à Santa Sé: RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e a Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal...*, vol. I, pp. 65-81.

³⁹ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. I, pp. 168-171.

⁴⁰ Refere-se a D. Soeiro Viegas, provavelmente consultado em CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno...*, vol. III, pp. 105-106.

⁴¹ VARANDAS, José – *Bonux Rex ou Rex Inutilis. As periferias e o centro, redes de Poder no reinado de D. Sancho II (1223-1248)*, tese de doutoramento em História Medieval, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2003.

⁴² MARQUES, M.^a Alegria Fernandes – *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*.

⁴³ BONUCCI, Anton Maria – *Istoria del Pontefice Ottimo Massimo Il B. Gregorio X.*, Stamperia di Giorgio Placho, Roma, 1711.

⁴⁴ CASTRO, José de – *Portugal no Concílio de Trento*, vols. I-VI [s. n.], Lisboa, 1944-1946.

⁴⁵ CASTRO, Gabriel Pereira de – *De Manu Regia Tractatus...*, p. 434; SANCHES, António Ribeiro – *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, UBI, Covilhã, 2003 [1.^a edição: Paris, 1759], p. 17.

⁴⁶ Sobre o XI Concílio de Toledo [675 d. C.]: *Concilios Visigoticos e Hispano-Romanos*, edição de Jose Vives, Instituto Enrique Flórez, Barcelona, 1963; GOUVEIA,

mandar prender, e desterrar; porém a Igreja Portuguesa não tinha recebido tal uso⁴⁷.

Num registo pautado pela modernidade, o Autor dirigiu uma reprimenda fortíssima contra a classe da magistratura, a qual cumpria fazer respeitar a Justiça em nome da Coroa, mas cujos dignitários abusa[vam] frequentemente do poder que lhes fora atribuído, tornando-se uma classe repleta de indivíduos temidos e nocivos ao Estado. Na sua opinião, todo o tecido social sofreu constantemente com os abusos e a impunidade dos seus crimes, situação que carecia de solução urgente...

Como compreender as leis relativas aos *Grandes* e quais as razões porque foram promulgadas, atendendo a que nunca conseguiram suplantar o poder da Coroa, como sucedeu noutras regiões e países da Europa? Segundo José Veríssimo Álvares da Silva, deveu-se à força de lei das confirmações, das colectas [ou *colheitas*] e dos agravos, sobre os quais aponta definições e exemplos, entre outras medidas coactivas desde o reinado de D. Afonso II e efectivadas na centralização político-administrativa fortalecida após D. João II.

Por essa época, a nobreza deixou de administrar activamente a Justiça, passando tal incumbência para os funcionários régios, os quais serão os únicos autorizados a exercer o direito de correição em nome da Coroa⁴⁸. Neste ponto, Portugal conseguiu diferenciar-se da tendência oposta em numerosos pontos da Europa, razão que leva o

Mário de – «S. Miguel na religiosidade moçárabe (Portugal, séc. IX-XI)», in *Culto e santuari di san Michele nell'Europa medievale*, organização de Pierre Bouet, Giorgio Otranto e André Vauchez, Universidade de Bari, 2007, p. 81.

⁴⁷ SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memória que também levou *Accessit*, e tracta do Direito de Correição usado nos antigos tempos, e nos modernos; e qual seja a sua natureza», in *Memórias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 196-197.

⁴⁸ Um estudo exemplificativo do direito de correição: POLÓNIA, Amélia – «Relações poder central/poder local. A permanência de jurisdições senhoriais no Portugal Moderno. O estudo de um caso: Vila do Conde», in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. VII, FLUP, Porto, 2006, pp. 107-132.

Autor a elogiar as leis antigas do reino, as quais restringem progressivamente os poderes e as regalias das classes sociais favorecidas:

O direito de Correição foi também concedido pelos Monarchas Portuguezes a alguns donatarios⁴⁹. D. Fernando em huma doação, que fez ao Mestre da Ordem de Christo⁵⁰, lhe deo em todas as terras da Ordem o mero, e mixto Imperio, e Jurisdicção, e Correição. Porém esta Correição sempre estava sujeita á maior Correição, que era do Rei⁵¹. Porque em outra Carta de D. Fernando⁵² se diz: *Que os Corregedores do Rei não entrem nas ditas Villas, salvo se do dito Mestre seu Ouvidor, e Corregedor forem dadas querellas, ou denunciações, e em outra guisa nom*⁵³. E por esta razão a Ord. L. I. t. 7. § 22. diz, que os Corregedores da Corte farão Correição nos lugares onde o Rei estiver: “e outra alguma Justiça a não fará, posto que o lugar onde nos estivermos seja da Rainha, ou de qualquer outro Senhor de terras, ainda que nas ditas terras estejaõ seus Ouvidores.” [...].

⁴⁹ TORRES, Ruy d'Abreu – «Doação», in *Dicionário da História de Portugal*, vol. II, pp. 329-331.

⁵⁰ De acordo com as indicações de Miguel de Cabedo Vasconcelos e Gonçalo Dias de Carvalho, *op. cit.*

⁵¹ De acordo com a lei fernandina de 13 de Setembro de 1375. Cf. RODRIGUES, M.^a Teresa Campos – «Itinerário de D. Fernando (1367-1383)», separata de *Bracara Augusta*, vol. XXXII, n.^{os} 73-74, CMB, Braga, Janeiro-Dezembro 1978, p. 43.

⁵² “Particularmente contundentes apresentam-se as acusações proferidas nas cortes de Lisboa de 1371 convocadas por D. Fernando, acerca dos corregedores, de quem se dizia que com a maior venalidade se dedicavam ao comércio em desleal concorrência com os mercadores de extracção popular, os quais não podiam competir com eles, do mesmo modo que ao percorrerem as comarcas apenas se mostravam rigorosos com os fracos e incapazes com os poderosos, que gozavam da maior impunidade. Apelavam os procuradores da nação para o rei no sentido de que o juiz concelhio lhe pudesse dar conhecimento de todos os actos abusivos praticados por esses magistrados.” MORENO, Humberto Baquero – «A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências (1332-1459)», in *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto/INIC, Porto, 1989, p. 80.

⁵³ *Idem, ibidem.*

Os Enviados Regios não sómente foraõ mandados a certas Comarcas⁵⁴, nas quaes exercitavaõ o direito da Correição; porém muitas vezes eraõ enviados para conhecerem de alguns casos particulares; ou para discorrerem por todo o Reino; ou por alguma Provincia, inquirindo devaçadamente: e entaõ se chamavaõ *Alçada*⁵⁵, que quer dizer ajuntamento de Ministros enviados pelo Soberano. A Ord. L. I. t. 48. § 3. falla dellas nas seguintes palavras. “Porém nas Correições, e Alçadas, que mandarmos pelo Reino, onde houver certo numero de Procuradores, não poderãõ procurar sem nossas licença.” A nossa historia nos dá varios exemplos das Alçadas ou Ministros, e Tribunaes ambulantes, que o Rei mandava a tolher aggravos⁵⁶. No anno de 1430 o Concelho de Soure se queixou ao Rei de certos aggravos, que lhe fazia o Mestre da Ordem de Christo⁵⁷; o Rei mandou ao Corregedor da Comarca da Estremadura⁵⁸, que lhos corregesse: e já antes no Reinado de D. Deniz, queixando-se os de Béja, que os Donatarios nos Cazamentos de seus filhos, hiaõ pelas Villas, e circumvizinhanças com o Alcaide, Alvazís, e Homens bons, pedindo gallinhas, carneiros, &c. D. Diniz mandou hum Ministro, o qual determinou, que não houvesse acompanhamentos, e que fosse só o noivo, e a noiva⁵⁹. Este uso parece tirado das Partidas, porque no t. 23.

⁵⁴ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal*, vol. XI, pp. 169-209.

⁵⁵ «Alçada», in *Elucidário...*, vol. I, pp. 302-303.

⁵⁶ DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo (1459-1481)*, pp. 209-212.

⁵⁷ De acordo com as indicações de Miguel de Cabedo Vasconcelos e Gonçalo Dias de Carvalho, *op. cit.*

⁵⁸ FONSECA, Luís Adão da – *A Ordem de Cristo (1417-1521). Militarium Ordinum Analecta*, n.º 6, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2002; SILVA, Saul Gomes da – *Corregedores da Comarca da Estremadura e suas intervenções no concelho de Leiria na Idade Média* [s. n.], Coimbra, 1994.

⁵⁹ BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarquia Lusitana*, Parte Sexta, cap. XXX, f.º 127.

Part. II. se lê, que o Rei mandava os que se lhe hiaõ queixar, com cartas a certos, para que conhecessem daquelle feito⁶⁰.

Em quanto ás Alçadas a Ord. acima indica⁶¹, que ellas eraõ muito em uso, e *Garcia de Resende* diz⁶², que D. João II. mandára hum grande Alçada de certos Desembargadores, os quaes mandaraõ enforcar em Portel dous ladroens de grandes forças, sem ElRei o saber⁶³. Em 1504 Miguel de Cabedo⁶⁴ dá noticia de certa Alçada de Rodrigo Homem⁶⁵ na Estremadura; e Damiaõ de Goes diz⁶⁶, que D. Manoel mandou Corregedores por todo o Reino com alçada até morte. No Reinado de D. Sebastiaõ entrou no Arcebispado de Braga hum Alçada⁶⁷, a que indiscretamente se oppoz o Arcebispo Frei Bartholomeu dos Martires⁶⁸. E na regencia da Senhora D. Luiza em 1662⁶⁹, havendo queixas da má administração da Justiça, ella mandou visitar os Tribunaes⁷⁰.

⁶⁰ «De la guerra et de las cosas necesarias que pertenescen a ella», in *Las Siete Partidas de Afonso X*, Parte Segunda, tít. XXIII, pp. 226-227..

⁶¹ *Vide supra*.

⁶² «Do que el Rei disse por dois ladroes que enforcaram em Portel», in *Biografias da História de Portugal. D. João II – Crónica de D. João II e Miscelânea*, por Garcia de RESENDE, adaptação do texto de Susana RODRIGUES, vol. XXIX, QuidNovi, Porto, 2004, cap. XCII, pp. 74-75.

⁶³ FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*, p. 185.

⁶⁴ *Vide supra*.

⁶⁵ Rodrigo Homem, morador em Ôvoa, nomeado por contador dos foros e custos da mesma vila. *Chancelaria de D. Manuel I*, livro XLII, f.º 13v.º

⁶⁶ GÓIS, Damião de – *Chronica de D. Manoel...*, Primeira Parte, Officina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa, 1749, cap. CIII, pp. 143-144. Também presente em *Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás que comprehende o feliz Reinado del Rey Fidelissimo D. Jozé I...*, vol. I, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1771, p. 24.

⁶⁷ CRUZ, M.ª Augusta Lima – *D. Sebastião*, «Reis de Portugal», vol. XVI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, pp. 161-162.

⁶⁸ SOUSA, Fr. Luís de – *Vida do Veneravel D. Fr. Bartolomeu dos Martyres da Ordem dos Pregadores...*, vols. I-II, Officina de Antonio Boudet, Paris, 1760.

⁶⁹ RAPOSO, Hipólito – *Dona Luísa de Gusmão, Duquesa e Rainha: 1613-1666*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1947.

⁷⁰ SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memoria que tambem levou *Accessit*, e tracta do Direito de Correição usado nos antigos tempos, e nos modernos; e

Por fim, apesar dos esforços da Coroa, José Veríssimo Álvares da Silva apontará algumas causas para o aumento do poderio da Igreja em Portugal nos séculos XVI, XVII e XVIII: a sua aproximação [perigosa] nos destinos da Coroa, como sucedeu no reinado de D. Sebastião⁷¹, o Santo Ofício [sem o referir explicitamente] e o predomínio da Companhia de Jesus nos domínios desde a educação básica à Universidade. A preponderância do pensamento escolástico foi nocivo ao avanço do país, pelo que elogiará as inovações introduzidas pelos Estatutos da Universidade da Coimbra [1772] – o que leva a supor que fosse um admirador das políticas pombalinas. Vivia-se um reforço do aparelho de Estado, inclusivamente nos domínios ultramarinos⁷², cuja actualização das prerrogativas sobre o direito de correição iriam auxiliar o poder da justiça⁷³.

*

A segunda e última *Memoria* de José Veríssimo Álvares da Silva foi premiada em sessão pública de Maio de 1794. Trata-se de um ensaio historicista, cuja redacção apresenta invectivas enérgicas contra a classe jurídica ao longo da nossa História. A preocupação do Autor foi, principalmente, expor como os mecanismos dos processos

qual seja a sua natureza», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792, pp. 214-216.

⁷¹ Sobre as ameaças de D. Jerónimo Osório a D. Sebastião, registadas pelo Autor. *Idem*, pp. 217-218.

⁷² WEHLING, Arno, e WEHLING, Maria José – «Racionalismo ilustrado e prática jurídica colonial – o Direito das sucessões no Brasil, 1750-1808», in *Derecho y Administración Pública en las Indias Hispánicas*, coordenação de Feliciano Barrios, vol. II, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Toledo, 2002, pp. 1838-1839.

⁷³ Por exemplo, cf. *Devassa a que mandou proceder Sua Majestade no território do Alto Douro pelo Desembargador António de Mesquita e Moura [1771-1775]*, organização de António Braz de Oliveira e M.^a José Marinho, «Série Documental», Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983, pp. XXXVII, LIV.

jurídicos se desenrolavam, especialmente nos tempos medievais, com exemplificações nacionais.

Trata-se, portanto, de uma *Memoria* ornada com um proémio e oito capítulos gerais, compreendendo um índice inicial para auxílio do Leitor. Esta reflexão concorreu ao concurso literário promovido pela Academia, cuja discussão pretendia elucidar: “Qual foi a fôrma dos Juizos nos primeiros tres seculos da Monarquia, e por quaes mudanças chegou á sua fôrma actual.” Embora José Veríssimo Álvares da Silva fosse um latinista de profissão e não exercesse actividades jurídicas, esta *Memoria* revela uma outra perspectiva sobre os estudos jurídicos portugueses, além da óptica profissional de outros autores das *Memorias de Litteratura Portugueza*.

O Autor refere a simplicidade dos processos jurídicos ao longo de toda a Idade Média, apontando os rudimentos legislativos das leis nacionais, pautadas pelo direito consuetudinário remoto aos tempos romanos imperiais e aos costumes bárbaros. Como é óbvio, não deixará de evocar o grande embate entre a [re]introdução do Direito Romano, de raiz justiniana, com a forte implementação do Direito Canónico. As dúvidas na aplicabilidade deste ou daquele *corpus* jurídico para a resolução dos problemas no quotidiano medieval fizeram surgir, na visão do Autor, outras disputas e atrasos que tornaram os processos jurídicos [quase] inexecutáveis até à sua contemporaneidade. Paralelamente a todas estas questões, José Veríssimo Álvares da Silva afiançou uma breve observação sobre as diferentes fases dos processos jurídicos, com especial interesse nas citações, a composição dos juizes, as penhoras, o papel dos mordomos, os foros em uso, etc.

Num outro ponto, disserta sobre o “juízo directo” ou o “juízo indirecto”, e como os juizes procuravam as provas com meios rudimentares, em busca da verdade e da denúncia das falsidades. Também problematizou, ainda que sucintamente, qual o papel das

testemunhas nos processos e os instrumentos usados para a indagação dos factos em juízo. Expostas as sentenças, restaria saber em qual dos Direitos se fundamentariam as decisões dos tribunais, as sentenças em julgado nas várias instâncias, os embargos, as confirmações, as apelações, os agravos, bem como as execuções nos primeiros séculos da monarquia portuguesa.

À laia de um *state of art* sobre estes assuntos, José Veríssimo Álvares da Silva expôs um esboço do “modo de processar” na Europa coevo ao princípio da portugalidade. O que era um juízo, enquanto decisão de um determinado tribunal, quais as suas composições, as suas partes, tal como estipulado nas Ordenações, mas incidindo principalmente nos tempos medievais:

*Modo de Processar na idade media*⁷⁴. Os Póvos barbaros assim como tem menos precisoens, que os Póvos polidos, e por consequencia menos commodos, assim tambem a sua Legislação he mais pequena, e desembaraçada⁷⁵. Elles desconhecem os grossos volumes de Leis, que fazem tantas, e tão diversas classes de bens; tantas, e tão diversas distinçoens de pessoas⁷⁶. A sua ordem judiciaria correspondendo ao pequeno numero de Leis, he simples, e abreviada; por toda a parte se mostra a mão provida do Omnipotente⁷⁷. Os Póvos Germanicos, antes que se estabelecessem nas terras dos Romanos, até desconheciaõ o uso

⁷⁴ Novamente o termo «Idade Média» nas *Memorias...* Sublinhado nosso.

⁷⁵ ROPS, Daniel – *A Igreja dos tempos bárbaros*, tradução de Eduardo Pinheiro, «História da Igreja de Cristo», n.º 2, Tavares Martins, Porto, 1960.

⁷⁶ *Nova História de Portugal. Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*, vol. II, Presença, Lisboa, 1993.

⁷⁷ O trinfo do mais forte sobre o mais fraco, catalisador dos modelos medievais de vassalagem, entre muitas outras formas de submissão.

da escrita⁷⁸. Ulfilas⁷⁹ no Sec. IV. foi o primeiro que excogitou caracteres próprios para os Godos. Elles se governavaõ do mesmo modo, que todos os Póvos não civilizados, por seus costumes; de muitos dos quaes Cesar⁸⁰, e Tacito⁸¹ nos conserváraõ memoria. A pesar de tanta extensão de tempos, e de tantas mudanças, que a legislação tem tido; nós conservamos muitas Leis, que nesses usos tiveraõ principio⁸². Entaõ quando estes Póvos tiveraõ conhecimentos das letras, e fôraõ adquirindo alguma polidez, elles começáraõ a pôr em escrito o seu Direito⁸³. Os Francos fôraõ os primeiros, que publicáraõ a Lei Salica⁸⁴, e a Lei Ripuaria⁸⁵. Seguiráõ-se os Wisegodos na Espanha⁸⁶, e os Ostrogodos na Italia, os quaes

⁷⁸ RICHÉ, Pierre – *As Invasões Bárbaras*, 2.^a edição, tradução de Maria Wallenstein, «Coleção Saber», n.º 134, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1992.

⁷⁹ Úlfilas [Vulfilas ou Úfila, do gótico *wulfila*, “pequeno lobo”] foi o *Apóstolo dos Godos* [século IV d. C.]. Traduziu as Sagradas Escrituras para a língua gótica, usando um alfabeto da sua autoria. Foi bispo e manteve contacto com o clero do Império bizantino, ao tempo de Constantino I. Difundiu o cristianismo entre os povos bárbaros, sob a forma do arianismo, posteriormente rejeitada como heresia pelo Concílio de Niceia. Esta conversão, em vez de unificar, levou à discórdia entre bárbaros e romanos. Somente no século VII, com Clóvis, um rei bárbaro aceitaria a conversão, bem como do seu povo, ao catolicismo, firmando-se a aliança da hierarquia católica com o poder temporal na Europa. *Ulfilæ Gothorum Episcopi Opera omnia, sive Veteris et Novi Testamenti versionis gothicae fragmenta quæ supersunt...*, edição literária de Jacques Paul Migne, «Patrologiæ Cursus Completus. Series Latina», n.º 18, Brepols, Turnhout, 1966.

⁸⁰ *A Guerra das Gálias*, por Júlio César, introdução e tradução de Victor Raquel, «Clássicos do Pensamento Estratégico», n.º 5, Edições Sílabo, Lisboa, 2004.

⁸¹ *A Germânia*, de Tácito, tradução de Nicolau Firmino, Porto Editora, Porto, 1973.

⁸² MERÊA, Paulo – *Estudos de História do Direito. I. Direito Português*, 2007.

⁸³ BANNIARD, Michel – *A Alta Idade Média Ocidental*, tradução de M. de Campos, «Coleção Saber», n.º 156, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1980.

⁸⁴ *Lex Salica – The Ten Texts with the Glosses and the Lex Emendata ...*, editado por J. H. Hessels, «Elibron Classics Series», Adamant, Londres, 2005; VIENNOT, Éliane – *La France, les femmes et le pouvoir. L'invention de la Loi Salique*, vol. I, Éditeur Perrin, Paris, 2006.

⁸⁵ *Codex Legum Antiquarum in quo continentur Leges Wisigothorum, Edictum Theodorici Regis, Lex Burgundionum, Lex Salica...*, edição de Friedrich Lindenberg, Iohannem & Andream Marnios & Consortes, Frankfurt, 1613, p. 399.

⁸⁶ KING, P. D. – *Derecho y Sociedad en el Reino Visigodo*, versão espanhola por M. Rodríguez Alonso, Alianza Universidad, Madrid, 1981.

pelo meio do Seculo V. formáram os seus Codigos⁸⁷. Daquelles diz Isidoro; que antes desta Epoca todo o seu direito era costumeiro; *antea tantum moribus, et consuetudine teneri*⁸⁸. Estes corpos de Direito eraõ huma mistura das Leis Romanas, com os costumes patrios⁸⁹; o que muito principalmente se deixa vêr no Breviario de Aniano⁹⁰, que foi composto por mandado de Alarico, tirado dos Codigos Gregoriano⁹¹, Hermogeniano⁹², e Theodosiano⁹³, das Sentenças de Paulo⁹⁴, e das Inst. de Caio⁹⁵. Porém este grão de cultura, que começára a ter os Póvos barbaros, em lugar de hir em augmento, retrocedeo. A ignorancia foi tão grande, que muitos Reis, Bispos, e Grandes não sabião escrever.

⁸⁷ RESENDE, André de – *Antiguidades da Lusitânia*, livro III, «Portugaliae Monumenta Neolatina», Imprensa da Universidade, Coimbra, 2009, pp. 274-275.

⁸⁸ *Las Historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*, estudo, edição crítica e tradução de Cristobal Rodríguez Alonso, «Fuentes y Estudios de Historia Leonesa», n.º 13, Centro de Estudios e Investigacion “San Isidoro”, Leon, 1975.

⁸⁹ MERÊA, Paulo – *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, vols. I-II, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1952-1953.

⁹⁰ O *Breviário de Alarico* [ou *Lex Romana Visigothorum*] é uma compilação de leis romanas em vigor no reino visigodo de Tolosa, durante o reinado de Alarico II [487-507 d. C.] e promulgado em 506. É também referido como *Breviarium Alarici*, *Breviarium Alaricianum*, *Código de Alarico* e *Breviário de Aniano*. Constitui fundamentalmente uma obra recompilatória de Direito romano pós-clássico e vulgar, considerada como a mais importante realizada num reino germânico. Por esse motivo, e em atenção à forma como foi elaborado e posterior influência, foi qualificada como o equivalente ocidental do *Corpus Iuris Civilis*, de Justiniano. MARTINS, Joaquim Pedro d'Oliveira – *História da Civilização Ibérica*, prefácio de Fidelino de Figueiredo, «Obras Completas de Oliveira Martins», Guimarães & C.^a, Lisboa, 1984, pp. 88-90.

⁹¹ *Codicis Gregoriani et Hermogeniani Fragmenta...*, edição crítica e tradução de Gustav Haenel, Adolph Marcus, Bona, 1837.

⁹² CONNOLLY, Serena – *Lives behind the Laws. The World of the Codex Hermogenianus*, Indiana University Press, Indiana, 2010.

⁹³ *Codicis Theodosiani Fragmenta Taurinensia*, edição crítica e tradução de Paul Kruger, Nabu Press, Charleston, 2011 [1.^a edição: 1923].

⁹⁴ *Sententiae*, de Paulo, tradução e comentários de Maria Bianchi Fossati Vanzetti, Facoltà di Giurisprudenza dell'Università di Padova, 1995.

⁹⁵ *Institutionum Iuris Civilis Commentarii Quatuor or Elements of Roman Law by Gaius*, tradução e comentários de Edward Poste, Clarendon Press, Oxford, 1871.

As consequências da ignorancia geral, fôraõ tambem guerras geraes; e destas a peste, a fôme, a destruição da especie humana, a escravidão da maior parte; a falta de força commua, a anarchia dos Grandes, as guerras intestinas⁹⁶. Nesta situação da sociedade cada Senhor de herdade Solar, Quintaã, Castello, Honra, ou Couto &c. tinha nos seus homens o poder legislativo, o executivo, e o judiciario; e apenas para defesa, e utilidade commua, elles tinhaõ huma sombra de sujeição ao Chêfe do Estado⁹⁷. Em algumas partes os Grandes chegáraõ a pôr os seus homens pena de morte, e de confiscação de bens se appellassem ao Rei⁹⁸. Como os Juizos não eraõ escritos, as audiencias se faziaõ nos adros; por esta mesma razão as testemunhas depunhaõ na presença de todos⁹⁹. A barbaridade era entãõ muita, e os homens daquelle tempo eraõ, na falta de evidencia, incapazes de seguirem nas disputas das partes differentes grãos de probabilidade¹⁰⁰; daquí pois nasceo decidirem-se os pleitos pelos combates judiciais¹⁰¹, pelas sortes¹⁰², e pelos Juizos de Deos¹⁰³ &c. No Seculo XI., quando começou a nossa Monarquia, a Europa estava cheia desta

⁹⁶ NICHOLAS, David – *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa: 312-1500*, tradução de Ana Margarida Soares, «Biblioteca da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1999.

⁹⁷ FOURQUIN, Guy – *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*, tradução de Fátima Pereira, Edições 70, Lisboa, 1987.

⁹⁸ «Parlament», in *Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers...*, vol. XII, Chez Samuel Faulche & Compagnie, Neufchastel, 1765, pp. 1-69.

⁹⁹ VILHENA, Júlio de – *As Raças Historicadas da Península Ibérica e a sua influência no Direito Portuguez*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1873, pp. 75-76.

¹⁰⁰ BARK, William Carroll – *Origens da Idade Média*, 4.^a edição, tradução de Waltensir Dutra, «Biblioteca de Cultura Histórica», Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

¹⁰¹ MONCADA, Luís Cabral de – *Estudos de História do Direito*, vol. I, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1948, pp. 140-141.

¹⁰² PAIVA, Vicente Ferrer Melo – *Curso de Direito Natural...*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1843, pp. 391-395.

¹⁰³ HERCULANO, Alexandre – «Os Juizos de Deus», in *O Panorama*, vol. II, 3.^a série, ft. 4, 22 Janeiro 1853, pp. 26-28.

Jurisprudencia¹⁰⁴. Os mesmos Ecclesiasticos tinham muito em uso taes decisoens¹⁰⁵. Affonso VI. Rei de Castella para determinar, qual Lyurgia devia prevalescer, se a Musarabica, se a Romana, deixou a decisão ao duelo¹⁰⁶.

Com tudo, o modo como eraõ dadas as sentenças daquelle tempo, punha huma barreira ao despotismo Judicial; bem, que se perdeo nos tempos de maiores luzes¹⁰⁷. Ellas não eraõ proferidas por hum só, mas por muitos, a que chamavaõ Conselho, e quando se não sabia o direito que competia á acção, eraõ tambem consultados os bons homens, que estavaõ presentes¹⁰⁸; a que chamavaõ *judicium per turbam*¹⁰⁹.

De entre as reflexões do Autor, focou as incipientes citações jurídicas em uso, largamente firmados nas menções dos forais e dispostas num latim decadente, ou *bárbaro* – neste ponto, houve a preocupação em transcrever as citações em latim e a subsequente tradução em português, não fosse o Autor um latinista de renome –, para maior comodidade à leitura. Neste ponto, salientou a prevalência do Direito visigótico, perceptível na composição dos juizes, na origem dos mandados de penhora e das causas em julgado, os

¹⁰⁴ IDEM – *História de Portugal...*, vol. IV, parte II, livro VIII, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Lisboa, 1853, pp. 198-199.

¹⁰⁵ BARROS, Henrique de Gama – *História da Administração Pública em Portugal*, vol. II, pp. 158-159.

¹⁰⁶ FILANGIERI, Gaetano – «Parallelo tra' Giudizi di Dio de' tempi barbari, e la tortura», in *La Scienza della Legislazione. Delle Leggi Criminali*, vol. III, Società Tipografica de Classici Italiani, Milão, 1822, cap. XI, p. 120.

¹⁰⁷ Uma crítica ao poder absolutista e centralista do Estado, revelando-se um fascínio pelo *medievo*.

¹⁰⁸ DU CANGE, Charles du Fresne – «Turba», in *Glossarium Manuale ad Scriptores Mediæ et Infimæ Latinitatis, ex Magnis Glossariis...*, vol. VI, Gebauer, Hale, 1784, pp. 682-683.

¹⁰⁹ SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memoria sobre a fôrma dos Juizos nos primeiros Seculos da Monarquia Portugueza», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VI, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1796, pp. 40-42.

direitos e a defesa dos réus, assim como os móveis usados nas acusações.

Foram ainda mencionadas as acções dos mordomos e dos procuradores do Direito Romano e quais os foros que forçosamente seguiriam. Quanto ao processo propriamente dito, ou o “juízo”, as acções jurídicas, que o Autor divide em “directas” e “indirectas”, encontraram exemplos numerosos no conjunto dos forais medievos, onde salientava a prática dos “juízos de Deus”, ou *ordálios*, ainda que circunscritos à área jurisdicional foraleira de cada localidade:

Acção directa, e indirecta. A Acção directa, que também se chamava por *esquisa*¹¹⁰, era aquella em que o Juiz procedia esquadrinhando a verdade directamente, assim por via de testemunhas, como também por instrumentos. Juizo indirecto era aquella, no qual a causa era decidida pelo combate judicial, e outros Juizos chamados de Deos, pelo juramento purgatorio do Reo, junto com outros que juravaõ da sua inteireza, e probidade, a que chamavaõ *Compurgadores, Sacramentales*¹¹¹. Na primeira fórma de Juizo, o Juiz hia buscando a verdade por caminho direito; no segundo, hia por caminho oblíquo, e indirecto. O comparar os ditos discordantes das testemunhas, e o fixar o gráo de credito, que em materias duvidosas cada huma devia ter, eraõ discusssoens muito intrincadas,

¹¹⁰ «Esquisa», in *Elucidário...*, vol. II, pp. 237-238.

¹¹¹ “Para suplir la insuficiencia del juramento, se imagino primeiramente exigir que se certificara la veracidad del que se hallaba obligado á prestarlo, con cierto número de personas. Estos certificadores del juramento fueron llamados *compurgadores sacramentales*, porque mientras el acusado juraba que estaba inocente, ponian con él la mano en el altar donde estaba el libro de los Evangelios. Pero este medio pecaba por el vicio que queria remediar. Para hacer desaparecer este abuso, se instituyó el combate judicial, autorizando al demandante para desafiar al demandado que juraba en falso, para pedirle satisfaccion por este medio del agravio y perjuicio que le inferia con el perjurio.” VICENTE Y CARABANTES, D. José de – «Sobre el Duelo», in *Revista General de Legislacion y Jurisprudencia (Continuacion del Derecho Moderno)*, vol. XVII, Imprenta de la Revista de Legislacion, Madrid, 1860, p. 51. Sublinhado nosso.

e subtís para a Jurisprudencia de huma idade ignorante; neste cazo o Reo allegava a sua bondade, e produzia testemunhas della, e entã a Lei mandava, *salvet se cum juratoribus*; e nada lhe importava as provas, que se deduziaõ das circumstancias do facto. Passemos a mostrar esta primeira divizaõ das Acçoens:

O Foral de Pombal¹¹² diz: *Se algum pedir alguma coisa em Juizo, responda ao Reo directamente diante das Justiças, e do Commendador: Siquis ab aliquo aliquid quæsierit antea Justitias, et Commendatorem domus respondeat per directum*; e accrescenta logo: *Todas as acçoens do nosso Mórdomo sejaõ por inquiriçaõ de testemunhas onde as poder haver; o que souber a verdade, e a negar na inquiriçaõ pague, quanto fez perder: Omnes intentiones nostri Maiordomi sint per inquisitionem de illis rebus ubi potuerit habere exquisam directam. Qui sciverit veritatem, et eam negaverit in esquisam componat quantum perdere fecerit*. Outra semelhante clausula se acha no Foral de Zezere¹¹³, que accrescenta: *Omnes intentiones tam nostri Mordomi quam nostrorum hominum sint per inquisitionem bonorum hominum, de illis rebus unde potuerit habere esquisam, et non per judicum*: *Todas as Acçoens do nosso Mordomo, e dos nossos homens sejaõ por inquiriçaõ dos bons homens, e naõ por Juizo*. A palavra Juizo¹¹⁴ he o que o Direito da idade média chamava Juizo de Deos, que era o combate judicial, o ferro vermelho, a agoa fervendo &c. O Foral de Castello-Branco¹¹⁵ trata do Juizo directo: *Et si homines de Castello-Branco habuerint juáicium cum hominibus de alia terra, non currat inter illos*

¹¹² Foral de Pombal [1174]: *Portugalix Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, vol. I, pp. 398-399.

¹¹³ Foral do Castelo de Zêzere [1174]: *Portugalix Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, vol. I, pp. 403-404.

¹¹⁴ «Juízo de Deus», in *Elucidário...*, vol. II, p. 259.

¹¹⁵ Foral de Castelo Branco [1213]: *Portugalix Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, vol. I, p. 566.

firma, sed currat per esquisa, aut recto: Os homens de Castello-Branco se tiverem demanda com homens de outra terra, o Juizo não será por combate Judiciario, mas sim por inquirição, ou Juizo direito. O combate Judiciario era bem conhecido em Espanha, hum diploma, que refere Brandaõ¹¹⁶ tirado do Cartorio da Camara de Coimbra diz: Si aliquis dixerit occidisse Maurum, et ille se testaverit quia non sum factor bujus criminis; alius vero dixerit, quia tu fuisti, et inter omnes exquirere veritatem non poterint, et defendere se voluerint per unas armas secundum hoc Judicium; et si factor fuerit mittant illum in potestate Regis: Se algum dicer a outro que matou Mouro, e elle dicer, que não fez tal crime, se se não poder investigar a verdade, e o Reo se quizer defender por combate Judiciario conforme este Juizo, achando-se complice ponhaõ-no em poder do Rei ¹¹⁷.

Consequentemente, expôs as provas documentais dos processos em julgado, a força dos depoimentos privados e públicos, a qualidade das testemunhas, a forma como o determinado depoimento era efectuado e quem podia testemunhar num processo, por exemplo. Salienta-se a necessidade de redigir os processos para futura prova, quando eram requeridas e por quem foram efectuadas, justificando a crescente profissionalização da classe jurídica. Estamos perante a ascensão de novas profissões que agregaram a sua funcionalidade à complexidade do aparelho de Estado, servindo a sua orgânica burocrática em expansão.

Destaca-se cada vez mais o protagonismo do *tabelião*, o moderno *notário*, dotado de fé pública, ao qual compete, por delegação

¹¹⁶ BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, Escritura IV, Parte I.

¹¹⁷ SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memoria sobre a fôrma dos Juizos nos primeiros Seculos da Monarquia Portugueza», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VI, pp. 52-53.

do poder público, formalizar juridicamente a vontade das partes. Intervêm nos actos e negócios jurídicos a que as partes devam, ou queiram, conceder forma legal ou autenticidade. Serão quem autoriza a redacção ou redigem os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias. Também alude aos *escrivães*, oficiais públicos encarregues de escrever os autos, os termos dos processos e outros documentos legais junto das autoridades, tribunais e corpos administrativos, ocupações tendencialmente laicizadas, em detrimento dos privilégios eclesiásticos, ainda que coexistentes:

*Por quem eraõ feitos. Os Instrumentos daquela primeira idade*¹¹⁸, eraõ feitos por Clerigos, e poucos se achaõ feitos por Seculares; seguiraõ-se ao depois os Tabelliaens¹¹⁹, e a estes os Escrivaens. Pelas Leis Gothicas¹²⁰ para hum Instrumento ser publico, não era preciso ser feito por Official publico, mas qualquer particular o podia fazer, com tanto que observasse certa norma. Devia contar o dia, e anno, em que era feito: as testemunhas, e Partes deviaõ firmallo com os seus signaes; não devia ser feito por servo; e se a Parte estava doente, podia assignar huma testemunha em seu nome; porém esta testemunha dentro em seis dias devia apresentar a Escritura diante de hum Sacerdote presentes outras testemunhas. A'lem disto os Instrumentos deviaõ ter huma pena convencional á Parte que os quebrasse. As Escrituras¹²¹, que nos

¹¹⁸ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, 1990. Sublinhado nosso.

¹¹⁹ NOGUEIRA, Bernardo Sá – *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal. Gênese e Implantação [1212-1279]*, «Estudos Gerais. Série Universitária», INCM, Lisboa, 2008.

¹²⁰ MERÊA, Paulo – *Estudos de Direito Visigótico*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1948.

¹²¹ SANTOS, M.^a José Azevedo – *Ler e Compreender a Escrita na Idade Média*, Edições Colibri/FLUC, Lisboa/Coimbra, 2000; GONÇALVES, Joaquim Cerqueira – *Itinerâncias de Escrita. Cultura/Linguagem*, vol. I, «Manuais Universitários», INCM, Lisboa, 2011.

restaõ dos primeiros Reinados, sãõ taõ exactas em indicar o anno, em que fõraõ feitas, que muitas vezes além da era, notaõ tambem o anno do Reinado, e o da fundaçãõ da terra em que sãõ escritas; e as mais dellas segundo o direito Gothico, tem pena convencional á Parte, que se arredasse da convençãõ¹²².

Num excerto deveras curioso, o Autor deu a conhecer alguns métodos usados pelos tabeliães e escrivães nas chancelarias para evitarem as falsificações. De facto, existia uma preocupação prática com a veracidade para que um documento pudesse, *de facto*, possuir uma validade jurídica. Deste modo, foram enumerados os procedimentos para preservar o valor fidedigno de pergaminhos e outros papéis, uma inquietação que, segundo José Veríssimo Álvares da Silva, urgia ser colmatada. Sem entrar em considerações paleográficas, este reparo surge com a exigência de preservação dos documentos jurídicos, para que as reestruturações no campo da Justiça pudessem vingar. Convém relembrar que as reformas pombalinas estavam ainda em curso, daí o forçoso ímpeto na credibilidade documental jurídica, nem sempre respeitada, como o Autor denunciou:

*Método para se não falsificarem*¹²³. Para que os instrumentos se não falsificassem, usavaõ de cartas partidas pelo A. B. C.¹²⁴ Na mesma folha de papel, ou pergaminho se faziaõ duas cartas, e por meio destas se partia o papel, ou pergaminho; e cada Parte levava seu instrumento. Quando se duvidada da legitimidade de algum; ajuntavaõ-se ambos para vêr se as metades das letras A.

¹²² SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memoria sobre a fôrma dos Juizos nos primeiros Seculos da Monarquia Portugueza», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VI, pp. 59-60.

¹²³ RIBEIRO, João Pedro – «Quebra, perda, e adulteração dos sellos», in *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, vol. I, cap. XIX, pp. 139-141.

¹²⁴ «Abbarrada», in *Elucidário...*, vol. I, pp. 292-293.

B. C. juntas faziaão justas figuras. Este remedio digno de invenção dos tempos polídos se deixou perder¹²⁵. A elle allude a Doação de Puços¹²⁶ feita aos Templarios em 1269. que referimos para prova. *Et ut hoc in dubium non veniret feci inde cum dicto Magistro, et Fratribus hoc instrumentum fieri per alfabetum divisum, et ipsi Fratres habuerunt inde unum, et ego alterum*¹²⁷.

O opróbrio mais polémico nesta *Memoria* transparece na crítica corrosiva à classe jurista europeia, sem esquecer, evidentemente, a realidade portuguesa. Segundo a sua apreciação, desde que o Direito Romano se impôs na edificação das nacionalidades europeias, toda uma classe burocrata aliou-se inexoravelmente à condução dos destinos das nações. Contudo, ao invés de terem simplificado a *estrutura dos Estados*, a classe jurídica, cumulada de privilégios e ocupando as camadas sociais mais altas, tornou-se utensílio de graves injustiças – ao contrário de procurar a Justiça, tornou-se a face de incontáveis iniquidades e o símbolo da decadência na própria Justiça.

Por isso, sugeria uma solução drástica – eliminar toda a classe jurisconsulta, onde se evidenciavam, entre os mais, os advogados e os procuradores. Como o próprio José Veríssimo Álvares da Silva defendeu, são quase sempre os processos judiciais pautados pela falta de clareza e transparência, o juízo imparcial, a sua perpetuação e não-resolução na maioria dos casos, reveladores da quebra de confiança na justiça. E aponta incontáveis exemplos na História de Portugal e da Europa, quando o próprio Estado sentiu a tentação

¹²⁵ Outro elogio ao ímpeto criativos dos tempos medievos...

¹²⁶ GONÇALVES, Iria – «Puços – Comenda da Ordem de Cristo, in *Revista Portuguesa de História*, vol. XXXVI, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos/FLUC, Coimbra, 2003, pp. 203-205.

¹²⁷ SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memoria sobre a fôrma dos Juizos nos primeiros Seculos da Monarquia Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, p. 60.

improrrogável de eliminar esta classe, embora, claramente, esse processo fosse impraticável:

Extinção de Advogados, e Procuradores. A Legislação Romana, filha de diferentes Constituições, e por isso falta de forma nos seus principios, quando no Seculo XII. foi introduzida nos Governos da Europa¹²⁸, se por huma parte extinguiu as práticas dos duellos, e Juizos supersticiosos, por outra produzia no processo delongas infinitas, poz os Direitos dos Cidadãos vacillantes, e fez precisa na Sociedade huma nova, e numerosa classe, que vive pelo trabalho dos mais¹²⁹. Os Governadores dos Póvos sentíam os males, que então começava; e por isso lhes procuraram alguns remedios, porém a continuação, e o maior auge desses males mostra, que taes remedios fôram insufficientes¹³⁰. Friderico III.¹³¹ em Alemanha mandou abolir os Doutores, tendo para si que elles eram o que produzia os males do Fôro, Quasi semelhante remedio tomou a nossa Legislação, que sentia os mesmos males¹³². Huma Lei de D. Diniz de 1282.¹³³ reprehende os Advogados pelas muitas delongas, que elles causavam nas demandas; outra

¹²⁸ CUNHA, Paulo Ferreira da; SILVA, Joana Aguiar, e SOARES, António Lemos – *História do Direito: do Direito Romano à Constituição Europeia*, Almedina, Coimbra, 2005.

¹²⁹ José Veríssimo Álvares da Silva defendia que a classe jurisconsulta era parasitária em toda a Europa...

¹³⁰ NOGUEIRA, José Artur – *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média: dos primórdios ao século da Universidade (contribuição para o seu estudo)*, tese de doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas, FDUL, [versão policopiada] Lisboa, 1991.

¹³¹ Frederico III [1415-1493], imperador do Sacro Império Romano-Germânico, apelidado o “do Lábio Grosso”, foi casado com a infanta D. Leonor de Portugal [1436-1476], filha de D. Duarte.

¹³² MATTOSO, José – *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval*, Temas & Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2009.

¹³³ *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras do Condado Portucalense*, vol. III, pp. 148-149.

do mesmo Monarca manda, que os Sobre-Juizes¹³⁴ castiguem os Procuradores, e Advogados, que faziaõ burlas; e taxa-lhes os salarios. D. Affonso IV. diz em huma das suas Leis, *que por causa das muitas delongas, que tinham as demandas, os homens, que se metiam nos preitos deixavam perder sa prol.* Para evitar isto mandou, »que nom houvesse Vogados na Coorte, nem em parte alguã Procuradores residentes; e que os Juizes fizessem jurar os Vogados, que as Partes tinham boons preitos; e que se nom povessem as razoens, que se deviaõ poer, nom tevessem salario, e fossem privados do officio, e que os Juizes fizessem aas Partes as perguntas, que bem lhes parecesse para decisaõ do feito¹³⁵.»

Fernaõ Lopes na Chronica de D. Pedro I. (Cap. V.)¹³⁶ conta, que este Rei para atalhar as demandas, mandou que em sua Casa, e em todo o seu Reino não houvesse Advogados alguns. Porém este remedio foi infructuoso, porque não estava allí o mal. Fôraõ culpadas as pessoas, que manejavaõ o Direito Romano, e elle ficou desculpado¹³⁷; devendo ser pelo contrario; porém isto requeria huma Logica mais apurada, do que era a daquelle tempo. [...]

A pezar de tantas Leis, que se tem feito para diminuir os pleitos, e abreviar os processos, elles tem crescido, e são eternos. Isto provaõ os muitos Tribunaes, e Magistrados accrescentados de novo em tempo, que a povoação diminuhia, e immensa classe de gente, que vive da Justiça¹³⁸. Logo os remedios, que se tem busca-

¹³⁴ MATTOSO, José – *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, II – Composição*, pp. 108, 110, 126.

¹³⁵ «Se o quereloso desempara a accusaçom, a cuja custa se fará», in *Ordenações Afonsinas*, livro V, tít. XXX, pp. 110-118.

¹³⁶ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro I*, com introdução de Damião PERES, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Porto, 1994.

¹³⁷ BRETONE, Mario – *História do Direito Romano*, tradução de Isabel Teresa SANTOS, «Imprensa Universitária», n.º 73, Editorial Estampa, Lisboa, 1990.

¹³⁸ Outra crítica idêntica a tantas argumentações...

do não foraõ adequados. Qual pois será a cura de taõ grande mal?
He ponto digno, que sublimes engenhos nelle se empreguem¹³⁹.

No término desta *Memoria*, o Leitor pode consultar um anexo contendo uma sinopse das leis emanadas de vários reinados portugueses, cujo objectivo global era resolver as delongas nos vários processos jurídicos. Podem encontrar-se alusões a vários forais, desde Tomar, Pombal ou Castelo Branco, entre outros, considerados como fontes de Direito pátrio por excelência, com notas suplementares. Por fim, para maior proveito dos estudos históricos, transcreve uma sentença de D. Dinis ao alcaide de Valença do Minho¹⁴⁰, demonstrando um exemplo de uma disputa entre o Direito Romano e o Direito Canónico em Portugal.

Era necessário uma certa dose de coragem e atrevimento para criticar abertamente advogados, magistrados e oficiais da justiça. Seguidamente, acusará os “homens atrevidos”, “os ricos” e “os valentes”, indivíduos que pela riqueza, as ligações políticas e o oportunismo conseguem ludibriar as malhas da justiça. O forte sentimento anti-senhorial e anti-clerical de José Veríssimo Álvares da Silva deve-lhe ter granjeado inimigos, ou quais, certamente, estiveram envolvidos no seu final trágico de vida. Apesar de tudo, as suas reflexões historiográficas são de uma natureza bastante simples, quando comparadas com outros trabalhos nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*, sendo salutar a modernidade do seu espírito contestatário.

¹³⁹ SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memoria sobre a fôrma dos Juizos nos primeiros Seculos da Monarquia Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, pp. 81-82, 88-89.

¹⁴⁰ Esta transcrição foi originalmente dedicada ao reitor do Colégio das Artes [Coimbra, 1566]. SILVA, José Veríssimo Álvares da – «Memoria sobre a fôrma dos Juizos nos primeiros Seculos da Monarquia Portuguesa», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, pp. 94-100.

- XX -

PEDRO JOSÉ DE FIGUEIREDO
[1762-1826]

Segundo a nossa opinião, provavelmente a reflexão mais desconcertante em todas as *Memorias de Litteratura Portugueza* é uma “dissertação histórico-jurídica” em abono da legitimidade de D.^a Teresa, mãe de D. Afonso Henriques. Embora a autoria desta *Memoria* não esteja devidamente estipulada, pois não estava originalmente assinada¹, sabe-se que será da autoria de Pedro José de Figueiredo² [1762-1826]. Ainda que a sua biografia seja nebulosa, estudou Humanidades, especialmente o latim e o grego, mas ainda a Filosofia, a História e a Retórica no colégio irlandês de S. Patrício³, em Lisboa.

¹ «Pedro José de Figueiredo», in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. VI, pp. 415-419; vol. XVII, p. 210; «Pedro José de Figueiredo», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, pp. 315-316; FONTES, Susana Alves – *Pedro José de Figueiredo: ideias linguísticas no quadro cultural setecentista*, dissertação de mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas, UTAD [versão policopiada], Vila Real, 2006.

² SILVA, Luís Duarte Vilela da – *Observações críticas sobre alguns artigos do Ensaio Estatístico do Reino de Portugal e Algarves, publicado em Paris por Adriano Balbi...*, Impressão Régia, Lisboa, 1828, pp. 75-78; SÁ, Manuel José Maria Costa e – «Elogio Historico de Pedro José de Figueiredo», in *Historia e Memorias da Academia...*, 2.^a série, vol. II, Parte I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1848, pp. 1-7; ASSUNÇÃO, Carlos – «O nome na historiografia linguística portuguesa. Do primeiro período da linguística portuguesa ao final do séc. XIX», in *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa*, FLUP, Porto, 2004, pp. 29-50.

³ SUCENA, Eduardo – «S. Patrício (Colégio de)», in *Diccionario da História de Lisboa*, pp. 814-815.

Posteriormente, leccionaria estas disciplinas no seminário do Patriarcado⁴, estabelecido em Santarém, sendo reconhecido como individualidade devota aos livros, mesmo ser ter frequentado a Universidade. Foi primeiramente admitido na Academia Real das Ciências na qualidade de sócio correspondente, sendo indigitado como revisor literário da *officina* tipográfica⁵, cargo que desempenhou brilhantemente alguns anos, ascendendo a sócio efectivo na Classe de Literatura.

Tomou assento em algumas comissões de censura após a Revolução Liberal de 1820, embora fosse, paralelamente, um divulgador da História de Portugal na imprensa periódica⁶, assinando a edição do *Retratos e Elogios dos Varões, e Donas*⁷ [1806-1825], conhecido igualmente pelas suas admiráveis ilustrações. Apesar de afirmar-se mais linguista do que historiador, Pedro José de Figueiredo possuía uma paixão evidente pelos tempos medievais, embora a sua faceta polemista fosse conhecida⁸. Deste modo, o periódico *Retratos e Elogios dos Varões e Donas* apresenta-se como um exercício biográ-

⁴ ANICETO, Ricardo – *O Seminário Patriarcal de Santarém: história, currículos, alunos e professores de 1780 a 1853*, Centro Cultural do Patriarcado, Lisboa, 2011.

⁵ MACHADO, M.^a Rosa Pacheco – *A Academia Real das Sciencias de Lisboa e a sua Tipografia (1780-1910)*, p. 117.

⁶ DIAS, Eurico Gomes – *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração de 1640 e a Revolução Liberal de 1820*, pp. 249-263.

⁷ *Retratos e Elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a Nação Portuguesa em Virtudes, Letras, Armas, e Artes, assim Nacionaes, como Estranhos, tanto Antigos, como Modernos. Offerecidos aos Generosos Portuguezes*, por Pedro José de FIGUEIREDO, et al., vol. I, Officina de Simão Thaddeo Ferreira/Impressão Régia, Lisboa, 1806-1825.

⁸ Entre outros trabalhos, sem esquecer os títulos editados sob anonimato: *Arte da Grammatica Portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro...*, Impressão Régia, Lisboa, 1799 [Lisboa, 2.^a edição, 1804; Lisboa, 3.^a edição, 1811; Baía, 1817, Lisboa, 4.^a edição, 1837]; *Sentimentos do Juiz do Povo...*, Impressão Régia, Lisboa, 1808; *Carta em resposta de certo amigo da cidade de Lisboa a outro da villa de Santarem, em que se lançam os fundamentos sobre a verdade, ou incerteza da morte d'el-rei D. Sebastião XVI. Rei de Portugal na batalha de Alcacerquibir em Africa*, Officina de João Evangelista Garcez, Lisboa, 1808; *Razão e mais Razão...*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1821.

fico consagrado a figuras da História de Portugal contendo artifícios literários que prenunciavam o Romantismo⁹.

Ao assumir que não era um historiador “profissional”, a sua intervenção, de cariz patriótica e em defesa da monarquia, é um apelo à reposição do bom nome de D. Teresa, cujo legado, no seu entender, estaria manchado pela suspeita de bastardia¹⁰. Baseado na comparação das crónicas e documentos coevos, contestando abertamente os mais variados cronistas e historiadores, defendeu, intransigentemente, a legitimidade de D. Teresa. Em dado momento, confessa que perante a obscuridade documental dos séculos XI-XII, D. Teresa poderia, eventualmente, ser uma filha ilegítima de *Afonso VI de Leão e Castela*. Contudo e apenas apoiado numa exposição incoerente, não deixa de impugnar quem defenda o contrário, expressando-se num patriotismo algo pueril:

Ha Seculos que combatem entre si os Historiadores Castelhanos, e Portuguezes sobre a ligitimidade da S.^a D. Teresa, mulher do Conde D. Henrique, nobilissimos Progenitores dos Monarchas Luzitanos¹¹. A falta de documentos, que mostra sem a verdade dos factos daquelle Seculo, deo lugar ás conjecturas, que se tem

⁹ DIAS, Eurico Gomes – *op. cit.*, pp. 249-263.

¹⁰ FERREIRA, M.^a Emília Cordeiro – «Condessa D. Teresa (?-1130)», in *Dicionário da História de Portugal*, vol. VI, pp. 157-159.

¹¹ “[...] E que ao Comde dessem a filha delRey legitima, e ao filho delRey a bastarda, nom consente rezam, porque todas eram legitimas filhas deste Rey Dom Affonso quimto^[sic] e Dom Ellvira e Dona Tareza filhas de Dona Ximena Manhós molher segunda do dito Rey Dom Affonso; e de Dona Tareza desemderão os Reys de Portugal. [...] e com estas desteçois e verdades foram todas casadas com os ditos Comdes e filhas legitimas do dito Rey.” *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa... Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, por Cristóvão Rodrigues ACENHEIRO, t. V, pp. 4-5. Ao invés, ver, por exemplo, FLOREZ, Fr. Henrique – «Amigas del Rey Don Alfonso VI. Doña Gimena Nuñez», in *Memorias de las Reynas Catolicas, Historia Genealogica de la Casa Real de Castilla, y de Leon...*, 3.^a edição, vol. I, Officina de la Viuda de Marin, Madrid, 1790, pp. 185-186.

formado conformes aos discursos fundados já nestas, já naquellas razões, que melhores parecêrão.

O Bispo de Oviedo¹², o *Chronicon Floriacense*¹³, ou de Fleuri, na ordem dos Historiadores mais antigos, são os que introduzirão a nota da bastardia¹⁴ em huma das raizes do tronco dos Senhores Reis de Portugal, affirmando, que D. Ximena Munhós¹⁵, ou Nunes fora concubina de Dom Affonso VI.¹⁶ Rei de Leão, e Castella, de cujo concubinato nascêra a Sr.^a D.^a Teresa. Não tem faltado quem intentasse purifica-la dessa mancha, e eu queria persuadir-me, que na illuminada Critica do nosso Seculo, não haveria Portuguez instruido, a quem se não representassem futeis, e despresiveis os fundamentos da opinião contraria¹⁷. Mas como hum Escriitor moderno¹⁸, cujo nome serve de honroso credito á republica litteraria

¹² *El Monasterio de San Pelayo de Oviedo: Historia y Fuentes*, coordenação de Francisco Javier Fernandez Conde, *et al.*, vols. I-IV, Monasterio de San Pelayo, Oviedo, 1978-1990.

¹³ “Se atendermos a uma passagem do *Chronicon Floriacense*, quando fala do conde Raimundo, veremos o nenhum fundamento da explicação, que se pretende dar á exclusão do conde de Tolosa das generosidades extralegais de Afonso VI.” HERCULANO, Alexandre – «Notas», in *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado do Afonso III*, vol. I, 2007, p. 722.

¹⁴ FIGUEIREDO, António Pereira de – «Dissertação XIII. Se a Rainha D. Tareja era legitima, ou bastarda», in *Historia e Memorias da Academia das Sciencias*, vol. IX, Typographia da Academia, Lisboa, 1825, § II, pp. 274-291.

¹⁵ QUINTANA PRIETO, Augusto – «Jimena Muñiz, madre de Doña Teresa de Portugal», separata da *Revista Portuguesa de História*, n.º 12, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos/FLUC, Coimbra, 1969, pp. 223-280.

¹⁶ GAMBRA, Andrés – *Afonso VI: Cancillería, Curia e Imperio*, «Fuentes y Estudios de Historia Leonesa», n.º 63, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, León, 1998.

¹⁷ “Afonso o Grande, rei da Hispânia que tomou Toledo e que recebeu o nome de Imperador, teve de diferentes esposas tres filhas, Elvira, Teresa e Urraca. É verdade que Rodrigo de Toledo, pouco imparcial com os Portuguezes, e os que a ele aderiram, diz que Elvira e Teresa eram filhas da amante Ximena Múnio, mas tenho em minha casa um cronicão na velha língua espanhola feito setenta anos antes de Rodrigo, no qual a mesma Ximena é apresentada claramente, não como amante, mas como mulher legítima e rainha. Escrevi a este respeito, e em verdade extensamente, a João de Barros.” RESENDE, André de – *As Antiguidades da Lusitânia*, livro IV, pp. 196-197.

¹⁸ Quem seria este ‘escriitor moderno’ referido por Pedro José de Figueiredo?

de Portugal, arruinou este meu pensamento, promettendo mostrar com brevidade, que a Sr.^a Dona Teresa, mulher do Sr. Conde D. Henrique, era filha illegitima de D. Affonso VI., senti-me inspirado pelo amor da Patria, e da verdade, a revolver os fundamentos, que a materia, e o Direito me offerecem, para firmar sobre elles a Ligitimidade desta mãe Illustrissima do primeiro Fundador da nossa Monarchia¹⁹. [...]

Confesso, que ainda suppondo a bastardia naquella raiz, não deixa de brilhar magestosamente a Augusta Serie dos Senhores Reis de Portugal: porém a sua ligitimidade he hum a pedra preciosa, como que se augmenta o esplendor da sua Coroa, que a mão de hum bom Portuguez não pode arrancar sem a nota de atrevida, e temeraria; e que todo o que se prezar desse nome, o não deve consentir²⁰.

Excedo verdadeiramente ás minhas forças, os limites da minha capacidade, quando pertendo examinar factos historicos, que são alheios da minha profissão. Bem o conheço. Mas nasci Portuguez, amo a gloria da Nação, respeito a memoria dos Senhores Reis, e Principes da nossa Monarchia, tenho paixão pela verdade: e se com estes louvaveis estimulos não desempenhar o que prometto, nem evitar completamente qualquer defeito, espero que os bons Portuguezes me perdoem; porque dos que o não forem, e dos

¹⁹ BRANDÃO, Fr. António – «Em que se trata da calidade da Rainha Dona Tareja. Disputase se foy filha legitima delRey Dõ Afonso o Sexto», in *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, f.^{os} 25-26-v.º; IDEM – *Crónicas do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, 1944; S. LUIS, D. Francisco de – *Memorias Chronologicas e Historicas do governo da Rainha D. Thereza*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1841.

²⁰ BARBOSA, D. José – «Mostrase como a Rainha D. Theresa foy filha legitima delRey D. Affonso VI. de Leaõ, e como era a herdeira dos seus Estados», in *Catalogo Chronologico, Historico, Genealogico, e Critico, das Rainhas de Portugal, e seus Filhos*, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1727, pp. 7-28.

Estrangeiros, nem temo a crítica, nem pertendo huma favoravel censura²¹.

Discorrendo acerca da intervenção dos historiadores e a elocução da História pátria, esta “dissertação histórico-jurídica” fundamenta-se numa antiga reivindicação, pois que a ilegitimidade de D. Teresa²² era uma circunstância histórico comprovada. Fruto de Ximena Nuñez [?-?], uma consorte de D. Afonso VI de Leão e Castela, desconhece-se a sua data de nascimento, sabendo-se que faleceria em 1130. D. Teresa tornar-se-ia esposa de D. Henrique de Borgonha, sendo-lhes entregue o Condado Portucalense [1095].

Após a morte deste em 1112, e na menoridade de seu filho D. Afonso Henriques, D. Teresa assumiria as rédeas do Condado²³.

²¹ FIGUEIREDO, Pedro José de – «Dissertação Historico-Juridica sobre a ligitimidade da Senhora D. Teresa, mulher do Sr. Conde D. Henrique, e mãe do Sr. Rei D. Affonso Henriques», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1814, pp. 252-253.

²² “Embora a ilegitimidade do nascimento de Teresa seja aceite hoje em dia como um facto histórico, isso não impede que se analise o assunto de uma perspectiva mais ampla, baseando-nos na consideração de que as suas origens, supostamente irregulares, nunca foram utilizadas, nem sequer mencionadas, enquanto ela foi viva, como arma para tornar ilegítima a sua posição, algo que no clima aceso de então, e ainda para mais tratando-se de uma mulher, teria sido útil para a parte rival, como se fez depois devido à sua relação sentimental com o conde Fernando Pérez. É verdade que então a ilegitimidade de nascimento era moeda corrente (não tanto nas dinastias reais), mas isso não autoriza pensar que os homens dessa época carecessem da astúcia para utilizar as suas conotações negativas ao serviço dos seus fins, do mesmo modo que eram capazes de encontrar soluções jurídicas sofisticadas para problemas como aquele que se apresentava a Afonso VI, relativamente à falta de um herdeiro varão. É notório que este rei podia ser muito audaz quando se tratava da sucessão. Isto deixa aberta a possibilidade de que Afonso VI recorresse a outra solução que não o simples e linear concubinato com Jimena, algo diferente do matrimónio religioso, segundo mandavam os cânones, e que lhe estava vedado, pois encontrava-se casado com Constança.” Talvez a investigação mais actual sobre este assunto: CASSOTTI, Marsilio – «Afonso VI, o rei das cinco esposas e duas concubinas (1073-1085)», in *D. Teresa. A Primeira Rainha de Portugal*, prefácio de Guilherme d'Oliveira Martins, tradução de Anal Barata, Esfera dos Livros, Lisboa, 2008, pp. 54-55.

²³ Entre outras referências: PERES, Damião – *Como nasceu Portugal*, 10.^a edição, Vertente, Porto, 1992.

Influenciada pela família Peres de Trava, prosseguiu com a política de independência perante Leão e tentou expandir, política e militarmente, o território portugalense. Em desacordo com sua mãe e segundo a tradição, o infante D. Afonso Henriques armar-se-ia cavaleiro, tendo derrotado os partidários de D. Teresa em S. Mamede [1128], pelo que esta procuraria refúgio na Galiza:

Eu não estranho tanto aos antigos Historiadores a facilidade, com que acreditarão os daquelle seculo, nem a estes o persuadirem-se, de que Ximena Nunes²⁴ fôra concubina de D. Affonso VI., deixando á posteridade os embaraços da historia, porque escrevêrão em tempos mais escuros, e de menos luzes: como culpo nos modernos a sua credulidade, o seu afferro aos escritos dos antigos, quando já a Critica se vê apurada; e descobrindo com ella tantos erros nas Chronicas antigas, e nos documentos, que ellas referem, os impugnaõ, convencem, destroem; mas, chegando a tratar do supposto concubinato de D. Ximena, com huma nimia credulidade cegamente o acreditarão, e como se fosse hum ponto de Historia demonstrado²⁵.

Se huns, ou os outros apontassem algumas razoes, ao menos apparentes, em abono dessa opinião, seriam menos escandalosos os seus escritos; porém não assignarem os primeiros algumas, fundarem-se os segundos em erros notorios, ou em que assim o tinham aquelles escrito, assás scandaliza. [...] Fazer prova por si mesmo, he privilegio da Soberania, de cuja verdade se não póde duvidar²⁶. O Historiador não tem a mesma authoridade²⁷.

²⁴ OLIVEIRA, Manuel Alves de – *A mãe da Rainha D. Teresa* [s. n.], Guimarães, 1980.

²⁵ SÁNCHEZ-PAGÍN, J. M. Canal – «Jimena Muñoz, amiga de Alfonso VI», in *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 21, Instituto de Historia Medieval, Barcelona, 1991, pp. 11-40.

²⁶ VAZ, Fernando Henriques – *D. Teresa impõe-se!*, Imprensa Artística, Lisboa, 1954.

²⁷ FIGUEIREDO, Pedro José de – «Dissertação Historico-Juridica sobre a legitimidade da Senhora D. Teresa, mulher do Sr. Conde D. Henrique, e mãe do Sr.

A defesa inconsistente da legitimidade de D. Teresa não acrescentou qualquer originalidade documental a esta questão, devendo ser considerada como uma espécie de panegírico à Casa Real portuguesa, então refugiada em terras brasileiras. Pouco favorecido pela sorte, Pedro José de Figueiredo sofreria enormes privações, vivendo da caridade e do apoio de amigos. Após doença prolongada, faleceu a 11 de Fevereiro de 1826.

Afirma-se que, por razões irreflectidas causadas por um acesso de fúria, queimara uma parte substancial dos seus manuscritos pouco antes de morrer, de modo evitar a sua publicação. Estes apontamentos incluíam anotações bibliográficas preciosas para suplementar a *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado. A sua pequena biblioteca pessoal seria adquirida por D. João Inácio da Fonseca Manso²⁸ [1761-1834], 18.º bispo de Leiria, e doada ao Seminário da cidade. Aí permanecerá, caso não se tenha extraviado pelas intempéries.

Rei D. Affonso Henriques», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 262-263.

²⁸ NETO, Vítor – *A questão religiosa no Parlamento*, vol. I (1821-1910), «Colecção Parlamento», Assembleia da República/Texto Editores, Lisboa, 2010, p. 136.

SEBASTIÃO FRANCISCO DE MENDO TRIGOSO
HOMEM DE MAGALHÃES
[1773-1821]

No decurso das iniciativas revisionistas propugnadas pelas *Memorias de Litteratura Portugueza* para a revisão historiográfica dos Descobrimentos portugueses, um primeiro ensaio de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de Magalhães¹ [1773-1821] tentou recuperar a memória histórica da família Corte-Real, celebrizada pelas suas navegações no Atlântico Norte. Este ensaio² seria lido publicamente em meados de 1813, não deixando o Autor de prometer uma exposição ampliada, em virtude da profundidade do tema, então quase esquecido.

Além de fidalgo com assento na Casa Real, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso [abreviando-se o seu nome completo, como o próprio habitualmente o assinalava] frequentou o Colégio Real dos Nobres e completou o bacharelato em Filosofia pela Universidade

¹ SÁ, Manuel José Maria da Costa e – «Elogio historico de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de Magalhães», in *Historia e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. IX, 1825, pp. LXVII-XC; «Sebastião Francisco de Mendo Trigoso», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. VII, pp. 208-209; «Sebastião Francisco de Mendo Trigoso», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXII, pp. 845-846.

² Sobre este *Ensaio*, v. FIGUEIREDO, Fidelino de – *Estudos de História Americana*, Companhia Melhoramento, São Paulo, 1927, pp. 52-53.

de Coimbra. Aquando a reacção lisboeta ao invasor francês, chegou a ser nomeado tenente-coronel do Regimento de Voluntários Reais de Milícias a Cavallo de Lisboa, corpo militar que não chegou a organizar-se, sendo substituído pelo Regimento de Voluntários Reais do Comércio³ [1809].

Além de sócio de renome e um dos primeiros secretários⁴ da Academia Real das Ciências, com quem sustentou a mais profícua colaboração científica e literária⁵, são de registar as suas solicitudes

³ Para a composição destes regimentos, v. DIAS, Graça da Silva, e DIAS, José Sebastião da Silva – *Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. I, Parte II, INIC, Lisboa, 1980, p. 828.

⁴ Sobre a actuação de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso enquanto secretário da Academia: RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, vol. III, 1873, pp. 129-130.

⁵ Algumas obras, comentários e traduções críticas: *Hypolito, tragedia de Seneca, e Pbhedra, tragedia de Racine, com a traducção em verso portuguez...*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1813; DALLA-BELLA, João António – *Memoria sobre a cultura das oliveiras em Portugal...*, 2.^a edição acrescentada e anotada por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de Magalhães, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1818; «Memoria sobre a pretendida chuva de algodão, que cahiu nas visinhanças de Lisboa», in *Memorias e Historias da Academia*, vol. III, parte II, pp. 85 e ss.; «Discursos recitados nas sessões publicas annuaes da Academia, dando conta dos trabalhos academicos, na qualidade de Secretario interino – Annos de 1814, 1817 e 1820», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. IV, parte I; vol. VI, parte II; vol. VII; «Elogio Historico de Fr. João de Sousa», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. IV, parte I, pp. XLIX-LXII; «Projecto para o estabelecimento de escholas de agricultura pratica», in *Memorias e Historia da Academia*, vol. IV, parte I, pp. 58 e ss.; «Memoria sobre o apparecimento de certo verme no olho de um cavallo», in *Memorias e Historia da Academia*, vol. V, parte I, pp. 60 e ss.; «Relatorio da Commissão nomeada pela Academia, para examinar a edição dos <Lusiadas>, do Morgado de Mattheus», in *Memorias e Historia da Academia*, vol. V, parte II; «Memoria ou exame critico comparativo das primeiras cinco edições dos <Lusiadas>», in *Memorias e Historia da Academia*, vol. VIII, parte I; «Elogio historico do Conde da Barca, recitado em sessão publica da Academia», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. VIII, parte II; «Elogio historico do academico Antonio Caetano do Amaral», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. VIII, parte II; «Memoria sobre o damno e detrimento que resultam á agricultura dos terrenos baldios», in *Memorias Economicas*, vol. V, pp. 63 e ss.; «Memoria sobre a introdução em Portugal do systema metrico decimal», in *Memorias Economicas*, vol. V, pp. 336 e ss.; «Memoria sobre as medidas portuguezas», in *Annaes das Sciencias e das Artes*, vol. VII, 1820. Dirigiu e prefaciou a *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lbes são vizinhas*, vols. I-VII, Typographia da Academia, Lisboa, 1812-1841. Ficaram ainda inéditos, ainda que

como censor régio da Mesa do Desembargo do Paço e nas comissões de censura criadas após a Revolução Liberal de 1820⁶. Um ataque fulminante de gota e os excessos dos trabalhos literários terão acelerado a sua morte a 18 de Maio de 1821, no dia em que completava 48 anos.

Este breve *Ensaio* engloba, portanto, uma revisão crítica das crónicas e dos autores portugueses sobre estas questões, complementada com as últimas notícias estrangeiras sobre as descobertas nas zonas setentrionais atlânticas. Por conseguinte, o Autor defendia a primazia das navegações portuguesas nesta região, devidas ao ímpeto dos irmãos Corte-Real e o velho ensejo de encontrar a “mítica” passagem do Noroeste. Apesar da Coroa portuguesa apostar na circum-navegação africana, não deixou de acarinhar o projecto norte-atlântico e a possibilidade de alcançar os confins da Ásia navegando para ocidente, por entre as perigosíssimas rotas árticas⁷.

Os irmãos Corte-Real são conhecidos por terem alcançado a Terra Nova, reclamando o seu domínio para Portugal, tendo explorando o Golfo de S. Lourenço. Estas costas recortadas abruptamente para

se suspeite do extravio de outros trabalhos do Autor, os quais foram aceites pela Academia Real das Ciências. Ver ainda *Viagem de Lisboa à ilha de S. Tomé, escrita por um piloto português*, prefácio de Augusto Reis Machado, tradução de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de Magalhães, Portugália Editora, Lisboa, 1960; CADAMOSTO, Luís de – *Viagens*, introdução e notas de tradução de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de Magalhães, Portugália Editora, Lisboa, 1960.

⁶ De acordo com a portaria governamental editada em *Gazeta de Lisboa*, n.º 229, Impressão Régia, Lisboa, 23 Setembro 1820.

⁷ “Gaspar Côrte Real, nobre Portuguez, tentou investigar o ultimo termo da America septemtrional, e descobrir caminho para a India pelo pólo artico. Sahio do Téjo, na primavera, do anno de 1500 com dois navios, e chegou em sua navegação ainda além dos 60º de latitude norte. Descobrio e correo toda a terra de *Labrador*, que tambem se ficou chamando terra de *Côrte Real*, e acima della a costa, que corre ate o *Rio das Malvas*: descobrio tambem a que chamou *terra*, ou *Ilha dos Bacalhãos*, e algumas outras a ella proximas, que os antigos denominarão *Crotes Reaes*, e mui provavelmente a pequena Ilha á entrada do estreito de *Hudson*, que se chamou de *Caramilo*, corrompido este nome do portuguez *caramêlo* (*neve congelada*).” *Os Portuguezes em Africa, Asia, America, e Occeania...*, vol. II, Typographia de Borges, Lisboa, 1848, p. 110.

o Atlântico, de florestas densas e gelos eternos, continuavam quase desconhecidas nos inícios do século XIX, como o Autor narrava⁸. Sebastião Francisco de Mendo Trigo recordava as navegações *víkings* e as várias tentativas de colonização entre os séculos IX-XI, embora o registo dessas expedições estivesse circunscrito ao domínio das sagas nórdicas⁹ e em menções cartográficas imprecisas até aos inícios do século XVI.

Nas últimas décadas do século XV, as viagens portuguesas que buscavam um caminho para a Índia não deixaram de considerar uma via alternativa na procura de um itinerário pelo ocidente para alcançar a parte mais oriental da Ásia. As viagens de Cristóvão Colombo¹⁰ [1451-1506] são um testemunho do interesse neste percurso, mas ocorreram numa latitude distante da Terra Nova, como se sabe. Foram numerosas as expedições que reivindicaram a descoberta de territórios que não se sabe se alguma vez foram verdadeiramente avistados. Neste contexto, poder-se-á incluir a eventual descoberta da Terra Nova em 1471, ou 1472, por João Vaz Corte-Real¹¹ [c. 1420-1496] e Álvaro Martins Homem¹² [?-?], numa missão luso-dinamarquesa apoiada por D. Afonso V.

⁸ MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de – *op. cit.*, pp. 317-319.

⁹ Esta temática é indissociável da tradição marítima nórdica: ARBMAN, Holger – *Os Vikings*, Editorial Verbo, Lisboa, 1967; COHAT, Yves – *Os Vikings, reis dos mares*, tradução de Aureliano Sampaio, Livraria Civilização/Círculo de Leitores, Porto, 1991; KENNEDY, Hugh – *Mongols, Huns & Vikings*, Cassel & Co., Londres, 2002; *Vida e Sociedade no tempo dos Vikings. Vikings, 800-1100 d. C.*, por Richard N. RINGLER, tradução de Paulo Emílio Pires, «Vida e Sociedade», Time Life/Editorial Verbo, Lisboa, 2002; *Vikings, Raiders from the North*, Time Life, Londres, 2004.

¹⁰ Entre vasta bibliografia, v. MARQUES, Alfredo Pinheiro – *Portugal e o descobrimento europeu da América. Cristóvão Colombo e os portugueses*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.

¹¹ É de grande interesse para o conhecimento dos Corte-Real: LARSEN, Sofus – *The discovery of North America twenty years before Columbus*, Copenhagen, Levin & Munksgaard/Hachette, Copenhagen/Londres, 1925.

¹² LOPES, Marília Simões – «Álvaro Martins Homem», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 499.

Contudo, a Inglaterra, a França e a Espanha também promoveram algumas tentativas de atingir a costa nordeste do continente americano, explorando toda a Terra Nova, como foi o caso de Giovanni Cabot, ou John Cabot¹³ [c. 1450-1499], de Sebastian Cabot¹⁴ [c. 1474-1557] ou Jacques Cartier¹⁵ [1491-1557], entre outros navegadores mencionados neste *Ensaio*¹⁶. As condições meteorológicas do Atlântico Norte não eram favoráveis a uma navegação directa, a um rumo oeste, desde a Grã-Bretanha até ao continente americano, mas os navegadores ingleses há muito que conheciam as rotas entre as ilhas Faroé e a Islândia. Aqui praticava-se desde há muito a pesca do bacalhau, sobretudo nas vastas zonas piscatórias entre a Groenlândia e a Nova Inglaterra, mas só se dispunham de informações superficiais que pouco acrescentariam ao conhecimento geográfico de então:

Em quanto os Portuguezes, no Reinado do Sr. Rei D. Manoel, affrontavão as tormentas do Cabo da Boa Esperança; reconhecião, e pela primeira vez circum-navegavão toda a Costa d’Africa, e se empegavão no grande golfo da India; espalhando pelo Mundo, com a gloria dos seus descobrimentos navaes, a noticia do novo caminho que tinham aberto para o Oriente¹⁷: em quanto, desde o

¹³ HARRISSE, Henry – *Les Navigations Terre-Neuviennes de Jean & Sébastien Cabot. Lettre au Révérend Léonard Woods...*, Imprimerie de E. Donnaud, Paris, 1869; IDEM – *Jean et Sébastien Cabot, leur origine et leur voyages. Etude d’Histoire critique...*, Imprimerie de Ernest Leroux, Paris, 1882.

¹⁴ WILLIAMSON, James A. – *The Cabot Voyages and Bristol Discovery under Henry VII*, Cambridge University Press, Cambridge, 1962; HARRISSE, Henry – *John Cabot, the discoverer of North America, and Sebastian his son*, Argosy-Antiquarian Ltd, Nova Iorque, 1968.

¹⁵ RAMSAY, Cook – *The Voyages of Jacques Cartier*, University of Toronto Press, Toronto, 1993.

¹⁶ MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de – *op. cit.*, pp. 308-311.

¹⁷ PERES, Damião – *História dos Descobrimentos Portugueses*, «Colecção Henriquina», Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960; IDEM – *História dos Descobrimentos*

Tejo até ao Indo, quasi todos os Povos se tinham feito tributarios da Coroa Portugueza, e a as outras Nações Europeas estão obrigadas a vir ao porto de Lisboa prover-se das nossas especiarias¹⁸, e applaudir com inveja os nossos triunfos: outros navegadores também Portuguezes, não contentes com seguir os vestigios de seus contemporaneos, intentarão huma empresa igualmente nova e atrevida¹⁹; a qual talvez por não ter tido hum exito tão feliz como a primeira, mereceo pouco a attenção dos antigos, e foi depois deixada em esquecimentos pelos modernos, que quizerão attribuir ás suas Nações descobrimentos, que propriamente nos pertencem: objecto que em parte conseguirão facilmente, por ter havido pouco quem revendique estes trofeos de nossos Maiores²⁰.

E na verdade, se alguns Escritores tem forcejado por despossar-nos da originalidade daquelles descobrimentos, a favor da qual temos o voto unanime de authoridades coevas²¹, e pelo espaço de trezentos annos se attribuirão quasi constantemente aos Portuguezes o que succederá quando as provas e documentos em nosso abono são em pequeno numero²², e pouco conhecidas? Neste caso hum silencio, mais fatal que as dúvidas da critica, será o fructo dos nossos trabalhos; e este destino, por certo não

Portugueses, Vertente, Porto, 1991; FONSECA, Luís Adão da – *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico. Séculos XIV-Século XVI*, CNCDP, Lisboa, 1999.

¹⁸ Permanece uma referência: GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vols. I-III, 1963; *Lisboa e os Descobrimentos. 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*, dirigida por Michel Chandeigne, 2.^a edição, tradução de M.^a Filomena Duarte, Terramar Editores, Lisboa, 2002.

¹⁹ BRASÃO, Eduardo – *A Descoberta da Terra Nova*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1965.

²⁰ SANTARÉM [2.º] Visconde de – *Prioridade dos Descobrimentos Portugueses*, «Colecção Henriquina», Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.

²¹ Alusão e reverência a SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre a novidade da Navegação Portugueza no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Segunda, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1814, pp. 327-364.

²² O Autor propugna uma defesa da prova documental, na linha de António Ribeiro dos Santos.

merecido, estava reservado aos nossos Corterreães²³, que corrião os mares do Norte, quasi ao mesmo tempo que Vasco da Gama navegava pelos do Sul, e buscavam huma passagem ás Indias pelo Polo Artico²⁴, quando realmente se effeituava outra pelo Cabo da Boa Esperança²⁵.

Recordando a façanha histórica de Gaspar Corte-Real, navegador ao serviço de D. Manuel I e do qual, embora muitos dados biográficos sejam dúbios, era filho do navegador João Vaz Corte-Real, com quem terá começado a percorrer os mares, tendo, por volta de 1500, realizado uma viagem por sua iniciativa. Não sendo claro qual o seu destino, tudo leva a crer que se tenha dirigido para ocidente. Realizou no ano seguinte uma segunda viagem nesse sentido, mas também não é conhecido o seu destino, julgando-se que terá perecido num naufrágio²⁶.

Apesar da escassez de dados documentais, terá explorado o extremo meridional da Gronelândia, dobrando o cabo Farewell e seguindo a costa até ao Estreito de Davis. Ao não expedir notícias, Miguel Corte-Real partiu de Lisboa com o objectivo de levar provimentos ao seu irmão Gaspar, mas foi obrigado a regressar devido ao clima

²³ *Os Corte-Reaes. Memoria historica acompanhada de muitos documentos ineditos*, introdução de Ernesto do CANTO, Typographia do Archivo dos Açores, Ponta Delgada, 1883; BRASÃO, Eduardo – *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1965; VAZ, Adérito Fernandes – *Tavira, terra dos Corte Reais: João Vaz Corte Real e a Terra dos Bacalhaus*, Jornal do Sotavento, Tavira, 2000.

²⁴ QUESADA, Pedro – *Passagem do Noroeste*, tradução de M.^a Leonor Buescu, Celbrasil, Lisboa, 1978.

²⁵ MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de – «Ensaio sobre os Descobrimentos, e Commercio dos Portuguezes em as Terras Sententrionaes da America», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Segunda, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1814, pp. 305-306.

²⁶ HARRISSE, Henry – *Gaspar Corte-Real: la date exacte de sa dernière expédition au Nouveau-Monde d'après deux documents inédits récemment tirés des archives de la Torre do Tombo à Lisbonne...*, Ernest Leroux, Paris, 1883; IDEM – *Découverte et évolution cartographique de Terre-Neuve et des pays circonvoisins*, H. Walter/Henry Stevens, Paris/Londres, 1900.

adverso. Em 1502, iniciou outra expedição, acabando por desaparecer misteriosamente. Segundo alguns investigadores, Miguel Corte-Real terá sido o autor das inscrições gravadas na “pedra de Dighton”²⁷ enquanto explorava as costas da Terra Nova, mas tal interpretação há muito que foi desacreditada:

Se porém estas razoes não mostram convincentemente, que a navegação de Cabotto he posterior á de Gaspar Corterreal²⁸, tornar-se-ha isto indubitavel quando se reflectir, que sendo o testemunho de Ramusio²⁹ o unico, ou para melhor dizer o mais authenticico, pelo qual se lhe fixa aquelle anno; he este mesmo Ramusio o que nos assegura [...] não já pelo que ouvio, mas pelo que concludio depois de todas as averiguações que pôde fazer, que Gaspar Corterreal fôra o primeiro que tentara pôr por obra

²⁷ DAVID, Dionísio – «Pedra de Dighton», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 355-356.

²⁸ IDEM – «Gaspar Corte-Real», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 301-302.

²⁹ “Nella parte del Mondo nuouo, che corre verso Tramontana, & Maestro, all'incontro del nostro habitabile dell'Europa, v'hanno nauigato molti Capitani, & il primo (per quel che si sà) fù Gasparo Corte reale Portoghese, che del 1500. v'andò con due Carauelle, pensando di trouar qualche stretto di mare, donde per viaggio più breue, che non è l'andare attorno l'Africa, potesse passare all'Isole delle specierie. esso nauigò tanto auanti, che venne in luogo, doue erano grandissimi freddi, & in gradi 60. di latitudine trouò vn fiume carico di neue, dalla quale gli dette il nome, chiamandolo Rio Neuado, nè gli bastò l'animo di passar più auanti: tutta questa costa, che corre dal detto Rio Neuado insin'al porto di Maluas leghe 200. ilqual è in gradi 56. la vidde piena di genti, & molto habitato: sopra laqual dismantato prese alcuni per menargli seco, scoperse anco molte Isole permezo la detta costa tutte popolate, a ciascuna delle quali diede il nome: gli habitanti sono huomini grandi ben proportionati, ma alquanto berrettini, & si dipingono la faccia, & tutto il corpo con diuersi colori per galanteria: portano manigli d'argento, & di rami, & si cuoprono con pelli cucite insieme di martori, & d'altri animali diuersi, il Verno le portano col pelo di dentro, & la State di fuori.” RAMUSIO, Giovanni Battista – «Discorso sopra la Terra Ferma dell'Indie Occidentali, dette del Laurador, de los Bacchalaos, & della nuoua Francia», in *Dell Navigazioni et Viaggi...*, vol. III, Giunti, Veneza, 1606, p. 437. GARCIA, José Manuel – «Giovanni Battista Ramusio», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 932-933.

a grande idéa de abrir hum caminho para a India, a travéz dos gelos do Polo Artico.

Os tres principaes Historiadores Portuguezes³⁰, que fallão desta expedição, Galvão³¹, Goes³², e Osorio³³ fazem o Capitão

³⁰ BROCHADO, Costa – *Historiôgrafos dos Descobrimentos*, «Colecção Henriquina», Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.

³¹ “Neste mesmo anno de 500. diz q pedio Gaspar corte real licença a el Rey Manoel pera yr descobrir a terra Noua. Partio da ilha terceira com dous nauios armados á sua custa, foy àquella clima que está debaixo do norte em cincoeta graos daltura. He terra que se agora chama de seu nome, tornou a saluamento á cidade de Lixboa. Fazendo outra vez este caminho, se perdeo o nauio em que elle hía, & o outro tornou a Portugal. Pola qual causa seu yrmão Miguel corte real foy em sua busca cõ tres nauios armados á sua custa. Chegados àquella costa, como virão muytas bocas de rios & abras, entrou cada hum pela sua, com regimento que se ajudase todos ate vinte dias do mes Dagosto: os dous nauios assi o fizerão. E vendo que não vinha Miguel corte real ao prazo, nem despois algum tempo, se tornarã a este Reyno, nem nyca mais delle se saber noua, nem ficar outra memoria, se não chamarse esta terra dos Corte reaes ainda agora.” GALVÃO, António – *Tratado dos Descobrimentos*, p. 94.

³² GÓIS, Damião de – «De quomo elRei mandou duas naos em busca dos corte Reaes, que se perderam indo a descobrir perá a banda do Norte», in *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel...*, cap. LXVI, pp. 87-88.

³³ “Hoc eodem anno alias duas naues misit Emmanuel in regiones sub Septentrionibus sitas, vt tentarent, possetne quiddã de casu, quo duo fratres, viri nobilis & impigri, aut mortui, aut capti fuerant, explorari. Res enim sic acciderat Gasper Corteregalis cùm esset egregiè fortis, & gloriæ cupiditate vehementer incensus, ad sui nominis memoriam posteris aliquo facto memorabili prodendam pertineve arbitratues est, aliquas terras incognitas peruestigare. [...] Anno autem M.D. Olysippone profectus, cursum in Septentrionalem plagam direxit. Ad terram que tãdem peruenit, quam propter singularem amœnitatem, viridem appellauit. Homines, vt ipse postea referebat, sunt barbari & inculti, colore candido: qui tamen color ætate propter magnitudinem frigoris infuscatur. Valent plurimùm celeritate, sunt iaculandi peritissimi: iaculis vtuntur in summo perustis, quibus coniectis hostes ita traijiunt, atque si ferro armata fuissent. Pellibus animantium vestiuntur, antra colunt, aut humiles casas stramentis tectas excitant, in quibus habitent. Nulla religione astricti sunt: auguria tamen sequuntur. Vxores legitimo sibi matrimonio copulât. De fide & pudicitia vxorum valdè solliciti sunt, cùm sint natura suspiciosi. Corteregalis in Portugaliã reuersus, cùm ad spem multò plura cognoscendi raperetur, rursus anno, M.D.I. se in eandem regionem contulit, vt latiùs littora illius omnia peruagaretur, & gentis mores & instituta perdisceret. Sed quid illi acciderit, aut quo fato absumptus fuerit, nunquam scripserunt. At frater illius Michael Corteregalis, qui magnum apud Regem locum tenebat, amore fraterno ductus, vt fratrem inquireret, anno, M.D.II. duas naues instruxit, quibus in easdem oras nauigaret. Sed necis is vltra comparuit. Emmanuel autem cùm homines nobiles, quos plurimi ob egregiam vtriusq; indolem faciebat, ita absumptos animaduertisset, id ægrè admodum tulit: & quod erat boni

della muito da privança do Sr. Rei D. Manoel, já desde o tempo em que era Duque de Béja³⁴. Criado pois na casa daquelle grande Principe, plenamente instruido das suas idéas e vastos conhecimentos, munido das instrucções que seu pai lhe podia communicar melhor do que ninguem³⁵, até a altura da *Terra nova*, dotado de hum animo capaz de superar as difficuldades e trabalhos, foi-lhe facil alcançar para a sua empresa huma licença, que se fez tanto mais graciosa, que o mesmo Monarca quis tomar parte nella, concorrendo com muitas das despesas necessarias³⁶.

Em a primavera do anno de 1500 desaferrárão do porto de Lisboa as duas embarcações, que para isto se tinham apparelhado, pois ainda que Galvão affirme que partirão da Ilha Terceira³⁷, parece que isto se não deve entender senão pela demora, que ali tiveram em quanto refrescavão, tomavam alguma gente, e Gaspar Cortereal dizia o ultimo adeos á sua familia, parte da qual se achava estabelecida naquella Ilha; daqui seguindo huma derrota, em parte huma só vez trilhada, em parte totalmente nova para os navegadores Portuguezes, abordarão a huma Costa situada

Principis officium nihil omittendum ratus est, ex quo posset intelligi, quo genere mortis obijssent, vel quibus custodijs arcerentur. Sed cùm naues omnia illa maria per agrarent, nihil de illorum exitu cognoscere potuerunt. Itaque & illi fratres periêre, & tellus simul nomen amisit, & pro tellure viridi, tellus Corteregalium appellari cœpit. Cùm verò alius eorum frater natu maior, nomine Vascus Ioannes Corteregalis, Regiæ præfectus, ali qua tenui spe de fratrum vita teneretur, eandem nauigationem suscipere instituit: sed fuit à Rege prohibitus, nè sine vllo fructu se in eundem casum demitteret.” OSÓRIO, Jerónimo – *De Rebus Emmanvelis...*, livro II, pp. 63-64.

³⁴ COUTINHO, Gago – «Ainda Gaspar Corte-Real...», separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 5-6, Sociedade Astória, Lisboa, 1950.

³⁵ LOPES, Francisco Fernandes – *Os Irmãos Corte-Real*, prefácio de António Fuzeta da Ponte, Instituto de Investigação Científica e Tropical/Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 1991.

³⁶ «Terra Nova through the Iberian looking glass: the Portuguese-newfoundland cod fishery in sixteenth century», separata de *The Canadian Historical Review*, vol. LXXIX, n.º 1, University Press, Toronto, Março 1998, pp. 100-117.

³⁷ GALVÃO, António – *ob. cit.*, p. 94.

para o Norte, a que pozerão o nome de *Terra verde*³⁸. O mesmo Galvão marca (ainda que com pouca exactidão) a posição della em 50 grãos³⁹, e os outros dois, principalmente Goes, descrevem as qualidades do Paiz⁴⁰, e alguns usos dos seus habitantes⁴¹.

Posteriormente, Vasqueannes Corte-Real⁴² [?-?], irmão dos anteriores navegadores, solicitou permissão à Coroa para continuar as buscas pelos desaparecidos, mas D. Manuel I não lho autorizou. A partir de então, as viagens à Terra Nova passaram a ser frequentes e com interesses comerciais que nada tinham a ver com a procura de um acesso para a Ásia. Portugal consolidava a rota do cabo da Boa Esperança para a Índia e os navios que buscavam o noroeste do Atlântico dedicavam-se, quase em exclusivo, à pesca do bacalhau.

A presença portuguesa na região intensificou-se, pois desde 1504 as representações cartográficas da Terra Nova estão repletas de to-

³⁸ Sobre a Terra Nova e a Terra Verde: SORI, António Filipe Marx de – «Descobrimientos dos Portuguezes nos seculos XV e XVI», in *Archivo Pittoresco*, vol. IX, 1867, pp. 79-80.

³⁹ GALVÃO, António – *Idem, ibidem*.

⁴⁰ «Nesta viagem descobrio, perà quella banda do Norte, huma terra que por ser muito fresca, & de grandes arvoredos, como o sam todas as que jazem perà quella banda, lhe pos nome terra verde. A gente da qual he muito barbara, & agreste quasi do modo dos da terra de sancta Cruz, senam que sam aluos, & tam cortidos do frio, que a alvura se lhes perde com a idade, & ficam como baços. Sam de corpo meaos, muito legeiros, & sam grandes frecheiros, servemse de paos tostados em lugar de azagaias, com que ferem de arremesso como se fossem forrados de aço fino, vestemse de pelles de alimarias, de que na terra ha muitas. Vivem em cauernas de rochas, & choupanas, nam tem lei, crem muito em agouros: guardam matrimonio, & sam muito ciosos de suas molheres, nas quaes cousas se parecem com os Lapos q tambem viuem debaixo do Norte, de lxx ate lxxxv graos sujeitos aos Reis da Noroega, & Suecia, aos quaes pagam tributo, ficando sempre em sua gentilidade, por falta de doctrina [...]» GÓIS, Damião de – *ob. cit.*, p. 87; OSÓRIO, D. Jerónimo – *ob. cit.*, pp. 63-64.

⁴¹ MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de – «Ensaio sobre os Descobrimientos, e Commercio dos Portuguezes em as Terras Sententrionaes da America», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 311-312.

⁴² DAVID, Dionísio – «Vasque Anes Corte-Real», in *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. I, p. 305.

pónimos portugueses, alguns dos quais ainda existem ou adaptados para a língua anglo-saxónica. Desde então, as principais actividades da população residente continuam a ser a pesca e a exploração mineira. Deste modo, a relevância comercial deste circuito comercial deveria ser novamente reivindicada, princípio que Sebastião Francisco de Mendo Trigoso defendeu, a bem da economia mercantil portuguesa:

E não pareça que era sómente ao mar da *Terra nova*, que neste tempo reputavamos ter direito⁴³; ainda mesmo que ignoremos se prosperou a Colonia, para ali mandada no principio deste estabelecimento⁴⁴; he fóra de toda a dúvida, que hum systema analogo ao que seguimos nas outras partes, aonde tinhamos trato mercantil, devia ter ali feito estabelecer huma ou mais Feitorias, não só para prover as necessidades da nossa marinha, mas para proteger hum local proporcionado a hum tão grande trafico⁴⁵. Foi sem dúvida para exprimir isto mesmo, e a pacifica posse em que estavamos, ao menos de huma porção daquelle territorio,

⁴³ CARVALHO, Filipe Nunes de – «Terra Nova», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 1026-1028.

⁴⁴ ALBUQUERQUE, Luís de – «Gaspar Corte-Real. A permanência das viagens para ocidente», in *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses. Séculos XV e XVI*, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1987, pp. 149-156; IDEM – *Os Descobrimentos Portugueses*, Publicações Alfa, Lisboa, 1985.

⁴⁵ «Os portuguezes foram tambem os primeiros pescadores de bacalhau na Terra Nova. Seus navios precederam os dos armadores francezes e inglezes, cujas redes desde 1504 nunca mais haviam deixado de mergulhar nas aguas da costa oriental e meridional. O centro mais notavel do trafico era já Aveiro, uma das mais populosas e ricas villas maritimas de Portugal no seculo XIV. A commodidade da sua barra, então excellente, e a vizinhança de muitas e boas marinhas de sal animavam o commercio em larga escala dos productos da pesca. [...] A dizima do pescado da Terra Nova constituia em 1506 avultado subsidio para o fisco, e em 1578 não menos de cincoenta navios, sommando todos mais de tres mil toneladas, empregavam suas tripulações em tão vantajosa exploração. É provavel que, alem da colonia de Aveiro estabelecida perto do grande banco, outras feitorias se levantassem, tanto para acudir ás necessidades dos mareantes, como para assegurar a defeza e protecção de seus interesses.» SILVA, Luís Augusto Rebelo da – *Historia de Portugal nos Seculos XVII e XVIII*, vol. IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1869, pp. 547-548.

que em alguns Mappas que ainda existem⁴⁶, e principalmente em hum, feito em 1563 por Lazaro Luis⁴⁷, o qual se conserva em o Cartorio da Academia⁴⁸, se desenha huma porção da Costa da *Terra nova, onde se pescão os bacalhãos*, não só com muitos nomes Portuguezes, mas com o Estendarte das Quinas, fluctuando dentro daquelle Paiz⁴⁹.

Com bem sentimento conhecemos, que tão grande prosperidade passou como hum sonho: hum genero, que fazia grande parte do anno o principal sustento do povo, e em cuja extracção, preparação, e commercio, achavão subsistencia hum grande numero de indivíduos, cahio de todo nas mãos dos Estrangeiros, a quem somos obrigados a comprallo a peso d'ouro⁵⁰. As revoluções politicas conspirarão com as revoluções da Natureza, para nos fazer perder o fructo de todas as nossas fadigas⁵¹. Ao pesado dominio dos Filippes⁵²; á aniquilação da nossa Marinha de Guerra e Mercante,

⁴⁶ PEREIRA, Moacyr Soares – «O Novo Mundo no planisfério da Casa de Este, o <Cantino>», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXV [s. n.], Coimbra, 1990, pp. 286-287.

⁴⁷ «Lazaro Luis», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. V, p. 169; ALBUQUERQUE, Luís de – «Lázaro Luís», in *Diccionario de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, p. 629.

⁴⁸ CORTESÃO, Armando – *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*, vol. II, Seara Nova, Lisboa, 1935, pp. 243-251; *Portugalie Monvmenta Cartographica*, edição de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, vol. II, Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960, pp. 211-226; *Atlas de Lázaro Luís (1563). Códice da Academia das Ciências de Lisboa*, edição literária de Luís de Albuquerque, M.^a Catarina Santos e M.^a Pilar de Torres Luna, ACL, Lisboa, 1991.

⁴⁹ MATOS, Luís Semedo de – «O Atlântico Noroeste e a Terra Nova (Terra dos Corte Reais)», in *Oceanos. Terra Nova. A epopeia do bacalhau*, direcção de Joaquim Romero de Magalhães, n.º 45, CNCDP, Lisboa, Janeiro/Março 2001, pp. 8-20.

⁵⁰ KURLANSKY, Mark – «A corrida ao bacalhau», in *O Bacalhau, biografia do peixe que mudou o mundo...*, tradução de João Manuel Pinheiro, «Pequena História», n.º 13, Terramar, Lisboa, 2000, pp. 49-56.

⁵¹ Entre outras referências: *História de Portugal. Glória e declínio do Império – de D. Manuel I ao domínio dos Filipes*, por Newton de MACEDO, coordenação de José Hermano Saraiva, vol. IV, QuidNovi, Porto, 2004.

⁵² OLIVEIRA, António de – *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, DIFEL, Lisboa, 1991; BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal*

e ás desastrosas guerras de Hollanda⁵³; juntou-se a decadencia da Barra de Vianna⁵⁴, e a perdição da de Aveiro⁵⁵: o seu commercio, até mesmo a sua população soffrêrão tanto, que em 1690 pouco mais se conservava⁵⁶, do que a lembrança de huma opulencia já de todo extincta: porém ainda neste tempo a maior parte dos Geografos Estrangeiros se servião dos nomes Portuguezes para descrever a Costa da *Terra nova*: isto mesmo foi desaparecendo pouco a pouco; as outras Nações, que não dormem sobre os seus interesses, se aproveitarão do letargo em que a força das circumstancias tinha sepultado a nossa; e apoz a perda de tantos lucros, seguiu-se a da memoria das emprezas dos Portuguezes daquelle memoravel Seculo, e o nome dos Corterreaes ficou quasi de todo desconhecido⁵⁷.

A pesar de tudo não se abandonou o projecto que tinha dado origem a estas nossas viagens. Se dessemos credito a alguns Autores, serão os Portuguezes os que achassem esta nova Pedra Filosofal⁵⁸, do caminho ás Indias pelo Norte da America, que tanto trabalharão até aos nossos dias as Nações Maritimas da

no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668), prefácio de António Manuel Hespanha, tradução de Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, «Cosmos História», n.º 34, Edições Cosmos, Lisboa, 2000.

⁵³ PEDROSA, Fernando Gomes – *O Declínio do Poder Naval Português. A Marinha, o Corso e a Pesca nos inícios do século XVII*, CMC, Cascais, 2009.

⁵⁴ MOREIRA, Manuel – «A acção dos vianenses na descoberta e colonização do Atlantico», in *Os Mareantes de Viana e a construção da Atlantidade*, CMVC, Viana do Castelo, 1995, pp. 233-245.

⁵⁵ Acerca das obras na barra de Aveiro entre 1812 e 1814: CARVALHO, Luís Gomes – «Memoria descriptiva ou noticia circunstanciada do Plano e processo de effectivos Trabalhos Hydraulicos empregados na Abertura da Barra de Aveiro...», in *Jornal de Coimbra*, vol. VII, n.º XXXII, parte I, 1814, pp. 49-83.

⁵⁶ AMORIM, Inês – «A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal – entre a Ilustração e o Liberalismo», in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. I, pp. 153-164.

⁵⁷ VIDAGO, João – «Os Corte-Real e os seus objectivos geográficos (1500-1502)», separata de *Studia*, n.º 15, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1965, pp. 123-140.

⁵⁸ Sublinhado nosso, realçando o sentido hermético. ROOB, Alexander – *Alquimia & Misticismo*, tradução de Teresa Curvelo, Taschen, Colónia, 2001.

Europa⁵⁹, principalmente a Inglaterra. Não he do nosso assumpto referir as diligencias dos Capitães Midelleton⁶⁰, Smith⁶¹, Moore⁶², e ultimamente do celebre Philipps⁶³ nesta tentativa, que até agora

⁵⁹ O Autor indica duas obras estrangeiras defensórias das navegações portuguesas: “Esta es la de un viage del Capitan *Don Lorenzo Ferrer Maldonado* em 1588, desde las costas de España al estrecho de *Anian*, siendo su Piloto *Juan Martinez* natural del Algarve. Salió de Lisboa dirigiendo su rumbo por el Nord este á la sierra de *Labrador*; y pasando el estrecho de *Davis* logró desembocar á los 75 grados de latitud en el mar Glacial: baxó navegando al Ouest quarta al Sud-este; y se halló en el estrecho de *Anian*, que segun su diario, dista de España 1750 leguas por aquella navegacion; y desembocó en la mar del Sur á los 60 grados. A la ida hizo la travesia del estrecho en Febrero, y pasó su desembocadero en Marzo; por lo que padeció muchísimo frio, obscuridad, y yelo en las orillas: pero jamas halló la mar helada. A su regreso, que fue en Junio y Juliò, gozó muy buen tiempos y desde que cortó el círculo Artico á los 66 grados y 30 minutos, hasta que le volvió á cortar en medio del estrecho de *Labrador*, jamas desapareció el sol del horizonte, y sintió bastante calor. El derrotero está circunstanciado con las correspondientes relaciones de las corrientes, de las mareas, de los fondos, de los vientos, de la vista de las costas de Asia, y de los rumbos y costas de América. En algunos puntos parece hallarse algo conforme con las observaciones del referido viage de Cook, en otros difiere prodigiosamente: por exemplo, pone el estrecho en 60 grados, quando sabemos que está en los 66: diferencia ben notable.” MALO DE LUQUE, Eduardo – «Discurso final tocante a los referidos descubrimientos del Norte: noticia del antiguo viage del Capitan Ferrer Maldonado; reflexiones sobre éste y los mencionados viages modernos», in *Historia Política de los Establecimientos Ultramarinos de las Naciones Europeas*, vol. IV, D. Antonio de Sancha, Madrid, 1788, cap. XXIV, pp. 584-585. É de referir outra passagem: “Les nouvelles découvertes que j’ai faites sur le passage de la Chine par le nord de l’Europe, & donc Monseigneur m’ordonne de lui rendre compte, sont, qu’un vaisseau nommé le Père éternel, comande par le capitaine David Melguer Portugais, partit du Japon le 14 mars vers l’na 1660; & faissant route le long de la côte de Tartarie, il courut au nord jusques vers 84°. de lat. d’ou il reprit sa route entre Spitzberg & le vieux Groenland; & passant par l’ouest de l’Ecosse & d’Irlande, il fit son retour à Porto en Portugal, où un matelot du Havre de grace dit avoir vù, il y a environ 28 ans, ce vaisseau le Père éternel, & le capitaine Melguer qui mourut en ce tems-là, & dout ce matelot vit les funéraille. J’ai fait écrire en Portugal pour avoir s’il se pout le journal de cette navigation.” BROSSES, Charles de – *Histoire des Navigations aux Terres Australes...*, vol. I, Chez Durand, Paris, 1756, p. 77.

⁶⁰ *A Vindication of the Conduct of Captain Christopher Middleton, in a Late Voyage on Board His Majesty’s Ship the Furnace. For Discovering a Nort-West Passage to the Western American Ocean...*, Ian Jackson, Dublin, 1744.

⁶¹ NEVES, M.^a Paulo Martins das – *Captain John Smith: o desejo de América*, dissertação de mestrado em Estudos Americanos, FSCH-UNL, Lisboa, 1996.

⁶² MOORE, Francis – *A Voyage to Georgia. Begun in the Year 1735...*, Jacob Robinson, Londres, 1744.

⁶³ Sobre as explorações de John Philipps, v. O’REILLY, Bernard – *Greenland, the adjacent Seas and the North-West Passage to the Pacific Ocean...*, James Eastburn and Co., Nova Iorque, 1818, pp. 55-56.

ficou frustrada: a viagem deste ultimo, combinada com a terceira que fez o immortal Cook⁶⁴, parecem bastantes para fazer ver a impossibilidade de semelhante descobrimento por aquelle lado do Globo⁶⁵.

A procura de novas rotas marítimas estimulou a edificação das economias europeias e afastado o rival napoleónico após a batalha de Trafalgar [1805], a Inglaterra dominaria os mares até às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Com o progresso da Revolução Industrial que se avizinhava, os fluxos comerciais mundiais exigiriam rotas e itinerários mais rentáveis, daí o interesse em conhecer devidamente a Passagem do Noroeste. Assim, o Autor renderá homenagem às viagens de James Cook [1728-1779] e as principais expedições efectuadas, mantendo-se um assunto pautado pela maior actualidade⁶⁶ no dealbar do terceiro milénio.

*

Finalmente, a última das 55 *Memorias* que compõem as *Memorias de Litteratura Portugueza* foi consagrada à vida e obra do quase ignorado Martin Behaim⁶⁷ [Nuremberga, 1459-Lisboa, 1507], conhe-

⁶⁴ É de leitura curiosa: *Methodo do Capitão Cook, com o qual preservava a saude dos seus marinheiros*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1795; *Viagem do Capitão Cook á roda do mundo no navio de Sua Magestade, a diligencia*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1819.

⁶⁵ MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de – «Ensaio sobre os Descobrimentos, e Commercio dos Portuguezes em as Terras Sententrionaes da America», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 323-326.

⁶⁶ Alguma bibliografia actualizada: WATERMAN, Jonathan – *Arctic crossing a journey through the Northwest Passage and Inuit Culture*, Knopf, Nova Iorque, 2001; WILLIAMS, Glyndwr – *Voyages of Delusion. The Quest for the Northwest Passage*, Yale University Press, New Haven, 2003; HUNTFORD, Roland – *Two Planks and a Passion: the Dramatic History of Skiing*, Continuum Books, Londres, 2009.

⁶⁷ POHLE, Jürgen – *Martin Behaim (Martinbo da Boémia): factos, lendas e controvérsias*, coordenação de M.^a Manuel Gouveia Delille, «Cadernos do CIEG», n.º 26, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos/Minerva, Coimbra, 2007.

cido entre os nossos autores por Martim, ou Martinho, da Boémia. Aqui seria evidenciada a sua participação no campo da Cartografia portuguesa⁶⁸ – é famoso o *Erdapfel* [ou “Maçã do Mundo”], o globo terrestre que fabricou –, e a sua experiência atlântica, sem deixar de referir a sua ingerência no arranque da colonização do Faial, nos Açores⁶⁹.

Retomando a publicação de trabalhos historiográficos com novas abordagens metodológicas, onde sobressaía a contestação, ou corroboração, de autores estrangeiros, esta *Memoria* contou com a supervisão de António Ribeiro dos Santos, ainda que Sebastião Francisco de Mendo Trigo discordasse daquele erudito em alguns pormenores. Por conseguinte, alude às razões porque este aventureiro alemão subsistia uma personagem polémica na História dos Descobrimentos. Pela cientificidade e o debate que ocasionou no seio da Academia Real das Ciências, esta *Memoria* conserva-se actualíssima⁷⁰.

Os Behaim pertenciam à classe burguesa de Nuremberga e prosperaram com o comércio internacional, pelo que não seria de admirar a formação mercantil de Martin Behaim, a qual começou nos Países Baixos, particularmente localizada em Antuérpia. Encontrava-se familiar e profissionalmente ligado aos Hirschvogel⁷¹,

⁶⁸ CRONE, Gerald R. – «Martin Behaim, navigator and cosmographer: figment of imagination or historical personage?», separata de *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. II [s. n.], Lisboa, 1961.

⁶⁹ SERPA, António Ferreira de – *Os Flamengos na Ilha do Faial. A Família (Utra)*, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa, 1929, pp. 27-28.

⁷⁰ «Martinho de Boémia ou Martim Behaim», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, pp. 820-821; PERES, Damião – «Martin Behaim», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. III, cols. 898-899; ALBUQUERQUE, Luís de – «Martim de Behaim», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp. 321-322; AMADO, M.^a Teresa – «Martin Behaim», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 127-128.

⁷¹ Sobre o papel desta família no comércio internacional da pimenta, v. PEDREIRA, Jorge M. – «Mercadores e formas de mercantilização», in *O Tempo de Vasco da Gama*, direcção de Diogo Ramada Curto, CNCDP/Difel, Lisboa, 1998, p. 171.

uma das casas comerciais de Nuremberga financiadoras do comércio das especiarias.

Em resultado destes contactos comerciais, Martin Behaim partiria para Portugal em meados de 1484 e, perante as suas credenciais, seria armado cavaleiro por D. João II em Alcáçovas [1485]. Logo após, faria parte de uma missão à costa ocidental de África⁷², capitaneada por Diogo de Azambuja [1432-1518], embora esteja por provar cabalmente a sua participação noutra viagem capitaneada por Diogo Cão⁷³ [?-?]. Ainda na década de 1480 contraiu matrimónio com Joana de Macedo [?-?], filha do flamengo Josse van Hurtere [1430?-1495], primeiro capitão-donatário das ilhas do Pico e Faial, e de Brites de Macedo [?-1531], do qual nasceria um filho com o mesmo nome paterno [1489]⁷⁴.

Em 1490, Martin Behaim regressaria a Lisboa e daí seguiria uma última vez para Nuremberga, onde permaneceria até 1493. Aproveitou a estadia na sua cidade natal para fazer o célebre *Erdapfel*, o mais antigo globo terrestre ainda existente, coadjuvado por Ruprecht

⁷² “Manda então construir uma armada adequada a tamanha missão, e põe no seu comando Diogo de Azambuja, homem ilustre pelo seu saber e experiência de guerra. E, para que se pudesse navegar o mar desconhecido com menor perigo de errar, incumbe os seus médicos Rodrigo e José, e também Martinho de Boémia, matemáticos competentíssimos desse tempo, de, trocando entre si conhecimentos, inventarem algo com que os mareantes dirigissem mais seguramente o curso dos navios mesmo no vasto e novo Oceano, por forma que, perdendo até as estrelas conhecidas e os litorais percorridos, pudessem dalgum modo saber em que parte do céu e do mar estavam. Após indefeso estudo e longa meditação, esses homens passaram para a arte de navegar o astrolábio, instrumento que antes apenas servia a Astronomia, dando-lhe assim uma aplicação mais útil, com grande proveito para os navegadores. Este benefício não pode a Europa inteira negar que se deve a João.” *Vida e Feitos de D. João II*, de Manuel Telles da SILVA [Marquês de Alegrete], introdução, tradução e notas de Miguel Pinto de Meneses, INCM, Lisboa, 1998, pp. 94-95.

⁷³ PERES, Damião – «Suposta colaboração de Martin Behaim nos Descobrimentos de Diogo Cão», in *História dos Descobrimentos Portugueses*, Portucalense Editora, Porto, 1943, pp. 201-210.

⁷⁴ OLIVEIRA, J. M. Pereira de – «Martin Behaim», separata de *Studim Generale*, n.º 6, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1960; IDEM – *Trabalhos de Geografia e História*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1975, pp. 76-78.

Kolberger⁷⁵ [1470-1505]. Após uma breve paragem no regresso a Portugal, logo visitaria os Países Baixos como enviado de D. João II e representante do seu sogro em negócios tocantes ao açúcar. Embora possuísse morada permanente nos Açores, perde-se o rasto de Martin Behaim até algum tempo antes da sua morte. Sabe-se que se encontrava em Lisboa, onde morreu doente e completamente arruinado, a 29 de Julho de 1507:

Os Escritores, que fallarão de Martim de Bohemia, diversificação muito a respeito do lugar do seu nascimento; Robertson⁷⁶ o faz nascido em Portugal, Herrera⁷⁷ na Ilha do Fayal, Christovão Cælario⁷⁸ o reputa natural de Krumlau na Bohemia, e os nossos Historiadores dizem em geral que era Alemão: com effeito está hoje demonstrado, que elle nasceo na Cidade de Nuremberg, onde ainda nos nossos dias se conservavão restos daquela familia, em

⁷⁵ MURIS, Oswald – *Der “Erdapfel” des Martin Behaim*, Ferd. Dummlrs Verg, Berlim, 1943.

⁷⁶ “The Spaniards are not the only people who have called in question Columbus’s claim to the honour of having discovered America. Some German authors ascribed this honour to Martin Behaim, their countrymen. He was of the noble family of the Behaims of Schwartzbach, citizens of the first rank in the Imperial town of Nuremberg. [...] From his map, the imperfection of cosmographical knowledge at that period is manifest. Hardly one place is laid down in its true situation. Nor can I discover from it any reason to suppose that Behaim had the least knowledge of any region in America.” ROBERTSON, William – *The History of America*, vol. I, Cadell and Davies, Londres, 1812, pp. 367-368.

⁷⁷ “[...] Don Christoval Colón, primer Almirante de las Indias, aviendo vivido muchos Años avecindado, y casado en España: con el consejo de Martin de Bohemia, Portuguès, Natural de la Isla del Faial, famoso Astrologo; i en especial Judiciario, i de otros, con quien lo comunico, diò principio al Descubrimiento de la Quarta parte, que oi se quenta del Mundo, i la maior de todas [...]” TORDESILLAS HERRERA, Antonio de – *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas i Tierra Firme del Mar Oceano. Descripción de las Indias Occidentales*, Oficina de Nicolas Rodriguez Franco, Madrid, 1730, p. 2.

⁷⁸ “[...] cynofuram cæli secutus videatur, quam Martini Behaimi, ex Bohœmia Crumlaviensis, antiquiorem præcursionem.” CELARII, Christophe – *Historia Vniversalis, breviter ac perspicue exposita, Antiquam, et Medii Aevi ac novam devisam...*, Bielckius, Iena, 1730, p. 203.

cujo poder existem os documentos authenticos, d'onde algumas destas noticias são tiradas⁷⁹.

Seu pai chamava-se tambem com o mesmo nome, e descendia de huma antiga linhagem Alemã; tinha elle casado em Nuremberg com huma Senhora, por nome Agnes Scopper de Schoppershof, e desta união nascerão huma filha, e cinco filhos; o mais velho dos quaes foi este de quem tratamos, que veio ao mundo em os fins do anno de 1430⁸⁰. [...]

Sabe-se por este testemunho, que os primeiros annos da vida de Martim de Bohemia forão empregados no Commercio, profissão muito honrosa naquelles tempos, e em que se empregavam grande parte das familias mais illustres; mas não lhe impedio isto applicar-se ás letras, nem mesmo a fazer nellas progressos muito consideraveis. [...]

Em 1474 falleceo o Pai de Martim de Bohemia; e de 8 de Junho de 79 data a ultima carta deste para seu Tio⁸¹; era ella escrita de Anvers, onde nesse tempo as cousas de Portugal estavam muito em voga⁸², não só pelos Soberanos daquelle Paiz serem proximos parentes da Real Casa Portugueza⁸³, mas porque faziamos alli

⁷⁹ Esta obra é fulcral em toda a *Memoria*: MURR, Christoph Gottlieb von – *Histoire Diplomatique du Chevalier Portugais Martin Behaim de Nuremberg, avec la description de son globe terrestre*, tradução do alemão para o francês de H. J. Jansen, 3.^a edição, revista e aumentada, Chez Treuttel et Würtz, Paris, 1802.

⁸⁰ Esta data é errónea, sendo consentâneo que tenha nascido em 1459.

⁸¹ “Le frère de son père, nommé Léonard Behaim, conseiller de la ville de Nurenberg, y mourut en 1486. C’est avec cet oncle que notre Martin Behaim a tenu pendant vingt-quatre ans une correspondance de lettres. Le fils de Léonard Behaim, appelé Michel Behaim, né en 1459, mourut sénateur de la ville de Nurenberg en 1511. C’est chez lui que demeura Martin Behaim lorsqu’il se trouva à Nurenberg en 1491 & 1492.” JANSEN, Henri – «Notes historiques sur la famille & la vie de Martin Behaim...», in *Recueil de Pièces Intéressantes concernant les Antiquités, les Beaux-Arts, les Belles-Lettres, & la Philosophie...*, vol. II, Chez Barrois, Paris, 1787, p. 299.

⁸² ALMEIDA, A. A. Marques de – *Capitais e Capitalistas no comércio da especiação. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549): aproximação a um estudo de Geofinança*, Cosmos, Lisboa, 1993.

⁸³ MARTINS, M.^a Odete Sequeira – *D. Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha (1397-1471)*, «Rainhas e Infantas de Portugal», Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2011.

hum commercio consideravel, e era frequente a emigração dos Flamengos para o nosso Reino, e para as Ilhas dos Açores: he mesmo provavel que desde então datasse a amizade entre elle e Job de Huerter, a quem os nossos chamarão Jos de Utra, [...]. O que he certo he, que ou fossem estes, ou outros quaesquer motivos que o obrigassem, nesta occasião he que elle se resolveo a passar a Portugal, onde chegou estando ainda no throno o Sr. D. Affonso V., isto he antes de Agosto de 1481⁸⁴. [...]

Entretanto porém que isto não tinha lugar, não estava ocioso o seu espirito, antes pelo contrario buscava todos os meios de aperfeiçoar a Arte da Navegação: os Mathematicos, e Cosmographos do seu tempo tinham a certeza de receber delle hum acolhimento honroso; e Martim de Bohemia, ainda que não tivesse outro titulo, senão o de discipulo de Monte Regio⁸⁵, podia estar seguro de fazer a sua fortuna⁸⁶.

Embora a sua participação nos Descobrimentos não esteja definida em toda a sua plenitude, tal como Sebastião Francisco de Mendo Trigoso recordou, importava divulgar a importância do globo de Martin Behaim, praticamente desconhecido à época [e não só] em Portugal. Apesar de representar o mundo nos preceitos pré-colombianos, é revelador dos enormes contributos da Expansão portuguesa para uma nova *imago mundi*, ocasionando uma discussão erudita alargada, especialmente em Nuremberga, e nas esferas intelectuais

⁸⁴ Aparenta, contudo, só ter vindo para Portugal após 1484, segundo é defendido por SILVA, Luciano Pereira da – *Obras Completas*, vol. II, Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra/Agência Geral das Colónias, Coimbra/Lisboa, 1945, p. 327.

⁸⁵ Sobre a hipotética instrução de Johann Müller Königsberg [1436-1476], também conhecido por *Regiomontano*, a Martin Behaim, v. CAMPOS, Carlos Alberto – «Technology, Scientific Speculation and the Great Discoveries», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII [s. n.], Coimbra, 1985, pp. 515-518.

⁸⁶ MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de – «Memoria sobre Martim de Bohemia», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1814, pp. 367-369.

germânicas. É considerado um dos primeiros globos cartográficos, visto não existir notícia de anteriores representações em forma de globo⁸⁷, o qual demonstrava indubitavelmente o conceito da esfericidade do planeta.

Nesta discussão, até o imperador Maximiliano I de Habsburgo [1459-1519] tomaria parte, como documenta uma epístola do humanista alemão Hieronymus Münzer [1437-1508] a D. João II, datada de 1493, na qual era proposto ao rei de Portugal uma expedição conjunta, via ocidente, com destino a Cataio, onde se esperava encontrar as prometidas terras das especiarias⁸⁸. Não se sabe em quantas expedições marítimas Martin Behaim terá participado, mas, pelas indicações que se encontram no referido globo e outras fontes, deve ter visitado o Golfo da Guiné e participado na luta contra os muçulmanos. Conheceu, obviamente, quase todo o arquipélago dos Açores, onde o prendiam laços familiares. Independentemente da sua intervenção pessoal⁸⁹ nos Descobrimentos, é de reconhecer que Martin Behaim simboliza a primeira estirpe de comerciantes germânicos estabelecidos em Portugal, os quais foram extremamente importantes para o progresso das relações luso-alemãs⁹⁰ nos séculos XV-XVI:

Os Authores que escrevêrão a sua Historia, ao menos a maior parte, fundados em hum supposto documento de Nuremberg,

⁸⁷ MARQUES, Alfredo Pinheiro – *Origem e desenvolvimento da Cartografia portuguesa na época dos Descobrimentos*, introdução de Luís de Albuquerque, «Estudos Portugueses», INCM, Lisboa, 1987, pp. 220-222.

⁸⁸ OTTO [?] – «Nouvelles Recherches sur la Découverte de l'Amérique», in *Archives Littéraires de l'Europe, ou Mélanges de Littérature, d'Histoire et de Philosophie...*, vol. VI, Chez Henrichs, Paris, 1805, pp. 265-275; 352-362.

⁸⁹ WINTER, Heinrich – «New light on the Behaim problema», separata de *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. II [s. n.], Lisboa, 1961.

⁹⁰ DAEHNHARDT, Rainer – *Segredos da História Luso-Alemã/Geheimnisse der Deutsch-Portugiesischen Geschichte*, edição bilingue, Quipu, Lisboa, 1998, pp. 64-69.

fazem-no armar Cavalleiro da Ordem de Christo⁹¹ aos 18 de Fevereiro de 1485; mas além de que esta época he visivelmente falsa, porque então estava elle ainda nas vizinhanças do Congo⁹², as circunstancias do tal diploma são de todo inverosímeis.. O Sr. Antonio Ribeiro dos Santos, em huma muito erudita Memoria sobre os Mathematicos Portuguezes⁹³, fallando neste de passagem, diz que o Sr. Rei D. João II. lhe dêo as honras de seu Escudeiro, mas não podêmos ainda averiguar⁹⁴ donde elle tirou aquelle facto: parece porém evidente que, ou por esta, ou por outra maneira, não deixaria de ser bem recompensado de hum Rei, que extremamente o estimava, e que delle fazia toda a confidencia. [...]

Não foi tambem menos sensível ao regozijo, com que o recebêrão os outros habitantes daquella Cidade [Nuremberga], que o olhavão como hum homem extraordinario, e o maior viajador do seu tempo. Para de alguma sorte corresponder a estas demonstrações de obsequio, he que elle quiz deixar uma prova duravel do

⁹¹ Esta afirmação carece de fundamentação probatória, como se verá adiante.

⁹² “Vários dos documentos em que aparece a figura de Diogo Cão, como se viu até agora, são de origem alemã ou destinados ao público alemão: o globo de Martim Behaim, o *Liber chronicorum*, a carta da Ilha Diogo Cão do Manuscrito de Valentim Fernandes, a carta de Henricus Martellus. O nome que pode representar o traço de união entre o navegador português e a Europa do Norte é o de Martim Behaim, indicado por João de Barros, como especialista em latitudes e que Hartmann Schedel aponta como capitão do segundo navio da frota de Diogo Cão. Os historiadores atribuíram valores divergentes à figura e a real contribuição que o nuremberguês ofereceu à expansão portuguesa chegando ao ponto de lhe negar a participação na viagem de Diogo Cão. Nada porém justifica uma tal atitude, até porque Behaim representa apenas um dos estrangeiros empenhados directa ou indirectamente na expansão portuguesa; no caso específico de Diogo Cão apresenta-se como o um divulgador em ambiente alemão dos mais significativos resultados das navegações portuguesas realizadas durante o reinado de D. João II.” RADULET, Carmen – «As viagens de Diogo Cão: um problema ainda em aberto», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV [s. n.], Coimbra, 1988, pp. 115-116.

⁹³ Confira os nossos comentários: SANTOS, António Ribeiro dos – «Memorias Historicas sobre alguns Mathematicos Portuguezes, e Estrangeiros Domiciliarios em Portugal, ou nas Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp.164-165.

⁹⁴ O Autor procurou por estes documentos, mas a existirem, não se encontravam nos acervos do Arquivo Real da Torre do Tombo, como o próprio afirma.

seu agradecimento; demorando-se ali até concluir o celebre Globo terrestre, [...]; que Dopelmayer⁹⁵ e Murr⁹⁶ nos descreverão; [...]

O Globo tem de diametro hum pé e oito pollegadas de París, e está assentado sobre hum alto pedestal de ferro⁹⁷; o seu Meridiano he tambem de ferro, porém o Horisonte he de latão, e foi feito muito tempo depois, como se vê de huma inscripção que tem no rebordo, a qual diz: *Anno Domini 1510, die 5 Novembris*. Os diferentes senhorios das terras são indicados pelas bandeiras das Potencias respectivas, as quaes são coloridas, assim como as moradas, e figuras dos habitantes de cada Paiz. Os nomes dos lugares são escritos com tinta vermelha e amarella, sobre hum pergaminho bastante denegrido⁹⁸.

Como alguns chegrarão a avançar, que já neste Globo vem desenhada a America, ainda que, [...] sera conveniente certificar desde já, que he hum engano⁹⁹. O Cypango¹⁰⁰ he o Paiz que ali se vê mais avançado para o Este, e he representado como huma grande Ilha oblonga, que quasi rectangular, cortada superiormente na terça parte do seu comprimento pelo Tropico de Cancro. Superior a Cypango, e quasi no mesmo Meridiano, estão as Ilhas

⁹⁵ DOPPELMAYR, Johann Gabriel – «Martin Behaim», in *Historische Nachricht von den Nürnbergischen Mathematicis und Künstlern...*, Peter Conrad Monath, Nuremberga, 1730, pp. 27-31.

⁹⁶ Para uma descrição pormenorizada do globo de Behaim, v. novamente MURR, Christoph Gottlieb von – *Histoire Diplomatique du Chevalier Portugais Martin Behaim de Nuremberg...*, pp. 11-47.

⁹⁷ *Focus Behaim-Globus*, prefácio de Gerhard Bott e Johhannes Willers, vols. I-II, Germanisches Nationalmuseum, Nuremberga, 1992 [material cartográfico].

⁹⁸ PINKERTON, John – «Description of the terrestrial globe of Martin Behaim», in *A General Collection of the Best and Most Interesting Voyages and Travels in all Parts of the World...*, vol. XI, Cadell and Davies, et al., Londres, 1812, pp. 395-420.

⁹⁹ CORTESÃO, Armando – «Martim Behaim e o seu globo», in *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, pp. 126-133.

¹⁰⁰ THOMAZ, Luís Filipe – «Cipango», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 251-252.

do Cathayo¹⁰¹; e desde ali até o Meridiano da ultima Ilha de Cabo Verde, não se vê terra alguma, quer para o lado Austral, quer para o Meridional, senão a supposta Ilha de S. Brandão¹⁰², e a outra a que elle chama Antilia ou Sete Cidades¹⁰³, quasi debaixo do mesmo Tropico de Cancer: em fim não se tira deste Globo a menor idéa de que seu Author tivesse, na epoca em que foi feito, noticia alguma da America¹⁰⁴.

Continuando com a sua descripção; na parte inferior delle, e perto do Polo Antartico, está pintada em hum circulo de 7 pollegadas de diametro a Aguia de Nuremberg com a cabeça da Virgem, e por baixo as Armas da Familia de Nutzeli; á direita as da Familia de Volkamer, e de Behaim; e á esquerda as das Familias de Groland e de Holzschuer¹⁰⁵: [...].

Desde esta época, que foi tambem com pouca differença a da morte do Sr. D. João II., cessarão as peregrinações de Martim de Bohemia; e a sua vida na Ilha do Fayal passou tranquilamente, repartida entre o estudo, e o cuidado da sua Familia, augmentada

¹⁰¹ VARGAS, José Manuel – «Cataio», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 223-224.

¹⁰² *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, edição crítica de Aires A. Nascimento, Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. Literatura Medieval, n.º 1, Edições Colibri, Lisboa, 1998.

¹⁰³ DAVID, Dionísio – «Antília (ou Ilha das Sete Cidades)», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 75.

¹⁰⁴ Este debate está devidamente registado em SOUSA, José Carlos Pinto de – *Bibliotheca Historica de Portugal e seus Dominios Ultramarinos...*, nova edição correcta e aumentada, Parte IV, Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, Lisboa, 1801, pp. 402-404.

¹⁰⁵ “Logo depois em o anno de 1490 ou 1491, motivos de seu particular interesse o conduziram a Nuremberg, sua patria; aonde em o anno de 1492, á instancia dos magistrados da mesma cidade, Gabriel Nutzeli, P. Volkamer e Nicoláo Grolando, ajudado de Jorge Hobzchuer, concluiu o famoso globo terrestre, em que aos paizes descriptos por Ptolemeo, Plinio, Strabo, e Marco Polo, acrescentou todos os que haviam sido descobertos pelos navegadores Portuguezes, e por elle mesmo na Viagem mencionada. D'este globo fez Martim Behaim presente á cidade de Nuremberg, em cujo archivo foi depositado, quando em 1493 voltou para Portugal.” STOCKLER, Francisco de Borja Garção – *Ensaio Historico sobre a Origem e Progressos das Mathematicas em Portugal*, p. 110.

com mais hum Filho, que parece não durou muito¹⁰⁶. Os seus conhecimentos, principalmente na Geografia e Astronomia, erãotaes, que os seus amigos, e em geral todos aquelles Povos o olhãvãocom huma reverencia supersticiosa, tanto erãocertos os seus calculos, e prognosticos. Podem ver-se em Fr. Gaspar Frutuoso¹⁰⁷, e no Liv. 9. Cap. 8. da *Historia Insulana*¹⁰⁸ sufficientes noticias a este respeito.

Corria o anno de 1506. quando elle resolveo a vir com a familia para Lisboa, onde encontrou seu Irmão mais moço por nome Wolf, ou Wolfrath¹⁰⁹, que aqui veio ter. Ainda que não saibamos ao certo o motivo desta ultima viagem, póde conjecturar-se com toda a probabilidade que ella foi feita por ordem superior, com o fim de aproveitar os seus conhecimentos Geograficos em a construcção de algumas Cartas Maritimas, de huma das quaes [...] ainda se conserva memoria. Mas estes novos serviços forão de pouca duração, pois consta por documentos authenticos, que

¹⁰⁶ SERPA, António Ferreira de – «La donation des iles de Faial et de Pico au flamand Josse de Hurtere (Jos de Utra) et les inscriptions du Globe de Nuremberg de Martin Behaim», in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 54.^a série, n.ºs 7-8, SGL, Lisboa, Julho-Agosto 1936, pp. 402-411.

¹⁰⁷ FRUTUOSO, Gaspar – *Saudades da Terra...*, vol. VI, cap. XXXVIII.

¹⁰⁸ “Entre os principaes Povoadores da Ilha do Faial, veio a ella tambem hum fidalgo Alemão, que casou com huma filha do primeiro Donatario do Faial Joz de Utra, e o Alemão se chamava Martim de Bohemia; e este era tão grande Mathematico, e especialmente tão insigne Astrologo, que andando na Corte Lusitana, fazia El-Rei grande estimação, e conta d'elle, não só por sua nobreza, mas por sua sabedoria, e noticias que dava por observação de Estrellas; [...] E adivinhava tantas outras cousas por observações de Estrellas; e tão certamente se vião ao depois, que o rude povo em lugar de julgar ao fidalgo por excellente Astrologo, o tinha por Nigromantico; [...] Chegado pois o mesmo Astrologo ao Faial, disse em primeiro lugar, que ditoso seria aquelle homem, que em as Ilhas tivesse hum bom cavallo de pão, para se poder ir d'ellas.” CORDEIRO, António – *Historia Insulana das Ilhas as Portugal sujeitas no Oceano Occidental...*, vol. II, livro IX, Typographia do Panorama, Lisboa, 1866, cap. IX, § 41-43, pp. 322-323.

¹⁰⁹ Faleceu em 1507 e está sepultado na Igreja da Conceição, em Lisboa. STRASEN, E. A., e GÂNDARA, Alfredo – *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Instituto Ibero-Americano, Lisboa, 1944, p. 99.

falleceu a 29 de Julho daquelle mesmo anno¹¹⁰, e jaz enterrado na Igreja de S. Domingos junto ao Rocío¹¹¹.

A construção de uma biografia de Martin Behaim contrasta entre uma intervenção menor na História dos Descobrimentos e a historiografia alemã, de pendor mais nacionalista, a qual continua a louvar as façanhas do seu compatriota¹¹². As aventuras e os contributos cartográficos de Martin Behaim para os Descobrimentos permanecem marcos enigmáticos nas relações luso-alemãs dos séculos XV-XVI, tal como Sebastião Francisco de Mendo Trigoso elucidou os leitores das *Memorias de Litteratura Portugueza*. O percurso biográfico de Martin Behaim esteve sempre envolto em polémica, muito por força das inúmeras fantasias veiculadas quanto à sua pessoa, não raras vezes perduráveis:

Vê-se pois que nada ha mais natural, do que, na assistencia de Martin de Bohemia em Lisboa por aquelle tempo, ter elle redegido hum Mappa ou Globo, no qual viessem demarcados todos os descobrimentos modernos, e principalmente os de Americo. Póde mesmo dar-se que a sua vinda a Portugal fosse para este fim, visto o amor do Sr. D. Manoel pelos Estudos da Geografia, e a reconhecida pericia daquelle homem em a confecção das Cartas maritimas¹¹³. A Inscrição que já citamos na primeira parte, e que

¹¹⁰ Corrija-se, a 29 de Julho de 1507, ao invés de 1506.

¹¹¹ MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de – «Memoria sobre Martin de Bohemia», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 376-385.

¹¹² RAVENSTEIN, Ernest George – *Martin Behaim, his life and his globe*, George Philips & Son, Ltd/Philip, Son & Nephew, Londres/Liverpool, 1908.

¹¹³ PEREIRA, António dos Santos – *Portugal, o Império Urgente (1475-1525). Os espaços, os homens e os produtos*, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 2003, pp. 78-80.

o appellida de Cosmografo, e Mathematico¹¹⁴ daquelle Monarca, parece dar maior peso a esta asserção, pois não nos occorre outro objecto, em que elle podesse desempenhar então melhor aquelles titulos.

Eis-aqui quanto pude averiguar com mais certeza a respeito de Martim de Bohemia, e posso assegurar a Academia, que puz da minha parte toda a diligencia para satisfazer as vista do Professor Gebauer¹¹⁵ na sua *Historia de Portugal*¹¹⁶.

Os seus apologistas atribuíram-lhe, algumas décadas após a sua morte, o engenho de ter sido um grande descobridor e o principal mentor de Cristóvão Colombo [1451-1506], assim como membro da oculta *Junta de Matemáticos*. Os seus dotes de cartografia e cosmografia foram amplificados, havendo quem defendesse que tinha introduzido o astrolábio, a balestilha e as tábuas astronómicas do astrónomo alemão Johann Müller, do qual Behaim “se gloriava ser discípulo”, segundo a tradição assinalada pelo cronista João de Barros¹¹⁷. A esfericidade é um axioma brilhante, contrariando a

¹¹⁴ MORRIS, John – *Martin Behaim, the German Astronomer and Cosmographer of the times of Columbus...*, Maryland Historical Society, Baltimore, 1855.

¹¹⁵ Sobre as relações de Martim da Boémia com D. João II e D. Manuel I, v. GEBAUER, Georg Christian – *Portugiesische Geschichte...*, Gaspar Fritzschschen, Leipzig, 1759, pp. 121-125.

¹¹⁶ MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de – «Memoria sobre Martim de Bohemia», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VIII, Parte Segunda, 1814, pp. 400-401.

¹¹⁷ “Peró como a necessidade e męstra de todas as artes, e teo delrey dō Joā o segudo foy per elle encomedado este negocio a mestre Rodrigo e a mestre Josępe judeu ambos seus mędicos, e a hū Martim de Boęmia natural daquellas partes: o qual se gloriava ser discipulo de Joāne de Monte Regio afamado astrónomo entre os professóres desta scięcia. Os quães achára esta maneira de de nauegar per altura do sól, de que fizęram suas tauoadas pera declinaçāo delle: como se óra vsa entre os navegantes, já mais apuradamente do q começou, em q seruiā estes grādes astrolábios de pão.” BARROS, João de – *Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Primeira Década* [fac-símile da 4.ª edição, revista e prefaciada por António Baião, conforme a edição *princeps*, «*Scriptores Rerum Lusitanarum*», Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932], INCM, Lisboa, 1988, livro IV, cap. II, p. 127.

tablatura da Terra e abrindo o caminho para a compreensão loxodrômica, atendendo ao cálculo de rotas sem referenciais dicotômicos adequados.

Convém recordar que não existem dúvidas que Martin Behaim tenha intentado os maiores esforços na propagação de notícias ligadas aos Descobrimentos portugueses por todo o Sacro Império Romano-Germânico, alimentando o intercâmbio comunicacional onde o estímulo da tipografia¹¹⁸ assumiu a maior pertinência, como António Ribeiro dos Santos demonstrou. Os conhecimentos que transmitiu conduziram à intensificação dos intercâmbios comerciais e intelectuais entre os circuitos humanistas alemães com os meios renascentistas portugueses.

¹¹⁸ Vejam-se os nossos comentários: SANTOS, António Ribeiro dos – «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XV», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, 1812, pp. 1-76; IDEM – «Memoria sobre as origens da Typografia em Portugal no Seculo XVI», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. VIII, Parte Primeira, pp. 77-147.

TOMÁS ANTÓNIO DE VILA NOVA PORTUGAL
[1755-1839]

Talvez um dos trabalhos académicos com maior complexidade nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, nomeadamente na óptica jurídico-histórica, seja a *Memoria* intitulada “Qual foi a Origem, e quaes os Progressos, e as Variações da Jurisprudencia dos Morgados em Portugal?”, de Tomás António de Vila Nova Portugal¹ [Tomar?/ Lisboa?, 18 de Setembro de 1755-Lisboa, 16 de Maio de 1839]. Esta reflexão seria premiada pela Academia Real das Ciências a 12 de Maio de 1791 e recitada em três sessões públicas ao longo desse ano. Evidenciando a problematização das origens dos “morgados”, ou “morgadios”, a sua evolução e jurisprudência nas ordenações legislativas portuguesas e europeias. A qualidade intelectual deste trabalho continua a ser uma referência ímpar nestes meandros.

Tomás António de Vila Nova Portugal era bacharel e doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, iniciou a sua carreira como juiz desembargador no Tribunal da Relação do Porto. Ascendeu a

¹ «Tomás António de Vila Nova Portugal», in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. VII, pp. 333-335; vol. XIX, p. 269; MORAES, José de Mello – *À Posteridade: Brasil Historico e a Corographia Historia do Imperio do Brazil*, n.ºs 40-45, Typographia do Pinheiro, Rio de Janeiro, 1864; «Tomás António de Vila Nova Portugal», in *Portugal. Diccionario Histórico...*, vol. V, pp. 1015-1016; «Tomás António de Vila Nova Portugal», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXII, p. 883.

juiz desembargador da Casa da Suplicação, tribunal superior onde atingirá a categoria de juiz desembargador dos Agravos. Em 1807 será nomeado como juiz desembargador ordinário do Desembargo do Paço, integrando os quadros deste tribunal no Rio de Janeiro.

Nesta *Memoria*, Tomás António de Vila Nova Portugal interessou-se pela instituição do morgado desde a Alta Idade Média e as suas transformações ao longo da História, considerando-o um elemento para a construção/organização do espaço territorial nacional. Geralmente, o morgado, ou morgadio², era considerado um modelo de organização familiar passível de criar uma linhagem, assim como um código protocolar para designar os seus sucessores, os respectivos estatutos e demais condutas. Por extensão linguística, o termo “morgado” foi usado para nomear o possuidor desse mesmo morgadio. No regime de morgadio, os domínios senhoriais pressupunham-se inalienáveis, indivisíveis e insusceptíveis de serem partilhados por morte do seu proprietário, transmitindo-se, em princípio, nas mesmas condições ao descendente varão e primogénito. Consequentemente, o aglomerado dos bens de um morgado constituía um vínculo, *per si*, uma vez que esses bens estavam unidos à perpetuação dessa família ao longo das gerações. Esta instituição vincular teve o seu início na legislação medieval castelhana, embora seja adoptada tardiamente após a promulgação das Ordenações Filipinas [1603].

Por sua vez, o morgadio consiste igualmente num vínculo de terras, de rendas e outros utensílios provenientes de uma determinada profissão organizada pelo respectivo instituidor. Os bens vinculados por esta via não podiam ser vendidos nem alienados, cabendo ao respectivo administrador [ou seja, ao morgado] o cabal cumprimento

² Provavelmente o melhor trabalho académico sobre este assunto: ROSA, M.^a de Lourdes – *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV). Modelos e práticas de comportamento linbagístico*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

das resoluções do instituidor, o usufruto do morgadio e dos rendimentos proporcionados pelos bens vinculados. Só com autorização régia seria possível vender ou trocar parte dos bens vinculados ou mesmo, e em casos pontuais, proceder à extinção desse morgadio. Não obstante, era possível acrescentar bens ao morgadio inicial e, não raras as vezes, a instituição do vínculo obrigava a que cada administrador lhe acrescentasse a sua *terça*. As normas de sucessão do morgadio eram definidas, *a priori*, pela respectiva instituição.

Em geral, o filho primogénito sucedia na posseção do morgadio e, à falta de filhos ou descendentes capazes, para o parente mais próximo. O morgadio difundiu-se para combater o empobrecimento das famílias devido às partilhas sucessivas, permitindo ao seu ramo principal conservar o estatuto económico-social. A instituição de morgadios estava normalmente associada à formação de “capelas” e ao cumprimento dos chamados “bens de alma” definidos pelo instituidor, sendo igualmente uma razão para a sua difusão.

No entanto, nem sempre o morgadio esteve associado a bens imóveis, pelo que convém lembrar que uma das razões que levou à sua extinção foi a penúria dos filhos não primogénitos. Na verdade, a instituição dos morgados confunde-se com a própria evolução do Direito da Família, com influxos do Direito Romano, do direito consuetudinário bárbaro, nomeadamente visigodo, bem como do Direito *pátrio*, fruto da mesclagem dos *corpus* precedentes:

Nos costumes dos antigos Godos³ teve principio o direito de Família; este que se espalhou depois por toda a Europa, teve em Portugal o nome de *Lei da Avoenga*⁴; e esta se concentrou

³ Sobre o poder paternal na legislação visigótica: MERÊA, Paulo – *Estudos de Direito Visigótico*, pp. 1-22.

⁴ «Da Ley da Avoengua», in *Ordenações Afonsinas*, livro IV, tít. XXXVIII, pp. 151-155; «Avoenga», in *Elucidário...*, vol. I, pp. 679-683.

depois no Direito dos Morgados⁵. A observação persuade muito esta Origem.

Nas Leis Mosaicas⁶, nas de Lacedemonia⁷, e nas Romanas, encontra-se disposições semelhantes, ou de primogenitura, ou de família, e dellas tiraõ muitos Escretores a Origem dos Morgados⁸: mas para que se ha de deduzir tudo, ou das mais remotas Legislações, ou das Leis Romanas? O que pede a verdade historica⁹ he observar nos Povos Septemtrionaes os seus costumes, ver como elles se vieraõ misturar com as Leis Romanas¹⁰, e como

⁵ BARROS, Henrique da Gama – «Morgados», in *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. VIII, cap. II, pp. 227-307.

⁶ A lei mosaica é composta por um código de leis formado por mais de 600 disposições e proibições. O conteúdo da *Torah* corresponde aos cinco livros de Moisés, mas o termo «Torah» é aplicado igualmente ao Antigo Testamento, sendo que os Dez Mandamentos são a síntese da *Torah*. CRUZ, Guilherme Braga da – *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito. Direito Antigo*, 1.^a parte, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1979, pp. 256-257.

⁷ “Porque os seus homens illuminados assim o entendêrão, elles pedirão aos Gregos as suas Leis, especialmente as de Lacedemonia, e de Athenas, que deraõ occasião ao estabelecimento de dez Magistrados, que conservando algumas das Leis primitivas junto ás mais convenientes da Grecia, vieraõ a formar o corpo do Direito Romano, approvado pelo Senado, e pelo Povo: Leis taõ cheias de equidade, de prudencia, revestidas de tal profundidade de espirito, que deraõ occasião a Cicero para dizer, que ellas se deviaõ estimar mais, que todos os Monumentos, e Doutrinas dos Filósofos.” CASTRO, Damião António de Lemos Faria e – *Historia Geral de Portugal e suas Conquistas...*, vol. I, 1786, p. 300.

⁸ “Entre todas as familias a primeira e a mais nobre, era a Real: porém a realleza, e os grandes feudos, que formavão o seu apanagio, estavam sujeitos á lei da perpetuidade, e a uma fôrma especial de successão. Nada parecia por tanto tão natural como pretender a nobreza imitar os Reis, e adoptar os mesmos estilos para a fundação, e successão das suas familias. Eisaqui a origem dos morgados, e a razão porque para elles foi adoptada a fôrma da successão da corôa.” ROCHA, M. A. Coelho da – *Instituições de Direito Civil Portuguez*, 2.^a edição reformada e aumentada, vol. II, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1848, pp. 700-703.

⁹ Sublinhado nosso, atestando a vontade explícita do Autor pela indagação dos factos históricos.

¹⁰ “Este direito de linhagem, comtudo, que parecera sufficiente nos primeiros periodos para conservar os bens allodiaes nas familias, embora o codigo de Affonso V o confirmasse plenamente n’esta parte [...], reputou-se com o andar dos tempos menos seguro e efficaz, do que a disposição de designados bens destinados a um chefe da familia sem partilhas. Assim, ao passo que os progressos das leis romanas aboliam de facto o direito de linhagem, tambem concorriam, postoque por modo indirecto, para concentrar em favor de uma pessoa certa da familia a antiga inalie-

disto resultou huma Legislação média¹¹, em que as Leis Romanas participáráo dos costumes Bárbaros, e os Barbaros participáráo dos costumes Romanos. Nisto tem o seu fundamento as verdadeiras Origens; pois daqui he que principiáráo com as Monarchias as Leis actuaes da Europa¹².

A evolução jurídica do conceito de “morgadio” ao longo da Idade Média, de acordo com a matriz *bárbara* ou romano-visigótica, encontrou incalculáveis exemplos da realidade transpirenaica e peninsular. Será no reinado de Afonso X de Castela que surgem os primeiros morgadios enquanto propriedades vinculadas ou conjunto de bens vinculados, os quais não podiam alienar-se ou dividir-se, e que, por morte do detentor, pertenciam ao filho primogénito.

A instituição do morgadio está registada entre nós desde tempos remotos, mas só surge primeiramente regulada pela lei de 15 de Setembro de 1557. Considerada uma cedência perpétua, pura ou condicional, efectuada por um *instituidor*, por acto “entre os vivos” ou de última vontade, aos primogénitos varões da sua descendência. Pretendia-se, fundamentalmente, que tais bens se conservassem indivisos e inalienáveis na posse da família, para garantir a manutenção da sua grandeza inicial. Tais bens eram legados ao filho primogénito varão, o *possuidor*, que por isso se chamava *morgado*. É de referir a

nabilidade derivada dos costumes dos povos do norte.” SILVA, Luís Augusto Rebello da – *Memoria sobre a População e a Agricultura desde a fundação da Monarchia até 1865, Parte I (de 1907-1640)*, p. 222, com clara influência desta *Memoria*.

¹¹ “Os costumes Godos e as compilações que neles se baseavam constituíram um ordenamento alternativo, de aplicação aos povos bárbaros, segundo o princípio da personalidade do direito; ao mesmo tempo que sofriam as influências do direito romano e influenciavam o direito romano, até à constituição de um direito único.” OLIVEIRA, Guilherme de – *Critério Jurídico da Paternalidade*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1983, p. 50.

¹² PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma. Qual foi a Origem, e quaes os Progressos, e as Variações da Jurisprudencia dos Morgados em Portugal?», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. III, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 374-375.

autoridade do pensamento de Montesquieu e a comprovação baseada nas fontes jurídicas medievais:

Na Espanha Alarico mandou fazer o chamado *Breviario de Aniano*¹³ compilado dos Codigos Hermogeniano¹⁴, Theodosiano¹⁵, Sentenças de Paulo¹⁶, Inst. de Caio¹⁷, e Novellas¹⁸; e mandou que os Godos o observassem, em 506. Depois 150. annos Chindassuindo¹⁹ fez o *Codigo Wisigodo* prohibindo as Leis Romanas; o que cortou a invasaõ dos Saracenos 150. annos depois. Isto fez maior confusaõ nos costumes por huma alternação igual de diversas Leis: e neste mesmo Codigo Wisigodo já se achão Leis sobre testamentos²⁰, e outras muitas de Origem Romana.

¹³ Acerca do *Breviário de Aniano*, v. LEGUAY, Jean Pierre – «O <Portugal> Germânico», in *Nova História de Portugal. Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*, vol. II, pp. 69, 78.

¹⁴ Sobre o *Codex Hermogenianus*, v. CRUZ, Sebastião – *Direito Romano [Ius Romanum]. Introdução. Fontes*, vol. I, pp. 408-410.

¹⁵ Destacando o *Codex Theodosianus*, *idem*, pp. 411-439.

¹⁶ No que concerne às *Sentenças de Paulo*, cujo texto original não chegou até nós, e que apenas se conhece por fontes indirectas: CRUZ, Guilherme Braga da – *ob. cit.*, pp. 361-367.

¹⁷ Refere-se às *Institutiones*, ou *Institutas*, de Gaio, MERÊA, Paulo – *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, vol. I, p. 40, nota 15.

¹⁸ Conhecidas por *Novellæ Constitutiones*. BUCKLAND, W. W. – *A Text-Book of Roman Law from Augustus to Justinian*, 3.^a edição, revista por Peter Stein, Cambridge University Press, Cambridge, 2007, p. 47.

¹⁹ “Não pode esquecer-se o contributo da acção espiritual dos Suevos para tornar mais dúctil essa legislação, a qual recebeu novas ampliações nos tempos dos reis Chindasvinto (642-649) e Recesvinto (649-672). O fermento católico humanizou esse conjunto de regras jurídicas, permitindo a melhor simbiose entre normas de conduta distintas. Assim teve origem o *Codex Visigothorum*, também conhecido por *Liber iudicum* e *Forum iudicum*, colectânea que se regeu a população romano-cristã após a conquista dos Sarracenos. A unidade das duas raças fora alcançada, para isso contribuindo o papel do Direito pelas duas vias fundamentais: a romana e a católica.” SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, vol. I, pp. 54-55.

²⁰ ALMEIDA, Fortunato de – *História das Instituições em Portugal*, 3.^a edição, Imprensa Académica, Coimbra, 1930, pp. 18-19. Neste ponto, o Autor aludiu ao *Codex Theodosianus*..., introdução de Jacques Godefroy, vols. I-VI, Maur Weidmanni, Leipzig, 1736-1745.

Mas se a Constituição Política não admittisse melhor a Legislação Romana, e dependesse dos Feudos, como outras Nações, elles se teriaõ mais conservado: porque as Monarquias que estabelecêraõ os Póvos do Norte, dependêraõ muito dos seus costumes.

Montesquieu explica bem como o uso dos Feudos servia á Constituição, e como as Leis Feudaes eraõ Leis Políticas²¹; até que fôraõ Leis Cíveis de successaõ particular, em cuja accepção já Molineo²² os considerou. A Espanha foi successivamente devastada; os Suevos aos Romanos; os Godos aos Suevos, os Arabes aos Godos; e os Espanhoes aos Arabes: houve por isso muitas vezes terras que repartir como allodiaes²³.

Quando os Godos fugindo dos Arabes recebêraõ terras de Luiz²⁴; aquelles que entrávaõ no serviço de algum Senhor, este

²¹ MONTESQUIEU, Charles de Secondat – *De L'Esprit des Lois*, 1758, Livros XXX-XXXI.

²² Sobre o juriconsulto Charles Molineo, v. MIGUEL, Cirilo Flórez – «La Escuela de Salamanca y los orígenes de la Economía», in *El Pensamiento Económico en la Escuela de Salamanca*, edição de Francisco Gómez Camacho e Ricardo Robledo, Ediciones Universidad de Salamanca/Fundación Duques de Soria, Salamanca, 1998, pp. 130-131.

²³ “[...] la sociedad germánica se organiza sobre la base de la propiedad cuando los invasores se establecen en el mediodía de Europa; el primer estado cristiano de la reconquista, el reino de Asturias, se organiza influido también por la propiedad territorial y la forma en que esta se presenta, es decir, el *foro* ejerce esta influencia de una manera necesaria [...]. Porque la propiedad alodial y beneficiaria de los godos no prevalece en los primeros albores de la reconquista, sino que basta examinar los apeos de los monasterios, iglesias y mitras y los archivos de las antiguas familias para ver que, en los cuatro siglos siguientes á la invasión, la mayor parte del suelo en Asturias y Galicia era propiedad foral y, por lo tanto, la mayor parte del territorio que componía el reino de Asturias y Leon.” JOVE Y BRAVO, Rogelio – *Los Foros. Estudio Histórico Y Doctrinal, Bibliográfico y Critico de los Foros, en Galicia y Asturias*, Imprenta de la Revista de Legislación, Madrid, 1883, p. 148.

²⁴ Refere-se indubitavelmente a Luís I, o *Piedoso*, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, baseando-se nas *Capitulares Pro Hispanis* [815]: “La evolucion social y política de los condados catalanes hacia el régimen feudal siguió, desde luego, el mismo ritmo del proceso de feudalización de la Francia carolingia y postcarolingia. Por una *capitular* u ordenanza de Ludovico Pio, del año 815, dirigida a los habitantes de la Septimania, de Hispania (o sea, las tierras catalanas bajo dominio franco), de la Provenza y de Aquitania, sabemos que, ya a principios del siglo IX, los hispanos (*hispani*) de la Marca se encomendaban a los condes y a los *vassi* o vasallos de éstos como patrocinados y recibían de ellos ‘beneficios’.”

queria que perdessem os seus allodiaes; o que alcançava o Senhorio de algum territorio, queria que os que nelle tinhaõ allodiaes ficassem seus vassallos. Elles recorrêrão, e Luiz mandou, que nada se innovasse, nem perdessem os allodiaes, nem ficassem vassallos.

Certo he que este era o seu costume na Espanha²⁵; consequentemente, elles não tinhaõ o uso dos Feudos, mas eraõ livres, elles não dependiaõ tanto do serviço de hum Senhor, que não dependessem immediatamente da Corôa pelo allodial; as doações dos territorios não tinhaõ tanto effeito, que os Povos não servissem immediatamente ao Rei: e isto fazia a força da Monarquia. Pelagio principiou a recuperar a Espanha; e o serviço da guerra dependeo da habitação; serviaõ a Corôa segundo as divisões dos territorios, ou tivessem Senhorio, ou não, pela fidelidade dos Feudos²⁶; dar pois em allodiaes as terras conquistadas, era melhor que dallas em Feudos. [...]

A primeira noticia, que os Escritores Espanhoes dão de Morgados he a clausula do testamento de Henrique II. em 1379.²⁷, que as doações que tinha feito dos bens da Corôa, as tivessem em Morgado para o Donatario, e filho maior legitimo, e morrendo sem filhos revertessem á Corôa. Depois se mandou observar no Edicto de Murcia em 1438, e em 1505 nas Leis de Toro²⁸ he que

VALDEVELLANO, Luis G. – *El Feudalismo Hispánico*, «Biblioteca de Bolsillo», Editorial Crítica, Barcelona, 2000, pp. 140-141.

²⁵ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *La España Cristiana de los Siglos VIII a XI*, Espasa/Calpe, Madrid, 1980, p. 563.

²⁶ VALDÉS, César Castro, e GONZÁLEZ, Sergio Ríos – *Asturias Medieval*, 1997.

²⁷ LÓPEZ DE AYALA, Pedro – *Cronicas de los Reys de Castilla: Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III*, vols. I-II, Imprenta de Don Antonio de Sancha, Madrid, 1779-1780.

²⁸ “[...] É certo que os morgados são antiquíssimos na Hispanha; mas ao princípio não apparecem leis algumas que regulassem a sua successão; podendo portanto presumir-se que ella sería nos primeiros tempos inteiramente regulada pelos costumes, e praxe recebida, ou talvez pelas doutrinas de direito romano, sôbre os fideicommissos perpetuos são pois éstas leis de Touro as primeiras em que se acha

apparece a primeira Legislação sobre Morgados. Nellas se diz, que se provaõ por costume immemorial, que precizaõ licença Regia; que se conhece ser Morgado, costumando passar ao filho legitimo mais velho, sem dar nada por estimação aos irmãos; e nem ainda das bemfeitorias.

Isto mostra o tempo da mudança, póde dizer-se que na Espanha a gradação foi: Bens expeditorios nos costumes originaes dos Godos, terras hereditarias, ou Feudos nos costumes medios²⁹, e Morgados nos costumes modernos; porém os intervallos desta gradação ainda são mais notaveis, que a gradação mesma³⁰.

O Autor defendia que tanto a varonia como a primogenitura eram duas características necessárias ao herdeiro. Por *primogenitura* do morgadio entendia-se o direito do filho mais velho herdar certos bens da família, retirados dos restantes bens da herança pelo instituidor, permanecendo vinculados à ordem sucessória e a obrigações de natureza familiar, económica e social. Menciona ainda que a maioria dos morgadios consigna a existência das características de masculinidade e da primogenitura, aludindo frequentemente à aplicação da *Lei Mental*.

Relembra que as Ordenações Filipinas, aprovadas em 1595 e publicadas em 1603, apresentam como principal razão para a instituição dos morgadios a conservação e o engrandecimento da nobreza para melhor servir o monarca. Estas razões eram de enorme relevância porque o rei, sempre que necessário, exigia-lhes um financiamento e o reforço de homens para as suas hostes, entre outros costumes:

determinada, e reduzida a regras certas, a fôrma de successão.” «Prelecções de Direito Patrio que dava Raymundo Nogueira no anno de 1795 a 1796. Parte Primeira», in *O Instituto. Jornal Scientifico e Litterario*, vol. IX, 1863, p. 123.

²⁹ Sublinhado nosso, expressão alusiva à Idade Média.

³⁰ PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma. Qual foi a Origem, e quaes os Progressos, e as Variações da Jurisprudencia dos Morgados em Portugal?», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. III, 1792, pp. 381-383.

As primeiras instituições, que eu encontro são do anno de 1307, 1318, 1329; algumas confirmadas por ElRei D. Diniz³¹. Gama nas suas *Decisões*³², que publicou por ordem de D. Sebastião, diz ver huma Sentença de D. Affonso IV. de que os seus bens se podiaõ empraçar.

Nas Cortes³³ de ElRei D. Joaõ I. dizem os Fidalgos: *No vosso Regno bã de longos tempos Morgados que descendem por herança, segundo a vontade dos que os estabelecêrão: e vós Senhor agora quando vagaõ, fazeis doação delles a quem he vossa mercê: pelo que os tiraõ, e custa a recobralos muito. Responde ElRei, que taes doações não fez, e se algumas fez contra direito, lho digaõ, e as corregerá*³⁴.

Mas não temos Leis sobre Morgados, senão desde a Ordenação de D. Manoel³⁵: assim o primeiro monumento, que os Escritores

³¹ “Mvdado o bispo D. Reginaldo desta para a Igreja de Auinhaõ, no Agosto de 1358. já em 14. de Março de 1359. o bispo D. Lourenço Rodrigues estaua sagrado, & com posse de sua Igreja, & daua principio pelas da cidade, á visita de toda a diocesi. Aqui temos hũa memoria, que he a primeira sua, & diz 14. *die Marty, æra 1397. Incepit bonæ memoriæ dõnus Laurentius ecclesiæ ulixbonensis episcopus, visitare ecclesias, & capellas, quæ in dicta ciuitate & diocesi per epsopos visitari tenentur*. E acrescenta, que assi o fez todos os annos que viueo, até Deos o leuar para si.” CUNHA, D. Rodrigo da – «Dom Lourenço Rodrigues. 32. Bispo de Lisboa», in *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida, e acçoens de sevs prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão...*, vol. I, cap. LXXXVIII, n.º 1, p. 258.

³² O Autor reitera que se refere a D. Afonso V e não a D. Afonso IV. GAMA, António da – *Decisiones Supremi Senatus Lusitanicæ Regis per...*, Officina de Manuel Joanes, Lisboa, 1578, n.º 4, dec. 222.

³³ Reporta-se às Cortes de Coimbra [1398]: “Alcançava o acordo régio a petição apresentada nas cortes de Coimbra de 1398, pelas autarquias, para que ninguém, mesmo que privilegiado por carta régia, devia ser desonerado do pagamento de *talhas* e de *fintas* destinadas a custear os gastos da guerra, do mesmo modo que nenhum priveligiado popular ficaria dispensado de servir nas velas e nas rondas aos castelos, o que contrariava a legislação expressa nas cortes de Lisboa de 1389.” MORENO, Humberto Baquero – «Os privilegiados no Tardo-Medievo Português e a sua aversão ao trabalho comunitário», in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. III, p. 768; SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. II, INIC, Porto, 1990, p. 253.

³⁴ “Dos Artigos, que foram requeridos por parte dos Fidalgos a ElRey Dom Joham na Cidade de Coimbra», in *Ordenações Afonsinas*, livro II, tit. LXVIII, art.º 4, pp. 342-343.

³⁵ “E por nom viir em duuida qual he Moorguado, ou qual he Capela, Declaramos seer Moorguado, se na instituiçam, que dos ditos bens os defunctos fizeram, for con-

Espanhoes nos dão dos Morgados he em 1379, e estes nossos são em 1307. As suas primeiras Leis em 1505, as nossas primeiras em 1514³⁶, pelo que em ambos os Reinos isto pendeo das mesmas circunstancias, e das mesmas origens. [...]

Isto faz parecer, que este modo de succeder era mui simples, e livre de questões; e com effeito as Leis só apparecem dous Seculos depois; porque tanto tempo foi necessario para que o estudo do Direito Romano, que controverteo tudo, fizesse necessarias essas Leis. Eis-aqui qual parece ser a natureza destes bens: huns bens tão proprios de certa familia, que lhe não podiaõ ser tirados; e como nesta familia havia de haver hum Chefe, este era designado pelo Instituidor. Assim a este pertenciaõ aquelles bens, nem se partiaõ, nem os podia vender, nem os credores lh'os podiaõ tirar³⁷.

Segundo Tomás António de Vila Nova Portugal, a sucessão única do varão primogénito e a manutenção de um património fundamentalmente fundiário, indivisível e inalienável, eram as fórmulas básicas que constituíam o morgadio, procurando aumentar o poder e o prestígio da família. O instituidor revelava-se como o elemento mais importante do morgadio, sendo quem manifesta a suprema vontade, por testamento ou contrato.

Segundo o Autor, não existiria um consenso em relação à união dos vínculos. Existiam opiniões firmadas que consideravam a união

theudo, que os Administradores e possuidores dos ditos bens cumpram certas Missas, ou certos encarreguos, e o mais que os bens renderem ajam pera si; [...] e esto, posto que nas instituições digua que faz Moorguado, ou Capela, porque aas semelhantes palauras nom aueram respecto, soamente aa forma dos encarreguos como acima dito he.” «Dos Residos, e em que maneira o Contador proverá sobre elles, e sobre os Orfãos e Capelas», in *Ordenações Manuelinas*, livro II, tit. XXXV, art.º 49, pp. 192-193.

³⁶ CASTRO, Armando de «Morgadio», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, pp. 345-348.

³⁷ PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma. Qual foi a Origem, e quaes os Progressos, e as Variações da Jurisprudencia dos Morgados em Portugal?», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. III, 1792, pp. 386-387.

de vínculos como uma das causas da extinção da nobreza. Os defensores deste pensamento argumentavam que a união de morgadios através dos casamentos originava uma diminuição dos dotes, dado os bens ficarem na posse de apenas uma pessoa. Outros autores defendiam que esta união era benéfica, permitindo o acréscimo dos bens, mais rendimentos e prestígio para a *Casa*. Mas era a ligação à terra e a subserviência à Coroa que nunca poderiam findar:

Na conquista do Reino, o systema adoptado para a povoação foi repartir as terras conquistadas como allodiaes³⁸. Nos costumes dos Povos do Norte as terras não eram tributarias³⁹; ainda na invasão dos Arabes o não eram; nem também o fôram na nossa Monarquia⁴⁰: a diferença que houve, foi que os peões pagaram a jugada⁴¹, e as terras pagavam-se passavam para peões, e ficavam livres se passavam para Cavalleiros. Ora isto não he ser a terra tributaria⁴², e se depois o parecêra he por serem poucos os privilegiados.

He provavel, que sendo muitas as terras, e poucos os que as queriam, as divisões fossem grandes, pois muitas ficariam em comum. Isto deu origem ás nossas Emphyteusis⁴³.

³⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira – «Alódio», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp. 122-123 e respectiva bibliografia.

³⁹ MONTESQUIEU, Charles de Secondat – *De L'Esprit des Lois*, livro XXX, cap. VII.

⁴⁰ Refere-se aos forais recenseados em BRITO, Fr. Bernardo de – *Monarquia Lusitana*, Parte Segunda, 2004.

⁴¹ «He hum direito real, que se paga de cada jugo de boys, cõ que em terra jugadeira se lavra hu moyo de trigo, ou milho. Reservaram os Reis especialmente para si este direito, ao tempo que os moradores, & povoadores deraõ seus foraes; ou tributo, que pagam certas terras de paõ, que semeiam nellas, o qual tributo se lança por convenção das partes, & direito senhorio das ditas terras.» BLUTEAU, D. Rafael – «Jugada», in *Vocabulario Portuguez e Latino...*, vol. IV, p. 215-216; MERÊA, Paulo – «Reflexões e sugestões sobre a origem da jugada», in *Novos Estudos de História do Direito*, Companhia Editorial do Minho, Barcelos, 1937, pp. 83-100.

⁴² Questões pertinentes no caso das sesmarias: *Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal. Parte II. Da Legislação Moderna*, t. III, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1790, tít. XLIII, pp. 67-74, retirado das *Ordenações Afonsinas*.

⁴³ COSTA, Mário Júlio de Almeida – *Origem da Emphyteuse no Direito Português*, 1957.

As nossas leis antigas mostraõ, que havia empraçamentos⁴⁴, e havia afforamentos⁴⁵. Quando o Senhor do terreno dava huma parte a outro para cultura, recebendo certo premio cada anno; isto era empraçamento, e a terra do cultivador. Porém quando o Senhor do terreno, o mandava lavrar a terço, quarto, ou quinto dos fructos, a terra era do primeiro dono, e lhe chamávaõ afforamento; isto que principiou por hum anno, depois foi em vida, e depois por tres vidas⁴⁶. [...]

D. João I. declarou, que as terras que se lavravaõ a 3.º ou 4.º ou 5.º poderiaõ gozar da izenção de jugada: isto fez, que muitas terras empraçadas se mudassem para afforadas⁴⁷. As variações de moeda fizeraõ perder dous terços das rendas ao que as cobravaõ em frutos: isto fez tornar a empraçar as terras por fóros de ouro, e prata em especie, até á Lei de D. Duarte⁴⁸, que fez renovar estes contractos ou a dinheiro, ou a fructos⁴⁹.

⁴⁴ IDEM – «Enfiteuse», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 379-383.

⁴⁵ *Idem, ibidem*.

⁴⁶ DUARTE, Luís Miguel, e AMARAL, Luís Carlos – «Prazos do século e prazos de Deus. Os aforamentos na Câmara da Sé do Porto no último quartel do século XV», 1984.

⁴⁷ A diferença conceptual entre empraçamentos e aforamentos, no que concerne às políticas de D. João I, está patente nas *Ordenações Afonsinas*, pode ser elucidada em *Tractado Pratico e Critico de todo o Direito Emphiteutico...*, por Manuel de Almeida SOUSA, t. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1857.

⁴⁸ «Que todolos outros empraçamentos, afforamentos, arrendamentos, e chancellarias, e direitos, e colheitas, foros, rendas, e tributos, portageens, censos, e fanhoneiras, em que alguus Concelhos, Moradores d'alguas Villas, e lugares, e outras quaeesquer pessoas, que por esto ajam de pagar certos dinheiros per as ditas moedas, ou ouro, ou prata de que pagavam por a dita moeda, ouro, ou prata, a que eram obrigados, se quiserem, ou paguem per esta moeda cincoo libras por hua, que vem assy ao que pagava pela outra moeda de tres libras e meia, e cruzados cincoenta libras, duzentas e cincoenta libras per esta moeda: e esto parece que rasoadamente se deve de fazer, por quanto a maior parte das cousas igualmente fezerom esta multiplicaçom.» «Da Hordenaçom, e declaraçom, que ElRey Dom Joham fez sobre os foros, e arrendamentos, que foram feitos per moeda antiga», in *Ordenações Afonsinas*, livro IV, tít. I, § 36, p. 19.

⁴⁹ PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma. Qual foi a Origem, e quaes os Progressos, e as Variações da Jurisprudencia dos Morgados em Portugal?», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, 1792, pp. 399-400.

Daqui se conclui que a maioria dos bens ficava na posse de um único proprietário, o morgado, o qual poderia aumentar esse património através do casamento, daí a procura por “um bom casamento” para os herdeiros, o que prometeria um aumento dos bens. A partir do século XVII, alegando os malefícios sociais da ascensão do primogénito face aos filhos mais novos, surge uma contestação progressiva aos vínculos e que só terminará no século XIX com a abolição quase total dos mesmos. Para as germinações liberais, que se apropriaram de grande parte desses bens de raiz, era necessário fixar uma base doutrinária que desacreditasse instituições como a do morgadio, que dificultava o acesso aos bens fundiários, embora a lei pombalina de 3 de Agosto de 1770 fosse já um claro prenúncio dessa tendência⁵⁰.

A partir de 1832, inicia-se o processo de extinção dos morgadios⁵¹. Com o decreto propugnado pelo governo de José Xavier Mouzinho da Silveira [1780-1849], foram abolidos os morgadios e capelas com um rendimento líquido que não chegasse aos 200\$00 réis [1835]. Houve ainda a necessidade de limitar o número de morgadios, os quais, normalmente, davam mais despesa do que lucro. Mais tarde, as limitações dos morgadios são aumentadas, só se permitindo a manutenção dos morgadios com rendimento ilíquido acima dos 400\$00 réis [1860]. Finalmente, a extinção dos morgadios, com excepção dos vínculos da Casa de Bragança, seria circunscrevida pela lei de 19 de Maio de 1863:

A nossa Monarquia principou no Seculo XI., e por isso não admira que os Monges como quaesquer Seculares recebessem

⁵⁰ TEIXEIRA, António Assis – *Os morgadios da reforma pombalina ao Liberalismo*, dissertação de mestrado em História do Direito, FDUL [versão policopiada], Lisboa, 1985.

⁵¹ COELHO, M.^a de Fátima – «O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias», in *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62, ISCTE, Lisboa, 1980, pp. 111-131; CALDEIRA, João – *O Morgadio e a Expansão no Brasil*, «Fontes da História», Tribuna da História, Lisboa, 2007.

muitos bens, e também servissem na guerra, e contribuissem na paz; que os Grandes tivessem prestações dos Mosteiros, que os Mosteiros se considerassem como Grandes⁵², tendo terras, coutos, honras &c. Isto era tão necessario então no systema, que quando se quizerão izentar, as Ordens Militares⁵³ vieraão supprir a sua falta: mas também receberão bens, que elles tivessem adquirido, senão se izentassem. [...]

A esta Jurisprudencia dominante se accomodou a nossa Legislação, e tanto as Ordens Militares, como as outras succediaõ; o que veio na Ord. Livr. II. tit. 18⁵⁴.

Acabou isto na Lei de 1770⁵⁵, em que fôraõ declarados inha-beis para Morgados, e na Lei de 1769⁵⁶, que os declarou mortos civilmente⁵⁷.

A evolução do estatuto jurídico do morgadio era de compleição complexa, pois estava estreitamente unida às leis nobiliárquicas e às leis agrárias, entre outros cálculos jurídicos. Após o levantamento exaustivo destas questões, o Autor tentou compreender em

⁵² MONTEIRO, Nuno Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, «Análise Social», INCM, Lisboa, 1998.

⁵³ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Las Órdenes Militares Hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*, Latorre Literaria, Madrid, 2007.

⁵⁴ «Que as Igrejas e Ordens não comprem bens de raiz sem licença del-Rei», in *Ordenações Filipinas*, livro II, tit. XVIII, pp. 435-437.

⁵⁵ A Carta de Lei de 3 de Agosto de 1770, “por que S. Magestade ha por bem declarar o rendimento, que hão de ter os Morgados, que se houverem de estabelecer, e os já estabelecidos, reduzindo-os todos ás natureza de Morgados regulares, na fôrma da Ordenação do Reino”, em *Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado DelRey Fidellissimo D. José I. Nosso Senhor desde 31. de Julbo de 1769. até 7. de Abril de 1775.*, pp. 1-11.

⁵⁶ A Carta de Lei de 9 de Setembro de 1769, dedicada às disposições dos testamentos, pode ser consultada nos «Aditamentos» às *Ordenações Filipinas*, livro IV, pp. 1057-1061.

⁵⁷ PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma. Qual foi a Origem, e quaes os Progressos, e as Variações da Jurisprudencia dos Morgados em Portugal?», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. III, 1792, pp. 447-448.

que medida a reformulação desses princípios poderia contribuir para o desenvolvimento económico nacional. Herança dos tempos medievais, o morgadio ainda exercia uma relevância considerável e uma funcionalidade social de peso durante grande parte do século XIX, como Alexandre Herculano aludiria⁵⁸. Esta *Memoria* foi premiada e incluída nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, revelando-se utilíssima para o conhecimento destes meandros, de difícil apreensão.

*

O segundo e último trabalho do juiz desembargador Tomás António de Vila Nova Portugal para as *Memorias de Litteratura Portugueza* dissertou sobre a implantação do Direito Romano no quadro jurídico nacional⁵⁹, considerando as oscilações da sua autoridade na *praxis* judicial ao longo dos tempos. Esse extenso processo histórico-jurídico acompanhou a evolução conceptual do Estado português e foi-lhe prestimoso, como se observará. Como seria de prever, não foi fácil sintetizar esse assunto num espaço apartado como esta *Memoria*. Todavia, trata-se de um trabalho académico admirável, lido e galardoado em sessão pública na Academia Real das Ciências, em Maio de 1791.

O Autor defendeu algumas especulações historiográficas sobre a utilidade do Direito, de necessidade improrrogável numa sociedade, enaltecendo a universalidade do labor legislativo e os legisladores, figuras honrosas em todos os sistemas políticos. Para que a comunhão colectiva fosse exequível, é essencial que a sua conduta fosse controlada e regimentada, permitindo a realiza-

⁵⁸ HERCULANO, Alexandre – «Os Vinculos» [1876], in *Opusculos. Questões Publicas*, t. IV, Casa da Viuva Bertrand & C.^a, Lisboa, 1879, pp. 3-104.

⁵⁹ Para todas estas questões: FREITAS, Judite A. Gonçalves de – *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI). Modernidades medievais*, 2012.

ção do interesse individual e a sua convivência com as vontades colectivas. Foi fundamental, desde sempre, a determinação de cânones, normas e leis jurídicas que organizassem a convivência social segundo o que é *justo*, ou seja, segundo uma concepção de *justiça*.

Tomás António de Vila Nova Portugal expôs criticamente a implementação e o abandono do Direito Romano em Portugal, buscando os seus alicerces numa época anterior à nacionalidade, seguindo a História até à contemporaneidade, dispostas em quatro grandes épocas: **1.^a Época:** das origens de Portugal até ao reinado de D. João I, ou seja, toda a dinastia afonsina; **2.^a Época:** inícios da dinastia de Avis até ao reinado de D. Manuel; **3.^a Época:** desde D. Manuel, não esquecendo as hesitações de D. Sebastião e o impacto legislativo filipino, entrando na dinastia de Bragança até D. José; **4.^a Época:** dos meados do reinado de D. José, onde o ímpeto reformista pombalino se impôs até ao final do século XVIII.

Estabeleceu uma relação com as prospecções histórico-jurídicas principiadas pela Academia Real da História Portuguesa desde 1720, apontando a notável recolha de documentação e os projectos de investigação publicados. Segundo a sua opinião, abriu o caminho para uma mudança literária no reinado de D. José, particularmente vincada no panorama jurídico nacional.

Com o despotismo pombalino deu-se um impulso à promoção do ensino público e às reformas jurídicas alicerçadas na Razão. Por isso, todas essas reformas caracterizaram-se pelas disposições anti-aristotélicas e antiformalistas, dotadas de um anticlericalismo combativo. Será a valorização do racionalismo jurídico, revelador da mudança de mentalidades defendida a partir da reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra [1772], a qual afasta terminantemente a autoridade formal do Direito Romano:

A Legislação foi sempre em todos os paizes o chefe d'obra do espirito humano⁶⁰, em que trabalham as pessoas mais illustradas da Nação, e que dirige o Legislador; que de tudo he independente, excepto da sua gloria, e da felicidade pública⁶¹. Por isso jámais se pôde dizer, que hum Legislação he má, pois jámais quem o profere pôde ter feito as combinações, e conhecido o Systema, como quem a fez. [...]

No principio da nossa Monarchia a Legislação era perfeita, e a *Jurisprudencia* toda era *Feudal*⁶²; e por tal conto todo o tempo desde o principio até o Reinado de D. João I., que eu reputo a Epocha certa da entrada do Direito Romano⁶³; e nesta Epocha

⁶⁰ “E sendo certo, que toda a Legislação de qualquer Estado tem sua origem ou nascimento, progresso, augmento, e decadencia, passando por differentes tempos e Estados, em que sempre influem os costumes, que nelles reinão; e que os nossos Compiladores dos Codigos posteriores não forão Filósofos, nem como taes capazes de abstrahir a Legislação, e de a modificarem conforme os tempos, averiguando as forças e paixões do coração e espirito humano; mas sem attenderem ás mudanças, que de necessidade ha e deve haver em todas as Legislações, se referirão sempre ás Leis antigas: [...]” *Synopsis Chronologica de subsidios ainda os mais raros para a Historia e estudo critico da Legislação Portuguesa...*, ordenada por José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, vol. I [desde 1143 até 1549], p. 92.

⁶¹ “Le législateur est à tous égards un homme extraordinaire dans l'Etat. S'il doit l'être par son génie, il ne l'est pas moins par son emploi. Ce n'est point magistrature, ce n'est point souveraineté. Cet emploi, qui constitue la république, n'entre point dans sa constitution: c'est une fonction particulière et supérieure qui n'a rien de commun avec l'empire humain; car si celui qui commande aux hommes; [...]. Voilà ce qui força de tous tems les pères des nations de recourir à l'intervention du ciel et d'honorer les dieux de leur propre sagesse, afin que les peuples, soumis aux loix de l'Etat comme à celles de la nature, et reconnaissant le même pouvoir dans la formation de l'homme et dans celle de la cité, obéissent avec liberté et portassent docilement le joug de la félicité publique.” ROUSSEAU, Jean-Jacques – «Du législateur», in *Du Contrat Social, ou Principes du Droit Politique*, Chez Le Prieur, Paris, 1791, cap. VII, pp. 63-66.

⁶² Para todas estas questões, fundamentadas em Tomás António de Vila Nova Portugal, v. SECO, António Luís de Sousa Henriques – «Qual a epocha de introdução do direito romano em Portugal: Opiniões ácerca della», in *Manual Historico de Direito Romano...*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1848, § 2, pp. 47-53.

⁶³ “A introdução do direito romano em Portugal não é anterior ao decimo quinto seculo. Basta, diz um jurisconsulto portuguez, abrir o codigo d'ElRei D. Affonso V, que começa a receber a disposição em que appareceo no tempo de D. João I, para reconhecer a influencia d'aquella legislação; basta tambem examinar a ordem cronologica n'elle seguida para adquirir a certeza de que a mistura das legislações

considero o Reinado de D. Diniz, como o tempo medio que preparou a mudança; pois huma Legislação não muda, sem que os costumes e a educação tragaõ circumstancias, que dependaõ de novas Leis⁶⁴.

Desde o tempo de D. João I. até ElRei D. Manoel conto a Segunda, em que supponho o *Direito Romano* estabelecido no Fôro; porém como huma Legislação nova, que se entranhava com a Legislação nacional⁶⁵: e neste tempo ainda que ha o Codigo de D. Affonso V., esse não he cousa nova, mas a publicação do que

não estava ainda feita, e que ella não apresentava um corpo de doutrina continuada, mas sim uma simples coordenação de leis differentes. Das investigações d'Antonio de Villanova a este respeito resulta, que se convem attribuir á casa d'Aviz a introducção do direito romano em Portugal, justo é differir até ao reinado de D. Manoel o trabalho, que elle houve de soffrer para se combinar com a antiga legislação do reino: desde esta ultima epoca, os jurisconsultos se esforção para fazer concordar tantas opiniões divergentes. Começando no reinado de D. Sebastião fazem diligencias para combinar os elementos do processo. É certo que a alta sagacidade de D. Pedro teve grande parte nos trabalhos relativos á administração, e que o Codigo Affonsino, modificado no tempo de D. Duarte, foi em parte obra sua." DENIS, Fernando – *Portugal Pittoresco ou Descrição Historica d'este Reino*, Typographia de L. C. da Cunha, Lisboa, 1846, pp. 205-206.

⁶⁴ "Por este tempo começou a ter uso a jurisprudencia de Justiniano, ou o *Direito Romano*, cujo estudo, aberto em Bolonha no seculo 12.º, foi immediatamente frequentado por alumnos de todas as partes da Europa, que alli concurriram a ouvir, como oráculos, os famosos glossadores Azão e Accursio, aos quaes se seguiram depois Bartolo e Baldo. E ainda que sómente se possa asseverar a sua introducção em Portugal desde o tempo de D. Affonso III., com tudo no reinado seguinte estava tão acreditado, que se mandou ensinar na Universidade, e se generalizou abertamente. Deste Direito eram pela maior parte extrahidas as leis das partidas de Castella, mandadas traduzir em portuguez por D. Diniz, e fonte de muitos artigos da nossa legislação posterior." ROCHA, Manuel António Coelho da – *Ensaio sobre a Historia do Governo e da Legislação de Portugal, para servir de introducção ao estudo do Direito Patrio*, 3.ª edição, com correccões e aditamentos, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1851, § 95, p. 79.

⁶⁵ "As sete Partidas, as quaes forão traduzidas por mandado do Senhor Rei D. Diniz, e que por muito tempo tiverão uso no nosso Foro, de tal sorte, que algumas das nossas Ordenações chegão a serem quasi traduzidas dellas; as primitivas Ordenações systematicas do Senhor Rei D. Affonso V., as do Senhor Rei D. Manoel, as *Filippinas* não tiverão o Direito Romano illustrado pela Escola de Cujacio; porém sim pelas Escolas, que então reinavão." SILVA, José Veríssimo Álvares da – *Introducção ao novo Codigo, ou Dissertação Crítica sobre a principal causa da obscuridade do nosso Codigo authentic*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1780, § 2, p. 162.

mandou fazer D. João I. e D. Duarte⁶⁶. O caracter desta Epocha he o de hum combate e vacillação, que fazia o choque das duas Legislações contrarias, a Romana e a Feudal, igualmente recebidas; a Feudal como primeira na Lei, a Romana como primeira na educação dos executores da Lei⁶⁷.

A Terceira Epocha principiando no tempo de ElRei D. Manoel deve durar até o Reinado do Senhor D. José; mas neste espaço diversos caracteres fazem os diversos tempos da preparação para a posterior⁶⁸. Até ElRei D. Sebastião, o seu caracter he a vacillação das opiniões, que suscitou o combate⁶⁹; o que fez necessaria a *Escola de Bartholo*, á qual se deve o apparecer caminho mais seguro para a concordia⁷⁰. O resultado he a Jurisprudencia dos *Arestos*⁷¹, que principiando em D. Sebastião, durou muito tempo; e esta he melhor que a antecedente, pois mostrando aos olhos a opiniaõ adoptada, se lhe deve maior certeza. O ultimo he do tempo do Senhor D. João V., em que os trabalhos de huma Academia⁷² protegida, fazendo commoção nos espiritos, fizeraõ buscar livros de gosto para as questões de Historia; porém que por hum

⁶⁶ CAETANO, Marcello – *Lições de História do Direito Português*, Coimbra Editora, 1962, pp. 256-257.

⁶⁷ «Introdução», em LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, p. LXI.

⁶⁸ SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da – «Sobre os compiladores das Ordenações Filipinas», separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 264 [s. n.], Lisboa, 1977.

⁶⁹ «Prelecções de Direito Patrio dadas por Ricardo Raymundo Nogueira no anno de 1795 a 1796», in *Jornal de Jurisprudencia*, , n.º 5, 11 Abril 1866, pp. 74-79.

⁷⁰ ALBURQUERQUE, Martim de – «Bártolo e Bartolismo na História do Direito Português», 1981.

⁷¹ DUARTE, Inocêncio de Sousa – *Arestos. Repertorio manual dos juizes, delegados, advogados e empregados judiciais, contendo a doutrina e decisões...*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1871.

⁷² Neste sentido, é de realçar o cômputo documental presente em *Collecçam dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza...*, ordenada por D. Manuel Telles da Silva, vols. I-XVI, Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa Occidental, 1721-1736. Em complemento: COSTA, Mário Alberto Nunes – *Heurística e Historiografia na Academia Real da História Portuguesa*, M. A. N. Costa, Lisboa, 2002.

consenso natural de toda a Litteratura, fizeraõ achar entre elles a Montesquieu⁷³, a Grocio⁷⁴, a Natal Alexandre⁷⁵, e a outros.

Isto preparou a Epocha actual desde o Reinado do Senhor D. José, em que o *Direito Público*, e a *Economia* com os seus diversos ramos sobre *Industria, Policia &c.* fizeraõ ao Direito Romano o mesmo choque, que este tinha feito ao Feudal. Esta Legislação não podia repentinamente entrar em Systema; cada Lei he a pedra de hum bello edificio, que por melhores córtes que tenha, não póde ter lugar, sem que o risco interêsse ao edificio inteiro⁷⁶. Reputou-se que o combate nascido deste choque era causado pelo Direito Romano, e elle foi proscrito na Lei de 18 de Agosto de 1769⁷⁷: seguio-se-lhe outro ainda maior pelo imenso vacuo que

⁷³ MONTESQUIEU, Charles de Secondat – *De L'Esprit des Loix*, 1758.

⁷⁴ GROTIJ, Hvgonis [ou Hugo Grócio] – *De Ivre Belli ac Pacis Libri Tres...*, Nicolaus Bvon, Paris, 1625.

⁷⁵ NOËL, Alexander – *Historia Ecclesiastica Veteris Novique Testamenti...*, Societatis, Veneza, 1771.

⁷⁶ “Mediram perto de cinco annos entre a reforma da Universidade e a morte do Senhor D. José I. Este tempo foi sufficiente, para que o Marquez de Pombal tivesse a satisfação de ver do sítio, onde se achava degradado, que a sua obra tinha alicerces muito profundos, para poder ser derribada pelos que pretendiam offuscar a sua gloria, paralygando, sem consideração pelo bem publico, o grande impulso, que o distincto estadista tinha dado á machina governativa. Quando uma administração forte emprehende com feliz exito grandes reformas, como aconteceu no reinado do Senhor D. José, é difficil ás subseqüentes adormecer na posse do poder, e não tentar alguma cousa, que marque a sua vitalidade. Na época, que decorreu desde a morte d’aquelle Monarcha até á do Sr. D. João VI, diversas providencias se adoptaram no intento de desenvolver a illustração geral, e de crear certas especialidades, que o serviço publico exigia. Mas não é difficil reconhecer, que nem taes providencias tinham o cunho de meditação, que presidira ás anteriores, nem os homens, que as promulgaram, possuíam a força ou o saber necessario, para as fazer fructificar.” CAMPOS, João Ferreira – «Apontamentos relativos á Instrução Publica», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Classe de Sciencias Moraes, Politicas, e Bellas-Letras*, t. II, Parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1863, pp. 10-11.

⁷⁷ “E se, numa acepção mais lata, até mesmo o escopo dogmático da interpretação do direito – a lei de 18 de Agosto de 1769, conhecida pela designação de lei da Boa Razão – concilia a doutrina do direito natural e a norma ditada pela prática jurídica das nações mais civilizadas com a tradição, faz todo o sentido que, no domínio cultural e educacional, a *recta ratio* jusnaturalista, convocada para fundamentar a limitação da liberdade dos súbditos e restringir a livre circulação

ficava no Systema, e elle tornou a ser adoptado nos Estatutos da Universidade de Coimbra⁷⁸.

Taes são os caracteres desta Epocha, que esperamos dê lugar a outra de toda a perfeição no novo Codigo; e as idéas que me proponho desenvolver nesta Memoria: para satisfazer não só a achar a Epocha da entrada do Direito Romano, mas o seu grão de authoridade nos diversos tempos⁷⁹.

O Autor revela-se um entusiasta do pensamento jurídico iluminista francês, incutido por Montesquieu, nomeadamente em *L'Esprit des Lois* [1748], mote inspirador para as doutrinas constitucionais do século XIX. Como tal, refere a preponderância dos estudos de Montesquieu acerca das origens da jurisprudência feudal, praticamente perfilhada em quase toda a Europa, ainda que, no caso português, conhecesse tipologias peculiares, como o direito de *mão morta* ou da servidão pessoal, como se observa.

Neste sentido, o Autor preocupou-se com as questões da subsistência, a procura de protecção por parte das populações e a ausência progressiva das liberdades individuais, condicionantes que proporcionaram o sistema feudal. Contrariando esta tendência europeia, sugere que as contendias ligadas aos direitos e liberdades fundamentais reformulavam-se à medida que a monarquia portuguesa se consolidava. Essa evidência foi perceptível no povoamento/repovoamento do território, como patente nas cartas de foral e

das ideias, acabe por funcionar como garantia de ampliação irrestrita da soberania régia.” *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coordenação de Ana Cristina Araújo, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2000, p. 15.

⁷⁸ Outra actualização: TELES, José Homem Correia – *Commentario critico à lei da boa razão, em data de 18 de Agosto de 1769*, Typographia de A. J. da Rocha, Lisboa, 1845.

⁷⁹ PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma: Qual seja a Epocha fixa da introdução do Direito Romano em Portugal; e o grão de authoridade que elle teve nos diversos tempos», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 377-379.

legislação régia, embora ainda perdurassem laivos dessa submissão nas *Ordenações Afonsinas*, como recorda. Após o fortalecimento da Coroa, os forais começaram a declinar, pelo que a legislação geral tendeu a uniformizar essa jurisprudência “fragmentária”. Com D. Manuel I procedeu-se a uma reforma dos forais, a partir daí meros registos de isenções e encargos locais, como Tomás António de Vila Nova Portugal evocou.

Fundamentou-se igualmente em Jean-Jacques Rousseau e no *Contrato Social* [1762], louvando a ideia da *soberania popular*, concretizada através do “contrato social”, segundo o qual cada indivíduo se deve submeter à vontade geral, expressão unânime da vontade de cada um, garantindo a liberdade e a igualdade de todos. A sujeição da Lei à vontade geral atestará a justiça, não cabendo ao poder executivo se não garantir a sua aplicação correcta, ideias verdadeiramente avançadas no nosso panorama, como se sabe.

Tentou compreender de que modo a *jurisprudência*, essa ciência do Direito, foi aplicada na interpretação das leis pelos sistemas político-jurídicos ao longo da História, estabelecendo-se como fonte de Direito. Observa-se, portanto, todo um vislumbre da História do Direito português, com especial acuidade na Idade Média e na segunda metade do século XVIII, revendo as leis, os usos e costumes que guarneceram a jurisprudência medieval e moderna sem deixar de rever as fontes da tradição latina, visigótica, bizantina e canónica. Embora os rudimentos do Direito Romano fossem conhecidos, demonstrou quando foi introduzido o Direito Romano em Portugal, mas também o seu grau de autoridade. Convinha relembrar ainda a oposição/retracção da justiça municipal a essas inovações, a qual vigorara demoradamente ao longo da primeira dinastia:

Montesquieu, que indagou com tanta profundidade a origem da *Jurisprudencia Feudal*⁸⁰, faz-nos conhecer bem, que a nossa de toda esta Epocha foi na conformidade de hum Systema, que a mesma origem, costumes, e quasi iguaes circumstancias tinha feito geralmente adoptar em toda a Europa⁸¹.

Este Systema deu origem ao Direito da *mão morta*⁸², ou servidão pessoal: as familias eraõ separadas, consequentemente tinhaõ Chefes; os povos assim tinhaõ Chefes como hum destes; estes outros e outros até o Soberano⁸³. Como neste tempo se vivia da cultura, sem industria nem commercio, a cultura he necessariamente sujeita ás aquisições dos grandes proprietarios⁸⁴; assim os povos para subsistirem tinhaõ de sacrificar a sua liberdade á cultura dessas terras, pois faltando os outros meios da

⁸⁰ Outra versão: MONTESQUIEU, Charles Louis de – *O Espírito das Leis*, introdução, tradução e notas de Miguel Morgado, «Textos Filosóficos», n.º 62, Edições 70, Lisboa, 2011.

⁸¹ «A Jurisprudencia feudal introduzio o uso dos censos muito differentes dos censos Romanos, dizendo Montesquieu que o censo Romano tinha differença do censo feudal, o primeiro era de homens livres; o segundo era de escravos; pagar censo, e ser servo era o mesmo no systema de direito feudal; o governo era todo militar; e por isso quem estava debaixo do poder militar, estava debaixo da jurisdicção civil. Os Senhores das terras, com o pretexto de protecção militar, exigião dos povos fructos, o gado, e os serviços, e tudo era censo das terras, que cultivavão; daqui nascêrão as clausulas, e convenções extravagantes dos Afforamentos, e Foraes fundados em costumes feudaes, que não poderão desaparecer de todo na reforma que fez ElRei D. Manoel [...]» *Plano de Reforma de Foraes, e Direitos Bannaes, fundado em hum novo systema emphyteutico nos bens da Coroa, de corporações, e de outros senhorios singulares...*, por Alberto Carlos de MENEZES, parte VIII, Impressão Régia, Lisboa, 1825, pp. 279-280.

⁸² Por «mão morta», entende-se o pagamento de uma taxa para a família servil permanecer no feudo, em caso do falecimento do pai ou da família. *Analyse, ou breve dissertação pela qual evidentemente se demonstra em geral como os corpos de mão morta destes Reynos são...*, Typographia Nunesiana, Lisboa, 1790.

⁸³ MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, 1994; SHORTER, Edward – *A Formação da Família Moderna*, tradução de Teresa Perez, «Pequena História», Terramar, Lisboa, 1995.

⁸⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera na Idade Média*, 1978.

subsistencia, não podia haver liberdade pessoal⁸⁵, que suppõe no arbitrio de cada hum o meio de subsistir. [...]

Naturalmente havia chegar hum tempo, em que augmentando-se as precisões, se havia vender pelos Proprietarios a liberdade dos póvos; mas se lhes havia de vender com reserva de algumas prestações annuaes⁸⁶; e haviaõ de ficar muitos vestigios desta servidaõ, sem que a Jurisprudencia estranhasse por injusto o que era menos que a servidaõ mesma⁸⁷.

A precisão appareceu em rasaõ das Cruzadas⁸⁸; a liberdade se deu nos Foraes, e neste tempo he que principiou a nossa Monarchia⁸⁹: por isso nós achamos os Foraes no principio dados por particulares, pois eraõ do Direito Dominial; se hoje são do Poder Legislativo, he porque hoje são tributos, o que entaõ eraõ fóros⁹⁰; se entaõ tinhaõ Leis penaes, he porque o Chefe de huma familia era o Juiz natural della.

Eis-aqui porque nós achamos tantos restos da servidaõ pessoal nesta nossa primeira Jurisprudencia⁹¹. Nos Reguengos houve obri-

⁸⁵ HEERS, Jacques – *Escravos e servidão doméstica na Idade Média no mundo mediterrânico*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983.

⁸⁶ IDEM – *O Trabalho na Idade Média*, 2.^a edição, tradução de Cascais Franco, «Colecção Saber», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988.

⁸⁷ SOARES, Torquato de Sousa – «A servidão pessoal nos primeiros tempos de Reconquista: nova contribuição para o esclarecimento de um velho problema», in *História de Portugal de Alexandre Herculano. Comemoração do centenário da primeira edição*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1954, pp. 47-64.

⁸⁸ HAMILTON, Bernard – *As Cruzadas*, tradução de Ana Melo, Temas & Debates, Lisboa, 2000.

⁸⁹ *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, 1996.

⁹⁰ FERREIRA, Joaquim Caetano – *O Problema da Reforma dos Forais: de Pombal ao Vintismo*, dissertação de mestrado em História Cultural e Política, FCSH-UNL [versão policopiada], Lisboa, 1986.

⁹¹ BRAGA, Teófilo – *História do Direito Portuguez. Os Foraes*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1868.

gação de povoar e cultivar, como mostra a Ord. Liv. 2. tit. 17⁹². No Foral de Santarem⁹³ se concede a liberdade como huma graça. No Foral de Leiria⁹⁴ se impõe a obrigação de morar hum anno. No de Castello Mendo⁹⁵ se obriga a assistir no alto do Monte, &c.⁹⁶

Na tentativa de compreender qual o papel do Direito Visigótico em Portugal e a força desse sistema jurídico, sobressaiu a combinação da influência clerical com a preponderância germânica. A autoridade eclesiástica foi determinante para a produção legislativa, fruto dos concílios e sínodos ecuménicos que contribuíram para esses *corpus* jurídicos. Refere que o Direito Canónico tinha, obviamente, uma intervenção directa na vida religiosa, mas identicamente na

⁹² “Por quanto achamos, que os Reys, nossos antecessores, defendéraõ, que os Fidalgos, e Cavalleiros não houvessem, nem adquirissem, nem possuissem bens nos reguengos: declaramos, que a dita defesa se não entenda naquelles reguengos, em que os possuidores deles podem livremente vender as herdades, e casaes, q nelles tem, a quem lhes aprouver, e em que não são obrigados morar pessoalmente elles, nem seus herdeiros. E nos outros reguengos, que tem obrigação de pessoalmente os Reguengueiros, e seus herdeiros para sempre morarem, queremos, q a dita defesa haja lugar. E quando por legitima successão lhes vierem de seus pays, e mãys, ou parentes, serão obrigados de os vender até hum anno a taes pessoas, que não sejaõ de semelhante condiçãõ; e que para pessoalmente nelles morarem, e povoarem, e pagarem o que por seus Foraes forem obrigados, possaõ ser constringidos. E fazendo o contrario, por esse mesmo feito percaõ os ditos bens para Nós: e se terá ácerca delles por nossos Almoxarifes, e Officiaes a maneira declarada no Titulo precendente.” Cf. «Em que reguengos os Fidalgos, e Cavalleiros pôdem haver bens», in *Ordenações Afonsinas*, livro II, tit. XVII.

⁹³ *Foral Antigo de Santarém*, edição crítica e estudo de Lina Marques Soares, Colibri, Lisboa, 2005; *Foral de D. Manuel I a Santarém*, estudo, transcrição e glosário de M.^a Helena da Cruz Coelho, CMS, Santarém, 2007.

⁹⁴ OLIVEIRA, João Filipe Mendes de – *Latim Medieval no Foral de Leiria de 1142*, dissertação de mestrado em Latim Medieval, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 199.

⁹⁵ Recebeu carta de foral por D. Sancho II, a 15 de Março de 1229. BARROCA, Mário – «O Aron de Castelo Mendo. Um novo testemunho sefardita na Beira Interior», in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, coordenação de Luís Oliveira Ramos, et al. vol. I, FLUP, Porto, 2001, pp. 185-190.

⁹⁶ PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma: Qual seja a Epocha fixa da introducção do Direito Romano em Portugal...», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, pp. 379-380.

vida quotidiana, ocasionando as conhecidas querelas com o Direito Romano ou, numa linha mais recente, com o Direito Civil.

A partir dos séculos XI-XIII, o Direito passou a ser desenvolvido nas universidades europeias e essa tendência manifestou-se, obviamente, na Universidade portuguesa, segundo a visão do Autor. Embora não houvesse uma *escola* de relevo no Direito, existia a preocupação em preparar devidamente uma classe burocrata para o serviço da Coroa. Existindo diversos “modelos de leis”, cada suserano aplicava a *lei* que lhe parecesse melhor, embora a autoridade centralizadora da Coroa se fizesse sentir crescentemente, como se pode aludir da legislação fernandina compilada nas *Ordenações Afonsinas*. A par do Direito Romano – o qual defende que não entrara na nossa legislação antes do reinado de D. Fernando –, a força do Direito Canónico exerceu uma enorme preponderância na justiça secular, influenciando nas questões dos recursos e apelos para instâncias superiores:

Nas Hespanhas sim tinha havido a Legislação Romana, mas no Codigo Wisigodo⁹⁷ ella ficou extincta: alguns costumes Romanos, que este adoptou diversos dos Barbaros, como fôraõ os testamentos, naõ se podem já chamar costumes Romanos⁹⁸; mas sim costumes Godos, que depois passáraõ aos costumes Feudaes, até que o Direito Romano os fez esquecer no seu todo⁹⁹. [...]

⁹⁷ MERÊA, Paulo – *Estudos de Direito Visigótico*, 1948.

⁹⁸ SARDINHA, Carlos Manuel de Pires – *Entre germanismo e romanismo: alta-traição e lesa-majestade no quadro dos problemas da História do Direito visigótico primitivo*, tese de doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2010.

⁹⁹ CRUZ, Guilherme Braga da – «Direito Romano Vulgar Ocidental», in *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito. Direito Antigo*, vol. I, 1.^a Parte, cap. VI, pp. 332-334.

Este poder Feudal era muito grande; os Senhores pouco se diferenciavam de Soberanos¹⁰⁰. Quando nós vemos que a hum Official de Justiça, que entrava a fazer huma citação, ou huma penhora no seu territorio, lhe cortava os pés, e o enforcava; não acabamos de pasmar da barbaridade de tal Systema¹⁰¹. No Municipal tambem houve o poder da *Alta justiça*¹⁰²; pois na Lei de D. Affonso V. se diz ser uso antigo „que em caso de pena de morte, cortamento de membro, ou confisco, se appelle dos Vereadores para ElRei.”¹⁰³ [...].

Nada mostra melhor como grassava por toda esta Epocha o Systema Feudal, que a Lei de D. Fernando *das malfetorias que os Fidalgos e Pessoas Poderosas fazem pelas terras aonde andão*¹⁰⁴. Este Monarcha nesta Lei cohibio muito; e na Lei sobre o uso da Jurisdicção dos Donatarios¹⁰⁵, e direito de Correição¹⁰⁶ tambem estabeleceu excelentes regras: mas isto foi cortar alguns ramos; e não foi deste Principe o tocar o Systema no tronco. Póde ser que

¹⁰⁰ FOURQUIN, Guy – *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*, 1987.

¹⁰¹ SÉRGIO, António – *Obras Completas. Ensaíos*, 2.^a edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, *et al.*, vol. V, Livraria Sá da Costa, Lisboa, p. 157.

¹⁰² REIS, António Matos – *História dos Municípios [1050-1383]*, 2007.

¹⁰³ «Do que mata, ou fere na Corte, ou arredor della», in *Ordenações Afonsinas*, livro V, tít. XXXIII, pp. 128-131. «Havia tambem, nos primeiros tempos da monarchia, a pena de cortamento de membros. É celebre na historia a lei de D. Affonso 2.º, pela qual ordena que, quando elle condemnar alguem á morte ou a *cortarem-lhe algum membro*, se não cumpra a sentença sem passarem vinte dias, porque na condemnação póde haver paixão, ou sanha, da qual elle se arrependa. Esta pena de cortamento de membros era principalmente o das orelhas, que se acha mencionado em muitos foraes, e cartas regias.» «De alguns castigos usados antigamente em Portugal», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. III, ft. 93, 9 de Fevereiro de 1839, p. 45.

¹⁰⁴ «Das malfetorias, que os Fidalgos, e pessoas poderosas fazem pelas Terras, hu andam», in *Ordenações Afonsinas*, vol. II, tít. LX, pp. 377-390.

¹⁰⁵ Esta situação manteve-se até à promulgação da lei de 19 de Julho de 1790, relativa aos direitos de jurisdição dos donatários, que aboliu “todas as jurisdições dos Arcebispos de Braga, assim na cidade como em todos os coutos e terras que lhes pertenciam.” ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. III, p. 9.

¹⁰⁶ «Dos Corregedores das Comarcas, e cousas, que a seus Officios pertencem», in *Ordenações Afonsinas*, livro I, tít. XXIII, pp. 116-150.

sem precederem estes impulsos, elle não podesse ser arrancado: mas para nós o contar a Epocha he do tempo que elle se arrancou.

Por tudo isto tenho por certo, que o Direito Romano não entrou na nossa Legislação até D. Fernando¹⁰⁷. Não duvido que houvesse Escolas, depois que D. Diniz fundou as Escolas Geraes¹⁰⁸; que os Doutores occupassem grandes empregos; que entre os Ministros Regios se achem huns chamados Doutores ou Licenciados em Leis e em Degredos: mas isto não he Direito Romano¹⁰⁹.

De acordo com Tomás António de Vila Nova Portugal, no reinado de D. João I, o nosso país inaugurava uma nova etapa da sua História, marcada por uma transição dinástica difícil e em que a independência esteve seriamente comprometida. Por outro lado, a crise sucessória de 1383-1385 reforçou a coesão e a identidade nacional. De um Portugal fechado e estruturado sobre si mesmo na dinastia afonsina, com os alvares da Idade Moderna ultrapassaria os limites geográficos e mentais da Europa.

Dentro dos vectores essenciais da governação de D. João I, foram criados os estímulos para o relançamento da economia portuguesa, estagnada financeiramente com as quebras sucessivas de moeda. Apoia a regulação do comércio interno e externo, legislando em novas matérias fiscais, onde se inclui a criação do imposto da *sis*a, que ainda existe. Servindo, de facto, para suportar os encargos de D. João I com as guerras com Castela, a partir de então todos os compradores e vendedores, sem excepção [incluindo os monarcas e

¹⁰⁷ CAETANO, Marcello – *História do Direito Português (sécs. XII-XVI)*, 2000.

¹⁰⁸ *História da Universidade em Portugal*, vol. I, t. I [1290-1536], Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra/Lisboa, 1997.

¹⁰⁹ PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma: Qual seja a Epocha fixa da introducção do Direito Romano em Portugal...», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, pp. 387-391.

a classe eclesiástica], tiveram de pagar a *sis*a, passando de imposto local a imposto nacional.

Com D. Duarte, um monarca mais direccionado para as “cousas” da governação do país [desde 1411], estipulou-se um novo rumo para a economia nacional e a identidade do país com dois factores geoestratégicos: África e o Atlântico. Não esqueceu a *Lei Mental*, promulgada por este monarca em 1434, com o objectivo de defender o património da Coroa. Determinava que as terras doadas, ou a doar, pela Coroa só podiam ser transmitidas ao filho varão primogénito e não podiam ser divididas. Esta disposição permitiu à Coroa reaver extensos bens patrimoniais e foi um importante instrumento de centralização régia até 1832.

Surge a necessidade de principiar as compilações das leis régias em uso no país, atendendo a uma selecção e sistematização dos diplomas jurídicos dos vários reinados. Atendia-se, assim, ao facto de existir legislação aprovada de modo assistemático e disperso, por um lado; e de ser necessário esclarecer o estatuto e a validade das normas do direito costumeiro, por outro. Publicadas entre 1446 e 1448, as *Ordenações Afonsinas* foram o primeiro código legal português e influenciaram a organização das colectâneas subsequentes. Consolidando as leis e resoluções régias anteriores, as *Ordenações Afonsinas* adoptaram disposições do Direito Romano e do Direito Canónico, das *Leis das Siete Partidas*, etc. Portugal renascia lentamente e com desequilíbrios, mas com uma estratégia cada vez mais definida em termos jurídicos, longe dos tempos conturbados da transição dinástica, em que a implementação do Direito Romano foi peremptória:

O Reinado de D. João I. he a grande Epoque da mudança da nossa Legislação¹¹⁰. A crise que soffreu o Estado pelas guerras

¹¹⁰ PERES, Damião – *D. João I*, 2.^a edição, Vertente, Porto, 1983, pp. 143-144.

infelices de D. Fernando¹¹¹, os trabalhos para a elevação de D. João I., e as guerras que se lhe seguirão, mostrá-lo-ão a occasião de mudar hum Systema¹¹², que já não podia servir em rasão dos costumes: hum Systema que fazia toda a nação guerreira, assim como dava todas as virtudes militares na guerra, infundia tambem o seu character violento no tempo da paz¹¹³. As célebres Leis da Cavallaria¹¹⁴, que sustentavaõ os costumes, tinhaõ afrouxado: manteve-os algum tempo a severidade de D. Pedro I., que não sería *Justiceiro*, se os costumes o não pedissem¹¹⁵; mas a desordem rompeu por toda a parte succedendo D. Fernando, que até deixou o uso em que os Monarchas estavaõ de andar pelo Reino em Correição para emmendala¹¹⁶. [...]

Como a Corôa tomou o onus de pagar o serviço da guerra¹¹⁷, precisava fundos para essas despesas do Estado: elles consistirão em dinheiro, e bens da Corôa; mas o dinheiro, e doações da Corôa eraõ dados a cada hum, não segundo a sua nobreza, ou serviço que fazia, mas segundo a necessidade que elle tinha para se

¹¹¹ MARTINS, Armando – *Guerras Fernandinas (1369-1371, 1372-1373, 1381-1382)*, «Batalhas da História de Portugal», vol. III, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2006.

¹¹² COELHO, M.^a Helena da Cruz – *D. João I*, 2005.

¹¹³ MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2010.

¹¹⁴ LLULL, Ramon – *Livro da Ordem de Cavalaria*, tradução de Artur Guerra, 2.^a edição, Assírio & Alvim, Lisboa, 2002.

¹¹⁵ LOPES, Ricardo António Pereira – *Justiça criminal nos reinados de D. Afonso IV e de D. Pedro I*, dissertação de mestrado em História Medieval, FCSH-UNL [versão policopiada], Lisboa, 2003.

¹¹⁶ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi, 2.^a edição, revista, INCM, 2004; GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, «Reis de Portugal», vol. IX, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I, vol. I (1367-1383)*, organização de A. H. de Oliveira Marques, INIC/Centro de Estudos Históricos [FCSH-UNL], Lisboa, 1990.

¹¹⁷ MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2011.

sustentar: áquelle que tinha menos contia¹¹⁸, se lhe davaõ terras; aos que tinhaõ maior doação de terras, se lhe dava menos contia ou soldo¹¹⁹; mas a todos segundo os seus bens patrimoniaes.

Estes novos fundos fizeraõ necessario o tributo das Sizas¹²⁰, que desde entaõ ficou perpetuamente na Corôa para as despesas do Estado; fez necessaria a Lei Mental¹²¹ que fizesse reverter muitas vezes os bens doados, pois era preciso renumerar muitas vezes; fez necessario o augmentos das jugadas¹²²; a imposição do sal¹²³; as heranças dos Mouros¹²⁴; e assignar em fim quaes eraõ as Regalias. [...] e ultimamente as Regalias ou Direitos Reaes, que entaõ se entráraõ a conhecer, e que D. Duarte mandou colligir do Direito Romano a Ruy Fernandes¹²⁵, fundáraõ o novo Systema.

¹¹⁸ «Contia», in *Elucidário...*, vol. II, p. 130.

¹¹⁹ «Soldo», in *Elucidário...*, vol. II, p. 569.

¹²⁰ GONÇALVES, Iria – «Sisas», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, pp. 1-2.

¹²¹ «Os Bens da Corôa tinham sido regulados na primeira Estirpe da Monarchia tradicionalmente. Alguns dos Soberanos, ou por character, ou por urgencia, tinham sido delles prodigos. O mesmo Auctor da Lei, com um Contendor tal como ElRei de Castella, e ainda um partido contrario dentro do Reino, tinha sido obrigado a ouvir o Conselho, a dar o que possuia, e até prometter o que ainda havia de adquirir. Os dous motivos, que acabo de lembrar, derão occasião á Lei Mental, cuja sancção se acha nos nossos Codigos, e cujo objecto é regular a successão dos Bens da Corôa, e não revogar Doações [...]» RIBEIRO, João Pedro – «Lei Mental», in *Reflexões Historicas*, Parte I, p. 116.

¹²² «Jugada», in *Elucidário...*, vol. II, pp. 338-339.

¹²³ «D. João I respondeu que os impostos lançados sobre o sal foram determinados pelas necessidades da guerra, e portanto não haviam de se queixar, pois se trava do bem comum. Nas Cortes de Santarém de 1434 também os povos se queixavam do imposto que D. João I lançara sobre o sal. Valia cada moio 30 e 40 réis; descontando o imposto e despesas, sobejavam em cada moio 7 réis ou pouco mais, e assim não era possível reparar ou fazer muitas marinhas. Respondeu D. Duarte, que pelas muitas despesas e encargos que lhe ficaram do tempo de seu pai, se encontrava em circunstâncias mais de aumentar que de diminuir as suas rendas.» ALMEIDA, Fortunato de – *História de Portugal. Instituições Políticas e Sociais de 1385-1580 e de 1580-1816*, vol. II, p. 238.

¹²⁴ «De como ElRey deve herdar os Mouros forros moradores em seus Regnos, e Senhorio», in *Ordenações Afonsinas*, livro II, tit. XXVIII, pp. 222-242.

¹²⁵ Sobre o doutor Rui Fernandes e a sua participação nas *Ordenações Afonsinas*: MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, vol. II, pp. 804-808.

Esta Collecção das Regalias he o ponto fixo, em que acaba a Jurisprudencia Feudal¹²⁶; pois quando se põem as balisas, he que se sabe o que não pôde exceder-se¹²⁷.

Ao longo da Idade Média europeia exerceu-se essencialmente o Direito Romano, enraizado nas zonas dominadas pelo Império, embora o latim fosse gradualmente substituído pelas línguas vernáculas. Surgiram, porém, infindas dificuldades, uma vez que a legislação não estava totalmente codificada ou dispersa de modo fragmentário. Nas regiões nórdicas vigoraram códigos com características germânicas, mas cada vez mais pesavam as normativas emanadas do pensamento de Bártolo, de Acúrsio ou dos *Glosadores*, influenciando a História do Direito na Europa. Era impreterível unir progressivamente as conjugações do Direito Romano para o Direito Pátrio, estruturalmente essencial à edificação do Estado moderno.

Nesta conjunção, recordou o papel de João das Regras [c. 1340/1345-1404], formado em Leis por Bolonha, universidade onde dominavam as doutrinas favoráveis à monarquia e à burguesia, em oposição ao poder feudal. Esta corrente favorecia o acesso dos letrados burgueses cargos públicos em contraposição à grande nobreza. Nomeado reitor da Universidade de Lisboa aquando da crise de 1383-1385, será o elemento defensor na eleição do Mestre de Avis como rei nas Cortes de Coimbra [1385]. Dedicou-se à elaboração das novas legislações para o fortalecimento do poder real, estando na génese da *Lei Mental*, publicada por D. Duarte. Defendeu que todas as leis possuem as virtudes e lacunas, mas todas procuram, no seu

¹²⁶ CRUZ, Guilherme Braga da – «O direito subsidiário na história do direito português», in *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito. Direito Moderno*, vol. II, 2.ª parte, pp. 296-298.

¹²⁷ PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma: Qual seja a Epocha fixa da introdução do Direito Romano em Portugal...», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, pp. 391-394.

tempo, prover soluções aos problemas, não devendo, portanto, cair-se na crítica cega face à época em que se vive:

Esta he que deve ter-se pela Epocha fixa da entrada do Direito Romano¹²⁸; pois não deve contar-se por tal a entrada dos livros, em que elle estava escrito, nem dos Glossadores¹²⁹, que o interpretáraõ: isso fôraõ as sementes, que tinhaõ de germinar, estender-se, gostar-se, até chegarem a fazer o sustento commum.

Os nossos Bispos, que sempre andavaõ no caminho de Roma, traziaõ de França, e de Italia¹³⁰ as Compilações principalmente de Graciano¹³¹ (que como era dos Concilios de Hespanha¹³², teve logo entre nós muita authoridade), as obras de Durant chamado o *Speculator*¹³³, de Alberico de Rosate¹³⁴, de Guido Papa¹³⁵, que todos escrevêraõ por 1280. até 1300., e de outros¹³⁶. Isto adquiria-se

¹²⁸ CRUZ, Sebastião – *Direito Romano [Ius Romanum]. Introdução. Fontes*, vol. I, 1984.

¹²⁹ *Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Idade Média*, 1996.

¹³⁰ OLIVEIRA, P.^e Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, edição revista e actualizada, «Biblioteca da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994.

¹³¹ Graciano, também chamado Franciscus Gracianus, Jean Gratien ou Johannes Gratianus [sécs. XII-XIII]. SEQUEIRA, Domingos – «O Decreto de Graciano (1140)», in *Os Presbíteros Diocesanos e o seu envolvimento na Política: Proibição e Excepção. Estudo histórico-canónico-teológico*, Editrice Pontificia Università Gregoriana, Roma, 2004, pp. 51-57.

¹³² HUFFSTOT, M.^a da Luz Velloso da Costa – *As Origens do Cristianismo na Lusitânia*, 2008.

¹³³ Refere-se a Guillaume Durand, ou William Durand[t] [c. 1230-1296], conhecido como Durandus, Duranti ou Durantis, ou ainda *Speculator*. Foi um célebre canonista e bispo de Mende. *The Rationale Divinorum Officiorum of William Durand of Mende...*, transcrição e notas por Timothy Thibodeau, Columbia University Press, 2007.

¹³⁴ Albericus, Alberico de Rosate, ou Rosciate [c. 1290-1354/1360?], famoso jurista italiano. ROSATE, Alberico – *Prima (-secunda) Super Digesto Veteri...*, vols. I-II, Thoman Bertheau, Lyon, 1545.

¹³⁵ *Gvidonis Papæ I.Vtrivsqve consultissimi et... Decisionis...*, Ioannis Antonij & Samuelis de Tournes, Genebra, 1667. Frequentemente confundido com o jurista francês Guy de Le Pape [1402-1487].

¹³⁶ PRICE, B. B. – *Introdução ao Pensamento Medieval*, tradução de Teresa Curvelo, Edições ASA, Porto, 1996; LUSCOMBE, David – *O Pensamento Medieval*, tradução de Lucília Rodrigues, «Fórum da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 2001.

com custo, por não haver ainda a estampa¹³⁷; e com muito mais se adquiria a sciencia: estimavaõ-se assim como huns tesouros; e disso vem os privilegios dos livros, de que se ficou dispondo separadamente da herança, sem entrarem no cumulo dos bens, para a Igreja, ou para collação entre os filhos, segundo os testadores eraõ Ecclesiasticos ou Seculares. Os que adquiriaõ tal reputação, que nas mesmas Embaixadas¹³⁸ apparecia sempre hum Doutor, que allegava muitos textos para provar a justiça de hum negocio. Na elevação do Senhor D. João I. sabe-se muito bem quanto se deveu á doutrina de João das Regras¹³⁹. Dos negocios públicos passou aos negocios particulares; passou depois aos Juizos; influio nos costumes, e entaõ he que entrou na Legislação: e os antigos costumes cedêraõ ás novas Leis, que largamente offerecia o Corpo do Direito Romano¹⁴⁰. [...]

Eis-aqui pois o character da Jurisprudencia nesta Epocha, duas Legislações contrárias, a Feudal ou Patria, e a Romana; ambas em igual gráo efectivo de authoridade; a Patria, porque assim o dizia a Lei; a Romana, porque assim o pedia a necessidade de julgar os casos occorrentes: e estas duas Legislações em hum contínuo choque¹⁴¹; porque sendo, como mostrei, os seus principios contrarios, em cada caso que occorria era necessario buscar distincções, e sahidas para as conciliar. [...] Não posso deixar de repetir, que toda a Legislação he boa no seu tempo; mas he preciso conhecela, e entrar no seu espirito¹⁴².

¹³⁷ Por exemplo, v. LABARRE, Albert – *História do Livro*, 2005. Sublinhado nosso.

¹³⁸ MARTINEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2010.

¹³⁹ SILVA, Nuno José Espinosa Gomes da – «João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha: 1378-1421», 1960.

¹⁴⁰ CRUZ, Sebastião – *Direito Romano [Ius Romanum]. Introdução. Fontes*, vol. I.

¹⁴¹ MERÊA, Paulo – *Estudos de História do Direito. I. Direito Português*, 2007.

¹⁴² PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma: Qual seja a Epocha fixa da introducção do Direito Romano em Portugal...», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, pp. 395-400. Sublinhado nosso.

Promulgadas por D. Manuel, as *Ordenações Manuelinas* [1521] tinham como objectivo reformar as anteriores *Ordenações*, não sendo distantes do *corpus* anterior, visto a sistematização ser análoga, apesar da técnica legislativa ser mais apurada. Ou seja, um código jurídico sistematizado, onde a jurisprudência assume uma faceta inteiramente moderna. Com as reformas manuelinas dos forais, efectua-se a quase extinção da força de lei dos costumes medievais. Principia o confuso “reino da opinião”, em que as teorias e considerações dos jurisconsultos europeus lançam a confusão na aplicação efectiva das leis, a que o nosso país não foi alheio.

Finalmente, as *Ordenações Filipinas* reformaram radicalmente o Direito português, sendo promulgadas por Filipe III de Espanha [II de Portugal]. Surgiram devido à necessidade de incorporar as leis dos reinados anteriores, sendo consideradas as menos originais, mas mantiveram-se activas até à promulgação do Código Civil [1867] e no Brasil, apesar de todas as transformações sociais e da própria independência, até 1916. Continham os mesmos cinco livros que as colectâneas anteriores, ou seja, a mesma distribuição de matérias. Contudo, estabeleceram alguns princípios diferentes no espírito das leis gerais, vigorando excessivamente a dominação do Direito Romano:

Formo esta Epocha do Codigo de ElRei D. Manoel por maior clareza, mas não por necessidade, pois a II. desde D. João I. bem se podia estender até o Reinado do Senhor D. José. Com tudo nesta Epocha ha hum Codigo Systematico, e a Jurisprudencia toma nova face¹⁴³; [...].

Assim a Jurisprudencia tomou neste Reinado de D. Manoel huma face mais coordenada, e Systematica: pois vemos sahir

¹⁴³ ALBUQUERQUE, Martim de, e ALBUQUERQUE, Ruy de – *História do Direito Português*, vol. I, FDUL, Lisboa, 1984-1985.

nelle o Codigo deste Principe já reduzido a Systema¹⁴⁴, e tal que ainda hoje governa com as pequenas alterações, que depois fez a Filippina¹⁴⁵; e vemos fazer a reforma dos Foraes¹⁴⁶; obras que pozeraõ a nossa Legislação no melhor ponto de perfeição, que entaõ era possivel¹⁴⁷.

Na Ordenação de D. Manoel deixando as antigas Leis encontradas, se fez em cada titulo hum corpo de doutrina, cujos principios tivessem analogia huns com os outros¹⁴⁸. Nos Foraes se tiráraõ as Leis penaes, e forenses, que eraõ Feudaes; e se conserváraõ os Direitos Senhoriaes, segundo os usos mais communs¹⁴⁹, deixando de todos os que eraõ muito onerosos, injustos, ou de servidaõ: com tudo na Ord. que se compillou dos votos dos Desembargadores da Supplicação, e da Casa do Civel sobre esta materia se vê bem, que esta grande reforma se deve sómente ao Direito Romano. [...]

A Jurisprudencia desde este tempo já não aparece no antigo character de vacillar entre a Legislação Feudal, e a Legislação Romana, e de tratar de as combinar; este Systema já estava feito¹⁵⁰: o que apparece he vacillando entre opiniaõ e opiniaõ,

¹⁴⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁵ Sublinhado nosso, atendendo à data em que esta *Memoria* foi publicada [1793].

¹⁴⁶ *Os Forais Novos do Reinado de D. Manuel. Colecção do Banco de Portugal*, estudo de José Manuel Garcia, Banco de Portugal, Lisboa, 2009.

¹⁴⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – «Ordenações Manuelinas», in *História de Portugal. O Século de Ouro (1495-1580)*, 4.ª edição, vol. III, Editorial Verbo, Lisboa, 1980, pp. 215-216.

¹⁴⁸ FURTADO, M.ª Luisete Almeida – *As Ordenações Manuelinas: alguns aspectos sócio-culturais*, tese de licenciatura em Ciências Históricas, FLUL [versão polycopiada], Lisboa, 1965.

¹⁴⁹ *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, vol. III, pp. 153-154.

¹⁵⁰ “As Ordenações Manuelinas já tinham traçado uma linha de orientação sobre as preferências nas escolhas dos autores. Mantendo a preferência a dar à Glosa de Acúrsio e aos comentários de Bártolo – que aqui continuavam a estar presentes, por citação directa ou por evocação indirecta –, mandava-se ter em conta os autores mais modernos porque, nos termos adoptados, normalmente seguiriam orientações mais

e tratando de combinar as opiniões dos DD., buscar as razões de decidir na Lei Romana, e conciliar as contradicções, que os primeiros Mestres Bartholo, Baldo, Decio, e outros tinhaõ commettido¹⁵¹. Principia pois aqui o reino da Opinião, que faz nesta Epocha a primeira côr¹⁵².

O Autor alertou para a necessidade da *Lei da Boa Razão*, um diploma promulgado em 1769. Modificou profundamente a *praxis* do Direito em Portugal, cujo verdadeiro impacto já se notava à época da publicação desta *Memoria*. Fruto do espírito iluminista, estabelecia um preceito racional para a validação das leis, segundo o qual só eram aceitáveis os diplomas [passados, futuros ou adoptados de outras nações] que não colidissem com os princípios da Razão [a *boa razão*]. A supremacia do Direito Pátrio face ao Direito Romano

conformes à boa razão. Na verdade, é durante os sécs. XV e XVI que, por toda a Europa, os grandes tribunais curiais – desde as Rotas romana ou pisana aos Tribunais de Corte portugueses, napolitanos ou milaneses – passam a constituir normas de decidir que se instituem em referência doutrinal. A sua prática, que é «digestiva» tanto das leis como da silva das opiniões, disputa à *opinio communis doctorum* o papel de dirigir a doutrina, sendo certo que a balança cada vez se inclina mais para estas interpretações *praticadas* nos conselhos colaterais dos reis.” HESPANHA, António – «Direito Moderno e intertextualidade. Direito próprio e direito comum em <De Jure Lusitano> (1645), de Mateus Homem Leitão», in *Outros Combates pela História*, coordenação de M.ª Manuela Tavares Ribeiro, «Documentos», Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, p. 480.

¹⁵¹ “Como a Escola de Bartholo, na qual se / tinham concentrado todos os erros, defeitos, e vi/cios dos Glossadores, foi o Seminario de todas as / Especulaçoens Cerebrinas; que extinguiram o / Lume da Jurisprudencia; arruinaram a certe/za do Direito; e o fizeram todo arbitrario e depen//dente da authoridade dos Doutores; Pareceu que / devia ser proscripta das Aulas Juridicas para / em Lugar della adoptar-se a Escola Cujaciana q / he a unica que acertou com o verdadeiro caminho / da genuina intelligencia das Leys ou sejam Ci/vis ou Canonicas, ou Patrias.” LEMOS, D. Francisco de – «Faculdades Juridicas de Canones, e Leys», in *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*, «II Centenário da Reforma Pombalina», Universidade de Coimbra, 1980 [f.º 52], p. 47. Primeiramente publicada por Teófilo Braga: LEMOS, D. Francisco de – *Exposição dirigida a sua Alteza Real o Príncipe Regente*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1899.

¹⁵² PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma: Qual seja a Epocha fixa da introducção do Direito Romano em Portugal...», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, pp. 402-404.

e o Direito Canónico era total, ficando confinados aos casos omissores àquele. O costume assumia-se como uma fonte subsidiária do Direito, desde que não colidisse com os dois princípios anteriores. A Lei da Boa Razão retirava, então, a autoridade jurídica ao Direito consuetudinário e a pertinência do Direito Canónico nos tribunais civis, reduzindo drasticamente o domínio do Direito Romano.

Todavia, a reforma pombalina no ensino do Direito consistiu igualmente na imposição de uma determinada orientação doutrinal às diferentes cadeiras. Os *Estatutos*, além de terem particularizado o programa de várias disciplinas, influíram decisivamente na eleição da escola de jurisprudência considerada preferível. Baniram, no que toca ao Direito Romano e Canónico, o método da Escola Bartolista e enaltecera as directrizes metodológicas oriundas da Escola Cujaciana, com as quais Tomás António de Vila Nova Portugal concordava em absoluto:

A Legislação do Senhor Rei D. José foi segundo os principios destas novas Sciencias¹⁵³; mas como foi nas cousas principaes, e não em hum corpo de Systema, nem a mudança podia ser repentina¹⁵⁴; e como foi por diversos annos, fez no Fôro hum combate immenso, porque as Leis feitas do novo Systema, se querião entender pela Jurisprudencia antiga¹⁵⁵. Por isso se prescreveu na Lei de 18. de Agosto o Direito Romano, ou para melhor dizer a Escola de Bartholo, e Opiniões de DD.¹⁵⁶: e entendendo-se

¹⁵³ GAVER, Ruth Maria – *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*, tese de doutoramento em História do Direito apresentada à FDUC, EDIPUCRS, Porto Alegre, 1996.

¹⁵⁴ A morosidade das reformas jurídicas é tradição antiga, como se demonstra...

¹⁵⁵ A introdução de novas leis sempre gerou reacções de resistência e não-aceitação...

¹⁵⁶ *Lei da Boa Razão: Carta de Lei para se julgar pela Ordenação do Reyno, e Leys Pátrias, de 18 de Agosto de 1769*, Centro de História da Cultura/FCSH-UNL, Lisboa, 1994 [fac-simile da edição de Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1769]; ALMEIDA,

outra vez esta Lei do Direito Romano, e não da combinação que delle se fizera com o Feudal, a que confusamente se chamava Direito Commum, e Direito Romano¹⁵⁷; foi necessario explicala nos Estatutos da Universidade¹⁵⁸; em que se mandava estudar o verdadeiro Direito Romano segundo a Escola de Cujacio¹⁵⁹, com

Carlos Marques de – *Reflexão epistemológica sobre a Lei de 18 de Agosto de 1769 (Lei da Boa Razão): subsídios para a História do Estado de policia pombalino*, 1991.

¹⁵⁷ MERÊA, Paulo – *Direito Romano, Direito Comum e Boa Razão*, Coimbra Editora, 1940.

¹⁵⁸ “Mostrará quaes foram os primeiros, que publicáram no Occidente os Livros *Basilicos*; quaes as diversas Edições, e Notas, que sobre elles tem feito os Restauradores da Jurisprudencia Romana nas Regiões Occidentaes. Exporá o grande soccorro, que dos Basilicos, e dos outros Livros do *Direito Greco-Romano* tirou Cujacio, para restituir a luz a muitas Leis Romanas, que antes delle se não entendiam: Os progressos, que pelo mesmo caminho fez depois a sua Escola: Os descobrimentos, que se podem ainda fazer por quem seguir o mesmo rumo. E concluirá persuadindo não só com razões claras, e incontestaveis, mas tambem com exemplos sensiveis a necessidade, que tem os Juristas de unirem o estudo do Direito Grego com o do Romano; para poderem adquirir o conhecimento sólido, e profundo da Jurisprudencia Romana: Fazendo ver, quanto se enganáram alguns Autores, que por ignorarem a Lingua Grega, se não envergonhâram de ensinar o contrario.” Cf. «Continuam-se ainda as Lições do Primeiro anno do Curso Juridico pelo que toca ao Estudo da Historia do Direito Civil Romano, e Portuguesez», in *Estatutos da Universidade de Coimbra...*, livro II, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1772, tít. III, cap. VI, § 49, p. 349.

¹⁵⁹ Refere-se ao jurisconsulto francês Jacob Cujacio [1522-1590]: “A Segunda Providencia consiste em se formarem novos Estatutos, nos quaes se desterre das Aulas Juridicas a barbara Escola de *Bartholo*; assim como a sua Jurisprudencia se acha já desterrada do Foro destes Reinos. Em lugar della se deve estabelecer, e mandar seguir a Escola de *Cujacio*. Na conformidade desta se deve regular o Curso Juridico; não se admittindo a Mocidade a matricular-se em Direito sem a necessaria instrucção das Letras Humanas, e Disciplinas Filosoficas; introduzindo-se novamente no dito Curso Lições públicas das principaes Disciplinas Subsidiarias da Jurisprudencia; reformando-se as da Instituta do Direito Romano; instituindo-se de novo as da Instituta de Canones; mandando-se, que destas Lições Subsidiarias, e Elementares se passe logo ás Syntheticas, e depois ás Analyticas de huma, e outra Jurisprudencia; e ordenando-se tambem o ensino público do Direito Patrio por hum Professor privativo. E se deve concluir, dando-se com muito cuidado todas as mais Providencias, que parecerem adequadas, e proprias para estabelecer na Universidade a boa ordem; emendar todos os vicios dos reprovados Estatutos; e acautelar, e impedir para o futuro todas as suas más consequencias.” *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas e dos estragos feitos nas Sciencias e nos Professores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos Estatutos por elles fabricados*, parte II, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1772, cap. II, § 333, p. 310.

o Direito Público, e com a Economia, para daqui resultar o que se deve chamar Direito Patrio¹⁶⁰.

Personalidade política eminente nos últimos anos do reinado de D. João VI, reuniu sob a sua alçada as pastas ministeriais do Reino, da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e da Marinha, concentrando em si praticamente todo o mecanismo governativo. Absolutista irredutível, Tomás António de Vila Nova Portugal contestou a reacção branda ao pronunciamento liberal de 24 de Agosto de 1820. Defendeu a necessidade de recorrer à força para subjugar os revoltosos, pois, no seu entender, quaisquer cedências colocavam em perigo o trono e a pessoa do monarca. Aliás, nessa convicção, tentou dissuadir D. João VI de regressar a Portugal, o que, efectivamente, não conseguiu. A sua resistência feroz às actividades liberais ficou, de resto, explícita em alguns diplomas que promulgou, designadamente no alvará de 30 de Março de 1818, o qual lançava o réprobo sobre a Maçonaria e outras sociedades secretas. Ainda que fosse fidalgo e comendador das ordens de Avis e da Torre e Espada, após o seu regresso a Lisboa, viveu na obscuridade e morreu na miséria, a 16 de Maio de 1839.

Se atentarmos às *Memorias* de Tomás António de Vila Nova Portugal observa-se, de facto, o seu entusiasmo pela História do Direito português. Aparentemente dir-se-ia ser uma *Memoria* particionada em duas partes – sobre os morgados e o Direito Romano

¹⁶⁰ PORTUGAL, Tomás António de Vila Nova – «Memoria ao Programma: Qual seja a Epocha fixa da introdução do Direito Romano em Portugal...», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, pp. 414-415. Destacamos para este período, as indicações de SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e – *Prelecções de Direito Patrio, Publico e Particular...*, vols. I-III, Real Imprensa da Universidade, 1793-1805. Consulte-se MERÊA, Paulo – «Notas sobre alguns lentes de Direito Pátrio no período 1772-1804», separata do *Boletim da Faculdade de Direito*, n.º 36 [s. n.], Coimbra, 1961; MELLO, Gonçalo de Sampaio e – *O Ensino do Direito Pátrio na Universidade de Coimbra (1772-1805)*, dissertação de mestrado em História do Direito, FDUL [versão policopiada], Lisboa, 1985.

em Portugal –, mas, na verdade, são duas *Memorias* distintas, ainda que partilhem o mesmo contexto histórico-jurídico. Constituem, assim, dois exercícios historiográficos com enorme valor académico e que anunciam uma época de interrogações sociais e jurídicas, daí o seu préstimo.

- XXIII -

VICENTE JOSÉ FERREIRA CARDOSO DA COSTA
[1765-1834]

Na sequência dos objectivos historiográficos da Academia Real das Ciências, especialmente no âmbito jurídicos, surge-nos uma *Memoria* consagrada à aplicabilidade/utilidade, ou não, das legislações portuguesas no ofício jurista até aos finais do século XVIII. Da autoria do académico de número Vicente José Ferreira Cardoso da Costa¹ [Baía, 1765-Ponta Delgada, 1834], seria o único ensaio editado nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*. Magistrado notório, político interventivo e intelectual de cariz constitucionalista, publicou abundantes elogios laudatórios, peças jornalísticas polémicas versando

¹ «Vicente José Ferreira Cardoso da Costa», in *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. VII, pp. 427-432; vol. XX, pp. 7-8; MACHADO, António de Oliveira Amaral – «Vicente José Ferreira Cardoso da Costa», in *Gazeta dos Tribunaes*, n.º 701, Typographia da *Gazeta dos Tribunaes*, n.º 701, Lisboa, 18 Abril 1846; «Vicente José Ferreira Cardoso da Costa», in *Portugal. Diccionário Historico...*, vol. II, p. 755; «Vicente José Ferreira Cardoso da Costa», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. V, pp. 910-911.

o Direito e a Política², nomeadamente como director do periódico *O Velho Liberal*³ [1821-1826].

Como doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, leccionou posteriormente algumas disciplinas sobre História do Direito, mas optaria pela carreira jurídica e será indigitado juiz desembargador no Tribunal da Relação do Porto, sem esquecer outras responsabi-

² Apresentamos uma listagem dos principais trabalhos de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa: *Elementa juris emphyteutici commoda methodo juventuti academicae...*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1789; *Compilação Systematica das Leis Extravagantes de Portugal...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1799, 1806; *Oração dirigida ao muito alto e muito poderoso Senhor D. João Príncipe Regente de Portugal pelo Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, offerecendo-lhe a medalha, que a cidade do Porto mandou cunhar para memoria do dia, em que o mesmo Senhor se dignou de começar a reger estes Reinos no seu Real Nome*, Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, Lisboa, 1800; *Memoria sobre a avaliação dos bens de prazo...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1802; *Observações sobre um artigo da Gazeta de Lisboa*, W. Lewis, Londres, 1811; *Observações do Dr. Vicente Jose Ferreira Cardozo da Costa sobre um artigo da Gazeta de Lisboa de 29 de Outubro de 1810*, W. Lewis, Londres, 1811; *Explicação imparcial das observações do Dr. Vicente Jose Ferreira Cardoso da Costa sobre hum artigo da Gazeta de Lisboa de 22 d'Outubro de 1810*, H. Bryer, Londres, 1812; *O autor dá explicação das observações à Gazeta*, W. Lewis, Londres, 1813; *O Author da explicação imparcial das observações á Gazeta desencantado, e defendido pelo Dr. Vicente Jozé Ferreira Cardozo da Costa a que se ajunctou...*, W. Lewis, Londres, 1813; *Análise das teses de Direito Enfitêutico*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1814; *Os bons desejos de hum portuguez, ou a sua receita para se animar a circulação paralisada acudindo-se aos males do papel-moeda e a miseria publica...*, Typographia de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1822; *Elogio a S. M. o Senhor D. João VI*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1823; *Notas criticas do Dr. Vicente Jose Ferreira Cardoso da Costa a huma carta attribuida a... o Sr. General Stockler para o... Sr. Conde dos Arcos, datada de 2 de Janeiro de 1821...*, Typographia de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1822; *Resposta do doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa às perguntas feitas pelo senhor redactor do periodico intitulado O Fiscal dos Abusos...*, Imprensa Régia, Lisboa, 1826; *Allegação do desembargador Vicente José Ferreira Castro Cardoso da Costa, contra o Coronel Nicolao Maria Rapozo do Amaral, sobre a cauza de evicção...*, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa, 1839; *Allegação do desembargador Vicente José Ferreira Castro Cardoso da Costa, contra o Coronel Nicolao Maria Rapozo do Amaral, sobre benfeitorias*, Typographia do Director, Lisboa, 1839; *Carta ao Deputado J. B. Medeiros Mantua*, Typographia de Eugenio Pacheco, Ponta Delgada, 1900 [reimpressão].

³ *O Velho Liberal* foi publicado entre 3 de Fevereiro de 1821 [n.º 1] e Outubro de 1826 [n.º 16] na Typographia do Galhardo, em Lisboa. Cf. *Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*, vol. II, 2002, § 5119, p. 321; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, Departamento de Ciências Humanas da Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2000, pp. 111-115.

lidades públicas. No decurso das Invasões Francesas, é acusado de *jacobinismo* devido às suas ligações à Maçonaria⁴ e por simpatizar com as ideias revolucionárias francesas. Por conseguinte, é detido no processo da *Setembrizada*⁵ por suspeitas de colaboracionismo com as forças de ocupação na primeira Invasão Francesa. A maioria dessas detenções realizou-se entre 10 e 13 de Setembro de 1810, daí a designação de *Setembrizada*, motivada pelo pânico gerado com a segunda Invasão Francesa em território nacional, sob o comando do general Soult⁶ [1769-1851].

Recolhidos ao Forte de São Julião da Barra, em Lisboa, a maior parte dos prisioneiros foram embarcados na fragata *Amazona*, sob escolta britânica, para a ilha Terceira, nos Açores. Entre os detidos encontravam-se, além do Autor, vários intelectuais que muito contribuíram para o Liberalismo em Portugal, entre os quais Domingos Vandelli⁷, Manuel Ferreira Gordo⁸ [?-1830], José Sebastião de Saldanha de Oliveira e Daun⁹ [1777-1855], Jácome Ratton¹⁰ [1736-1820], entre outras individualidades de relevo. A chegada da *Amazona* desencadeou grandes distúrbios populares na cidade de Angra [26 de

⁴ DIAS, Graça & José Sebastião da Silva – *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. I, parte II, p. 554.

⁵ NEVES, Lúcia Pereira das – «Um Baiano na *Setembrizada*: Vicente José Cardoso da Costa», in *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*, Revan, Rio de Janeiro, 2003; MELLO, Milton F. de – *A Setembrizada*, Directoria de Documentação e Cultura, Recife, 1951.

⁶ GOTTERI, Nicole – *Le Maréchal Soult*, Bernard Giovanangeli Éditeur, Paris, 2000.

⁷ MENDES, António Rosa – «O Naturalista Domingos Vandelli: novos elementos para a sua biografia», separata de *Clio*, n.º 5 [s. n.], Lisboa, 1986, pp. 99-105.

⁸ Cf. *Memoria historica e juridica dos procedimentos criminosos, que teve o desembargador Victorino José Cerveira Botelho do Amaral, no dia 8 de Julho, contra Manoel Ferreira Gordo*, Typographia de M. P. de Lacerda, Lisboa, 1822.

⁹ DAUN, José Sebastião de Saldanha de Oliveira e – *Quadro historico politico dos acontecimentos mais memoraveis da Historia de Portugal, desde a invasão dos francezes no anno de 1807, até á exaltação do senhor D. Miguel ao throno de Portugal*, Impressão Regia, Lisboa, 1829.

¹⁰ *Recordacoens de Jácome Ratton... sobre occurrencias do seu tempo em Portugal, durante o lapso de sesenta e tres annos e meio, alias de Maio 1747 a Setembro de 1810 que rezidio em Lisboa...*, H. Bryer, Lisboa, 1813.

Setembro de 1810], dado transportar proscritos acusados de “jacobinos, maçónicos e hereges”, os quais conspirariam para a “destruição da Santa Religião e do Reino”. Os detidos permaneceriam exilados aqui alguns anos, constituindo o núcleo dos “deportados da Amazona”, cruciais na instauração do regime liberal no arquipélago e fazendo da ilha Terceira um dos redutos¹¹ contra as forças absolutistas de D. Miguel.

Consequentemente, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa fixar-se-ia nos Açores, estabelecendo uma das famílias mais prestigiadas de Ponta Delgada. Regressaria a Lisboa com o intuito de “limpar” o seu bom nome e contribuir para a causa constitucional [1822 e 1826], mas não conseguiria almejar tal propósito. Retira-se para a ilha de S. Miguel, dedicando-se quase exclusivamente aos negócios familiares¹² até ao final da vida, abandonando progressivamente os estudos literários, políticos e jurídicos, embora muitos trabalhos permaneçam inéditos¹³.

Nesta *Memoria*, o Autor chama a atenção para o exame das “leis antigas” anteriores às Ordenações Filipinas, atendendo a que este cômputo ainda estava em vigor [1796], pese a urgência de reformas

¹¹ Alguns vieram a falecer no cativeiro, mas em 1814, em sinal de regozijo pela queda de Napoleão, o Príncipe Regente D. João concedeu ampla amnistia a todos os prisioneiros políticos no reino, notícia que chegou a Angra já em 1815. Apenas alguns dos presos foram autorizados a retornar a Portugal. MAIA, Francisco de Ataíde Machado de Faria e – *Um Deportado do “Amazonas”. Monografia Histórica. Época Liberal nos Açores (1810-1834)*, elaborada sobre os papéis de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, 2.^a edição [s. n.], Ponta Delgada, 1930, pp. 365-373.

¹² Foi nas terras do Cabouco, na ilha de São Miguel, que o juiz desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa fez as primeiras experiências com a cultura do tabaco. Mandou recolher semente de tabaco e fez experiências na Quinta do Tanque e no Nordeste. *Considerações sobre o proveito da cultura do tabaco em São Miguel pelo Doutor Vicente José Ferreira Cardoso*, Typographia do Correio, Ponta Delgada, 1848; *Correspondência oficial relativa à comissão de que foi encarregado o doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa sobre os melhoramentos da ilha de S. Miguel, em 1824-1828*, Typographia do Archivo dos Açores, Ponta Delgada, 1881.

¹³ CARVALHO, Ruy Galvão de – «O Espólio Poético do Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XLI, BGUC, Coimbra, 1992, pp. 191-208.

para estabelecer um Código Civil¹⁴, baseado na matriz franco-alemã. Segundo a sua perspectiva, era importantíssimo compreender as leis antigas, as quais interessavam ao historiador e ao político, mas principalmente ao jurista na resolução dos problemas legais do quotidiano. Nessa conjuntura, também subscreve elogiosamente a *Lei da Boa Razão*, de 18 de Agosto de 1769, daí a conveniência de um julgamento justo fundamentado no racionalismo, a aplicar, particularmente, nos casos omissos.

Como o próprio refere, a profissão de jurista, tal como as leis, sofreram transformações ao longo da História, pelo que é imprete-rível ao *homem de leis* conhecer os antecedentes históricos da sua actividade. Muito além de averiguar a História do Direito por capricho ou vaidade, tornava-se veemente abranger a evolução legislativa, tantas vezes contraditória entre si, para que se pudesse empregar a melhor decisão possível:

O Estudo das nossas Leis antigas¹⁵ interessa por hum modo ao Historiador, por outro ao Político, e por outro ao Jurista. Ao Historiador interessa por si mesmo; porque a Legislação antiga ha de fazer necessariamente huma parte da historia antiga¹⁶.

¹⁴ Entre outros trabalhos, vejam-se *Explicação da arvore que representa o prospecto do Codigo Civil Portuguez...*, Typographia de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1822; *Que he o Codigo Civil? Ao Ill.^{mo} Sr. José Joaquim Rodrigues de Bastos...*, Typographia de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1822; *Explicação da arvore que representa o prospecto de um Codigo Civil...*, Impressão Régia, Lisboa, 1827.

¹⁵ *Synopsis Chronologica de subsidios ainda os mais raros para a Historia e estudo critico da Legislação Portugueza...*, ordenada por José Anastácio de Figueiredo Ribeiro, vol. I [desde 1143 até 1549], p. 92.

¹⁶ “[...] E com huma taciturnidade tão venenosa, como esta, causáram tres consequencias todas terriveis, e todas muito funestas á Jurisprudencia. A Primeira foi a profunda ignorancia de todas as sobreditas espécies de Historia, em que veio a cahir o commum de todas as Ordens, e Classes dos Juristas destes Reinos. A Segunda o falso, e errado conceito, que por fim se imprimio nos espiritos dos mesmos Juristas, de que as lições das referidas Historias lhes eram mais nocivas, do que uteis, pela grande, e infallivel distracção, que lhes haviam occasionar dos Estudos do Direito; os quaes se lhes fez crer que pedem huma applicação tão successiva, e contínua, que

Ao Político interessa como hum subsidio para os seus estudos; porque estudando elle a Legislação antiga, vendo o tempo, e a occasião, em que se estabelecêraõ tais, e tais Leis, os fins a que se dirigiraõ, e a maneira por que influiraõ para os fins propostos, não póde deixar de deduzir regras mui seguras para se regular em semelhantes occasioens no governo do Estado¹⁷. Mas nem o interesse, que tem o Historiador em o estudo das nossas Leis antigas, nem o que tem o Político, he o objecto do meu trabalho. Este limita-se ao interesse, que o Jurista póde tirar de hum tal estudo para a sua profissão¹⁸.

A profissão do Jurista he saber as Leis, e sabelas applicar. Mas sendo a Jurisprudencia Civil mudavel, e alterando-se frequentemente á porporção que se alteraõ os costumes, e se mudaõ os interesses do Estado, he certo, que as Leis que primeiramente o interessaõ, saõ as novas, por serem aquellas, de que elle ha de fazer a applicação na prática: e que a Legislação antiga entra para com elle sómente em a classe dos estudos de ornato, se ella não he a que ainda tem vigor, e não influe para o conhecimento da Legislação nova¹⁹. Ninguem ha de negar o nome de Jurista

não póde dar treguas a estudos estranhos, e indifferentes, como ao mesmo tempo se lhes persuadia serem os da Historia a respeito da Sciencia das Leis. A Terceira o absoluto, e perpétuo divorcio, em que ultimamente se poz a Jurisprudencia, e a Historia nas Escolas Juridicas desta Monarquia. Consequencias, que todas unidas puzeram a Jurisprudencia em hum apertadissimo bloqueio, e totalmente lhe impediram, e cortáram toda a communicação, e soccorro da Historia; do que tudo resultou reduzir-se a mesma Jurisprudencia ao funesto, e lamentavel estado, a que infelizmente chegou nestes Reinos.” *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas...*, Parte II, 1771, cap. II, §§ 190-194, pp. 231-232.

¹⁷ CHORÃO, Mário Bigotte – «Lei», in *Polis. Enciclopédia Verbo das Literaturas da Sociedade e do Estado – Antropologia Cultural, Direito, Economia e Ciência Política*, vol. III, direcção de José Bigotte Chorão, et al., Editorial Verbo, Lisboa, 1986, cols. 1031-1046.

¹⁸ Sublinhado nosso, aludindo à pertinência dos objectivos do Autor.

¹⁹ LIMA, João Evangelista Campos – *O Estado e a evolução do Direito*, Aillaud & Bertrand, Lisboa, 1914.

áquelle, que sabe perfeitamente a Legislação do seu tempo²⁰, e ignora as Leis antigas da sua Nação, que se achão sem vigor; assim como ninguem ha de dar aquelle nome, ao que souber as Leis antigas do seu Paiz, ignorando entretanto a sua Legislação moderna. A regra pois he esta: Ou a Legislação antiga ainda tem vigor, ou influe no conhecimento da Legislação moderna; ou nem tem vigor, nem influe no conhecimento da Legislação moderna: nos primeiros dois cazos o seu estudo he necessario ao Jurista, no terceiro he para elle sómente hum estudo de luxo, e de ornato²¹.

Em determinado momento, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa interroga o Leitor: “Será o estudo das leis anteriores às Ordenações Filipinas só um estudo de ornato para o jurista ou ser-lhe-á, de alguma maneira, necessário?” Ou seja, valerá a pena estudar leis antiquadas, quando, em boa verdade, o jurista deve restringir-se às leis vigentes? É lógico que a resposta é elucidativa, embora o jurista deva patentear a ostentação, ou *ornato*, na indagação desses saberes, mas procurar uma certa humildade profissional e seriedade ética.

Assinala vários exemplos históricos anteriores à promulgação das Ordenações Afonsinas, nomeadamente as leis das sisas e dos reguengos, sem negligenciar as regras impostas à esfera íntima dos indivíduos, dos órfãos, os seus bens e tutores, o embargo das sentenças régias, etc. Seguindo uma linha comparativa, verifica a evolução, ou contradição, nas Ordenações Manuelinas, assim como a lei em vigor nas Ordenações Filipinas. Defendeu que o labor do jurista não se restringe a conciliar normas aparentemente díspares, mas a tentar

²⁰ NEVES, António Castanheira – «O papel do jurista no nosso tempo», separata do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XLIV, FDUC, Coimbra, 1968, pp. 83-142.

²¹ COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da – «Influencia do conhecimento das nossas Leis antigas em os estudos do Jurista Portuguez», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1796, pp. 101-102. Repetição da ideia sobre o estudo de ‘luxo e ornato’ ao longo desta *Memoria*.

dominar as diferenças entre as leis que versam o mesmo móbil. Ao não se conhecer as particularidades de cada lei, nomeadamente os seus antecedentes, o jurista estaria a desempenhar um mau serviço à comunidade e ao Estado, o que importava precaver:

Exemplo III. a Ord. Liv. V. tit. 17. §. 3²².

Falla-se neste §. dos que peccaõ carnalmente com cunhada, e diz-se no meio d'elle: E se for no terceiro, ou quarto grão será elle degradado dois annos para a Africa: *e ella tres para Castro Marim com barço, e pregaõ na audiencia segundo a differença das pessoas*. Como he isto? Propoem a Ordenação sómente huma pena: *com barço, e pregaõ na audiencia*, e diz que ella se imporá segundo a differença de pessoas? Para que tenha lugar esta consideração de pessoas he necessario, que hajaõ duas penas. O Jurista estudando sómente as Ordenaçoes Filippinas, vê-se-hia aqui em hum grande embaraço; mas não lhe succederia outro tanto, se elle estudasse tambem as Leis antigas. Neste caso conheceria logo, que esta Ordenação está truncada, e que isso era primeira causa da difficuldade. Acha a sua fonte na Ord. Man. Liv. V. tit. 13. §. 4.²³, e

²² “E se algum dormir com sua cunhada no primeiro grão de afinidade (postoque algumas das pessoas, per quem se causou o cunhadio, seja falecida), sejam degradados dez annos para o Brasil, para differentes Capitánias, se for no segundo grão, irá elle degradado por cinco annos para Africa, e ella tres para Castro-Marim, com barço e pregão na audiencia, segundo a differença das pessoas. Porém, se nos ditos casos, ou pessoas houver outra qualidade, por onde, por assi terem ajuntamento carnal, mereçam maior pena; que a conteúda em cada um dos casos desta Ordenação, não tolhemos, que a hajam, segundo o caso for, e disposição de nossas Ordenações e Direito. E além das sobreditas penas perderão seus bens nos grãos [...]” «Dos que dormem com suas parentas e afins», in *Ordenações Afonsinas*, livro V, tit. XVII, § 3, pp. 255-256.

²³ “E qualquer homem, que dormir com alguma sua cunhada no primeiro grão d'afinidade, sejam degradados dez annos pera a Ilha de Sam Thome. E se for no segundo grão, seram degradados cinco annos pera cada huu dos Lugares d'Alem em Africa. E se for no terceiro, ou quarto grão, seram degradados dous annos pera cada huu dos ditos Lugares com barço e preguam na Audiencia, segundo a differença das pessoas; e esto posto que alguma das pessoas, por cuja causa se causou o cunha-

nelle o fim deste vers. assim: *e ella tres annos para Castro Marim com barço, e pregaõ, na audiencia segundo a differença das pessoas*, e restituindo deste modo á sua integridade a Ordenação Filippina, já acha duas penas a saber, barço com pregaõ, e pregaõ na audiencia, que podem ser empregadas segundo a differença das pessoas. Porém não sendo isto ainda bastante para intelligencia perfeita daquelle lugar, estudando mais as Leis antigas acha, que nellas se fazia differença entre as pessoas nobres, e as que o não eraõ, pelo que respeita ao pregaõ; que aos nobres se lia quasi sempre o pregaõ na audiencia, e nunca com barço, e que aos que o não eraõ, se lia o pregaõ pelas ruas, e com barço. Conhece isto da Ord. Man. Liv. V. tit. 10. §. 3.²⁴ tit. 30. pr.²⁵ tit. 34. pr.²⁶ tit. 40. §. 1., 2.²⁷, e ainda da Ord. Filip. Liv. V. tit. 33. pr.²⁸ tit. 35. §. 4.²⁹ tit.

dio, seja finada. E porem se nos ditos casos, ou pessoas ouuer outra qualidade, por onde por assi auerem a ajuntamento carnal merecem maior pena, que a contheuda em cada huu dos casos desta Ordenaçam, nom tolhemos que a nom aja, segundo o caso for, e a disposiçam do Dereito, e Nossas Ordenações sobre ello feitas.” «Dos que dormem com suas parentas, e affiis, e cunhadas», in *Ordenações Manuelinas*, livro V, tit. XIII, § 4, pp. 50-51.

²⁴ «Do que mata ou fere na Corte, ou em qualquer parte do Reyno, ou tira arma na Corte. E do que tira com beesta, e do escauro que arrancar arma contra seu senhor», in *Ordenações Manuelinas*, livro V, tit. X, § 3, p. 39.

²⁵ «Dos Refiães», in *Ordenações Manuelinas*, livro V, tit. XXX, proémio, p. 89.

²⁶ «Dos que arreneguem, e blasfemam de Deos, e dos seus Santos», in *Ordenações Manuelinas*, livro V, tit. XXXIV, proémio, pp. 96-97.

²⁷ «Das pessoas que sam escusas d’auer pena d’açoutes, ou outras penas viis. E dos casos em que o nom deuem seer», in *Ordenações Manuelinas*, livro V, tit. XL, §§ 1-2, pp. 117-118.

²⁸ «Defendemos que nenhuma pessoa tenha manceba teúda em mancebia, de que receba bemfazer, ou ella delle. E o que o contrario fizer, assi elle, como ella, sejam açoutadas publicamente pelo lugar, em que isto fôr; e elle será degradado para Africa, e ella para o Coutro de Castro-Marim até nossa mercê, e mais cada hum deles pague mil réis, para quem os accusar. Porém, sendo elle Scudeiro, ou se tratar como tal, seja sómente degradado para fóra de Villa e termo para sempre com pregão na audiência, e mais pague os ditos mil réis.” «Dos ruffiães e mulheres solteiras», in *Ordenações Filipinas*, livro V, tit. XXXIII, proémio, p. 1184.

²⁹ «Dos que matão, ou ferem, ou tirão com Arcabuz, ou Bésta», in *Ordenações Filipinas*, livro V, tit. XXXV, § 4, pp. 1185-1186.

138. pr. e §. 1.³⁰ E tendo-se servido das Leis antigas para aquelles dois fins entende perfeitamente aquella Ordenação³¹.

Ciente do carácter humanitário desta questão, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa interessou-se identicamente pela utilização da pena de morte³² desde as origens de Portugal, preocupações expressas nas Cortes de Coimbra [1211], promovidas por D. Afonso II e mencionadas por Fr. António Brandão, sem omitir o demandado nas Ordenações ou os precedentes justinianos, considerado um direito supremo da Coroa. Neste ponto, esta *Memoria* deixa antever as posições que Portugal assumiu e que foram, em grande parte, resultado das doutrinas de Cesare Bonesana [1738-1794], marquês de Beccaria³³. Salienta-se, neste contexto, como se sabe, a actividade de

³⁰ «Das pessoas que são escusas de haver pena vil», in *Ordenações Filipinas*, livro V, tit. CXXXVIII, proémio, § 1, pp. 1315-1316.

³¹ COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da – «Influencia do conhecimento das nossas Leis antigas em os estudos do Jurista Portuguez», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, pp. 107-108.

³² Em 1772 ocorreu a última condenação à pena de morte de uma mulher, pelo que, desde o reinado de D. Maria I deixou de vigorar a pena de morte aplicada a mulheres. Foi, de facto, com o movimento liberal que se caminhou para uma resolução definitiva. Para além dos escritos teóricos, foram também publicadas algumas leis avulsas que denotam uma certa permeabilidade à ideia de abolição, como foi o caso do decreto promulgado por D. João VI em 1801, que comuta a pena de morte dos condenados noutros castigos, salvo os autores de crimes extremamente graves. Na Constituição de 1822, um dos artigos proclamava a abolição das penas cruéis e infamantes, mas nada dizia acerca da pena de morte. No Código Penal de 1837 continua-se a preconizar o seu uso, mas Portugal assumiu uma posição de vanguarda, comparativamente ao resto da Europa. No entanto, a Reforma Judiciária de 1832 introduzia uma novidade: a possibilidade do recurso à clemência régia. A última execução capital ocorreu em Lagos, em 1846. O Acto Adicional de 1852 abolia a pena de morte para delitos políticos. Em 1867 consagra-se na Reforma Penal e das Prisões a abolição da pena de morte para todos os crimes. Portugal foi, de facto, o primeiro país a adoptá-la sob a forma de lei na Reforma Penal de 1867, recebendo aplausos entusiastas de importantes figuras europeias.

³³ MARQUES, Domingos Guimarães – «Pena de Morte: de Beccaria aos tempos de hoje», separata de *Scientia Iuridica*, n.º 25, Livraria Cruz, Braga, 1976; MANUPPELLA, Giacinto – *Cesare Beccaria (1738-1794): panorama bibliográfico*, Coimbra Editora, Coimbra, 1964.

Pascoal José de Melo Freire dos Reis³⁴ [1738-1798], o qual, por ordem de D. Maria I, elaborou um projecto para o Código Criminal³⁵, onde transparecem as ideias preconizadas por Beccaria.

Contudo, revela-se cauteloso quando aborda a pena de morte, dado Portugal conservar os hábitos do Direito Penal clássico, considerando esta doutrina algo incoerente. António Ribeiro dos Santos³⁶, o principal autor das *Memorias de Litteratura Portuguesa*, pode considerar-se um dos primeiros abolicionistas entre nós, como se observa nas suas intervenções no *Jornal de Coimbra*³⁷ [1815], alertando para a inconveniência da pena de morte no período sensível do pós-guerra e nas vésperas liberais:

O Jurista estudando as nossas Leis acha a Ord. Liv. V. tit. 138. pr.³⁸, e nella estabelecido, que quando o Principe condemnar alguma pessoa á morte, ou a cortamento de algum membro por seu motu proprio, sem outra alguma ordem, ou figura de Juizo, se suspenda a execução da tal sentença por vinte dias; se me não engano he tão necessario ao Jurista saber, que esta Lei se acha já no Codigo Manoelino Liv. V. tit. 60.³⁹, e que o Senhor Rei. D. Affonso II. a tinha já estabelecido em as Côrtes de Coimbra de

³⁴ *O Novo Codigo do Direito Publico de Portugal, com as provas*, compilado por Pascoal José de Melo de Freire dos Reis, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1844.

³⁵ *Ensaio do Codigo Criminal, a que mandou proceder a Rainha Fidelissima D. Maria I, composto por Pascoal Jose de Mello Freire, que a Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. João VI...*, Typographia Maigrense, Lisboa, 1823.

³⁶ Vejam-se os nossos comentários dedicados a este Autor nesta obra.

³⁷ SANTOS, António Ribeiro dos – «Discurso sobre a pena de morte e reflexões sobre alguns crimes», in *Jornal de Coimbra*, vol. VII, n.º XXIII, Parte II, 1815, pp. 101-147.

³⁸ «Das pessoas que são escusas de haver pena vil», in *Ordenações Filipinas*, já referenciado.

³⁹ «Dentro de quanto tempo se faram as execuções das penas corporaes, e que os condenados sejam primeiro confessados», in *Ordenações Manuelinas*, livro V, tit. LX, pp. 199-200.

1211.⁴⁰ segundo refere Brandaõ Monarquia Lusitana Liv. XIII. Cap. 21⁴¹; [...] Acha tambem na Ord. L. II. tit. 20.⁴², que se não dê fé alguma ás Escripturas feitas pelos Escrivaens dos Bairros, e Notarios em negocios civís, e julgo taõ necessario ao Jurista Portuguez saber além disso, que hum tal Lei se acha já na Ord. Man. Liv. II. tit. 10.⁴³, [...]. Dirá a caso alguem, que he necessario ao Jurista Portuguez o conhecimento de todas as Leis Romanas, e de Espanha, que tiverem alguma semelhança, ou dessemelhança das nossas? Certamente não. Pois ha de ser obrigado todo o que confessar isso, a confessar tambem, que não he necessario ao Jurista Portuguez o conhecimento de todas as nossas Leis antigas, mas que o saber muitas dellas lhe serve só de luxo, e de ornato⁴⁴.

⁴⁰ PERES, Damião – «As Cortes de 1211», separata da *Revista Portuguesa de História*, n.º 4 [s. n.], Coimbra, 1947; DIAS, Nuno Pinto – *Cortes Portuguesas de 1221 a 1383*, Universidade do Minho [versão policopiada], Braga, 1987.

⁴¹ «Outras muitas cousas ordena, que seria longo referir, pertencêtes todas â boa administração da justiça, bom governo do Reyno, emparo, & defensão dos menos poderosos, as quais mostraõ bem seu bom animo, & desejo de acertar em tudo. Seria crime se deixassemos de referir hũa ley que fez contra si (assi o podemos dizer) quando com ira desse alguma sentença, porque daqui se ve o Santo intento que elRey tinha de proceder em tudo, conforme a ley diuina, & obrigação de seu officio. São as palauras da ley as seguintes. *Porque a sanha foe embargar o coração que nom pode ver diretamente as cousas, por ende estabelecemos, q se porventura no monumento de nosso coração a alguem julgarmos morte, ou que lhe cortem algum membro, tal sentença seja prolongada ata vinte dias, & des biem diante será a sentença a execução se a nos em este comenos não reuogarmos. Estas & outras semelhantes foraõ as leys que elRey D. Affonso fez no principio de seu Reinado.*» BRANDÃO, Fr. António – «Das leys que elRey D. Afonso Segundo mandou fazer para bõ gouerno do Reyno», in *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, livro XIII, cap. XXI, p. 107.

⁴² «Que nom façam obra por Carta, ou Aluara d'ElRey, nem de alguu seu Official, sem primeiro passar pola Chancelaria; e que as cousas cujo efecto ha de durar mais de huu, nom passem por Aluares», in *Ordenações Manuelinas*, livro II, tit. XX, pp. 94-98.

⁴³ «Que os Escriuaens dos Viguiros guardem a taixa das escripturas, que he dada aos Escriuaens da Corte, e nom façam elles, nem outros alguus Escriuaens dos Prelados, ou dos Moesteiros, e Notarios Apostolicos escripturas, em que alguu Leiguo seja parte», in *Ordenações Manuelinas*, livro II, tit. X, pp. 35-36.

⁴⁴ COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da – «Influencia do conhecimento das nossas Leis antigas em os estudos do Jurista Portuguez», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, p. 115.

Posteriormente e em jeito de diálogo, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa torna a inquirir o Leitor: “Sendo o estudo das nossas leis antigas de algum modo necessário ao jurista português, qual é o uso, e qual o abuso, que este pode fazer dele?” Na verdade, a segunda questão, ou divisão, desta *Memoria* só complementa o préstimo da legislação antiga para compreender a legislação actual. Questões actualíssimas, de facto. O Autor enaltece o papel da Academia Real das Ciências nas auscultações pela documentação legislativa em todo o país, patrocinando as missões de estudo aos arquivos nacionais e europeus em busca de novas fontes históricas.

Todavia, era indispensável que o resultado final dessas pesquisas fossem devidamente sistematizadas num método comparativo entre o “antigo” e o “moderno”, de modo a conceder ao jurisconsulto as ferramentas necessárias para o pleno exercício das suas funções. Daí o apelo do Autor à publicação de dicionários e glossários histórico-jurídicos capazes de auxiliar tais tarefas, em virtude das muitas palavras e expressões terem caído em desuso, mas que uma eventual má interpretação induzir a actividade jurídica em erro:

Além destas regras que já evitariaõ grande parte daquelle abuso, este se acautelaria de todo com o auxilio de algumas obras, que restaõ a fazer para hum tal fim. A Academia tem dado os primeiros passos para que se possa restituihir a Jurisprudencia Portuguesa á sua dignidade com o auxilio do estudo das Leis antigas⁴⁵. Tem tentado fazer as Colleçoens daquellas Leis, que se

⁴⁵ “Em verdade todos os que tem por vida o estudo práctico da Jurisprudencia Portuguesa, hão de conhecer pela propria experiencia a grande difficuldade de ter á mão, sempre que lhes he necessario, qualquer artigo da Legislação Patria, se ella não foi compilada nas Ordenações do Reino; e este embaraço nasce, não só da multiplicidade das Leis, mas da variedade dos seus objectos; porque muitas envolvem ás vezes ramos diversissimos de providencias, que razões particulares obrigão a dar, pressuposto o methodo, que desde tempos arredados se tem seguido inalteravelmente na organização da mesma Legislação; resultando d’aqui não se poder reduzir a systema toda a que se acha dispersa, a não se empregarem meios

achaão não só dispersas, mas grande parte ignoradas, e sepultadas em os diferentes Cartorios do Reino. O appresentallas juntas he facilitar muito o seu uso aos Juristas: mas he de esperar, que a Academia não pare aquí, e que dê os mais passos necessarios para aperfeiçoar com o auxilio daquellas Leis era humas vezes por si mesmo necessario ao Jurista; outras vezes só hum subsidio para os seus estudos necessarios. Que era necessario quando essas Leis antigas são as que ainda tem vigor. Que a esta classe pertenciaõ os Regimentos, os Artigos de Sizas, os Regimentos da Fazenda, os Foraes, e as Provisoens dos Privilegios dos particulares. [...]

Em quanto ás outras, podendo ellas servir ao Jurista como subsidio para o estudo do Código Filippino, a Academia podia propor-se tres dignas obras para facilitar o uso desses subsidios aos Juristas. He muitas vezes necessario ao Jurista no estudo do Código Filippino o conhecimento das Leis antigas, porque em muitos cazos o consultar a fonte lhe pôde facilitar a intelligencia de hum lugar. [...] o que sem ellas lhe he muitas vezes dificultoso: e muito mais lhe seria, se o não auxiliasse já muito para esse fim a combinação dos titulos da Ordenação com os do Código Manoelino, e Affonsino feita pelo Socio Pascoal Jozé de Mello, e impressa no fim da sua Historia do Direito Portuguez⁴⁶. [...]

sempre custosos, por qualquer lado que se considerem, e quasi nunca praticaveis, depois que se entra na carreira dos Officios públicos, quando há bons desejos de os servir dignamente.” «Prefação», in *Repertorio Geral, ou Indice Alphanbetico do Reino de Portugal...*, ordenado por Manuel Fernandes Tomás, vol. I, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1815, p. III.

⁴⁶ REIS, Pascoal José de Melo Freire dos – «Tabula Titulorum concordantium Codicis Philippini, Emmanuelini, et Alphonsini, cui in Notis adcendunt aliæ Extravagantes, a quibus non nulli Philippini Codicis tituli hausti, locive alii ducti videntur», in *Historiæ Juris Civilis Lusitani*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1853, pp. 157-180 [1.^a edição: Lisboa, 1789]. Com grande utilidade e actualidade, v. SANTOS, M.^a Madalena Marques dos – *Tábua de correspondência entre as Ordenações Afonsinas, Manuelinas de 1521 e Filipinas. Contribuição para uma edição crítica das Ordenações do Reino*, vols. I-III, dissertação de mestrado em História do Direito Português, FDUL [versão policopiada], Lisboa, 1993.

Outras vezes as Leis antigas influem para o estudo da nossa Ordenação, porque algumas palavras⁴⁷, que nella vem, só se podem interpretar á face daquellas Leis. Tal he a palavra *Lealdar* na Ord. Liv. II. tit. II.⁴⁸ Seria pois tambem para desejar hum Diccionario⁴⁹ destas taes palavras, dando-se a cada huma dellas a intelligencia, que era propria do lugar, em que se achava. Com o soccorro destas obras poderia o Jurista facilmente tirar das Leis antigas tudo quanto dellas lhe era necessario para os seus estudos: sem que fosse indispensavel a cada hum delles o grande trabalho de estudar todas as Leis antigas, para saber quaes dellas eraõ, as que lhe podiaõ servir no estudo da Jurisprudencia⁵⁰ presente: o que excederia certamente as forças, e tempo de cada hum⁵¹.

⁴⁷ Daí a grande projecção que teve um *Elucidário...*, de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, cuja primeira edição é de 1798-1799.

⁴⁸ “E postoque as pessoas acima ditas não paguem Sisa, dizima, nem portagem, não deixarão todavia de o fazer saber aos nossos Officiaes, e de levarem ás casas das Alfandegas, Portagens e Sisas, as cousas, que devem ser a ellas levadas, assi as que comprarem, ou venderem segundo nos Foraes e Artigos he declarado; e ahi lhes serão despachadas, sem pagarem Direitos, e isto por se escusarem enganar e conluio, que a nossas rendas se poderião fazer em outra maneira, e sem serem outrosi obrigados a lealdar em tempo algum.” «De que cousas as Igrejas, Mosteiros e pessoas Ecclesiasticas não pagarão direitos a ElRei», in *Ordenações Afonsinas*, livro II, tit. II, § 2, pp. 26-27. Cf. BLUTEAU, Raphael – «Lealdar», in *Vocabulario Portuguez & Latino...*, p. 60; «Lealdar», in *Elucidário...*, vol. II, p. 361.

⁴⁹ À semelhança do *Diccionario da Lingua Portuguesa...*, editado pela Academia Real das Ciências [1793], do qual apenas sairia o primeiro volume. Afiançamos outra proposta académica nesse sentido, ainda que a título póstumo: “*Lealdar* he manifestar nas Alfandegas as fazendas que vem de fóra, e as que se não manifestaõ para pagar os direitos, se dizem fazendas de contrabando por se encontrar pelos Senhores das fazendas o bando, ou edicto, que as obriga a manifestar.” *Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo ás Leis Compiladas, e Extravagantes*, por Joaquim José Caetano Pereira e SOUSA, vol. II, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1827, p. XXXI.

⁵⁰ CASTRO, Mário de – *Nova contribuição para o estudo da Jurisprudência como fonte de Direito*, «Cadernos de Cultura Jurídica», n.º 2, Editorial do Foro, Lisboa, 1940.

⁵¹ COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da – «Influencia do conhecimento das nossas Leis antigas em os estudos do Jurista Portuguez», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. VI, pp. 123-126.

Apesar de ser uma *Memoria* concisa e com ideias repetidas, o conhecimento que Vicente José Ferreira Cardoso da Costa possuía da jurisprudência antiga e moderna, assim como de outros ramos de Direito subsidiários, era notória. Consagrou parte das suas pesquisas aos códigos jurídicos europeus, de modo a sugerir as melhores deliberações para a realidade nacional, ávida de um Código Civil⁵². Apreciava extraordinariamente os trabalhos dos compiladores do Código Civil, dito *de Napoleão*⁵³ [1804], e as obras de Jeremy Bentham⁵⁴ [1748-1832], notando-lhe as excelências, mas não lhes evitava as reprovações. Nos seus escritos transparece a faceta exímia da sua personalidade, evidente simplicidade das suas conclusões nesta *Memoria*.

⁵² *Projecto do Codigo Civil Portuguez*, redigido por António Luís de Seabra [1.º visconde de Seabra], Imprensa Nacional, Lisboa, 1857.

⁵³ Primeiramente conhecido por *Code Civil des Français*, édition originale et seule officielle, L'Imprimerie de la République, Paris, 1804.

⁵⁴ *Tradução das obras politicas do sabio jurisconsulto Jeremias Bentham, vertidas do inglez na lingua portuguesa por mandado do soberano congresso das Cortes Geraes Extraordinarias*, vols. I-II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1822.

- XXIV -

ANÓNIMO[S]

Em toda a nossa reflexão, referimos apenas uma *Memoria*, entre os 8 volumes das *Memorias de Litteratura Portuguesa* [1792-1814], que não se encontra identificada, malogrados os esforços para descobrir a sua autoria. É de estranhar não se encontrar assinada, dado que a identificação dos autores era uma prática comum nas edições da Academia Real das Ciências. Com o passar do tempo, seria, não poucas vezes, uma exigência dos autores, se bem que existiam colaborações pautadas pelo anonimato. Sem que consigamos indagar novos indícios acerca da autoria de um trabalho tributado à História da Agricultura, esta *Memoria* fornece um quadro geral da sociedade agrária portuguesa baseada no binómio população/agricultura, um relato particularmente conseguido.

O anónimo Autor pretendeu delinear uma visão histórica das paisagens agrárias das sociedades, de modo a contextualizar o estado decadente da agricultura portuguesa nos finais do século XVIII. Deste modo, foram ressaltados os aspectos históricos com maior impacto no panorama agrícola da actualidade tardo-setecentista, focando as iniciativas régias na actividade agrária desde o século XII.

Embora fosse um tema historicamente pouco estudado, as questões agrícolas continuavam a merecer, como se sabe, a maior atenção da Academia Real das Ciências, estando bem presentes as *Memorias*

*de Agricultura*¹, editadas, com grande êxito, entre 1788 e 1790. Apresentou várias concepções sobre a origem das laborações agrárias mais significativas e tentou relacionar as paisagens rurais com a propriedade fundiária e a organização social locais, de acordo com as fontes e a documentação disponíveis, contrapondo opiniões ou estabelecendo concordâncias entre diversos cronistas e analistas modernos. Além da interpretação destinada à questão agrária em todos os reinados, o Autor tentou apresentar os condicionalismos sociopolíticos registados na evolução das políticas agrárias. Em poucas palavras, o Autor narrou as principais [e sempre actuais] questões relacionadas com a propriedade campestre, os laços entre as elites e a estrutura social nos campos.

Também não foi esquecida a herança da sociedade agrária anterior à formação de Portugal e a complexidade no povoamento e aproveitamento agrário dos territórios recém-conquistados. A partir de 1190, acentuou-se a instabilidade político-militar, tendo as hostes almóadas reduzido novamente a fronteira, confinando-a ao norte da linha do Tejo. Pouco depois, iniciou-se um período de quebra de paz com o reino de Leão, com intervenções militares que forçaram D. Sancho I a intensificar o apoio à fronteira oriental do território.

À instabilidade militar vieram somar-se os surtos de fome, peste e outras calamidades, gerando-se conflitos sociais, mais visíveis nos centros citadinos. Atormentado pelas dificuldades militares, o reinado de D. Sancho I foi, ainda assim, assinalado pelo aumento do erário régio e uma consolidação lenta do poder da Coroa sobre o território. O povoamento das terras conquistadas foi estimulado através da outorga de forais, especialmente

¹ Vejam-se as *Memorias de Agricultura...*, vols. II, 1788-1791. Reveja-se SANTOS, M.^a Augusta Moura – *A visão da agricultura nas Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*, Lisboa, 1994.

às regiões fronteiriças da Beira e Trás-os-Montes, entre as quais Gouveia, Covilhã, Viseu, Avô, Bragança e Guarda, entre outros lugares. Para além dos forais com que o monarca promovia a defesa militar, a fixação populacional e as actividades económicas, a atracção de colonos estrangeiros e as importantes doações às ordens militares e religiosas foram outras diligências relevantes da sua governação:

Succedeo a este Rei seu filho D. Sancho I. digno filho de tal pai, herdeiro da sua Corôa, e das suas intenções². Este Príncipe á proporção que hia conquistando, repartia as terras como seu pai, edificava novas povoações, sem se esquecer de que o augmento da povoação he o mesmo augmento da Cultura. Isto não era só nas terras de novo conquistadas; era tambem nas que herdára pacificamente, aonde quer que estavaõ despovoadas, ou incultas. Concedia graças, e privilegios a todas as pessoas, que empenhava nestas novas povoações de Lavradores³. Assim o fez ás Villas de Penamacor⁴, Valença do Minho⁵, Sortelha⁶, Montemor o Novo⁷,

² “E este foy muy boo rey e pobrou muyta terra e foi chamado dô Sancho, o lavrador, e esto porque lavrou muytos castellos e pobrou muytas villas e fez muyto bem.” *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, p. 237.

³ *Crónica de Portugal de 1419*, p. 84.

⁴ BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, f.ºs 17v.º-18.

⁵ Um foral com data desconhecida. MATTOSO, José – «Dois séculos de vicissitudes políticas», in *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*, autoria de José Mattoso e Armindo de Sousa, com coordenação e direcção de José Mattoso, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p. 101.

⁶ PIRES, Célio Rolinho – *A Guarda no caminho do extremo: por terras de aquém cima-Coa: forais e costumes (Guarda, Vila do Touro, Sortelha)* [s. n.], Viseu, 2004.

⁷ BARBOSA, Alberto Dias – *Lugares da Memória em Montemor-o-Novo no oitavo centenário da outorga do Foral de D. Sancho I: apontamentos* [s. n.], Montemor-o-Novo, 2003.

Penela⁸, Figueiró⁹, Folgozinho¹⁰, Covilhã¹¹, Pinhel¹², e a Cidade da Guarda¹³, que todas ou fundou, ou povoou de novo.

Naõ consentia, que a quaesquer se desse mais terra, do que aquella, que elle com sua familia, e criados pôdesse cultivar¹⁴. Tal foi n'outro tempo a politica do Consul Cassio¹⁵. Facilitou os matrimonios, para multiplicar os cultores, repartindo novas terras pelos que casavaõ de novo. Verdadeiro imitador dos Legisladores Gregos, e Romanos. Foi no seu tempo tanta a colheita dos generos de primeira necessidade¹⁶, que naõ obstante a grande fome, succedida ao Eclipse de 1199¹⁷. *da era de Christo* e a dous annos

⁸ ARNAUT, Salvador Dias – *Penela: História e Arte*, Câmara Municipal, Penela, 1983.

⁹ BRANDÃO, Frei António – *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, f.º 68.

¹⁰ ABRANTES, Leonel – *A vila de Folgosinho na História, na Etnografia, na Actualidade* [s. n.], Viseu, 1993.

¹¹ VICENTE, M.^a da Graça – *A Covilhã: o espaço e os homens do foral de D. Sancho I à integração do senhorio na Casa do Infante D. Henrique (1186-1415)*, dissertação de mestrado em História Medieval, FLUL [texto policopiado], Lisboa, 2006.

¹² SOUSA, Júlio Rocha e – *Castelo de Pinhel* [s. n.], Pinhel, 2002.

¹³ ALMEIDA, M.^a Luísa Ferreira de – *Foral e foros da Guarda: edição e estudo linguístico do manuscrito português*, Universidade Católica [texto policopiado], Viseu, 1992.

¹⁴ «Das Jugadas como ham de seer recadadas nas terras Jugadeiras», in *Ordenações Afonsinas*, livro II, tít. XXIX.

¹⁵ A quem se referiria o anónimo Autor: a Caio Cássio Longino ou Quinto Cássio Longino, generais romanos coevos a Júlio César? «Cássio Longino», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VI, pp. 152-153.

¹⁶ Sublinhado nosso. Atestamos a actualidade de tais expressões, bem como a acutilância do tema.

¹⁷ “E depois desto, no ano de mil ii^c xxxbii^o anos, foram vistos synaes amtre a ora de sexta e a noa, quantos diz a estoria que não foram da paixão de Jhesu Christo ataa aquele tempo, que foy verdadeyramente o sol feyto negro como pez. E apareceo no ceo a lua e as estrelas, pela qual cousa os homens e as molheres, com grande temor, fogiom todos pera as igrejas, esperando quando verrya a morte sobre eles, bradando a Deos que lhes acorece e, asy os cleriguos como os leygos, todos estavom esmorecidos e maravilhados, pensando que o mundo se queria fundir. E, partindo-se aquela noyte e trevas e o sol cobrando sua claridade, pareceo a lua em desvayradas guisas como amte nunca fora vista, do que as jemtes ficaram muy maravilhadadas, dizendo que taes cousas lhe parecyom ser feytas sobre cursso de natureza. E depois desto ata a era de mil ii^c xxxbiii^o anos foram as chuyvas tantas e tam contynuadas que não podiom lavrar a terra nem semear senão em muy poucos lugares. E aquele pouco que semearom, com grande chuyva, não nação e foy tão

de continuas tempestades, em que morreo de fome inumeravel gente na Europa¹⁸, elle ainda assim pôde sustentar a guerra do Algarve, e do Além-Tejo¹⁹.

Até por sua morte quiz este Rei mostrar quanto favorecia os Lavradores, e procuráva os seus commodos. As tempestades de que agora fallamos, tinhaõ destruido a ponte de Coimbra²⁰, e o encanamento do Mondego em gravissimo detrimento dos Lavradores. O grande Rei projectou occorrer a estes damnos: a morte o embarçou. No seu testamento deixou para estas obras dez mil maravedis de ouro de pezo de sessenta por marco, porção bem consideravel naquelles tempos²¹.

Este mesmo amor aos Lavradores, deixou como por herança a seus filhos²². Os nossos Historiadores todos a huma voz lhe deraõ o nome de Povoador²³; e *Manoel de Faria e Sousa* depois de fazer a ElRei D. Diniz os maiores elogios a respeito da Agricultura, não duvida comparallo a Sancho I²⁴. Com effeito, os foraes dados por

grande a fame na terra que moreo a terça parte da gemte, e espiçialmente em Galiza, que foram muytas vilas despovoadas, que nom ficou em elas nehum.” *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 103-104; PINA, Rui de – *Coronica delRey D. Sancho I*, p. 63; LEÃO, Duarte Nunes do – «Choronica del Rei Dom Sancho o Primeiro», pp. 106-107.

¹⁸ *História Comparada de Portugal, Europa e o Mundo. Uma Visão Cronológica. Da Pré-História ao Liberalismo*, direcção de António Simões Rodrigues, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, p. 123.

¹⁹ BARROCA, Mário Jorge – «História das Campanhas», in *Nova História Militar. Da Reconquista a D. Dinis*, por Mário Jorge Barroca, Luís Miguel Duarte e João Gouveia Monteiro, sob a direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003, pp. 52-53.

²⁰ ALARCÃO, Jorge de – «Da ponte a Santa Cruz», in *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 145-150.

²¹ LEÃO, Duarte Nunes do – *Chronica del Rei Dom Sancho o Primeiro*, p. 114.

²² BRANDÃO, Fr. António – «Treslado do testamento delRey D. Sancho...», in *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, cap. XXXV, f.^{os} 61-64.

²³ BRANCO, M.^a João Violante – «A construção do reino: o rei Lavrador e o rei Povoador», in *D. Sancho I*, pp. 161-163.

²⁴ FARIA E SOUSA, Manuel – *Epitome de las Historias Portuguesas*, Parte Quarta, cap. VII.

elle a muitas terras²⁵ bem deixaõ ver, quanto elle se interessava por esta arte proveitosa, multiplicando as povoações, e honrando os Lavradores²⁶.

O Autor afirma que a expansão agrícola encetaria uma evolução em crescendo até ao reinado de D. Dinis, sendo que, perto do final deste período, não mais conseguiria recuperar o dinamismo a que houvera chegado a actividade agrícola. Principiando as convulsões e as crises gerais do século XIV, onde imperou a mal afamada trilogia das “fomes, pestes e guerras”, deu-se o abandono dos campos e o êxodo das populações para as cidades, originando uma transformação drástica das paisagens e das políticas agrícolas.

Quando D. Dinis subiu ao trono [1279], a situação política e económica em que o reino se encontrava era difícil, pelo que, tentando revitalizar a vida económica, procurou reorganizar a administração interna, com legislação adequada à realidade política, económica e social. Procurou organizar a marinha e, sobretudo, consolidar as fronteiras, reconstruindo vários castelos e fortalezas para melhor segurança do território. Normalizou as relações com Castela, estabelecendo-se o tratado de Alcanices [1297], no qual se procurava fixar a fronteira leste com a incorporação das praças alentejanas junto ao rio Guadiana.

O epíteto pelo qual ficou conhecido, o *Lavrador*, “legado” de D. Sancho I, deve-se às medidas enérgicas para protecção da agricultura, da pesca e do comércio orientadas para o desenvolvimento das várias regiões. Promulgou forais com o intuito de beneficiar as zonas do interior, beneficiando o seu povoamento e colonização. No

²⁵ REIS, António Matos – *Os concelbos na primeira dinastia: à luz dos forais e de outros documentos da chancelaria régia*, tese de doutoramento em História Medieval, FLUP [versão policopiada], Porto, 2004.

²⁶ «Memoria para a Historia da Agricultura em Portugal», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, pp. 11-13.

seu reinado deu-se um crescimento do comércio interno, tendo-se instituído as “feiras francas”, em que os feirantes ficavam isentos do pagamento de onerações fiscais. D. Dinis facilitou a circulação de bens e pessoas. Ordenou numerosos trabalhos de drenagem, alargando as plantações ao pinhal de Leiria, concedendo privilégios para a exploração mineira. A actividade piscatória e salineira registou um fomento durante o seu reinado, com a fundação de póvoas marítimas e a promoção da construção naval, preparando as estruturas para os Descobrimentos.

O final do reinado de D. Dinis foi marcado por violentas querelas familiares, primeiro com o seu irmão D. Afonso e depois com o filho herdeiro, o futuro D. Afonso IV, e o seu filho bastardo D. Afonso Sanches – foi neste contexto que se precipita a decadência da agricultura, de acordo com a opinião deste Autor:

Entrou o tempo de ElRei D. Diniz, e o Reino Portuguez que até então fora agitado de guerras, não obstante isso, pelos cuidados dos Principes florescia, pelo augmento da Povoação, e da Cultura²⁷. No seu tempo, abatidos muito mais os Mouros de Hespanha, começou a respirar em paz. A paz favorece a lavoura, e a isto se juntou o infatigavel zelo deste Soberano pelo bem publico. *Faria e Sousa* dá a seu respeito hum testamento²⁸, que sendo o seu maior elogio, he ao mesmo tempo a historia da Agricultura do seu Reinado = Atajó (diz elle) lás exorbitancias que los grandes uzaban con los pequenos, llamando a los Labradores nervios de la Republica²⁹ ... e tanto (*como ya lo abia hecho el primer Sancho*) favoreció lá Agricultura que nó huvo en su tiempo gente,

²⁷ PIZARRO, José Augusto de Sotto-Mayor – *D. Dinis*, pp. 171-173.

²⁸ FARIA E SOUSA, Manuel – *Epitome de las Historias Portuguesas*, Parte Quarta, cap. VII.

²⁹ Na senda de Manuel Severim de Faria – *ob. cit.*

ni terras ociosas. *Por esto*, e por el outro de levantar muchos castillos, murar muchos lugares³⁰, municionar muchas fuerlas, fue llamado universalmente por excellencia el Labrador, e Padre de la Patria.» = Eu não sei que cousa se possa dizer mais gloriosa ao nosso proposito.

A este Rei se attribuem muitas Leis favoraveis á Agricultura³¹. Esta he a voz de todos os tempos. Mas nós ignoramos quaes sejam estas Leis: sabemos de certo, que vendo elle, que os Regulares, e as Igrejas, por meio de heranças, e doações, se tinham feito senhores da maior parte dos predios rusticos do Reino; que as vantagens, e lucros das lavoiras ficavam dentro dos claustros; e que grande parte dos cultivadores, reduzidos a puros jornaleiros, não podiam servir a Patria nas publicas necessidades, todo inflamado no amor patrio, fez a memoravel Lei de 21 de Março de 1329³², em que prohibe aos Regulares adquirirem, ou herdarem bens de raiz mais daquelles, que possuiam do patrimonio. [...]

Que progressos não faria a Agricultura com tão soberanos, e zelosos Protectores! se faltassem provas, bastava ver os immensos tesouros, que despendeo, e deixou este Soberano, que lhe resultavam principalmente dos productos da Lavoiara³³.

Pelo que fica dito se collige bem facilmente, que todos os Soberanos até ElRei D. Diniz foram muito sollicitos do augmento

³⁰ BARROCA, Mário Jorge – «Arquitectura Militar», in *Nova História Militar. Da Reconquista a D. Dinis*, vol. I, pp. 117-121.

³¹ SAMPAIO, Alberto – *Estudos Históricos e Económicos. As Póvoas Marítimas*, vol. II, «Documenta Historica», Vega, Lisboa, 1979.

³² A origem das leis de amortização encontra-se no acto promulgado por D. Dinis, em 21 de Março de 1329, incorporado em «Que as Igrejas, e Ordens nom comprem bens de raiz sem licença d'ElRey», in *Ordenações Manuelinas*, livro II, tít. VIII, pp. 27-33. Posteriormente, essa lei transitará para «Que as Igrejas e Ordens não comprem bens de raiz sem licença del-Rei», in *Ordenações Filipinas*, livro II, tít. XVIII, pp. 435-437.

³³ SANTOS, M.^a José Azevedo – *D. Dinis, o Lavrador*, «Reis de Portugal», n.º 6, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2009, pp. 26-32.

da povoação. Que a par desta, crescia a Cultura, animada dos favores dos Príncipes: e he para reflectir, que logo, que os Soberanos esquecêrao de multiplicar as povoações, ou não se augmentou, ou decahio a Agricultura³⁴, como iremos vendo³⁵.

Considera-se comumente que D. Fernando tenha sido um excelente administrador, apesar das opiniões contrárias, tendo procurado desenvolver a agricultura, o comércio marítimo e a construção naval, não esquecendo a defesa externa. Dentro desse espírito empreendedor, decretou a *Lei das Sesmarias* [1375], pela qual procurou impor o trabalho à população inactiva e admoestou os proprietários das terras incultas a explorá-las. Fomentou as relações mercantis com outras potências marítimas, nomeadamente a Inglaterra, Génova, Flandres e as cidades hanseáticas do Mar do Norte, cedendo gratuitamente as madeiras das matas reais ou concedendo a isenção das dízimas nas importações de madeira e ferro. A sua morte, ocorrida em 1383, gerou uma grave crise dinástica, contribuindo para as calamidades da vida económica nacional:

Pelos cuidados dos antecedentes Monarcas floreceo a Agricultura em Portugal. No tempo de ElRei D. Fernando ainda havia tanta abundancia de *trigo*³⁶, que os Reinos estrangeiros

³⁴ GAMBETA, Agostinho Ferreira – «História económica e monetária do Rei Lavrador», separata de *A Historiografia Portuguesa de Herculano*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1978, pp. 97-130.

³⁵ «Memoria para a Historia da Agricultura em Portugal», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. II, 1792, pp. 17-20.

³⁶ «A exportação de cereais de Portugal verificou-se, algumas vezes, sob a responsabilidade e com a participação, directa ou indirecta, dos poderes públicos. Com mais frequência, todavia, por iniciativa e em benefício dos particulares. Justo é reconhecer que o rei, através dos vários meios ao seu alcance, procurou, em épocas sucessivas, reprimir essa exportação, que por vezes foi tolerada ou momentaneamente autorizada, mas jamais constituiu princípio geral de livre comércio. Que as práticas de mandar pão para fora do Reino remontam aos primórdios da nacionalidade, provam-no uma carta régia do início do século XIII, proibindo expressamente o

se proviaão em nossos portos³⁷. = Tambem Flandes, Alemanha, Castella, Leão, e Galliza se proviaão do azeite de Santarém, Lisboa, Abrantes, Estremoz, Moura, Elvas, Béja, e *Coimbra que be o me-lhor*³⁸. =

A pezar desta abundancia já ElRei D. Fernando reparava na diminuição de todos os generos a respeito do tempo de seus Maiores³⁹. Que seria a passada abundancia, se era ainda tanta neste tempo! Para prevenir a diminuição deu este Rei sabias providencias. Mandou numerar os habitantes de Portugal, e os generos que sobejavao do alimento, e das sementes: fez tirar mappas das terras incultas, e intentou cultivallas para com seus productos augmentar o commercio⁴⁰, para o qual deu Leis. Constituiu entao a famosa Lei das Sesmarias⁴¹; Lei, florente a Agricultura. Esta

transporte de mantimentos por via marítima, com destino ao estrangeiro. [...] Mas a exportação continuou, mesmo que transgredisse a lei. Não restam elementos, ou desconhecem-nos os historiadores, a indicar os pontos de destino do cereal português nessas épocas recuadas. É possível que algum se destinasse a Itália, ao Levante Espanhol ou a Terra de Mouros, mau grado as proibições da Igreja; para a Flandres e o norte europeu não é de crer que fosse, nem a documentação no-lo inculca. Com mais probabilidade, os reinos vizinhos de Castela e Leão absorveriam a maior parte dessa, aliás fraca, saída, já que a Galiza, as Astúrias, os Países Baixos sempre houveram de recorrer ao comércio externo para se abastecer de pão.” MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera na Idade Média*, pp. 168-169.

³⁷ IDEM – *Hansa e Portugal na Idade Média*, 2.^a edição corrigida, Editorial Presença, Lisboa, 1993.

³⁸ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, t. X, Typographia Universal, Lisboa [s. d.], p. 568; LANGHANS, F. F. de Almeida – «Apontamentos para a História do Azeite em Portugal», separata do *Boletim da Junta Nacional do Azeite* [s. n.], Lisboa, 1949, p. 35.

³⁹ GOMES, Rita Costa – «Os grandes males e gastamento da terra», in *D. Fernando*, cap. VIII, pp. 111-126.

⁴⁰ FARIA, Manuel Severim de – «Discurso Primeiro. Dos Meios, com que Portugal pode crescer em grande número de gente, para aumento da Milícia, Agricultura, e Navegação», in *Notícias de Portugal...*, pp. 13-24.

⁴¹ RAU, Virgínia – *Sesmarias Medievais*, prólogo e adenda documental por José Manuel Garcia, «Biblioteca de Textos Universitários», Editorial Presença, Lisboa, 1982.

Lei, que he a Ordenação livro 4. tit. 23.⁴², he digna de ser muitas vezes lida pelos bons patriotas⁴³.

Além desta, fez muitas Pragmaticas tocantes á Agricultura, que nem todas andaõ no corpo das Ordenações⁴⁴. Direi as principais, segundo as refere *Duarte Nunes de Leão* na Chronica deste Rei⁴⁵, que ellas per si sós, fazem huma boa historia de Agricultura daquelle tempo⁴⁶.

Com o início do reinado de D. João I, iniciar-se-ia o verdadeiro declínio da agricultura nacional, agravada com o esforço de guerra exigido pelo arranque da Expansão, embora a entrada de novas culturas agrícolas obtivesse algum desafogo momentâneo nessa área de actividade. A segurança interna e a paz externa esteve garantida após a trégua definitiva com Castela [1411], sendo interrompida apenas pela conquista de Ceuta [1415], com a qual se procurou garantir o tráfego dos cereais do norte da Europa, por essa praça, a caminho das cidades do Mediterrâneo. Simultaneamente, procurava-se

⁴² «Das Sesmarias», in *Ordenações Afonsinas*, livro IV, tit. LXXXI, pp. 281-304; DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas. Três Séculos de Direito Medieval [1211-1512]*, pp. 403-410.

⁴³ A expressão «bons patriotas» é uma constante no pensamento deste Autor, atestando o patriotismo e a defesa das causas nacionais que o Autor queria imbuir nos seus escritos.

⁴⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – «A Pragmática de 1340», separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.ª série, t. XXII, n.º 2 [s. n.], Lisboa, 1956, pp. 130-153.

⁴⁵ «Vendo que nos tempos passados este reino era hum dos mais auondosos de Hespanha, de trigo, de ceuada, & mantimentos, & por falta de ordem, & policia, era polo contrario no seu tempo, em cortes, que para isso ajuntou, fez algumas leis mui vtilis aa republica, & aaquelles tempos mui necessarias. Primeiramente mandou, que todos os que tiuessem herdades suas proprias, ou emprazadas, ou per outro qualquer titulo, fossem constrangidos para as laurar. E que se fossem muitas, ou em desuairadas partes, laurassem as que mais lhes approuesse, & as outras fizessem laurar per outrem, ou dessem a lauradores de sua mão. De maneira que todas herdades que erão para dar pam, todas fossem de trigo, ceuada, & milho.» LEÃO, Duarte Nunes do – «Choronica del Rei Dom Fernando», in *Crónicas dos Reis de Portugal*, pp. 412-415.

⁴⁶ «Memoria para a Historia da Agricultura em Portugal», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792, p. 22.

encontrar terrenos propícios à cultura do trigo no norte de África. Contudo, os potentados muçulmanos modificaram o comércio para outros portos no norte de África e os presídios portugueses ficaram praticamente centrados nas fortalezas, nunca havendo a segurança necessário para o cultivo cerealífero nos terrenos limítrofes.

Perante o desejo de chegar à Índia por via marítima, de modo a garantir o exclusivo das especiarias orientais e combater a riqueza das cidades italianas, não deixou de existir uma preocupação de procurar terras adequadas à cultura de cereais, principalmente o trigo. Os «fumos da Índia» não fomentaram a evolução económica da sociedade portuguesa, situação que a perda de nacionalidade [1580] e a luta pela independência [1640-1668] comprometeria ainda mais a sobrevivência agrícola, constrangida por um cenário demográfico ruinoso:

Seguiu-se o Reinado d'ElRei D. João I. E'poca infeliz para a Agricultura⁴⁷. Esta Arte floresce ao abrigo da paz, com o favor dos Principes. Caminha a passos iguaes com a povoação. As horriveis concussões politicas, succedidas em Portugal no principio deste Governo são bem conhecidas pelas Historias. Tudo eraõ estrondos militares, e o Rei apenas podia cuidar em segurar-se no Throno vacillante⁴⁸.

A isto se seguiu, que huma parte das familias Portuguezas tomáraõ o partido de Castella nesta guerra⁴⁹; depois da famosa

⁴⁷[47] *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vols. I-III, 2004-2006.

⁴⁸ MARQUES, José – «Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português», separata da *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto*, vol. VIII [s. n.], Porto, 1988, pp. 9-34; MARTINS, Carla Branco – *D. João I e as relações político-militares com Castela*, tese de licenciatura, Universidade Portucalense [texto policopiado], Porto, 1995.

⁴⁹ MORENO, Humberto Baquero – «Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384-1388)», in *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval. Estudos de História*, Editorial Presença, Lisboa, 1990, pp. 26-56.

victoria de Aljubarrota, ellas sahíraõ do Reino, e não se atrevendo a entregar-se á colera do vencedor, ficáraõ em Hespanha, e as suas herdades em Portugal incultas, até que o Rei as deus aos poderosos que o ajudáraõ a segurar no Throno.

Entaõ se uniraõ n'humas sós familias tantas herdades⁵⁰, que os donos mal podiaõ fazellas cultivar todas. Não se observou a Lei das Sesmarias, introduzio-se o pernicioso costume de se dividirem as herdades *em folhas*, de sorte que só produziaõ huma parte, do que dariaõ, sendo cultivadas todas⁵¹. Decahio a povoação, faltou o genio laborioso, não houve o favor do Principe; decahio por consequencia a Agricultura, e verificou-se em Portugal, n'huma parte, o que do seu tempo lamentava Plinio de Italia: = Latifundia perdiére Italiam⁵². =

Serenou a tempestade, e quando no seio da paz, podia resuscitar a Agricultura, entaõ mesmo nasceu huma nova causa da sua ruina. Nosso Monarcha emprehendeo levar suas bandeiras além dos mares⁵³; começou a guerra de Africa, começáraõ as conquistas. A expugnação de Ceuta⁵⁴, os descobrimentos de novas terras além dos mares, entráraõ a extrahir gente de Portugal: o povo já diminuido pela jactura, que fez a passada guerra, e pela passagem das familias a Castella; agora mais diminuido com o presidio de Ceuta⁵⁵, e com a tripulação das armadas que principiavaõ

⁵⁰ COELHO, M.^a Helena da Cruz – *D. João I*, pp. 190-206.

⁵¹ PERES, Damião – «A Agricultura», in *D. João I*, pp. 145-162.

⁵² FARIA, Manuel Severim de – «Discurso Primeiro. Dos Meios, com que Portugal pode crescer em grande número de gente, para aumento da Milícia, Agricultura, e Navegação», in *Notícias de Portugal...*, p. 31.

⁵³ SANTOS, José Loureiro dos – *Ceuta 1415. A Conquista*, «Batalhas de Portugal», Tribuna da História, Lisboa, 2004.

⁵⁴ ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho, CNCDP/FLUP, Porto, 1988.

⁵⁵ HERRAZTI, Alberto Baeta – *El Presidio de Ceuta*, Caja de Ahorros y Monte de Piedad, Ceuta, 1985.

os descobrimentos; a povoação de duas colónias das Ilhas da Madeira, e Porto Santo, devia necessariamente faltar para o trabalho das terras⁵⁶. O Rei agitado do ardor militar só promovia a guerra, e os descobrimentos. Não acho testemunho do seu tempo favorável á Agricultura⁵⁷.

A tudo isto se seguiu, com o breve Governo d'ElRei D. Duarte, a horrível, e devorante peste, que pelos annos de 1438. despovoou mais este reino⁵⁸. Os desgostos que pcedia o Rei, e as afflicções dos Vassallos pelas calamidades públicas, não deixáráo pôr por obra os cuidados, que hum Rei tão Sabio teria pela Agricultura⁵⁹.

Seguiu-se ElRei D. Affonso o V. Passados os annos da sua tutela, e os desgostos civís, acabados na triste batalha de Alfarrobeira⁶⁰, Elle entrou a gostar da guerra de Africa, aonde fez passar hum incrível numero de Portuguezes: novo motivo da decadencia de Povoação, e por consequencia, da Agricultura⁶¹. He verdade, que então, como por hum continuo fluxo, e refluxo sahiao os Portuguezes, e entravaõ os escravos, das conquistas⁶². Mas além

⁵⁶ FERRAZ, M.^a de Lurdes – «Povoamento e economia da Ilha da Madeira no século XV», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 3, FCG, Paris, 1971.

⁵⁷ Todos os historiadores modernos são unânimes em defender a importância das políticas agrárias de D. João I, mesmo em épocas de guerras e de carestia geral.

⁵⁸ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*, Círculo de Leitores, «Reis de Portugal», vol. XI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005; VENTURA, Margarida Garcez – *D. Duarte, o Eloquent*, «Reis de Portugal», n.º 11, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2009.

⁵⁹ *Ordenações del-Rei D. Duarte*, edição literária de Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, FCG, Lisboa, 1988.

⁶⁰ MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, vols. I-II, 1979-1980.

⁶¹ GOMES, Saul António – *D. Afonso V*, «Reis de Portugal», vol. XII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006; MORENO, Humberto Baquero – *D. Afonso V, o Africano*, «Reis de Portugal», n.º 12, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2009.

⁶² «Outro grupo étnico minoritário era formado pelos indivíduos reduzidos à situação de escravatura. Os primeiros escravos existentes no país foram obtidos por via do corso nas costas portuguesas e do Norte de África, sendo [que] na sua maioria era de origem berbere. Quando se instalou a crise económica e a consequente falta

de que os escravos, que entravaõ, eraõ menos, que os Portuguezes que sahiaõ; aquelles pela condiçaõ de escravos, e pelos costumes daquelle tempo, nem multiplicavaõ em Portugal, nem trabalhavaõ com gosto⁶³. Tendo tanta decadencia a povoação, que augmentaria a Cultura⁶⁴?

O gosto dos Principaes naquelle tempo todo era = Guerra de Africa, navegações, descobrimentos, Conquistas. = O povo sempre estudioso de imitar as inclinações, e gosto dos Soberanos, encheo-se das mesmas idéas. Todos se prezavaõ entaõ mais de soldados, e navegantes, do que de Lavradores⁶⁵. Tinha-se como em desprezo, quem não hia fazer a guerra além dos mares. Da multidão de Portuguezes, que passavaõ á guerra de Africa, a maior parte ficavaõ lá, ou mortos, ou nos presidios. Alguns vinhaõ *estropiados*, invalidos, e incapazes dos trabalhos da lavoira; e a menor parte eraõ os que vinhaõ sãos⁶⁶. Dos que hiaõ aos descobrimentos, huns ficavaõ lá, ou consumidos da guerra, do trabalho, e dos climas; outros povoando as terras de novo descobertas. Os soldados,

de trabalhadores agrícolas, tornaram-se evidentes as vantagens da utilização de mão-de-obra escrava. Numa fase inicial, recorreu-se aos guanches canários, mas a partir dos anos 40 do século XV inicia-se o ciclo africano, de longa duração. Nessa primeira década as médias anuais de entrada rondaram os 125 indivíduos, para ascenderem aproximadamente a 750 em meados da centúria. Uma percentagem dos escravos entrados em Portugal era reencaminhada para Castela e outras partes do mundo. Os restantes foram empregues nos trabalhos do campo e nas plantações de açúcar na Madeira e no serviço doméstico. Na segunda metade de Quatrocentos, os escravos em Portugal eram alguns milhares, dando origem a uma minoria étnica estável, na sua esmagadora maioria de origem africana.” RODRIGUES, Teresa Ferreira – «A crise dos séculos XV e XV (1325-1480)», in *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, coordenação de Teresa Ferreira Rodrigues, CEPESE/Edições Afrontamento, Porto, 2009, p. 136.

⁶³ É lógico que, na escravatura, o trabalho não pode ser fonte de felicidade... Para o caso português, v. HEERS, Jacques – *Escravos e servidão doméstica na Idade Média no mundo mediterrânico*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983, pp. 23-39.

⁶⁴ Binómio sempre presente, como referimos *supra*.

⁶⁵ COUTO, Diogo do – *O Soldado Prático*, prefácio e notas por M. Rodrigues Lapa, «Clássicos Sá da Costa», Lisboa [s. d.].

⁶⁶ CRUZ, M.^a Leonor Garcia da – *Os «fumos» da Índia. Uma leitura crítica da Expansão Portuguesa*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

e navegantes premeavaõ-se, dos Lavradores ninguem se lembrava com o favor, e premio. Neste estado estavaõ as cousas, quando a guerra intentada por este Rei contra Castella, fez maior inquietação, a despovoação, e o descuido em favorecer os Lavradores⁶⁷.

O Autor abordou, ainda que de modo superficial, os condicionamentos geográficos ao desenvolvimento da sociedade agrária nacional desde a Idade Média: o forte povoamento no norte litoral e a influência atlântica, a necessidade impreterível de povoar o nordeste transmontano e a procura de novos espaços a sul, por força da expansão do território. Também evidenciou a evolução das culturas tradicionais e a transformação dos espaços agrários, a revolução do milho graúdo e a “eterna” questão cerealífera, o predomínio ou a “tentação” do vinho no comércio externo, ainda que outras culturas tenham surgido, entre as quais a batata ou as sedas, sem desprezar a importância da florestação.

As características ecológicas, as deficiências na irrigação, o atraso técnico agrário e o sistema das propriedades agrícolas, entre outras razões, não permitiram um abastecimento regular de alimentos pela produção local, deficiências manifestas desde os primeiros tempos da nacionalidade. As medidas de povoamento de D. Sancho I e o fomento agrícola de D. Dinis e D. Fernando revelaram-se insuficientes para garantir o autoabastecimento em cereais, a base alimentar das populações. A falta de alimentos criou graves descontentamentos no reinado de D. João I e foi uma das razões para a conquista de novas terras e, em parte, do arranque para os Descobrimentos, na senda de terrenos onde fosse possível a produção agrícola:

⁶⁷ «Memoria para a Historia da Agricultura em Portugal», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792, pp. 25-27.

Por tudo quanto fica exposto neste escripto, concludo, que a Agricultura principiou a florescer com a povoação, desde o principio da Monarquia até ao tempo d'ElRei D. Diniz, em que chegou ao seu maior ponto⁶⁸. Que os generos principaes eraõ os da primeira necessidade, os grãos, e legumes. Dos outros generos havia muita abundancia⁶⁹. Que desde ElRei D. Affonso IV. até D. Pedro I., alguma cousa esfriou o antigo ardor de promover a Cultura, o que deu motivo ás sabias determinações d'ElRei D. Fernando⁷⁰. Que desde o tempo d'ElRei D. João I. entrou a despovoar-se mais o Reino, e descuidaraõ-se mais os Portuguezes dos seus verdadeiros interesses⁷¹. Que desde entaõ começou a ser maior o cuidado das vinhas⁷², e a diminuir o dos grãos. Que os seguintes Soberanos se viraõ precisados a obrigar os vassallos á Cultura por meio de graves penas, e castigos, quando antigamente se cultivava por gosto⁷³. Que em toda a Legislação Portuguesa se não acha hum só documento, que desestime, e abata os Lavradores, sendo tantos os que os enobrecem, e distinguem, e por consequencia que o Lavrador não tem mecanica. [...].

Conheço os defeitos que leva este escripto, entre os quaes será tal vez hum, que eu fizesse mais a Historia dos Soberanos

⁶⁸ CALDAS, Eugénio de Castro – *A Agricultura Portuguesa através dos tempos*, INIC, Lisboa, 1991.

⁶⁹ FERRÃO, José Mendes; CAIXINHAS, M.^a Lisete; LIBERATO, M.^a Cândida – «A Ecologia, as plantas e interculturalidade», in *Portugal. Percursos de Interculturalidade*, coordenação de A. Teodoro de Matos e M. Ferreira Lages, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Lisboa, 2008, pp. 132-223; *Agricultura: Dicionário das Ocupações*, coordenação de Nuno Madureira, vol. III, Celta Editora, Oeiras, 2002.

⁷⁰ ALMEIDA, Fortunato de – *História de Portugal. Desde os tempos pré-históricos a 1580*, vol. I, Bertrand Editora, Lisboa, 2003, pp. 236-241.

⁷¹ *Nova História de Portugal. Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV, pp. 94-103.

⁷² VIANA, Mário – «Alguns preços de vinho em Portugal (séculos XIV-XVI)», in *Arquipélago. História*, 2.^a série, vol. V [s. n.] [s. l.], 2001, pp. 605-626.

⁷³ RIBEIRO, Orlando – «Agricultura», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp. 60-67.

em ordem á Agricultura, do que a Historia da mesma Agricultura. Se he defeito, eu o confesso. Porém a falta dos testemunhos precisos he causa deste, e de outros alguns defeitos essenciaes que leva esta Memoria. Fôra necessario para evitalos, poder examinar os principaes Archivos do Reino, principalmente o da Torre do Tombo. Fôra necessario ter á vista os Foraes todos, ao menos das terras principaes. Foraõ necessarios algumas outras providencias que não cabem nos meus esforços⁷⁴. Nas circumstancias em que me poz a Providencia, falta de quasi todos os soccorros opportunos, fiz o que pude⁷⁵.

Ainda assim, a Coroa tentou implementar políticas económicas mais eficazes desde os finais do século XVII e todo o século XVIII, ou seja, nos reinados de D. João V e de D. José I, embora o Autor não refira explicitamente o papel de Sebastião Carvalho de Melo, marquês de Pombal, no reatar das políticas económicas e agrárias do país. Apelando ao “regresso à terra” e aos ofícios agrícolas, em detrimento de políticas mercantilistas desastrosas, o Autor nutria uma grande admiração pelas iniciativas agrícolas no reinado de D. Sancho I, que considerava idênticas ou superiores às políticas agrárias de D. Dinis, cerca de um século depois.

Apostava na protecção da agricultura e no povoamento do país, de modo a contribuir para a renovação económica, numa época francamente difícil prestes a findar o *Ancien Régime*. Importava enaltecer a História da Agricultura para prevenir as sensibilidades políticas quanto às questões agrárias, preocupação antiga na vida económica nacional.

⁷⁴ Em apêndice, uma Carta de Lei de 12 de Fevereiro de 1564, apontada por Duarte Nunes do Leão nas *Leis Extravagantes*, para benefício da actividade agrícola.

⁷⁵ «Memoria para a Historia da Agricultura em Portugal», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. II, 1792, pp. 42-43.

PARTE FINAL

1. A Ciência e a História, antigos pirilampos que cintilam...

Declarando o triunfo da Ciência e as infinitas possibilidades oferecidas pela corrente das *Luzes* em Portugal, mesmo que excessivamente desequilibrada perante as diferentes categorias sociais, científicas e culturais, foi notória a propagação de obras científicas entre os finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Neste contexto, as *Memorias de Litteratura Portugueza* [1792-1814], à semelhança de *Memorias* análogas editadas pela Academia Real das Ciências, enquadravam-se inteiramente nas exigências da difusão científica de então, consideradas unanimemente como um dos mensageiros do Enciclopedismo e do Iluminismo, ainda que tardios, em Portugal.

Não obstante, embora sem o carácter estrito de “enciclopédicos”, muitas outras obras, colectâneas e periódicos possuíram a mesma substância, propondo-se a divulgar um universo de saberes científicos, literários, filosóficos e artísticos para um público crescentemente dilatado, superando os arquétipos inflexíveis da cultura aristocrática tradicional. Além das *Memorias de Litteratura Portugueza* terem auxiliado à disseminação enciclopédica em Portugal, foram um veículo proficiente na apresentação de outros contributos historiográficos sobre as mais diversas temáticas. O cultivo da historiografia, decerto, não seria o primeiro interesse na promoção dos conhecimentos enciclopédicos, embora, neste caso particular, todas as *Memorias* coligidas versassem sobre História ou detivessem um suporte histórico.

Sem serem especificamente dedicados a um tempo ou assunto histórico singular, os escritores que cooperaram nas *Memorias de Litteratura Portugueza* preocuparam-se, fundamentalmente, em prover dados fidedignos e sujeitos a revisões constantes, sempre com a maior preocupação científica, transparecendo, em si, um gosto penetrante pela “escrita” da História. Embora não exista nenhuma *Memoria* unicamente consagrada à problematização historiográfica, os seus conteúdos foram construídos com uma argumentação extremamente precisa. A novidade e a cientificidade foram ferramentas preciosas no domínio das *Memorias de Litteratura Portugueza* e a sua riqueza literária e descritiva permitiram quebrar a monotonia e a morosidade típicas dos relatos científicos.

Um dos grandes méritos das *Memorias de Litteratura Portugueza* seria a exposição das melhores e mais recentes produções científicas do universo académico português, assim como denunciar as restrições às publicações estrangeiras e a censura em numerosos campos, tendo em atenção que, paradoxalmente, muitos autores detiveram um papel influente em organismos censuratórios. Adiante alguns impedimentos estatutários, as *Memorias de Litteratura Portugueza* patentearam ideias sociais e prismas científicos inovadores, reiterando uma certeza inabalável no progresso humano e no Conhecimento. Em quase todas as *Memorias* se podem verificar os ensejos humanos pela racionalização e o domínio da Natureza, sob o fôlego do ideal iluminista. Muito além de simples trabalhos científicos, esta coletânea deixava transparecer valores incompatíveis com a organização social e os regimes político-sociais vigentes. Nas difíceis condições de censura literária e não sendo praticável um debate científico público, as *Memorias de Litteratura Portugueza* apresentavam abordagens culturais grandemente renovadoras.

Coletânea copiosamente influenciada pelos ditames iluministas, a coordenação editorial das *Memorias de Litteratura Portugueza* fazia [quase] sempre questão em identificar a autoria dos textos, possi-

bilitando uma maior proximidade com o público leitor, ainda que adstrito a círculos elitistas e académicos. Que interesses houve na divulgação das *Memorias de Litteratura Portugueza* e quais as estratégias em prol da disputa historiográfica? Terá existido uma directriz historiográfica geral que regulasse a composição das *Memorias de Litteratura Portugueza*? Naturalmente, a explicação só poderá ser afirmativa, dado que todos estes autores estavam convictos de que, afinal, estavam a “redigir” História e os seus testemunhos passariam aos vindouros. Apesar desse empenho na redacção científica, qual era, afinal, o papel da História, nomeadamente na sua vertente académica?

Na verdade, apesar de terem desempenhado muitas outras funções, quase todos estes redactores dedicaram-se à investigação histórica. Apesar de ainda existirem poucos estudos sobre os primeiros anos da Academia Real das Ciências, a cientificidade destas *Memorias* conseguiu marcar uma distinção, ainda que, actualmente, esteja compreensivelmente suplantada. Mas o que importa reter na elaboração destas *Memorias de Litteratura Portugueza*, é que a “escrita” da História transparecia uma enorme paixão, um interesse crescente e a busca contínua pela compreensão do passado, acepção assumida como um instrumento civilizacional.

O impulso científico promovido pela Academia Real das Ciências levou a cabo um grande esforço de vulgarização das descobertas mais recentes junto do público, colocando a poligrafia histórica num primeiro plano para a formação e educação da sociedade portuguesa. O que se pretendeu, entre outros objectivos, foi a contestação de ideias e dogmas historiográficos arcaicos face ao progresso do pensamento racionalista. Os autores das *Memorias de Litteratura Portugueza* foram também colaboradores assíduos na imprensa periódica de então, misto de intelectuais, polígrafos, periodistas e historiadores, os quais preparam o caminho para o protagonismo de um Alexandre Herculano, eminente individualidade que marcaria a cultura portuguesa desde a década de 1830 até ao nosso quotidiano.

Estas *Memorias*, cada qual procurando responder a um problema ou versando um assunto distinto, revelaram o interesse da Academia Real das Ciências na discussão de uma nova pluralidade de representações, acontecimentos e intervenientes na historiografia nacional e estrangeira. Nesse balizamento cronológico, as *Memorias de Litteratura Portugueza* possuíram um protagonismo primordial nas querelas historiográficas, de elevado interesse para compreender os grandes movimentos socioculturais entre o *Portugal Velho* e o *Portugal Novo*. Importa, portanto, [re-]conhecer as raízes históricas das academias portuguesas, neste caso a Academia Real das Ciências, de modo a se entenderem plenamente tais bifurcações históricas. As *Memorias de Litteratura Portugueza* veicularam uma imagem da *História*, cujos conteúdos possibilitaram reforçar o conhecimento acerca dos mais diversos tempos históricos.

As afinidades entre a Ciência e a História não aparentavam ser conflituais, mas sim de colaboração, pois embora agindo em patamares diferentes, os seus limites parecem-nos nitidamente esbatidos. Qual o desenrolar destas dependências científicas, no âmbito das prioridades da Academia Real das Ciências? Ainda que o primeiro objectivo das diferentes *Memorias* fosse noticiar o *acontecimento* científico, importava tecer novas abordagens ao passado histórico, permitindo, assim, solidificar as transmissões do Saber. Esta reflexão pretendeu expor criticamente o protagonismo da Academia Real das Ciências e das *Memorias de Litteratura Portugueza* para a evolução dos estudos historiográficos. Após a análise exaustiva das *Memorias* referenciadas, rapidamente comprovamos que, além das estórias encerradas nas suas vastas páginas, também era visível o interesse por uma nova *praxis* da História.

Serão algumas das coordenadas fundamentais que deverão nortear uma pesquisa mais entranhada de outras colectâneas científicas, tais como as *Memorias da Agricultura* [1788-1791] e as *Memorias Economicas* [1789-1815], por exemplo. Veículos ímpares da História da

Ciência, contêm as melhores sínteses editadas entre os fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Desejamos que este estudo seja da maior utilidade científica, pois ambiciona ser um guia estimulador para as inúmeras sondagens ao antigo quadro científico-acadêmico português. Existe todo um domínio quase inexplorado e com a maior riqueza, o qual permitirá indagações interessantíssimas, pelo que cremos que estas colectâneas, até agora quase abandonadas, são de uma rara fecundidade para o conhecimento das formas científicas e da atitude mental da intelectualidade portuguesa.

No âmbito da nossa leitura crítica às *Memorias de Litteratura Portuguesa*, rapidamente nos apercebemos da necessidade daquela agremiação científica em rever as correntes de opinião historiográfica consentâneas até àquele momento. Ao longo de toda a sua publicação, estas *Memorias*, entre tantos interesses distintos, apresentaram modelos *vivos* da História, extraordinariamente fundamentados acerca de uma determinada ocorrência ou circunstância histórica. Conseguiram, portanto, tornar a História uma verdadeira disciplina científica e respeitada pela comunidade académica, ainda que fosse, compreensivelmente, um universo diminuto. Aí reside, basicamente, todo o seu mérito e funcionalidade.

À excepção das notícias referentes a assuntos coevos, poucos foram os trabalhos coligidos nas *Memorias de Litteratura Portuguesa* que não tivessem directamente arrolados em passagens históricas. Em todos estes apontamentos, ultrapassando a sua pluralidade e directrizes peculiares, os autores fizeram remontar determinadas tomadas de posição e a defesa de certas proposições aos mais diversos tempos históricos. Era, pois, a convicção em como nos tempos remotos residia a legitimidade para várias opções estratégicas que, à sua contemporaneidade, foram protegidas pela Academia Real das Ciências.

Salientamos a conexão íntima entre os avanços da historiografia nacional e a sua forte expressão no grande movimento científico

européu. Indagamos, especialmente, qual o papel da Academia Real das Ciências na produção de conhecimentos histórico-científicos e a sua disseminação através da imprensa periódica especializada, sem deixar de referir as conferências científicas e pedagógicas. A História surgiu, nestes meandros, apostada em defender a sua futura “utilidade” e “legitimidade”, privilegiando a busca incessante pelo seu valor probatório. Quantas transformações assistiu a civilização ocidental entre 1790 e 1815 e nas quais a Ciência, tal como todas as áreas da Erudição [e do Poder], se metamorfosearam para uma nova didáctica da História!

A crescente divulgação científica e as novas tendências historiográficas europeias marcaram profundamente a Ciência em Portugal, manifestando-se especialmente na própria “escrita” da História. Através da troca colossal de informações e o esforço de vulgarização dos novos estudos agrícolas, técnicos e economicistas na *República das Letras*, a ciência histórica transitou de uma esfera restrita para um patamar amplo na sociedade. Incidiria, neste sentido, directamente na cultura e na mentalidade social, o que permitiu uma maior abertura à produção, permutação e aplicação de novas abordagens e metodologias, como as *Memorias de Litteratura Portugueza* proporcionaram.

Finalizamos o nosso empreendimento de investigação com a ambição de contribuir positivamente para esta área histórico-científica. Não deixa, todavia, de ser um simples ponto de partida para pesquisas futuras.

BIBLIOGRAFIA GERAL

1. Fontes Manuscritas

AN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro XI.

AN/TT, *Chancelaria de D. João II*, Livro XXII.

AN/TT, *Chancelaria de D. João III*, Livro XVII.

AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro XLII.

AN/TT, *Corpo Chronologico*, Parte I, maço XIV.

AN/TT, *Corpo Chronologico*, Parte I, maço XIV; maço XXI; maço XXIV.

AN/TT, *Corpo Chronologico*, Parte I, maço XXIV.

Apontamentos para a Historia Civil e Litteraria de Portugal Colligidos dos manuscritos asim Nacionaes como Estrang[eiros] que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escurial, e nas de alguns Senhores e Lettrados d'esta Corte, por Joachim Joze Ferreira Gordo, 1790, manuscritos.

Bíblia de Cervera, texto copiado por Samuel Ben Abraham Ibn Nathan e iluminado por Josef Asarfati, c. 1299-1300, manuscrito microfilmado.

Bíblia romanceada. Biblioteca Nacional de Madrid, Ms. 10.288, estudio, edición y notas de Francisco Pueyo MENA, Hispanic Seminary of Medieval Studies, Nova Iorque, 1996.

Bibliotheca araujiana ou catalogue des livres de la bibliothèque de son Excellence, Monsieur le Commandeur d'Araujo d'Azevedo, Envoyé Extra-ordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Son Altesse Roiale le Prince Régent de Portugal près de la Cour de Russie... placée à la maison du bois, près de la Haye en Septembre 1802 et confiée á..., manuscrito.

Capitulos geraes que foram apresentados a el Rey dō Jobã... terceiro deste nome...: nas cortes de Torres novas do anno de mil e quinhentos e vinte e cinco. E nas Devora do anno de mil e quinhentos e trinta e cinco... E leys que o dito senbor fez sobre alguns dos ditos capitulos. As quais forã publicadas na cidade de Lixboa... a XXIX dias do mes de Novembro. Anno... de mil e quinhentos e trinta e oytto años, manuscritos.

Documentos relativos aos Conventos da Ordem de Cister em Portugal, sobretudo ao mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, compilação de Fr. Manuel de FIGUEIREDO [?], manuscritos, <1775.

- FIGUEIREDO, Fr. Manuel de – *Historia Corographica da comarca de Alcobaça...*, manuscritos, 1781-1784.
- GOUVEIA, Francisco Velasco de – *Apostillas de Direito na sua maioria de Direito Canonico...*, vols. I-III, manuscritos, 1592-1626.
- *In Euclidis Megarensis Philosophi atque Mathematici praestantissimi Perspectiva Commentaria*, manuscrito, 1521.
- Indice alphabetico, e universal da Livraria do Real Mosteiro d'Alcobaça: em q[ue] se dá hum breve, mas suficiente noticia de todos os livros, e seus Autores, e se mostram os seus respectivos lugares pelos numeros das cazas das estantes, q[ue] vão expressados no fim de cada hum dos titulos, à exceção de poucos, q[ue] se assinarão na margem*, vols. I-II, manuscritos, 1800-1801.
- LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – *Classificação das madeiras do Brasil*, manuscrito original, autógrafo assinado, 17?
- *Peso das madeiras do Brasil*, manuscrito original, autógrafo assinado, 17?.
- *Resistência das madeiras do Brasil*, manuscrito original, autógrafo assinado, 1808.
- Memoria em defeza de Camoens conta Monsei[gn]eur de La Harpe... de Ant^o de Aro de Az^{do}*, manuscrito, c. 1780-1817.
- Memorias para formar a Historia da Comarca de Alcobaça...*, compilação de Fr. Manuel de FIGUEIREDO [?], manuscritos, c. 1780.
- PEREIRA, Augusto Xavier da Silva – *Diccionario Jornalístico Portuguez...*, vols. I-XIII, manuscritos.
- PIMENTEL, Luís Serrão – *Architectura Militar ou Fortificação...*, manuscrito, 1659.
- SANTOS, António Ribeiro dos – *O Evangelho de Jesus Christo segundo S. Matheus e S. Marcos, traduzido e illustrado em largos commentaios...*, vols. I-III, manuscritos.
- *Origens celticas da antiga povoação de Hespanha e de seus actuaes dialectos...*, vols. I-III, manuscritos.
- SOUSA, Fr. João de – *Diario da Segunda Embaixada que da corte de Lisboa se mandou a de Marrocos no anno de 1790. Relação, e Diario da Embaixada q[ue] Sua Mag.^e Fid.^{ma} mandou a El Rey de Marrocos em o mez de Dezembro de 1790; sendo encarregado daquella Commissão Jaques Felipe de Landreset. Cavalleiro professo na Ordem de Christo, Brigadeiro dos Exercitos de S. M. F. e Governador da Cidade de Faro. De tudo o q[ue] se passou e observou na dita Embaixada por espaço de trez mezes e sinco dias que durou aquella Commissão escripta pello P.^e...*, manuscritos.
- *Diario da segunda embaixada, que El Rei de Marrocos mandou a esta Corte de Lisboa no anno de 1777. Escrita pelo P.^e...*, manuscritos.
- *Numismallogia, ou Breve recopilação de algumas Medalhas de Ouro, e de prata dos Califas, e dos Reis Arabes da Asia Africa e de Hespanha; as quaes foram achadas neste Reino de Portugal, e se conservaõ em varios Gabinetes desta Corte de Lisboa. E de outras que ultimam^{te} se acharam no Termo da Villa d'Alagoa no Reino do Algarve em 19. de Fevereiro de 1781...*, manuscritos.

2. Periódicos

- Almanak das Musas offerecido ao Genio Portuguez*, Partes I-IV, Officina de Filipe José de França/Officina de António Gomes/Officina de João António da Silva, Lisboa, 1793-1794.
- Anais da Bibliotecas e Arquivos de Portugal. Revista Trimestral de Bibliografia*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1920.
- Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, vol. I-XVI, A. Bobée, Paris, 1818-1822.
- Antiquario Conimbricense*, n.º 5 [s. n.], Coimbra, 1841.
- Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasilense*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1810.
- Argus Lusitano: ou Cartas Analiticas*, por José Anselmo Corrêa HENRIQUES, Officina de Cox Son and Baylis, Londres, 1809-1810.
- Aviso aos Portuguezes sobre o Correio Brasilienze*, Impressão Regia, Lisboa, 1811.
- Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XLVI, FLUC, Coimbra, 1970.
- Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias*, vol. XII (1917-1918), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1920.
- Boletim da Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado*, vols. I-III, Imprensa de Libânio da Silva/Typografia Universal, Lisboa, 1910-1915.
- Colóquio: Letras*, n.ºs 65-67, FCG, Lisboa, 1982.
- Correio Braziliense ou Armazem Literario*, por Hipólito José da COSTA, vols. I-XXXII, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001.
- Correio Braziliense, ou Armazem Literario*, por Hipólito José da COSTA, vol. XII, W. Lewis, Londres, 1814.
- DIAS, Eurico Gomes – *Gazetas da Restauração [1641-1648]: uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas* (edição transcrita), «Biblioteca Diplomática», Série A, n.º 6, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2006.
- *Olhares sobre o Mercvrio Portvgvez [1663-1667]. Transcrição e comentários*, vols. I-II, CEPESE/INCM, Lisboa, 2010.
- Exame dos Artigos Historicos, e Politicos, que se contem na Collecção Periodica intitulada Correio Braziliense, ou Armazem Litterario, no que pertence somente ao Reino de Portugal*, por José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de LACERDA, Impressão Régia, Lisboa, 1810.
- Gazeta de Lisboa*, n.º 143, Impressão Régia, Lisboa, 19 Junho 1829.
- Gazeta de Lisboa*, n.º 225, Impressão Régia, Lisboa, 23 Setembro 1823.
- Gazeta de Lisboa*, n.º 229, Impressão Régia, Lisboa, 23 Setembro 1820.
- Gazeta de Lisboa*, n.º 249, Impressão Régia, Lisboa, 21 Outubro 1831.
- Gazeta de Lisboa*, n.º 48, Regia Officina Typographica, Lisboa, 30 Novembro 1802.
- Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, por João Luís LISBOA, Tiago dos Reis MIRANDA e Fernanda OLIVAL, Edições Colibri, Lisboa, 2002; *Vol. II (1732-1734)*, 2005.

- Jornal da Sociedade dos Amigos da Letras*, n.ºs 2-5, Typographia de J. B. Morando, Lisboa, 1836.
- Jornal de Coimbra*, vol. XI, Parte II, Impressão Régia, Lisboa, 1817.
- Jornal Encyclopedico*, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, Maio de 1790, Março 1791.
- Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. A Historiografia Religiosa Medieval hoje: temas e problemas*, 2.ª série, tomo XIII-XIV, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2001-2002.
- O Investigador Portuguez em Inglaterra ou jornal literario politico*, direcção de Bernardo José de Abrantes e CASTRO, Vicente Pedro Nolasco da CUNHA e José Liberato Freire de CARVALHO, n.º L, H. Bryer, Londres, Agosto 1815.
- O Observador Lusitano em Pariz, ou Collecção Litteraria, Politica, e Commercial*, P. N. Rougeron, Paris, 1815.
- O Velho Liberal*, n.ºs 1-16, Typographia do Galhardo, Lisboa, 1821-1826.
- Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, por Joaquim de Santo Agostinho Brito França GALVÃO, Impressão Régia, Lisboa, 1809.
- Retratos e Elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a Nação Portuguesa em Virtudes, Letras, Armas, e Artes, assim Nacionaes, como Estranbos, tanto Antigos, como Modernos. Offerecidos aos Generosos Portuguezes*, por Pedro José de FIGUEIREDO [et al.], vol. I [único], Officina de Simão Thaddeo Ferreira/Impressão Régia, Lisboa, 1806-1825.
- Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. XI, FLUP, Porto, 1994.
- Revista da Faculdade de Letras: História*, FLUP, Porto, 1989.
- Revista de História Económica e Social*, direcção de Vitorino Magalhães GODINHO, n.ºs 25-27, Edições Sá da Costa, Lisboa, 1989.
- Revista Portuguesa de História*, vol. XIV, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos/FLUC, Coimbra, 1974.
- The Monthly Anthology and Boston Review*, vol. VIII, Boston [Massachusetts], Fevereiro 1810.
- The Monthly Review; or Literary Journal Enlarged*, vol. XXVI, Ralph Griffiths, Londres, Outubro 1798.
- Typographia Portuguesa*, n.ºs 1-12, Typographia Alliança, Porto, 1887-1888.
- Um Portuguez aos Portuguezes*, n.ºs 1-6, Impressão Régia, Lisboa, 1810-1814.

3. Fontes Impressas

[O Livro de] Marco paulo. *Ho liuro de Nycolao veneto. O trallado da carta de huu genoues das ditas terras*, Valentim Fernandes, Lisboa, 1502 [inclui ainda *Trellado de hua carta que Jeronimo de santo Esteuam escreueo de Tripoli*, portada].

«Alegações de D. Afonso de Cartagena, bispo de Burgos, contra os direitos dos Portugueses às Ilhas Canárias», tradução de José SARAIVA, separata de *Descobrimentos*

- Portugueses. Documentos para a sua História*, publicados e prefaciados por J. Martins de Silva MARQUES, vol. I, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1944.
- «Fala que fez Frâncisco de Melo nas Cortes del Rey dom João o terceyro na villa de Torres nouas a XIX de Setembro. Anno de M. D. XXV. dia de São Miguel na ygreja de sam Pedro», in *O Portugal Velho*, n.º 156, Typographia de J. F. de Sampaio, Lisboa, 6 Agosto 1839.
- A Descoberta da América por Cristóvão Colombo. Diário de Bordo da 1.ª Viagem (1492-1493)*, prefácio de Luís de ALBUQUERQUE, «Biblioteca da História», n.º 5, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1990.
- A Descoberta da América por Cristóvão Colombo. Relações das Quatro Viagens (1493-1504)*, prefácio de Luís de ALBUQUERQUE, «Biblioteca da História», n.º 6, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1990.
- A Geografia da Ibéria segundo Estrabão*, introdução, versão em vernáculo, comentários e anotações gramaticais ao texto grego do livro III por José CARDOSO, PPACDM, Braga, 1994.
- A Germânia*, de Tácito, tradução de Nicolau FIRMINO, Porto Editora, Porto, 1973.
- A Guerra das Gálias*, por Júlio César, introdução e tradução de Victor RAQUEL, «Clássicos do Pensamento Estratégico», n.º 5, Edições Sílabo, Lisboa, 2004.
- A República: Diálogos*, de Platão, 2.ª edição, tradução de Sampaio MARINHO, vol. I, Publicações Europa-América, Mem Martins [s. d.].
- AFONSO José António & PRATA, Raúl Solla – *O Foral de Gaia de 1255*, CMVNG, Gaia, 1983.
- ALMEIDA, M.ª Luísa Ferreira de – *Foral e foros da Guarda: edição e estudo linguístico do manuscrito português* [texto policopiado], Universidade Católica, Viseu, 1992.
- AMARAL, Nicolau Coelho do – *Monostichon de Primis Hispanorum regib. lib. primus*, Officina de João de Barreira, Coimbra, 1554.
- Ammiani Marcellini Rerum Gestarum Libri qui Recensione Valesio-Gronoviana...*, Livro XXXI, Libreria Weidm., Leipzig, 1773.
- ANDRADA, Francisco de – *Chronica del Rey Dom João III*, introdução e revisão de Manuel Lopes de ALMEIDA, Lello & Irmão, Porto, 1976.
- ANDRADA, Miguel Leitão de – *Miscellanea*, introdução de Manuel DUARTE, edição em fac-simile da 2.ª edição publicada pela Imprensa Nacional em 1867, INCM, Lisboa, 1993.
- Archimedis Syracusani Philosophi ac geometrae excellentissimi Opera, quae quidem extant, omnia, multis iam seculis desiderata...*, Officina de Ioannes Heruagius, Basileia, 1544.
- Arte Poetica de Q. Horacio Flacco*, traduzida, e ilustrada em Portuguesez, 2.ª edição, correcta e emendada, Officina Rollandiana, Lisboa, 1778.
- As Vidas dos Doze Césares. Júlio César, Octávio César Augusto*, por Suetónio, vol. I, tradução de Angelina PIRES, Edições Sílabo, Lisboa, 2005.
- As Vidas dos Doze Césares. Nero, Galba, Otão, Vitélio, Vespasiano, Tito, Domiciano*, vol. III, tradução de Adriaan de MAN, Edições Sílabo, Lisboa, 2007.
- As Vidas dos Doze Césares. Tibério, Calígula, Cláudio*, por Suetónio, vol. II, tradução de Adriaan de MAN, Edições Sílabo, Lisboa, 2006.

- Astrologia judiciaria... composta pello padre Simão Fallonio, mestre da mathematica no colegio da Companhia de Jhs de Santo Antão* [manuscrito], 1640.
- Atlas de Lázaro Luís (1563). Códice da Academia das Ciências de Lisboa*, edição literária de Luís de ALBUQUERQUE, M.^a Catarina Henriques dos SANTOS e M.^a Pilar de Torres LUNA, ACL, Lisboa, 1991.
- Auto do juramento do Príncipe Dom Diogo nosso Senhor...*, Officina de António Ribeiro, Lisboa, 1584.
- Auto do juramento do Príncipe Dom Philippe nosso Senhor...*, Officina de António Ribeiro, Lisboa, 1584.
- BARROS, João de – Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Primeira Década, INCM, Lisboa, 1988 [fac-símile da 4.^a edição revista e prefaciada por António BAIÃO conforme a edição *princeps*, «*Scriptores Rerum Lusitanarum*» (Série A), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932].
- Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Segunda Década, INCM, Lisboa, 1988 [fac-símile da 4.^a edição, conforme a edição *princeps*, iniciada por António BAIÃO e continuada por Luís F. Lindley CINTRA, «*Scriptores Rerum Lusitanarum*» (Série A), INCM, Lisboa, 1974].
- Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Terceira Década, nota prévia de Isabel Vilarés CEPEDA, INCM, Lisboa, 1988 [fac-símile da 1.^a edição, conforme a edição *princeps*, Officina de João Barreira, Lisboa, 1563].
- *Décadas*, prefácio e notas de António SÉRGIO, vol. I [s. n.], Lisboa, 1937.
- *Espelbo de casados em o q[ua]l se disputa copiosam[en]te q[ue] excele[n]te p[ro]ueitos & necesareo seja o casam[en]to...*, Vasco Diaz Tanco d[e] Frexenal, 1540.
- *Espelbo de casados, pelo Doctor João de Barros*, publicado por Tito de NORONHA e António CABRAL, Imprensa Portuguesa, Porto, 1874 [2.^a edição conforme a de 1540].
- *Quarta Decada da Asia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares e terras do Oriente*, Impressão Real, Madrid, 1615.
- Bíblia medieval portuguesa: historias d'abreviado Testamento Velho, segundo o Meestre das Historias Scolasticas*, texto apurado por Serafim da Silva NETO, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1958;
- Bibliotheca Classica Latina sive Collectio Auctorum Classicorum Latinorum. Caius Silius Italicus. Punicorum...*, tradução e comentários de N. E. LEMAIRE, vol. I, Livro X, Julius Didot, Paris, 1823.
- Bibliotheca Historica. Scriptores de Historia. Hebræorum Sive Iudæorum*, vol. I, Parte Primeira, Heredes Weidmanni und Reichium, Leipzig, 1782.
- Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vols. I-V, direcção de José Augusto Cardoso BERNARDES [et al.], Editorial Verbo, Lisboa, 1995-2005.
- Breviário Bracaraense de 1494, reprodução em fac-símile do exemplar da Biblioteca Nacional*, introdução de de Pedro Romano ROCHA, INCM, Lisboa, 1987.

- Bulário Português: Inocência III (1198-1216)*, por Avelino de Jesus da COSTA e M.^a Alegria Fernandes MARQUES, «História», n.º 7, INIC, Coimbra, 1989.
- CABEDO, Jorge de – *Prima [-Secunda] pars Decisionum Senatus Regni Lusitaniæ. Collecti...*, vols. I-II, Officina de Jorge Rodrigues, Lisboa, 1602-1604.
- CADAMOSTO, Luís de – *Viagens*, introdução e notas de tradução de Sebastião Francisco de Mendo Trigosso Homem de MAGALHÃES, Portugália Editora, Lisboa, 1960.
- Caii Plinii Secundi Naturalis Historiæ...*, Livro IV, François Muguet, Paris, 1675.
- Caius Julii Cæsaris Commentarii De Bello Gallico*, Livro IV, Blanchard and Lea, Filadélfia, 1853.
- CAMINHA, Pêro Andrade de – *Poezias*, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1791.
- Capítulos do concelho de Elvas apresentado em Côrtes*, prólogo de Pedro A. de AZEVEDO, Tipographia de António Torres de Carvalho, Elvas, 1914.
- Capitulos Gerais apresentados a ElRey D. João nosso Senhor XIII. deste nome, XIII. Rey de Portugal, Nas Cortes celebradas em Lisboa com os tres Estados em 28. de Janeiro de 1641. Com suas Respostas de 12. de Setembro do anno de 1642... Com as Replicas, repostas, e declarações dellas em 1645*, Officina de Paulo Craesbeeck, Lisboa, 1645.
- CARNEIRO, António de Mariz – *Regimento de Pilotos, e Roteiro das Navegações da Índia Oriental. Agora novamente emendado & acrescentado cõ Roteiro da costa de Sofala, ate Môbaça, & com os Portos, & Barras do Cabo de Finis tærra ate o estreito de Gibaltar, com suas derrotas, sondas, & demonstraçoens...*, Officina de Lourenço de Anveres, Lisboa, 1642.
- Carta do primeiro Arcebispo de Goà ao pouo de Israel seguidor ainda da ley de Moises, & do talmud, por engano & malicia dos seus Rabis*, Officina de João de Endem, Goa, 1565.
- Carta, que hum Rabbino chamado Samuel escreueo a outro Rabbino chamado Isaac consultando-o sobre o ter alcançado pelas Prophecias do Testamento velho, que o Messias tinha vindo...; a ley Judaica era acabada, e os Judeos estavaõ em odio, e dezemparrados de Deos. Destroese totalmente por esta carta a Ley Judaica, & confirmase a Fé Catholica...*, Officina de Manuel da Silva, Lisboa, 1651.
- Cartas del Glorioso Padre y Doctor de la Iglesia San Bernardo*, traduzidas do latim para o castelhano com notas de Frei Joseph de ALMONAZID, Julian de Paredes, Madrid, 1686.
- Cartas trocadas entre D. João de Castro e os filhos (1546-1548)*, com nota introdutória, leitura e comentários de Luís de ALBUQUERQUE, CNCDP, Lisboa, 1989.
- CARTUSIANO, Ludolfo – *O Livro de Vita Christi em lingoagem português*, edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495 cotejado com apógrafos por Augusto MAGNE, vols. I-II, «Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica», n.º 1, Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1957-1968.
- CASTRO, D. Fernando de – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, edição de Luís de ALBUQUERQUE e Tereza Travassos da Cunha MATOS, Escola Superior de Tecnologia, Tomar, 1995.

- CASTRO, Francisco de Caldas Pereira e – *Singularis, et excellens Tractatus et analyticus commentarius, et syntagma de nominatione emphytevtica, eius q. successione, et progressu, tam pragmaticis, et magistratibus, quàm etiam in academia versantibus vtlissimus...*, Officina de António Ribeiro, Lisboa, 1585.
- CASTRO, Gabriel Pereira de – *De Manu Regia Tractatus...*, vols. I-II, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1622-1625.
- Catalogo das obras impressas e manuscritas de António Pereira de Figueiredo...*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1800.
- Chancelarias medievais portuguesas. Documentos da chancelaria de Afonso Henriques*, por Abiah Elisabeth REUTER, vol. I, Instituto Alemão da Universidade, Coimbra, 1938.
- Chancelarias Portuguesas. D. João I*, organização e revisão geral de João José Alves DIAS, vols. I-III, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004-2006.
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por Artur Moreira de Sá, vol. XIV (1526-1537), Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 1999.
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. I (1288-1377), edição literária de Artur Moreira de Sá, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1966.
- Chronique de Bertrand du Guesclin, par Cuvelier, trouvère du XIV^{ème} Siècle...*, edição literária de Ernest CHARRIERE, vols. I-II, Typographie de Firmin Didot Frères, Paris, 1833.
- Cister – Documentos Primitivos. No 9.º Centenário da Fundação de Cister*, introdução, tradução e notas de Aires A. NASCIMENTO, Edições Colibri, Lisboa, 1999.
- Clariss[immi] Pictoris et Geometræ Alberti Dureri, De varietate figurarum et flexuris partium ac gestib[us] imaginum, libri duo, qui priorib[us] de symmetria quondam editis, nunc primum in latinum comuersi accesserunt...*, Hieronymum Formschneyder, Nuremberga, 1534.
- Codex Legum Antiquarum in quo continentur Leges Wisigothorum, Edictum Theodorici Regis, Lex Burgundionum, Lex Salica...*, edição de Friedrich LINDENBROG, Iohannem & Andream Marnios & Consortes, Frankfurt, 1613.
- Codex Theodosianus...*, introdução de Jacques GODEFROY, vols. I-VI, Maur Weidmanni, Leipzig, 1736-1745.
- Codicis Gregoriani et Hermogeniani Fragmenta...*, edição crítica e tradução de Gustav HAENEL, Adolph Marcus, Bona, 1837.
- Codicis Theodosiani Fragmenta Taurinensia*, edição crítica e tradução de Paul KRUGER, Nabu Press, Charleston, 2011 [1.^a edição: 1923].
- Colecção de Concordatas estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*, compilação de Eduardo BRASÃO, Bertrand, Lisboa, 1940.
- Colección de Cánones y de todos los Concilios de la Iglesia de España y de America (en latin y castellano)*, com notas e ilustrações de D. Juan TEJADA Y RAMIRO, vol. III, Imprenta de D. Pedro Montero, Madrid, 1859.
- Coleccion de Cortes de los Reynos de Leon y de Castilla, dadas a luz por la Real Academia de la Historia*, vol. I, Imprenta de D. Marcelino Calero y Portocarrero, Madrid, 1836.

- Coleccion de Obras Arábicas de Historia y Geografía... Ajbar Machmuâ (coleccion de tradiciones). Crónica Anónima del Siglo XI, dada á luz por primera vez, tradução e notas de D. Emilio LAFUENTE Y ALCÁNTARA, vol. I, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, Madrid, 1867.*
- Collecçam dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza..., ordenada por D. Manuel Telles da SILVA, vols. I-XVI, Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa Occidental, 1721-1736.*
- Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal. Parte II. Da Legislação Moderna, tomo III, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1790.*
- Collecção da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das Ordenações. Legislação de 1775 a 1790, redigida por António Delgado da SILVA, vol. III, Typografia Maigrense, Lisboa, 1828.*
- Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás que comprehende o feliz Reinado del Rey Fidelissimo D. Jozé I..., vol. I, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1771.*
- Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado DelRey Fidellissimo D. José I. Nosso Senbor desde 31. de Julbo de 1769. até 7. de Abril de 1775, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1775.*
- Collecção de Ineditos de Historia Portugueza publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa... Chronicas dos Senhores Reis de Portugal, por Cristóvão Rodrigues ACENHEIRO, 2.^a edição, tomo V, Imprensa Nacional, Lisboa, 1936 [1.^a edição: 1824].*
- Collecção de Manuscriptos ineditos agora dados á estampa. Anacrisis Historial..., de Manuel Pereira de NOVAIS, vol. IV, Partes I-II, Real Bibliotheca Pública Municipal, Porto, 1912-1915.*
- Collecção de noticias acerca do resgate dos portuguezes captivos em Argel..., Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1811.*
- Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lbes são vizinbas, vols. I-VII, Typographia da Academia, Lisboa, 1812-1841.*
- Collecção dos Decretos, Resoluções e Ordens das Côrtes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portugueza, Imprensa da Universidade, Coimbra, n.º 478, 5 Fevereiro 1822.*
- Collecção dos Principaes Auctores da Historia Portugueza..., Monarquia Lusitana, vols. I-II, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806.*
- Commentarios do grande Afonso Dalboquerque: capitao geral que foi das Indias Orientaes em tempo do muito poderoso Rey D. Manoel o primeiro deste nome, Parte Quarta, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1774.*
- Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas e dos estragos feitos nas Sciencias e nos Professores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos Estatutos por elles fabricados, Parte II, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1771-1772.*
- Compilaçam de totalas obras de Gil Vicente, edição literária de M.^a Leonor Carvalhão BUESCU, vols. I-II, INCM, Lisboa, 1984.*

- Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos*, edição preparada por José VIVES, colaboração de Tomás MARÍN MARTÍNEZ, Gonzalo MARTÍNEZ DÍEZ, «España Cristiana. Textos», n.º 1, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Enrique Flórez, Madrid, 1963.
- Consolaçam christãa, e luz para o povo hebreo sobre psalmos do Real Propheta David que prophetizou dos mysterios altissimus, que avia de obrar o sancto Rey Messias na rede[m]pção do genero humano: co[m] hum discurso muy deuoto sobre o Psalmo Beati immaculati / declarados no sentido literal, por João Baptista d'Este Hebreo de nação converso á nossa sancta fé Catholica...*, Officina de Pedro Crasbeeck, Lisboa, 1616.
- Constituiçoens primeyras do Arcebispado da Bahía feytas, & ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, & do Conselho de Sua Magestade, propostas, e aceytas em o synodo Diocesano que o dito Senhor celebrou em 12. de Junho do anno de 1707...*, Officina de Pascoal da Silva, Lisboa Occidental, 1719.
- Constituições Synodales do Bispado de Coimbra. Feitas & ordenadas em Synodo pello Illustrissimo Sôr Dom Affonso de Castel Brãco Bispo de Coimbra, Cõde de Arganil, & do Cõselho delRey N. S.. &c., e por seu mandado impressas...*, António de Mariz, Coimbra, 1591.
- Constituições Synodales do Bispado do Porto. Ordenadas pelo muyto Illustre & Reverendissimo Senhor Dom frey Marcos de Lisboa Bispo do dito Bispado &c...*, António de Mariz, Coimbra, 1585.
- Constituciones do arcebispado de Goa. Approuadas pello primeiro cõcilio prouincial*, Officina de João de Endem, Goa, 1568.
- Cornelii Taciti Opera*, de acordo com a versão de Gabriel BROTIER, com notas e edição de Abraham John VALPYU, vol. I [s. n.], Londres, 1834.
- Coronica do Condestabre de Portugal Nuno aluarez Pereyra: principiador da casa q agora he do Duque de Bragãça sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo. E deste Condestabre procedem agora o Emperador e em todolos Reynos de xpãos de Europa ou os Reys ou as raynhas delles ou ambos*, Germão Galharde, Lisboa, 1526.
- Corpus Iuris Civilis. Institutiones*, edição preparada por Paul KRUGER, vol. I, Weidmannos, Berlim, 1889.
- CORREIA, Gaspar – *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de suas Vidas (D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*, leitura, introdução, notas e índices por José Pereira da COSTA, Academia das Ciências, Lisboa, 1996.
- *Lendas da Índia*, edição de Manuel Lopes de ALMEIDA, vol. IV, Lello & Irmão, Porto, 1975.
- Correspondência oficial relativa à comissão de que foi encarregado o doutor Vicente Jose Ferreira Cardoso da Costa sobre os melhoramentos da ilha de S. Miguel, em 1824-1828*, Typographia do Archivo dos Açores, Ponta Delgada, 1881.
- CORTE REAL, Jerónimo – *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Lisboa [s. n.], 1574.
- CORTE REAL, João Pereira – *Discursos sobre la nauegacion de las naos de la India de Portugal...* [s. n.], [s. l.], 1622.

Côstituições sinodales do bispado do Porto ord[e]nadas pelo muito reuere[n]do e magnifico Sôr dõ Baltasar Li[m]po bispo do dicto b[is]pado..., Vasco Diaz Tanquo de Frexenal, Porto, 1541.

COUTO, Diogo do – *Decada Quinta da Asia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares, & conquista das terras do Oriente: em quanto governaraõ a India Nuno da Cunha, dom Garcia de Noronha, dom Esteuaõ da Gama, & Martim Afonso de Sousa*, Officina de Pedro Crasbeeck, Lisboa, 1612.

– *Decada sexta da Asia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares, & conquistas das terras do Oriente: em quanto governaraõ a India Dom Joaõ de Castro, Gracia de Sá, Jorge Cabral, Dom Affonço de Noronha...*, Officina de Pedro Crasbeeck, Lisboa, 1612.

– *Década Sexta*, Parte Primeira, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1781.

– *O Soldado Prático*, prefácio e notas por Manuel Rodrigues LAPA, «Clássicos Sá da Costa», Lisboa [s. d.].

– *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*, organização de José Manuel Azevedo e SILVA e João Marinho dos SANTOS, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

Crónica da Conquista do Algarve, edição restituída e crítica por Fernando Venâncio Peixoto da FONSECA, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 1.^a Parte, vol. XXXVIII, Arquivo Municipal, Guimarães, 1987; 2.^a Parte, vol. XXXIX, 1988.

Crónica de Cinco Reis de Portugal..., edição diplomática e prólogo de Artur de Magalhães BASTO, Livraria Civilização, Porto, 1945.

Crónica de Idácio. Descrição da invasão e conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V), versões e anotações de José CARDOSO, 2.^a edição revista e aumentada, Livraria Minho, Braga, 1995.

Crónica de Portugal de 1419, edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida CALADO, Universidade de Aveiro, Aveiro, 1998.

Crónica del Moro Rasis. Versión del Ajbar Muluk al-Andalus de Ahmad ibn Mubammad ibn Musa al-Rasi, edição literária de Diego CATALÁN e Maria SOLEDAD DE ANDRÉS, colaboração de Margarita ESTARELLAS, Mercedes GARCÍA ARENAL y Paloma MONTERO, «Fuentes Cronísticas de la Historia de España», n.º 3, Gredos, Madrid, 1975.

Crónica Geral de Espanha de 1344, edição crítica do texto português por Luís Lindley CINTRA, vols. I-IV, Academia Portuguesa de História/INCM, Lisboa, 1983-2009.

Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente, vols. I-XXIV, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1777-1788.

DELGADO, Isaac – *A New English Translation of the Pentateuch...*, W. Richardson, Londres, 1789.

Devassa a que mandou proceder Sua Majestade no território do Alto Douro pelo Desembargador Antõnio de Mesquita e Moura [1771-1775], organização de Antõnio Braz de OLIVEIRA e M.^a José MARINHO, «Série Documental», Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983.

- Dialogo entre discipulo, e mestre cathechizante..., traduzido mui fielmente da Escritura, & Rabinos por Ioam Baptista d'Este*, Officina de Giraldo da Vinha, Lisboa, 1621; 2.^a edição, Officina de João da Costa, Lisboa, 1674.
- Diálogo evangélico sobre os artigos da fé contra Talmud dos judeus. Manuscrito inédito de João de Barros*, introdução e notas de I. S. RÉVAL, Livraria Studium Editora, Lisboa, 1950.
- DIAS, Fr. Nicolau – *Livro do Rosário de Nossa Senhora...*, nota prévia de Raul de Almeida ROLO, edição facsimilada do original, BNL, Lisboa, 1982.
- *Livro do Rosayro de Nossa Senhora...*, Casa de Francisco Correa, Lisboa, 1573.
 - *Rosairo da gloriosa Virgem Nossa Senhora...*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1616.
 - *Rosayro da gloriosa Virgem Nossa Senhora...*, Officina de Antonio Alvarez, Lisboa, 1603.
 - *Tratado da Payxam de Nosso Senbor Iesu Christo no qual se tratão todos os passos dos quatro Euangelistas, com muitas considerações deuotas...*, Officina de Antonio Ribeiro, Lisboa, 1580.
 - *Tratado del Juyzio Final, en el qual se ballaran muchas cosas muy provechosas y curiosas*, Diego Fernandez de Cordova y Oviedo, Valladolid, 1588 [edições: Salamanca, 1588; Officina de Luiz Sanchez, Madrid, 1595; Valladolid, 1599; Julio Cesar Valentino Carpenati, Veneza, 1597].
 - *Vida da Sereníssima Princesa Dona Joana filha d'El-Rei Dom Afonso o quinto de Portugal*, introdução de João Gonçalves GASPAR, Diocese de Aveiro, 1987 [facsimile da edição de 1585].
- Documentos Arabicos para a Historia Portugueza copiados dos Originaes da Torre do Tombo com permissão de S. Magestade, e vertidos em Portuguez por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, por Fr. João de SOUSA, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790.
- Documentos de Vairão*, por Pedro de AZEVEDO, Typographia do Porto Medico, Porto, 1912-1919.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Documentos dos Condes Portugalsenses e de D. Afonso Henriques (A. D. 1095-1185)*, aditamentos, fontes e índices por Rui Pinto de AZEVEDO, vol. I, tomo II, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1962.
- Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos seculos XVI e XVII*, por Venâncio Augusto DESLANDES, Imprensa Nacional, Lisboa, 1888.
- Documentos referentes ao governo da Praça de Mazagão, 1758-1796 [cartório dos Condes da Cunha]. Catálogo*, organização de Raúl da Silva VEIGA, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1982.
- DOMINGUES, João Baptista – *Vida do Principe D. Theodosio...*, Officina dos Herdeiros de António Pedroso Galrão, Lisboa, 1747.
- Doutrina catholica para instrucção e confirmação dos fieis extincção das seitas supersticiosas, e em particular do judaismo...*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1625.

- El Monasterio de San Pelayo de Oviedo: Historia y Fuentes*, coordenação de Francisco Javier FERNANDEZ CONDE [et al.], vols. I-IV, Monasterio de San Pelayo, Oviedo, 1978-1990.
- Epistola do poderosissimo e invictivissimo D. Manoel, Rei de Portugal e dos Algarves etc. ao S. Padre em Cristo e Senhor nosso Leão X Pontifice Maximo sobre as victorias dos portuguezes em Africa (1513)*, tradução do texto latino por José Pedro da COSTA, *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1906.
- Epistola potentissimi: ac Inuictissimi Emmanuelis Regis Portugalie et Algarbior[um] etc. De victoriis nup[er] in Affrica habitis. Ad S. in xpo patrem et d[o]min[u]m nostrum d[o]min[u]m Leone[m]. X. Pont. Max...* [s. n.], Roma, 1514.
- Epistole et Orationes quedam Cataldi Siculi*, II Parte, Valentim Fernandes, Lisboa, 1513 [ou 1514?].
- Epistole et Orationes quedam Cataldi Siculi*, Valentim Fernandes, Lisboa, 1500 [organizadas por D. Pedro de Meneses].
- Estoria do muy nobre Vespasiano emperador de Roma (Lisbon, 1496)*, edição crítica de David HOOK, Penny NEWMAN [et al.], «Exeter Hispanic Text», University of Exeter, 1983.
- Estoria do muy nobre Vespasiano emperador de roma...*, Valentim Fernandes, Lisboa, 1496.
- Etruria Sacra. Triplici Monumentorum Codice Canonico, Liturgico, Diplomatico...*, com comentário de Antonio MARTINIO, vol. I, Typographia de Caetano Cambalasio, Florença, 1782.
- Etymologiae, de summo bono...*, de Santo Isidoro de SEVILHA, Livro XVI, Officina de Peter Loslein, Veneza, 1483.
- Evangelhos e epistolas con svas exposições en romãce*, estudo e introdução de Manuel Cadafaz de MATOS, Távola Redonda/Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, Lisboa, 1997 [fac-símile da edição de Rodrigo Álvares, Porto, 1497].
- Euclidis Elementorum Lib. XV Accessit XVI...*, por Christoph CLAVIUS, Bartholomeu Grassio, Roma, 1589.
- Exercícios espirituais de S. Inácio*, por João Pedro PINAMONTI e tradução de Pedro Miguel de AMARAL, Real Colegio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra, 1726.
- Extinção do Judaismo, e mais seitas supersticiosas, e exaltação da só verdadeira Religião Christãa dada por Deos aos homens para por ella serem salvos*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1628.
- Extracto de las Leyes del Fuero Viejo de Castilla, con el primitivo fuero de Leon, Asturias y Galicia...*, compilado por D. Juan de la Reguera VALDELOMÁR, Imprenta de la Viuda e Hijo de Marin, Madrid, 1798.
- Falla que fez nas Cortes que celebrou ElRey D. Joaõ o III. na Villa de Torres Novas a 29. de Setembro anno de M. D. XXV. dia de S. Miguel na Igreja de S. Pedro*, Officina de João Álvares, Lisboa, 1563.
- FIGUEIREDO, Manuel de – *Chronographia: reportorio dos tempos, no qual se contem VI. partes dos tempos: espheira, cosmographia, & arte da navegação, astrologia rustica, & dos tempos, & pronosticação dos eclipses, cometas, & samenteiras. O calendario romano, cõ os eclipses ate 630. E no fim o uso, & fabrica da balbestilha,*

- & quadrante gyometrico, com hum tratado dos relogios, Officina de Jorge Rodrigues, Lisboa, 1603.
- *Hydrographia, exame de pilotos, no qual se contem as regras que todo piloto deve guardar em suas navegações, assi no sol, variação da agulha, como no cartear, com algumas regras da navegação de Leste, Oeste, com mais o aureo numero, epactas, marès, & altura da estrella pollar: com os Roteiros de Portugal pera o Brasil, Rio da Prata, Guiné, Sam Thomé, Angolla, & Indias de Portugal, & Castella...*, Officina de Vicente Álvares, Lisboa, 1614.
- *Prognostico do Cometa, que appareceo em 15 de Setembro de 1604*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1605.
- *Roteiro e navegação das Indias Occidentais Ilbas, Antilhas do Mar Oceano Occidental, com suas derrotas, sondas, fundos, & conhecenças novamente ordenado segundo os pilotos antigos, modernos...*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1609.
- FILIPE, Bartolomeu – *Repetitio in Canone Scidite corda vestra de penitet. distinct. prima...*, Luís Rodrigues, Lisboa, 1539.
- Fontes Medievais da História de Portugal. Anais e Crónicas*, selecção, prefácio e notas de Alfredo PIMENTA, 2.^a edição, vol. I, «Clássicos Portugueses», Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1982.
- Fontes Proximas da Compilação Filippina, ou Indice das Ordenações do Codigo Manuelino, e das Extravagantes, de que proximamente se derivou...*, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792 [2.^a edição corrigida e aumentada: 1829].
- Foral Antigo de Santarém*, edição crítica e estudo de Lina Marques SOARES, Colibri, Lisboa, 2005.
- Foral de D. Manuel I a Santarém*, estudo, transcrição e glossário de M.^a Helena da Cruz COELHO, CMS, Santarém, 2007.
- Foros e laudémios e emparcelamento: compilação completa de todos os diplomas sobre enfiteuse, censo reservativo e emparcelamento*, França & Arménio, Coimbra, 1920.
- FRUTUOSO, Gaspar – *Saudades da Terra*, prefácio de João Bernardo de Oliveira RODRIGUES, vols. I-VI, Instituto Cultural, Ponta Delgada, 1998.
- Gaius Sollius Sidonius Apollinaris Opera*, Livro I, Officina Nivelliana, Paris, 1614.
- GALVÃO, António – *Tratado dos Descobrimentos*, anotada e comentada pelo 4.^o visconde de LAGOA e colaboração de Elaine SANCEAU, 4.^a edição, «Biblioteca Histórica-Série Ultramarina», n.º 1, Livraria Civilização Editora, Porto, 1987.
- *Tratado. Que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galvão, dos diuersos & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos, que são feitos até a era de mil & quinhentos & cincoenta...*, João de Barreira, Lisboa, 1563.
- GALVÃO, Duarte – *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, apresentação de José MATTOSO, INCM, Lisboa, 1995.
- GAMA, António da – *Decisiones Supremi Senatus Lusitaniae Regis per...*, Officina de Manuel Joanes, Lisboa, 1578.

- Gebri Filii Affla Hispalensis. De Astronomia Libri IX*, incluído no *Instrumento primi nobilis*, de Pedro APIANO, Nuremberga, 1534.
- Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, «Colecção de Manuscritos Inéditos», n.º 5, Tipografia Progresso, Porto, 1919.
- Georgii Coelli Lusitani De Patientia Christiana Liber Vnus...*, Luís Rodrigues, Lisboa, 1540.
- GÓIS, Damião de – *Chronica de D. Manoel...*, Primeira Parte, Officina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa, 1749.
- *Descrição da Cidade de Lisboa*, tradução de Raul MACHADO [1937], 3.ª edição, Frenesi, Lisboa, 2003.
- *Opúsculos Históricos*, Livraria Civilização, Porto, 1945.
- GRÓCIO, Hugo – *De Ivre Belli ac Pacis Libri Tres...*, Nicolaus Bvon, Paris, 1625.
- *Historia Gotthorum, Vandalorum, et Langobardorum...*, vol. I, Ludovicum Elzevirium, Amsterdão, 1655.
- GUERREIRO, Fernão – *Relação anual das coisas que fizeram os padres da companhia de Jesus nas suas Missões do Japão, China, Cataio, Tidore, Ternate, Ambóino, Malaca, Pegu, Bengala, Bisnagá, Maduré, Costa da Pescaria, Manar, Ceilão, Travancor, Malabar, Sodomala, Goa, Salcete, Labor, Diu, Etiópia a alta ou Preste João, Monomotapa, Angola, Guiné, Serra Leoa, Cabo Verde e Brasil nos anos de 1600 a 1609 e do processo da conversão e cristandade daquelas partes, tirada das cartas que os missionários de lá escreveram*, nova edição dirigida e prefaciada por Artur VIEGAS, vols. I-III, «Scriptores Rerum Lusitanarum», Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930-1942.
- Gvidonis Papæ I. Vtriusque consvltissimi et... Decisionis...*, Ioannis Antonij & Samuelis de Tournes, Genebra, 1667.
- Hebraicus Pentattheuchus Latinus Plané...*, Officina Iustiniana, Veneza, 1551.
- Histoire Naturelle de Pline*, traduite en françois, avec le texte latin..., vol. X, Chez Desaint, Paris, 1778.
- Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até á sua ruína...*, tradução de R. P. Buanaventura DIAZ, Imprensa Ferreiriana, Lisboa Occidental, 1732.
- História do mui nobre Vespasiano imperador de Roma (Lisboa, 1496)*, 2.ª edição revista e aumentada de José Barbosa MACHADO, Edições Vercial, Lisboa, 2007.
- Historia do mui nobre Vespasiano Imperador de Roma conforme a edição de 1496*, publicada por Francisco Maria Esteves PEREIRA, Typographia da Livraria Férin, Lisboa, 1905.
- História do mui nobre Vespasiano Imperador de Roma*, nota prévia de Artur ANSELMO, BNL, Lisboa, 1981 [edição fac-similada da edição de 1496].
- Index rerum et verborum copiosisimus ex Desiderii Erasmi Roterodami Chiliadibus...*, João de Barreira, Coimbra, 1549.
- Instituições Oratorias de M. Fabio Quintiliano*, escolhidas, traduzidas e ilustradas com notas críticas de Jerónimo Soares BARBOSA, vols. I-II, Imprensa Real da Universidade, Coimbra, 1788-1790.

- Institutio Oratoria*, tradução inglesa H. E. BUTLER, Livro I, Harvard University Press, Harvard [s. d.].
- Institutionum Iuris Civilis Commentarii Quatuor or Elements of Roman Law by Gaius*, tradução e comentários de Edward POSTE, Clarendon Press, Oxford, 1871.
- Institutiones Grammaticae ex Clenardo*, Simão Lopes, Lisboa, 1595.
- Instruções inéditas de D. Luís da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho*, revistas por Pedro de AZEVEDO e prefaciadas por António BAIÃO, Academia das Ciências de Lisboa/Imprensa da Universidade, Lisboa/Coimbra, 1929-1930.
- Instrumentos e Escrituras dos Avtos Segvintes. Auto do Leuantamento & juramento d'elRey nosso Senhor*, [...]; *Auto das Cortes de Tomar*, [...]; *Auto do juramento do Príncipe Dom Diogo nosso Senhor*, [...]; *Auto do juramento do Príncipe Dom Philippe nosso Senhor*, [...], Officina de António Ribeiro, Lisboa, 1584.
- Introductio in græcam linguam ex institutionibus grammaticis Nicolai Clenardi...*, Pedro Crasbeeck, Coimbra, 1608.
- Isaac Abravanel*, textes choisis, traduits de l'hébreu, annotés et précédés d'une présentation par Jean-Christophe ATTIAS, Cerf, Paris, 1992.
- Isaac Abravanel. Letters*, edition, translation and introduction by Cedric Cohen SKALLI, Walter de Gruyter, Berlin, 2007.
- Isaac Abravanel. Six Lectures*, by Paul GOODMAN [et al.], University Press, Cambridge, 1937.
- ISRAEL, Menasseh ben – *Conciliator, siue de convenientia locorum S. Scripturae, quæ pugnare inter se videntur...*, vol. I-II, Amesterdão, 1632-1651.
- JONGELINCX, Gaspar – *Notitiæ Abbatiarum Ordinis Cisterciensis per universum orbem...*, Livro X, Jean Henningium, Colónia, 1640.
- Juramento com que el Rey Dom Afonso Henriquez confirmou a visaõ de Christo Nosso Salvador...*, Officina de Antonio Alvarez, Lisboa, 1641?
- KEMPIS, Thomas de – *Imitação de Cristo*, «Biblioteca Básica», n.º 21, Editorial Verbo, Lisboa, 1972.
- La Biblia: que es, los sacros libros del Vieio y Nuevo testamento... secunda edi. revista y conferida con los textos hebreos y griegos...*, por Cypriano de VALERA, vol. I-III, Casa de Lorenzo Iacobi, Amesterdão, 1602.
- La Geografia*, di Claudio Tolomeo Alessandrino, nuovamente tradotta di Grego in Italiano da Girolano RUSCELLI, Vincenzo Valgrisi, Veneza, 1561.
- Las Historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*, estudo, edição crítica e tradução de Cristobal RODRÍGUEZ ALONSO, «Fuentes y Estudios de Historia Leonesa», n.º 13, Centro de Estudios e Investigacion “San Isidoro”, Leon, 1975.
- Las Obras de Boscán y algunas de Garcilasso della Vega repartidas en quatro libros*, Biblioteca Nueva, San Sebastián, 1936 [fac-símile da edição da Officina de Garles Amoros, Barcelona, 1593].
- Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia*, Imprenta Real, Madrid, 1807.
- Las Siete Partidas del Sabio Rey Don Alonso el Nono...*, glosadas por Gregorio LOPEZ, vols. I-II, Andrea de Portonarijs, Salamanca, 1566.

- Le Voyage aux Indes, de Nicolò de'Conti (1414-1439)*, apresentação de Geneviève BOUCHON e Anne-Laure AMILHAT-SZARY, tradução francesa de Diane MÉNARD, Editions Chandeigne-Librairie Portugaise, Paris, 2004.
- LEÃO, D. Gaspar de – *Desengano de Perdidos*, reprodução do único exemplar conhecido com introdução por Eugénio ASENSIO, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Coimbra, 1958.
- LEÃO, Duarte Nunes do – *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de M. Lopes de ALMEIDA, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão Editores, Porto, 1975.
- *Descrição do Reino de Portugal*, transcrição do texto, notas, aparato crítico e biografia do autor por Orlando GAMA, estudos introdutórios de António Borges COELHO, João Carlos GARCIA e Suzanne DAVEAU, com tradução e notas dos textos latinos por Amílcar GUERRA, 3.^a edição, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.
- Legislação académica desde os Estatutos de 1772 até ao fim do anno de 1850*, coligida e coordenada por José Maria de ABREU, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1851.
- Lei da Boa Razão: Carta de Lei para se julgar pela Ordenação do Reyno, e Leys Pátrias, de 18 de Agosto de 1769*, Centro de História da Cultura/FCSH-UNL, Lisboa, 1994 [fac-simile da edição de Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1769].
- Leis Extravagantes e Repertório das Ordenações de Duarte Nunes do Lião*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida COSTA, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987 [fac-simile da edição *princeps* de 1569].
- Leonis IV, Benedicti III, Pontificum Romanorum, Ss. Eulogii, Prudentii, Toletani et Trecensis Antistitium, Angelomi Luxoviensis, Opera omnia... Præmittuntur Abytonis, Basileensis Episcopi, Audradi, Senonensis Chorepiscopi, Aldrici, Cenomanensis Episcopi scripta quæ supersunt universa...*, edição de Jacques Paul MIGNE, «Patrologiæ Cursus Completus. Series Latina», n.º 115, Garnier, Paris, 1881.
- Les Fortifications de Monsieur le Comte de Pagan. Avec ses Theoremes sur la Fortification*, Chez François Foppens, Bruxelas, 1668.
- Lettres de Diogo Ratton a António de Araújo de Azevedo, Comte da Barca (1812-1817)*, edição de Nuno Daupiás de ALCOCHETE, «Memórias e Documentos para a Historia Luso-Francesa», n.º 12, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural de Paris, Lisboa/Paris, 1973.
- Lettres de Menasseh ben Israel a Isaac Vossius (1651-1655)*, tradução e notas de Cardozo de BETHENCOURT, Librairie Durlacher/Imp. Cerf, Paris/Versalhes, 1904.
- Lex Salica. The Ten Texts with the Glosses and the Lex Emendata ...*, editado por editado por J. H. HESSELS, «Elibron Classics Series», Adamant, Londres, 2005.
- Ley, porque V. Magestade ha por bem, que todos os corregedores, e ouvidores, a que he concedido fazer correição*, Chancelaria Mor da Corte e Reino, Lisboa, 1750.
- Liber Fidei Sanctæ Bracarensis Ecclesiæ*, edição crítica de Avelino de Jesus da COSTA, vols. I-III, Livraria Pax, Braga, 1965.
- Liricas de Diogo Bernardes*, prefácio e notas de Joaquim FERREIRA, Domingos Barreira, Porto [s. d.].

- Liuro primeiro* [-quinto] *das Ordenações...*, novamente corrigidas na segunda impressão, vols. I-V, João Pedro de Cremona [ou Bonhomini], 1514.
- Livro das Leis e Posturas*, prefácio de Nuno Espinosa Gomes da SILVA, FDUL, Lisboa, 1971.
- Livro das Posturas Antigas*, nota prévia, transcrição e leitura paleográfica de M.^a Teresa Campos RODRIGUES, Câmara Municipal Lisboa, 1974.
- Livro Preto da Sé de Coimbra*, edição crítica de Leontina VENTURA e M.^a Teresa VELOSO, com orientação de Avelino de Jesus da COSTA, vols. I-III, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1977-1978.
- Livro Velho das Linhagens de Portugal*, in *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa...*, por D. António Caetano de SOUSA, tomo I, Officina Sylviana da Academia Real, Lisboa, 1739.
- LLULL, Ramon – *Livro da Ordem de Cavalaria*, tradução de Artur GUERRA, 2.^a edição, Assírio & Alvim, Lisboa, 2002.
- LOPES, Fernão – *Chronica delRey D. Ioam I. de Boa Memoria e dos Reys de Portugal o Decimo*, Primeira Parte..., Officina de António Álvares, Lisboa, 1644; Segunda Parte, 1644; Terceira Parte, 1644.
- *Crónica de D. Fernando*, com introdução de Salvador Dias ARNAUT, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Porto, 1990.
- *Crónica de D. Fernando*, edição crítica, introdução e índices de Giuliano MACCHI, 2.^a edição revista, INCM, Lisboa, 2004.
- *Crónica de D. João I*, com uma introdução por Humberto Baquero MORENO e um prefácio por António SÉRGIO, vol. I, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Porto, 1990.
- *Crónica de D. João I*, edição preparada por M. Lopes de ALMEIDA e A. de Magalhães BASTO, vol. II, «Biblioteca Histórica – Série Régia», Livraria Civilização, Porto, 1990.
- *Crónica de D. Pedro I*, com introdução de Damião PERES, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Porto, 1994.
- LÓPEZ DE AYALA, Pedro – *Cronicas de los Reys de Castilla: Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III*, vols. I-II, Imprenta de Don Antonio de Sancha, Madrid, 1779-1780.
- LUÍS, António – *Panagyrica Oratio elegantissima plurima rerum & historiarum copia referta Ioanni buius nominis tertio inuictissimo Lusitaniarum regi...*, Luís Rodrigues, Lisboa, 1539.
- M. Fabii Quitiliani Oratoriae Institutionis*, tradução de C. V. OUIZILLE, vol. V, C. L. F. Panckoucke, Paris, 1832.
- M. Vitruuii Pollionis De Architectura Libri Decem, cum commentariis Danielis Barbari, Electi Patriarchæ Aquileiensis: multis Aedificiorum, Horologiorum, et Machinarum descriptionibus, & figuris, unâ cum indicibus copiosis, auctis & illustratis...*, Franciscum Franciscum Senensem, & Ioan[nem] Crugher Germanum, Veneza, 1567.
- MABILLON, Jean – *De re diplomatica...*, vols. I-II, Typographia Vincentii Ursini, 1789.

- MACHADO, Francisco – *Veritatis repertorium, per fratrem Frãciscu Securim Doctor parisiensem omnium minimum editu in hebræos, quos vulgus novos vocitat christianos...*, Officina de João Barreto, Coimbra, 1567.
- MACHADO, Joaquim Pedro – «Crónica da Conquista do Algarve (Texto de 1792)», in *Anais do Município de Faro. Boletim Cultural*, n.º 8, CMF, Faro, 1978.
- Marco Paulo, introdução e índices de Francisco Maria Esteves PEREIRA, BNL, Lisboa, 1922.
- MÁRTIRES, Fr. Bartolomeu dos – *Catechismo ou Doutrina Chrbstãa & Praticas spirituaes...*, António de Mariz, Braga, 1564.
- MENESES, D. Pedro de – *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*. Oratio habita... in Scholis Ulyxbona, tradução de Miguel Pinto de MENESES e introdução de A. Moreira de Sá, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1964.
- Methodo do Capitão Cook, com o qual preservava a saude dos seus marinheiros*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1795.
- Methodo para venerar o Sagrado Coração de Maria SS. por todos os dias da semana...*, escreveo em idioma italiano o V. Padre Pedro João Pinamonti da Companbia de Jesus, traduzido em portuguez..., Officina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa, 1755.
- MIRANDA, Francisco de Sá de – *Comedia dos Vilhalpandos...*, António de Mariz, Coimbra, 1560.
- MONTALVO, Fr. Bernabé de – *De la Coronica del Orden de Cister, e Institvto de San Bernardo*, Primeira Parte, Livro III, Officina de Luiz Sanchez, Madrid, 1602.
- MOORE, Francis – *A Voyage to Georgia. Begun in the Year 1735...*, Jacob Robinson, Londres, 1744.
- MURPHY, James – *Travels in Portugal; through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo*, A. Strahan, T. Cadell Jr. & W. Davies, Londres, 1795.
- MURR, Christoph Gottlieb von – *Histoire Diplomatique du Chevalier Portugais Martin Behaim de Nuremberg, avec la description de son globe terrestre*, tradução do alemão para o francês de H. J. JANSEN, 3.ª edição revista e aumentada, Chez Treuttel et Würtz, Paris, 1802.
- Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, edição crítica de Aires A. NASCIMENTO, «Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. Literatura Medieval», n.º 1, Edições Colibri, Lisboa, 1998.
- Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey D. Dionis de Portugal*, ordenado y ilustrado con notas y indices por Juan Bautista LAVAÑA, Officina de Estevan Paolinio, Roma, 1640.
- Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey D. Dionis de Portugal*, tradução e comentário de Manuel de FARIA E SOUSA, Officina de Alonso de Paredes, Lisboa, 1646.
- NUNES, Leonardo – *Crónica de D. João de Castro*, comentários de Luís de ALBUQUERQUE e transcrição de Maria PERICÃO, «Biblioteca da Expansão Portuguesa», Publicações Alfa, Lisboa, 1989.
- O cathecismo pequeno de D. Diogo Ortiz*, edição crítica e introdução de Elsa Maria Branco da SILVA, «Obras Clássicas da Literatura Portuguesa», n.º 115, Colibri, Lisboa, 2001.

- O Lyra de Diogo Bernardes em o qual se contém as suas Eclogas e Cartas*, nova edição, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1820.
- O Lyra de Diogo Bernardes, em o qual se contém as suas Eclogas e Cartas*, Officina de António Vicente da Silva, Lisboa, 1761.
- O Primeiro* [-Quinto] *Liuro das Ordenações*, Officina de Jacob Cronberg, Lisboa, 1521.
- Odisseia*, de Homero, tradução de Frederico LOURENÇO, 8.^a edição, Livros Cotovia, Lisboa, 2010.
- OLIVEIRA, Fr. Nicolau de – *Livro das Grandezas de Lisboa*, prefácio de Francisco SANTANA, com fac-símile da edição original de 1620 e texto actualizado por M.^a Helena BASTOS, «Conhecer Lisboa», Vega, Lisboa, 1991.
- Opere del Padre Gio. Pietro Pinamonti della Compagnia di Gesu, con un breve ragguaglio della sua vita...*, Paolo Monti, Parma, 1706.
- Opticæ Thesaurus Albazeni Arabis libri septem, nunc primum editi. Eiusdem liber de crepusculis Et nubium ascensionibus. Item Vitellonis Thuringopoloni Libri X. Omnes instaurati, figuris illustrati & aucti, adiectis etiam in Albazenum commentarijs...*, Officina Episcopiana, Basileia, 1572.
- Oração á memoria de Pedro-Grande, imperador da Russia... traduzida da Lingua Russa para a Ingleza, e desta para a Portugueza* por Francisco Xavier Ribeiro de SAMPAIO, Impressão Régia, Lisboa, 1816.
- Oração dirigida ao muito alto e muito poderoso Senhor D. João Príncipe Regente de Portugal pelo Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, offerecendo-lhe a medalha, que a cidade do Porto mandou cunhar para memoria do dia, em que o mesmo Senhor se dignou de começar a reger estes Reinos no seu Real Nome*, Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, Lisboa, 1800.
- Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, vols. I-V, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1792.
- Ordenações Afonsinas*, com nota de apresentação e Mário Júlio de Almeida COSTA e nota textológica de Eduardo Borges NUNES, Livro II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998 [2.^a edição *fac-símile* da Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1792].
- Ordenações da India...* [s. n.], [s. l.], <1520.
- Ordenações del-Rei D. Duarte*, edição literária de Martim de ALBUQUERQUE e Eduardo BORGES NUNES, FCG, Lisboa, 1988.
- Ordenações Filipinas*, com nota de apresentação e Mário Júlio de Almeida COSTA, Livros I-V, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985 [2.^a edição *fac-símile* de acordo com Cândido Mendes de ALMEIDA, Rio de Janeiro, 1870].
- Ordenações Manuelinas*, com nota de apresentação e Mário Júlio de Almeida COSTA, Livros I-V, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984 [edição *fac-símile* de acordo com a edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797].
- Ordenações Manuelinas. Quinto Livro*, introdução de João José Alves DIAS, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002 [reprodução fac-símile da edição de Valentim Fernandes, Lisboa, 1512-1513].
- Orontii Finei Delphinatis... In sex priores libros geometricorum elementorum Euclidis Megarensis demonstrationes. Quibus ipsius Euclidis textus græcus, suis locis*

- insetus est: vnà cum interpretatione latina Bartholomæi Zamberti Veneti, ad fidem geometrica[m] per eundem Orontium recognita*, Simon Colina, Paris, 1536.
- ORÓSIO, Paulo – *História Apologética (O Livro VII das Histórias contra os Pagãos e outros excertos)*, introdução e tradução de Paulo Farmhouse ALBERTO e introdução e notas de Rodrigo FURTADO, «Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. Literatura Medieval», n.º 69, Edições Colibri, Lisboa, 2000.
- ORTIZ DE VILLEGAS, D. Diego – *Cathecismo pequeno da doutrina e instrução que os xpaãos ham de creer e obrar pera conseguir a benaumenturança eterna...*, Valentim Fernandes e Pedro Bonhomini de Cremona, Lisboa, 1504.
- Os Forais Novos do Reinado de D. Manuel. Colecção do Banco de Portugal*, estudo de José Manuel GARCIA, Banco de Portugal, Lisboa, 2009.
- OSÓRIO, D. Jerónimo – *De Rebus Emmanvelis...*, H. Arnold Birckmann, Colónia, 1576.
- Patente das Mercês, Graças e Priuilegios de que ElRei Dom Philippe nosso Senbor fez merce a estes seus Regnos e a diante vai outra patente das respostas das Cortes de Tomar...*, Officina de António Ribeiro, Lisboa, 1583.
- Pentateuco*, estudos introdutórios por Manuel Augusto RODRIGUES e Manuel Cadafaz de MATOS, Governo Civil, Faro, 1991 [reprodução fac-similada do mais antigo livro impresso em Portugal na impressão de Faro por Samuel Gacon, 30 de Junho de 1487, uma reedição do exemplar depositado na British Library, Londres].
- Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*, por Claude de BRONSEVAL, vols. I-II, *avant-propos* de Marcel BATAILLON, introdução, tradução e notas por Maur COCHERIL, Centro Cultural Português, FCG, Paris, 1970.
- Périplo de Hanão*, estudo introdutório, tradução e notas de Victor JABOUILLE, «Clássicos Inquérito», n.º 24, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1994.
- Petri Alfonsi de Vasconcellos Leiriensis in Iure Canonico bacchalaurei De harmonia rubricarum Iuris Canonici prima pars...*, António de Mariz, Coimbra, 1588.
- Petri Ferndinandi in doctrinarum scientiarum que omniv cōmendatione oratio apud uniuersam Conimbricã Academiam habita...*, João de Barreira e João Álvares, Coimbra, 1550.
- Petri Nonii Salaciensis De Arte Atque Ratione Nauigandi Libri Duo. Eiusdem in theoricis Planetarum Georgij Purbachij annotationes, & in Problema mechanicum Aristotelis de motu nauigij ex remis annotatio vna. Eiusdem De erratis Orontij Finoei Liber vnus. Eiusdem de Crepusculis lib. I. Cum libello Allacen de causis Crepusculorum*, António de Maris, Coimbra, 1573.
- Petri Nonii Salaciensis Opera*. Reprodução fac-similada da edição da Officina de Henric Petrina, Basileia, 1566. Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade, Coimbra, 2002.
- Phædri Augusti Liberti Fabularum Æsopiarum...*, Livro I, Imprenta de Joaquin Ibarra, Madrid, 1775.
- Philippi Montalto Lusitani Medicinæ Doctoris Optica intra Philosophiæ, & Medicinæ, de visu, de visus organo, et objecto theoriam accurate complectens...*, Cosmum Juntam, Florença, 1606.

- PIMENTEL, Luís Serrão – *Extracto ich[o]nographico do Methodo Lusitanico novo, facillimo, e apuradissimo pera desenhar as fortificaçoens regulares, e irregulares por novas e exactissimas proporções...*, manuscrito, 1670.
- *Methodo Lusitanico de desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares, & Irregulares, Fortes de Campanha, e outras Obras pertencentes a Architectura Militar...*, Impressão de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1680.
- PINA, Rui de – *Crónicas de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, introdução e revisão de Manuel Lopes de ALMEIDA, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão, Porto, 1977.
- PINAMONTI, Giovanni Pietro – *La Sinagoga disinganata, overo via facile à mostrare a qualunque Ebreo la falsità della sua setta. E la verità della Legge Cristiana. Opera non meno utile à gli Adoratori di Cristo, che à suoi Nemici...*, Dom. Ant. Ercole, Roma, 1694.
- *Synagoga Desenganada (1733)*, introdução e notas de Claudio Adolfo MALBOAN, Kessinger Publishing, Massachusetts, 2010.
- *Synagoga dezenganada, obra do Padre João Pedro Pinamonti da Companhia de JESU, Traduzida da Lingua Italiana em a Portuguesa, por hum Religiozo da mesma Companhia, offerecida aos Senhores Inquizidores do Reyno, e Conquistas de Portugal, E impressa por mandado do Illustrissimo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, Arcebispo da Bahia, do Conselho de Sua Magestade, &c.* Officina da Musica, Lisboa Occidental, 1720.
- PINHEL, Aires – *Ad Constitutiones C. de Bonis Mater...*, António de Mariz, Coimbra, 1557.
- PINTO, Fr. Heitor – *Imagem da vida christam, ordenada per dialogos, como membros de sua composiçam...*, António Álvares, Lisboa, 1592.
- Plano de Estatutos, em que convierão os primeiros Socios da Academia das Sciencias de Lisboa...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1780.
- Plano de Reforma de Foraes e Direitos Bannaes, fundado em hum novo systema emphyteutico...*, por Alberto Carlos de MENEZES, Partes VIII-IX, Impressão Régia, Lisboa, 1825.
- Plinii Secundi Historiae Mundi*, tradução de Lodovico DOMENICHI, vol. I, Livro VI, Tipografia di Giuseppe Antonelli, Veneza, 1844.
- Poemata*, Valentim Fernandes, Lisboa, 1501-1502.
- Poems and Letters*, de Santo Sidónio Apolinário, transcrição de William Blair ANDERSON, vol. II, Harvard University Press, Harvard, 1936.
- PORTO, Fr. Rodrigo do – *Compendio e Sumario de Confessores... tirado de toda a substancia do Manual, cõpilado & abreuiado por hum religioso frade Menor da ordem de S. Francisco da prouincia da Piedade...*, Manuel João, Viseu, 1569.
- *Compendio e Sumario de Confessores...*, António de Mariz, Coimbra, 1567.
- PORTUGAL, D. José Miguel João de – *Vida do Infante D. Luiz*, Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa, 1735.
- Portugaliae Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Scriptores*, vol.

I, fasc.º I, introdução de Alexandre HERCULANO e José da Silva Mendes LEAL, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1856.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Scriptores, vol. I, fasc.º II, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1860.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Scriptores, vol. I, fasc.º III, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1861.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Leges et Consuetudines, vol. I, fasc.º I, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1856.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Leges et Consuetudines, vol. I, fasc.º II, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1858.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Leges et Consuetudines, vol. I, fasc.º III, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1863.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Leges et Consuetudines, vol. I, fasc.º IV, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1864.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Leges et Consuetudines, vol. I, fasc.º V, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1866.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Leges et Consuetudines, vol. I, fasc.º VI, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1868.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Leges et Consuetudinum. Index Generalis, vol. I, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1873.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Inquisitiones, vol. I, fasc.^{os} I & II, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1888.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Inquisitiones, vol. I, fasc.º III, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1891.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Inquisitiones, vol. I, fasc.^{os} IV & V, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1897.

Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimv iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Diplomata et Chartæ, vol. I, fasc.º I, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1868.

- Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimvm iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Diplomata et Chartæ*, vol. I, fasc.º II, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1869.
- Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimvm iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Diplomata et Chartæ*, vol. I, fasc.º III, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1870.
- Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimvm iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Diplomata et Chartæ*, vol. I, fasc.º IV, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1873.
- Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimvm iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Livros Velhos de Linhagens*, Nova Série, vol. I/1, edição crítica por Joseph PIEL e José MATTOSO, Academia das Ciências, Lisboa, 1980.
- Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimvm iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Nova Série, vol. II/1, edição crítica por José MATTOSO, Academia das Ciências, Lisboa, 1980.
- Portugaliæ Monvmenta Historica. A sæculo octavo post Christvm vsque ad quintvmdecimvm iussv Academiæ Scientiarvm Olisiponensis edita. Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis (1284)*, Nova Série, vol. III, introdução, leitura e índices por José Augusto de Sotto-Mayor PIZARRO, Academia das Ciências, Lisboa, 2007.
- Procopii Cæsariensis De Rebus Gothorum, Persarum ac Vandaloum...*, Livro III, Officina Ioannis Hervagii, Basileia, 1531.
- Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, por D. António Caetano de SOUSA, revisão de Manuel Lopes de ALMEIDA e César PEGADO, Atlântida, 1946.
- Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, por D. António Caetano de SOUSA, revisão de Manuel Lopes de ALMEIDA e organização de Manuel GOMES, Edinova, Lisboa, 2002.
- RAMUSIO, Giovanni Battista – *Dell Navigationi et Viaggi...*, vol. III, Giunti, Veneza, 1606.
- Recordacoens de Jacome Ratton... sobre occurrencias do seu tempo em Portugal, durante o lapso de sesenta e tres annos e meio, alias de Maio 1747 a Setembro de 1810 que rezidio em Lisboa...*, H. Bryer, Lisboa, 1813.
- Regimento de como os contadores das comarcas bã de prouer sobre as capellas, ospitaaes, albergarias, cõfrarias, gafarias, obras, terças e residos nouame[n]te ordenado e copillado pello muyto alto e muyto poderoso Rey dom Manuel nosso senhor...*, Officina de Luís Rodrigues, Lisboa, 1539.
- Relação dos captivos que por ordem... da D. Maria I... trouxerão resgatados da cidade de Argel os religiosos da Santissima Trindade...*, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1778.
- Relações da Carreira da Índia – Navios da Carreira da Índia (1497-1653)*, códice anónimo da British Library; *Governadores da Índia, pelo Padre Manuel Xavier*, comentários de Luís de ALBUQUERQUE, «Biblioteca da Expansão Portuguesa», Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

- RESENDE, André – *As Antiguidades da Lusitânia*, introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado FERNANDES, 2.^a edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2009.
- *As Antiguidades da Lusitânia*, vols. I-III, Livro III, «Portvgaliæ Monvmenta Neolatina», Imprensa da Universidade, Coimbra, 2009.
- *Oração de Sapiência (Oratio pro nostris)*, tradução de Miguel Pinto de MENESES, introdução e notas de A. Moreira de SÁ, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1956.
- RESENDE, Garcia de – *Breue memorial dos pecados & cousas que pertence ha cõfissã...*, Germão Galharde, Lisboa, 1521.
- *Chronica dos valerosos, e insignes feitos del Rey Dom Ioam II... Miscellania e variedade de Historias*, Real Officina da Universidade, Coimbra, 1798.
- RIBEIRO, João Pinto – *Lustre ao Dezembargo do Paço, e as eleiçoens, perdoens, e pertenças de sua jurisdição...*, Officina de Joseph Antunes da Sylva, Coimbra, 1729.
- Roderici Ximenez Archiepiscopi Toletani Historia Arabum, longé accuratius, quam antê, é manuscripto codice expressa...*, Typographia Erpeniana, Lyon, 1625.
- ROQUE, Mário da Costa – *As Pestes Medievais Europeias e o «Regimento Proueytoso contra ha Pestenença»*, Lisboa, Valentim Fernandes [1495-1496]. *Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*, «Fontes Documentais Portuguesas», vol. XII, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1979.
- ROSARIO, Fr. Diogo do – *Historia das Vidas e feitos heroycos & obras insignes dos sanctos: cõ muitos sermões & praticas spirituaes, que serue a muytas festas do anno...*, Primeira & Segunda Partes, António de Mariz, Coimbra, 1577.
- ROSATE, Alberico – *Prima (-secunda) Super Digesto Veteri...*, vols. I-II, Thoman Bertheau, Lyon, 1545.
- Roteiro do Mar Roxo de Dom João de Castro, ms. Cott. Tib. Dix da British Library*, introdução de Luís de ALBUQUERQUE, Edições INAPA, Lisboa, 1991.
- Roteiros de D. João de Castro*, prefácio e notas de A. Fontoura da COSTA, 2.^a edição, vols. I-III, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1939-1940.
- RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal (1798-1802)*, prefácio de Castelo Branco CHAVES, vol. I, «Portugal e os Estrangeiros», Biblioteca Nacional, Lisboa, 2002.
- *Viagem em Portugal (1798-1802)*, revisão de Graça Pais FERREIRA e Mónica de Aragão e PINA, vol. II, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2002.
- *Viagem em Portugal, 1798-1802*, prefácio e notas de Castelo Branco CHAVES, tradução de António FEIJÓ, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1981.
- S. Isidori Hispaliensis Episcopi Opera Omnia. Historia de Regibvs Gothorum, Wandalorum et Stevorum*, Antonio Fulgonio, Roma, 1803.
- SÁ, Valentim de – *Regimento de Navegação...*, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1624.
- SÁNCHEZ DE VERCIAL, Clemente – *Sacramental...*, introdução e notas de José Barbosa MACHADO, «Scriptorium», Pena Perfeita, Famalicão, 2005 [edição fac-símile da impressão de Chaves, 1488].
- Sancti Aurelii Augusti Hipponensis Episcopi Opera Omnia...*, vol. II, Congregação de São Mauro/Gaume Fratres Bibliopolas, Paris, 1836.

- Sancti Bernardi Abbatis Primi Claræ-Vallensis... genuina sancti doctoris opera quatuor prioribus tomis complectens / post Horstium denuo recognita, aucta & in meliorem digesta ordinem, necnon novis præfationibus, admonitionibus, notis & observationibus indicibusque copiosissimis locupletata & illustrata, secundis curis Domini*, por Johannis MABILLON, vol. I, Johannis Guignard... [et al.], Paris, 1690.
- Sancti Georgii Florentii Episcopi Turonensis Historiæ Ecclesiasticæ Francorum...*, vol. I, Livro II, L'Imprimerie de Crapelet, Paris, 1836.
- SANCTIAGO, Fr. Hernando de – *Consideraciones sobre todos los Evangelios de los Domingos, y Férias de la Quaresma...*, Juan y Andres Renaut, Salamanca, 1597.
- Sanctorum Presbyterorum Salviani Massiliensis et Vincentii Lirinensis Opera...*, edição de Stephanus BALUZIUS, 3.^a edição, Livro VII, Chez François Muguet, Paris, 1684.
- SANTOS, Fr. João dos – *Etiópia Oriental e vâria história de cousas notáveis do Oriente*, introdução de Manuel LOBATO, notas de Eduardo MEDEIROS, coordenação de M.^a do Carmo Guerreiro VIEIRA [et al.], CNCDP, Lisboa, 1999.
- SÃO BOAVENTURA, Fr. Fortunato de – *Colecção de Inéditos Portugueses dos Séculos XIV e XV*, vol. II, reprodução fac-similada da edição existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, com um estudo introdutório por José MARQUES, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1988.
- SANTOS, Fr. Manuel dos – *Alcobaça Illustrada: noticias e Historia dos Mosteyros & Monges Insignes Cistercienses...*, Officina de Bento Seco Ferreira, Coimbra, 1710.
- SÃO TOMÁS, Fr. Leão de – *Benedictina Lusitana...*, vols. I-II, Officina de Diogo Gomes do Loureiro, Coimbra, 1644-1651.
- SARTORIUS, Augustinus – *Cistercium Bis-Tertium seu Historia Elogialis...*, vol. I, Wickhart, Praga, 1700.
- Segunda Parte da Colecção dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia...*, n.º XVII, Officina de Pascoal da Silva, Lisboa, 1732.
- Sententiæ*, de Paulo, tradução e comentários de Maria Bianchi Fossati VANZETTI, Facoltà di Giurisprudenza dell'Università di Padova, 1995.
- SOUSA, Fr. João de – *Narração da arribada das princezas africanas ao porto desta capital de Lisboa, seu desembarque para terra, alojamento no palacio das Necessidades, ida para Queluz, seu embarque e volta para Tanger*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1793.
- SOUSA, Fr. Luís de – *Tumulus Serenissimi Principis LusitaniæTheodosii, ornatus virtutibus, opplotus lachrimis, illius immortalitati...* [s. n.], Roma, 1653.
- *Vida do Veneravel D. Fr. Bartolomeu dos Martyres da Ordem dos Pregadores...*, vols. I-II, Officina de Antonio Boudet, Paris, 1760.
- Sphæra Ioannis de Sacro Bosco emendata Eliæ Vineti Santonis Scholia in eandem Sphæram ab ipso authore restituta. Adiunximus huic libro Compendium in Sphæram per Pierium Valerianum Bellunensem. Et Petri Nonii Salaciensis Demonstrationem eorum...* Gulielmum Cavellat, Paris, 1556.
- Suma Oriental of Tome Pires. An account of the East, from the Red Sea to China, wríttten in Malacca and India in 1512-1515 and The Book of Francisco Rodrigues,*

- pilot-major of the Armada that discovered Banda and the Moluccas* , vol. I, tradução e comentários de Armando CORTESÃO, Asian Educational Services, Nova Deli, 2005.
- Synagoga Desengañada: obra del P. Juan Pedro de Pinamonti, de la Compañia de Jesus. Traducida del Toscano em Portugues..., y aora traducido del Toscano, y Portuguès, en nuestro Idioma Castellano por el Padre Claudio Adolfo Malboan...,* Imprenta de Antonio Sana, Madrid, 1733.
- Tábuas dos Roteiros da Índia de D. João de Castro*, introdução de Luís de ALBUQUERQUE, «História da Cultura Portuguesa», INAPA, Lisboa, 1988.
- Testamento de Mumadona*, edição literária de Mário de Vasconcelos CARDOSO, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1974.
- Textos de Direito Visigótico. Disposições e glosas que figuram nalguns códices da «Lex Visigothorum», que não foram insertas no texto da edição de 1902. Fontes várias de direito visigótico: fórmulas visigóticas*, «Colecção de Textos de Direito Peninsular e Português», n.º 2, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1920.
- The Greek Ecclesiastical Historians of the first six centuries of the Chribtian Era. A History of the Church*, por SOZOMEN, Livro IX, Samuel Bagster & Sons, Londres, 1846.
- The History of Herodutus*, traduzido do grego para o inglês, com notas de William BELOE, vol. II, Leigh and Sotheby, Londres, 1791.
- The Old and New Testament connected in the History of the Jews and Neighbouring Nations...*, por Humphrey PRIDEAUX, vol. II, Harper & Brothers, Nova Iorque, 1845.
- The Periplus of Hannon, King of Karchedonians, concerning the Lybian parts of the Earth beyond the Pillars of Herakles...*, Trübner & Co., Londres, 1864.
- The Rationale Divinorum Officiorum of William Durand of Mende...*, transcrição e notas por Timothy THIBODEAU, Columbia University Press, Nova Iorque, 2007.
- Tractatus Contra Perfidiam Judæorum* como o tratado *De Judæis Erroribus ex Talmuib* foram reunidos e publicados com o título genérico de *Hebræomastix...* [Zurique, 1552; Frankfort-on-the-Main, 1602; Hamburgo, s. d.; Lyon e Colónia, 1618].
- Tratado da Arte d'Arismetica...*, Francisco Correa, Porto, 1555.
- Tratado da Pratica de Arismetica, composta, e ordenada por Gaspar Nicolas e agora de novo emendada, & acrecentada por Manoel de Figueyredo Cosmographo Mòr da Conquista destes Reynos de Portugal...*, Officina de Vicente Álvares, Lisboa, 1607.
- Tratado da Sphæra da geografia, notação famosa, informação sobre Maluco inéditos de D. João de Castro*, prefácio e notas por A. Fontoura da COSTA, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940.
- Tratado da sphera com a Theorica do Sol e da Lua. E bo primeiro liuro da Geographia de Claudio Ptolomeo Alexãdrino. Tirados nouamente de Latim em lingoagem pello Doutor Pero Nunez Cosmographo delRey dõ Ioão bo terceyro deste nome nosso Senhor. E acrecetados de muitas anotações e figuras per que mays facilmente se podem entender. Item dous tratados q o mesmo Doutor fez sobre a carta de marear. Em os quaes se decrarão todas as principaes duuidas da nauegação. Cõ as tauoas do mouimento do sol: e sua declinação. E o Regimeto da altura assi ao meyo dia: como nos outros tempos*, Germão Galharde, Lisboa, 1537.

- Tratado de Confissom (Chaves, 8 de Agosto de 1489)*, fac-símile, leitura diplomática e estudo bibliográfico por José Vitorino de Pina MARTINS, «Portugaliæ Monumenta Typographica», INCM, Lisboa, 1973.
- Tratado que o doutor Pero Nunez fez em deffensan da Carta de Marear. Tratado que bo doutor Pero Nunez fez sobre certas duvidas da navegação*, J. B. Obernetter, Munique, 1915.
- Tratado qve fez mestre Hieronimo, medico do papa Benedicto. 13. cõtra os judeus: e que proua o Messias da ley ser vindo. Carta do primeiro Arcebispo de Goà ao pouo de Israel seguidor ainda da ley de Moises, & do talmud, por engano & malicia dos seus Rabis*, Officina de João de Endem, Goa, 1565.
- Tratado, e Arte de Arimetica para fazer hum perfeitoy cayxeiro, seu autor Gaspar Nicolas e emendada, & accrecentada por Manoel de Fygueyredo, Cosmografo Mór que foy das Conquistas destes Reynos de Portugal: e no fim com varias curiosidades de Arimetica: offerecida à Inclÿta Doutora Sta Catherina*, Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Lisboa, 1716.
- Tratados*, por Prisciliano, tradução de Ricardo VENTURA e revisão de Joaquim MELO, «Pensamento Português», INCM, Lisboa, 2005.
- Trento Concilio de Celebrati Canones et Decreta Paulo III, Julio III et Pio IV...*, Typographia Regia, Lisboa, 1788.
- Triumpho da Religiaõ Catholica contra a pertinacia do Judaismo, ou Compendio da verdadeira Fé*, Officina dos Herdeiros de António Pedroso Galvão, Lisboa, 1752.
- Ulfilæ Gothorum Episcopi Opera omnia, sive Veteris et Novi Testamenti versionis gothicæ fragmenta quæ supersunt...*, edição literária de Jacques Paul MIGNE, «Patrologiæ Cursus Completus. Series Latina», n.º 18, Brepols, Turnhout, 1966.
- Um discurso de Menasseh ben Israel recitado em Amsterdão em 1642*, edição de Moses Bensabat AMZLAK, Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa, 1933.
- USQUE, Samuel – *Consolação às Tribulações de Israel*, introdução e comentários de Yosef Hayim YERUSHALMI e José Vitorino de Pina MARTINS, FCG, Lisboa, 1989 [fac-símile da edição de Ferrara, 1553].
- VASCONCELOS, Agostinho Manuel de – *Vida y Acciones del Rey Don Juan el Segundo, Decimotercio de Portugal...*, Imprenta de Maria de Quiñones, Madrid, 1639.
- VASCUÑANA Y MONTROYA, Alonso Villadiego – *Gothorum Regum Hispaniæ, olim Liber Iudicum: bodie Fvero Ivzgo Nuncupatus...*, vol. I, Officina de Pedro Madrigal, Madrid, 1600.
- Viagem de Lisboa à ilha de S. Tomé, escrita por um piloto português*, prefácio de Augusto Reis MACHADO e tradução de Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de MAGALHÃES, Portugalia Editora, Lisboa, 1960.
- Viagem do Capitão Cook á roda do mundo no navio de Sua Magestade, a diligencia*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1819.
- Viaggi in Persia, India e Giava, di Nicolò de'Conti, Girolamo Adorno e Girolamo de Santo Stefano*, edição crítica de Mario LONGHENA, «Viaggi e scoperte di navigatori ed esploratori italiani», n.º 6, Edizioni “Alpes”, Roma, 1929.
- Victoriosas promessas de Christo a Portugal, na gloriosa apparição ao Veneravel D. Affonso Henriques em o Campo de Ourique, manifestadas no Auto do Juramento*

- do mesmo Rei, descoberto no cartorio de Alcobaça no anno de 1596...*, Officina de João Evangelista Garcez, Lisboa, 1808.
- Vida e Feitos de D. João II*, de Manuel Telles da SILVA [Marquês de Alegrete], introdução, tradução e notas de Miguel Pinto de MENESES, INCM, Lisboa, 1998.
- VIEIRA, Pe António – *Cartas*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de AZEVEDO, vol. I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925.
- *Em Defesa dos Judeus*, organização, introdução e notas de António Carlos CARVALHO, Contexto Editora, Lisboa, 2001.
- *Sermões. Sermão de São Roque*, vol. IX, J.M.C. Seabra & T.Q. Antunes, Lisboa, 1856.
- VILAR, Carlos – *De crepusculis de Pedro Nunes*, Centro de Matemática/Universidade do Minho, Braga, 2006.
- Visiones*, Officina de Valentim Fernandes, Lisboa, 1513 [ou 1514].
- Vitellonis Mathematici Doctissimi... id est de natura, ratione, & projectione radiorum uisus, luminum, colorum at[que] formarum, quam uulgo Perspectiuam vocant...*, Ioannum Petreium, Nuremberga, 1535.
- ZACUTO, Abraão – *Almanach Perpetuum*, introdução de Luís de ALBUQUERQUE, «Descoberta do Mundo», INCM, Lisboa, 1986.
- ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica de Guiné*, introdução, novas anotações e glossário de José de BRAGANÇA, «Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil», Livraria Civilização, Porto, 1973.
- *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas CARVALHO, CNCDP/FLUP, Porto, 1988.
- *Crónica dos Feitos da Guiné*, transcrição e comentário de Torquato de Sousa SOARES, «Biblioteca da Expansão Portuguesa», Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

4. Obras de Referência

- A Bíblia*, Difusora Bíblica [Franciscanos Capuchinhos], Lisboa, 1993.
- A New and General Biographical Dictionary...*, vol. VI, T. Osborne, J. Whiston and B. White, W. Strahan, Londres, 1795.
- Alcorão*, Sporpress Editores, Mem Martins, 2002.
- ALMEIDA, Fortunato de – *História da Idade Média, Moderna e Contemporânea*, 2.^a edição, Imprensa Académica, Coimbra, 1899.
- ANDRADE, Adriano da Guerra – *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, BNL, Lisboa, 1999.
- *História da Igreja em Portugal*, nova edição dirigida por Damião PERES, vols. I-IV, Portucalense Editora, 1967-1971.
- *História das Instituições em Portugal*, 3.^a edição, Imprensa Académica, Coimbra, 1930.

- *História de Portugal. Desde os tempos pré-históricos a 1580*, vol. I, Bertrand Editora, Lisboa, 2003.
- *História de Portugal. Instituições Políticas e Sociais de 1385-1580 e de 1580-1816*, vol. II, Bertrand Editora, Lisboa, 2004.
- *História de Portugal. Instituições Políticas e Sociais de 1580-1816 e 1816-1910*, vol. III, Bertrand Editora, Lisboa, 2005.
- ANSELMO, António Joaquim – *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926.
- Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*, direcção de Afonso ZÚQUETE, 3.^a edição, Representações Zairol, Lisboa, 1987.
- ASSEMANI, Giuseppe Simone – *Bibliotheca Orientalis Clementino-Vaticana...*, vol. III, Typis Sacrae Congregationes de Propaganda Fide, Roma, 1728.
- ATTIAS, Jean-Christophe, e BENBASSA, Esther – *Dicionário Temático Larousse. Civilização Judaica*, tradução de Gemeniano Cascais FRANCO, Larousse/Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.
- AYRES [de Magalhães SEPÚLVEDA], Christovão de – *Historia Organica e Política do Exército Portuguez...*, vol. II, VIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898, 1919.
- BARBOSA, D. José – *Catalogo Chronologico, Historico, Genealogico, e Critico, das Rainhas de Portugal, e seus Filhos*, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1727.
- BARREIROS, Gaspar – *Chrorographia*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1968.
- BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885.
- BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, vol. III, Typographia Castro & Irmão, Lisboa, 1914.
- *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.^a edição dirigida por Torquato de Sousa SOARES, vols. I-XI, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1945-1954.
- Biblia de Ferrara*, prefácio de Iacob HASSAN e tradução de Abraão USQUE, Sociedad Estatal Quinto Centenario, Madrid, 1992 [fac-simile da edição de 1533].
- Bíblia Ilustrada*, tradução de João Ferreira Annes de ALMEIDA, apresentação e fixação do texto por José Tolentino MENDONÇA, ilustrações de Ilda DAVID, fotografias de José Costa ALVES e revisão de Luís Abel FERREIRA, vols. I-VIII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006-2008.
- Biblia, dat is: De gantsche H. Schrifture, vervattende alle de canonijcke Boecken des Ouden en des Nieuwen Testaments...* (Statenvertaling), Paulus Aertsz van Ravensteyn, Leiden, 1637.
- Bibliografia da História do Livro em Portugal. Séculos XV a XIX*, coordenação de Diogo Ramada CURTO, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003.
- Bibliografia Geral Portuguesa*, vol. I [Século XV], introdução de José Maria de Queiroz VELLOSO, Academia das Ciências de Lisboa/Imprensa Nacional, Lisboa, 1961.
- Bibliografia Henriquina*, vol. I, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.

- Bibliographia Historica Portugueza...*, por Jorge César de FIGANIÈRE, Parte Primeira, Typographia do Panorama, Lisboa, 1850.
- Bibliotheca Arabico-Hispana Escorialensis...*, organização de D. Gabriel [ou Miguel] CASIRI, vols. I-II, Antonio Perez de Soto, Madrid, 1760-1770.
- Biografias da História de Portugal. D. João II – Crónica de D. João II e Miscelânea*, por Garcia de RESENDE, adaptação do texto de Susana RODRIGUES, vol. XXIX, QuidNovi, Porto, 2004.
- Biografias da História de Portugal. D. Manuel I – Da Vida e dos Feitos de El-Rei D. Manuel*, por D. Jerónimo OSÓRIO, vol. XXVII, QuidNovi, Porto, 2004.
- BLUTEAU, Raphael – *Diccionario da Lingua Portugueza...* reformado e acrescentado por António de Moraes SILVA..., vol. I-II, Officina de Simão Thadeo Ferreira, Lisboa, 1789.
- *Suplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino...*, Partes I-II, Officina de J. A. da Silva, Lisboa Occidental, 1727-1728.
- *Vocabulario Portuguez e Latino...*, vols. I-X, Patriarcal Officina da Música/Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Lisboa/Coimbra, 1712-1728.
- BONANÇA, João – *Historia da Luzitania e da Iberia desde os tempos primitivos ao estabelecimento definitivo do dominio romano...*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.
- BONUCCI, Anton Maria – *Istoria del Pontefice Ottimo Massimo Il B. Gregorio X.*, Stamperia di Giorgio Placho, Roma, 1711.
- BOUTERWEK, Frederick – *History of Spanish and Portuguese Literature*, traduzido do original alemão para o idioma inglês por Thomasia ROSS, vol. II, Boosey & Sons, Londres, 1823.
- BRANCO, José Canais de Castelo – *Estudos biográficos ou notícia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes à Bibliotheca Nacional de Lisboa*, F. A. da Silva, Lisboa, 1854.
- BRAGA, Teófilo – *História da Literatura Portuguesa (Recapitulação). Renascença*, 3.^a edição, vol. II, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 2005.
- *Historia da Litteratura Portugueza*, Chardron Successores Lello & Irmão, Lisboa, 1907.
- *Historia da Litteratura Portugueza*, Livraria Chardron, Porto, 1896.
- *Historia da Litteratura Portugueza. Os Quinhentistas. Vida de Sá de Miranda e a sua Eschola*, Imprensa Portugueza, Porto, 1871.
- *Historia da Poesia Popular Portugueza*, Typographia Lusitana, Porto, 1867.
- *Historia da Poesia Portugueza (Eschola Provençal). Seculo XII a XIV. Trovadores Galecio-Portuguezes*, Imprensa Portugueza, Porto, 1871.
- *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção publica portugueza*, vol. II [1555-1700], Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1895.
- *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção publica portugueza*, vol. I [1289 a 1555], Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892.

- *História do Direito Portuguez. Os Foraes*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1868.
- BRANDÃO, Fr. António – *Crónica de D. Afonso Henriques*, edição actualizada, com uma introdução de A. de Magalhães BASTO, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Lisboa, 1945.
- *Crónicas do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, edição actualizada, com uma introdução de A. de Magalhães BASTO, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Lisboa, 1944.
- *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, introdução de A. da Silva RÊGO e notas de A. A. Banha de ANDRADE e Eduardo dos SANTOS, INCM, Lisboa, 1974 [fac-símile da 1.^a edição da Officina de Pedro Craesbeeck, 1632].
- *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, introdução de A. da Silva RÊGO e notas de A. A. Banha de ANDRADE e Eduardo dos SANTOS, INCM, Lisboa, 1973 [fac-símile da 1.^a edição da Officina de Pedro Craesbeeck, 1632].
- BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, introdução de A. da Silva RÊGO e notas de A. Dias FARINHA e Eduardo dos SANTOS, INCM, Lisboa, 1976 [fac-símile da 1.^a edição da Officina de Paulo Craesbeeck, 1650].
- *Monarquia Lusitana*, Parte Sexta, introdução de A. da Silva RÊGO e notas de A. A. Banha de ANDRADE, A. Dias FARINHA, Eduardo dos SANTOS e M. Santos ALVES, INCM, Lisboa, 1980.
- BRETONE, Mario – *História do Direito Romano*, tradução de Isabel Teresa SANTOS, «Imprensa Universitária», n.º 73, Editorial Estampa, Lisboa, 1990.
- BRITO, Fr. Bernardo de – *Chronica de Cister, onde se contam covsas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da Christandade*, Parte Primeira, Officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1602.
- *Monarquia Lusitana*, Parte Primeira, introdução de A. da Silva RÊGO e notas de A. A. Banha de ANDRADE... [et al.], INCM, Lisboa, 2004.
- *Monarquia Lusitana*, Parte Segunda, introdução de A. da Silva RÊGO e notas de A. Dias FARINHA e Eduardo dos SANTOS, INCM, Lisboa, 2004.
- BRITO, Gomes de – *Noticia de livreiros e impressores de Lisboa na 2.^a metade do seculo XVI*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1911.
- CABRAL, Alfredo do Vale – *Bibliographia Camoneana. Resenba chronologica das edições das obras de Luiz de Camões e das suas traduções impressas...*, revisão de Joaquim de ARAÚJO, Typographia Occidental, Porto, 1884.
- Caminhos do Português*, coordenação de M.^a Helena Mira MATEUS, «Bibliografias», BNL, Lisboa, 2001.
- CAMLONG, André – *Le vocabulaire du sonnet portugais: les trois premiers siècles d'histoire avec les "Quinhentistas" Sá de Miranda, Camões, Diogo Bernardes, António Ferreira et Rodrigues Lobo...*, «Fontes Documentais Portuguesas», n.º 21, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, Paris, 1986.
- CAMÕES, Luís Vaz de – *Os Lusíadas*, com comentários de José Hermano SARAIVA e ilustrações de Pedro PROENÇA, vols. I-X, Expresso/Grupo Totta, Lisboa, 2003.
- *Contradança. Cartas e Poemas de Camões*, ideia e selecção de poemas por Gil de CARVALHO e organização de Manuel FONSECA, Guerra & Paz, Lisboa, 2011.

- CANAVEIRA, Rui – *Dicionário dos tipógrafos famosos*, 4.^a edição, Ágora, Lisboa, 2001.
- Cancioneiro Geral*. Bernardino Ribeiro, Sá de Miranda, António Ferreira, Diogo Bernardes: *o texto em análise*, coordenação de António Afonso BORREGANA e Laura Mateus FONSECA, 3.^a edição, Texto Editores, Lisboa, 2000.
- CARDOSO, Jorge, e SOUSA, António Caetano de – *Agiológio Lusitano*, edição literária de M.^a de Lurdes Correia FERNANDES, vols. I-V, «Fontes e Monumenta», FLUP, Porto, 2002 [fac-simile da edição da Officina Craesbeekiana, Lisboa, 1652-1744].
- CASTELL, Edmund – *Lexicon Heptaglotton Hebraicum, Chaldaicum, Syriacum, Samaritanum, Aethiopicum, Arabicum conjunctim et persicum separatim...*, vol. II, Thomas Roycroft, Londres, 1669.
- CASTRO, Damião António de Lemos Faria e – *Historia Geral de Portugal e suas Conquistas...*, vols. I-VII, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1786-1787.
- CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, vols. I-III, Officina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, Lisboa, 1762-1763.
- *Supplemento ao Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, por Manuel Bernardes BRANCO, vols. I-IV, Typographia do Panorama, Lisboa, 1870.
- Catálogo da Colecção de Miscelâneas (vols. CLXXVI a CCLXXX)*, direcção de M. Lopes de ALMEIDA, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1969.
- Catálogo da Colecção Numismática*, vols. I-II, Museu Eng.^o António de Almeida, Porto, 1994.
- Catalogo das Obras Impressas, e Manuscritas de Antonio Pereira de Figueiredo da Congregação do Oratorio...*, Officina de Simão Thadeo Ferreira, Lisboa, 1800.
- Catálogo de Incunábulo*s, introdução de M.^a Valentina Sul MENDES, BNL, Lisboa, 1988.
- Catálogo de Moedas da Monarquia Portuguesa (1185 a 1640)*, coordenação de Filipe TEIXEIRA, Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto, Porto, 2002.
- Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do século XVI. A colecção da Biblioteca Nacional*, introdução, organização e índices por M.^a Alzira SIMÕES, «Bibliografias», BN, Lisboa, 1990.
- Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense...*, ordenado por Joaquim Heliodoro da Cunha RIVARA e Joaquim António Telles de MATOS, vols. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1850-1870.
- Catalogus amplissimus latino-italicus librorum in Remondiniana typographia impressorum ac eorum...*, Joseph Remondini & Filios, Veneza, 1762.
- Catalogus librorum latinorum qui venales prostant apud Jacobum Antonium Raby, Regiæ Typographiæ bibliopolam...*, Typographia Regia, Turim, 1765.
- CELARII, Christophe – *Historia Vniversalis, breviter ac perspicue exposita, Antiquam, et Medii Aevi ac novam devisa...*, Bielckius, Iena, 1730.
- CEPEDA, Isabel Vilares – *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa. Subsídios*, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa, 1995.
- CÉSAR, Eugénio – *Apontamentos bibliographicos: Côrtes do Reyno de Portugal (desde as de Lamego (?) até às de 1698), colligidas por João Pedro Ribeiro*, Officina Typographica, Lisboa, 1911.

- CHAGAS, Manuel Pinheiro – *Portuguezes Illustres*, 2.^a edição revista e aumentada, Livraria de A. Ferin, Lisboa, 1873.
- Christos. *Enciclopédia do Cristianismo*, prefácio de D. José da Cruz POLICARPO, tradução de Miriam GODINHO, Henrique Barrilaro RUAS [et al.], Editorial Verbo, Lisboa, 2004.
- CLUVERIUS, Philippus – *Introductio in Vniuersam Geographiam tam Veterem quam Novam...*, Ex Officina Elzeviriana, Amesterdão, 1659.
- CLÜVER, Philipp – *Germaniæ Antiquæ...*, Livro III, Officina Elzeviriana, Brittenburg, 1631.
- Code Civil des Français*, édition originale et seule officielle, L’Imprimerie de la République, Paris, 1804.
- CODOÑER, Carmen – *Historia de España Menéndez Pidal: la España Visigoda*, vol. III, Espasa-Calpe, Madrid, 1991.
- COELHO, António Borges – *História de Portugal. Onde viemos*, vol. I, Editorial Caminho, Lisboa, 2010.
- Collecção Systematica das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa...*, Typographia da Academia, Lisboa, 1822.
- Congresso do Mundo Português*, vol. XIII, Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, 1940.
- Continuation des Memoires de Litterature et d’Histoire*, vols. I-XI, Chez Simart, Paris, 1726-1731.
- CORDEIRO, António – *Historia insulana das ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental...*, vols. I-II, Typographia do Panorama, Lisboa, 1866 [1.^a edição: Officina de António Pedrozo Galvão, Lisboa Occidental, 1717].
- Corografia ou Memoria Economica, Estadistica e Topografica do Reino do Algarve*, por João Baptista da Silva LOPES, Typographia da Academia das Ciências, Lisboa, 1841.
- Cortes do Reino de Portugal*, inventário de documentação existente servindo de Catálogo da Exposição documental e biblio-iconográfica dirigida por Joaquim LEITÃO, Assembleia Nacional, Lisboa, 1940.
- Cortes Portuguesas, reinado de D. Pedro I: 1357-1367*, edição preparada por A. H. de Oliveira MARQUES e Nuno José Pizarro PINTO, Centro de Estudos Históricos [FCSH]/INIC, Lisboa, 1986.
- Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV: 1325-1357*, edição preparada por A. H. de Oliveira MARQUES, M.^a Teresa Campos RODRIGUES, Nuno José Pizarro Pinto DIAS, Centro de Estudos Históricos [FCSH]/INIC, Lisboa, 1982.
- Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I, vol. I: 1367-1383*, organização de A. H. de Oliveira MARQUES, Centro de Estudos Históricos [FCSH]/INIC, Lisboa, 1990.
- COSENZA, Mario Emilio – *Biographical and bibliographical dictionary of the italian printers and of foreign printers in Italy from the introduction of the art of printing into Italy to 1800*, G. K. Hall & Co., Boston, 1968.
- COSTA, António Carvalho da – *Corographia Portugueza, e Descrição Topografica do famoso Reyno de Portugal...*, vols. I-III, Officina de Valentim da Costa Deslandes/Officina Real Deslandesiana, Lisboa, 1706-1712.

- COSTA, Mário Júlio de Almeida – *História do Direito Português*, 2.^a edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1996.
- COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da – *Compilação Systematica das Leis Extravagantes de Portugal...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1799, 1806.
- CUNHA, D. Rodrigo da – *Catalogo dos Bispos do Porto...*, com suplementos de António Cerqueira PINTO, Parte I, Officina Prototypa, Porto, 1742.
- *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida, e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florescerão...*, vol. I, Officina de Manuel da Silva, Lisboa, 1642.
- *Historia Ecclesiastica dos Arcebispados de Braga, e dos Sanctos, e Varoens illustres que floresceram neste Arcebispado...*, vol. I, Officina de Manuel Cardoso, Braga, 1634.
- *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, nota de apresentação de José MARQUES, vol. I [fac-simile da edição da Officina de Manoel Cardoso, Braga, 1634-1635].
- CUNHA, Paulo Ferreira da; SILVA, Joana Aguiar e; SOARES, António Lemos – *História do Direito: do Direito Romano à Constituição Europeia*, Almedina, Coimbra, 2005.
- DE MOLAINVILLE, Berthelemy d'Herbelot – *Bibliothèque Orientale ou Dictionnaire Universel, contenant généralement tout ce qui regarde la connaissance des peuples de l'Orient...*, Compagnie des Libraires, Paris, 1697.
- DIAS, Aida Fernanda – *História Crítica da Literatura Portuguesa. Idade Média*, vol. I, Editorial Verbo, Lisboa, 1993.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel – *Hislampa. Hispanorum index scriptorum latinorum medii posteriorisque æui...*, «Mare Liberum», INCM, Lisboa, 1993.
- Diccionario Bibliographico Portuguez*, estudos de Inocêncio Francisco da SILVA aplicáveis a Portugal e ao Brasil, vols. I-VIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1858-1867.
- Diccionario Bibliographico Portuguez*, estudos de Inocêncio Francisco da SILVA aplicáveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por Pedro Wenceslau de Brito ARANHA, vols. X-XX, Imprensa Nacional, Lisboa, 1883-1911.
- Diccionario Bibliographico Portuguez*, estudos de Inocêncio Francisco da SILVA aplicáveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por Pedro Wenceslau de Brito ARANHA e com amplo estudo crítico acerca da obra monumental de Alexandre Herculano por J. J. Gomes de BRITO, vol. XXI, décimo quarto suplemento, Imprensa Nacional, Lisboa, 1914.
- Diccionario Bibliographico Portuguez*, estudos de Inocêncio Francisco da SILVA aplicáveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por Pedro Wenceslau de Brito ARANHA e revistos por J. J. Gomes de BRITO e Álvaro NEVES, vol. XXII, décimo quinto suplemento, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923.
- Diccionario Bibliographico Portuguez*, estudos de Inocêncio Francisco da SILVA aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Guia Bibliográfico por Ernesto SOARES, vol. XXIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1972 [suplemento ao *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXIII, 1958].
- Diccionario Bibliographico Portuguez. Subsídios para um Diccionario de Pseudonimos Iniciaes e Obras Anonyms*, por Martinho Augusto da FONSECA e prólogo de

- Teófilo BRAGA, vol. XXIV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1972 [reprodução fac-similada da edição da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1896].
- Diccionario da Lingoa Portuguesa...*, vol. I, Typographia da Academia Real das Ciencias, Lisboa, 1793.
- Diccionario Popular Historico...*, direcção de Manuel Pinheiro CHAGAS, vols. I-XVI, Lalllement Frères, Lisboa, 1876-1890.
- Dicionário da Bíblia e do Cristianismo*, por Danielle FOUILLOUX [et al.], tradução de José David ANTUNES, vol. XXVIII, Durvan, Lisboa, 2004.
- Dicionário da História de Lisboa*, direcção de Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA [s. n.], Lisboa, 1994.
- Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, organização e coordenação de Giulia LANCIANI e Giuseppe TAVANI, 2.^a edição, Editorial Caminho, Lisboa, 2003.
- Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO, vols. I-VI, Livraria Figueirinhas, Porto, 2002.
- Dicionário de História de Portugal. Suplementos*, coordenação de António BARRETO e de Maria Filomena MÓNICA, vols. VII-IX, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999.
- Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, direcção de Luís de ALBUQUERQUE e coordenação de Francisco Contente DOMINGUES, vols. I-II, Editorial Caminho, Lisboa, 1994.
- Dicionário de História Religiosa de Portugal. A-C*, coordenação de Ana Maria JORGE, Ana Maria RODRIGUES, António Camões GOUVEIA, com direcção de Carlos Moreira AZEVEDO, vol. I, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.
- Dicionário de Latim-Português*, por António Gomes FERREIRA, Porto Editora, Porto, 1991.
- Dicionário de Literatura*, direcção de Jacinto do PRADO COELHO, 4.^a edição, vols. I-V, Mário Figueirinhas Editor, Porto, 1997.
- Dicionário de Luís de Camões*, coordenação de Vítor Aguiar e SILVA, Editorial Caminho, Lisboa, 2011.
- Dicionário de Português-Latim*, 2.^a edição, Porto Editora, Porto, 2000.
- Dicionário do Judaísmo Português*, coordenação de Lúcia Liba MUCZNIK, José Alberto da Silva TAVIM, Esther MUCZNIK e Elvira de Azevedo MEA, Editorial Presença, Lisboa, 2009.
- Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, coordenação de José COSTA PEREIRA, vols. I-II, Publicações Alfa/Seleções do Reader's Digest, Lisboa, 1990.
- Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Mercadores e Gente de Trato*, direcção científica de A. A. Marques de ALMEIDA, Campo da Comunicação, Lisboa, 2009.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vols. I-XVIII, Temas & Debates, Lisboa, 2005.
- Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. XI, Istituto della Enciclopedia Italiana, Roma, 1969.

- Do Terreiro do Paço ao Campo Grande. 200 Anos da Biblioteca Nacional. Exposição*, BNL, Lisboa, 1996.
- DU CANGE, Charles du Fresne – *Glossarium Mediæ et Infimæ Latinatis Conditum...*, tomo II, Librarie des Sciences et des Artes, Paris, 1937.
- *Glossarium Manuale ad Scriptores Mediæ et Infimæ Latinitatis, ex Magnis Glossariis...*, vol. VI, Gebauer, Hale, 1784.
- Elogio funeral do Principe D. Theodosio, N. Senbor. Relação das exequias e lutos cõ que sentio sua morte o Exmo. Senbor João Roiz de Sa Conde de Penaguião... escrita por hum criado que assiste a S. Excellencia...* [s. n.], Londres, 1653.
- Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vols. I-XVIII, Editorial Verbo, Lisboa, 1963-1976.
- Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo. II Suplemento*, vol. XXI, Editorial Verbo, Lisboa, 1986.
- Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo. Suplementos*, vols. XIX-XX, Editorial Verbo, Lisboa, 1979-1980.
- Encyclopaedia of Islam*, vol. VI, E. J. Brill, Leiden, 1989.
- Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers...*, vol. XII, Chez Samuel Faulche & Compagnie, Neufchastel, 1765.
- ERICEIRA, Conde da [D. Luís de Meneses, 4.º] – *História de Portugal Restaurado...*, nova edição anotada e prefaciada por António Álvaro DÓRIA, vols. I-IV, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Porto, 1945-1947.
- Estatutos da Universidade de Coimbra...*, vols. I-III, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1772.
- Estatutos de La Real Academia de Ciencias Naturales de Madrid*, Imprenta de D. Miguel de Burgos, Madrid, 1835.
- ESTRADA, M.^a Fernanda [et al.] – *História da Matemática*, Universidade Aberta, Lisboa, 2004.
- Exposição bibliográfica comemorativa do IV centenário da morte de Pedro Nunes, Junho 1978*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1978.
- Exposição Tesouros da Biblioteca Nacional. Catálogo*, BNL, Lisboa, 1969.
- FARIA E SOUSA, Manuel – *Epitome de las Historias Portuguesas*, Parte Quarta, Officina de Francisco Vilela, Lisboa, 1673-1674.
- FARIA E SOUSA, Manuel – *Asia Portuguesa*, tomo I, Parte IV, Officina de Henrique Valente de Oliveira, Lisboa, 1666.
- *Epitome de las Historias Portuguesas*, Parte III, Francisco Foppens, Bruxelas, 1677.
- *Europa Portueza...*, vol. II, Officina de António Craesbeeck de Melo, Lisboa, 1679.
- *Historia del Reyno de Portugal...*, Terceira Parte, Casa de Juan Baptista Verdussen, Antuérpia, 1730.
- FARIA, Manuel Severim de – *Discursos Vários Políticos*, introdução, actualização e notas de M.^a Leonor Albergaria VIEIRA, INCM, Lisboa, 2001.

- *Notícias de Portugal...*, introdução, actualização e notas de Francisco A. Lourenço VAZ, Edições Colibri/Escola Secundária Manuel Severim de Faria, Lisboa/Évora, 2003.
- FELLER, François-Xavier – *Biographie Universelle des Hommes...*, vol. VI, J. B. Pélagaud Imprimeur, Paris, 1867.
- FERREIRA, António – *Castro e Poema Lusitanos*, introdução e notas de Silvério Augusto BENEDITO, «Clássicos», Editorial Verbo, Lisboa, 2006.
- *Poemas Lusitanos...*, vol. I, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1829.
- *Poemas Lusitanos...*, vol. II, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1771.
- FERREIRA, Francisco Leitão – *Noticias Chronologicas da Universidade...*, vol. I, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1729.
- FIGANIÈRE, Jorge César de – *Bibliographia Historica Portugueza...*, vol. I, Typographia do Panorama, Lisboa, 1850.
- FLORÉZ, Fr. Henrique – *Biblioteca Universal de Autores Catolicos. Clave Historial...*, corrigida e continuada por Fr. José de LA CANAL, F. de Serra y Madirolas, Madrid, 1851.
- *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España...*, vol. IV, Officina de Antonio Marin, Madrid, 1749.
- *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España...*, vol. VIII, Officina de Antonio Marin, Madrid, 1752.
- *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España...*, vol. XVII, Oficina de Antonio Marin, Madrid, 1763.
- *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España...*, vol. III, Oficina de Antonio Marin, Madrid, 1754.
- *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España...*, vol. XXVI, Oficina de Pedro Marin, Madrid, 1771.
- *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España...*, 2.^a edição, vol. XIII, Oficina de Pedro Marin, Madrid, 1782.
- *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia...*, vol. XI, Oficina de La Viuda e Hijo de Marin, Madrid, 1792.
- *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia...*, vol. XIV, Oficina de Pedro Marin, Madrid, 1786.
- *Memorias de las Reynas Catholicas, Historia Genealogica de la Casa Real de Castilla, y de Leon...*, 3.^a edição, vol. I, Oficina de la Viuda de Marin, Madrid, 1790.
- FREIRE, Francisco José – *Vida do Infante D. Henrique...*, Officina de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1758.
- GASPAR, António Ribeiro – *História da Academia Militar*, vol. I, revisão de Eurico Gomes DIAS [et al.], AM, Lisboa, 2009.
- GEBAUER, Georg Christian – *Portugiesische Geschichte...*, Gaspar Fritzchischen, Leipzig, 1759.
- Grande Enciclopédia do Conhecimento*, vols. I-XVI, QuidNovi/Jornal de Notícias/Círculo de Leitores, Porto, 2001.

- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vols. I-XL, Editorial Enciclopédia/Página Editora, Lisboa, 1998.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Actualização*, vols. I-X, Editorial Enciclopédia/Página Editora, Lisboa, 1999.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. O Grande Atlas das Literaturas*, Editorial Enciclopédia/Página Editora, Lisboa, 2000.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. O Grande Atlas Geográfico*, Editorial Enciclopédia, Lisboa, 1991.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. O Grande Atlas Histórico*, Editorial Enciclopédia, Lisboa, 1992.
- Grande Enciclopédia Universal*, vols. I-XX, Durvan, Lisboa, 2004.
- Grande Livro dos Segredos dos Códigos. Um guia ilustrado de sinais, símbolos, cifras e linguagens secretas*, edição de Paul LUNDE, tradução de Luís SANTOS [et al.], Círculo de Leitores, Lisboa, 2009.
- Grandes Batalhas da História Universal. Goa (1510). D. Afonso de Albuquerque e Yusuf Adil Khan*, vol. VIII, QuidNovi/Jornal de Notícias, Porto, 2003.
- GROSS, David – *The Jewish People's Almanac*, Doubleday, Nova Iorque, 1981.
- Guia da Biblioteca Nacional*, coordenação de Fátima LIBÓRIO, BNL, Lisboa, 1996.
- HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado do Afonso III*, notas críticas de José MATTOSO, vols. I-IV, Bertrand, Lisboa, 1983.
- *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado do Afonso III*, notas críticas de José MATTOSO, vols. I-II, Bertrand, Lisboa, 2007-2008.
- *História de Portugal...*, vols. I-IV, 2.^a edição, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Lisboa, 1853.
- Histoire de l'Academie Royale des Inscriptions et Belles Lettres avec les Mémoires de Littérature...*, vols. I-L, Imprimerie Royale, Paris, 1717-1809.
- História Comparada de Portugal, Europa e o Mundo. Uma Visão Cronológica. Da Pré-História ao Liberalismo*, direcção de António Simões RODRIGUES, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.
- História Comparada de Portugal, Europa e o Mundo. Uma Visão Cronológica. Da Pré-História ao Liberalismo*, direcção de António Simões RODRIGUES, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.
- História da Imprensa*, coordenação de Alejandro Pizarroso QUINTERO, Planeta Editora, Lisboa, 1996.
- História da Língua e História da Gramática. Actas do Encontro*, Universidade do Minho, Braga, 2003.
- História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, direcção de Albino Forjaz de SAMPAIO, vols. I-IV, Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1929-1942.
- História da Literatura Portuguesa. Das origens ao Cancioneiro Geral*, vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, 2001.

- História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, coordenação de Teresa Ferreira RODRIGUES, CEPESE/Edições Afrontamento, Porto, 2009.
- História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I [1290-1536], Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra/Lisboa, 1997.
- História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo II [1537-1771], Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra/Lisboa, 1997.
- História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, coordenação de Nuno Gonçalo MONTEIRO, direcção de José MATTOSO, vol. II, Temas & Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2011.
- Historia de España*, vol. I, 4.^a edição, Revista de Occidente, Madrid, 1968.
- Historia de Portugal*, composta em inglez por huma Sociedade de Litteratos, trasladada em vulgar com as addicções da versão franceza, e notas do traductor portuguez António de Moraes SILVA, vol. I, Impressão Régia, Lisboa, 1828.
- História de Portugal*, direcção de José Hermano SARAIVA, vols. I-V, Publicações Alfa, Lisboa, 1982-1983.
- História de Portugal*, direcção de José MATTOSO, vol. V, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.
- História de Portugal*, organização de José TENGARRINHA, Editora EDUSC/Editora UNESP/Instituto Camões, São Paulo, 2000.
- História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*, autoria de José MATTOSO e Armindo de SOUSA, com coordenação e direcção de José MATTOSO, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.
- História de Portugal. Antes de Portugal*, autoria de Raquel Soeiro de BRITO, Carlos FABIÃO, Santiago MACÍAS, José MATTOSO e Cláudio TORRES, com coordenação e direcção de José MATTOSO, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.
- História de Portugal. Glória e declínio do Império – de D. Manuel I ao domínio dos Filipes*, por Newton de MACEDO, coordenação de José Hermano SARAIVA, vol. IV, QuidNovi, Porto, 2004.
- História de Portugal. Índices*, edição monumental com direcção literária de Damião PERES e direcção artística de Eleutério CERDEIRA, vol. VIII, Portucalense Editora, Barcelos, 1937.
- História de Portugal. Introdução*, edição monumental com direcção literária de Damião PERES e direcção artística de Eleutério CERDEIRA, vol. I, Portucalense Editora, Barcelos, 1929.
- História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, autoria de André Ferrand de ALMEIDA, Francisco BETHENCOURT, Leonor Freire COSTA [et al.], com coordenação de Joaquim Romero MAGALHÃES e direcção de José MATTOSO, vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.
- História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, autoria de Pedro CARDIM, António Camões GOUVEIA, António Manuel HESPANHA [et al.], com coordenação de António Manuel HESPANHA e direcção de José MATTOSO, vol. IV, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.
- História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, autoria de Maria Regina ANACLETO, Ana Cristina ARAÚJO, Rui BEBIANO [et al.], com coordenação de Luís Reis

- TORGAL e João Lourenço ROQUE e direcção de José MATTOSO, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.
- História de Portugal. Portugal na Pré-História (II). O mundo luso-romano (I)*, autoria de Ana Margarida ARRUDA, José Carlos CAETANO, Manuel CALADO [et al.], coordenação de Victor GONÇALVES, com direcção de João MEDINA, vols. I-II, Ediclube, Amadora, 2004.
- História de Portugal. Primeira Época (1128-1411)*, edição monumental com direcção literária de Damião PERES e direcção artística de Eleutério CERDEIRA, vol. II, Portucalense Editora, Barcelos, 1929.
- História de Portugal. Quarta Época (1640-1815)*, edição monumental com direcção literária de Damião PERES e direcção artística de Eleutério CERDEIRA, vol. VI, Portucalense Editora, Barcelos, 1934.
- História de Portugal. Quinta Época (1816-1918)*, edição monumental com direcção literária de Damião PERES e direcção artística de Eleutério CERDEIRA, vol. VII, Portucalense Editora, Barcelos, 1935.
- História de Portugal. Segunda Época (1411-1557)*, edição monumental com direcção literária de Damião PERES e direcção artística de Eleutério CERDEIRA, vol. III, Portucalense Editora, Barcelos, 1931.
- História de Portugal. Terceira Época (1411-1557). Continuação*, edição monumental com direcção literária de Damião PERES e direcção artística de Eleutério CERDEIRA, vol. IV, Portucalense Editora, Barcelos, 1932.
- História de Portugal. Terceira Época (1557-1640)*, edição monumental com direcção literária de Damião PERES e direcção artística de Eleutério CERDEIRA, vol. V, Portucalense Editora, Barcelos, 1933.
- História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, coordenação de Nuno Gonçalo MONTEIRO e direcção de César OLIVEIRA, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.
- História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vols. I-II, ACL, Lisboa, 1986.
- Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo I, Typographia da Academia, Lisboa, 1797.
- História Económica de Portugal 1700-2000. O Século XVIII*, organização de Pedro LAINS e Álvaro Ferreira da SILVA, vol. I, ICS, Lisboa, 2005.
- História Geral de África. África Antiga*, edição de Gamal MOKHTAR, vol. II, UNESCO, Brasília, 2010.
- História Religiosa de Portugal. Humanismos e Reformas*, por António Camões GOUVEIA, Francisco BETHENCOURT, João Francisco MARQUES [et al.], coordenação de João Francisco MARQUES e António Camões GOUVEIA, com direcção de Carlos Moreira AZEVEDO, vol. II, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.
- História(s) da Literatura. Actas do 1.º Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas*, coordenação de M.ª da Penha Campos FERNANDES, Universidade do Minho/Almedina, Braga/Lisboa, 2005.
- Historiografia Portuguesa dos Séculos XIV a XVIII. Exposição Bibliográfica – Guia*, BNL, Lisboa, 1976.

- HUET, Pierre Daniel – *Histoire du Commerce et de la Navigation des Anciens*, 2.^a edição, Chez Antoine-Urban Coustelier, Bruxelas, 1716.
- IÁÑEZ, Eduardo – *História da Literatura Universal. A Idade Média*, tradução de Luís ANTUNES, vol. II, Planeta Editora, Lisboa, 1992.
- Incunábulos na Biblioteca Nacional. Tipografia Portuguesa e Estrangeira. Exposição Comemorativa do V Centenário do Livro Impresso em Portugal (1487-1987)*, introdução de José V. de Pina MARTINS, BNL, Lisboa, 1988.
- Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ, in quo non tantum codices recensentur, sed etiam quot tractatus, epistolæ, &c. et singuli codices contineant, exponitur, aliaque animadvertuntur notatu digna*, Typographia Regia, Lisboa, 1775.
- Índice chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro...*, prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto FERREIRA, «Documentos e memórias para a História do Porto», CMP, Porto, 1951.
- Índice chronologico remissivo da legislação portugueza posterior à publicação do código filipino com hum appendice: parte III continuação de additamentos desde a aclamação do senhor João IV até o anno de 1807...*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1807.
- JESUS, Fr. Rafael de – *Monarquia Lusitana*, Parte Sétima, INCM, Lisboa, 1985.
- Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*, coordenação e organização de Gina Guedes RAFAEL e Manuela SANTOS, prefácio de José TENGARRINHA, vols. I-II, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2001-2002.
- JOVE Y BRAVO, Rogelio – *Los Foros. Estudio Historico Y Doctrinal, Bibliográfico y Critico de los Foros, en Galicia y Asturias*, Imprenta de la Revista de Legislación, Madrid, 1883.
- LA CLÈDE, Nicolas – *Historia Geral de Portugal...*, vol. III, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1782.
- LA CONDAMINE, Charles Marie de – *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Méridionale. Depuis la côte de la Mer du Sud, jusqu'aux Côtes du Brésil & de la Guiane, en descendant La Riviere des Amazones...*, Chez La Veuve Pissot, Paris, 1745.
- LA FONTAINE, Jean de – *Contes et Nouvelles en verse...*, vols. I-II [s. n.], Amesterdão, 1764.
- La Hispania Visigótica y Mozárabe. Dos Épocas en su Literatura*, coordenação de Carmen CODOÑER, Ediciones Universidade de Salamanca, 2010.
- La Lusíade du Camoens: Poeme heroique sur la découverte des Indes Orientales*, tradução de Duperron de CASTERA, vols. I-III, Chez Briasson, Paris, 1768.
- LA NEUFVILLE, Jacques Lequien de – *Histoire Générale de Portugal*, vols. I-II, Chez Anisson Directeur de l'Imprimerie Royale, Paris, 1700.
- La Poesía Árabe Clásica*, compilação de Elías de MOLINS e Josefina VEGLISON, «Libros Hipérion», n.º 306, Hiperión, Madrid, 2002.
- LABARRE, Albert – *História do Livro*, tradução de Alberto Júlio SILVA, Livros Horizonte, Lisboa, 2005.

- LACERDA, João António de Lemos Pereira de [visconde de Juromenha] – *Obras de Luíz de Camões, precedidas de um ensaio biographico...*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1860.
- LAIRE, François Xavier – *Specimen Historicum Typographiæ Romanæ XV. Sæculi...*, Sumptibus Venantii Monaldini, Roma, 1778.
- LEAL, Augusto Soares Pinho – *Portugal Antigo e Moderno...*, vol. II, Livraria Editora de Mattos Moreira, Lisboa, 1873.
- LEAL, Manuel Pereira da Silva – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda*, Parte I, Officina de José António da Silva, Lisboa Ocidental, 1729.
- LEITE, António Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. VIII, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1949.
- LIMA, D. Luís Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa...*, vol. II, Officina de José António da Silva, Lisboa Ocidental, 1736.
- LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou Memoria Economica, Estadistica, e Topografica do Reino do Algarve*, Typografia da Academia das Ciências, Lisboa, 1841.
- LOPES, Óscar, e SARAIVA, António José – *História da Literatura Portuguesa*, 17.^a edição corrigida e actualizada, Porto Editora, 1996.
- MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana...*, vols. I-IV, Atlântida, Coimbra, 1965-1967 [fac-simile da edição da Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa, 1741-1759].
- MAFFEI, Francesco Scipione – *Istoria diplomatica che serve d'introduzione all'arte critica in tal materia*, Alberto Tumermani, Mantova, 1727.
- MALO DE LUQUE, Eduardo – *Historia Politica de los Establecimientos Ultramarinos de las Naciones Europeas*, vol. IV, D. Antonio de Sancha, Madrid, 1788.
- Manual Bibliographico Portuguez de Livros Raros, Classicos e Curiosos*, coordenado por Ricardo Pinto de MATTOS, revisto e prefaciado por Camillo Castello BRANCO, Livraria Portuense, Porto, 1878 [2.^a edição fac-símile revista por Joaquim FERREIRA, Manuel Barreira Editor, Porto, 1970].
- Manuscritos de João Pedro Ribeiro: códice n.º 1: indice chronologico do livro de provizoins e Capos de Cortes da Camera de Coimbra [1426?-1660]*, publicados com notas e aditamentos por Ernesto DONATO, «Inéditos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra», Imprensa da Universidade, Coimbra, 1921.
- MARGOLIS, Max Leopold, e MARX, Alexander – *A History of the Jewish People*, The Jewish Publication Society of America, Nova Iorque, 1945.
- MÁRMOL CARVAJAL, Luis del – *L'Afrique de Marmol*, tradução francesa de Nicolas PERROT, vol. I, Chez Louis Billaine, Paris, 1667.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro – *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Estudos*, prefácio de Vitorino Magalhães GODINHO, «Série Bibliográfica», Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988.
- MARQUES, José – *Novo Dicionario das Linguas Portuguesa, e Franceza, com os termos latinos...*, vol. II, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1764.

- MARQUES, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, Instituto de Sintra, Sintra, 1996.
- MARQUES, Mário Reis – *História do Direito Português Medieval e Moderno*, 2.^a edição, Livraria Almedina, Coimbra, 2002.
- MARTINEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*, 3.^a edição, Edições Almedina, Coimbra, 2010.
- MARTINS, Joaquim Pedro d'Oliveira – *História da Civilização Ibérica*, prefácio de Fidelino de FIGUEIREDO, «Obras Completas de Oliveira Martins», Guimarães & C.^a, Lisboa, 1984.
- *História da República Romana*, vols. I-II, Guimarães Editores, Lisboa, 1987.
- MARTINS, Jorge – *Breve História dos Judeus em Portugal*, «Sefarad», Nova Vega, Lisboa, 2009.
- MARTINS, Rocha – *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1942.
- MASCARENHAS, Brás Garcia – *Viriato Tragico...*, vol. I, Phenix, Lisboa, 1846.
- MASDEU Y MONTERO, D. Juan Francisco de – *Historia Crítica de España, y de la Cultura Española...*, vol. I, D. Antonio de Sancha, Madrid, 1783.
- MELO, D. Francisco Manuel de – *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, introdução e apêndice documental por Joel SERRÃO, INCM, Lisboa, 1977.
- Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I (desde 1780 até 1788), Typographia da Academia, Lisboa, 1797.
- Memórias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa*, vols. I-II, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1788-1791.
- Memórias de Mathematica e Phisica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I-III, Typographia da Academia, Lisboa, 1799-1812.
- Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa e índice dos documentos de arquivo*, por Fr. António da Assunção MEIRELES e prefácio de Alfredo PIMENTA, Ática, Lisboa, 1942.
- Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*, por José Correia da SERRA [et al.], introdução e direcção editorial de José Luís CARDOSO, prefácio de Manuel Jacinto NUNES e nota de abertura de José Alberto Tavares MOREIRA, vols. I-V, Banco de Portugal, Lisboa, 1990-1991.
- Memórias para a Historia das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal...*, Impressão Régia, Lisboa, 1815.
- Memórias para a Historia, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebráraõ pelos Tres Estados do Reino ordenadas, e compostas no anno de 1824, ordenadas pelo 2.º Visconde de SANTARÉM*, vols. I-II, Impressão Régia, Lisboa, 1827-1828.
- MENINSKI, Franciscus – *Thesaurus Linguarum Orientalium Turcicæ, Arabicæ, Persicæ... continens, nimirum lexicon turcico arabico persico... latinè, german., italicè, gallicè, polonicè... & grammaticam turcicam*, vol. II [s. n.], Viena, 1680.
- MOHEDANO, Pedro Rodriguez – *Historia Literaria de España...*, vol. VII, Imprenta de Francisco Xavier Garcia, Madrid, 1781.

- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat – *Considerações sobre as causas da grandeza e decadência dos Romanos...*, texto integral, seleccionado, traduzido, apresentado e anotado por Ruy BELO, Assírio & Alvim, Lisboa, 2002.
- *De L'Esprit des Lois*, La Compagnie, Amesterdão, 1758.
- *De L'Esprit des Loix...*, vol. II, Chez Barrillot & Fils, Genebra, 1749.
- *O Espírito das Leis*, introdução, tradução e notas de Miguel MORGADO, «Textos Filosóficos», n.º 62, Edições 70, Lisboa, 2011.
- MORALES, Ambrosio de – *Coronica General de España*, vol. IV, Oficina de D. Benito Cano, Madrid, 1791.
- Nobiliário das Famílias de Portugal*, de Felgueiras GAYO, 2.ª edição, vol. I, Carvalhos de Basto, Braga, 1989.
- Nobreza de Portugal e do Brasil*, direcção de Afonso ZÚQUETE, vols. I-III, Editorial Enciclopédia, Lisboa, 1960.
- NOËL, Alexander – *Historia Ecclesiastica Veteris Novique Testamenti...*, Societatis, Veneza, 1771.
- Notícias Históricas de Portugal e do Brasil (1751-1800)*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1964.
- Nova História de Portugal. Da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de MENESES, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. VII, Editorial Presença, Lisboa, 2001.
- Nova História de Portugal. Portugal das invasões germânicas à “Reconquista”*, coordenação de A. H. de Oliveira MARQUES, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. II, Editorial Presença, Lisboa, 1993.
- Nova História de Portugal. Portugal das Origens à Romanização*, coordenação de Jorge de ALARCÃO, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. I, Editorial Presença, Lisboa, 1990.
- Nova História de Portugal. Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. V, Editorial Presença, Lisboa, 1998.
- Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coordenação de Armando Luís de Carvalho HOMEM e Maria Helena da Cruz COELHO, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. III, Editorial Presença, Lisboa, 1996.
- Nova História de Portugal. Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, por A. H. de Oliveira MARQUES, direcção de Joel SERRÃO e A. A. H. de Oliveira MARQUES, vol. IV, Editorial Presença, Lisboa, 1987.
- Nova História Militar. A Guerra Moderna*, por Rui BEBIANO, Fernando DORES COSTA [et al.], coordenação de António Manuel HESPANHA, direcção de Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004.
- Nova História Militar. A Revolução Francesa e as Invasões Napoleónicas*, por Carlos BESSA, António Pires NUNES [et al.], coordenação de Manuel Themudo BARATA, direcção de Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA, vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004.

- Nova História Militar. Da Reconquista a D. Dinis*, por Mário Jorge BARROCA, Luís Miguel DUARTE e João Gouveia MONTEIRO, direcção de Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003.
- NUNES, António Pires – *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Direcção do Serviço Histórico Militar/Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1991.
- O Arquivo da Torre do Tombo, sua história, corpos que o compõem e organização*, por Pedro A. de AZEVEDO e António BAIÃO, Livros Horizonte, Lisboa, 1989 [fac-simile da edição de Academia de Estudos Livres, Lisboa, 1905].
- O Livro Científico dos Séculos XV e XVI. Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*, coordenação de Lúcia de Azevedo MARTINS, «Bibliografias», BN, Lisboa, 2004.
- O Novo Código do Direito Público de Portugal, com as provas*, compilado por Pascoal José de Melo Freire dos REIS, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1844.
- Obras completas de D. João de Castro*, edição crítica por Armando CORTESÃO e Luís de ALBUQUERQUE, vols. I-II, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Coimbra, 1971.
- Obras Completas de Diogo Bernardes*, prefácio e notas de Manuel Marques BRAGA, vols. I-III, Livraria Sá da Costa, 1945-1946: vol. I, *Rimas Várias – Flores do Lima*, 1945; vol. II, *O Lima*, 1946; vol. III, *Várias Rimas ao Bom Jesus*, 1946.
- Obras Completas de Francisco Sá de Miranda*, texto fixado, notas e prefácio de Manuel Rodrigues LAPA, 5.ª edição revista, vols. I-II, «Clássicos Sá da Costa. Nova Série», Sá da Costa, Lisboa, 2002-2003.
- Obras completas do autor António Ferreira*, 4.ª edição anotada e precedida de um estudo sobre a vida e obra do poeta, ... por J. C. Fernandes PINHEIRO, vols. I-II, «Clássicos Portugueses», B. L. Garnier e Augusto Duran, Rio de Janeiro, 1865.
- Obras de Luis de Camões, Príncipe dos Poetas de Hespanha...*, nova edição preparada por Manuel Faria de SOUSA [et al.], vol. II, Officina Luisiana, Lisboa, 1779.
- Obras de Luiz de Camões, precedidas de um ensaio biographico, no qual se relatam alguns factos não conhecidos da sua vida augmentadas com algumas composições inéditas do Poeta*, pelo Visconde de JUROMENHA, vols. IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1860-1864.
- Obras de Pedro Nunes*, orientação científica de Henrique LEITÃO e tradução de A. Guimarães PINTO, vol. I-VI, Academia das Ciências de Lisboa, 2002-2010.
- Obras Posthumas del R.^{mo} P. M. Fr. Martin Sarmiento... Memorias para la Historia de la Poesia y Poetas Espanòles...*, vol. I, Joachin Ibarra, Madrid, 1775.
- Obras*, do Doctor Francisco de Sá de MIRANDA, nova edição correcta, emendada e augmentada com as suas *Comedias...*, vols. I-II, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1784.
- Observações sobre as principaes causas da decadencia dos Portuguezes na Asia escritas por Diogo do Couto, em fôrma de dialogo, com o titulo de Soldado Pratico*, publicadas por António Caetano do AMARAL, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790.
- Ceuvres de La Harpe*, de l'Académie Française, accompagnées d'une notice sur sa vie et sur ses ouvrages, vol. VII, Chez Verdière, Paris, 1820.
- Oeuvres de Molière...*, vols. I-VI, Dépens des Libraires Associés, Paris, 1778.

- Ceuvres de Salvien, nova tradução por J. F. GRÉGOIRE e François-Zénon COLLOMBET, vol. II, Bohaire, Paris, 1833.
- OLIVEIRA, Custódio José de – *Diagnosis Typographica dos caracteres gregos, hebraicos e arabicos...*, Impressão Régia, Lisboa, 1804.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo X, Typographia Universal, Lisboa [s. d.].
- OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, 3.^a edição, União Gráfica, Lisboa, 1958.
- *História Eclesiástica de Portugal*, edição revista e actualizada, «Biblioteca da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994.
- Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, direcção de Bernardo Vasconcelos e SOUSA, com autoria de Isabel Castro PINA, M.^a Filomena ANDRADE e M.^a Leonor Silva SANTOS, Livros Horizonte, Lisboa, 2005.
- ORLANDIS, José – *Historia del Reino Visigodo Español*, Ediciones RIALP, Madrid, 2003.
- Os Códices Alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa e o seu significado cultural: exposição evocativa dos Códices Alcobacenses no VIII centenário da fundação do Mosteiro de Alcobça*, por Aires A. NASCIMENTO, BNL, Lisboa, 1979.
- Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional: I – códices portugueses*, por António Joaquim ANSELMO, BNL, Lisboa, 1928.
- Os Generais do Exército Português. Da Restauração às Invasões Francesas*, coordenação de Alberto Ribeiro SOARES e introdução de Eurico Gomes DIAS, vol. I, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2003.
- Os Incunáveis das Bibliotecas Portuguesas. Catálogo*, vol. I, «Bibliotecas», Secretaria de Estado da Cultura/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Inventário do Património Cultural Móvel, Lisboa, 1995.
- Os Incunáveis das Bibliotecas Portuguesas. Índices*, vol. II, «Bibliotecas», Secretaria de Estado da Cultura/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/Inventário do Património Cultural Móvel, Lisboa, 1995.
- Os Lusíadas de Luís de Camões. Vida e obra de Luís de Camões e vocabulário dos Lusíadas*, por Arnaldo de Mariz ROZEIRA, «Clássicos», Guimarães Editores, Lisboa, 2001.
- Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*, introdução de Manuel Augusto RODRIGUES, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1991.
- Os sucessores de Zacuto. O almanaque na Biblioteca Nacional do século XV ao XXI*, coordenação de Rosa Maria GALVÃO, BNL, Lisboa, 2002.
- PAIVA, Fr. Sebastião de – *Historia Parænetica dos Doutores Antigos*, Officina de Henrique Valente de Oliveira, Lisboa, 1657.
- Pedro Nunes (1502-1578). Novas terras, novos mares eo que mays he: novo ceo e novas estrelas*, comissariado científico de Henrique de Sousa LEITÃO e coordenação técnica de Lúcia de Azevedo MARTINS, «Bibliografias», BNL, Lisboa, 2002.
- PERES, Damião – *História dos Descobrimentos Portugueses*, «Colecção Henriquina», Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.

- *História dos Descobrimentos Portugueses*, Portucalense Editora, Porto, 1943.
- *História dos Descobrimentos Portugueses*, Vertente, Porto, 1991.
- PETITJEAN, Bernardo – *Lexicon latino-japonicum depromptum ex opere cui titulus "Dictionarium latino-lusitanicum typis primum mandatum amacusa in Collegio Japonico Soc. Jesu M. D. XCV"...*, Typographia S. C. de Prop. Fide, Roma, 1870.
- PINTO, Américo Cortez – *Da Famosa Arte de Imprimissão. Da imprensa em Portugal às cruzadas d'Além-Mar*, Editora Ulisseia, Lisboa, 1948.
- PINTO, António Cerqueira – *Historia da Prodigiosa Imagem de Christo Crucificado, que com o titulo de Bom Jesus de Bouças se venera no lugar de Matozinhos na Lusitania...*, Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa Occidental, 1737.
- Polis. *Enciclopédia Verbo das Literaturas da Sociedade e do Estado – Antropologia Cultural, Direito, Economia e Ciência Política*, vols. I-V, direcção de José Bigotte CHORÃO [et al.], Editorial Verbo, Lisboa, 1983-1987.
- Portugal como Problema. Século XIX. A Decadência*, introdução e organização editorial de Pedro CALAFATE, vol. III, *Público* /Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2006.
- Portugal como Problema. Século XX. Os Dramas da Alternativa*, introdução e organização editorial de Pedro CALAFATE, vol. IV, *Público* /Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2006.
- Portugal como Problema. Séculos V-XVI. A Afirmação de um Destino Colectivo*, introdução e organização editorial de Pedro CALAFATE, vol. I, *Público*/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2006.
- Portugal como Problema. Séculos XVII e XVIII. Da Obscuridade Profética à Evidência Geométrica*, introdução e organização editorial de Pedro CALAFATE, vol. II, *Público* /Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2006.
- Portugal. Breviário da Pátria para os Portugueses ausentes*, Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, 1946.
- Portugal. Diccionario Historico...*, por Esteves PEREIRA e Guilherme RODRIGUES, vols. I-VII, João Romano Torres Editor, Lisboa, 1904-1915.
- Portugaliae Monvmenta Cartographica*, edição de Armando CORTESÃO e Avelino Teixeira da MOTA, vol. II, Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.
- Primeiros Socios da Academia das Sciencias de Lisboa*, Typographia da Academia, Lisboa, 1780.
- QUINTELA, Inácio da Costa – *Annaes da Marinha Portugueza*, vol. I, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1839.
- REINHARDT, Klaus, e SANTIAGO-OTERO, Horacio – *Biblioteca Bíblica Ibérica Medieval*, Centro de Estudos Historicos, Imprensa Kadmos, Salamanca, 1986.
- REIS, António Matos – *História dos Municípios [1050-1383]*, Livros Horizonte, Lisboa, 2007.
- REIS, Carlos Alves, e PIRES, M.^a da Natividade – *História Crítica da Literatura Portuguesa. O Romantismo*, vol. V, Editorial Verbo, Lisboa, 1993.

- REIS, Carlos Alves dos & BERNARDES, José Augusto Cardoso – *História Crítica da Literatura Portuguesa. Humanismo e Renascimento*, vol. II, Editorial Verbo, Lisboa, 1999.
- REIS, Pascoal José de Melo Freire dos – *Historiæ Juris Civilis Lusitani*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1853 [1.^a edição: Lisboa, 1789].
- Repertorio Commentado sobre Foraes e Doações Regias*, por Francisco António Fernandes da Silva FERRÃO, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1848.
- Repertorio Geral, ou Índice Alfabético do Reino de Portugal...*, ordenado por Manuel Fernandes TOMÁS, vol. I, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1815.
- RIBEIRO, José Anastácio de Figueiredo – *Historia da Ordem militar do Hospital, hoje de Malta, e dos senhores Grãos-Priores d'ella em Portugal, fundada sobre documentos que podem supprir, confirmar ou emendar o pouco, incerto, ou falso que d'ella se acha impresso, etc. Parte 1.^a Até á morte do sr. rei D. Sancho II*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1793.
- *Nova Historia da militar ordem de Malta, e dos senhores Grãos-Priores d'ella em Portugal; fundada sobre os documentos que só pôdem supprir confirmar, ou emendar o pouco, incerto, ou falso que d'ella se acha impresso: servindo incidentemente a outros muitos assumptos, com geral utilidade. E offerecida a S. A. R. o grão-prior actual, o Príncipe nosso senhor. Parte I. Até á morte do sr. rei D. Sancho II. (Refundida sobre a primeira edição de 1793.) Parte II. Até á morte do sr. rei D. Diniz. Parte III. Até os nossos dias, com o copioso índice geral de que necessita*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1800.
- RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, vols. I-III, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1871-1873.
- RISCO, Fr. Manuel – *Espanña Sagrada. Memorias de la Santa Iglesia esenta de Leon...*, vol. XXXV, Officina de Pedro Marin, Madrid, 1786.
- RIVADENEYRA, Pedro de – *Hystoria Ecclesiastica del scisma del Reyno de Inglaterra enla^[sic] qual se tratã las cosas mas notables q han sucedido en aquel Reyno tocâtes a nuestra Sancta Religion, desde que començo basta la muerte de la Reyna de Escocia...*, António Álvares, Lisboa, 1588.
- *Segvnda Parte de La Hystoria Ecclesiastica del Scisma del Reyno de Inglaterra*, Martín Nutio, Antuérpia, 1594.
- ROBERTSON, William – *The History of America*, vol. I, Cadell and Davies, Londres, 1812.
- ROCHA, Manuel da – *Portugal Renascido, Tratado Historico-Critico-Chronologico, em que à luz da verdade se dão manifestos os sucessos de Portugal do seculo Decimo...*, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1730.
- RODRIGUES, Francisco – *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal. A província portuguesa no século XVII (1615-1700). Nos colégios, nas ciências e letras, na corte, lutas na metrópole, apostolado nas conquistas*, tomo III, vol. I, Apostolado da Imprensa, Porto, 1944.
- RODRIGUEZ MOHEDANO, Fr. Pedro – *Historia Literaria de España desde su primera poblacion hasta nuestros dias...*, vol. II, Parte I, Imprenta de Francisco Xavier Garcia, Madrid, 1768.

- ROSSI, Giovanni Bernardo de – *De Typographia Hebræo-Ferrariensi commentarius historicus quo ferrariensis judæorum editiones hebraicæ, hispanicæ, lusitanæ recensentur et illustrantur...*, Regio Typographeo, Parma, 1780.
- ROTH, Cecil – *História dos Marranos. Os judeus secretos da Península Ibérica*, apresentação de Herman P. SALOMON e tradução de José SARAIVA, Livraria Civilização Editora, Porto, 2001.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Du Contrat Social, ou Principes du Droit Politique*, Chez Le Prieur, Paris, 1791.
- SANDOVAL, Fr. Prudencio de – *Chronica del Inclito Emperador de España, Don Alonso VII deste nombre Rey de Castilla y Leon...*, Luiz Sanchez, Madrid, 1600.
- SANTA MARIA, Fr. Francisco de – *Anno Historico, Diario Portuguez...*, vol. II, Officina de Domingos Gonçalves, Lisboa, 1744.
- SANTOS, Fr. Manuel dos – *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava, INCM, Lisboa, 1988.
- SANTOS, José dos – *Bibliografia da Literatura Clássica Luso-Brasílica... seguida de uma resenha bibliográfica da literatura luso-judaica...*, Livraria Lusitana, Lisboa, 1916.
- São Bernardo (1090-1990). Catálogo bibliográfico e iconográfico*, introdução, selecção e catalogação por Gérard LEROUX, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1991.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História das Universidades*, Lello & Irmão, Porto, 1983.
- *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, 6.^a edição, Editorial Verbo, Lisboa, 2001.
- *História de Portugal. O Século de Ouro (1495-1580)*, 4.^a edição, vol. III, Editorial Verbo, Lisboa, 1980.
- SHAEFFER, Henrich – *Historia de Portugal desde o começo da monarchia em 1095 até á epocha actual...*, tradução para o francês por Henrique Soulangue BODIN e vertida deste idioma para o português por José Lourenço Domingues de MENDONÇA, vols. I-XIII, Typographia de José Baptista Morando, Lisboa, 1842-1847.
- SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Lingua Portuguesa...*, vol. I, Typographia Lacerdina, Lisboa, 1813.
- SILVA, António Delgado da – *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações...*, Typographia Maigrense, Lisboa, 1828.
- SILVA, Luís Augusto Rebello da – *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, introdução de Jorge Borges de MACEDO, vols. I-VI, Imprensa Nacional, Lisboa, 1971-1972.
- SILVA, Manuel Teles da – *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*, vol. I, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1727 [edição fac-símile da Academia Portuguesa da História, 2010].
- SIMÕES, João Gaspar – *História da Poesia Portuguesa das origens aos nossos dias...*, vol. I (séculos XII a XVII), Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1955.
- Sinagogas Portuguesas. Mostra bibliográfica*, introduções de Lúcia e Esther MUCZNIK, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2004.

- SIRAT, Colette – *A History of Jewish Philosophy in the Middle Ages*, Cambridge University Press/Editions de La Maison des Sciences de L'Homme, Paris, 1990.
- SORIANO, Simão José da Luz – *Historia da Guerra Civil e do estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal... desde 1777 até 1834*, vols. I-III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1866-1874.
- SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, edição revista por Manuela MENDONÇA, vols. I-XV, QuidNovi/Público/Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2007 [fac-símile da edição de Atlântida, Coimbra, 1954].
- SOUSA, Fr. João de – *Compendio da grammatica arabica, abbreviado, claro, e mui facil para a intelligencia e ensino da mesma lingua*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1795.
- *Vestigios da Lingoa Arabica em Portugal, ou Lexicon Etymologico das palavras, e nomes portuguezes, que tem origem arabica...*, aumentado e anotado por Frei José de Santo António MOURA, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1830 [edição fac-símile, Livraria Alcalá, Lisboa, 2004; 1.^a edição: 1789].
- SOUSA, José Carlos Pinto de – *Bibliotheca Historica de Portugal e seus Dominios Ultramarinos...*, nova edição correcta e aumentada, Parte IV, Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, Lisboa, 1801.
- SOUSA, Manuel de – *As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas*, Sporpress, Mem Martins, 2004.
- Sphaera Mundi: a Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP. Catálogo*, comissariado científico de Henrique LEITÃO, BNP, Lisboa, 2008.
- SYLVA, J. A. Telles da – *Manuscritos & Livros Valiosos*, vol. I [s. n.], Lisboa, 1974.
- Synopse dos Decretos Remettidos ao extinto Conselho de Guerra desde o estabelecimento d'este tribunal em 11 de dezembro de 1640, até á sua extinção decretada em o 1.º de agosto de 1834...*, por Cláudio de CHABY, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1869.
- Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais raros para a Historia e Estudo Critico da Legislação Portuguesa...*, ordenada por José Anastácio de Figueiredo RIBEIRO, vol. II [1550-1603], Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790.
- Synopsis Chronologica de subsidios ainda os mais raros para a Historia e estudo critico da Legislação Portuguesa...*, ordenada por José Anastácio de Figueiredo RIBEIRO, vol. I [desde 1143 até 1549], Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1790.
- TÁVORA, Luiz de Lancastre e – *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Quetzal Editores, Lisboa, 1989.
- TEIXEIRA, Francisco Gomes – *História das Matemáticas em Portugal*, «Biblioteca de Altos Estudos», Academia das Ciências de Lisboa, 1934.
- TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a edição revista e aumentada, Editorial Caminho, Lisboa, 1989.
- Tesouros da Biblioteca Nacional*, direcção científica de Martim de ALBUQUERQUE, INAPA, Lisboa, 1992.

- The Catholic Encyclopedia*, Robert Appleton, Nova Iorque, 1907-1922.
- The Jewish Encyclopedia*, edited by Isidore SINGER, vols. I-VIII, Ktav Publishing House, Nova Iorque, 1901.
- The Lusiad* [or] *the discovery of India. An epic poem...*, tradução de William Julius MICKLE, 1.^a edição, Jackson and Lister, Oxford, 1776.
- The Lusiad, or, Portugals Historicall Poem, written in Portingall Language by Luis de Camoens*, tradução de Richard FANSHAW, Humphrey Moseley, Londres, 1655.
- The Universal Jewish Encyclopedia*, vol. I, Isaac Landman, Nova Iorque, 1939.
- TORDESILLAS HERRERA, Antonio de – *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas i Tierra Firme del Mar Oceano. Descripcion de las Indias Ocidentales*, Oficina de Nicolas Rodriguez Franco, Madrid, 1730.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal (séculos XIX-XX). A História através da História*, vol. I, Temas & Debates, Lisboa, 1998.
- *História da História em Portugal (séculos XIX-XX). Da Historiografia à Memória Histórica*, vol. II, Temas & Debates, Lisboa, 1998.
- *História da História em Portugal (séculos XIX-XX). Da Historiografia à Memória Histórica*, «Grandes Temas da Nossa História», Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.
- Tratado de todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*, direcção, coordenação e compilação de Afonso ZÚQUETE, Editorial Enciclopédia, Lisboa, 1962.
- Typographia Batava*, compilação de Paul Valkema BLOUW e A. C. SCHUYTVLOT, vols. I-II, De Graaf Publishers, Nieuwkoop, 1998.
- Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Idade Média*, coordenação geral de Walter RÜEGG e coordenação da edição de Hilde de RIDDER-SYMOENS, Conselho de Reitores da Universidades Portuguesas/Fundação Eng. António de Almeida, INCM, Lisboa, 1996.
- UREÑA PRIETO, Maria Helena – *Dicionário de Literatura Grega*, Editorial Verbo, Lisboa, 2001.
- *Dicionário de Literatura Latina*, Editorial Verbo, Lisboa, 2006.
- VILLADEMOROS, Joseph Manuel Trelles – *Historia chronologica y genealogica del primitivo origen de la nobleza de España, su antigüedad, clases y diferencias, con sucesiones continuadas de las principales familias del Reyno, y con la ilustracion del principado de Asturias...*, vols. I-IV, Oficina de Domingo Fernandez de Arrojo, Madrid, 1760.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...*, edição crítica por Mário FIÚZA, vols. I-II, Livraria Civilização, Porto, 1965-1966 [1.^a edição, 1798-1799].

5. Estudos

- «350 Títulos para a História do Livro e da Leitura em Portugal», separata de *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 2.^a série, vol. IX, Centro de História da Cultura/UNL, Lisboa, 1997.
- «Affonso d'Albuquerque», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. V, ft. 206, 10 Abril 1841.
- «António Ribeiro dos Santos», in *Gazeta de Lisboa*, n.º 36, Impressão Régia, Lisboa, 11 Fevereiro 1818.
- «Continuam-se ainda as Lições do Primeiro anno do Curso Juridico pelo que toca ao Estudo da Historia do Direito Civil Romano, e Portuguez», in *Estatutos da Universidade de Coimbra...*, Livro II, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1772.
- «De alguns castigos usados antigamente em Portugal», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. III, ft. 93, 9 Fevereiro 1839.
- «Diogo do Couto», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. I, ft. 19, 9 Setembro 1837.
- «Discurso sobre os votos de Sanct'Iago, feito por Paschoal José de Mello, lente da cadeira de direito patrio na universidade de Coimbra, nas prelecções diarias que fazia na mesma cadeira pelos annos de 1773 e 1774», in *O Instituto...*, vol. XII, n.º 2, Imprensa da Universidade, Coimbra, Maio 1863.
- «Memória do Doutor António Ribeiro dos Santos, Lente que foi da Faculdade de Cânones, na Universidade de Coimbra e Collegial do Real Colégio das Ordens Militares: códices 828 e 6794 da BN coligidas e relatadas por Joaquim Ferreira Gordo», com translado e notas de João Palma-FERREIRA, separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1, BNL, Lisboa, 1981.
- «Memoria do Voto de D. Affonso Henriques na Serra de Albardos», in *Archivo Pittoresco*, vol. VII, fts. 39, 42, Typographia de Castro & Irmão, Lisboa, 1864.
- «Memoria sobre os judeus em Portugal», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. VIII, Parte Segunda, Typographia da Academia Real das Ciencias, Lisboa, 1823.
- «Origem das folhas para escrever, dos livros e dos papeis de escripta e de impressão», in *Revista Popular. Semanario de Litteratura e Industria*, vol. V, Typographia da Revista Popular, Lisboa, 1852.
- «Portugueses Ilustres. Ribeiro Sanches e Soares de Barros...», prefácio, introduções e notas de António FERRÃO, separata do *Boletim de Segunda Classe*, vol. XX, ACL, Lisboa, 1936.
- «Prelecções de Direito Patrio dadas por Ricardo Raymundo Nogueira no anno de 1795 a 1796», in *Jornal de Jurisprudencia*, n.º 5, Imprensa da Universidade, Coimbra, 11 Abril 1866.
- «Prelecções de Direito Patrio que dava Raymundo Nogueira no anno de 1795 a 1796. Parte Primeira», in *O Instituto...*, vol. IX, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1863.
- «Prelecções de Direito Patrio que dava Ricardo Raymundo Nogueira no anno de 1793 a 1796 (Leis das Partidas)», in *O Instituto...*, vol. XII, n.º 6, Imprensa da Universidade, Coimbra, Setembro 1863.
- «Prensa Hydraulica», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. IV, n.º 140, 4 Janeiro 1840.

- «Terra Nova through the Iberian looking glass: the Portuguese-newfoundland cod fishery in sixteenth century», separata de *The Canadian Historical Review*, vol. LXXIX, n.º 1, University Press, Toronto, Março 1998.
- 50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar (1953-2003)*, coordenação histórica de João Vieira BORGES e Eurico Gomes DIAS, Academia Militar, Lisboa, 2004.
- A Ciência do Desenho. A Ilustração na Coleção de Códices da Biblioteca Nacional*, coordenação de Lúcia de Azevedo MARTINS, «Bibliografias», BNL, Lisboa, 2001.
- A Guerra até 1450*, coordenação de Teresa AMADO, Quimera, Lisboa, 1994.
- A Historiografia Portuguesa anterior a Herculano. Actas do Colóquio*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1987.
- A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950. Actas do Colóquio*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1988.
- A infância da Academia (1788-1794) – visita aos arquivos do reino, correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, publicada e prefaciada por António BAIÃO, Academia das Ciências, Lisboa, 1934.
- A obra espanhola de Camões*, por A. Vieira de LEMOS e J. MARTINEZ ALMOYNA, com prefácio de Ramon MENENDEZ PIDAL, Livraria Pax, Braga/Porto, 1959.
- A Vindication of the Conduct of Captain Christopher Middleton, in a Late Voyage on Board His Majesty's Ship the Furnace. For Discovering a North-West Passage to the Western American Ocean...*, Ian Jackson, Dublin, 1744.
- ABRANTES, António Baptista – *Instituições da Língua Arabiga*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1774.
- ABRANTES, Leonel – *A vila de Folgoso na História, na Etnografia, na Actualidade* [s. n.], Viseu, 1993.
- ABREU, João Gomes de – *Diogo Bernardes: a sua naturalidade*, Typographia Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, Vila Nova de Famalicão, 1916.
- Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779*, ACL, Lisboa, 1999.
- Academia celebrada pelos Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Convento de N. Senhora de Jesus de Lisboa no dia da solenne inauguração da estatua equestre DelRey Dom José Primeiro Nosso Senhor*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1775.
- Actas das Sessões da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. I, Typographia da Academia, Lisboa, 1849.
- Actas de las V Jornadas de Investigación Interdisciplinar. La Mujer en Al-Andalus. Reflejos históricos de su actividade y categorias sociales*, edição de María J. VIGUERA, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1989.
- Actas do Congresso Internacional "Humanismo Português na Época dos Descobrimentos"*, Instituto de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.
- Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996), edição de Ivo CASTRO, vol. II, Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, 1997.
- ACTON, Harold – *The Last Medici*, Macmillan, Londres, 1980.

- AFONSO, Ana Maria – *O Tombo do Mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs de 1501-1514. Um património monástico no dealbar da Idade Moderna*, vols. I-II, dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais, Universidade do Minho [versão policopiada], Braga, 2000.
- Agricultura. Dicionário das Ocupações*, coordenação de Nuno MADUREIRA, vol. III, Celta Editora, Oeiras, 2002.
- AGUILAR PIÑAL, Francisco – *Bibliografía de Estudios sobre Carlos III y su Epoca*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- *O Domínio Romano em Portugal*, 4.^a edição, «Fórum da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988.
- ALBAREDA, Joaquim – *Felipe V y el Triunfo del Absolutismo*, Generalitat de Catalunya, Barcelona, 2002.
- ALBUQUERQUE, Luís de – «Fragmentos de Euclides numa versão portuguesa do século XVI», separata da *Revista Ciências do Homem*, Universidade de Lourenço Marques, 1968.
- «Pedro Nunes e os homens do mar do seu tempo», in *Oceanos. Pedro Nunes*, n.º 49, CNCDP, Lisboa, 2002.
- «Sobre um manuscrito quatrocentista do “Tratado da Esfera” de Sacrobosco», separata da *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, n.º 28, FCUC, Coimbra, 1959.
- *A Aula de Esfera do Colégio de Santo Antão no século XVII*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1972.
- *Estudos de História*, vol. II, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1974.
- *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses. Séculos XV e XVI*, vols. I-II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1987.
- *Os Descobrimentos e o progresso científico em Portugal no século dezasseis: Dom João de Castro*, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1966.
- *Os Descobrimentos Portugueses*, Publicações Alfa, Lisboa, 1985.
- ALBUQUERQUE, Martim de – «Bártolo e Bartolismo na História do Direito Português», separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 304 [s. n.], Lisboa, 1981.
- «O regimento quatrocentista da Casa da Suplicação», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 17, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982.
- ALBUQUERQUE, Martim de, e ALBUQUERQUE, Ruy de – *História do Direito Português*, vol. I, FDUL, Lisboa, 1984-1985.
- Alcazaba Árabe de Mérida*, textos de Yolanda BARROSO MARTÍNEZ e Francisco MORGADO PORTERO, direcção científica de Pedro MATEOS CRUZ, Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, 2007.
- Allegação do desembargador Vicente José Ferreira Castro Cardoso da Costa, contra o Coronel Nicolao Maria Rapozo do Amaral, sobre a cauza de evicção...*, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa, 1839.

Allegação do desembargador Vicente José Ferreira Castro Cardoso da Costa, contra o Coronel Nicolao Maria Rapozo do Amaral, sobre benfeitorias, Typographia do Director, Lisboa, 1839.

Allegação Iuridica de Paschoal José de Mello feita em Coimbra em 1782..., Typographia Rollandiana, Lisboa, 1816.

ALMEIDA, A. A. Marques de – *Capitais e Capitalistas no comércio da especiaría. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549): aproximação a um estudo de Geofinança*, Cosmos, Lisboa, 1993.

ALMEIDA, António de – «Erros Historico-Chronologicos de Fr. Bernardo de Brito na Chronica de Cister correctos em 1834», in *Memorias da Academia Real das Sciencias. Classe de Sciencias Moraes e Bellas Letras*, tomo XII, Parte Primeira, Typographia da Academia, Lisboa, 1837.

– «Exame Comparativo das Chronicas Portuguezas, relativamente ao Governo do Senhor Conde D. Henrique. Exame Undecimo a Fr. Leão de S. Thomaz. Fundação do Mosteiro de Vairão. Extracto do Cap. 6. Trat. 2. P. 5. a pag. 351 do Tomo 2», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo XI, Parte I, Typographia da Academia, Lisboa, 1831.

ALMEIDA, António de – *A Industria Salina em Portugal*, Typographie E. Greyot, Bruxelas, 1873.

ALMEIDA, António José de – «A mobilidade do impressor quinhentista António de Mariz», in *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte*, coordenação de Fausto Sanches MARTINS, FLUP, Porto, 2007.

– «As Estampas das edições quinhentistas do *Livro do Rosayro de Nossa Senhora* de Fr. Nicolau Dias O. P.», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, FLUP, Porto, 2006.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de – «Salinas medievais entre o Cávado e o Neiva», separata de *Bracara Augusta*, n.º 33 [s. n.], Braga, 1979.

– «A exploração do sal na costa portuguesa a norte do Rio Ave. Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média», in *Actas do I Seminário Internacional sobre o sal português*, FLUP, Porto, 2005.

ALMEIDA, Carlos Marques de – *Reflexão epistemológica sobre a Lei de 18 de Agosto de 1769 (Lei da Boa Razão): subsídios para a História do Estado de polícia pombalino*, dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Históricas, FDUC [versão policopiada], Coimbra, 1991.

ALMEIDA, Fortunato de – *O Infante de Sagres*, Livraria Portuense de Lopes & C.^a, Porto, 1894.

ALMEIDA, Jerónimo Cunha de – *Iuizo historico sobre o letreiro que se achou em hua pedra que estaua no celeiro do Mosteiro de Vayraõ da Ordem de S. Bento no anno de MDCVIII...* [1638], Tipografia Progresso, Porto, 1918.

ALMEIDA, João Ferreira A. de – *Artigos, ou Pontos de Diferença entre a Igreja Reformada, e a Romana* [s. n.], Amesterdão, 1673.

– *Diferença da Christandade em que claramente se manifesta a grande desconformidade entre a verdadeira, e antiga douctrina de Deos, e a falsa douctrina dos Homens*, Batávia, 1668; Officina da Real Missão da Dinamarca, Trangambar, 1726.

- ALMEIDA, Manuel Lopes de – «Apontamentos para a biografia de André de Avelar, professor de Matemática na Universidade», separata de *Revista da Faculdade de Ciências*, vol. XXXIX, Junta de Investigações do Ultramar, Coimbra, 1966.
- «Livros, livreiros, impressores em documentos da Universidade (1587-1835)», separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, anos X-XII, n.ºs 37-48, Arquivo de Bibliografia Portuguesa, Coimbra, 1966.
- *Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)*, vol. I, Universidade de Coimbra, 1964.
- ÁLVARES, Manuel – *Gramatica Latina*, introdução de José Pereira da COSTA, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1972 [fac-símile da edição de 1572].
- ALVES, Adalberto – *Al-Mu'tamid, poeta do Destino*, 2.^a edição revista e aumentada, «Documenta Poetica», Assírio & Alvim, Lisboa, 2004.
- *Arabesco. Da música árabe e da música portuguesa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1989.
- *O meu coração é árabe. A poesia luso-árabe*, «2.^a edição», «Documenta Poetica», n.º 7, Assírio & Alvim, Lisboa, 1991.
- *Portugal. Ecos de Um Passado Árabe*, Instituto Camões, Lisboa, 1999.
- ALVES, Francisco Manuel – «Castro de Avellãs, mosteiro beneditino», separata de *O Instituto*, n.º 56, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1909.
- ALVES, Herculano – *A Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida*, Sociedade Bíblica de Portugal, Lisboa, 2006.
- *A Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida*, tesis doctoral, Universidad Pontificia de Salamanca [versão policopiada], Salamanca, 2005.
- *História da Bíblia em Portugal. A Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida*, prefácio de José Manuel SANCHEZ CARO, Difusora Bíblica Franciscanos Capuchinhos, Fátima, 2007.
- ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, Departamento de Ciências Humanas da Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2000.
- ALVES, Manuel Sílvio Conde – «Os forais tomarenses de 1162 e 1174», in *Revista de Guimarães*, n.º 106, Casa de Sarmento/UM, Guimarães, 1996.
- AMARAL, António Caetano do – *Memória V. Para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, edição preparada e organizada por Manuel Lopes de ALMEIDA e César PEGADO, «Biblioteca Histórica-Miscelânea», Livraria Civilização Editora, Porto, 1945.
- AMARAL, Diogo Freitas do – *D. Manuel I e a construção do Estado moderno em Portugal*, Edições Tenacitas, Coimbra, 2003.
- AMARAL, Ilídio do – «Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa», in *Memórias da Academia das Ciências. Classe de Letras*, ACL [s. d.], Lisboa.
- *As Academias de Ciências na contextura da globalização* [s. n.], Lisboa, 2003.
- AMARAL, Nicolau Coelho do – *Cronologia, seu ratio Temporum...*, Officina de João de Barreira, Coimbra, 1554.
- AMATI, Giacinto – *Manuale di Bibliografia del Secolo XV: ossia, notizia di tutti i libri rari e preziosi...*, Tipografia e Libreria Pirota e C.^a, Milão, 1854.

- AMBRÓSIO, António – «Dom Domingos Anes Jardo e a Universidade Católica Portuguesa em S. Marcos, Agualva-Cacém, Sintra», in *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. Igreja e Sociedade na Época Contemporânea*, 2.^a série, tomo VI, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1994.
- AMÍLCAR, Paulo – «Don Isaac Abravanel: Almoxarife e Rabi-Mor de Portugal», separata de *Amigos de Bragança* [s. n.], Bragança, 1972.
- AMZALAK, Moses Bensabat – «A Salicultura em Portugal: materiais para a sua História», separata do *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, vol. XXII [s. n.], Lisboa, 1920.
- *A Economia Política em Portugal. O Fisiocratismo*. As Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores [s. n.], Lisboa, 1912.
- *A Tipografia Hebraica em Portugal no século XV*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922.
- *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal* [s. n.], Lisboa, 1928.
- *O Economista José Joaquim Soares de Barros* [s. n.], Lisboa, 1930.
- Analyse, ou breve dissertação pela qual evidentemente se demonstra em geral como os corpos de mão morta destes Reynos são...*, Typographia Nunesiana, Lisboa, 1790.
- ANASTÁCIO, Vanda – «Leituras potencialmente perigosas: as traduções castelhanas de *Os Lusíadas* no tempo da União Ibérica», separata de *Portugal e Espanha, Encontros e Desencontros*, Peter Lang [s. l.], 2005.
- *Visões de Glória. Uma introdução à poesia de Pêro de Andrade Caminha*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998.
- Anchieta em Coimbra. Colégio das Artes da Universidade (1548-1998). Actas do Congresso Internacional*, coordenação de Sebastião Tavares de PINTO e Luísa de Nazaré FERREIRA, vols. I-III, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Fundação Eng. António de Almeida, Coimbra/Porto, 2000.
- ANDRADE, António Banha de – *Vernei e a Cultura do seu tempo*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1966.
- ANDRADE, António Júlio de & GUIMARÃES, Maria Fernanda – *Jacob de Castro Sarmento*, «Sefarad», Editorial Nova Vega, Lisboa, 2010.
- ANDRADE, Jacinto Freire de – *Vida de D. João de Castro, quarto vice-rei da Índia*, nova edição emendada, Officina de António Gomes, Lisboa, 1786.
- *Vida de D. João de Castro, quarto Vizo-Rei da Índia*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1968 [1.^a edição: 1651].
- *Vida de D. João de Castro, Quarto Viso-Rey da Índia*, nova edição emendada, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1798.
- ANDRADE, M.^a Francisca de Oliveira – «Subsídios para a Aula de Árabe no Convento dos Terceiros de S. Francisco», separata do *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, Coimbra, 1980.
- ANICETO, Ricardo – *O Seminário Patriarcal de Santarém: história, currículos, alunos e professores de 1780 a 1853*, Centro Cultural do Patriarcado, Lisboa, 2011.

- ANSELMO, Artur – «L'activité typographique de Valentim Fernandes au Portugal (1495-1518)», separata de *Colloque – L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1984.
- «O impressor Johann Gherlinc e o *Breviarium Bracharense* de 1494», separata de *Fórum*, n.ºs 15-16, Biblioteca Pública, Braga, Janeiro-Julho 1994.
- «Os primeiros impressores que trabalharam em Portugal», in *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, vol. II, n.º 2, BNL, Lisboa, 1987.
- «Valentim Fernandes ou mediação na alteridade», in *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, vol. II, n.º 2, BNL, Lisboa, 1987.
- *História da Edição em Portugal*, vol. I, Lello & Irmão, Porto, 1991.
- *Origens da Imprensa em Portugal*, INCM, Lisboa, 1981.
- Antologia da Historiografia Portuguesa. I – das origens a Herculano*, organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira MARQUES, 2.ª edição, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1974.
- Antologia da poesia trovadoresca galego-portuguesa: sécs. XII-XIV*, introdução, notas, paráfrases e glossário de Alexandre Pinheiro TORRES, 2.ª edição, Lello & Irmão, Porto, 1987.
- Antologia dos Economistas Portugueses: século XVII. Obras em português*, selecção, prefácio e notas de António SÉRGIO, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1924.
- AQUARONE, J. B. – *L'humanisme de Dom João de Castro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1977.
- ARAÚJO, Artur da Cunha – *Perfil do Conde da Barca*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1940.
- ARAÚJO, Joaquim de – *As traduções italianas dos "Lusíadas"*, *Tipographia de Raffaello Giusti, Livorno*, 1897.
- ARAÚJO, Norberto de – *Aspectos da Tipografia em Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1914.
- ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*, 2.ª edição, vol. V, Vega, Lisboa, 1992.
- ARBMAN, Holger – *Os Vikings*, Editorial Verbo, Lisboa, 1967.
- Archives Littéraires de l'Europe, ou Mélanges de Littérature, d'Histoire et de Philosophie...*, vol. VI, Chez Henrichs, Paris, 1805.
- ARGOTE, D. Jerónimo Contador de – *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani...*, vol. IV, Typographia Silviana, Lisboa Occidental, 1738.
- *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga...*, vol. III, Regia Officina Sylviana e da Academia Real, Lisboa, 1744.
- ARNAUT, Salvador Dias – *Penela: História e Arte*, CMP, Penela, 1983.
- Arte da Grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro...*, Impressão Régia, Lisboa, 1799 [Lisboa, 2.ª edição, 1804; Lisboa, 3.ª edição, 1811; Baía, 1817, Lisboa, 4.ª edição, 1837].
- ARTHAUD, Charles – «Dissertation sur le papier, dans laquelle on a rassemblé tous les essais qui ont été examinés par le Cercle des Philadelphes, fur les moyens

- de préserver le papier de la piqure des insectes», in *Mémoires du Cercle des Philadelphes*, vol. I, Imprimerie de Mozard, Paris, 1788.
- As Cortes e o Parlamento em Portugal. *Actas do Congresso Internacional dos 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254*, Assembleia da República/Câmara Municipal de Leiria, Lisboa/Leiria, 2004.
- As mais belas poesias de António Ferreira, escolhidas por José RÉGIO e ilustrações de Alice JORGE [et al.], «As mais belas poesias de língua portuguesa», n.º 8, Artis, Lisboa, 1961.
- As mais belas Poesias de Diogo Bernardes, escolhidas por José RÉGIO, «As mais belas poesias de língua portuguesa», n.º 10, Artis, Lisboa, 1962.
- ASENSIO, Eugénio – *Les sources de l' "Espelho de Casados" du Dr. João de Barros*, Coimbra Editora, Coimbra, 1949.
- ASSUNÇÃO, Carlos – «O nome na historiografia linguística portuguesa. Do primeiro período da linguística portuguesa ao final do séc. XIX», in *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa*, FLUP, Porto, 2004.
- ASSUNÇÃO, Tomás Lino da – *As últimas freiras...*, Lopes & C.^a, Porto, 1894.
- AVALLE-ARCE, Juan Bautista – «Sobre una crónica medieval perdida», in *Temas hispánicos medievales*, Editorial Gredos, Madrid, 1974.
- AVELAR, Ana Paula Menino – *Fernão Lopes de Castanbada. Historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha*, Edições Cosmos, Lisboa, 1997.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Las Órdenes Militares Hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*, Latorre Literaria, Madrid, 2007.
- AYRES [de Magalhães SEPÚLVEDA], Christovão de – «Para a História da Academia das Ciências de Lisboa», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. XII, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927.
- *Para a História da Academia Real das Sciencias de Lisboa (1779-1904)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1905.
- AZEVEDO, António de Araújo de – «Representação a El-Rei D. João VI», in *Campeão Portuguez*, vol. I, Londres, 1819.
- «Resposta ou refutação da carta de um vassalo nobre ao seu Rei, sem o nome do autor», in *Investigador Portuguez*, vol. XXXVI, 1814.
- *Osmia, tragédia coroada pela Academia Real das Ciencias de Lisboa*, Lisboa, 1788.
- *Regulamento para os hospitaes militares de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, tanto em tempo de paz, como em tempo de guerra...*, Impressão Régia, Lisboa, 1805.
- AZEVEDO, João Lúcio de – *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 3.^a edição, Clássica Editora, Lisboa, 1989.
- AZEVEDO, Pedro de – «A <Memoria> de Fr. Joaquim de Santo Agostinho sobre as moedas», in *O Archeologo Portuguez*, vol. VIII, n.ºs 7-9, Imprensa Nacional, Lisboa, Julho-Setembro 1903.
- «Documentos de Vairão (séc. XII)», in *Revista Lusitana: archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*, vol. XIV [s. n.], Lisboa, 1911.

- «Linhas gerais da história da diplomática em Portugal», in *O Instituto*, vol. LXXIV, 4.ª série, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927.
- AZEVEDO, Torquato Peixoto de – *Memorias Resuscitadas da Antiga Guimarães [1692]*, Typographia da Revista, Porto, 1845.
- BAIÃO, António – «Um inédito de João Baptista da Silva Lopes: o elogio académico de Fr. Joaquim de Santo Agostinho», separata do *Correio do Sul*, n.ºs 2082-2084 [s. n.], Faro, 1957
- *O matemático Pedro Nunes e sua família á luz de documentos inéditos*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915.
- BALLESTEROS, Carmen, e RUAH, Mery – *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*, Edições Colibri, Lisboa, 2004.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão – *Pergaminho e papel em Portugal. Tradição e conservação*, CELPA, Lisboa, 1995.
- BANDEIRA, José Ramos – «Imprensa da Universidade», in *Universidade de Coimbra. Edifícios do Núcleo Central e Casa dos Melos*, vol. II, Coimbra, 1947 [separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXII].
- BANNIARD, Michel – *A Alta Idade Média Ocidental*, tradução de M. de CAMPOS, «Coleção Saber», n.º 156, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1980.
- BARATA, Paulo – *Os Livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003.
- BARBOSA, Alberto Dias – *Lugares da Memória em Montemor-o-Novo no oitavo centenário da outorga do Foral de D. Sancho I: apontamentos* [s. n.], Montemor-o-Novo, 2003.
- BARBOSA, António Soares – *Discurso sobre o bom, e verdadeiro gosto na Filosofia...*, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1766.
- BARBOSA, Pedro Gomes – «Estratégias de formação do património fundiário de Santa Maria de Alcobaça no termo de Santarém (séculos XI a inícios do XIV)», in *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio [13-14 Março 1998]*, CMS, Santarém, 2007.
- BARK, William Carroll – *Origens da Idade Média*, 4.ª edição, tradução de Waltensir DUTRA, «Biblioteca de Cultura Histórica», Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.
- BARREIRA, Aníbal – «João Pedro Ribeiro, sua posição na historiografia nacional», separata da *Revista de História*, n.º 2, FLUP, Porto, 1979.
- «José Anastácio de Figueiredo: sua contribuição para a cientificação da História de Portugal», in *Revista da Faculdade de Letras: História*, n.º 2, FLUP, Porto, 1971.
- BARREIRA, Manuel – «As marinhas de sal e a barra de Aveiro na crise do século XVII», in *Revista Portuguesa de História*, vol. XXVIII, FLUC, Coimbra, 1993.
- BARREIROS, José Baptista – «Cartas inéditas para o Conde da Barca», separata da *Revista de Guimarães*, n.º 69 [s. n.], Guimarães, 1959.
- «Correspondência inédita entre o Conde da Barca e José Egídio Álvares de Almeida, secretário particular de El-Rei Dom João VI», separata da *Revista Militar*, vol. XIII, Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Braga, 1962.

- «O tratado de paz de 10 de Agosto de 1797 e a prisão de António de Araújo de Azevedo no Templo», separata de *Independência*, ano 18 [s. n.], Braga, 1958.
- *Ensaio de biografia do Conde da Barca*, Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Braga, 196?
- BARRETO, Luís Filipe – *O problema do conhecimento na Sphæra de D. João de Castro*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1985.
- BARROCA, Mário – «O Aron de Castelo Mendo. Um novo testemunho sefardita na Beira Interior», in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, coordenação de Luís Oliveira RAMOS [et al.] vol. I, FLUP, Porto, 2001.
- «O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim no Mosteiro de Castro de Avelãs», in *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. XIII, FLUP, Porto, 1996.
- BARROS, Amândio J. Morais – «A contabilidade de um produto estratégico: o Livro da imposição do sal, século XVII», in *Actas do I Seminário Internacional sobre o sal português*, FLUP, Porto, 2005.
- BAS, Nicolás – *El Cosmógrafo e Historiador Juan Bautista Muñoz (1745-1799)*, Universitat de Valencia, 2002.
- BASSETTO, Bruno Fegni – *Elementos de Filologia Romana*, 2.^a edição, EdUSP, São Paulo, 2001.
- BASSI, Stelio & BARZON, Antonio – *La Tipografia Ebraica di Piove di Sacco*, Tipografia Antoniana, Pádua, 1959.
- BASTO, A. C. de Barros – *Don Abraham Zacuto, rabi, astrónomo, historiógrafo*, Instituto Teológico Israelita, Porto, 1946.
- BASTO, Artur de Magalhães – «Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”», separata de *Acta Universitatis Conimbricensis*, Universidade de Coimbra, 1959.
- «João Pedro Ribeiro e a historiografia nacional: conferência pronunciada em 4 de Janeiro de 1939, nos “Estudos Portugueses”, na sessão solene comemorativa do I Centenário da morte de João Pedro Ribeiro», separata do *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, n.º 2, CMP, Porto, 1939.
- BASTOS, José Timóteo da Silva – *História da censura intelectual em Portugal. Ensaio sobre a compressão do pensamento português*, 2.^a edição, «Testemunhos Portugueses», Moraes, Lisboa, 1983.
- BATAILLON, Marcel – *Études sur le Portugal au temps de l’Humanisme*, «Acta Universitatis Conimbricensis», Universidade de Coimbra, 1952.
- BEAZLEY, Charles Raymond – *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimentos modernos*, tradução de António Álvaro DÓRIA, Livraria Civilização, Porto, 1945.
- BEIRANTE, M.^a Ângela – «Traição, aleive e falsidade nos foros medievais portugueses», separata de *Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (sécs. XII a XIX)* [s. n.], Santarém, 1993.
- BERNARDES, José Augusto Cardoso – *Dialécticas da enunciação e do enunciado na poesia bucólica portuguesa: a écloga do Renascimento e do Maneirismo*, dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa [versão policopiada], FLUC, Coimbra, 1986.
- BERNARDO, Hernâni – «Marinhas ignoradas da Estremadura: as salinas de Peniche», separata de *Ethos*, n.º 5, Editorial Minerva, Lisboa, 1966.

- BERNARDO, Luís Miguel – *Histórias da Luz e das Cores*, vol. I, «Série do Saber», n.º 1, Editora da Universidade do Porto, Porto, 2005.
- BERTRAND, Joseph – *L'Académie des Sciences et les Académiciens de 1666 a 1793*, J. Hetzel Libraire-Éditeur, Paris, 1869.
- BERTUCH, Friederich Justin – *Magazin der Spanischen und Portugiesischen Litteratur...*, vol. II, Hoffmannschen Buchhandlung, Weimar, 1780.
- BETTENCOURT, João Leão Cardozo de – *A Biblioteca da Academia Real das Sciencias de Lisboa: noticia summaria*, Typographia da Academia, Lisboa, 1909.
- BICKNELL, Alexander – *The History of Edward Prince of Wales, commonly termed The Black Prince, eldest son of King Edward the Third...*, J. Bew, Londres, 1775.
- Biografias da História de Portugal. Luís de Camões*, por Hernâni CIDADE, vol. XXIII, QuidNovi, Porto, 2004.
- BISMUT, Roger – «Uma versão francesa até hoje ignorada de *Os Lusíadas*», in *Colóquio: Letras*, n.ºs 65-67, FCG, Lisboa, 1982.
- *António Ferreira, le plagiaire malgré lui*, Louvain-La-Neuve Collège Érasme Bruxelles, Nauwelaerts, 1989.
- BLOCH, Marc – *Les Rois Thaumaturges. Étude sur le caractère surnaturel attribué a la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre*, prefácio de Jacques LE GOFF, «Bibliothèque des Histoires», Gallimard, Paris, 1983.
- BLUNT, John Elijah – *A History of the Establishment and Residence of the Jews in England: with an Enquiry into their civil disabilities*, Saunders and Benning, Londres, 1830.
- BOAS, Manuel do Cenáculo Vilas – *Cuidados Literarios do Prelado de Béja em graça do seu Bispado*, Officina de Simão Tadeu Ferreira, Lisboa, 1791.
- BODIAN, Miriam – *Hebrews of the Portuguese Nation. Conversos and community in early modern Amsterdam*, University of Michigan, 1997.
- BORGES, Ana Margarida – *Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica*, tese de doutoramento em Linguística, Universidade de Aveiro [versão policopiada], Aveiro, 2011.
- BORGES, Artur Goulart de Melo – «Panorâmica da epigrafia árabe em Portugal», in *Estudos Orientais. O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, vol. II, Instituto Oriental, Lisboa, 1991.
- BORGES, João Vieira, e CANAS, António Costa – «Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal», in *Revista Militar*, vol. LVII, n.º 5 [s. n.], Lisboa, Maio 2005.
- BORODOWSKI, Alfredo Fabio – *Isaac Abravanel on miracles, creation, prophecy, and Evil: the tension between medieval Jewish Philosophy and biblical commentary*, Peter Lang Publishing, Nova Iorque, 2003.
- BORRALHO, M.^a Luísa Malato – «Teodoro de Almeida. Entre as histórias da História e da Literatura», in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. II, FLUP, Porto, 2001.
- BORY, Jean-François – *Le Cabigi de MM. Fust & Gutenberg*, CIPM Spectres Familiers, Marselha, 1992.

- BOTÃO, M.^a de Fátima – «Os concelhos e as Cortes: Santarém, 1331», separata das *Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (sécs. XII a XIX)* [s. n.], Santarém, 1993.
- BOUCHON, Geneviève – *Afonso de Albuquerque, o Leão dos Mares da Ásia*, tradução de Isabel de Faria e ALBUQUERQUE, Quetzal Editores, Lisboa, 2000.
- BOUGAINVILLE, Jean-Pierre – «Éclaircissements sur la vie et sur les voyages de Pythéas de Marseille» in *Mémoires de Littérature de l'Académie Royale...*, vol. XIX, Imprimerie Royale, Paris, 1753.
- BOURDON, Léon – «Relations “Littéraires” de Juan Bautista Muñoz (1784-1799)», separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 8, FCG, Paris, 1974.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *D. Filipe I, «Reis de Portugal»*, vol. XVIII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640). Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*, vols. I-II, Universidade Complutense, Madrid, 1987.
- *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, prefácio de António Manuel HESPANHA, tradução de Ângela Barreto XAVIER e Pedro CARDIM, «Cosmos História», n.º 34, Edições Cosmos, Lisboa, 2000.
- BOWRA, C. M. – *Virgílio, Tasso, Camões e Milton. Ensaio sobre a Epopeia*, tradução de António Álvaro DÓRIA, Livraria Civilização, Porto, 1950.
- BOXER, Charles Ralph – *João de Barros, humanista português e historiador da Ásia*, edição portuguesa organizada por Teotónio R. de SOUSA, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático [CEPESA], Porto, 2002.
- «O Almirante João Pereira Corte Real e a construção da frota portuguesa das Índias Orientais nos princípios do século XVII», separata do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, n.º 49, Nova Goa, 1941.
- BRAGA, Isabel Mendes Drummond – *Missões diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII: os relatos de Frei João de Sousa*, com transcrição Ricardo Pessa de OLIVEIRA, Centro de Estudos Históricos [UNL]/Artes & Letras, Lisboa, 2008.
- *Sob os auspícios de Clío: Jacques Le Quien de La Neufville e a Histoire Générale de Portugal (1700)*, Centro de Estudos Históricos/UNL, Lisboa, 2010.
- BRAGA, Paulo Drummond – «Dois surtos de peste em Lisboa: 1579-1581», separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.^a série, vol. VII, BNL, Lisboa, 1992.
- «Fornecimentos de pergaminho, papel e tinta a diversos serviços da administração (Fevereiro 1521)», separata da *Revista Portuguesa de História*, vol. XXIX [s. n.], Coimbra, 1994.
- *O Príncipe D. Afonso, filho de D. João II: uma vida entre a guerra e a paz*, Colibri, Lisboa, 2008.
- BRAGA, Teófilo – *Poesia do Direito. Origens Poéticas do Cristianismo. As Lendas Cristãs*, prefácio de Maria da Conceição AZEVEDO, «Pensamento Português», INCM, Lisboa, 2000.
- BRANCO, José Canais de Figueiredo Castelo – *Estudos biográficos ou notícia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes à Bibliotheca Nacional de Lisboa*, F. A. da Silva, Lisboa, 1854.

- BRANCO, Manuel Bernardes – *Portugal e os Estrangeiros...*, vol. II, A. M. Pereira, Lisboa, 1879.
- BRANCO, Maria João – «St. Martin of Braga, the Sueves and Gallaecia», in *The Visigoths. Studies in Culture and Society*, edição de Alberto FERREIRO, Brill, Leiden-Boston-Koln, 1998.
- *D. Sancho I*, «Reis de Portugal», vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, vols. I-II, tese de doutoramento em História Medieval [versão policopiada], Universidade Aberta, Lisboa, 1999.
- BRANDÃO, José Luís – «Marcial perante o público e os críticos: autodefesa do poeta», in *Humanitas*, vol. XLIX, FLUC, Coimbra, 1997.
- BRANDÃO, Mário – *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, vol. I, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1948.
- *Estudos Vários*, vol. II, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1974.
- BRASÃO, Eduardo – *A Descoberta da Terra Nova*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1965.
- *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1965.
- BRAZÃO, Joaquina Augusta – *António Ribeiro dos Santos*, tese de licenciatura em Filologia Românica, FLUL [versão dactilografada], Lisboa, 1943.
- Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, com apêndices de estudos sobre as Ordenações Afonsinas e de documentos do cartório do Mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave por António CRUZ [s. n.], Coimbra, 1939.
- Breve noticia da Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa* [s. n.], Coimbra, 1888.
- BRITO, M. Mónica – «As fases do restauro da capela de S. Frutuoso de Montélios. A fragilidade da reintegração nacionalista face à evolução historiográfica», separata da *Revista Museu*, 4.^a série, n.º 10 [s. n.], [s. l.], 2001, pp. 223-277.
- BROCHADO, Costa – *Historiôgrafos dos Descobrimentos*, «Colecção Henriquina», Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.
- BROOKE, Arthur de Capell – *Sketches in Spain and Morocco*, vol. I, Henry Colburn & Richard Bentley, Londres, 1831.
- BROSSES, Charles de – *Histoire des Navigations aux Terres Australes...*, vol. I, Chez Durand, Paris, 1756.
- BROTERO, Félix de Avelar – «Reflexões sobre a Agricultura de Portugal, sobre o seu antigo e presente estado, e se por meio de Escolas ruraes praticas, ou por outros, ella pode melhorar-se, e tornar-se florente», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo IV, Parte I, Typographia da Academia, Lisboa, 1815.
- BUCKLAND, W. W. – *A Text-Book of Roman Law from Augustus to Justinian*, 3.^a edição revista por Peter STEIN, Cambridge University Press, Cambridge, 2007.
- BUENO, Francisco da Silveira – «Pergaminho», in *Estudos de Filologia Portuguesa*, vol. I, Universidade do Texas, 1959.

- BUESCU, Ana Isabel – *D. João III, «Reis de Portugal»*, vol. XV, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006.
- BUESCU, Jorge – *Matemática em Portugal. Uma questão de educação*, «Ensaio da Fundação», n.º 27, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2012.
- BUESCU, M.ª Leonor Carvalhão – *Aspectos da herança clássica na cultura portuguesa*, «Biblioteca Breve. Série Literatura», n.º 33, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1979.
- BUSI, Giulio – «La tipografia hebraica a Bologna», in *La cultura ebraica a Bologna tra Medioevo e Rinascimento*, edição de Mauro PERANI, Editrice La Giuntina, Firenze, 2002.
- CABALLERO, Raymundo – *De Prima typographiæ hispanicæ ætate specimen...*, Antonio Fulgoni, Roma, 1793.
- CABRAL, Luís Gonzaga – *Vieira-Pregador. Estudo Filosófico de Eloquência Sagrada, segundo a vida e as obras do grande orador português...*, vols. I-II, José Frutuoso da Fonseca, Porto, 1901.
- CAETANO, António Alves – *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão – Constantes e Linhas de Força*, Tribuna da História, Lisboa, 2008.
- CAETANO, Marcello – «Subsídios para a história das cortes medievais portuguesas», separata de *Bracara Augusta*, n.ºs 14-15 [s. n.], Braga, 1963.
- *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1179-1383)*, 2.ª edição, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1981.
- *História do Direito Português (sécs. XII-XVI)* seguida de *Subsídios para a História das Fontes do Direito em Portugal no séc. XVI*, textos introdutórios e notas de Nuno Espinosa Gomes da SILVA, 4.ª edição, Editorial Verbo, Lisboa, 2000.
- *Lições de História do Direito Português*, Coimbra Editora, Coimbra, 1962.
- CALADO, Carlos, e BRANDÃO, José – «Salinas interiores em Portugal: o caso das marinhas de Rio Maior», in *GEONOVAS*, n.º 22, Associação Portuguesa de Geólogos, Lisboa, 2009.
- CALDAS, Eugénio de Castro – *A Agricultura na História de Portugal*, Empresa de Publicações Nacionais, Lisboa, 1998.
- *A Agricultura Portuguesa através dos tempos*, INIC, Lisboa, 1991.
- CALDAS, J. J. da Silva Pereira – *Notícia Arqueológica das Caldas-de-Vizela* [s. n.], Guimarães, 1938.
- CALDAS, Joaquim Guilherme da Costa – *A naturalidade de Diogo Bernardes* [edição de autor], Paris/Lisboa, 1927.
- CALDEIRA, João – *O Morgadio e a Expansão no Brasil*, «Fontes da História», Tribuna da História, Lisboa, 2007.
- CAMÕES, Dionysia – *António Ferreira e as idéas políticas da Renascença*, Gráfica Conimbricense, Coimbra, 1924.
- CAMPOMANES, D. Pedro Rodriguez – *Antigüedad Maritima de la Republica de Cartago. Com el Periplo de su General Hannon, traducido del Griego...*, Imprenta de Antonio Perez de Soto, Madrid, 1756.

- CAMPOS, Carlos Alberto – «Technology, Scientific Speculation and the Great Discoveries», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII [s. n.], Coimbra, 1985.
- CAMPOS, Fernando – *O pensamento contra-revolucionário em Portugal (século XIX)*, J. Fernandes Júnior, Lisboa, 1931.
- CAMPOS, J. A. Segurado e – «O estilo corrente de Camões (*LUS.*, I, 4)», separata de *Humanitas*, n.º 45 [s. n.], Coimbra, 1993.
- CAMPOS, João Ferreira – «Apontamentos relativos á Instrucção Publica», in *Historia e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Classe de Sciencias Moraes, Politicas, e Bellas-Letras*, tomo II, Parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1863.
- CAMPOS, Manuel de – *Elementos de Geometria Plana, e Solida, segundo a ordem de Euclides...*, Officina Rita-Cassiana, Lisboa Occidental, 1735.
- *Synopse Trigonometrica dos casos que commumente occorrem em uma e outra Trigonometria plana e espherica, com as analogias respectivas e practicas logarithmicas que lhe correspondem...*, Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa Occidental, 1737.
- *Trigonometria Plana, e Esferica com o Canon Trigonometrico Linear, e Logarithmico...*, Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa Occidental, 1737.
- CANAIVEIRA, Manuel – «A legitimação histórica da monarquia absoluta na obra do Padre António Pereira de Figueiredo», separata da *Revista da FCSH*, n.º 5, FCSH-UNL, Lisboa, 1991-1992.
- CANHÃO, Manuel – *Os caracteres de imprensa e a sua evolução histórica, artística e económica em Portugal*, Tipografia do Anuário Comercial, Lisboa, 1941.
- CANTERA BURGOS, Francisco – *El Judío Salmantino Abraham Zacut*, Bermejo, Madrid, 1931.
- CAPELA, José Viriato – «O concelho de Guimarães nos capítulos de correição dos seculos XVIII-XIX (1752-1831)», in *Revista de Guimarães*, n.º 103, Casa de Sarmento, Guimarães, 1993.
- CAPELA, José Viriato – *Política de corregedores: a actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1997.
- CARDIM, Pedro – *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.
- CARDOSO, António Barros & SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto do Vinho*, Livraria Civilização Editora, Porto, 2007.
- CARDOSO, Bernardino Ferreira – *O P^e. João Baptista Carbone, S. J. na corte do Magnânimo: subsídios para uma história diplomática do reinado de D. João V*, tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1956.
- CARDOSO, José Luís – *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1989.
- CARDOSO, Simão – «A Gramática Latina no séc. XVI. As <Partes Orationis> na Gramática do P.^e Manuel Álvares (1572) e na *Minerva* de Sanctius (1587)»,

- separata da *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, vol. XII, FLUP, Porto, 1995.
- CARNEIRO, Ana; DIOGO, M.^a Paula, e SIMÕES, Ana – «Imagens do Portugal setecentista. Textos de estrangeiros e de viajantes», in *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n. 22, Celta, Lisboa, 2000.
- CARNEIRO, Bernardino – *Primeiras linbas de hermeneutica juridica e diplomatica*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1855.
- CARNEIRO, Décio – *Sá de Miranda e a sua obra*, José Bastos, Lisboa, 1895.
- CARNEMOLLA, Stefania Elena – «Pedro Nunes, matematico e cosmografo portoghese del XVI secolo, e la sua defesa do tratado da rumação do globo para a arte de navegar», separata de *Nuncius Annali di Storia della Scienza*, n.º 18, f.º 1, Leo S. Olschki, Firenze, 2003.
- CARREGAL, Joaquim da Costa – *A Evolução da Tipografia (1440-1940)* [s. n.], Lisboa, 1941.
- CARREIRA, José Nunes – *Filologia e crítica de Isaías no comentário de Francisco Foreiro: 1522?-1581* [s. n.], Coimbra, 1974.
- CARRILHO, Manuel Maria – «O empirismo analítico de Condillac», separata de *Cultura, História e Filosofia*, Centro de História da Cultura, Lisboa, 1983.
- Carta em resposta de certo amigo da cidade de Lisboa a outro da villa de Santarem, em que se lançam os fundamentos sobre a verdade, ou incerteza da morte d'el-rei D. Sebastião XVI. Rei de Portugal na batalha de Alcacerquibir em Africa*, Officina de João Evangelista Garcez, Lisboa, 1808.
- CARUTTI, Domenico – *Breve storia della Accademia dei Lincei*, Real Accademia Salviucci, Roma, 1883.
- CARVALHO, António – *Os Judeus do Desterro de Portugal*, Quetzal Editores, Lisboa, 1999.
- CARVALHO, Ayres de – «Um manuscrito inédito de Luís Serrão Pimentel dedicado a Cosme III, 3.º Grão-Duque da Toscana», separata de *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 23, Instituto Italiano di Cultura in Portugal, Lisboa, 1964.
- CARVALHO, Camila Antunes – *A Academia das Ciências de Lisboa*, dissertação de mestrado em Matemática, Universidade do Minho [versão policopiada], Braga, 1988.
- CARVALHO, Flávio Rey – *Um Iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra (1772)*, Annablume, São Paulo, 2008.
- CARVALHO, Francisco Freire de – *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo...*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1845.
- CARVALHO, J. M. Teixeira – «Pedro de Mariz e a Livraria da Universidade de Coimbra», in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, n.º 1 [s. n.], Coimbra, 1914.
- CARVALHO, Jayme Ferrer de – *Luís Serrão Pimentel, o Método Lusitano e a Fortificação*, dissertação de mestrado em Teoria da Arquitectura, Universidade Lusíada [versão policopiada], Lisboa, 2000.

- CARVALHO, Joaquim Barradas de – «A mentalidade, o tempo e os grupos sociais: um exemplo português da época das Descobertas: Gomes Eanes de Zurara e Valentim Fernandes», separata da *Revista de História*, n.º 15 [s. n.], Lisboa, 1953.
- CARVALHO, Joaquim de – «Jacob de Castro Sarmiento et l'introduction des conceptions de Newton en Portugal», in *III^e Congrès International d'Histoire des Sciences. Actes* [s. n.], Lisboa, 1935.
- «Pedro Nunes, mestre do cardeal Infante D. Henrique», separata de *A Cidade de Évora* [s. n.], Lisboa, 1951.
- «Uma epístola de Isaac Abarbanel», separata da *Revista de Estudos Hebraicos*, n.º 1 [s. n.], Lisboa, 1928.
- *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*, vol. I, Universidade de Coimbra, 1947.
- CARVALHO, Luís Gomes – «Memoria descriptiva ou noticia circunstanciada do Plano e processo de effectivos Trabalhos Hydraulicos empregados na Abertura da Barra de Aveiro...», in *Jornal de Coimbra*, vol. VII, n.º XXXII, Parte I, Imprensa Régia, Lisboa, 1814.
- CARVALHO, Rómulo de – «Posição histórica da invenção do nónio de Pedro Nunes», separata de *Palestra*, n.º 9 [s. n.], Lisboa, 1960.
- *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*, ACL, Lisboa, 1981.
- *A Astronomia em Portugal no século XVIII*, «Biblioteca Breve», Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1985.
- *A História Natural em Portugal no século XVIII*, «Biblioteca Breve. Pensamento e Ciência», n.º 112, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1987.
- *D. João Carlos de Bragança, 2.º Duque de Lafões, fundador da Academia das Ciências de Lisboa*, ACL, Lisboa, 1987.
- *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra desde a sua fundação (1772) até ao jubileu do professor italiano Giovanni Antonio Dalla Bella*, Universidade de Coimbra, 1978.
- *O material didáctico dos séculos XVIII e XIX do Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa*, ACL, Lisboa, 1993.
- *O material etnográfico do Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa*, ACL, Lisboa, 2000.
- *Relações científicas do astrónomo francês Joseph-Nicolas de l'Isle com Portugal* [s. n.], Coimbra, 1967.
- CARVALHO, Ruy Galvão de – «O Espólio Poético do Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XLI, BGUC, Coimbra, 1992.
- CARVALHO, Teresa Duarte – *Epopéia e Antiepopéia: de Virgílio a Manuel Alegre*, dissertação de mestrado em Poética e Hermenêutica, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 2006.
- CARVALHO, Vicente António Esteves de – *Memoria sobre origem, e progressos da emphyteuse e sua influencia sobre a agricultura em Portugal*, Impressão Régia, Lisboa, 1814.

- CASACA, João – *Pedro Nunes e a Carta de Mercator*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2004.
- CASSOTTI, Marsilio – *D. Teresa. A Primeira Rainha de Portugal*, prefácio de Guilherme d'Oliveira MARTINS, tradução de Anal Ruiz BARATA, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2008.
- CASSUTO, Alfonso – «Elementos para a História dos Judeus Portugueses de Hamburgo», in *Hebaber*, n.º 9 [s. n.], Hamburgo, 1992.
- CASTELO-BRANCO, Fernando – «Tráfego portuário e história regional portuguesa», in *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do Colóquio*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1975.
- CASTILHO, Júlio de – *António Ferreira: poeta quincentista. Estudos biográfico-literários*, vols. I-III, Livraria de B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1875.
- *Lisboa Antiga*, 2.ª edição, vol. III, Antiga Casa Bertrand/José Bastos, Lisboa, 1903.
- Castro de António Ferreira, apresentação crítica, notas e sugestões para análise literária de T. F. EARLE, «Textos Literários», n.º 58, Comunicação, Lisboa, 1990.
- CASTRO VALDÉS, César, e RÍOS GONZÁLEZ, Sergio – *Asturias Medieval*, Ediciones Trea, Gijón, 1997.
- CASTRO, Aníbal Pinto de – «Correspondentes portugueses de Cosme III de Médicis: nótila sobre a actividade literária de Seiscentos», separata da *Revista de História Literária de Portugal*, n.º 2, Coimbra Editora, Coimbra, 1965.
- CASTRO, Armando – *A Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV*, Portugália Editora, Lisboa, 1964.
- CASTRO, J. Mendes de – «A Bíblia no *Leal Conselheiro*», separata de *Didaskalia*, n.º 1, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1971.
- CASTRO, José de – *Portugal no Concílio de Trento*, vols. I-VI [s. n.], Lisboa, 1944-1946.
- CASTRO, Mário de – *Nova contribuição para o estudo da Jurisprudência como fonte de Direito*, «Cadernos de Cultura Jurídica», n.º 2, Editorial do Foro, Lisboa, 1940.
- CASTRO, Miguel Lúcio de Portugal e – *Oração aos annos delrey nosso senhor, recitada na sua Real presença em 6 de Junho de 1767...*, Officina Patriarcal, Lisboa, 1767.
- CASTRO, Zília Osório de – «O Regalismo em Portugal», separata de *Cultura – História e Filosofia*, vol. VI, Centro de História da Cultura, FCSH-UNL, Lisboa, 1987-
- *O Regalismo em Portugal: António Pereira de Figueiredo*, Centro de História da Cultura/UNL, Lisboa, 1987.
- CAVROÉ, Pedro Alexandre – «António Ribeiro dos Santos», in *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana*, vol. II, Impressão Régia, Lisboa, 1817.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Clenardo e a sociedade portuguesa do seu tempo*, 3.ª edição actualizada, Coimbra Editora, Coimbra, 1949.
- CHARTIER, Roger – *A História Cultural entre práticas e representações*, tradução de Maria Manuel GALHARDO, 2.ª edição, Difel, Lisboa, 2002.
- Ciência em Portugal*, coordenação de José Mariano GAGO, «Sínteses da Cultura Portuguesa», INCM, Lisboa, 1991.

- CIERMANS, Jean – *Disciplinæ Mathematicæ Traditæ Anno Institutæ Societatis Iesu Seculari...*, Hieronymum Verdussen, Antuérpia, 1640.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley – «Sobre uma tradução portuguesa da *General Estoria de Afonso X*», separata do *Boletim de Filologia*, n.º 12, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1951.
- CINTRA, M.ª Adelaide – «Bibliografia dos textos medievais portugueses publicados», in *Boletim de Filologia*, tomo XII [s. n.], Lisboa, 1951.
- CIRURGIÃO, António – «Um soneto inédito de Camões e dois sonetos desconhecidos de Diogo Bernardes», separata do *Ocidente*, n.º 80 [s. n.], Lisboa, 1971.
- *A sextina em Portugal nos séculos XVI e XVII*, «Biblioteca Breve», n.º 126, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1992.
- *Leituras alegóricas de Camões e outros estudos de Literatura Portuguesa*, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 1999.
- CITRONI, Mario – *Literatura de Roma Antiga*, tradução de Margarida MIRANDA e Isaías HIPÓLITO, revisão de Walter de Sousa MEDEIROS, FCG, Lisboa, 2006.
- CLAGETT, Marshall – *Archimedes in the Middle Ages. The Fate of the Medieval Archimedes*, vol. III, American Philosophical Society, Filadélfia, 1978.
- COELHO, António Borges – *O Vice-Rei Dom João de Castro*, Editorial Caminho, Lisboa, 2003.
- *Portugal na Espanha Árabe*, 3.ª edição revista, «Coleção Universitária», Editorial Caminho, Lisboa, 2008.
- COELHO, Francisco Adolfo – *Theoria da Conjugação em Latim e Portuguez. Estudo de Grammatica Comparativa*, Typographia Universal, Lisboa, 1870.
- COELHO, Luís – *Sermão nas exequias... do Padre Clemente XI...*, Officina de João Antunes Pedroso, Lisboa, 1722.
- COELHO, M.ª de Fátima – «O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias», in *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62, ISCTE, Lisboa, 1980.
- COELHO, M.ª Helena da Cruz – *D. João I*, «Reis de Portugal», vol. X, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- COELHO, M.ª Helena da Cruz, e MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Poder concelbio: das origens às artes constituintes. Notas da História Social*, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, 1986.
- COHAT, Yves – *Os Vikings, reis dos mares*, tradução de Aureliano SAMPAIO, Livraria Civilização/Círculo de Leitores, Porto, 1991.
- Collecção de opusculos sobre a vaccina feitos pelos socios da Academia Real das Sciencias que compoem a Instituição Vaccínica*, n.ºs 1-13, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1812-1814.
- Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geologicos de Portugal*, vols. I-II, Typografia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1883-1892.
- CONNOLLY, Peter – *O exército romano*, tradução de Álvaro CARLOS, Ática, Lisboa, 1978.
- CONNOLLY, Serena – *Lives behind the Laws. The World of the Codex Hermogenianus*, Indiana University Press, Indiana, 2010.

- Considerações sobre o proveito da cultura do tabaco em São Miguel pelo Doutor Vicente José Ferreira Cardoso*, Typographia do Correio, Ponta Delgada, 1848.
- COPPENHAGEN, J. H. – *Menasseh ben Israel (1604-1657): a bibliography*, Misgav Yerushalayim, Jerusalém, 1990.
- CORDEIRO, João Manuel – *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*, Typographia do Commando Geral de Artilharia, Lisboa, 1895.
- CORREIA, Francisco Carvalho – *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588. A silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*, Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- CORREIA, Margarida Sérvulo – *As viagens do Infante D. Pedro*, «Trajectos Portugueses», Gradiva, Lisboa, 2000.
- CORTÉS CORTÉS, Fernando – *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira, 1640-1668*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.
- CORTESÃO, Armando – *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*, vols. I-II, Seara Nova, Lisboa, 1935.
- *Cartografia Portuguesa Antiga*, «Colecção Henriquina», Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.
- *Esparsos*, vol. III, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1975.
- CORTESÃO, Jaime – *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Portugália Editora, Lisboa, 1966.
- *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.
- COSTA, A. D. de Sousa – «Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, professor da Universidade de Paris», in *Itinerarium*, n.º 3 [s. n.], Braga, 1957.
- COSTA, Abel Fontoura da – *Pedro Nunes (1502-1578)*, «Figuras e feitos de além-mar», n.º 1, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1969.
- COSTA, António Amorim da – «O Espírito Científico das <Utopias> em Portugal», in *Ciência e Mito*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2010.
- COSTA, Avelino de Jesus da – «Centenários natalícios dos arcebispo de Braga D. Frei Baltasar Limpo e D. Rodrigo da Cunha», separata de *Bracara Augusta*, n.º 33 [s. n.], Braga, 1979.
- *Diogo Bernardes e Frei Agostinho da Cruz: notas bio-bibliográficas*, Tipografia da Oficina de S. José, Braga, 1939.
- *Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Porto, 1992.
- COSTA, Dalila Pereira da – *Místicos portugueses do século XVI*, Lello & Irmão, Porto, 1986.
- COSTA, Fernando Dores – *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.
- COSTA, Isaac da – *Israel and the Gentiles. Contributions to the History of the Jews from the earliest times to the present day...*, James Nisbet and Co., Londres, 1850.
- COSTA, Ivan – *Salinas naturais de Rio Maior: um património a conhecer e a preservar*, dissertação de mestrado em Museologia e Património Cultural, FLUC [texto policopiado], Coimbra, 2002.

- COSTA, Jacinto da – *Pharmacopea Naval, e Castrense...*, vol. I, Impressão Régia, Lisboa, 1819.
- COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*, «Reis de Portugal», vol. XIV, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- COSTA, Leonor Freire, e CUNHA, Mafalda Soares da – *D. João IV*, «Reis de Portugal», vol. XXI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006.
- COSTA, Luís Xavier da – *Quadro Historico das Instituições Académicas Portuguesas*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1932.
- COSTA, M.^a Alcina Figueiredo – *Influências clássicas na obra dramática de Sá de Miranda*, Centro Regional das Beiras/Universidade Católica Portuguesa, Viseu [versão policopiada], 2007.
- COSTA, Manuel Fernandes – *As navegações atlânticas no século XV*, «Biblioteca Breve. Pensamento e Ciência», n.º 30, Instituto da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1979.
- COSTA, Marcos Noronha de – *A Casa da Moeda da Bahia* [s. n.], Lisboa, 2000.
- COSTA, Mário Alberto Nunes – *Heurística e Historiografia na Academia Real da História Portuguesa*, M. A. N. Costa, Lisboa, 2002.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida – «La présence d'accurse dans l'Histoire du Droit Portugais», in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XLI, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1965.
- *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra Editoria, Coimbra, 1957.
- COSTA, Melba Ferreira da – *Índices das Memórias da Literatura Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa: 1792-1814*, ACL, Lisboa, 1991.
- COSTA, Moacyr Lobo da – *A revogação da sentença na Península Ibérica*, EDUSP/Ícone, São Paulo, 1995.
- COSTA, Patrícia, e CLETO, Joel – «O sal do esquecimento. Salinas e comercialização de salgados na foz do rio Leça», in *A articulação do sal português aos circuitos mundiais – antigos e novos consumos*, FLUP, Porto, 2008.
- COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da – *Análise das teses de Direito Enfitêutico*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1814.
- *Carta ao Deputado J. B. Medeiros Mantua*, Typographia de Eugenio Pacheco, Ponta Delgada, 1900 [reimpressão].
- *Elementa juris emphyteutici commoda methodo juventuti academicæ...*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1789.
- *Elogio a S. M. o Senhor D. João VI*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1823.
- *Memoria sobre a avaliação dos bens de prazo...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1802.
- *Notas criticas do Dr. Vicente Jose Ferreira Cardoso da Costa a huma carta attribuida a... o Sr. General Stockler para o... Sr. Conde dos Arcos, datada de 2 de Janeiro de 1821...*, Typographia de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1822.
- *O autor dá explicação das observações à Gazeta*, W. Lewis, Londres, 1813.
- *Observações sobre um artigo da Gazeta de Lisboa*, W. Lewis, Londres, 1811.

- *Os bons desejos de hum portuguez, ou a sua receita para se animar a circulação paralísada acudindo-se aos males do papel-moeda e a miseria publica...*, Typographia de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1822.
- COUTINHO, Gago – «Ainda Gaspar Corte-Real...», separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 5-6, Sociedade Astória, Lisboa, 1950.
- COXITO, Amândio A. – *Lógica, Semântica e Conhecimento na Escolástica Peninsular Pré-Renascentista*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1981.
- CRASTO, António Serrão de – *Os Ratos da Inquisição* seguido de *A Francisco de Mezas*, prefácio de Camilo Castelo BRANCO, Frenesi, Lisboa, 2004.
- CRESPO, Victor – «Abraão Zacuto e a Ciência Náutica dos Descobrimentos Portugueses», in *Oceanos*, n.º 29, CNCDP, Lisboa, Janeiro-Março 1997.
- CRONE, Gerald Roe – «Martin Behaim, navigator and cosmographer: figment of imagination or historical personage?», separata de *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. II [s. n.], Lisboa, 1961.
- CRUZ, António – «A Reforma Pombalina e as ciências auxiliares da História», in *Revista de História das Ideias*, vol. IV, tomo II, FLUC, Coimbra, 1982.
- *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro: com apêndices de estudos sobre as Ordenações Afonsinas e de documentos do cartório do Mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave*, Tipografia Atlântida, Coimbra, 1939.
- CRUZ, Guilherme Braga da – «O direito subsidiário na história do direito português», separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XIV, vol. III [s. n.], Coimbra, 1975.
- *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito. Direito Antigo*, vol. I, 1.^a Parte, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1979.
- *Obras Esparsas. Estudos de História do Direito. Direito Moderno*, vol. II, 2.^a Parte, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1981.
- CRUZ, M.^a Alfreda – *A margem sul do estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço* [s. n.], Lisboa, 1973.
- CRUZ, M.^a Augusta Lima – *D. Sebastião*, «Reis de Portugal», vol. XVI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- CRUZ, M.^a Leonor García da – *Os «fumos» da Índia. Uma leitura crítica da Expansão Portuguesa*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.
- CRUZ, Sebastião – *Direito Romano [Ius Romanum]. Introdução. Fontes*, vol. I, 4.^a edição revista e actualizada [s. n.], Coimbra, 1984.
- Cultura Islâmica e Cultura Árabe. Estudos em honra de David Lopes*, Sociedade de Língua Portuguesa/Círculo David Lopes, Lisboa, 1969.
- CUNHA, Arlindo Ribeiro da – *A língua e a literatura portuguesa: história e crítica* [edição de Autor], Braga, 1963.
- CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da – *A construção do discurso da História Literária na Literatura Portuguesa do século XIX*, «Poliedro», n.º 12, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, 2002.
- CUNHA, José Pedro da – *As Matemáticas em Portugal na época dos Descobrimentos: discurso inaugural*, Asociacion Española para el Progreso de las Ciencias, Madrid, 1977.

- CUNHA, M.^a de Fátima Vila Pouca e – «Subsídios para a bibliografia de autores portugueses referente a Pedro Nunes», separata do *Boletim da Universidade de Coimbra*, n.º 34, 3.^a parte [s. n.], Coimbra, 1980.
- CUNHA, Norberto Ferreira da – *Elites e Académicos na Cultura Portuguesa de Setecentos*, INCM, Lisboa, 2001.
- CUNHA, Paulo Ferreira da – «António Ribeiro dos Santos e o Direito nas Poesias de Elpino Duriense», in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, organização de F. Ribeiro da SILVA [et al.], vol. II, FLUP, Porto, 2004.
- CUNHA, Pedro José da – «As Matemáticas em Portugal no século XVII», separata das *Memórias. Classe de Ciências*, vol. III, Academia das Ciências, Lisboa, 1940.
- CUNHA, Rosalina – *Subsídios para a conservação do peixe em Portugal*, Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1972.
- CUNHA, Xavier da – «Antonio Ribeiro dos Santos, bibliophilo», separata do *Boletim da Sociedade de Bibliófilos "Barbosa Machado"*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1913.
- Curso de Direito Civil Portuguez, ou Commentario ás Instituições do Sr. Paschoal José de Mello Freire...*, por António Ribeiro de Liz TEIXEIRA, Parte Segunda, Divisão Segunda (Do Direito das cousas com relação á propriedade privada), 2.^a edição, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1848.
- CUSATIS, Brunello de – «Francisco de Sá de Miranda (1481-1558): tra Portogallo e Italia», separata de *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Perugia*, n.º 25 [s. n.], Perugia, 1988.
- D'ARIENZO, Valdo – «La Missione di un mistico: Dom Gaspar de Leão primo Arcivescovo di Goa», separata de *Studi e Ricerche sull'Oriente Cristiano*, fasc.^{os} 1-2 [s. n.], Roma, 1987.
- Da Decifração em Textos Medievais. IV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, coordenação de Ana Paiva MORAIS, Teresa ARAÚJO e Rosário Santana PAIXÃO, Edições Colibri, Lisboa, 2003.
- DAEHNHARDT, Rainer – *Segredos da História Luso-Alemã/Geheimnisse der Deutsch-Portugiesischen Geschichte*, edição bilingue, Quipu, Lisboa, 1998.
- DALLA-BELLA, João António – *Memoria sobre a cultura das oliveiras em Portugal...*, 2.^a edição acrescentada e anotada por Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de MAGALHÃES, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1818.
- *Memorias e Observações sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite de oliveira em Portugal...*, Officina da Academia das Ciências, Lisboa, 1784.
- DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam. Acheegas para a História dos povos do Vale do Vizela* [s. n.], Famalicão, 1965.
- Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal*, coordenação de António MARUJO e José Eduardo FRANCO, Temas & Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2009.
- DAUN, José Sebastião de Saldanha de Oliveira e – *Quadro historico politico dos acontecimentos mais memoraveis da Historia de Portugal, desde a invasão dos francezes no anno de 1807, até á exaltação do senhor D. Miguel ao throno de Portugal*, Impressão Regia, Lisboa, 1829.

- DAVID, Henrique, e PIZARRO, José Augusto de Sotto-Mayor – «A conquista de Faro. O reavivar de uma questão», in *III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, CML, Loulé, 1987 [1989].
- DAVID, Raphael – *The Alhambra Decree*, Carmi House Press, North California, 1988.
- DAVIES, Martin – *The Gutenberg Bible*, The British Library, Londres, 1996.
- DELERUE, Raul Esmeriz – «Pedro Nunes. Contributo para uma síntese referenciada da sua bibliografia», in *Pedro Nunes (1502-1578). Novas terras, novos mares eo que mays be: novo ceo e novas estrellas*, comissariado científico de Henrique de Sousa LEITÃO e coordenação técnica de Lígia de Azevedo MARTINS, «Bibliografias», BNL, Lisboa, 2002.
- DELUMEAU, Jean – *A Civilização do Renascimento*, tradução de Manuel RUAS, vol. I, «Nova História», Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- Demonstrar ou manipular? O Laboratório de Química Mineral da Escola Politécnica de Lisboa na sua época (1884-1894)*, por Ana Luísa JANEIRA [et al.], Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa [CICTSUL]/ Livraria Escolar Editora, Lisboa, 1996.
- DENIS, Ferdinand – *L'Univers. Histoire et Description de tous les Peuples. Portugal*, Typographie de Firmin Didot Frères, Paris, 1846.
- DENIS, Ferdinand – *Résumé de l'Histoire Littéraire de Portugal*, Lecointe et Durey, Paris, 1826.
- *Portugal Pittoresco ou Descrição Historica d'este Reino*, Typographia de L. C. da Cunha, Lisboa, 1846.
- DERRIDA, Jacques – *Torres de Babel*, tradução de Junia BARRETO, UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- Descendencias em linha recta de José Augusto Maria Soares de Faria Barros e Vasconcelos, administrador do morgado dos Santos em Setubal e breves apontamentos sobre Farias e Barreiros*, por António de Portugal de FARIA, Typographia Portugueza, Buenos Aires, 1895.
- Deus, o Homem e a Bíblia. João Ferreira de Almeida (1628-1691)*, Sociedade Bíblica de Portugal, Lisboa, 1992.
- DI LEONI, Aron – *Nuove Notizie sugli Abravanel*, La Giuntina, Firenze, 1997.
- DIAS, Diamantino – *Glossário: designações relacionadas com as marinhas de sal da ria de Aveiro*, CMA, Aveiro, 1996.
- DIAS, Eurico Gomes – «Concepções da insularidade nos finais da Idade Média: a [re] descoberta da Madeira pela Europa», in *As Ilhas e a Europa. A Europa das Ilhas. Actas do Congresso*, Centro de Estudos e História do Atlântico, Funchal, 2011.
- *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração de 1640 e a Revolução Liberal de 1820*, tese de doutoramento em História, FLUP [texto policopiado], Porto, 2007.
- DIAS, Geraldo Amadeu – «Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico», in *Revista de Guimarães*, n.º 106, Casa de Sarmento-Centro de Estudos do Património, Guimarães, 1996.
- DIAS, Geraldo Coelho – «A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal», in *Revista de História*, n.º 8, FLUP, Porto, 1988.

- DIAS, Graça da Silva, e DIAS, José Sebastião da Silva – *Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. I, Parte II, INIC, Lisboa, 1980.
- DIAS, João José Alves – *Craesbeeck: uma dinastia de impressores em Portugal: elementos para o seu estudo*, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, Lisboa, 1996.
- DIAS, José Lopes – «Laços familiares de Amato Lusitano e Filipe Montalto (novas investigações)», separata de *Imprensa Médica*, n.º 25 [s. n.], Lisboa, 1961.
- DIAS, José Pedro Sousa – «Jacob de Castro Sarmiento e a conversão à ciência moderna», in *Primeiro Encontro de História das Ciências Naturais e da Saúde...*, Shaker Verlag/Instituto Rocha Cabral, Lisboa, 2005.
- *A água de Inglaterra no Portugal das Luzes. Contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII*, trabalho apresentado para a prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa [versão policopiada], Lisboa, 1986.
- *Droguistas, boticários e segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/FCT, Lisboa, 2007.
- DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de sentimento religioso em Portugal: séculos XVI a XVIII*, vol. II, Instituto de Estudos Filosóficos, Coimbra, 1960.
- *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*, introdução e coordenação de Manuel Augusto RODRIGUES, Campo das Letras, Porto, 2006.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho – «Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos», separata da *Revista Portuguesa de História*, n.º 14, Instituto de Estudos Históricos, Coimbra, 1975.
- «Inéditos de António Ribeiro dos Santos», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade*, n.º 83 [s. n.], Coimbra, 1976.
- DIAS, Nuno José Pizarro Pinto – *Cortes Portuguesas de 1221 a 1383*, Universidade do Minho [versão policopiada], Braga, 1987.
- DIAS, Pedro – «Arquitectura mudéjar portuguesa: tentativa de sistematização», in *Mare Liberum*, n.º 8, CNCDP, Lisboa, 1994.
- *Fydias peregrino. Nicolau Chanterene e a escultura europeia do Renascimento*, Instituto de História da Arte/CENEL Electricidade do Centro, Coimbra, 1996.
- DÍAZ MADERUELO, Rafael – *Protagonistas de America. Francisco de Orellana*, «Historia», n.º 16, Quorum, Madrid, 1987.
- DÍAZ-PLAJA, Fernando – *A vida quotidiana na Espanha muçulmana*, tradução de Artur Lopes CARDOSO, «Biblioteca da História», n.º 10, Notícias Editorial, Lisboa, 1995.
- Die Königlich Preussische Akademie der Wissenschaften zu Berlin im Kaiserreich*, edição de Jürgen KOCKA, Rainer HOHLFELD [et al.], Akademie Verlag, Berlim, 1999.
- DÍEZ MACHO, Alejandro – *Manuscritos hebreos y arameos de la Biblia. Contribución al estudio de las diversas tradiciones del tecto del Antiguo Testamento*, Institutum Patristicum Augustinianum, Roma, 1971.
- DINIS, A. J. Dias – *Estudos Henriquinos*, vol. I, Universidade de Coimbra, 1960.

- DIONÍSIO, Sant'Ana – «Às ruínas de Castro de Avelãs», in *Guia de Portugal*, 3.^a edição, vol. V [s. n.], Lisboa, 1995.
- DOMINGOS, Agostinho – *Nova homenagem a Sá de Miranda (no 450.º aniversário da sua morte)*, «Ad Verbum», Calígrafo, Braga, 2008.
- DOMINGOS, Manuela – *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*, «Estudos», n.º 1, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1996.
- DOMINGUES, Ângela – *Viagens de Exploração Geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*, Instituto de História de Além-Mar, Lisboa, 1991.
- DOMINGUES, José – *As Ordenações Afonsinas. Três Séculos de Direito Medieval [1211-1512]*, Zéfiro Edições, Sintra, 2008.
- DOPPELMAYR, Johann Gabriel – *Historische Nachricht von den Nürnbergischen Mathematicis und Künstlern...*, Peter Conrad Monath, Nuremberga, 1730.
- DOURADO, Mecnas – *Hipólito da Costa e o Correio Brasileiro*, vols. I-II, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1957.
- DUARTE, Inocêncio de Sousa – *Arestos. Repertório manual dos juizes, delegados, advogados e empregados judiciais, contendo a doutrina e decisões...*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1871.
- DUARTE, Joana – *De Ptolomeu a Gutenberg: a divulgação científica em Portugal*, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2000.
- DUARTE, Luís Miguel – «The Portuguese Mediaeval Parliament: are we asking the right questions?», in *E-Journal of Portuguese History*, Brown University/ Universidade do Porto, vol. I, n.º 2, Providence/Porto, 2003.
- *D. Duarte*, «Reis de Portugal», vol. XI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- *D. Sancho I, o Povoador*, «Reis de Portugal», n.º 2, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2009.
- *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 1999.
- DUARTE, Luís Miguel, e AMARAL, Luís Carlos – «Prazos do século e prazos de Deus: os aforamentos na Câmara da Sé do Porto no último quartel do século XV», separata da *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.^a série, n.º 1, FLUP, Porto, 1984.
- DUBY, Georges – *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, tradução de Pedro BARBOSA e António VICENTE, Edições ASA, Lisboa, 1997.
- DUCELLIER, Alain [et al.] – *A Idade Média no Oriente. Bizâncio e o Islão. Dos Bárbaros aos Otomanos*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994.
- DUMOURIEZ, Charles-François du Périer – *État Présent du Royaume de Portugal...*, 2.^a edição revista e aumentada, Livro IV, Chez P. Chateaneuf, Hamburgo, 1797 [1.^a edição: 1766].
- *O reino de Portugal em 1766*, introdução de António VENTURA e tradução de Margarida REFFÓIOS, Caleidoscópio, Lisboa, 2007.
- EARLE, T. F. – *Tema e imagem na poesia de Sá de Miranda*, tradução de Isabel Penha FERREIRA, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 1980.

- EISENSTEIN, Elizabeth – *Divine Art, Infernal Machine. The reception of printing in the West from first impressions to the sense of an ending*, University of Pennsylvania Press, Filadélfia, 2011.
- *La Révolution de L’Imprimé à l’aube de l’Europe Moderne*, tradução francesa de Marc DUCHAMP, La Decouverte, Paris, 1991.
- El proceso historico de la Lusitania Oriental en epoca prerromana y romana*, por Manuel SALINAS DE FRIAS [et al.], Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 1993.
- Elegia na sempre memoravel morte do ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. Domingos de Assis Mascarenbas, Principal da Santa Egreja Patriarcal...*, Officina de Francisco Luís Ameno, Lisboa, 1794.
- Elementos para uma edição dos epigramas de Pêro de Andrade Caminha: um manuscrito autógrafo da Biblioteca Nacional de Lisboa*, introdução, notas e transcrição de Barbara GOLEBIOWSKA, dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1987.
- EMILIANO, António Henrique de Albuquerque – *Latim e romance na segunda metade do século XI: análise scripto-linguística de documentos notariais do Liber Fidei de Braga de 1050 a 1110*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.
- ENCARNAÇÃO, José d’– *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal. Subsídios para o seu estudo*, INCM, Lisboa, 1975.
- «Indigenismo e romanização na Lusitânia», separata de *Biblos*, vol. LXII [s. n.], Coimbra, 1988.
- Ensaio do Codigo Criminal, a que mandou proceder a Rainha Fidelissima D. Maria I, composto por Pascoal Jose de Mello Freire, que a Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. João VI...*, Typographia Maignense, Lisboa, 1823.
- Episode d’Inez de Castro, traduit de La Lusiade de Camoens...*, tradução de Jean Pierre Claris de FLORIAN, Renouard, Paris, 1794.
- Episodio da Ilha de Venus extrahido dos Lusiadas de Camões*, prefácio de José Joaquim Pereira CALDAS, versão francesa de Antoine de CURNAND, Typographia Lealdade da Sociedade Democrática Recreativa, Braga, 1880.
- ERRERA, Carlo – «Della carta di Andrea Bianco del 1448 e di una supposta scoperta del Brasile nel 1447», separata de *Memorie della Società Geografica de Italia*, n.º 5, Presso La Società Italiana, Roma, 1895.
- ESAGUY, Augusto Isaac – «A short note ou Isaac de Sequeira Samuda», in *Bulletin of the History of Medicine*, vol. IV, n.º 9 [s. n.], [s. l.], 1936.
- «História da Medicina: uma carta de Manuel Teles da Silva, marquês do Alegrete, secretário-geral da Real Academia Portuguesa, a Jacob de Castro Sarmiento, médico e sócio do Real Colégio de Londres [1691-1762]», separata de *Imprensa Médica* [s. n.], Lisboa, 1952.
- *Comentos à vida e obra de Elias Montalto*, Editora Império, Lisboa, 1951.
- Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo às Leis Compiladas, e Extravagantes*, por Joaquim José Caetano Pereira e SOUSA, vol. II, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1827.

- ESCOBAR, F. Martin – «Sobre el “Libro de Algebra en Arithmetica y Geometria”, de Pedro Núñez», in *Revista Matematica Hispano-Americana*, n.º 10 [s. n.], Madrid, 1932.
- ESPANCA, Túlio – *Cadernos de História e Arte Eborense. Fortificações e Alcaldarias de Évora*, vol. II, Nazareth, Évora, 1945.
- ESTEPA DÍEZ, Carlos – *Las bebetrias castellanas*, vols. I-II, Junta de Castilla y Leon, Valladolid, 2003.
- ESTEVÃO, José – *Anais de Alcobete: dados históricos desde o século XIII*, Couto Martins, Lisboa, 1956.
- ESTRELA, Jorge – *Leiria no tempo das Invasões Francesas*, Gradiva, Lisboa, 2009.
- Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, coordenação de Amélia POLÓNIA [et al.], FLUP, Porto, 2001.
- Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, organização de F. Ribeiro da SILVA [et al.], vols. I-III, FLUP, Porto, 2004.
- Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, coordenação de Graça Maria RIO-TORTO [et al.], FLUP, Porto, 2005.
- Estudos sobre a História do Livro e da Leitura em Portugal 1995-2000*, coordenação de Manuela DOMINGOS, BNL, Lisboa, 2002.
- Explicação da arvore que representa o prospecto de um Codigo Civil...*, Impressão Régia, Lisboa, 1827.
- Explicação da arvore que representa o prospecto do Codigo Civil Portuguez...*, Typographia de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1822.
- Explicação imparcial das observaçoens do Dr. Vicente Joze Ferreira Cardoso da Costa sobre hum artigo da Gazeta de Lisboa de 22 d'Outubro de 1810*, H. Bryer, Londres, 1812.
- FALBEL, Nachman – *Judeus no Brasil. Estudos e Notas*, Humanitas/EDUSP, São Paulo, 2008.
- FALCÃO, Agostinho de Mendonça – «Traducções e imitações, meios d'enriquecer e aperfeiçoar uma Língua», in *O Instituto...*, vol. II, n.º 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1 Abril 1853.
- FARDILHA, Luís Fernando de Sá – «Sá de Miranda e a corte», separata da *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas. Anexo V, Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII*, FLUP, Porto, 1993.
- *D. Maria de Portugal, Princesa de Parma (1565-1577) e o seu tempo. As relações culturais entre Portugal e Itália na segunda metade de Quinhentos. Revista da Faculdade de Letras, «Línguas e Literaturas», Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade/Instituto de Cultura Portuguesa*, Porto, 1999.
- FARIA, António de Portugal de – *Ouvrages de José Joaquim Soares de Barros e Vasconcellos, de l'Académie des Sciences de Pruse et correspondant de celle de Paris...*, Imprensa di Raphael Giusti, Livourne, 1899.
- FARIA, Francisco Leite de – «O maior êxito editorial no século XVI em Portugal: a imagem da vida cristã por Frei Heitor Pinto», separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. II, n.º 2, BNL, Lisboa, 1987.

- FARÍA, João Carlos Lázaro – *Alcácer do Sal ao tempo dos Romanos*, Edições Colibri, Lisboa, 2002.
- FARIA, Miguel Figueira de – *A imagem útil: José Joaquim Freire (1760-1847), desenhador topográfico e de História Natural: arte, ciência e razão de estado no final do Antigo Regime*, UAL, Lisboa, 2001.
- FARIA, Patrícia Souza de – «Reforma e profecia: a acção do arcebispo de Goa e místico D. Gaspar de Leão», in *História Online*, vol. XXVIII, n.º1, CEBRAP, São Paulo, 2009.
- FARINHA, António Dias – «Os estudos árabes na historiografia posterior a Herculano», in *A Historiografia Portuguesa Posterior a Herculano*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1978.
- *Os Portugueses em Marrocos*, 2.^a edição revista, «Lazúli», Instituto Camões, Lisboa, 2002.
- FARO, Jorge de – «Actas das Cortes Portuguesas: como está sendo encarado o problema da preparação do original, com vista à sua publicação», in *13.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências Históricas e Filológicas* [s. n.], Lisboa, 1950.
- *As Cortes Portuguesas e a problemática da sua publicação* [s. n.], Porto, 1948.
- FEBVRE, Lucien, e MARTIN, Henri-Jean – *O Aparecimento do Livro*, tradução de Henrique Tavares e CASTRO e revisão científica de Artur ANSELMO, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000.
- FEIJÓ, João de Moraes Madureira – *Orthographia ou Arte de Escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa...*, Officina de Luís Seco Ferreira, Coimbra, 1739.
- FEITLER, Bruno – «A Sinagoga Desenganada: um tratado antijudaico no Brasil do começo do século XVIII», in *Revista de História*, n.º 148, USP, São Paulo, 2003.
- «Circulação de obras antijudaicas e anti-semitas no Brasil colonial», in *O Anti-Semitismo nas Américas*, organização de M.^a Luiza Tucci CARNEIRO, Edusp, São Paulo, 2007.
- «O Catolicismo como Ideal Produção literária antijudaica no mundo português da Idade Moderna», in *História Online*, n.º 72, CEBRAP, São Paulo, Julho 2005.
- FERNANDES, Aires Gomes – «As relações entre a Coroa e o Mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos», in *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. Clérigos e religiosos na sociedade medieval*, 2.^a série, tomo XVII, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2005.
- FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Javier Campos y – *Enrique Flórez. La pasión por el estudio*, Revista Agustiniiana, Madrid, 1996.
- FERNANDEZ UBIÑA, José – *El Imperio Romano Bajo la anarquia militar*, Ediciones Akal, Madrid, 1990.
- Fernão Lopes, a sua vida e a sua obra*, dirigida por Albino Forjaz de SAMPAIO, «Colecção Patrícia», Empresa do *Diário de Notícias*, Lisboa, 1927.
- FERRÃO, António – «A Academia das Ciências de Lisboa e o movimento filosófico científico e económico da segunda metade do século XVIII: a fundação desse instituto e a primeira fase da sua existência», separata do *Boletim da Classe de Letras*, n.º 15, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923.

- «A exposição bíblico-iconográfica na Academia das Ciências (...)», in *III Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1931.
- «O segundo Duque de Lafões e o Marquês de Pombal: subsídios para a biografia do fundador da Academia das Ciências», separata do *Boletim da Classe de Letras*, n.º 19, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1935.
- «Os estudos de Erudição em Portugal nos fins do Século XVIII», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. XVIII, «Estudos Pombalinos. Série I», n.º 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928.
- «Os estudos de história diplomática em Portugal e as publicações da Academia das Ciências sobre tal especialidade, o corpo diplomático português e o quadro elementar das relações políticas...», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. XVIII, «Estudos Pombalinos. Série I», n.º 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928.
- «Os Estudos Históricos na Academia das Ciências», separata de *III Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa*, 1931.
- FERRAZ, M.^a de Lurdes – «Povoamento e economia da Ilha da Madeira no século XV», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 3, FCG, Paris, 1971.
- FERREIRA [Mons.] – «O Conto e Mosteiro de Vairão», in *Archeologo Portuguez*, vols. XII-XIII, n.ºs 9-12, Museu Ethnographico Português, Lisboa, 1907.
- FERREIRA, Adérito Gomes – *As Cortes de Elvas em 1361*, dissertação de licenciatura em História, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1964.
- FERREIRA, José de Azevedo – «Subsídios para uma edição da *Terceira Partida* de Afonso X», in *Alphonse X – Fuero Real, éditio, étude, glossaire et concordance de la version portugaise*, vol. I, Universidade do Minho, Braga, 1982.
- FERREIRA, G. L. dos Santos – *A Bíblia em Portugal: apontamentos para uma monographia, 1495-1850*, Typographia de Ferreira de Medeiros, Lisboa, 1906.
- FERREIRA, Jaime Martins – *Os Pais da Numismática* [s. n.], Gaia, 2006.
- FERREIRA, João Palma – *Literatura Portuguesa. História e Crítica*, vol. I, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 1985.
- *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1982.
- *Subsídios para uma Bibliografia do Memorialismo Português*, «Série Bibliográfica», Biblioteca Nacional, Lisboa, 1981.
- FERREIRA, João Pedro Rosa – «A proposta constitucional do *Correio Brasileiro*», separata de *Cultura – História e Filosofia*, vol. V, Centro de História da Cultura/UNL, Lisboa, 1987.
- FERREIRA, Joaquim Caetano – *O Problema da Reforma dos Forais: de Pombal ao Vintismo*, dissertação de mestrado em História Cultural e Política, FCSH-UNL [versão policopiada], Lisboa, 1986.
- FERREIRA, Nuno Alexandre Martins – *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2009.
- FERREIRO, Alberto – «Veremundu r(eg)e: revisiting an inscription at San Salvador de Vairão (Portugal)», in *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, vol. CXVI, Habelt, Bona, 1997.

- FIGANIER, Joaquim – *Fr. João de Sousa, mestre e intérprete da língua arábica*, FLUC, Coimbra, 1949.
- FIGUEIRA, Joaquim – *Do arrabalde de S. Francisco ao bairro das portas de Mértola*, CMB, Beja, 1988.
- FIGUEIREDO, António Pereira – *Elementos da Invençam Retorica, ou Principios da Eloquencia...*, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1759.
- «Dissertação XIII. Se a Rainha D. Tareja era legitima, ou bastarda», in *Historia e Memorias da Academia das Sciencias*, vol. IX, Typographia da Academia, Lisboa, 1825.
- FIGUEIREDO, Fernando Bandeira de – *José Monteiro da Rocha e a actividade cientifica da 'Faculdade de Mathematica' e do 'Real Observatório da Universidade de Coimbra' (1772-1820)*, tese de doutoramento em Matemática Aplicada, FCTUC [versão policopiada], Coimbra, 2011.
- FIGUEIREDO, Fidelino de – «As conquistas de Roma», in *Revista de História*, vol. V, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, Lisboa, 1916.
- «O que é a Academia das Sciencias de Lisboa (1779-1915)», separata da *Revista de História*, vol. IV, n.º 16, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos/Typographia da Empreza Litteraria, Porto, 1915.
- *A Critica Litteraria como sciencia*, 3.ª edição, «Bibliotheca de Estudos Historicos Nacionaes», vol. III, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, Lisboa, 1920.
- *Estudos de História Americana*, Companhia Melhoramento, São Paulo, 1927.
- *Literatura Portuguesa: desenvolvimento histórico das origens à actualidade*, 3.ª edição, «Biblioteca Brasileira de Filologia», n.º 8, Livraria Académica, Rio de Janeiro, 1955.
- FIGUEIREDO, Fr. Manuel de – *Dissertação Historica, e Critica, que para apurar o Catalogo dos Chronistas Mores do Reino e Ultramar...*, Officina da Patriarcal de Francisco Luís Ameno, Lisboa, 1789.
- *Dissertação Historica, e Critica, que para distinguir D. Pedro Affonso, filho do Conde D. Henrique, religioso cisterciense em Alcobaça, de D. Pedro Affonso, filho do Rei D. Affonso Henriques*, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1789.
- *Provas da votiva Acção do primeiro Monarca de Portugal, que na marcha para escalar Santarem prometteo a DEOS a fundação, e dote de hum Mosteiro Cisterciense, se pelas intercessões de S. BERNARDO ficasse senhor da Fortaleza, que bia atacar*, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1788.
- FIGUEIREDO, João Manuel Pacheco de – «Goa dourada: séculos XVI e XVII: colégio de S. Paulo: Universidade de Goa, 1556», separata de *O Médico*, Tipografia Rangel, Bastorá, Dezembro 1967.
- FILANGIERI, Gaetano – «Parallelo tra' Giudizi di Dio de' tempi barbari, e la tortura», in *La Scienza della Legislazione. Delle Leggi Criminali*, vol. III, Società Tipografica de Classici Italiani, Milão, 1822.
- FILHO, Enéas Martins – *Publicações do Arquivo Nacional. O Conselho de Estado Português e a transmigração da Família Real em 1807*, n.º 62, Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1968.

- FINZI, C. – *Nos confins do Mundo*, tradução de João da Fonseca AMARAL, «Colecção Esfinge», n.º 47, Edições 70, Lisboa, 1982.
- FIOLHAIS, Carlos – *A Ciência em Portugal*, «Ensaio da Fundação», n.º 10, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2011.
- FIOLHAIS, Carlos, e MARTINS, Décio – *Breve História da Ciência em Portugal*, Imprensa da Universidade de Coimbra/Gradiva, Coimbra/Lisboa, 2010.
- FO, Jacopo; TOMAT, Sergio, e MALUCELLI, Laura – *O Livro Negro do Cristianismo. Dois mil anos de crimes em nome de Deus*, Editorial Magnólia, Famalicão, 2009.
- Focus Behaim-Globus*, prefácio de Gerhard BOTT e Johannes WILLERS, vols. I-II, Germanisches Nationalmuseum, Nuremberg, 1992 [material cartográfico].
- FÓIOS, Joaquim de – *Oitavas ao terremoto, e mais calamidades que padeceo, a cidade de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755...*, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1756.
- FONSECA, Fernando Taveira da – «Pedro Nunes na Universidade II. Coimbra», in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXV [s. n.], Lisboa, 2001-2002.
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da – «Les Chroniques Portugaises des *Portugaliæ Monumenta Historica*», in *Revue des Langues Romanes*, vol. LXXVII [s. n.], Montpellier, 1967.
- FONSECA, Francisco Belard da – *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, Fundação Casa de Bragança, Lisboa, 1955.
- FONSECA, Luís Adão da – «Ínclita Geração, Altos Infantes (*Lusíadas*, IV, 50): algumas considerações sobre a importância das circunstâncias históricas na formação de um tema literário», separata das *Actas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1984.
- *D. João II, «Reis de Portugal»*, vol. XIII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- *O essencial sobre Bartolomeu Dias*, «Essencial», n.º 29, INCM, Lisboa, 1987.
- *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico. Séculos XIV-Século XVI*, CNCDP, Lisboa, 1999.
- *Vasco da Gama. O Homem, a Viagem, a Época*, Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa, Lisboa, 1998.
- FONTE, Barroso da – *Mumadona, a fundadora de Guimarães* [s. n.], Guimarães, 1992.
- FONTES, Susana Alves – *Pedro José de Figueiredo: ideias linguísticas no quadro cultural setecentista*, dissertação de mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas, UTAD [versão policopiada], Vila Real, 2006.
- FORJAZ, António Pereira – «A presidência efectiva da Academia na era brigantina: 1779-1810-1910», separata do *Boletim da Academia das Ciências*, n.º 31, ACL, Lisboa, 1959.
- «As Academias – História e renovação», separata das *Memórias da Academia das Ciências. Classe de Ciências*, vol. III, ACL, Lisboa, 1960.
- «O conde de Barbacena, primeiro secretário-geral da Academia», separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, n.º 31, ACL, Lisboa, 1959.
- FOSSIER, Robert – *Gente da Idade Média*, tradução de Manuel RUAS, Editorial Teorema, Lisboa, 2010.

- FOULCHÉ-DELBOSC, Raymond, e BARRAU-DIHIGO, Louis – *Manuel de L'Hispanisant*, vol. II, G. P. Putnam's Sons, Michigan, 1925.
- FOURQUIN, Guy – *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*, tradução de Fátima Martins PEREIRA, Edições 70, Lisboa, 1987.
- FRAGA, M.^a do Céu – *Os géneros maiores na poesia lírica de Camões*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade, Coimbra, 2003.
- FRANÇA, Olívio – *Camões, testemunha viva da obra do Império e autor da epopeia: no quarto centenário da sua imortalidade*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1980.
- FRANCISCO MARTIN, Julian de – *Conquista y romanizacion de Lusitania*, «Acta Salmanticensia. Estudios Historicos y Geograficos», vol. LVIII, Universidad de Salamanca, 1989.
- FRANCO, José Eduardo, e ASSUNÇÃO, Paulo de – *As Metamorfoses de um Polvo. Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Séc. XVI-XIX). Estudo introdutório e edição integral dos Regimentos da Inquisição Portuguesa*, «Gabinete Inquisitorial», Prefácio, Lisboa, 2004.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp – «A honra de Resende», in *Archivo Historico Portuguez*, vol. IV, n.º 1 [s. n.], Lisboa, Janeiro 1906.
- *Brasões da Sala de Sintra*, 2.^a edição, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1921.
- FREIRE, António da Visitação – «Vida de Fr. Bernardo de Brito», in *Collecção dos Principaes Auctores da Historia Portugueza...*, vol. I, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806.
- FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de – *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*, prefácio de Martim de ALBUQUERQUE, Alêtheia, Lisboa, 2012.
- FREITAS, Ribeiro, e LAGOA, 4.º Visconde de – *Grandes viagens portuguesas de descobrimento e expansão: antecedentes históricos, sinopse e esquematização cartográfica*, vol. II, Ministério do Ultramar, Lisboa, 1951.
- FUCILLA, Joseph – «The petrarchism of Antonio Ferreira», in *The Hispanic Review*, vol. XVIII, n.º 3 [s. n.], [s. l.], Julho 1949.
- FUKS, Lajb, e FUKS-MANSFELD, R. G. – *Hebrew typography in the Northern Netherlands (1585-1815): historical evaluation and descriptive bibliography*, Parte 2, E. J. Brill, Leiden, 1984.
- FURTADO, M.^a Luisete Almeida – *As Ordenações Manuelinas: alguns aspectos sócio-culturais*, tese de licenciatura em Ciências Históricas, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1965.
- Gabinete de História Natural: revivências*, organização do Museu Zoológico/Museu de História Natural, FCTUC, Coimbra, 2000.
- Gabinete Transnatural de Domingos Vandelli*, edição e desenhos de Paulo BERNASCHINA e Pedro FORMOSINHO, fotografia de António Moreira PINTO, Artez, Coimbra, 2008.
- GAGÉ, Jean – *António de Araújo de Azevedo, auteur "D'Osmia"*, Coimbra Editora, Coimbra, 1946.
- GALANTE, Domingos – «As Margens do Rio Leça e as antigas marinhas de sal. Matosinhos», in *Ontem, Hoje e Amanhã*, CMM, Matosinhos, 2005.

- GAMA, Álvaro Pimenta da — «Diogo Bernardes. Apontamentos genealógicos e biographicos», in *O Instituto*, vols. LVII-LVIII, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1910-1911.
- GAMA, Eurico — «As Cortes de Elvas em 1361», separata do *Boletim da Junta de Província do Alto Alentejo* [s. n.], Évora, 1956.
- GAMBETTA, Agostinho Ferreira — «A capital do Reino e origem da sua Casa da Moeda. História da moeda antiga portuguesa», separata do *Boletim da Junta Distrital de Lisboa*, 3.^a série, n.º 69-70 [s. n.], Lisboa, 1969.
- «Numismática: Filosofia da História», separata de *Numismática*, n.º 18 [s. n.], Lisboa, 1983.
- GAMBRA, Andrés — *Alfonso VI: Cancillería, Curia e Imperio*, «Fuentes y Estudios de Historia Leonesa», n.º 63, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Léon, 1998.
- GARCIA MORENO, Luis — *El fin del reino visigodo de Toledo: decadencia y catástrofe: una contribución a su critica*, Universidad Autonoma, Madrid, 1975.
- GARCIA Y BELLIDO, Antonio — «Del caracter militar activo de las colonias romanas de la Lusitânia y regiones immeditas», separata de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XVII [s. n.], Porto, 1959.
- GARCIA, José Manuel — *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia. Séculos XVI e XVII*, QuidNovi, Matosinhos, 2009.
- GARCIA, Luís Pinto — *Numismática de alguns soberanos portugueses que cunbaram moeda no estrangeiro* [s. n.], Castelo Branco, 1938.
- GARIN, Eugénio — *Idade Média e Renascimento. A polémica sobre a astrologia do séc. XIV ao séc. XVI*, tradução de Isabel Teresa SANTOS e Hossein SHOOJA, «Nova História», n.º 31, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- GARVÃO, M.^a Helena — *O livro Marco Paulo impresso por Valentim Fernandes: genealogia textual, leitura tipográfica e aspectos discursivos*, tese de doutoramento em Estudos Literários (Literatura Portuguesa), FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2009.
- GAVER, Ruth Maria — *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*, tese de doutoramento em História do Direito apresentada à FDUC, EDIPUCRS, Porto Alegre, 1996.
- GIBBON, Edward — *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, vols. I-XII, A. Strahan, Londres, 1776-1788.
- *The Miscellaneous Works...*, vol. V, John Murray, Londres, 1814.
- GIRÃO, António Ferreira Teixeira — *Memória sobre os pesos e medidas de Portugal: sua origem, antiguidade, denominação e mudanças que tem sofrido até nossos dias, bem como a reforma que devem ter*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1833.
- GLICK, Thomas — *Cristianos y Musulmanes en la España Medieval (711-1250)*, tradução de Pilar MARCO [et al.], Alianza, Madrid, 1993.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vols. I-III, Editora Arcádia, Lisboa, 1963.
- *Portugal. A Emergência da Nação (das raízes a 1480)*, FCSH-UNL/Edições Colibri, Lisboa, 2004.

- *Problematizar a Sociedade*, Quetzal Editores, Lisboa, 2011.
- GOMES, Alexandre Caetano – *Manual Prático, Judicial, Cível, e Criminal...*, Oficina de Caetano Ferreira da Costa, Lisboa, 1766.
- GOMES, Ana Cristina Costa – *Diogo de Sá no Renascimento português: estudo e edição crítica da Inquisição e Segredos da Fé (c. 1562)*, tese de doutoramento em História Moderna [versão policopiada], FLUL, Lisboa, 2008.
- GOMES, António – *Matosinhos em Textos Medievais (Até D. Afonso III)*, CMM, Matosinhos, 1978.
- GOMES, António Dias – *Tradução Poliglota da Bíblia*, Análises, Lisboa, 1958.
- GOMES, Cristina Ribeiro – *História da teoria das paralelas: de Euclides à geometria não-euclidiana*, dissertação de mestrado em Matemática, FCUP [versão policopiada], Porto, 2004.
- GOMES, Francisco Casado – «Baco e o “Desconcerto do Mundo” em “Os Lusíadas”», separata das *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação dos Lusíadas, Lisboa, 1973.
- GOMES, Francisco Dias – *Electra...*, em *Cinco Actos, tirada da Historia*, Typographia Regia Silviana, Lisboa, 1799.
- *Ifigenia. Tragedia, tirada da Historia Grega*, Officina de João António da Silva, Lisboa, 1798.
- *Portugal de luto por Voltaire: na morte de Mr. Voltaire*, FLUL, Lisboa, 1995.
- GOMES, Isabel Vaz, e MALAQUIAS, Isabel – «Investigações físicas sobre madeiras brasileiras (1790-1812)», in *Revista da SBHC*, vol. II, n.º 2 [s. n.], Rio de Janeiro, Dezembro 2004.
- GOMES, João Augusto Marques – *O Districto de Aveiro...*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1877.
- GOMES, Josué Pinharanda – *História da Filosofia Portuguesa. A Filosofia Hebraico-Portuguesa*, Lello, Porto, 1981.
- GOMES, M.ª Fernanda Mota – *Subsídios para o estudo das traduções italianas de Os Lusíadas até ao século XVIII*, tese de licenciatura em Filologia Românica, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1953.
- GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, «Reis de Portugal», vol. IX, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- GOMES, Saul António – «Chancelarias medievais portuguesas: observações acerca da sua produção documental latina e vernacular», separata de *Actas do 4.º Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico* [s. n.], [s. l.], 2005.
- «Corregedores da comarca da Estremadura e suas intervenções no Concelho de Leiria na Idade Média», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XLII, BGUC, Coimbra, 1994.
- *D. Afonso V*, «Reis de Portugal», vol. XII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006.
- GONÇALVES, Artur – *Torresanos Ilustres em Letras, Ciências, Armas, Religião, etc.*, CMTN, Torres Novas, 1933.

- GONÇALVES, Carlos – *A História da Imprensa em Portugal. A questão da localização da primeira tipografia: Rodrigo Álvares, o primeiro impressor português*, Universidade Lusófona, Lisboa, 2004.
- GONÇALVES, Carlos Correia – *Pedro Nunes: um português proeminente do século XVI e a documentação por ele produzida*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias [versão policopiada], Lisboa, 2003.
- GONÇALVES, Iria – «Puços: comenda da Ordem de Cristo», in *Revista Portuguesa de História*, vol. XXXVI, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos/FLUC, Coimbra, 2003.
- GONÇALVES, J. Vicente – «Passos de Pedro Nunes ao serviço do rei», separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, vol. XXVI [s. n.], Lisboa, 1985.
- GONÇALVES, João da Silva – *A biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, ACL [versão policopiada], Lisboa, 1987.
- GONÇALVES, Joaquim Cerqueira – *Itinerâncias de Escrita. Cultura/Linguagem*, vol. I, «Manuais Universitários», INCM, Lisboa, 2011.
- GONÇALVES, Júlio – «Motivos portugueses no planisfério de Fra-Mauro», separata de *Memórias*, vol. VII, Academia das Ciências, Lisboa, 1961.
- *O Infante D. Pedro. As “Sete Partidas” e a génese dos Descobrimentos*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1955.
- GONÇALVES, M.^a Filomena Candeias – «Da <francezia> ou o problema das palavras afrancesadas no século XVIII: as ideias de António das Neves Pereira», in *Estudios Portugueses. Revista de Filología Portuguesa*, n.º 5, Caja Duero, Salamanca, 2005.
- *As ideias ortográficas em Portugal: da etimologia à reforma [1734-1911]*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/FCT, Lisboa, 2003.
- GOSSELLIN, Pascal-François-Joseph – *Géographie des grecs analysée ou les systèmes d’Eratosthenes, de Strabon et de Ptolémée...*, Imprimerie de Didot, Paris, 1790.
- GOTTERI, Nicole – *Le Maréchal Soult*, Bernard Giovanangeli Éditeur, Paris, 2000.
- GOUCHA, Georgette [et al.] – *Marinhas de Sal de Rio Maior: oito séculos de História (1177-1977)*, CMRM, Rio Maior, 1977.
- GOUVEIA, António Jorge Andrade de – «Comemoração do II Centenário da Fundação da Academia das Ciências de Lisboa: 24.XII.1979», separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, n.º 22, ACL, Lisboa, 1978-1979.
- GOUVEIA, Mário de – «S. Miguel na religiosidade moçárabe (Portugal, sécs. IX-XI)», in *Culto e santuari di san Michele nell’Europa medievale*, organização de Pierre BOUET, Giorgio OTRANTO e André VAUCHEZ, Universidade de Bari, 2007.
- GOUVEIA, R. da C. – *Resposta publica à denuncia secreta que tem por titulo “Representação que a Sua Magestade fez Antonio de Araujo de Azevedo em 1810...”*, Officina de R. E. A. Taylor, Londres, 1820.
- GRACIAS, José António Ismael – *A Imprensa em Goa nos Séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos Histórico-Bibliográficos*, Imprensa Nacional, Nova-Goa, 1880.
- GRAES, Isabel – *Contributo para um Estudo Histórico-Jurídico das Cortes Portuguesas entre 1481-1641*, Livraria Almedina, Coimbra, 2005.

- GRANT, Michael – *Roma. A Queda do Império*, tradução de Maria José FIGUEIREDO, Editorial Presença, Lisboa, 2009.
- GRIMAL, Pierre – *O Império Romano*, tradução de Isabel SAINT-AUBYN, «Lugar da História», n.º 55, Edições 70, Lisboa, 1999.
- GUERRA, Amílcar – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Edições Colibri, Lisboa, 1995.
- GUIMARÃES, Rodolfo – «Les Mathématiques en Portugal», in *O Instituto*, n.ºs 6-7, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1900.
- «Vida e descendência de Pedro Nunes», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. IX, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915.
- *Les Mathématiques au Portugal* [s. n.], Coimbra, 1909.
- *Sur la vie et l'œuvre de Pedro Nunes*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915.
- GUSMÃO, Artur Nobre de – *A Real Abadia de Alcobaça: estudo histórico-arqueológico*, 2.ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1992.
- HAEBLER, Konrad – *Tipografía ibérica del siglo XV*, K. W. Hiersemann, Leipzig, 1902.
- HALLEWELL, Laurence – *O Livro no Brasil: sua história*, 2.ª edição revista e aumentada, tradução de M.ª da Penha VILLALOBOS [et al.], EDUSP, São Paulo, 2005.
- HAMILTON, Bernard – *As Cruzadas*, tradução de Ana Cláudia MELO, Temas & Debates, Lisboa, 2000.
- HARRISSE, Henry – *Découverte et évolution cartographique de Terre-Neuve et des pays circonvoisins*, H. Walter/Henry Stevens, Paris/Londres 1900.
- *Gaspar Corte-Real: la date exacte de sa dernière expédition au Nouveau-Monde d'après deux documents inédits récemment tirés des archives de la Torre do Tombo à Lisbonne...*, Ernest Leroux, Paris, 1883.
- *Jean et Sébastien Cabot, leur origine et leur voyages. Etude d'Histoire critique...*, Imprimerie de Ernest Leroux, Paris, 1882.
- *John Cabot, the discoverer of North America, and Sebastian his son*, Argosy-Antiquarian Ltd., Nova Iorque, 1968.
- *Les Navigations Terre-Neuviennes de Jean & Sébastien Cabot. Lettre au Révérend Léonard Woods...*, Imprimerie de E. Donnaud, Paris, 1869.
- HARTLEY, David – *Explication physique des sens, des idées, et des mouvemens, tant volontaires qu'involontaires*, tradução do inglês para francês por A. JURAIN, vol. II, Chez Delaistre-Godet, Reims, 1755.
- HAVERKAMP, Alfred [et al.] – *The Jews of Europe in the Middle Ages*, Historisches Museum der Pfalz Hatje Cantz, Speyer, 2004.
- HECKETHORN, Charles-William – *The Printers of Basle in the XVth and XVIth centuries, their biographies, printed books and devises*, Charleston, Nabu Press, 2012 [1.ª edição: Londres, 1897].
- HEERING, Jan-Paul – *Hugo Grotius as apologist for the Christian Religion: a study of his work De veritate religionis christianæ (1640)*, Brill, Leiden, 2004.
- HEERS, Jacques – *Escravos e servidão doméstica na Idade Média no mundo mediterrânico*, tradução de José Manuel CORTÊS, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983.

- *O Trabalho na Idade Média*, 2.^a edição, tradução de Cascais FRANCO, «Colecção Saber», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988.
- HEITLINGER, Paulo – *Tipografia. Origens, formas e uso das letras*, Dinalivro, Lisboa, 2006.
- HELLER, Marvin – *Printing the Talmud. A history of the earliest printed editions of the Talmud*, Im Hasefer, Nova Iorque, 1992.
- HENDRICH, Yvonne – *Valentim Fernandes: ein deutscher Buchdrucker in Portugal um die Wende vom 15. zum 16. Jahrhundert und sein Umkreis*, Peter Lang, Frankfurt-am-Main, 2007.
- HENRIQUES, António Castro – *Conquista do Algarve, 1189-1249. O Segundo Reino*, 2.^a edição revista e aumentada, «Batalhas de Portugal», n.º 12, Tribuna da História, Lisboa, 2006.
- HENRIQUES, Francisco da Fonseca – *Aquilegio Medicinal, em que se dá noticia das agoas de Caldas, de Fontes, Rios, Poços, Lagoas e Cisternas do Reyno de Portugal, e dos Algarves, que ou pelas virtudes medicinaes, que tem, ou por outra alguma singularidade, são dignas de particular memoria*, Officina da Musica, Lisboa Ocidental, 1726.
- HERCULANO, Alexandre – «Historiadores Portuguezes. Fernão Lopes», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. III, ft. 112, 22 Junho 1839.
- «Origens da Typographia. Typographia Portuguesa», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. I, ft. 21, Lisboa, 23 Setembro 1837.
- «Origens da Typographia», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. I, ft.º 4, 27 Maio 1837.
- «Os Juizos de Deus», in *O Panorama*, 3.^a série, vol. II, ft. 4, 22 Janeiro 1853.
- «Os Vinculos» [1876], in *Opusculos. Questões Publicas*, tomo IV, Casa da Viuva Bertrand & C.^a, Lisboa, 1879.
- «Papel e Pergaminho», in *O Panorama*, vol. I, 1.^a série, ft. 3, 20 Maio 1837.
- *Eu e o Clero: Carta ao Exm.º Sr. Cardeal-Patriarcha*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1850.
- *Eurico, o Presbytero*, 5.^a edição, Imprensa Nacional, Lisboa, 1864.
- HERCULANO, Alexandre [?] – «Varios Methodos para fazer reviver letras apagadas», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. III, ft. 112, 22 Junho 1839.
- HERRAZTI, Alberto Baeta – *El Presidio de Ceuta*, Caja de Ahorros y Monte de Piedad, Ceuta, 1985.
- HESPANHA, António – «Direito Moderno e intertextualidade. Direito próprio e direito comum em <De Jure Lusitano> (1645), de Mateus Homem Leitão», in *Outros Combates pela História*, coordenação de M.^a Manuela Tavares RIBEIRO, «Documentos», Imprensa da Universidade, Coimbra, 2010.
- *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal, séc. XVII*, vol. I, Almedina, Coimbra.
- *História das Instituições: épocas medieval e moderna*, Almedina, Coimbra, 1982.
- HESPANHOL, M.^a Antónia Barreiras Sequeira – *Dom Theotónio de Bragança: o primeiro arcebispo de Évora no domínio filipino (1578-1602)*, vols. I-III, dissertação de mestrado em História Moderna, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1993.

- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Gama Barros, Historiador das Instituições Administrativas (No I Centenário do início da publicação da *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*)», in *Revista da Faculdade de Letras. História*, vol. II, FLUP, Porto, 1985.
- «O Doutor João das Regras no Desembargo e no Conselho Régios (1384-1404). Breves Notas», in *Estudos de História de Portugal. Séculos X-XV. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1982.
- «Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca. 1521)», in *Medievalista*, n.º 6, IEM/FCSH-UNL, Julho de 2009 [consultado a 23 Abril 2012 e disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/UU>]
- *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1990.
- *Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, e HOMEM, M.ª Isabel Minguens de Carvalho – «Lei e poder concelhio: as posturas. O exemplo de Lisboa (séc. XIV-XV) (primeira abordagem)», in *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, vol. VII, FLUP, Porto, 2006.
- HOOYKAAS, R. – *The erasmian influence on D. João de Castro*, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1979.
- HORCH, Rosemarie Erika – «O primeiro livro impresso em língua portuguesa», in *Prelo. Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, n.º 10, INCM, Lisboa, 1986.
- HOZ, Javier de – «Las fuentes antiguas», in *Historia Lingüística de la Península Ibérica en la Antigüedad. I. Preliminares y mundo meridional prerromano*, vol. I, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2010.
- HUFFSTOT, M.ª da Luz Velloso da Costa – *As Origens do Cristianismo na Lusitânia*, «Coleção Teses», Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2008.
- HUNTFORD, Roland – *Two Planks and a Passion: the Dramatic History of Skiing*, Continuum Books, Londres, 2009.
- I Seminário Internacional sobre o Sal Português*, coordenação de Inês AMORIM, FLUP, Porto, 2005.
- Idade Média. Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*, direcção de Umberto ECO, tradução de Bonifácio ALVES, vol. I, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2011.
- Inês de Castro: episódio des Lusíades...*, traduzido por Joseph de M. BENOLIEL e Duperron de CASTERA, estudo de Luciano CORDEIRO e Lazare Eliezer WOGUE, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1892.
- International Conference Petri Nonii Salaciensis Opera. Proceedings*, coordenação de Luís Trabucho de CAMPOS, Henrique LEITÃO e João Filipe QUEIRÓS, Departamento de Matemática/FCUL, Lisboa, 2003.
- IRIA, Alberto – *Descobrimentos Portugueses: Algarve e os Descobrimentos*, vols. I-II, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1956.
- ISAACMAN, Allen – «The Prazos da Coroa 1752-1830: a functional analysis of the political system», separata de *Studia*, n.º 26, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1969.

- Islão e Arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos* [s. n.], Évora, 1986.
- Itinerários da poesia: poetas árabes no Gharb Al-ândalus*, compilação de Mostafa ZEKRI, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, 2002.
- JABOUILLE, Victor – «*Periplo de Hannon* – tradução de um texto grego publicada no *Jornal de Coimbra* (1813)», in *Humanitas*, vol. XLII [s. n.], Coimbra, 1995.
- JANEIRA, Ana Luísa – «Modalizações do saber no século XVIII. Distribuições epistémicas nos espaços portugueses antes da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779)», in *Anastácio da Cunha (1744-1787): o matemático e o poeta. Actas do Colóquio Internacional (Outubro 1987)*, INCM, Lisboa, 1990.
- JANEIRA, Armando Martins – *O impacto português sobre a civilização japonesa, seguido de um epílogo sobre as relações entre Portugal e o Japão do século XVII aos nossos dias*, prefácio de Pedro CANAVARRO, 2.^a edição, «Anais: Biblioteca da História», n.º 10, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988.
- JANSEN, Henri – «Notes historiques sur la famille & la vie de Martin Behaim...», in *Recueil de Pièces Intéressantes concernant les Antiquités, les Beaux-Arts, les Belles-Lettres, & la Philosophie...*, vol. II, Chez Barrois, Paris, 1787.
- JENNER, Edouard – *Indagação sobre as causas e efeitos das bexigas de vaca, moléstia descoberta em alguns dos condados ocidentais da Inglaterra, particularmente na comarca de Gloucester, e conhecida pelo nome de vacina...*, 2.^a edição, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1803.
- JESU-CHRISTO, Andrés Merino de – *Escuela de leer letras aus sivas antiguas y modernas desde la entrada de los Godos en España hasta nuestros tempos*, F. Assensio y Mejorada, Madrid, 1780.
- *Escuela Paleographica ó de leer letras antiguas desde la entrada de los Godos en España hasta nuestros tiempos...*, D. Juan Antonio Lozano, Madrid, 1780.
- JOHNSON, A. F. – *The first century of printing at Basle*, Benn, Londres, 1926.
- José Bonifácio de Andrada e Silva, organização e introdução de Jorge CALDEIRA, «Formadores do Brasil», Editora 34, São Paulo, 2002.
- KAPLAN, Yosef [et al.] – *Menasseh ben Israel and his World*, E. J. Brill, Leiden, 1989.
- KELLNER, Menachem Marc – *Dogma in medieval Jewish thought from Maimonides to Abravanel*, Oxford University Press, Oxford, 1986.
- KEMNITZ, Eva Maria von – «International Contacts of the Portuguese Arabists (XVIIIth and XIXth Centuries)», in *Orientalia Lovaniensia Analecta. Authority, Privacy and Public Order in Islam*, edição de Barbara MICHALAK-PIKULSKA e Andrzej PIKULSKI, Peeters Publishers, Lovaina, 2006.
- KENNEDY, Hugh – *Mongols, Huns & Vikings*, Cassel & Co., Londres, 2002.
- *Os muçulmanos na Península Ibérica: história política do al-Andalus*, tradução de M.^a Georgina SEGURADO, «Fórum da História», n.º 32, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1999.
- KING, P. D. – *Derecho y Sociedad en el Reino Visigodo*, versão espanhola por M. RODRÍGUEZ ALONSO, Alianza Universidad, Madrid, 1981.
- KISTEMAKER, Renée, e LEVIE, Tirtsah – *Portugueses em Amesterdão*, tradução de Fátima Neiva CORREIA e Robert van ANSWAARDEN, De Bataafsche Leeuw, Amesterdão, 1988.

- KRUS, Luís – *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*, «Estudos», Instituto de Estudos Medievais/FCSH-UNL, Lisboa, 2011.
- KUGLER, Martin – *Astronomy in Elizabethan England, 1558 to 1585: John Dee, Thomas Digges, and Giordano Bruno*, Université Paul Valéry, Montpellier, 1982.
- KURLANSKY, Mark – *O Bacalhau, biografia do peixe que mudou o mundo...*, tradução de João Manuel PINHEIRO, «Pequena História», n.º 13, Terramar, Lisboa, 2000.
- L'ISLE, Joseph-Nicolas de – «Nouvelles équations pour la perfection de la Theorie des Satellites de Jupiter et pour la correction des Longitudes Terrestres déterminées par les Observations des memes Satellites», in *Mémoires de l'Académie Royale des Sciences et Belles-Lettres de Berlin pour l'année 1755*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1755.
- *Lettre a Messieurs les Auteurs du Journal des Sçavans sur la navigation des Portugais aux Indes Orientales*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1758.
- *Lettre a Messieurs les Auteurs du Journal des Savans avec l'extrait d'un Livre tres intéressant sur le Tremblement de terre de Lisbonne arrivé en 1755*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1759.
- *Lettre aus Auteurs des Memoires de Trévoux sur des nouvelles découvertes en Physique*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1757.
- *Nouvelles considérations sur les années Climatériques, la longueur de la vie de l'Homme, la propagation du Genre humain, et la vraie puissance des Etats considerée dans la plus grande population*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1757.
- *Observations et explications de quelques Phénomènes vus dans le passage de Mercure audevant du disque du Soleil observé à l'Hotel de Clugny à Pariz le 6 de May 1753, et leur application pour la perfection de l'Astronomie*, Académie Royale des Sciences, Paris, 1753.
- LA FUENTE, Carlos M. Reglero de – *Los señoríos de los montes de Torozos: de la repoblacion al Becerro de las bebetrias: siglos X-XIV*, Secretariado de Publicaciones, Valladolid, 1993.
- LA HARPE, Jean-François de – «Ode sobre a Navegação», in *Jornal de Coimbra*, vol. XII, Parte II, n.º LXIII, Impressão Régia, Lisboa, 1818.
- *La Lusiade de Louis Camoëns; poëme héroïque, en dix chants...*, vol. II, Chez Nyon, Paris, 1776.
- *Ode sur la Navigation, couronnée à l'Académie Française en 1773* [s. n.], Paris, 1773.
- LA LANDE, Joseph Jérôme Le Français de – «Art de faire le papier», in *Descriptions des Arts et Métiers...*, vol. IV, Académie Royale des Sciences, Paris, 1761.
- La mort d'Ines de Castro et Adamastor morceaux tirés et traduits de la Luziada de Camoens pour servir d'essai a une traduction françoise en vers et complete de ce fameux poëme portugais...*, por Sulpice Gaubier de BARRRAULT, Impressão Régia, Lisboa, 1772.
- LA ROCHELLE, Jean-François Née de – *Recherches historiques et critiques sur l'établissement de l'art typographique en Espagne et en Portugal: extraites des récréations historiques et bibliographiques*, Chez Merlin Père et Fils, Paris, 1830.

- LA TORRE, Fr. Patricio de, e ASENSIO, D. Miguel Garcia – *Ensayos sobre la Gramática y Poética de los Árabes...*, Imprenta de D. Antonio de Sancha, Madrid, 1787.
- LAMAS, Artur – «Medalhas da Academia Real das Sciencias de Lisboa», separata de *O Archeologo Portuguez*, n.º 14, A. Lamas, Lisboa, 1909.
- LAMEIRAS, António Simão – *Do Informalismo ao Formalismo na Ciência Setecentista em Portugal. Do Conde da Ericeira à Academia Real das Ciências de Lisboa*, dissertação de mestrado em História e Filosofia das Ciências, FCT-UNL [versão policopiada] Lisboa, 2000.
- LAMPILLAS, Xavier – *Ensayo Historico-Apologetico de la Literatura Española...*, vol. I, traduzido do italiano para o castelhano por Josefa AMAR Y BORBON, Oficina de Blas Miedes, Saragoça, 1782.
- LANGHANS, F. F. de Almeida – «Apontamentos para a História do Azeite em Portugal», separata do *Boletim da Junta Nacional do Azeite* [s. n.], Lisboa, 1949.
- LANGROUPA, Helena – *A viagem na poesia de Camões*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/FCT, Lisboa, 2006.
- LAPA, Manuel Rodrigues – *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval*, «Acta Universitatis Conimbrigensis» [s. n.], Coimbra, 1982.
- LAPORTE, Joseph de – *Viajante Universal, ou Noticia do Mundo Antigo e Moderno*, vol. L, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1814.
- LARANJO, José Frederico – *Economistas Portugueses. Subsídios para a história das doutrinas económicas em Portugal*, prefácio e notas de Carlos da FONSECA, «Biblioteca de Economia», Guimarães Editores, Lisboa, 1976.
- LARES, M.^a Fernandes – *Para a história do papel português nos livros impressos do século XVI*, tese de doutoramento em Ciências da Informação, UCP [versão policopiada], Lisboa, 1989.
- LARSEN, Sofus – *The discovery of North America twenty years before Columbus*, Copenhagen, Levin & Munksgaard/Hachette, Copenhagen/Londres, 1925.
- LAVAJÓ, Joaquim Chorão – «A Crónica do Mouro Rasis e a historiografia portuguesa medieval», separata de *Estudos Orientais*, vol. II, Instituto Oriental, Lisboa, 1991.
- LAWEE, Eric – «Isaac Abarbanel: from Medieval to Renaissance Jewish Biblical Scholarship», in *Hebrew Bible/Old Testament. The History of its Interpretation*, edited by Magne SAEBO, Vandenhoeck & Ruprecht, Gottingen, 2008.
- LE GOFF, Jacques – *A Bolsa e a Vida. Economia e Religião na Idade Média*, tradução de Pedro JORDÃO, «Estudos Gerais», n.º 6, Editorial Teorema, Lisboa, 1987.
- LEAL, José da Silva Mendes – *Elogio historico do do socio effectivo da Academia Real das Sciencias, e seu primeiro Presidente D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões*, Typographia da Academia, Lisboa, 1859.
- LEITÃO, Henrique – «Maritime discoveries and the discovery of science. Pedro Nunes and early modern science», separata de *Más allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica*, Universitat de València, Valência, 2007.
- «Para uma biografia de Pedro Nunes: o surgimento de um matemático, 1502-1542», in *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 3, FLUL, Lisboa, 2003.
- *A ciência na “Aula da esfera” no Colégio de Santo Antão (1590-1759)*, coordenação de Natália Correia GUEDES, Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de São Francisco Xavier, Lisboa, 2007.

- *O Comentário de Pedro Nunes à Navegação a Remos*. In *Problema Mechanicum Aristotelis de Motu Nauigij ex Remis*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2002.
- LEITÃO, Joaquim – «Italianismo e D. Denis na “Divina Comédia”», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. XX, Academia das Ciências de Lisboa, 1939.
- LEITE, António Pedro de Sousa – «O conde da Barca e o seu papel em alguns aspectos das relações culturais de Portugal com a Inglaterra e a Alemanha», separata de *Armas e Troféus*, série II, n.º 3 [s. n.], Braga, 1962.
- LEMOES, D. Francisco de – «Faculdades Jurídicas de Canones, e Leys», in *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*, «II Centenário da Reforma Pombalina», Universidade de Coimbra, 1980.
- *Exposição dirigida a sua Alteza Real o Príncipe Regente*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1899.
- LEMOES, Francisco Sande – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, vol. II, tese de doutoramento em Pré-História e História da Antiguidade, Universidade do Minho, Braga, 1993
- LEPIERRE, Charles – *A Indústria do Sal em Portugal: Inquérito* [s. n.], Lisboa, 1935.
- LEROY, Béatrice – *A Espanha dos Torquemada. Católicos, Judeus e Convertidos no Século XV*, tradução de Catarina Horta SALGUEIRO, «Inquérito História», n.º 4, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1998.
- LÉVI, Éliphas – *Os Mistérios da Cabala ou a harmonia oculta dos dois Testamentos*, prefácio de Christiane BUISSET e tradução de J. C. Petrucci Bernardo e CUNHA, Edições AlfaÓmega, Lisboa, 1979.
- LEWIS, Bernard – *Os Árabes na História*, tradução de M.^a do Rosário QUINTELA, 2.^a edição, «Nova História», Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- LIMA, Durval Pires de – *Os primeiros livros e livreiros de Lisboa*, CML, Lisboa, 1943.
- LIMA, Ebion de – «Os Oratorianos e a Polémica da Gramática Latina no Século XVIII», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI [s. n.], Coimbra, 1981.
- LIMA, João Evangelista Campos – *O Estado e a evolução do Direito*, Livraria Aillaud & Bertrand, Lisboa, 1914.
- LIMA, Joaquim Pires – «A Linguagem Anatómica de Fernão Lopes», separata das *Memórias (Classe de Letras)*, tomo III, Academia das Ciências de Lisboa, 1939.
- LIMA, Péricles Pedrosa – *Homens de ciência a serviço da Coroa. Os intelectuais do Brasil na Academia Real das Ciências de Lisboa (1779/1822)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2009.
- Linguística História e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*, organização de Ana Maria BRITO, Olívia FIGUEIREDO e Clara BARROS, FLUP, Porto, 2003.
- LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, tradução, introdução e notas de Fernando CLARA, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2005.
- LINS, Álvaro – *Ensaio sobre Camões e a epopeia como romance histórico...*, Brasília Editora, Porto, 1972.

- LIPINER, Elias – *Os baptizados em pé. Estudos acerca da origem e da luta dos cristãos-novos em Portugal*, «Documenta Historica», Vega, Lisboa, 1998.
- Lisboa e os Descobrimentos. 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*, dirigida por Michel CHANDEIGNE, 2.^a edição, tradução de M.^a Filomena DUARTE, Terramar Editores, Lisboa, 2002.
- LOBATO, António José dos Reis – *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, Impressão Régia, Lisboa, 1788.
- LOBO, Constantino Botelho de Lacerda – «Analyse do sal commum das marinhas de Portugal», in *Memorias de Economia...*, vol. IV, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1812.
- «As pescarias da Póvoa de Varzim em 1786», separata de *Memórias Económicas*, vol. IV, Academia Real das Ciências, Lisboa/«Estudos Poveiros», n.º 2 [s. n.], Póvoa do Varzim, 1955.
 - «Memoria relativa ao estado da pescaria de Entre Douro e Minho», in *Memorias de Economia...*, vol. IV, 1812.
 - «Memoria sobre a agricultura da provincia d'Entre Douro e Minho», in *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, n.º LV, Janeiro 1816.
 - «Memoria sobre a agricultura do Algarve, e melhoramento que póde ter», in *Jornal de Coimbra*, vol. I, Janeiro 1812.
 - «Memoria sobre a cultura das vinhas em Portugal», in *Memorias Economicas...*, vol. II, 1790.
 - «Memoria sobre a decadencia da pescaria de Monte-gordo», in *Memorias Economicas...*, vol. III, 1791.
 - «Memória sobre a decadência das pescarias de Portugal», in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815)*, 2.^a edição, vol. IV, Banco de Portugal, Lisboa, 1991.
 - «Memoria sobre a decadencia das Pescarias em Portugal», in *Memorias de Economia...*, vol. IV, 1812.
 - «Memoria sobre a diversa densidade da Agua em diferentes alturas», in *Jornal de Coimbra*, vol. I, Janeiro 1812.
 - «Memoria sobre a diversa temperatura que têm os liquidos e solidos mergulhados», in *Memorias de Economia...*, vol. V, Parte II, 1815.
 - «Memoria sobre a preparação do peixe salgado», in *Memorias de Economia...*, vol. IV, 1812.
 - «Memoria sobre as marinhas de Portugal», in *Memorias de Economia...*, vol. IV, 1812.
 - «Memoria sobre as pescarias da costa do Algarve», in *Memorias de Economia...*, vol. V, 1815.
 - «Memoria sobre o estabelecimento da cultura do Chenopodiomaritimo», in *Memorias de Economia...*, vol. IV, 1812.
 - «Memoria sobre os defeitos que têm os nossos carros dos transportes militares», in *Jornal de Coimbra*, vol. I, Janeiro 1812.
 - «Memoria sobre os meios de supprir a falta de estrumes animaes», in *Memorias de Agricultura...*, vol. I, 1788.

- «Memoria sobre os pesos de que se faz uso no nosso commercio», in *Jornal de Coimbra*, vol. III, 1791.
- «Memoria sobre um novo modo de applicar ao movimento das machinas, a força do vapor d'agua fervendo», in *Jornal de Coimbra*, vol. I, Janeiro 1812.
- «Memoria sobre um novo pyrometro de comparação», in *Jornal de Coimbra*, vol. II, 1812.
- «Memoria sobre uma balança de ensaio», in *Memorias de Economia...*, vol. II, 1790.
- «Viagem sobre a agricultura da provincia do Minho, feita ao anno de 1789...», in *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, n.º LXXVI, Outubro 1817.
- LOFF, Maria Isabel – «Impressores, editores e livreiros no séc. XVII em Lisboa», separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, A. X-XII [s. n.], Coimbra, 1967.
- LOPES, David – *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*, revisão, prefácio e anotações de Luís de MATOS, 2.ª edição, Portucalense, Porto, 1969.
- LOPES, David, e PEREIRA, F. M. Esteves – *A Peça de Diu. Memória destinada à X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas*, Sociedade de Geografia de Lisboa/Imprensa Nacional, Lisboa, 1892.
- LOPES, F. Félix – «A propósito do conflito entre a Igreja e Portugal no tempo de D. Dinis», separata de *Estudos Teológicos. Para uma Ecclesiologia Total*, vol. III, Comissão Executiva e Consultiva da III Semana Portuguesa de Teologia, Braga, 1964.
- LOPES, Francisco Fernandes – *Os Irmãos Corte-Real*, prefácio de António Fuzeta da PONTE, Instituto de Investigação Científica e Tropical/Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 1991.
- LOPES, Paulo – *O medo do mar nos Descobrimentos. Representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média*, Tribuna da História, Lisboa, 2009.
- *Viajar na Idade Média. A visão ibérica do mundo no Livro do Conhecimento*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- LOPES, Ricardo António Pereira – *Justiça criminal nos reinados de D. Afonso IV e de D. Pedro I*, dissertação de mestrado em História Medieval, FCSH-UNL [versão policopiada], Lisboa, 2003.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira – *Apontamentos Arqueológicos*, IPPAR, Braga, 1987.
- Los ultimos Romanos en Lusitania*, edição de A. VELAZQUEZ, E. CERRILLO, e P. MATEOS, Museo Nacional de Arte Romano, Madrid, 1995.
- LOUREIRO, José Pinto – *Coimbra no Passado*, vols. I-II, «IX Centenário da Reconquista Cristã de Coimbra», CMC, Coimbra, 1964.
- LUCA DE TENA, Manuel de Parada y – *Fray Ambrosio Montesino. Poeta renacentista y predicador de los Reyes Católicos*, Imprenta Aguirre, Madrid, 2002.
- LUSCOMBE, David – *O Pensamento Medieval*, tradução de Lucília RODRIGUES, «Fórum da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 2001.
- M. T. [?] – «Pedro Nunes», in *O Panorama*, 2.ª série, vol. V, n.º 213, 29 Maio 1841.
- M.J.M.T. [?] – «Academias Portuguezas. 2.ª Academia Real das Sciencias», in *O Panorama*, 1.ª série, vol. IV, ft. 186, 21 Novembro 1840.

- M'BOKOLO, Elikia – «O veredicto incerto das fontes», in *África Negra. História e Civilizações até ao século XVIII*, tradução de Alfredo MARGARIDO, vol. I, «Tempos e Espaços Africanos», Editora Vulgata, Lisboa, 2003.
- MACEDO, Joaquim da Costa de – *Memoria sobre os conhecimentos da lingua e litteratura grega, que bouve em Portugal até ao fim do reinado de ElRei D. Duarte*, Typografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1854.
- MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História de Indústria Portuguesa no século XVIII*, 2.^a edição, Querco, Lisboa, 1982.
- MACEDO, Luiz da Costa de Sousa de – «Luiz Serrão Pimentel e a «Escola Portuguesa de Fortificar»», in *Congresso do Mundo Português. Publicações*, vol. XII, Secção de Congressos, Lisboa, 1940.
- MACHADO, António de Oliveira Amaral – «Vicente José Ferreira Cardoso da Costa», in *Gazeta dos Tribunaes*, n.º 701, Typographia da *Gazeta dos Tribunaes*, n.º 701, Lisboa, 18 Abril 1846.
- MACHADO, António de Sousa – «A Beetria de Amarante», separata de *Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (sécs. XII a XIX)*, CMST, Santo Tirso, 1989.
- MACHADO, Augusto Reis – *Viagens de D. João de Castro*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1942.
- MACHADO, José Barbosa – «Marcadores temporais e espaciais na *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma* (Lisboa, 1496)», in *Bibliografische Information der Deutschen Nationalbibliothek*, vol. I, Walter de Gruyter, Berlim, 2010.
- MACHADO, José de Sousa – *O Poeta do Neiva. Notícias Biográficas e Genealógicas*, Livraria Cruz, Braga, 1929.
- MACHADO, José Pedro – «Arabismo em diplomas (real ou supostamente) do séc. IX», separata da *Revista Portugal* [s. n.], Lisboa, 1971.
- *Camões foi renovador da língua portuguesa?*, 2.^a edição, Livraria Portugal, Lisboa, 1977.
- *Factos, Pessoas e Livros. Comentários através dos tempos. Edição comemorativa do 30.º aniversário da Livraria Portugal*, vol. II, Livraria Portugal, Lisboa, 1971.
- *Notas Camonianas*, Livros Horizonte, Lisboa, 1981.
- MACHADO, M.^a Rosa Pacheco – *A Academia Real das Sciencias de Lisboa e a sua Tipografia (1780-1910)*, dissertação de mestrado em Ciências Documentais, UAL [versão policopiada], Lisboa, 2007.
- MACLUHAN, Marshall – *The Gutenberg Galaxy: the making of typographic man*, Routledge & Kegan, Londres, 1962.
- MADAHIL, António da Rocha – *A propósito de livreiros e impressores de Coimbra no século XVI* [s. n.], Coimbra, 1941.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de – «Uma interpretação da *Crónica da Conquista do Algarve*», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1987.

- MAGALHÃES, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de – «Discursos recitados nas sessões publicas annuaes da Academia, dando conta dos trabalhos academicos, na qualidade de Secretario interino – Annos de 1814, 1817 e 1820», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. IV, Parte I, 1816; vol. VI, Parte II, 1820.
- «Elogio Historico de Fr. João de Sousa», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. IV, Parte I, 1816.
- «Elogio historico do academico Antonio Caetano do Amaral», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. VIII, Parte II, 1823.
- «Elogio historico do Conde da Barca, recitado em sessão publica da Academia», in *Historia e Memorias da Academia*, vol. VIII, Parte II, 1823.
- «*Memoria ou exame critico comparativo das primeiras cinco edições dos <Lusiadas>*», in *Memorias e Historia da Academia*, vol. VIII, Parte I, 1823.
- «Memoria sobre a introdução em Portugal do systema metrico decimal», in *Memorias Economicas...*, vol. V, 1815.
- «Memoria sobre a pretendida chuva de algodão, que cahiu nas visinhanças de Lisboa», in *Memorias e Historias da Academia*, vol. III, Parte II, 1812.
- «Memoria sobre as medidas portuguezas», in *Annaes das Sciencias e das Artes*, vol. VII, Paris, 1820.
- «Memoria sobre o apparecimento de certo verme no olho de um cavallo», in *Memorias e Historia da Academia*, vol. V, Parte I, 1817.
- «Memoria sobre o damno e detrimento que resultam á agricultura dos terrenos baldios», in *Memorias Economicas...*, vol. V, 1815.
- «Projecto para o estabelecimento de escholas de agricultura pratica», in *Memorias e Historia da Academia*, vol. IV, Parte I, 1816.
- «Relatorio da Commissão nomeada pela Academia, para examinar a edição dos <Lusiadas>, do Morgado de Mattheus», in *Memorias e Historia da Academia*, vol. V, Parte II, 1817.
- *Hypolito, tragedia de Seneca, e Phedra, tragedia de Racine, com a traducção em verso portuguez...*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1813.
- MAIA, Clarinda de Azevedo – *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*, «Linguística», n.º 9, INIC, Lisboa, 1986.
- MAIA, Francisco de Ataíde Machado de Faria e – *Um Deportado do “Amazonas”. Monografia Histórica. Época Liberal nos Açores (1810-1834)*, elaborada principalmente sobre os papéis de Vicente José Ferreira Cardoso da COSTA, 2.ª edição [s. n.], Ponta Delgada, 1930.
- MALAFIA, Eurico Brandão de Ataíde – «António de Araújo de Azevedo – Conde da Barca: personalidade exemplar de coragem e dignidade», in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. I, FLUP, Porto, 2006.
- *António de Araújo de Azevedo, conde da Barca: diplomata e estadista (1787-1817). Subsídios documentais sobre a época e a personalidade*, «Estudos e Manuscritos», n.º 5, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, Braga, 2004.

- MALEAKHI, Zvi – *Die Sefarden in Hamburg. Zur Geschichte einer Minderheit*, Buske, Hamburgo, 1994.
- MAN, John – *The Gutenberg Revolution. The story of a genius and an invention that changed the World*, Review, Londres, 2002.
- MANIQUE, Luís de Pina – *São Vicente de Fora. As invasões e a guerra civil na vida do Mosteiro*, «Ex-Libris de D. Fernando de Almeida», Astoria, Lisboa, 1947.
- MANNO, Ambrogio Giacomo – *A Filosofia da Matemática*, tradução de Armindo José RODRIGUES, «O Saber da Filosofia», n.º 6, Edições 70, Lisboa, 1982.
- MANO, João Pereira – *Lavos: nove séculos de História, seguido de inéditos e esparsos*, Centro de Estudos do Mar e das Navegações, Figueira da Foz, 2000.
- MANUPPELLA, Giacinto – *Cesare Beccaria (1738-1794): panorama bibliográfico*, Coimbra Editora, Coimbra, 1964.
- MARÇAL, Horácio – «As antigas salinas da terra de Bouços, romano-medievais da praia de Angeiras», separata do *Boletim da Biblioteca Pública de Matosinhos*, n.º 13, CMM, Matosinhos, 1966.
- «As extintas marinhas de sal na foz do Rio Leça», separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 32, CMM, Matosinhos, 1988.
- MARCOS MARÍN, Francisco – *Poesía Narrativa Árabe y Épica Hispánica*, Gredos, Madrid, 1971.
- MARCOS, João – *O Conde da Barca na política europeia do pré-Liberalismo*, Civilização, Porto, 1993.
- MARNOTO, Rita – *Raízes do bucolismo de Pêro de Andrade Caminha: desdobramento e reidentificação* [s. n.], [s. l.], [s. d.].
- MARQUES, A. H. de Oliveira – «A Pragmática de 1340», separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.ª série, tomo XXII, n.º 2, FLUL, Lisboa, 1956.
- *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2010.
- *Ensaio da História Medieval Portuguesa*, «Documenta Historica», Vega, Lisboa, 1980.
- *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Palas, Lisboa, 1988.
- *Hansa e Portugal na Idade Média*, 2.ª edição corrigida e aumentada, Editorial Presença, Lisboa, 1993.
- *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera na Idade Média*, 3.ª edição, «A Marcha da Humanidade», Edições Cosmos, Lisboa, 1978.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro – *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos Descobrimentos portugueses*, Centro dos Estudos do Mar, Figueira da Foz, 1994.
- *Origem e desenvolvimento da Cartografia portuguesa na época dos Descobrimentos*, introdução de Luís de ALBUQUERQUE, «Estudos Portugueses», INCM, Lisboa, 1987.
- *Portugal e o descobrimento europeu da América. Cristóvão Colombo e os portugueses*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.

- *Vida e Obra do Infante D. Pedro*, edição conjunta do Centro dos Estudos do Mar e das Navegações/Câmara Municipal de Mira/Gradiva Publicações, Figueira da Foz/Mira/Lisboa, 1996.
- MARQUES, Armando de Jesus – «Livros do século XVI de autores ou prelos portugueses existentes na Real Biblioteca del Escorial», separata de *Arquivos de Bibliografia Portuguesa*, n.º 13, Atlântida, Lisboa, 1967.
- «Portugal é uma Nação», in *Revista dos Centenários*, n.º 18, Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, 30 Junho de 1940.
- *Portugal e a Universidade de Salamanca. Participação dos escolares lusos no governo do Estudo (1503-1512)*, «Vária. Temas científicos, literários e históricos», n.º 30, Universidade de Salamanca, 1980.
- MARQUES, Domingos Guimarães – «Pena de Morte: de Beccaria aos tempos de hoje», separata de *Scientia Iuridica*, n.º 25, Livraria Cruz, Braga, 1976.
- MARQUES, José – «Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III», separata da *Revista Caminiana*, n.º 13 [s. n.], Braga, 1986.
- «Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português», separata da *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto*, vol. VIII [s. n.], Porto, 1988.
- *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, INCM, Lisboa, 1988.
- MARQUES, Mário Gomes – *Introdução à Numismática*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1982.
- MARQUES, M.^a Alegria Fernandes – «Inocêncio III e a passagem do Mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister», separata da *Revista Portuguesa de História*, n.º 18, Instituto de História Económica e Social/FLUC, Coimbra, 1980.
- *D. Matilde, D. Teresa, D. Mafalda e D. Sancha. Primeiras infantas de Portugal [1149(?)–1256]*, «Rainhas e Infantas de Portugal», Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2011.
- *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III: 1245-1279*, tese de doutoramento em História da Idade Média, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1990.
- *Rainhas e Santas: as filhas de D. Sancho I e o Mosteiro de Lorvão*, Reviver, Paredes, 2007.
- *Um mosteiro e um lugar: Lorvão nos finais do século XIII*, Associação Pró-Defesa do Mosteiro, Lorvão, 2004.
- MARQUES, M.^a Dulce de Oliveira – *O Salgado de Alcochete – percursos de sal: perspectivas de musealização*, dissertação de mestrado em Museologia, FLUP [texto policopiado], Porto, 2009.
- MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira – *O Mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: o percurso de uma comunidade feminina*, vols. I-II, tese de doutoramento em História da Idade Média, Universidade Portucalense [versão policopiada], Porto, 1999.
- «Estratégias de afirmação do poder no feminino na Alta Idade Média: o exemplo de Vairão», in *Revista de Ciências Históricas*, vols. XIV-XV, Universidade Portucalense, Porto, 1999.

- MARTINS, Ana Maria – «Os mais antigos textos escritos em português», in *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, organização de Isabel Hub FARIA, Edições Cosmos/FLUL, Lisboa, 1999.
- MARTINS, António Coimbra – «Francisco Dias Gomes, crítico literário», in *Crítica*, vol. V, Livraria Latina Editora, Lisboa, 1942.
- MARTINS, Armando – *Guerras Fernandinas (1369-1371, 1372-1373, 1381-1382)*, «Batalhas da História de Portugal», vol. III, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2006.
- MARTINS, Carla Branco – *D. João I e as relações político-militares com Castela*, tese de licenciatura [versão policopiada], Universidade Portucalense, Porto, 1995.
- MARTINS, Décio Ruivo – *O Gabinete de Física Experimental da Universidade de Coimbra*, trabalho para prestação de aptidão pedagógica e capacidade científica, FCTUC [versão policopiada], Coimbra, 1991.
- MARTINS, Isilda Pires – *Muralbas de Loulé*, CML, Loulé, 1993.
- MARTINS, J. A. Sampaio – «Pedro Nunes, ímpar na Hispânia Quinhentista», in *Gazeta de Matemática*, n.º 143, Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, Julho 2002.
- MARTINS, Jorge – *Portugal e os Judeus. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina*, vol. I, prefácio de António Carlos de CARVALHO, «Documenta Historica», Nova Vega, Lisboa, 2006.
- MARTINS, José António – *Aljezur Medieval*, CMA, Aljezur, 2005.
- MARTINS, José Vitorino de Pina – «A Academia das Ciências de Lisboa. Um pouco da sua história e da sua actividade até ao nosso tempo», in *Colóquio/Ciências. Revista de Cultura Científica*, n.º 19, FCG, Lisboa, 1997.
- «Para a História da Cultura Portuguesa do Renascimento. A iconografia do livro impresso em Portugal no tempo de Dürer», separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 5, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1972.
- «Sá de Miranda and the reception of a revived *dolce stil nuovo* in the sixteenth century» tradução de Roger M. WALKER, separata de *Portuguese Studies*, vol. I, Maney [s. l.], 1984-1985.
- «Sá de Miranda e a recepção no século XVI de um *dolce stil nuovo* renovado», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, 1988.
- *Sá de Miranda e a cultura do Renascimento: bibliografia* [s. n.], Lisboa, 1971.
- MARTINS, M.^a Odete Sequeira – *D. Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha (1397-1471)*, «Rainhas e Infantas de Portugal», Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2011.
- MARTINS, M.^a Teresa Esteves Payan – *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/FCT, Lisboa, 2005.
- MARTINS, Mário – «A versão portuguesa da *Vita Christi* e os seus problemas», in *Estudos de Literatura Medieval*, Livraria Cruz, Braga, 1956.
- «Ludolfo de Saxónia e a *Vita Christi*», in *Brotéria*, vol. LXX [s. n.], Lisboa, 1960.
- *A Bíblia na Literatura Medieval Portuguesa*, «Biblioteca Breve. Literatura», n.º 35, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1979.

- *Estudos de Cultura Medieval*, vol. I, Editorial Verbo, Lisboa, 1969.
- MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2011.
- MATEUS, Isabel Maria – *O Tratado “Das Espirais” de Arquimedes*, dissertação de mestrado em Matemática, FCUP [versão policopiada], Porto, 2001.
- MATIAS, Elze Vonk – «A Academia dos Generosos: uma academia ou uma sequência de academias?», separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 4, BNL, Lisboa, 1982.
- MATOS, Armando de – *Dois Estudos: I – “Manis Palla”; II – “Giral Cabrom”*, Enciclopédia Portuguesa, Porto, 1943.
- MATOS, Gastão de Mello de – «Elementos para a história da peça de Diu», separata do *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. IV, Imprensa de Libânio da Silva, Lisboa, 1939.
- MATOS, Leonor Correia de – *A Ordem de Cister e o Reino de Portugal*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999.
- MATOS, Luís de – *Les Portugais en France au XVI^e Siècle*. Études et Documents, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1952.
- MATOS, Luís Semedo de – «O Atlantico Noroeste e a Terra Nova (Terra dos Corte Reis)», in *Oceanos. Terra Nova. A epopeia do bacalhau*, direcção de Joaquim Romero de MAGALHÃES, n.º 45, CNCDP, Lisboa, Janeiro/Março 2001.
- MATOS, M.^a Vitalina Leal de – *Introdução à Poesia de Luís de Camões*, 3.^a edição, «Biblioteca Breve. Literatura», n.º 50, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1992.
- MATOS, Manuel Cadafaz de – «A tipografia portuguesa e a iconografia do livro europeu na fase áurea da Expansão (1480-1563)», separata de *Biblos*, n.º 68 [s. n.], Coimbra, 1992.
- «Cultura e língua grega em Portugal e outras regiões da Península entre os séculos XV e XVIII (seis momentos para a compreensão e estudo da sua dinâmica)», in *Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição*, n.º 24, Távola Redonda, Lisboa, 2009.
- *Uma edição de Batávia em português no último quartel do século XVII, versão do P. João Ferreira de Almeida* [edição fac-símile de *Diferença da Christandade*, Batávia, 1684], Centro de Estudos de História do Livro e da Edição/Távola Redonda, Lisboa, 2002.
- MATOS, Marina Freitas de – «Impressores, editores e livreiros no Porto do século XV ao século XVIII», separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, n.ºs 61-62, Atlântida, Coimbra, 1970.
- MATOS, Rita Cortês – *António de Mariz Carneiro: cosmógrafo-mor de Portugal*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2002.
- MATOS, Sérgio Campos – *Historiografia e Memória Nacional do Portugal do século XIX (1846-1898)*, Edições Colibri, Lisboa, 1998.
- MATTOSO, José – «Documentos beneditinos da Torre do Tombo», in *Lusitania Sacra*, vol. VIII, UCP, Lisboa, 1967-1969.

- *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, 4.^a edição revista, «Histórias de Portugal», Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, I – Oposição*, Referência/Editorial Estampa, Lisboa, 1995.
- *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, II – Composição*, Referência/Editorial Estampa, Lisboa, 1995.
- *Le Monachisme ibérique et Cluny* [s. n.], Lovaina, 1968.
- *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval*, Temas & Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2009.
- *O essencial sobre a Cultura Medieval Portuguesa (Séculos XI a XIV)*, «Colecção Essencial», n.º 5, INCM, Lisboa, 1993.
- MAXIMIANO, Lemos – *Jacob de Castro Sarmiento*, Typographia da *Encyclopedia Portuguesa Illustrada*, Porto, 1910
- MAXWELL-STUART, Peter – *Crónicas dos Papas. O registo dos papados desde S. Pedro até ao presente*, tradução de José António Capoulas de AVÓ, Thames & Hudson/Editorial Verbo, Londres/Lisboa, 2004.
- MAYNE, José – *Dissertação sobre a Alma racional, onde se mostram os solidos fundamentos da sua imortalidade, e se refutão os erros dos materialistas antigos, e modernos...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1778.
- McMURTRIE, Douglas – *O Livro. Impressão e Fabrico*, tradução de M.^a Luísa Saavedra MACHADO, prefácio e notas de Jorge PEIXOTO, 3.^a edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.
- MEIRINHOS, José Francisco – «A tipografia de Santa Cruz 1530-1563/The Typography of Santa Cruz 1530-1563», in *Santa Cruz de Coimbra. A cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média*, coordenação de Jorge COSTA, BPMP, Porto, 2001.
- «Editores, livros e leitores em Portugal no século XVI. A colecção de impressos portugueses da BPMP», separata de *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas colecções da BPMP. Catálogo*, CMP, Porto, 2006.
- MELLO, Gonçalo de Sampaio e – *O Ensino do Direito Pátrio na Universidade de Coimbra (1772-1805)*, dissertação de mestrado em História do Direito, FDUL [versão policopiada], Lisboa, 1985.
- MELLO, José Brandão Pereira de – *Tenente-General Bartolomeu da Costa: artilheiro ilustre e engenheiro-fundidor da estátua equestre*, CML, Lisboa, 1939.
- MELLO, Milton F. de – *A Setembrizada*, Directoria de Documentação e Cultura, Recife, 1951.
- MELO, Francisco Freire de – «Discurso sobre Delictos e Penas, e qual foi a sua proporção nas diferentes épocas da nossa Jurisprudencia», in *O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c.*, vol. XV, Junho 1816.
- MELO, Pascoal José de – «História do Direito Civil Português», tradução de Miguel Pinto de MENESES, separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.ºs 173-175 [s. n.], Lisboa, 1968.
- Membros Portugueses da Royal Society*, coordenação e textos introdutórios de Carlos FIOLEAIS, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 2011.

- Memoria historica e juridica dos procedimentos criminosos, que teve o desembargador Victorino José Cerveira Botelho do Amaral, no dia 8 de Julho, contra Manoel Ferreira Gordo*, Typographia de M. P. de Lacerda, Lisboa, 1822.
- Memoria sobre os laudemios que offerecem ao soberano congresso da nação os habitantes da província do Minho*, Typographia de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos, Porto, 1821.
- Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança ou Repositório amplo de notícias corográficas... Os fidalgos*, por Francisco Manuel ALVES, revisão de José Augusto de Sotto-Mayor PIZARRO, vol. VI, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade de Baçal, Bragança, 2000.
- Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Typographia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.
- MENDES, António Manuel Rosa – *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal: intelectuais e poder no absolutismo esclarecido*, «Patrimonia Historica», CMC, Cascais, 1998.
- MENDES, António Rosa – «O Naturalista Domingos Vandelli: novos elementos para a sua biografia», separata de *Clio*, n.º 5 [s. n.], Lisboa, 1986.
- MENDES, David Franco, e REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – *Os Judeus Portugueses de Amsterdão*, edição fac-símile das edições de 1911 e 1975, estudo introdutório de Manuel Cadafaz de MATOS e Herman Prints SALOMON, Edições Távola Redonda, Lisboa, 1990.
- MENDES, Manuel de Azevedo – «A exploração do sal-gema em Portugal», separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, SGL, Lisboa, 1964.
- MENDÉZ, Fr. Francisco – *Typographia Espanõla o historia de la introduccion, propagacion y progresos del arte de la imprenta en España. A la que antecede una noticia general sobre la imprenta de la Europa, y de la China...*, Imprenta de la Viuva de D. Joachin Ibarra, Madrid, 1796.
- MÉNDEZ, Francisco – *Noticias de la vida y escritos Del Rmo. P. Mro. Fr. Henrique Florez... con una relacion individual de los viages que hizo à las provincias y ciudades mas principales de España*, Imprenta de Pedro Marin, Madrid 1780 [reimpressão facsimilada, Pamplona, 2001].
- MENDONÇA, Manuela – *D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Poesía Árabe y Poesía Europea, con otros estudios de Literatura Medieval*, 6.ª edição, «Austral Ensayos y Filosofía», n.º 30, Espasa-Calpe, Madrid, 1973.
- MENENDEZ, Fernanda Miranda – «Para uma abordagem do conceito de Língua em António das Neves Pereira», in *XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, Universidade do Minho, Braga, 1996.
- MERÊA, Paulo – «Notas sobre alguns lentes de Direito Pátrio no período 1772-1804», separata do *Boletim da Faculdade de Direito*, n.º 36, FDUC, Coimbra, 1961.
- «Reflexão acerca da Lusitânia», separata de *Portucale*, vol. XIII [s. n.], Porto, 1941.
- «Reflexões e sugestões sobre a origem da jugada», in *Novos Estudos de História do Direito*, Companhia Editorial do Minho, Barcelos, 1937.

- «Temas histórico-jurídicos sobre a organização judicial visigótica e postvisigótica», separata do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, n.º 20, Coimbra Editora, 1940.
- *Direito Romano, Direito Comum e Boa Razão*, Coimbra Editora, Coimbra, 1940.
- *Estudios de Derecho Privado Visigótico*, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, Madrid, 1945.
- *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, vols. I-II, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1952-1953.
- *Estudos de Direito Visigótico*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1948.
- *Estudos de História do Direito*, Coimbra Editora, Coimbra, 1923.
- *Estudos de História do Direito. I. Direito Português*, «Estudos Gerais. Série Universitária», INCM, Lisboa, 2007 [1.ª edição: 1940].
- MICHAEL, Ian – «Juan Antonio Pellicer and the Eighteenth-century Recovery of Early Spanish Literature», in *Spain and its Literature. Essays in memory of E. Allison Peers*, edited, with an introduction by Ann MACKENZIE, Liverpool University Press, Liverpool, 1997.
- MIEDES, Bernardino Gómez – *Comentarios sobre la Sal*, vol. I, Instituto de Estudios Humanísticos, Madrid, 2003.
- MIGUEL, António Dias – «António Pereira Marramaque, senhor de Basto: subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 15, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1980.
- MIGUEL, Cirilo Flórez – «La Escuela de Salamanca y los orígenes de la Economía», in *El Pensamiento Económico en la Escuela de Salamanca*, edição de Francisco GÓMEZ CAMACHO e Ricardo ROBLEDO, Ediciones Universidad de Salamanca/Fundación Duques de Soria, Salamanca, 1998.
- MIRANDA, Tiago Reis – «António Freire de Andrade Encerrabodes [1699-1783]. No espelho de Pombal», in *Penélope*, n.ºs 30-31, ICS/UL, Lisboa, 2004.
- Miscelânea de estudos em honra do Professor Vitorino Nemésio*, FLUL, Lisboa, 1971.
- MOÇO, Júlia Rosália – *Perspectiva corpuscular do princípio de Arquímedes e tópicos afins*, dissertação de mestrado em Ensino da Física e da Química, FQUC [versão policopiada], Coimbra, 1994.
- MONCADA, Luís Cabral de – *Elementos de História do Direito Romano*, vol. I, Coimbra, 1923.
- *Estudos de História do Direito*, vol. I, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1948.
- MONTEIRO, Manuel – «O Românico Português. Castro de Avelãs, um monumento brigantino de influência oriental», separata da *Revista Museu*, n.º 6, Imprensa Moderna, Porto, 1950.
- MONTEIRO, Nuno Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, «Análise Social», INCM, Lisboa, 1998.
- *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2003.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalves, e DORES, Fernando Costa – *D. João Carlos de Bragança, 2.º duque de Lafões – uma vida singular no Século das Luzes*, Edições INAPA, Lisboa, 2006.
- MONTEIRO, Ofélia Caldas Paiva – *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e criação*, vol. I, Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1971.
- *D. Frei Alexandre da Sagrada Família. A sua espiritualidade e a sua poética*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1974.
- MORA, Gloria – «La <Erudita Peregrinación>. El Viaje Arqueológico de Francisco Pérez Bayer a Italia (1754-1759)», in *Iluminismo e Ilustración: le antichità e i loro protagonisti in Spagna e in Italia nel XVIII secolo*, edição de José BELTRÁN FORTES, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2003.
- MORAES, José de Mello – *Á Posteridade: Brasil Histórico e a Corographia Histórica do Império do Brasil*, n.ºs 40-45, Typographia do Pinheiro, Rio de Janeiro, 1864.
- MORAIS, Carlos – «As Artes de gramática *ex Clenardo* para o ensino do Grego em Portugal», in *Estudos em Homenagem a Ana Paula Quintela*, FLUP, Porto, 2009.
- MORAIS, José Custódio de – «Observations of terrestrial magnetism made on the west coast of India by D. João de Castro in 1538-1539», separata de *Memórias e Notícias*, n.º XLI [s. n.], Coimbra, 1956.
- MORATO, Francisco Manuel Trigo Aragão – «Elogio Histórico do Excellentíssimo e Reverendíssimo D. Fr. Manoel do Cenáculo», in *História e Memórias da Academia*, vol. IV, Parte I, 1812.
- «Memória sobre o estabelecimento da Arcadia de Lisboa, e sobre a sua influência na restauração da nossa Literatura», in *Memórias da Academia*, vol. VI, Parte II, 1818.
- MOREIRA, Eduardo – *Edição comemorativa do tricentenário de João Ferreira de Almeida, o “defensor da verdade”*, Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, Lisboa, 1928.
- MOREIRA, Manuel – *Os Mareantes de Viana e a construção da Atlantidade*, CMVC, Viana do Castelo, 1995.
- MORENO, Humberto Baquero – «A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências (1332-1459)», in *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto/INIC, Porto, 1989.
- «Os privilegiados no Tardo-Medieval Português e a sua aversão ao trabalho comunitário», in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. III, FLUP, Porto, 2004.
- «Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV», in *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto*, vol. I, CHUP, Porto, 1978.
- *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, vols. I-II, Universidade de Coimbra, 1979-1980.
- *D. Afonso V, o Africano*, «Reis de Portugal», n.º 12, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2009.
- *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval. Estudos de História*, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

- MORRIS, John – *Martin Behaim, the German Astronomer and Cosmographer of the times of Columbus...*, Maryland Historical Society, Baltimore, 1855.
- MOTA, A. Teixeira da – «Os Regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do Ensino Náutico em Portugal», separata de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, vol. XIII, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1969.
- MOTA, Isabel Ferreira da – «Sociabilidade e comunicação na República das Letras. Um Estado sem fronteiras?», separata da *Revista de História das Ideias*, vol. XXVI, FLUC, Coimbra, 2005.
- *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*, Edições Minerva, Coimbra, 2003.
- *D. Maria I, a Piedosa [1734-1816]*, «Rainhas e Infantas de Portugal», Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2011.
- MOULIN, Léo – *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*, tradução de M.^a Isabel BRAGA, Livros do Brasil, Lisboa, 1994.
- MOURA, Carlos Francisco – *D. António Rolim de Moura, primeiro conde de Azambuja. Biografia*, «Documentos Ibéricos», n.º 1, UFMT Imprensa Universitária, Cuiabá, 1982.
- Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina FERNANDES, Câmara Municipal de Palmela/FLUP, Palmela/Porto, 2005.
- MURIEL, Andres – *Historia de Carlos IV*, edição e estudo preliminar de Carlos SECO SERRANO, vols. I-II, Atlas, Madrid, 1959.
- MURIS, Oswald – *Der "Erdapfel" des Martin Behaim*, Ferd. Dummlrs Verg, Berlim, 1943.
- Musa renascida: a poesia de António Ferreira*, por T. F. EARLE, tradução de M.^a Clarinda MOREIRA, «Estudos de Literatura Portuguesa», Editorial Caminho, Lisboa, 1991.
- Narrativa da perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça... prezo, e processado em Lisboa pelo pretenso crime de framaçon ou pedreiro livre*, vols. I-II, W. Lewis, Londres, 1811.
- NASCIMENTO, Aires A. – «A tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia: obra de príncipes em <serviço de Nosso Senhor e proveito comum>», in *Didaskalia*, vol. XXIX, n.ºs 1-2, Faculdade de Teologia/UCP, Lisboa, 1999.
- «A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável», in *Euphrosyne*, vol. XXIX, Centro de Estudos Clássicos/FLUL, Lisboa, 2001.
- *Encadernação portuguesa medieval. Alcobaça*, «Estudos e Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 1984.
- NASCIMENTO, Cabral do – *Poesia Portuguesa do século XII a 1915*, «Biblioteca Básica Verbo», n.º 79, Editorial Verbo, Lisboa, 1975.
- NATIVIDADE, Manuel Vieira – *Mosteiro e coutos de Alcobaça* [s. n.], Alcobaça, 1960.
- NEMÉSIO, Vitorino – *Conhecimento de Poesia*, introdução de José Martins GARCIA, 3.^a edição, «Obras Completas», vol. XVII, INCM, Lisboa, 1997.

- NETANYAHU, Benzion – *Don Isaac Abravanel. Statesman & Philosopher*, fifth edition, revised & updated, The Jewish Publication Society of America, Philadelphia, 1998.
- NETO, José Diogo Mascarenhas – *Methodo para construir as estradas em Portugal*, Officina de António Álvares Ribeiro, Porto, 1790.
- NETO, Vítor – *A questão religiosa no Parlamento*, vol. I (1821-1910), «Colecção Parlamento», Assembleia da República/Texto Editores, Lisboa, 2010.
- NEVES, António Castanheira – «O papel do jurista no nosso tempo», separata do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XLIV, FDUC, Coimbra, 1968.
- NEVES, Lúcia Pereira das – *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*, Revan, Rio de Janeiro, 2003.
- NEVES, M.^a Paulo Martins das – *Captain John Smith: o desejo de América*, dissertação de mestrado em Estudos Americanos, FSCH-UNL, Lisboa, 1996.
- NICHOLAS, David – *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa: 312-1500*, tradução de Ana Margarida Gomes SOARES, «Biblioteca da História», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1999.
- NIMER, Miguel – *Influências Orientais na Língua Portuguesa: os vocábulos árabes, arabizados, persas e turcos*, vols. I-II, 2.^a edição revista, EDUSP, São Paulo, 2005.
- No Quinto Centenário da Vita Christi. Os primeiros impressores alemães em Portugal*, coordenação de João José Alves DIAS, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa, 1995.
- NOGUEIRA, Bernardo Sá – *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal. Gênese e Implantação [1212-1279]*, «Estudos Gerais. Série Universitária», INCM, Lisboa, 2008.
- NOGUEIRA, J. Félix – *O Município no Século XIX*, Typographia do Progresso, Lisboa, 1856.
- NOGUEIRA, José Artur – «Algumas reflexões sobre o Direito subsidiário nas Ordenações Afonsinas», separata da *Revista do Direito e de Estudos Sociais*, n.º 24 [s. n.], Coimbra, 1980.
- *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média: dos primórdios ao século da Universidade (contribuição para o seu estudo)*, tese de doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas, FDUL [versão policopiada] Lisboa, 1991.
- *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média: dos primórdios ao século da Universidade (contribuição para o seu estudo)* [s. n.], Lisboa, 1994.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá – *Subsídios para o estudo das consequências da analogia em Português*, Livraria Clássica, Lisboa, 1936.
- NORONHA, José Feliciano de – *Relatorio ácerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa...*, vol. I, Typographia Lusitana, Lisboa, 1844.
- Notícia reproduzida na Gazeta Medica do Porto*, n.ºs 190-194, Typographia da Revista, Porto, 1849-1850.
- Noticias da vida e trabalhos científicos do médico Bernardino António Gomes*, Typographia da Academia das Sciencias, Lisboa, 1857.

- NOVAIS, Fernando – *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*, apresentação de Pedro PUNTONI, Cosac Naify Edições [s. l.], 2005.
- NUNES, José Joaquim – «Um problema literário: quem foi o tradutor da *Vita Christi*», in *Bíblia*, vol. V, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1929.
- NUNES, M.^a de Fátima – «Leituras de História da Ciência no *Jornal de Sciencias Mathematicas, Fisicas e Naturais* (1917-1921). Subsídios para a arqueologia da cultura científica em Portugal», in *Revista de História das Ideias*, vol. XX, Instituto de História e Teoria das Ideias/FLUC, Coimbra, 1999.
- *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «Scientia Agrícola» em Portugal*, «Colecção Thesis», Estar Editora, Lisboa, 2001.
- O Author da explicação imparcial das observações á Gazeta desencantado, e defendido pelo Dr. Vicente Jozé Ferreira Cardozo da Costa a que se ajuntou...*, W. Lewis, Londres, 1813.
- O Género do Texto Medieval*, com coordenação de Cristina RIBEIRO e Margarida MADUREIRA, Edições Cosmos, Lisboa, 1997.
- O Homem Bizantino*, por Robert BROWNIN [et al.], direcção de Guglielmo CAVALLIO, tradução de Maria BRAGANÇA, «O Homem e a História», n.º 8, Editorial Presença, Lisboa, 1998.
- O Homem do Iluminismo*, direcção de Michel VOVELLE, tradução de Maria Georgina SEGURADO, Editorial Presença, Lisboa, 1997.
- O Iluminismo Luso-Brasileiro*, Academia das Ciências de Lisboa/Academia Brasileira de Letras, INCM, Lisboa, 2007.
- O Marquês de Pombal e a Universidade*, coordenação de Ana Cristina ARAÚJO, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2000.
- O Tempo de Vasco da Gama*, direcção de Diogo Ramada CURTO, CNCDP/Difel, Lisboa, 1998.
- O Viajante Universal, ou Noticia do Mundo Antigo e Moderno...*, vol. XXIV, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1803.
- O'REILLY, Bernard – *Greenland, the adjacent Seas and the North-West Passage to the Pacific Ocean...*, James Eastburn and Co., Nova Iorque, 1818.
- Obra Completa de Joaquim de Carvalho. Filosofia e História da Filosofia*, vol. II, FCG, Lisboa, 1982.
- Observações do Dr. Vicente Joze Ferreira Cardozo da Costa sobre um artigo da Gazeta de Lisboa de 29 de Outubro de 1810*, W. Lewis, Londres, 1811.
- Observações sobre a primeira formação das linguas, do differente genio das originaes e compostas*. Traduzidas do inglez de Adão Smith, e anotadas por Francisco Xavier Ribeiro de SAMPAIO, Impressão Régia, Lisboa, 1816.
- OLIVAL, Fernanda – «As cortes de Torres Novas, as cortes de Évora e as reformas administrativas nos inícios do século XVI», in *Évora: o foral manuelino e o devir quincentista*. Colóquio, CME/Universidade de Évora, 2001.
- OLIVEIRA, A. Lopes de – «O Minho na vida e obra do poeta renascentista Francisco Sá de Miranda na passagem do V centenário do nascimento», separata de *O Distrito de Braga*, n.º 5 [s. n.], Braga, 1982.

- OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa*, Editorial Teorema, Lisboa, 2007.
- OLIVEIRA, António Correia de, e MACHADO, Luís Saavedra – *Textos Medievais Portugueses*, 2.^a edição, Atlântida Editora, Coimbra, 1961.
- OLIVEIRA, António de – *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, DIFEL, Lisboa, 199.
- OLIVEIRA, António Resende de – *O Trovador Galego-Português e o seu mundo*, Editorial Notícias, Lisboa, 2001.
- OLIVEIRA, Ataíde – *Monografia do Concelho de Olhão*, 3.^a edição, Algarve em Foco Editora, Faro, 1999.
- OLIVEIRA, Aurélio de – *Nos Rumos da Modernidade*, «Colecção Gâmica», IV, FLUP, Porto, 1999.
- OLIVEIRA, Beatriz Sousa – *O conceito de História em António Caetano do Amaral (século XVIII)*, tese de licenciatura em História, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1968.
- OLIVEIRA, Guilherme de – *Critério Jurídico da Paternalidade*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1983.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de – «Martin Behaim», separata de *Studim Generale*, n.º 6, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1960.
- *Trabalhos de Geografia e História*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1975.
- OLIVEIRA, J. Tiago de – «As Matemáticas em Portugal – da Restauração ao Liberalismo», in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. I, Academia das Ciências de Lisboa, 1986.
- *O essencial sobre a História das Matemáticas em Portugal*, «Colecção Essencial», n.º 41, INCM, Lisboa, 1989.
- OLIVEIRA, João Filipe Mendes de – *Latim Medieval no Foral de Leiria de 1142*, dissertação de mestrado em Latim Medieval, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1995.
- OLIVEIRA, José António Pereira de – *A paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar*, FLUP, Porto, 1995.
- OLIVEIRA, José Carlos – «O Mosteiro beneditino de S. Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da região bragançana», in *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. XI, n.ºs 1-2 [s. n.], Bragança, 1991.
- OLIVEIRA, Manuel Alves de – *A mãe da Rainha D. Teresa* [s. n.], Guimarães, 1980.
- OLIVEIRA, Miguel de – «Livros Litúrgicos de Évora», separata de *Lusitania Sacra*, vol. VI, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1963.
- ORFALI, Moisés – «The Portuguese Edition (1565) of Hieronymus de Sancta Fide's *Contra Iudaeos*», in *Sonderdruck aus Contra Iudaeos, Ancient and Medieval Polemics between Christians and Jews*, coordenação de Ora LIMOR e Guy STROUMSA, J. C. B. Mohr [Paul Siebeck], Tübingen [s. d.].
- ORTOLI, Sven & WITKOWSKI, Nicolas – *A banheira de Arquimedes. Pequena mitologia da Ciência*, tradução de Isabel MAFRA, «Sinais Literatura», ASA, Porto, 1997.

- Os Corte-Reaes. Memoria historica acompanhada de muitos documentos ineditos*, introdução de Ernesto do CANTO, Typographia do Archivo dos Açores, Ponta Delgada, 1883.
- Os Historiôgrafos de Alcobça*, com introdução, organização e notas de Alfredo PIMENTA, «Clássicos Portugueses», Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943.
- Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, CNCDP/FCG, Lisboa, 1994.
- Os Portuguezes em Africa, Asia, America, e Occeania...*, vol. II, Typographia de Borges, Lisboa, 1848.
- OSÓRIO, Jorge Alves – «Entre a tradição e a inovação: Sá de Miranda na esteira de Garcilaso: em torno do debate poético da écloga “Alejo”», separata da *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, 2.^a série, n.º 1, FLUP, Porto, 1985.
- *Da Cítola ao Prelo. Estudos sobre Literatura. Séculos XII-XVI*, Granito Editores, Porto, 1998.
- PACHECO, José – *A Divina Arte Negra e o Livro Português (Séculos XV e XVI)*, Edições Vega, Lisboa, 1988.
- PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2006.
- PAIVA, Vicente Ferrer Melo – *Curso de Direito Natural...*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1843.
- PALAU Y DULCET, Antonio – *Manual del Librero Hispano-Americano...*, vol. V, Libreria Anticuaria, Barcelona, 1923.
- PAOLAZZI, Carlo – *Dante e la “Comedia” nel Trecento: dall’Epistola a Cangrande all’età di Petrarca*, Vita e Pensiero, Milão, 1989.
- PAQUOT, Jean Noël – *Mémoires pour servir à l’histoire littéraire des Dix-Sept Provinces des Pays-Bas...*, vol. I, Imprimerie Academique, Lovaina, 1763.
- PASSOS, Carlos de – «A igreja romanica de Castro de Avelãs», separata de *Douro Litoral*, 2.^a edição, 8.^a série, n.º 9, Imprensa Portuguesa, Porto, 1958.
- PAULO, Amílcar – *A Dispersão dos Sephardim: judeus hispano-portugueses*, «Biblioteca Nova Crítica», n.º 10, Editora Nova Crítica, Lisboa, 1978.
- PEDROSA, Fernando Gomes – *Afonso de Albuquerque e a Arte da Guerra*, CMC, Cascais, 1998.
- *O Declínio do Poder Naval Português. A Marinha, o Corso e a Pesca nos inícios do século XVII*, CMC, Cascais, 2009.
- PEIXOTO, António Maranhão – «Os arquivos municipais no dealbar do século XXI», in *Arquivo Municipal de Viana do Castelo*, CMVC, Viana do Castelo, 2007.
- PEIXOTO, Jorge – «História do Livro Impresso», separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, A. X-XII, n.ºs 37-48 [s. n.], Coimbra, 1967.
- PELÚCIA, Alexandra – *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem. Trajectórias de uma elite no império de D. João III e D. Sebastião*, «Teses», n.º 6, Centro de História de Além-Mar, Lisboa, 2009.
- PEREIRA, António Caetano – «Resumo Historico sobre o Estabelecimento da Cadeira de Lingua Arabe em Portugal», in *Actas das Sessões da Academia Real das Sciencias*, vol. I, Typographia da Academia, Lisboa, 1849.

- PEREIRA, António das Neves – *Mechanica das Palavras em ordem á Harmonia do Discurso Eloquent, tanto em Prosa, como em Verso...*, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1787.
- PEREIRA, António dos Santos – *Portugal, o Império Urgente (1475-1525). Os espaços, os homens e os produtos*, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 2003.
- PEREIRA, Armando de Sousa – «A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa», in *II Congresso Histórico de Guimarães. Actas*, vol. V [s. n.], Guimarães, 1997.
- «Cristãos e Muçulmanos no Ocidente Peninsular Medieval. As Representações de um Confronto», separata da *Revista do Centro de História da Cultura*, n.º 7, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993.
- «Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra», in *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. A Historiografia Religiosa Medieval hoje: temas e problemas*, 2.ª série, tomo XIII-XIV, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2001-2002.
- PEREIRA, Emanuel de Oliveira – *Raízes arcaicas da epopeia portuguesa*, «Biblioteca Breve. Série Literatura», n.º 119, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1990.
- PEREIRA, José Esteves – *O pensamento político em Portugal no século XVIII. António Ribeiro dos Santos*, INCM, Lisboa, 1983.
- PEREIRA, M.ª Helena Rocha – «Alguns aspectos do classicismo de António Ferreira», separata de *Humanitas*, nova série, n.º 8, Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Braga, 1960.
- *Temas Clássicos na Poesia Portuguesa*, 2.ª edição, Editorial Verbo, Lisboa, 2008.
- PEREIRA, Margarida Barahona Esteves – *Prisciliano e as tensões religiosas do século IV*, «Colecção Teses», Universidade Lusíada, Lisboa, 2002.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Pedro Nunes. Em busca das suas origens*, Edições Colibri, Lisboa, 2009.
- PEREIRA, Moacyr Soares – «O Novo Mundo no planisfério da Casa de Este, o <Cantino>», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXV [s. n.], Coimbra, 1990.
- PEREIRA, Virgínia Soares – «Cícero e a descoberta do túmulo de Arquimedes», in *Boletim de Estudos Clássicos*, n.º 44, Instituto de Estudos Clássicos/FLUC, Coimbra, Dezembro 2005.
- PERES, Damião – «As Cortes de 1211», separata da *Revista Portuguesa de História*, n.º 4 [s. n.], Coimbra, 1947.
- *Como nasceu Portugal*, 10.ª edição, Vertente, Porto, 1992.
- *D. João I*, 2.ª edição, Vertente, Porto, 1983.
- PERRODIL, Victor de – *Études Épiques et Dramatiques, ou nouvelle traduction en vers des chants les plus célèbres des poèmes d'Homère, de Virgile, du Camoens et du Tasse...*, B. Cormon et Blanc Libraires, Paris, 1835.
- PIEL, Joseph M. – *O património visigodo da língua portuguesa*, Instituto Alemão da Universidade, Coimbra, 1942.
- PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*, «Reis de Portugal», vol. VIII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.

- PIMENTA, João, e MENDES, Henrique – «A escavação de um troço da via romana “Olisipo-Scallabis” (em Vila Franca de Xira)», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. X, n.º 2, IGESPAR, Lisboa, 2007.
- PIMENTEL, M.ª Cristina – *Sêneca*, «Vultos da Antiguidade», n.º 10, Editorial Inquérito, Mem Martins, 2000.
- PINHO, Sebastião – «Les Études de Grec à l'Université de Coimbra (XVI^e siècle)», in *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1984.
- PINKERTON, John – *A General Collection of the Best and Most Interesting Voyages and Travels in all Parts of the World...*, vol. XI, Cadell and Davies [et al.], Londres, 1812.
- PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa – *Diplomacia, política e economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*, dissertação de mestrado em História, FCSH/UNL [versão policopiada], Lisboa, 1987.
- PINTO, António Ferreira – «João Pedro Ribeiro: Professor e Cónego Doutoral», separata da *Lúmen* [s. n.], Lisboa, 1938.
- PINTO, António Florêncio de Sousa – «A Peça de Diu», in *Revista Militar*, vol. XII [s. n.], Lisboa, 07 Novembro 1860.
- PINTO, Ricardo Santos – *Vizela. 600 Anos de História*, Netbe, Penafiel, 1998.
- PIRES, Célio Rolinho – *A Guarda no caminho do extremo: por terras de alguém cima-Coa: forais e costumes (Guarda, Vila do Touro, Sortelha)* [s. n.], Viseu, 2004.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto-Mayor – *D. Dinis*, «Reis de Portugal», vol. VI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. I-III, Universidade Moderna, Porto, 1999.
- Poesia e Prosa Medievais*, selecção e introdução de M.ª Ema Tarracha FERREIRA, Editora Ulisseia e Editorial Verbo, Lisboa, 2006.
- Poesías Castellanas Completas de Garcilaso de La Vega*, edição, introdução e notas de Elias L. RIVERS, 6.ª edição, «Clásicos Castalia», n.º 6, Castalia, Madrid, 1989.
- Poesias Escolhidas de Sá de Miranda*, introdução, selecção e crítica de José V. de Pina MARTINS, Editorial Verbo, Lisboa, 1969.
- POHLE, Jürgen – *Martin Behaim (Martinho da Boémia): factos, lendas e controvérsias*, coordenação de M.ª Manuel Gouveia DELILLE, «Cadernos do CIEG», n.º 26, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos/Minerva, Coimbra, 2007.
- POLLARD, Michael – *Johann Gutenberg. A história da invenção da imprensa, que conduziu à explosão do conhecimento*, Editora Replicação, Lisboa, 2002.
- POLÓNIA, Amélia – «Relações poder central/poder local. A permanência de jurisdições senhoriais no Portugal Moderno. O estudo de um caso: Vila do Conde», in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. VII, FLUP, Porto, 2006.
- POPE, Alexander – *The Poetical Works*, vols. I-IV, A. Kincaid, W. Creech & J. Balfour, Edimburgo, 1773.
- Portugal, Espanha e Marrocos – o Mediterrâneo e o Atlântico. Actas do Colóquio Internacional Portugal, Espanha e Marrocos*, organização de Teresa Júdice GAMITO, Universidade do Algarve, Faro, 2004.

- PORTUGAL, João da Cunha Neves e Carvalho – «Dos Infantes D. Pedro e D. Henrique e do celebre viajante Marco Paulo», in *O Panorama*, 2.^a série, vol. I, ft. 53, 31 Dezembro 1842.
- «Memoria sobre os ultimos tempos da dominação romana em Hespanha, e n'uma parte do território que hoje é Portugal», in *Memorias da Academia. Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Letras*, Nova Série, Tomo I, Parte Segunda, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1855.
- PORTUGAL, João de Almeida – *As prisões da Junqueira durante o ministério do Marquês de Pombal escritas ali mesmo pelo Marquês de Alorna, uma das suas vítimas*, publicadas conforme os originais por José de Sousa AMADO, Frenesi, Lisboa, 2005 [fac-simile da edição da Typographia de G. M. Martins, Lisboa, 1857].
- Portugal. Percursos de Interculturalidade*, coordenação de A. Teodoro de MATOS e M. Ferreira LAGES, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Lisboa, 2008.
- Portugueses e o Oriente. Sião-China-Japão (1840-1940)*, pesquisa e organização de Miguel Castelo BRANCO, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2004.
- PRAÇA, José Joaquim Lopes – *Ensaio sobre o Padroado Portuguez para o Acto de Conclusões Magnas*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1869.
- PRASAD, Prakash Charan – *Foreign Trade and Commerce in Ancient India*, Abhinav Publications, Nova Deli, 1977.
- PRICE, B. B. – *Introdução ao Pensamento Medieval*, tradução de Teresa CURVELO, Edições ASA, Porto, 1996.
- PRÍNCIPE, Sérgio – *Rectificação histórica à memória do Infante D. Henrique* [s. n.], Lobito, 1962.
- PRODI, Paolo – *Uma História da Justiça. Do pluralismo dos tribunais ao moderno dualismo entre a consciência e o Direito*, Editorial Estampa, Lisboa, 2002.
- Projecto do Codigo Civil Portuguez*, redigido por António Luís de SEABRA [1.º visconde de Seabra], Imprensa Nacional, Lisboa, 1857.
- Provas da falsidade, e injustiça com que o editor do Correio Brasiliense intentou desacreditar Antonio de Araujo Azevedo...*, Officina de João Rodrigues Neves, Lisboa, 1810.
- PURIFICAÇÃO, M.^a Manuela Lima da Purificação – *A vivência do tempo na Idade Média no Livro das Posturas Antigas de Lisboa*, dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento, FLUP [versão policopiada], Porto, 2009.
- Quarenta annos de vida litteraria (1860-1900). Cartas de Innocencio Francisco da Silva...*, prólogo de Teófilo BRAGA, Arthur Brandão, Lisboa, 1902.
- QUATAERT, Donald – *O Império Otomano. Das origens ao século XX*, tradução de Marcelina AMARAL, «História Narrativa», n.º 9, Edições 70, Lisboa, 2003.
- Que be o Codigo Civil? Ao Ill.^{mo} Sr. José Joaquim Rodrigues de Bastos...*, Typographia de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1822.
- QUEIRÓ, João Filipe – «Pedro Nunes e as linhas de rumo», in *Gazeta de Matemática*, n.º 143, Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, Julho 2002.
- QUEIRÓS, Francisco de – *O Conde da Barca e o Brasil*, Coimbra Editora, Coimbra, 1944.

- QUÉRARD Joseph-Marie – «Le Baron de Margaron», in *La France Littéraire ou Dictionnaire Bibliographique...*, vol. V, Chez Firmin Didot Frères, Paris, 1833.
- QUESADA, Pedro – *Passagem do Noroeste*, tradução de M.^a Leonor BUESCU, Celbrasil, Lisboa, 1978.
- QUINTANA PRIETO, Augusto – «Jimena Muñiz, madre de Doña Teresa de Portugal», separata da *Revista Portuguesa de História*, n.º 12, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos/FLUC, Coimbra, 1969.
- RADULET, Carmen – «As viagens de Diogo Cão: um problema ainda em aberto», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV [s. n.], Coimbra, 1988.
- RAMALHO, Américo da Costa – «Camões e alguns contemporâneos seus: Diogo Bernardes e Camões; Camões e os “Tristes”», separata de *Humanitas*, n.ºs 31-31, Instituto de Estudos Clássicos, Coimbra, 1979-1980.
- RAMÍREZ DEL RIO, José – *La Orientalización de Al-Andalus. Los días de los árabes en la Península Ibérica*, «Historia y Geografía», n.º 83, Universidade de Sevilha, 2002.
- RAMOS, Emanuel Paulo – «Os textos camonianos datados de 1572 e as traduções castelhanas de 1580 d'Os Lusíadas», separata de *Humanitas*, n.ºs 35-36, Instituto de Estudos Clássicos/FLUC, Coimbra, 1984.
- RAMOS, José Augusto – «Tricentenário da morte do primeiro tradutor da Bíblia para português», in *Cadmo. Revista de História Antiga*, n.º 1, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1991.
- RAMOS, Luís Oliveira – «António Caetano do Amaral e a História Portuguesa», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXX, FLUC, Coimbra, 1983.
- «Concepções sobre a História (segunda metade do século XVIII)», in *Revista de História*, n.º 12, FLUP, Porto, 1993.
- RAMSAY, Cook – *The Voyages of Jacques Cartier*, University of Toronto Press, Toronto, 1993.
- RAPOSO, Hipólito – *Dona Luísa de Gusmão, Duquesa e Rainha: 1613-1666*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1947.
- RASTEIRO, Alfredo – «Amato, Montalto e a Arte dos olhos nos sécs. XVI e XVII», in *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao século XX. Cadernos de Cultura*, direcção de António Lourenço MARQUES, n.º 8 [s. n.], Castelo Branco, Novembro 1994.
- RATELBAND, Klaas – *Os holandeses no Brasil e na Costa Africana. Angola, Kongo e S. Tomé (1600-1650)*, revisão crítica, prefácio, apontamento biográfico e notas de Carlos PACHECO, «Documenta Historica», Vega, Lisboa, 2003.
- RAU, Virgínia – «Os holandeses e a exportação do sal de Setúbal nos fins do século XVII», separata da *Revista Portuguesa de História*, vol. IV [s. n.], Coimbra, 1950.
- «Rumos e vicissitudes do comércio de sal português nos séculos XIV a XVIII», separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 3.^a série, n.º 7, FLUL, Lisboa, 1963.
- *A exploração e o comércio de sal de Setúbal* [s. n.], Lisboa, 1951.
- *Estudos sobre a História do Sal Português*, «Métodos», Editorial Presença, Lisboa, 1984.

- *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Universidade de Lisboa, 1946.
- *Sesmarias Medievais*, prólogo e adenda documental por José Manuel GARCIA, «Biblioteca de Textos Universitários», Editorial Presença, Lisboa, 1982.
- RAVENSTEIN, Ernest George – *Martin Behaim, his life and his globe*, George Philips & Son, Ltd/Philip, Son & Nephew, Londres/Liverpool, 1908.
- Razão e mais Razão...*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1821.
- REBELO, Luís de Sousa – *A tradição clássica na Literatura Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1982.
- REDENTOR, Armando – *Epigrafia Romana na Região de Bragança*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2002.
- REGO, A. da Silva – «A liberdade religiosa e o I Concílio Provincial de Goa (1567)», separata de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, tomo X, ACL, Lisboa, 1967.
- REGO, Jaime Leotte do – *Marinbas*, Typographia da Livraria Ferin, Lisboa, 19?
- REINES, Alvin Jay – *Maimonides and Abrabanel on Prophecy*, Hebrew Union College Press, Cincinnati, 1970.
- REIS, António Matos – *Os concelhos na primeira dinastia: à luz dos forais e de outros documentos da chancelaria régia*, tese de doutoramento em História Medieval, FLUP [versão policopiada], Porto, 2004.
- REIS, Fernando Egídio – *Os periódicos portugueses de emigração (1808-1822). As Ciências e a transformação do País*, tese de doutoramento em História e Filosofia das Ciências, FCT/UNL [versão policopiada], Lisboa, 2007.
- REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – *História da Literatura Portuguesa desde as origens à actualidade*, 6.^a edição, Atlântida Livraria, Coimbra, 1930.
- *Os Judeus em Portugal*, vol. II, França Amado, Lisboa, 1928.
- REPAS, Fernanda Cristina de Jesus – *Religião na Beira Interior ao tempo dos romanos: subsídios para o seu estudo*, dissertação de mestrado em Arqueologia Romana, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 2001.
- Resposta ás observações de uma obra intitulada: «Defeza de Antonio d'Araujo Travassos contra a injusta accusação que no n.º 20 do Jornal de Coimbra lhe fez o Dr. C. B. de L. Lobo*, Imprensa Régia, Lisboa, 1813.
- Resposta do doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa às perguntas feitas pelo senhor redactor do periodico intitulado O Fiscal dos Abusos...*, Imprensa Régia, Lisboa, 1826.
- Resumo Historico da Vida e Pontificado de Pio V...*, tradução de Francisco Xavier Gomes de SEPÚLVEDA, Imprensa de J. F. M. de Campos, Lisboa, 1815.
- RÉVAH, J. S. – «Des ouvrages de António Pereira Marramaque dénoncés à l'Inquisition en 1564», separata de *Bulletin des Études Portugaises*, n.º 30, Institut Français au Portugal, Lisboa, 1969.
- «Une opinion de l'écrivain Duarte Nunes do Leão sur la justice inquisitoriale», separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, vol. XXXVI, ACL, Lisboa, 1964.

- RIBEIRO, Fernanda – «O Ensino de Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, FLUP, Porto, 2006.
- RIBEIRO, João Pedro – *Additamentos, e retoques á Synopse Chronologica*, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1829.
- *Breves reflexões á Historia Chronologica e Critica da R. Abbadia de Alcobaça pelo Sr. Fr. Fortunato de S. Boaventura*, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1829.
- *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal...*, vols. I-V, Typographia da Academia das Ciências, Lisboa, 1810-1836.
- *Memoria sobre as vantagens dos prazos a bem da Agricultura e Riqueza Nacional*, Imprensa de Alvares Ribeiro, Porto, 1835.
- *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza...*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1798.
- *Reflexões Historicas*, Parte I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1835.
- RIBEIRO, José Luís – *Zonas húmidas costeiras e ordenamento territorial: o caso do estuário do Mondego*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.
- RIBEIRO, José Silvestre – «A Litteratura», in *Revista Universal Lisbonense*, 2.^a série, vol. I, n.º 26, Typographia da Revista Universal Lisbonense, Lisboa, 03 Maio 1849.
- «A Litteratura», in *Revista Universal Lisbonense*, 2.^a série, vol. III, n.º 8, Typographia da Revista Universal Lisbonense, Lisboa, 31 Outubro 1850.
- *O Real Observatorio Astronomia de Lisboa: noticia historica e descriptiva*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1871.
- *Primeiros Traços d'uma Resenha da Litteratura Portugueza*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1855.
- RIBEIRO, Orlando – *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, INCM, Lisboa, 1977.
- RIBEIRO, Victor – «As lotarias da Misericórdia e a Academia das Sciencias», separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. VII, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1914.
- RICHE, Pierre – *As Invasões Bárbaras*, 2.^a edição, tradução de Maria WALLENSTEIN, «Colecção Saber», n.º 134, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1992.
- RICOU, Eduardo – «Elias Montalto: sua vida e obra», separata do *Jornal do Médico*, n.º 125 [s. n.], Porto, 1988.
- RIOS Y RIOS, Angel de los – *Noticia histórica de Las Bebetrias primitivas libertades castellanas...*, Imprensa de J. A. Garcia, Madrid, 1876.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha – «João F. d'Almeida e a sua tradução portugueza da Biblia», in *O Chronista de Tissuary: periodico mensal*, vol. I, n.º 3, Nova Goa, Março de 1866.
- RIVOIRE, Jean – *História da Moeda*, tradução de Isabel FERNANDES, Editorial Teorema, Lisboa, 1991.

- RIZZINI, Carlos – *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957.
- *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1822)*, Kosmos, São Paulo, 1946.
- ROBALO, Fr. Francisco [?] – *Exame Critico sobre a Memoria Academica, que o R.^{mo} P. M. Fr. Joaquim de Agostinho offereceo á Real Academmia das Sciencias de Lisboa em 4 de Julbo de 1794 e que corre impressa no tom. V. da Literatura Portugueza a folb. 297*, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1799.
- *Exposição do verdadeiro sentido de algumas frases, que o A. da resposta ao Exame Critico accumulou, e que por isso mesmo merecem ser analysadas, para que a Verdade ou falsidade do Retrato, que dellas se quizer formar se comprehenda melhor pela confrontação do seu Original. Em 21 de Maio de 1800*, Regia Typografia Silviana, Lisboa, 181?.
- ROCHA, Clara Crabbé – *A poesia lírica de Camões: uma estética de sedução*, 2.^a edição, Centelha, Coimbra, 1983.
- ROCHA, João L. de Moraes – *O Essencial sobre a Imprensa em Portugal*, «Colecção Essencial», n.º 45, INCM, Lisboa, 1998.
- ROCHA, M. A. Coelho da – *Instituições de Direito Civil Portuguez*, 2.^a edição reformada e aumentada, vol. II, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1848.
- ROCHA, Manuel – *Portugal Renascido (excertos)*, introdução e selecção de textos de António SALVADO, *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura* [s. n.], Castelo Branco, 1973.
- ROCHA, Manuel António Coelho da – *Ensaio sobre a Historia do Governo e da Legislação de Portugal, para servir de introduccção ao estudo do Direito Patrio*, 3.^a edição, com correccções e aditamentos, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1851.
- ROCHA, Vicente Ferrer da [2.º bispo de Castelo Branco] – *Pastoral pela qual institui no Bispado, Conferencias de Teologia Moral e Sagrados Ritos e ordena aos Parocos e a todos os Presbiteros que as frequentem...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1793.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Os Lusitanos: mito e realidade*, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1998.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento, e DEVEZAS, Tessaleno – *Portugal, o Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*, edição ampliada e revista, Centro Atlântico, Famlidão, 2009.
- RODRIGUES, José Maria – «O Périplo de Hanão e o seu primeiro comentador», separata de *Homenagem a Martins Sarmiento* [s. n.], Guimarães, 1933.
- RODRIGUES, M.^a Teresa Campos – «Itinerário de D. Fernando (1367-1383)», separata de *Bracara Augusta*, vol. XXXII, n.ºs 73-74, CMB, Braga, Janeiro-Dezembro 1978.
- RODRIGUES, Manuel Augusto – «Lutero e a Bíblia», separata de *Humanitas*, n.ºs 39-40, FLUC, Coimbra, 1989.
- «O estudo do hebraico em Portugal no século XVI», separata de *O Instituto*, n.º 138 [s. n.], Coimbra, 1973.
- «Subsídios para um estudo da influência da língua hebraica no idioma português», separata de *Biblos*, n.º 68 [s. n.], Coimbra, 1992.

- RODRIGUES, Teresa Ferreira – «A crise dos séculos XV e XVI (1325-1480)», in *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, coordenação de Teresa Ferreira RODRIGUES, CEPESE/Edições Afrontamento, Porto, 2009.
- ROIG, Adrien – «António Ferreira est bien l'auteur de la tragédie *Castro*», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 10, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1976.
- «António Ferreira, le poète à la recherche du bonheur», separata do *Colloque L'humanisme portugais et l'Europe*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1984.
- «Correlaciones entre Sá de Miranda y Garcilaso de la Vega», separata de *Studia Aurea* [s. n.], Coimbra, 1996.
- «La biographie de Pero de Andrade Caminha d'après de nouveaux documents», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 10, FCG, Lisboa, 1976.
- «Quelques précisions sur l'édition *princeps* de *Rimas Várias, Flores do Lima*, do Diogo Bernardes une mise au point dans la controverse sur la Tragédie *Castro* d'António Ferreira», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 14 [s. n.], Paris, 1979.
- *António Ferreira: études sur sa vie et son œuvre (1528-1569)*, «Histórica & Literária», n.º 2, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, Paris, 1970.
- ROMANO, Luís – «Aspectos do sal na História e na Antropologia Cultural através dos tempos», separata da *Revista Ocidente*, vol. LXVIII [s. n.], Lisboa, 1965.
- ROMMEVAUX, Sabine – *Clavius, une clé pour Euclide au XVI^e siècle*, «Mathesis», Vrin, Paris, 2005.
- ROOB, Alexander – *Alquimia & Misticismo*, tradução de Teresa CURVELO, Taschen, Colónia, 2001.
- ROPS, Daniel – *A Igreja dos tempos bárbaros*, tradução de Eduardo PINHEIRO, «História da Igreja de Cristo», n.º 2, Tavares Martins, Porto, 1960.
- ROSA, M.^a de Lourdes – *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV). Modelos e práticas de comportamento linagístico*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.
- ROSSI, Giuseppe Carlo – «As traduções italianas de *Os Lusíadas*», separata das *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, Lisboa, 1973.
- ROTH, Cecil – «Quatre lettres d'Elie de Montalto: contribution à l'histoire des Marranes», in *Revue des Etudes Juives*, n.º 87, Société des Etudes Juives, Paris, 1929.
- RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, tradução de Maria RAMOS e revisão científica de João Gouveia MONTEIRO, «Estudos Gerais. Série Universitária», INCM, Lisboa, 2000.
- S. LUIS, D. Francisco de – *Memorias Chronologicas e Historicas do governo da Rainha D. Thereza*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1841.
- SÁ, Eduardo Dally Alves de – *Dos Direitos da Igreja e do Estado a respeito da erecção, supressão, união, divisão e circumscripção das Dioceses e Metropoles*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1872.
- SÁ, Joaquim José da Costa e – *Dissertação sobre os exercícios da eloquencia ou pura latinidade, e verdadeira imitação de Cícero...*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1791.

SÁ, José António de – «Descripção economica da Torre de Moncorvo», in *Memorias Economicas...*, vol. III, 1791.

– *A Deus todo poderoso dirige... em nome da Comarca de Moncorvo, um bino... pela gravidez... da Princesa do Brasil*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1793.

– *Compendio de Observações, que fórmaõ o plano da Viagem Politica, e Filosofica, que se deve fazer dentro da Patria*, Officina de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1783.

– *Corolarios practicos extrahidos das dissertações... sobre o tracto das sedas na comarca de Moncorvo*, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1787.

– *Defeza dos Direitos Nacionais e Reaes da Monarquia Portuguesa*, 2.^a edição corrigida e consideravelmente acrescentada, vols. I-II, Impressão Régia, Lisboa, 1816.

– *Demonstração Analytica dos barbaros, e inauditos procedimentos adoptados como meios de justiça pelo Imperador dos Francezes...*, Impressão Régia, Lisboa, 1810.

– *Dissertationem bipartitam historico-analytico-criticam de plebiscitis et sconsultis...*, Officina de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1784.

– *Edital do Doutor José Antonio de Sá, cavalleiro professo da Ordem de Sant-Iago da Espada, do Desembargo de Sua Alteza Real... Havendo o mesmo Senhor confirmado, e ratificado no Regio Alvará de 6 de Janeiro do anno corrente as vinte e quatro Condições, sobre que se erigio a Real Companhia do Novo Estabelecimento para a Fiação, e Torcido das Sedas, se devem fazer patentes a todos os Lavradores, e Creadores da mesma Seda, e Amoreiras, os extensos Privilegios, Premios, e interesses, que ellas envolvem...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1802.

– *Elogio funebre do Ill^{mo}. e Exc^{mo}. Senhor D. Antonio Rollim de Moura, Conde da Azambuja...*, Officina de Filipe da Silva e Azevedo, Lisboa, 1784.

– *Exhortação gratulatoria, dirigida aos habitantes da Comarca de Moncorvo pela... occasião do nascimento do... Principe da Beira... filho e successor dos Principes do Brazil...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1796.

– *Instrucções geraes para se formar o cadastro, ou o mappa arithmetico-politico do Reino...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1801.

– *Oração congratulatoria pela fausta occasião de ser elevado á alta dignidade de patriarcha de Lisboa o ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. José Francisco de Mendonça...*, Regia Officina Typographica, Lisboa, 1787.

– *Tratado sobre a origem e natureza dos testamentos, deduzido dos principios mais solidos dos direitos divinos, natural, civil, publico e das gentes, em que se analisa a politica dos antigos povos, e se refutam as opiniões dos mais celebres doutores publicistas e civilistas*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1783.

SÁ, Manuel José Maria Costa e – «Elogio Historico de Pedro José de Figueiredo», in *Historia e Memorias da Academia...*, 2.^a série, vol. II, Parte I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1848.

– «Elogio historico de Sebastião Francisco de Mendo Trigo Homem de Magalhães...», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. IX, Typographia da Academia, Lisboa, 1825.

- SÁ, Mário Vieira de – *Sal Comum*, vols. I-II, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1946-1951.
- SABÓIA, João – «Os arquivos e a gestão dos documentos de conservação permanente», in *Actas das Primeiras Jornadas de Arquivos*, CMA, Albufeira, 2009.
- SABUGOSA, Conde da – *A rainha D. Leonor, 1458-1525*, Portugália, Lisboa, 1921.
- SACY, Silvestre – «Mémoire sur quelques inscriptions arabes existant en Portugal...», in *Histoire et Mémoires de l'Institut Royal de France. Classe d'Histoire et de Littérature Ancienne*, vol. II, Imprimerie Royale, Paris, 1815.
- 33TSALGADO, Javier Sáez – *História da Moeda em Portugal*, Abril/Controljornal Editora, Linda-a-Velha, 2001.
- SALGADO, Vicente – *Origem, e Progresso das Linguas Orientaes na Congregação da Terceira Ordem de Portugal*, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1790.
- SALLENGRE, Albert-Henri de – *Memoires de Littérature*, vols. I-II, Chez Henri du Sauzet, Haia, 1715-1717.
- SALOMON, Herman Prins – «Une lettre jusqu'ici inédit du Docteur Felipe Rodrigues Montalto (Castelo Branco, 1567-Tours, 1616)», separata do *Colloque – Les rapports culturels et litteraires entre le Portugal et la France*, Centro Cultural de Paris/FCG, Paris, 1983.
- SALOMON, Herman Prints – *Esnoga: a Sinagoga Portuguesa de Amesterdão* [s. n.], Braga, 2006.
- SAMPAIO, Alberto – *Estudos Históricos e Económicos. As Póvoas Marítimas*, vol. II, «Documenta Historica», Vega, Lisboa, 1979.
- SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e – *Prelecções de Direito Patrio particular... Terceira parte. Em que se tracta do livro II das Ordenações Filippinas pelo methodo synthetico compendioso demonstrativo*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1794.
- *Prelecções de Direito Patrio, Publico e Particular...*, vols. I-III, Real Imprensa da Universidade, 1793-1805.
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de – *Diario da Viagem, que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma Capitania [...] no Anno de 1774 e 1775...*, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1825.
- SANCEAU, Elaine – *D. João de Castro*, Livraria Civilização, Porto, 1946.
- *D. João II*, tradução de Álvaro DÓRIA, 2.^a edição, Livraria Civilização, Lisboa, 1959.
- SANCHES, António Ribeiro – *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, UBI, Covilhã, 2003 [1.^a edição: Paris, 1759].
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *Investigaciones sobre historiografía hispana medieval: siglos VIII al XII*, Instituto de Historia de España, Buenos Aires, 1967.
- *La España Cristiana de los Siglos VIII a XI*, Espasa/Calpe, Madrid, 1980.
- SÁNCHEZ-PAGÍN, J. M. Canal – «Jimena Muñoz, amiga de Alfonso VI», in *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 21, Instituto de Historia Medieval, Barcelona, 1991.
- SANTARÉM [2.º] Visconde de – *Memoria sobre a prioridade dos Descobrimentos Portuguezes na Costa d'Africa Occidental, para servir de illustração á Chronica da Conquista da Guiné por Azurara*, Livraria Portuguesa de J.-P. Aillaud, Paris, 1841.

- *Prioridade dos Descobrimentos Portugueses*, «Colecção Henriquina», Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960.
- SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Fr. Joaquim de – *A Voz da Natureza sobre a Origem dos Governos*, vols. I-II, Impressão Régia, Lisboa, 1814 [1.^a edição: Londres, 1809].
- *Proposições d’Ethica e Direito Natural...*, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1796.
- *Resposta ao Opusculo intitulado Exame Critico sobre a Memoria Academica, que R.^{mo} P. M. Fr. Joaquim de S. Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisboa em 4 de Julho de 1794, e que corre impressa no Tom. V. da Literatura Portugueza a folhas 297*. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo (&c.). Impresso em 4.^o, e de 51 paginas. Acerca dos Codices Mss. e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça, Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1800.
- SANTO, Gabriel Espírito – *Restauração 1640-1668: batalhas do Ameixial e de Montes Claros*, «Batalhas da História de Portugal», n.º 9, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2006.
- SANTO, Moisés Espírito – *Origens do Cristianismo Português*, precedido de *A Deusa Síria*, de Luciano, 3.^a edição, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões [UNL], Lisboa, 2001.
- SANTOS YANGUAS, Narciso – «Los lusitanos en los ejércitos romanos de la Republica», separata de *Bracara Augusta*, vol. XXXIV [s. n.], Braga, 1980.
- SANTOS, António Ribeiro dos – «Da possibilidade e verosimilhança da demarcação do Estreito de Magalhães no Mappa do Infante D. Pedro», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo V, Parte I, Typographia da Academia, Lisboa, 1817.
- «Discurso sobre a pena de morte e reflexões sobre alguns crimes», in *Jornal de Coimbra*, vol. VII, n.º XXIII, Parte II, Impressão Régia, Lisboa, 1815.
- «Ode em Louvor dos Argonautas Portuguezes, descobridores da Carreira da India», in *Jornal de Coimbra*, vol. VI, n.º XXVI, Parte II, Impressão Régia, Lisboa, Fevereiro 1814.
- *Poesias de Elpino Duriense*, vol. II, Impressão Régia, Lisboa, 1812.
- SANTOS, Cândido dos – «António Pereira de Figueiredo, Pombal e a ‘Aufklärung’», in *Revista de História das Ideias*, vol. IV, tomo I, Instituto de História e Teoria das Ideias, Coimbra, 1982.
- *Padre António Pereira de Figueiredo. Erudição e polémica na segunda metade do século XVIII*, Roma Editora, Lisboa, 2005.
- SANTOS, Custódio Lopes dos – «A denominação “Adamastor” em “Os Lusíadas”», separata das *Actas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1984.
- SANTOS, José Loureiro dos – *Ceuta 1415. A Conquista*, «Batalhas de Portugal», Tribuna da História, Lisboa, 2004.
- SANTOS, Luís Miguel Ferreira – *D. Francisco de Melo: biografia e escritos*, dissertação de mestrado em Matemática para o Ensino, FCTUC [versão policopiada], Coimbra, 2007.

- SANTOS, M.^a Augusta Moura – *A visão da agricultura nas Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tese de licenciatura [versão policopiada], Universidade Portucalense, Porto, 1994.
- SANTOS, M.^a José Azevedo – *D. Dinis, o Lavrador*, «Reis de Portugal», n.º 6, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2009.
- *Da Visigótica à Carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/JNICT, Lisboa, 1994.
- SANTOS, M.^a José Azevedo – *Ler e Compreender a Escrita na Idade Média*, Edições Colibri/FLUC, Lisboa/Coimbra, 2000.
- SANTOS, M.^a Leonor Silva – *O domínio de Santa Maria do Lôrvão no século XIV*, INCM, Lisboa, 2001.
- SANTOS, Maria Madalena Marques dos – *Tábua de correspondência entre as Ordenações Afonsinas, Manuelinas de 1521 e Filipinas. Contribuição para uma edição crítica das Ordenações do Reino*, vols. I-III, dissertação de mestrado em História do Direito Português, FDUL [versão policopiada], Lisboa, 1993.
- SANTOS, Mariana – «As muralhas de Faro e o significado da entrada de D. Afonso III na “vila-adentro”», separata de *Bracara Augusta*, vol. XX, n.º 43 [s. n.], Braga, 1966.
- SANTOS, Raúl Esteves dos – *A Arte Negra. Dos primitivos processos da escrita à invenção da tipografia*, Editorial Império, Lisboa, 1941.
- SANTOS, Zulmira – «O Terramoto de 1755 como apologia da religião cristã: *Lisboa Destruída. Poema* (1803), de Teodoro de Almeida», in *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, n.º 20, FLUP, Porto, 2003.
- «Vícios, virtudes e paixões: da novela como <catecismo> no século XVIII», in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 3, FLUP, Porto, 2006.
- SÃO BOAVENTURA, Fr. Fortunato de – «Memoria do começo, progressos, e decadencia da Litteratura Grega em Portugal desde o estabelecimento da Monarquia até ao reinado do Senhor D. José I», in *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. VIII, 1.^a Parte, Typografia da Academia, Lisboa, 1823.
- *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça...*, Imprensa Régia, Lisboa, 1827.
- SÃO LUÍS, D. Fr. Francisco de – «Memoria da vida e escriptos de Jacob de Castro Sarmento», in *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense*, n.º 1 [s. n.], Porto, 19 Abril 1836.
- SARAIVA, António José – «Saraiva, António Vieira, Menasseh ben Israel e o Quinto Império», in *História e Utopia: estudos sobre Vieira*, ICALP, Lisboa, 1992.
- *A Épica Medieval Portuguesa*, 2.^a edição, «Biblioteca Breve. Série Literatura», n.º 29, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1991.
- *História da Cultura em Portugal*, vol. II, Jornal do Fôro, Lisboa, 1953.
- SARDINHA, Carlos Manuel de Pires – *Entre germanismo e romanismo: alta-traição e lesa-majestade no quadro dos problemas da História do Direito visigótico primitivo*, tese de doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2010.

- SARMIENTO, Fr. Martín – *Memorias para la Historia de la Poesia, y Poetas Españoles*, vol. I, Imprenta de D. Joachin Íbarra, Madrid, 1775.
- SCHACK, Adolf – *Poesia y Arte de los Arabes en España e Sicilia*, tradução de Juan VALERA, Imprenta Rivadeneyra, Madrid, 1867.
- SCHEDDEL, Madalena Serrão Franco – *Guerra na Europa e interesses de Portugal: as colónias e o comércio ultramarino, a acção política e diplomática de D. João de Melo e Castro, conde das Galveias (1792-1814)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2011.
- Schwaben. Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585)*, organização de Erwin KOLLER e Hugo LAITENBERGER, Universidade do Minho/Gunter Narr Verlag, Tübingen, 1998.
- SECO, António Luís de Sousa Henriques – *Manual Historico de Direito Romano...*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1848.
- SEHL 2001 – *Estudios de Historiografía Lingüística* [Actas del III Congreso de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística, Vigo, 7-10 Fevereiro 2001], vol. I, Helmut Buske Verlag, Hamburgo, 2002.
- SELVAGEM, Carlos, e CIDADE, Hernâni – *Cultura Portuguesa. A monarquia dual sob a dinastia filipina e as Cortes de Tomar, o Prior do Crato e a sucessão à Coroa...*, vol. VII, Imprensa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1971.
- SENA, Jorge de – «Camões: novas observações acerca da sua epopeia e do seu pensamento», separata de *Ocidente* [s. n.], Lisboa, Novembro 1972.
- Sentimentos do Juiz do Povo...*, Impressão Régia, Lisboa, 1808.
- SEQUEIRA, Domingos – «O Decreto de Graciano (1140)», in *Os Presbíteros Diocesanos e o seu envolvimento na Política: Proibição e Excepção. Estudo histórico-canónico-teológico*, Editrice Pontificia Università Gregoriana, Roma, 2004.
- SÉRGIO, António – *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1973.
- *Obras Completas. Ensaios*, 2.^a edição crítica orientada por Castelo Branco CHAVES... [et al.], vol. V, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1973.
- SERPA, António Ferreira de – «La donation des iles de Faial et de Pico au flamand Josse de Hurtere (Jos de Utra) et les inscriptions du Globe de Nuremberg de Martin Behaim», in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 54.^a série, n.ºs 7-8, SGL, Lisboa, Julho-Agosto 1936.
- *Os Flamengos na Ilha do Faial. A Família (Utra)*, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa, 1929.
- SERRA, José Correia da – *Investigações Botânicas*, introdução e coordenação editorial de Ana CARNEIRO, Ana SIMÕES e Maria Paula DIOGO, «História e Filosofia da Ciência», n.º 3, Porto Editora, Porto, 2003.
- SERRÃO, Eduardo da Cunha – «As edições quinhentistas de *Os Lusíadas* e as primeiras traduções», separata da *Revista Correios e Telecomunicações*, n.º 26 [s. n.], Coimbra, 1973.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – «O surto regional português na legislação dos Filipes (1581-1625)», separata das *Actas do Colóquio "Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal"*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1975.

- *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica (Século XVIII)*, vols. I-III, Editorial Verbo, Lisboa, 1972-1974.
- *Ensaio histórico sobre o significado e valor da tomada de Santarém aos Mouros em 1147* [s. n.], Santarém, 1947.
- *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*, «Temas Portugueses», INCM, Lisboa, 1994.
- *História Breve da Historiografia Portuguesa*, «Histórias Breves», n.ºs 14-15, Editorial Verbo, Lisboa, 1962.
- *O Reinado de D. António, Prior do Crato*, vol. I, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1956.
- *Portugueses no Estudo de Salamanca, 1250-1550* [s. n.], Coimbra, 1962.
- SHORTER, Edward – *A Formação da Família Moderna*, tradução de Teresa PEREZ, «Pequena História», Terramar, Lisboa, 1995.
- SIDARUS, Adel – «Os estudos árabes em Portugal 1772-1962: introdução», separata de *Islão e arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos* [s. n.], Évora, 1982.
- SILVA, A. A. Baldaque da – *Memoria acerca da roda do sol das marinbas do Sado ou resposta à curta exposição sobre a roda de Setúbal*, Typographia G. M. Martins, Lisboa, 1852.
- SILVA, Antonino da Conceição Almeida e – *O sistema verbal do Português arcaico: o papel da analogia na regularização dos paradigmas verbais do Português arcaico da segunda fase*, dissertação de mestrado em Linguística Portuguesa, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1998.
- SILVA, António Pires da – *Chronographia Medicinal das Caldas de Alafoens*, Officina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1696.
- SILVA, Armando Malheiro da – «Para uma abordagem mitanalítica da Restauração», in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. II, FLUP, Porto, 2001.
- SILVA, Domingos Maria da – *A Ecclesiologia do Padre António Pereira de Figueiredo* [s. n.], Lisboa, 1983.
- SILVA, Fernando, e FIGUEIRAL, Isabel – «Escavações arqueológicas em Lavra. As salinas romano-medievais da praia de Angeiras», separata do *Boletim da Biblioteca Pública de Matosinhos*, n.º 30, CMM, Matosinhos, 1987.
- SILVA, Filomeno – *O Porto em Cortes (1331-1406)*, dissertação de mestrado em História Medieval, FLUP [versão policopiada], Porto, 1999.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – «António Ribeiro dos Santos», in *Archivo Pittoresco*, vol. IX, ft.º 4, Lisboa, 1866.
- SILVA, Isabel Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo (1417-1521). Militarium Ordinum Analecta*, direcção de Luís Adão da FONSECA, n.º 6, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2002.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza – «Sobre o Descobrimento do Brazil», in *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, 3.ª série, vol. XV, n.º 6, Typographia Universal de Laemmert, Rio de Janeiro, 1852.

- SILVA, José Alberto – *A apropriação da Filosofia Natural em Teodoro de Almeida (1722-1804)*, Centro Universitário de História das Ciências e da Tecnologia, Lisboa, 2009.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e – «Discurso contendo a Historia da Academia Real das Sciencias, desde 25 de Junho de 1814 até 24 de Junho de 1815», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo IV, Parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1816.
- SILVA, José Fernandes da – «Breve comentário sobre um capítulo da “Crónica de D. Manuel” de Damião de Góis e uma carta do Conde de Alcoutim», separata do *Arquivo do Centro Cultural Português*, n.º 17, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982.
- SILVA, José Maria da Costa e – «P.º Joaquim de Fóios», in *Ramalhete, jornal de instrução e recreio*, n.º 150, Imprensa de C. A. S. Carvalho, Lisboa, 1840.
- *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portugueses*, vol. III, Imprensa Silviana, Lisboa, 1851.
- SILVA, José Veríssimo Álvares da – *Introducção ao Novo Código, ou Dissertação Critica sobre a principal causa da obscuridade do nosso Código authentico...*, Regia Officina Typografica, Lisboa, 1780.
- «Memoria das verdadeiras cauzas porque o Luxo tem sido nocivo aos Portuguezes», in *Memorias Economicas...*, vol. I, 1789.
- «Memoria Historica sobre a Agricultura Portugueza considerada deste o tempo dos Romanos até ao presente [1782]», in *Memorias Economicas...*, vol. V, 1815.
- «Memoria sobre a cultura das Vinhas, e sobre os Vinhos», in *Memorias de Agricultura...*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1788.
- «Observações Botanico-Meteorologicas do anno de 1800 feitas em Thomar», in *Memorias Economicas...*, vol. V, 1815.
- SILVA, Luciano Pereira da – «As obras de Pedro Nunes: sua cronologia bibliográfica», separata do *Arquivo de História e Bibliografia*, n.º 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923.
- *Obras Completas*, vol. II, Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra/Agência Geral das Colónias, Coimbra/Lisboa, 1945.
- SILVA, Luís Augusto Rebello da – *Memoria sobre a População e a Agricultura desde a fundação da Monarchia até 1865, Parte I (de 1907-1640)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1868.
- SILVA, Luís Duarte Vilela da – *Observações criticas sobre alguns artigos do Ensaio Estatistico do Reino de Portugal e Algarves*, publicado em Paris por Adriano Balbi..., Impressão Régia, Lisboa, 1828.
- SILVA, Luís Fraga da – *Tavira Romana*, Associação Campo Arqueológico de Tavira, 2005.
- SILVA, Nuno Espinosa Gomes da – «João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)», separata da *Revista da Faculdade de Direito*, vol. XII, FDUL, Lisboa, 1960.
- «O sistema de fontes nas Ordenações Afonsinas», separata da *Scientia Iuridica*, n.º 29, Livraria Cruz, Braga, 1980.

- «Sobre o apelido do Doutor João das Regras», separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 349 [s. n.], Lisboa, 1985.
- «Sobre os compiladores das Ordenações Filipinas», separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 264 [s. n.], Lisboa, 1977.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e – *Estruturas Trecentistas. Para uma Gramática do Português Arcaico*, INCM, Lisboa, 1989.
- SILVA, Saul Gomes da – «Entre Memória e História: os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça (1152-1215)», separata da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 2, FCSH-UNL, Lisboa, 2002.
- *Corregedores da Comarca da Estremadura e suas intervenções no concelho de Leiria na Idade Média* [s. n.], Coimbra, 1994.
- SILVA, Silvério Augusto Pereira da – *Breve notícia sobre as marinhas da Ria de Aveiro*, Typographia Guyot, Bruxelas, 1873.
- SILVA, Vasco Rosa da – *História da Astronomia Medieval Portuguesa*, Edições Ecopy, Porto, 2008.
- SILVA, Vítor Aguiar e – *Camões: labirintos e fascínios*, 2.ª edição, Livros Cotovia, Lisboa, 1999.
- *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*, Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1971.
- SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula, e CARNEIRO, Ana – *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*, «História e Filosofia da Ciência», n.º 10, Porto Editora, Porto, 2006.
- SIMÕES, J. de Oliveira – *Primeiras relações de Portugal com o Japão e primeiros livros ali impressos pelos portugueses*, Companhia das Águas de Lisboa, Lisboa, 1932.
- SIMÕES, Jorge de Macedo de Oliveira – *Os serviços geológicos em Portugal*, Oficina do Museu Comercial, Lisboa, 1922.
- SIMÕES, M.ª Alzira Proença – «Monsenhor Joaquim José Ferreira Gordo, bibliotecário-mor da Real Biblioteca Pública da Corte», separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. I, n.º 2, BNL, Lisboa, 1982.
- SIMÕES, Margarida Barahona – «Prisciliano e Prudêncio: perfis culturais de dois pensadores hispânicos do século IV», separata de *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XII, 2.ª série, CHC/FCSH-UNL, Lisboa, 2000-2001.
- SIMONSOHN, Shlomo – *History of the Jews in the Duchy of Mantua*, Kiryath Sepher, Nova Iorque, 1977.
- SLOTKI, Judah Jacob – *Menasseh ben Israel: his life and times*, Jewish Religious Educational Publications, Nova Iorque, 1900.
- SMITH, Ronald Bishop – *Lopo Soares de Alvarenga, better know as de Albergaria* [s. n.], Lisboa, 1992.
- SOARES, Fernando Gautier Luso – *Ensaio para a história da formação do direito medieval português (o elemento romano)*, Prefácio, Lisboa, 2009.
- SOARES, Franquelim Neiva – *Visitações de D. Fr. Baltasar Limpo na Arquidiocese de Braga. Visitações à colegiada de Nossa Senhora de Oliveira e a outras igrejas da região de Guimarães*, 2.ª edição corrigida e ampliada [s. n.], Braga, 1983.

- SOARES, Nair de Castro – *Teatro clássico no século XVI: a Castro de António Ferreira: fontes, originalidade*, Almedina, Coimbra, 1996.
- SOARES, Torquato de Sousa – «A servidão pessoal nos primeiros tempos de Reconquista: nova contribuição para o esclarecimento de um velho problema», in *História de Portugal de Alexandre Herculano. Comemoração do centenário da primeira edição*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1954.
- Sociedad y cultura en Lusitania romana. IV Mesa Redonda Internacional*, coordenação de J. G. GORGES e T. NOGALES BASARRATE, «Estudios Portugueses», n.º 13, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 2000.
- SORI, António Filipe Marx de – «Descobrimientos dos Portuguezes nos seculos XV e XVI», in *Archivo Pittoresco*, vol. IX, Typographia Castro & Irmão, Lisboa, 1867.
- SOUSA, Armindo de – «As Cortes de Leiria-Santarém de 1433», separata de *Estudos Medievais*, n.º 2 [s. n.], Porto, 1982.
- «As Cortes medievais portuguesas: panorama bibliográfico», separata de *Penélope. Fazer e desfazer História*, n.º 4, ICS, Lisboa, Novembro 1989.
- *As Cortes Medievais Portuguesas: 1385-1490*, vol. I-II, INIC, Lisboa, 1990.
- SOUSA, Fernando de – «A Correição de Moncorvo em finais do século XVIII», separata da revista *População e Sociedade*, n.º 7, CEPESE, Porto, 2001.
- «A Indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1820)», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, FLUP, Porto, 2006.
- «A memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)», separata de *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série História*, n.os 51-56, FLUP, Porto, 1974.
- «O poder local nos finais do Antigo Regime», in *O poder local em tempo de Globalização. Uma história e um futuro*, coordenação de Fernando Taveira da FONSECA, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2005.
- «Portugal nos fins do Antigo Regime. Fontes para o seu estudo», separata de *Bracara Augusta*, vol. XXXI [s. n.], Braga, 1977.
- «Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá», separata da revista *População e Sociedade*, n.º 3, Centro de Estudos da População e Família, Porto, 1998.
- SOUSA, Ivo Carneiro de – *A rainha D. Leonor (1458-1525): poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas», FCG/FCT, Lisboa, 2002.
- SOUSA, Ivo Carneiro de – *André de Resende e a História da Antiguidade da Cidade de Évora*, «Conferências & Debates», Casa do Livro, Estarreja, 1993.
- *Aritmética comercial e cultura mercantil no século XVI (hipótese para uma investigação)*, FLUP, Porto, 1984.
- SOUSA, João Silva de – *Das isenções do pagamento de impostos e da prestação de serviços régios e concelbios (1449-1451)*, tese de doutoramento em História, FCSH/UNL [versão polycopiada], Lisboa, 1988.
- SOUSA, Judit Beatriz Lobo de – *A lírica profana de Diogo Bernardes*, tese de licenciatura em Filologia Românica, FLUL [versão dactilografada], Lisboa, 1960.
- SOUSA, Júlio Rocha e – *Castelo de Pinhel* [s. n.], Pinhel, 2002.

- SOUZA, Juliana de Almeida – «Virgem Imperial: Nossa Senhora e império marítimo português», in *The Luso-Brazilian Review. 'Recapricorning' the Atlantic*, edição de Peter M. BEATTIE, vol. XLV, n.º 1, University of Wisconsin Press, Madison, 2008.
- SOVERAL, Carlos Eduardo – *A Historiografia Medieval: séculos IV a XII*, «Meridiano Universitário», n.º 1, Livraria Tavares Martins, Porto, 1963.
- SOYER, François – *A perseguição dos judeus e muçulmanos de Portugal: D. Manuel I e o fim da tolerância religiosa (1496-7)*, «Lugar da História», Edições 70, Lisboa, 2012.
- SPRAT, Thomas – *The History of the Royal-Society of London, for the improving of Natural Knowledge*, J. Martyn, Londres, 1667.
- STAFFORD, Ignace – *Elementos Mathematicos...*, Imprensa de Matias Rodrigues, Lisboa, 1634.
- STANLEY JR., Farland Hart – *Roman Lusitania: aspects of provincial romanization*, tese de doutoramento em Filosofia [versão policopiada], Universidade de Missouri-Columbia, 1984.
- STARK, Rodney – *A Vitória da Razão*, tradução de Mariana de CASTRO, Tribuna da História, Lisboa, 2007.
- STEPÁNEK, Pavel – *Valentim Fernandes de Morávia*, L. Marek, Brno, 2006.
- STILLWELL, Margaret – *The Beginning of the World of Books, 1450 to 1470. A chronological survey of the texts chosen for printing during the first twenty years of the printing art, with a synopsis of the Gutenberg documents*, Bibliographical Society of America, Nova Iorque, 1972.
- STOCKLER, Francisco de Borja Garção – «Breve Notícia da Vida, e Obras do Author», in *Obras Poeticas de Francisco Dias Gomes*, mandadas publicar por ordem da Academia Real das Sciencias, a beneficio da viuva e orfaãos do Autor, Typographia da Academia, Lisboa, 1799.
- *Elogio de José Joaquim de Barros e Vasconcellos*, com notas de António de Portugal de FARIA, Leorne, Typographia Raphael Giusti, Leorne, 1897.
- *Ensaio Historico sobre a origem e progressos das Mathematicas em Portugal*, Officina de P. N. Rougeron, Paris, 1819.
- STRACK, Herman, e STEMBERG, Gunter – *Introducción a la Literatura Talmúdica y Midrásica*, edição espanhola preparada por Miguel Pérez FERNANDEZ [s. n.], Valencia, 1988.
- STRASEN, E. A. & GÂNDARA, Alfredo – *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Instituto Ibero-Americano, Lisboa, 1944.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay – «The South Coromandel portuguese in the late 17th century: a study of the Porto Novo-Nagapattinam Complex», in *IV Seminário Internacional de Historia Indo-Portuguesa* [s. n.], Lisboa, 1985.
- TACQUET, André – *Opera Mathematica...*, Colégio da Sociedade de Jesus, Lovaina, 1668.
- TALMAGE, Frank – «To sabbatize in peace: Jews and New Christians in sixteenth-century Portuguese polemics», in *Harvard Theological Review*, vol. LXXIV, n.º 3 [s. n.], Harvard, 1981.

- TAMANI, Giuliano – *Tipografia hebraica a Soncino, 1483-1490*, Edizione dei Soncino, 1988.
- TAVANI, Giuseppe – *Trovadores e Jograis. Introdução à Poesia Medieval Galego-Portuguesa*, «Estudos de Literatura Portuguesa», Editorial Caminho, Lisboa, 2002.
- TAVARES, A. Augusto – «Manuscritos hebraicos na Torre do Tombo», separata de *Disdalakia*, n.º 11 [s. n.], Coimbra, 1982.
- TAVARES, M.^a Alice Silveira – *Vivências quotidianas da população urbana medieval: o testemunho dos costumes e Foros da Guarda, Santarém, Évora e Beja*, dissertação de mestrado em História Regional e Local, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2007.
- TAVARES, M.^a José Pimenta Ferro – «A moeda medieval como fonte para a História das Mentalidades», separata de *Estudos da História de Portugal*, n.º 5, Editorial Estampa, Lisboa, 1982.
- «Judeus, cristãos-novos e o Oriente», separata de *Estudos Orientais*, n.º 3, FCSH-UNL, Lisboa, 1992.
- *A herança judaica em Portugal*, Correios de Portugal, Lisboa, 2004.
- *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, «Biblioteca de Estudos Universitários», n.º 86, Editorial Presença, Lisboa, 1987.
- *Os Judeus em Portugal no século XV*, vols. I-II, FCSH-UNL, Lisboa, 1982.
- TAVIM, José Alberto da Silva – «Outras gentes em outras rotas: judeus cristãos-novos de Cochim entre Santa Cruz de Cochim e Mattancherry, entre o Império Português e o Médio Oriente», separata de *A Carreira da Índia e as rotas dos estreitos* [s. n.], Angra do Heroísmo, 1998.
- *Temas Setecentistas*, Fundação Araucária, Curitiba, 2009.
- TEIXEIRA, António Assis – *Os morgadios da reforma pombalina ao Liberalismo*, dissertação de mestrado em História do Direito, FDUL [versão policopiada], Lisboa, 1985.
- TEIXEIRA, Francisco Gomes – «Elogio histórico de Pedro Nunes», in *Panegíricos e Conferências*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925.
- TEIXEIRA, Manuel – «João Ferreira de Almeida, tradutor da Bíblia em português», separata do *Boletim do Instituto Luís de Camões*, n.º 9 [s. n.], Macau, 1975.
- TELES, José Homem Correia – *Commentario critico à lei da boa razão, em data de 18 de Agosto de 1769*, Typographia de A. J. da Rocha, Lisboa, 1845.
- *Commentario critico à Lei da Boa Razão, em data de 18 de Agosto de 1769*, Typographia de M. P. de Lacerda, Lisboa, 1824.
- Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira. Actas: Congresso Internacional*, Universidade Católica Portuguesa e Província Portuguesa da Companhia de Jesus, Lisboa, 1997.
- TERRA, José da Silva – «Nouveaux Documents sur les Portugais à l'Université de Paris (XVI^e siècle)», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V, FCG, Paris, 1972.
- TERREIRO, Álvaro – *Frei Bernardo de Brito, historiador profético da resistência (1569-1614)*, CMA, Almeida, 1992.

- Testemunhos do Judaísmo em Portugal*, direcção científica de M.^a Helena Carvalho dos SANTOS, BNL, Lisboa, 1999.
- The Accademia del Cimento and its european context*, edição de Marco BERETTA [et al.], Science History Publications, Massachusetts, 2009.
- The New Method of Fortification, as practised by Monsieur de Vauban, Engineer General of France, with an explication of all terms appertaining to that Art*, 2.^a edição, Abel Swall, Londres, 1693.
- The Visigoths from the Migration Period to the Seventh Century. An Ethnographic Perspective*, edição e introdução de Peter HEATHER, The Boydell Press, Londres, 1999.
- THEMUDO, M.^a do Rosário de Sampaio – «António Ferreira e o humanismo jurídico», separata de *Cultura. História e Filosofia*, vol. V, Centro de História da Cultura/UNL, Lisboa, 1986.
- Theoria verdadeira das mares, conforme à Philosophia do incomparavel cavalheiro Isaac Newton...* [s. n.], Londres, 1737.
- THORNDYKE, Lynn – *The Sphere of Sacrobosco and its Commentators*, Chicago University Press, Chicago, 1949.
- TILLEMONT, Lenain de – *A L'Histoire Ecclesiastique des Six Premiers Siecles...*, 2.^a edição, vol. VI, Chez Charles Robustel, Paris, 1704.
- Tipografia portuguesa do séc. XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, coordenação de José Francisco MEIRINHOS, Jorge COSTA e Júlio COSTA, BPMP, Porto, 2006.
- TODD, Christopher – *Voltaire's Disciple: Jean-François de La Harpe*, Modern Humanities Research Association, Londres, 1972.
- TOMÁS, Aníbal Fernandes – *Boletim de Bibliographia Portuguesa*, vol. I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1879.
- TOMÁS, Luís Filipe – *A questão da pimenta em meados do século XVI: um debate político do governo de D. João de Castro*, «Estudos e Documentos», n.º VI, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1998.
- TOPA, Francisco – *Poesia dispersa e inédita do setecentista brasileiro Francisco José de Sales* [edição de Autor], Porto, 2001.
- TORGAL, Luís Reis, e VARGUES, Isabel Nobre – *A Revolução de 1820 e a instrução pública*, «Diálogos com a História», n.º 1, Paisagem, Porto, 1984.
- TORREJÓN, Leopoldo Peñarroja – *Cristianos bajo el Islam. Los Mozárabes hasta la Reconquista de Valencia*, «Monografías Históricas Gredos», n.º 4, Gredos, Madrid, 1993.
- TORRES, Amadeu – «António Caetano do Amaral, como autor das “Memórias” e tradutor das obras latinas de S. Martinho e S. Frutuoso», in *Evpbrosyne. Revista de filologia clássica*, n.º 21, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Clássicos, Lisboa, 1993.
- TORRES, José de – «Originalidade da navegação do Oceano Atlantico septentrional, e do descobrimento das suas ilhas pelos Portuguezes no seculo XV», in *O Panorama*, 3.^a série, vol. II, ft. 31, 30 Julho 1853.

- TORRES, Miguel Joaquim Marques – «Biographia. Antonio Ribeiro dos Santos», in *O Panorama*, 2.^a série, vol. III, ft.º 141, 7 Setembro 1844; ft.º 142, 14 Setembro 1844; ft.º 143, 28 Setembro 1844.
- TORRES, Miguel Joaquim Marques – «O roubo das Décadas de Couto», in *O Panorama*, 1.^a série, vol. IV, ft. 150, 14 Março 1840.
- TOZER, Henry F. – «Voyage of Sataspes», in *History of Ancient Geography*, Biblo & Tannen Booksellers & Publishers, Nova Iorque, 1971.
- Tractado Pratico e Critico de todo o Direito Emphiteutico...*, por Manuel de Almeida SOUSA, tomo I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1857.
- Traducção das obras politicas do sabio jurisconsulto Jeremias Bentham, vertidas do inglez na lingua portuguesa por mandado do soberano congresso das Cortes Geraes Extraordinarias*, vols. I-II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1822.
- TRANSFIGURAÇÃO, José Pedro da – *Dissertação ou breve tratado sobre algumas regras mais necessárias da hermeneutica e da diplomatica...*, Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, Porto, 1792.
- TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo – «Elogio Historico de Fr. João de Sousa», in *Historia e Memorias da Academia*, tomo IV, Parte I, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1815.
- «Elogio histórico do Conde da Barca, proferido em 24 de Junho de 1819», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo VIII, Parte II, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1823.
- Uma carta de William Julius Mickle: offerta da sua traducção dos "Lusiadas" ao Marquez de Pombal*, publicação e prefácio de Sousa VITERBO, Typographia de José da Silva Mendonça, Porto, 1893.
- Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade"*, vol. II, Comissão Organizadora do C.H.U, Coimbra, 1991.
- VALADARES, Virgínia Maria Trindade – *A sombra do Poder. Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*, dissertação de mestrado em História, FLUL [texto policopiado], Lisboa, 1997.
- VALDÉS, César Castro, e GONZÁLEZ, Sergio Ríos – *Asturias Medieval*, Ediciones Trea, Gijón, 1997.
- VALDEVELLANO, Luis G. – *El Feudalismo Hispánico*, «Biblioteca de Bolsillo», Editorial Crítica, Barcelona, 2000.
- VALENTIM, Carlos Baptista – *O Infante D. Luís (1506-1555) e a investigação do mar no Renascimento: dados para uma biografia "completa"*, Academia de Marinha, Lisboa, 2006.
- VALIM, Patrícia – «Presteza no Real Serviço: D. Fernando José de Portugal e Castro e a administração da Capitania da Bahia no final do século XVIII», in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, 2011.
- VALLADARES, Rafael – *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração, 1640-1680*, prefácio de Joaquim Romero MAGALHÃES e tradução de Pedro CARDIM, Esfera dos Livros, Lisboa, 2006.
- VANDELLI, Domingos – *Memórias de História Natural*, introdução e coordenação editorial de José Luís CARDOSO, «História e Filosofia da Ciência», n.º 2, Porto Editora, Porto, 2002.

- VARANDAS, José – *Bonux Rex ou Rex Inutilis. As periferias e o centro, redes de Poder no reinado de D. Sancho II (1223-1248)*, tese de doutoramento em História Medieval, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 2003.
- VARGENS, João Baptista de – *Arabismos na língua portuguesa: subsídios para um estudo do léxico português de origem árabe*, vols. I-III, tese de doutoramento em Linguística, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1999.
- Vasco da Gama e a Índia. Catálogo*, introdução e estudos de M.^a Helena Mendes PINTO e José Manuel GARCIA [et al.], Fundação Calouste Gulbenkian/Chancelaria das Universidades de Paris/CNCDP, Lisboa/Paris, 1998.
- Vasco da Gama na literatura dos Descobrimentos*, leitura, selecção de textos, organização, introdução e notas de M.^a Ema Tarracha FERREIRA, «Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses», n.º 3, Editora Ulisseia, Lisboa, 1998.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – «A questão da naturalidade de Diogo Bernardes e Fr. Agostinho da Cruz», separata do *Almanaque de Ponte de Lima*, Typographia Guimarães, Ponte de Lima, 1924.
- «Investigações sobre Sonetos e Sonetistas Portugueses e Castelhanos», separata de *Revue Hispanique*, n.º 22, Macon, Protat Frères, Paris, 1910.
- «Observações sobre alguns textos lyricos da antiga poesia peninsular», separata da *Revista Lusitana*, vol. VII, fasc. 1, A. F. Vasconcellos, Porto, 1901.
- «Pedro de Andrade Caminha: subsídios para o estudo da sua vida e obra», in *Literatura*, n.º 12, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1982.
- VASCONCELOS, Frazão de – *João Pereira Côrte Real, conselheiro de Guerra d'El-Rei D. João IV, e as naus da carreira da Índia* [s. n.], Lisboa, 1924.
- VASCONCELOS, José Joaquim Soares de Barros e – «Loxodromia da vida humana, ou Memoria em que se mostra, qual seja a carreira da nossa especie pelos espaços da nossa presente existencia», in *Memorias de Mathematica e Physica*, vol. II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1799.
- «Memoria sobre as causas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia», in *Memorias Economicas...*, vol. I, 1789.
- «Memoria sobre os grandes beneficios do Sal commun em geral, e em particular do Sal de Setúbal comparado experimentalmente com o de Cadiz, e por analogia com o de Sardenha, e o de França», in *Memorias Economicas...*, vol. I, 1789.
- VASCONCELOS, José Leite de – «Uma noticia archeológica, castro de Avelãs», in *O Archeologo Portuguez*, vol. II, n.º 12, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.
- *Da Numismática em Portugal*, Arquivo da Universidade, Lisboa, 1923.
- *Religiões da Lusitânia*, vols. I-III, «Temas Portugueses», INCM, 1981.
- VAZ, Adérito Fernandes – *Tavira, terra dos Corte Reais: João Vaz Corte Real e a Terra dos Bacalhaus*, Jornal do Sotavento, Tavira, 2000.
- VAZ, Fernando Henriques – *D. Teresa impõe-se!*, Imprensa Artística, Lisboa, 1954.
- VAZ, Francisco António Lourenço – «A difusão das ideias económicas de Antônio Genovesi em Portugal», in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XI, Centro de História da Cultura/FCSH-UNL, Lisboa, 1999.
- *Imagens da Ciência em Portugal. Séculos XVIII-XX*, Caleidoscópio, Lisboa, 2005.

- VAZ, J. Ferraro – *Livro das Moedas de Portugal*, vol. I [s. n.], Braga, 1969.
- VEIGA, Carlos José Margaça – *Poder e Poderes na crise sucessória portuguesa (1578-1581)*, vols. I-II, tese de doutoramento em História Moderna, FLUL [versão policopiada], Lisboa, 1999.
- VEIGA, Sebastião Philippes Estácio da – *Memoria das Antiguidades de Mertola observadas em 1877*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1880.
- VELAZQUEZ DE VELASCO, Luis José [marquês de Valdeflores] – *Origenes de la Poesia Castellana*, Oficina de Francisco Martinez de Aguillar, Málaga, 1754.
- VELOSO, M.^a Teresa Nobre – *D. Afonso II: relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Arquivo da Universidade, Coimbra, 2000.
- VELOZO, Francisco José – «O direito sucessório na monarquia suévico-lusitana», in *Scientia Juridica* [s. n.], Braga, 1951.
- VENTURA, Augusta Gersão – *Pedro Nunes: vida e obra* [s. n.], Lisboa, 1941.
- VENTURA, José Manuel – *João Soares de Brito. Um crítico barroco de Camões*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- VENTURA, Leontina – *D. Afonso III, «Reis de Portugal»*, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- VENTURA, Manuel Sousa – *Vida e Obra de Pedro Nunes*, «Biblioteca Breve. Pensamento e Ciência», n.º 99, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1985.
- VENTURA, Margarida Garcez – *D. Duarte, «Reis de Portugal»*, n.º 11, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2009.
- VENTURA, Ricardo – «Arte e discurso da oração na obra de D. Gaspar de Leão, primeiro arcebispo de Goa», in *Via Spiritus*, n.º 15, FLUP, Porto, 2007.
- «Estratégias de conversão ao tempo de D. Gaspar de Leão, primeiro arcebispo de Goa – Reconstituição histórica de uma controvérsia», in *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos Séculos XVI e XVII (Espiritualidade e Cultura). Actas do Colóquio Internacional – Maio de 2004*, vol. II, Instituto de Cultura Portuguesa/FLUP, Porto, 2005.
- VIANA, Mário – «Alguns preços de vinho em Portugal (séculos XIV-XVI)», in *Arquipélago. História*, 2.^a série, vol. V [s. n.], [s. l.], 2001.
- VICENTE Y CARABANTES, D. José de – «Sobre el Duelo», in *Revista General de Legislacion y Jurisprudencia (Continuacion del Derecho Moderno)*, vol. XVII, Imprenta de la Revista de Legislacion, Madrid, 1860.
- VICENTE, M.^a da Graça – *A Covilhã: o espaço e os homens do foral de D. Sancho I à integração do senhorio na Casa do Infante D. Henrique (1186-1415)*, dissertação de mestrado em História Medieval, FLUL [texto policopiado], Lisboa, 2006.
- *D. Filipa, a senhora de Odivelas [1437-1493]*, «Rainhas e Infantas de Portugal», Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2011.
- Vida e Sociedade entre o esplendor e a intriga. Império Bizantino, 330-1453*, por David OLSTER, tradução de Tiago BAPTISTA, Time Life/Editorial Verbo, Lisboa, 2002.
- Vida e Sociedade no tempo dos Vikings. Vikings, 800-1100 d. C.*, por Richard N. RINGLER, tradução de Paulo Emílio PIRES, «Vida e Sociedade», Time Life/Editorial Verbo, Lisboa, 2002.

- VIDAGO, João – «Os Corte-Real e os seus objectivos geográficos (1500-1502)», separata de *Stvdia*, n.º 15, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1965.
- VIEGA, Valentino – *Relações de vassalagem no reinado de D. Pedro I*, Edições Colibri, Lisboa, 2001.
- VIENNOT, Éliane – *La France, les femmes et le pouvoir. L'invention de la Loi Salique*, vol. I, Éditeur Perrin, Paris, 2006.
- Vikings, Raiders from the North*, Time Life, Londres, 2004.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos – «O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesíásticas (1279-1325)», in *Arquipélago. História*, 2.ª série, vol. V [s. n.], [s. l.], 2001.
- *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- *D. Afonso II*, «Reis de Portugal», vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.
- VILAR, Pierre – *Ouro e Moeda na História*, tradução de Alberto Paes SALVAÇÃO, «Fórum da História», n.º 5, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1990.
- VILHENA, Júlio de – *As Raças Historicadas da Península Ibérica e a sua influência no Direito Portuguez*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1873.
- VINAGRE, Valter – *Com sal: salinas naturais de Rio Maior* [s. n.], Rio Maior, 1996.
- VITERBO, Sousa – *Camões em Hespanha*, Círculo Camoneano, Porto, 1890.
- *Estudos sobre Sá de Miranda*, Partes I-III, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1895-1896.
- *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI (apontamentos para a sua história)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924.
- *Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos Séculos XVI e XVII*, «Clássicos», INCM, Lisboa, 1988.
- VITORINO, Pedro – «Acerca de João Pedro Ribeiro», separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, fasc. 4 [s. n.], Porto, 1938.
- Vizela. Breve notícia descritiva do estabelecimento balnear* [s. n.], Guimarães, 1936.
- WAGNER, Max Leopold – «Os judeus hispano-portugueses e a sua língua no Oriente, na Holanda e na Alemanha», separata do *Arquivo de História e Bibliografia*, n.º 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924.
- WATERMAN, Jonathan – *Arctic crossing a journey through the Northwest Passage and Inuit Culture*, Knopf, Nova Iorque, 2001.
- WEHLING, Arno & WEHLING, M.ª José – «Racionalismo ilustrado e prática jurídica colonial – o Direito das sucessões no Brasil, 1750-1808», in *Derecho y Administración Pública en las Indias Hispánicas*, coordenação de Feliciano BARRIOS, vol. II, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Toledo, 2002.
- WEST, S. George – «A projecção de “Os Lusíadas” através das traduções inglesas», separata de *Bracara Augusta*, n.ºs 25-26 [s. n.], Braga, 1973.
- WILKE, Carsten – *Histoire des Juifs Portugais*, Editions Chandeigne-Librairie Portugaise, Paris, 2007.

- *História dos Judeus Portugueses*, tradução de Jorge Fernandes Campos da COSTA, «Lugares da História», Edições 70, Lisboa, 2009.
- WILLIAMS, Glyndwr – *Voyages of Delusion. The Quest for the Northwest Passage*, Yale University Press, New Haven, 2003.
- WILLIAMSON, James A. – *The Cabot Voyages and Bristol Discovery under Henry VII*, Cambridge University Press, Cambridge, 1962.
- WINTER, Heinrich – «New light on the Behaim problema», separata de *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. II [s. n.], Lisboa, 1961.
- WOLF, Johann Christoph – «Menasseh ben Israel», in *Bibliotheca Hebraica...*, vol. IV, Hamburgo, 1733.
- WURDTWEIN, Stefan Alexander – *Subsidia diplomatica ad selecta juris ecclesiastici germaniæ et historiarum capita elucidanda ex originalibus aliisque authenticis documentis congesta...*, vols. I-VII, Sumptibus Tobiaë Goebhardt, Heidelberg, 1772-1780.
- XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, Universidade do Minho, Braga, 1996.
- YAMASHIRO, José – *Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII*, IBRASA, São Paulo, 1989.

Eurico José Gomes Dias [Torres Novas, 1976]: Bacharel e Licenciado em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Línguas e Administração [Santarém]. Pós-Graduado em Direito da Comunicação pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-Graduado e Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde terminou o Doutoramento, o Pós-Doutoramento e concluiu Provas de Agregação em História. Bolseiro de Doutoramento e Pós-Doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigador do CEPESE [Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade – Porto], colabora ainda no Centro de História [FLUL], no CIJVS [Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Santarém], no CIDIUM-IUM [Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar], no IEM [Instituto de Estudos Medievais/FCSH-UNL], no CLEPUL [Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias/FLUL], entre outros organismos científicos. Auditor do Curso de Política Externa Nacional 2005/2006 [Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros] e Auditor do Curso de Defesa Nacional 2009/2010 [Instituto da Defesa Nacional/Ministério da Defesa]. Presentemente, é Professor Auxiliar com Agregação no ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna [Lisboa]. Autor de várias obras e numerosos artigos científicos, foi galardoado com duas «Menções Honrosas» no Prémio Grémio Literário 2010 e 2012.



Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2017

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA

